



MORADORES DE ENGENHO

Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais

MORADORES DE ENGENHO

*Relações de trabalho e condições de vida
dos trabalhadores rurais na zona canavieira
de Pernambuco, segundo a literatura,
a academia e os próprios atores sociais*

Christine Rufino Dabat

3ª edição ampliada

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

EDITORA ASSOCIADA À



Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

Conselho Editorial (Coned)

Alex Sandro Gomes (CIN)

Carlos Newton Júnior (CAC)

Eleta de Carvalho Freire (CE)

Margarida Maria de Castro Antunes (CCM)

Marília de Azambuja Machel (CFCH)

Editoração

Revisão de texto: Gabriel Bogossian, Isabelle Velay Rufino e José Marcelo

Marques Ferreira Filho

Projeto gráfico: Adele Pereira

Imagem da capa: Trabalhador rural da zona canavieira de Alagoas (Cícero R. C. Omena, 2006), com alterações (cor, corte, inclusão da foice e outras edições), disponível no Flickr sob licença Creative Commons (CC BY 2.0)

Catálogo na fonte

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

D111M Dabat, Christine Rufino.

Moradores de engenho [recurso eletrônico] : relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais / Christine Rufino Dabat. – 3. ed. ampl. – Recife : Ed. UFPE, 2024.

(Série Ars Historica).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5962-204-7 (online)

1. Trabalhadores rurais – Aspectos sociais. 2. Movimentos sociais – Pernambuco. 3. Sociologia rural. 4. Zona rural – Pernambuco. I. Título. II. Título da série.

305.563

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2024-004)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



Série Ars Historica

A Série *Ars Historica* foi concebida com o intuito de promover uma mais ampla divulgação da produção científica na área da História junto à sociedade, ao disponibilizar para estudantes, professores e pesquisadores obras de consistente valor acadêmico, resultado de recentes pesquisas realizadas no campo historiográfico, e textos clássicos já esgotados repropostos em edições revisadas e atualizadas. Todos os volumes da Série são produzidos em formato digital e disponibilizados gratuitamente.

Marília de Azambuja Machel
Diretora da Série *Ars Historica*

Obras publicadas

O desconforto da governabilidade

Rômulo Luiz Xavier do Nascimento

Os Escravos do Santo

Robson Pedrosa Costa

Tratos & mofatras

George F. Cabral de Souza

Política e sociedade no Brasil oitocentista

Cristiano Luís Christillino

Movimentos sociais negros em Pernambuco

Ivaldo Marciano de França Lima

Isabel Cristina Martins Guillen

A lenda do ouro verde

Regina Beatriz Guimarães Neto

Entre sobrados e mucambos

Wellington Barbosa da Silva

Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil

José Marcelo Marques Ferreira Filho

Cultura letrada no espaço euro-atlântico

Luís Filipe Silvério Lima

Marília de Azambuja Ribeiro Machel

A narrativa como combate

Kleber Clementino

Fora do(s) eixo(s)

Flávio Weinstein Teixeira

Paulo Marcondes Ferreira Soares

Saúde e Sociedade no Brasil

Carlos Miranda

Serioja Mariano

A palavra e a imagem

Luísa Ximenes Santos

Historiografia: Rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores

Antonio Torres Montenegro

Karlene Sayanne Ferreira Araújo

Para além do ocidente cristão

Bruno Uchoa Borgongino

Um continente, vários mundos

Gustavo Acioli

Kleber Clementino

História oral, tempo presente e narrativas de trabalhadoras e trabalhadores

Regina Beatriz Guimarães Neto

Lideranças protestantes imigrantes no Brasil

Paulo Julião da Silva

Carlos André Silva de Moura

José Roberto de Souza

O mundo das embaixadas

Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho

Marília de Azambuja Ribeiro Machel

Thiago Groh

O tráfico de escravizados para Pernambuco

Marcus J. M. de Carvalho

Os estranhos da terra

Cristiano Luís Christillino

O estado de exceção permanente no Brasil contemporâneo

Carlos Henrique Aguiar Serra

Luís Antônio Francisco de Souza

Raphael Guazzelli Valerio

Festas de pretos

Mário Ribeiro

Valéria Costa

Relações de poder, sociedades e ambientes

José Marcelo Marques Ferreira Filho

Suzana Cavani Rosas

Cláudia Freitas de Oliveira

Violência no mundo antigo

Maria Aparecida de Oliveira Silva

Renato Pinto

Gentes e agentes no Império Português (Séculos xvi a xix)

Alexandre Rodrigues de Souza

Érica Lôpo de Araújo

Thiago Groh

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, cuja coragem
e perseverança nas lutas inspiraram este trabalho.
Particularmente, em memória daqueles militantes que
pagaram o preço supremo por seu engajamento
em defesa dos trabalhadores.

A meus mestres e a minha família, particularmente
a meus avôs, pelo exemplo e os encorajamentos:
Henri Dabat, que nos contava sua vida no campo e nas
trincheiras; Alfred Velay, que prezava a academia.

A Espedito, Mathias, Isabelle, Katia, Raphael,
Marc e Valentina.

Agradecimentos

O presente livro é resultado de uma pesquisa acadêmica para o doutoramento em História. Ao longo de muitos anos, tive o privilégio de gozar do apoio e dos conhecimentos de muitas pessoas que permitiram que tal empreitada fosse concluída.

Expresso minha imensa gratidão aos membros do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, Fetape e sindicatos, nas pessoas de seus membros, trabalhadores e trabalhadoras da zona canavieira, dirigentes sindicais e assessores. Também sou grata às demais pessoas entrevistadas que contribuíram com sua experiência e seu tempo para o presente trabalho. Graças à confiança com a qual me honraram, aceitaram com benevolência que o laço militante que nos unia deixasse lugar para uma relação obedecendo aos critérios acadêmicos, por mais estranhos a suas preocupações que fossem. Sua abertura de espírito só fez aumentar minha admiração, assim como minha responsabilidade para com os testemunhos que me confiaram.

O Professor Sidney W. Mintz (*in memoriam*) foi o involuntário farol intelectual de uma jornada acadêmica em forma de labirinto, e gostaria de expressar a gratidão de uma aluna. Os ensinamentos

e o exemplo de ousadia e rigor acadêmicos que se combinam na sua vida com um profundo engajamento político, no sentido amplo, foram guias seguros, embora o exemplo permaneça desesperadamente fora de alcance.

Os pacientes e constantes encorajamentos de meus colegas da UFPE foram preciosos, e agradeço sua compreensão e magnanimidade; que se sintam todos contemplados nas pessoas de Maria do Socorro Ferraz Barbosa, minha benevolente orientadora, Marc Jay Hoffnagel e Manuel Correia de Andrade (*in memoriam*), Jan Bitoun, Lourival Holanda, Edvânia Torres Aguiar Gomes, Carlos Miranda, Maria do Socorro de Abreu e Lima e Caio Maciel. Na pessoa de José Marcelo Marques Ferreira Filho, hoje colega, agradeço também a meus orientandos e alunos pelo estímulo de leitores críticos, assim como pela abertura de novas perspectivas.

Grata igualmente a Laurent Monnier, Jean-François Billeter, Ana Dourado, Elise Grunspan-Jasmin, Isabelle Schulte-Tenckhoff, Marie Anderführen, Teresa Wanderley, Gina Porter, Richard Marin e Thomas Rogers pelo exemplo e as incessantes trocas intelectuais que enriquecem a amizade.

No Arquivo Público do Estado de Pernambuco, no Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, no Cehibra da Fundação Joaquim Nabuco, no Incra, assim como na Biblioteca Setorial do CFCH encontrei materiais indispensáveis e pessoas que aliaram a competência a certa cumplicidade na descoberta das riquezas dos respectivos acervos. Agradeço-lhes ambas.

Sou também muito grata a meus amigos, particularmente Caroline Jeanprêtre e Barbara Kramer (*in memoriam*), assim como a Claire e Jacques François, pelo apoio multifacetado e inabalável confiança. A minha família, minha gratidão: a meu pai, Roger Dabat, e minha mãe, Edith Velay (*in memoriam*), pelo constante estímulo e a confiança ao longo da trajetória acadêmica e da vida. Agradeço também a meu irmão, Marc André Dabat, e sua família, o apoio

sem falhas e o interesse amigo. Diversas gerações garantiram assim, cada uma a seu modo, paciente e indispensável incentivo e conforto nos momentos de incerteza, inclusive Marc e Valentina. O maior apoio veio de meu companheiro, Espedito Rufino de Araújo, durante anos assessor do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, com quem colaborei na realização de pesquisas sobre as relações de trabalho na zona canavieira para a Fetape. Desde que a anistia permitiu sua volta/nossa chegada ao Brasil, a vida profissional e familiar foi permeada pela convivência com a luta dos trabalhadores rurais que inspirou a escolha da temática do presente trabalho.

A Editora UFPE tornou possível esta terceira edição com o apoio do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, sob a coordenação dos Professores Antônio Torres Montenegro e Antônio Paulo Rezende, para a primeira edição, e da Professora Marília Machel, para a presente. Agradeço aos colegas a confiança, e à eficiente equipe da Editora, na pessoa de Artur Ataíde, os cuidados e o interesse. Agradeço também o apoio nas revisões sucessivas de Elaine Cristina Gomes da Cunha, Gabriel Bogossian, Isabelle Velay Rufino e José Marcelo Marques Ferreira Filho.

Embora todas as pessoas acima mencionadas (e muitas outras) devam se sentir contempladas com minha mais profunda gratidão por ter ajudado de forma, muitas vezes, crucial para a realização do presente trabalho, e os méritos que ele possa ter resultem de suas contribuições, as falhas, imprecisões, limitações e erros que ele comporta são apenas meus, assim como a incorrigível falta de concisão. A presente edição foi apenas formalmente corrigida e atualizada em termos de referência a trabalhos notáveis mais recentes, particularmente aqueles realizados na UFPE.

Siglas e abreviaturas

CEHIBRA – Centro de Estudos da História Brasileira

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COMINTERN – Terceira Internacional Comunista

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DP – Diário de Pernambuco, Recife.

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

ELC – Estatuto da Lavoura Canavieira

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

ET – Estatuto da Terra

FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

FTRP – Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (primeiro nome da Fetape)

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

GERAN – Grupo Especial para a Racionalização da Agroindústria Açucareira do Nordeste

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (criado pelo ET, substituiu a SUPRA)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JC – Jornal do Commercio, Recife

JCJ – Junta de Conciliação e Julgamento

LC – Liga Camponesa

MEB – Movimento de Educação de Base

MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCC – Partido Comunista Chinês

PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

SAR – Serviço de Assistência Rural (RN)

SAPPP – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco

SM – Salário Mínimo

SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco

SSP – Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

Sumário

Prólogo 22

Apresentação 29

Introdução 32

PARTE I

O CONTEXTO HISTÓRICO DA ‘MORADA’ 70

1. O cenário 79

1.1 A estrutura fundiária 79

1.1.1 “Uma estrutura fundiária obsoleta, semifeudal” 84

1.1.2 A ‘*getização*’ da terra: o minifúndio 87

1.1.3 O Cadastro do Incra 89

1.2 A monocultura da cana-de-açúcar 97

1.2.1 Açúcar: “O ópio de Pernambuco” 98

1.2.2 A ‘brecha camponesa’ 105

2. Os principais atores: os moradores 106

2.1 Zona rica, população pobre: a região canavieira 107

2.2 As origens escravistas da ‘morada’ 112

2.3 A difusão das relações de ‘morada’ 117

2.4 O fim da ‘morada’ 124

3. O contexto político 126

3.1 O papel do Estado 127

3.1.1 A legislação trabalhista 129

3.1.2 Estatuto do Trabalhador Rural: “uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888” 139

3.1.3 Sindicalização rural 143

3.1.4 O Acordo do Campo 146

3.1.5 A questão da Reforma Agrária 152

3.2 Movimentos sociais no campo 155

3.2.1 “Como uma flor que se abre sobre o lodo” 157

3.2.2 “Terra é pão. Pão é liberdade. E liberdade é paz.” 160

3.2.3 O Partido Comunista e a questão camponesa 165

3.2.4 Igreja católica e STRS: “Nem comunismo, nem capitalismo” 169

3.2.5 O golpe militar 174

PARTE II

INTERPRETAÇÕES DA ‘MORADA’ 181

4. A visão da ‘morada’ na obra de José Lins do Rego e de Gilberto Freyre 182

4.1 Construção e desconstrução 183

4.2 José Lins do Rego criador de um arquétipo 187

4.2.1 O Ciclo da Cana-de-Açúcar 192

4.2.2 “O trovador trágico da província” 193

4.2.3 *O Ciclo da Cana-de-Açúcar*: a ‘morada’ em trajes literários 211

4.2.4 As memórias do *Menino de Engenho* como *tableaux* benjaminianos descrevendo a ‘morada’: dos usos da literatura num discurso de classe 213

- 4.2.5 Alguns *tableaux* descrevendo a ‘morada’ 219
- 4.2.6 O Senhor de engenho “implanta a ordem” 220
- 4.2.7 Familiaridade entre patrões e empregados: “a boa humildade de seus modos” 225
- 4.2.8 Os moradores: trabalho infantil 230
- 4.2.9 As trabalhadoras 234
- 4.2.10 Os trabalhadores 236
- 4.2.11 O eito 240
- 4.2.12 Condições de vida dos moradores: “Não podia haver direito de pobre” 243
- 4.2.13 Racismo clássico e/ou eugenismo científico? 249
- 4.2.14 Escravismo revisitado 252
- 4.2.15 A decadência do patriarcado rural 258
- 4.2.16 “Uma injustiça terrível” 261
- 4.2.17 *Tableaux* esclarecedores ou *écrans*? 265

4.3 As relações de trabalho na zona canavieira segundo Gilberto Freyre 268

- 4.3.1 O “avanço civilizador da cana” 274
- 4.3.2 Meninos de engenho 275
- 4.3.3 “Refúgio da alma do Brasil” 277
- 4.3.4 A “mestiçagem santificada” 283
- 4.3.5 Eugenia vs miscigenação: Nina Rodrigues vs Gilberto Freyre? 288
- 4.3.6 O mito da democracia racial 295
- 4.3.7 Patriarcalismo e feudalismo: um “aristocratismo compensatório”? 298
- 4.3.8 Civilizações são como ostras: “doentes é que dão pérolas” 304
- 4.3.9 “Macacão eterno”: ‘Negro’, ‘mestiço’, em vez de ‘trabalhador’ 309
- 4.3.10 “Torcicolo ideológico” 319
- 4.3.11 O “imperialismo exótico” das usinas 322
- 4.3.12 “Cruzada etnocêntrica em torno da ‘*rêverie terrienne*’” 326

4.3.13 Os ecos da ‘morada’ 328

4.3.14 Efeitos de espelho 332

5. Entendimentos marxistas acerca da ‘morada’ 338

5.1 O evolucionismo na sucessão dos modos de produção 340

5.1.1 História evolucionista: a ocidentalização do passado 343

5.1.2 Aspectos do pensamento marxista sobre a questão da periodização 356

5.2 A tese feudal: o morador como servo 381

5.2.1 Consulta à historiografia medievalista a respeito da opção feudal para definir a ‘morada’: “Que é o feudalismo?” 382

5.2.2 O conceito de feudalismo ou modo de produção feudal aplicado fora da Europa: “uma casa de arrumação” 392

5.2.3 A tese feudal no Brasil explicando a ‘morada’ e defendendo sua extinção 410

5.3 A ‘morada’ na tese capitalista colonial mercantil 440

5.3.1 A ‘morada’ no contexto da obra de Caio Prado Júnior 440

5.3.2 O Antigo Sistema Colonial e a relação de ‘morada’ 476

5.3.3 A ‘morada’ na “Área do sistema canavieiro” 486

5.4 A ‘morada’ na tese do escravismo colonial 495

5.4.1 A construção teórica de Jacob Gorender 496

5.4.2 “Uma sociedade, não um mero quintal da Europa”: o modo de produção escravista-colonial segundo Ciro Flamarion Cardoso 509

5.4.3 A brecha camponesa 515

5.5 A ‘morada’ como ‘dádiva’ 523

5.6 A ‘morada’ reinterpretada no contexto da economia-mundo 541

5.6.1 Immanuel Wallerstein: o conceito de economia-mundo 543

- 5.6.2 Relações de trabalho e produção de açúcar na obra
de Sidney W. Mintz 551

PARTE III

A 'MORADA' NA EXPERIÊNCIA DOS MORADORES 607

6 Condições de vida dos trabalhadores rurais na época da 'morada' 617

6.1 Memórias de infância nos canaviais 619

6.1.1 A precocidade da inserção profissional 621

6.1.2 "Trabalhava todo mundo" 622

6.1.3 Trabalho em família 624

6.1.4 Tarefas para as crianças 629

6.1.5 Remuneração 630

6.1.6 Questão de gênero 633

6.1.7 Trabalho na roça 637

6.1.8 Dureza do trabalho 639

6.1.9 Saúde 640

6.1.10 Acesso à escola 643

6.1.11 O desejo de estudar 647

6.1.12 Violência patronal 650

6.2 Alimentação 654

6.2.1 Origem dos alimentos 661

6.2.2 "A gente, nunca tivemos liberdade de comer, não." 663

6.2.3 Fome 665

6.2.4 O salário: "Era só pra alimentar o corpo, pra trazer o corpo
em pé! Mas que desse pra viver, não dava!" 670

6.2.5 Truques para enganar a fome 671

6.2.6 Frequência e composição das refeições: "Papa d'água
com farinha" 673

6.2.7 "Arroz, só no tempo de festa" 677

- 6.2.8 “Quem não tinha terra passava necessidade” 678
- 6.2.9 “Mas também a gente não morria de fome, porque do rio a gente trazia a comida.” 681
- 6.2.10 Pesca e caça como diversão 684
- 6.2.11 Caça e pesca como fonte de proteínas 687
- 6.2.12 Proibições 688
- 6.2.13 O barracão 689

6.3 Saúde 693

- 6.3.1 Acidentes de trabalho: “Se fosse pela usina, já tinha morrido!” 700
- 6.3.2 Numa emergência: “Só Deus!” “Era Jesus, mais inteligência.” 704
- 6.3.3 As partearas: “No engenho, as mulheres dos moradores faziam os partos” 706
- 6.3.4 O pagamento: “Era por conta da gente mesmo” 711
- 6.3.5 “‘Morreu de parto.’ Só era o que se via. ‘Morreu de parto, morreu de parto.’” 712
- 6.3.6 “Depois veio o hospital, e aí acabou-se, não morreu mais ninguém.” 714
- 6.3.7 Transporte: “Era em carro de boi, na rede. No espinhaço dos outros, né? Era meio difícil.” 715
- 6.3.8 “O médico da gente era remédio do mato”: “Quem não morresse ficava bom!” 717
- 6.3.9 Mortalidade 720
- 6.3.10 “La pra usina” 722
- 6.3.11 O mito da gratuidade: ‘Ajuda’ financeira dos patrões 724
- 6.3.12 “Por ordem do patrão” 727
- 6.3.13 Hospital: “Só no Recife!” 728

6.4 Moradia e o vestuário 734

- 6.4.1 A moradia 734
- 6.4.2 O vestuário 768

6.5 Religião e lazer 786

6.5.1 A liberdade de religião 786

6.5.2 As festas 791

7. Condições de trabalho 797

7.1 Organização, distribuição e remuneração do trabalho 797

7.1.1 As relações com o patronato 797

7.1.2 Organização do trabalho 804

7.2 Remuneração do trabalho 826

7.2.1 Determinação do valor do salário: “não tinha salário” 831

7.2.2 Modalidades de pagamento: “Ganhava pouco, mas no fim de semana recebia tudinho” 836

7.3 A ‘brecha camponesa’ 846

7.3.1 Acesso à terra 846

7.3.2 Produção alimentícia familiar no contexto da plantação 862

7.3.3 As produções 874

7.4 Precariedade da relação empregatícia 890

7.4.1 Mudança de engenho: “Olha, eles sempre botava pra fora e pra dentro.” 892

7.4.2 Expulsão 897

7.4.3 Os agentes da expulsão 902

7.4.4 Periodização das expulsões 903

7.4.5 Recursos 907

8. Violência e cidadania 909

8.1 Violência patronal 912

8.1.1 A violência patronal como fator econômico 916

8.1.2 Violência patronal como dissuasão de lutar: “Os direitos eram perigosos.” 925

8.1.3 “Antes desses direitos, o direito era pau” 927

8.1.4 Os agentes da violência patronal 934

8.1.5 Recompensas e privilégios 936

8.1.6 A impunidade como motor 938

8.1.7 Resistências 941

8.2 O papel do Estado 943

8.2.1 Os direitos políticos: os documentos 948

8.2.2 O direito de ir e vir 948

8.2.3 Liberdade de expressão, de reunião e eleições: “Ninguém era doido...” 950

8.3. Lutas: ligas, sindicatos, governo Arraes e regime militar 952

8.3.1 “Era preso. Era que nem uma escravidão” 955

8.3.2 “Agora, quando foi de 62, depois que Arraes entrou, foi que a gente teve essa liberdade. Fomos... forro outra vez.” 959

8.3.3 “Depois pegou aparecer salário, né? Pegou aparecer limite de trabalho, né?” 968

8.3.4 “Depois do salário pra cá [começou a mudar]. Sessenta e três, sim Sr. Pra cá. Mas pra trás o negócio dava desgosto. Dava desgosto da vida.” 972

8.3.5 Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais: “De 60 pra trás não tinha quem defendesse, não.” 976

8.3.6 O golpe de 64 e a repressão: “Voltou quase pra o que era!” 988

8.3.7 “Se não fosse o sindicato...” 993

8.3.8 “Nem natural, nem tradicional”: o recurso às Juntas de Conciliação e Julgamento 1002

À guisa de conclusão: fatores e sentido das mudanças 1011

Fontes 1031

Referências 1041

Prólogo

Se o Brasil foi uma “dádiva do açúcar”, como o escreveu Caio Prado Jr., então Pernambuco teve ao mesmo tempo o papel de doador e de receptor. Foi nas capitanias do Nordeste que a cultura do açúcar floresceu com o legado duvidoso que o autor descreve. Plantada nas colinas da Zona da Mata pernambucana, por gerações de africanos escravizados e seus descendentes, a cana-de-açúcar permaneceu no centro de um sistema de dominação que persistiu de forma extraordinariamente consistente por meio milênio. Pessoas, não a cana, criaram a cultura de produção e modos de controle que a sustentavam.

Por vários séculos, isso significou patriarcado, autoridade senhorial e escravidão. O caminho rumo à abolição exigiu algumas modificações nas modalidades de controle. O que os plantadores arquitetaram tomou a forma da ‘morada’. Na medida em que um espaço para viver era tão fundamental para o sistema – o domicílio presumido dos trabalhadores nas plantações –, ele lhe deu o nome. O sistema talvez acrescentasse alguma nuance às relações sociais, mas pouca flexibilidade adicional. Na sua base, um grupo relativamente pequeno de homens poderosos continuava a gozar dos

lucros providenciados pela exportação dos cristais doces para fora do estado, sua autoridade sendo garantida pela propriedade da terra.

Neste volume, Christine Rufino Dabat situa a ‘morada’ precisamente no centro de sua análise. Seu livro desdobra-se numa escala magistral, podendo, de fato, se pensar em três volumes. O primeiro trata da história “oficial” da ‘morada’; o segundo examina as análises marxistas do sistema; e o terceiro apresenta a versão dos próprios trabalhadores. Dabat separa as três seções por razões heurísticas. Sua epígrafe de Marc Bloch explica o porquê. Ele afirma que o passado é acabado, mas nossa compreensão evolui constantemente. Como o antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot defendeu, operações de poder influenciam a interpretação do passado a cada etapa. Argumenta que há “uma distinção irredutível e, ao mesmo tempo, uma superposição também irredutível entre o que aconteceu e o que foi dito que aconteceu”. Versões da história nos dizem muito sobre suas condições de produção, e a autora aproveita esta oportunidade para desenvolver perspectivas novas. Permitir aos menos poderosos terem a palavra é uma decisão que envolve a desconstrução de padrões de poder de longa duração, assim como sua distribuição. Ou, no caso da Zona da Mata, sua concentração. Dabat demonstra que não podemos separar nossa compreensão da ‘morada’ do emaranhado de debates que ela inspirou nos últimos cem anos. É uma lição prática das maneiras como nos vemos e criamos história por meio dos debates atuais a seu respeito.

As plantações de Pernambuco formam uma parte do imenso arquipélago de cana-de-açúcar que desenha um arco do Brasil, pelas Guianas e o Caribe até o Sul dos Estados Unidos e a América Central. Dados os padrões compartilhados de profunda exploração, nesta área geográfica, que vão desde a escravização de africanos até a sujeição dos trabalhadores por dívidas, na era pós-abolição, não é surpreendente que a autora tenha encontrado inspiração intelectual junto ao antropólogo norteamericano, Sidney W. Mintz, um

estudioso cuidadoso do impacto do açúcar no Caribe. Naturalmente, o título do livro ecoa levemente o primeiro livro de Mintz, em 1948: *Worker in the Cane*. Nas primeiras páginas, o autor evoca o ambiente sufocante da cana e da luta daqueles que nela trabalhavam:

Eles vão para “defender-se” (*se defienden*) no canavial, que é a expressão que eles usam para designar sua luta para ganhar a vida. Esses homens viveram com a cana, na sua maioria, desde que nasceram. Ela cresce até o limite da roça onde moram. Quando está na sua plena glória, ela atinge 15 pés de altura, e as vilas estão sufocadas por ela. Ela se espalha nas estradas; durante a safra, seu odor marca o ar, a penugem que a cobre entra na pele como aquela do pêssego. Os canavieiros falam de “brigar” (*bregando*) com ela¹.

Na descrição de Mintz a respeito de Porto Rico, que se aplica também a Pernambuco, a cana age tanto como combatente quanto metonímia. Sua presença invasora e penugem abrasiva eram bem reais, mas significavam também uma força opressiva maior. Os trabalhadores se defendiam contra um poder, um sistema de exploração que gerações de plantadores (senhores de engenho) haviam conseguido enraizar na sociedade.

Dabat expõe não apenas o sistema em si, mas como se tornou tão tenazmente impregnado. Ela explora gerações de intérpretes de várias posições sociais, inclusive porta vozes da classe dominante como o escritor e, às vezes, cientista social Gilberto Freyre e o romancista José Lins do Rego. Repertoriando as opiniões que apareciam nos principais jornais, ela mostra como estas personagens defendiam a visão da classe dominante, e o quanto seus escritos influenciaram este meio. Uma vez a história oficial delineada, a autora explora as interpretações de intelectuais como Caio Prado Jr, que aparece como figura tutelar das interpretações marxistas

1 MINTZ, Sidney W. *Worker in the Cane: A Puerto Rican Life History*. New Haven: Yale University Press, 1960, p.16.

da ‘morada’ e de seus significados. Ela lança também uma rede maior, trazendo as contribuições de historiadores do medievo e dos Tempos Modernos europeus, teóricos norteamericanos do sistema-mundo e particularmente Mintz.

Antropólogos brasileiros também tiveram um papel importante na compreensão da situação dos canavieiros na região. Uma equipe destes especialistas, vinda do Museu Nacional, chegou a Pernambuco nos anos 1970, com o projeto comum de entender as relações produtivas rurais na Zona da Mata e a região vizinha do Agreste. Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, José Sérgio Leite Lopes, Beatriz Heredia, Afrânio Garcia, Marie-France Garcia – um grupo unido de estudiosos efetuou pesquisas fundamentais para a compreensão da fase do declínio da ‘morada’, após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, e a migração dos canavieiros para as pontas de rua da região. Estudaram também as vidas de trabalhadores itinerantes, que vinham de pequenas cidades para os canaviais; os corumbas que sazonalmente migravam para cortar cana; assim como operários nas usinas. Focaram a maneira como estes grupos definiam nichos peculiares dentro do conjunto produtivo maior. Nos anos 1980, uma antropóloga norteamericana, Nancy Scheper-Hughes, desenvolveu um trabalho de campo na Mata Norte e argumentou de forma chocante que a desigualdade entranhada colocava as mulheres pobres numa situação de saúde mental e física tão precária que elas elaboravam justificativas para a morte de crianças. Estes antropólogos tiveram contribuições brilhantes e desafiadoras. Dabat as aproveita para compor uma história abrangente da ‘morada’.

A decisão da autora de colocar em evidência a perspectiva e as palavras dos próprios trabalhadores situa seu trabalho em paralelo com alguns destes antropólogos. Com este livro, reconhece-se estes teóricos “visto de baixo”, e juxtapõe-se suas vozes às versões oficiais e acadêmicas de sua história. A autora dá muita atenção àqueles que

operavam dentro da ‘morada’, suas vidas sendo definidas por este “modelo de exploração particularmente eficiente”. São 59 entrevistas com antigos moradores de engenho (na sua maioria, haviam vivido nos engenhos da região, embora o processo de mudar-se para as pontas de rua tenha ocorrido de forma desigual no tempo). Ela as associa a uma dúzia de outras entrevistas com dirigentes sindicais, advogados e outros. Ela elogia, frente à “dureza de suas experiências de vida, a coragem e incansável solidariedade que lhes permitiriam sobreviver, sua confiança na sua capacidade como classe de agir sobre a sociedade.” Os entrevistados falam com eloquência, embora as maneiras de falar revelem, às vezes, heranças do contexto histórico de sujeição.

As palavras destes homens e mulheres aparecem como peças que revelam uma narrativa com capítulos ecoando na história. Acostumados a procurar viradas, rupturas e mudança, os historiadores podem se encontrar hipnotizados pela monotonia destes capítulos históricos. Como é possível que tão pouco tenha mudado? No meio desta continuidade poderosa, os atores mencionados pela autora apontam momentos de transformações importantes. Eles enfatizam o potencial emancipatório dos governos Miguel Arraes, por exemplo, com o poderoso senso do seu valor que animou os trabalhadores quando um governador os contemplou pelo que eles eram, e a carga de labuta que suportavam. “A gente tomou posição,” disse um trabalhador à pesquisadora. “Todo mundo se levantou, aí vencemos o direito nosso, que eles gritaram por liberdade”. Os trabalhadores consideram a sindicalização concomitante como uma mudança de era: os sindicatos consolidando sua “posição,” e deixando suas vozes serem ouvidas enquanto classe. Sua história da ‘morada’ não confirma a versão oficial. Os trabalhadores têm uma “forma de conceber o passado”, defende Dabat, que “não apenas inverte o sentido dado a essa evolução pela classe dominante, como propõe uma periodização distinta”.

No presente livro, os trabalhadores – os moradores de engenho – tem a última palavra neste debate vasto e complicado. Sua perspectiva oferece o melhor guia para historicizar e interpretar a ‘morada’, colocando-a na longa trajetória de continuidade aparente na zona canavieira. Através de sua visão, Dabat pode apontar mudanças significativas e sobretudo a forma de sua experiência vivida. Uma lição fundamental que eles nos ensinam é descartar a visão romantizada da ‘morada’ implantada por apologistas como Lins do Rego, para quem a perspectiva do senhor de engenho era a visão da cultura da cana, habitual e de sua família..

Estudiosos do passado do Brasil, sobretudo aqueles que levam seriamente a frase de Caio Prado deveriam lembrar da centralidade do Nordeste na história do açúcar. Nas suas famosas interpretações da nação e de seu passado, Gilberto Freyre tinha razão em declarar a importância da relação do Brasil com o açúcar. Ele geralmente romantizava a dependência de Pernambuco com esta cultura e sua identificação com esta, embora ele aparentava denunciá-la, assim como seu modo de produção horrível, como no livro *Nordeste*. Tomando de Freyre o sentido geral da significação do açúcar, podemos aprender muito mais da tradição intelectual pernambucana que emerge em paralelo a ele, e de certo modo, apesar dele. Pensadores produtivos como Mário Lacerda de Melo e Manuel Correia de Andrade, por exemplo, nascidos nos anos 1910s e 1920s trouxeram perspectivas da geografia para abastecer a história, assim como outra geração dos Correia de Andrade – Joaquim Correia Xavier de Andrade Neto e Sandra Maria Correia de Andrade. O estado proporcionou trabalhos de qualidade sobre a cultura de poder que vigorava no ambiente do açúcar e o livro de Dabat tem seu lugar garantido nesta biblioteca.

E esta biblioteca não para de se expandir, em parte por obra da autora. Este livro é o fruto de uma pesquisa difícil e persistente, e da experiência na militância e no ensino. Esta dimensão não deveria ser subestimada, já que além do presente texto valioso e outras

publicações, a autora orientou e ajudou à realização de um elenco de estudos adicionais. Duzias de estudantes na UFPE se depararam com a questão difícil das relações de trabalho na zona canavieira, explorando assuntos desde a Justiça do Trabalho (no LAHM-UFPE, sob a coordenação do Professor Antonio Montenegro, com seus próprios orientandos), os direitos dos trabalhadores, questões ambientais e agrícolas, até greves e ferrovias, questões de gênero, fome, medicina, geografia e muito mais. Outros estudaram a indústria têxtil e questões urbanas, sob sua orientação. Alguns, como José Marcelo Marques Ferreira Filho, orientam agora seus próprios estudantes. Ademais, o alcance atinge o exterior também. Meu trabalho foi transformado por este livro e o exemplo da autora. A biblioteca que disto surgiu, complexa e rica, testemunha da importância da zona canavieira de Pernambuco para a história do Brasil. Muito digno de outra edição, este livro continua seu impacto nesta história.

Thomas D. Rogers

Apresentação

“O Brasil é um dom do açúcar” escreveu Caio Prado Jr.; esta é uma citação da autora deste livro. Depende da época, pondero. É verdade que parte da colônia portuguesa, principalmente a parte nordeste, se afirmou através do açúcar. E, em volta dele, a sociedade nordestina se organizou e criou raízes. Durante os períodos colonial e imperial, o açúcar, ou melhor dizendo o capital que girava em torno dele, possibilitou o surgimento de inúmeras atividades: o tráfico negreiro, a produção do algodão, do fumo, a criação do gado...; mesmo nas sub-regiões em que outras culturas foram dominantes, o modo de produzir e as relações sociais tiveram na sociedade açucareira o seu modelo aproximativo.

Christine Dabat pesquisou intensamente o desenvolvimento das relações de trabalho no campo a partir da transição da senzala para a ‘morada’. A autora refere este estudo como “episódio identificado como singular na evolução das relações de trabalho no campo”. Será que existiu o morador do café? Provavelmente, há alguma semelhança entre a ‘morada’ dos imigrantes que vieram para a cultura do café e a ‘morada’ dos canavieiros. Neste assunto, as diferenças superam as semelhanças.

No estudo da autora, o fenômeno da ‘morada’ aparece com a abolição da escravidão e a instalação das usinas de açúcar; não como uma evolução progressista nas relações sociais de trabalho, de tipo capitalista, como poderia sugerir desde que o trabalhador rural, supostamente, receberia um pequeno lote de terra, no qual pudesse plantar e subsistir com sua família; mas, a ‘morada’ substituiu a senzala apenas no seu significado de moradia coletiva, pois as famílias que ocuparam moradas/casebres continuaram sujeitas às vontades promíscuas dos senhores de engenho e seus esbirros, como os capatazes e/ou seus capangas. Da mesma forma, o aparecimento do barracão, que realizava as trocas entre mercadoria e salário, reforçou a relação entre dominador e dominado, como tão bem estudou Fernando Azevedo em “As Ligas Camponesas”, publicado pela Paz & Terra em 1983.

Há certo entendimento entre alguns historiadores, sociólogos e antropólogos que o fim da ‘morada’ é o momento de proletarianização da mão de obra. Prefiro dizer: é o momento da expulsão definitiva do trabalhador rural das terras dos engenhos. Principalmente, trabalhadores que haviam participado dos movimentos sociais, que lutavam pela reforma agrária nas ligas camponesas, nos sindicatos rurais e nos partidos políticos. A perda da ‘morada’ sub-proletarianizou o trabalhador rural. Com a pequena indenização que recebeu pelas benfeitorias que produziu naquele pequeno lote de terra, os trabalhadores compraram pequenos terrenos nas “pontas de rua” das cidades mais próximas aos engenhos, de onde eram originários, edificaram pequenas casas e passaram às atividades informais de biscateiro, vendedores de doces e biscoitos, com recheio químico, ou, dependendo de suas habilidades, pescadores nos mangues, apanhadores de guaiamuns, siris e outros.

O desaparecimento das ‘moradas’ possibilitou a anexação desses terrenos aos já destinados ao cultivo de outra cultura, ou mesmo à cultura do açúcar, conseqüentemente à ampliação do latifúndio.

A autora chama atenção ao papel-chave que teve a ‘morada’ na concepção do modo de produção, na história do açúcar e nas diferentes discussões teóricas que proporcionou.

Para melhor compreender esse fenômeno, deu voz aos antigos “moradores de engenho”, não apenas como complemento ao exercício acadêmico, mas, de forma relevante tornando primoroso este estudo, ainda que se reconheça a complexidade desse tema histórico.

É claro que a abolição da escravidão provocou mudanças nas relações de trabalho; entretanto, estas não trouxeram transformações sociais profundas. Não houve nenhuma reforma agrária, no país, que redimensionasse e distribuisse terras com planejamento de perspectiva sustentável. Antigos usineiros e latifundiários se reciclaram e passaram a ocupar postos políticos importantes, que seriam verdadeiras sentinelas avançadas, barreiras irredutíveis diante de uma corrente/torrente no enfrentamento dos problemas suscitados por uma política agrícola e agrária. A tolerância ao movimento sem terra, sem que haja uma solução de continuidade, é uma atitude que favorece permanências em relação às mudanças no campo.

Sobre a autora, testemunho que é historiadora das mais competentes. Realizou sua formação em história geral na Universidade de Genebra na Suíça e em história do Brasil, especialmente a história dos movimentos sociais no campo, Christine Dabat é autodidata. Antes de ingressar na carreira acadêmica participou em vários projetos que analisavam a situação do trabalhador rural, e em alguns trabalhos esteve sob a orientação do saudoso e competente Professor Manoel Correia de Andrade. Com brilhante inteligência e perspicácia acabou percebendo que certos ‘episódios’ fazem a diferença, como a ‘morada’ dos trabalhadores do açúcar.

Maria do Socorro Ferraz Barbosa

Recife, 21 de fevereiro de 2011.

Introdução

O passado é, por definição, um dado que não poderá mais ser modificado. Mas o conhecimento do passado é uma coisa que está em progresso, que constantemente se transforma e aperfeiçoa.

Marc Bloch¹

“[O] Brasil é um dom do açúcar”,² segundo a feliz expressão de Caio Prado Júnior. Desde os primórdios da colonização portuguesa, a crescente demanda por açúcar nos mercados mundiais³ provocou o secular “avanço civilizador”⁴ dos canaviais na Zona da Mata de um modo – para não dizer segundo um modelo – cujos traços exibiram

1 *Apologie pour l'histoire, ou le métier d'historien*. Paris: Armand Colin, 1964, p. 22.

2 PRADO Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 144.

3 À medida da transformação deste produto de luxo em bem de primeira necessidade, o consumo mundial passou de 250.000 toneladas em 1800, a 3,8 milhões em 1880, 30 milhões no fim da Segunda Guerra Mundial e em torno de 100 milhões em 1985. MINTZ, Sidney W. “O Poder do Doce e a Doçura do Poder”. In: MINTZ, Sidney W. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Org. e trad. Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p. 109-137.

4 A expressão é de Gilberto Freyre. *Nordeste. Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. [1936] Rio de Janeiro: José Olympio, 3ª ed. 1961, p. 8.

fortes permanências: entre as mais notáveis, a sujeição de grandes contingentes de mão de obra rural a condições particularmente brutais de exploração.

Esse é o contexto do presente trabalho: o estudo de um episódio identificado como singular na evolução das relações de trabalho no campo. Após a escravidão, a mão de obra rural empregada nos canaviais foi maciçamente submetida à condição de morador de engenho. Examinar-se-á o conceito de ‘morada’ à luz de grandes obras literárias que são responsáveis pelo seu perfil habitual, na construção de uma suposta ‘memória coletiva’ adotada pela história oficial. Ademais, correntes historiográficas, particularmente marxistas, atribuíram-lhe uma função peculiar dentro do evolucionismo cultural. Confrontar-se-á, por fim, essas versões da história às lembranças dos próprios moradores de engenho, isto é, à experiência e à opinião dos trabalhadores rurais que viveram a ‘morada’.

A abordagem do tema segue as correntes historiográficas que questionam os parâmetros eurocêntricos do conhecimento nas Ciências Humanas. A ambição deste estudo consiste, ao registrar o ponto de vista dos canavieiros a respeito de seu próprio passado, na afirmação de sua capacidade, enquanto classe, de conferir historicidade. Isto é, reconhecer-lhes uma competência que lhes foi sempre negada em virtude da localização dita periférica e rural de seu âmbito de trabalho e de sua posição de classe subalterna na sociedade brasileira.

As permanências como traço predominante na zona canavieira de Pernambuco

“[H]istória de persistência em vez de mudança”, como Stuart B. Schwartz qualificou o período colonial,⁵ os cinco séculos de ocupação

5 SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 220.

da Zona da Mata pelos europeus e seus descendentes oferecem, portanto, um desafio para a disciplina histórica, focalizada na apreensão da transformação.

Entre suas características mais duráveis, destaca-se o monopólio da terra nas mãos dos plantadores. Negada aos trabalhadores, ela permaneceu o apanágio muito bem defendido da rede estreitamente tecida de grandes famílias dos chamados “barões do açúcar”. A monocultura da cana, associada a essa configuração fundiária, adotou a forma da plantação – a chamada “*plantation*”:⁶ um sistema de exploração da terra e da mão de obra, para o abastecimento de mercados longínquos, que reúne, segundo Eric Williams, “os piores traços do feudalismo e do capitalismo, sem nenhuma de suas virtudes”.⁷

No meio-milênio de sua existência, nenhuma comoção profunda foi capaz de alterar duravelmente as bases dessa sociedade tão desigual. A permanência predominou em todos os aspectos principais. Hoje ainda, a estrutura fundiária altamente concentrada continua beneficiando poucas grandes famílias. Nenhuma reforma agrária redistribuiu o acesso ao principal meio de produção: a terra. A longevidade plurissecular deste fenômeno – raro na época moderna – constitui um privilégio exorbitante mantido pela força bruta, inclusive estatal, a serviço da continuidade dinástica dentro da classe dos proprietários. Pois nenhuma revolução social modificou radicalmente a composição das elites econômicas e políticas interrompendo suas linhagens. Nenhuma revolta popular vitoriosa sacudiu suficientemente as desigualdades consolidadas

6 Definida por Sidney W. Mintz e Eric Wolf: “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. In: MINTZ, Sidney W. *O poder amargo do açúcar*. Op. cit., p. 169-223. Edição original: “Haciendas and Plantations in Middle America”. In: *Social and Economic Studies*, 6 (3) Sept. 1957, p. 380-412.

7 WILLIAMS, Eric. *The Negro in the Caribbean*. Bronze Booklet. n. 8, Washington DC: The Associates in Negro Folk Education, 1942, p. 13; citado por MINTZ, S. W. *Sweetness and Power. The Place of Sugar in Modern History*. New York: Viking Penguin, 1985, p. 237, nota 73.

ao fio dos séculos, efetuando rupturas, senão perenes em termos econômicos, ao menos capazes de estremecer o edifício social e suas certezas culturais.

Em vez disso, o continuísmo ilustrou o que Peter Eisenberg chamou, com muita felicidade, de *Modernização sem Mudança*,⁸ a propósito do período que viu se generalizar a ‘morada’, com a abolição da escravidão e a instalação das usinas. Pois, mesmo sob o ângulo das tão celebradas inovações tecnológicas e de seu impacto sobre a força de trabalho, a dinâmica entre mudança e permanência excluiu, com constância exemplar, os trabalhadores rurais de qualquer benesse.

O caráter notavelmente longo e estável da principal atividade econômica no estado de Pernambuco⁹ e de sua organização em termos sociais pode ser ilustrado por dois momentos cruciais para a ‘morada’. Eles são os marcos temporais do presente estudo: o processo usineiro, no final do século XIX e na primeira metade do século XX; e o Proálcool a partir de 1975. Em ambos os casos, a modernização da produção industrial foi contemporânea de modificações nas relações entre patronato e força de trabalho. Instaladas graças a recursos públicos, as usinas substituíram os antigos engenhos-banguês,¹⁰ concentrando a parte industrial da fabricação do

8 A obra de Peter Eisenberg marcou notavelmente a concepção histórica do período. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

9 É o que os membros da aristocracia açucareira gostam de enfatizar, particularmente nas suas reivindicações junto às autoridades públicas. O lema é constante há séculos e sua formulação notavelmente repetitiva. Este setor de atividade ocupa o maior contingente de empregados nos ramos primário e secundário em Pernambuco.

10 Ver ANDRADE, Manuel Correia de. *A História das usinas em Pernambuco*. Recife: Massangana, 1989; PERRUCI, Gadiel. *A República das Usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Leonardo Guimarães Neto mostra a duração inesperadamente longa desse processo. Ver *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Recife: Massangana, 1989. Viajando pelo Nordeste, no começo dos anos cinquenta, A. da Silva Mello

açúcar. Seguindo a abolição da escravidão, essas transformações do parque industrial equivaleram a uma redistribuição das tarefas no seio da classe dominante entre usineiros, de um lado e, do outro, senhores de engenho que passaram, a contragosto, para a categoria de simples fornecedores. Contrariamente ao que certos autores pretendem, as modificações sociais foram, portanto, de alcance limitado, exceto para os plantadores.

A condição dos trabalhadores rurais, no período, foi identificada como pertencente à relação distinta, dita de ‘morada’, arrolada entre

[as] formas arcaicas e pré-capitalistas de extração do sobre-trabalho, como a renda-produto, ou a renda-trabalho, ou ainda o assalariamento não-monetário (por exemplo, em grande parte dos engenhos nordestinos o “vale” no “barracão”, substituíu a moeda), as relações sociais entre o agregado e o proprietário aparecem, ao nível da consciência dos dominados, de maneira difusa e opaca e quase sempre mediadas por relações diretas e pessoais, envolvendo todo um sistema de regras de obrigações e lealdade devidas por parte do agregado [...] até uma rede de apadrinhamento e proteção que reforça um estilo de dominação e autoridade de caráter tradicional.¹¹

Essa convergência hipotética de destinos entre a classe dos plantadores e dos trabalhadores rurais foi construída como uma certeza historiográfica.¹²

visitou um engenho banguê, o Gravatá em Água Preta, de propriedade do Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, Benedito Coutinho. MELLO, A. da Silva. *Nordeste Brasileiro. Estudos e impressões de viagem*. Prefácio de Roquette-Pinto. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, p. 354 *et ss*.

11 AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 114.

12 A contribuição do Professor Thomas D. Rogers a este respeito é fundamental. Ele criou um novo conceito, o de *laboring landscapes*. ROGERS, Thomas D. Imaginários paisagísticos em conflito na zona da mata pernambucana. *Cadernos de História da UFPE*, v. 6, n. 6, 2009.

Em outro período-chave, nos anos 1970, à iniciativa do Estado federal, os usineiros da região converteram parcialmente sua cadeia de produção para incluir o álcool combustível. Preocupações ambientais e de esgotamento de recursos não-renováveis (o petróleo) tingiram positivamente essa modernização da agroindústria sucro-alcooleira, rebatendo uma das principais críticas feitas aos empresários do setor: sua obsolescência. A operação foi possível, mais uma vez, graças ao generoso apoio fornecido pelas autoridades estatais, particularmente no âmbito federal.¹³ Elas justificaram o derrame de recursos públicos nesse setor por uma preocupação estratégica: a independência energética da nação. Este momento de mudança correspondia também ao que vários autores chamaram de proletarianização da mão de obra rural, outrora enquadrada na ‘morada’.

As relações de trabalho como aspecto-chave de qualificação da sociedade

Numa época ávida de modernidade, a produção industrial de ponta de um combustível renovável, promovendo o Brasil a um lugar de destaque no planeta, coexistiu e ainda coexiste com o aspecto preciso das relações de trabalho que valeu aos plantadores e usineiros os epítetos os menos elogiosos, com conotações de atraso em relação ao tempo atual. Qualificadas pejorativamente de ‘feudais’¹⁴ por algumas das mais altas autoridades do país, denunciadas na imprensa pelo seu “caráter medieval”¹⁵ no século xx, essas

13 PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *No coração do canavial: estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucro-alcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canvieira*. Rio de Janeiro: UFRJ (Diss. de Mestrado), 1994.

14 A amplitude semântica do termo na concepção da história regional será vista em detalhes na Parte II. Interpretações da ‘morada’.

15 Qualificativo caro a alguns jornalistas que desejam marcar sua reprovação. Entre inúmeros exemplos, alguns bem mais recentes, o *Jornal do Commercio* (doravante mencionado como JC) relata um ato de violência patronal contra um

relações de trabalho são tidas como problemáticas, particularmente na modalidade aqui estudada de ‘morada’. Ela representaria um anacronismo gritante, constituindo um obstáculo indesejável no caminho do progresso almejado para a região. Sua posição cronológica como herdeira da escravidão, fase superada na escala evolucionista à qual sucedeu, diretamente e sem ruptura radical, lembra, de maneira incômoda para o orgulho regional, que resquícios daquele tempo podem ainda existir. A relação de ‘morada’ carrega consigo, portanto, conotações negativas.

Pois, ao lado do brilho modernoso da técnica industrial, as permanências, em termos das precárias condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais e de suas famílias,¹⁶ ilustram-se em índices sociais alarmantes, no que tange à desnutrição e epidemiologia.¹⁷ Os aspectos mais chocantes deste atraso nas relações trabalhistas no setor encontram-se no trabalho infantil e na violência patronal impune. Exercida contra os canavieiros pelos empregadores e seus prepostos, seus episódios mais graves ocorrem sobretudo em razão de questões de serviço e acesso à terra.¹⁸

Ainda entre as características básicas da atividade açucareira na região, distingue-se a ação do Estado. Ele prodigaliza sua proteção aos plantadores e sustenta a posição dominante da agroindústria açucareira, enquanto atividade econômica, assegurando a paz

trabalhador “praticado em circunstâncias que lembra [sic] os tempos medievais.” JC, 02.07.1961.

- 16 ARAÚJO, Espedito Rufino de. *O Trator e o ‘Burro sem Rabo’. Consequências da modernização agrícola sobre a mão de obra na região canavieira de Pernambuco – Brasil*. Genève: IUED, 1990. Mimeografado.
- 17 Ver o grande clássico: CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. [1948] São Paulo: Brasiliense, 1961; e CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*. [1964] São Paulo: Brasiliense, (2ª ed.) 1967. Assim como os estudos realizados no âmbito do Departamento de Nutrição da UFPE.
- 18 Ver Fetape. *Açúcar com gosto de sangue*. Recife: Fetape, 1984; e AMNESTY INTERNATIONAL. *Brazil: Authorized Violence in Rural Areas*. Londres: AI, 1988.

social da forma mais categórica e brutal possível. A força policial foi transformada em milícia a serviço dos proprietários de engenhos, a única ‘face’ do Estado que os trabalhadores rurais conheceram por muitos séculos.

Outro traço, de ordem cultural, poderia ser singularizado. Um século após a abolição da escravidão, a matriz cultural valorizada, fonte das tradições e dos gostos ou comportamentos escolhidos como representativos da cultura regional de elite, corresponde a um modelo elaborado a partir de certa descrição da sociedade local por escritores como José Lins do Rego e Gilberto Freyre. Esses autores e seus êmulos desprezaram, de forma bastante bucólica, a vida do plantador – o senhor de engenho – e de seus dependentes. Ela constitui o modelo de distinção¹⁹ por excelência da sociedade regional. Embora rural, a chamada ‘Civilização do Açúcar’ teve por muito tempo precedência sobre outras referências civilizadoras, habitualmente citadas no ocidente. Representantes dos plantadores rivalizaram com floreios retóricos para garantir sua universalização. “Uma cultura fundamental, como a do açúcar, que é, sabidamente a base de nossa economia e também uma das motivações do nosso processo histórico de vida”.²⁰

Em flagrante contraste aparecia a condição daqueles que sustentaram, séculos a fio, essa civilização: os cortadores de cana. Produtores da grande riqueza que atraiu os colonizadores e fez a fama da região, eles foram historicamente mantidos numa situação tão miserável que mal garantia sua sobrevivência ao preço de um trabalho extenuante. Sua vida era abreviada pela inserção precoce no trabalho. Suas condições de existência eram proverbialmente rudimentares, miseráveis e precárias. O regime de trabalho contava entre os mais duros e brutais que se conhecia. Impune reinava nos canaviais a violência patronal,

19 BOURDIEU, Pierre. *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Paris: Éditions de Minuit, 1979.

20 “Ameaça à economia pernambucana”. Editorial do JC, 01.05.1957.

desde a época da conquista (até o presente). Portanto, é num contexto de oposição aguda em termos de classe que se situa o assunto deste estudo: a história das relações de trabalho, que envolviam, na ‘morada’, trabalhadores rurais e plantadores de cana-de-açúcar, era simplesmente aquela da luta entre explorados e exploradores.

Óbvio na escravidão, esta cesura social encontrou-se em parte mascarada na modalidade histórica – ou etapa – posterior. Uma ideologia da confraternização entre as classes foi afirmada de diversos modos, inclusive por parte das autoridades do estado, negando, senão a rudeza das condições de vida e de trabalho, ao menos a violência deliberada exercida contra os trabalhadores. A suposta “solidariedade” dentro da “família canavieira” contaria do usineiro e fornecedor de cana aos “humildes trabalhadores que vem fazendo o engrandecimento, a prosperidade e a fortuna particular e pública de Pernambuco e do Brasil no setor do açúcar”.²¹ Sua significação sistêmica, civilizacional, garantiria o bem comum.

Mudanças notáveis ocorreram, além de ou mesmo contra esses traços constantes, às vezes seculares, nas relações de trabalho na zona canavieira. Entre os aspectos mais importantes dessa evolução, fruto da mobilização dos trabalhadores rurais enquanto classe, a implantação progressiva de um arsenal jurídico a eles dirigido. Sobretudo a partir do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), foram garantidos aos empregados agrícolas direitos trabalhistas enquanto assalariados, comparáveis senão iguais àqueles de seus colegas urbanos e de seus vizinhos industriais. A criação de órgãos de classe como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, federados nos âmbitos estadual e nacional, bem como a multiplicação das Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, permitiram, em certa medida, o exercício desses direitos.

21 Discurso de Gileno De Carli, presidente do IAA, “Palmares vibrou com a presença de Gileno De Carli e da caravana do IAA”, matéria ocupando duas páginas, 8 e 9, no *Diário de Pernambuco* (doravante DP), 08.08.1954.

Ao mesmo tempo, assistia-se à migração, às vezes forçada, dos trabalhadores para fora das plantações, em direção à periferia das cidades da região ou às aglomerações chamadas ‘agrovilas’. Essa mudança não só deslocou seu domicílio, como marcou o fim da relação empregatícia considerada tradicional: a ‘morada’. Pois, como o termo indica, ela supunha que o trabalhador rural e sua família morassem na plantação e dispusessem, além da casa, de um lote de terra cedido pelo empregador para culturas alimentícias.

A ‘morada’ como elemento-chave na definição do grau de desenvolvimento social

Para o mundo acadêmico como sindical, a extinção da ‘morada’ carregou-se, portanto, de sentido, particularmente em termos históricos. Ela foi interpretada como um momento de proletarianização da mão de obra, até então engajada num regime de trabalho que, sucedendo à escravidão, não pertenceria ao âmbito das relações capitalistas de produção. Herança da colonização portuguesa, o modo de produção anterior ter-se-ia modificado sem permitir realmente o advento do modo de produção capitalista, ao menos na atividade agrícola. O processo usineiro havia sido reconhecido, na dimensão industrial sobretudo, como marco do “avanço do capitalismo no campo”.²² O debate entre estudiosos residia na designação do estágio anterior: modo de produção feudal, mercantil, escravista colonial etc.

A ‘morada’, como tipo de relação de trabalho, forneceu elementos para sua identificação. Ela era portadora de implicações definidoras: às vezes, consideradas centrais na determinação do modo de produção vigente; às vezes, secundárias, enquanto resquício de uma fase superada pela evolução da sociedade maior. Com efeito, o

22 Expressão consagrada que se encontra tanto nas obras acadêmicas tratando da modernização agrícola quanto em livros escolares, por exemplo.

simples fato de residir numa plantação e de dispor eventualmente de um lote de terra cedida para cultivar produtos alimentícios – a ‘morada’ – valeria a esses trabalhadores uma inserção nas relações de trabalho fundamentalmente diferente daquela de outros assalariados: os trabalhadores da indústria do açúcar; ou mesmo rurais: empregados temporários, safristas.

O presente estudo tenta evidenciar na história da atividade canavieira em Pernambuco, e especificamente no caso da ‘morada’, as consequências do “*sequestro da história*” pelos ‘europeus’,²³ segundo a expressão de Eduardo Galeano. Isto é, o eurocentrismo na concepção das bases disciplinares.²⁴ Essa aparente digressão, enfocando axiomas epistemológicos que têm sua própria história, permite contextualizar as linhas explicativas vigentes sobre a evolução das relações de trabalho nas plantações de cana pernambucanas, tanto quanto as novas propostas, fruto precisamente de rupturas conceituais.

O eurocentrismo contido em boa parte da concepção clássica da história ocidental, com tremendas implicações, foi evidenciado por Dominique Perrot e Roy Preiswerk em *Ethnocentrisme et Histoire*,²⁵ obra que tem o mérito de oferecer um aparato conceitual para abordar a questão.²⁶ Tais estudos tornam mais preciso o debate acerca da questão do evolucionismo cultural em geral e da transferência de conceitos elaborados a partir da realidade histórica europeia e aplicados a outras sociedades. Para tentar uma via que não seja

23 No sentido da difusão europeia, incluindo as classes dominantes de territórios não europeus como as Américas. BLAUT, Jim. *The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. New York: Guilford, 1993. “O Sequestro da história”, expressão de Eduardo Galeano. *Ser Como Eles*. Rio de Janeiro: Revan, 1993, p. 64.

24 Ver 5.1. O evolucionismo na sucessão dos modos de produção. 5.1.1. História evolucionista: a ocidentalização do passado. 5.1.2. Aspectos do pensamento marxista sobre a questão da periodização.

25 PERROT, Dominique e PREISWERK, Roy. *Ethnocentrisme et Histoire. L'Afrique, l'Amérique indienne et l'Asie dans les manuels occidentaux*. Paris: Anthropos, 1975.

26 5.1. O evolucionismo na sucessão dos modos de produção.

evolucionista, no sentido unilinear e universalizante do termo, novas perspectivas são propostas pela teoria da economia-mundo, corrente marxista original. Deste modo, o debate está situado em torno de perguntas que levam a considerar formas alternativas de conceber o estatuto passado dos canavieiros e seu sentido. Esta tentativa inspira-se sobretudo nos trabalhos do Professor Sidney W. Mintz,²⁷ cujo enfoque interdisciplinar, somando os aportes da Antropologia e da História, enriquece consideravelmente os termos do debate, bem como fornece perspectivas analíticas fecundas.

As interpretações patronais da ‘morada’

Tudo quanto ocorria na casa do “morador” ia ser contado e remediado na casa grande. O senhor de engenho era polícia e justiça mas era também um chefe de assistência social. Com a sua autoridade às vezes rústica, às vezes polida atendia ele aos seus dependentes, distribuindo-lhes ordens, sugerindo-lhes comportamentos. E, portas a dentro, lá estava a “senhora” ensinando às mulheres receitas para doenças e providências a tomar com os filhos. [...] E assim a assistência material se desdobrava em assistência moral.²⁸

Etapa do itinerário histórico dos cortadores de cana, momento intermediário entre a escravidão e o estatuto atual de proletário por inteiro (unanimemente reconhecido como tal a partir do momento em que o canavieiro reside na cidade), a ‘morada’ foi, muitas vezes, evocada como positiva. Sem constituir propriamente uma idade de

27 Por exemplo, no artigo: MINTZ, Sidney W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?”. In: MINTZ, S. W., *O poder amargo do açúcar*. Op. cit., p. 139-168.

28 Editorial “Um aspecto da assistência social” do DP, 11.11.1945, p. 4.

ouro, ela teria sido relativamente confortável²⁹ para os trabalhadores, no seu percurso histórico da escravidão – passado hediondo – rumo à condição proletária de moradia urbana. Embora comportando limitações impostas, expressamente ou não, pela vida na plantação literalmente sob a vista do plantador, a ‘morada’ teria sido dotada de uma rara qualidade de harmonia nas relações entre as classes. Essa ideia será testada à esteira da opinião dos próprios trabalhadores rurais que a experimentaram.

A concepção-padrão saudosista da extinção da ‘morada’ teve um papel diferente na visão da história defendida por cada classe ou fração de classe. Para os usineiros, em geral, o desaparecimento da relação de ‘morada’ foi sobretudo uma necessidade da modernização do setor. Os benefícios que o Estado federal concedeu aos plantadores (e os usineiros figuram entre os maiores plantadores), com vultosos financiamentos proporcionais ao aumento das superfícies cultivadas, tendeu a encorajá-los a não desprezar a menor parcela de terra ainda desprovida de cana. Portanto, acelerando um processo já em andamento, os sítios e roçados dos trabalhadores foram condenados à destruição, bem como os parques resquícios da mata original, alvos de preocupação ecológica uma vez sua sorte decidida pelos traçadores das usinas. O transporte pendular dos trabalhadores, às vezes, em grandes distâncias, resolveu boa parte do problema secular de recrutamento da mão de obra pelas empresas. Doravante, a exigência de efetivos laborais numerosos na safra podia ser satisfeita sem a manutenção *in loco* de contingentes consideráveis, o que configurou precisamente o *modus operandi* da ‘morada’.

29 “*Idílicas*” seriam as condições de vida, de habitação e de assistência médico-hospitalar dos trabalhadores das usinas, segundo o Sindicato dos Usineiros justificando sua oposição ao projeto de pesquisa, em 1935, de Gilberto Freyre, Ulysses Pernambucano, Sylvio Rabello e Olívio Montenegro. PINTO, Estevão. “Introdução”. *Apud* FREYRE, Gilberto. *Cana e reforma agrária*. Recife: IJNPS, 2ª ed., 1970, p. 56, Nota 2.

Para os fornecedores, o desaparecimento da ‘morada’ ofereceu (além das vantagens acima expostas) a oportunidade de expressar seu rancor em relação aos usineiros. Com a ascensão destes a uma posição de comando tornado rapidamente hegemônico na cadeia de produção, os senhores de engenho passaram à condição de simples fornecedores de matéria-prima. Ao incluir as relações de trabalho de tipo ‘morada’ no elogio de sua posição perdida, os plantadores – *ci-devant* senhores de engenho³⁰ – tenderam a dotar essa época de cores sedutoras. No tempo em que os banguês ainda funcionavam,³¹ os trabalhadores teriam sido tratados, em regra geral, com humanidade, cuidados e até carinho pelo proprietário. Mencionam-se sempre laços de parentesco cerimonial entre a família do empregador e a do trabalhador. De acordo com esta ótica, a qualidade humana das relações entre patrões e empregados fora perdida sob a tutela dos usineiros e de seus administradores. “Uma classe ou uma fração de classe está em declínio, portanto, virada para o passado, quando ela não consegue mais se reproduzir com todas as propriedades de condição e de posição”.³² Pierre Bourdieu escreve a respeito de outras classes, mas de uma maneira que se aplicaria de forma bastante feliz à postura dos fornecedores. Com efeito, sua posição socialmente dominante enquanto (fração de) classe só foi ameaçada e finalmente vencida, durante estes quase quinhentos anos

30 Raros são aqueles que reivindicam o termo para si, mesmo informalmente.

31 Os últimos a serem extintos funcionaram até os anos 1940-50, manifestando uma longevidade notável. A identificação com a figura social do “senhor de engenho” perdura por muito mais tempo na categoria dos fornecedores de cana. É interessante notar que todo o vocabulário em volta da atividade açucareira, particularmente aquele evocando o fogo da fornalha (algo como o coração do engenho), fogo que depois se torna “morto”, antecede mas sobrevive à modernização da atividade industrial. O forte teor simbólico, bem como as conotações que tal nomenclatura possa veicular, constituem sem dúvida um bom objeto de estudo linguístico.

32 BOURDIEU, Pierre. *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Op. cit., p. 530. Tradução da autora, bem como das demais citações em idiomas estrangeiros.

de economia açucareira, pelos seus parentes mais afortunados que se tornaram usineiros. Seu discurso e suas atitudes permaneceram amplamente passadistas, em busca de uma legitimação na história para suas queixas presentes.

A construção de uma ‘memória coletiva’:

a ‘morada’ como lembrança feliz

O aparato de Estado nos seus diversos níveis, bem como o mundo acadêmico, abrigaram numerosos membros das famílias dos plantadores que não se tornaram usineiros, nem mesmo herdaram os engenhos. Todavia, aproveitaram sua posição de classe e as relações que esta lhes assegurava, para garantir-se uma situação profissional vantajosa. Essa, por sua vez, deu-lhes a oportunidade de formular um discurso – em nome dos poderes públicos ou da ciência – que refletia, de fato, sua visão de classe da história: o saudosismo impregnava o relato do episódio de sua decadência frente ao crescimento das usinas. Sua inserção na sociedade maior consolidou o argumento compassivo numa versão da história que pretendeu à objetividade: os moradores teriam sofrido uma ‘proletarização’ desumanizadora na esteira.

Incapazes de ganhar a batalha na área econômica, os *senhores de engenho*³³ procuraram, entre outros meios, deslocar a luta no campo simbólico. Tratava-se de construir uma “má” imagem das usinas: afirmavam que faltava aos usineiros a generosidade e magnanimidade dos verdadeiros “senhores do açúcar”, seus ancestrais.³⁴

33 Em português no texto.

34 SIGAUD, Lygia. “Des plantations aux villes: les ambiguïtés d’un choix”. GARCIA, Afrânio Raul. (Dir.). *Droit, politique, espace agraire au Brésil*. Paris: ETUDES RURALES, n. 131-132, Juillet-décembre, 1993, p. 27.

Amplamente divulgada, essa versão da história alcançou o estatuto de senso comum. A ideia de que a ‘morada’ garantiria relações mais humanas e, em suma, uma vida melhor aos trabalhadores, foi assumida pela Igreja e autoridades públicas. Dimensões peculiares à ‘morada’ inspiraram tomadas de posição em termos de organização sindical e de reivindicação.³⁵ A crise da indústria sucroalcooleira e o surgimento dos movimentos de ocupação de terras permitiram reorientar as propostas do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

As vozes saudosistas a respeito dos tempos da ‘morada’ são dominadas por duas figuras de destaque: José Lins do Rego e Gilberto Freyre. Suas obras serão analisadas sob esse ângulo.³⁶ Elas compuseram um roteiro apresentado como memória coletiva, supostamente homogênea no âmbito regional, numa versão praticamente unívoca desse passado. Referência obrigatória, José Lins do Rego³⁷ é mentor-mor dessa corrente para o grande público, os méritos literários de seus romances justificando-lhes a inserção nos programas escolares entre poucos títulos de leitura obrigatória. Eles contribuíram para divulgar, com amplitude inédita, sua visão da

35 Assim, até os últimos decênios do século xx, um dos objetivos propostos aos sindicalizados rurais da zona canavieira era de lutar para garantir a sua permanência nos engenhos como moradores, para reconstituir a ‘morada’, exigindo o sítio/roçado cedido pelo proprietário para plantar culturas de subsistência, cuja existência está assegurada – teoricamente – por grande número de instrumentos legais e judiciais, sem ao menos que sua existência real tenha deixado de diminuir, até sua extinção em grandes regiões da zona canavieira. Ver ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. São Paulo: USP, 1994. Em particular Cap. iv, “Perspectivas da ação sindical canavieira na década de 90: a persistência de velhos problemas e o surgimento de novas questões. 3. A luta pela terra e as ligações político-partidárias do movimento sindical.” p. 370 et ss.

36 4. A visão da ‘morada’ na obra de José Lins do Rego e de Gilberto Freyre

37 4.2. José Lins do Rego criador de um arquétipo.

vida nas plantações, tornando-a senso comum apesar de, ou através da sedução da autobiografia.³⁸

Concomitantemente, Gilberto Freyre³⁹ construiu ideologicamente uma história mais acadêmica da vida e do trabalho nas plantações. A abordagem, inovadora na sua época, das relações entre senhores e escravizados foi estreitamente associada a uma análise de questões concebidas como de “raça”. Ela passou para o estatuto de teoria oficial, na medida em que os adversários intelectuais de Gilberto Freyre nos anos 1930 – época da publicação de sua primeira e mais marcante obra, *Casa-Grande e Senzala* – foram aparentemente vencidos⁴⁰ pela evolução das ideias. Seu pensamento ganhou em estatura, consolidado por meio de numerosas publicações⁴¹ e da instituição que fundou.⁴² Firmou-se,

38 *Menino de Engenho* (1932); *Doidinho* (1933); *Banguê* (1934); *O Moleque Ricardo* (1935); *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943).

39 4.2. As relações de trabalho na zona canavieira segundo Gilberto Freyre.

40 Teóricos como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna defenderam princípios eugênicos, então na moda, e advogaram o “branqueamento” da população brasileira de modo a garantir geneticamente o desenvolvimento futuro da Nação. Ver, entre outros, RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935. VIANNA, F. J. Oliveira. “O povo brasileiro e sua evolução”. In: *Recenseamento de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922, p. 279-386. FERRAZ, Alvaro e LIMA Jr., Andrade. *A Morfologia do Homem do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. A questão é estudada em SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. Ver a inserção desse pensamento na historiografia 5.1.1. História evolucionista.

41 Do próprio Gilberto Freyre e de seus êmulos.

42 Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), em Recife, que constitui um grande centro de pesquisa e documentação. A própria universidade acolheu pontualmente o Mestre de Apipucos, embora as relações entre eles não fossem fáceis. “Matéria social brasileira”, editorial do DP, de 14.08.1954, anunciava um curso ministrado por Gilberto Freyre, na Universidade do Recife, sobre “os complexos patriarcal e escravocrata no Brasil” como “alguma coisa extraordinariamente renovadora no plano da pesquisa e da interpretação.” Esse curso sucedeu a um de lusotropicologia na Faculdade de Direito, tradição mantida posteriormente.

assim, uma descrição/explicação irrevogável da sociedade local passada, particularmente no âmbito rural. A obra do Mestre de Apipucos foi e continua sendo difundida em grande escala,⁴³ e enfrentou poucos desafios.⁴⁴

Essas obras literárias e acadêmicas parecem reforçar aquilo que poderia ser chamado de configuração de ideias homogêneas⁴⁵ a respeito da dimensão histórica aplicada às relações de trabalho na região. A passagem da escravidão ao trabalho assalariado de canavieiros morando no meio urbano teria ocorrido de forma linear: ao escravizado sucedeu o morador que tinha acesso à terra na forma de um lote cedido pelo proprietário; este trabalhador residente fora recentemente expulso dos engenhos. Morando doravante nas ‘pontas-de-rua’ de cidades ou ‘agrovilas’, ele é, desta feita, proletário por inteiro. Em suma, a ‘morada’ constituiria um período intermediário, de conforto relativo para os trabalhadores e de harmonia social entre senhores de engenho paternalistas e seus moradores, situada entre duas épocas mais duras: a fase escravista e a ‘proletarização’ miserável atual associada à postura impiedosa – empresarial – dos usineiros frente à mão de obra agrícola.

Os estudos da antropóloga Isabelle Schulte-Tenckhoff sobre o ‘potlatch’,⁴⁶ na releitura de conceitos tidos como óbvios a ponto de

43 Por exemplo, nas celebrações dos 70 anos da publicação de *Casa-Grande e Senzala*.

44 ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz. Casa-grande e Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. SILVA, Sílvia Cortez. *Tempos de Casa-Grande (1930-1940)*. São Paulo: Perspectiva FAPESP, 2010. SILVA, Valéria Torres da Costa e. *A modernidade nos trópicos: Gilberto Freyre e os debates em torno do nacional*. Recife: Carpe Diem, 2009.

45 O termo foi sugerido pelo Professor Laurent Monnier, da Universidade de Genebra, ao qual sou grata pelo interesse e apoio.

46 Usei amplamente os trabalhos e conselhos de Isabelle Schulte-Tenckhoff, Professora na Universidade de Genebra, para definir o objeto deste estudo, sobretudo sua tese de doutoramento: *Potlatch: Conquête et invention, Réflexion sur un concept anthropologique*. Lausanne: Editions d'En Bas, 1986.

permanecerem inquestionados, inspiraram a definição da temática do presente trabalho: a identificação e escolha de um conceito, a ‘morada’ ou o “sistema de moradores”,⁴⁷ como aspecto pivô da compreensão da história da região canavieira de Pernambuco. Com efeito, a interpretação da história que se organiza em volta desse conceito, ou melhor, da qual ele constitui o argumento demonstrativo chave, conduz a interpretações do devir da sociedade nordestina/brasileira, que motivam e justificam posturas ideológicas e políticas, sejam elas acadêmicas ou não. Elas incidem em tomadas de posição concretas de atores sociais.

Interpretações acadêmicas: a ‘morada’ na definição dos modos de produção

Pouco debatida quanto aos fatos, a sequência escravizado, morador, proletário levou a numerosas interpretações em termos de modos de produção.⁴⁸ A ‘morada’ forneceu elementos capazes, segundo alguns autores, de qualificar o tipo de organização social na qual se inseria e, portanto, o nível de ‘desenvolvimento’ da região, pois a atividade açucareira era seu setor econômico mais importante e avançado, sem rival nem mesmo urbano.

Retomar as bases históricas do progressionismo em história e a forma como a disciplina fora influenciada pelo colonialismo permitirá colocar o procedimento numa perspectiva crítica, questionando seu eurocentrismo axiomático. Será enfatizado o peso político do exercício, pois a fase ou etapa na qual a zona canavieira, por exemplo, poderia ser classificada numa escala de progresso importava para a avaliação da situação dos atores sociais (no caso, os moradores de engenho), mas também de seu devir e potencial

47 ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Recife: Sudene, 1988, p. 231.

48 Ver 5. Entendimentos marxistas acerca da ‘morada’.

no desenvolvimento futuro da sociedade. Isso determinava, por sua vez, diretrizes para mobilização e ação das forças sociais.

A situação exemplar, em termos de classe, do contexto social estudado permite recorrer também ao aparato conceitual marxista, ou talvez melhor dizendo, marxiano, sem medo de ser ultrapassado. As diversas correntes marxistas brasileiras, mais amplamente americanas⁴⁹ ou outras, enriquecem constantemente percepções e conceitualizações articuladas ao eixo definidor central do complexo analítico da obra de Marx. Sem entrar nos inúmeros debates que se oferecem no caminho (como as teorias da dependência) alguns assuntos mais especificamente ligados à definição do ou dos modos de produção vigentes na região estudada serão abordados, acompanhando grandes autores brasileiros.⁵⁰

A tese mais difundida, entre estudiosos marxistas brasileiros, para interpretar a ‘morada’ era de uma etapa feudal, o objeto mais frequente da transferência de conceito da Europa para o resto do mundo. Como nas *enclosures*, descritas por Marx, a expulsão dos moradores dos engenhos e a perda dos sítios seriam sinais certos do avanço capitalista no campo, revelando a existência daquele outro modo de produção sobre o qual se imporia.⁵¹ A análise da justiça dessa tese requer, por sua vez, uma rápida revisão dos conceitos de feudalismo⁵² segundo os medievalistas, como de sua aplicação a diversas sociedades não europeias, desde a zona canavieira

49 STAVENHAGEN, Rodolfo. *Les classes sociales dans les sociétés agraires*. Paris: Anthropos, 1969. (*Classes rurais na sociedade agrícola*. São Paulo: Loyola, 1979) e STAVENHAGEN, R. (Ed.). *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*. New York: Doubleday, 1970. Os trabalhos clássicos de Gunder Frank e Samir Amin (ver bibliografia) abriram horizontes conceituais inéditos para os europeus ainda saindo da fase colonial.

50 5. Entendimentos marxistas acerca da ‘morada’.

51 5.2. A tese feudal: o morador como servo.

52 5.2.1. Consulta à historiografia medievalista a respeito da opção feudal para definir a ‘morada’: “Que é o feudalismo?”

de Pernambuco até o Império do Meio. Aproveitando-se da falta de prestígio do campo disciplinar (medieval), analistas utilizaram amplamente um aparato conceitual ou apenas uma nomenclatura relativos ao medievo. O exemplo da China,⁵³ tantas vezes comparada ao Brasil pelos autores brasileiros aqui citados, pode demonstrar o peso ideológico da aceitação da denominação ‘feudal’, bem como o uso político que foi feito dessa conceituação. A pouca plausibilidade dessa proposta, em termos científicos, para uma das mais antigas e prestigiosas civilizações do planeta pode ajudar a questionar-lhe o uso para a região aqui estudada.

A tese feudal foi defendida, no Brasil, por estudiosos ligados ao Partido Comunista. Serão examinadas as obras de Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, em particular.⁵⁴ Sua contribuição colocava o problema da ‘morada’ dentro do contexto firme da luta de classes. O feudalismo brasileiro requeria uma estratégia específica que fizesse avançar a sociedade para a etapa subsequente, única capaz de abrir a porta de uma verdadeira revolução. Os trabalhadores rurais mobilizados teriam como alvo os “latifundiários feudais”.

Outros marxistas brasileiros recusaram-na, como Caio Prado Júnior.⁵⁵ Analisando diferentemente o estado da sociedade bem como a estratégia de luta necessária para mudá-la, ele mostrou que a conformidade dos comunistas brasileiros aos conceitos elaborados pelo Comintern havia tido resultados concretos catastróficos, em particular no campo. Aplicando o modelo ao pé da letra, eles fracassaram onde os chineses conseguiram demonstrar uma fidelidade incondicional no discurso, sem prejuízo de total autonomia na ação. Com a mesma premissa do capitalismo mercantil, mas ampliando

53 5.2.2. O conceito de feudalismo ou modo de produção feudal aplicado fora da Europa: “uma casa de arrumação”. A título de ilustração: a historiografia marxista chinesa

54 5.2.3. A tese feudal no Brasil explicando a ‘morada’ e defendendo sua extinção.

55 5.3. A ‘morada’ na tese capitalista mercantil 5.3.1. A ‘morada’ no contexto da obra de Caio Prado Júnior.

a escala de investigação com o antigo sistema colonial, Fernando Novais⁵⁶ apontou para fatores explicativos que dinamizaram a sociedade canaveira em estreita ligação com eventos em outras partes do mundo. Mantendo isso em mente, mas criando um novo modo de produção, o escravismo colonial, Jacob Gorender⁵⁷ apontou para uma solução que recusava a transferência de conceito, automatismo já criticado por Caio Prado. Ciro Flamarion Cardoso⁵⁸ destacou a importância também teórica de um fenômeno estudado por Sidney W. Mintz no Caribe: a produção de alimentos pelos escravizados que ele concordou em chamar de ‘brecha camponesa’.⁵⁹ Essa produção praticada em lotes cedidos foi fundamental na definição da ‘morada’, como o enfatizaram os antropólogos do Museu do Rio de Janeiro, com Moacir Palmeira,⁶⁰ que ensaiaram audazmente novas grades de leitura para entender as relações de ‘morada’, em via de extinção.

Finalmente, a economia-mundo,⁶¹ conceito oriundo de confrades norte-americanos, permite uma nova visão da ‘morada’ e da história das relações de trabalho nos canaviais pernambucanos. Ao aumentar a escala de observação, Immanuel Wallerstein⁶² forneceu uma perspectiva inovadora sobre o nascimento e desenvolvimento da atividade canaveira em Pernambuco, dentro do que ele chama de capitalismo histórico, surgido precisamente em escala mundial.

Sidney W. Mintz,⁶³ por sua vez, apontou para a modernidade muitas vezes não percebida do engenho, essa ‘fábrica no campo’, e trouxe, na paisagem histórica do açúcar, os trabalhadores europeus,

56 5.3.2. O Antigo Sistema Colonial e a relação de ‘morada’.

57 5.4. A ‘morada’ na tese do escravismo colonial.

58 5.4.2. “Uma sociedade, não um mero quintal da Europa”: o modo de produção escravista-colonial segundo Ciro Flamarion Santana Cardoso.

59 5.4.3. A ‘brecha camponesa’.

60 5.5. A ‘morada’ como ‘dádiva’.

61 5.6. A ‘morada’ reinterpretada no contexto da economia-mundo.

62 5.6.1. A obra de Immanuel Wallerstein: o conceito de economia-mundo.

63 5.6.2. Relações de trabalho e produção de açúcar na obra de Sidney Mintz.

particularmente no período pós-revolução industrial, drogados com bebidas excitantes adoçadas que favoreciam sua prestação nas fábricas. Abarcando e articulando dimensões diversas que vão desde o nível macro, no sentido da compreensão da história do capitalismo no horizonte da economia-mundo, até as modalidades mais classicamente antropológicas como mudanças na dieta dos trabalhadores europeus, ele permitiu uma compreensão esclarecedora ao combinar tanto as escalas quanto as especialidades disciplinares, sem perder de vista a perspectiva de classe. Sua obra é fundamental para entender, sob uma luz inovadora em termos conceituais, a velha história do açúcar e de seus produtores.

O ‘olhar de volta’

A ‘morada’ é, para muitos estudiosos, a pedra angular da definição da etapa de desenvolvimento da sociedade regional. Para testar essas interpretações, é preciso revisitar os conceitos. Para tanto, a ‘iluminação de volta’ (*éclairage en retour*) ou ‘olhar de volta’ (*regard en retour*), caros aos trabalhos do IUED,⁶⁴ pode inspirar uma abordagem nova da história da região canavieira de Pernambuco. Não no sentido de estabelecer a ‘inocência’ original, à qual pretendia a ciência positivista, mas para evitar fortalecer os *a priori* afirmados, mesmo sucintamente, pela literatura científica ou não sobre a Zona da Mata.

Proposto para examinar as sociedades europeias com o ‘olhar’ de habitantes de outros continentes, devolvendo aos seus inventores a abordagem antropológica que não lhes era inicialmente destinada,⁶⁵ este método permite estudar de forma inédita uma realidade

64 Instituto Universitário de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Genebra, Suíça. Ver os *Cahiers de L'IUED*, particularmente o n. 3: *L'ambivalence de la production. Logiques communautaires et logique capitaliste*. Genève/Paris: IUED/PUF, 1975.

65 5.1.1. História evolucionista. A ‘partição’ das Humanidades. A linha excludente.

tida como bem conhecida, a ponto de não oferecer mais estímulo à curiosidade. Ilustres antropólogos, como o Professor Sidney W. Mintz, ousaram desafiar pressupostos disciplinares tornados preconceitos, e ‘contaminar’ oportunamente a disciplina-irmã, a história, com este tipo de abordagem. Seus estudos sobre os canavieiros de Porto Rico e mais amplamente do Caribe,⁶⁶ e sua obra-mestra *Sweetness and Power*⁶⁷ revelam-se eminentemente benéficos para o conhecimento histórico, sobretudo na sua dimensão de entendimento. Ao mudar o ponto de vista (o olhar) e ao confrontar, em seguida, as diversas perspectivas e concepções elaboradas em torno desta mesma realidade – a história recente dos canavieiros – espera-se, senão escapar/renunciar totalmente à história linear ensinada classicamente, pelo menos dotá-la de certas nuances, por meio do aumento no número de vozes expressando-se a seu respeito; propõe-se a passagem da monofonia à polifonia.

À preocupação em restituir o passado recente de uma população muito numerosa e inserida geograficamente num espaço central,⁶⁸ contudo pouco ouvida, soma-se um embate em termos de visão geral do passado da região de acordo com a concepção evolucionista da História. Com efeito, apesar de sua posição geograficamente vantajosa e economicamente crucial, a sorte dos canavieiros, enquanto mão de obra majoritária da principal atividade econômica do Estado de Pernambuco, entre a fase escravista e a recente urbanização

66 Ver MINTZ, Sidney W. e WOLF, Eric. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. Op. cit. MINTZ, Sidney W. *Worker in the cane: A Puerto Rican Life History*. Yale, Caribbean Series: II. New Haven: Yale UP, 1984; MINTZ, Sidney W. (Ed.). *Caribbean Transformations*. Baltimore: The Johns Hopkins Univ., 1984; MINTZ, Sidney W. “O Poder do Doce e a Doçura do Poder”. Op. cit. *Three Ancient Colonies. Caribbean Themes and Variations*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2010.

67 MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power*. Op. cit.

68 Próxima à capital do estado, Recife, e à região industrial, estreitamente ligada às grandes vias de comunicação regionais ou até mais amplas.

domiciliar e suposta consequente ‘proletarização’, suscitou relativamente pouco interesse. Presumida amplamente conhecida e qualificada, esta realidade social, ou seja, a forma adotada pelas relações de trabalho durante este período – a ‘morada’ – tem, no entanto, um papel-chave na concepção da história regional. Ela foi objeto de diversos trabalhos teóricos, senão como elemento central, ao menos como argumento para determinar o modo de produção então próprio à região.⁶⁹

Ademais, a inserção deste passado em modelos construídos a partir da história europeia encontra-se em tensão constante, ao meu ver, com uma certa reivindicação à originalidade da história nacional brasileira (no seu componente regional). Destino singular, portanto, que permite a abertura de um campo alargado de potencialidades para seu devir.

A visão da ‘morada’ segundo os que a viveram – os moradores de engenho – ganha então competência na construção da historicidade da região. Sob o prisma teórico da economia-mundo, é-lhes possível desafiar o modelo europeu de conceber a história e escrutar os conceitos que o sustentam. Pois esses são distribuidores de subalternidade para qualquer realidade histórica não europeia, fora da ‘banana azul’,⁷⁰ cara aos geógrafos, compondo, com as devidas extensões, o Primeiro Mundo. Rejeitar a obrigatoriedade do percurso evolucionista europeu aplicado ao resto do mundo permite recusar a incompetência na criação de historicidade atribuída à região canavieira, em virtude de sua situação geográfica, e sobretudo à classe

69 SCHULTE-TENCKHOFF, Isabelle. *Potlatch*. Op. cit.

70 Região do Oeste da Europa, que se estende do Norte da Itália ao Sul da Inglaterra, passando pelo Oeste da Alemanha, Norte da França e antigo Benelux, cuja densidade urbana e industrial gera uma luminosidade azulada evidente nas imagens de satélite. Em termos figurados, trata-se do coração do poder econômico da velha Europa.

dos trabalhadores rurais. Nathan Wachtel escreve a respeito desta problemática:

A historiografia ocidental instaurou, por muito tempo, a Europa como o centro de referência em relação ao qual a humanidade se ordenava. Segundo uma representação simples e unilinear do devir, todas as sociedades era suposto passarem pelas mesmas etapas na rota do progresso e da civilização, cujo modelo mais acabado estava concretizado na Europa. Neste itinerário, as sociedades não europeias situavam-se atrás, ilustrando estados de menor civilização: tratava-se de uma ideologia justificadora da expansão do Ocidente no mundo e de sua hegemonia.⁷¹

Como o sublinhavam os fundadores da Escola dos *Annales*, a história há de ser “de todos os homens”. Na historiografia, constata-se, muitas vezes, o que Mercedes Villanova chama de “silêncios majoritários”, ou seja, a ‘mudez’ dos trabalhadores. No seu artigo intitulado “Memória”, na coletânea *História e Memória*, Jacques Le Goff mostra o âmbito e o modo como relações de poder se exercem e se reforçam ao monopolizar uma suposta memória coletiva, ou melhor, ao deixar de qualificá-la em termos de classe:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.⁷²

71 WACHTEL, Nathan. *La vision des vaincus. Les indiens du Pérou devant la conquête espagnole, 1530-1570*. Paris: Gallimard, 1971, p. 21.

72 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1992, p. 426.

Os canavieiros na história oficial

Paul Ricoeur propôs, em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*⁷³ – *Summa*, a modo escolástico (no bom sentido da palavra) do seu percurso como pensador – contribuições desafiadoras nesse âmbito, particularmente o diálogo entre filósofos e historiadores, enriquecido e dinamizado pela obra de Michel Foucault. Seguindo um dos princípios do ‘olhar de volta’, Ricoeur⁷⁴ já valorizara a imensa diversidade dos modos de conceber e falar sobre o tempo,⁷⁵ assim como as funções sociais de narrativas (religiosas por exemplo) que o articulam na sua relação com o mito (particularmente forte na cultura ocidental cristã).

No caso em estudo, em contraponto às permanências acima evocadas que dominam o tempo social na região, as revoltas de escravizados e suas sociedades rebeldes (quilombos) constituem um (tímido) ponto de referência histórico para as lutas populares rurais, enquanto que as elites perseguem outros ancestrais.⁷⁶ O Quilombo dos Palmares⁷⁷ e as celebrações em torno do tricentenário da morte do seu chefe, Zumbi,⁷⁸ atestaram, contudo, mais preocupação de

73 RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

74 Com contribuição de grandes especialistas como Raimundo Panikkar e A. Y. Gourevitch. In: RICOEUR, Paul. *As Culturas e o Tempo*. Petrópolis: Vozes, 1975.

75 Apropriadamente, ele ilustra seu propósito: a respeito da visão clássica que faz começar qualquer assunto filosófico com os gregos clássicos, inclusive a concepção do tempo e da história: “São as outras culturas que relativizam como ocidental a universalidade da discussão filosófica. Essa incidência de fora é impensável de dentro: o pensamento grego como tal pode produzir apenas a oposição do grego e do bárbaro. Mas como testemunhas da diversidade das culturas, sabemos que não é bárbara a especulação da Índia, para tomar um exemplo que a presente coletânea torna irrecusável.” Idem, p. 33.

76 A celebração do passado regional sofre um “nassauismo desenfreado”, nas palavras do Prof. Jan Bitoun, o que corresponde a uma ‘escolha dos ancestrais’ nitidamente alinhada ideologicamente, inclusive em termos de classe.

77 Ver FREITAS, Décio. *Palmares, A Guerra dos Escravos*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978 e MOURA, Clovis. *Rebeliões na Senzala*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1981.

78 MARIN, Richard. “Zumbi dos Palmares: um novo Tiradentes?”. *Clio. História do Nordeste*. n. 20, Recife: UFPE, 2002, p. 233-247.

ordem ‘racial’ (no sentido da denúncia da discriminação) que propriamente de classe, enquanto pessoas ocupadas na cultura e no beneficiamento da cana-de-açúcar.

Relembrando, com toda razão, o estado de inferioridade social em que a população dita ‘negra’ do Brasil é mantida e seu estatuto secularmente inferiorizado pelas estruturas e preconceitos sociais em vigor, comemora-se a luta desses africanos, escravizados na América, e de seus descendentes. Contudo, eles não aparecem prioritariamente como trabalhadores na produção açucareira, revoltados contra os plantadores, feito tardia e insuficientemente valorizado enquanto fenômeno de classe.

Outro exemplo, as Ligas Camponesas dos anos 1950 e 1960 – cujo potencial revolucionário foi realçado tanto por partidários quanto adversários – foram mantidas, nas celebrações oficiais, num silêncio suspeito de censura.⁷⁹ Nem as comemorações do centenário de nascimento do ilustre líder comunista Gregório Bezerra valorizaram devidamente sua experiência como trabalhador rural, bem como suas posições e ações corajosas no seio do seu partido em relação às lutas no campo naquele momento. Os cortadores de cana, qualquer que seja sua época, não tiveram, portanto, na história oficial, as devidas oportunidades de reverenciar heróis saídos de suas fileiras à altura de sua maciça importância enquanto classe, demográfica e economicamente, e de sua fidelidade política: finalmente reconhecidos como cidadãos na dimensão (elementar) do voto, eles provaram sua lealdade ao “pai Arraia”.⁸⁰

79 AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas*. Op. cit. MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: IATTERMUND, 1997.

80 Como chamavam afetuosamente Miguel Arraes. No seu primeiro mandato como governador do estado de Pernambuco, em 1963, não só proibiu a polícia de perseguir os camponeses, mas obrigou os plantadores a respeitar a legislação trabalhista e a negociar a primeira Convenção Coletiva de Trabalho dos trabalhadores rurais canavieiros. Dois ‘sacrilégios’, aos olhos das elites locais, que lhe valeram a prisão e o exílio.

Uma história dos canavieiros deve privilegiar o testemunho e a opinião dos próprios trabalhadores, diretamente consultados, sem, no entanto, excluir o ponto de vista de outros atores sociais, tampouco as fontes clássicas (arquivos de órgãos públicos,⁸¹ arquivos privados, imprensa⁸² etc.); e os estudos já realizados neste campo (ver a bibliografia). Neste sentido, a preocupação teórica subjacente ao presente trabalho dirige-se sobretudo à necessidade de inserir a “visão dos vencidos”, segundo a fórmula famosa de Nathan Wachtel,⁸³ que convida a “operar uma inversão (renversement) das perspectivas tradicionalmente eurocêtricas, tentando, pelo estudo das sociedades indígenas, restituir o ponto de vista dos vencidos, até mesmo (com os índios Urus) dos vencidos dos vencidos”.⁸⁴

A interpretação da ‘morada’ segundo os trabalhadores entrevistados

A ignorância do passado não se limita a ser nociva
para o conhecimento do presente; ela compromete,
no presente, a ação mesma.

Marc Bloch⁸⁵

Marc Bloch já qualificava de “eloquentes” os silêncios da história. Jacques Le Goff aconselha torná-los óbvios, integrantes da história, que deve ser assentada “tanto sobre esses vazios, quanto sobre os

81 Em particular as publicações do IAA.

82 Particularmente os grandes cotidianos de Recife: *Jornal do Commercio* e, sobretudo, *Diário de Pernambuco*, veículo conhecido dos plantadores. José Vieira, numa sessão da Sociedade Auxiliadora de Agricultura, elogiou-o: “esse velho órgão de publicidade”. “Êxodo do trabalhador rural”. *DP*, 28.09.1948.

83 WACHTEL, Nathan. *La vision des vaincus*. Op. cit.

84 WACHTEL, Nathan. *La foi du souvenir. Labyrinthes marranes*. Paris: Seuil, 2001, p. 29.

85 BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire, ou le métier d'historien*. Op. cit. p. 11.

cheios que sobreviveram”.⁸⁶ No presente caso, tratando-se da classe mais pobre da sociedade do açúcar, a ausência de dados, fontes, testemunhos etc., é manifesta: inversamente proporcional, ao que parece, à importância real dos personagens centrais da produção açucareira. Essa carência pode ser em parte compensada pela confecção de documentos novos através da história oral. No entanto, não se pretende mais do que pontilhar uma imensa área quase branca na paisagem histórica da região.

A opinião dos trabalhadores rurais a respeito do seu próprio passado revela novidades em termos, senão de cronologia, ao menos de periodização, enriquecendo o elenco das visões da história, ao lado de outros atores sociais. Completa-se, assim, um retrato diversificado das opções interpretativas. Essa abordagem geométrica, que Paul Veyne critica como ilusória,⁸⁷ ainda me parece rica de potencialidades. Elas mesmas se desdobram em questionamentos novos colocados frente às interpretações acadêmicas mais assentadas, num diálogo cuja fertilidade permite também “desmistificar as interpretações historiográficas”.⁸⁸

O uso dos recursos da história oral constitui uma pedra angular para a argumentação apresentada neste trabalho, na medida em que o ponto de vista dos trabalhadores só poderia ser integrado à paisagem historiográfica por este meio. Com efeito, a sociedade da Zona da Mata corresponde à categoria das culturas que Gwyn Prins define como “restritamente alfabetizadas, em que a maior parte das pessoas vive à margem, mas sob o domínio do registro escrito.”⁸⁹ As

86 LE GOFF, Jacques. “A história nova”. In: LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 54.

87 VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UNB, [1982] 1998, p. 42.

88 VILANOVA, Mercedes. Palestra no IV Encontro Nacional de História Oral, “Um Espaço Plural”. Recife: UFPE, 11-14 novembro 1997.

89 PRINS, Gwyn. “História Oral”. In: BURKE, P. (Org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 2001. p. 169.

taxas de analfabetismo na população rural adulta ultrapassam corriqueiramente os 80% no período aqui contemplado.⁹⁰

Além do registro de fontes de outra forma inacessíveis ao pesquisador,⁹¹ elas permitem a entrada das “maiorias invisíveis”, segundo o título evocativo da obra de Mercedes Vilanova,⁹² no palco da historiografia com voz própria: trazendo múltiplas informações e elementos novos e específicos à paisagem histórica. Ademais, este aporte, cuja dimensão não pode ser subestimada, apresenta também “o outro lado do espelho”, como escreve Antonio Montenegro, na medida em que “os depoimentos dos entrevistados podem nos

90 DABAT, Christine Rufino e GUIMARÃES Neto, Leonardo. *Zona da Mata: Emprego, Relações de Trabalho e Condições de Vida*. Recife: IICA/SEPLAN, 1993. Mimeografado. Levine mostra que a situação é muito antiga. “De 1872 a 1940, a percentagem oficial de alfabetizados subiu apenas 5 pontos, passando de 17 a 22%. E em alguns municípios rurais caiu abaixo de 10% em 1940, sem que seja possível saber a que atribuir o fato: à zona, à atividade econômica predominante ou à distância da capital.” LEVINE, Robert. *A velha usina. Pernambuco na Federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 94. Modifiquei ligeiramente a tradução publicada em virtude de uma imprecisão que prejudica o entendimento. LEVINE, Robert. *Pernambuco in the Brazilian Federation 1889-1937*. Stanford, Calif.: Stanford U.P., 1978, p. 51.

91 Especialistas da História Oral estabeleceram reiteradamente distinções entre as categorias. “A narrativa gravada em uma entrevista não constitui-se na memória propriamente, pois esta é inacessível; configura-se como a construção de uma determinada vivência a partir da memória. Durante o processo de rememoração, o depoente estabelece relações entre suas próprias experiências que o permite reconstruir seu passado segundo uma determinada estrutura, consciente ou não. É o tecer de uma teia na qual suas vivências vão sendo reorganizadas, proporcionando a cada ato de rememorar uma nova construção através de um determinado encadeamento de ideias, estruturado pela valoração simbólica de sua própria personalidade e viabilizado mediante a construção do relato. Desta forma, o relato se estrutura a partir da memória, não se constituindo, no entanto, por seu conteúdo puro.” “Edição de entrevistas”. In: MONTENEGRO, Antonio Torres e FERNANDES, Tânia Maria (Orgs.). *História oral. Um espaço plural*. Recife: Editora Universitária, 2000, p. 92.

92 VILANOVA, Mercedes. *Las Mayorías invisibles. Explotación fabril, revolución y represión. 26 entrevistas*. Barcelona: Icaria, 1996.

trazer uma outra compreensão”⁹³ de fatos supostamente bem conhecidos. Como o sublinha Philippe Joutard, que trabalhou na sua vasta obra sobre os Camisards, a questão da memória na sua dimensão coletiva, “[a] história oral reencontrou finalmente a história geral em torno da Memória”.⁹⁴ O autor enfatiza também a propriedade desta “reintegração na disciplina histórica”, que pode ser precisamente considerada em associação com a opção “radicalmente nova, para não dizer revolucionária, de fazer história “do ponto de vista da base da sociedade, dos excluídos”.⁹⁵

A história oral impõe novas dimensões ao trabalho histórico: frente ao interlocutor/testemunho, o pesquisador é também parceiro numa aventura de memória onde ele precisa, de algum modo, situar-se no processo de elaboração do documento. No caso aqui tratado, a brutalidade da realidade evocada, o radicalismo dos posicionamentos, bem como as implicações presentes destes, obrigaram a uma tomada de posição por parte da historiadora. A própria ênfase dada à versão da história fornecida pelos trabalhadores e os esforços empreendidos para conseguir registrá-la, já o indicam. Mas, ao mesmo tempo, o recurso à história oral implicou numa exigência maior de atitude crítica frente ao seu próprio subjetivismo. Enfatiza Philippe Joutard:

[T]odo historiador lúcido sabe perfeitamente até que ponto ele mesmo se projeta em qualquer pesquisa histórica, fato que o historiador oral percebe ainda mais claramente: a qualidade da entrevista depende também do envolvimento do entrevistador, e este não raro obtém melhores resultados quando leva em conta sua própria subjetividade. Porém, reconhecer tal

93 MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória. A cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, [1992] 3ª ed. 1994, p. 76.

94 JOUTARD, Philippe. “História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (Org.). *Usos e Abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 54.

95 Idem, p. 57.

subjetividade não significa abandonar todas as regras e rejeitar uma abordagem científica, isto é, a confrontação das fontes, o trabalho crítico, a adoção de uma perspectiva. Pode-se mesmo dizer, sem paradoxo, que o fato de reconhecer sua subjetividade é a primeira manifestação de espírito crítico.⁹⁶

O testemunho dos próprios trabalhadores providenciou o essencial da descrição das condições de vida e de trabalho dos moradores quanto aos aspectos que os dados oficiais deixam na sombra: detalhes da vida cotidiana; regime e qualidade das relações de trabalho; amplitude dos deslocamentos; relações com o mundo fora das plantações, particularmente com o urbano; acesso à terra para plantar; acesso à educação, a serviços de saúde; assuntos suscetíveis de levar a conflitos com os empregadores no âmbito do trabalho; meios de resolução das tensões e recursos acessíveis aos trabalhadores; aspirações e frustrações; sofrimentos e dificuldades; diversões e rituais; solidariedade e resistências. Ilustra-se assim, exemplarmente, na dimensão de classe, a articulação ou, melhor dizendo, a inscrição das lembranças pessoais, às vezes puramente anedóticas, no contexto da definição de uma memória, segundo Maurice Halbwachs.⁹⁷ Paul Ricoeur a retoma com fórmulas sucintas: “para nos lembrarmos, precisamos dos outros”.⁹⁸

Excetuando-se as memórias de militantes políticos que foram trabalhadores rurais na sua juventude, como Gregório Bezerra,⁹⁹

96 Idem, p. 54.

97 HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Alcan, 1925. Nova edição com posfácio de Gérard Namer. Paris: Albin Michel, 1994.

98 RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Op. cit., p. 146.

99 BEZERRA, Gregório. *Memórias*. 2 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Pode-se consultar também o longo depoimento confiado à equipe do Cehibra, na Fundação Joaquim Nabuco, que retoma (para o período em que trabalhava nos canaviais) mais ou menos os mesmos temas e episódios do livro. Outro exemplo é Manoel do Ó, que trabalhou enquanto criança na Usina Salgado, Ipojuca. Ó, Manoel do. *100 anos de suor e sangue. Homens e jornadas da luta*

poucos são os escritos de pessoas que tenham conhecimento imediato dos canaviais.¹⁰⁰ Não encontrei autobiografia de cortadores de cana (que tenham permanecido na condição), muito menos de membros de suas famílias. Além do mais, são extremamente raros os documentos encontrados nos arquivos que deixam ecoar sua voz. Os órgãos de classe dos trabalhadores rurais,¹⁰¹ por razões culturais e de segurança, tampouco deixaram arquivos consistentes dessa época, relatando seus debates e preocupações.¹⁰² Raras entrevistas – algumas frases – são citadas na imprensa, geralmente com propósito ilustrativo, para demonstrar a miséria extrema dessas populações e pedir mais subsídios ao governo... para os plantadores! Nos arquivos de polícia, uma ‘limpeza’ radical¹⁰³ nas pastas que se referem aos trabalhadores rurais¹⁰⁴ apagou praticamente qualquer rastro de suas atividades, inclusive daquilo que os membros dessa classe podiam contar. Percebe-se o eco de sua voz em poucos documentos oficiais que deixam, involuntariamente, aparecer algo da expressão original:

operária do Nordeste. Rio de Janeiro: Vozes, 1971. Embora ele não tenha escrito o relato – que comporta muitas digressões do redator Alceu Amoroso Lima, esse afirma ser Manoel do Ó “o autor legítimo deste livro”, que foi redigido na base de “seu testemunho oral”, segundo, respectivamente, a nota assinada pela A.C.O., que introduz a obra (p. 4) e sua orelha.

100 Uma dessas raras exceções é o relato de Severino Rodrigues de Moura, corumba, fiscal de campo e, em seguida, gerente na Usina Pedrosa, em Cortês. MOURA, Severino Rodrigues de. *Memórias de um camponês*. Recife, 2ª ed., 1978. O livro, prefaciado por um juiz do trabalho, conta, na primeira pessoa, a ascensão social inusitada desse “campônio”, como escreve o comentarista do *Jornal do Commercio* (07.08.1976), que toma a precaução de complementar: “Não era um rebelado, nem propendia para aspirar a reformas sociais como são o figurino. Não pensava, decerto, nisto.”

101 Essencialmente as Ligas Camponesas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

102 Nem mesmo o órgão de classe estadual, a Fetape, dispõe de um arquivo consistente até os anos mais recentes (além do financeiro e jurídico), refletindo a dificuldade dos movimentos sociais em manter seus acervos no longo prazo.

103 Antes que elas sejam abertas ao público.

104 Arquivo Público Estadual, Fundo do Dops.

interrogatórios efetuados a pedido dos empregadores, declarações ou denúncias feitas a sua própria iniciativa.

Pelos seus depoimentos, os canavieiros permitiram não apenas uma descrição de suas condições de vida e de trabalho, enriquecida de toda precisão possível, mas também fizeram conhecer sua opinião a este respeito bem como das mudanças surgidas no período considerado. Este conhecimento íntimo (reconhecimento também, neste caso, pelo fato deste ponto de vista tomar a forma escrita) me parece aproximar-se do campo dos historiadores-antropólogos que se interessaram pelo que se convinha chamar ainda muito recentemente de “povos sem história”.¹⁰⁵ Embora pertencendo oficialmente a uma nação letrada e, sobretudo, a uma região orgulhosa de seu passado histórico, cujos momentos épicos celebra,¹⁰⁶ os trabalhadores rurais, pelo fato da sua condição passada de escravizados e sucessores destes, nunca alcançaram os livros de história, a não ser de maneira pontual e pouco específica.

O testemunho dos cortadores de cana sobre seu próprio passado estabeleceu os limites cronológicos do estudo.¹⁰⁷ Os canavieiros que

105 WOLF, Eric. *Europa y la gente sin historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994 [1987]. SAHLINS, Marshall. *Ilhas da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. MONIOT, Henri. “L’histoire des peuples sans histoire”. In: LE GOFF, Jacques. *Faire de l’Histoire*. Vol. 1. *Nouveaux Problèmes*. [1974] Paris: Gallimard 1977, p. 151-173.

106 É o caso, em particular, da vitória sobre os holandeses, da luta pela independência etc.

107 O começo do período, 1940, corresponde a um momento de avanço modernizador da base produtiva do País, à iniciativa, muitas vezes, do governo federal, que atingiu a agroindústria açucareira. A ascensão e a dominação generalizada das usinas modernas, manifesta nos anos 1920, consolidou-se a ponto de se tornar hegemônica, em detrimento dos antigos engenhos, virada tradicionalmente considerada de grande importância na vida da região. Esses anos corresponderam igualmente à elaboração e promulgação de vários grandes conjuntos de leis sobre as relações de trabalho. O fim do período estudado aqui foi estabelecido em 1975, ou seja, no ano em que foi lançado o Proálcool, que financiou uma nova modernização da agroindústria, com fins de independência energética nacional. Seus efeitos levaram às últimas consequências

aceitaram gravar entrevistas comigo têm geralmente em torno de sessenta anos, raramente até oitenta anos. Em razão da sua entrada precoce na vida ativa, como trabalhadores rurais, eles relatam com precisão acontecimentos que marcaram suas jovens mentes (8 a 10 anos) confrontadas com situações difíceis e penosas nos canaviais. Muitas vezes, meus interlocutores evocaram fatos relativos a seus pais. Questionados a respeito de avós, quase todos lamentam não os terem conhecido.

Considerados, por muito tempo, como fazendo parte dos recursos naturais,¹⁰⁸ os trabalhadores rurais foram percebidos como tendo uma personalidade histórica ativa somente com as Ligas Camponesas, nos anos 1950. Contudo, parece-me insuficiente ‘reconhecer’ na sua narrativa os pontos de referência temporais classicamente propostos como marcos do desenrolar histórico. Não se trata de conceber seu relato apenas como “ilustração agradável e útil”¹⁰⁹ de um itinerário preconcebido, buscando uma confirmação tornada mais autêntica pelo depoimento direto.

Essa tentação é tão mais fácil de evitar que as entrevistas fornecem elementos permitindo evidenciar nuanças ou até mesmo contradizer a visão clássica. É o caso da opinião dos trabalhadores a respeito da ‘morada’, quanto as suas superioridades supostas – segundo a literatura – em relação às condições de vida e de trabalho dos não-residentes. Contra a imagem da ‘morada’ veiculada pelas obras de José Lins do Rego e Gilberto Freyre, mantida no

tendências seculares à monocultura da cana-de-açúcar, à concentração exacerbada da propriedade fundiária e à expulsão dos moradores do perímetro das plantações.

108 Por exemplo, nas raras oportunidades em que são citados na imprensa dos anos 1930. Antes não são sequer mencionados. BANDEIRA, Élcia Torres. *Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado na Agroindústria açucareira*. Recife: UFPE. Dissertação de Mestrado, 1989.

109 PRINS, Gwyn. “História Oral”. Op. cit., p. 163.

senso comum como suposta memória coletiva,¹¹⁰ e suas interpretações em termos acadêmicos, o testemunho dos moradores de engenho¹¹¹ estabelece narrações revalorizantes da história vista de baixo. Surgem distinções, opiniões e precisões inéditas. A noção de estabilidade, muitas vezes evocada positivamente na qualificação da relação de ‘morada’, bem como os aspectos tidos como confortáveis na qualidade de vida e nas relações de trabalho que lhe são associados, ganham outros contornos, despojados de qualquer romantismo. A análise detalhada dos dados fornecidos pelos entrevistados evidencia seu percurso histórico, que comporta uma grande comunhão de destino enquanto classe. A exploração e a miséria nas quais foram mantidos à força, pelas classes dominantes e poderes públicos, desdobram-se num feixe florescente de singularidades, devires pessoais e familiares, grande variedade de experiências e aspirações.

As lembranças dos velhos canavieiros e sua opinião a respeito de seu próprio passado, que generosa e, às vezes, dolorosamente, quiseram confiar-me¹¹² no decorrer de entrevistas gravadas, permitem montar um retrato novo no seu detalhamento da vida dos trabalhadores rurais durante o período da ‘morada’. Os depoimentos confirmam sem equívoco as outras fontes¹¹³ sobre condições de vida extremamente miseráveis¹¹⁴ e relações de trabalho marcadas pela brutalidade.¹¹⁵ Fornecendo descrições precisas das condições de vida e de trabalho nos engenhos, meus interlocutores concluem

110 Ver a obra pioneira de Maurice Halbwachs. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Op. cit.

111 Parte III. A ‘morada’ na experiência dos moradores.

112 Seguindo grandes autores, como Antônio Cândido, desisto do “uso da primeira pessoa do plural”, resquício reverencial da tetrarquia romana há muito esquecida. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977, p. 185.

113 Particularmente a imprensa e os arquivos de polícia.

114 6. Condições de vida dos trabalhadores rurais na época da ‘morada’.

115 7. Condições de trabalho.

contra a versão saudosista dominante: apesar da sua pobreza atual; do desemprego crescente; da falta de acesso à terra para plantar culturas de subsistência; da violência que continua endêmica nos locais de trabalho; da marginalização social que os persegue no meio suburbano; da falta de perspectivas para seus filhos e netos, sua sorte melhorou muito. Para explicar esta opinião, e sem perder sua postura crítica e reivindicatória em relação aos problemas atuais, eles mencionam, entre outros, aspectos do exercício ainda precário de sua cidadania, coroado pelo direito de votar (para os analfabetos¹¹⁶) um século após a abolição da escravidão, e garantida, em primeiro lugar, pelo papel dos sindicatos em defender seus direitos.¹¹⁷

O testemunho e a opinião dos canavieiros devem ser incluídos na história das relações de trabalho na zona canavieira. A dureza de suas experiências de vida, a coragem e incansável solidariedade que lhes permitiram sobreviver, sua confiança na sua capacidade como classe de agir sobre a sociedade, com o olhar crítico que pousam sobre a atualidade, enriquecem sobremaneira a história regional. Sua forma de conceber o passado não apenas inverte o sentido dado a essa evolução pela classe dominante, como propõe uma periodização distinta. Essa riqueza documental e conceitual deve ser reconhecida como portadora de historicidade.

116 Autorizado em 1985 para as eleições nas capitais, e em 1986 para as eleições para governador e legislativas. Este direito foi confirmado universalmente pela Constituição Federal de 1988.

117 8. Violência e cidadania.

PARTE I

O contexto histórico da ‘morada’

Desde os primórdios do Brasil Colônia, a implantação e o desenvolvimento da sacaricultura em terra americana consistiu na conquista, pelos europeus, de áreas extremamente férteis, num processo tão contínuo quanto devastador para os habitantes¹ e o quadro natural. Ela resultava de fluxos e determinações de uma economia quadricontinental, para não dizer globalizada. As modalidades de sua instalação seguiram demandas, experiências e técnicas² determinadas alhures e excepcionalmente modernas.³ Os modelos aplicados, bem como

-
- 1 “As condições históricas da acumulação (escravização de indígenas e expropriação de suas terras) foram dominadas por uma ferocidade que demonstra que sem essa violência a mão de obra indígena não teria sido obtida”. LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos. História social nos sertões do Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1996, p. 46-47.
 - 2 Testadas em ilhas do Atlântico, particularmente Madeira e São Tomé, tão apropriadamente chamadas de “Laboratório Tropical” por Luis Felipe de Alencastro. *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. Ver também GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry. An historical geography from its origins to 1914*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1989; SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos*. Op. cit., e MINTZ, S. W. *Sweetness and Power*. Op. cit.
 - 3 Com o fim do ciclo do pau-brasil, nos anos 1570, a agroindústria açucareira foi a função principal atribuída à colônia portuguesa da América do Sul. Pois as exigências dos mercados europeus em açúcar não cessavam de progredir. Com efeito, desde a época colonial inicial até a metade do século XVII, o açúcar brasileiro dominou o mercado europeu. Era um quase monopólio, na medida em que os rivais mediterrâneos já haviam sido abandonados e as Ilhas do Atlântico estavam em franco declínio.

a interpretação que lhes fora atribuída, remetem à ideologia que o filósofo Leopoldo Zea denominou “Projeto colonizador ibérico”.⁴

Um dos traços mais notáveis da atividade canavieira no Brasil foi sua precocidade em relação ao contato inicial entre europeus e a terra e população americanas, assim como a velocidade de seu desenvolvimento,⁵ propulsada pelo gosto crescente dos habitantes do Velho Continente por açúcar. Indústria de ponta na Época Moderna, sua produção foi também um “fator demográfico da maior importância na história do mundo”, enfatizou Sidney Mintz.⁶ O tráfico negreiro⁷ coexistiu com o genocídio indígena⁸ que contribuiu para acelerar a desapropriação violenta dos ameríndios, desde a instalação colonial e até épocas recentes.

4 ZEA, Leopoldo. *Filosofia de la história americana*. Mexico: Fundo de Cultura, 1978, p. 103-130.

5 Desde 1519, registrou-se a existência de açúcar brasileiro nos mercados europeus. MINTZ, S. W. *Sweetness and Power*. Op. cit. O número de engenhos “correntes e moentes” nas margens do Jussará e na Várzea do Beberibe, passou de 5, em 1550, a mais de 100, 50 anos mais tarde. Em 1584, os 66 engenhos de Pernambuco e 36 da Bahia produziam por volta de 2,7 toneladas de açúcar por ano. ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental: Modernização e Proletarização*. São Paulo: USP (Tese de doutorado), 1990, p. 74.

6 MINTZ, Sidney W. “The Plantation as a sociocultural type”. In: *Plantation Systems of the New World*. Social Science Monographs 7, p. 42-50, Washington DC: Pan American Union, 1959, p. 49. O Nordeste, e particularmente Pernambuco, esteve inserido no sistema de comércio triangular que transportou, em três séculos, seis a oito milhões de africanos escravizados no Brasil. Em 1583, por volta de 10.000 haviam chegado ao nosso litoral; seu número alcançaria um total aproximado de 560.000 seres humanos “importados” como mercadorias entre 1601 e 1700, isto é, 41,5% de todos os trabalhadores escravizados trazidos às Américas. A Espanha se apropriou de 22%; a Grã Bretanha, de 19%; a França, de 11,5% e a Holanda, de 3%. MEYER, Jean. *Histoire du Sucre*. Paris: Desjonquères, 1989, p. 95.

7 A bibliografia a respeito é muito extensa. Entre as obras mais inovadoras: ALENCASTRO, L. F. de. *O Trato dos Viventes*. Op. cit.

8 SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos*. Op. cit. Capítulo 2 “Uma geração exaurida: agricultura comercial e mão de obra indígena”, p. 40 et ss.



Figura 1. Localização da Área de Pesquisa – Zona Canavieira

Fonte: Cláudio Martins

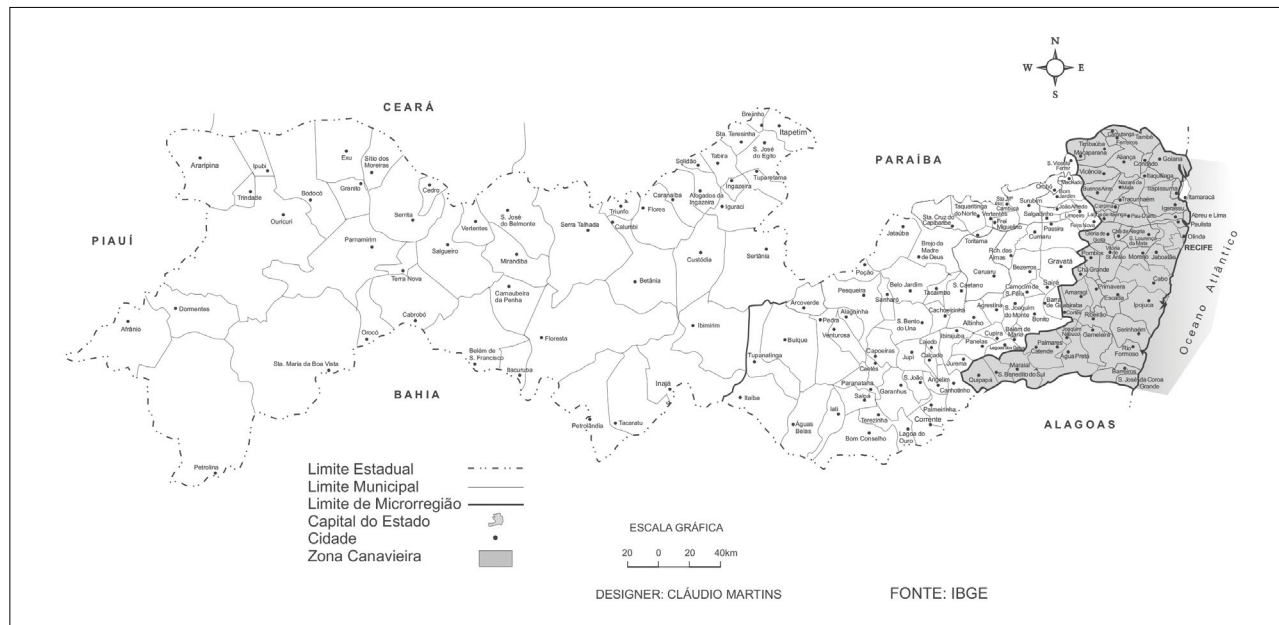


Figura 2. Região Canavieira no Estado de Pernambuco

Fonte: IBGE

A escolha da Terra de Santa Cruz para substituir as antigas “terras do açúcar”,⁹ explicada por Pierre Chaunu,¹⁰ foi tão bem sucedida que, por muito tempo, a produção brasileira dominou os mercados mundiais.¹¹ Nem o monopólio industrial, tão caro aos portugueses, fora exercido pela metrópole no caso do açúcar.¹² Como o afirmara Caio Prado Júnior, a nação brasileira foi moldada, parcial mas fundamentalmente, pela sacaricultura.

A zona aqui estudada permaneceu no centro do palco da história econômica séculos a fio.¹³ A preponderância da atividade canavieira à escala estadual permaneceu intocada, embora a nível nacional disputasse a precedência com outras regiões. Em Pernambuco, essa cultura ocupava, em 1960-70, menos de 9,4% da superfície do

9 Título francês de *Nordeste*, de Gilberto Freyre. *Terres du sucre*. Paris: Gallimard, 1956.

10 Ele demonstrou, com a ajuda de cronomapas associados à cartografia de correntes marítimas e ventos dominantes, que a carreira do Brasil era fundamentalmente favorecida pela velocidade do transporte. A região canavieira de Pernambuco encontrava-se tão “distante” quanto as ilhas do Atlântico em relação aos mercados europeus. Nesse sentido, não era um novo mundo, mas uma extensão, igualmente proveitosa pela proximidade em tempo real, das velhas terras do açúcar. CHAUNU, Pierre. *A expansão europeia do século XIII ao XV*. São Paulo: Pioneira, 1978.

11 Somente nos anos 1680, o Caribe superou o Brasil em termos de produção. CANABRAVA, Alice Pfiffer. *O açúcar nas Antilhas: 1697-1755*. São Paulo: IPE, 1980.

12 A colônia portuguesa figurava como principal fornecedor açucareiro da Europa do Norte pois, ela encontrava-se estreitamente ligada à economia das sociedades flamenga, inglesa e alemã. Podia-se refinar açúcar na própria colônia, diferentemente de outras atividades industriais. A ocupação holandesa no Nordeste, de 1620 a 1640, teve, entre outras consequências, o desenvolvimento da área açucareira no sul da colônia futura rival para garantir a continuidade do abastecimento de Portugal.

13 No século XVII, o ‘Norte’ dominava a produção com 46,5% contra 25% para o Sul (São Vicente e Rio de Janeiro) e 27% para a Bahia. MEYER, J. *Histoire du Sucre*. Op. cit., p. 92.

Estado (Figura 2), e abrigava 18,5% de sua população,¹⁴ mas liderava os demais setores em termos econômicos.¹⁵

A atividade canavieira produziu abundante documentação e numerosos estudos, em particular quanto às relações dos empresários entre si e com o Estado, com destaque para os aspectos técnicos e econômicos: subsídios, preços, quotas de produção, acesso ao mercado do açúcar.¹⁶

Gilberto Freyre,¹⁷ Caio Prado Júnior¹⁸ e Manuel Correia de Andrade¹⁹ trataram da questão das relações sociais. Numerosos trabalhos

14 A percentagem não inclui Recife. MELO, Mário Lacerda de. *O Açúcar e o Homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Recife: IJNPS, 1975, p. 187.

15 WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *L'économie sucrière du Pernambouc: contribution à l'étude des rapports entre la propriété foncière et le capitalisme*. Paris: Univ. Paris, (Tese de doutorado), 1975, p. 11.

16 Particularmente a partir da fundação do IAA, que passou a gerir o setor em todos os seus detalhes: numerosos projetos de modernização, desenvolvimento, racionalização etc., do setor. Boa parte da documentação concerne também ao mercado internacional: tratamento preferencial nos acordos bilaterais sobretudo com os grandes compradores do Norte, a Europa e, posteriormente, os Estados Unidos. Entre as publicações, *Brasil Açucareiro*, periódico cujas coleções, como inúmeras obras relevantes, encontram-se na biblioteca da Fundaj, que detém, sem dúvida, o maior acervo acadêmico sobre o assunto da sacaricultura.

17 4.2. As relações de trabalho na zona canavieira segundo Gilberto Freyre.

18 5.3.1. A 'morada' no contexto da obra de Caio Prado Júnior.

19 Alguns títulos na sua extensa produção bibliográfica, em particular: *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, [1963] 1980, que conta hoje entre os grandes clássicos, não apenas regionais, mas nacionais. *Os rios do açúcar do Nordeste oriental I: o rio Mamanguape*. Recife: IJNPS, 1957; e *Os rios do açúcar do Nordeste oriental IV: os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel*. Recife: IJNPS, 1959, cujo caráter pioneiro foi diversas vezes evocado, assim como: "A propriedade da terra e a questão agrária em Pernambuco". In: ANDRADE, Manuel Correia de; REDWOOD III, John e FIORENTINO, Raul. *A propriedade da terra e as transformações recentes na agricultura pernambucana*. Recife: MDU, UFPE, maio de 1982; *A história das usinas em Pernambuco*. Op. cit. ANDRADE, Manuel Correia de e ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *A cana-de-açúcar na região da mata de Pernambuco: Reestruturação Produtiva na Área Canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: Impacto Ambiental, Socioeconômico e Político*. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2001. Ver também os trabalhos

de sociólogos, geógrafos, economistas e historiadores, ligados a instituições acadêmicas como a Fundaj,²⁰ UFPE,²¹ foram dedicados à

de seus filhos Sandra e Joaquim Correia dedicados ao assunto, entre outros: ANDRADE, S. M. C. de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70*. Op. cit. BRADLEY, Sandra Maria Correia. *Açúcar e Poder: Análise da evolução política de Vicência, um município da micro-região da Mata Seca pernambucana*. Recife: CONDEPE/FIAM/DEHM, 1977. ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. *Usina Caxangá: uma experiência de Reforma Agrária*. Recife: [s. n.] 1987. Relatório CNPq. Mimeografado. ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. *A evolução da agroindústria açucareira de Alagoas a partir da década de 50: Modernização e proletarianização do trabalhador rural*. Recife: UFPE, (Dissertação de Mestrado em Geografia), 1984. ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. *A Intervenção do Estado na Agroindústria Açucareira e Alcooleira Nordestina*. Recife: Relatório CNPq, 1989. Mimeografado. ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira no Nordeste Oriental: Modernização e Proletarianização*. São Paulo: USP (Tese de doutorado), 1990.

20 MELO, M. L. *O Açúcar e o Homem*. Op. cit.; do mesmo autor: *Proletarianização e Emigração nas Regiões Canavieiras e Agrestinas de Pernambuco*. Recife: UFPE, 1976. Mimeografado. LINS, Rachel Caldas, et al. *Situação sócio-econômica em áreas da zona canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Recife: IJNPS, 1972. ANDRADE, Gilberto Osório de. *João Pais do Cabo: o patriarca, seus filhos, seus engenhos*. Recife: Massangana, 1982. ANDRADE, Gilberto Osório de. *Os rios do açúcar do Nordeste Oriental I: o rio Ceará-Mirim*. Recife: IJNPS, 1957. ANDRADE, Gilberto Osório de. *Os rios do açúcar do Nordeste Oriental III: o rio Paraíba do Norte*. Recife: IJNPS, 1959.

21 Entre outros: GRANDJEAN BITOUN, Jacqueline Pernette. *Canne-à-sucre et cultures alimentaires dans la Zona da Mata Seca, Pernambuco, Brésil*. Paris: Thèse Université de Paris III Sorbonne, 1980. AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas*. Op. cit. CABRAL, Pedro Eugênio Toledo. *O Trabalhador da Cana-de-Açúcar em Pernambuco: da Senzala ao Caminhão*. Recife: PIMES, UFPE, 1983. CABRAL, Pedro Eugênio. "Tempo de morada: a constituição do mercado de trabalho semi-salariado na lavoura canavieira pernambucana". In: SAMPAIO, Yoni. *Nordeste rural. A transição para o capitalismo*. Recife, UFPE, 1987, p. 17-139. ANDRADE, José Bonifácio X. de. *Do banguê à usina em Pernambuco*. Recife: PIMES, maio, 1975. POTENGY, Gisélia Franco. *Les plans de modernisation de la production de la canne à sucre et leurs répercussions sociales et politiques dans le Nordeste du Brésil: le cas du Brejo Paraibano*. Paris: Univ. Paris x, Nanterre, (Tese de Doutorado), 1984.

Zona da Mata²² de Pernambuco,²³ apresentando o resultado de pesquisas com tópicos e propósitos específicos: a monocultura, a estrutura fundiária, as migrações sazonais da mão de obra, os conflitos entre usineiros e fornecedores de cana, os componentes culturais dessa sociedade tão peculiar etc. O paradoxo é que, apesar desse destaque, faltam fontes oficiais precisas, tanto sobre a estrutura fundiária quanto sobre os efetivos de trabalhadores.

22 Este termo evoca a cobertura vegetal original, hoje desaparecida. Gilberto Freyre dizia que ela é “chamada hoje assim apenas em homenagem à tradição.” JC, 18.05.1958, p. 4. O termo Zona da Mata adquiriu localmente conotações ligadas à economia açucareira. Esta região abrange atualmente em torno de 1,1 milhões de hectares. Situada no leste do Estado de Pernambuco, ela ocupa um trecho contínuo, paralelo ao litoral, de 50 a 60 km de largura.

23 ALCÂNTARA, Aspásia Camargo de. *Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*. Paris: Universidade de Paris, (tese de doutorado), 1973. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira”. In: ARAÚJO, Braz José de. *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Pesquisadores ligados ao Museu Nacional no Rio de Janeiro: PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. *Latifundismo et capitalisme: Lecture critique d'un débat*. Paris: Université de Paris, 1971. PALMEIRA, Moacir. *Morar: a lógica da plantação tradicional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1972. SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos: Estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco*. São Paulo: USP (Tese de doutorado), 1977, publicada sob o mesmo título. São Paulo: Livraria das Duas Cidades, 1979. HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. *A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. GARCIA, Afrânio Raul. *Libres et assujettis: Marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1989. LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. É preciso destacar também os trabalhos notáveis de Stuart Schwartz, Peter Eisenberg, Shepard Forman e Thomas Rogers, entre os brilhantes brasilianistas norte-americanos. Ver suas obras na bibliografia.

1. O cenário

1.1 A estrutura fundiária

Num regime de terras livres, o trabalho tinha de ser cativo;
num regime de trabalho livre, a terra tinha de ser cativa.

H. J. Nieboer¹

Na zona canavieira de Pernambuco (Figura 3), a estrutura fundiária manifesta uma concentração tão extrema que constitui um quase monopólio, termo hiperbólico traduzindo, no entanto, fielmente seu perfil.² A colonização portuguesa desenhou um mapa e instaurou uma dinâmica de apropriação da terra de notável longevidade. Ao projeto guerreiro/comercial inicial, associou-se imediatamente a ocupação de terras para instalar empreendimentos agrícolas açucareiros. A eficiência produtiva moderna presidiu à seleção dos novos

1 Citado por CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. “A abolição como problema histórico e historiográfico”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil. Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 93.

2 ANDRADE, M. C. de. “A propriedade da terra...”. Op. cit.

senhores da terra.³ Manuel Correia mostrou o quanto tais exigências incidiram sobre a composição da sociedade colonial.⁴ A opção por uma camada senhorial e a preferência dada à mão de obra escravizada definiram uma estrutura social e fundiária desprovida de alternativas,⁵ desenhada como uma grande unidade de produção, bipolar na sua arquitetura e dinâmica.⁶

Radical, esta polarização social, pelo acesso seletivo aos meios de produção, persistiu. O Estado, patrocinador-mor do empreendimento, se reservava direitos de intervenção, numa estreita e perene ligação entre a classe dominante e os poderes públicos.⁷ A ausência de camadas médias de produtores permanece, até hoje, motivo de lamentação. Foi o objetivo (por enquanto mal sucedido) de

-
- 3 Os donatários recebendo-a sob a condição *sine qua non* de demonstrar capacidade financeira e técnica para criar plantações de cana-de-açúcar e instalações industriais capazes de transformá-la num produto pronto para a exportação. ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Op. cit., p. 52. “O acesso à propriedade da terra estava assim restrito às pessoas que dispusessem de bens e de recursos e que estivessem nas boas graças dos capitães mores ou, após 1549, do Governador Geral.” ANDRADE, M. C. de. “A propriedade da terra...”. Op. cit., p. 16.
 - 4 “Através desse sistema, os amigos dos donatários e os auxiliares dos governadores gerais conseguiram doações sucessivas de terras que ocuparam diretamente ou por meio de dependentes e protegidos, preterindo os imigrantes de poucos haveres e de pequena influência de receberem terras para cultura.” ANDRADE, M. C. de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit. p. 230.
 - 5 As políticas públicas de restrição do acesso à terra herdaram algo da experiência da Reconquista. O sistema adotado para repartir as grandes áreas então conquistadas conferiu originalidade longa à estrutura fundiária peninsular em relação ao resto da Europa. ANDRADE, M. C. de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit., p. 230.
 - 6 As camadas intermediárias surgiram numa posição irremediavelmente satelitizada, portanto, incapazes de projeto distinto.
 - 7 Inclusive pessoal, pois há trocas constantes de papéis das mesmas pessoas (sem falar de parentesco e alianças) entre cargos públicos (geralmente no setor agrícola) e representações oficiais da classe dos proprietários. A este respeito, ver a grande obra de Stuart B. Schwartz: *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

operações redistribuidoras criar “a propriedade média, mas rentável economicamente”.⁸ O modelo se estendeu a áreas conquistadas sobre os habitantes autóctones e utilizando vias de transporte diversas⁹ para escoar a produção açucareira.

A concentração fundiária, que praticamente impede o acesso à propriedade e à posse da terra ao pequeno produtor rural, é consequência ainda desta estrutura colonial, adaptada a cada momento histórico mantendo, porém, as suas características fundamentais, através das quais a classe dominante manteve o controle da propriedade da terra, tanto nas áreas de povoamento antigo, como até nas áreas em ocupação.¹⁰

A legislação pós-independência não modificou o quadro: de 1822 a 1850, o sistema das terras devolutas, “que poderiam ser apropriadas e reconhecidas como de propriedade dos que as ocupassem”,¹¹ não afetou as terras do açúcar, tanto em virtude da situação não-livre da maioria da população trabalhadora como da omissão do poder público, refratário a garantir o direito dos moradores ou lavradores de ter acesso à propriedade da terra na nova situação legal. Consolidou-se o monopólio preexistente: “só os ricos senhores que antes obtinham as sesmarias tinham condições de legalizar as terras ocupadas, expulsando delas os posseiros pobres e sem condições de enfrentá-los nem de registrar em Cartório o direito que tinham assegurado”.¹²

Algumas vozes corajosas mas isoladas lançaram, desde o século XIX,¹³ as primeiras ideias no sentido de uma reforma agrária. Entre

8 “Manifesto das oposições unidas” de 1958, assinado inclusive pelos socialistas e comunistas. MORAIS, Clodomir. *Queda de uma oligarquia*. Recife: Gráfica Editora do Recife SA, 1959, p. 133. Ver as experiências de Caxangá e Tiriri.

9 Inicialmente, as vias fluviais, complementadas por ferrovias e estradas.

10 ANDRADE, M. C. de “A propriedade da terra...”. Op. cit., p. 4.

11 ANDRADE, M. C. de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit., p. 230.

12 Idem, p. 231.

13 ROSAS, Suzana Cavani. *A questão agrária na sociedade escravista*. Recife: UFPE, 1987.

as mais destacadas correntes do movimento abolicionista, porém minoritárias, André Rebouças¹⁴ não foi ouvido e a abolição da escravidão não foi acompanhada da “libertação das terras”, ora desejada pelo próprio Joaquim Nabuco. Pois a legislação iniciada em 1850, com a chamada Lei de Terras,¹⁵ que visava sobretudo impedir os europeus das fazendas de café de conseguirem terras devolutas no interior paulista, tirou qualquer possibilidade dos trabalhadores rurais serem proprietários do principal meio de produção da região: a terra.¹⁶ Roberto Smith chamou o fenômeno de “absolutização da propriedade fundiária”.¹⁷ O ‘escravo liberto’, doravante morador, viu qualquer esperança de acesso à terra restrita a lotes cedidos precariamente pelo plantador. O legado histórico mensurável desta política é “a forma latifundiária da divisão da propriedade”.¹⁸

14 JUCÁ, Joselice. “A questão abolicionista na visão de André Rebouças”. In: *Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco*. Recife, Vol. 4. n. 2, jul./dez. 1988, p. 207-218. JUCÁ, Joselice. REBOUÇAS, André. *Reforma & Utopia no Contexto do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Construtora Norberto Odebrecht, 2001.

15 Lei nº 61, de 18.09.1850. Roberto Smith a considera “um marco histórico no processo de transição para o capitalismo no Brasil.” SMITH, Roberto. *Propriedade da Terra e Transição. Estudo da Formação da Propriedade Privada da Terra e Transição para o Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 328. A República estabeleceu o Registro Torrens (Decreto nº 451-B, de 31 de maio de 1890) que fortaleceu ainda o arcabouço legal protegendo a propriedade privada da terra.

16 Não há distinção a fazer, contrariamente a certos autores, quanto a um maior ou menor – suposto – grau de “*nível cultural*” desses aspirantes a pequeno proprietário, pois tanto uns quanto outros queriam e tinham competência para desenvolver uma economia de pequenos fazendeiros, criando a tão almejada classe média no campo.

17 Subtítulo de capítulo. SMITH, R. *Propriedade da Terra e Transição*. Op. cit., p. 235 et ss. “O ‘desenfeudamento’ a que Faoro se refere é justamente a desarticulação da estrutura remontada e condicionada, adstrita à propriedade da terra, vinculada à cobrança de foros e obrigações, que, ao nosso ver, não estabeleciam um caráter feudal à propriedade”. Idem, p. 327. O autor tratou dos lavradores (Idem, p. 297 et ss), mas não dos moradores de engenho.

18 ANDRADE, M. C. de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit., p. 231.



Figura 3. Municípios da zona canavieira de Pernambuco

Fonte: adaptado de Angela Lima (ANDRADE, 1988, p. 520).

Em *A Terra e o Homem no Nordeste*, publicada no início dos anos 1960 com o propósito de preparar uma Reforma Agrária, Manuel Correia de Andrade traçou um esboço histórico da concentração fundiária: as plantações ditas médias “comportavam geralmente de 200 a 1.000 ha” e, com a reorganização da produção devida à

implantação de usinas,¹⁹ estas concentraram a terra até “controlarem áreas enormes, superiores a 35.000 hectares em cada uma delas, reunindo sob o seu domínio mais de cinquenta antigos banguês”.²⁰

1.1.1 “Uma estrutura fundiária obsoleta, semifeudal”²¹

Esboçar um quadro mais preciso da estrutura fundiária na zona canavieira de Pernambuco esbarra na ausência de séries históricas de dados cadastrais homogêneos. A eficácia das grandes famílias em manter seu domínio sobre as terras, por meio de política endogâmica, somou-se ao quase segredo mantido sobre informações a respeito de seus bens fundiários.²² Avaliações propostas por diversos autores²³ forneciam estimativas: de uma população de 1.997.895

19 “Se o sistema usineiro provoca mudanças importantes, ele deixa intacta a estrutura de dominação agrária regional, acentuando o caráter monocultor e monoexportador da economia e contribuindo, assim, para o agravamento dos ‘desequilíbrios regionais’ no Brasil”. PERRUCCI, G. *A República das Usinas*. Op. cit., p. 127.

20 ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Op. cit., p. 97. Tamaña concentração fundiária constituía um fenômeno geral e constante no Brasil. O *Atlas Fundiário Brasileiro* reconhece que o índice de Gini “não tem apresentado mudanças expressivas desde 1940, mantendo-se a média nacional em torno de 0,80, situando-se entre as mais altas do mundo.” *Atlas Fundiário Brasileiro*. Brasília: Incra/PNUD, 1996, p. 49.

21 CAVALCANTI, Coutinho Joaquim Nunes. *Um projeto de Reforma Agrária*. São Paulo: Ed. Autres Reunidos, 1961, p. 85.

22 As operações que dizem respeito à propriedade fundiária (vendas, heranças, doações etc.) ficam a cargo dos cartórios, empresas privadas que não permitem acesso a seus dados. Por outro lado, a comunicação destas mudanças ao Cadastro do Incra é declaratória.

23 Entre as pessoas melhor informadas sobre a agroindústria, Gileno De Carli. Trabalhos importantes foram produzidos pela Fundação Joaquim Nabuco. AZEVEDO, Carlos Alberto, CALDAS, Rachel e CHACON, Vamireh. *Situação socioeconômica em Áreas da Zona Canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Recife: IJNPS, 1972, p. 59 et ss., que distingue, na estrutura fundiária, as áreas de usinas e “sem

habitantes, 17.865 eram proprietários, ou seja 0,9% (contra 3,6% no Agreste e 3,7% no Sertão).²⁴

Em muitos municípios canavieiros, por exemplo, Água Preta, Barreiros, Cabo, Gameleira, Morenos, Palmares, Ribeirão, São Lourenço e Serinhãem, considerando as propriedades segundo seu valor (por falta de dados relativos às suas áreas), notamos a ausência absoluta da pequena propriedade.²⁵

Tabela 1. Estrutura fundiária segundo dados oferecidos por Gileno De Carli²⁶

Área dos bangueseiros [sic](em número de 636)	166.400 ha
Área das usinas (em número de 60)	395.062 ha
Área dos fornecedores independentes (798)	121.149 ha
Total	693.149 ha

Fonte: a autora, com base em Gileno De Carli.

Essa concentração, estimada (subestimada) e não medida, não tinha a desculpa da eficácia econômica, visto o rendimento médio de 30 toneladas de cana por hectare.²⁷ Os plantadores ocupavam outros 100.000 ha com pastagens para os animais. Menos de 34% das terras eram cultivadas.²⁸

as terras das usinas”, além de lamentar “devido a falta de subsídios” não ter incluído a “estrutura fundiária dos fornecedores”. Idem, p. 59.

24 COSTA, Aguinaldo. *Apontamentos para uma Reforma Agrária*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1945, p. 78.

25 Ibidem.

26 Na safra 1938/39.

27 COSTA, A. *Apontamentos para uma Reforma Agrária*. Op. cit., p. 81.

28 Ibidem.

47% da área do Litoral-Mata pertencem aos usineiros, banqueiros e fornecedores independentes. [...] 1497 proprietários estão de posse de 47% da área Litoral Mata, o que representa concretamente o latifúndio como coisa gigantesca. Só, por exemplo, a usina Catende possui uma área de 27.574 ha. Melhor termo de comparação terá o leitor, se lhe dissermos que só a área em poder das 60 usinas (394.062 ha) é quase igual à de 14 dos principais municípios na zona Litoral-Mata.²⁹

Os proprietários de menos 100 ha representavam 89,5% do total e ocupavam apenas 8,9% da área; os de 100 até menos de 200 ha (1,9 do total dos proprietários) ocupavam 3,8 % da área; e os latifundiários de 200 ha e mais (8,6 % do total dos proprietários)³⁰ ocupavam 87,3 % da área.³¹ Taxas maiores até mesmo do que na área canavieira de Alagoas, embora em todas as zonas fisiográficas “a propriedade se ache altamente concentrada”.³²

Uma das principais consequências dessa situação, se não a principal, é a abundante disponibilidade de mão de obra que ela gera. Trata-se da considerável parcela da população rural que devido à concentração da propriedade, não encontra outra alternativa para prover à sua subsistência que alhear a sua força de trabalho e se pôr a serviço dos grandes proprietários e fazendeiros. Circunstância essa aliás que torna possível o grande empreendimento agromercantil.³³

Consequência, dizia Caio Prado, quiçá propósito, a agudez da concentração fundiária privava os não latifundiários de meios de vida. O único acesso à propriedade da terra era na forma de minifúndio,

29 Idem, p. 81-82.

30 Nota-se que o número absoluto dos grandes proprietários é maior do que os médios, sinal de extrema concentração fundiária.

31 PRADO JÚNIOR, Caio. “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil” [1960]. In: PRADO Júnior, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 40.

32 Idem, p. 41.

33 Idem, p. 42.

incapaz de sustentar a família camponesa. Na sua imensa maioria, os habitantes estavam completamente despojados de alternativa ao emprego nos latifúndios.

1.1.2 A 'getização' da terra: o minifúndio

Monopólio de fato das grandes famílias, os latifúndios conviviam com minifúndios. “De 1940 pra cá está se manifestando uma tendência [...] à reaglutinação da propriedade agrária, o que se processa a par de uma mais acentuada multiplicação dos minifúndios”.³⁴ No binômio clássico minifúndio/latifúndio, a área média das pequenas e médias propriedades (<100 ha) “desce às vezes a uns poucos hectares apenas”.³⁵ A classe dos plantadores,

mantendo o domínio sobre a maior parcela de terras utilizáveis, obriga a pequena a se multiplicar indefinidamente nas estreitas áreas que lhe são concedidas e onde se vai comprimindo cada vez mais. O que em termos humanos significa o progressivo empobrecimento das categorias mais modestas de proprietários rurais, cujo padrão de vida gradualmente se aproxima e em muitos casos já se confunde com o dos trabalhadores sem terra empregados nos grandes domínios. São aliás muitos aqueles que têm de dividir suas ocupações entre culturas próprias e alheias.³⁶

34 CAVALCANTI, J. N. C. *Um projeto de Reforma Agrária*. Op. cit. p. 79.

35 PRADO JR, C. “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. Op. cit., p. 74. Pesquisa do MEB, no anos 1960, avaliava que 84% dos proprietários da região canaveira ocupavam 5% da área, sendo que 19 % entre eles “possuem menos de 1 ha de terras e 62,5% entre 1 e 5 ha.” BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 61. Esta autora sublinha que, entre 1950 e 1960, “no Nordeste, há um acréscimo percentual de 99,3% na população agrícola ativa nos estabelecimentos de menos de 10 ha.” Ibidem.

36 PRADO JR, C. “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. Op. cit., p. 75.

Caio Prado utilizou o termo ‘getização’ da terra que reúne a ideia de circunscrição territorial e obrigação perpétua: no ‘geto’ dos minifúndios, espremiam-se, geração após geração, trabalhadores rurais sempre obrigados a vender sua força de trabalho aos monopolizadores da terra. Todas as vantagens pendiam para esses.

[D]e um lado, maior número de braços à procura de ocupação – donde maior oferta de mão de obra, e tendência à redução de seu custo –, e doutro lado, um número crescente de pequenas propriedades inviáveis e prontas para serem reagrupadas e absorvidas pela grande exploração logo que isso seja da conveniência desta última.³⁷

Em 1964, de um total de 24.237 propriedades, 49 usinas ocupavam, em média, 10.000 ha cada, “sem considerar as terras registradas nos nomes pessoais dos donos”:³⁸

- 89% das propriedades agrícolas de >100 ha ocupavam 18% das terras;
- 9% das propriedades agrícolas de 100 a 1.000 ha, 64% das terras;
- 0,66% das propriedades agrícolas > 1.000 ha, 18 % das terras.

As propriedades de mais de 100 ha ocupavam 82% das terras, seus donos representando menos de 10% dos proprietários. Na mesma época, Silva Neto lamentou que a “precisão dos dados” não fosse “perfeita”, embora os estimasse “suficientes para se ter uma boa ideia do assunto.”³⁹ Ele atribuiu 81,77% da superfície da Zona da Mata às propriedades de 100 hectares e mais (80,28% da região Norte e 87,97% da região Sul); as de menos de 10 hectares não ultrapassavam os 5,45%.

37 Ibidem.

38 ANDRADE, J. B. X. de. *Do banguê à usina em Pernambuco*. Op. cit., p. 88.

39 SILVA NETO, J. M. da Rosa e. *Contribuição ao estudo da Zona da Mata em Pernambuco. Aspectos estruturais e econômicos da área de influência das usinas de açúcar*. Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: IJNP-MEC, 1966, p. 19-21.

1.1.3 O Cadastro do Incra

O Incra⁴⁰ constituiu o primeiro banco de dados público permitindo medir a estrutura fundiária.⁴¹ As listagens dos imóveis rurais⁴² em 46 municípios da região canavieira,⁴³ obtidas pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais na época da Nova República, forneceram um perfil lacunar da situação.⁴⁴ Manuel Cor-

40 Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária-Incra, órgão público federal, criado pelo regime militar (Decreto-lei Nº 1.110, de 9 de julho de 1970) para elaborar e atualizar o cadastro dos imóveis rurais.

41 O Incra manifestou, por décadas, um zelo eficiente na manutenção do sigilo sobre as informações básicas que permitiriam uma avaliação científica da concentração fundiária. Particularidades legais, como a qualidade declaratória das informações fornecidas pelos próprios proprietários ou a dupla finalidade (cadastral e fiscal) das operações conduzidas pelo órgão tornaram essa fonte de dados imprecisa. O primeiro cadastramento, decidido em 1965, foi efetivado em 1966, com vários episódios de recadastramento em 1972 e 1992.

42 Imóvel rural: “o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencentes a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial.” *Atlas Fundiário Brasileiro*. Op. cit., p. 46.

43 Datada de 1986, a listagem que usei comporta os dados estabelecidos para 31.12.1985.

44 Listagem fornecida pelo Incra à Contag. Sobre a exatidão dos dados, Graziano da Silva constata para Pernambuco uma diminuição da área cadastrada (1967/72) devida à “evasão das grandes propriedades”. SILVA, José Graziano da. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 63. Existem grandes falhas em certos municípios. Ademais, Manuel Correia adverte: “Convém salientar, porém, que os dados estatísticos nem sempre representam bem a realidade, uma vez que as usinas de açúcar possuem numerosas propriedades, e as suas terras, ao serem computadas, não são consideradas como um imóvel, sendo cada uma delas considerada como um imóvel isolado. Daí ocorrer que um latifundiário, possuindo numerosas propriedades, não apareça como tal, porque não agrupa em uma unidade todos os imóveis pertencentes à pessoa física ou à empresa.” ANDRADE, M. C. de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit., p. 231-232. Grandes plantadores, não raro, declaram imóveis em nome de parentes. Portanto, a concentração fundiária real é maior ainda. Os dados que o cadastro do Incra publicava na época agrupavam os imóveis segundo as categorias de “minifúndio”, dois tipos de “empresas rurais” e

reia⁴⁵ mostrou ainda “que não há tendência à divisão da propriedade, ao contrário, há uma manutenção do estágio atual e até mesmo um crescimento das grandes propriedades”.⁴⁶

Os dados disponíveis para 1986 podem talvez permitir inferir os grandes traços da situação fundiária dez ou vinte anos antes. Os imóveis de 100 ha e mais ocupam em média 76,95% do território considerado pelo Incra. Em certos municípios, particularmente na região sul da Zona da Mata, esta dominação torna-se quase absoluta, pois as taxas de ocupação da área rural variam na faixa superior aos 90%: 99,25% em Gameleira, 96,76% em Serinhaém, 96,25% em Ipojuca, 95,73% em Palmares, 93,40% em Cortês etc. Ou seja, ao todo nove municípios praticamente monopolizados pelas grandes propriedades. Na mesma situação encontram-se certos municípios da região norte: Goiana (94,08%), Tracunhaém (93,92%), Aliança (92,80%) etc. Ou seja, treze municípios onde as propriedades de 100 ha e mais ocupam mais de 90% da área rural, e 12 outros com taxas acima de 80%. Entre estes municípios, estão os maiores da região e os que produzem a maior quantidade de cana.

A concentração fundiária diminui notavelmente ao se afastar da faixa litorânea, domínio mais antigo de colonização e destruição da floresta⁴⁷ ao impor a cultura da cana, para enveredar pelas encostas do Agreste, onde a penetração dessa cultura é mais recente, vias fer-

“latifúndio”, o que dificultava uma leitura e compreensão clara e detalhada da estrutura fundiária, no sentido clássico do termo, por não considerar as categorias habituais de área: de 0 até menos de 10 ha, de 10 ha até menos de 100 ha etc. Incra. *Índices Básicos* 92. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 1993.

45 ANDRADE, M. C. de. “A propriedade da terra...”. Op. cit.

46 ANDRADE, M. C. de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit., p. 232.

47 Sobre uma tentativa de promulgar um código florestal em Pernambuco, Ver CARNEIRO, Raíssa Orestes. Os “donos das florestas”: Código Florestal, debates políticos e direito de propriedade na discussão sobre a conservação das matas em Pernambuco (1889-1911). Recife: UFPE PPGH, 2015.

roviárias e rodoviárias permitindo o transporte da produção. Grande papel para fomentar essa extensão tiveram também as subvenções concedidas pelo Estado aos plantadores, dimensionadas em função da área plantada em cana. Embora imperfeitos, esses resultados⁴⁸ ilustram o fenômeno de concentração fundiária.

Tabela 2. Estrutura fundiária na Zona da Mata (1986)

Categoria de imóveis	Até menos de 10 ha	De 10 ha até menos de 100 ha	100 ha e mais	Total
Área ocupada	58.001,8 ha	145.997,9 ha	684.216,7 ha	889.216,4 ha
%	6,52%	16,53%	76,95%	100%
Imóveis	15.515	5.534	1.459	22.508
%	68,94%	24,59%	6,48%	100%

Fonte: a autora, com base em Cadastro do Incra.

Tal taxa de ocupação das terras pelos grandes imóveis (Figura 4) deixava muito pouco espaço, literalmente, aos médios e pequenos proprietários: não só seus imóveis ocupavam pouca área, mas

48 Dúvidas sobre exatidão e completude dos dados surgiram do confronto com os do Censo Agropecuário. Embora esse considere estabelecimentos e não imóveis rurais, ele fornece a área total do município que, em situação de monocultura, deve permitir aproximações com dados fundiários. Foram identificadas discrepâncias incomensuráveis com as questões metodológicas dos modelos de referência, particularmente nos municípios de Rio Formoso, Igarassu etc. Analisando o detalhe dos dados e comparando com dados posteriores (mas parciais) do próprio Incra, notamos grande subrepresentação de propriedades fundiárias de peso como as Usinas Cucaú e São José, respectivamente. Isso deixava um déficit de área de tamanho inexplicado entre os resultados do Incra em relação tanto àqueles do Censo Agropecuário quanto à área total dos municípios considerados. Por isso, os dados referentes a esses dois municípios não foram cartografados para a categoria dos imóveis de 100 ha e mais.

seu número absoluto estava reduzido, ao menos localmente.⁴⁹ O alto grau e a extensão geográfica da extrema concentração fundiária acarretaram consequências cruciais para a mão de obra das grandes plantações de cana-de-açúcar. Com efeito, a exiguidade das terras ocupadas pelas pequenas propriedades (Figura 5), seu tamanho individual reduzido⁵⁰ e sua fraqueza numérica (sobretudo na Mata Sul) evidenciavam a impossibilidade dos trabalhadores rurais tornarem-se proprietários e produtores auto-suficientes.⁵¹ No mesmo sentido, a importância limitada das propriedades médias⁵² permitia deduzir sua fraca capacidade de empregar mão de obra assalariada e, desta forma, entrar em concorrência com as grandes plantações de cana-de-açúcar. Ademais, do ponto de vista geográfico, constatou-se uma correspondência entre as taxas mais elevadas de concentração

49 Entende-se classicamente por concentração fundiária aguda uma situação na qual as grandes propriedades, em número reduzido, ocupam a maior parte das terras, enquanto um grande número de pequenas unidades abrange uma porção menor da área. Tal situação se verifica na Mata Norte: há muitas pequenas propriedades (a maior parte das vezes menores de 5 ha), convivendo com algumas grandes propriedades. Mas na Mata Sul, não só a pequena propriedade (0-10 ha) ocupa muito pouca terra (menos de 1% em onze municípios), mas ela é numericamente inferior à grande (100 ha e mais). A concentração fundiária alcança aí, portanto, níveis que desafiam os instrumentos de medição (a curva de Lorenz não responde mais, numa situação em que o número das grandes propriedades ultrapassa o das pequenas). Isto confirma, em suma, o caráter excepcional, e duradouro, desta situação.

50 Manuel Correia estima de 7 a 10 hectares a área cultivável mínima para manter uma família na Zona da Mata.

51 O “malogro do estabelecimento de imigrantes europeus no Nordeste açucareiro” era sobretudo devido à “percepção da inacessibilidade à propriedade fundiária.” SMITH, R. *Propriedade da Terra e Transição*. Op. cit., p. 308-309.

52 De 10 a 100 ha, elas representam apenas 24,59% das unidades e ocupam apenas 15,62% do total das terras. Convém notar que, para o início da época que nos interessa, essas taxas deviam ser menores ainda, na medida em que os anos 1960 e 1970 conheceram alguns casos de divisão de engenhos; é, em particular, o caso das terras da usina Caxangá, situada no município de Ribeirão. Ver ANDRADE N., J. C. X. de. *Usina Caxangá*. Op. cit.

da propriedade fundiária propriamente dita, e a ausência ou raridade maior da cessão de lotes de terra aos moradores (Figura 6),⁵³ traço distintivo da relação de ‘morada’.

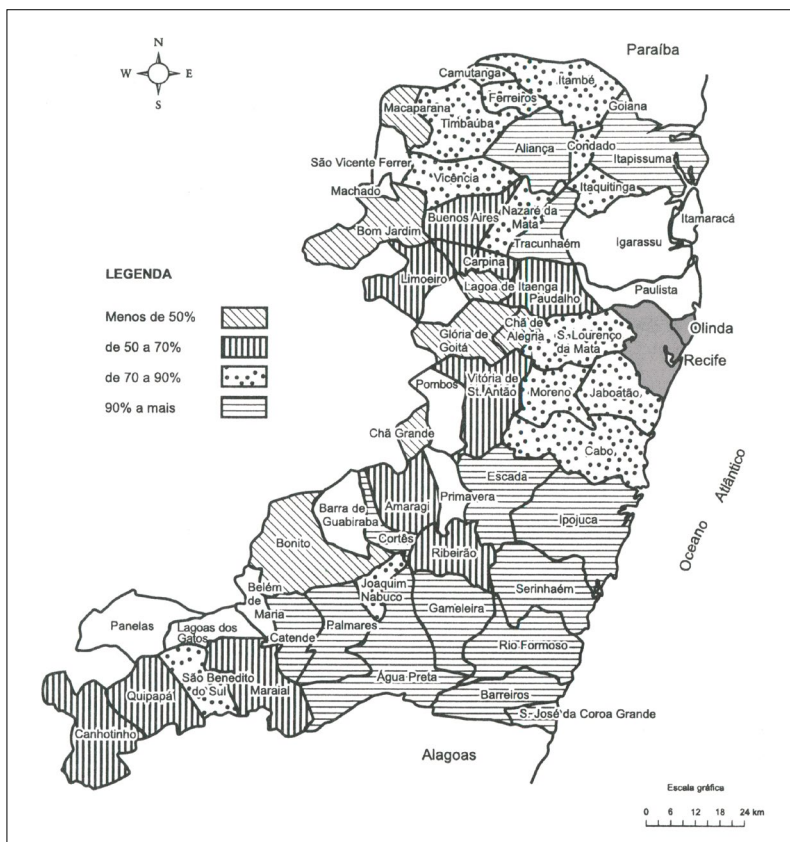


Figura 4. Área ocupada pelos imóveis de 100 ha e mais (em porcentagem da área total considerada pelo Incra)

Fonte: Dados calculados a partir da relação do Cadastro do Incra, 1986.

53 DABAT, Christine Rufino. *A situação dos Trabalhadores Rurais de Ponta de Rua na Zona Canavieira de Pernambuco*. Recife: (relatório de pesquisa CNPq), 1991.

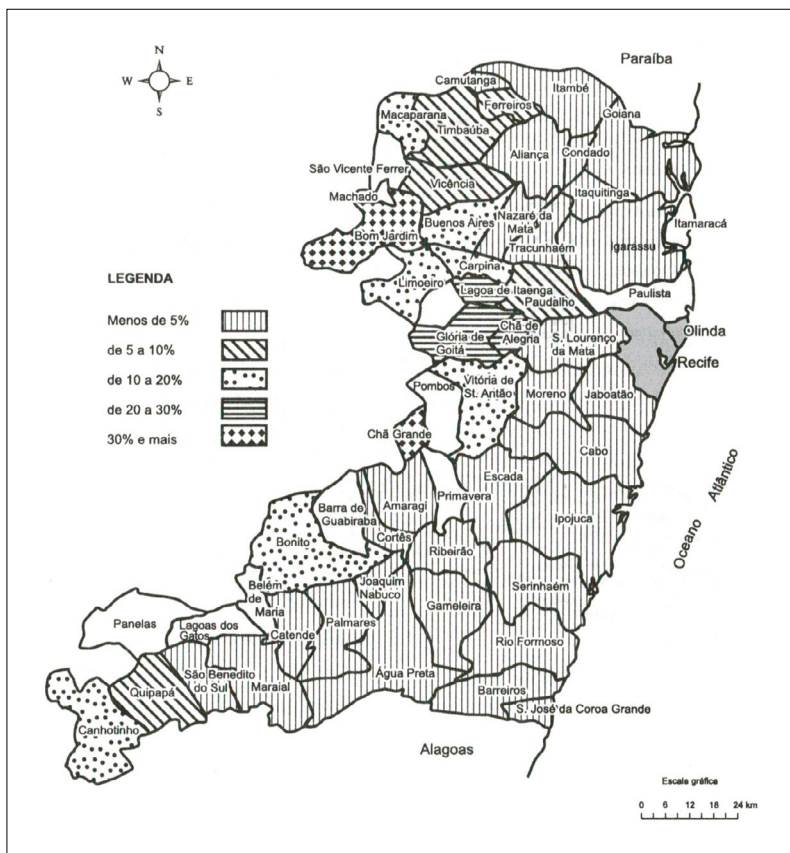


Figura 5. Área ocupada pelos imóveis de até 10 há (em porcentagem da área total considerada pelo Incra)

Fonte: Dados calculados a partir da relação do Cadastro do Incra, 1986.

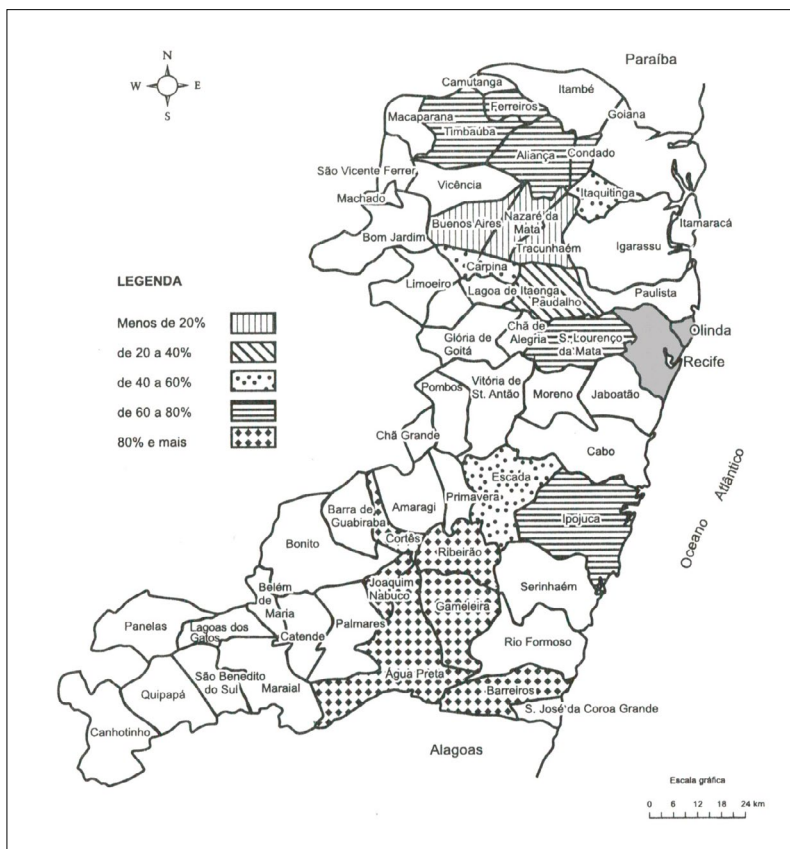


Figura 6. Trabalhadores rurais de ponta-de-rua, ex-moradores de engenho, que nunca tiveram terra cedida na forma de sítio ou roça

Fonte: DABAT, Christine Rufino. Terra para plantar. O acesso à terra na experiência dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco.

Revista de Geografia, v. 7, n. 2 jul./dez. 1991, p. 49.

O quase monopólio da terra somava-se ao domínio sobre o mercado de trabalho na região. “[É] através do monopólio da propriedade da terra que os senhores de engenho controlam a força de trabalho da população local não proprietária”.⁵⁴ Na zona canavieira de Pernambuco, não havia alternativa ao emprego como morador nas plantações. “A disciplina da escravidão foi substituída pela disciplina da fome.”⁵⁵ A única margem de manobra do canavieiro era a escolha do empregador.⁵⁶ Não da relação, muitas vezes descrita como “cativeiro” pelos trabalhadores.⁵⁷

Exemplo de latifúndio na zona canavieira de Pernambuco

Laudo da avaliação da safra pendente a corte relativa ao ano agrícola 1940-41 pertencente à U.F.C.⁵⁸

“Área da usina 6.218 ha 3 engenhos: C.: 4.491 ha; F.: 527 ha; M.: 1.200 ha Engenho C.: [...] a sua área é colossal, 4.491 ha, lembrando as “sesmarias” dos nossos antepassados. A sua área cultivada é de 1.100 ha distribuídos em 15 sítios diferentes. 170 casas de alvenaria e telha.

F.: 110 ha cultivados; 24 casas de alvenaria e taipa e telha

M.: 290 cultivados, dos quais 10 irrigados; 40 casas de alvenaria e telha e casas para empregados.

Instalação hidroelétrica: 450 HP.

Vias de comunicação: estrada de rodagem municipal em más condições; linha da Great Western estação colônia as suas portas; entre suas

54 WANDERLEY, M. N. B. *Capital e propriedade fundiária*. Op. cit., p. 38.

55 MINTZ, S. W. *Sweetness and Power*. Op. cit., p. 70.

56 Entrevistas com canavieiros.

57 Os jovens, encorajados pelos seus pais, procuram na emigração, rumo às cidades e até a outras regiões agrícolas, horizontes menos sombrios. Eles aspiram sobretudo a oportunidades de ascensão social completamente impossíveis na região canavieira.

58 Arquivo Público Estadual (Recife). Fundo Dops – SSP (doravante SSP) pasta: 921. Ênfases minhas.

propriedades: caminhos carroçáveis, que no momento são de difícil trânsito, pelas chuvas rigorosas que caem na região.

Meios de transporte: 30 km de via férrea, 3 locomotivas, 45 carros de 10 a 8 toneladas = 450 toneladas ao todo. Para condução da matéria-prima para o ponto de carregamento, possui 16 carros de boi, 128 bois de trabalho, 196 burros cargueiros e 44 cavalos... Qualidade das terras: fertilidade é ótima, notadamente nos anos invernosos, quando a produção é extraordinária, o que se verifica este ano, de acordo com as fotografias que ilustram este laudo.

As terras da Usina “F. C.” se prestam às mais variadas culturas próprias da nossa zona: o milho, a mandioca, o feijão, a banana são culturas que podem ser francamente exploradas na zona o que não acontece por constituir a cana de assucar a principal e única exploração da usina, numa área superior a 1.000 ha.

Terra rica, safra colossal, riqueza das nossas terras quando ainda virgens da chaminé das usinas. Admirável fertilidade, situação excepcional. [...] Admirável fertilidade dos terrenos que compensa mesmo o pouco cuidado que recebem.” O milho, o cafeeiro, a bananeira, a mandioca são cultivadas subsidiariamente, para atender às necessidades da população local.

Produção nas últimas safras: 1937/38: 42.447 sacos; 1938/39: 75.946 sacos; 1939/40: 69.084 sacos; 1940/41: 45.000 toneladas (estimativa); 90 kg de açúcar por tonelada de cana; 67.500 sacos (estimativa).

Mão de obra: 110 operários industriais; 740 agrários, sendo 680 homens e 60 mulheres.

Aparelhamento: É pequeno o aparelhamento agrário constando de: 8 grades de disco reversível; 7 ditas de madeira, 10 arados Siracuse e Oliver.”

1.2 A monocultura da cana-de-açúcar

Quem diz Nordeste, diz açúcar.

Rui Carneiro da Cunha,
Presidente da Cooperativa dos Usineiros⁵⁹

59 “Novas perspectivas para a agro-indústria do açúcar”. JC, 29.11.1961.

Característica, para não dizer móbil da colonização portuguesa, a monocultura da cana-de-açúcar assola a região há séculos. Conjunturas flutuantes,⁶⁰ de acordo com eventos nacionais e mundiais, afetaram, sem dúvida, os empresários que impulsionaram uma dinâmica mais ou menos violenta à conquista de novas terras no que Manuel Correia chamou de “avanço ‘imperialista’ da cana-de-açúcar”.⁶¹ Apesar da ‘choradeira’⁶² costumeira aos plantadores em qualquer época, a sacaricultura foi bem sucedida e expandiu-se constantemente.

1.2.1 Açúcar: “O ópio de Pernambuco”⁶³

Que seria de Pernambuco, se em vez de cana, na Zona da Mata,
plantasse milho ou feijão? Seria mil vezes pior.

Apolônio Sales⁶⁴

O Nordeste de terra gorda e de ar oleoso é o Nordeste
da cana-de-açúcar.

Gilberto Freyre⁶⁵

A concentração fundiária e a monocultura da cana-de-açúcar foram vistas como consequências normais de seu destino, expressões de uma ‘vocação natural’ da região pela sacaricultura. Este bin mio

60 GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. [1963] Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 39.

61 ANDRADE, M. C. de. “A propriedade da terra...”. Op. cit., p. 107.

62 MUNIZ, Reginaldo. “A chantagem dos usineiros”. In: *Senhor*, 1983.

63 “Deputado Julião desmente o caráter subversivo das Ligas Camponesas” In: *DP*, 16.05.1959.

64 “Monocultura canavieira”. Editorial *DP*, 22.05.1954, sobre uma monografia que a defendia “com cifras eloquentes”.

65 FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 6.

dominando a Zona da Mata de Pernambuco em virtude de exigências ‘óbvias’ justificar-se-ia reciprocamente pelo determinismo geográfico, aludido, senão explicitamente invocado, por grande parte dos autores. Era uma das asserções melhor divulgadas pelos plantadores, e repetida em todos os setores sociais. A monocultura⁶⁶ justificava, por sua vez e sub-repticiamente, a concentração fundiária e suas mazelas, inclusive a miséria das populações.⁶⁷

“A atividade açucareira está ligada aos destinos dessa terra, de tal forma que, fazer abstração dela, seria mutilar um corpo cheio de vitalidade, os motivos determinantes desta força criadora que assegura sua continuidade e sua existência. Isso é como se disséssemos que o seu destino como o de Pernambuco [...] é produzir açúcar, que isto está na sua tradição, nos hábitos de várias gerações e na maneira de ser da terra fértil, feita sob medida para dar vida aos canaviais.” *Edgard de Gois Monteiro, Presidente do IAA*⁶⁶

A predominância absoluta das terras ocupadas pelos canaviais em relação às culturas alimentícias sempre chamara a atenção dos visitantes. Josué de Castro já estabelecera o contraste com as “benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região”,⁶⁸ a respeito da

66 Apesar das tentativas das autoridades para incentivar culturas alimentícias. “[N]o período colonial foi estimulada, tanto por portugueses como por holandeses, o desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar, em detrimento da cultura da mandioca”. ANDRADE, Manuel Correia de e MADUREIRA, Sevy de Barros. *Produção do espaço e regionalização em Pernambuco*. Recife: UFPE/MDU, 1981, p. 14. Pereira é um dos raros autores que coloca esta ideia em questão, mostrando que a cultura de feijão, algodão e fumo conhecem taxas de produtividade mais elevadas nesta região do que em outras áreas de Pernambuco. PEREIRA, Anthony Wynne. *Regime Change Without Democratization: Sugar Workers' Unions in Pernambuco, Brazil. 1961-89*. Cambridge, Mass.: Harvard University, (PhD Thesis), 1991, p. 71. Mimeografado.

67 “Reequipamento da Indústria Açucareira – Um imperativo da realidade”. *DP*, 21.01.1949, p. 5 (em 4 colunas).

68 CASTRO, J. de. *Sete Palmas de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 51.

prática agrícola dos quilombos. A monocultura causou um déficit crônico em produtos alimentícios na região,⁶⁹ cuja taxa permaneceu curiosamente constante no decorrer dos séculos, sendo estimada em 70% das necessidades básicas. Os viajantes se surpreendiam que faltassem alimentos numa região das mais bem dotadas para produzi-los em termos de solo, de clima, de pluviosidade etc. Circunstâncias semelhantes permitiam, sob outras longitudes, várias safras de alimentos básicos ao ano.⁷⁰

Por ser concebida como definitiva, inscrita na natureza das coisas, a monocultura na região, uma função produtiva determinada pela divisão internacional capitalista do trabalho, contribuiu também para o fechamento de perspectivas alternativas, a não ser tardiamente, até para os autores de esquerda, num contexto almejado como revolucionário. De algum modo, ela pesou na negação, aos atores sociais locais, do reconhecimento enquanto promotores de história, pois estariam simplesmente curvando-se à determinação do meio.

O produto final desta atividade sendo secularmente exportado (regional e/ou internacionalmente), as flutuações dos mercados e, nesta precisa medida, as incertezas da política em diversas escalas, afetaram sempre sobremaneira a dinâmica econômica local. É o

69 “O problema agrícola do Nordeste do Brasil não é um problema único de solução fácil, mas uma multidão de problemas, que se iniciaram há 400 anos com a colonização do Brasil e o estabelecimento de plantações de cana-de-açúcar”, sentenciou o relatório de BOHAN, Merwin L. (Coord.). *Northeast Brazil. Nutrition Study. March-May 1963*. (Relatório maio 65. Comissão Interdepartamental sobre Nutrição para o Desenvolvimento Nacional USA). Washington: Department of Defense, 1965, p. 35. Ele se referia, acima, à “longa História feudal” da região.

70 Nem mesmo Agamenon Magalhães conseguiu impor “5% da área ocupada pela lavoura canavieira” para “plantio de cereais” (a mandioca é citada). “Essa solidariedade exige, pois, que o usineiro e os fornecedores de cana, espartanamente (como está acontecendo) ou coercitivamente, em última hipótese, contribuam para evitar a miséria total de Pernambuco, que seria também a miséria de todos eles”. *Folha da Manhã*, 05.03.1938.

que o Sidney W. Mintz descreveu na sua obra, analisando a “globalização” precoce da região caribenha, e estendendo o âmbito ao Brasil açucareiro.

No período aqui considerado, a décadas estagnantes, de 1930 a 1945, corresponderam preços baixos para o açúcar, deixando muitos engenhos de fogo morto e/ou aforados.⁷¹ A partir de 1945, a alta dos preços encorajou os empresários a uma retomada das terras outrora já ocupadas em cana. Outro impacto no mesmo sentido deveu-se à crise de Cuba,⁷² no começo dos anos 1960,⁷³ que garantiu um lugar privilegiado ao açúcar brasileiro no grande mercado preferencial norte-americano, estimulando a retomada de expansão do cultivo.⁷⁴ Assim, a produção de Pernambuco passou de 9.621.062

71 Em 1934, dos 22.261 engenhos no Brasil, e 3.296 no Nordeste, 1.273 eram pernambucanos. DE CARLI, Gileno. *O Açúcar na Formação Econômica do Brasil*. Separata do Anuário Açucareiro. Rio de Janeiro: 1937, p. 26. Citado por: ANDRADE N. J. C. X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira...* Op. cit., p. 96. Leonardo Guimarães sublinha a lentidão do processo, ou seja, a “permanência durante anos do caráter ‘incompleto’ dessa modernização, não só com a coexistência de usinas e engenhos mas, por vezes, a ocorrência de ‘surto’ de renascimento da pequena produção dos engenhos (...) e a sua capacidade de resistência: se na safra de 1925/26 quase 58% da produção de açúcar provinha de tais estabelecimentos, ainda no imediato pós-guerra (safras de 1944/45 e 1945/46) não deixa de ser notável que 1/4 da produção, tanto no Brasil quanto no Nordeste e Sudeste, tenha sido na época, produzida pelos engenhos.” *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Op. cit., p. 62.

72 Ver BARROS, Júlio Cesar Pessoa de. *Do Rebelde Romântico” ao “Guerrilheiro em Descanso”: A Revolução Cubana na Primeira Página do Jornal do Commercio e do Diário de Pernambuco* (1959). Recife: UFPE (Dep.^o História. Monografia de especialização em História do Século XX), 2010.

73 Algo que lembra como a Revolução haitiana, no final do século XVIII, havia permitido uma melhoria conjuntural da colocação do açúcar brasileiro no mercado mundial, todavia sem “intervir nas relações sociais, modificando estruturas antigas.” BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. “Com Açúcar, sem café”. In: *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*. (Série História do Nordeste), Vol.1, No 14, 1993, p. 95.

74 Ver ANDRADE N., J. C. X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental*. Op. cit.

sacas (de 50 kg) para a safra de 1950/51 a 15.177.590, para 1960/61; 18.357.249, para 1970/71 e 22.995.924, para 1974/75; a produção de cana-de-açúcar aumentou, no mesmo tempo, de 4.626.909 toneladas para 13.559.053, ou seja, um acréscimo respectivo de 293% para a cana e 239% para o açúcar.⁷⁵ A superfície de terra ocupada com cana-de-açúcar aumentava proporcionalmente; ela triplicou entre 1940 e 1975.⁷⁶ Essa expansão dos canaviais alcançou as matas e as terras cedidas aos moradores. Após várias outras intervenções do Estado para estimular o setor,⁷⁷ essa tendência atingiu seu ápice com o Proálcool.⁷⁸

Como o sublinha Jacqueline Pernet Grandjean-Bitoun: “A incorporação de novas terras de cultura permaneceu, até 1960, o único meio para aumentar a produção”.⁷⁹ Os rendimentos⁸⁰ esta-

75 IAA. Superintendência de Pernambuco. *Produção e Produtividade das Usinas de Pernambuco*. Recife, Julho 1982. Mimeografado. Tabela “Produção e Produtividade Industrial do Estado de Pernambuco 1950/51 a 1981/82”.

76 IAA. *Anuário Açucareiro*. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Em 1953, João Cleofas, em discurso à Assembleia Legislativa, avaliava a área cultivada com cana em Pernambuco, em 138.714 ha. DP, 13.05.1953. A safra de 1952-53 produzira 9.600.000 sacos. DP, 28.05.1953. Isso foi considerado um título de glória para o setor, na sua rivalidade com o Sul. “Pernambuco recuperou a liderança da produção de açúcar”. O tom do artigo é quase épico, tratando de “ádua luta”, “esforço heróico gigantesco”. Naturalmente, não há uma única palavra sobre os trabalhadores, e o subtítulo “corrigiu-se a injustiça” referia-se, como sempre (esse caso é citado como amostra), a assuntos internos à classe patronal. DP, 31.05.1953.

77 SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil. 1930-1970*. São Paulo: Hucitec, 1979. ANDRADE N., J. C. X. de. *A Intervenção do Estado na Agroindústria Açucareira...* Op. cit.

78 Em 1980, o IBGE registrou, no censo agropecuário, a extensão maior dos canaviais.

79 GRANDJEAN BITOUN, J. P. *Canne-à-sucre et cultures alimentaires...* Op. cit., p. 96.

80 “O latifúndio impede tudo, na ânsia incontida de cultura extensiva da cana-de-açúcar, através do mais completo primitivismo, salvo diminutas exceções. A não ser em algumas usinas que começam a praticar a irrigação (a usina Catende já a pratica, possuindo uma área de 939 ha irrigada), as vastas áreas continuam,

vam, em média, muito abaixo daqueles de outras regiões produtoras no Sul do País.⁸¹ Já antes do Proálcool (1975) – às vezes considerado o grande e único vilão do fenômeno de expulsão dos moradores de seus sítios e roçados – a cana destinada apenas à produção de açúcar havia provocado “um crescimento horizontal da produção. A cana se expandiu, destruindo culturas alimentares e propiciando um alargamento fundiário das usinas”.⁸² O Estado havia promovido planos sucessivos de incentivo à cultura,⁸³ como o Fundo de Consolidação e Fomento à Agroindústria do Açúcar, anunciado em novembro de 1961.⁸⁴ Embora todos previssem alguma migalha para os trabalhadores rurais, sob a rubrica de “programas de assistência social”, o caráter genérico e repetitivo das intenções deixava mal augurar a sua implementação.⁸⁵ A diminuição das poucas terras ainda acolhendo culturas alimentícias foi evidenciada para a região norte da Zona da Mata na tese de Pernette Grandjean-Bitoun.⁸⁶ Mário Lacerda mostrou a diminuição nas culturas como mandioca, milho e feijão, durante o período 1949-1971.⁸⁷

como no tempo da colônia, a produzir 40 toneladas de cana por hectare, enquanto Cuba produz, irrigando e racionalizando, 200, chegando-se ao cúmulo de vender o açúcar no mercado interno por um preço mais alto que no externo.” COSTA, A. *Apostamentos para uma Reforma Agrária*. Op. cit., p. 80.

81 O Governo Federal, através do IAA, criou mecanismos favorecendo o aumento da capacidade produtiva açucareira na região. Esta era destinada sobretudo à exportação, enquanto que a da Região Sul garantia o abastecimento do mercado interno – uma “divisão dos mercados” que foi o pomo de discórdias recorrentes entre produtores destas duas regiões.

82 ANDRADE N., J. C. X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira...* Op. cit., p. 252.

83 Ver o magnífico estudo: SZMRECSÁNYI, T. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil*. Op. cit.

84 DP, 11.11.1961.

85 No caso desse mesmo programa, ver o art. 3º C e, para o financiamento, o art. 6º.

86 GRANDJEAN BITOUN, J. P. *Canne-à-sucre et cultures alimentaires...* Op. cit.

87 MELO, M. L. *O Açúcar e o Homem*. Op. cit., p. 115.

Tabela 3. Superfície plantada em cana-de-açúcar de 1940 a 1975

Anos	Superfície I* ⁹⁰ (1.000 ha)	Superfície II**
1940	114	
1945	133	
1950	152	
1955	193	
1960	228	
1965	242	
1970	239	260
1975		306

Fontes: *IAA, Anuário Açucareiro, IBGE, Anuário Estatístico do Brasil.

**IBGE, Censos Agropecuários.⁸⁸

Silva Neto calculou, no início dos anos 1960, a área total das propriedades canavieiras em 870.575 ha, dos quais 517.292 pertenciam a usinas e 353.460 a fornecedores.⁸⁹ Ele constatou a seguinte repartição das culturas:

Tabela 4. Uso da terra

Área com cana	207.893 ha
Área reservada p/ cana	207.893
Área para animais	50.000
Reserva florestal	40.000
Culturas alimentícias	10.000
Diversos	10.000
Subtotal	525.786
Área ociosa (ou seja, mais ou menos 40% do total)	344.971 ha
Área total	870.575

Fonte: Silva Neto (1966).

88 In: GRANDJEAN BITOUN, J. P. *Canne-à-sucre et cultures alimentaires...* Op. cit., p. 95.

89 SILVA N., J. M. R. *Contribuição ao estudo da Zona da Mata...* Op. cit., p. 115.

1.2.2 A ‘brecha camponesa’

Incapaz de fornecer alimentos para a população dependente do núcleo produtor, a empresa monocultora capitalista deixara alguma margem para as culturas efetuadas em terras cedidas, no tempo livre dos trabalhadores rurais. A ‘brecha camponesa’,⁹⁰ ou seja, essa produção de alimentos pelos próprios canavieiros escravizados constituía o ‘sistema Brasil’, apelido que lhe fora dado em terras de açúcar antilhanas.

A ‘morada’, sua herdeira direta, articulava o trabalho assalariado na monocultura canavieira com a produção de alimentos em terra cedida. Na Zona Litoral-Mata “o terreno é ótimo para a policultura, embora sua quase totalidade esteja entregue à monocultura da cana-de-açúcar.”⁹¹ Essa tolerância limitada a produções alimentícias constituía um meio de pagar salários monetários minúsculos e fixar a mão de obra nas plantações na ausência de meios rápidos de transporte pendular, até que as oportunidades oferecidas pela modernização da malha rodoviária tornassem a ‘morada’ supérflua.

Ao mesmo tempo, estímulos conjunturais à expansão dos canaviais, apoiados por vultosos financiamentos do Governo Federal, incentivavam a expansão das áreas plantadas em cana. Os plantadores foram repetidamente induzidos a ocupar todas as terras ainda utilizadas como roças e sítios pelos moradores. Essa absolutização⁹² da monocultura em toda a região acarretou uma perda, tanto na subsistência dos próprios trabalhadores rurais, quanto no abastecimento das feiras locais.⁹³

90 MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?”. Op. cit., p. 117-146.

91 COSTA, A. *Apostamentos para uma Reforma Agrária*. Op. cit., p. 77.

92 Expressão utilizada por Roberto Smith a respeito da terra, ver acima.

93 ANDRADE, M. C. de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit.

2. Os principais atores: os moradores

A experiência negativa, em história, apenas se justifica sob uma condição: é preciso assegurar-se que o silêncio dos textos é devido aos fatos, não aos testemunhos.

Marc Bloch¹

A tradição da plantação – latifúndio cujo proprietário valoriza mais seus clientes estrangeiros do que seus trabalhadores e seus compradores brasileiros – permanece ainda amplamente herdeira da cultura do açúcar de outrora.

Pierre Monbeig²

O contexto de monocultura latifundiária, que caracteriza a sacari-cultura pernambucana, determinou inúmeros aspectos da vida dos principais atores sociais, os trabalhadores rurais. Os empregadores

1 BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: A. Colin, 1968, v. I, p. 172.

2 MONBEIG, Pierre. *Le Brésil*. Paris: PUF, 1968, p. 46.

e o Estado, outros dois parceiros centrais nas relações examinadas, serão apenas mencionados a propósito de pontos precisos.

2.1 Zona rica, população pobre: a região canaveira

[M]onocultura açucareira, monotonia alimentar. Uma fome lenta, paciente, uma fome que mordisca, progredindo ao ritmo da economia de mercado. A produção sistemática de uma humanidade subalterna, reduzida a uma existência quase vegetativa, mas donde o capitalismo retirava uma força de trabalho.

Robert Linhart³

A miserável situação do trabalhador rural, sobretudo na zona da mata, da agroindústria do açúcar, constitui um dos dramas de maior gravidade. O trabalhador dos campos, o assalariado de engenhos e usinas, estava longe de parecer gente, de viver como gente, de figurar como um cristão e criatura feita à imagem de Deus. Sua existência era mais de bicho de toca, mal comido, mal dormido, esfarrapado, sem educação, doente, desassistido de tudo e de todos. Vencia salário de fome, quando, lá fora, o custo da vida subia e subia.

Costa Porto⁴

3 LINHART, Robert. *O açúcar e a fome: pesquisas nas regiões açucareiras do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 52.

4 Classicamente Costa Porto continua com a lógica dos plantadores: “O produtor, em regra, não negava este estado de coisas: apenas procurava mostrar não lhe seria possível ir além, porque o açúcar não tinha preço justo.” “Alguns aspectos do ruralismo canaveiro”. *DP*, 07.11.1963.

Celso Furtado, superintendente da Sudene na época de sua fundação (1959),⁵ descrevia assim a situação social na região: “Na zona mais rica do Nordeste, chamada ‘Zona da Mata’, 95% da população⁶ sofre de desnutrição, sem receber uma alimentação suficiente para efetuar um dia normal de trabalho.”⁷ Alguns estudos⁸ testemunhavam esse drama. Periodicamente, as autoridades eram alertadas a respeito das sérias consequências da situação nutricional das populações.⁹ Josué de Castro declarava: “A situação do povo brasileiro infelizmente é de um povo faminto, subalimentado, doente. Essa a razão porque o Brasil é um país subdesenvolvido, por mais que isso doa a consciência patriótica”.¹⁰

Esperança de vida curta¹¹ e mortalidade infantil elevada¹² atingiam taxas comparáveis às piores do mundo. O analfabetismo era

5 Órgão destinado a estimular o desenvolvimento econômico e social da região. Celso Furtado, economista, é autor de muitas obras importantes, entre outras *A formação econômica do Brasil*. [1959] São Paulo: Ed. Nacional, (7a ed.) 1967.

6 Entre 1950 e 1960, a população da Zona da Mata e Litoral aumentou em 570.000 pessoas, passando para 2.128.000 habitantes, a metade da população de Pernambuco.

7 Declaração publicada no *DP*, em 01.11.1961.

8 GONÇALVES, Fernando Antônio. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata”. *Boletim do IJNPS*. Recife: IJNPS, 1966, p. 117-173. A pesquisa marcou pela novidade da abordagem, bem como pela amplitude de seu universo de 477 famílias em toda a região. Ver também LINS, R. C. *et al. Situação sócio-econômica em áreas da zona canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Op. cit. e BARROS, Henrique Osvaldo Monteiro de. *A caminho da ‘rua’: condições de vida e de trabalho no meio rural da Zona da Mata pernambucana*. Recife: IJNPS, 1982.

9 Por exemplo, o inquérito “promovido no interior de Pernambuco pelo Sr. Nelson Coutinho”. “Em defesa da saúde da população rural do Estado.” *DP*, 20.02.1947.

10 *DP*, 04.08.1954, p. 9.

11 Certamente muito inferior à média nordestina, que já era baixa. Segundo o IBGE, para toda a população nordestina, a esperança de vida média era, ao nascer, de 40 anos; de 50 anos no 1º ano de idade; e subia para 55 anos na faixa de 5 a 10 anos. *DP*, 15.01.1961.

12 A título de ilustração da consciência que se tinha do problema, a *Folha do Povo* do dia 24.08.1955 veiculava um discurso do Gal. Edgard Buxbaum, em nome da Liga de Emancipação Nacional, que lamentava: “O nordestino estiola-se e

muito mais grave do que os números poderiam deixar pensar (Ver Figura 7): “muitas das pessoas que dizem saber ler e escrever por ocasião dos recenseamentos em quaisquer trabalhos de estatísticas apenas desenham garatujadamente o nome, sendo, por conseguinte, analfabetos.”¹³

Taxas de analfabetismo

O estudo detalhado de dados oriundos do Censo de 1980,¹⁴ o primeiro após o período considerado aqui, dá a medida do problema da falta de acesso a uma formação elementar. As taxas extremamente elevadas de analfabetismo entre os adultos, corriqueiramente entre 80 e 90%,¹⁵ são estimadas de forma otimista pelos agentes do censo, pois eles consideram como alfabetizadas as pessoas que sabem escrever seu nome (condição *sine qua non* para se tornar eleitor até o final dos anos 1980). Elas refletem a extrema precariedade da rede de escolas acessíveis a esta população e traduzem também a evasão escolar. A concorrência do trabalho não permite aos filhos de canavieiros frequentarem os estabelecimentos que porventura existirem. Com efeito, os entrevistados desta pesquisa, como aqueles que participaram de anteriores,¹⁶ situam sua entrada no mundo do trabalho entre 8 e 10 anos, na sua maioria.

apresenta aos olhos do Brasil o quadro triste de patrícios nossos maltrapilhos, doentes, esmolando, arrastando após si as crianças que por milagre não estão incluídas na estatística assustadora que acusa até oitenta por cento de mortalidade infantil.” Socorro Ferraz, assessora da Cooperativa de Tiriri, lembra de crianças apresentando síndrome de Biafra, em plena zona canavieira, a mais fértil e rica região agrícola do estado, e em tempo de paz.

- 13 O artigo precisa: Brasil: 57,3%; rural brasileira: 72,3%; rural pernambucana: 85,3%. A preocupação com essa situação não dizia respeito ao bem-estar das populações da Zona da Mata, particularmente de Nazaré da Mata, citada no artigo, mas do “desenvolvimento de ideias políticas estranhas, contrárias aos nossos princípios de povo independente e democrático, no seio da massa desconhecadora da lei nacional, do direito e do dever e da realidade das coisas.” “A praga do analfabetismo”. In: DP, 23.05.1954.
- 14 Dados calculados em colaboração com a Profa. Jacqueline Pernet Grandjean, da Universidade de Reims.
- 15 Ver Figura 7.
- 16 ARAÚJO, E. R. *O Trator e o 'Burro sem Rabo'*. Op. cit.

Proverbial era a miséria dos trabalhadores rurais da região, descritos por Joseph Page:

[O] tipo mais comum de trabalhador era o morador, ao qual era dado para uso um pequeno casebre na propriedade da usina ou do engenho. Ali ele vivia com sua mulher e numerosos filhos, apinhados em um quarto ou dois, sem luz, sem água e sem instalações sanitárias. Algumas vezes, em redor do casebre, eles tinham direito de usar um pequeno lote de terra, onde podiam plantar culturas de subsistência. O trabalhador não tinha quaisquer direitos legais a essa terra e podia ser expulso a qualquer tempo, virtualmente ao capricho do proprietário rural. Isso desencorajava o camponês a realizar melhoramentos. Do mesmo modo, as longas horas que ele tinha que despender nos canaviais dificultavam-lhe a luta pela sobrevivência. Ocasionalmente, permitiam-lhe limpar alguma terra não utilizada no topo de uma colina, onde ele podia cultivar algum alimento, mas na maior parte das vezes o proprietário rural, no ano seguinte, reclamava de volta a terra, para o cultivo de cana. Naturalmente, não era feito qualquer pagamento pelo esforço do trabalhador para limpar a terra.¹⁷

Outra característica, sua suposta passividade, teria, segundo parte da literatura, algo de banal, quiçá ‘natural’, ligado ao tipo de atividade agrícola, ela própria ditada pelo “fatalismo geográfico”.¹⁸ A linha de raciocínio conhecera tempos áureos.¹⁹

17 PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve. O Nordeste do Brasil 1955-1964*. [1972] Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1989, p. 39-40

18 AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., p. 66.

19 Ver a Parte II. Interpretações da ‘morada’.

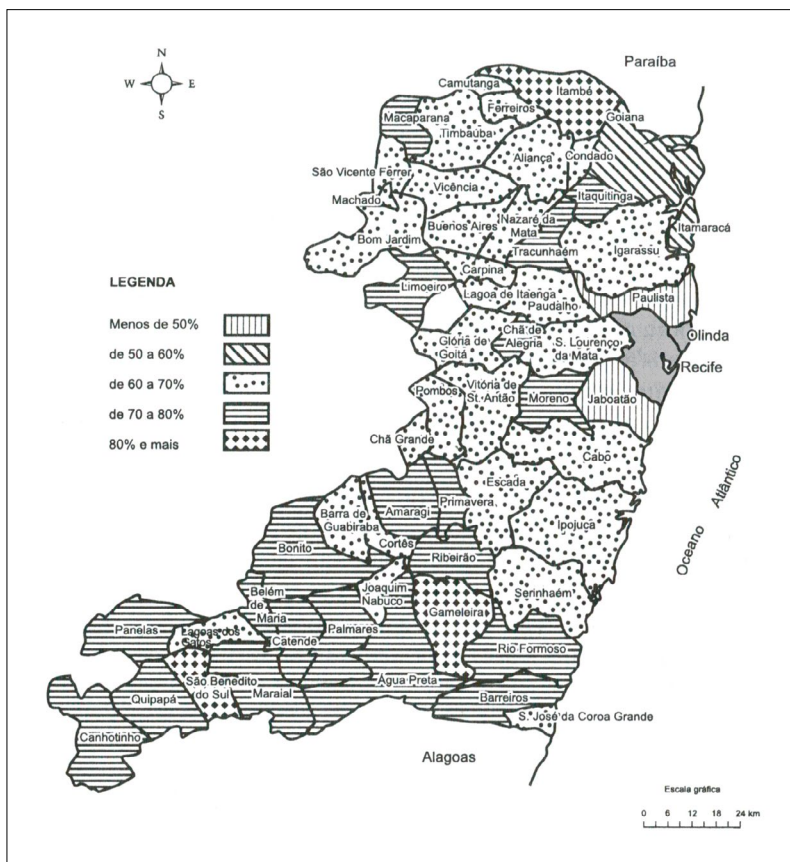


Figura 7. Taxa de analfabetismo na população rural de mais de 15 anos

Fonte: Dados calculados a partir do Censo Demográfico, 1980.

2.2 As origens escravistas da ‘morada’

O verdadeiro alicerce da chamada “civilização do açúcar” no Brasil foi o escravo, que, trabalhando de sol a sol nos canaviais e/ou dia e noite na parte industrial dos engenhos, representava mão de obra de custo relativamente barato e que sempre acumulava lucros não para si, evidentemente, mas para o patrão, ou seja, para o senhor de engenho.

Dicionário do Açúcar²⁰

Para os séculos de escravidão indígena²¹ e africana, a bibliografia de autores locais e nacionais é abundante, brilhante e diversificada.²² Tais obras permitem não apenas conhecer melhor os ancestrais de nossos interlocutores, como sobretudo verificar a exatidão de certa visão do passado escravista local, considerado “doce” e paternalista em oposição, por exemplo, à situação paralela nos Estados Unidos. O debate sobre a interpretação da escravidão e seu destino histórico²³ ecoava (com embates em certa medida diferentes) na polêmica,

20 BARBALHO, Nelson. *Dicionário do Açúcar*. Recife: Massangana, 1984, p. 196.

21 Em 1537, uma Bula papal de Paulo III recomendava que os índios não fossem privados da sua liberdade nem do domínio de seus bens. Na mesma época, foi redigida a Carta Régia que escravizava os Caetés. Holocausto: “centenas de milhares de pessoas de línguas tupi, jê, aruak ou karib não foram nunca integradas ou assimiladas, mas sim exterminadas”. LEONARDI, V. *Entre árvores e esquecimentos*. Op. cit., p. 101.

22 Entre muitos outros títulos, alguns citados ao longo do presente trabalho, A *Servidão Negra*, de Mário Maestri; mas também o estudo fundamental de S. B. Schwartz, *Segredos internos*. Op. cit., assim como a obra de P. L. Eisenberg, *Modernização sem mudança*. Op. cit. Do mesmo autor, *Homens esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil XVIII-XIX*. Campinas: Unicamp, 1989. Esses estudiosos se distinguem por serem menos vulneráveis a certas ‘obviedades’ culturalmente estabelecidas, transformadas acriticamente em senso comum pela repetição, caso do assunto aqui tratado.

23 Ver PATTERSON, Orlando. “Slavery”. In: *Ann. Rev. Social.*, 1977, 3:407-49.

notadamente entre Jacob Gorender²⁴ e Kátia Mattoso.²⁵ Aquilo que pode ser chamado de lenda dourada das relações entre senhores e trabalhadores escravizados no Brasil, sob os auspícios de um regime muitas vezes qualificado de “patriarcal”,²⁶ parece fornecer alicerces históricos para certa concepção das relações da ‘morada’: harmoniosas e quase familiares entre as classes sociais. Elas encontraram um embasamento legitimador numa certa concepção enaltecida das relações entre estes mesmos senhores de engenho e os trabalhadores das plantações (seus ancestrais diretos) escravizados.

Graças aos trabalhos de Peter Eisenberg e ao estudo de Gadiel Perruci,²⁷ entende-se a importância das opções regionais para organizar de forma durável o abastecimento em mão de obra barata, sem recorrer, todavia, ao braço imigrante, como foi o caso nas plantações no sul do país.²⁸ Com o fim da escravidão, o grande problema desafiando os empresários era a elaboração de novas normas para fixar a força de trabalho. Por um lado, aproveitou-se

[e]sta mão de obra, utilizada em vários sistemas de relações de trabalho, ora como moradores de condição, ora como foreiros

24 *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986 e *Escravidão e Invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988.

25 MATTOSO, Katia M. de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. Prefácio de Ciro Flamarion S. Cardoso. São Paulo: Brasiliense, 1982.

26 Denominação cara a Gilberto Freyre que conheceu e ainda conhece durável aprovação.

27 PERRUCI, G. *A República das Usinas*. Op. cit.

28 Resposta ao Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro, em 1878, do qual as províncias do Norte haviam sido excluídas (ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno. A invenção do Nordeste*. Univ. Estadual de Campinas (Tese de doutorado) 1994, p. 112), o Congresso Agrícola do Recife descartou a imigração asiática, por razões culturais. Tentativas para atrair europeus fracassaram. *Congresso Agrícola do Recife, 1878, Trabalhos*. Introdução de Gadiel Perruci, Ed. fac-similar. Recife: CEPA/PE, 1978.

devedores do cambão, ora como simples assalariados, [que] iria substituir gradativamente a mão de obra escrava, em uma ocasião em que a elevação do preço do escravo ia tornar a sua utilização anti-econômica.²⁹

Após a abolição,³⁰ o problema vital era aquele formulado por Sidney W. Mintz: “Como conseguiram os plantadores brasileiros imobilizar tão completamente sua força de trabalho?”³¹ Diferentemente dos empresários nas regiões produtoras de café e em outras regiões açucareiras,³² eles adotaram modelos existentes como a ‘morada’, que conheceu uma difusão e uma definição ampliadas. Manuel Correia nota que

[O] Nordeste não recebeu, como São Paulo, imigrantes europeus, e [...] estes não se adaptariam às condições subumanas de trabalho aqui existentes [porque] havia aquela formidável reserva de mão de obra representada pelos moradores que, devido às suas ínfimas condições de vida, à sua ignorância e às condições de trabalho então existentes, facilmente seria absorvida, como foi pela agroindústria do açúcar.³³

29 ANDRADE, M. C. de e MADUREIRA, S. B. *Produção do espaço...* Op. cit., p. 26.

30 Embora sem indenização, “não trouxe grandes prejuízos aos plantadores de cana do Nordeste, que já empregavam uma grande quantidade de força de trabalho livre”, explica Manuel Correia, que evidencia a filiação entre a ‘morada’ e a escravidão. ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: UNESP, 1994, p. 202. Ver também, do mesmo autor, *Abolição e Reforma Agrária*. São Paulo: Ática, 1987.

31 Correspondência pessoal de 24.07.1995.

32 As Antilhas, por exemplo, onde se recorreu tanto a obrigações legais como à importação de trabalhadores sob contrato. Ver, por exemplo, FRAGINALS, Manuel L. Moreno; FONS, Frank Maya and ENGERMAN, Stanley L. (Eds.). *Between Slavery and Free Labor: the Spanish Speaking Caribbean in the XIXth Century*. London/Baltimore, The Johns Hopkins University, 1985 e SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba. A transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Ver também o grande clássico: FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

33 ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Op. cit., p. 92.

Tal enquadramento da força de trabalho³⁴ só foi possível pelo exercício obstinado do monopólio sobre a terra e a ausência de alternativa empregatícia, seja ela urbana ou mesmo rural.

Nos últimos anos do século XIX, depois de caos, ditadura e até de uma insensata guerra civil, a sociedade brasileira reverteu às normas que haviam sido ameaçadas pela curta experiência abolicionista e milhões de brasileiros, particularmente aqueles cujas peles escuras os marcavam como descendentes de escravos, continuaram vivendo de uma forma muito semelhante àquela em que viviam sob a escravatura – já legalmente livres, mas incapazes de competir em liberdade devido a sua classe e cor, com poucas alternativas além de trabalharem as terras de outro homem, na pobreza e no servilismo ou migrando para um ambiente urbano precário, onde as oportunidades se limitavam normalmente ao mais humilde e mais duro dos trabalhos. Apesar de ter sido uma grande vitória para os brasileiros, apesar de lhes ter dado uma medida de orgulho e um breve sentido de grandeza, a abolição da escravidão não criou um ambiente em que os antigos escravos pudessem erguer-se rapidamente ao nível de prósperos participantes na vida nacional. Quase um século mais tarde – mais de cem anos, na realidade, desde a libertação dos recém-nascidos – milhões de seus descendentes ainda se veem negada a igualdade de oportunidades, imaginada, para eles, pelos líderes abolicionistas.³⁵

No período escravista, os moradores eram agregados tolerados nas plantações para propósitos como a guarda das ‘fronteiras’ da

34 Celso Furtado se arriscou ao propor um diagnóstico discutível a esse respeito: “o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país.” *Formação econômica*. Op. cit., p. 149.

35 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil. 1850-1888*. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975, p. 337.

plantação, serviços pessoais aos plantadores e fornecer mão de obra suplementar para os canaviais na época da colheita. Com a abolição,

o escravo que se viu liberto de uma hora para outra, sem nenhuma ajuda, sem terras para cultivar, sem assistência dos governos, sentiu que a liberdade adquirida se constituía apenas no direito de trocar de senhor na hora que lhe aprouvesse. Transformou-se em assalariado, em “morador de condição”.³⁶

O salário pago oscilava entre 400 e 600 réis.³⁷

Essas relações de trabalho, profundamente marcadas pela herança escravista,³⁸ mantiveram-se sob o formato da ‘morada’, garantindo aos plantadores a permanência dos canavieiros nos locais de trabalho. A categoria compreendia doravante a maioria dos trabalhadores³⁹ nas plantações de senhores de engenho e usineiros. Lygia Sigaud notou que o termo era utilizado tanto pelos próprios moradores quanto pelos patrões.⁴⁰ As interpretações teóricas⁴¹ dessas relações as classificaram como sendo intermediárias na perspectiva evolucionista.⁴²

36 ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Op. cit., p. 92.

37 Por volta de 1875, os trabalhadores livres recebiam de 800 a 1.000 réis por dia nos engenhos. Ibidem.

38 Particularmente na dimensão da violência. LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

39 O caráter fortemente sazonal da demanda por mão de obra para a cultura da cana atraía numa migração temporária regular, durante a estação seca na sua região de origem, os pequenos produtores que desciam “pro sul” na época da safra. Ver o estudo de Teresa Sales: *Agreste, Agrestes. Transformações recentes na Agricultura Nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Além desses trabalhadores agrestinos ou mesmo sertanejos, havia também trabalhadores ‘flutuantes’, oriundos da zona canavieira, aos quais os plantadores se referiam facilmente como “vagabundos”. Ver *Congresso Agrícola do Recife*. Op. cit.

40 SIGAUD, Lygia. “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”. In: SINGER, Paul. (Ed.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 49.

41 Ver II. Interpretações da ‘morada’. 5. Entendimentos marxistas acerca da ‘morada’.

42 Ver 5.2.3. A tese feudal no Brasil explicando a ‘morada’ e defendendo sua extinção.

[N]a zona Litoral-Mata, onde o latifúndio impera [...] a exploração do trabalhador reveste-se de todas as características semi-feudais e semiescravistas, peculiares ao latifúndio monocultor extensivo da cana-de-açúcar.⁴³

2.3 A difusão das relações de ‘morada’

Os negros principalmente são sensíveis aos benefícios; muitos não esquecem as suas ligações tradicionais aos brancos e a prova disto está na solidariedade que é quase comum dos descendentes dos antigos escravos com as famílias de seus ex-senhores [...] por simples afeição pessoal.⁴⁴

Uma das características do ciclo agrícola da cana-de-açúcar é a demanda intensa e sazonal de mão de obra, sobretudo na época da safra, para a qual o tempo constitui um elemento importante, tanto no corte, quanto no processamento das canas. Na época da ‘morada’, a safra tinha duração muito maior do que hoje em dia, em razão das variedades de cana, do tipo de técnicas agrícolas, bem como dos métodos de colheita: de setembro a março ou mais. Este período correspondia à estação seca no Agreste, permitindo uma migração sazonal anual bem-vinda para ajudar no corte. Outras tarefas, como a limpa do terreno enquanto a cana amadurecia (ciclo longo de até 18 meses), requeriam uma mão de obra abundante também por períodos recorrentes ao longo do ciclo vegetativo da cana. No entanto, na entressafra, a exigência de trabalho diminuía bastante, o que colocava o empregador frente ao dilema de manter contingentes importantes ao menor custo possível, em tempos “mortos”; ou

43 Apenas como exemplo: COSTA, A. *Apontamentos...* Op. cit., p. 79.

44 BELLO, Júlio. *Memórias de um Senhor de Engenho*. Prefácio de Gilberto Freyre e José Lins do Rego, Recife, FUNDARPE, 1985, p. 216.

livrar-se desse peso e arriscar perder parte da safra seguinte por não conseguir força de trabalho suficiente, uma das queixas permanentes dos empregadores.

A ‘morada’ foi uma resposta suficiente, enquanto não se tinha os caminhões e rede rodoviária adequados ao transporte pendular dos trabalhadores. Pois, morando nos engenhos, eles eram mobilizáveis em permanência. E como dispunham de pequenos lotes para culturas, podia-se diminuir para uma quantia inferior ao mínimo vital o salário pago (teoricamente) em espécie. Em certas regiões da Zona da Mata,⁴⁵ a ‘morada’ foi associada, em proporções diversas, a outras formas de fixação da mão de obra rural, com cessão provisória da terra via arrendamento, meação etc.: os famosos foreiros.⁴⁶ A predominância do assalariamento, no entanto, era absoluta. Assalariados e assimilados constituíam 81,6% da população rural ativa na Zona da Mata, contra 43,3% no estado como um todo.⁴⁷ A condição de morador recebeu um tratamento historiográfico volumoso e controverso pelo fato da remuneração ser parcialmente *in natura*: a cessão de casa e terra.

O desenvolvimento dessas formas de relações de trabalho é facilmente compreensível em uma sociedade em que os proprietários de terra possuíam áreas superiores à capacidade de produção de seus engenhos e não dispunham de dinheiro em espécie para pagar salários.⁴⁸

45 Particularmente na Mata Norte e nas regiões agrestinas menos densamente monocultoras.

46 Os foreiros cultivavam alimentos (e eventualmente cana também) numa terra cedida de proporções “relativamente grandes”, segundo Manuel Correia. (*Modernização e pobreza*. Op. cit., p. 202.) Eles pagavam uma renda em dinheiro ou em serviço, “dando certo número de dias de trabalho à propriedade”, o que constituía o ‘cambão’. ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986, p. 17.

47 PRADO JR, C. “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. Op. cit., p. 43.

48 ANDRADE, M. C. de. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. cit., p. 17.

Em dados casos, o empregado aceitava a obrigação de trabalhar certo número de dias por semana no cultivo da cana, sem pagamento em dinheiro ou em troca de um salário mais baixo. O resto do tempo, o morador de condição ou condiceiro “trabalhava se quisesse e recebia então uma remuneração”.⁴⁹ Esta configuração do trabalho assalariado explica a terminologia: “condição”, “condiceiro”, “obrigação”, ou “trabalhadores de sujeição”. Manuel Correia sublinha que eles não tinham o controle dos meios de produção e recebiam do proprietário um pedaço de terra, o ‘sítio’,

reminiscência de um sistema que substituiu ao escravocrata, e em que o trabalhador da cana-de-açúcar recebia a remuneração do seu trabalho, parte em dinheiro, parte em moradia e um pedaço de terra,⁵⁰ onde trabalhava com a família, produzindo alimentos, obrigando-se a dar alguns dias de serviço por semana à propriedade (dois ou três), mediante o pagamento de uma modesta remuneração.⁵¹

Do ponto de vista legal, a questão do sítio foi muito debatida, pois, ao passo que sua presença se firmava como um ‘direito’ dos assalariados rurais, sua existência concreta ia diminuindo. Quando sua prática era relativamente extensa, ela aparecia como uma hipótese recomendável.⁵² O Estatuto da Lavoura Canavi-

49 SIGAUD, L. “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”. Op. cit., p. 50.

50 ANDRADE, M. C. de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit., p. 219.

51 ANDRADE, M. C. de. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. cit., p. 17.

52 No 1º Congresso dos Banguzeiros e Fornecedores de Cana das Alagoas (Maceió, maio de 1937, organizado com apoio do governo estadual), a conferência inaugural foi proferida pelo historiador Manuel Diégues Júnior. “[T]raço particular”, foram abordados, em termos sucintos e genéricos: a “criação de escolas rurais”, “divulgação de noções de higiene”, “construção de casas higiênicas etc.” No ponto c), era sugerida a “cessão gratuita de terrenos e sítios dos engenhos para os moradores plantarem verduras e frutas, fazerem roçados de mandioca, de feijão, de milho, de maneira que possam ter, dentro do próprio engenho, elementos para sua própria alimentação, diminuindo assim o nível da importação.” In: *Congressos Açucareiros no Brasil*. Rio de Janeiro: IAA, 1949, p. 245 e 247.

eira⁵³ estipulava, no artigo 7º: “a concessão ao trabalhador, a título gratuito, da área de terra suficiente para a plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e de sua família”.⁵⁴

Ademais, previa-se a cobrança de um imposto sobre o valor da cana destinado à “assistência social dos fornecedores de cana e aos empregados da atividade canavieira”.⁵⁵ Personalidade de grande destaque e presidente do IAA, Barbosa Lima⁵⁶ interpretava surpreendentemente esse tipo de medida, desprovida de meios de implementação:

Aliás, é preciso frisar que minhas atitudes políticas e administrativas sempre estiveram aproximadas da doutrina socialista. Tanto que, quando presidia o IAA, um dos projetos que executei foi o Estatuto da Lavoura Canavieira, que está dentro do espírito socialista, da mesma maneira que a legislação sobre o homem da lavoura.⁵⁷

53 Decreto-Lei nº 3.855, de 21.11.1941. O Título IV, Seção 3ª, “Do Salário Mínimo Art. 90 – O salário mínimo dos trabalhadores na lavoura canavieira e na indústria do Açúcar e Alcool será fixado pelas Comissões competentes nos termos da Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, depois de ouvido o IAA.” São os únicos artigos, de um total de 179 que mencionam os trabalhadores; todos os demais eram destinados a regulamentar, no detalhe, as relações entre fornecedores e usineiros. O Estatuto da Lavoura Canavieira foi descrito por Barbosa Lima Sobrinho, presidente do IAA, como “disciplinando as relações entre as duas classes, criando normas para a solução de litígios, garantindo a situação de uns e de outros, tornando mais rigorosas as obrigações recíprocas” para um “melhor entendimento.” DP, 30.11.1941, p. 3.

54 O Decreto-Lei Nº 6.969, de 19.10.1944, era mais explícito no artigo 23: “O trabalhador rural com mais de um ano de serviço terá direito à concessão, a título gratuito, de uma área de terra, próxima à sua moradia, suficiente para a plantação e criação necessárias à subsistência de sua família.”

55 PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *Os vinte anos de Proálcool: as controvérsias de um programa energético de biomassa*. Rio de Janeiro: FASE, s. d., p. 17. Percentagens do valor da cana (1%), açúcar (1%) e álcool (2%) eram destinados ao “Programa de Assistência Social (PAS) da lavoura canavieira”. Idem, p. 18.

56 “Sempre me senti (mesmo no IAA) ligado à linha socialista”. JC, 08.03.1959.

57 Seria preciso um estudo particular sobre a argumentação patronal e do Estado, incluindo a inflexões que os modelos (reivindicados) europeus sofreram na

Como o sublinha Azevedo,⁵⁸ essa medida teve “um grande significado político” na classe dominante da zona canavieira. Os ganhos garantidos aos vários setores reforçados pela

ampliação crescente do crédito institucional para o custeio e o investimento na lavoura canavieira e pelo estímulo estatal a uma política de modernização e fusões das usinas, terminando por criar condições para a capitalização dos usineiros e fornecedores. Assim à medida que, através do crédito institucional, torna-se viável arcar com a totalidade dos custos monetários com a reprodução da força de trabalho, o engenho ou a usina passam a encarar a expulsão do morador como uma vantagem econômica, principalmente levando-se em conta a rentabilidade da cultura principal.⁵⁹

No contexto do fim dos anos 1950, de expansão dos canaviais,⁶⁰ aumento considerável da produção de açúcar⁶¹ e modernização das usinas,⁶² a aplicação dessa disposição foi reivindicada sem chances reais de implementação. Após o golpe de Estado, em 1965, no Contrato Coletivo de Trabalho na Lavoura Canavieira, o salário base dos trabalhadores diminuiu, sob argumentação dos empregadores de que aqueles perderiam duas horas de trabalho diárias, justificadas pela promessa de um sítio.⁶³ Pelo Decreto Executivo

passagem do Atlântico. Em outra oportunidade, Barbosa Lima, governador, se referia à inspiração da Encíclica *Rerum Novarum*. DP, 17.05.1949.

58 AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., p. 46.

59 CPDA/SUPLAN. *Relatório Regional – Região Nordeste*, 1978. In: Idem, p. 47.

60 ANDRADE, J. C. X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira*. Op. cit., p. 244.

61 21% da safra 1958/59 sobre a anterior. ANDRADE N., J. C. X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira...* Op. cit., p. 240.

62 No governo Goulart, o Decreto nº 156, de 17.11.1961, Fundo de Consolidação e Fomento da Agroindústria Canavieira, que, segundo Tamás Szmrecsányi, marcou “um novo sentido atribuído ao planejamento do subsetor [açucareiro].” SZMRECSÁNYI, T. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil*. Op. cit., p. 260.

63 WANDERLEY, M. N. B. *L'économie sucrière du Pernambouco*. Op. cit.

Nº 57.020,⁶⁴ que “dispõe sobre a concessão de terra ao trabalhador rural da lavoura canavieira e dá outras providências”,⁶⁵ o governo militar tentou fornecer um quadro legal renovado à questão do sítio:

visava a diminuição do clima de tensão, na medida em que dispunha sobre a cessão de terras aos trabalhadores rurais da lavoura canavieira que tivessem mais de um ano de serviço contínuo numa propriedade. Essa área, concedida a título gratuito, teria que ser próxima da moradia e com uma dimensão suficiente para a plantação e criação necessárias à subsistência de toda a família. A área deveria ter uma dimensão de até dois ha, não podendo estar a uma distância superior a 3 km da moradia do trabalhador.⁶⁶

Não foi aplicado, lamentava um texto de 1969.⁶⁷ Nos anos 1960 e 1970, as superfícies ocupadas em cana aumentavam, com o estímulo do Geran⁶⁸ e, em breve, do Proálcool.⁶⁹

Todos esses aspectos somados fizeram com que, a médio e longo prazo, o Brasil se transformasse num dos maiores exportadores mundiais de açúcar, servindo para que houvesse um verdadeiro “boom” de crescimento na agroindústria açucareira nacional.⁷⁰

64 De 11.10.1965. Ato do IAA n. 18-68, de julho 1968, dispõe sobre a execução do Decreto Nº 57.020, de 11.10.1965, e dá outras providências. Ver IAA SSP 29823. Doc. 107.

65 SSP 29823. Doc. 99.

66 ANDRADE N., J. C. X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira...* Op. cit., p. 275.

67 Escrito para o Sorpe. SSP 29.679.

68 Grupo Executivo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste-Geran – Decreto nº 509.033-A, de 08/08/1966; extinto pelo Decreto nº 69.454, de 01.11.1971. O Geran encomendou ao Instituto Joaquim Nabuco uma pesquisa reunindo “dados expressivos sobre a situação sócio-econômica dos trabalhadores rurais”, para “orientar providências ou medidas no sentido de ser melhorada”, nas palavras de Gilberto Freyre. Os resultados foram publicados: AZEVEDO, C. A., CALDAS, R. e CHACON, V. (Coords.). *Situação socioeconômica em Áreas da Zona Canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Op. cit.

69 PAIXÃO, M. J. P. *No coração do canavial*. Op. cit.

70 ANDRADE N., J. C. X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira*. Op. cit., p. 249.

A concorrência da cana na ocupação das terras ainda disponíveis, estimulada pelos enormes financiamentos públicos,⁷¹ tornava a existência dos sítios, em vez de estabilizada e generalizada, como o previa a lei, cada vez mais ameaçada, ou melhor, condenada. A ‘Lei do sítio’, como foi conhecida, permaneceu, no entanto, por muitos anos, referência constante na luta do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. A ideia era promover a reconstituição da ‘morada’ nessa dimensão, acrescida e corrigida pelos avanços na legislação trabalhista. Uma luta de retaguarda, em suma. O estabelecimento dessa meta para o movimento sindical fora reforçado pela confirmação da justeza da fórmula, bem como da sua verificação através do que poderia ser considerado como um jogo de espelhos entre intelectuais⁷² e sindicalistas oriundos da região centro-norte da Zona da Mata, onde a persistência dos sítios fora mais longa.⁷³

71 Pelo Decreto nº 51.104, de 01.08.1961, foi criado o Fundo de Recuperação da Agroindústria canavieira, “contando com os recursos financeiros gerados pelas exportações ao Mercado Privilegiado norte-americano.” ANDRADE N., J. C. X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira*. Op. cit., p. 250-251. O aumento de produtividade foi “pequeno, diante do volume de recursos aplicados”. Idem p. 295. O Decreto-lei nº 1.186, de 28.02.1971, criava, ao mesmo tempo, o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar e o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, que seria em 26.03.1973 (Decreto-lei nº 1.266) transformado em Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira. SZMRECSÁNYI, T. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil*. p. 301 et ss.

72 No caso, a equipe de estudantes e professores do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que vinham prestar assistência e solidariedade ao MSTR de Pernambuco a cada campanha salarial, desde a retomada das lutas coletivas, em 1979, até o final dos anos 1980.

73 Em particular, Nazaré da Mata, Vicência e as áreas circunvizinhas, de onde eram oriundas as lideranças da Fetape e o presidente da Contag. Seu testemunho e sua experiência abasteceram consideravelmente a equipe de especialistas do Museu Nacional, produzindo obras notáveis e compondo o corpus de estudos sobre a região o mais importante, ao lado daquela do Professor Manuel Correia e seus êmulos em Geografia e em História, na UFPE. Ver os mapas da distribuição do acesso a terra para plantar em DABAT, Christine Rufino. “Terra para

2.4 O fim da ‘morada’

Estudos como os de José Bonifácio de Andrade,⁷⁴ Pedro Eugênio Toledo Cabral,⁷⁵ Lygia Sigaud, Beatriz Herédia e Afrânio Raul Garcia,⁷⁶ entre outros, descreveram o fim da ‘morada’.

A proletarianização do trabalhador rural começou a se delinear de forma mais clara nos fins da década de 50, embora a mesma não tenha sido recebida sem luta por parte dos trabalhadores rurais e por aquelas camadas da sociedade mais ligadas às forças de esquerda no Nordeste.⁷⁷

Lygia Sigaud argumentou sutilmente sobre a saída dos engenhos: correspondeu ou não ao que os próprios trabalhadores dizem representar sua “livre e espontânea vontade”, para utilizar a expressão recorrente nos seus depoimentos. No entanto, as narrativas e os testemunhos, relatos da imprensa ou de polícia mostravam casos de violência e coação, cujo motivo expresso ou não era precisamente a “limpeza” das terras para plantar cana subsidiada. De qualquer modo, a perda dessa terra cedida era um fator de

irreversível processo de empobrecimento do trabalhador rural, que passou a ter unicamente a renda monetária, sem nenhum direito à complementação do salário, uma vez

plantar. O acesso à terra na experiência dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco”. In: *Revista de Geografia*, v. 7, n. 2 jul./dez. 1991, p. 33-68.

74 ANDRADE, J. B. X. de. *Do banguê à usina em Pernambuco*. Op.cit.

75 CABRAL, P. E. *O Trabalhador da Cana-de-Açúcar em Pernambuco*. Op.cit.

76 Entre as obras principais: HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. *A morada da vida*. Op. cit. e *Formas de Dominação e Espaço Social. A modernização da agro-indústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero, 1988. GARCIA, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1990; SIGAUD, L. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit. e *Greve nos Engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; e “A luta de classes em dois atos: Notas sobre um ciclo de greves camponesas”. In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 29, n. 3, 1986, p. 319-343. Ver 5.5. A ‘morada’ como ‘dádiva’.

77 ANDRADE N., J. C. X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira*. Op. cit., p. 111.

que o avanço da área cultivada significou a perda do sítio, a perda de uma atividade, o roçado, que servia de complemento salarial.⁷⁸

No período mais recente, um convênio com o Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região e a UFPE permitiu a criação do LAHM-UFPE (Laboratório História e Memória da UFPE), que progride há mais de um decênio sob a direção do Professor Antonio Montenegro e aos cuidados de sua equipe. Este rico arcevo permitiu estudos muito detalhados e precisos a este respeito, com base nos processos trabalhistas conservados.⁷⁹

78 SIGAUD, L. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit.

79 No rico elenco de dissertações e teses produzidas (sem falar de outros escritos como relatórios, TCCs e artigos), pode-se citar sobre o meio rural: algumas já publicadas, como a tese de FERREIRA Filho, José Marcelo Marques. *Arquitetura Especial da Plantation Açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século xx)*. Recife: EDUFPE, 2020. Outras ainda no prelo, como ARAÚJO, Joana Maria Lucena de. *Trabalhadores rurais e a Justiça do Trabalho: a luta por direitos através dos processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata – PE (1963-1979)*. Recife: UFPE PPGH, 2021. Outras teses e dissertações, tanto sobre o meio rural quanto industrial e urbano, encontram-se disponíveis no repositório da UFPE, a exemplo de: BEZERRA, Marcela Heráclio. *Mulheres (des) cobertas, histórias reveladas. Relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na Zona da Mata Sul de Pernambuco (1980-1988)*. Recife: UFPE PPGH, 2012. SIQUEIRA, Renata Borba Cahú. *Canavieiras em embates na Justiça do Trabalho: precarização do trabalho, relações de gênero e luta para defender direitos conquistados (região sul da Zona da Mata de Pernambuco, 1972-1975)*. Recife: UFPE PPGH, 2020. SOARES, Lara Maria de Holanda. *“Como é de Direito e de Justiça”: um embate de classes entre trabalhadores e empregadores da agroindústria açucareira nos processos trabalhistas da JcJ Goiana/PE (1971-1973)*. Recife: UFPE PPGH, 2021.

3. O contexto político

O aumento de salários do trabalhador rural foi dos mais justos e é desejar que se processem novos reajustamentos, visando a elevar o nível de vida de uma comunidade que levava existência de párias, muitas vezes pior do que animais, sem horizontes, sem futuro.¹

Sofrendo o desconforto de moradias extremamente precárias, numa situação sanitária deplorável, as populações da Zona da Mata encontravam-se fora de alcance (para não dizer abandonadas) dos programas sociais estatais que foram estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial.² A cobertura vacinal era incompleta ou mesmo inexistente, como o demonstraram epidemias de varíola, por exemplo, inclusive em municípios próximos de Recife.³

1 Editorial do *DP*, 03.10.1963, p. 4, intitulado “Crise em perspectiva na economia açucareira” que pede melhores preços para os empresários.

2 Em particular a Fundação Nacional de Saúde, segundo o Prof. Malaquias Batista Filho, do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco.

3 CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes. A Revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

3.1 O papel do estado

O Instituto assegurou em 1933 ao Nordeste a faculdade de trabalhar para viver. Era uma espécie de vida meio africana de negro que labuta contra salário. E o pobre norte cabinda ainda ficou contente, muito contente mesmo, porque ele até então só trabalhava para morrer. Os preços eram cotações de morte. Os do Instituto elevaram esse fúnebre standard. Eram preços que permitiam comprar bacalhau, farinha de mandioca e rapadura. E isto era vida de senzala, certo um pouco melhor que a lividez do cemitério.

Chateaubriand⁴

O Estado manteve sempre, na zona canavieira, uma forte presença a serviço dos empresários, inclusive em assuntos de controle da mão de obra. As leis “destinavam-se essencialmente a limitar as ações e a mobilidade dos cativos e a impor um severo controle sobre a força de trabalho. Elas não interferiam no controle do senhor sobre seus escravos.”⁵ No período pós-escravidão, quando reinou a ‘morada’, o

4 Editorial “O calvário do açúcar no Nordeste”, DP, 02.04.1940. Ver também “Para onde vai o açúcar”, em que o autor se proclama “neto, bisneto e tataraneto de senhor de engenho”. DP, 18.01.1941. Seu artigo começa, sem vergonha da desproporção, “No drama amargo da guerra, esquecemos a tragédia que vive, no Nordeste, o mais doce dos elementos da economia brasileira”. Como sempre, as classes patronais (Getúlio Vargas havia pedido um relatório a Gileno De Carli sobre a situação) utilizam a miséria dos trabalhadores para ganhar vantagens (geralmente reajuste do preço da cana e do açúcar) junto ao Governo Federal. Entre os inúmeros exemplos, encontra-se uma riqueza de ordem oratória. Assim, um artigo que reclama dos preços, intitula-se “O fim do fellah brasileiro”. DP, 18.11.1943. “Perigo para a economia brasileira, a solução dos seus problemas em função da demagogia”. DP, 15.07.1949. “Solucionando provisoriamente o caso das usinas”. Pedro Afonso. DP, 18.06.1953 etc... Com o acirramento das lutas sociais e das reivindicações dos trabalhadores, o argumento tornou-se elemento de uma chantagem: “Só maior preço da cana possibilitará melhor salário para o trabalhador rural”. DP, 01.11.1963.

5 SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos*. Op. cit., p. 221.

comportamento das autoridades públicas frente aos novos cidadãos permaneceu o mesmo: “[A] ação das forças repressivas do governo do estado que, à exceção do curto período do governo Miguel Arraes, sempre foram utilizadas contra os trabalhadores”.⁶

Os grandes projetos do Estado para encorajar o crescimento do setor⁷ (inclusive agrícola), passaram, a partir dos anos 1940, a incorporar uma tímida nota social, no meio do enorme volume de medidas dirigidas aos plantadores, porém sem fiscalização confiável para garantir sua implementação.⁸ Órgão maior de desenvolvimento da região, a Sudene não arvorava grandes ambições sociais para a Zona da Mata em geral, quanto menos para o campo. A situação lastimável dos trabalhadores rurais aparecia, quase sempre, como argumento para os plantadores arrancarem mais dinheiro do Estado. Um dos incontáveis exemplos está aqui citado: ele tem o mérito da candura gerada pela secular certeza de alcançar seus propósitos e total falta de responsabilidade social, própria da classe dominante na região.

A situação era de lástima. [...] Assistimos há dias a uma cena típica da situação reinante [...] “Ganho 14 cruzeiros por uma ‘conta’ (10 braças por 10 para roçagem de mato). Tenho mulher e uma filha de 9 anos. Não há dinheiro na Usina. Pela manhã, recebo um vale de 14 cruzeiros. Compro no barracão 200 g. de charque por 8 cruzeiros e um litro de farinha por 6. Nisto se vai a vida. Não posso comprar sabão para lavar os mulambos, nem querosene para o candeeiro, nem fumo para o cachimbo. Não se conhece mais café, nem mais nada.

6 SIGAUD, L. “A luta de classes em dois atos”. Op. cit., p. 321.

7 SZMRECSÁNYI, T. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil*. Op. cit., Capítulo III. A Experiência de planejamento, p. 159 et ss.

8 A singularidade da Usina Catende, sempre prezada como “bom exemplo” a ser seguido pelos outros empresários, mostra, pela própria ênfase, o quanto sua correta aplicação da lei era singular, mais ainda quando visava “seus operários e trabalhadores rurais”. JC, 28.10.1962. O artigo, como os demais, distingue os números de despesas por força da lei, das “espontâneas”.

A barraca é escura e fria como uma sepultura. E se vier uma doença? E quando a roupa se acabar?” É essa a vida do infeliz pária que trabalha em nossos campos. É o domínio da fome. Por isto a solução, embora provisória, do caso das Usinas foi recebida com alegria. É uma solução provisória, dizemos bem: o caso é puramente econômico. [...] Infeliz negócio que para ser mantido, necessita dessa “choradeira” de todos os anos.⁹

3.1.1 A legislação trabalhista

O Presidente Vargas afastou do Brasil a possibilidade trágica da luta de classes.¹⁰

Waldemar Falcão, Ministro do Trabalho

Assim como foi uma fortuna para a humanidade que Roma tivesse esmagado as oligarquias intelectualmente inferiores de Carthago, para o destino do Brasil foi excelente que Domingos Jorge Velho e o tetravô de Othon Lynch liquidassem com a Troya Negra a qual compreendia tipos humanos impotentes, afim de produzir o que quer que fosse de compatível do ponto de vista social e cívico, ao que o colonizador português aqui modelara. Eles são vorazes; enriquecem; têm enormes garras; mas aí está Getúlio Vargas conosco para apará-las com tesourinhas astutas e quase sem dor.

Chateaubriand¹¹

Instrumento do patronato, nas dimensões econômica e repressiva, o Estado passou a controlar as questões trabalhistas na função de

9 “Solucionando provisoriamente o caso das usinas”. *DP*, 18.06.1953, p. 9.

10 *DP*, 01.05.1941. Entre muitos exemplos dos elogios tecidos ao presidente, ver “GV esse desconhecido” de Chatô, celebrando seu aniversário, *DP*, 25.04.1943.

11 “Reajustamento negro”, discurso por ocasião do batismo do avião “Palmares!” no aeroclube de São Carlos, SP. *DP*, 03.01.1943.

árbitro oficialmente inaugurada na era Vargas.¹² O trabalhismo, no Brasil, já fora definido por Thomas Skidmore como sendo “uma mistura de medidas de bem-estar social, atividade política da classe operária e nacionalismo econômico”.¹³ Segundo o próprio Getúlio Vargas, a ambição era o progresso.

Passou a época dos liberalismos imprevidentes [...]. A disciplina política tem de ser baseada na justiça social amparando o trabalho e o trabalhador para que este não se considere um valor negativo, um pária à margem da vida pública, hostil ou indiferente à sociedade em que vive.¹⁴

Seus sucessores, entre eles João Goulart, que promulgou a parte da legislação trabalhista¹⁵ aplicada ao campo, mantiveram a mesma proposta. Enquanto vice-presidente, afirmou:

Na etapa atual da nossa evolução, os interesses gerais dos trabalhadores coincidem, portanto, com os interesses legítimos da indústria nacional, ambos se confundindo com os da Nação em seu conjunto. Getúlio Vargas compreendeu lucidamente o problema, pois sabia qual o adversário que, no momento, tínhamos todos de enfrentar e derrotar, quando situou o trabalhismo brasileiro, não no terreno da luta frontal, mas no da conciliação de classes.¹⁶

12 BANDEIRA, Moniz. *Trabalhismo e socialismo no Brasil. A Internacional Socialista e a América Latina*. São Paulo: Global Editora, 1985. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2ª ed., 1994.

13 SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964*. [1982] Rio de Janeiro: Paz e Terra, (10a ed.) 1996, p. 103

14 Discurso no aniversário da batalha de Riachuelo, 11.06.1940. *DP*, 13.06.1940. No editorial, Chateaubriand retoma a mesma temática.

15 Para uma análise crítica, ver FRENCH, John D. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

16 “O Governo sempre teve o apoio dos trabalhadores. Etapa atual na nossa evolução”. *JC*, 03.05.1957.

Sem entrar no detalhe desse assunto apaixonante e complexo do legado getulista, podem ser mencionados alguns dos marcos que compuseram o referencial no disciplinamento das relações de trabalho na zona canavieira: o salário mínimo,¹⁷ a Justiça do Trabalho¹⁸ e a CLT¹⁹

-
- 17 Instalando a Justiça do Trabalho, o Ministro do Trabalho Waldemar Falcão anunciava – com prematuridade de mais de 20 anos: “O salário mínimo, já em vigor, é a medida mais relevante introduzida no corpo da legislação social e que, ao mesmo tempo, atinge e beneficia o trabalhador urbano e o trabalhador agrícola. [...] O pensamento do governo agora que se pode considerar encerrada a primeira e a mais difícil etapa da nossa legislação social e ampliá-la no sentido de abranger, com sua assistência benéfica, o trabalhador rural. [...] Para levar ao trabalhador dos campos esses mesmos benefícios teremos, necessariamente, de organizar os nossos estudos, examinando, no próprio ambiente onde se desenvolve a atividade do trabalhador rural, e até no estrangeiro, as suas condições de vida e de trabalho bem como a legislação adotada por outros países.” DP, 02.05.1941. Como para o resto da legislação trabalhista, sua implementação no campo foi tardia, apesar de reiteradas decisões, como aquela do Supremo Tribunal que “estendeu legislação trabalhista aos trabalhadores do campo” quanto à equiparação de menores não aprendizes a adultos para efeito de pagamento de salário mínimo. DP, 05.07.1959.
- 18 Aprovado o regulamento da Justiça do Trabalho. Dec. 6.596 de 12.12.1940. (DP, 14.12.1940). Seria instalada em 1º de maio de 1941 (DP, 02.05.1941). Em 12.05.1932, o Decreto 21.396 já havia criado uma Comissão Mista de Conciliação; em 29.11.1932, o Decreto 21.132 formava as Juntas de Conciliação e Julgamento. Apenas pelo Decreto-lei 1.237, de 02.05.1939, foi criada a Justiça do Trabalho já prevista na Constituição de 1934, regulamentada em 1940 (Decreto 6.596) e instalada em 1941. Ver a este respeito BIAVASCHI, Magda Barros. *O Direito do Trabalho no Brasil 1930-1942. A construção do sujeito de direitos dos trabalhistas*. São Paulo: LTR Jutra-Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.
- 19 O Ministro do Trabalho, Alexander Marcondes, reivindicou na promulgação dessa legislação uma originalidade brasileira, até mesmo frente a “nações de maior civilização”. Essa especificidade corresponderia “às nossas características e à capacidade plástica da gente brasileira”, vocábulo caro a Gilberto Freyre, como será visto adiante. “Essa forma ‘diferente’ com que o problema [social] foi solucionado em nosso país produziu, também, circunstâncias que são de nossa exclusiva conta e responsabilidade. Em outras nações, os trabalhadores se agremiaram, primeiro, para conseguir, depois, direitos e prerrogativas. No Brasil, direitos e prerrogativas antecederam a agremiação. O Sindicato é consequência.” Transcrição da palestra na “Hora do Brasil”, DP, 09.01.1943. Ele falava de uma “hemiplegia” do corpo social corrigida pela legislação trabalhista, reconhecendo

aos quais se pode acrescentar ainda o abono familiar²⁰ e a legislação sobre acidentes de trabalho.²¹ Em 1949, o governo regulamentou o dispositivo constitucional sobre o repouso remunerado aos “camponeses assalariados”.²² Mas muitos desses instrumentos legais, que testemunham de uma vontade firme do Estado quanto à regulamentação das relações entre classes, não contemplavam os trabalhadores rurais, ou o fazia apenas de maneira parcial e teórica.²³

que faltava ainda garantir o “equilíbrio” entre capital e trabalho, “novas classes”, e efetivar “a promessa de leis tutelares do trabalhador do campo – herói anônimo da unidade a oeste – a quem devemos ampliar, respeitadas as condições peculiares, os mesmos direitos do operariado urbano, elevando-lhe o nível de vida para que sua crescente eficiência não nos falte com as riquezas da terra, necessárias ao desenvolvimento econômico, e tenha, por sua vez, elementos aquisitivos necessários ao consumo da produção nacional.” *DP*, 06.01.1942. Seu sucessor Apolônio Sales, havia trabalhado em Catende como especialista em cana. *DP*, 20.02.1942.

- 20 Decretos de 19.04.1941 para a família contando oito filhos ou mais, com menos de 13 anos, que ganha até dois salários mínimos. *DP*, 23.04.1943. Decreto-lei n. 3.200, de 19.04.1941, que dispôs sobre a organização e proteção da família numerosa, bem como estabeleceu as regras de pagamentos de abonos família. Agradeço a ajuda Renata Santos no exame preciso das referências à legislação trabalhista.
- 21 *DP*, 14.11.1944. O artigo 9º, parágrafo 2º, menciona que o Decreto contempla empregados em “serviços de natureza industrial ou rural”.
- 22 *DP*, 14.08.1949. O artigo 10, parágrafo c) rezava: “Para os trabalhadores rurais que trabalham por tarefa pré-determinada ao quociente da divisão do salário convencionado pelo número de dias fixado pela respectiva execução.” O artigo 11 serviria corriqueiramente para privar o trabalhador desse direito: “Perderá a remuneração do dia de repouso o trabalhador que sem motivo justificado ou em virtude de punição disciplinar não tiver trabalhado durante toda a semana, cumprindo integralmente o seu horário de trabalho.”
- 23 Um artigo do *DP* em 25.01.1944, “Legislação trabalhista”, mostra as sutis distinções entre o que lhes é ou não aplicável: “Os trabalhadores rurais estavam excluídos do regime da proteção de nossa legislação social [referência às diretrizes da Constituição de 1937], abandonados ao discricionismo de seus patrões. A CLT, ao fixar norma para o trabalho agrícola, introduziu uma inovação sobre o assunto. Estende esse estatuto trabalhista aos trabalhadores rurais os preceitos básicos do contrato individual, inclusive o aviso prévio. Não lhes atinge, entretanto, o sistema de garantias em caso de rescisão a que não tenham dado motivo, não se

O trabalhismo manifestou, desse modo, uma grande ambiguidade (para usar de um eufemismo) nas suas relações com os assalariados agrícolas. Os textos mantiveram a questão da aplicabilidade numa nebulosa,²⁴ que Goulart²⁵ rompeu apenas em 1963, sob pressão dos movimentos sociais. Embora a ênfase fosse sempre trabalhista (no sentido da colaboração de classe) e nacionalista (declarada a cada oportunidade) a sorte dos empregados na agricultura era lembrada com óbvia falta de nitidez no pensamento dos dirigentes. Ora são subentendidos, ou “ainda” excluídos,²⁶ as autoridades se desdobrando em desculpas para explicar porque só poderiam ser contemplados “mais tarde”; ora incluídos de forma absolutamente vertical em termos de classe²⁷ e, portanto, inócua. O que Paulo

lhes aplica também os benefícios do instituto de estabilidade. [...] O capítulo da CLT relativo às férias é extensivo, portanto, aos trabalhadores rurais.”

- 24 Ver, por exemplo, a opinião do Prof. Antônio Ferreira Cesarino Jr: “O descanso [sic] semanal remunerado não é novidade na legislação social brasileira”. *DP*, 21.04.1947. “Repouso semanal remunerado para todos os trabalhadores” Lei No 605. *DP*, 08.01.1949.
- 25 Em junho de 1953, Getúlio Vargas empossou o novo ministro do trabalho, João Goulart, reputado pela sua colaboração com líderes sindicais. Nem revolucionário, nem radical, mas “rico estanceiro”, filho privilegiado da elite política do Rio Grande do Sul, ele “cultiva política trabalhista com propósitos eleitorais”. Respondendo ao clamor dos sindicatos urbanos, ele propôs um aumento do salário mínimo da ordem de 100%, o que lhe valeu de ser demitido em 22 de fevereiro de 1954. No entanto, sua posição sem firmeza oscilava “cada vez mais freneticamente entre uma política moderada e uma política extremada.” SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964*. Op. cit., p. 263, 149 e 198.
- 26 Excluídos da regulamentação da duração do trabalho nas indústrias insalubres, junto com viajantes, vigias, domésticos e gerentes ou administradores. *DP*, 16.06.1940. Ver os arquivos de Joaquim Pimenta, o idealizador da legislação trabalhista varguista, na Fundaj. Entre os numerosos artigos, figura um sem data (talvez 1959) intitulado “Próxima e inelutável extensão do regime de previdência social aos trabalhadores do campo”.
- 27 Getúlio Vargas proclamou, num país predominantemente agrícola e rural, que “o governo conseguiu reformar a estrutura social do país, promovendo a solidariedade das classes pela colaboração geral das tarefas do bem comum, abolidos os privilégios do passado, dignificadas todas as categorias de trabalho e esforço

Cavalcanti qualificou de “figura literária”.²⁸ Evidenciava-se uma ausência suspeita dos trabalhadores rurais no palco onde se encenava a tradição getulista. Assim, não constavam da lista das profissões repertoriadas para um concurso nacional de romance sobre o mundo do trabalho.²⁹

O operariado rural³⁰

“Tínhamos de enfrentar corajosamente o sério problema de melhoria das nossas populações para que o conforto, a educação e a higiene não se tornassem privilégio de regiões e de zonas: os benefícios que os Trabalhadores urbanos haviam conquistado deviam ser distribuídos também aos Trabalhadores rurais, ao que, insulados nos sertões, vivem distantes das vantagens do mundo civilizado. Mesmo porque, se o não fizermos, correremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e ao superpovoamento das cidades, desequilíbrio de consequências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva”.³¹

Aspásia Camargo mostrou que a CLT, pela legislação complementar do Decreto-lei 7.038, de 10 de novembro de 1944, previa a aplicação das leis sociais ao trabalhador rural e “sobretudo lhe concede o direito de constituir sindicatos. Mas essa legislação, efetivamente

honesto para viver e prosperar. A verdadeira democracia. Dessa maneira pacífica, evitamos os males que arruinam as civilizações e instituímos a verdadeira democracia – do povo para o povo – segundo a fórmula clássica e perfeita.” DP, 03.05.1941.

28 Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez. Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, Fita V, p. 6.

29 São essas: “bancários, comerciários, estivadores, industriários, marítimos, transportes e cargas.” DP, 14.05.1942.

30 Trecho do discurso de 1º de maio de 1941, pronunciado por Getúlio Vargas.

31 DP, 03.05.1941. Texto retomado em várias ocasiões, com ligeiras diferenças de redação.

aplicada no setor industrial, permanece, entretanto, letra morta para a classe camponesa.”³² Segundo Mary Wilkie, o segundo governo de Vargas tampouco promoveu a implementação dessas disposições legais, sendo essa questão uma das razões da evicção de João Goulart do Ministério do Trabalho, em 1954.³³

Interessante é a linha de argumentação utilizada pela Confederação Rural Brasileira no memorando dirigido ao Conselho de Segurança Nacional, oposto à implementação do decreto acima citado, reputando os sindicatos rurais como “ilegais”: “O proletariado rural não é suficientemente maduro para entender os direitos políticos que o Ministro João Goulart quer dar-lhes.”³⁴ Argumento esse que reforçou a linha “paternalista” e é firmemente desmentido pela opinião dos trabalhadores entrevistados. Euclides do Nascimento, dirigente sindical pioneiro, ligado à Igreja, detalha a situação:

Foi nesta década que, apesar de os camponeses não saberem, o deputado Fernando Ferrari remeteu três projetos de lei em defesa dos trabalhadores do campo à Câmara Federal. Projetos estes de número 3.563 o primeiro, o segundo 2.900, e o terceiro de número 1.837. Todos foram vetados e engavetados, pois a pressão era de cima para baixo por algumas pessoas interessadas. A força era muito pouca para alcançar o objetivo desejado. Por isso, os projetos do deputado Ferrari foram engavetados, e só com a organização camponesa nas bases, um dia, o último projeto de Ferrari, o de número 1.837, foi desengavetado e transformado em lei específica para o trabalhador rural.

32 ALCÂNTARA, A. C. *Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans...* Op. cit., p. 186.

33 WILKIE, Mary. *A Report on Rural Syndicates in Pernambuco*. Rio de Janeiro: CLAPCS (Latin American Center for Research in the Social Sciences), 1964, p. 6. Tradução publicada sob o título “Relatório sobre os Sindicatos Rurais em Pernambuco”. *Cadernos de História UFPE. O Longo Ano de 1963 em Pernambuco*. Vol. x, No 10, Recife: UFPE. 2015.

34 Ibidem.

No Congresso de Salvação do Nordeste (20-27.08.1955)³⁵ Paulo Cavalcanti citou entre as recomendações finais, algumas na área das questões trabalhistas, além das reivindicações amplas de “revisão do salário mínimo”³⁶ e o congelamento dos preços, cobrava-se a “extensão ao campo da legislação trabalhista” e a “extinção das sobrevivências feudais no campo, nas relações de produção”,³⁷ pois o Estatuto da Lavoura Canavieira, “não tocava na questão do trabalhador”; o operário da indústria açucareira³⁸ sendo

35 Na comissão organizadora: Miguel Arrais [sic] de Alencar, industrial, deputado, presidente da Liga de Emancipação Nacional, diretório de Pernambuco; Francisco Julião: deputado; Clodomir Moraes: deputado; Paulo Cavalcanti: jornalista. No Clube Português, o Prof. Acácio Ferreira leu a “Carta de Salvação do Nordeste” dizendo “que estava em primeiro plano a substituição das empresas estrangeiras por brasileiras, e logo sem perda de tempo, a emancipação destas, fazer com que fosse redimida a situação dos homens nordestinos; falou em duas refinarias, pesca, revisão do salário mínimo, liberdade sindical, respeito de greve, reforma agrária, desapropriação de terras e cinco anos de isenção de impostos para exploração dos poços de petróleo e ainda um apoio de cinco anos à Liga de Emancipação Nacional.” Relatório do 30.08.1955 do Comissário O. D. à SSP. SSP 27100. Doc. 38.

36 CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi*. Vol. 4. Recife: Guararapes, 1985, p. 63-64.

37 Idem, p. 64.

38 Eles foram beneficiários do pleno gozo da legislação trabalhista getulista. Ver a celebração da “maior convenção coletiva de trabalho no Brasil [...] talvez da América Latina”, na presença de Agamenon Magalhães, entre usineiros e trabalhadores da indústria do Açúcar. DP, 06.02.1941. Ricardo Brennand, Delegado do Trabalho, começou seu discurso assim: “Meus companheiros de trabalho, usineiros, operários e auxiliares”, louvando o abandono da “velha mentalidade que separava em classes antagônicas o trabalho nacional”. Incluído como um ‘afterthought’ no fim da matéria: “Todos os empregados de usina estão amparados pela convenção exceptuados os que trabalham no campo e os que prestam serviços eventuais de menos de 8 dias”. “Assinada ontem a maior convenção coletiva de trabalho do Brasil”. DP, 06.02.1941. O sindicato dos trabalhadores na indústria do açúcar foi estritamente controlado. Seu presidente, Diogenes Wanderley, fez, durante decênios, inúmeras declarações conciliadoras como na oportunidade acima referida, ou ainda no DP, 20.11.1960 numa homenagem ao Delegado do Trabalho.

protegido pela CLT, no entanto, “o rural [permanecia] totalmente desamparado”.³⁹ Também forneceu “apoio à campanha encetada pela União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil em favor da reforma agrária”.⁴⁰

A prolixidade da imprensa a respeito dos programas “sociais” de dadas usinas raramente aludia à massa dos trabalhadores rurais e suas famílias. Entre as mais elogiadas, Catende⁴¹ destacava-se como empresa modelo, gerida pelo ‘Tenente’ Costa Azevedo “o grande industrialista do açúcar, o grande protetor e amigo dos seus trabalhadores”.⁴²

39 ANDRADE N., J. C. X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira...* Op. cit., p. 220.

40 CAVALCANTI, P. *O caso eu conto como o caso foi*. Vol. 4. Op. cit., p. 65.

41 DP, 14.01.1940 visita à Usina Santa Terezinha ditirâmbica a respeito dos trabalhadores da indústria “vivendo hoje como seres humanos” [sic]. No entanto, nada era escrito sobre os trabalhadores do campo. DP, 24.02.1940; DP, 07.11.1940; DP, 24.11.1940 (com um texto do próprio Costa Azevedo); DP, 04.11.1941; DP, 14.07.1942, p. 3; DP, 22.10. 1944; DP, 11.11.1945 queixa da emigração da mão de obra para o Sul, sobretudo “a aversão do camponês desmobilizado à volta ao trabalho agrícola”. DP, 08.05.1948; DP, 24.11.1947; DP, 24.11.1948; DP, 08 e 09.10.1949.

42 “A usina Catende apreciada pelo Rotary Clube de Porto Alegre”. A empresa em números, na ordem citada: 5.000 cabeças de gado, 7 administradores gerais ou capitães de mato; 56 administradores; 56 barraqueiros; 168 auxiliares; 21 fiscais do serviço agrícola; de 6 a 7.000 trabalhadores rurais e 30.000 ha de terra. Os detalhes fornecidos sobre a “*assistência social*” dizem respeito, quase exclusivamente, aos trabalhadores da indústria: casas de alvenaria, água encanada, médico, aposentadoria, passagem gratuita para a feira etc. DP, 07.11.1942. A mesma coisa ocorreu nos demais artigos sobre a usina modelo. Em oportunidades mais raras, outras empresas eram destacadas seguindo as mesmas argumentações: a usina Salgado, ou Santa Helena e São João da Paraíba DP, 25.12.1945. “Parque industrial que melhor promove o programa de assistência social em todo o Nordeste do Brasil” sobre duas páginas, com fotografias (mostrando, classicamente, autoridades civis, militares e eclesiásticas), no 10 caderno DP, 07.11.1963. Na medida em que as lutas dos trabalhadores rurais ganhavam visibilidade, os programas sociais, outrora apenas uma parte dos encartes da Usina Catende, tornaram-se assunto prioritário de relações públicas das demais empresas.

Embora a Sudene não apresentasse propostas específicas para os trabalhadores da cana,⁴³ um dos textos mais importantes sobre seu movimento, publicado por Antonio Callado no *Correio da Manhã*,⁴⁴ serviu de estopim para lançar o debate sobre a fundação da autarquia, segundo o próprio idealizador:

A atuação do *Correio da Manhã* foi decisiva para transformar um simples embrião de projeto (uma nova política para o Nordeste), ainda na minha cabeça, em um dado novo e de peso no debate político nacional.⁴⁵

Foi, no entanto, esse quadro jurídico e ideológico que serviu de base à expressão de boa parte das reivindicações dos trabalhadores rurais nos decênios seguintes. No final dos anos 1950, a ascensão do movimento social rural tornou mais urgente a “atualização”⁴⁶ da legislação trabalhista no sentido de contemplar explicitamente os trabalhadores rurais.

43 Nos primeiros Planos Diretores, a ênfase estava colocada sem ambiguidade sobre a industrialização e a região semi-árida, resumindo-se as menções à Zona da Mata a questões de infraestrutura básica.

44 CALLADO, Antonio. *Os industriais da seca e os “Galileus” de Pernambuco: Aspectos da luta pela Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. Seu nome foi usado nos mais diversos sentidos. Ver “Reforma Agrária” de A. Fernandez, editorial do DP, 11.11.1960.

45 FURTADO, Celso. *A Fantasia Desfeita*. Apud SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião. (Perfil parlamentar)*. Recife: Assembleia Legislativa do Estado, 2001, p. 77.

46 É o termo utilizado pelo Prof. Evaristo de Moraes Filho citando entre as carências “regulamentar os dispositivos constitucionais ainda não aplicados, tais como: salário mínimo familiar, participação nos lucros, extensão dos seus dispositivos aos trabalhadores rurais, seguro social rural, assistência aos desempregados, direito de greve, liberdade sindical e Lei Orgânica da Previdência Social”. DP, 28.05.1960.

A Constituição de 1934, no seu Art. 121 determinava:

“que o trabalho agrícola fosse regulamentado, procurando ‘fixar o homem no campo, cuidar da educação rural e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas’.”

O Art. 139, estipulava que “onde vivessem famílias, [os empregadores deveriam manter] escolas”.⁴⁷

3.1.2 Estatuto do Trabalhador Rural: “uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888”⁴⁸

O Estatuto do Trabalhador Rural⁴⁹ foi considerado um divisor de águas pelos especialistas e atores sociais.⁵⁰

O ETR estendeu os benefícios da CLT até o campo, dando aos trabalhadores rurais direitos até então gozados apenas pelos trabalhadores urbanos e permitiu a multiplicação das associações sindicais. [...] Apesar dos problemas que apresentava, este Estatuto trouxe grandes avanços, no plano trabalhista, para o homem do campo. Com ele foram conquistados direitos

47 *Apud* ANDRADE, M. C. de. *Abolição e Reforma Agrária*. Op. cit., p. 48.

48 PRADO Jr., Caio. “O Estatuto do Trabalhador Rural”. In: *Revista Brasileira*, n. 47, maio-junho, 1963, reeditado em PRADO Jr., C. *A Questão Agrária*. Op. cit., p. 143.

49 Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Encontra-se o termo já no debate a respeito da sindicalização rural. DP, 12.05.1944. Projeto do deputado Alberto Pasqualini – PTB. Caio Prado se indignava: “[É] verdadeiramente de estarrecer o desinteresse pelo Estatuto revelado durante o trânsito do projeto no Congresso, por parte das forças políticas de esquerda e progressistas.” PRADO Jr., Caio. “O Estatuto do Trabalhador Rural”. Op. cit., p. 143.

50 O usineiro e antigo Ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho, estima que “foi um passo muito importante dado na área rural. Naquela época não havia salário mínimo. O trabalhador rural era um pária, não tinha direito, não tinha nada.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, em outubro de 1984, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 31.

como o da estabilidade no emprego, desde que o contrato de trabalho ultrapassasse um ano, jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo como remuneração básica, aviso-prévio nas dispensas dos trabalhadores, férias anuais etc⁵¹

Embora o Funrural venha a ser implementado apenas a partir de 1972, o quadro legal previdenciário já havia sido estabelecido por decreto presidencial em fins de 1963.⁵²

Caio Prado Jr. criticou a falta de empenho de seus correligionários e aliados para “corrigir e suprir as graves falhas”⁵³ desse instrumento legal.

Tem passado completamente despercebido, pelo que se saiba, o fato de os empregadores rurais, a fim de se eximirem das obrigações legais que o Estatuto lhes impõe, recorrerem cada vez mais ao emprego de simples diaristas. Isso irá determinar, como já está determinado em muitos lugares, um largo desemprego sazonal no campo, além de nomadismo da mão de obra, com todas as suas graves e lamentáveis consequências.⁵⁴

Antonio Callado comenta: “[D]iga-se de passagem, o Estatuto só foi aprovado porque ninguém acreditava que fosse posto a funcionar.”⁵⁵ Ao passo que em outras regiões do país “foi letra morta”, assinala Celso Furtado,⁵⁶ na Zona da Mata, “tão logo foi promulgado, se tornou um objeto de luta.”

No mesmo ano em que o Estatuto se tornava lei, os trabalhadores estabeleciam, pela primeira vez na história daquela região, um acordo coletivo com os patrões em moldes semelhantes

51 ANDRADE, S. M. C. de. *Ação sindical no campo...* Op. cit., p. 82.

52 Ver o texto completo publicado no DP, 15.11.1963.

53 PRADO JR. Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966, p. 92.

54 Idem, p. 93.

55 CALLADO, A. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 114.

56 FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

ao que possuem hoje, através da mediação do Governo Arraes. Em 1964, apesar do golpe militar, eles conseguiram ainda renovar o contrato, acrescentando novos e importantes itens, como uma elaborada tabela de tarefas, mas a correlação de forças lhes era totalmente desfavorável – os sindicatos estavam sob intervenção, as lideranças presas e os trabalhadores intimidados.⁵⁷

Diversas forças sociais animavam ou encorajavam esses movimentos, Ligas Camponesas e Sindicatos, incentivados pelo Partido Comunista ou pela Igreja Católica. Eles foram examinados por estudiosos cujas obras serão utilizadas para balizar apenas alguns aspectos relevantes para o assunto aqui tratado e evocados pelos trabalhadores entrevistados.

A luta que travávamos no campo não objetivava somente a sindicalização, mas incluía: salário mínimo, reformas de base (principalmente a reforma agrária radical), aplicação da legislação trabalhista na zona rural, e outras reivindicações imediatas que sempre tinham prioridade, tais como salário igual para trabalho igual, pagamento em dinheiro, abolição do vale para o barracão, jornada de trabalho de oito horas, pagamento de horas extras, assistência médica, hospitalar e dentária (pois, para isso, era descontada da folha de pagamento do trabalhador uma taxa, sem que o trabalhador usufruísse de tais benefícios), aviso prévio no caso de despejo, indenização por tempo de serviço prestado ao patrão, pagamento na boca do cofre pelas benfeitorias realizadas pelo trabalhador e por seus familiares na propriedade patronal. Todos esses direitos eram burlados pelos empregadores ruralistas.⁵⁸

57 SIGAUD, L. “A luta de classes em dois atos...”. Op. cit., p. 333-334. A propósito das lutas pós-64, ver PALMEIRA, Moacir. “Desmobilização e conflito”. *Revista de Cultura e Política*, n. 1, agosto 1979, p. 41-55.

58 BEZERRA, G. *Memórias*. Vol. 2, Op. cit., p. 175.

A agudez da miséria dos moradores de engenho era tão flagrante que não se questionava a necessidade de alguma correção. Todo o debate girava em torno da análise que se fazia da situação e dos objetivos específicos a atribuir aos movimentos sociais que brotaram enquanto o peso da repressão fora ligeiramente aliviado.

O camponês⁵⁹ – o trabalhador rural⁶⁰ – tornou-se objeto de políticas, o que até então era impensável, criando-se condições

59 O termo ‘camponês’ tem longa história política. Uma deputada sugeriu a Francisco Julião que usasse “um termo menos contundente” porque por demais político, sugerindo “rurícola”. SANTIAGO, v. *Francisco Julião*. Op. cit., p. 59-60. Nota-se que os jornais seguiram esse tipo de orientação: ‘rurícola’, para os trabalhadores do campo; ‘silvícola’, para os ameríndios. A censura do governo militar propunha ‘campônio’ e ‘rurícola’, indicando ‘trabalhador rural’ como mais neutro. PALMEIRA, Moacir. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. *Estudos Avançados*, Vol. 3, n. 7, set/dez 1989. Instituto de Estudos Avançados, USP, p. 103. “A linguagem expressa também uma prática”, segundo Foucault, lembra Antonio Montenegro. MONTENEGRO, Antonio. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano. Vol. 3. O tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 254. Julião explicou que dera o nome de ‘delegacia’ à sede local da Liga Camponesa (termo mantido pelo MST) como “estímulo psicológico”, pois os trabalhadores rurais “normalmente associavam o termo com as delegacias de polícia. Agora tinham a sua própria ‘delegacia’, o que lhes dava um sentimento de proteção que ajudava a contrabalançar seu medo da polícia.” PAGE, J. A. *A Revolução Que Nunca Houve*. Op. cit., p. 64. Tentei investigar algumas dimensões desta ampla e importante questão, respondendo ao incentivo do Professor Antonio Montenegro, ao qual sou grata pela confiança. DABAT, Christine Rufino. “Palavras em luta: toponímia e nomenclaturas utilizadas para designar os trabalhadores rurais nos processos das JCS do TRT 6ª região na zona canavieira de Pernambuco”. In: *Histórias de Trabalhadores e da Justiça do Trabalho*. Arapiraca: Educal, 2018, v. 1, p. 117-145.

60 A dupla terminologia remete a um debate que Sandra Correia resume: “A expressão ‘camponês’ tem um “conceito derivado do pensamento europeu, restrito ao pequeno produtor proprietário”. Diferentemente, no Brasil “a partir da década de 50, em que o uso do termo ‘Ligas Camponesas’ o estendeu a todos aqueles que trabalhavam no meio rural, como pequenos produtores, proprietários ou não, e até como assalariados rurais.” ANDRADE, S. M. C. *Ação sindical no campo*

para o esvaziamento das funções de mediação entre camponeses e o Estado, até então exercida pelos grandes proprietários ou por suas organizações. O Estatuto do Trabalhador Rural reconheceu a existência do trabalhador rural como categoria profissional, vale dizer, como parte do mundo do trabalho (este, por sua vez, parte de um mundo maior, concebido pela legislação trabalhista, elaborada durante o Estado Novo, dividido entre os interesses conciliáveis do capital e do trabalho). O Estatuto do Trabalhador Rural reconheceu a existência de uma questão agrária, de interesses conflitantes dentro daquilo que, até então, era tratado como um todo indivisível, a agricultura ou, já convertida ao jargão corporativista, a classe rural.⁶¹

3.1.3 Sindicalização rural⁶²

Embora a tradição getulista fosse de enquadramento sindical, no caso do campo, inúmeras manobras diversionistas adiaram sua

a partir da década de 70. Op. cit., p. 28. Julião declarou na tribuna da Assembleia Legislativa: “Prefiro usar a palavra camponês, porque deriva do campo e é fácil de ser dita pelos analfabetos que comando e que não me dão votos, porque não são eleitores, nem dinheiro, porque são miseráveis, não apenas na forma da lei, mas de toda e qualquer forma.” DP, 16.05.1959. No presente estudo, preferi, como Moacir Palmeira, utilizar o termo “trabalhador rural” na medida em que descreve a classe em si, mais do que per se. O termo ‘camponês’, no seu sentido brasileiro, permanece nas citações, testemunho de uma história política precisa que provocou essa migração semântica.

61 PALMEIRA, M. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 101.

62 “A primeira previsão legal para a existência de sindicatos na área rural ocorreu em 1903, com o Decreto 979, que favoreceu apenas a organização do patronato.” Contag. *Nossa Luta, nossa História*. Brasília: Contag, 2000, p. 9. Em 03.05.1903, Correa de Brito “reuniu oitenta proprietários rurais do município de Goiana, fundando o mais antigo sindicato agrícola do país.” A inspiração jurídica era “a Lei Francesa de 1884” e moral a “doutrina social da Igreja”. Depois da Conferência Açucareira de 1905, a Lei de organização profissional, Decreto N° 1.637, de 05.01.1907, foi promulgada. ROCHA, Tadeu. “A evolução da agroindústria do açúcar em Pernambuco e a sindicalização dos trabalhadores após a abolição da escravidão”. In: *História social da Agro-indústria canavieira*. Recife: Museu do Açúcar, 1974, p. 51.

formação.⁶³ A sindicalização dos trabalhadores rurais, prevista pela CLT e Constituição de 1946, fora impedida pelo bloco agrário.⁶⁴ Somente na primeira metade dos anos 1960 “foi elaborada uma legislação específica para o campo”.⁶⁵ Em 1955, existiam apenas cinco Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) reconhecidos: dois em São Paulo, um no Rio de Janeiro, um na Bahia, e um em Pernambuco, justamente na zona canavieira (Barreiros, reconhecido em 1954).⁶⁶ Em 1960, vinte e dois outros⁶⁷ estavam esperando seu registro no Ministério do Trabalho, além de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém,⁶⁸ e Escada.⁶⁹ “Na ausência do Estado, essa malha sindical tomaria consistência sem o reconhecimento oficial, consequentemente com menores possibilidades de controle.”⁷⁰

63 Entre os textos, ver o Decreto de Sindicalização Rural (10.11.1944) que, no artigo 1º par. 3, garante aos “empregados congregar-se em entidade profissional de categoria específica paralela”. DP, 14.11.1944.

64 LESSA, Sonia Sampaio Navarro. *O movimento sindical rural em Pernambuco, 1958-1968*. Recife: UFPE, 1985, p. 52. Clodomir Moraes afirma que era “fundamental permitir a sindicalização rural que, mesmo existindo leis para isso, não conseguia sindicalizar ninguém. Os ministros não aprovavam os STRs, principalmente os do Trabalho e da Agricultura, que, em geral, eram latifundiários.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra. p. 4

65 PALMEIRA, M. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 94.

66 ANDRADE, M. C. de. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. cit., p. 26. SANTOS, Izabel Helena Acioli Siqueira dos. *Relações, conflitos e repressão: a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém frente às disputas políticas no campo (1960-1966)*. Recife: UFPE PPGH, 2016.

67 Os pedidos datavam de 1955 a 1958. Relatório do 19.11.1961, do SSR (Serviço Social Rural criado em 1955 pela Lei nº 22.631) DP, 21.11.1961.

68 Em 1961, ele contava 1.831 filiados, dos quais 331 mulheres.

69 Contava 850 associados.

70 COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *O Congresso Nacional Camponês. Trabalhador Rural no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Rural, 1993, p. 10. Realmente, não havia “ausência”, só repressão.

Após decênios de discussões,⁷¹ em 1º de maio de 1962, André Franco Montoro, Ministro do Trabalho e Previdência Social, outorgou “as primeiras cartas sindicais”,⁷² a pedido de vários setores, inclusive da Igreja Católica.⁷³ Em fim de 1963, havia 43 STRs em Pernambuco,⁷⁴ dos quais 39 na zona canavieira. O incentivo dado à sindicalização, tanto pelos meios eclesiásticos⁷⁵ quanto pelo governo populista, era político, pois a “sindicalização em massa irá contribuir para esvaziar as Ligas”.⁷⁶ Contudo, os sindicatos e a mediação do Estado nos conflitos contribuiriam “de modo decisivo para enfraquecer os padrões tradicionais de dominação”, sendo “veículo para a implementação de regras impessoais que são a negação da dominação personalizada do latifúndio”.⁷⁷

71 O anteprojeto de “sindicalização das classes rurais”, de 1944, manifestava ainda a vontade política de impedir a existência de sindicatos de trabalhadores rurais: ele dispunha, no art. 2º: “Exerce profissão rural, como empregador, trabalhador autônomo ou como empregado, quem explora estabelecimento rural ou presta-lhe serviços como dirigente, parceiro, auxiliar, empreiteiro, agregado ou assalariado.” DP, 12.05.1944.

72 PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. In: PAIVÃO, Vanilda. (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. Rio de Janeiro: Loyola, 1985, p. 44.

73 Os bispos pediam o fim dos entraves burocráticos para a fundação daqueles STRs que eles apoiavam.

74 CERQUEIRA, Maria dos Milagres Leite. “A ação sindical dos trabalhadores rurais de Pernambuco”. In: *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*. Recife, jan./jun. 1983, p. 63-93.

75 Pe. Crespo que se insurgia contra “uma injustiça dizer que o sindicalismo foi dado de cima para baixo pelo Governo. Totalmente errado. O sindicato foi conquistado a duras penas, com muita luta, muito sangue e muita morte dos companheiros para poder legalizar os primeiros sindicatos, nós tivemos que programar um congresso dos Trabalhadores Rurais em Itabuna.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez. Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj, Cehibra, p. 14.

76 MONTENEGRO, A. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais...”. Op. cit., p. 268.

77 PALMEIRA, M. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 101 e 102. Ver, nesse sentido ARAÚJO, E. R. *O Trator e o ‘Burro sem Rabo’*. Op. cit., e DABAT,

3.1.4 O Acordo do Campo

As privações, as esperanças e os direitos do brasileiro tecem e entrelaçam aquelas frases lineares e singelas, e fazem aprender a ler uma introdução à liberdade e ao orgulho de viver.

Anísio Teixeira⁷⁸

O debate nacional sobre a questão camponesa e a reforma agrária fora aberto para toda a sociedade de uma forma inédita no Brasil, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Os movimentos sociais no campo e suas reivindicações adquiriam visibilidade⁷⁹ e legitimidade, pressionando as autoridades políticas declaradamente democráticas. Em poucos anos, alcançavam resultados históricos como o Estatuto do Trabalhador Rural e a sindicalização dos trabalhadores rurais, realizações adiadas por Getúlio Vargas. A greve de 1963 constituiu também um marco importante.⁸⁰

Christine Rufino e ARAÚJO, Espedito Rufino de, “Se não fosse o Sindicato: Papel do Sindicato de Trabalhadores Rurais na Vida dos Canavieiros de Pernambuco”. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE, Vol. 10 No 2, Recife, 1994, p. 7-21.

78 Trecho de uma entrevista a “O Metropolitano” (17.10.1962) em epígrafe ao Livro de Leitura para Adultos do Movimento de Cultura Popular. In: *Movimento de Cultura Popular. Memorial*. Recife: FCCR, 1986, p. 208.

79 Dorival Rodrigues Beulke, pastor protestante metodista e funcionário da Sudene, lembra: “Houve um 7 de setembro que ficou conhecido como um dos dias em que vimos uma quantidade imensa de trabalhadores rurais com suas enxadas, com suas foices nos ombros, maltrapilhos, desfilando pelas ruas da Cidade do Recife. Foi realmente um evento, uma apresentação, vamos dizer assim que emocionou a todo mundo.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 5.

80 Cynthia Hewitt sublinha aspectos de união entre tendências e mesmo “perpassando linhas de classe”, ilustrada no “comando geral da greve [...] formado pelas Ligas, os sindicatos comunistas, algumas facções do movimento apoiado pela igreja, a união dos estudantes de Pernambuco e diversos sindicatos urbanos.” HEWITT, Cynthia N. “Brazil: the peasant movement of Pernambuco, 1961-64”. In:

Falava-se abertamente em Reforma Agrária, num espírito inovador impensável antes ou depois. O exemplo da Cooperativa de Tiriri⁸¹ mostrava que setores políticos e econômicos os mais diversos poderiam compartilhar, pelo menos temporariamente, de algum projeto destinado a estabilizar a situação social no campo e fixar o homem à terra, evitando assim, tanto a revolução, quanto as mazelas de um êxodo rural aguçado pelo crescimento demográfico. As greves⁸² e ocupações de terra tomavam vulto, a tal ponto que o Estado adotou, paulatinamente, uma atitude menos sistematicamente omissa⁸³ a seu respeito, por uma estreita janela de tempo, antes do golpe militar de 64. Apesar dessa reviravolta em termos políticos, que aniquilou parte e dizimou o resto dos quadros dos movimentos sociais, a concepção dominante que era um espaço social digno da atenção do Estado estava tão generalizada que o governo militar foi obrigado a perpetuar algo de seu legado, mantendo os sindicatos – embora sob intervenção – e promulgando o Estatuto da Terra.⁸⁴

LANDSBERGER, Henry Ed. *Latin American peasant movements*. New York: Cornell University, 1969, p. 392. Gregório Bezerra lembrou o apoio das “confederações de bairro, aqui em Recife, pelo movimento estudantil, pela Federação das Mulheres Pernambucanas [...] também pelos habitantes de todos os municípios canavieiros.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez,. Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 104.

81 DABAT, Christine Rufino. “Os Primórdios da Cooperativa Agrícola de Tiriri”. (Reedição revisada e aumentada) *Clio Revista de Pesquisa Histórica*, Nº 23, 2005, Recife: Ed. Universitária UFPE, 2007, p.129-169. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24837/20110>.

82 Apenas uma entre 1954 e 1962 (num engenho de Goiana, em outubro de 1955), passando para 48 só no ano de 1963. BASTOS, E. R. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., p. 111

83 A não ser na tradicional dimensão repressiva.

84 Embora pareça “paradoxal que um dos primeiros atos do novo regime militar do General Humberto Castelo Branco fosse a promulgação de uma reforma agrária [...] [ela] era diferente daquela de seu antecessor [Goulart] que propunha uma redistribuição radical, enquanto que esta enfatizava a modernização dentro de um modo capitalista explícito.” CEHELSKY, Marta. *Land Reform in Brazil: the management of social change*. Boulder Col.: Westview Press, 1979, p. 57.

No caso de Pernambuco, no início dos anos 1960, em consonância com tendências nacionais no governo João Goulart, o governador Miguel Arraes esforçou-se para exercer uma autoridade legalista e moderna num âmbito difícil onde movimentos sociais tomavam vulto. “Esse governo de tipo novo dá um espaço inédito à participação popular. Sindicatos urbanos e rurais tornam-se seus interlocutores habituais”.⁸⁵

O papel dessa boa vontade era concebido como fundamental por diversas correntes, não apenas sindicais ou de associações de bairros. O Movimento de Cultura Popular, que agrupava alguns dos maiores nomes dos círculos intelectuais e artísticos,⁸⁶ lançou uma vasta campanha de alfabetização de adultos,⁸⁷ com a inauguração de uma metodologia prometida à fama mundial, o método Paulo

85 MARIN, Richard. *Dom Helder Camara. Les puissants et les pauvres*. Paris: Ed. L'Atelier, 1995, p. 81.

86 Seus objetivos eram amplos como constam do registro de fundação, no Cartório Bel. Emílio Tavares Rodrigues dos Anjos: Capítulo I, Artigo 1º “1. Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos; 2. Atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através de educação integral de base comunitária, que assegure, também de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo; 3. Proporcionar a elevação do nível cultural do povo preparando-o para a vida e para o trabalho; 4. Colaborar para a melhoria do nível material do povo através de educação especializada; 5. Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular.” *In: Movimento de Cultura Popular*. Op. cit., p. 57. Seu “diagnóstico” rezava: “No Recife, e a seguir em Pernambuco, as forças populares e democráticas lograram se fazer representar nos postos-chave do governo e da administração. A ocorrência dessa conquista, alcançada através do esforço organizado das massas populares, criou novas condições que se traduzem na possibilidade do movimento de cultura popular ser financiado por recursos públicos e ser apoiado pelos poderes públicos.” “MCP/Plano de Ação para 1963”. *In: Idem*, p. 51.

87 Ver o *Livro de Leitura para Adultos*, publicado em 1962. *In: Idem*, p. 205 et ss. Entre as várias iniciativas lembradas por Paulo Rosas, a campanha “De pé no chão também se aprende a Ler” e o МЕВ-Movimento de Educação de Base. “O movimento de cultura popular”. *In: Idem*, p. 20.

Freire.⁸⁸ Uma de suas primeiras aplicações no meio rural, foi na Cooperativa Tiriri, sob a coordenação de sua filha, Madalena.⁸⁹

O primeiro mandato de Arraes⁹⁰ – “um cataclismo político em Pernambuco”⁹¹ – fez reinar, pela primeira vez na história, um clima democrático no campo,⁹² pelo menos no que dizia respeito às autoridades públicas. A polícia foi disciplinada e deixou de servir de capanga aos plantadores. A Secretaria Assistente fez prova de um dinamismo positivo para permitir negociações entre as classes.⁹³ O momento mais importante para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco foi, sem dúvida, o Acordo do Campo, que garantiu não só um nível salarial convencionado, com base no salário mínimo, mas sobretudo permitiu a aplicação ampla da Tabela de Tarefas acordada desde agosto entre os representantes de empregadores e empregados, com a mediação do governo estadual.⁹⁴

88 O grande pedagogo dirigia a Divisão de Pesquisa do MCP.

89 Depoimento de Socorro Ferraz que participou, como técnica da Sudene e militante política, do primeiro ano dessa experiência, sem par na época, de controle dos trabalhadores sobre uma empresa agroindustrial. DABAT, C. R. “Os primórdios da Cooperativa de Tiriri”. Op. cit.

90 SOARES, José Arlindo. *Nacionalismo e Crise Social: o caso da Frente do Recife (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

91 MARIN, R. *Dom Helder Camara*. Op. cit., p. 80.

92 “O candidato vitorioso para o posto de Governador foi Miguel Arraes, apoiado por uma coalizão de partidos esquerdistas, inclusive o pequeno Partido Comunista. A eleição de Arraes representou a primeira séria vitória de um eleitorado urbano de orientação esquerdista num Estado relativamente atrasado do ponto de vista econômico. Arraes conseguiu mobilizar os trabalhadores de cana-de-açúcar da faixa costeira (suficientemente alfabetizados para terem direito ao voto), e pôde, assim, sobrepujar o domínio eleitoral da oligarquia política tradicional, que começara a perder o controle na eleição anterior para o posto de Governador.” SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Op. cit., p. 282.

93 Ver a dissertação de BARROS, Júlio César Pessoa de. *Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)*. Recife: UFPE PPGH, 2013.

94 Ver as versões dos primeiros anos, pois a cada começo de safra ela é renegociada e sancionada por Convenção Coletivo de Trabalho ou Dissídio julgado pelo TRT.

A lei que estendia a garantia do salário mínimo aos assalariados das zonas agrícolas aumentou consideravelmente a remuneração dos trabalhadores, até então submetidos a condições de vida extremamente miseráveis. Isso teve como efeito reu-nir contra o governo, os proprietários de terra que estavam habituados a dispor de uma mão de obra barata. No entanto, era a mediocridade dos salários pagos aos trabalhadores o seu principal trunfo.⁹⁵

Neste livro escrito no exílio, Miguel Arraes fez prova de concisão extrema a seu respeito.⁹⁶ Ele distinguiu três grandes temas do movimento social rural, defendidos tanto pelas Ligas Camponesas quanto pelo PCB:⁹⁷ extensão da legislação trabalhista para o campo; luta pelo reconhecimento sindical; Reforma Agrária. Ele identificava como nova dimensão precisamente a intervenção do Estado e da Igreja Católica.

[F]oi possível assinar o “Acordo do Campo” entre usineiros, fornecedores de cana, Federação dos Sindicatos Rurais, Sindicatos Autônomos, Ligas Camponesas, com assistência da Delegacia do Trabalho e do Governo do Estado. Com a mera assistência, convém frisar, pois falavam os interessados, trabalhadores e patrões. Quando muitos imaginavam a incapacidade dos primeiros, o perigo de resvalarem para o

95 Surpreendentemente sucinto, esse relato do episódio mais marcante da vida da classe trabalhadora nos canaviais, depois da Abolição, tem o mérito de mostrar o efeito imediato, em termos políticos, da tomada de posição inédita do Estado tanto federal quanto estadual. ARRAES, Miguel. *O Brasil, o povo e o poder*. Recife: EDUFPE, 2006, p. 227. A versão francesa (de publicação anterior) continua a respeito dos plantadores: “a perspectiva de uma reforma agrária [os] assustava.” *Le Brésil. Le peuple et le pouvoir*. Paris: Maspéro, [1969] 1970, p. 186.

96 Três frases curtas na versão em inglês. *Brazil: The People and the Power*. Harmondsworth: Penguin, 1972, p. 148. Julião é mencionado uma só vez na versão francesa. ARRAES, M. *Le Brésil*. Op. cit.

97 COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *O Congresso Nacional Camponês*. Op. cit., p. 10.

emocional, pondo tudo a perder, eis que se revelam não só em condições de defenderem seus interesses: eram mais objetivos e concretos na solução dos problemas.⁹⁸

Acordo do Campo

1º Ficam reajustados a partir da presente data (19/11), os salários de todos os trabalhadores da lavoura canavieira, compreendidos nas jurisdições dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais contratantes na base de 80%, com início de pagamento a partir de 1º de dezembro próximo.

Parágrafo único: O Governo Federal, pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, resolve assegurar, através de adequadas revisão e remuneração do preço do açúcar, as indispensáveis condições econômicas e financeiras para o cumprimento deste Contrato. [...]

5º Fica certo, nos precisos termos da legislação em vigor, que as empresas representadas pelos órgãos de classe da categoria econômica somente admitirão empregados com as devidas obediências aos dispositivos legais sobre Carteira Profissional e registro de empregados. No prazo improrrogável de 60 dias, será regularizada a situação de todos os trabalhadores cujos contratos individuais de trabalho não estejam legalmente assentados, sem prejuízo de seu tempo de serviço. [...]

6º Fica certo que a proposta de tabela das tarefas de campo, aprovada pelas lideranças sindicais no Palácio do Governo, continuará servindo de norma, obrigando-se os sindicatos de trabalhadores a submetê-la, no prazo de 60 dias, à aprovação de suas assembleias. A Comissão instituída na cláusula 2ª do presente Contrato resolverá as dúvidas sobre a sua aplicação, apresentadas pelas partes.

7º Fica, desde já, acertado que, em face das novas condições salariais previstas, o 13º mês será pago no mês de dezembro, na base do salário vigente em 30 de outubro de 1963, sendo a complementação do novo salário paga em três parcelas iguais e mensais, nos meses de fevereiro, março e abril de 1964.

98 ARRAES, Miguel. “Introdução”. CALLADO, A. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 29.

Fundamental, a Tabela de Tarefas⁹⁹ procurava “estabelecer uma relação entre o trabalho efetivamente executado no campo e o salário mínimo regional.”¹⁰⁰ Callado a descreveu como “objetiva”, sem qualquer “parágrafo oco ou demagógico”, elogiando o “trabalho exaustivo” que exigiu, pois lidava “com a própria substância do trabalho agrícola e com antigas neuroses de uma zona onde a relação entre senhor e lavrador era imperiosa e aristocrática”.¹⁰¹

3.1.5 A questão da Reforma Agrária

O debate sobre modernização do país incluía algum tipo de modificação da estrutura fundiária, considerada ultrapassada e empecilho à decolagem do País rumo ao progresso.¹⁰² “Muitos parlamentares não concordavam com a estrutura agrária dominante e estavam preparados para estudar modificações possíveis”.¹⁰³ A diversidade das propostas acompanhava o vasto elenco das posições políticas. Numa crítica velada, Arraes aludiu aos embates na esquerda do espectro: “O debate teórico da reforma agrária permanecia quase sempre sem relação com a ação política”.¹⁰⁴ Nos anos 1950, ganhou vulto a ideia de que o “feudalismo”, impregnando a estrutura fundiária, impedia a modernização do país como um todo. Vozes as mais diversas defendiam “reforma

99 In: Idem, p. I et ss. Ver também BARROS, J. C. P. de. *Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)*. Op. cit.

100 Idem, p. 114.

101 Idem, p. 115.

102 No sentido estudado em 5.1. Revisitando as bases conceituais do pensamento marxista relevantes para o estudo da ‘morada’: evolucionismo na sucessão dos modos de produção.

103 SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Op. cit., p. 301.

104 Ver a base conceitual importada que apoiava as posições comunistas 5.2. A Tese Feudal: o morador como servo. Ver a crítica de Caio Prado. 5.3.1. A ‘morada’ no contexto da obra de Caio Prado Jr.

agrária”, “revisão agrária”.¹⁰⁵ Autoridades eclesiásticas davam seu apoio.¹⁰⁶ “A sua justificação através de toda a doutrina social da Igreja católica, sobretudo de Leão XIII pra cá, é de uma clareza meridiana”.¹⁰⁷ Segundo Skidmore, a “ideia de tais reformas, que eram muitas vezes desconcertantemente vagas”, foi vislumbrada por Goulart como mera oportunidade para “criar para si mesmo uma reputação histórica”¹⁰⁸ num clima internacional favorável.¹⁰⁹ Nazareth Wanderley analisou:

105 DP, 17.01.1961, sob a pena de Anibal Fernandez.

106 “Revisão agrária ou mesmo Reforma Agrária”, especifica Dom Antônio Fragoso, bispo auxiliar de São Luiz (Ma), DP, 21.01.1961.

107 “Bispos nordestinos reunidos no Recife querem Reforma Agrária que beneficie camponês”. DP, 21.01.1961.

108 SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Op. cit., p. 266.

109 “Declaração aos Povos da América”, Punta Del Este, Uruguay, 17 de agosto de 1961 (Chamada Carta de Punta Del Este in OEA, Aliança para o Progresso, Documentos oficiais emanados da Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social no Nível Ministerial Realizada em Punta Del Este, de 5 a 17 de agosto de 1961. União Panamericana, Washington DC, 1961.) No preâmbulo afirma: “Reunidos em Punta Del Este, inspirados nos princípios consagrados na Carta da OEA, na Operação Pan-Americana e na Ata de Bogotá, os Representantes das Repúblicas americanas acordam em constituir a Aliança para o Progresso – um vasto esforço para propiciar vida melhor a todos os habitantes do Continente”. A respeito dos trabalhadores rurais o objetivo era: “Impulsionar, respeitando as peculiaridades de cada país, programas de Reforma Agrária integral encaminhada à efetiva transformação, onde for necessária, das estruturas, e dos injustos sistemas de posse e exploração da terra, a fim de substituir o regime de latifúndio e minifúndio por sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição dos seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha em base de sua estabilidade [...] fundamento do seu crescente bem estar e garantia de sua liberdade e dignidade. Assegurar aos Trabalhadores justa remuneração e adequadas condições de Trabalho; estabelecer eficientes sistemas de relações entre trabalhadores e empregadores, e processos de consulta e colaboração entre autoridades, associações patronais e organizações de trabalhadores, que contribuam para o desenvolvimento econômico e social.” SSP 28929. Ver BARROS, Arthur Victor Gonçalves Gomes de. *A pobreza como estopim da revolução: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964)*. Recife: UFPE PPGH, 2017. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28092>.

A Reforma Agrária formulada, revista e abandonada, surgiu, historicamente, no bojo de um discurso político, como uma proposta de apaziguamento das tensões sociais, particularmente, na zona canavieira do Nordeste. Os programas de modernização que a substituíram não são outra coisa que a definição de mecanismos de oferta de capital aos proprietários, de modo que, sem tocar em suas terras, possam tornar-se compradores dos produtos industrializados.¹¹⁰

No dia 1º maio 1962, enquanto Montoro anunciava a aceleração do processo de sindicalização, o Presidente pronunciava um discurso “reclamando uma reforma agrária e exigindo que se modificasse o dispositivo constitucional que determinava que os proprietários de terras expropriadas fossem pagos em dinheiro”.¹¹¹ No Congresso histórico que havia reunido, em Belo Horizonte, as diversas vertentes do movimento social no campo, afirmara-se:

A luta em favor do acesso à terra, pelos que a trabalham de sol a sol, é uma das reivindicações mais sentidas e mais legítimas. Seu atendimento constitui elemento de fundamental importância na consolidação dos direitos democráticos. A questão da terra no Brasil deve ser resolvida evidentemente de acordo com as características próprias de cada região. Há pessoas que se assustam com palavras. O surpreendente, no entanto, é que não percam o sono diante do panorama social do país, onde o povo pobre luta para viver em um território potencialmente poderoso. O Brasil reclama uma reforma agrária que possibilite uma revisão nas relações jurídicas e econômicas entre os que trabalham a terra e os que detêm a propriedade rural para que se possa libertar o problema agrário de seus seculares entraves, para que se proporcione maior produtividade ao agricultor, assegurando-lhe justa participação nas riquezas, e para adotar-se no País uma agricultura moderna e mecanizada de

110 WANDERLEY, M. N. B. *Capital e propriedade fundiária*. Op. cit., p. 127.

111 SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Op. cit., p. 267.

alto rendimento econômico. [...] Ou se faz a Reforma Agrária imediatamente, ou a revolução estará nas ruas.¹¹²

Segundo Moacir Palmeira, esse lema era o “encontro de um discurso urbano com a mobilização camponesa e a reapropriação desse discurso pelo campesinato que emergia politicamente, sem que essa reelaboração se completasse antes de 1964.”¹¹³

3.2 Movimentos sociais no campo

Os camponeses e trabalhadores da Polônia, da Inglaterra, do Brasil e do México rebelaram-se todos, à sua maneira. [...] A marca do mundo moderno é a imaginação dos seus beneficiários e a contra-afirmação dos oprimidos. A exploração e a recusa em aceitar a exploração como inevitável ou justa constituem a perene antinomia da era moderna, unidas numa dialética que está longe de alcançar o seu máximo no século xx.¹¹⁴

Frente a um quadro social tão extremo e longo quanto aquele aqui evocado, já fora notada a surpreendente raridade de rebeldia aberta das populações exploradas. Além da extraordinária cobertura financeira,¹¹⁵ o Estado garantia secularmente aos empresários do setor açucareiro, da forma mais categórica e brutal possível, a paz social, que poderia ser chamada de “paz do chicote”, alicerces da Civilização do Açúcar. A idealização da ‘morada’ preencheria precisamente uma função compensatória, mascarando a brutalidade das relações, por

112 Discurso do Presidente João Goulart no I Congresso Nacional de Trabalhadores do Campo, Belo Horizonte. DP, 18.11.1961. Em entrevista no JC, 19.11.1961, ele reiterava: “A Reforma Agrária é o problema N° 1, do governo”.

113 PALMEIRA, M. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 104.

114 WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Vol. 1. *A agricultura e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Afrontamento, 1990, p. 346.

115 Ver a grande obra de SZMRECSÁNYI, T. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil*. Op. cit. PAIXÃO, M. J. P. *No coração do canavial*. Op. cit.

meio de um entendimento entre as classes, calcado ideologicamente na miscigenação genética (e cultural) tão valorizada pela escola de pensamento conduzida por Gilberto Freyre. De certo modo, tal visão obscureceu a dimensão da resistência e revolta de trabalhadores da cana-de-açúcar, celebrada tardiamente como a epopéia dos africanos escravizados nos canaviais e rebelados no quilombo dos Palmares.¹¹⁶ Além de quebrar seus grilhões, os quilombolas transformaram a fuga num empreendimento construtivo, edificando uma sociedade distinta, embora não igualitária.¹¹⁷ Apenas na segunda metade do século xx, a historiografia reconheceu¹¹⁸ um “despertar das massas” canavieiras nos movimentos sociais como as Ligas Camponesas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Eventos antilhanos exemplares eram evocados: São Domingos/Haiti¹¹⁹ e Cuba.¹²⁰

116 Abundante literatura trata esse aspecto da história local. Entre os clássicos, MOURA, C. *Rebeliões na Senzala*. Op. cit. FREITAS, D. *Palmares*. Op. cit.

117 Para uma discussão historiográfica, ver MARIN, R. “Zumbi de Palmares: um nouveau Tiradentes?” Op. cit.

118 Poucas obras lhes são consagradas. AZEVEDO, F. *As Ligas Camponesas*. Op. cit. BASTOS, E. R. *As Ligas Camponesas*. Op.cit.,

119 “Alfredo de Carvalho, a quem se deve descrição tão minuciosa, embora parcial, dos motins de 23, informa que ‘as notícias dos sanguinolentos sucessos da Ilha de S. Domingos, onde os escravos revoltosos haviam triunfado dos senhores, circulavam amplamente comentadas e a muitos sorria a esperança da próxima desforra dos oprimidos com o estabelecimento entre nós dum regime análogo, sob os auspícios do prepotente Governador das Armas’, isto é, o capitão Pedroso. Êste, instalado no Palácio do Govêrno e senhor da cidade por vários dias, não fêz senão recrutar dentre a gente de côr seus homens de confiança, promovendo negros e mulatos a oficiais dos corpos milicianos.” Freyre citando Alfredo de Carvalho. *Estudos pernambucanos*. Recife, 1907. In: FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 108. Gilberto Freyre escreve, a seguir: “É o que vai nos explicar novo movimento de insatisfação da gente de côr do Recife que se verificou em 1824, com a rebelião do batalhão dos pardos comandados por Emiliano Mandurucu. Atuava sobre Emiliano a sugestão do exemplo do rei Cristovão: ‘Qual eu imito a Cristovão/ Esse immortal Haitiano/ Eia! Imitai o seu povo/ Oh! meu povo soberano!’”. Idem, p. 109.

120 BARROS, Júlio Cesar Pessoa de Barros. *Do “Rebelde Romântico” ao “Guerrilheiro em Descanso”*: a Revolução Cubana na Primeira Página do Jornal do Commercio

3.2.1 “Como uma flor que se abre sobre o lodo”¹²¹

No período que nos ocupa, uma série de grandes encontros de trabalhadores rurais marcaram novos tempos: o 1º Congresso Camponês de Pernambuco, que reuniu 3.000 trabalhadores rurais, em 3 de setembro 1955, inaugurando uma nova era em que “a questão social passava a ser reconhecida e legitimada como um problema regional, que exigia um novo tipo de ação por parte do governo”. Assim, “quebrava-se o tabu que cercava a expressão reforma agrária e rompia-se o círculo de silêncio que envolvia a questão agrária e camponesa”.¹²²

Em maio de 1958, por ocasião do 1º Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco, “seis mil homens do campo encheram as ruas do Recife em passeatas”¹²³ até a Assembleia Legislativa para acompanhar uma sessão dedicada à Reforma Agrária,¹²⁴ “marchando pelas ruas da cidade, escandalizando as elites locais”.¹²⁵ O I Congresso Sindical dos Trabalhadores do Norte e Nordeste (6-10.04.1960) adiantava a discussão, particularmente quanto à sindicalização¹²⁶ e, um ano mais tarde (20.05.1961), foi lançado o manifesto de convocação para o I Congresso Nacional

e do Diário de Pernambuco (1959). Recife: UFPE, Especialização em História do Século XX, 2010.

121 “[As Ligas Camponesas] nasceram do próprio coração do latifúndio, como uma flor que se abre sobre o lodo.” “Carta de Francisco Julião lida na instalação do Congresso (de Belo Horizonte)”. COSTA, L. F. C. *O Congresso Nacional Camponês*. Op. cit., p. 80.

122 Com o apoio de Josué de Castro (Diretor da FAO). AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., p. 66.

123 MORAIS, C. *Queda de uma oligarquia*. Op. cit., p. 123.

124 Ver a entrevista de José Aires dos Prazeres, presidente da Sociedade de Plantadores de Pernambuco. DP, 09.05.1958. “Encerrado ontem o congresso dos Trabalhadores rurais”. DP, 14.05.1958, p. 15

125 CAVALCANTI, Cláudio. “Fogo Morto”. In: *Retrato do Brasil*, n. 33, p. 394. “A passeata nas ruas da cidade os levou a visitar a Assembleia Legislativa, a prefeitura municipal e o Palácio das Princesas”. DP, 14.05.1958, p. 15.

126 Item 3, Sindicalização rural. SSP 28634.

dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil,¹²⁷ iniciativa da Ultab.¹²⁸ Em foco, estavam a questão agrária e a elaboração de um programa de reivindicações e direitos dos trabalhadores: abolição do cambão e da condição; salário mínimo, férias e descanso semanal remunerado; voto dos analfabetos e previdência social.

[N]ão ignoramos que para conseguirmos a verdadeira reforma agrária que modificará radicalmente a atual estrutura de nossa economia [...] teremos que travar uma luta árdua e mais ou menos prolongada [...] Por isso mesmo, julgamos necessário lutar sem desfalecimento pela conquista de todas as medidas parciais, por menores que sejam, no sentido não só de através delas irmos abrindo caminho para a conquista da reforma agrária completa e radical que almejamos como também ir melhorando cada vez mais as terríveis condições de vida e de trabalho a que estão submetidas presentemente as grandes massas trabalhadoras do campo no Brasil.¹²⁹

O congresso, focalizando a Reforma Agrária,¹³⁰ impressionou também as autoridades federais. Doravante, facilitaram a sindicalização dos trabalhadores rurais.

Na época de ascensão das Ligas Camponesas e do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, um sentimento de pânico

127 A partir do 1º de novembro de 1961, em Belo Horizonte.

128 A Ultab – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil foi fundada pelo PCB em 1954. Em setembro de 1959, a primeira conferência elegeu a Reforma Agrária como tema importante, a “criação de um movimento de opinião pública em favor da modificação da estrutura fundiária.” AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., p. 89-90.

129 Discurso de Lyndolpho Silva. In: COSTA, L. F. C. *O Congresso Nacional Camponês*. Op. cit., p. 91.

130 “Mais poderosa no momento devido à sua organização e funcionamento como confederação. Além disso reúne, ao lado de assalariados que poderiam organizar sindicato, meeiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários.” Relatório do 19.11.1961, do SSR (Serviço Social Rural criado em 1955 pela Lei Nº 22.631) DP, 21.11.1961. O Nordeste havia levado a delegação mais numerosa. DP, 18.11.1961.

apoderou-se das elites açucareiras, desafiadas diretamente nos seus próprios engenhos. Como o escreveu Joseph Page: “As pessoas não estavam mais perguntando se haveria uma revolução, mas sim quando ela aconteceria e qual a direção que tomaria”.¹³¹ Essa efervescência social e política, da qual participavam em massa os trabalhadores rurais da zona canavieira, contribuiu para aglomerar contra si as forças que lançariam o golpe militar de 1964, com apoio do governo norte-americano, ainda escaldado pela perda da China e as iniciativas castristas.

Desde 1960, a similitude das duas economias açucareiras incentivava à aproximação com a revolução cubana. Julião viajou várias vezes à Havana com dirigentes das Ligas.¹³²

As palavras de ordem das Ligas Camponesas, seu estilo de ação, seus feitos¹³³ – lenda negra ou dourada – marcaram as mentes. “O sindicalismo rural no Nordeste, em especial o de Pernambuco, obteve particular importância devido ao caráter aí assumido pela mobilização camponesa levada a cabo pelas Ligas”.¹³⁴

131 PAGE, J. A. *A Revolução Que Nunca Houve*. Op. cit., p. 134.

132 MARIN, R. *Dom Helder Câmara*. Op. cit., p. 78. Cuba acolheu inicialmente a família de Julião, após o golpe. SANTIAGO, v. *Francisco Julião*. Op. cit., p. 92. O mito da cubanização do movimento de trabalhadores rurais na região permaneceu forte até mesmo nos anos 1980, quando os jornais, descrevendo as negociações coletivas na época das campanhas salariais, denunciavam a presença de “cubanos” entre os assessores do MSTR, provavelmente membros estrangeiros (mas nenhum cubano!) da equipe do Museu Nacional.

133 “De 1960 a 1962, as Ligas estavam presentes em 13 dos 22 Estados brasileiros.” SANTIAGO, v. *Francisco Julião*. Op. cit., p. 83. Embora o movimento se inscrevesse dentro da lei, localmente, houve iniciativas que foram amplificadas pela imprensa ávida de denúncias na preparação para o golpe de Estado. Os primeiros meses de 1964 são particularmente eloquentes nesse sentido.

134 JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco*. 1955-68. Recife: Massangana, 1990, p. 42.

3.2.2 “Terra é pão. Pão é liberdade. E liberdade é paz.”¹³⁵

O assunto das Ligas Camponesas já foi amplamente tratado por diversos autores.¹³⁶ Apenas alguns pontos serão lembrados aqui, particularmente quanto ao seu papel dentro do grande surto de agitação social que marcou a zona canavieira, no que foi chamado de “Tempo de Arraes”. Embora a organização dos foreiros do engenho Galiléia tenha dado o pontapé de num movimento de tamanho imprevisível, as primeiras Ligas Camponesas haviam sido lançadas pelo PCB, no período pós-1945.¹³⁷ Tomaram vulto muito mais amplo sob a liderança de Francisco Julião, que lhes garantiu existência legal.¹³⁸ Entre

135 “No período inicial, o uso do termo Ligas Camponesas era intencional e evocava as ligas de camponeses da Idade Média, quando servos europeus organizavam-se contra seus senhores feudais. Mas o movimento de Galiléia era inicialmente desprovido de ideologia política consciente, a não ser a retórica de ‘melhoria de vida’, até que a onda de represálias na forma de expulsões dos ativistas camponeses transformou a sociedade beneficente destinada a providenciar enterros em uma mobilização baseada na classe.” SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping. The violence of everyday life in Brazil*. Berkeley: Univ. of California Press, 1992, p. 48.

136 AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas*. Op. cit. JULIÃO, Francisco. (Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil) “Teses para debates” 12.06.1963. In: Idem, p. 131-145. JULIÃO, Francisco. *A cartilha do camponês*. Recife, 1960. ‘Cam-bão’ (*Le joug*) *La face cachée du Brésil*. Paris: Maspéro, 1968. *Que são as Ligas Camponesas*, seguido de *Até Quarta Isabela!* Lisboa: Diábril, 1975.

137 Aglutinavam agricultores “ameaçados de expulsão das terras arrendadas que cultivavam.” Iputinga, transferida para o Bonji, “sobreviveu à cassação do registro do PCB [...] Fora fundada pelos militantes José dos Prazeres, Amaro do Capim e Carlos Cavalcante.” ANDRADE, M. C. de. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. cit., p. 26.

138 “Este advogado de Recife, então com quarenta anos, deputado estadual do PSD, defende colonos frente à Justiça, num primeiro momento, para em seguida criar uma rede de associações camponesas de autodefesa, de assistência jurídica e médica. Reguladas pelo Direito Civil, elas escapavam, diferentemente dos sindicatos, à pesada tutela do Ministério do Trabalho. Para desacreditá-las, seus adversários de direita batizaram-nas ‘ligas camponesas’, a fim de confundí-las com o movimento de mesmo nome lançado pelo PCB em Pernambuco no imediato pós-guerra.” MARIN, R. *Dom Helder Câmara*. Op. cit., p. 78. Para

1955, ano de seu “ressurgimento”,¹³⁹ e 1961, associaram-se 10 mil trabalhadores rurais em 40 sedes municipais em Pernambuco.¹⁴⁰ Na véspera do golpe, eram 30 a 35 mil membros em Pernambuco; 80.000 no Nordeste.¹⁴¹

Contrariamente a certas opiniões,¹⁴² seu surgimento demonstrava a capacidade dos trabalhadores rurais da região em se organizarem. Aspectos exuberantes ganharam o noticiário, mas as Ligas Camponesas prestavam uma ajuda polivalente aos associados.¹⁴³ Anthony Pereira sublinhou que a primeira só procurou o que ele chamou de “patrocínio”¹⁴⁴ de Julião quatro meses depois de sua fundação. Embora “líderes externos” participassem dos conflitos como porta-vozes, no entanto, é “um sério erro de interpretação dos acontecimentos falar-se somente da manipulação”.¹⁴⁵ O autor comenta que essa “imagem distorcida” prova “a velha verdade segundo a qual a história é impiedosa para com os derrotados nas lutas políticas.”¹⁴⁶

conseguir o registro legal, conta Julião, argumentara com Lott que as Ligas eram apenas entidades civis, comparáveis ao Círculo militar!

139 O autor, membro do PCB, se refere às Ligas que havia criado no final dos anos 1940, considerando o movimento liderado por Julião como seu herdeiro. MORAIS, C. S. de. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Op. cit., p. 58. Os documentos de polícia continuaram, por muito tempo, a assimilar os dois movimentos. Assim, um relatório, que faz como um pequeno histórico das Ligas, cita o estatuto de 1947 das Ligas comunistas, a respeito das Ligas de Julião. SSP 29.796, Doc 179.

140 Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil. Estatutos. SSP 29.796. Doc. 98-99.

141 ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Op. cit., p. 256.

142 PEREIRA, Anthony Wynne. “Profeta no Exílio: o Retorno no Mito de Francisco Julião”. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 7, n. 1 jan./junho 1991, p. 102-103.

143 Liga Camponesa: contribuição de Cr\$10 a 30; “fundo agrário”. Isto correspondia a um auxílio mútuo: “doença, partos e até falta de trabalho”. Relatório de polícia PM, 10.08.1959, Sobre as atividades de Julião em Bom Jardim. SSP 29.796. Doc.91-93.

144 PEREIRA, A. W. “Profeta no Exílio”. Op. cit., p. 103.

145 Idem, p. 104.

146 Idem, p. 106.

A imprensa dominante,¹⁴⁷ impregnada de macarthismo, usava as Ligas Camponesas como espantalho, “apontando nas mesmas um nítido caráter comunista”.¹⁴⁸ Eloquente era a ficha de Julião no IV Exército: “responsável pelo espírito belicoso do homem do campo comunizado ou melhor cubanizado.”¹⁴⁹ Essas organizações¹⁵⁰ reivindicavam também a abolição de formas ditas ‘feudais’ de exploração da mão de obra.¹⁵¹ Tal qualificativo designava, de fato, todos aqueles tipos de remuneração da força de trabalho que não fossem simples assalariamento com pagamento feito exclusivamente em espécie. “Não havíamos ainda feito a Revolução Francesa nos campos deste país. Aqui subsistiam todas as reminiscências feudais e semi-feudais”,¹⁵² dizia o dirigente das Ligas Camponesas, Francisco Julião, justificando seu uso do Código Civil em vez de Marx.

147 É preciso sublinhar a importância da imprensa nesse momento, particularmente dos artigos revelando para o público nacional e internacional, os eventos no Nordeste. Assim, a coletânea de Antonio Callado, foi transcrita nos *Anais* da Câmara Federal e da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

148 MONTENEGRO, A. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais...”. Op. cit., p. 253.

149 Citado in PEREIRA, A. W. “Profeta no Exílio”. Op. cit., p. 105.

150 41 Ligas Camponesas, com sede em muitos municípios canavieiros ou limítrofes desses: Água Preta, Amaragi, Araçoiaba, Barreiros, Beberibe, Bom Jardim, Bonito, Cabo, Caiçara, Canhotinho, Carpina, Catende, Escada, Gameleira, Goiana, Igarassú, Ipojuca, Iputinga, Jaboatão, Maraial, Moreno, Mirueira, Nazaré, Palmares, Paudalho, Pontes dos Carvalhos, Quipapá, Recife, Ribeirão, Rio Formoso, Sanatam (Olinda), São Lourenço da Mata, Também, Timbaúba, Usina Tiúma, Vitória de Santo Antão. Documento da SSP Delegacia Auxiliar. SSP 29.796 Doc 179. Nos documentos 102-109 da mesma pasta, figura outra lista, com nomes de membros e datas de fundação.

151 O ‘cambão’ obrigava certos locatários a trabalhar nas terras do proprietário na tarifa por ele fixada; a ‘condição’ consistia em trabalho fornecido pelos moradores dos engenhos. As milícias privadas, mas também as forças policiais, encarregavam-se dos recalcitrantes, em caso de não “pagamento” destes dias de trabalho.

152 Francisco Julião. In: CARVALHO, Abdias Vilar e INCÃO, Maria da Conceição D’ (Org.). *Reforma Agrária. Significado e viabilidade*. São Paulo: Vozes, 1982, p. 82.

As Ligas Camponesas

“E o que tenho dito para que se hajam alastrado em Pernambuco com extravasamento já para os Estados da Paraíba e das Alagoas as sociedades camponesas designadas pelo nome de Ligas? Simplesmente duas coisas: 1ª) que o foreiro não deve submeter-se ao regime de cambão que é uma reminiscência da escravidão, uma praxe medieval, pois equivale a dar um dia ou dois de serviço ao senhor da terra sem remuneração e sem comida; 2ª) que o foreiro não deve pagar o aumento do foro, assim como não se paga o aumento do aluguel de casa, salvo quando a lei o faculta só e só. [...] Ainda não levantei o véu do Salário Mínimo já decretado para o campo, desde 1943, 1º de maio, no art. 76 da CLT, porque sei que o rendimento agrícola não é suficiente para atendê-lo. Fala-se tanto em aplicação da legislação social trabalhista ao campo. Eu nunca falei nessa heresia porque não sou demagogo nem inconsequente. Se não existe um só dono de terra, pelo menos em Pernambuco, que pague o Salário Mínimo, alguns porque não querem e a maioria porque não pode, como falar em repouso remunerado, em horas extraordinárias, férias e aposentadoria! Isso só é possível com a Reforma Agrária. E é porque eu defendo a Reforma Agrária. Não é apenas para dar terra ao camponês e assisti-lo técnica e financeiramente. [...] A Sociedade Agrícola de que sou presidente de honra não congrega apenas camponeses sem terra, mas também pequenos e médios proprietários, todos convencidos de que devem ter um órgão de defesa dos seus direitos e de luta pelas suas mais justas reivindicações. Acontece que a sua criação coincide com o recrudescimento no País da batalha pela Reforma Agrária. O que fiz, foi transpor a ideia que vivia oculta na letra morta dos projetos de lei para a consciência do Camponês Pernambucano. Hoje ela ferve na alma simples de nosso matuto, como no século passado, latejava o coração do negro pela liberdade. Eu sei que isso machuca os privilegiados de uma classe que de tanto viver às custas da miséria dos trabalhadores rurais embotou a própria sensibilidade diante de sua tragédia que é imensa [...] Não há ligas. Há delegacias da Sociedade Agrícola. Esta tem existência legal. É uma pessoa jurídica de direito privado. Tem fins lícitos e garantidos pela Constituição. Não age às ocultas. Sua ação é clara e direta. Se um camponês é perseguido pelo dono da terra, procura o presidente da Sociedade que tenta sempre um acordo antes de ir à Justiça. Se algum sócio está doente e não pode trabalhar, a Sociedade designa o número de sócios que julgar necessário para plantar o seu sítio ou cobrir sua choça. [...] As escaramuças isoladas, o sensacionalismo das entrevistas e os pronunciamentos falsos não escondem a medonha tragédia do homem do campo. Nem a resolvem. O problema existe. É um mal crônico. Enquanto o camponês viveu sob o predomínio absoluto do dono da terra, sem direito de pensar política, de orientar-se na busca de uma vereda que o conduzisse à liberdade, o camponês estava parado. Havia paz como existe no charco

podre. Paz feita de lágrimas silenciosas das mulheres esqueléticas que passam pelos caminhos como fantasmas. Paz feita dos anjinhos que se vão pelas encruzilhadas em busca de cemitérios das vilas, todos mortos pela fome. Paz feita da escravidão do homem que marcha como boi, como burro, para o eito que é o princípio e o fim de sua vida. É contra essa paz que eu luto, que lutam os camponeses. Por causa dela nascem as Ligas. A paz que eu quero é feita com a alegria do homem livre sobre a terra livre. Do homem livre da miséria, da fome, da truculência do feitor e do analfabetismo. Da terra livre da erosão, da praga e de um só dono.” *Francisco Julião*¹⁵³

Outras correntes de esquerda compartilhavam este ponto de vista. As Ligas Camponesas organizaram fortes efetivos de canavieiros e pequenos produtores da região, forçando as autoridades e a opinião pública a tomar uma aguda consciência dos problemas sociais dessas populações. Sua miséria apavorante era bem conhecida. Mas a emergência da mobilização coletiva dessas “massas” adotava contornos políticos, embora na sua maioria esmagadora não votassem. Transformou-se assim a atitude dos demais setores da sociedade, polarizando as posições. Um clima de urgência instalou-se. Todo o espectro político exigia medidas enérgicas.¹⁵⁴

Doravante, várias propostas organizativas disputavam a adesão dos cortadores de cana, finalmente alçados à condição de ator social

153 “Deputado Julião desmente o caráter subversivo das Ligas Camponesas”. Resposta de Julião a um artigo do *DP*, lida à tribuna da Assembleia Legislativa como “um pronunciamento definitivo sobre o problema das Ligas Camponesas”. *DP*, 16.05.1959, última página.

154 As autoridades tiveram atitudes brandas frente às iniciativas das Ligas Camponesas que defendiam facilmente as ocupações de terra, inclusive pela pressão concreta: “na lei ou na marra”. O governador Miguel Arraes singularizou-se pela sua atitude temporizadora. O exemplo mais famoso e mais durável da ação das Ligas Camponesas é engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, seu berço. Além do estudo de Fernando Antônio Azevedo, *As Ligas Camponesas*. Op. cit., ver particularmente os escritos dos principais dirigentes deste movimento, ou seja, Francisco Julião: “Cambão”. Op. cit.; MORAIS, C. S. de. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Op. cit.

reconhecido. Ligas Camponesas, Sindicatos sob influência comunista, outros promovidos por setores da Igreja católica povoavam o cenário cada vez mais complexo, mas essencialmente regido por ambições reformadoras. O que Moacir Palmeira chama de “convergência conflituosa”¹⁵⁵ mostra as limitações do legalismo na luta dos trabalhadores rurais.¹⁵⁶

É difícil imaginar que a federação de trabalhadores rurais, Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco), pudesse ter sido criada sem o exemplo de Julião. O exemplo de Julião foi também instrumental para a criação do Acordo do Campo, o pacto que regulamentava o pagamento dos cortadores de cana assinado em 1963, um documento precursor das convenções coletivas de hoje.¹⁵⁷

3.2.3 O Partido Comunista¹⁵⁸ e a questão camponesa

A análise que o PCB fazia da situação considerava “a economia brasileira como do tipo ‘agrária, semifeudal, semicolonial’”.¹⁵⁹ Essa qualificação, determinada pelas instâncias superiores do Comintern¹⁶⁰ levava Astrogildo Pereira a manifestar sua preocupação frente ao que registrava como deficiências teóricas devidas à importação

155 PALMEIRA, M. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 102. O fenômeno foi descrito por Page como Julião tentando “conservar suas Ligas intactas, enquanto competia ao mesmo tempo com os padres e os comunistas pelo controle dos sindicatos rurais.” PAGE, J. A. *A Revolução que Nunca Houve*. Op. cit., p. 190.

156 “Trabalhadores rurais ganham salários de morte”. In: A LIGA. n. 6 13.11.1962, p.3.

157 PEREIRA, A. W. “Profeta no Exílio”. Op. cit., p. 109.

158 Embora clandestino, sua legalização estava na ordem do dia. DP, 08.02.1964.

159 LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução ao redimensionamento do debate”. In: LAPA, J. R. do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 12.

160 Ver os detalhes no capítulo: 5. Entendimentos marxistas acerca da ‘morada’.

“mecânica e livrescamente, da linha política” de outros povos.¹⁶¹ Otávio Brandão fez “sua autocrítica em 1957 reconhecendo a transposição mecanicista que fizera do materialismo”.¹⁶² Caio Prado formulava críticas quanto à política do partido e à “posição oficial comunista sobre o chamado ‘feudalismo’”,¹⁶³ pois esta questão teórica afetava o debate nacional sobre a legislação trabalhista no campo, quase ignorado pela direção do PCB.

Dá-lhe tão pouca atenção que praticamente se ausenta desse debate. E a marcha da legislação rural-trabalhista no Congresso Nacional se faz à sua inteira revelia. O alheamento é tamanho que, tendo sido afinal votado e promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963), num documento da máxima importância, publicado em abril, ou seja, um mês depois de promulgado e publicado o Estatuto, sob o título “A Posição dos Comunistas diante das Reformas de Base”, propõe-se ainda “a elaboração de estatuto que estabeleça uma legislação trabalhista adequada aos trabalhadores rurais”.¹⁶⁴

161 PEREIRA, Astrogildo. *Formação do PCB 1922-1928* (Notas e Documentos). Rio de Janeiro: Vitória, 1962, p. 140, citado por LAPA, J. R. do A. “Introdução ao redimensionamento do debate”. Op. cit., p. 13.

162 BRANDÃO, Octávio. “Uma Etapa da História de Lutas”. In: *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 21.01.1957. LAPA, J. R. do A. “Introdução ao redimensionamento do debate”. In: *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 13

163 CHILCOTE, Ronald H. *The Brazilian Communist Party. Conflict and Integration 1922-1972*. New York: Oxford Univ. Press, 1974, p. 56. Ver também 5.3. A ‘morada’ na tese capitalista mercantil. 5.3.1. A ‘morada’ no contexto da obra de Caio Prado Jr.

164 Documento publicado em *Novos Rumos*, nº de 1 a 9 de maio de 1963. “A referência às relações de emprego no campo se acha colocada em último lugar, e se limita a uma vaga e genérica recomendação de uma ‘legislação trabalhista adequada aos trabalhadores rurais’. Nada mais que isso. Nenhum esforço para desenvolver, por mínimo que seja, assunto de tamanha importância, para abrir ao menos alguma perspectiva para aquilo em que deveria consistir uma legislação ‘adequada’.” PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 85.

IV Congresso PCB 1954¹⁶⁵

p. 5: “O programa não levanta a luta pela nacionalização da terra, limita-se ao confisco das terras dos latifundiários, à liquidação das sobrevivências feudais e à entrega gratuita aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que neles queiram trabalhar.”

p. 8: “O partido recomenda: A unificação de todas as forças nacionais e democráticas tem por condição primeira a realização da unidade da classe operária. E, em seguida, a conquista e consolidação da “Aliança operária e camponesa – base indestrutível da Frente de Libertação Nacional.”

p. 9: “O IV Congresso considerou que para dar consequência à luta pela vitória dos objetivos e das tarefas de programa é urgente e inadiável que os comunistas intensifiquem sua atuação entre as grandes massas trabalhadoras do campo. Está na insuficiência de trabalho dos comunistas entre as grandes massas camponesas o ponto débil do movimento revolucionário em nosso país”.

Corajosas tentativas de organização dos trabalhadores rurais por militantes comunistas pontuaram os anos 1940 e 1950.¹⁶⁶ A repressão era impiedosa, como testemunham rastros nos arquivos de polícia. Apenas com o espaço democrático aberto a nível federal e estadual, e com a agitação e organização já promovidas pelas Ligas Camponesas, o papel do PCB, ou parte dele, tornou-se mais efetivo. Socorro Ferraz e Fernando Barbosa, junto com outros membros da Juventude Comunista, participaram de uma tentativa renovada de atuação no campo, na zona canavieira, liderada por Gregório Bezerra.¹⁶⁷ A decisão de estimular o movimento camponês, inicialmente dominado pelas Ligas, não tinha o aval dos dirigentes:

165 SSP 29.796. Doc. 173.

166 Um dos exemplos mais famosos é o de Formoso, Goiás. AMADO, Janaína. “Movimentos Sociais no Campo: A Revolta de Formoso, Goiás, 1948-1964.” Texto para discussão do grupo “Movimentos Sociais no Campo”. PIPSA, Rio de Janeiro, 9-11.04.1980. Mimeografado.

167 Constituinte, em 1946, “primeira vez que um líder camponês, comprometido com as lutas dos trabalhadores, chegava ao Congresso brasileiro.” Contag. *Nossa Luta, nossa História*. Op. cit., p. 9. Ele havia sido cortador de cana na sua

Nós insistimos e praticamente nos rebelamos e trabalhamos durante muito tempo. Um ou dois anos, até que houve uma reunião do comitê estadual para expulsar este grupo. Quem nos defendeu foi Gregório Bezerra que havia trabalhado no campo e era muito simpático a que os estudantes participassem de outras atividades e não apenas na política estudantil.¹⁶⁸

Embora a questão do acesso à terra não fosse negligenciada,¹⁶⁹ o sentido do progresso na região passava pela instauração de um assalariamento libertado de “vestígios feudais”. O sucesso da ação sindical na Mata Sul, em volta do sindicato de Palmares, sob a orientação do prestigioso militante comunista Gregório Bezerra,¹⁷⁰ incitou correntes anticomunistas a favorecerem a ação da Igreja Católica no meio rural na região da Mata Norte, em particular. Mesmo após o golpe militar, o número de associados retomou um crescimento marcado,¹⁷¹ ao mesmo tempo em que se alargava o âmbito das atribuições dessas organizações e se transformava, por um tempo,¹⁷² sua função primeira junto às massas trabalhadoras: assistencialista em vez de reivindicatória.

juventude, como relata em suas memórias. BEZERRA, G. *Memórias*. Op. cit. Ver também a longa entrevista que concedeu a Eliana Moury Fernandez, para o arquivo do Cehibra, na Fundaj.

168 Entrevista com Socorro Ferraz.

169 A experiência da cooperativa agrícola de Tiriri, sob a orientação da Sudene, mas sobretudo animada por uma equipe de militantes e simpatizantes comunistas, fornecendo um enquadramento aos canavieiros já organizados numa Liga Camponesa e num Sindicato de Trabalhadores Rurais, é um exemplo notável.

170 BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Op. cit. Ver as memórias de Paulo Cavalcanti, *O caso eu conto como o caso foi*. Op. cit. Ver as entrevistas concedidas por estes dois grandes dirigentes à equipe do Cehibra, da Fundaj.

171 60.000 em 1964, apesar dos cortes radicais devidos à repressão, eles eram cinco vezes mais numerosos em 1978. Sem dúvida, a qualidade de fornecedor de assistência social e médica, que o governo militar lhes conferiu desde então, contribuiu por parte dessa afluência.

172 As lutas coletivas foram retomadas em 1979 com a primeira greve de envergadura desde o golpe militar, e a assinatura de uma Convenção Coletiva de Trabalho. SIGAUD, L. *Greve nos Engenhos*. Op. cit.

3.2.4 Igreja católica e STRS: “Nem comunismo, nem capitalismo”¹⁷³

O papel tradicional da igreja na zona canavieira, “o catolicismo da família patriarcal na plantação que Gilberto Freyre descreveu tão bem”,¹⁷⁴ foi resumido causticamente por Julião:

O padre era muito ligado ao latifúndio, ao coronel, ia comer buchada na casa dele aos domingos, rezava a missa lá, casava a filha dele. O camponês ia para a igreja e era tratado com muito desprezo. Ai da pobre camponesa que batesse numa cadeira no momento em que o padre estivesse celebrando!¹⁷⁵

O “ideal histórico cristão”,¹⁷⁶ lançado nos anos 1930,¹⁷⁷ combinou-se com o impulso dado por diretrizes do Vaticano II. As festividades dos 50 anos da encíclica *Rerum Novarum*¹⁷⁸ já haviam aliado a “doutrina social da Igreja” com o trabalhismo getulista,¹⁷⁹ o que

173 Mons. Manuel de Barros Barreto. DP, 25.10.1962.

174 STURM, Fred Gillette. “Religion”. In: CONNIFF, Michael L. e MCCANN, Frank D. *Modern Brazil. Elites and Masses in Historical Perspective*. Lincoln: Univ. of Nebraska Press, 1989, p. 251-252.

175 Citado por SANTIAGO, V. *Francisco Julião*. Op. cit., p. 53.

176 Nos anos 30, discípulos de Jacques Maritain, entre eles Tristão de Ataíde, lançavam a “necessidade de um verdadeiro engajamento dos cristãos na ordem temporal”. MARIN, R. *Dom Helder Camara*. Op. cit., p. 83.

177 “Leme incorporou a JOC no seu amplo movimento de Ação Católica e estendeu sua base de operação para incluir trabalhadores rurais.” STURM, F. G. “Religion”. In: CONNIFF Michael L. e MCCANN, Frank D. *Modern Brazil*. Op. cit., p. 252.

178 DP, 10.05.1941.

179 DP, 15.05.1941. No dia 15.05.1941, Dia da Indústria do Açúcar, descreveu-se uma grande passeata com trabalhadores de usinas (da parte industrial) e a “proclamação conjunta de usineiros e trabalhadores das usinas”. Seu enquadramento no órgão de classe era muito forte. Durante decênios, o mesmo trabalhador o representava, Diógenes Vanderlei. Quanto aos trabalhadores rurais, eles eram raramente mencionados. O único suposto representante dos canavieiros que aparece na imprensa dos anos 1950, Severino Miguel Barbosa, era de fato “maquinista de usina em Palmares”. Numa ocasião solene nesta cidade, após Gileno de Carli, presidente do IAA, e outras personalidades, ele discursou, raro caso em que a fala de um trabalhador rural (supostamente) fosse registrada por

Ricardo Brennand, presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar, descrevia como “a perfeita harmonia” em que os trabalhadores viviam “com os seus patrões, num regime de disciplina de Trabalho e paz social”. Nos anos 1960, novas encíclicas (*Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*¹⁸⁰) afetaram o meio rural:

Pio XI dissera que o grande escândalo do século XIX fora a perda do operariado pela Igreja. Confrontada pelo perigo de ver este escândalo aumentado pela perda do campesinato, trabalhado por forças a-religiosas ou anti-religiosas, a Igreja voltou-se para o campo.¹⁸¹

Montenegro continua: “as forças que passam a atuar no meio rural, mobilizando e organizando os trabalhadores, questionam de forma radical a tradição da Igreja de estar em grande medida aliada aos grandes proprietários e às forças políticas oligárquicas”.¹⁸²

Shepard Forman via os esforços da Igreja Católica de “patrocinar” os sindicatos rurais

jornalista: “A verdade é que o canavial sustenta tudo em Pernambuco: polícia, juiz, escrivão e governo. Por que é então que os outros têm muito e o trabalhador que pega no pesado e tem a mão furada pela palha da cana, nada tem? Isso não está certo.” “IAA batalha pela redenção dos solos pernambucanos”. *DP*, 05.08.1954, p. 9.

180 *Mater et Magistra* (15 de maio de 1961), e *Pacem in Terris* (30 de abril de 1963), cujo lançamento pela editora José Olympio foi objeto de artigos na imprensa. *DP*, 20.12.1963 “demonstrando à sociedade quanto a Igreja é atual e presente no mundo e que se não se contemporiza nem poderá contemporizar com o comunismo, tampouco está solidária com privilégios de classe ou com a política suicida da manutenção de chocantes desigualdades econômicas entre classes e nações. É portanto, em nome da doutrina social cristã consubstanciada nos documentos pontifícios que os católicos, na ordem das ideias e na ordem da ação devem propugnar pela reforma da estrutura capitalista da sociedade, sem aceitar contudo as soluções do comunismo.”

181 ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968, p. 51, citado por MONTENEGRO, Antonio. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”. *Op. cit.*, p. 264.

182 *Idem*, p. 264-265.

em resposta às ligas camponesas. É bem provável que o clero tenha feito uma tentativa de contrabalancear a força política secularizada no campo. [...] Inspirada pela Encíclica Papal *Mater et Magistra*, a Igreja definiu o seu papel no movimento camponês como essencialmente reformista e conciliador, enfatizando melhorias na condição de vida do trabalhador assalariado, cooperação com o Governo federal e a inaplicabilidade do conceito de luta de classe no contexto brasileiro.¹⁸³

Eventos políticos internacionais e nacionais concomitantes aceleraram a tendência localmente:

É este Nordeste que entra em movimento na segunda metade dos anos 1950 e, depois da vitória dos barbudos de Castro, em 1959, passa a ser considerado o principal foco de tensão no subcontinente. Ele vai servir de laboratório de experiência social para a Igreja Católica brasileira.[...] [A] diocese de Olinda-Recife, por encontrar-se no epicentro dos eventos supracitados, terá um papel determinante neste início de reorientação institucional, neste esboço de um novo modelo de influência.¹⁸⁴

A Declaração dos bispos do Nordeste¹⁸⁵ foi seguida de ações como a criação do SAR,¹⁸⁶ MEB,¹⁸⁷ assim como o trabalho de diversos clérigos

183 FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua Participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 237.

184 MARIN, R. *Dom Helder Camara*. Op. cit., p. 82.

185 “Afirmamos a necessidade de ver o planejamento econômico elaborado para o Nordeste completado por aspectos humanos e por implicações sociais a bem do próprio planejamento econômico para que não se torne inumano e irreal.” *JC*, 28.05.1959.

186 Serviço de Assistência Rural, criado pelo arcebispo de Natal, Dom Eugênio Sales, que lançou campanhas de sindicalização rural desde a metade de 1960.

187 21.03.1961. Iniciativa da Igreja e do Estado para a criação de escolas radiofônicas no Nordeste e Centro-oeste.

na zona canavieira de Pernambuco, entre eles Pe. Antônio Melo,¹⁸⁸ pároco do Cabo, e Pe. Paulo Crespo¹⁸⁹ com o Sorpe.¹⁹⁰ Eles rivalizavam com o trabalho de mobilização e sindicalização do Partido Comunista. O raciocínio era simples, segundo Pe. Carício, de Quipapá: “Se a situação dos camponeses continuar melhorando como agora, eles não irão para o Partido Comunista”.¹⁹¹ Esta ‘modernidade’ de postura social e política não era aprovada por todos na instituição

188 Figura notável, ele gostava de se atribuir a liderança de todo o movimento rural com declarações espalhafatosas: “Revolução terá que ser feita, diz Pe. Melo: circunstâncias históricas dirão como será”, onde o jornalista o chama “novo líder dos camponeses”. *DP*, 12.11.1961, p. 3. Assim, a grande greve dos canavieiros de 1963, obra conjunta de todos os sindicatos e das Ligas, é reivindicada como sua, em entrevistas com a imprensa. Na época, entretanto, a “Igreja já não conseguia imprimir a direção política do movimento, dada a maior agressividade e combatividade dos setores de esquerda com suas significativas vitórias em prol das reivindicações dos trabalhadores rurais”. JACCOUD, L. de B. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco*. Op. cit., p. 51. Em 1967, um pesquisador norte-americano relatava: “O jovem padre observou que liderara uma greve bem sucedida na zona da cana-de-açúcar de Pernambuco em 1963, que culminou num contrato de trabalho coletivo e num aumento salarial de oitenta por cento para duzentos mil trabalhadores rurais.” FORMAN, S. *Camponeses*. Op. cit., p. 237. Ver MELO, Father Antônio. *The Coming Revolution in Brazil*. New York: Exposition Press, 1970.

189 “Por seu intermédio introduz-se no mundo rural uma ideologia sindicalista cristã visando a conciliação das classes.” MARIN, R. *Dom Helder Camara*. Op. cit., p. 96. Ver PAGE, J. A. *A Revolução que Nunca Houve*. Op. cit., p. 180 et ss.

190 O Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (1961) promovia a sindicalização na zona canavieira. A mobilização começou por alguns padres como o Pe. Carício, vicário de Quipapá, onde ele fundou um sindicato de trabalhadores rurais, que para o jornalista Antonio Callado constituía um modelo do que a igreja propunha. CALLADO, A. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 100. No final de 1963, ele teria contribuído para a fundação de 47 sindicatos no Estado. JACCOUD, L. de B. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco*. Op. cit., p. 51. No mesmo ano, o centro radiofônico de Nazaré da Mata tinha por objetivo a “educação rural”. *DP*, 06.04.1961.

191 CALLADO, A. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 100.

eclesiástica, sendo necessária a ação oficial de Dom Carlos Coelho¹⁹² para defender o trabalho sindical.¹⁹³

Em junho de 1962, foi criada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape).¹⁹⁴ Richard Marin nota justamente que a igreja se aproveitava da “religiosidade intacta” no campo: “tudo o que [o padre] pode sugerir ou propor adota aspecto de obrigação”.¹⁹⁵ Por outro lado, ela contribuiu à “legitimação da luta do trabalhador rural”.¹⁹⁶

[A] criação dos sindicatos rurais pela igreja respondeu eminentemente aos seus interesses: por um lado atrelar o movimento de organização dos trabalhadores rurais e suas reivindicações à Igreja, mantendo-os sob seu controle e, por outro lado, fortalecer a Igreja enquanto instituição, através de uma atuação que respondesse aos reclamos da justiça social, já levantados pelos trabalhadores rurais em Pernambuco.¹⁹⁷

192 Ver comunicado oficial de julho de 1962, com a nota de Pe. Melo. Contra a oposição, por exemplo, do bispo de Palmares. MARIN, R. *Dom Helder Camara*. Op. cit., p. 95 et ss. Obviamente, muitos clérigos não apreciavam as mobilizações de camponeses, “perturbando a paz no campo”. Palavras de Dom Severino Mariano de Aguiar, bispo de Pesqueira. In: SANTIAGO, V. *Francisco Julião*. Op. cit., p. 53.

193 Autoproclamado “líder dos trabalhadores rurais em Pernambuco”, Pe. Melo, abastecia a imprensa de declarações: “Devemos estimular a sindicalização do trabalhador rural, pois a luta reivindicatória é tarefa de sindicatos. As ligas camponesas devem restringir-se a funções apenas recreativas e beneficentes”. *BIS Bureau da Imprensa Sindical*, n. 69, ano II, 24-31 de janeiro de 1962. SSP 31.513.

194 “Assim que tivemos 5 (STRS) organizamos logo a Federação. Foi Pernambuco o primeiro a ter Federação de Trabalhadores no país.” Ennes Paulo Crespo. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez,. Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 14.

195 MARIN, R. *Dom Helder Camara*. Op. cit., p. 96. O estudioso recenseou os meios humanos (recrutados nas cidades através das múltiplas organizações de jovens e militantes como a Ação Católica), e financeiros (desde o acordo com Jânio Quadros), até sindicalistas cristãos organizados em escala internacional, ou mesmo a Aliança para o Progresso.

196 JACCOUD, L. B. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco*. Op. cit., p. 51.

197 *Ibidem*.

3.2.5 O golpe militar

Cabe-nos lutar pelo desenvolvimento, mas de olhos abertos:
para salvar do fascínio marxista tamanhas forças, em
particular os trabalhadores e os estudantes.

Dom Helder Câmara¹⁹⁸

Como chegamos a isto, a esse estágio triste, é a história de como as esquerdas brasileiras conseguem o paradoxo de serem ao mesmo tempo inexistentes e desunidas; de como os americanos têm ainda o poder de governar a América Latina inteira dentro da fórmula ideal de darem aos países que a compõem plena liberdade política de cometer os erros que favoreçam os Estados Unidos economicamente; e como, finalmente, num País de escassa consciência histórica, um único desequilibrado mental numa situação de poder pode levar ao caos de uma Nação inteira.¹⁹⁹

Com o golpe, a repressão contra todos os movimentos políticos e sindicais foi muito brutal e persistiu por anos. Na Zona da Mata, foi uma oportunidade de vingança para muitos plantadores que se sentiram ameaçados nos seus privilégios. Retomando a antiga tradição de domínio acima da lei nas suas propriedades, eles “matavam friamente os camponeses nos canaviais. Alguns apareceram mortos, mas do maior número, nunca se teve notícias. Morreram e enterraram ali mesmo. E suas famílias até hoje estão pensando que eles fugiram”.²⁰⁰

198 “Discurso de inauguração do novo seminário regional”, 04.05.1965. In: MARIN, R. *Dom Helder Camara*. Op. cit., p. 130.

199 CALLADO, Antonio. “A Volta às Cooperativas da Morte”. In: FURTADO, Celso (Coord.). *Brasil: Tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1977] 3ª ed., 1979, p. 186.

200 Clodomir Santos de Moraes. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 13.

O trabalho sindical da igreja continuou após o golpe, doravante sem rival. Richard Marin alerta no entanto contra o perigo de anacronismo no julgamento. O movimento sindical de inspiração católica fora suscitado pelo medo da repetição do que havia acontecido na China²⁰¹ e em Cuba, motivação agudamente anticomunista.²⁰² Isso não o tornava, todavia, mais palatável às classes

201 “6. If Brazil were to be lost it would not be another Cuba. It would be another China”. Memorandum sobre o AI 5 (13.12.1968), escrito pelo general V. A. Walters (adido militar da embaixada dos Estados Unidos no Brasil, de 1962 a 1967) ao Dr. Kissinger, então conselheiro especial do Presidente Nixon para assuntos de segurança nacional. 1969. In: *Folha de São Paulo*, 22.04.2001, *Caderno Mais*, p. 8. Quando os artigos de Tad Szulc haviam saído, nos idos de 1961, elevando figuras como Julião “ao status de celebridade internacional”, nas palavras de Page (PAGE, J. A. *A Revolução que Nunca Houve*. Op. cit., p. 68), o líder das Ligas Camponesas encontrava-se na China, coincidência que só poderia abastecer a paranóia norte-americana ainda sob influência do espírito macartista, como testemunham as diretrizes do então embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, que advertia contra o “paternalismo por uns poucos [...] concentração de poder em mãos irresponsáveis e [...] os dispositivos infernais de um estado policial para criar uma falsa imagem de harmonia e apoio popular, dispositivos organizados para satisfazer uma elite ditatorial, que transforma em súditos coloniais seus próprios povos,” aludindo ao Muro de Berlim, recém-contruído. Ele louvara a “solução pacífica da recente crise política [que poderia] bem ser considerado um milagre, que poucas outras nações poderiam realizar,” embora alertasse contra os perigos da “receptividade para as ideias e a liderança comunistas entre os trabalhadores e camponeses [...] e a sistemática infiltração comunista nas universidades e grupos estudantis, nos sindicatos e meios de comunicação”. GORDON, Lincoln. *O Progresso pela Aliança*. Rio de Janeiro: Record, 1962, p. 4, 6 e 124.

202 Em outubro de 1961, a comissão central da CNBB alertava contra o perigo de repetição dos “maus” exemplos chinês e cubano. “Os comunistas, no campo como na cidade, não buscam realmente soluções. Ao contrário: a política do pior serve-lhes. Mas o fato mais grave que denunciemos é que agitadores vermelhos, em diversas frentes, preparam-se para a tática da guerrilha, de acordo com os melhores exemplos [sic] cubanos e chineses. Assim, como não podemos continuar apenas com o anticomunismo simplório e ineficiente [...] caberá, em cada diocese, à perspicácia do pastor descobrir os meios práticos de defender o rebanho.” *Apud* MARIN, R. *Dom Helder Camara*. Op. cit., p. 92.

dominantes no campo. Permanecia “intolerável para essa ordem social arcaica”.²⁰³

Instrumento dos patrões, o Estado constituía, na tradição getulista, o árbitro e juiz das relações de trabalho. Apesar da mudança de regime, era a instância à qual os trabalhadores e suas organizações tentavam recorrer. Resolutamente legalista, a ação do MSTR, com a ala dirigente católica que sobrevivera ao golpe, enfrentou também certa violência da repressão por parte da força pública²⁰⁴ e das classes dominantes. Tão aguda que a própria SSP precisou emitir ordens para que suas tropas respeitassem os sindicatos.²⁰⁵ Os esforços dos sindicalistas sobreviventes²⁰⁶ visavam salvar o que

203 Idem, p. 97. As dificuldades encontradas por catequistas como Euclides do Nascimento, futuro presidente da Fetape, nos seus esforços de organizar um STR na sua Nazaré da Mata natal, testemunham desse clima. Entrevista com Euclides do Nascimento.

204 Entre as vítimas famosas, Gregório Bezerra (Ver Antonio Callado. “A Volta às Cooperativas da Morte”. Op. cit.; e Dr. Waldir Ximenes, que havia trabalhado na Usina Cucaú e na Cooperativa dos Usineiros: “Tremenda perseguição política. Tão grandes que foram às consequências físicas, terríveis. Havia uma verdadeira sede; sede de vingança, sede de tortura, sede de prisão, sede de sangue, sede de tudo isso.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez. Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 22.

205 Armando Hermes Ribeiro Samico, atuante na SSP de 64 a 66 e 69 a 70, declarou que concordava com a soltura (a pedido de Pe. Melo) de “pessoas que estavam presas, [...] porque tinha prisões de pessoas que tinham participado como ‘Maria vai com as outras’.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez. Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 32.

206 “Se é verdade que a repressão contra os líderes sindicais e trabalhadores com militância sindical no campo foi, possivelmente, mais contundente que a que atingiu o operariado e outros setores urbanos, atingidos que foram pela intervenção direta do aparelho repressor estatal e pela violência privada dos grandes proprietários, é preciso não esquecer que as entidades sindicais, tidas como ligadas à Igreja foram, num certo sentido, poupadas. Muitas ‘intervenções’, embora poucas oficializadas. Mais comuns foram a prisão de diretores e sua substituição por suplentes ou a nomeação de interventores, alguns deles

fosse possível das conquistas anteriores ao regime militar: salário mínimo, repouso remunerado e férias garantidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural; posteriormente, a aposentadoria e assistência médica do Funrural.²⁰⁷

As ligas camponesas e as associações independentes foram desmanteladas e muitos de seus líderes presos. [...] Os sindicatos rurais patrocinados pela Igreja receberam permissão para continuar suas atividades, mas como interventores governamentais nos papéis de liderança.²⁰⁸

Apesar de todos os recuos devidos à repressão, a implementação dessa legislação “teve efeitos importantes a partir do início dos anos 70”.²⁰⁹ Embora “inteiramente subordinado ao órgão diretor do Sorpe”,²¹⁰ o movimento sindical persistiu e ganhou, aos poucos, a capacidade de lutar pela manutenção e aplicação da legislação trabalhista que dizia respeito aos canavieiros. A “[p]articipação da Igreja na articulação do movimento golpista de 1964 iria, paradoxalmente, garantir um certo tipo de continuidade no sindicalismo rural”.²¹¹ A retomada da Contag com a “derrubada do antigo interventor”,²¹² em

trabalhadores rurais indicados por elementos da Igreja.” PALMEIRA, M. “A diversidade da luta no campo”. Op. cit., p. 45.

207 “Prorural deu existência real ao Funrural, anteriormente criado, estendendo alguns dos benefícios da legislação previdenciária urbana ao campo. Ao contrário de alguns ensaios feitos na área da previdência rural anteriormente, era uma política global para o conjunto dos trabalhadores rurais, aí incluídos desde o assalariado rural até o pequeno proprietário familiar.” PALMEIRA, M. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 99.

208 FORMAN, S. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Op. cit., p. 243.

209 PALMEIRA, M. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 94.

210 O documento continua: “contrariando o Art. 525 da CLT que veda a interferência de qualquer pessoa física ou jurídica, estranha aos sindicatos na administração ou nos seus serviços. O Sorpe exerce um total controle sobre a Federação.” Ministério da Guerra, IV Exército 25/5/65 Inf. Nº 197-BE/2. SSP 28 688 Doc 47.

211 PALMEIRA, M. “A diversidade da luta no campo”. Op. cit., p. 45.

212 Idem, p. 46.

1968,²¹³ e a eleição de um presidente saído das fileiras dos canavieiros de Pernambuco, José Francisco da Silva; o aumento constante dos efetivos²¹⁴ e a orientação assistencialista garantiram a existência do MSTR.

“Tentando capitalizar positivamente o fardo previdenciário”, ele “aceitou correr os riscos de trazer as práticas assistenciais para dentro dos sindicatos, como um meio de estimular o aumento da sindicalização [...] e de evitar o controle da assistência pelos políticos locais.”²¹⁵

A via judicial²¹⁶ predominou durante a ditadura militar sobre outras formas mais ofensivas de luta,²¹⁷ embora greves surgissem localmente. O acesso à Justiça²¹⁸ (inicialmente, em defesa individual

213 Contag. *Nossa Luta, nossa História*. Op. cit. TAVARES, Ricardo. Contag. *Da ditadura à transição. Memória social e construção do “campesinato”*. Rio de Janeiro: Tese da UPERJ, 1992.

214 680 STRs e 11 Federações; 6 anos depois havia uma Federação em cada Estado; o número de STRs triplicou. PALMEIRA, M. “A diversidade da luta no campo”. Op. cit., p. 48-49

215 Idem, p. 47.

216 Tanto assim que, nas resoluções do III Congresso da Contag, sobre o assunto da Justiça do Trabalho, pedia-se que JCJ’s fossem criadas “em todas as Comarcas onde houver grande incidência de assalariados rurais”. “Resoluções do III Congresso da Contag”. In: *3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Anais*. Brasília: Contag, 1979, p. 152.

217 “Ao invés dos grandes movimentos, a resistência cotidiana interferindo no próprio processo produtivo, como nas disputas permanentes entre trabalhadores e patrões na delimitação das tarefas diárias na área canavieira de Pernambuco, ou impedindo a destruição das lavouras.” PALMEIRA, M. “A diversidade da luta...” Op.cit., p. 48-49.

218 “Foi a atuação dos STRs, baseada em determinados princípios de prática sindical, que possibilitou, ou melhor, construiu a relação hoje existente entre os trabalhadores rurais da região e a Justiça do Trabalho. O sindicato, portanto, criou para os trabalhadores o ‘mundo da Justiça’, transformando-se no decorrer do processo, em mediador indispensável para seu acesso a este ‘mundo’.” MIRANDA, Moema Maria Marques de. *Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma junta trabalhista*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, UFRJ: Museu Nacional, 1991, p. 71.

ou de grupo) evoluiu em quinze anos para a retomada de negociações coletivas acompanhada de greve, em 1979.

[A]s entidades sindicais se reorganizaram com relativa rapidez e, ao mesmo tempo em que sustentaram lutas que se dispersaram politicamente como decorrência da própria conjuntura nacional, partiram para ampliar e fortalecer sua organização em nível nacional. O cimento ideológico dessa empresa política comandada, a partir de 1968, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, seria a bandeira da *reforma agrária*.²¹⁹

A questão era tão sensível que autoridades norte-americanas foram censuradas.²²⁰ O Estatuto da Terra²²¹ havia sido promulgado pelas autoridades oriundas do golpe militar com a ambição declarada de “regular os diversos aspectos da relação do homem com a terra, tratando-os de forma orgânica e global.”²²² Ainda sob o efeito do medo de um processo revolucionário, as elites escolheram uma proposta de modernização conservadora que teve a virtude, de seu ponto de vista, de permanecer letra morta. A criação de diversos órgãos, Ibra e Inda, fundidos no Incra, em 1969, “[n]uma nova roupagem”,²²³ visava a levar “a agricultura brasileira a se enquadrar nos modelos capitalistas empresariais.” Eles paralisaram qualquer

219 PALMEIRA, M. G. S. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 102.

220 Discurso do Embaixador dos Estados Unidos, John W. Tuthill, no Centro de serviços de camponeses, Ribeirão, 15.09.1966. A Aliança para o Progresso propunha ajuda financeira do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre que previa “o fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores, para a justiça social e progresso econômico” [passagem riscada] “bem como a justa distribuição da terra”, p. 3. Ele sugeria o “melhoramento da vida dos trabalhadores rurais de Pernambuco.” SSP 28.688. Doc. 50-53.

221 Lei 4.504, 30/11/1964. Estatuto da Terra [1964] Brasília, MADA/Incra, 1983.

222 Mensagem n. 33, item 18, encaminhando ao Congresso o Projeto de Lei n. 4.504, 1964. In: PALMEIRA, M. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 95.

223 ANDRADE N. J. C. X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira...* Op. cit., p. 275.

progresso no sentido da Reforma Agrária,²²⁴ limitando-se a um trabalho de cadastramento episódico e imperfeito, para “encobrir a realidade, a inoperância da política agrária do governo autoritário”.²²⁵

Manuel Correia concluiu que o Estatuto da Terra “beneficiou muito mais a grande empresa agrícola do que o pequeno produtor. Na verdade, promulgado para realizar a Reforma Agrária, ele estimulou a contra-reforma agrária, como salientou o sociólogo Octavio Ianni (1979)”.²²⁶

224 “Ibra funcionaria, efetivamente, muito mais como um agente de freio do que de acelerador do processo reformista. O grande empecilho à concretização das desapropriações havia sido derrubado pela Constituição de 1967 (art. 157) e Ato Institucional nº 9 que revogaram o art. 141 dessa Constituição, permitindo que as desapropriações fossem pagas com títulos da dívida agrária, pagando-se em dinheiro apenas as benfeitorias.” ANDRADE, M. C. de. *Abolição e Reforma Agrária*. Op. cit., p. 61.

225 Idem, p. 62.

226 ANDRADE, M. C. de. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. cit., 24.

PARTE II

Interpretações da ‘morada’

4. A visão da ‘morada’ na obra de José Lins do Rego e de Gilberto Freyre

A ‘morada’, isto é, as relações de trabalho vigentes nos canaviais de Pernambuco na lenta passagem da escravidão à proletarização – in-discutida na época do Proálcool, com a aceleração da expulsão dos trabalhadores dos engenhos –, conheceu tratamentos diversos em termos historiográficos. Eles expressavam interpretações, cujas conclusões davam sentido à história de toda a região. Ou seja, o debate teórico em torno da ‘morada’ impõe-se na medida em que ela se transformou, na escrita de um bom número de autores, em fator de definição da etapa de desenvolvimento da atividade econômica dominante, sucroalcooleira e, por extensão, da sociedade na Zona da Mata.

Para os marxistas, a questão inseria-se num contexto universal: a sucessão dos modos de produção. Contudo, qualquer que seja a grade de leitura histórica escolhida, a identificação da fase ou estágio em questão, na evolução da sociedade brasileira determinaria, por sua vez, prognósticos para o futuro e, portanto, decisões quanto às políticas a serem implementadas, fossem elas de investimentos por parte das autoridades públicas, ou de luta e reivindicações por parte das organizações de trabalhadores e dos partidos que as

apoiavam. Os principais autores que contribuíram para a discussão desse assunto podem ser reagrupados em correntes: algumas mais poderosas, por meio da difusão literária, outras mais acadêmicas. Afinidades ou discordâncias ideológicas fizeram-nas dialogar, para além de origens e épocas diversas, numa polifonia enriquecedora do debate, evocada a seguir.

4.1 Construção e desconstrução

Os intelectuais defenderam a causa dos indígenas brasileiros bem como o arco-íris de muitas nuances da textura e cor ambientais. Até certo grau, esta “valorização” da herança tropical era a continuação lógica de anteriores descrições literárias dos nativos, particularmente sob a pena dos escritores nativistas como José de Alencar, cujo retrato da nobreza índia parecendo deuses, no seu romance de 1857 “Iracema”, abasteceu a necessidade dos brasileiros em ter um modelo idealizado para disfarçar a vida patética da população ameríndia miserável que diminuía.

Robert Levine¹

As tendências mais recentes da historiografia revelam a fundamental importância das visões da realidade social testemunhada ou estudada. Opções interpretativas são ângulos de vista no sentido resumido por Jacques Revel: “o social não é um grande todo englobante e evidente, pelo simples fato de existir. [...] Escolhi, pelo contrário, fazer do social uma realidade que só existe enquanto é construída pelo historiador.”² Essa construção implica um aspecto de ‘desconstrução’, isto é, uma tentativa de revelar a parte construída das

1 LEVINE, Robert M. “Elite Perception of the Povo”. In: CONNIFF, Michael L. e MCCANN, Frank D. *Modern Brazil*. Op. cit., p. 210.

2 REVEL, Jacques. *A Invenção da Sociedade*. Lisboa: Diffel, 1989, p. 7.

abordagens estudadas, particularmente nos seus desdobramentos junto aos atores sociais envolvidos. Estamos

ainda numa fase de experimentação: na altura em que, com os meios ao nosso alcance e reencontrando a alegria do trabalho do historiador, tentamos, através de várias aproximações, desenhar uma cartografia inédita daquilo que pensávamos conhecer tão bem, inventando novas figuras do social.³

Mapeando a paisagem conceitual na historiografia das relações de trabalho na zona canavieira, procuro apenas sublinhar os aspectos mais importantes das propostas interpretativas, lembrando, entretanto, o quadro geral do debate. Concordando ou não, os estudos evocados contribuíram significativa e positivamente para esse conjunto de tentativas de tornar mais inteligível a realidade social da região. Esses trabalhos, camadas valiosas na geologia do entendimento, enriquecem a proposta aqui esboçada. Recomendava Marc Bloch:

nunca esconda as dificuldades profundas, as divergências notáveis entre as soluções propostas, pois essas imperfeições livram a História da máscara de ciência morta e congelada que uma literatura fácil lhe atribui.⁴

A presente abordagem desdobra-se também na história de uma representação elaborada em conceito, a ‘morada’, no sentido apontado pelo estudo de Isabelle Schulte-Tenckhoff para o ‘*potlatch*’.⁵ Um trabalho de recomposição do périplo desse conceito de ‘morada’ e da maneira como foi vista e interpretada a condição dos moradores

3 Ibidem.

4 Citando P. Couderc. *Dans le champ solaire*. 1932. Marc Bloch pede desculpas por sua “inocente artimanha”: ter trocado uma palavra, ‘História’, em vez de ‘Astronomia’, pois “a expressão é bela.” “Manuels ou synthèses?”. *Annales d’histoire économique et sociale*. 1933, p. 67-71. In: BLOCH, Marc. *Histoire et historiens*. Textes réunis par Étienne Bloch. Paris: Armand Colin, 1995, p. 71.

5 SCHULTE TENCKHOFF, I. *Potlatch: Conquête et Invention*. Op. cit.

de engenho através de épocas e situações diversas, permite revelar o papel atribuído à classe dos trabalhadores rurais nas representações da sociedade. Ilustra-se no que Lourdes Martinez-Echazábal identifica como a

preocupação ontológica, ou o que mais apropriadamente chamaria de hermenêutica da identidade latino-americana [...] [que] detona com maior intensidade na literatura e na exegese de cientistas sociais, impondo-se como tópico central no pensamento intelectual e político.⁶

Nesse sentido, a análise do discurso dos principais atores sociais e testemunhas diretas é fundamental. Não apenas para a simples descrição de situações antigamente chamadas de ‘objetivas’, como na dimensão das opiniões, emoções e aspirações desses atores sociais centrais. Tanto mais que a opinião dos trabalhadores (diretamente expressa, em vez de suposta) – até agora ausente dessa paisagem de representações – conta muito como argumento para a interpretação dominante, herança, sobretudo, de José Lins do Rego e Gilberto Freyre. Ela complementa utilmente uma revisão do discurso acadêmico, além de literário, sobre o mesmo assunto, na medida em que se pode detectar, senão um diálogo deliberadamente engajado, ao menos um jogo de espelhos entre as diversas interpretações dessa fase das relações de trabalho nos canaviais, que se situa entre o fim da escravidão e a expulsão dos moradores dos engenhos. Parentescos, declarados ou subliminares, e influências recíprocas são manifestos entre membros eminentes do mundo acadêmico e diversos atores sociais.

A paisagem intelectual da história do Nordeste, no caso da região canavieira, está dominada por estes dois autores, cuja sombra

6 MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. “O culturalismo nos Anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual”. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura, (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB [1996] 1998, p. 108.

atingiu todos os escritos posteriores. Contemporâneos e amigos, colaboradores em vários projetos importantes, como o 1º Congresso Afro-brasileiro, suas obras são paralelas, mas se distinguem pelos objetivos formais.

José Lins do Rego era romancista. Gilberto Freyre, cientista social. Criadores de obras abundantes, seu pensamento (ou talvez melhor, seus pensamentos respectivos, pois são distintos) modelou/aram as concepções dominantes da história da região e dos atores sociais envolvidos no assunto que nos interessa aqui. No caso específico da zona canavieira de Pernambuco, sua versão do passado é comumente aceita como memória coletiva. José Lins do Rego, cuja obra, declaradamente literária, compõe o *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, goza de constante e imensa difusão. Gilberto Freyre, por sua vez, redigiu livros articulando de maneira original a história regional em dimensões interdisciplinares, constituindo sua obra um divisor de águas na historiografia. Ele é autor de uma descrição/explicação do passado regional que alcançou o nível de mito fundador.⁷ Esses dois autores dominam o campo das concepções mais divulgadas. São figuras tutelares e suas opções interpretativas, declaradas ou subjacentes, servem de balizas para qualquer olhar subsequente sobre a gênese da sociedade nordestina contemporânea.

7 Acompanhando a definição de Marilena Chauí: “O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente.” CHAUI, Marilena. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, p.10. Ele articula dois pólos na explanação: natureza e história.

Nesse contexto, o morador de engenho cristalizou potenciais definições mais amplas do que sua própria condição. Ora ele apareceria como fazendo parte de uma relação de trabalho não capitalista, de tipo pré-capitalista, talvez feudal, ou fruto de uma regressão histórica que atingiu a escravidão antiga; ora estaria inserido numa relação não capitalista, herdeira da brecha camponesa presente na época da economia escravista, ela mesma objeto de diversas propostas, capitalistas ou não, entre as quais o modelo do escravismo colonial. O morador poderia finalmente ser visto como um proletário, descendente e sucessor de outros trabalhadores explorados de longa data pelo capitalismo, na escala mundial, de diversas maneiras que não se acordam automaticamente com a definição estrita (ou talvez restritiva) do proletário puro, segundo a acepção marxista, senão marxiana, do termo: ameríndios submetidos à *'encomienda'*, *'indentured servants'* e *'engagés'*, *'coolies'* e trabalhadores *'livres'* sob contrato. Essa última interrogação sendo sugerida pelos historiadores da economia-mundo.

4.2 José Lins do Rego criador de um arquétipo

A literatura é uma reserva de significações sociais.

Lourival Holanda⁸

José Lins do Rego, um dos autores mais citados a respeito da história recente do mundo açucareiro, nasceu no dia 3 de junho de 1901, no engenho Corredor, município de Pilar, na Paraíba. Sua família fazia parte das elites sociais no mundo do Nordeste açucareiro. Embora a vida o conduzisse muito cedo e definitivamente

8 "As linhagens e as vertentes culturais em José Lins do Rego". In: *Suplemento Cultural ao Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Literatura da Seca, Ano XV, outubro de 2001, p. 5.

para ambientes citadinos,⁹ sua infância rural, repetidamente relatada em diversos romances, forneceu-lhe credenciais consideradas indiscutíveis para construir uma visão da sociedade canavieira que se transformaria, por meio de medidas administrativo-didáticas, em memória oficialmente coletiva de toda a região. Com efeito, não só sua obra conheceu, desde o início e até hoje, grande sucesso junto ao público, como ela foi incorporada aos currículos escolares, de maneira que grande proporção de gerações de pernambucanos o leram, aceitando-o como referência sobre uma época e uma região para muitos – agrestinos e sertanejos – desconhecidas.¹⁰

Todos os veículos de grande divulgação, como a imprensa, o têm como referência absoluta quando é evocado, até mesmo alusivamente, o mundo dos canaviais.¹¹ A tradução cinematográfica de várias obras, particularmente, *Menino de Engenho*¹² e *Fogo Morto*,¹³ numa época propensa ao audiovisual, valorizou sobremaneira, ao

9 Recife e Maceió, cidade onde ele foi fiscal de banco a partir de 1926, após breve permanência no Ministério Público de Minas Gerais. Sua convivência com Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda e outros autores favoreceu a redação do primeiro romance. Embora recusado por vários editores de renome, essa obra conheceu imediato sucesso de público e recebeu, no mesmo ano, o prêmio de romance da Fundação Graça Aranha. A partir de 1935, o autor morou no Rio de Janeiro, onde fez carreira.

10 O primeiro romance, *Menino de Engenho*, contava 50 edições em 2001, data do centenário de nascimento do autor. “José Lins do Rego ganha homenagem”, *DP*, 03.06.2001, p. 4.

11 Premiado pela Academia Brasileira de Letras, o livro de Luciano Trigo tem um prólogo de Ivo Léo “A pátria da imaginação”, que descreve a obra de José Lins do Rego como “um monumento [da nossa literatura] que é também um desdobramento local da vida social e humana do Brasil e do seu e nosso Nordeste”. In: TRIGO, Luciano. *Engenho e Memória. O Nordeste do Açúcar na ficção de José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, p. 12.

12 Filme de 1965, produzido por ninguém menos que Glauber Rocha e Walter Lima Jr, e dirigido pelo segundo, com música de Villa-Lobos e Alberto Nepomuceno.

13 Produzido por Miguel Borges, com a direção de Marcos Faria. A obra foi apresentada no teatro. Foram também realizadas uma minissérie de televisão feita a partir de *Riacho Doce*, e dois curtas-metragens sobre o próprio autor.

mesmo tempo que divulgou, obras tornadas, assim, clássicos obrigatórios a mais de um título. Tanto mais que seu autor, longe de permanecer na posição relativamente subalterna, porque feminina, de uma Margaret Beecher Stove,¹⁴ gozou de uma carreira prestigiosa,¹⁵ sendo eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 1955.

Nas páginas a seguir, serão esboçados alguns dos traços principais desse código, revelando a peculiaridade do relato. Alguma demora e detalhe se impõem, em virtude da qualidade matricial da obra. Implícita ou explicitamente, os romances de José Lins do Rego servem de referência, junto com os livros de Gilberto Freyre, para qualquer evocação posterior da zona canavieira e suas populações. Tratando-se dos moradores de engenho, a descrição permaneceu por muito tempo ilesa à crítica. Abundam as confirmações, citações, alusões que cristalizam as relações de trabalho nas plantações segundo as lembranças de infância de José Lins do Rego num conjunto de ideias preconcebidas finalmente hegemônicas. Seu caráter de classe evidenciar-se-á frente aos depoimentos de trabalhadores rurais da zona canavieira.

Referência, a obra de José Lins do Rego foi também pioneira. Pois o primeiro romance, publicado em 1932, *Menino de Engenho*,¹⁶ constituiu a “chave de uma obra que se revelou de importância fundamental

14 Autora de *A casa do Pai Tomás* (*Uncle Tom's Cabin*), obra de imensa divulgação e impacto social, consagradora de estereótipos duradouros, dois fatos que sugere essa aproximação.

15 Como o confirma um estudioso da obra: “José Lins do Rego, um herdeiro direto dos afortunados, dos que vieram no pavimento superior das naus, traria, exatos 400 anos após, um vasto e nostálgico painel de um bem delimitado período histórico; nostálgico porque é o próprio retrato da mutilação de seu poderio por entidades impessoais poderosas, doravante, sairia da história como latifundiário explorador para observá-la e descrevê-la como escritor.” CANUTO, Cláudio Accioly. *A decadência do patriarcado rural no ciclo-do-açúcar em José Lins do Rego*. Recife, UFPE (Dissertação de Mestrado em Sociologia), 1990, p. 9.

16 REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. [1932] 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

na história do moderno romance brasileiro”.¹⁷ A envergadura do autor como homem de letras já fora comparada à de Proust, aliás um de seus autores favoritos junto com Thomas Hardy.¹⁸ Mas não é essa dimensão que será brevemente tratada a seguir. Em vez disso, explorar-se-á uma qualidade que lhe fora imediatamente reconhecida pela crítica. João Ribeiro resenhou a obra sublinhando que “este livro pungente é de uma realidade profunda. Nada há que não seja o espelho do que se passa na sociedade rural.”¹⁹ Isto é, não apenas romances, o *Ciclo da Cana-de-Açúcar* é testemunho, espelho, relato.

Michel Espagne sublinha: “[o]s instrumentos intelectuais que abrem à historiografia novos campos de investigação podem também ser encontrados em domínios que pertencem à literatura ou pelo menos à crítica dos textos.”²⁰ Carlo Ginzburg, usando escritos literários como referências cardeais nos seus livros, concorda:

a literatura, inclusive a ficção pode ensinar-nos algo sobre a sociedade em que foi produzida e sobre o público ao qual se dirigia. A evidência literária pode ser extremamente valiosa, sobretudo se não existirem ou se forem poucas as evidências semelhantes, como é obviamente o caso da *Ilíada* e da *Odisséia*.²¹

Referência antiga, ilustre, que já fora evocada a respeito do autor. Nesse sentido, pode-se abordar a obra de José Lins do Rego,

17 LOUSADA, Wilson. “Breve Notícia. Vida de José Lins do Rego”. In: REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. xii.

18 Declaração de Paulo Prado a Blaise Cendrars. Idem, p. x. O autor encena seu encontro com a obra de Hardy em *Banguê*. [1934] Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 117.

19 Citado por Wilson Lousada. “Breve Notícia. Vida de José Lins do Rego”. Op. cit., p. xii.

20 ESPAGNE, Michel. Resenha da obra de Willi Bolle, *Physiognomik der modernen Metropolen*. (Köln, Weimar, Wien: Böhlau Verlag, “Europäische Kulturstudien”, 6, 1994) “Comptes rendus”. In: *Annales*, n. 4, juillet-août 1995, p. 816.

21 Entrevista concedida a Jean Marcel Carvalho França, “O Historiador globalizado”. In: *Folha de São Paulo, Caderno Mais!*, 10 de setembro de 2002, p. 6.

obedecendo ao alerta de Carlo Ginzburg: considerando-a como construção, isto é, a expressão de uma visão de classe defendendo seus interesses,²² em vez de – como é geralmente pregado – formulação autêntica absoluta do passado regional, válida para todos. Pois o grande historiador italiano continua:

Ao lidar com tais poemas ou com qualquer outra obra de ficção, não devemos esquecer que não estamos diante de uma descrição literal de uma sociedade real: são construções que atendem a um propósito determinado, que obedecem a certos códigos e assim por diante. Isso, todavia, pode ser dito sobre qualquer tipo de evidência, incluindo os inventários notariais ou os levantamentos estatísticos. Nenhum desses documentos é objetivo de uma maneira simples, neutra, mas todos podem ser utilizados na construção de uma imagem crítica (objetiva) de uma dada sociedade.

Ele recomenda aprender

o código que norteou a construção da evidência. De outro modo, corremos o risco de ler a evidência – um romance ou um levantamento estatístico – de uma maneira impressionista, superficial.²³

Certas obras literárias, tanto quanto inventários ou tabelas de estatísticas, constituem, desse modo, fontes úteis para a análise histórica. Elas podem, como é o caso, permear o senso comum, constituir um pano de fundo do entendimento de dada época, que não se questiona. Sua utilização cuidadosa fornece, portanto, em virtude da própria codificação – como diz Carlo Ginzburg – de seu discurso, indicações diretas sobre o panorama social constituído e a forma

22 Ver CANUTO, C. A. “A decadência do patriarcado rural no ciclo-do-açúcar em José Lins do Rego”. Op. cit., p. 38 *et ss.* e p. 88 *et ss.*, que desenvolve o estudo a partir dos paradigmas estabelecidos por Lucien Goldman, em termos da visão do mundo expressa por uma classe.

23 “O Historiador globalizado”. Op. cit., p. 6.

como ele é teorizado em dado momento. Segundo Laurent Monnier, “[o] romance africano, pela liberdade de representação dos discursos que autoriza a ficção, é o lugar onde se percebem melhor atualmente os elementos de uma teoria africana da política na África.”²⁴ Sem pretender assimilar situações bastante diferentes, me parece que os romances de José Lins do Rego poderiam enquadrar-se no mesmo âmbito. Senão uma teoria da política, talvez da sociologia, pois eles foram, muitas vezes, designados como “documento sociológico.”²⁵

O analista José Aderaldo de Castello sublinha o “grande interesse social regionalista” da obra,²⁶ herdeira, da influência freyriana, pois ambos os autores dialogaram ao longo de vários decênios, pessoalmente e nos seus escritos; irmãos de classe e, portanto, de percepção, senão de perspectiva. Suas obras reverenciadas construíram, dos anos 1930 aos 1980, a leitura aprovada da realidade social da região, considerada como problemática e passível, no mínimo, de reformas. Os escritos desses autores serviram de referência obrigatória para justificar tomadas de posição dos diversos atores sociais.

4.2.1 O Ciclo da Cana-de-Açúcar

Menino de Engenho (1932), *Doidinho* (1933),²⁷ *Banguê* (1934),²⁸ *O Moleque Ricardo* (1935),²⁹ *Usina* (1936).³⁰ Após outras obras sobre

24 MONNIER, Laurent. “Politique africaine au miroir du roman”. *Apud* REALINI, Xavier “‘L’Etat honteux’, du romanesque au politique”. In: *Genève-Afrique*. XXIII, 1, 1985, p. 87.

25 OTTO MARIA CARPEAUX, citado por Wilson Lousada, “Breve Notícia. Vida de José Lins do Rego”. Op. cit., p. xvi.

26 CASTELLO, José Aderaldo de. “Introdução aos romances de José Lins do Rego”. In: REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. xx.

27 REGO, José Lins do. *Doidinho*. [1933]. Rio de Janeiro: José Olympio, (19ª ed.) 1979.

28 REGO, José Lins do. *Banguê*. Op. cit.

29 REGO, José Lins do. *O Moleque Ricardo*. [1935]. Rio de Janeiro: José Olympio, (20ª ed.) 1995.

30 REGO, José Lins do. *Usina*. [1936]. Rio de Janeiro: José Olympio, (13ª ed.) 1993.

diversos assuntos,³¹ o autor voltou a tratar da região canavieira em *Fogo Morto* (1943).³²

Comparando José Lins do Rego a Graciliano Ramos, um de seus mais distintos comentaristas, José Aderaldo Castello, qualifica a obra de

depoimento pessoal [sobre] a decadência do patriarcado rural da zona açucareira do Nordeste e para fixar o triunfo, sobre tal derrocada, da industrialização do açúcar sob processos mecânicos avançados, com a usina, devoradora de engenhos – como os engenhos o foram dos banguês – e criadora de novo sistema de latifúndio e servilismo.³³

Continua, aludindo, fato excepcional, aos trabalhadores rurais:

Concomitantemente, ao lado dessas profundas transformações, põem-se em evidência as tradições, os valores morais, as condições dos trabalhadores do eito etc., tudo sujeito também a mudanças ou alterações profundas, quando não esquecido ou desprezado, acorrentando o desfiguramento da paisagem física e social.

Em poucas linhas, resumiu o conteúdo de uma obra evocada aqui apenas no que ela traz de preciso sobre esses assuntos, embora seu espectro seja obviamente muito mais vasto.

4.2.2 “O trovador trágico da província”³⁴

A obra de José Lins do Rego era também depoimento. Autêntico porque pessoalmente vivido, mas que pretendia a uma abrangência

31 REGO, José Lins do. *Pureza*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937. *Pedra Bonita*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. *Riacho Doce*. Rio de Janeiro; José Olympio, 1939. *Água Mãe*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

32 REGO, José Lins do. *Fogo morto*. [1943]. Rio de Janeiro: José Olympio, (40ª ed.) 1992.

33 CASTELLO, J. A. “Introdução aos romances de José Lins do Rego”. Op. cit., p. xcii.

34 Otto Maria Carpeaux, *apud* W. Lousada, “Breve Notícia. Vida de José Lins do Rego”. Op. cit., p. xvi.

social ampla, dando conta de realidades diversas implícitas no termo “paisagem”. Atribuiu-se-lhe logo o sentido do regionalismo, movimento do qual o autor participou,³⁵ que estava carregado tanto dessa dimensão de autenticidade ligada ao narrador individual, quanto de valores universais (outra temática amplamente repetida pelos vários comentaristas).³⁶

Compreender a “alma de sua terra”, descobrir sua identidade também era a preocupação de José Lins do Rego. Para ele, organizar a memória pessoal era organizar a própria memória regional, já que esta era esse recorte espacial que nascia da empatia; uma maneira de ser, ver, sentir, falar que se expressava através de seu povo.³⁷

O que a obra tem de peculiar e até mesmo de exótico, para leitores de outras regiões, é, dessa forma, reconciliado, quiçá justificado, por permitir um diálogo nacional, escala consolidada concomitantemente ao nível das representações, inclusive por meios culturais, a exemplo da gigantesca contribuição de Euclides da Cunha. Pois ao afirmar-se portadora de “valores regionais”, ela garante uma mais justa representatividade territorial local no concerto, ainda em processo de confecção, da sinfonia nacional, para acompanhar a metáfora musical desenvolvida por Mário de Andrade no seu comentário sobre *Fogo Morto*.³⁸

Regionalismo para ele não é a simples fotografia de traços típicos ou característicos de uma região. É muito mais. É o depoimento sentido, profundamente humano e lírico da

35 Embora rejeitasse a denominação: “Que não o chamassem de escritor regionalista, caracterização que abominava com veemência, pensando que o rótulo diminuía o valor de sua obra.” FARIA, Gentil de. “José Lins do Rego, um contador de histórias”. *Folha de São Paulo, Caderno Mais!*, 03.06.2001, p. 22.

36 CASTELLO, J. A. “Introdução aos romances de José Lins do Rego”. Op. cit., p. xcii.

37 ALBUQUERQUE, D. M. de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 133.

38 ANDRADE, Mário de. “Fogo morto”. In: REGO, J. L. do. *Fogo morto*. Op. cit., p. xxiv.

própria natureza e das condições humanas sob contingências telúricas e sob os efeitos de transformações econômicas e sociais. É a alteração de valores, ao mesmo tempo em que a fixação de tradições, assim como também a compreensão de aspectos esclarecedores da realidade brasileira, convergindo para o interesse da posição humana.³⁹

A leitura do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, como contribuição à constituição de uma consciência/identidade regional, com ambições de vulto nacional e mesmo universal, justificaria assim sua inserção nos currículos escolares, na medida em que ela ofereceria, de modo facilitado e autenticado pela forma artística, uma consciência de cidadão. Em resumo, memória, a obra é também lição cívica. Mas, a opção regionalista comporta diversas variáveis, como alerta Lourival Holanda: “A palavra regionalismo tem sido adulterada no Brasil em quase todos os seus sentidos. Regionalismo em literatura passou a ser uma limitação, um esforço quase de caricatura.”⁴⁰ O autor sublinha que o sentido atual não é mais apenas de excentricidade (fora do “eixo São Paulo-Rio de Janeiro”).

No caso do Nordeste e, portanto, da zona canavieira de Pernambuco, esta excentricidade está temperada, segundo José Lins do Rego e Gilberto Freyre, por uma centralidade histórica, como lugar inicial em termos de colonização europeia com sua tomada territorial para a agricultura de exportação. A região é, desta feita, também portadora de matriz em termos de organização social: latifúndio monocultor e mão de obra sujeita. São forjadas referências imbuídas de reminiscências, valores e costumes oriundos da sociedade muito peculiar que surgiu lá.

Ser regional não é só suspirar de saudades e criar, sobre o passado, uma imagem compensatória, como contraponto às

39 CASTELLO, J. A. “Introdução aos romances de José Lins do Rego”. Op. cit., p. xciv.

40 HOLANDA, L. “As linhagens e as vertentes culturais em José Lins do Rego”. Op. cit., p. 5.

aguras do presente. Sobretudo esquecendo as arbitrariedades e injustiças de um mundo carregado de cruzeiras de classes e categorias sociais.⁴¹

Lourival Holanda propõe abordagens sutis em termos literários para transmitir emoções, suportar percepções: “Basta que se pense nessa sensibilidade às coisas do povo, às variadas vivências e na necessidade de encontrar, a cada vez, uma linguagem que dê conta das nuances culturais.”⁴² Comparando José Lins do Rego com Homero pela sua capacidade inovadora na expressão “de um povo”, elevando a “poética da oralidade” a um marco inédito, o estudioso valoriza uma contribuição e méritos literários inquestionáveis. Mário de Andrade já saudou

na análise magistral do mestre José Amaro, Lins do Rego nos dá um personagem popular e analfabeto, sem o primarismo falso, este sim, primarismo analfabeto, com que os nossos romancistas “sociais” concebem e expõem o homem do povo como um ser de psicologia fácil, precária e lógica. Precários são eles! O homem do povo é o indivíduo de psicologia mais complexa e mais delicada que há.⁴³

Evocação do povo, no sentido de toda a sociedade.

Analista ímpar da obra de Euclides da Cunha como elemento decisivo na construção da identidade nacional que abasteceu, se não inspirou, José Lins do Rego como toda a sua geração, Lourival Holanda talvez atribua ao *Ciclo da Cana-de-Açúcar* o mesmo papel que o grande mestre de *Os Sertões* teve em outra escala: colocar no palco da História nacional populações até então ausentes, humana se não economicamente, dando-lhes relevo, personalidade, expressão. Incorporando-as ao elenco dos heróis/atores edificadores da

41 Ibidem.

42 Ibidem.

43 ANDRADE, M. de. “Fogo morto”. Op. cit. p. xxv.

construção nacional. Embora impregnados de posturas eugênicas,⁴⁴ tão divulgadas na época em que escreveram e de considerável peso na determinação de parâmetros na disciplina histórica, como será visto a seguir,⁴⁵ esses dois autores poderiam ser associados talvez na dimensão do reconhecimento – embora desigual, hierárquico – respeitoso, pelo menos em relação às populações rurais sertanejas.

Na obra de Euclides da Cunha e principalmente em *Os Sertões*, Lourival Holanda destacou o impacto de um observador genial para a construção da identidade nacional. Sua arte permitiu ao escritor superar sua época. Portador dos preconceitos de seu tempo e de sua formação, além de funcionalmente associado às forças opostas (em nome do progresso e da nação republicana) aos seguidores do Conselheiro, ele foi conquistado, ‘à son corps défendant’, pelos sertanejos aos quais era confrontado. O estudioso mostra que “a descoberta real do outro foi, em Euclides, um abalo, um sismo que fendia a suposta integridade de sua ideologia.”⁴⁶ Pois, como sublinhara Robert M. Levine:

[S]uas descrições caprichadas da resistência tenaz dos rebeldes “subumanos”, frente aos canhões Krupp do exército federal,

44 A respeito dessa corrente do pensamento científico, ver o estudo de Carlos Alberto Cunha Miranda, *Uma estranha noção de ciência: evolução e repercussões do pensamento eugênico no Brasil*, Recife, 2003, cujo manuscrito o autor colocou gentilmente a minha disposição. Carlos Miranda dá a seguinte definição dessa corrente, teorizada inicialmente por Francis Galton (1822-1911) e que ganhou seguidores em muitos países, inclusive no Brasil: “O eugenismo ambicionava substituir a seleção natural, pela seleção racional dos elementos humanos melhores dotados.” p. 3. Ver também: POLIAKOV, Leon. *O mito ariano*. São Paulo: Perspectiva, 1974; e GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, entre outras obras desse especialista da História das Ciências, que fornecem um contexto amplo para essa problemática.

45 5.1. O evolucionismo na sucessão dos modos de produção. 5.1.1. História evolucionista. A ocidentalização do passado.

46 HOLANDA, Lourival. *Fato e Fábula. Uma leitura dos “Sertões”*. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1999, p. 1.

provocaram um respeito profundo pelos homens e as mulheres que ele chamou de “pedra fundadora de nossa raça”.⁴⁷

Estudando minuciosa e delicadamente *Os Sertões*, Lourival Holanda revela na escrita de Euclides da Cunha essa “crise – o abalo nos referenciais onde estavam assentadas suas certezas.”⁴⁸ O alcance da obra é imenso e seu efeito fundador. Ela “inaugura um tempo novo – tempo de alargamento da vontade interpretativa que quer agora abranger a nação,”⁴⁹ pois “[a] partir do episódio de Canudos, quer dar a ler o Brasil.”⁵⁰ A genialidade do escritor, sua sincera atenção dedicada a eventos de intensidade rara, onde humanos – os sertanejos – superam seus próprios horizontes e desafiam o senso comum pela sua capacidade e força de caráter, resultam na obra prima que desvendou a nação plural para muitos leitores brasileiros de mentalidade costeira. Ela sugere uma fusão cultural com o mais imprevisível, senão improvável, dos parceiros para elites orgulhosas de sua origem (oficialmente) europeia, segundo o credo eugenista, e fundamentalmente orientadas para o ultramar. São “bárbaros”⁵¹ surgidos das entranhas mesmas do con-

47 LEVINE, R. M. “Elite Perception of the Povo”. Op. cit., p. 210.

48 HOLANDA, L. *Fato e Fábula*. Op. cit., p. 91.

49 Idem, p. 122.

50 Idem, p. 126.

51 O termo entra na definição do vaqueiro, com o determinismo geográfico presente no pensamento de Euclides da Cunha: “Reflete [...] a própria natureza que o rodeia [...] É inconstante como ela. É natural que o seja. Viver é adaptar-se. Ela o talha à sua imagem: bárbaro, impetuoso, abrupto.” CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 20ª ed., 1998, p. 117-118. O qualificativo, de conotações tão extremas do ponto de vista histórico, é reiterado, em diversos momentos, às vezes com conotações eugênicas, aplicadas ao próprio Antônio Conselheiro, “Documento Vivo de Atavismo” (título do IV Cap., p. 142). Essas ideias são constantes: assim, a respeito de um “mestiço de bravura inextinguível e ferocidade rara [...] lutador primitivo [...] um belo caso de retroatividade atávica [...] esse bárbaro ardiloso”, p. 248; “cidade bárbara”, p. 392; “três séculos de barbárie”, p. 440 et ss. Neste mesmo trecho, Euclides da Cunha usou o epíteto

tinente. Estranhos, profundamente; no entanto, admiráveis pela sua valentia, hombridade.⁵² O “jagunço” de Euclides da Cunha é o sertanejo armado e determinado.⁵³ Ele aparece quando precisa, em ação defensiva individual ou coletiva:

O soldado expugna uma palhoça pobre em busca de farinha e carne seca; o jagunço expõe seu valor na defesa dela. Enquanto um assalta a casa, é tomado de assalto pelo aparecer súbito do dono, a defendê-la.⁵⁴

Lourival Holanda mostra como *Os Sertões* deixam transparecer, através da complexa estrutura e escrita, o respeito do autor e dos soldados empenhados em lutar contra os defensores de Canudos, para com esses derrotados. É-lhes reconhecido o “heroísmo dos

como injunção: “Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tensa, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários.” Ibidem. Com isso, ele abre um futuro positivo para as populações sertanejas. O julgamento seguro do autor não poupe a tropa regular quanto à ética do comportamento. Descrevendo, sem eufemismo pudico, as execuções sumárias cometidas por ela, comenta: “Apesar de três séculos de atraso os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades.” p. 474.

52 Euclides da Cunha fornece um retrato inteiramente positivo, mostrando as qualidades que prezava e nas quais o País podia investir, na pessoa do velho patriarca de Cansanção: “Antítese do facínora precoce de Queimadas, revelava, animadora, esta robustez miraculosa, esta nobreza orgânica completada por uma alma sem refulhos, tão característica dos matutos, quando os não derrancam o fanatismo e o crime.” Idem, p. 442.

53 Na mesma linha de raciocínio, pode-se pensar em toda a controvérsia nutrida por várias contribuições de todas as ordens em torno da figura de Lampião. Para uma análise primorosa do fenômeno do Cangaço e de suas leituras contemporâneas, ver GRUNSPAN-JASMIN, Elise. *Lampião, vies et morts d'un bandit brésilien*. Paris: PUF, 2001. (*Lampião. Senhor do Sertão*. São Paulo: Edusp, 2006). E “Nordeste: uma região ‘doente’ do cangaço. Lampião: entrave a um projeto de nação ‘unida’ e ‘civilizada’?”. *Clio Revista de Pesquisa Histórica*. No. 19, Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001, p. 65-93.

54 HOLANDA, L. *Fato e Fábula*. Op. cit., p. 20-21.

vencidos”⁵⁵ que, através da obra literária, os imortaliza. Euclides da Cunha atribui esse efeito à admiração a que os sertanejos impelem seus adversários: “Em muitos despontou, ao cabo, irreprimível e sincero entusiasmo pelos valentes martirizados. Não o encobriam. O quadro que se lhes oferecia imortalizava os vencidos.”⁵⁶ E o analista realça o resultado extraordinário de tão cruel empreendimento militar: “São os vencedores que se rendem – soldados assombrados pelas façanhas fantásticas dos jagunços.”⁵⁷ Nos epítetos, Euclides da Cunha expressou essa mistura de estranhamento e admiração, apesar dos cânones oficiais de Ordem e Progresso: sagaz, o sertanejo é também “mais tenaz; é mais resistente; é mais perigoso; é mais forte; é mais duro”.⁵⁸ Suas competências bélicas óbvias o qualificam como desafiador vitorioso às catalogações eugênicas.⁵⁹ Finalmente, a sorte dos combatentes é reduzida à dimensão de um conflito apenas humano, entregue a “ambas barbáries”. Delineia-se um sentimento de respeito mútuo por parte do narrador, tão contrário aos parâmetros oficiais.⁶⁰ A vala comum abriga doravante “indistintos, soldados e jagunços, pela morte enfim irmanados”.⁶¹ Pois quem está em cena, afinal, é o povo.

55 Idem, p. 33.

56 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. cit., p. 486.

57 HOLANDA, L. *Fato e Fábula*. Op. cit., p. 33.

58 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. cit., p. 118.

59 Embora se note um “flerte”, como afirma Carlos Miranda, entre Darwin e o eugenismo, ele não estabelece comparações de cunho racista. MIRANDA, C. A. C. *Uma estranha noção de ciência*. Op. cit., p. 16. Seu legado, no entanto, abastecerá estudiosos, escritores e políticos que se aproveitariam do selo científico que seu nome evoca, para usá-lo, às vezes, com propósitos inconfessáveis.

60 HOLANDA, L. *Fato e Fábula*. Op. cit., p. 62.

61 *Apud* idem, p. 49. Com o mesmo sentido, ver o trecho contando as conversas entre adversários, nas trincheiras cercando Canudos, similares às que meu avô, Henri Dabat, contava sobre a guerra de 1914-18. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. cit., p. 461. Ver, também, a respeito da procura por água, no fim do cerco: “Estes episódios culminaram o heroísmo dos matutos. Comoviam, por fim, aos próprios adversários.” Idem, p. 486.

Fractais, esses fragmentos benjaminianos, evidenciados por Lourival Holanda na narrativa de Euclides da Cunha, expõem “a retração e a recuperação do imaginário do país profundo. Isso estadeia a estrutura do texto euclidiano, pretendendo prender o real nacional numa rede imagética.”⁶² Mais precisamente: “A poética euclidiana é uma ousada aposta verbal para dar a realidade em imagens – e dar, às imagens, sua realidade”.⁶³ Em suma, segundo o analista, que compartilha a visão do autor de *Os Sertões*, “[a]o mesmo tempo que quer construir o verdadeiro retrato do país, variado e vibrante: ‘Os Sertões’ fazem aparecer, na grande diversidade de traços, um Brasil real, integrado”.⁶⁴

Um Brasil que se integrava, sem dúvida. E a integração euclidiana era imensa, fundamental. Mas era uma integração parcial, além de obviamente regional, sertaneja; seria tentada a dizer excludente. Pois nem abrangia todos os rurais do Nordeste. Assim, ao enaltecer o habitante da caatinga, Euclides da Cunha rebaixava, em contraste, o canavieiro.

O sertanejo é, antes de tudo, um forte [...] cuja energia contrasta o raquitismo exaustivo dos mestiços enervados do litoral. Surge naquelas paragens com a feição firmemente acentuada de um lidador energético.⁶⁵

Se o sertanejo valente encontrava-se, finalmente, a salvo da condenação eugênica,⁶⁶ o fora apenas como de um erro de classificação,⁶⁷

62 HOLANDA, L. *Fato e Fábula*. Op. cit., p. 203.

63 Idem, p. 197.

64 Idem, p. 86.

65 Lourival Holanda confronta duas redações do punho de Euclides. Idem, p. 191.

66 Os seguidores do Conselheiro são figuras associadas aos “místicos lidadores da média idade. O paralelo é perfeito. Há nas sociedades retrocessos atávicos notáveis”, pois, ironicamente, parecem ter contaminado as tropas republicanas, em termos de periodização, já que sua luta seria uma “cruzada”, os transformando em “modernos templários”. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. cit., p. 395-396.

67 Euclides demonstrou surpresa frente à coragem dos vencidos, “estóicos, inquebráveis” que “[se] revestiam de serenidade estranha e uniforme, inexplicável

mas não com um questionamento radical da escala de valores reafirmada pela Escola de Nina Rodrigues.⁶⁸ Aos moradores de engenho, ela se aplicaria sem redenção possível. Quiçá, o canavieiro sofreu uma reativação da teoria dos climas iluminista fortalecendo as bases positivistas/eugênicas⁶⁹ desafiadas pela experiência relatada em *Os Sertões*. Euclides era homem de seu tempo. Na virada do século XIX para o XX, o ideal cientificista mais do que propriamente positivista – pois Auguste Comte havia devidamente alertado contra a tentação cientificista – abrangia tudo. Eufóricas com as provas concretas de sua potência técnica, as elites ocidentais tratavam os humanos como espécies domésticas, passíveis de melhoria.⁷⁰ Alain Morice lembra como concepções, hoje condenadas como racistas, eram então compatíveis com posicionamentos politicamente engajados. O próprio Zola,⁷¹ ‘dreyfusard’ destemido, manifestara “esse racismo [que] não carrega ódio”⁷²: “uma visão essencialista do

entre lutadores de tão variados matizes, e tão discordes caracteres, mestiços de toda a sorte, variando, díspares, na índole e na cor. Alguns se aprumavam, com altanería incrível, no degrau inferior e último da nossa raça.” Em seguida fala de “[u]m negro, um dos raros negros puros”. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. cit., p. p. 475-6. Ênfase minha.

68 Encarregado de estudar a cabeça de Antônio Conselheiro. SCLIAIR, Moacyr. “Metamorfose das raças”. In: *Caderno Mais! Folha de São Paulo*, 01.12.2002, p. 18.

69 Euclides “[r]ecorria, em suas cartas aos amigos e ao pai, a esta imagem da linha reta para expressar sua fidelidade aos princípios éticos, ancorada na crença no progresso linear e inelutável da humanidade.” VENTURA, Roberto. “Euclides Conselheiro da Cunha”. In: *Caderno Mais! Folha de São Paulo*, 01.12.2002, p. 14.

70 No Brasil, seus êmulos, como Oliveira Vianna, proclamavam, em 1920, que “[o] cruzamento das raças humanas é um problema de zootechnia, como o cruzamento das raças animais”. VIANNA, F. J. Oliveira. “O povo brasileiro e sua evolução”. Op. cit., p. 341.

71 Na sua grande obra retratando os Rougon-Macquart, particularmente nos últimos volumes. Entre outros nomes famosos do período que cederam ao fascínio pelo eugenismo, embora seu posicionamento político fizesse esperar a atitude inversa, pode-se mencionar Margaret Sanger, feminista e defensora da contracepção.

72 MORICE, Alain. “Mysticisme, scientisme et messianisme. La rédemption de la ‘race ouvrière’ vue par Emile Zola”. In: *Le Monde Diplomatique*, octobre 2002, p. 24.

mundo – e é a única que reina então. Será preciso esperar cinquenta anos para que um pensamento não-racista do mundo se desenhe, quando da derrota do nazismo”.⁷³

Resta a saber se José Lins do Rego oferece, para a Zona da Mata e sua população, uma solução complementar ao magnífico resgate iniciado por Euclides da Cunha, no sentido de salvar todo o povo brasileiro dos abismos do eugenismo. Existem pontos de encontro: o mesmo fascínio pelos sertanejos (jagunços, cangaceiros) aparece com frequência no *Ciclo da Cana-de-Açúcar*. Foi notado por um comentarista:

A sedução que o romancista sempre sentiu por aquela temática característica da paisagem nordestina dos sertões ou da caatinga, envolvendo homens de impressionante resistência física e moral, cheios de arroubos místicos e fúria destruidora, fixou-se, certamente, tanto quanto a temática do ciclo da cana-de-açúcar, durante suas experiências da infância, nos contatos posteriores com a região e com toda uma vigorosa criação folclórica e literária.⁷⁴

O nobre sertanejo aparece sempre como um contraponto positivo a seu conterrâneo da Zona da Mata. O primeiro é novamente alvo de descrições, senão elogiosas pelo menos respeitosas, talvez em função de características que lhe são atribuídas:⁷⁵ a competência bélica, pois são homens armados⁷⁶ e propensos ao misticismo,

73 Ibidem.

74 CASTELLO, J. A. “Introdução aos romances de José Lins do Rego”. Op. cit., p. lviii-lix.

75 A Profa Lylia da Silva Guedes Galetti evidenciou, na sua tese, o quanto a documentação administrativa e política se distancia dessa admiração, contida ou não, dos textos literários.

76 Euclides os compara aos ‘chouans’, rebeldes do sudoeste da França que conduziram uma longa e custosa guerrilha contra o governo revolucionário. Neste sentido, eles representavam o atraso histórico; “desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional.” CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. cit., p. 222, 417 e 437, respectivamente.

dois componentes prestigiados no imaginário ocidental, como o mostrou Jacques Le Goff.⁷⁷ Essas mesmas características, contudo, não são reconhecidas aos canavieiros. Inclusive em situações em que eles manifestam precisamente ambas as qualidades: bélica e mística. Num episódio relatado em *Usina*, surge um fenômeno de intensa fé popular entre os moradores de um engenho. Embora afirmasse que “não estava empatando em coisa nenhuma, fazendo barulho, podiam rezar da maneira que quisessem”,⁷⁸ o plantador, incentivado pela autoridades religiosas e preocupado com a resistência dos trabalhadores, adotou medidas violentas:

O povo era bom, com um grito dele deixariam as cinzas da casa de Feliciano. Bastava mandar limpar a terra e tudo ficaria como dantes.

No outro dia o vigia, que fora mandado para debandar o povo, chegou na usina assombrado, porque as velhas, os homens e os meninos tinham corrido para cima dele como feras. Só não morrera porque abrira nas pernas.

O Dr. Juca mandou então uns cinco cabras, armados de rifle, para dar fim ao milagre do Alto da Areia. E não tardou a chegar a notícia alarmante: dois vigias mortos e muita gente do povo ferida. O povo estava armado de enxada, chuços, espingarda de caçar passarinho. Não havia quem pudesse com aqueles cordeiros enfurecidos.⁷⁹

Os trabalhadores de campo estavam todos parados. A usina, de fogo apagado. Prejuízos por cima de prejuízos. Só havia mesmo um jeito, para os dirigentes da fábrica: era atacar com energia. E uns cem homens armados marcharam então para

77 LE GOFF, Jacques. “Le désert-forêt dans l’Occident médiéval”. In: *L’imaginaire médiéval*. Paris: Gallimard, 1985, p. 59-75. Também: *A Civilização do Ocidente Medieval*. v. 1. Lisboa: Estampa, 1983, Cap. VI “Estruturas Espaciais e Temporais (Séculos X-XIII)”, p. 169-191.

78 REGO, J. L. do. *Usina*. Op. cit., p. 144.

79 Idem, p. 146.

investir contra os pobres devotos das cinzas que o fogo de Deus havia feito.

Da usina se ouviu o pipocar do tiroteio, como girândola de fogo no ar.

Alguns fanáticos na usina Bom Jesus se armaram e ameaçaram destruir o grande estabelecimento industrial. Mas a polícia chegara em tempo de evitar a desgraça, dissolvendo os amotinados. O povo havia sido iludido, acreditando no que não devia acreditar. E elogiaram a energia do usineiro.⁸⁰

Não há qualquer dúvida na análise em termos de classe: o patronato e as autoridades não podiam permitir uma ameaça à produção, mesmo benigna e bem intencionada inicialmente. O preço pago pelos trabalhadores rurais em razão de sua fé mística é terrível. Ela não lhes propicia indulgência ou tolerância por parte dos empregadores. Tampouco do escritor.

Nas representações, os mesmos elementos que salvaram os sertanejos da lixeira eugênica, em Euclides da Cunha bem como em José Lins do Rego e seus comentaristas, não garantem igual redenção aos canavieiros. Nem misticismo popular, nem luta armada são, nesse caso, inspiradores de respeito e consideração. Nenhum sentido épico é dado a um episódio, embora corresponda perfeitamente a muitos dos que, seja em Canudos, seja no cangaço,⁸¹ valorizavam os habitantes da caatinga. Pois, a luta de classes está explícita no paradeiro e na ameaça às instalações patronais. Mesmo com o invólucro religioso, o posicionamento dos cortadores de cana não passa de um caso de polícia. Os meios conservadores utilizariam amplamente este argumento nos anos que antecedem o golpe militar de 1964. Ele o justificaria.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ GRUNSPAN-JASMIN, E. *Lampião, vies et morts d'un bandit brésilien*. Op. cit.

No entanto, por mais fascínio que ambos os autores sentissem pelos sertanejos/jagunços, eles nunca perdem de vista a estranheza⁸² intrínseca a esses produtos humanos, para adotar a visão da época, pois são carregados de miscigenação e atraso (por serem rurais, interioranos), pecados imperdoáveis frente ao “credo do homem branco”:⁸³ eugenia e progresso.⁸⁴ Como o afirma o Dr. Olegario de Moura, numa palestra sob a égide da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918: “Nacionalismo é querer um Brasil sempre unido e forte, progressista, saneado e eugenizado em caminho seguro para a civilização.”⁸⁵

A escrita de José Lins do Rego reflete perfeitamente a dupla ambição que Lourival Holanda analisa: um “equilíbrio entre o espontaneísmo das memórias e a elaboração literária”, bem como o desejo muitas vezes expresso pelo autor: “o intuito de aproximação ao povo”, atitude surpreendente talvez até hoje. Todavia, a expressão autêntica do povo na zona canavieira, com predominância dos trabalhadores rurais, só pode ser reconhecida na dimensão de uma

82 O próprio Euclides enfatiza essa percepção: “O jagunço começou a aparecer como um ente à parte, teratológico e monstruoso, meio homem e meio trasgo; violando as leis biológicas, no estadear resistências inconceptíveis; arrojando-se nunca visto, intangível, sobre o adversário; deslizando, invisível, pela caatinga, como as cobras; resvalando ou tombando pelos despenhadeiros fundos, como espectro; mais leve que a espingarda que arrastava; e magro, seco, fantástico, diluindo-se em duende, pesando menos que uma criança, tendo a pele bronzeada colada sobre os ossos, áspera como a epiderme das múmias...” CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. cit., p. 418.

83 RUSCIO, Alain. *Le Credo de l'homme blanc*. Bruxelles: Complexe, 2002.

84 Ver também HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire e LIAUZU, Claude. *Transmettre les passés. Nazisme, Vichy et les conflits coloniaux. Les responsabilités de l'université*. Paris: Syllepse, 2001; e BANCEL, Nicolas, BLANCHARD, Pascal, HOETSCH, Gilles, DEROO, Éric e LEMAIRE, Sandrine. *Zoos humains XIX et XXe siècles*. Paris: La Découverte, 2002.

85 BRAZIL-MEDICO, Ano XXXII – Rio de Janeiro, 20 de abril de 1918, p. 127. In: MIRANDA, C. A. C. *Uma estranha noção de ciência*. Op. cit., p. 26.

intenção, pois tanto José Lins do Rego quanto Mário de Andrade “apostam na imagem que fabricam do povo.”⁸⁶

Lourival Holanda propõe generosamente uma leitura da obra de José Lins do Rego, inspirada naquela que fez de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Sem dúvida, a perspicácia evidenciada nessa abordagem traz luzes fundamentalmente esclarecedoras sobre o *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, e permite realçar o que de positivo trouxe, historicamente, ao (re)conhecimento dos trabalhadores rurais da zona canavieira no período pós-escravidão. No entanto, gostaria de destacar aqui a ambiguidade fundamental desse efeito revelador, em virtude da carga que traz o ponto de vista da classe à qual o autor pertence e que colore fortemente sua narrativa. Talvez seja minha incapacidade de ler para além dessa trama óbvia e assumida, da mesma forma que Lourival Holanda conseguiu ler para além da grade positivista, estadista de Euclides da Cunha, para descobrir a riqueza da obra em termos de sua competência para instalar, no palco da história nacional, o equivalente canavieiro da imensidão povoada de *Os Sertões*.

Ofuscante está, em José Lins do Rego, o peso dos termos da argumentação patronal contra os interesses imediatos dos cortadores de cana. A mensagem de classe e a idealização de um passado banal e quotidianamente muito cruel é, ademais, totalmente desprovido de sentido épico compensatório (a exemplo de *Os Sertões* para os sertanejos). Com efeito, tal dimensão é, sem dúvida, geradora de respeito, senão de consideração ou de sentimento de igualdade. Canudos desafiou a mente científica e progressista de Euclides da Cunha. Obrigou-o a reconsiderar muitas de suas crenças e julgamentos. Seu gênio ofereceu/restituiu ao povo brasileiro/sertanejo a

86 HOLANDA, L. “As linhagens e as vertentes culturais em José Lins do Rego”. Op. cit., p. 5.

imensidão e grandeza de sua realidade e, portanto, de seu futuro. Assim, Homero paira sobre o feito.

Mas não me parece que José Lins do Rego seja tocado por algo até mesmo remotamente parecido, a não ser em termos de classe. Pois sua descrição das populações da Zona da Mata continua implacavelmente permeada do ponto de vista dos proprietários e empregadores, antigos senhores escravocratas. Através do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, a repetição incansável (realçada por Mário de Andrade⁸⁷) fornece certo retrato dos trabalhadores. Como já foi mencionado, a classe dominante, na virada do século XIX ao XX, tem da classe dominada uma visão que veste os traços muito peculiares da eugenia. José Lins do Rego segue Euclides da Cunha na redenção dos sertanejos; também o acompanha no rebaixamento das populações da Zona da Mata, com infinita prolixidade. Onde o modelo euclidiano poderia ter-lhe inspirado uma obra tão revolucionária quanto *Os Sertões*, o autor de *Menino de Engenho* contentou-se em repetir e fortalecer chavões. Se épico houver, na sua descrição, é aquele de uma fração de classe, a dos senhores de engenho, não de um “povo”.

Gostaria, portanto, de permanecer com a primeira proposição interpretativa de sua obra, aquela descartada por Lourival Holanda. Embora antiga e, sem dúvida, não única ou exclusiva, ela é relevante: a de uma “imagem compensatória”. Muito maiores me parecem, com efeito, as consequências do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* sobre a ideia que nós fazemos da região do que simples “equívocos de interpretação política” que Lourival Holanda afirma “menores em

87 Não resisto ao prazer de citá-lo: “O defeito da repetição tem sido o mais acentuado do estilo de Lins do Rego. [...] É assombroso de audácia (ou de fatalidade...) como ele repete tudo neste livro! Repete situações, repete personagens, repete fatos. E enfim, repetindo o processo construtivo de todos os seus livros, repete análises psicológicas e repete ideias e repete imagens, tudo!” ANDRADE, M. de. “Fogo morto”. Op. cit., p. xxv.

face de tal generosa compreensão, quase antropológica, da relação literatura como reserva de sentido de um dado grupo social. É na literatura onde o povo mais se mostra criador”.⁸⁸

Grupo social, sem dúvida. Mas com o ponto de vista da classe dominante. Ela transmite sua visão do conjunto da sociedade, inclusive dos setores mais pobres e subjugados, de um modo que justifica o *status quo*. Decerto, o romancista pretende dar-lhes a palavra. Há uma vontade de registro. Existem descrições fascinantes, diálogos que traduzem situações banais ou excepcionais entre habitantes do engenho de diversas classes. A raridade do relato a respeito dos trabalhadores, particularmente rurais, na literatura brasileira de qualquer estilo, torna essa obra preciosa. Frente à teimosa mudez das outras fontes, a obra literária, mesmo oriunda da classe dominante, oferece um espelho, embora de espectro limitado e imagem distorcida. Pois, ao viés da posição de classe, se soma o peso do preconceito racial que embaça consideravelmente a imagem emergindo da descrição. Ela revela grandes limitações, nem tanto no volume quanto na atitude. São apenas enxertos, às vezes, folclóricos pelo vocabulário, pelas expressões idiomáticas e descrições físicas impiedosas que pintam um cenário pitoresco, apenas ‘*couleur locale*’.⁸⁹ Não são propriamente capazes nem mesmo entendidos para refletir uma fala autônoma, testemunhando a existência de seres humanos com sua própria visão do mundo, ambas dignas de respeito. Esse palco está povoado de elementos humanos e naturais,

88 HOLANDA, L. “As linhagens e as vertentes culturais em José Lins do Rego”. Op. cit., p. 5.

89 Embora qualificando o vocabulário do autor, seja este taxado de “pobre”, certos críticos enfatizam que “José Lins do Rego usou nos seus livros a língua falada no Nordeste. Fez da linguagem do povo nordestino sua forma de expressão literária.” VILANOVA, José Brasileiro Tenório. *Linguagem e estilo de um ‘Menino de Engenho’*. Tese de concurso para Professor de língua portuguesa. Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Recife, 1962, p. 18.

cuja apresentação é total e absolutamente submissa ao ‘ego’ conturbado do autor, instalado na “varanda da casa-grande”.⁹⁰ Pois não se vislumbra esboço algum de destino próprio para a população trabalhadora da Zona da Mata, contrariamente a seu equivalente sertanejo. O autor encena apenas determinados papéis atribuídos ora às “negras da rua” (antiga senzala), ora aos “cabras do eito”, em situações precisas que se apressa em comentar, interpretar, julgar aberta e categoricamente com seu próprio e exclusivo ponto de vista preconceituoso e discriminatório em termos de classe: o de neto de senhor de engenho.

A população trabalhadora da Zona da Mata descrita na obra parece muito sexuada. Abundam as descrições de personagens femininas de diversas idades e situações, evocadas com certo detalhamento, inclusive fisiológico. Ao contrário, a população masculina adulta – os moradores – não merece tanta atenção diversificada e individualizada, fora os heróis. Sobretudo, eles não se beneficiam, de antemão, de todo o aparato de qualidades identificadas nos sertanejos: resistência, força, teimosia, belicosidade, capacidade espiritual mística e milenarista. Sugere-se uma distinção de gênero⁹¹ no tratamento dado às figuras masculinas sertanejas e seus colegas moradores de engenho na Zona da Mata. O sertanejo seria de gênero masculino, elogiado e respeitado como tal, enquanto que haveria um certo traço subliminarmente feminino-portanto-inferior nas populações canavieiras. As “exceções”, denotando espírito rebelde, são valorizadas pelo autor, não como redentoras do conjunto, mas afundando-o mais ainda na inferioridade pelo caráter supostamente singular destas.

90 SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos*. Op. cit., p. 10.

91 SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. *Gênero e Trabalho. Cadernos de História*, v. 11, n. 11, Recife, 2016.

4.2.3 O Ciclo da Cana-de-Açúcar: a 'morada' em trajes literários

Nasci em 1901, no Engenho Corredor do meu avô José Lins Cavalcanti de Albuquerque. Fui menino rico, fui estudante rico – nunca tive doença grave, nunca precisei suar a camisa para viver. Devo estas facilidades aos latifúndios de meu avô.

José Lins do Rego⁹²

O primeiro dos seis volumes que compõem o *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, *Menino de Engenho*, pretende ser, segundo o próprio autor, “umas memórias que fossem as de todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos”.⁹³ Este propósito se prolonga nos romances seguintes, que repetem os grandes temas da saudosa infância no meio dos canaviais, em volta da casa-grande do engenho, participando da estreita relação entre empregadores (seus parentes) e os empregados desses seus companheiros de brincadeira. Repetem também a decadência dos engenhos, a irrupção da dominação usineira, e explicitam o suposto aviltamento correspondente na condição dos trabalhadores.

O valor desse romance, como documento histórico, é realçado pelo fato de que seu propósito inicial era biográfico, sendo a personagem principal seu avô, José Lins. Além dum destino individual e singular, sua existência como proprietário de canaviais e de engenho de açúcar lhe conferiria uma competência descritiva muito maior, propriamente social como “tipo representativo do senhor de engenho, expressão legítima do patriarcalismo rural da região açucareira do Nordeste.”⁹⁴ Ideia retomada categoricamente na conclusão do estudo: a obra de José Lins do Rego é o “produto

92 “Auto-retrato”, *DP*, 13.06.1943, p. 9.

93 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit.

94 CASTELLO, J. A. “Introdução aos romances de José Lins do Rego”. Op. cit, p. xxix.

da experiência vivida no ambiente do engenho.”⁹⁵ O narrador opera assim a um nível, talvez numa escala, maior do que o memorialista.⁹⁶ Olívio Montenegro enxerga aí uma das marcas do romance brasileiro do século xx, “um realismo insaciável”,⁹⁷ confirmado por Gilberto Freyre:

seu tom de reportagem social e quase sociológica; a sua qualidade de documentos; as evidências que reuniu da vida esmagada, machucada, deformada por influências de natureza principalmente econômica; os transbordamentos políticos.⁹⁸

O romance *Menino de Engenho*, como boa parte do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, é de cunho autobiográfico pois, são descritas experiências próprias do autor, às vezes, com detalhes e sentimentos íntimos. Segundo os comentaristas mais autorizados, regularmente publicados em prelúdio às próprias obras, os escritos de José Lins do Rego refletem “todo esse mundo do patriarcalismo rural, reconstituído pelo escritor sem receio de confessar que dele participara como seu direto beneficiário.”⁹⁹ Obra muito pessoal, ela ganha assim maior alcance, pois é reconhecida pelos seus pares e pelo público como a descrição coletivamente legitimada de todas as classes, inclusive a dos trabalhadores rurais.

Obviamente, tão vasta e rica produção literária mereceria muito maior aprofundamento do que as linhas a seguir. Pois a presente análise resume-se à evocação rápida de certos aspectos que contribuem aparentemente para a construção de dada visão histórica dominante do mundo canavieiro e, particularmente, da condição dos trabalhadores rurais nele. Fidelidade aos fatos e autenticidade do relato; descrição do mundo dos moradores e de suas relações

95 Idem, p. lxxviii.

96 Ibidem.

97 MONTENEGRO, Olívio. *O Romance Brasileiro*. Recife: FUNDARPE, 1996, p. 138.

98 Ibidem.

99 LOUSADA, w. “Breve Notícia. Vida de José Lins do Rego”. Op. cit., p. ix.

com os plantadores; decadência dos engenhos banguês e dominação usineira. Em suma, os “últimos momentos de esplendor do engenho no Nordeste sob o poderio e prestígio do coronelismo latifundiário, de raízes coloniais.”¹⁰⁰

4.2.4 As memórias do *Menino de Engenho* como *tableaux* benjaminianos descrevendo a ‘morada’: dos usos da literatura num discurso de classe

Para a historiografia atual, a obra de Walter Benjamin é, sem dúvida, uma constante fonte de inspiração por oferecer desafios difíceis à rotina disciplinar. Ela propôs ferramentas de análise esclarecedoras. Mostrando a complexidade da matéria histórica, ele destaca enfaticamente a questão do ponto de vista, em particular, quanto à posição de classe, como nas suas teses “Sobre o conceito da História”, quando pergunta: “com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia?”¹⁰¹ Sua inspiração é tanto mais apropriada ao estudo da condição dos moradores de engenho, que ele também sugere a utilização de obras literárias como suporte revelador do tecido histórico.

Na sua abundante obra de ficção, José Lins do Rego compôs o que pode ser reconhecido como uma série de *tableaux* no sentido benjaminiano do termo. *Tableaux* rurais, pois, como a cidade, o campo também é “depositário de uma experiência coletiva antiga que encontra uma experiência biográfica privada.”¹⁰² Categoria a mais “imagética” entre todas aquelas que nos oferece Walter Benjamin, o *tableau* permite “apresentar sucintamente os usos e costumes, os

100 CASTELLO, J. A. “Introdução aos romances de José Lins do Rego”. Op. cit., p. xxxiv.

101 BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Vol. I. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 225.

102 ESPAGNE, M. “Comptes rendus”. Op. cit., p. 817.

caracteres sociais e conflitos.”¹⁰³ Se Baudelaire e Benjamin reelaboraram um modo inaugurado por Louis-Sébastien Mercier, talvez se possa alargar ainda mais o campo do gênero e reconhecer *tableaux* em José Lins do Rego, particularmente por serem eles “por excelência, um gênero misto; é capaz de fundir elementos narrativos, líricos, dramáticos e reflexivos.”¹⁰⁴

Na concepção benjaminiana, segundo Willi Bolle, o *tableau* revela-se “muito apto a complementar o estudo macro de uma época.”¹⁰⁵ Talvez esteja aí a chave do sucesso contínuo da obra de José Lins do Rego, tanto quanto seu estatuto intermediário. Não no sentido de uma incompletude, mas de ambivalência. Os toques quase picturais que o autor atribui a cenas comuns aos engenhos da época (mas lembradas pessoalmente com a intensidade de emoções vividas), bem como aos personagens que frequentava, combinam-se de forma repetitiva, firmando, finalmente, um espelho no qual se reconhecem muitos filhos e netos de senhores de engenho. Por sua vez, eles repercutiram com afincos o que, inicialmente, não passava de anedotas pessoais: fragmentos de lembranças de uma infância singular, sem importância histórica no sentido metódico do termo, tornaram-se arquetípicos, permitindo intuir a sociedade finda das casas-grandes e do seu entorno.

A propósito da perspectiva infantil, tão realçada na obra de José Lins do Rego, é esclarecedor lembrar que Baudelaire afirmara: “[a] criança vê tudo como se fosse novo em folha”,¹⁰⁶ com a autenticidade

103 BOLLE, Willi. “Gêneros literários urbanos: Berlim, Paris, São Paulo”. In: *Revista Tempo Brasileiro*, jan.-mar. – n. 132, Rio de Janeiro, 1998, p. 82.

104 Idem, p. 83.

105 BOLLE, Willi. “L’historiographie figurative de Walter Benjamin”, In: *Archéologie du recyclage. Économies de l’appropriation culturelle*. Montréal: Ed. Balzac, 1996, p. 178.

106 BAUDELAIRE, Charles. “Le peintre de la vie moderne”. Ed. Y.-G. Le Dantec. In: *Oeuvres Complètes*. Paris, 1961, p. 1159, citado por Willi Bolle In: Idem, p. 180.

dade e emoção que o adulto pena em reencontrar para além das “*Schichten*” (camadas) descritas por Willi Bolle como “o paradigma geológico”. Esta dimensão “*fouillée*” (aprofundada, escavada) deve ter tocado com particular vigor e empatia os leitores contemporâneos de José Lins do Rego, ou seja, a classe culturalmente dominante da região, ela mesma, *en masse*, da linhagem dos senhores de engenhos arruinados ou desclassificados (se considerando como tais) pelos usineiros. Esse parentesco de destino, senão sempre de família, pode ter contribuído para consolidar a força perene da obra na mente dos círculos dirigentes. Não apenas da classe dos senhores de engenho, enquanto empregadores, mas de todos os detentores de poder privado e público na região.

A pretensão do autor em ser fiel aos fatos (ressaltada por muitos de seus comentaristas) ecoa indefinidamente nos escritos de críticos literários, jornalistas etc., constituindo um amplo reconhecimento identificador que, por sua vez, redundava numa objetividade final induzida pela repetição. Testemunho, participante na vida dos engenhos de sua família, José Lins do Rego forneceria, portanto, o retrato inquestionável de uma realidade social, “esquecendo-se” do viés de classe que, paradoxalmente, o próprio autor reivindicava,¹⁰⁷ diferentemente de certos comentaristas posteriores, alusivos ou explícitos. Realce-se a primeira proposição: retrato, descrição, fidelidade aos fatos vividos, experimentados pessoalmente, pois como “memórias de infância” a “pureza” do observador conferiria, implicitamente, uma bruta autenticidade ao relato. Os termos utilizados pelos comentaristas sublinham a exatidão; “reconstrução da

107 “O escritor, para que possa dar seu testemunho, tem que trazer no sangue os anseios da coletividade em que vive. Não posso compreender um escritor que não seja um elo dessa coletividade.” Entrevista de José Lins do Rego a Francisco Assis Barbosa, *Última Hora*, 1952. *Apud* CANUTO, C. A. *A decadência do patriarcado rural*.... Op. cit., p. 19.

ambiência”, “observação”, “evocação exata e sugestiva”,¹⁰⁸ “espontânea e incontrolada, sem censura visível”.¹⁰⁹

[U]ma evocação sincera e imparcial, não obstante a carga de nostalgia que encerra, por sua vez legítima expressão do temperamento triste do romancista, muito dentro do mundo que nos comunica – passado da infância e da adolescência do filho ou neto de Senhor de engenho. [...] Ele não falseia as situações nem as interpreta ou julga.¹¹⁰

O mesmo crítico fala de uma “evocação”. A ausência de “censura”, manifestada na abordagem de assuntos escabrosos (à época) validaria a mesma qualidade (objetividade) para o conjunto das afirmações contidas nas obras. Embora o *Ciclo da Cana-de-Açúcar* seja oficialmente composto de romances, a autobiografia de José Lins do Rego, *Meus Verdes Anos*,¹¹¹ é apresentada apenas como um complemento: elemento de confirmação do conjunto da obra, ela foi empreendida pelo próprio autor no fim de sua vida. Retomando os elementos já repetidos em vários romances, ela viria assim confirmar cabalmente a exatidão da descrição inicial.¹¹² A reivindicação

108 CASTELLO, J. A. “Introdução aos romances de José Lins do Rego”. Op. cit., p. xxx e xxxi.

109 Idem, p. xxxii.

110 Ibidem.

111 Publicada em 1956. REGO, José Lins do. *Meus Verdes Anos (Memórias)*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.

112 “Posteriormente, muitos dados novos vieram esclarecer a gênese da narrativa, como as páginas da evocação do romancista, principalmente aquelas de *Meus Verdes Anos* (1956), as interpretações críticas, arroladas hoje em extensa e valiosa bibliografia, e também os demais romances do *Ciclo*, que brotaram espontâneos e viçosos da pena fértil do escritor como cresciam exuberantes os partidos de cana nas terras gordas do massapê. Realmente, é íntima a comunhão da obra com a terra pois, assim como os nove engenhos da família saíram da competente administração do “Corredor”, os romances do *Ciclo* evoluíram das experiências indeléveis dos meninos de engenho nos seus feudos, ordenadas às vezes ao sabor de puras evocações, ou reelaboradas pela imaginação brilhante do escritor que, sem esquecer nunca os compromissos rigorosamente estéticos da Literatura, documentou artisticamente um dos capítulos mais

de autenticidade nas histórias narradas no modo literário é feita também pelo autor: “Estas histórias do meu avô [...] Puros fatos diversos, mas que se gravavam na minha memória como incidentes que eu tivesse assistido. Era uma obra de cronista bulindo de realidade”.¹¹³ Portanto, retrospectivamente, isso permite “reafirmar, sem receio, que a obra cíclica de José Lins do Rego ou aquela de qualquer forma reconstituidora da paisagem rural do Nordeste, na sub-região açucareira, é realmente o caso mais expressivo, na ficção brasileira, de obra ligada à experiência pessoal do escritor”.¹¹⁴ Pondera José Aderaldo Castello sobre a distinção entre ficção e memórias:

Ela exprime, portanto, uma íntima dependência de dados da memória, traduzindo uma vivência constante e irresistível, sem qualquer disciplina consciente ou orientação crítica, exercida sobre a criação ou recriação, no sentido de depurá-la. É tão impressionante o fenômeno que, considerado em relação ao livro de memórias mencionado, não nos parece possível distinguir o memorialista do romancista. Surge então a dúvida: *Meus Verdes Anos* é uma nova versão de *Menino de Engenho*, ou são ambos duas obras distintas?¹¹⁵

Jogo dialético, ou melhor, dialógico, na medida em que toda a dinâmica é de confirmação, reiteração, inscrição como uma talha cujo traçado está cada vez mais profundamente cavado na madeira da representação. “O Autor não pode, ou não quis evitar a repetição e a consequente saturação de conteúdo essencial do ciclo que

importantes da nossa história cultural e econômica.” O crítico José Aderaldo Castello conclui que *Meus Verdes Anos* “explica, amplia e completa *Menino de Engenho* e ilustra sobretudo o fundamento psicossocial e a tipologia, assim como a temática fundamental do restante da obra cíclica do patriarcado rural da zona açucareira do Nordeste.” CASTELLO, J. A. “Introdução aos romances de José Lins do Rego”. Op. cit., p. lxxxvi.

113 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 91.

114 CASTELLO, J. A. “Introdução aos romances de José Lins do Rego”. Op. cit, p. lxxxiv.

115 Idem, p. lxxxiv-lxxxv.

criara conforme as sugestões fundamentais dos três primeiros romances.”¹¹⁶ Embora Castello identifique “diluição” da experiência ao longo das obras do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, a repetição, evocada por Mário de Andrade, não reduziria a “capacidade recriadora do romancista ao fixar os tipos expressivos da região”,¹¹⁷ enquanto que outros “se converteram em autênticos personagens de romance”.

Diálogo, portanto, em volta da obra romance e testemunho que a dota de todas as qualidades mencionadas, porém oferece uma saída elegante e fácil para qualquer tentativa de contestar suas afirmações à luz de outras fontes. Pois, sem contraponto, aproveita-se o limite propositadamente impreciso entre a criação romanesca, licença literária, e uma matéria mais autêntica, objeto de observação. A confecção de personagens e situações, no que é lido como uma reportagem, deixa o leitor à mercê do autor.

A idade do narrador, ou melhor, a idade da pessoa que registrou as lembranças e se tornou, muito mais tarde, seu narrador entra, no entanto, na argumentação como elemento ambíguo. Por um lado, à criança seria dada uma posição de maior autenticidade. O pequeno garoto estaria mais isento ao receber impressões e registrar eventos. O autor sublinha o quão pouco ele sentia compaixão pelos oprimidos e explorados com os quais convivia estreitamente. Seu sentimento de injustiça fora despertado apenas quando foi dela vítima às mãos da velha sinházinha.¹¹⁸ Essa falta de comisseração com pessoas em situações difíceis, penosas ou cruéis – perenes ou extraordinárias, como no caso da tortura de um trabalhador – é confessada sem pudor: “Os livros começavam a me ensinar a ter pena dos pobres”.¹¹⁹ Em contrapartida, a morte de uma vaca, nas

116 Idem, p. xlviii.

117 Idem, p. lxxxv.

118 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 23.

119 REGO, J. L. do. *Doidinho*. Op. cit., p. 105. Em *Banguê*, aparece certa mudança de tom e verdadeira comisseração para com as crianças, quando é evocada a

mãos do primo, é qualificada de “crime”,¹²⁰ sem que qualquer explicação fosse aparentemente necessária. Os sentimentos delicados de solidariedade, afeição, compaixão são reservados aos hóspedes da casa-grande, seus parentes. Não há, como o pretende o comentarista, a “[c]onquista das mais importantes é o desabrochar da consciência social.”¹²¹

4.2.5 Alguns *tableaux* descrevendo a ‘morada’

Apenas alguns exemplos serão pontuados aqui nos romances de José Lins do Rego, com destaque para o primeiro, *Menino de Engenho*, que criou impacto e se tornou a referência matricial, tanto para a própria produção do autor, quanto de seus comentadores e dos autores subsequentes. Ele continua sendo leitura obrigatória nas escolas de segundo grau da região Nordeste.¹²² Alguns outros *tableaux* nos romances do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* ilustram aspectos essenciais das relações de classe como da condição dos trabalhadores rurais empregados nos engenhos na forma de ‘morada’.

possibilidade de nascer seu filho com uma trabalhadora. Além da grande preocupação com o segredo, ocorre, como num lampejo, a ideia de uma responsabilidade do pai/proprietário. “Quando Maria Chica passava por mim, de barriga grande, uma coisa me dizia por dentro que eu tinha cometido uma indignidade. Com aquela trouxa de roupa na cabeça, um dia paria pelas estradas, como um animal qualquer. E o dono de tudo aquilo, de seu, na rede, se balançando. O filho era meu. Ficava imaginando como seria ele, de que cor sairia. Via como se criavam os outros pelo engenho. Obravam verde dias e dias. E choravam até morrer. Eram anjos. E pouco ligavam à vida dos pobres. Enterravam mesmo por perto de casa, quando eram pagãos. [...] Quando Deus era servido, escapavam. Ficavam, para que os vermes não morressem de fome. E por um milagre, como jaracatiá, chegavam a homens. E aqueles bracinhos finos e aquelas barrigas duras como pedras davam os cabras do eito, os homens de pau para toda obra.” REGO, J. L. do. *Banguê*. Op. cit., p. 122-123.

120 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 35.

121 PINTO, Rolando Morel. “Introdução a Doidinho”. In: *Doidinho*. Op. cit., p. xv.

122 Verifiquei o caso, em 2003, no alto Sertão da Paraíba, por exemplo.

4.2.6 O Senhor de engenho “implanta a ordem”¹²³

Na sociedade canavieira descrita ora como paternalista,¹²⁴ ora como patriarcal,¹²⁵ o poder supremo e absoluto era do proprietário da plantação, outrora também de pessoas escravizadas. Este poder era todo abrangente, marcando as “relações do senhor de engenho com seus servidores e com a própria família, autoridade que substitui todas as autoridades e assoma como senhor absoluto, a lutar apenas contra as adversidades naturais ou contra aquilo que as exprime.”¹²⁶ José Lins do Rego não hesitou em descrever as múltiplas facetas desse poder sem limites, sem apelo.

A encenação dessas relações, na sua teatralidade expressiva, não era ignorada pelo autor. Enquanto os trabalhadores usavam roupas insuficientes, o senhor revestia-se dos melhores materiais: “meu avô andava vestido num grande e grosso sobretudo de lã, falando com uns, dando ordens a outros.”¹²⁷ As posturas revelavam relações hierárquicas.

E vinha logo de chapéu na mão, pedir as ordens. Era um rendeiro que não tinha a obrigação dos três dias no eito. Pagava o foro e ficava livre da servidão da bagaceira. O seu roçado de algodão e de fava garantia essa meia liberdade que gozava.¹²⁸

As distinções entre os trabalhadores – moradores obrigados ou não, foreiros – eram em muito secundárias à cesura principal,

¹²³ REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 36.

¹²⁴ Ver as descrições inspiradoras de Terence Ranger a respeito do paternalismo nas relações de poder: “The Invention of Tradition in Colonial Africa”. In: HOBBSAWM, Eric J. (Ed.). *The invention of tradition*. [1980] Cambridge: Cambridge UP, 1995, p. 231 et ss.

¹²⁵ “José Paulino pode ser entendido quase como uma transfiguração mitificante e idealizante do senhor de engenho nordestino [...] corporificação mesma do espírito patriarcal do Nordeste”. TRIGO, Luciano. *Engenho e Memória*. Op. cit., p. 130.

¹²⁶ CASTELLO, J. A. “Introdução aos romances de José Lins do Rego”. Op. cit, p. xxxiii.

¹²⁷ REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 10.

¹²⁸ Idem, p. 37.

essencial entre proprietário e não-proprietários. Depois do jantar, o avô sentava numa cadeira para conduzir

audiências públicas aos moradores. Era gente que vinha pedir ou enredar. Chegavam sempre de chapéu na mão com um “Deus guarde a Vossa Senhoria”. Queriam terras para botar roçados, lugar para fazer casas, remédio para os meninos, carta para deixar gente no hospital. Alguns vinham fazer queixa dos vizinhos.¹²⁹

A repetição de detalhes como o chapéu na mão e a lista dos afazeres que esses trabalhadores tinham com o “senhor” – pedir terra para produzir alimentos, espaço para construir suas moradias, lenha, assistência médica – enfileira assuntos decisivos na existência das populações, pois todos eram essenciais para a manutenção de suas vidas.¹³⁰ E todos dependiam do bel-prazer, da boa vontade do proprietário.

Poder sobre as coisas, portanto: a terra, as matas, suas produções; mas sobretudo sobre as pessoas, como força de trabalho. José Lins do Rego enfatizava ambos os aspectos: sua família era “dona de toda a várzea do Paraíba”, bem como “conservava em suas mãos o domínio sobre milhares de homens.”¹³¹ As rondas do proprietário – “suas visitas de patriarca”¹³² – eram a expressão desse poder, na medida em que nenhum espaço ou ser escapava a sua atenção e intervenção. Perguntava “se alguém andava vendendo algodão por fora ou tirando lenha da mata para vender”,¹³³ mandando o rendeiro vigiar os outros trabalhadores. O propósito absoluto era sempre o controle da produção e, conseqüentemente – mas, nessa ordem apenas – dos instrumentos humanos dessa produção. As queixas quanto ao

129 Idem, p. 60.

130 Ver a parte III. A ‘morada’ na experiência dos moradores.

131 REGO, J. L. do. *Banguê*. Op. cit., p. 33.

132 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 36.

133 Idem, p. 37.

estado físico dos trabalhadores, como em caso de doença, só constituíam realmente um assunto na medida em que interferiam com as exigências do trabalho para o senhor de engenho. As sanções eram ditadas pelo costume e sua brutalidade mesma expressava também o risco real de implementação:

Quando o meu avô queria saber por que o Zé Ursulino não vinha para os seus dias no eito, elas arranjavam desculpas: – Levantou-se hoje do reumatismo. O meu avô gritava: – Boto pra fora. Gente safada, com quatro dias de serviço adiantado e metidos no eito do Engenho Novo. Pensam que eu não sei? Toco fogo na casa.¹³⁴

A exigência de trabalho constituía o único assunto entre o proprietário e os moradores do engenho: “Diga a ele que pra semana começa o corte da cana.”¹³⁵ Ou seja, era afirmada a relação imediata entre o trabalho fornecido e a faculdade de usar a casa construída na plantação, vertente definidora da ‘morada’. À brutalidade da situação, o autor acrescentou sua própria interpretação, não surpreendentemente similar a de seu avô: ele não acreditava na doença do trabalhador e o manifestou num encontro subsequente falando do Zé Ursulino “com a sua saúde bem rija”,¹³⁶ como se um menino, provavelmente a cavalo, passando pelo adulto, pudesse avaliar o estado de saúde deste, que se queixara de “dores pelo corpo todo”.

Não existia Estado fora do alcance da classe dos senhores de engenho. Nem a ilusão de uma coisa pública com pessoas incumbidas de sua manutenção. As eleições eram objeto de contendas acirradas... entre eles, apenas. “Os senhores de engenho iam até às armas, nas disputas. Brigavam pelos seus partidos, profanavam os

¹³⁴ Idem, p. 36.

¹³⁵ Idem, p. 37.

¹³⁶ Ibidem.

tempos de Deus, arrombando urnas e queimando atas.”¹³⁷ Mas os atributos da edilidade pública eram distribuídos como favores, até compensatórios. “O meu avô olhava para o seu vizinho com certo respeito. Dava-lhe a presidência da Câmara, como se quisesse corrigir com honrarias aquela crueldade do destino.”¹³⁸

O poder de castigar, até de vida ou morte, era privilégio exclusivo dos senhores de engenho. Eles dispunham das autoridades constituídas, chamando-as para entregar-lhes um ladrão de cavalos,¹³⁹ ou “com cabras armados, [arrombar] a cadeia para tirar um protegido das grades. Estes sim, que eram senhor de engenho de verdade. [...] [G]ozo de minha vaidade.”¹⁴⁰ Seu poder atingia assuntos sem qualquer relação com o direito de propriedade ou o trabalho produtivo. Acusado de ter seduzido uma moça, o cambiteiro Chico Pereira foi colocado no tronco pelo coronel¹⁴¹ para obrigá-lo a casar.¹⁴²

O cabra, deitado de costas, com os pés presos no tronco, me impressionou com aquela sua fala de revoltado. [...] No outro dia voltei para junto do prisioneiro. As pernas presas já estavam inchadas, apertadas demais no buraco do tronco.. [...] Estava com o corpo todo dormente. Aquela imobilidade de mais de vinte e quatro horas ia deixando entorpecida a circulação. [...] [uma vez liberado do tronco] Ele não podia andar. Os pés inchados não tocavam no chão.¹⁴³

¹³⁷ Idem, p. 72. Ver também, em *Fogo morto*, as contendas por causa de terras, bem como o uso de atribuições do Estado, como graus militares, distribuídos em função de fatores privados: “O Tenente-coronel Lula de Holanda não deu importância à patente. Era mais um ato de proteção do seu vizinho que ele recebia como esmola.” REGO, J. L. do. *Fogo morto*. Op. cit., p. 162.

¹³⁸ Idem, p. 78. Ver o mesmo cenário em REGO, J. L. do. *Fogo morto*. Op. cit., p. 175.

¹³⁹ O ladrão de cavalo esperando a polícia é descrito como “negro”.

¹⁴⁰ REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 72.

¹⁴¹ José Lins do Rego diz que o fato era raro.

¹⁴² REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 42.

¹⁴³ Idem, p. 43.

José Lins do Rego julgava cometer-se uma injustiça porque o trabalhador podia ter sido acusado por “mentira da mulata”¹⁴⁴ – nota-se o cunho racista da expressão, enquanto não se sabe a “cor” do trabalhador que ganhou a simpatia do menino. A própria forma de pressão/castigo em si não suscitara comentário, menos ainda o fato que ela fosse aplicada a mando do proprietário/empregador, em virtude de seu bel-prazer apenas.¹⁴⁵ O autor tampouco considerava uma injustiça o trabalhador ter sido acusado para encobrir o assédio sexual da jovem por parte de um membro importante da família de plantadores (sucessor do proprietário), fato taxado apenas de “besteira” pela autoridade máxima, enquanto que estava disposta a comprometer a saúde, quiçá a vida de um trabalhador pela mesma razão/delito.¹⁴⁶ Embora José Lins do Rego tivesse expressado sua solidariedade com o trabalhador torturado (ele lhe levava comida e ficava conversando com ele) e sua admiração pelo espírito rebelde demonstrado, ele não utilizou uma linha sequer para comentar o desenlace da história, nem a injustiça (delação, castigo e mentira), muito menos a assimetria em termos de classe da conclusão do episódio: casar para o trabalhador; “mais esta nas costas” para o plantador.¹⁴⁷

Senhor absoluto, o proprietário de terras tinha outra especificidade: ele era branco.

Ele tinha o orgulho da casta, a única vaidade daquele santo que plantava cana. [...] Espalhara sangue de branco por entre os caboclos daquelas redondezas. Por isto a gente do Taipu falava de branquidade com boca cheia.¹⁴⁸

¹⁴⁴ Ibidem.

¹⁴⁵ Outro trabalhador é torturado “por causa de um pau de mandioca!” *Banguê*. Op. cit., p. 198.

¹⁴⁶ Idem, p. 45.

¹⁴⁷ REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 44.

¹⁴⁸ Idem, p. 92.

Cobrava-se o “foro sinistro”¹⁴⁹ do assédio sexual.¹⁵⁰ Aliás, não se poderia propriamente definir José Lins do Rego como eugenista, no sentido estrito da palavra. Racista, sem dúvida. Mas à moda antiga, na pura tradição do escravismo de seus antepassados tão valorizados. Pois, “fazendo filho por toda parte”,¹⁵¹ os donos de engenho não militavam a favor da pureza da raça, a não ser na sua própria classe/família. E aí está o grande paradoxo tratado na obra de Gilberto Freyre. O senhor de engenho era sobretudo “um homem bom. Tratava bem os seus trabalhadores, trabalhava de manhã à noite, tinha um frasco de quinino no quarto para dar remédio ao povo.”¹⁵² Explorador – paradoxo dos paradoxos – de sua continuada presença, precisamente nessa posição, dependeria o bem-estar dos explorados: “Quando o velho fechar os olhos, quem vai sofrer é a pobreza do Santa Rosa.”¹⁵³

4.2.7 Familiaridade entre patrões e empregados: “a boa humildade de seus modos”¹⁵⁴

Um dos aspectos mais repetidos nos *tableaux* de José Lins do Rego, que, segundo os filhos e filhas das grandes famílias do açúcar, despertaria insondável nostalgia em todos os atores sociais, independente de sua classe social (exceto os usineiros): a proximidade humana, a familiaridade outrora vigente entre patrões e empregados

149 REGO, J. L. do. *Doidinho*. Op. cit., p. 51. Prática ilustrada, entre outros, no episódio relatado em REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 34.

150 Ver o estupro de uma trabalhadora em REGO, J. L. do. *Banguê*. Op. cit., p. 134.

151 REGO, J. L. do. *Doidinho*. Op. cit., p. 115.

152 Idem, p. 116.

153 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 74. Ver a mesma ideia amplamente explorada por Joaquim Nabuco, quando da morte de sua madrinha. “Massangana” em AGUIAR, Flávio. *Com palmas medida. Terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 121-123.

154 REGO, J. L. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 71.

antes da “desumanização”¹⁵⁵ causada pelo processo usineiro. José Lins do Rego ilustrou essa temática com exemplos que se tornariam *leitmotiv*. Vida em espaços compartilhados, cuidados familiares no que toca à vida particular dos trabalhadores: ajuda em caso de necessidade, socorro médico etc.

Ali vivíamos misturados com eles, levando carão das negras mais velhas, iguais aos seus filhos moleques, na partilha de seus carinhos e de suas zangas. Nós não éramos seus irmãos-de-leite? Eu não tivera estes irmãos porque nascera na cidade, longe da salubridade daqueles úberes de boas turinas. Mas a mãe-de-leite de Dona Clarisse, a Tia Generosa, como a chamávamos fazia as vezes de minha avó. Toda cheia de cuidados comigo, brigava com os outros por minha causa.¹⁵⁶

A mesa da casa-grande acomodava, lado a lado, segundo o autor, representantes de duas classes: proprietários e empregados. Com efeito, além dos membros da família do senhor de engenho,

[o]utros homens, de aspecto humilde, ficavam na outra extremidade, comendo calados. Depois seriam eles os meus bons amigos. Eram os oficiais carpinas e pedreiros, que também se serviam com o senhor de engenho, nessa boa e humana camaradagem do repasto.¹⁵⁷

Camaradagem, escreve José Lins do Rego. No entanto, eram poucos os eleitos entre os numerosos empregados da plantação, apenas aqueles mais elevados na hierarquia das funções. Embora fosse uma honra compartilhar da mesa do senhor, não havia o menor indício da famosa confraternização (expressão abusada tanto pelo autor quanto pelos comentaristas), pois o comportamento era estritamente coreografado. Inovar nesse campo por parte dos

155 Palavra reiterada, sem medo de redundância, tanto pelo próprio autor como pelos seus comentaristas, toda vez que falam no processo usineiro.

156 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 55

157 Idem, p. 11.

empregados seria arriscado, perigoso. Mais adiante no romance, a ênfase do autor foi outra, uma de sujeição:

Na hora do almoço vinham chamar os mestres. Na mesa nem pareciam aqueles das histórias: todos calados, de cabeça baixa, comendo. Ficava a olhar para eles, naquela boa humildade de seus modos. No fim da mesa, parece que nem ouviam o que se falava. Eram surdos-mudos para as conversas da casa-grande.¹⁵⁸

Nenhuma consideração mais geral estava associada ao novo tom da descrição em relação à primeira. A tão prezada comunhão e aproximação entre as classes, no entanto, não passava de justaposição. Assim, numa oportunidade de desastre natural afetando todos aqueles que moravam no engenho – a fuga frente a uma cheia – nem a comunidade de condição enquanto refugiado tornava a proximidade física mais significativa.

Pelo terreiro da casa viam-se os teréns dos refugiados, chegados ali primeiro do que nós. Eram uma duas famílias, com seus meninos, os seus porcos, as suas panelas, as suas galinhas. Nós, os da casa-grande, estávamos ali reunidos no mesmo medo, com aquela pobre gente do eito. E com eles bebemos o mesmo café com açúcar bruto e comemos a mesma batata-doce do velho Amâncio. E almoçamos com eles a boa carne-de-ceará com farofa.¹⁵⁹

A associação estreita de objetos, animais e pessoas, quando se tratava de trabalhadores e suas famílias, sugeria aproximações mais do que físicas, talvez essenciais. No vocabulário provocativo de José Lins do Rego, “pobre gente” era o termo mais ameno utilizado, talvez traduzindo certa piedade retrospectiva. Mas sempre acompanhado por algum elemento depreciativo na mesma frase ou nas

¹⁵⁸ Idem, p. 71.

¹⁵⁹ Idem, p. 29.

contíguas. O autor não poupava detalhes suscetíveis de causar nojo e não indignação. “Meninos nus, de barriga tiningo como bodoque. E o mais pequeno na lama, brincando com o borro sujo como se fosse com areia de praia.”¹⁶⁰ Parecia subentendida uma resignação beirando ou a aceitação passiva (como no caso do pária do qual fala a seguir) ou então, uma proximidade natural com outras espécies, sempre implícita na alternância – sem distinção – dos termos que qualificavam ou designavam ora os próprios canavieiros, ora animais. Enquanto que o “nós, os da casa-grande” comportava uma população mencionada com nomes próprios e, eventualmente, especificidades pessoais (como o fato de ser paralítica; andar a cavalo ou numa carroça), mas sem nenhuma sugestão de áreas limítrofes indistintas, entre esses humanos e os demais flagelados, ou ainda, entre eles e os demais seres.

A generosidade do senhor de engenho e, particularmente, da senhora figuram entre os traços mais divulgados da visão clássica da ‘morada’. Nos *tableaux*, entretanto, raros são os exemplos que poderiam ilustrar essa pretensão à humanidade tão aclamada retrospectivamente. A esposa de Chico Baixinho, cuja graça permanece ignorada, “[t]inha parido há oito dias, e o marido no mundo”. Nessa oportunidade, evocada sem elegância, ela permaneceu sem assistência da casa-grande, embora se soubesse que, mãe de outra criança pequena (“engatinhando”), ela precisaria de ajuda: “Só não morri à míngua porque o povo daqui socorreu.”¹⁶¹ A solidariedade dos vizinhos está associada à vontade de penalizar – apenas – o pai ausente.

A grande generosidade da casa-grande resumiu-se a mandar “buscar bacalhau no engenho.”¹⁶² De fato, esse tipo de comida, adequada para pessoas de baixa extração, era considerada imprópria

¹⁶⁰ Idem, p. 37.

¹⁶¹ REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 38.

¹⁶² Ibidem.

para os filhos do senhor de engenho Manuel.¹⁶³ As generosidades mencionadas nos romances, limitavam-se então a essa manifestação.¹⁶⁴ Outros pedidos eram raramente respondidos.¹⁶⁵

Não fossem as interpretações positivas subsequentes em termos de bondade costumeira e comiseração dos proprietários para com os trabalhadores, esses episódios não passariam de práticas esmoleiras habituais em qualquer âmbito, rural ou urbano, com mantimentos indignos da mesa do senhor. De qualquer maneira, estão muito longe de constituir a assistência médica e social que trabalhadores teriam o direito de esperar.

Doentes de malária eram repreendidos porque se deslocaram sem a permissão do proprietário, senhor absoluto de tudo, até mesmo da doença e da saúde. Ele receitava medicamentos, diagnosticava doenças, operava cirurgias.¹⁶⁶ As dúvidas sobre sua competência e a eficiência das receitas que ministrava impunemente eram tão mais prementes que seu próprio neto entrara no rol das vítimas. Ele recebeu constantemente vomitórios contra uma asma tenaz. Bem alimentado, ele sobreviveu à violência teratogênica do plantador. Quanto a crianças desnutridas... O senhor de engenho se preocupava sobretudo com os homens adultos, mais úteis, e os acidentes que podiam acometê-los.

A essa indiferença e tratamento impiedoso dos humanos podiam ser contrapostos os cuidados e carinho que o senhor de engenho manifestava para com a flora e fauna das matas.¹⁶⁷ Esse contraste era também constante nos romances.¹⁶⁸ Longe dos sentimentos fraternos e solidários alegados no mito, os romances enfatizaram a

¹⁶³ REGO, J. L. do. *Doidinho*. Op. cit.

¹⁶⁴ REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 28.

¹⁶⁵ Idem, p. 22 e 38.

¹⁶⁶ Idem, p. 81.

¹⁶⁷ Idem, p. 38.

¹⁶⁸ Inclusive *Pureza*; embora não entre na composição clássica do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, essa obra retoma algumas de suas temáticas.

distinção, a inconfundível distância que separava as classes. Suas implicações eram sempre racistas. Seja pelos elementos da descrição, seja pelas comparações estabelecidas com animais, emergia a ideia de uma barreira intransponível, de ‘casta’, como sugerira descrevendo o avô, separando os senhores dos trabalhadores. A pergunta eugênica, quiçá poligênica,¹⁶⁹ desenhava-se: seriam eles da mesma espécie, pois se contentavam com uma miséria fedorenta? “Eles pareciam felizes de qualquer forma, muito submissos e muito contentes com o seu destino.”¹⁷⁰ O autor nunca utilizava a palavra ‘trabalhador’, mas ‘cabras’ distintos dos proprietários humanos:

Precisava-se de um homem no Santa Rosa. Terra e cabras não faltavam. Elas e eles, nas mãos de um homem dariam muito. [...] Exploraria a terra e os cabras, até onde fosse possível. Puxar pela terra e puxar pelos cabras.¹⁷¹

4.2.8 Os moradores: trabalho infantil

Seria interessante compilar, se já não fora feito, a quantidade de vezes que José Lins do Rego expressara sua admiração (não inteira) pela “liberdade” dos meninos do engenho que o acolheram nas suas brincadeiras. “Era esta a vida que eu invejava, a pobre vida dos pastores.”¹⁷² Com frequência, as expressões usadas eram evocadoras, num mesmo fôlego, de liberdade e libertinagem. No entanto, o autor mencionara também que, desde a madrugada, “[o]s moleques de minhas brincadeiras da tarde, todos ocupados, uns levando latas de

169 As teorias poligenistas deviam muito a Paul Broca (1824-1880). MIRANDA, C. A. C. *Uma estranha noção de ciência*. Op. cit., p. 16. Ver, também, GOULD, S. J. *A falsa medida do homem*. Op. cit., particularmente os capítulos: “Paul Broca e o apogeu da craniologia”, p. 65-108, e “Negros e índios como espécies separadas e inferiores”, p. 17-62.

170 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 29.

171 REGO, J. L. do. *Banguê*. Op. cit., p. 233.

172 REGO, J. L. do. *Doidinho*. Op. cit., p. 110.

leite, outros metidos com os pastoreadores no curral.”¹⁷³ Comentários como esse, isolados, referiam-se ao trabalho não apenas dos rapazes que viviam no arruado, mas também em toda a plantação: “Doutras vezes batíamos a uma porta aonde não acudia ninguém. Mais adiante a família toda estava pegada na enxada: o homem, a mulher, os meninos.”¹⁷⁴ Acidentalmente, tomara a medida do esforço e pericia necessários para efetuar tarefas aparentemente menores.

Não era tão fácil como eu pensava conduzir uma boiada. Tinha isto a sua ciência, as suas manobras especiais. Havia um tangerino negro que passava no Santa Rosa tocando uma gaita na frente da boiada. Era um gemido fininho que o negro tirava do seu instrumento saudoso. Corríamos para ouvir a música de cego pedindo esmola, mas que arrastava atrás dela todo aquele gado em tropel. Enquanto eu saía com os moleques, a minha memória movia estas cousas da infância. Não ouvira mais a gaita do negro na frente das boiadas. Morrera, sem dúvida.¹⁷⁵

Constatar a dificuldade das tarefas que seus companheiros de brincadeira efetuavam não o tornara, entretanto, propenso à estima. O trabalho infantil, como todo o trabalho no engenho, não interessava ao autor. As crianças, que frequentava em volta da casa-grande, eram tratadas como se fossem animais de estimação,¹⁷⁶ cujos nomes de batismo permaneceram ignorados: “Andorinha, Macaxeira, Periquito – chamavam-se assim. Os seus nomes, eles mesmos até se esqueciam.”¹⁷⁷ Trabalhando o dia todo para cuidar do gado e dos animais, eles não eram tratados diferentemente dos seres inferiores que os ocupavam ou denominavam:

173 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 10.

174 Idem, p. 37.

175 REGO, J. L. do. *Doidinho*. Op. cit., p. 109.

176 É assim que ele descreve, literalmente, Josefa: “coitada, não tinha sido mais que um bichinho que me lambesse os pés”. REGO, J. L. do. *Banguê*. Op. cit., p. 51.

177 REGO, J. L. do. *Doidinho*. Op. cit., p. 110.

[q]uando chegavam no engenho iam dormir nas tulhas de caroço de algodão, na companhia inquietante das pulgas. Amanheciam de corpo encalombado, mas nas noites de chuva era ali o melhor quente que encontravam.¹⁷⁸

A naturalização das populações canavieiras correspondeu uma humanização dos elementos do engenho, que significavam para o autor todo o poder do empreendimento produtivo e, portanto, de sua família. A bagaceira, em vez de lugar de descarte, era apresentada como um conjunto impregnado de vida, de capacidade acolhedora, propensa a maternar oblatos.

Uns eram dados de presente no engenho pelos pais. Abandonavam-nos para os desvelos da mamãe bagaceira. Em pequenos achavam graça no que os molequinhos diziam. Amimavam-nos como aos cachorrinhos pequenos. Iam crescendo, e iam saindo da sala de visitas. E quanto mais cresciam mais baixavam na casa-grande. Começavam a lavar cavalos, levar recados. Os mais inteligentes ficavam como Zé Ludovina, no serviço doméstico do suserano. Os outros, perdiam o nome, bebiam cachaça, caíam no eito. E cair no eito, entre eles, era o mesmo que entre as mulheres se chama cair na vida.¹⁷⁹

Por mais que os episódios se repetissem, e apesar da construção de uma saudade em termos de relações humanas, a proximidade entre os “moleques” e o autor não alcançava, de fato, grande grau de intimidade, como ele mesmo confessou em rara oportunidade. “Os meninos por perto não me falavam. Falaram com Andorinha quando chegamos. E ali, sem ninguém com quem falar, falei muito comigo mesmo.”¹⁸⁰ Sua presença, como filho de proprietário, não inspirava confiança aos filhos do morador:

178 Ibidem.

179 Idem, p. 110-111.

180 Idem, p. 110.

[d]ois meninos com medo correram para outra casa de perto. Depois foram se chegando para nós, desconfiados como cabritos, sujos e de barriga grande. Mas, quando o meu primo quis um jenipapo maduro, um deles trepou pelo pé-de-pau numa ligeireza de macaco.¹⁸¹

A despeito da boa educação manifestada pelas crianças, empenhadas em satisfazer os desejos dos visitantes, o autor só reparava num aspecto zoológico – em duplo sentido – da cena. A comparação, senão assimilação, dos membros das famílias de trabalhadores com outras espécies verificava-se mais uma vez. A constância da figura de estilo já comportava mais do que uma preocupação apenas descritiva. “E eram mesmo abençoados por Deus porque não morriam de fome e tinham o sol, a lua, a chuva e as estrelas para brinquedos que não se quebravam.”¹⁸² Forma poética de mostrar a inventividade de crianças desprovidas de quase tudo para se divertirem e sonharem. Mas vindo de um neto de senhor de engenho, que acabara de receber uma bicicleta de presente, não passava de uma ironia que não escondia o desprezo, na medida em que à sofisticação de seus próprios desejos e necessidades, era oposta à simplicidade natural, telúrica dos filhos de trabalhadores.

Embora passassem a maior parte de seu tempo ocupados com as tarefas do engenho, esses canavieiros mirins eram geralmente mencionados nos romances a propósito de outras atividades, faceciosas, ilícitas ou mesmo perigosas, que eram acusados de causar: “no contato libidinoso com os moleques da bagaceira”,¹⁸³ os filhos do plantador perdiam a “nossa doce inocência” no “lupanar para jardim da infância” de um armazém do engenho, a “sodoma da bagaceira.”¹⁸⁴

181 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 22.

182 Idem, p. 64.

183 Idem, p. 57.

184 REGO, J. L. do. *Doidinho*. Op. cit., p. 115.

A ideia passada era de contaminação, atingindo a pureza (moral ou racial?) dos meninos da casa-grande.

Expressas no romance eram apenas conversas “bestas”. Mas, as sugestões eram de maior gravidade moral, deixando a entender que coisas muito piores aconteciam entre os próprios jovens trabalhadores. Assim, ao mesmo tempo em que eram jogadas iscas à salácia do leitor, protegia-se a fama dos sinhôzinhos, frente ao perigo – atraente, mas pernicioso – da sexualidade dos “moleques”. Mais tarde, a culpa caía sobre as mulheres:

A moleca me iniciava, naquele verdor de idade, nas suas concupiscências de mulata incendiada de luxúria. Nem sei contar o que ela fazia comigo. Levava-me para os banhos da beira do rio, sujando a minha castidade de criança com seus arrebatamentos de besta. A sombra negra do pecado se juntava aos meus desesperos de menino contrariado, para mais me isolar da alegria imensa que gritava por toda parte.¹⁸⁵

4.2.9 As trabalhadoras

A sexualidade onipresente nos *tableaux* de José Lins do Rego nunca adotava contornos naturais no âmbito de relações humanas.¹⁸⁶ Embora as trabalhadoras adultas, sempre chamadas de “negras”, demonstrassem recato – elas “respeitavam” as crianças ao mudarem de assunto na sua frente – sua vida afetiva era tratada com grosseria e desprezo: “recebiam seus homens no quarto com os filhos.”¹⁸⁷ O plural “seus homens” já implicava numa associação degradante com as prostitutas, quiçá animais. A concordância gramatical correta seria no singular. Pois, enumerando os parceiros de Avelina – três trabalhadores do engenho aos quais deu filhos – evocavam-se realmente

¹⁸⁵ REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 102.

¹⁸⁶ Ver ALBUQUERQUE, D. M. de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 199.

¹⁸⁷ REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 57.

casamentos informais sucessivos. Mas a ideia veiculada era de rebanho se reproduzindo, seja ele de escravizados ou outros. “E todo ano pariam o seu filho”, “perpetuando a espécie sem providência e sem medo”,¹⁸⁸ como se diria de uma vaca “sua cria”, pois não se descrevia uma família. Continuava o autor na linha reprodutiva: “Herdavam das mães escravas esta fecundidade de boas parideiras.”¹⁸⁹ Uma terminologia aplicável a animais e, apenas nesse caso, positiva. Essas trabalhadoras eram, no entanto, reconhecidamente essenciais ao funcionamento do engenho, e não apenas na reposição da força de trabalho. Sua atividade se exercia em todas as situações. Trabalhavam, além da casa-grande, no roçado, no engenho: “respondem pelos maridos”.

Trabalho das moradoras

“As mulheres sem casaco, quase com os peitos de fora, faziam renda sentadas pelos batentes. Os filhos corriam para ver o meu carneiro e pediam uma montada. Ficava brincando com eles, misturado com os pequenos servos do meu avô, com eles subindo nas pitombeiras e comendo jenipapo maduro, melado de terra, que encontrávamos pelo chão. Contavam-me muita coisa da vida que levavam, nos ninhos de rola que descobriam, dos preás que pegavam para comer, das botijas de castanha que faziam. Muitos deles, amarelos, inchados, coitadinhos, das lombrigas que lhe comiam as tripas. As mães davam-lhes jaracatiá, e eles passavam dias e dias obrando ralo como passarinho. Cresciam, e eram os homens que ficavam de sol a sol, no eito puxado do meu avô. As mulheres perguntavam pelas coisas do engenho, queriam saber de tudo: do casamento de minha tia, da saúde de todo mundo. E quando eu pedia água para beber, iam arear o caneco de flandres, para me darem a água barrenta de seu gasto. Na volta não se esqueciam das lembranças, dos remédios que a Tia Maria prometera. E me entregavam pacotes de renda: – Diga à Maria Menina que é para o enxoval dela. E também plantavam craveiros pensando no dia do casamento da filha do senhor de engenho.”¹⁹⁰

188 Ibidem.

189 Ibidem.

190 Idem, p. 74-75.

4.2.10 Os trabalhadores

Com um tom alegre, José Lins do Rego valorizava em *tableaux* marcados por lirismo o longo dia de trabalho no engenho. “O rumor do curral, o apito do engenho chamando o povo para o trabalho, me pareciam uma novidade todos os dias. Mais tarde os pássaros cantavam as sua matinas no gameleiro.”¹⁹¹ O período da moagem era destacado, por ser o *Ciclo da Cana-de-Açúcar* uma longa descrição do canto do cisne dos engenhos banguês.

O engenho estava moendo. Do meu quarto ouvia o barulho da moenda quebrando cana, a gritaria dos cambiteiros, a cantiga dos carros que vinham dos partidos. A fumaça cheirosa do mel entrava-me de janela adentro. O engenho todo na alegria rural da moagem.¹⁹²

Seu entusiasmo era tal que ele aventava: “O povo miserável da bagaceira compunha um poema na servidão”,¹⁹³ na “labuta melódica do engenho moendo.”¹⁹⁴ *Tableau* bucólico, por excelência, explorando os mais variados aspectos sensitivos num efeito quase festivo. Não havia menção dos esforços e da competência da força de trabalho, nem dos riscos que o processo comportava.

Sol a sol, literalmente, a labuta dos trabalhadores rurais era descrita como fácil de ser completada. “O sol já quase escondido [...]. Trabalhadores, de enxada no ombro, vinham do serviço para casa. Conversavam às gaitadas, como se as doze horas do eito não lhes viessem pesando nas costas.”¹⁹⁵ A anotação fora quase acidental, elemento desfocado de uma paisagem. Nenhum comentário relacionava esse esforço, que em outros trechos o autor revestira

191 Idem, p. 82.

192 Idem, p. 80.

193 Idem, p. 102.

194 Idem, p. 103.

195 Idem, p. 75.

brevemente de cores menos amenas, com o salário miserável que lhes era pago. Tampouco com a riqueza produzida, que permitia a seu avô adquirir terras a perder de vista, como comentara com orgulho não disfarçado.

As terras do Santa Rosa andavam léguas e léguas de norte a sul. O velho José Paulino tinha este gosto: o de perder a vista nos seus domínios. Gostava de descansar os olhos em horizontes que fossem seus. Tudo o que tinha era para comprar terras e mais terras. Herdara o Santa Rosa pequeno, e fizera dele um reino, rompendo os seus limites pela compra de propriedades anexas. Acompanhava o Paraíba com as várzeas extensas e entrava de caatinga adentro. Ia encontrar as divisas de Pernambuco nos tabuleiros de Pedra de Fogo. Tinha mais de três léguas de estrema a estrema. E não contente de seu engenho possuía mais oito, comprados com os lucros da cana e do algodão. Os grandes dias de sua vida, lhe davam as escrituras de compra, os bilhetes de sisa que pagava os bens de raiz, que lhe caíam nas mãos. Tinha para mais de quatro mil almas debaixo de sua proteção.¹⁹⁶

O mesmo aconteceu quando, em *Usina*, o sucessor montara uma maquinaria moderna com o botim conquistado sobre os trabalhadores. Como já foi notado, José Lins do Rego não utilizava a palavra ‘trabalhador’, tampouco ‘assalariado’ ou ‘empregado’. A ordem das relações entre as classes era outra: “Senhor feudal ele foi, mas os seus párias não traziam a servidão como um ultraje”.¹⁹⁷ O vocabulário – feudalismo, servidão, sistema de castas¹⁹⁸ – carregava consigo uma sugestão de perenidade independente dos atores. Não eram sequer consideradas, portanto, questões banais como pagar e tratar melhor os trabalhadores. Conceber as classes sociais como

196 Idem, p. 75-76.

197 Idem, p. 76.

198 Uma das palavras aludindo a esse sistema e que volta com certa frequência é a de “pária”. Ver, por exemplo, REGO, J. L. do. *Banguê*. Op. cit., p. 55.

estamentos ou castas, os dois registros conceituais aos quais José Lins do Rego recorreu indistintamente, afastava qualquer ideia de melhoria, aprimoramento, progresso ou de luta por mudança.

A situação social era tida como estabelecida numa sociedade, escreveu Mário de Andrade, “que, boa ou má, estava perfeitamente assentada e sedimentada no seu jeito de ser, em sua ‘cultura’.”¹⁹⁹

Em certos raros momentos, entretanto, os trabalhadores apreciavam como provedores de um trabalho reconhecível ou mesmo admirado. Foi o caso em outra situação emergencial que, como a cheia, pareceu confirmar a ideia de uma comunhão mais estreita entre as classes, frente à única força que derrotava o senhor de engenho, a natureza. Faíscas do trem provocaram um grande incêndio. O proprietário mandou chamar “o pessoal do eito”,²⁰⁰ nas palavras do senhor de engenho; “chegavam os cabras em disparada”,²⁰¹ menciona o autor. José Lins do Rego deu um tom mais depreciativo, talvez procurando rebusco estilístico. No entanto, o efeito sobre o leitor era de fascínio (no melhor dos casos) pelo realismo para não dizer a grosseria da formulação. “E o vento insuflando este apetite diabólico, com um sopro que não parava. Mas os cabras do eito estavam ali para conter aquela fúria.”²⁰² Ao longo do episódio, o autor descreveu a luta contra o fogo como uma batalha. Inúmeras eram as metáforas ou comparações com eventos bélicos. “Os cabras pisavam por cima das brasas, chamuscavam os cabelos, nessa luta braço a braço com um inimigo que não se rendia”.

Implicitos, portanto, estavam a coragem e o valor dos trabalhadores que assim se arriscavam para salvar o canavial. Isto deu tanto mais força à ideia associada, discretamente, de paz social presente até mesmo no caso: o tio do autor estava presente “no meio deles”,

199 ANDRADE, M. de. “Fogo morto”. Op. cit., p. xxv.

200 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 83.

201 Idem, p. 84.

202 Ibidem.

sugestão de uma comunhão no perigo. Elogio não faltava para seu parente que compartilhara dos riscos. Surgia assim a ideia de uma coletividade unida e coesa, solidária na defesa de uma causa comum. “O meu Tio Juca crescia para mim, neste arranco de coragem com seus cabras. Estava metido com eles no mesmo perigo e no mesmo apancho.”²⁰³ Mas, apenas a liderança do parente do autor estava em foco. No entanto, no parágrafo anterior, não fora o Tio Juca que se arriscara para buscar “a velha Naninha” no meio das chamas. O verdadeiro herói, o Zé Guedes, não mereceu entretanto elogio algum e a vítima fora também maltratada pela narrativa, sacudida “no chão como um saco de açúcar”. Não se comentara se estava viva – o que se supunha – nem ferida. No parágrafo seguinte, apenas os efeitos físicos da luta contra as chamas sobre os trabalhadores eram mencionados: “pé queimado, de cara tisonada, de olhos vermelhos, de roupas em tiras”, e o salvador da senhora idosa “Zé Guedes com os peitos em chaga viva”, mas apenas para valorizar o papel bondoso do senhor de engenho “meu avô botava jucá nos feridos.”²⁰⁴ Além de uma rodada de cachaça, nenhuma compensação pelo esforço, às vezes heróico, ou pelos riscos e danos sofridos: “E o eito esperava por eles de manhãzinha.”²⁰⁵

Os efeitos deletérios do incêndio tão temido foram rapidamente mencionados, uma casa do morador foi queimada: “A casa de palha do negro Damião, o fogo comeu num instante. Nem tiveram tempo de tirar os trastes.”²⁰⁶ Novamente a terminologia provocadora estava carregada negativamente. Em vez de ‘pertences’ ou ‘bens’, José Lins do Rego usou um termo que desvalorizava o objeto e, portanto, seu possuidor, sem dar-lhe o benefício da compaixão

203 Idem, p. 85.

204 Ibidem.

205 Ibidem.

206 Idem, p. 84.

muito menos da indignação frente à injustiça implícita na miserável condição dos trabalhadores.

4.2.11 O eito

Em outro *tableau*, descreveu José Lins do Rego o trabalho no canavial. Raros eram os trabalhadores do eito mencionados pelo nome. Quando referidos, eram apelidos. Zé Passarinho, Manuel Riachão, João Rouco. Pois eram tratados como massa, coletivo, manada.

Estavam na limpa do partido da várzea. O eito bem pertinho do engenho. Da calçada da casa-grande viam-se no meio do canavial aquelas cabeças de chapéu de palha velho subindo e descendo, no ritmo do manejo da enxada: uns oitenta homens comandados pelo feitor José Felismino, de cacete na mão, reparando no serviço deles. Pegava com o sol das seis, até a boca da noite. Às vezes eu ficava por lá entretido com o bate-boca dos cabras. Trabalhavam conversando, bulindo uns com os outros, os mais moços com pabulagem de mulheres. Outros bem calados, olhando para o chão, tirando sua tarefa com a cara fechada.²⁰⁷

Mais uma vez, o autor recorreu a imagens apoiadas em hipérboles, evocando o animalesco.²⁰⁸ “E a enxada tinia no barro duro, e eles espalhando com os pés o mato que ficava atrás. O sol se espelhava nas costas nuas; corria suor em bica dos lombos encharcados.”²⁰⁹

O trabalho no canavial não tinha nada de enobrecedor. Ao contrário, era afetado por um desprezo intrínseco herdado da escravidão: a “indignidade do eito”²¹⁰ contagiava essencialmente aqueles que não conseguiam fugir dele. José Lins do Rego utilizou diversas

207 Idem, p. 85-86.

208 A mesma imagem aparece em *Banguê*. REGO, J. L. do. *Banguê*. Op. cit., p. 42.

209 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 86.

210 Idem, p. 88.

vezes esse tipo de expressão, como se o trabalho agrícola fosse um tipo de condenação, contendo um elemento moral negativo, passível de envergonhar quem a ele era obrigado.²¹¹ Ademais, o trabalho no eito estava ligado diretamente à escravidão na medida em que os trabalhadores eram seus herdeiros, não apenas sucessores na atividade, mas descendentes diretos. “João Miguel não era um cabra, tinha olho azul”;²¹² isso tornava impróprio, segundo o narrador, o tratamento grosseiro habitual.

Manuel Riachão puxava o eito na frente, como uma baliza. Era o mais ligeiro. De cabeça enterrada, a enxada nas suas mãos raspava como uma máquina a terra que aparecesse na frente. Sempre na dianteira, deixando na bagagem os companheiros. O moleque Zé Passarinho remanchando, o último do eito. Não havia grito que animasse aquela preguiça alcoolizada. Também, ganhava dois cruzados, davam-lhe a mesma diária das mulheres na apanha do algodão.²¹³

A descrição, na sua precisão, constituiu um *tableau* evocador de circunstâncias laborais tão perenes na região e, no entanto, raramente descritas. O vocabulário permaneceu o mesmo: ‘serviço’, ‘tirando conta ou tarefa’. Um dos aspectos dominantes, além da penibilidade do trabalho, era a disciplina no eito: “Deixa de conversa, gente! gritava Seu José Felismino. Bota pra diante o serviço. Com pouquinho o coronel está aqui gritando.”²¹⁴ Injúrias e gritos para

211 Ver, por exemplo, em *Banguê*, o reencontro com os antigos “moleques”: “cabeça baixa”; eles são “todos degradados no eito”. REGO, J. L. do. *Banguê*. Op. cit., p. 123

212 Idem, p. 201. Ver o mesmo tipo de associação a respeito de outra pessoa, entre “raça” e condição enquanto trabalhador: “Um dia, chegou-me um morador para me falar. Não era de eito, pagava foro. Chamavam de João Russo, porque era branco, de cabelos loros e barbas ruivas.” Idem, p. 219.

213 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 86.

214 Ibidem. O valor do grito é retomado em vários trechos dos romances, no seu sentido de distinção social. Ver, por exemplo, REGO, J. L. do. *Fogo Morto*. Op. cit., p. 200.

apressar o trabalho não afetavam os trabalhadores porque ocorriam “todos os dias”.²¹⁵ A compensação, conforme a ideia de ambiente familiar marcado pela bondade paternal do cabo, expressava-se numa pequena notação contradizendo a perspectiva infantil: “não havia um ali que não estivesse com dias adiantados no livro de apontamentos”.²¹⁶ As hierarquias permaneciam. Representando o empregador, o cabo não o substituíra, apenas o assessorava: “O meu avô vinha olhar a ‘canalha’ no trabalho forçado”.²¹⁷ Ingênua honestidade do autor que escapou ao roteiro oficial.

João Rouco vinha com três filhos para o eito. A mulher e os meninos ficavam em casa, no roçã. Com mais de setenta anos, aguentava o repuxo todo, com o filho mais novo. A boca já estava murcha, sem dentes, e os braços rijos e as pernas duras. Não havia rojão para o velho caboclo do meu avô. Não era subserviente como os outros. Respondia aos gritos do Coronel José Paulino, gritando também. Talvez porque fossem da mesma idade e tivessem em pequeno brincando juntos.²¹⁸

Estima, embora reprovação de fachada: “Cabra malcriado!” A relação de confiança predominaria: “E quando precisava de gente boa, para um serviço pesado, lá ia um recado para João Rouco”.²¹⁹ Mas ele era considerado uma exceção, sua soberba atribuída à convivência com o senhor de engenho quando pequeno. A singularidade de sua condição historicamente distintiva pela proximidade da família proprietária, não era concebida como elemento contrastante com os demais componentes da “canalha”, mas como parábola da confraternização e paternalismo vigentes (supostamente) entre trabalhadores e empregadores.

215 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 87.

216 Ibidem.

217 Idem, p. 86.

218 Idem, p. 87.

219 Ibidem.

Os moradores

“À tardinha os cabras do eito chegavam, pingando da cabeça aos pés. Vinham com as canelas meladas de lama e as mãos enregeladas de frio. O chapéu de palha pesando de água, gotejando. Mas indiferentes ao tempo. Parecia que estavam debaixo de bons capotes de lã. Levavam bacalhau para a mulher e os filhos, e iam dormir satisfeitos, como se os esperasse o quente gostoso de uma cama de rico. Dentro da casa deles, a chuva de vento amolecia o chão de barro, fazendo riachos da sala à cozinha. Mas os sacos de farinha-do-reino eram os edredões das suas camas de mar-meleiro, onde se encolhiam para sonhar e fazer os filhos, bem satisfeitos. Iam com a chuva nas costas para o serviço e voltavam com a chuva nas costas para a casa. Curavam as doenças com a água fria do céu. Com pouco mais, porém, teriam o milho-verde e o macaça maduro para a fartura da barriga cheia”.²²⁰

4.2.12 Condições de vida dos moradores: “Não podia haver direito de pobre”²²¹

A precariedade da situação dos trabalhadores rurais era extrema. Embora fossem citadas famílias que permaneceram no engenho por três ou mais gerações (após a abolição), a condição para isto era a sujeição absoluta ao senhor de engenho. Não só para os moradores como para os foreiros: vender algodão na balança do Pilar ou fazer pastar animais de outros engenhos nas terras do avô de José Lins do Rego era passível de punição brutal: “tocar fogo nos seus troços e botar o gado dentro do seu roçado.”²²²

O proprietário exigia que os trabalhadores se vigiassem uns aos outros. Insinuava-se que haveria exagero na ameaça. O narrador associou habilidosamente a expressão do poder absoluto do senhor (exterminando todas as condições concretas de vida do trabalhador

²²⁰ Idem, p. 110-111.

²²¹ REGO, J. L. do. *Fogo morto*. Op. cit., p. 187.

²²² REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 60.

culpado de infringir sua lei) e uma sensação de que nada disso acontecia realmente:

O meu avô chamava-os de ladrões, de velhacos e nem mostravam cara de aborrecidos. Parecia que aquelas palavras feias na boca do velho José Paulino não quisessem dizer coisa nenhuma. Muitos vinham arranjar carros do engenho para fazer mudanças, e alguns dar conta de suas meações com o senhor ou pagar o fôro do ano. A todos o meu avô ia dando uma resposta ou passando uma descompostura, mas cedendo sempre no que eles pediam.²²³

A ‘morada’ consistia, portanto, em relações de classe, de exploração e opressão praticamente sem medida, superadas apenas pela própria escravidão da qual era oriunda. Todavia, a narração deixara uma ideia de benevolência fundamental, sendo o proprietário um velho resmungão com coração de ouro que, finalmente, beneficiava o conjunto dos moradores. A precariedade da situação de todos aqueles que não eram proprietários tinha seu retrato mais tocante em José Amaro; mas ele era mestre seleiro, não trabalhador rural. Era branco²²⁴ e compadre do capitão Vitorino Carneiro da Cunha, primo do coronel. Seu estatuto era intermediário e seu drama fora atribuído à mudança maior na produção, mudança nos tempos, embora o agente desta fosse a própria pessoa do coronel:

“Estou morto. Agora mesmo, no Santa Fé, o Coronel me botou para fora desta casa.” [...] Não haveria um direito para ele? A terra era do senhor de engenho, e ele que se danasse, que fosse com os seus cacos para o inferno. Um ódio de morte tomou-o de repente.²²⁵

223 Idem, p. 60-61.

224 REGO, J. L. do. *Fogo morto*. Op. cit., 178.

225 Ibidem, p. 111. Outro aspecto interessante é que, na narrativa de José Lins do Rego, a razão da expulsão é de ordem privada, não trabalhista. “O miserável tivera o atrevimento de falar de Neném.” Ibidem, p. 218.

A riqueza ambígua da obra de José Lins do Rego aparece nitidamente: fornece elementos para induzir uma melhor compreensão da precariedade da situação dos trabalhadores, particularmente os rurais. Contudo, ele permanece próximo a enredos que sugerem tramas, não sistemas de opressão e exploração. Assim, a “doidela”²²⁶ da expulsão do mestre José Amaro era atribuída à calúnia do “negro Floripes”.²²⁷ Embora o senhor de engenho o desapossasse da casa “que seu pai levantara”,²²⁸ não era culpado pelos “anos e anos perdidos”. Em suma, ele “[n]ão tinha raiva do velho.”²²⁹ Para os trabalhadores rurais comuns, os moradores, nenhuma dissecação delicada de sentimentos. Sua expulsão, rapidamente mencionada, quando muito, servia apenas para evidenciar a benevolência de algum parente do proprietário.²³⁰

A miséria e sua forma mais cruel, a fome, estavam onipresentes quando José Lins do Rego tratava dos trabalhadores do engenho. Foi um argumento chave na sua obra, como aliás na de Gilberto Freyre, no sentido de evocar o passado. A cada etapa no percurso histórico dos canavieiros, a etapa anterior (à abolição, à usina e, para seus seguidores, à expulsão dos engenhos) correspondia a uma situação de melhor alimentação. A restrição do acesso às riquezas naturais da região, tão antiga quanto a própria colonização, era apresentada como efeito exclusivo da instalação da usina:

Expulsos da várzea, os pobres haviam perdido o socorro do rio, das fruteiras, da batata-doce. O que tinham para comer era o que os pais levavam do barracão: o meio quilo de bacalhau, a quarta de carne, a farinha seca.²³¹

226 Idem, p. 110.

227 Idem, p. 88, reiterado em outros trechos, por exemplo, p. 110, 192, 197, 218, 241.

228 Idem, p. 189.

229 Idem, p. 192.

230 Ver, por exemplo, em REGO, J. L. do. *Banguê*. Op. cit., p. 67.

231 REGO, J. L. do. *Usina*. Op. cit., p. 110.

Ora, era exatamente a mesma comida “generosamente” distribuída pelo próprio senhor de engenho, no tempo descrito em *Menino de engenho*. Doravante é apresentada como piora da situação. Segundo a mesma lógica, José Lins do Rego relatava como o coronel defendia que os trabalhadores escravizados haviam tido uma vida melhor que os assalariados do engenho. “Era raro o Senhor de engenho de coração duro para escravos. Os dele vestiam e comiam com fartura.”²³² Embora os romances anteriores houvessem descrito, muitas vezes, os meninos do engenho como amarelos de fome, para justificar sua demonstração, em *Usina*, José Lins do Rego comparava:

os filhos de Florêncio com os meninos do Santa Rosa. Os de cá nunca que passassem fome e fossem ciscar nos monturos, atrás de cacarecos. Era assim no seu tempo. Hoje ele estava vendo as coisas como eram. Bem diferentes. Via os moleques em bando, esfarrapados pela porta do barracão. Seu Ernesto chamava-os de ratos. Estavam sempre com fome. Viviam de iscas, de restos de comida, de rabo de bacalhau, que sacudiam para eles.²³³

A fome nunca era apresentada como uma questão social, a responsabilidade de uma má repartição das riquezas, pelo menos até que a usina entrasse em cena e, nesse caso, como seu exclusivo atributo. Além do mais, a fome era sempre associada a algum traço desprezível na população vítima. No caso, eram insinuações mal-dosas, as mais degradantes na escala de valores da época, embora prediletas do autor.

Lembrava-me de um preso do Pilar, morador do engenho, que matara a José Gonçalo. A mulher amigara-se com outro, e ele na grade mandando recadinhos para ela. O velho Zé Paulino

232 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 89.

233 REGO, J. L. do. *Doidinho*. Op. cit., p 85-86.

mandou chamar a mulher para saber. Os filhos, de camisola rasgada de cima a baixo, pedaços podres de algodãozinho. Estava morrendo de fome, Seu Coronel. Os meninos com a goela no mundo, pedindo de comer. Mas não era por isto, era mais por fogo. Porque ela dera os filhos aos outros: um ficou no engenho, o mais velho estava em Maravilha, o menor mandaram para o Oiteiro. E o pobre em cadeia sofrendo.²³⁴

Em seguida, o autor evocava o trabalhador, preso, como “o negro”. Ele ia “comprar feijão maduro e um pedaço de carne verde que levava para a mulher e os filhos.”²³⁵ Em inúmeros trechos, mostrava-se a grande fome dos trabalhadores e seus familiares e, quase que por acaso, descrevia-se a parca pitaça que lhes era atribuída pelo patrão.

Cardápio de urubu

“Contavam a história de uns carpinas num engenho do Brejo. O senhor de engenho só mandava para eles bacalhau, na janta e no almoço. Passavam o dia inteiro bebendo água com a boca seca. Um dia um deles disse para o negro que não gostava de bacalhau, que não aguentava mais aquilo. No outro dia o tabuleiro com a comida chegou: era peru. E peru de tarde. E a semana toda, peru. Num domingo, o mestre saiu para dar umas voltas nos arredores. Viu um negro com uma porção de urubus nas costas: – O que é isto, moleque?

– É peru pros carpinas. Os oficiais anoiteceram e não amanheceram na propriedade. E rebentou ferida pelo corpo deles. Estiveram para morrer um tempo.”²³⁶

Argumento incansavelmente repetido na mitologia das relações de trabalho nos engenhos, a comida ‘generosamente’ outorgada

234 REGO, J. L. do. *Usina*. Op. cit., p. 110.

235 Idem p. 86.

236 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 70.

pelo senhor de engenho nas oportunidades citadas por José Lins do Rego para ilustrar a boa atmosfera social na plantação e as relações benevolentes da classe exploradora para com os explorados, era exatamente a mesma servida a esses últimos, no dia a dia do trabalho nos canaviais: farinha seca e bacalhau, hoje substituído, no melhor dos casos, por sardinhas.

Comiam na marmita de flandres, lambendo os beijos como se estivessem em banquetes. E deitavam-se por debaixo dos pés de juá, esticando o corpo no repouso dos quinze minutos. De alguns, as mulheres traziam a comida num pano sujo; a carne-de-ceará assada, com farofa fria. Pegavam no pesado outra vez, até às seis da tarde.²³⁷

A maioria dos moradores era descrita como “[g]ente esfarrapada, com meninos amarelos e chorões, com mulheres de peitos murchos e homens que ninguém dava nada por eles – mas uma gente com quem se podia contar na certa para o trabalho mais duro e a dedicação mais canina.”²³⁸ Talvez, não fosse o preconceito de classe tão arraigado em José Lins do Rego, ele chegasse a ter sentimentos mais normais em relação a esses vizinhos. Mas a mistura de racismo e ponto de vista de classe conduziram-no a canalizar qualquer tentação a se apiedar ou admirar os trabalhadores rurais para o registro do afeto reservado a animais familiares.

Cachorrinhos com barriga partindo, de magros, acompanhavam seus donos para a servidão. Rondavam pelos cajueiros, perseguindo os preás. Porém não pisavam o terreiro da casa-grande. Os cachorros gordos do engenho não davam trégua aos seus infelizes irmãos da pobreza.²³⁹

Referia-se a irmãos para os cachorros, não para os humanos.

237 Idem, p. 86.

238 Idem, p. 31.

239 Idem, p. 87.

A habitação dos trabalhadores não mereceu muito destaque na obra de José Lins do Rego. Tampouco as condições e oportunidades de edificação das mesmas. “A senzala do Santa Rosa não desaparecera com a abolição. Ela continuava pegada à casa-grande, com suas negras parindo, as boas amas-de-leite e os bons cabras do eito.”²⁴⁰ O único cômodo merece apenas algumas palavras: “Os moleques dormiam nas redes fedorentas; o quarto todo cheirava horivelmente a mictório. Via-se o chão úmido das urinas da noite.”²⁴¹ Em *Doidinho*, José Lins do Rego mencionou também as roupas de cama fedorentas, bem como a falta geral de higiene no Colégio. Mas sem o mesmo tom depreciativo. Era apenas constatação, desagradável; todavia, sem consequências. Uma característica, apenas, deste ambiente escolar, lembrado corriqueiramente por pessoas na maturidade com um quê de saudade divertida. No que se refere às casas da ex-senzala, o propósito era outro: aproximar aposentos humanos de estrebarias ou qualquer coisa do gênero, implicando assim, que as pessoas que ocupavam esses ambientes eram, também, mais próximas dos animais.

4.2.13 Racismo clássico e/ou eugenismo científico?

O preconceito racial, sempre presente, encontra-se em estado bruto em outro *tableau*, onde o autor descreveu uma trabalhadora, antiga senhora escravizada oriunda da África, “Moçambique”. Os traços que singularizavam “essa velha africana” eram todos altamente negativos. Primeiro, “[e]la não sabia falar, articulava uma meia língua”. Não sabia falar, um traço tão humano, adulto, sinal de desenvolvimento seja pessoal, seja cultural. Uma “meia língua”, como se

²⁴⁰ Idem, p. 59.

²⁴¹ Idem, p. 56.

existisse tal idioma, a não ser na ideia subjacente de que a pessoa não fosse inteira, completa, ou completamente humana.

Ora, falava sim. Não falava português corretamente. O autor deixou propositadamente de lado o complemento na frase, de modo a expressar uma incompetência não apenas linguística, mas propriamente intelectual. A ideia é de uma incapacidade estrutural, um atraso pessoal, mas que, associado ao fato dela ser “africana”, poderia também ser entendido do ponto de vista eugênico. “Era de Moçambique”, continuou o autor, “e com mais de oitenta anos no Brasil, falava uma mistura da língua dela com não sei o quê.”²⁴² Novamente, o discurso descamba para o opróbrio: reconhecia-se-lhe um idioma – embora não fosse nomeado. Mas, logo a seguir, em vez de confirmar o que estava inicialmente sugerido, ou seja, que ela falava seu próprio tipo de mistura precisamente, ou talvez usasse de um sotaque pesado em português, o autor deixou o desprezo tomar conta da descrição: “não sei o quê” não poderia ser outra coisa a não ser um julgamento. Obviamente, a modalidade memórias de infância/romance permitia ao autor abrigar-se na visão unilateral e pouco informada de um menino que, literalmente, não entendia a linguagem empregada por essa pessoa. No entanto, a ruptura de nível na compreensão da situação – precisões quase científicas no começo, repúdio infantil jogado no fim da frase – deixam a impressão de uma legítima rejeição àquilo que, fosse ela uma *lady* inglesa em vez de “negra africana”, seria considerado um charme suplementar, inspirador de admiração pelo que significava de aura civilizatória.

A carga negativa contra essa pessoa continua, parágrafo a fio. Inspirava medo, era comparada às “fadas perigosas dos contos da Sinhá Totonha.”²⁴³ Além do mais, morava num quarto implicitamente assimilado a uma toca: “fedida como carniça.”²⁴⁴ A descrição

242 Idem, p. 57.

243 Ibidem.

244 Ibidem.

física ou, pelo menos, os poucos detalhes que eram explicitamente fornecidos, não diziam respeito, por exemplo, a sua força, embora declinante pela idade, o que seria adequado visto suas responsabilidades passadas e talvez presentes na manutenção do engenho, aliás, a razão primeira de sua presença em terra brasileira. Seu comportamento era constantemente mostrado como estranho “na hora do almoço e do jantar saía da toca pendida em cima de uma vara para buscar a ração”,²⁴⁵ termo, novamente, passível de ser entendido de diversas maneiras, que não tinha nada de prestigioso ou apetitoso.

Continuou José Lins do Rego: “[g]ritava com os moleques e as negras, com aqueles beijos caídos e os peitos moles dependurados.”²⁴⁶ A descrição lembrava irresistivelmente uma fotografia antropológica racista oferecida em pastagem aos olhos dos europeus curiosos de monstrosidades exóticas pelos cientistas do fim do século XIX e começo do século XX, como uma Vênus calipígia.²⁴⁷ Parecia também uma gravura de ‘mercado de escravos’. Mas nenhuma consideração, para não falar em comisseração, para com uma das pessoas mais próximas do narrador. Entretanto, a vizinha dessa pessoa era designada como “avó”, embora tal descrição fosse apenas uma analogia ou um mimetismo e não um laço de parentesco cerimonial reivindicado pelo autor ou que lhe tivesse suscitado retribuição e gratidão. Nem mesmo a velha Sinházinha, que o castigara e inspirara tanto sentimento de ser injustiçado, recebeu um tratamento sequer parecido em termos de negatividade. Pois não se tratava de descrever sentimentos e intenções, por mais desagradáveis que fossem. Era uma questão de essência que estava em jogo. “Beijos caídos”, como os

245 Ibidem.

246 Ibidem.

247 GOULD, Stephen Jay. “A Vênus hotentote”, cap. 19. In: *O sorriso do flamengo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 271-283. Ver também: RUSCIO, A. *Le Credo de l'homme blanc*. Op. cit.

“úberes de mochila”,²⁴⁸ evocavam animais. Quanto aos peitos caídos, além da indecência proposital, havia algo de uma misoginia não só indecorosa como pouco científica, em termos anatômicos, pois o autor descrevia uma pessoa bem adiantada nos seus noventa anos!

Em contraste, a “velha Galdina”, “Africana também, de Angola,” embora mostrada como a selvagem, ainda infantil, em conformidade com a visão recapitulacionista ontogênica da espécie humana compatível com o eugenismo²⁴⁹ – “quebrara uma perna fazendo ‘cabra-cega’ para brincar com os meninos” – fora redimida da estranheza pela sua função junto à família dos proprietários: “Fora ama de braço de meu avô”. Ama de braço, de leite etc. A proliferação das funções serviçais transparece na própria nomenclatura, designando tarefas altamente divididas. Sua posição social, tanto em relação com outros trabalhadores – “era para eles uma espécie de dona da rua” – quanto para os demais habitantes do engenho, inclusive os senhores, era distinto, distinção explicitamente ligada à proximidade com a família proprietária. “Não se falava com ela gritando, e davam-lhe o tratamento de vossa mercê.”²⁵⁰ Essa frase revela não apenas a distinção, mas a norma implícita como seu avesso: com os trabalhadores falava-se “gritando”.

4.2.14 Escravidão revisitado

Embora as memórias de infância de José Lins do Rego ocorressem dois decênios após a abolição da escravidão, o assunto era sempre muito próximo, alusiva ou explicitamente. Ele parecia ter dois propósitos: pretendia reabilitar o período e tirar-lhe qualquer vestígio negativo que possa ter herdado da literatura abolicionista. Assim,

248 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 36.

249 GOULD, Stephen Jay. “A síndrome do Dr. Down”. In: *O Polegar do Panda*. São Paulo: Martins Fontes, [1980] 1989, p. 143-150.

250 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 58.

em várias instâncias, o autor sublinhou o quanto os antigos escravizados estavam ligados ao proprietário e reciprocamente. As “negras” ficaram no engenho após a abolição e

[o] meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir, e elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão. As duas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos.²⁵¹

A Abolição

“Quando veio o 13 de Maio, fizeram um côco no terreiro até alta noite. Ninguém dormiu no engenho, com zabumba batendo.²⁵² Levantei-me de madrugada, pra ver o gado sair pra o pastoreador, e me encontrei com a negrada, de enxada no ombro: iam para o eito. E aqui ficaram comigo. Não saiu do engenho um negro só. Para esta gente pobre a abolição não serviu de nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando de dia. O que ganham nem dá para o bacalhau. Os meu negros enchiam a barriga com angu de milho e ceará, e não andavam nus como hoje, com os troços aparecendo. Só vim a ganhar dinheiro em açúcar com a abolição. Tudo o que fazia dantes era para comprar e vestir negros.”²⁵³

251 Idem, p. 55. Já em *Fogo Morto*, de tom muito mais sombrio, o declínio do Santa Fé é manifestado por diversos sinais negativos, inclusive a debandada dos antigos escravizados: “Chegou a abolição e os negros do Santa Fé se foram para os outros engenhos. [...] Até as negras da cozinha ganharam o mundo.” “Todos se foram, todas as negras ganharam o mundo, até a negra Margarida que criara Neném.” A ruptura da relação reivindicada de “confraternização” é explicada pelo comportamento estranho e perigoso do senhor de engenho. Uma exceção à regra, mais uma vez, que a confirma. REGO, J. L. do. *Fogo morto*. Op. cit., p. 150-151 e 154.

252 “As cantorias do coco enchiam a noite de um baticum que não parava. Agora percebia bem o canto da negrada, lá para as bandas do Pilar. Os negros dançavam de alegria na festa da liberdade. Os negros de seu engenho, os que foram de seu pai, estavam no coco fazendo o que bem quisessem.” REGO, J. L. do. *Fogo morto*. Op. cit., p. 154.

253 REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 90.

Parece que a única responsabilidade social assumida pela classe patronal era de tipo diacrônico, numa escala que seria inversa daquela do progresso técnico e político. A cada mudança no estatuto da mão de obra – da escravidão à liberdade e dessa à era dos direitos – corresponderia um pioramento marcado das condições de vida e de trabalho. A mensagem era que cada passo no sentido da autonomia econômica ou cidadania dos trabalhadores seria indesejável, em virtude da dureza avassaladora da nova situação. A forma de escapar dessa evolução estaria apenas nas sobrevivências anacrônicas. Uma das dificuldades do exercício consiste no fato de que, sendo as condições de vida dos trabalhadores do engenho absolutamente miseráveis, desde a época da escravidão, encontrá-los vivos ou sobrevivendo numa situação posterior descrita como “pior”, suporia um deslocamento do grau de miséria. A solução literária foi atribuir a cada etapa, características outrora descritas como típicas da subsequente.

Num *tableau*, José Lins do Rego descreveu uma trabalhadora escravizada no engenho de seu avô:

Furtaram-na do pai. Um seu irmão a vendera aos compradores de negros, e marcaram-na no rosto a ferro em brasa. Contava a sua viagem de muitos dias: os negros amarrados e os meninos soltos; de dia botavam todos para tomar sol onde viam o céu e o mar. Já estava contente com aquela vida de navio. O veleiro corria como o vapor na linha. E um dia chegaram em terra. Ela passou muito tempo ainda para ser comprada. Os homens que vinham queriam mais gente grande e molecas taludas.²⁵⁴

Embora manifestando empatia com a pessoa evocada aqui, talvez pela idade similar em que ambos se rememoram, José Lins do Rego deixou mensagens mistas na mente do leitor. O horror do tráfico

254 Idem, p. 58.

negreiro, de repente revelava aspectos sedutores. Dessa vez, não retratou o fedor do navio, o aspecto repugnante (pelo sofrimento) das vítimas, como costumava fazer, mas concentrou-se na acomodação ou mesmo transfiguração da abjeção e tortura, nos sentimentos e sensações da menina. Com a intenção de transformar a experiência histórica das mais desumanas, num acaso pessoal, o escritor explicitou a relação de seu irmão com os traficantes. Isso tenderia a tirar implicitamente a culpa/ responsabilidade dos próprios negreiros e, por consequência, de toda a classe escravista no Brasil.

Ao mesmo tempo, detendo-se em alguma lembrança talvez espontaneamente mencionada, e certamente em parte induzida – “tomar sol onde viam o céu e o mar” [...] “Já estava contente com aquela vida de navio”²⁵⁵ – o autor procurou conduzir a narrativa numa via que disfarçasse o horror da realidade na qual a criança fora jogada. Ele conseguiu revestir uma das faces mais dolorosas da colonização da América, de tons que evocavam algo como uma viagem marítima, quiçá um cruzeiro.

Com a intenção de extrair qualquer potencial de carga de (má) consciência nos beneficiários e agentes do escravismo (como da exploração, de modo geral), ele realçou sempre qualquer gesto excepcional, deveras por ser de simples humanidade, por parte dos patrões em relação a seus trabalhadores. Assim, ele tomou tanto ou mais espaço para relatar o deslocamento facilitado da senhora idosa à Missa de Natal ou os colchões – “velhos”!²⁵⁶ – que lhe foram doados, quanto para descrever os crimes do tráfico negreiro: o rapto e a venda da personagem ainda criança. Nenhum comentário a respeito do roubo também de sua infância, das relações familiares, sentimentos, sonhos etc., assuntos nos quais era mais do que prolixo quando se tratava de sua própria classe. A aculturação forçada que

255 Ibidem.

256 Ibidem.

fora imposta a Galdinha por toda a sua vida resumia-se, sob a pena do autor, a uma indicação do domínio que tinha ainda de parte de seu idioma.

Seu aspecto mais humano, aliás, a relativa gentileza com a qual era tratada pelo narrador, situava-se exclusivamente em circunstâncias em que ela tomava o partido dos meninos e os abrigava ou defendia contra a intervenção de outros adultos. Sua doçura, seu apego às crianças, seus “olhos cheios de lágrimas” quando intercedia estavam claramente em contraste agudo com a rebeldia da outra senhora, Maria Gorda. Mas a independência desconfiada dessa pessoa, sua presença “a tardinha [sentada] num caixão à porta da casa, para fumar o seu cachimbo de canudo comprido”, ficando “sozinha”, a resmungar “ninguém sabe o quê”,²⁵⁷ não gozava do prestígio nem da admiração que a mesma atitude suscitava no autor quando os atores eram os cangaceiros.

O contraste entre os retratos era devidamente complementado: enquanto Galdina foi “ouvir missa no Pilar”, Maria Gorda fora tocada por uma exclusão de ordem religiosa: “não ascendiam fogueira”²⁵⁸ de São João na frente de sua porta e, pior ainda, confirmando a impressão geral de perigo: “O diabo dançava com ela a noite inteira.”²⁵⁹ E o autor continuou, como se fosse ainda preciso explicitar a completa negação da humanidade da trabalhadora imigrada coagida: “Eu mesmo pensava que a negra tivesse qualquer coisa infernal, porque nela nada senti, nunca, de humano, de parecido com gente.”²⁶⁰ A condenação fora assim pronunciada com todas as letras. Sem apelo nem consideração para com as circunstâncias, fora dispensado qualquer esforço para contextualizar uma impressão pueril.

257 Ibidem.

258 Idem, p. 57

259 Ibidem.

260 Ibidem.

A descrição da realidade social dos engenhos era tida por “fiel retrato”, como tantos comentaristas não cansaram de reafirmar. Ela constituiria a própria memória coletiva do período, sem qualificativo de classe, nem de raça, nem de gênero. Aceitar-se-ia assim, na definição mesma, a acumulação de discriminações, escapando apenas daquela, muito na moda atualmente, de faixa etária.

O costume de ver todo dia esta gente na sua degradação me habituava com a sua desgraça. Nunca, menino, tive pena deles. Achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiros, comendo um nada, trabalhando como burros de carga. A minha compreensão da vida fazia-me ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, nos burros, nos matos.²⁶¹

Afirmava-se a inferioridade racial dos ‘negros’ em virtude da ordem natural,²⁶² no sentido mais aristotélico do que cristão, ou então pós-tomista, aquele defendido por Sepúlveda.²⁶³ Na mesma época, os europeus convencidos da cientificidade da eugenia, instalavam zoológicos humanos nas exposições internacionais²⁶⁴ e ‘honestos cidadãos’ norte-americanos promoviam linchamentos de muitos afro-americanos, sem julgamento legal, por crimes nunca comprovados, com a cumplicidade e, muitas vezes, a participação das autoridades. Nesse sentido, a obra de José Lins do Rego pertence, do ponto de vista ideológico, a seu tempo, que também viu a ascensão de Hitler. Sociedades-modelo ‘democráticas’ ergueram sistemas

261 Idem, p. 88.

262 BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Alegre, 1983, p. 118.

263 ZEA, Leopoldo. *Filosofia de la história americana*. Op. cit, p. 115 et ss.

264 BANCEL, Nicolas et al. *Zoos humains*. Op. cit. Ver também, dos mesmos autores, *Polémique sur l'histoire coloniale. Manière de Voir*. n. 58, juillet-août 2001.

discriminatórios como o grau maior de expressão da memória coletiva de uma região, constitutiva, por sua vez, da identidade nacional. *E o vento levou* foi apenas um exemplo.

4.2.15 A decadência do patriarcado rural

Amanhã, uma chaminé de usina dominaria as cajazeiras. Os paus-d'arco não dariam mais flores porque precisavam da terra para cana. E os cabras de eito acordariam com o apito grosso da usina. E a terra iria saber o que era trabalhar para a usina. E os moleques o que era a fome. Eu saíra de bolso cheio, mas ele ficavam. Estava fingindo pena pelo destino dos meus cabras.²⁶⁵

Como o analisa Durval Muniz, toda a obra de José Lins do Rego constitui um relato; seria tentada a dizer, uma lamentação por tempos idos.

Recordações e reminiscências entrecruzadas e afloradas pelo sofrimento com o desmoronar destes seus territórios existenciais, com o seu mundo que caía, cuja ficção é a tentativa de simular um novo mundo para sua existência. Cada livro de José Lins é a descrição de um processo de destruição e, ao mesmo tempo, um esforço de reconstrução de seu espaço interior e exterior com esses pedaços de passado.²⁶⁶

Outros veem, nos mesmos eventos, uma modernização apenas das empresas que fabricavam o açúcar. Pois, a parte rural não sofreu alteração alguma com a transferência, aliás muito demorada, particularmente em Pernambuco, do fabrico do açúcar para as instalações mais modernas.

²⁶⁵ REGO, J. L. do. *Banguê*. Op. cit., p. 284.

²⁶⁶ ALBUQUERQUE, D. M. de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 194.

Mas, tanto José Lins do Rego, quanto Gilberto Freyre e todos aqueles que neles se reconheceram, encararam um episódio banal de qualquer história econômica, como uma ruptura societal fundamental, um período de crise, de decadência – a modo de ilustres antecedentes. Dotaram o passado das casas-grandes de um brilho duradouro, pois, afinal de contas, só poderia ser decadente quem já fora grande.

Os novos bárbaros, no caso evocado por nosso autor, vieram de dentro de casa, como o ilustra tão bem *Usina*. Como em outros casos históricos, essa “crise”, “decadência”, afetara supostamente toda a sociedade. Democratização da desgraça que, de certa forma, dotou a mesma de maior credibilidade pela abrangência social. “É a usina que surge, afetando desde a vida do homem do eito, do trabalhador alugado, até a pseudo-aristocracia e a tradição insustentável do senhor de engenho.”²⁶⁷ Fosse ele apenas prejudicado por um primo mais empreendedor,²⁶⁸ a estória careceria em dimensão épica. A insistência de José Lins do Rego em sublinhar essa profundidade quase que existencial, apareceu na sequência dos romances. *Fogo morto*, escrito depois de *Usina*, que retomou a temática como para reforçar a mensagem:

esforço de aproveitamento e reaproveitamento da experiência da infância e dos dados e informações colhidos e acumulados pela memória, relativos à tradição rural dos engenhos, antes do aparecimento e do triunfo definitivo da usina, com sua ação destruidora dessa tradição.²⁶⁹

267 CASTELLO, J. A. “Introdução aos romances de José Lins do Rego”. Op. cit., p. lxi.

268 Cláudio Canuto descreve a relação real como sendo a de “um empreendimento consentido e organizado por familiares envolvidos com a sacarocracia, em um consórcio familiar.” CANUTO, C. A. “A decadência do patriarcado rural no ciclo-do-açúcar...”. Op. cit., p. 83.

269 CASTELLO, J. A. “Introdução aos romances de José Lins do Rego”. Op. cit., p. xli-xlii. A seguir, o autor fala até de *Fogo Morto* como sendo “sob muitos aspectos

Usina ilustra sobremaneira o processo, inclusive uma pretendida transformação nas mentalidades e comportamentos das pessoas. A nova empresa causa “mudanças enormes”. Não havia “conciliação dos valores tradicionais herdados” com “uma nova ordem econômica”²⁷⁰ que eliminava

a tradição do senhor e da senhora de engenho, da assistência moral, espiritual e material que a sinhá-dona dava a seus “moradores” (colonos) e escravos, que muitas vezes se enraizavam até as origens do engenho; extinguem práticas populares ou folclóricas; determinam uma completa desumanização da paisagem física e social. É tudo obra da ação devoradora da usina – o monstro gigantesco, do qual até os usineiros, frequentemente ligados à tradição dos senhores de engenho são também verdadeiros servos, escravos, cuja desumanização, por sua vez ainda se agrava com as rivalidades a que eles são levados entre si, em consequência de ambições e exigências ilimitadas da usina. Tem-se a impressão de uma onda renovadora de civilização, de europeização da paisagem, mas a verdade é que o que tal progresso realmente traz é a desumanização e a descaracterização dessa mesma paisagem, cuja tradição se vê de repente irremediavelmente ameaçada.²⁷¹

Essa “modernização sem mudança” que Eisenberg²⁷² tão bem estudara, era apresentada como algo de estranho à terra nordestina, quiçá uma invasão vinda de fora com exigências inéditas e exageradas. Entretanto, tratava-se de um fenômeno interno às famílias da classe dominante: “O Dr. Juca sonhava com o poder, com o despotismo que a esteira de usina impunha.”²⁷³ Quando se pensa no

realizado com o aproveitamento de ‘sobras’, aliás excelentes como material humano e social” dos romances anteriores. Idem, p. xlii.

270 Idem, p. xlvii.

271 Idem, p. xlvii-xlviii.

272 EISENBERG, P. L. *Modernização sem mudança*. Op. cit.

273 REGO, J. L. do. *Usina*. Op. cit, p. 44.

poder absoluto que valorizava precisamente o senhor de engenho, esse novo poder só poderia ser visto sob a ótica dos “parentes [que] iam passando, sem sentir, à categoria de fornecedores. Os que se insurgissem tinham que calar.”²⁷⁴ Calaram talvez imediatamente, no seio dos conselhos de administração; mas encheram a literatura e os arrazoados de suas lamentações.

4.2.16 “Uma injustiça terrível”²⁷⁵

Recriou o passado melhorando-o de todas
as possibilidades do futuro.

Olívio Montenegro²⁷⁶

Esta decadência afetava supostamente todos e todas. Ricardo²⁷⁷ encontrou os malefícios da transformação abrangendo os aspectos mais diversos: a paisagem despovoada de fruteiras, as construções modificadas, as cadências de trabalho mais duras,²⁷⁸ as pessoas de sua família sofrendo expulsão, miséria, prostituição. Desterrado

274 Idem, p. 46.

275 REGO, J. L. do. *Fogo morto*. Op. cit., p. 109.

276 MONTENEGRO, O. *O Romance Brasileiro*. Op. cit., p. 149.

277 Personagem que fugiu do engenho quando jovem para a vida citadina de operário no Recife (*O Moleque Ricardo*) e voltara para o engenho, onde constatou grandes mudanças, tanto na empresa quanto na sua família. REGO, J. L. do. *Usina*. Op. cit., p. 77-79. Nesse trecho, nota-se a suposta lamentação dos empregados que tinham acesso à casa-grande e se encontravam, doravante, “igual ao povo do eito”. Idem, p. 80.

278 Trata-se da diária na própria usina, bem como dos “seis dias de serviço por semana” dos trabalhadores rurais. (Idem, p. 81; ver também p. 111). Outros aspectos são sublinhados: as proibições; a distinção entre operários da usina e trabalhadores do eito; a fome; a falta de terra para as culturas alimentícias etc. Todos esses elementos são apresentados como novos, embora não se comprove tal diferença comparando com elementos fornecidos nos outros romances do *Ciclo da Cana-de-açúcar*.

no lugar onde nasceu, ele testemunhou uma decadência que não seria apenas do patriarcado rural. Pois, segundo o romance, a mera transformação da produção industrial do açúcar fora acompanhada de maior exploração da mão de obra rural, de corrupção – a usina poluía os rios – e de dissolução moral; até mesmo de perda de razão.²⁷⁹ A ordem natural, herdada, fora pervertida por mudanças indesejáveis e perniciosas. “O grande tema da obra de José Lins é, na verdade, a decadência, a degeneração de um mundo que se expressa de várias formas.”²⁸⁰ O tom era, portanto, triste e sombrio, desesperado. Este sentimento se justificava, na opinião de um grande crítico, pela temática abordada: “Assim, e só assim, conta-se a decadência do patriarcalismo no Nordeste do Brasil, com as suas inúmeras tragédias e misérias humanas e uns raros raios de graça e de humor.”²⁸¹ Segundo Laurent Monnier, “estas trajetórias humanas são, elas mesmas, criadas pela escrita do romancista e expressam sua própria concepção da mudança.”²⁸²

A engenhosidade do narrador, em virtude mesmo da mensagem que quer martelar de todas as formas na mente do leitor, transferiu um destino peculiar, individual ou, ao máximo, de alguns ramos das grandes famílias, para toda uma região, toda uma população, que, independentemente de seu estatuto de classe, estaria lamentando “os tempos do banguê [que] pareciam de uma época distante, longínqua. Lembravam-se deles, com suspiros. Tempos que se foram, tempos que não voltariam mais.”²⁸³ Nesse sentido,

279 A frequência dos casos de doenças mentais nos romances é notável a esse respeito.

280 ALBUQUERQUE, D. M. de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 198.

281 CARPEAUX, Otto Maria. “Introdução a Fogo Morto”, p. xviii-xix.

282 MONNIER, Laurent. “Tchicaya et la confiance en la vie”. In: *La Pensée Méritée, Croyances africaines et rationalité occidentale en questions. Cahiers de l’IUED*. n. 19, Genève/Paris: IUED/PUF, 1990, p. 255.

283 REGO, J. L. do. *Usina*. Op. cit, p. 171.

[l]ançando mão de ingênuos conceitos e procurando a legitimidade de uma literatura de raízes populares, apenas ocultava-se, assim, um conflito ideológico básico: a consciência de perda da hegemonia político-econômica. Do outro lado estava a burguesia paulista em franca ascensão. Essa nova ordem social assustava a tradição patriarcal açucareira nordestina, ancorada em atrasados meios de produtividade. Acirrava as aporias de um espaço cultural que precisava cada vez mais da voz autorizada da continuidade. Daí a fala ideológica de uma tradição, inclusa no discurso de José Lins do Rego, fundamentada em princípios conservadores de uma fração de classe dominante (os proprietários de terras) ante uma outra que se modernizava pelas trilhas da ideologia burguesa do desenvolvimento.²⁸⁴

A função das descrições precisas que tocavam, minoritária mas significativamente, os trabalhadores não lhes dizia respeito, de fato. Apesar do que pretendia, não questionava qualquer sistema de organização da produção, presente ou passado. Nota-se como, em *Banguê*, o tom do autor tornou-se mais comiserativo, a descrição da pobreza dos trabalhadores mais sensível. Em *Usina*, completava-se o percurso que não só significava a perda do monopólio do poder por parte dos seus parentes mais próximos, mas associava-lhe a suposta miséria completa para os trabalhadores: “Aquele vida de banguê podia ser miserável, mas tinham a usina, o senhor sem coração que era pior do que senhor de escravos.”²⁸⁵ Dando um sentido negativo à “seta do tempo”, era preciso encontrar sinais comprovando essa negatividade no devir de outras classes sociais para garantir o efeito demonstrativo.

284 D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta. Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1992, p. 38.

285 REGO, J. L. do. *Banguê*. Op. cit., p. 253.

A descrição degradante das condições de vida do cabra do eito que perpassa o fio narrativo dos cinco romances – seja através da voz do narrador de primeira pessoa (*Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Banguê*) seja através das personagens a quem o narrado de terceira pessoa delega as várias vozes da ficção (*O Moleque Ricardo*, *Usina*) – é reiteradamente atenuada pela relação paternalista que envolve o senhor de engenho e seus “servos”. Essa relação estabelece o ponto de vista dicotômico: positivo para o engenho e negativo para a usina, na qual, agora, o patriarca é substituído pelo patrão.²⁸⁶

Moema d’Andrea concorda quanto à associação entre essas duas classes, confirmando a pretendida aproximação entre proprietários e empregados – das unidades de produção que se não se modernizaram, os engenhos – contra a suposta nova ordem usineira que os privaria de tanta coisa boa: terra, sentimentos, produtos.²⁸⁷ A obra de José Lins do Rego foi um relato perene de manobras quase militares. As metáforas entregavam a intenção, falando de “inimigo [que] virara-se num exército com todas as armas afiadas.”²⁸⁸ Sendo um caso de “guerra”, a união sagrada na defesa comum se justificaria implicitamente.

Se atentarmos para o fato de que este trabalhador pertence ainda à esfera da acumulação primitiva do capital (banguzeiros, jandaeiros, vaqueiros) temos presente mais uma vez o saudosismo de que se reveste o ideário regionalista nordestino, conjugado à tendência de se fixar nos aspectos estritamente localistas. Se pensarmos também que, na década de 20, relações capitalistas mais definidas já estavam presentes na zona rural do Nordeste através das usinas, podemos

286 D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 77.

287 Por exemplo, a diminuição dos roçados oposta à produção dos antigos engenhos onde “as casas de farinha de seus moradores enchiam as feiras das redondezas.” REGO, J. L. do. *Banguê*. Op. cit., p. 152.

288 Idem, p. 225.

concluir que não só os senhores de engenho, mas sobretudo os trabalhadores enfrentavam uma crise de valores impingidos pela nova ordem sobre a antiga: transição de uma cultura arcaica para uma cultura modernizante, engendrando novos conflitos de ordem social. Representá-los harmonicamente integrados ao trabalho não deixa de ser uma faceta ideológica acobertadora do uso exótico que deles é feito.²⁸⁹

Essa visão, de sedutora força literária, pode ser desafiada e qualificada, com a ajuda do próprio ponto de vista dos trabalhadores rurais.

4.2.17 *Tableaux esclarecedores ou écrans?*

Otto Maria Carpeaux, em “O Brasileiríssimo José Lins do Rego”, sublinhou o amálgama entre o aspecto pessoal e a dimensão épica que lhe parece dominar o *Ciclo da Cana-de-Açúcar*. “A obra de José Lins do Rego é ele mesmo. É profundamente triste. É uma epopéia da tristeza, da tristeza da sua terra e da sua gente, da tristeza do Brasil.”²⁹⁰ A espacialização dos sentimentos do autor ganhou a nação.

Seus romances demonstram todo um mal-estar com o presente, com a história, com o fluir do tempo. Por isso, ele busca construir a região, pelo menos como ficção, como um espaço estável, um espaço em luta contra o tempo.²⁹¹

Essa dimensão coletiva da evocação pelo romancista de um mundo em declínio (apenas para uma fração da classe dominante) era, muitas vezes, enfatizada, pois a posição de classe do autor-testemunha e de seus êmulos e ‘citantes’ (estaria tentada a dizer ‘recitantes’) continuava dominante, inclusive administrativa e ideologicamente.

289 D’ANDREA, M. S. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 131

290 “Prefácio”. *Fogo Morto*. Op. cit., p. xvii.

291 ALBUQUERQUE, D. M. de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 133.

Pois os *tableaux* que José Lins do Rego semeia ao longo dos seus romances, as cenas ao pé da bagaceira ritmando a narrativa, ganharam vida própria, revelando, através de recortes escolhidos, uma certa visão saudosista do mundo canavieiro. Eles transformaram essa realidade de exploração e opressão, superada apenas pela escravidão em crueldade e desumanidade, numa ‘idade de ouro’: experiência individual supostamente válida para todos, apresentada como a aspiração passadista de uma região inteira, de um “povo”, independentemente de posição de classe. Pois esta encontrou-se “esquecida”, isto é, envolvida numa nebulosa de sensações e sentimentos remotos, cuja ligação com uma experiência pessoal precisa – a do autor – permitia atenuar sua característica de classe dominante. E essa pirueta foi precisamente possível por tratar-se de uma obra de ficção. Aí está talvez uma ilustração pelo avesso do *tableau*, em relação aos objetivos dos ensaios de Walter Benjamin:

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história.²⁹²

Reveladoras de aspectos históricos significativos, as lembranças romaneadas de José Lins do Rego transformaram-se em ‘écran’, cortina de fumaça ou melhor, prisma deformante. Tanto mais que, a repetição dos *tableaux* de José Lins do Rego no engenho de seus parentes, retomada com leves variantes por outros autores, consolidou-os num modelo. Ele reaparece nos discursos de membros no mundo acadêmico, empresários, políticos e até sindicalistas, decênio após decênio. Esta versão do passado instituiu-se, portanto, praticamente em História oficial, ‘memória coletiva’ de um povo, senão de uma nação, numa perspectiva situada além das classes. Desta forma, firmou linhas que se tornaram convencionais, influenciando

292 BENJAMIN, W. “Teses sobre o conceito de História”. Op. cit., p. 223.

decisões, reivindicações, atitudes. A obra literária foi um elemento-chave de um discurso histórico dominante.

As “[c]ategorias estéticas, as noções desenvolvidas por Benjamin são ao mesmo tempo categorias historiográficas.”²⁹³ Pois para Walter Benjamin, a história da literatura não existe. A História geral comporta a literatura como uma de suas formas. Isto demonstra a atualidade de sua obra para o debate, não apenas sobre a relação entre literatura (História literária, talvez mais especificamente) e história, mas dentro da própria história. Na medida em que a Nova História, em particular, abriu mais nitidamente as portas do reconhecimento acadêmico a novas fontes, ao mesmo tempo que novos temas e problemas, é doravante possível inserir na análise histórica dimensões fundamentais à compreensão de uma sociedade, mas que escaparam até então às abordagens mais clássicas. Importantes, tal a obra literária de José Lins do Rego, elas podem, doravante, ser submetidas à crítica de outras fontes.

Afinal, a História é (também?) um discurso. Sem dúvida, no caso em estudo, a questão do discurso e de sua construção historicamente apreensível está nitidamente associada a sua dimensão de “construtora de História”. Precisamente, é impossível entender o comportamento de uma classe chave – os senhores de engenho – e seus representantes, oficiais ou não, na administração pública (extremamente ativa no setor) sem levar em consideração a obra de um autor como José Lins do Rego. Não se questiona a autenticidade das lembranças nem dos sentimentos de dados indivíduos, mas a ampliação de sua abrangência em termos sociais, sua dimensão “imperial”, a maneira do avanço dos canaviais, segundo o poeta João Cabral de Melo Neto. O vasto público daqueles que cursaram o secundário assimilou as lembranças saudosistas dos engenhos banguês de fogo morto, cristalizadas nos *tableaux* de

293 ESPAGNE, M. “Comptes rendus”. In: *Annales*. Op. cit., p. 815.

José Lins do Rego, com sua nostalgia induzida obrigatória, independentemente da origem geográfica ou de classe e consciência social do leitor.

Resultou disso uma combinação heteróclita, perpassada por toques emocionais, desequilibrando a base inteligível do passado recente da maioria da população. Criou-se uma memória coletiva da vida nos engenhos, na época em que a supremacia econômica restringiu-se à fração usineira da classe dominante. Daí a postura essencialmente saudosista desses escritos, refletindo a visão daqueles senhores de engenho que deixaram de fabricar açúcar. No entanto, a perda foi apenas parcial, pois continuaram monopolizando a terra.

O conservadorismo liberal das frações da classe dominante, cuja reprodução está garantida a ponto de ser óbvia, opõe-se assim às disposições reacionárias das frações que, ameaçadas no seu devir coletivo, só podem manter seu valor ao reportar-se e ao transportar-se no passado, ao referir-se a sistemas de valores, isto é, a uma lógica da determinação do valor que corresponde a um estado ultrapassado da estrutura do campo das classes sociais.²⁹⁴

4.3 As relações de trabalho na zona canavieira segundo Gilberto Freyre

Ele se interessou pela maioria da população do Brasil – as pessoas de cor – mas apenas para mandá-las de volta para “seu lugar”.

Jeffrey Needell²⁹⁵

294 BOURDIEU, P. *La Distinction*. Op. cit., p. 530.

295 NEEDELL, Jeffrey D. “Identity, Race, Gender, and Modernity in the Origins of Gilberto Freyre’s *Oeuvre*”. In: *American Historical Review*, v. 100, n. 1, fev. 1995, p. 65.

Gilberto de Mello Freyre nasceu em 1900 numa família de plantadores de cana-de-açúcar, como José Lins do Rego. Vários autores apontaram para a importância de sua formação numa escola batista.²⁹⁶ Posteriormente, ele prosseguiu com seus estudos na Universidade de Columbia, aluno de Franz Boas, famoso por propor uma alternativa cultural às explicações biologizantes e evolucionistas, então em voga, na interpretação das sociedades. O itinerário pessoal de Gilberto Freyre, como o de José Lins do Rego, embora menos afirmado do que na obra de seu amigo,²⁹⁷ permeia tanto as preocupações, quanto a “enorme quantidade de detalhes etnográficos instrumento de um discurso – a ponto de alguns críticos definirem sua história social do patriarcado escravocrata como uma saga”.²⁹⁸ Saga abertamente reivindicada como sendo proustiana, pois não são academicamente rejeitados os “casuais detritos íntimos”,²⁹⁹ envolvendo o autor e parentes: mais uma vez avô, avó. Aliás, sentimentos e saudades comuns, como a linhagem, a um grupo de intelectuais de grande relevo em diversos ramos do conhecimento.³⁰⁰

296 Continuada na Universidade de Baylor, também batista, em Waco, Texas, nos Estados Unidos. Certos autores atribuem uma influência notável a essa formação no pensamento de Gilberto Freyre. Ver ARAÚJO, R. B. *Guerra e Paz*. Op. cit., p. 100 *et ss*. Ver também ALBUQUERQUE, D. M. de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 147.

297 Ele o defendeu diversas vezes de forma contundente. Ver, por exemplo: “A propósito do memorialismo de José Lins do Rego”, onde o descreve como “*escritor por instinto*” que “assimilou por empatia ao mundo que conseguiu recriar fazendo-se ponto de confluência de várias vidas e de vários passados.” *DP*, 07.11.50.

298 SANSONE, Lívio. “As relações raciais em Casa-grande e Senzala revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização”. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Op. cit., 1998, p. 209. O autor se refere a LEMAIRE, R. *Freyre's Masters and the Slave as a saga*. Unpublished manuscript, Amsterdam: Faculteit der Letteren, Univ. of Amsterdam, 1988.

299 NEEDELL, Jeffrey D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...”. Op. cit., p. 57.

300 O que faz Manuel Correia qualificar seu trabalho de “polidisciplinar”. ANDRADE, Manuel Correia de. *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século xx*. Petrópolis:

Às vezes, ligados por parentesco estreito, articularam a realização tanto do Congresso Regionalista (1926) quanto do 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934) contrapartida nordestina dos modernos paulistas,³⁰¹ segundo Robert Levine:

Sob a direção de Gilberto Freyre, os nordestinos escolheram um meio termo, adotando a experimentação estilística dos modernistas mas conservando-se fiéis às tradições regionais e lamentando os efeitos deletérios da modernização sobre a cultura dominante, do açúcar.³⁰²

Contemporânea dos romances de José Lins do Rego, a obra de Gilberto Freyre o influenciou sobremaneira, assim como gerações seguintes de autores nordestinos. A publicação de *Casa-grande e Senzala* (1933) seguiu imediatamente a de *Menino de Engenho*, o primeiro romance do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* (1932). Amigos, os autores reivindicam, cada um a sua maneira, uma grande intimidade de pensamento:

Escrevo sobre ele, e quase falo de mim mesmo, tanto me sinto obra sua, tanta influencia exerceu sobre a minha pobre natureza, tão sujeita aos ventos e aos tormentos das tempestades.³⁰³

Gilberto Freyre, imune às mesmas, ou até mesmo promovendo-as com deleite, reconhecia a parceria intelectual com José Lins do Rego,³⁰⁴ que ele comparou a “William Falkner” [sic],³⁰⁵ mas no

Vozes, 2002, p. 18.

301 Ver a análise de Durval Muniz de Albuquerque. *O engenho antimoderno*. Op. cit., no subcapítulo “Regionalismo Tradicionalista e Modernismo”, p. 137 et ss.

302 LEVINE, R. *A velha usina*. Op. cit., p. 112.

303 REGO, José Lins do. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, p. 21.

304 Citado, junto com Joaquim Nabuco, Sílvio Romero e Cícero Dias, entre os homens “que se tornaram expressões de força democrática, na vida brasileira”. FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947, p. 136.

305 REGO, J. L. Prefácio. In FREYRE, G. *Região e Tradição*. Op. cit., p. 19.

sentido quase exclusivo de sua própria contribuição como mentor, senão mestre: “É, eu o influenciei muito, o incentivei muito e orientei muito, mas não como mestre à procura de um discípulo.”³⁰⁶

Posteriormente, Gilberto Freyre e sua escola³⁰⁷ tiveram um papel central na concepção atualmente dominante da história da região Nordeste, considerada como o berço histórico da colonização. Não apenas cronologicamente, mas como definindo uma civilização singular e, por extensão, capaz de cunhar uma identidade para o Brasil.

Durante decênios, no Brasil, a interpretação “paternalista” de Gilberto Freyre foi a visão historiográfica quase oficial, que influenciou em vários outros estudos, principalmente de autores norte-americanos.³⁰⁸

Outro gigante pensador do Brasil,³⁰⁹ Sérgio Buarque de Holanda, embora propusesse uma caracterização “semicapitalista” para o tipo de produção açucareira que os portugueses instalaram em terras

306 D'ANDREA, M. S. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 212.

307 Sua parte institucional reside na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, mas tem um raio de influência muito maior. As obras de Gilberto Freyre que tocam de perto o tema são: *Casa-grande e Senzala*, 1933; *Sobrados e Mucambos*. *Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*. [1936]. *Nordeste*. Op. cit., *Interpretação do Brasil*. Op. cit., e *Ordem e Progresso*. [1951].

308 MAESTRI Filho, Mário José. “Economia Política do Escravismo Colonial”. In: *Folha de São Paulo*, 5 de novembro de 1986, p. 7

309 No ensaio de 1967 “O significado de Raízes do Brasil”, Antônio Cândido associa para “refletir e se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado” três livros: *Casa-grande e Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo*, sendo que o primeiro “é uma ponte entre o naturalismo dos velhos intérpretes da nossa sociedade, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e mesmo Oliveira Vianna, e os pontos de vista mais especificamente sociológicos” posteriores, enquanto que as obras de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior marcavam inovações de “perspectivas diferentes”. In: *Raízes do Brasil* [1936] 5a ed. São Paulo: Cia das Letras, 1969, p. xi e xii.

brasileiras, “orientada sobretudo para o consumo externo”,³¹⁰ designou também os engenhos como “a mola real da riqueza e do poder na colônia, os animadores reais da produção, do comércio, da navegação e de todas as artes e ofícios.”³¹¹ Citando Gilberto Freyre, ele insistiu na “autoridade do proprietário de terras”³¹² bem como na autarcia de seus domínios, pois “o engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo.”³¹³ A importância cardeal do objeto predileto de estudo, definido pela grande obra do Mestre de Apipucos – *Casa-grande e Senzala* – encontrou-se assim confirmada até por autores de correntes de pensamento distintas, assegurando mais relevo ainda a sua contribuição.

A originalidade desses dois autores, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, foi unanimemente reconhecida. Suas conclusões foram muitas vezes adotadas como definitivas, notadamente quando se tratava do que consideram como especificidades da história brasileira: cordialidade³¹⁴ para o segundo, confraternização entre as ‘raças’, para o primeiro. Duas noções, aliás, que parecem se abastecer mutuamente, em parte pelo fato de que seus atores sociais eram os mesmos. Gilberto Freyre centrou sua demonstração,

310 Idem, p. 49. Diferentemente de muitos autores, como Gilberto Freyre, ele destaca essa peculiaridade “as propriedades rurais destinadas à produção de gêneros exportáveis” (Idem, p. 88), cuja “ditadura” (Idem, p. 89) demonstra. Não deixa por isso de qualificá-las de “autárcica[s]”.

311 Idem, p. 80.

312 Tratando de “caprichosa e despótica” a vontade do senhor de engenho (ibidem), ele nota que “certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito.” Idem, p. 83.

313 Idem, p. 80.

314 A definição de Sérgio Buarque de Holanda situa o conceito no âmbito tratado por Gilberto Freyre: “A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.” Idem, p. 146-147.

em matéria de cultura, nas relações desiguais entre classes (inclusive durante a fase escravista) – embora fossem apresentadas essencialmente como sendo de ‘raça’ – enquanto que Sérgio Buarque de Holanda deteve-se mais nas relações distintivas dos brasileiros, descritas dentro da classe dominante, como realça Leite.³¹⁵

Mais de setenta anos após a publicação de *Casa-grande e Senzala*,³¹⁶ a influência do pensamento de Gilberto Freyre, reiterado sob as mais diversas e nobres penas, seu legado “persiste e se faz presente em reflexões contemporâneas sobre a nacionalidade”,³¹⁷ beirando, às vezes, o que Lourdes Martinez-Echazábal chama de “ventriloquismo freyreano”.

315 “Na verdade, a primeira linha de pensamento – a descrição psicológica do brasileiro – só poderia sustentar-se, coerentemente, se as características fossem consideradas como permanentes e válidas para todas as classes sociais. Ora, como Sérgio Buarque de Holanda liga essas características à família patriarcal, é evidente que está falando na classe alta, dos grandes proprietários rurais. Se isso é evidente para o leitor, não é explicitado pelo autor, que por isso fala em características gerais e não em forma de domínio político. Isso fica muito claro quando se pensa na cordialidade: esta é, apesar de tudo que diz Sérgio Buarque de Holanda, forma de relação entre iguais, entre pessoas de classe alta, e não de relação entre o superior e o subordinado. A impressão contrária – que também aparece em Gilberto Freyre – não é cordialidade, mas paternalismo: como a distância entre as classes sociais é muito grande, a classe inferior tem atitude de condescendência para com a inferior, desde que esta não ameace o seu domínio. Nem é difícil concluir que essa mesma distância mascarou o preconceito racial no Brasil: os negros, colocados em situação que não ameaça os brancos são tratados cordialmente. No entanto, quando os negros ameaçaram essa posição, foram tratados com crueldade: é suficiente lembrar a história do bandeirante que exibia as orelhas dos negros mortos em Palmares.” LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. São Paulo: Ática, (4a ed.) 1994, p. 323-324.

316 Essa obra é “até hoje o ensaio brasileiro mais traduzido”, lembra Roberto Ventura. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 12.

317 MARTINEZ-ECHAZÁBAL, L. “O culturalismo nos Anos 30 no Brasil e na América Latina”. Op. cit., p. 116.

4.3.1 O “avanço civilizador da cana”³¹⁸

Manuel Correia de Andrade identifica: “o eixo de seu pensamento é a análise da formação da sociedade patriarcal no Brasil”, exposta ao longo de três de suas mais importantes obras: *Casa-grande e Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1937) e *Ordem e Progresso* (1959), cujos títulos mesmos mostraram algo da dialética tão prezada por esse estudioso. Contudo, José Honório Rodrigues sublinhou o conformismo da periodização adotada: “a velha trilogia periódica” de Cunha Matos no Instituto Histórico.³¹⁹ O nexo desses volumes (cada um com dois tomos) é a “análise da família patriarcal no Brasil colonial, com o estabelecimento de um sistema econômico baseado no latifúndio, na monocultura e na escravidão”, definidor do “processo de ocupação do espaço” e da “transformação do mesmo em território.”³²⁰ Considerados pilares do pensamento brasileiro, os três livros foram incluídos, por exemplo, no conjunto “Intérpretes do Brasil”, de apenas treze títulos.³²¹

A “trilogia explicativa” de Gilberto Freyre suscitou apreciações que vão do panegírico a considerações críticas. A própria identificação do gênero em que ela deveria se encaixar, se romance ou vasto exercício autobiográfico, ou ainda – como se reivindica – estudo científico, é debatida.

318 FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 8. A expressão volta em outros trechos: “canavial civilizador” (p. 81); “civilização do canavial” e “avanço civilizador da cana-de-açúcar” (p. 86) etc.

319 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. [1949] São Paulo: Editora Nacional, (5ª ed.) 1978, p. 142. Cunha Matos propôs, em 1838, no estudo “Dissertações acerca do sistema de escrever as várias fontes da história brasileira”, três épocas, sendo a primeira a dos povos aborígenes; a segunda, o período dos descobrimentos da colonização e da colônia; e a terceira, da Independência em diante.

320 ANDRADE, M. C. de. *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX*. Op. cit., p. 11.

321 Org. Silviano Santiago, Editora Nova Aguilar, 2000.

Sob certos aspectos, *Casa-grande e Senzala* só tem um símile em nossa história literária: *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Como *Os Sertões* é um livro que, ostensivamente apresentado como de história ou de interpretação geral do Brasil, vale provavelmente como reconstrução literária – por isso mesmo ambígua, polivalente e imperecível. [...] Gilberto Freyre, depois de *Casa-grande e Senzala*, tenta ampliar o seu trabalho, pensando-o na continuidade histórica. [...] Os outros livros da série – *Sobrados e Mocambos*, *Ordem e Progresso* – apenas repetem o primeiro, e essa repetição, longe de ser um processo de esclarecimento ou ampliação, contribui apenas para banalizar as suas teses – pois estas já estavam implícita ou explicitamente apresentadas em *Casa-grande e Senzala*.³²²

Carlos Guilherme Mota mostrou como, nessa configuração social peculiar ao autor, “o ensaísmo não surge apenas como o terreno ideal, mas como o discurso possível.”³²³ Em nenhuma hipótese, obviamente, questionou-se a competência, nem a arte e habilidade do autor.

4.3.2 Meninos de engenho

Como em José Lins do Rego, as lembranças de infância, numa tentativa de reconstituição do mundo visto por seus “olhos de criança” e presente nas “memórias de seus parentes idosos”,³²⁴ foram incentivo e guia para a investigação acadêmica que se quer toda abrangente e definitiva nas suas conclusões. No caso de Gilberto Freyre, a dimensão pessoal transmudou-se num nível societal e não pretendia, como um *écran* ou uma pirueta romantizada ou biográfica, protegê-lo de eventuais críticas. Ao contrário, a vivência dinamizou uma pesquisa livresca extensa. Ela serviu de barômetro de justiça

322 LEITE, D. M. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Op. cit., p. 299-300.

323 MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira*. Op. cit., p. 55. Trecho sublinhado pelo autor.

324 NEEDELL, J. D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...” Op. cit., p. 64.

e de plausibilidade, separando o relevante do secundário, fornecendo a justificativa implícita – a vivência pessoal – da escolha dos âmbitos explorados: a vida íntima na casa-grande, a etiqueta, a vida social, a culinária etc., da elite econômica. A experiência própria do autor pareceu, portanto, uma força propulsora da exposição, no sentido da sistematização de curiosidades (de outro modo pouco metódica), além de grade de leitura em termos de interpretação. Ela justificou também o apego ao assunto e desculpou, de certo modo, as infinitas repetições.

Embora de pretensão olimpiana³²⁵ e, nesse sentido, ambicionando dar conta e fornecer sentido histórico a toda uma sociedade, Gilberto Freyre jogou com os mesmos sentimentos que José Lins do Rego e, talvez, suscitou, por isso mesmo, um constante eco aprovador ao fio dos decênios por parte da elite local cuja linhagem era predominantemente similar à do autor.

A construção imagético-discursiva da região tem como tônica a tentativa de resgate destas raízes, que, quase sempre se embaralham com a infância do autor, na evocação da “sociedade patriarcal”. Construiu-se a região como topografia afetiva, como paisagem marcada por sentimentos e fatos cotidianos. A memória individual cruza-se com a memória coletiva e histórica, para traçar uma cartografia feita de imagens e enunciados familiares, infantis, de topos consagrados e cristalizados. Um espaço organizado, não só através das impressões visuais, mas através das impressões auditivas, táteis, imaginativas, a partir das histórias que entravam pelo ouvido e se elaboravam em imagem na cabeça de criança. Uma geografia poética com grande poder de impregnação.³²⁶

325 Em mais de um sentido. Ver a opinião a respeito de si próprio: “Acho que apareço na história cultural do Brasil com o máximo de criatividade que admite ser eu considerado um gênio. E eu me considero”. Entrevista concedida a Rosa Godoy e Moema D’Andrea. D’ANDREA, M. S. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 215.

326 ALBUQUERQUE, D. M. de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 120.

A extensa obra de Gilberto Freyre pareceu, portanto, abranger diversas dimensões, individuais e coletivas. Mas um coletivo restrito, vale salientar, a uma fração de classe: a dos senhores de engenho que não se tornaram usineiros. A evocação da luta de classes em Pernambuco nos anos 1920 limitou-se à oposição entre “fornecedores de cana e usineiros” tendo como efeito secundário empurrar “o proletariado rural do horror desgraçado da safra para a sórdida miséria das crescentes favelas urbanas”.³²⁷

Significativamente, José Honório Rodrigues situou a produção de Gilberto Freyre no campo da história cultural, e não propriamente social, limitando, portanto, seu alcance, pois essa última “não consiste meramente ou principalmente na superfície irradiante das maneiras, costumes, modas, e relações sociais.”³²⁸

4.3.3 “Refúgio da alma do Brasil”³²⁹

Essas figuras, signos, temas que são destacados para preencher a imagem da região, impõem-se como verdades pela repetição, tornam-se familiares não apenas por serem vivenciadas, mas por serem ditas, lidas, ouvidas, vistas etc., e esta repetição vai lhe dando consistência interna e faz com que tal arquivo de imagens e textos possa ser agenciado e vir

327 NEEDELL, J. D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...”. Op. cit., p. 62.

328 RODRIGUES, J. H. *Teoria da História do Brasil*. Op. cit., p. 214. Ele define assim, acompanhando Trevelyan, a história social: “seu fim pode ser definido como o estudo da vida diária dos habitantes nas idades passadas; inclui as relações humanas e econômicas de diferentes classes, o caráter da vida familiar e doméstica, as condições do trabalho e do lazer, a atitude do homem para com a natureza, a cultura de cada idade, como surge das condições gerais da vida e se manifesta em formas mutáveis na religião, literatura e música, arquitetura, conhecimento e pensamento”, além de incluir intimamente a história econômica e demográfica. Idem, p. 215.

329 Oliveira Lima citado por FREYRE, Gilberto. “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”. In: *Região e Tradição*. Op. cit., p. 193.

a compor discursos que partem de paradigmas teóricos
os mais diferenciados.

Durval Muniz de Albuquerque³³⁰

Quando da publicação de suas obras-primas, a evolução recente da sociedade açucareira marcava uma época nova, tratada com o mesmo repúdio por José Lins do Rego e Gilberto Freyre. Regionalistas, eles lamentaram a investida moderna, urbana, estranha à região, ameaçadora em relação ao mundo que consideravam não apenas deles, mas desejável para todos. No *Manifesto regionalista* de 1926, Gilberto Freyre percebeu um movimento que tomava vulto como “um novo regionalismo, um novo brasileiro e um novo humanismo”.³³¹ Ele recusou, portanto, as acusações levantadas contra os regionalistas, tidos como “retrógrados e bairristas”.³³² Sem medo do paradoxo, aceitou o qualificativo.

Contra o modernismo paulista, a urbanização e cosmopolitismo, Gilberto Freyre procurou o verdadeiro Brasil, o do povo:

No Nordeste, quem se aproxima do povo desce a raízes e a fontes de vida, de cultura e de arte regionais. Quem se chega ao povo está entre mestres e se torna aprendiz por mais bacharel em Direito que seja ou por mais doutor em Medicina.³³³

Em outros termos, traduz Needell, a modernização, isto é,

(cidades, conflito de classe, valores burgueses) solapava o patriarcado (âmbito rural, harmonia entre classes, valores paternalistas e aristocráticos) numa perversão da ordem natural

330 ALBUQUERQUE, D. M. de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 93-94.

331 FREYRE, G. *Região e Tradição*. Op. cit., p. 35.

332 ANDRADE, M. C. de. *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX*. Op. cit., p. 31. “Talvez seja bairrismo”. FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 29.

333 FREYRE, G. *Manifesto Regionalista*. [1926] 6a ed. Recife: Ed. UNP, 1976, p. 76. Ver BROOKSHAW, D. *Raça e cor na literatura brasileira*. Op. cit., p. 103.

infligida aos patriarcas portugueses e brasileiros por judeus móveis, parasíticos e estrangeiros e seus equivalentes da época moderna.³³⁴

Pois o seu propósito era reencontrar raízes, princípios fundadores. Esses tinham implantação geográfica na sua região natal. Nas suas bases, “a história do Brasil foi a história do açúcar”,³³⁵ isto é, nordestina. Inspirado em Frédéric Mistral (1830-1914), poeta cuja obra, em occitã,³³⁶ foi coroada pelo Prêmio Nobel (1904), Gilberto Freyre realçou a dimensão regional despojada da preocupação linguística (não francesa!) central original, expressa no movimento do Félibrige.

O Regionalismo para ele era aquela parte da França que, ele alegava, Paris havia deixado de tomar em consideração, na sua influência sobre a formação francesa – o Sul da França. Mistral, curiosamente, não era historiador. Mistral era um grande poeta. Enriqueceu a língua francesa com a sua poesia. De modo que meu Regionalismo não é de base brasileira.³³⁷

Seguindo Maurras (1868-1952),³³⁸ cuja herança política se comprovaria lamentavelmente na sua atuação pública durante os anos cinquenta e sessenta,³³⁹ Gilberto Freyre reivindicou a grande influência “regional dentro do nacional”.³⁴⁰ Pois essa era a ambição maior. À indagação: “Uma totalidade brasileira. Você diz, sim, mas

334 NEEDLE, J. D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...”. Op. cit., p. 73-74.

335 FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 9.

336 *Mirêio* 1859; *Calendal* 1866; *La rèino Jano* 1890; *Les Oulivadou* 1912.

337 Entrevista com Gilberto Freyre. In: D’ANDREA, M. S. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 201.

338 Escritor e homem político sensível às ideias antidemocráticas de Renan e Barrès. Organizou a Ação Francesa de extrema direita, atuante até 1944. Colaborador do regime de Vichy, foi condenado à reclusão em 1945.

339 Apoio à ditadura fascizante de Salazar e ao golpe militar de 1964, no Brasil.

340 Entrevista com Gilberto Freyre. In: D’ANDREA, M. S. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 202.

“você só interpreta o Nordeste...”, ele respondeu peremptório: “Não, eu interpreto o Brasil.”³⁴¹ E esse “Brasil é uma região; em grande parte uma região natural [...] e cultural”.³⁴² Num jogo de escalas, que era também jogo de palavras, resgatando potencial e efetivamente todas as especificidades que desejava evidenciar, ele enfrentou o tão premente desafio de “combinar diversidade com unidade.”³⁴³

A textura do tecido nacional assim vislumbrado era cultural.³⁴⁴ Seu nexos encontrava-se no perímetro da casa-grande do engenho de açúcar da zona canavieira de Pernambuco. E seus agentes privilegiados eram os habitantes – chamados, às vezes, genericamente de ‘povo’ – deste espaço reduzido mas eleito como germinal, estruturador de qualquer construção maior, em virtude da história. Assim, se a questão racial era declarada situar-se na “definição central da sociedade brasileira”,³⁴⁵ no entanto, o que estava em jogo era “uma apologia estática e benigna da elite provinciana dos plantadores projetada no meio do século XIX.” José Lins do Rego reivindicava esse significado, no Prefácio à coletânea de textos de Gilberto Freyre intitulada *Região e Tradição*:

O regionalismo de Gilberto Freyre é [...] no plano político o contrário do estadualismo que a República implantara; no plano artístico é uma sondagem na alma do povo, nas fontes de folclore, no que há de grande e vigoroso na alma popular.³⁴⁶

Afirmou-se a ideia de que o âmbito considerado era maior que a abrangência imediatamente descrita na obra deixaria supor, pois seu “locus de influência [é] ainda mais amplo. Quer dizer, [...] para

341 Idem, p. 214.

342 FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 149.

343 Idem, p. 160.

344 Ver MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira*. Op. cit., p. 57 et ss.

345 D’ANDREA, M. S. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 71.

346 FREYRE, G. *Região e Tradição*. Op. cit., p. 19-20.

Freyre o Nordeste em geral, e a Plantação em particular, constituem os limites de suas reflexões – se bem que por meio deles estabelece uma relação metonímica com a nação”.³⁴⁷

Na análise de Durval Muniz, esse fenômeno era típico dos regionalismos. Eles pensavam a nação e sua unidade “a partir de dados locais”,³⁴⁸ demonstrando uma “ousada capacidade de generalizar.”³⁴⁹ No entanto, o estudioso identificava em Gilberto Freyre qualidades inovadoras que o distinguiam de seus antecessores:

Seu regionalismo não é mera justificativa ideológica de um lugar social ameaçado, e sim uma nova forma de ver, de conhecer, de dizer a realidade, só possível com a emergência da nação, com o grande problema a ser respondido.³⁵⁰

Como em José Lins do Rego, um “regionalismo de síntese”, “em busca de essência” a partir da “observação profunda de suas partes fragmentadas”. Todavia, arvorava a posição otimista e propositiva de um “Brasil como nação culturalmente criadora”.³⁵¹ Identificando o perigo de um empobrecimento cultural do mundo através da “monotonia cultural” que “provém da influência do industrialismo capitalista norte-americano”, Gilberto Freyre apelava insistentemente para “a necessidade de um regionalismo criador em oposição aos muitos excessos da centralização e da unificação política e da cultura humana.”³⁵²

A proposta era tão mais sedutora e estimulante que cobria, de uma vez, duas vertentes: propunha-se a realçar a experiência histórica brasileira na sua grande originalidade; e a dotava de potencial

347 MARTINEZ-ECHAZÁBAL, L. “O culturalismo nos Anos 30 no Brasil...” Op. cit., p. 116.

348 ALBUQUERQUE, D. M. de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 93.

349 RODRIGUES, José Honório. *Vida e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 19.

350 ALBUQUERQUE, D. M. *O engenho anti-moderno*. Op. cit., p. 137.

351 FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 148.

352 Idem, p. 143 e 144.

universal enquanto modelo vanguardista em escala mundial, resistindo a todos os imperialismos. No entanto, destaca Brookshaw, essa proposta interpretativa comportava

“[uma] qualidade fundamentalmente conservadora do regionalismo de Freyre” que se “refletiu em sua última obra sobre a história social da escravatura no cinturão do açúcar do Nordeste, *Casa-grande e senzala*.” Pois “essa obra foi uma avaliação positiva do sistema patriarcal de relações desenvolvidas entre senhor e escravo, um sistema significativamente em rápido declínio na época em que Freyre a estava escrevendo.”³⁵³

Embora se possa questionar a compactação do tempo operada por esse autor, sua análise evidenciou as convergências entre José Lins do Rego e Gilberto Freyre. Décênios a fio, suas ideias, expostas e publicadas com ímpar abundância, foram retomadas e ecoadas pelas mais diversas abordagens, acadêmicas ou não, no âmbito maior da historiografia sobre a região. O registro da questão racial era apresentado como o único apropriado para tratar da sociedade rural, ao mesmo tempo em que se ratificava o ponto de vista de classe dos senhores de engenho em luta de prestígio e econômica com seus irmãos e primos usineiros. Aceitava-se tal ponto de vista como óbvio. Resultou dessa naturalização da problemática, a ocultação da questão de classe por trás da de ‘raça’. Pois, como o sublinhou Moema d’Andrea, no entremeado das problemáticas

[e]ssa nordestologia embutida no Regionalismo-tradicionista estaria, assim, analogicamente ligada à estrutura de classe patriarcal açucareira do Nordeste através da temática regionalista.³⁵⁴

353 BROOKSHAW, D. *Raça e cor na literatura brasileira*. Op. cit., p. 103.

354 D’ANDREA, M. S. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 37.

4.3.4 A “mestiçagem santificada”³⁵⁵

A questão racial, na interpretação predominante na época em que Gilberto Freyre começou a publicar, era colocada como central no devir histórico do Brasil, expressando, através de propostas diversas, “a terrível ansiedade das elites em assimilar os avanços do mundo civilizado, o ‘ser moderno’, e fazer parte da grande comunidade ocidental.”³⁵⁶ Dominado pela figura tutelar de Raimundo Nina Rodrigues,³⁵⁷ a “estranha ciência”³⁵⁸ eugênica condenava o país em razão do diagnóstico de “degeneração racial” pronunciado em relação à população “mestiça”.³⁵⁹ Seu branqueamento ou arianização,

355 MARTINEZ-ECHAZÁBAL, L. “O culturalismo nos Anos 30 no Brasil...”. Op. cit., p. 117.

356 Idem, p. 109.

357 Falecido em 1906, sua obra foi continuada por seus alunos e pela publicação póstuma de livros tão divulgados e referenciados quanto *Os Africanos no Brasil*, saído no mesmo ano de *Casa-grande e Senzala*. Expoente importante da grande corrente brasileira de médicos que se sentiam responsáveis por “elaborar uma estratégia no sentido de ‘gerenciar’ [a] população marginalizada”. “A convicção dos médicos eugenistas era de que tão logo a eugenia fosse compreendida e posta em prática, essa ‘ciência’ seria a esperança e o remédio para os males que tinham origem fundamentalmente nas diversas constituições hereditárias dos seres humanos.” MIRANDA, C. A. C. *Uma estranha noção de ciência*. Op. cit., p. 14 e 21, respectivamente. Francisco Iglésias identifica nisso “o processo de biologização da ciência social”. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 97. Ibidem, p. 14.

358 Expressão cunhada por Carlos Miranda. Idem.

359 Ver as obras de Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), particularmente importante em virtude de suas responsabilidades no Estado brasileiro. Ele manifesta sua preocupação com a possibilidade de derivar políticas públicas dos estudos: “Em suma o que nós desejamos [é] dar bases científicas para a solução de alguns problemas mais urgentes e imperativos, como os que se prendem à formação de nossa nacionalidade no seu aspecto quantitativo e no seu aspecto qualitativo. Ou o da seleção eugênica da imigração. Ou o da distribuição racial das etnias arianas segundo o critério da sua maior ou menor adaptabilidade às diversas zonas climáticas do país.” VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1932, p. 86. Preocupado em evitar “que os puro-sangue arianos, concentrados nas camadas superiores, acabassem contaminados pelo sangue do negro e pelo sangue do índio”, “dois sangues bárbaros”, ele

por meio de imigração ou interpretação de predominância ‘branca’ nas diversas misturas, garantiria a salvação da “esterilidade” cultural prometida à nação pela autoridades médicas maiores, inspiradas em sumidades mundiais como Louis Agassiz (1807-1873), Gobineau (1816-1882), Paul Broca (1824-1888) e Cesare Lombroso (1835-1909).

Esta questão [é] o cerne mesmo da constituição de nossa nacionalidade, em que intimamente se fundiram com o Negro Americano em parte, mas sobretudo o Branco. Em torno deste fulcro – Mestiçamento – gravita o desenvolvimento da nossa capacidade cultural e no sangue negro havemos de buscar, como em fonte matriz, com algumas das nossas virtudes, muitos dos nossos defeitos.³⁶⁰

A proposta freyriana prolongou esse debate, engajado por Nina Rodrigues de forma mais instigante do que geralmente se pensa,³⁶¹

propõe um sistema comparável ao *apartheid*, inclusive tratando da “distribuição, em nosso território, dos diversos ‘tipos’ ou das diversas ‘ethnias’ europeias segundo o critério da sua maior ou menor aclimatabilidade.” Idem, p. 95, 94 e 69. Todos os cálculos preconceituosos do autor levam-no a conclusões radicalmente antitéticas às propostas de Gilberto Freyre, inclusive em termos de equilíbrio nacional: “O destino do Nordeste está traçado [...] é ficar cada vez mais subordinado à influência dominadora dos grandes campos de atração do sul. Equivale dizer que elle está condenado a ceder [...] seus elementos mais eugênicos, isto é, mais ousados, activos, ambiciosos e enérgicos, às atividades civilizadoras das regiões meridionais.” Idem, p. 235. VIANNA, F. J. O. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. Ver a abrangência desse tipo de concepção entre as autoridades brasileiras e as diversas aplicações – “prophylaxia dos delictos”, por exemplo. In: FERRAZ, Á. e LIMA Jr., A. *A Morfologia do Homem do Nordeste*. Op. cit., p. 8 et ss. Os autores eram médicos empregados pelo exército, dedicando seu estudo a recrutas para a “seleção de especialistas,[a] formação de unidades com função especial, [a] escolha de candidatos aos diferentes cursos, [a] organização de classes de alunos de nível mental homogêneo”. Idem, p. 14. Os autores tomam Gilberto Freyre como fonte de inspiração para esboçar uma parte fotográfica do estudo. Idem, p. 320.

360 RODRIGUES, R. N. *Os Africanos no Brasil*. Op. cit., p. 31-32.

361 Ver o belo estudo de Mariza Correa: *As Ilusões da Liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, SP: Edusf, 1998.

não tanto quanto à relevância do arcabouço teórico da linhagem determinista e sombria de Lombroso (embora referência fosse feita a seu mestre Franz Boas que personificava a outra proposta: histórica), mas quanto às conclusões: a miscigenação, patologia social, segundo o chefe da Escola da Bahia,³⁶² poderia – ou mesmo deveria, em virtude da afirmação da glória nacional – ser considerada sob o ângulo, até então por demais desprezado, de seus efeitos positivos: beleza, resistência ao clima tropical etc... Ou seja, nas palavras de Roberto Ventura:

Antes vista com um misto de horror e vergonha, a mestiçagem se convertera em fusão harmoniosa de raças e culturas e em valor a ser preservado, por garantir a especificidade do Brasil diante das outras nações.³⁶³

Com essa proposta, “nada menos que subversiva”,³⁶⁴ Gilberto Freyre ilustrava magistralmente o que Lourdes Martinez-Echazabal identificou como paradigma que “tem como meta a regeneração e reivindicação da identidade mestiça do homem latino-americano no contexto ocidental.”³⁶⁵ Tentativa titânica da qual o autor estava plenamente consciente.

Com audácia, Gilberto Freyre puxou a proposta até extremos interessantes. Por exemplo, a ‘mestiçagem’ antiga e não europeia dos próprios portugueses,³⁶⁶ particularmente dos seus camponeses:

alguns deles com sangue de africano do norte: árabes, mouros e mesmo negros. E o resultado da sua obra, na América tropical, pode-se apresentar hoje ao mundo como um dos

362 Ver “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”, de 1925, como muitos trechos de obras posteriores. FREYRE, G. *Região e Tradição*. Op. cit.

363 VENTURA, Roberto. *Casa-Grande e Senzala*. Op. cit., p. 22-23.

364 BROOKSHAW, D. *Raça e cor na literatura brasileira*. Op. cit., p. 104.

365 MARTINEZ-ECHAZÁBAL, L. “O culturalismo nos Anos 30 no Brasil...” Op. cit. p. 109.

366 Aspecto destacado pelos antecessores de Gilberto Freyre, inclusive Oliveira Vianna, embora com ênfase distinta.

mais felizes esforços de colonização realizada não tanto por europeus, como por semi-europeus.³⁶⁷

Além da perspicácia histórica, o argumento devolvia ao continente supostamente superior e “puro”, a gênese plural de sua população e civilização, destacando audaciosamente o aporte árabe e africano.

Jeffrey D. Needell propõe uma leitura incisiva da obra de Gilberto Freyre mostrando a relação entre as dimensões – classe e ‘raça’ – e o esforço para tornar ambos destinos desejáveis:

Primeiro, ele popularizou e legitimou a noção de que os africanos haviam contribuído positivamente para o Brasil. Ele se juntou a outros para defender o papel positivo da plantação e de sua família patriarcal. Estas duas tomadas de posição estavam relacionadas a seu esforço para estabelecer a plantação escravista colonial como a origem e expressão clássica da civilização brasileira.³⁶⁸

De forma lapidar, esse autor resumiu a tentativa freyriana de demonstrar como “relações raciais hegemônicas, miscigenação e um autoritarismo reacionário se somavam para compor a matriz daquilo que era essencialmente brasileiro.”³⁶⁹ Needell enfatiza:

Miscigenação e identidade com o patriarcalismo são fundamentais. Para Freyre, abordar a questão das origens do Brasil sob o ângulo da mistura das raças permitia tratar da sexualidade e das relações de gênero entre as raças.³⁷⁰ [...] Para Freyre, a atividade sexual e a dominação racial são metáforas uma da outra, e elas formam a matriz da sociedade brasileira.³⁷¹

Seria fascinante tratar tão rico assunto. Tanto mais que a dimensão de gênero e a temática sexual eram – maciça senão

367 FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 74.

368 NEEDELL, J. D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...” Op. cit. p. 52.

369 Idem, p. 53.

370 Idem, p. 69.

371 Idem, p. 71.

reconhecidamente – centrais na obra, aliás como em José Lins do Rego. No entanto, no presente trabalho, é a de classe que predomina. Obviamente, ambas estão estreitamente ligadas, na medida em que foram as trabalhadoras que sofreram o que Needell chama justamente de “estupro”³⁷² para levar adiante o processo tão valorizado de miscigenação genética. Foram elas também que operaram, trabalhando na casa-grande, como educadoras e cozinheiras, a miscigenação cultural.³⁷³

Hoje em dia, só os discípulos mais fieis do mestre de Apipucos discutem a presença de traços racistas na obra de Gilberto Freyre, não apenas em relação aos ‘negros’, mas também aos ‘índios’,³⁷⁴ ‘judeus’³⁷⁵ e ‘mouros’.³⁷⁶ Tais manifestações eram, às vezes, abrandadas como o cunho “apolíneo” das danças ameríndias, “diria Ruth Benedict”, opostas às manifestações “dionisiacas” dos “xangôs afro-brasileiros”.³⁷⁷ Geralmente o preconceito aparecia revestido de cari-

372 Idem, p. 70. Freyre cultiva a arte do eufemismo: “vítimas nem sempre confraternizantes no gozo!” FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p.85.

373 Ver também as hipóteses avançadas em ARAÚJO, R. B. *Guerra e Paz*. Op. cit

374 Ver, por exemplo, FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. 144 e 150, quando são descritos como “raça atrasada” e “bando de crianças grandes”.

375 NEEDELL, J. D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...”. Op. cit., p. 74 nota 77, aponta o anti-semitismo. A origem “semita” do impulso mercantil (*Interpretação do Brasil*, op. cit., p. 53, 56, 58, 60, 62); a “plasticidade do colonizador português”, atribuída à “mistura da gente de Portugal com o povo semítico” (p. 64 etc.). O aspecto caricatural do anti-semitismo está evidente em *A Interpretação do Brasil* (por exemplo: “muito judeu astuto, dos sefárdicos, procurou disfarçar o seu nariz semítico debaixo de tais óculos” (p. 51). O impacto de tais frases é maior pelo fato de terem sido escritas precisamente na época da ‘descoberta’ dos campos de concentração nazistas. Esse tipo de abordagem crítica não permanece sem resposta; ver, por exemplo, o protesto de Edson Nery da Fonseca em “Gilberto, um anti-semita?”. In: *Jornal do Commercio*, 26.11.1995. Entre os argumentos de defesa, o fato de o autor ter amigos judeus. Ver, em particular, SILVA, S. C. *Tempos de Casa-Grande*. Op. cit., p. 94-96.

376 “Isolamento árabe”, “submissão muçulmana”, por exemplo. FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. 358.

377 Idem, p. 312.

caturização e desprezo costumeiros, repetindo os mais absurdos dos chavões. Mas sua proposta de leitura da história da região permaneceu otimista, dando afinco para uma celebração de “seu próprio esplendor”.³⁷⁸ Talvez essa conclusão reconfortante lhe valesse um generoso esquecimento de julgamentos discriminatórios por demais sintonizados com os sinistros desdobramentos segregacionistas de nosso tempo. Um pudico véu fora estendido sobre afirmativas racistas e sexistas, sustentado pelo culto institucional que lhe é celebrado.

4.3.5 Eugenia vs miscigenação: Nina Rodrigues vs Gilberto Freyre?

Nos seus escritos, Gilberto Freyre deambulou entre linhas explicativas normalmente opostas. Ora, o autor não resistiu à atração da forte tradição eugênica da Escola de Medicina da Bahia, citando, nem sempre para rebatê-los inteiramente, todos os argumentos da panóplia rodriguesca: do índice nasal³⁷⁹ à forma do crânio,³⁸⁰ seu peso ou volume,³⁸¹ classificação sanguínea, glândulas endócrinas³⁸² etc., com diagnósticos que eugenistas clássicos não recusariam: “O intercurso sexual de brancos dos melhores stocks – inclusive eclesiásticos, sem dúvida nenhuma dos elementos mais seletos e eugênicos na formação brasileira”.³⁸³ Ora, fazia um balanço, sempre positivo, do resultado – a miscigenação – em virtude da tradição histórico-cultural de Boas, dentro da ampla explicação do

378 NEEDELL, J. D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...” Op. cit, p. 67.

379 FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. 377.

380 Embora, em outro trecho descarte o argumento. Idem, p. 317.

381 Idem, p. 319. Essa página mostra inegavelmente o fascínio pelo exercício “científico”, quando ele debate não a metodologia, mas a colocação do “negro” na hierarquia.

382 Idem, p. 313.

383 Idem, p. 458.

evolucionismo cultural.³⁸⁴ Mas sua compreensão do legado do pioneiro que foi seu mestre, parece sempre deslizar novamente em direção aos velhos conceitos, caros à escola de Nina Rodrigues. Esse último está, aliás, sempre presente entre as figuras tutelares evocadas nos eventos promovidos por Gilberto Freyre. Assim, em *Sobrados e Mocambos*, ele não hesitou em afirmar:

*Que existem entre os sexos diferenças mentais de capacidade criadora e de predisposição para certas formas de atividade ou de sensibilidade, parece tão fora de dúvida quanto existirem diferenças semelhantes entre as raças. Não é certo que a escola de Boas pretenda ter demonstrado, como supõem alguns dos seus intérpretes mais apressados, ou dos seus críticos mais ligeiros, a inexistência de diferenças entre as raças, cuja variedade seria só a pitoresca, de cor de pele e de forma de corpo. O que aquela escola acentuou foi o erro de interpretação antropológica de se identificarem as diferenças entre as raças, com ideias de superioridade e inferioridade; e principalmente, o de se desprezar o critério histórico-cultural na análise das supostas superioridades e inferioridades de raça.*³⁸⁵

Esse tipo de raciocínio lembra as justificativas das políticas discriminatórias vigentes, até os anos 1960, no mundo africano e asiático colonizado pelos europeus, bem como nos Estados Unidos, numa versão mais sofisticada, sob o lema “*Separate but Equal*.”³⁸⁶ É o que Durval Muniz chama de “pensamento de transição”.³⁸⁷

384 Por exemplo, em relação à qualidade de “plasticidade”, tão essencial ao projeto nacional brasileiro, ele declara os japoneses “[m]enos hirtos que os anglo-saxões, que os alemães, que os poloneses, que os russo-alemães. Mas sem a plasticidade, é claro, dos italianos, em face de um país quente já latinizado ou romanizado pela colonização hispânica e Católica.” FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. Op. cit., v. 2, p. 446

385 FREYRE, G. *Sobrados e Mocambos*. Op. cit., p. 106. Ênfase minha.

386 Legislação sobre medidas segregacionistas em certos estados dos USA até os anos 1960.

387 ALBUQUERQUE, D. M. de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 148.

A convocação do 1º Congresso Afro-Brasileiro, em 1934, num ambiente dominado por correntes eugênicas,³⁸⁸ foi notável e audacioso. Contudo, o segundo volume de seus *Anais* foi significativamente dedicado a Nina Rodrigues. Nos trabalhos, as mais tradicionais linhas explicativas eugênicas conviviam com um singular artigo tratando de classes, redigido por um marxista, Edison Carneiro, membro do Partido Comunista na Bahia. Sua contribuição se intitulava: “Situação do Negro no Brasil”.³⁸⁹ Gilberto Freyre, que assinou várias contribuições, se orgulhava, enquanto organizador do evento, da participação até mesmo de “cozinheiras velhas” e “negros de engenhos”.³⁹⁰ Realmente, num artigo muito curto, o trabalhador Jovino da Raiz,³⁹¹ abraçou a tese central do autor de *Casa-grande e Senzala*, completando-o. Confirmando, ele não reinterpreto, muito menos reinventou uma visão que poderia se beneficiar do seu ângulo de observação. Apenas propôs uma repetição que tendeu ao fortalecimento do mito, precisamente destinado a apagar a distinção de classe, paradoxalmente ilustrada, mais do que representada, na sua presença/fala, como trabalhador.

Entretanto, sua simples presença constituiu, sem dúvida, um fato inédito no Brasil como em muitos outros ambientes não revolucionários. Junto com outros aspectos do projeto, ela serviria de prova à acusação, feita por setores conservadores, ao coordenador

388 O Primeiro Congresso de Eugenia ocorreu, em 1929, sob “o patrocínio e beneplácito da Academia Nacional de Medicina”. Em 1933, a Assembleia Constituinte abrigou debates propondo medidas restritivas radicais à entrada de imigrantes considerados ‘indesejáveis’, particularmente africanos. A Constituição de 1934 refletia uma “vitória parcial dos eugenistas”. MIRANDA, C.A.C. *Uma estranha noção de ciência*. Op. cit., p. 30 e 32.

389 In: *Estudos Afro-Brasileiros*. [1934] Recife: Fundaj: Massangana, 1988, p. 237-241.

390 FREYRE, Gilberto. “O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife”. In: *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. [1937] Recife: Fundaj: Massangana, 1988, p. 48.

391 RAIZ, Jovino da. “O Trabalhador Negro no Tempo de Banguê Comparado com o Trabalhador Negro no Tempo das Usinas de Assucar”. In: *Estudos Afro-Brasileiros*. [1934] Recife: Fundaj: Massangana, 1988, p. 191-194.

de instalar-se “no Brasil a serviço do Komintern”.³⁹² Denunciado por meios da direita como “anarquista, comunista perigoso e pornográfico”,³⁹³ Gilberto Freyre seria vítima de encarceramento, assim como vários dos participantes, inclusive Ulysses Pernambucano. Corajosamente, afirmavam sua originalidade de pensamento.

Esse grupo de pesquisadores do Recife é hoje um dos que mais insistem na face social e no que se pode chamar o aspecto regional – isto é, de meio social, inclusive o econômico – da psiquiatria. [...] Sinal de que não vêm encontrando, no mestiço ou no negro do Nordeste, aquela absoluta inferioridade de raça ou de sub-raça em que acreditara Nina Rodrigues.³⁹⁴

Todavia, o que predominava nos trabalhos do 1º Congresso Afrobrasileiro, como testemunham os anais posteriormente publicados em dois volumes,³⁹⁵ era a congregação das tradicionais problemáticas já investigadas antes. O objetivo dessa iniciativa era dar

novo feitiço e novo sabor aos estudos afro-brasileiros, libertando-os do exclusivismo acadêmico ou cientificista das “escolas” rígidas, por um lado, e por outro, da leviandade e da ligeireza dos que cultivam o assunto por simples gosto do pitoresco, por literatice, por politiquice, por estetismo, sem nenhuma disciplina intelectual ou científica, sem um sentido social mais profundo dos fatos. A colaboração de analfabetos, de cozinheiras, de pais de terreiro, ao lado da dos doutores, como que deu uma força nova aos estudos, a frescura e a vivacidade dos contatos diretos com a realidade bruta.³⁹⁶

Talvez seja por isso que Gilberto Freyre se reclamava generosamente da tradição dos *narodniki*, no prefácio de *Casa-grande e*

392 Reportagem em *Folha da Manhã*, “Como se conta a História”, 28/07/1938, p. 2.

393 MIRANDA, C. A. C. *Uma estranha noção de ciência*. Op. cit., p. 32.

394 FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 189.

395 *Estudos Afro-Brasileiros*. Op. cit., e o segundo: *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Op. cit.

396 FREYRE, G. “O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife”. Op. cit., p. 351.

Senzala. As moções do Congresso revelam-se mais significativas e avançadas, em termos de conteúdo social, que os próprios trabalhos publicados. Assim, a primeira delas rezava:

1. Sendo as classes trabalhadoras do Brasil, em grande parte, gente de sangue negro e herdeira de elementos valiosos de cultura negra, o 1º congresso Afro-brasileiro manifesta sua solidariedade a essas classes, contra toda forma de opressão.³⁹⁷

Tom esse que soava muito estranho no meio de estudos ou impregnados de eugenismo ou interessados nas tradições folclóricas, com a exceção acima mencionada. Emprestando “uma definição fundamentalmente neo-lamarckiana”³⁹⁸ ao conceito de ‘raça’,³⁹⁹ incorporando o “meio físico”⁴⁰⁰ no elenco das “forças [...] que atuaram sobre os negros no sentido do seu abasileiramento”,⁴⁰¹ Gilberto Freyre formulou, através de obras publicadas com frequência reiterativa impressionante, uma proposta interpretativa que “parece operar com uma noção mais ampla de cultura.” Com efeito, ela incorporava “plasticamente a influência de qualquer tradição muçulmana, negra, judaica ou francesa, ampliando e alterando no mesmo movimento, a própria noção de cultura.”⁴⁰² No entanto, essa proposta, cuja virtude principal era, sem dúvida, o dinamismo otimista na valorização do “poder criador” do Brasil,⁴⁰³ não apareceu realmente

397 “O Encerramento do I Congresso Afro-Brasileiro”. DP 16.11.1934, p. 4.

398 ARAÚJO, R. B. *Guerra e Paz*. Op. cit., p. 39.

399 Ele o reivindica explicitamente. FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit. p. 314-315

400 Idem, p. 376.

401 Ibidem.

402 ARAÚJO, R. B. *Guerra e Paz*. Op. cit., p. 103.

403 Traduzido nas mais diversas atividades artísticas e técnicas, mas também na política internacional (p. 236). E, acrescenta o autor, citando famosos especialistas de diversas origens, depois de longa recapitulação ilustrativa, o Brasil “recebe elogios pela sua tradicional tolerância de diferenças de raça e pela maneira por que tratou seus escravos e deu-lhes afinal liberdade”. FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 245.

como opção entre linhas explicativas opostas, rivais. Antes, constituiu uma aliança e a soma de diversas tendências. Pois, ao mencionar clima e ‘raça’, o autor realçou, ao mesmo tempo e como bom aluno de Boas, os “motivos principalmente sociais, e não de clima”⁴⁰⁴ na definição de uma cultura. Igualmente, pareceu hesitar em descartar conceitos cujo uso rechaçava: “Se a raça, como lembram os antropologistas modernos, conta menos do que a composição genética das populações.”⁴⁰⁵ Em conclusão ao capítulo, no entanto, ele enfatizou “causas nitidamente sociais” contra o uso de “um ‘racismo’ muito suspeito, quase sem nenhum cheiro de ciência e com um odor cada dia mais carregado de intenção política.”⁴⁰⁶ Assim, longe de recusar as ‘raças’⁴⁰⁷ e até mesmo sua hierarquização detalhada, em debate estavam apenas as qualificações dadas a cada uma delas.

Gilberto Freyre construiu, deste modo, uma versão da história do Brasil que expressava sua proposta de identidade nacional, “em que a obsessão com o progresso e a razão, com a integração do País na marcha da civilização, fosse até certo ponto substituída por uma interpretação que desse alguma atenção à híbrida e singular articulação de tradições” diversas.⁴⁰⁸ Firmemente evolucionista, embora rompendo “com a abordagem cronológica clássica”, como sublinhou Carlos Guilherme Mota,⁴⁰⁹ ele pareceu congelar o tempo na descrição de uma sociedade antiga, ultrapassada, embora simultaneamente concebida como gestante. Nisso, detectava-se

404 FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. 379. Várias vezes, o autor volta com a mesma argumentação, mostrando a insuficiência de uma explicação climática. Ver p. 396.

405 FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 132.

406 Idem, p. 137.

407 A ânsia de classificar o leva a criar um elenco detalhado de tipos e linhagens que ele chama de genética complexa, referencial clássico na eugenia, abrangendo traços físicos, comportamentos coletivos e individuais etc.

408 ARAÚJO, R. B. *Guerra e Paz*. Op. cit., p. 30.

409 MOTA, Carlos Guilherme. “A Historiografia Brasileira nos Últimos Quarenta Anos: Tentativa de Avaliação Crítica”. In: *Debate e Crítica*, 1973, p. 9.

também a posição de um otimismo dogmático, muito distinto do tom decadentista de José Lins do Rego. Gestação perpétua, entretanto, acompanhada, ao que parece, de um declínio precoce que a tornava já lembrança, objeto de saudades, reencontrando assim o *Menino de Engenho*. Em Gilberto Freyre, todavia, essa saudade era empreendedora, construtora potencial de tempos vindouros. Dialética temporal que ele próprio confirmou no prefácio à edição francesa de *Casa-grande e Senzala* (1973): “O livro enfim inovava pela concepção do tempo vislumbrada, a uma vez, no passado, no presente e no futuro.”⁴¹⁰

Ademais, a geografia do Brasil tinha uma profundidade temporal que revelava “épocas” diferentes, velocidades distintas nas sociedades das regiões.⁴¹¹ Mas o apogeu da sua, tão necessariamente inscrita no tempo por força dos cânones evolucionistas e da própria importância dada ao elemento europeu na mistura (afinal os portugueses chegaram em dada época), não pareceu intimamente ligada a – e, portanto, definida por – um período cernido por razões que poderiam ser de ordem econômica, política etc. O tempo histórico, embora central na demonstração, era ritualizado, como aqueles identificados por Marshall Sahlins.⁴¹² Pois era preciso escapar à clivagem do unilinearismo histórico,⁴¹³ que colocava o mundo colonizado (e ex-colonizado, com as notáveis exceções das ‘colônias de povoamento’ europeias: Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia) numa posição irremediavelmente subalterna.

O resultado do exercício intelectual explicativo de Gilberto Freyre para manter a iniciativa histórica no campo brasileiro nessa corrida desigual, é fundamentalmente de essência. Por isso, o sistema

410 FREYRE, G. *Maîtres et Esclaves. La formation de la société brésilienne*. (1952) Paris: Gallimard, 1974, p. 24.

411 Ver o belo estudo de Durval Muniz de Albuquerque, *O engenho antimoderno*. Op. cit.

412 SAHLINS, M. *As ilhas da história*. Op. cit.

413 Ver 5.1 O evolucionismo na sucessão dos modos de produção.

freyreano é capaz de acomodar tantas linhas antitéticas nas suas dinâmicas. “A História e a natureza”⁴¹⁴ contribuem para a formação social brasileira, coroada pela ascensão social dos ‘mestiços’, consequência evolucionistamente adequada à tão elogiada miscigenação. A ambiguidade no tratamento da questão,⁴¹⁵ entretanto, induz conotações paradoxais em termos de desenraizamento, dissolução da identidade nacional brasileira original, como se o processo de “fabricação” fosse mais importante do que o resultado e seu devir.

4.3.6 O mito da democracia racial

Gilberto Freyre apresenta a sociedade brasileira na sua formação:

[A] imagem quase idílica da nossa sociedade colonial, ocultando a exploração, os conflitos e a discriminação que a escravidão necessariamente implica atrás de uma fantasiosa “democracia racial”, na qual senhores e escravos se confraternizariam embalados por um clima de extrema intimidade e mútua cooperação.⁴¹⁶

Essa proposta constituiu um esforço de interpretação teórica, cuja resultante era um mito até hoje em discussão. Contudo, ela representou também uma inovação argumentativa como o lembra, num contexto apropriadamente continental, Lourdes Martinez-Echazabal:

O discurso de Freyre é marcado tanto pela continuidade como pela ruptura. A distinção que o autor estabelece entre raça e cultura caracteriza uma ruptura com os discursos sociais de sua época, temperados ainda pelo pensamento científico e filosófico do século XIX, que promovia conceitos racistas e deterministas acerca da relação e dependência entre raça e cultura. Não obstante, encontra-se em Freyre, bem como na maioria

414 NEEDELL, J. D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...”. Op. cit. p. 76.

415 Ver, a este respeito, por exemplo: FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 141 et ss.

416 ARAÚJO, R. B. *Guerra e Paz*. Op. cit., p. 31.

dos pensadores latino-americanos das décadas de 20 a 50, a permanência de uma lógica racial que, embora explicitamente culturalizada, mantém alguns nexos com o passado.⁴¹⁷

A “confraternização de valores e de sentimentos”,⁴¹⁸ termo reiterado incessantemente, constituía, ao mesmo tempo, o cimento social⁴¹⁹ e a originalidade da construção histórica da sociedade brasileira contra os “preconceitos europeus de raça”.⁴²⁰ Pontualmente, ela era atribuída à religião católica, contra outras vertentes do cristianismo,⁴²¹ embora essa opinião não fosse constante no conjunto da obra. “A religião tornou-se o ponto de encontro e de confraternização entre as duas culturas, a do senhor e a do negro.”⁴²² Era-lhe devotada a maior importância sobre os demais componentes culturais na aculturação dos africanos deportados e escravizados; “a primeira fervura” na “desafricanização”, revelando neles uma plasticidade “moral” “e também física”,⁴²³ aliás, elogiada. Todavia, no parágrafo seguinte, os lugares de redução dos recém-chegados à ordem da plantação eram, devida, embora displicentemente, mencionados: “A verdadeira iniciação [...] fez-se na senzala e no eito”, os novatos sendo instruídos “na rotina da plantação da cana e do fabrico do açúcar”.⁴²⁴ Habilmente, Gilberto Freyre livrava-se

417 “A pretensa dissociação entre raça e cultura, o deslocamento retórico no âmbito destes conceitos e os processos de racialização da cultura e da culturalização da raça na escrita latino-americana – incluída parcialmente na obra de Freyre – são alguns dos temas com os quais tenho trabalhado nos últimos doze anos.” MARTINEZ-ECHAZÁBAL, L. “O culturalismo nos Anos 30 no Brasil...” Op. cit., p. 110.

418 FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. 374.

419 No sentido que Georges Duby atribui à fé jurada, nas relações de “homem a homem” organizando a sociedade feudal europeia.

420 FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 221-222.

421 Sobre “negros batizados” e “escravos constituídos cristãmente em família”, FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. 466.

422 Idem, p. 380.

423 Idem, p. 382.

424 Ibidem.

assim da acusação de miopia grotesca frente ao peso maior da realidade do trabalho forçado nos canaviais. Mas, ao dedicar-lhe raríssimas, sucintas e alusivas menções, ele garantiu que o assunto fosse, de fato, considerado marginal. Ou melhor dito, ambiental. Tão óbvio quanto o clima, a localização tropical da região. Volta assim a velha aristotélica naturalização da hierarquia das classes, apesar dos ensinamentos de Boas, cujo âmbito freyriano de aplicação pareceu restrito à casa-grande.

A linha explicativa da “democracia racial” e confraternização entre habitantes da casa-grande e da senzala seduziu muitos pensadores contemporâneos de Gilberto Freyre. Entre outros, Fernand Braudel, testemunho direto da vida no Brasil, ratificou essa concepção, criticando o trabalho de um colega norte-americano, em razão de suas conclusões a respeito da existência de tendências racistas na sociedade brasileira:

Na escala da nação, a cordialidade reina entre peles de cor diferente e há muito tempo que Gilberto Freyre assinalou sua fraternização sexual. Certamente, o racismo, bastante benigno, de cidade pequena, se é que existe, não parece entrar na linha histórica do passado brasileiro.⁴²⁵

Daí talvez a possibilidade de ignorar simplesmente, ou descartar, a centralidade da questão de classe como motor da história. Needell observa que os escravizados eram tratados apenas “num tom feliz e exótico”,⁴²⁶ particularmente quanto à sexualidade e culinária. A

425 “Dans le Brésil Bahianais: le présent explique le passé” a propósito do livro de Marvin Harris, *Town and Country in Brazil*. New York: Columbia Univ. Press, 1956. In: BRAUDEL, F. *Ecrits sur l'histoire*. v. 1. Paris: Flammarion, 1969, p. 253. Ver, por exemplo, as declarações de Peter Burke à *Folha de São Paulo*, 11.09.1994, cad. 6, p. 4.

426 NEEDELL, J. D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...”. Op. cit, p. 66. Nesse sentido, Gilberto Freyre gosta de aproveitar expressões apropriadas a seu propósito sob a pena de “autoridades” de preferência européias ou norte americanas, para tornar sua demonstração mais pungente. Assim, cita, por exemplo,

luta de classe era absorvida, pois a “força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza dos antagonismos equilibrados”,⁴²⁷ numa combinação original e perene, quase modelar, que garantia tanto a singularidade (superioridade) do gênio brasileiro quanto a manutenção da ordem social desigual sob festividades benignas e iguarias.

Não que no brasileiro subsistam, como no anglo-americano, duas metades inimigas: a branca e a preta; o ex-senhor e o ex-escravo. De modo nenhum. Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos num todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro.⁴²⁸

4.3.7 Patriarcalismo e feudalismo: um “aristocratism compensatório”⁴²⁹?

Tocando apenas no debate sobre o modo de produção reinante na região (pelo menos nos termos econômicos habituais⁴³⁰), Gilberto

viajantes e até mesmo abolicionistas, descrevendo favoravelmente as condições de vida dos escravizados como “*fairly treated*” ou “tão felizes como crianças”. FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 109. Outro exemplo: “Nos engenhos, tanto nas plantações como dentro de casa [...] os negros trabalharam sempre cantando”. FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. 477. Essas afirmativas, salpicadas ao longo da narrativa, fortalecem obviamente a tese central do bem-estar dos escravizados no Brasil, bem como, implicitamente, de sua inferioridade racial/cultural, na medida em que se satisfaziam com a situação. Esse aspecto deve ser colocado em relação também com os comentários do autor a respeito da suposta ausência de revolta.

427 FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. 355.

428 Ibidem.

429 CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento”. In: *América Latina em sua literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 357-8, *apud* D’ANDREA, M. S. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 95.

430 Como se fosse a contragosto, ele reconhece: “Por menos inclinados que sejamos ao materialismo histórico, tantas vezes exagerado nas suas generalizações

Freyre utilizou geralmente um conceito que corresponderia à originalidade do desenvolvimento histórico local e, consequentemente, brasileiro. Ele o batizou assim: “[c]omplexo patriarcal, dedicado à monocultura, latifundiário, escravista, e sociologicamente feudal, embora já misto, semi-feudal, semi-capitalista, na sua economia.”⁴³¹ Feudal e capitalista pelo lado econômico, aliás sem detalhes; mas sobretudo feudal.⁴³² O vocábulo era empregado como qualificativo, alternando com a expressão “patriarcal-agrário”.⁴³³ Ricardo Benzaquen de Araújo interpreta essa escolha como sendo destinada a descrever as relações de “virtual independência dos senhores de engenho em relação à coroa portuguesa”,

[...] temos que admitir influência considerável, embora nem sempre preponderante, da técnica da produção econômica sobre a estrutura das sociedades; na caracterização da sua fisionomia moral.” Prefácio à 1ª edição de *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. 11.

431 *História Social da Agro-indústria canavieira*. Recife: IAA, Museu do Açúcar, 1974.

432 Por exemplo, na *Interpretação do Brasil*, op. cit. “plantações quase feudais” (p. 56); “sistema feudal de agricultura latifundiária e escravocrata” (p. 75); “colonização feudal” (p. 77); “sistema feudal ou aristocrático de plantação” (p. 94); “regime feudal, ou quase feudal, de agricultura” (p. 96); p. 123, 203 etc.; *Sobrados e Mucambos*, op. cit. p. 102 etc. Mas o que predomina, é a permutabilidade dos termos. Assim, em páginas seguintes, o sistema de exploração pode ser chamado de feudal, escravista, latifundiário, patriarcal, ou “de plantação” ou “sistema dos grandes plantadores”. (FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 97). Para os Estados Unidos, ele usa a expressão “sistema de plantação” ou “sistema de monocultura”. Idem, p. 99-100.

433 FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. Op. cit., p. 148. Posteriormente, ele declarou: “Ficaria para as caturras sem visão a crença ingênua num feudalismo [...] que teria marcado com sua influência os começos e o desenvolvimento da nossa economia e sociedade predominantemente agrárias, escravocratas e patriarcais até quase nossos dias – e aqui somos obrigados a lembrar que a caracterização sociológica da economia brasileira como monocultura latifundiária e escravocrata, antes de ser do historiador Caio Prado Júnior, como pretendem alguns estudiosos do assunto, é nosso – embora desde os seus começos marcadas também pela influência do capitalismo burguês.” No entanto, a tentação feudal prevalece, pois, mais adiante no artigo, ele designa o complexo “monocultor, escravocrata e patriarcal, e, ao seu modo, feudal.” DP, 08.01.1950.

mas sem que o autor faça “nenhuma referência mais sistemática a qualquer categoria capaz de despontar como um equivalente à ideia de vassalagem.”⁴³⁴ Entretanto, não elaborou sobre o que seria esse feudalismo: “em suas formas a organização brasileira foi predominantemente feudal – embora um tanto capitalista desde o início – durante séculos”,⁴³⁵ o que levou Carlos Guilherme Mota a diagnosticar justamente: “Maneira de indefinir”.⁴³⁶ Vez por outra, Gilberto Freyre recorria a precauções oratórias: “engenhos quase feudais”⁴³⁷ “aristocracia quase feudal”,⁴³⁸ e utilizava o termo a respeito das mais diversas facetas da vida social dentro da classe dominante (conflitos entre senhores e seus vassalos), modo de vida e etiqueta, ou então das relações sociais mais amplas, com os lavradores etc.

Interessante, embora raro, “poder feudal”⁴³⁹ descrevia a recusa do proprietário a vender qualquer extensão de suas terras. Mas, geralmente, a referência parecia simplesmente evocar conotações ora prestigiosas (no sentido de nobreza): “senhores feudais”,⁴⁴⁰ “[n]ovos barões feudais”, “o largo viver quase feudal”,⁴⁴¹ “aristocracia quase feudal”;⁴⁴² ora enfatizando o poder dos senhores, a hierarquia entre grupos sociais. Não surpreendentemente, o adjetivo “medieval” servia o mesmo propósito: “senhores de engenho de barbas ainda medievais”,⁴⁴³ expressão aliando o desusado à conotação de antiguidade no sentido da linhagem e, portanto, novamente de nobreza.

434 ARAÚJO, R. B. *Guerra e Paz*. Op. cit., p. 88-89.

435 FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. Op. cit., p. 354.

436 MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira*. Op. cit., p. 64.

437 FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. Op. cit., v. 2, p. 477.

438 FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 31. Ver, também, p. 147 “*aristocratas quase feudais dos engenhos*”.

439 *Ibidem*, p. 154.

440 FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 95.

441 FREYRE, G. “Algumas notas sobre a pintura no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 130. Ele cita a revista *O Progresso* de Recife.

442 FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 136.

443 FREYRE, G. “Algumas notas sobre a pintura no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 86.

“[S]ervo” e “servidão”,⁴⁴⁴ por sua vez, indicavam a sujeição, independentemente de qualquer referência a um sistema social ou modo de produção. Apenas em certos trechos, entendia-se um conceito mais clássico: a instalação de portugueses do Norte, “população que se faz ainda hoje notar pelo seu sangue visigodo-romano e os seus característicos nórdicos”, na Nova Lusitânia, sendo eles de “pequena nobreza agrária”, permitiu na produção de cana-de-açúcar “uma revivescência de organização social feudal, com escravos africanos fazendo o papel de servos.”⁴⁴⁵

Em outros momentos da obra, a escravidão mereceu, como o sublinha Ricardo Benzaquen de Araújo, um tratamento diverso, não assimilativo a modelos europeus. Gilberto Freyre procedeu por comparação com outras sociedades que praticaram o que foi tão justamente chamado de “Instituição Peculiar”.⁴⁴⁶ Embora predominasse nas descrições a “similaridade” com as Antilhas ou o Sul dos Estados Unidos,⁴⁴⁷ o julgamento era distinto. “Assim, teríamos no Brasil um escravismo eminentemente patriarcal, enquanto que o dos Estados Unidos, pela sua própria interpenetração com uma lógica mais capitalista, iria adquirir tons menos suaves, mais violentos e sombrios.”⁴⁴⁸ Ou seja, analiticamente muito mais do que o “acessório” (“as diferenças de língua, de raça e de forma de religião”)⁴⁴⁹ poderia deixar aparecer.

444 Ver FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. Op. cit., v. 2, p. 704, a respeito da administração de óleo de rícino, para descrever as pessoas que não são nem “sinhas” nem “burgueses”.

445 FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 65.

446 STAMPP, Kenneth M. *The Peculiar Institution*. New York: Vintage Books, 1956.

447 Comparação particularmente explorada em FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., Capítulo II, “Fronteiras e Plantações”, p. 91-138.

448 ARAÚJO, R. B. *Guerra e Paz*. Op. cit., p. 98. Esse aspecto está ilustrado em NEEDELL, J. D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...” Op. cit., quando relata as diversas e, às vezes, chocantes experiências de Gilberto Freyre no ‘Deep South’ norte-americano. Ver, particularmente, p. 64 *et ss*.

449 FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. X-XI, (1963).

As consequências dessa diferença seriam também de cunho político na sociedade maior. Assim, nos Estados Unidos,

[s]e o pacto constitucional produzia cidadãos, a ausência dele irá estimular o aparecimento de um mundo – de senhores de engenho, claro – composto apenas de soberanos, soberanos que desconheciam qualquer regra e qualquer autoridade superior à sua, sentido-se desmedidamente livres tanto para impor despoticamente a sua vontade quanto para aceitar até as mais incompatíveis influências, de acordo com as suas conveniências.⁴⁵⁰

Perfil perfeito, em termos sociológicos, dos retratos individuais personificando o “verdadeiro senhor de engenho”, tão frequentes nos romances de José Lins do Rego. Essa suposta independência era sugerida precisamente pelo vocábulo “feudal”, que surgia, volta e meia, para colocar uma referência propriamente europeia na análise. Em *Ordem e Progresso*,⁴⁵¹ no capítulo “República e a ordem econômica”, ele afirmava:

Além do que, no Norte e no Nordeste, a economia baseada sobre o cultivo da cana e o fabrico do açúcar, desenvolvera condições de tal modo feudais nas relações entre senhores e escravos de campo, que os colonos europeus não se consideravam com as forças necessárias a superá-las, enquanto sobrevivessem o latifúndio e a monocultura, mesmo desacompanhados da escravidão.⁴⁵²

450 ARAÚJO, R. B. *Guerra e Paz*. Op. cit., p. 101.

451 FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. Op. cit., terceiro volume da grande “Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil”, começada com *Casa-grande e Senzala*, tem por subtítulo: *Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o Regime de Trabalho Livre: Aspectos de Quase Meio Século de Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre; e da Monarquia para a República*.

452 FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. v. 2, Op. cit., p. 399-400. Ver, também, FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 76.

Nisso, Gilberto Freyre concordava com Oliveira Vianna, seu adversário sobre a questão eugênica.⁴⁵³ Candidamente, este último mostrava como a pequena propriedade “essencialmente democrática”, não respondia às expectativas “feudais” dos “fidalgos” colonizadores, mais propensos ao latifúndio. Ademais, ele se adequava aos objetivos da metrópole que pretendia “realizar a exploração em

453 No comentário ao Censo de 1920, (VIANNA, F. J. O. “O povo brasileiro e sua evolução”. Op. cit. Ver, particularmente, a segunda parte: “Evolução da raça” p. 111-131) onde ele glorifica a origem, não só européia como “germânica” dos colonos: “Ora, como brancos puros, o temperamento aventureiro e nômade, que os impele para os sertões à caça de ouro ou de índios, não lhes pode vir senão de uma ancestralidade germânica; só a presença nas suas veias de glóbulos de sangue dos dolico-louros pode explicar a sua combatividade, seu nomadismo, essa mobilidade incoercível, que os faz irradiarem-se por todo o Brasil, do norte e do sul, em menos de um século.” (p. 317). Invocando “as mais modernas revelações da antropologia, da etnologia e da crítica histórica”, ele diagnostica um “caos étnico, donde vai sair o nosso tipo antropológico e racial”, precisando ainda que são “os tipos africanos que vão trazer a esse caos o contingente maior de confusão e discórdância” (p. 319). Seus critérios de classificação comportam, além de traços ‘físicos e de beleza’, a moralidade e as competências diversas. Assim, o negro é “superior pela operosidade e pela obediência ao índio”, o que justifica sua presença “na zona de faixa agrícola” e “nas regiões do ouro” (p. 323 e 324). Quanto à mestiçagem, ele sentencia: “Os mulatos, em regra, mais inteligentes do que os negros puros, mais vivazes e destros, mais ‘ladinos’ aplicam-nos os senhores em ofícios mais finos” (p. 325). Eles também “tendem, entretanto, a sair desta classe [dos escravizados] para a classe livre dos ‘moradores’, principalmente os mais claros, filhos, em regra, de pais brancos que os libertam pela alforria.” (p. 326). Racista e conservador, Oliveira Vianna tira do estudo geográfico e demográfico, a seguinte conclusão: “Não só a potencialidade eugénica do Homo afer é reduzida em si mesmo, como, posta em função de civilização organizada pelo homem de raça branca, ainda mais reduzida se torna. O negro puro nunca poderá, com efeito, assimilar completamente a cultura ariana, mesmo os seus exemplares mais elevados: a sua capacidade de civilização, a sua civilizabilidade, não vai além da imitação, mais ou menos perfeita, dos hábitos e costumes do homem branco. Entre a mentalidade deste e a do homem africano puro há uma diferença de estrutura, substancial e irreductível, que nenhuma pressão social ou cultural, por mais prolongada que seja, será capaz de vencer e eliminar.” Idem, p. 327-8.

grande”, por meio de “grande cultura.”⁴⁵⁴ A seguir, ele complementou a demonstração:

Só a cana-de-açúcar se lavra em grande e se faz a base da riqueza agrícola no período colonial. Esta cultura exige grande cabedais, porque cultura industrial, como complicado e dispendioso beneficiamento.⁴⁵⁵

Longe dos floreios sobre a aristocracia, seguiam os fatos brutos da economia, sem rodeios: seus membros eram obrigados a “serem impecavelmente pontuais para com esses comerciantes” para garantir a entrega de seu produto no “tempo da frota”.⁴⁵⁶

4.3.8 Civilizações são como ostras: “doentes é que dão pérolas”⁴⁵⁷

Obrigatória era a combinação de latifúndio, para monocultura de exportação, e escravidão. Ambos imprescindíveis à própria existência da nação e civilização brasileiras, pelo menos nos seus princípios nordestinos.

O sistema agrícola da monocultura latifundiária e escravocrata foi aqui o quase militar da conquista de terras para fins imediatos de guerra ou de campanha. Não se pensou nunca no tempo, mas só no espaço; e no espaço, em termos de um só produto a explorar desbragadamente – o açúcar. Exploração com fins imediatos. A monocultura teve de ser latifundiária e escravocrata pelas suas próprias condições de sistema de exploração agrícola quase militar, talvez necessário em terras como as do Brasil de 1500.⁴⁵⁸

454 Idem, p. 284.

455 Idem, p. 285.

456 Idem, p. 286.

457 FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 127.

458 Idem, p. 51-52.

História e natureza se confundiam na argumentação. Difícil determinar, no emaranhado das linhas explicativas, qual prevalecia nessa obrigatoriedade, confluindo numa constatação concreta tão óbvia que ela pesava como uma fatalidade. Fatalidade cuja qualidade desejável era, pontual e rapidamente, temperada por julgamentos de valor mais contundentes. Ao lado de todos os desdobramentos positivos do cultivo da cana-de-açúcar, em termos civilizatórios, as condições sociais desumanas eram mencionadas como uma “doença”:

O estudo da patologia individual levou-os [os médicos de família] ao estudo da patologia social. Os doentes levaram-nos às doenças sociais. À grande doença, raiz de quase todas, que era o sistema econômico dentro do qual o homem vivia – a maioria, negra e parda, escrava da minoria pálida; e todos escravos da cana. Escravos do açúcar.⁴⁵⁹

Restabelecia, assim, o autor certo equilíbrio em relação às dezenas de páginas tratando exclusivamente dos mínimos detalhes da vida da “insignificante minoria”, de origem (parcial mas) devidamente “de sangue europeu do Norte – o dos normandos louros”⁴⁶⁰ e portugueses, também nortenhos, “de boa composição genética”,⁴⁶¹ explorando desumanamente a grande maioria convenientemente selecionada de “africanos [...] do cambinda ou do benguela, que seriam os mais vigorosos e os mais aptos para a agricultura da cana e para a indústria do açúcar”,⁴⁶² “gente da melhor, da mais capaz, da mais eugênica” estirpe,⁴⁶³ “saráis bonitos e mestiços eugênicos”.⁴⁶⁴ Isto é, de “boa origem”,⁴⁶⁵ recrutados na “parte superior da tribo”.⁴⁶⁶

459 Idem, p. 121.

460 Idem, p. 124.

461 Idem, p. 132.

462 Idem, p. 128.

463 Idem, p. 132.

464 Idem, p. 128.

465 Idem, p. 132.

466 Ibidem.

A conclusão, todavia, não deixa de surpreender: “Todos escravos da cana. Escravos do açúcar.”

Não existia responsabilidade histórica nessa evolução social. Senhores e escravizados eram igualmente vítimas – a palavra “*escravo*” não deixa dúvida – de uma força maior, natural, ambiental ou mesmo histórica, mas no sentido de algo como o *pathos* antigo, de um devir a ser cumprido sem vontade individual ou coletiva capaz de alterar-lhe o curso. Parecia predominar o determinismo do qual o autor se defendia, mas que o perseguia na demonstração. O clima tropical, indispensável à cultura da cana para produção de açúcar (para mercados mundiais que são pouco evocados), teria suas exigências concebidas como autônomas.

Numa rara oportunidade, Gilberto Freyre aparentou fugir da naturalização. Ele aventava a alternativa histórica ao modelo vigente:

A natureza tropical e a complexidade dos antecedentes europeus deveriam ter levado os primeiros colonizadores portugueses [...] a uma necessária variedade na sua produção agrícola. Mas a conduta humana não depende de nenhuma lógica.

O sistema monocultor escravista teve “as mesmas consequências perniciosas para a natureza e para a sociedade humana.”⁴⁶⁷

A força excepcional do autor residia na sua capacidade em não deixar hipótese alguma incólume. Ele não se furtava a mencionar argumentos e facetas da realidade, por mais contrários a sua demonstração final que fossem. Exploração desenfreada; catástrofe ecológica; falta de comida numa região privilegiada para a agricultura;⁴⁶⁸ violência toda militar numa sociedade em situação de paz;⁴⁶⁹ todas as dimensões eram evocadas, às vezes, com uma aspereza

467 FREYRE, G. “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 181.

468 FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 151 *et ss.*

469 Verdadeiramente, o uso é metafórico, utilizado genericamente ou por significar uma dominação da natureza, mais do que propriamente um instrumento de dominação.

de tom que surpreende. Mas o desenlace permaneceu hagiográfico em termos de classe. A necessidade histórica desse modelo, revalorizado porque fundador para a região e, portanto, para a nação, voltava ao registro natural ou, melhor dizendo, de “ecologia humana”.⁴⁷⁰ Ele se tornava também justificativa. Demonstrava-se assim o fracasso de colônias europeias em terras nordestinas⁴⁷¹ devido às “propriedades feudais [que] não queriam perto de suas fronteiras lavradores brancos e livres que não viessem ser seus servos numa atividade como o cultivo da cana e o fabrico de açúcar”, além de elementos propriamente ecológicos.⁴⁷² Mostrando, desta vez mais clara e quase brutalmente, a posição hegemônica da classe proprietária, ele tornava explícita – em vez de qualificada apenas com epítetos vagos – a realidade de sua dominação absoluta sobre terras, recursos e populações:

[O]s donos daquelas propriedades em grande parte senhores do executivo e das assembleias provinciais [...] não se interessavam por lavradores da terra, brancos e mestiços, empenhados em desenvolver ao lado da agricultura da cana a chamada pequena lavoura, quase de todo desprotegida pelo Governo Imperial e pelos provinciais.⁴⁷³

Constatação até hoje comprovada. O autor considerava extraordinário o episódio da Revolta Praieira, realçando aspectos não apenas revolucionários, mas antinaturais:

O prestígio da oligarquia dos senhores de engenho de Pernambuco sofreu golpe profundo com a luta de 1846 aberta contra eles pelo presidente da província, Chichorro da Gama, cuja polícia invadiu engenhos para proceder a buscas e

470 Idem, p. 182.

471 Catucá, em Pernambuco; Caravelas, na Bahia.

472 Que o autor define como “ecologia natural, ecologia social, ecologia total”.
FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. Op. cit., v. 2, p. 401.

473 Ibidem.

prisões e exercer cabala eleitoral entre os moradores. Nas eleições para senador sob Chichorro – conta Joaquim Nabuco – “a polícia pelo terror conseguiu quebrar o vínculo entre os moradores e os senhores de engenho, fazendo os moradores votar contra os seus naturais protetores.”⁴⁷⁴

O propósito essencial de Gilberto Freyre era resgatar o valor da sociedade que descrevia. Analítico, ele não se contentava, como José Lins do Rego, com saudades e lamentações. Seu papel de cientista social o obrigava ao diagnóstico. Seu otimismo impenitente estava sempre à procura de intervenções intelectuais propositivas.

Ao progresso industrial e urbano no Brasil, na fase que imediatamente se seguiu aos longos anos, de modo algum estereis ou incaracterísticos, de ordem agrária e patriarcal, faltou a influência da ciência – ou arte – de valorização dos homens que completasse a de valorização das coisas.⁴⁷⁵

No tom, beirava o filosófico. Empenhado na busca tanto do futuro quanto do passado da região/nação ‘na pessoa’ de sua classe,⁴⁷⁶ sua teoria do desenvolvimento brasileiro desvenda-se.

474 FREYRE, G. “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 173.

475 FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. Op. cit., v. 2, p. 489-490.

476 “[S]e a família patriarcal caracteriza parcela ínfima de nossa população, sua influência psicológica só pode ser analisada nessa parcela; mas Gilberto Freyre escreve sob o ponto de vista da casa-grande, e atribui ao brasileiro aquilo que caracteriza apenas a classe alta. No entanto, se a família patriarcal for considerada como sistema de poder, a análise de Gilberto Freyre ganha uma outra dimensão, não salientada pelo autor, mas nem por isso menos significativa. Se acompanharmos a descrição do poder patriarcal e do poder patrimonialista de Max Weber, vemos que a descrição de Gilberto Freyre se aproxima desses modelos, embora não se deva esquecer que Weber falava em tipos ideais, mais ou menos adequados para os casos concretos.” LEITE, D. M. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Op. cit., p. 313.

Dada a simbiose de caráter sociológico que de fato existia no Brasil, formada pela interdependência em que vinham vivendo o Império e a ordem agrária; e, dentro dessa simbiose, a coincidência do tempo político de um com o tempo econômico da outra (a despeito do terceiro tempo que parecia vir começando a resultar do que havia de tropical e de europeu, de americano e de brasileiro, no tempo social vivido pelos brasileiros, sob um Império que, sendo escravocrático, não deixara, entretanto, de ser progressivo) compreende-se ter se apoderado aquela ideia da imaginação dos superficiais.⁴⁷⁷

4.3.9 “Macacão eterno”:⁴⁷⁸ ‘Negro’, ‘mestiço’, em vez de ‘trabalhador’

A vista de todas essas opiniões não há como duvidar de quanto o escravo nos engenhos do Brasil era, de modo geral, bem tratado; e sua sorte realmente menos miserável do que a dos trabalhadores europeus que não tinham o nome de escravos.

Gilberto Freyre⁴⁷⁹

No coração da lógica patronal, a vontade de individualizar as relações entre o assalariado e a empresa é manifesta.⁴⁸⁰

477 FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. Op. cit., v. 2, p. 491.

478 “A lealdade, a conformidade e a constância de subordinados não são qualidades que se possa esperar que existam num elemento social e psicologicamente fluctuante, indeciso e insatisfeito como é, geralmente, o mestiço, no mesmo grau em que existe no índio puro e principalmente no negro retinto. Figuras mais definidas e mais integradas no estado de subordinação de que a pele – como o nariz, o cabelo, os pés – é como se fosse insígnia de trabalhador sempre no eito, de soldado sempre raso. É como se fosse um uniforme insubstituível, grudado ao corpo para sempre. Um macacão eterno.” FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 150-151.

479 FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 111.

480 PINÇON-CHARLOT, Monique e PINÇON, Michel. “Sur la piste des nantis”. *Manière de Voir*, n. 66, *Le défi social*, novembre-décembre 2002, p. 22.

A propósito das relações de trabalho, propriamente ditas, Gilberto Freyre limitava-se a examinar, de fato, o ambiente doméstico. Segundo Manuel Correia, essa escolha mostra

que ele se preocupava, sobretudo, com a formação da família patriarcal, tanto no seu aspecto mais íntimo, formada pelas pessoas ligadas por laços de parentesco direto, como no seu sentido mais amplo, englobando todos aqueles que viviam em torno do chefe, do patriarca.⁴⁸¹

Esse *entourage* – em suma, a casa-grande e aqueles habitantes da senzala que os serviam – era descrito como impregnado da “doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América.”⁴⁸² Eram “[e] espécie de parentes pobres nas famílias europeias”.⁴⁸³ Concluía: “Verificou-se entre nós uma profunda confraternização de valores e de ensinamentos. Predominantemente coletivistas, os vindos das senzalas; puxando para o individualismo e para o privatismo, os das casas-grandes.”⁴⁸⁴ Elegia ao paternalismo visto como positivo, mesmo para os explorados.⁴⁸⁵

Esta tese de relações amenas – um dos termos preferidos é “benignas” – e íntimas entre senhores e trabalhadores/ras domésticos/as contaminou, por assim dizer, as ideias gerais sobre as relações entre classes no meio rural, bem ilustradas na ‘morada’. As “amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos” etc., eram oriundos da mesma população que fornecia os trabalhadores rurais, pois, a alguns membros de suas famílias “[a] casa-grande fazia subir da

481 ANDRADE, M. C. *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século xx*. Op. cit., p. 66.

482 FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. 371.

483 Ibidem.

484 Idem, p. 374.

485 Ver, a este respeito, o capítulo “The mirage of care: patron-client relations”. In: SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit., p. 108 et ss.

senzala para o serviço mais íntimo.”⁴⁸⁶ Essa proximidade funcional com a classe dominante lhes assegurava uma presença maior nas longas narrativas sobre a vida na casa-grande, à qual estavam obviamente associados. A culinária, por exemplo, tão demorada e prazerosamente evocada, implicava mencionar as pessoas empregadas na sua confecção. Tal proximidade era proposta como benevolente, particularmente por parte dos proprietários. Inegáveis episódios de crueldade eram atribuídos a singularidades pessoais,⁴⁸⁷ particularmente imputadas a senhoras enciumadas,⁴⁸⁸ meninos-diabros⁴⁸⁹ ou ao estágio de desenvolvimento que prolongava seu “atraso”:

Aliás a monocultura latifundiária, mesmo depois de abolida a escravidão, achou jeito de subsistir em alguns pontos do país, ainda mais absorvente e esterilizante do que no antigo regime; e ainda mais feudal nos abusos. Criando um proletariado de condições menos favoráveis de vida do que a massa escrava.⁴⁹⁰

Pois, reabilitada,⁴⁹¹ a escravidão “brasileira”, sendo “menos despotica” do que outros regimes contemporâneos semelhantes, era preferível tanto às relações proletárias na Europa, quanto às que lhe sucederam no assalariamento usineiro, “se se pode admitir grau na crueldade.”⁴⁹² Nessa pequena ressalva na demonstração reside, ao meu ver, a grande força do autor. Pois ela dá o relevo da contradição ou da dúvida a uma posição outrossim unilateral. Recuo sincero

486 FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. 371.

487 Ver também Mário Lacerda de Melo (*O Açúcar e o Homem*. Op. cit., p. 33) que valoriza “a proteção senhorial” cujo desaparecimento afetou as relações “entre produtores e seus subordinados”: “desumanizaram-se”. p. 50-51.

488 FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. 358.

489 Idem, p. 386 et ss.

490 Idem. Prefácio à primeira edição. Op. cit., p. 33.

491 Termo tomado emprestado da obra desafiadora de Jacob Gorender: *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

492 FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 112.

e/ou estratégico na argumentação, ela procurava estabelecer algo como um equilíbrio científico. Vez por outra, além da qualidade inegável de seu estilo, da desenvoltura na narrativa, o autor semeou assim algumas palavras que pareciam relativizar disciplinarmente o que não passaria de grandes acúmulos de confissões (em ambos os sentidos), anedotas e citações, sem competência demonstrativa.

Essas espécies de aparte reverteram cosmeticamente a tendenciosidade dos desdobramentos.⁴⁹³ Temperaram com *insights* de grande pertinácia, poder contundente, mas brevidade e raridade desesperadoras, a grande celebração hagiográfica dos antepassados. Essas faíscas de uma luz mais crítica sobre a sociedade à qual pertencia como beneficiário, não passam, no melhor dos casos, de álibi, eximindo o autor da acusação de advogado de uma das partes/classes; ou pior, de uma manobra para disfarçar um arrazoado em relato científico.

A relação central entre senhores e trabalhadores escravizados era tratada em aspectos essencialmente antropológicos, diziam os comentaristas e pretendia o autor. Entre as dimensões preferidas por ele, em detrimento às mais óbvias (de trabalho), estavam as de cunho psicológico.⁴⁹⁴ As qualidades debatidas, as contaminações

493 Ver outro exemplo do mesmo procedimento, a respeito da “indolência e aversão ao trabalho manual” da classe dominante. Idem, p. 135. Mesma coisa sobre a “civilização patriarcal, neste mesmo Nordeste da cana, com seus sinais de + e de –, embora o de – preponderando” a respeito de “relações, em grande parte mórbidas”. FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 157.

494 A respeito da herança da escravidão que valeu aos brasileiros “qualidades que nobremente os distinguem”, ele detalha: “Não constituem [os valores culturais e humanos] apenas um complexo feudal – complexo social e psicológico – que parece fazer de alguns brasileiros descendentes da antiga aristocracia de donos de terras e escravos uns arrogantes e uns sádicos, e de muitos dos descendentes de escravos, indivíduos desambiciosos e servís, com alguma coisa de infantil e mesmo masoquista em sua conduta e em algumas das suas atitudes.” FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 114.

(fisiológicas e morais) possíveis eram enfatizadas e desenvolvidas em ambas as direções.

Expressiu-se nessas relações o espírito do sistema econômico que nos dividiu, como um deus poderoso, em senhores e escravos. Dele se deriva toda a exagerada tendência para o sadismo característica do brasileiro, nascido e criado em casa-grande, principalmente em engenho; e a que insistentemente temos aludido neste ensaio.⁴⁹⁵

De volta à autobiografia. Com efeito, fundadora e inovadora nos sentidos acima citados, a ampla obra de Gilberto Freyre, todavia, tratava apenas e demoradamente das elites, de sua vida doméstica na casa-grande. Páginas a fio, sem medo da repetição, descreveu os costumes dos “homens moles, de mão de mulher”⁴⁹⁶ e “também as senhoras de engenho”. Inúmeras personagens reais eram citadas com sua devida titulação e eventuais dotes.

Em contrapartida, quase nada ou muito pouco era mencionado a respeito do campo e da mão de obra ali empregada, cuja labuta sustentava toda a edificação. Cada rara vez em que começara a tratar de algum aspecto de sua vida, seja ela ligada ao trabalho (ainda mais raro) ou à família, o autor mudava o assunto para a casa-grande na mesma frase. A deriva é constante, irritante. A senzala era apenas vista de sua sacada. Evocações pontuais e tímidas encontravam-se no palheiro dos “detalhes” da vida na casa-grande: sobre a saúde dos bebês, ele mencionou rapidamente que as mães “quase todas, obrigadas a se entregarem a ocupações agrícolas ou domésticas, atiravam os filhos ao berço, à esteira ou à rede – aí permanecendo as crianças dias inteiros.”⁴⁹⁷ Era o efeito sobre o crânio que interessava o autor. A contragosto, mais do que envergonhado, sentia-se na obrigação de

495 FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. 396.

496 Idem, p. 446.

497 Idem, p. 377.

atribuí-lo eufemisticamente a “circunstâncias que podemos chamar de econômicas, de sua vida doméstica e de trabalho no Brasil.”⁴⁹⁸

A situação dos escravizados era liturgicamente⁴⁹⁹ descrita como vantajosa no tempo e no espaço, modelo retomado para os beneficiários da ‘morada’: dieta melhor que seus contemporâneos europeus e seus sucessores. Ele citava preferencialmente estrangeiros a respeito: o reverendo inglês Hamlet Clark “escreveu no seu livro que os falados horrores da escravidão no Brasil de modo nenhum se aproximavam do “grinding, flinty-hearted despotism” das fábricas inglesas”⁵⁰⁰ ou o médico francês “Dr. Rendu [que] notara em 1830: “en général les Brésiliens ne surchargent pas leurs esclaves de travail”; e até lhes registrou a comida farta”,⁵⁰¹ detalhando a seguir o cardápio. Até mesmo “[o]s direitos da infância eram assim mais respeitados pelos senhores de engenho do Nordeste que pelos donos de fábrica na Europa da mesma época. E do que no Brasil de hoje.”⁵⁰² A prova incontestável da humanidade, com a qual os trabalhadores escravizados eram tratados pelos proprietários, encontrava-se no fato

que estas rebeliões [escravos] tenham sido em nenhum tempo tão numerosas ou violentas no Brasil como em outras regiões da América, talvez porque o tratamento dado pelos portugueses aos escravos e, mais tarde, pelos brasileiros, provocasse menos o desejo de rebelião da parte dos oprimidos.⁵⁰³

498 Ibidem.

499 Palavra que ele usa, com aparente prazer, nesse sentido.

500 Essa foi a tese que defendeu na dissertação de mestrado. Ele a reitera, usando os mesmos autores e dados, em quase todos seus livros posteriores que tratam desse assunto. Ver, por exemplo, FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 109 et ss.

501 FREYRE, G. “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 177.

502 Idem, p. 181.

503 FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 108.

A demonstração da premissa de confraternização das ‘raças’ e, portanto, das classes, sobretudo na ‘morada’, estava assim resolvida por uma carência, feliz mas subliminarmente negativa em termos de caráter, dos aprisionados e explorados. A vítima se tornava cúmplice, corresponsável pelas mazelas do sistema escravista. O mesmo procedimento demonstrativo permeia boa parte da produção literária, técnica e científica sobre a região, no período posterior que nos ocupa, omitindo sistematicamente toda e qualquer responsabilidade civil e social das classes dominantes em relação ao estado geral das populações trabalhadoras. Gilberto Freyre, tão sedutor e habilidoso ao mesmo tempo que audaz na questão racial, conseguiu operar a façanha de desculpar – literalmente – quatro séculos de regime escravista em benefício de seus ancestrais diretos. Ao contrário, a “distância social” contemporânea⁵⁰⁴ seria “o resultado da consciência de classe, mais do que de qualquer preconceito de raça ou de cor.”⁵⁰⁵

Raramente, na obra abundante do Mestre de Apipucos, foram mencionadas, ou até mesmo aludidas, as numerosas e penosas tarefas do cultivo da cana-de-açúcar. Nenhuma descrição do ciclo agrícola, das diversas atividades, do calendário destas, do ritmo de trabalho, das dificuldades, dos riscos⁵⁰⁶ no eito ou no engenho. Um dos raros trechos era uma citação – como se lhe faltasse oportunidade de observar por si mesmo – de “Aspectos da Economia Rural Brasileira”:⁵⁰⁷

Há no Nordeste “certas propriedades em que os trabalhadores iniciam os seus serviços com o romper do sol e só os deixam ao ocaso com pequenos intervalos para o almoço e uma merenda.” E toda essa resistência física a despeito de

504 Ele publica *Interpretação do Brasil* em 1947.

505 *Idem*, p. 188.

506 Rara exceção, o perigo das mordidas de cobra no capítulo a propósito de “A cana e os animais”, FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 82.

507 FREYRE, G. “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 186.

horrríveis condições de vida: moram esses trabalhadores – a grande maioria – em “miserrimas choupanas, quase nus e minados por toda sorte de mazelas e vícios”.

Em seguida, ele só mencionou, como área de atuação dessa mão de obra, tarefas na construção civil! A ubiquidade dos trabalhos agrícolas nos canaviais parece, na literatura freyreana como em José Lins do Rego, dotá-los de invisibilidade.

Examinadas mais de perto, as teses de Gilberto Freyre revelam um outro aspecto: sua História Social – ou Sociologia Genética, como a denomina o autor – não é apenas anedótica. É também escrita e interpretada do ponto de vista da classe dominante. E neste sentido sua obra é profundamente reveladora – isto é, reveladora dos preconceitos mais conservadores e mais arraigados na classe dominante brasileira. A obra de Gilberto Freyre revela uma profunda ternura pelo negro. Mas pelo negro escravo, aquele que “conhecia a sua posição” – “como o moleque da casa-grande”, como o saco de pancadas do menino rico, como cozinheira, como ama de leite ou mucama da senhora moça. Nesses casos, o branco realmente não tinha preconceito contra o negro, podia até estimá-lo. [...] E nada revela melhor esse preconceito contra o negro – ou, seria melhor dizer, essa atitude escravocrata – do que as ideias de Gilberto Freyre a respeito da evolução econômica e social do Brasil. Para ele, o negro vivia melhor sob a escravidão do que no regime de liberdade de trabalho; a alimentação do escravo seria melhor até do que a do senhor branco. No entanto, embora diga, a certa altura, que a vida do escravo “não era apenas alegria”, não dá elementos da vida concreta do escravo – a não ser nos aspectos em que esta se ligava à vida dos senhores.⁵⁰⁸

Em raras oportunidades, sem consequências significativas sobre o conjunto do sentido dado à evolução da sociedade, ou explicativas

508 LEITE, D. M. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Op. cit., p. 311.

quanto às relações concretas entre as pessoas, Gilberto Freyre evocou brevemente a função dos escravizados/ negros/ trabalhadores. O reconhecimento de sua contribuição positiva à construção do Brasil distinguiu o autor de outros escritores das correntes de opinião dominantes. Paradoxalmente, dada a suposta mensagem da obra freyriana, era excepcional uma afirmação como: “nossa civilização nordestina de produtores de açúcar e de trabalhadores de engenho”.⁵⁰⁹ Encontrava-se ligada à contenda com a escola de Nina Rodrigues. Argumento instrumental no debate, útil ao autor, porém não necessário por razões, quem sabe, científicas.

Mas uma coisa era citar a participação dos escravizados/negros/ trabalhadores na explanação dos desdobramentos históricos nacionais (conquista do território, diversificação das atividades, costumes diversos etc.). Outra coisa era dar um papel ativo, proporcional a sua contribuição, à parte explorada da sociedade. A postura do autor não traduzia o respeito devido a uma fundamental classe social, e não um apêndice ou acessório (embora indispensável) aos afazeres diversos da casta dominante. A perspectiva resumir-se-á à ilustração do slogan devido a Antonil.

O açúcar não teve, por certo, responsabilidade tão direta pela moleza dos homens. Teve-a porém, e grande, como causa indireta: exigindo escravos; repelindo a policultura. Exigindo escravos para “mãos e pés do senhor de engenho”, como disse Antonil. E não só do senhor de engenho português, já viciado na escravidão: os holandeses, quando no século XVII se instalaram nas plantações de cana de Pernambuco, reconheceram a necessidade de se apoiarem no negro; sem escravos não se produziria açúcar. E escravos em grande número; para plantarem a cana; para a cortarem; para colocarem a recoltada entre as moendas impelidas a roda de água – nos engenhos chamados de água, e por giro de

509 FREYRE, G. “Algumas notas sobre a pintura no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 86.

bestas ou de bois, nos chamados almanjarras ou trapiches; limparem depois o sumo nas caldeiras de cocção; fazerem coalhar o caldo; purgarem e branquearem o açúcar nas formas de barro; destilarem a aguardente. Escravos que se tornaram literalmente os pés dos senhores: andando por eles, carregando-os de rede ou de palanquim. E as mãos – ou pelo menos as mãos direitas; as dos senhores se vestirem, se calçarem, se abotoarem, se limparem, se catarem, se lavarem, tirarem os bichos dos pés.⁵¹⁰

De volta ao olhar do menino que não percebeu o trabalho no campo e só mencionava “plantarem a cana”, como se nessas três palavras se pudesse resumir equitativamente todo o trabalho agrícola na sua diversidade e complexidade, enquanto se dedica, frases a fio, aos “detalhes mais íntimos da toilette” e “apalpar, amolegar os peitos das negrinhas etc.”⁵¹¹

A raridade das menções se soma, deste modo, ao desprezo revelado em expressões e comparações que parecem escapar ao autor no mesmo sentido que José Lins do Rego: “Foram funções, essas⁵¹² e várias outras, quase tão vis, desempenhadas pelo escravo africano com uma passividade animal.”⁵¹³ A dependência do proprietário estava sugerindo um quê de masoquismo, na medida em que os escravizados temiam lamentar a perda... de seu explorador.

Os enterros faziam-se à noite, com grandes gastos de cera [...] Muito choro das senhoras e dos negros. Que estes ficavam sem saber que novo senhor a sorte lhes reservava; e choravam não só com saudades do senhor velho, como pela incerteza do seu próprio destino.⁵¹⁴

510 FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. 444-445.

511 Ibidem.

512 Acabara de descrever o carregamento de barris de excremento.

513 Idem, p. 476.

514 Idem, p. 453-454.

Quanto aos próprios trabalhadores, apenas os “de estimação” recebiam rituais e sepultura.

Excepcional, quase accidental, era a menção de resistência, por ser ameaçadora à ordem historiográfica que estava sendo consolidada: os escravizados oriundos de “Arda, eram cabeçudos e tardos; difíceis de se habituarem à rotina dos engenhos. Levantavam-se às vezes contra os feitores e moíam-nos de pancadas.”⁵¹⁵ Aliás, a interpretação final da monumental obra freyriana era essencialmente pacífica. Como o sublinhou admiravelmente Carlos Guilherme Mota: “Do ponto de vista interpretativo-metodológico, o encaminamento é hábil, de vez que opera sistematicamente com pares antagônicos para... esvaziar a contradição.”⁵¹⁶

4.3.10 “Torcicolo ideológico”⁵¹⁷

A saudade, assim como sua companheira a tradição, constituem uma autoridade superior a que se deve submeter sem questionar. Não se critica ou se discute saudade e tradição. Elas se impõem como verdades validadas pelo passar do tempo, validadas pela durabilidade. A saudade como a tradição têm medo da história, lutam para aparecerem como algo sedimentado no tempo, como pedaços redivivos do passado, quando na verdade são invenções do presente.

Durval Muniz de Albuquerque

⁵¹⁵ Idem, p. 376.

⁵¹⁶ MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira*. Op. cit., p. 67.

⁵¹⁷ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas – forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, *apud* D'ANDREA, M. S. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 58.

Como o de José Lins do Rego, o olhar de Gilberto Freyre era essencialmente saudosista. A sociedade que ele se comprazia em descrever, repetindo incansavelmente detalhes e anedotas, estava situada no passado. A trilogia histórica não alcançou o presente. O ambiente de crise, numa atualidade que se prolongava pelo meio século em que escrevera, foi constatado em boa parte da produção literária, jornalística e acadêmica subsequente. Lamentava-se a abolição, que “acabou” com o estilo de vida de tipo colonial. Lastimava o desenvolvimento da técnica industrial de produção do açúcar, que ele descreveu de forma apocalíptica:

Numa como vingança da técnica do homem contra a natureza, nas usinas são as máquinas que imitam o vegetal, o animal, o humano que tomam o lugar dos negros, outrora “mãos e pés do senhor de engenho” na frase célebre do cronista.⁵¹⁸

O eco persiste, até hoje, nos mais divulgados órgãos da imprensa local que choram, no mesmo tom, “a saudade daqueles velhos tempos, em que Pernambuco reinava absoluto com suas usinas moendo.”⁵¹⁹ Como o sublinha Durval Muniz, no mesmo movimento, realçava-se “a própria genialidade do autor, que teria sido capaz de perceber essa continuidade, essa tradição como marca do Nordeste.”⁵²⁰ Com isso fechava-se o círculo explicativo. Partindo do lugar, a demonstração caminhou pela história, antropologia, gastronomia, sexologia, para voltar ao espaço, sendo a definição “objetiva” final a confirmação da justeza do ponto de partida. Não só em termos geográficos espaciais, mas também na geografia social, no mapa das classes. O périplo circular nunca deixou a sacada da casa-grande. Contudo, era preciso restabelecer a escala coletiva maior. Um con-

518 FREYRE, G. “Algumas notas sobre a pintura no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 89.

519 Entre muitos outros exemplos: RODRIGUES, Orismar. “Ah, que saudade que eu tenho!”. J.C. Caderno C, p. 3, 19.10.2002.

520 ALBUQUERQUE, D. M. de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 122.

ceito de crise regional, ou melhor, definidor do próprio conceito de região,⁵²¹ permitiu induzir que todos os habitantes desse mundo – rural sobretudo – sofreram com os novos tempos. Gilberto Freyre foi preciso. Os trabalhadores perderam com a mudança:

Todo um mundo de cambiteiros, de banqueiros, de negros de fornalha, de metedores de cana, de mestres de açúcar – recordaria aquela pintura mural ao fixar o passado da economia açucareira do Nordeste, contrastando depois esse esforço humano com a vitória das máquinas modernas. Todo um mundo de homens brancos e de cor e também de animais – bois, bestas, cavalos. Os animais que a indústria do açúcar fez sofrer ao lado dos negros e dos brancos.⁵²²

Além da hipérbole, corriqueira no estilo freyreano, foram citadas apenas certas categorias de trabalhadores empregados na parte de fabrico do açúcar, uma minoria da força de trabalho da plantação. Ou seja, o prisma através do qual o autor a considerava era extremamente estreito, ignorando a massa considerável de trabalhadores rurais, ou incluindo-os como acessórios no devir entristecedor daquelas categorias cuja função fora afetada pela transformação da organização da produção industrial. Mas em outra obra, essa habitual deformação do prisma visual “vista da casa-grande” foi superada e a mensagem se tornou clara: lembrando que, em 1935, com Ulysses Pernambucano, Sylvio Rabello e Olivio Montenegro, havia proposto um “inquérito regional que servisse de base ao próprio usineiro ou proprietário rural bem intencionado para um ajustamento melhor de relações entre as fábricas de açúcar e os seus

521 “A região surge assim como uma ‘dobra espacial’, produzida através de toda uma produção discursiva, cultural e política que, lançando mão de um estoque de imagens e textos pertencentes à sociedade patriarcal nordestina, notadamente aquela de maior poder econômico e político – a sociedade açucareira – procura recriar este espaço como um espaço fechado às mudanças que vêm de fora.” ALBUQUERQUE, D. M. de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 129.

522 FREYRE, G. “Algumas notas sobre a pintura no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 89.

trabalhadores rurais”, eles foram “repelidos como uns intrusos e até denunciados como agitadores.”⁵²³ No parágrafo seguinte, vem a sentença:

A verdade é que talvez em nenhuma outra região do Brasil a extinção do regime de trabalho escravo tenha significado tão nitidamente como no Nordeste da cana-de-açúcar a degradação das condições de vida do trabalhador rural e do operário. A degradação do homem.⁵²⁴

Essa tentativa, bem como as ambições inquisitivas de Gilberto Freyre para aproximar-se da força de trabalho permaneceram únicas.

4.3.11 O “imperialismo exótico” das usinas⁵²⁵

O que Gilberto Freyre queria evidenciar de todas as maneiras era que a decadência afetava toda a sociedade. Ele a apresentava como uma obviedade, cuja profundidade merecia destaque. Isto é, não havia nada a demonstrar, mas apenas ilustrar, repetindo *ad nauseam* que

há nesta nova fase de desajustamento de relações entre a massa humana e o açúcar [...] uma deformação tão grande do homem e da paisagem pela monocultura – acrescida agora do abandono do proletariado da cana à sua própria miséria, da ausência da antiga assistência patriarcal ao cabra de engenho.⁵²⁶

523 FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 156.

524 Idem, p. 157.

525 Idem, p. 160. Ideia retomada muitas vezes, por exemplo: “A usina se instalou tão imperialmente na paisagem do Nordeste”; o “domínio imperial das novas fábricas”. Idem, p. 158

526 Idem, p. 157.

“De modo que da antiga ordem econômica persiste a parte pior do ponto de vista do bem-estar geral e das classes trabalhadoras – desfeito em 88 o patriarcalismo que até então amparou os escravos, alimentou-os com certa largueza, socorreu-os na velhice e na doença, proporcionou-lhes aos filhos oportunidades de acesso social. O escravo foi substituído pelo pária de usina; a senzala pelo mucambo; o senhor de engenho pelo usineiro ou pelo capitalista ausente. Muitas casas-grandes ficaram vazias, os capitalistas latifundiários rodando de automóveis pelas cidades, morando em chalés suíços e palacetes normandos, indo a Paris se divertir com francesas de aluguel.”⁵²⁷

Ricardo Benzaquen de Araújo advertiu contra a “pilha de evidências do declínio senhorial”,⁵²⁸ e analisou a ambiguidade final desse argumento. “Não é de se estranhar, então, que Gilberto Freyre defina a ‘civilização do açúcar do Nordeste’ como ‘mórbida’. E mórbida sobretudo nos seus prolongamentos atuais”.⁵²⁹ Como se a transição da casa-grande para a usina conseguisse prolongar e ressaltar apenas o lado despótico da primeira (incluindo-se aí aquela devastação que a própria *hybris* sacaricultora ocasionava), descartando a intimidade, a relativa confraternização que ela também estimulava. É nesse contexto, aliás, que Gilberto Freyre sublinha a “degradação”:

Da assistência ao escravo – assistência [...] que bem ou mal era praticada pela maioria dos senhores escravocratas no interesse das próprias terras, da própria lavoura, do próprio açúcar, da própria família (em contato direto com parte da escravaria e indireto com toda a massa negra) – quase não resta senão um traço ou outro, uma ou outra tradição mais sentimental do que efetiva, nos engenhos mais velhos, em uma ou outra usina do senhor menos ausente do campo.⁵³⁰

527 FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Prefácio à primeira edição. Op. cit., p. 33.

528 ARAÚJO, R. B. *Guerra e Paz*. Op. cit., p. 115.

529 Idem, p. 75.

530 FREYRE, G. *Nordeste*. p. 157

O autor reiterou a “depersonalização do senhor de açúcar”⁵³¹ da mesma forma que José Lins do Rego repetia o efeito de “desumanização” supostamente causado pela usina. Justamente, era a *Banguê* e *Usina* que Gilberto Freyre se referia como retratando “magnificamente” a evolução tida como nefasta “no interesse de tão poucos e contra a saúde e a vida de tantos.”⁵³² Pois, sob a pena de ambos autores, num uníssono absoluto, falava-se da abolição e do processo usineiro como “catástrofes”⁵³³ atingindo a sociedade como um todo, e não apenas uma fração dela – a classe dominante, ou melhor, parte dela.

Foi o Nordeste a parte do Brasil onde se fez sentir mais profundamente o golpe da Abolição contra a economia patriarcal-escravocrata e a ordem social, a cultura, a moral, a estética, que sobre ela se baseavam.⁵³⁴

Entre as vítimas mencionadas com insistência, estavam enfim os trabalhadores rurais. Mas, eles eram usados: sua miséria – aparentemente nova, ou consideravelmente agravada – servia de argumento. Retrospectivamente, lamentava-se o desaparecimento da tradução (ora definida) dessa famosa confraternização, qualificando particularmente a ‘morada’, na forma de “antiga assistência patriarcal”⁵³⁵ entre ‘raças’/classes, até então apenas induzida a propósito da

531 Ibidem.

532 Ibidem.

533 Sérgio Buarque de Holanda qualifica de “catástrofe agrária” a abolição coincidindo com um período de baixa dos preços do açúcar nos mercados mundiais – novamente articulando a problemática com escalas mais amplas. Citando José Lins do Rego, mas numa visão favorável (urbana industrial) ao sentido da evolução social do país, ele resume: “O desaparecimento do velho engenho, engolido pela usina moderna, a queda de prestígio do antigo sistema agrário e a ascensão de um novo tipo de senhores de empresas concebidas à maneira de estabelecimentos industriais urbanos indicam bem claramente em que rumo se faz essa evolução.” *Raízes do Brasil*. Op. cit., p. 176.

534 FREYRE, G. “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 192.

535 FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 157.

mão de obra rural: “na doença ou na dor não têm uma sinhá dona a quem pedir um remédio, um sinhô a quem pedir 20\$000 de extraordinário.”⁵³⁶ A sorte – no caso, a infelicidade – dos trabalhadores aparece indissolúvelmente ligada àquela de seus ex-donos, doravante empregadores, os que se tornaram fornecedores de cana. O paralelo com o suposto “sofrimento” da abolição quando “[d]esapareceram as relações fixas entres senhores e trabalhadores”,⁵³⁷ constituía o paralelo preferido. Segundo Gilberto Freyre, da mesma forma que em José Lins do Rego, a extinção da escravidão significava um relativo agravamento das condições de vida e de trabalho. Assim, “[à] relativa sedentariedade de antes da abolição sucedeu o ciganismo de hoje: caldeiros, metedores de cana, trabalhadores de enxada são agora a gente mais sem raiz deste mundo. Vivem rolando dum engenho a outro.”⁵³⁸

Frases rápidas, lapidárias, julgamentos sem apelo, aos quais sucederam inúmeras páginas sobre jantares finos e atividades sociais na casa-grande. A temática era retomada, no mesmo tom, quando ambos os autores tratavam do processo usineiro que “não teve força para acrescentar nada de positivo a essa civilização”,⁵³⁹ sentenciava Gilberto Freyre, já que representava “um individualismo duro e seco” que explorava “quase com nojo” indistintamente a cana, a terra, os rios, os animais e o trabalhador.⁵⁴⁰ Embora a mudança tenha sido a de proprietário da indústria apenas, falava-se doravante de “proletariado da cana”,⁵⁴¹ condição explicitamente designada como “degradação do homem”⁵⁴² em relação à situação anterior, a do escravizado: “trabalhadores desde 1888 proclamados livres; mas,

536 Ibidem.

537 FREYRE, G. “Algumas notas sobre a pintura no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 113.

538 Ibidem.

539 FREYRE, G. *Nordeste*. Op. cit., p. 158.

540 Idem, p. 158.

541 Idem, p. 157.

542 Idem, p. 156.

na realidade, sociologicamente escravos – de um modo que chegou por vezes a ser cruel – da sua situação de ex-escravos ou de descendentes de escravos. Escravos como de si próprios.”⁵⁴³

No entanto, havia muita força na versão de Gilberto Freyre e José Lins do Rego. Além da corrente autobiográfica subjacente a toda a problemática (fossem eles filhos de usineiros, provavelmente sua obra teria sido muito diferente) e conduzir o fio da argumentação, eles ofereceram um poderoso roteiro, quase um épico, que transfigurou avatares capitalistas banais de modernização ou falta de capacidade para tal, bem como falência e concentração empresariais, numa dimensão societal e aventura bélica, com tudo o que isso comportava de conotações prestigiosas, enobrecedoras no Ocidente. “O usineiro é, em geral, como se fosse um conquistador em relação com os conquistados de uma outra terra. De outro barro. De outro sangue. Quase um estrangeiro a quem não tocasse a sorte dos que não são usineiros.”⁵⁴⁴ Raros os trechos que deixavam perceber os problemas com os quais parte dos parentes dos autores se defrontou: “as usinas baixarem os preços de sua tabela de compra de cana.”⁵⁴⁵

4.3.12 “Cruzada etnocêntrica em torno da ‘*rêverie terrienne*’”⁵⁴⁶

A crise descrita com tanta paixão e saudade do tempo que a antecedeu foi analisada como uma “proposta regionalista-tradicionalista” por Moema d’Andrea:

Para isso é pensada e formulada uma ideologia que justifique a coesão regional. Essa coesão tem no aspecto homogeneizador da região seu mais forte trunfo, sua mais forte representação

543 FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. Op. cit., v. 2, p. 627-628.

544 FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit. p. 196. A mesma frase é retomada em *Nordeste*, op. cit., p. 160.

545 Ibidem.

546 D’ANDREA, M. S. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 47.

ideológica, seu mais forte argumento funcional. A partir de uma pretensa identidade espacial, sob o predomínio do Nordeste açucareiro foi construída a *defesa da região*. Ora, a representação que essa fração de classe dominante fazia do real (Nordeste açucareiro) dissimulava as fraturas internas de uma região onde “outros nordestes” eram camuflados pela pompa e pela tradição heráldica dos senhores de engenho.⁵⁴⁷

Também é manifesto o lugar do/dos autor/es unidos nos sentimentos e na maneira singular “que os intelectuais da ordem patriarcal encontram para revalidar simbolicamente esta mesma ordem.”⁵⁴⁸ A análise de Bourdieu, acima citada, então verificar-se-ia em Freyre. Apesar da grande competência de José Lins do Rego nessa empreitada, o longo mestre de Apipucos teve como trunfo a institucionalização de sua obra à pretensão científica, eficientemente redimensionando o que seria a história do Nordeste. Bebendo nas melhores fontes acadêmicas, assessorado pelos mais distintos pensadores pernambucanos, ele afirmava um princípio coerente com o pensar histórico de seu tempo, que “ultrapassa a parcialidade dos que viam o Brasil como obra de alguns homens notáveis do Império e da República. Mais ainda, a sua história social procura salientar a contribuição negra, ainda que se possa dizer que sua perspectiva indica apenas o pitoresco nessa contribuição.”⁵⁴⁹

As ambiguidades de seu pensamento, no entanto, bem como o peso específico ridicularmente reduzido que ele dedicou à “metade” gigantesca dos explorados deixou, ademais, um legado de mal-entendido profundo sobre o sentido da evolução das relações de trabalho na zona canavieira de Pernambuco vista pelos trabalhadores, particularmente no momento referenciado como da ‘morada’. Atribuiu-se-lhes opiniões e devires estereotipados próprios de seus

547 Idem, p. 50.

548 Idem, p. 131.

549 LEITE, D. M. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Op. cit., p. 314.

exploradores. Paradoxo ou operação bem sucedida de ‘*brouillage*’ historiográfico, em que a voz de uma parte do patronato, em declínio, foi amplificada a ponto de silenciar ou quase – as demais.

4.3.13 Os ecos da ‘morada’

Aqui, no engenho Terra Preta, eu não quero violência,
que meus moradores são meus filhos.

Severino Barros Lima
Senhor de engenho de Terra Preta

Guardo por essa terra um amor quase físico. Pela terra,
pela gente e principalmente pelos animais. Venho com dez
moradores do tempo de meu pai. Não consinto que ninguém
os desacate, nem aos pássaros de Queimadas, nem aos bois
velhos, por quem tenho um desvelo quase de irmão.

Júlio Bello⁵⁵⁰

São notáveis e longevos os ecos da descrição acima evocada das relações de trabalho nos engenhos. Não é surpreendente reencontrar explícita e alusivamente a ‘morada’ no discurso dos plantadores, fornecedores ou usineiros, pois eles pertencem exatamente à mesma classe que os autores evocados; e do Estado brasileiro⁵⁵¹ cujos quadros recrutavam-se nas mesmas fileiras. Reverência familiar, de “estirpe”, como o escreveu José Américo numa carta a José Lins do Rego, quando da publicação de *Fogo Morto*.⁵⁵² Essa celebração (reciproca) entre autores continuou, ao fio das publicações, reedições e

550 Autor de *Memórias de um Senhor de Engenho*, amigo de Gilberto Freyre. DP, 26.06.1945.

551 Particularmente IAA, Ministério e Secretaria da Agricultura, e de forma mais geral, nos órgãos que têm por missão algo referente à atividade agrícola.

552 DP, 13.01.1944.

aniversários. As frequentes referências jornalísticas, muitas vezes explícitas, constituíam um sinal de distinção.

A propósito de escravos

Costa Porto⁵⁵³

“A hediondez do regime servil – no Brasil e em todo o mundo – resulta do próprio sistema e para lhe acentuar os aspectos negativos e sombrios, não se faz mister derivar para exageros, pintando o diabo mais feio do que a realidade. Gilberto Freyre me parece, assim, estar certo quando, aludindo à situação do escravo brasileiro, fala em sua exploração pelo senhor, mas exploração “com certa suavidade”, de resto nos nossos estilos, de um povo e de um país que nunca foram “de extremismos”, pois tudo, aqui, tende “a amolecer-se em contemporizações e adocicar-se em transigências”. [...] Havia, sem dúvida sempre houve senhores de escravos desalmados, almas do diabo, gente de maus bofes, capaz de tudo [...].⁵⁵⁴

Não se pense, entretanto, vivessem os patrões a matar escravos, enforcando-os em fôrnelha [...] quando não militassem razões de humanidade, pesariam motivos econômicos: o escravo valia muito dinheiro, e por isso se poupava, quando nada como se poupa um animal de alto preço, um cavalo, um boi.

E no Nordeste a tradição é de senhores benignos, acostumados, de certo a dar surras de criar bicho, em seus escravos como de resto o faziam com os filhos – mas tratando-os ao menos melhor do que os senhores de outras regiões. O terror da escravaria pernambucana eram as lavouras do Maranhão. Mais tarde, no fim do século, as plantações de café em São Paulo. Anibal Fernandes lembrava a história de um senhor de engenho de Pernambuco que só tinha garganta, mas de coração mole como angu. Se um escravo lhe fazia raiva, rompia em barulheira: “Mando-te para o café, negro safado.” Mas não passava disso.”

553 DP, 05.10.1963 p. 4. O autor tratava regularmente em editoriais os assuntos do campo, numa época em que, pela primeira vez, os senhores de engenhos encontravam-se seriamente desafiados pelas mudanças maiores na sociedade brasileira, com o advento do regime democrático e a ascensão de órgão de defesa dos trabalhadores.

554 O autor cita exemplos de senhores que enforcavam e queimavam escravizados na fôrnelha.

O tom era enobrecedor, saudosista e sentimental. Júlio Bello exaltou esses “últimos Abencerrages”⁵⁵⁵ concluindo: “Deus permita que defendendo e protegendo a pequena [sic] propriedade”. Olívio Montenegro elogiava o avô de José Lins do Rego, “um símbolo. Sua família é toda a população do engenho para a qual ele tem o mesmo rigor e a mesma brandura de um pai.”⁵⁵⁶ Certos de encontrar um público convencido – seus colegas e as autoridades públicas – os representantes das classes patronais reafirmavam, a cada oportunidade:

[As] aspirações de fraternidade e de amor ao próximo, que foram sempre uma constante na vida dos velhos senhores de engenho de nossa terra aos quais, por muito tempo, foram atribuídas por pensadores suspeitos, tão somente as qualidades de má vida, sem levar em conta os sentimentos altruísticos de que os mesmos foram portadores, e que, hoje, nos seus legítimos sucessores sem interesse escusos sem regionalismo e sem demagogia pomos em prática.⁵⁵⁷

Em 1941, um representante dos plantadores fazia referência explícita à obra de José Lins do Rego, analisando a situação de sua classe e a configuração social e econômica do setor:

O processo de assimilação, perfeitamente explicável, a despeito do seu caráter desumanizador da terra, é descrito vigorosamente com detalhe de grande valor econômico e social em obra recente de um escritor nordestino, perfeito conhecedor do drama – *Usina*. A proletarianização intensiva afetou

555 Artigo publicado no *DP*, 27.01.1944.

556 “Menino de Engenho”, artigo publicado na ocasião da reedição da obra. *DP* 01.02.1948.

557 Discurso do Presidente da Associação dos Fomecedores de Cana, Fausto Pontual, na ocasião da inauguração de dois ambulatórios de assistência ao trabalhador do Açúcar, batizados “Diogo Rabelo” e “Luiz Inácio Pessoa de Melo”, construídos em Goiana e Aliança pela Associação dos Fomecedores de Cana, em colaboração com o IAA. *Folha da Manhã*, 30.01.1957.

depressivamente o vulto do comércio local e liquidou a produção secundária diversificada e que equilibrava a grande cultura canavieira da zona da mata do Nordeste.⁵⁵⁸

O processo usineiro era evocado como “erros cometidos no início da modernização da indústria para o que contribui grandemente o liberalismo caótico e egoísta então predominante.” Ele qualificava essa evolução de nascimento de “um meio eminentemente individualista”, mencionando a “fome de terras característica das usinas”. Tratava-a como se fosse seleção natural “[o]s mais audazes, inteligentes ou melhor organizados, foram vencendo os mais débeis, aproveitando-se dos lucros resultantes principalmente de um maior volume de produção e crédito mais amplo nas praças exportadoras. O latifúndio açucareiro havia nascido”. Anteriormente, ele havia qualificado a situação de “ordem arbitrária causadora inúmeras vezes da miséria generalizada em nome de um progresso que a última crise mundial veio desmoralizar”, defendendo os plantadores como “a classe média rural cuja manutenção é essencial para o equilíbrio social de todo Estado moderno.”

Nessa visão, como em José Lins do Rego e Gilberto Freyre, os plantadores (termo escolhido para se distanciar de ‘senhor de engenho’) foram as vítimas do processo. Aludia apenas à condição dos trabalhadores rurais como epifenômeno, útil para requerer ajuda do Estado, sobretudo aumento nos preços do açúcar. Estes não entravam no rol de potenciais parceiros sociais em pé de igualdade frente à lei. Seu tratamento era da ordem dos recursos naturais, talvez de rebanho.

558 “Análise da situação atual dos engenhos do Nordeste”. Moacyr Palmeira (Delegado dos banqueiros e plantadores de cana da comissão executiva do IAA). DP, 01.06.1941, p. 3, artigo em 3 colunas.

4.3.14 Efeitos de espelho

No artigo, “O clamor dos banguês”,⁵⁵⁹ o próprio José Lins do Rego tomou a defesa dos plantadores, estimulado pela carta de um conhecido, senhor de engenho de Alagoas alertando classicamente para uma “calamidade”⁵⁶⁰ que ameaçava o “sacrifício de membros essenciais deste imenso corpo”. Em apoio a seu amigo, que escreve “como todo o derrame de coração ferido”, José Lins do Rego, embora nenhum “sentimental defensor dos banguês”, chegou a citar um trecho da carta que soava estranhamente como partes de sua própria obra:

Veremos nela a esterilização de áreas consideráveis de terra, da melhor que possuímos. A erva daninha cobrindo tudo, o mato crescendo, o homem de braços cruzados, o engenho de fogo morto, o cercado sem vaca leiteira e sem o pasto batido.

A literatura vinha ao socorro da queixa econômica prosaica do patronato. Esse apoiava seu argumento precisamente na obra de ficção/memória, cuja difusão serviu-lhe de autentificação, valeu como “prova”. Exercício de reforço mútuo muito eficiente, pois consagrava duplamente essa versão da história como “verdade” absoluta, acima das classes e dos interesses particulares. Os atos do Estado brasileiro estavam impregnados dessa visão da realidade da zona canavieira, não apenas para liberar aumentos de preço e subvenções para os plantadores. O judiciário, por exemplo, interferia com a organização dos trabalhadores como classe: Dr. Agrippino F. da Nóbrega, convencido de que

[a] leitura de semelhante peça [os estatutos da Liga Camponesa] nada demonstra de anormal. E aparentemente inócua, inocente de intenção e de propósitos. Não tem um desvio visível, uma palavra dúbia... a modos da técnica comunista.⁵⁶¹

559 DP, 28.04.1943, p. 4.

560 Tratava-se de banais dificuldades no transporte do açúcar, sobre o qual o jornal publicou um artigo sóbrio na página 3.

561 “Negado o registo de uma liga camponesa”. *Diário da Noite*, 30.07.1948.

Contudo, o magistrado recusou o registro argumentando que “não se justifica a existência de uma tal Liga Camponesa num município essencialmente canavieiro, quando o seu território é explorado apenas por poucos e legítimos proprietários.” A correspondência oficial entre empregadores e o Estado, segundo o referencial conceitual da paz social, coerente com a postura getulista do mundo do trabalho (embora faltassem órgãos representando a massa dos trabalhadores rurais), era marcada por esse ideário da ‘morada’, relação desigual, mas benévola. A cesura usineira, portanto, não se verificou na utilização do argumento, apesar de sua importância no discurso dos fornecedores. O denominador comum era mais poderoso ideologicamente. Seu representante congratulou Álvaro Azevedo pela “maneira sempre correta e cavalheiresca como soube se haver, no trato dos interesses entre a usina e os fornecedores.” Mas o eixo do elogio era outro:

Nascido e criado em Nazaré da Mata, no Engenho Barra, apesar de industrial e capitão de indústria, como se tornou, sempre foi um homem simples, sem vaidades. Nunca se distanciou do trabalhador rural, usando às vezes expressões pitorescas, nascidas e difundidas no meio rural.⁵⁶²

Os usineiros, afinal, eram (e são) filhos, irmãos e primos dos senhores de engenhos descritos por José Lins do Rego e Gilberto Freyre, e também plantadores de cana. Assim, a queixa de um usineiro acusando os comunistas de querer “transformar o ambiente tranquilo, ordeiro, de trabalho construtivo, de harmonia social e econômica”⁵⁶³ constituído pela empresa, “num centro de agitação comunista, fomentando-se a propaganda de preconceitos de classe – a de patrões e operários”. O enaltecimento de sua classe recebia o aval ditirâmico das autoridades públicas:

562 “Homenagem dos fornecedores de cana de Barreiros ao industrial Álvaro Azevedo”. José Robalinho citado *In*: DP, 05.11.1961.

563 Ofício da Usina T. à Secretaria de Segurança Pública. SSP 470 Doc 31-33.

[O] comprovado espírito de cooperação e principalmente a formação religiosa dos maiores da indústria do açúcar de Pernambuco, todos eles legítimos representantes de uma geração e senhores dos grandes engenhos, e que veem na casa-grande o símbolo da Justiça Divina em seus oratórios seculares, a inspirar as suas atitudes.⁵⁶⁴

A visão adocicada da ‘morada’ na expressão dos plantadores⁵⁶⁵ só cedeu no tom numa época de acirramento entre forças sociais e políticas opostas, que desembocaria em poucos meses no golpe militar de 1964. Ela ainda foi argumento no desdobramento dessa luta política.⁵⁶⁶

564 Declaração Sr. Pinheiro Dias, Delegado Regional do Ministério do Trabalho. *DP*, 13.05.1941.

565 Analisando o discurso dessa classe, nota-se desdobramentos surpreendentes. Um dos mais frequentes é a assimilação pura e simples de sua classe àquela dos trabalhadores rurais, no sentido da necessidade comum de serem socorridos pelo Estado. Pio Guerra em “Situação calamitosa dos banguzeiros”: “Os banguzeiros outrora educavam os filhos nas universidades européias; hoje estão quase na contingência de retirá-los da escola primária.” *DP*, 09.09.1947. A respeito de um dos maiores usineiros da região, João de Petribu, Anibal Fernandez escreveu: “A homenagem que lhe prestaram os filhos foi bem expressiva: pois do velho João Petribu ninguém dirá com desprezo ou rancor que foi um latifundista, um absenteista, que de longe apenas se locupletava do esforço alheio; pois se há trabalho que identifique o homem à terra e o associe aos filhos, por sua vez na terra identificados, é esse... unidos à terra, nela trabalhando mais vezes quase nas mesmas condições de simples foreiros.” *DP*, 05.10.1960.

566 “Camponeses de Paudalho ao lado de Jânio Quadros e Milton Campos. Expressiva solidariedade dos trabalhadores rurais. Manifestação dos moradores do Engenho ‘Pindobal’ ao governador Cid Sampaio”. Artigo de destaque sobre três colunas, com fotos. Os trabalhadores se manifestaram “contra as Ligas Camponesas” junto ao proprietário. “O Sr. José Aymar afirmou e mandou que se comprovasse o acolhimento que sempre dispensou aos seus trabalhadores. Nunca demitiu nem expulsou de suas terras nenhum deles. Muito ao contrário. Há morador que há dez anos não paga um centavo pelas terras que ocupa. Entretanto, no que pese nessa situação, nunca os forçou a trabalhar nem os ameaçou de expulsão. Continua ajudando a todos.” Mais adiante, concede “o

Mas só podia ter vigência, enquanto o peso da repressão mantinha os trabalhadores rurais calados. Na época em que o regime democrático permitiu a organização da classe trabalhadora rural em defesa de seus interesses, o tom começou a mudar. Algumas vozes patronais se fizeram ouvir de forma contundente, agressiva mesmo, enquanto a classe preparava ativamente, com seus parceiros militares e estrangeiros,⁵⁶⁷ a derrubada do regime republicano. A óbvia miséria dos trabalhadores rurais não era mais apenas um argumento útil para pressionar o governo a ceder subsídios ao setor. Doravante, ela era concebida, por forças sociais de esquerda, como um mal insuportável e sobretudo redimível. Essa postura, por sua vez, representava uma ameaça direta à ordem antiga das coisas, suscitando a ira dos plantadores, como testemunha o editorial a seguir, resumo do leque da argumentação patronal.

A Desordem rural

Leonel Borba⁵⁶⁸

“Nesse já longo e muito breve tenebroso episódio da agitação rural que desassossega o Estado e em que nenhum campônio toma parte, há dois aspectos que é preciso acentuar: o primeiro lamentado em prosa e verso, é o das condições miseráveis em que vivem os camponeses. Coitados! bradam políticos – deputados, governadores, secretários de Estado que querem conservar ou melhorar a pepineira – e aspirantes a políticos, machos e fêmeas, padres, que do campônio só conhecemos emolumentos

irrisório preço do açúcar que obrigava a pagar salário de fome aos trabalhadores”. DP, 02.10.1960. Interessante, para seguir a linha de argumentação, foi a declaração feita após ter sido acusado de utilizar a polícia contra os trabalhadores rurais: “Expulsar, não, mas o despejo de comunistas e ladrões de cavalos.” DP, 29.01.1961.

⁵⁶⁷ Arraes fala de uma “lenta infiltração do imperialismo”. ARRAES, M. *O Brasil, o povo e o poder*. Op. cit., p. 228.

⁵⁶⁸ DP, 17.12.1963, p. 4.

do casamento, quando os casam, e do batizado dos filhos, quando os batizam; leigos, vagabundos que querem chegar onde os outros já se acham. E repetem, cheios de simulada pena: Coitados dos camponeses! Morrem de fome, não tem onde morar, não têm higiene, não podem educar os filhos, não podem trabalhar! Essa conversa 'para boi dormir' que faz o prestígio políticos das nulidades enfatuadas que aí vivem se exibindo nas televisões e nos rádios, arrasta outros, ignorantes das condições sociais do campo, homens que nunca saíram do asfalto, que não chegam nem mesmo ao Horto de Dois Irmãos ou ao 13 de Maio porque 'mato é pra bicho'. Porque está na moda ou porque é bonito, fazem-se de Quixotes a defender, não já donzelas desprotegidas, porém marmanjos sabidões, preguiçosos e malandros que não querem trabalhar e estafam-se em barreiros a pedir a cabeça dos que trabalham e trabalham a terra e por isso a possuem. Chegamos aqui ao segundo aspecto da questão, e este negativo: o por que da miséria do trabalhador rural. Desse aspecto fazem assunto tabú. Ninguém nele toca, todos têm receio de referi-lo. É sagrado. Entretanto, é o que primeiro deveria ser estudado. Antes de se pregar a agitação, a expropriação de terras, o roubo da propriedade do imóvel, dever-se-ia saber que uso iriam fazer da terra os beneficiários do crime.

Vejamos, item por item, o libelo dos sabichões que orientam a crise: O trabalhador rural morre de fome. É verdade. Mas também é verdade que é porque assim o quer. Raro é o homem que vive da enxada, que trabalha os seis dias da semana. A regra geral é três dias, e esta mesma dependendo do encargo de família e do ganho diário. Se o trabalhador de oito precisar de mil cruzeiros para passar a semana, e se ganhar mil cruzeiros por dia, só trabalhará um dia por semana; se ganhar quinhentos cruzeiros, trabalhará dois dias, e assim por diante. Só trabalhará seis dias se ganhar cento e sessenta e seis cruzeiros e fração. Logo, não adianta pagar-lhe salário alto. Logo, é favorecer a preguiça, a malandragem, além de diminuir a produção, pagar-lhe salário alto. Todo mundo trabalha seis dias na semana. Porque não o faz o trabalhador alugado? Esta é a regra que, como toda regra, tem exceções. E esta são os que trabalham além da necessidade imediata e vão para diante. Falar-se-á deles depois.

Há ainda, quanto a este item, outro aspecto: o dinheiro ganho assim, no contado da necessidade imediata, não vai todo para esta: é desviado, quase sempre, para a cachaça, as farras, o jogo. Deixa-se de comprar o feijão e a carne da alimentação para beber cachaça. Por isso é que passam fome. Não pagam o aluguel da casa que habitam, quando não são moradores de grandes propriedades e por isso, não têm onde morar: ninguém lhes aluga casa. E quando encontram um ingênuo que lhes subloca um mo-cambo, estragam-no, derrubam as paredes, enchem o piso de cuspe, de escarro, de excrementos, queimam as ripas. Não têm onde morar e não podem ter higiene.

Não podem educar os filhos. Podem: mas não os educam ou ao menos, não lhes metem uma carta de ABC na mão porque não querem. Em geral, o trabalhador do eito não procura um sítio para aforar, onde possa trabalhar para si. E quando o procura, é na intenção de não pagar o fôro. Passa o ano trabalhando dois ou três dias na semana, apenas o bastante para a farinha e a cachaça. De seu, planta a roda da casa meia dúzia de covas de roça ou um lerão de batata. No fim do ano, não tem com que pagar o aluguel do sítio. O senhorio quer receber a paga, é justo. Propõe-lhe, então, retirar-se, deixando a lavoura em pagamento do débito, este, quase sempre, muito superior ao valor do plantio. Entra em cena, aí o político ou aspirante a político. Aconselha o desonesto a não pagar, não se retirar e exigir indenização – de que, ninguém sabe. Depois, vai à polícia e aos jornais dizer que o proprietário tomou a lavoura do morador e o expulsou da terra. Tudo mentira, tudo exploração visando as próximas eleições.

Há, porém o reverso da medalha: são as exceções de que se falou acima: os que querem trabalhar, têm coragem de trabalhar, e trabalham. A estes nada falta: Quando querem aforar um pedaço de terra, encontram proprietários que lhes alugam. Lavram a terra, plantam-na, colhem a lavoura. Passam de trabalhador do eito a foreiro. No devido tempo pagam o foro. O produto da lavoura dá para pagar o aluguel da terra, para vestir a família, comprar rádio, relógio de pulso, bicicleta – que quase todos têm – e amea-lhar um pouco. Vivem assim dois, três, cinco anos, enquanto enchem o mealheiro. Cheio este compram um pedaço de terra. Passam de foreiros a proprietários. Não ambicionaram o que é dos outros; não quiseram tomar a força o que não lhes pertence; não passaram fome, não foram atrás do canto de sereia dos políticos e aspirantes a políticos. Entretanto vivem, prosperam, muitos enriquecem. Em contraste, veja-se o que conseguiram governos demagógicos que instigam, alimentam e garantem a ora de desordeiros que por aí anda: desapropriaram terra, construíram casas, ofereceram lotes à venda a preços irrisórios e a longo prazo deram financiamentos, assistência médica, escolar. Para que? Para nada. Não conseguiram vender nem a metade das terras desapropriadas. Estão quase todos os lotes vazios, abandonados, incultos em Galiléia, Barra, Terra Preta. Porque aos políticos e aspirantes a política só interessam a agitação e, depois a convulsão; e à ralé que os acompanha, a preguiça, a vida sem trabalho nem canseiras, a vida do cangaço e da desordem.”

5. Entendimentos marxistas acerca da ‘morada’

Cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir os seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo as coisas no plano das ideias, a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos.

Karl Marx e Friedrich Engels¹

A teoria marxista de evolução histórica das sociedades constitui a referência de muitos autores importantes para o estudo da ‘morada’: Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, Jacob Gorender, Ciro Flamarion Cardoso, Fernando Novais e Manuel Correia. Seu parentesco ideológico não impediu interpretações distintas e mesmo

¹ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã. I Crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas*. [1845-46]. Lisboa: Presença, 1980, p. 57.

divergentes da história brasileira e regional. Os “muitos marxismos”² elegerem aspectos diversos como primordiais, enriquecendo o elenco das opções explicativas da história da sociedade brasileira na qual se situava a relação de ‘morada’. Eram propostas teóricas rigorosas e sutis, preocupadas em valorizar a preciosa originalidade do passado e, portanto, do devir da sociedade em questão.

Esses autores refletiam a acuidade mesma dos eventos políticos e atuação dos movimentos sociais, entre outros rurais, que pontuaram o século xx. Pois, nos debates teóricos, que tinham por objeto avaliações do passado, havia um eco das lutas travadas no campo político contemporâneo.³ Para a maioria dos estudiosos aqui citados, as teorias em jogo não eram puramente acadêmicas, mas destinadas a apoiar e orientar uma ação política concreta, particularmente no que tangia aos trabalhadores, inclusive rurais. Dada a exigência de articulação com, ou até mesmo participação nos movimentos sociais, os marxistas estavam preocupados em “verificar na prática” a validade de sua visão teórica do desenvolvimento das sociedades.

Nesse sentido, as próprias premissas da teoria marxista em matéria de sucessão dos modos de produção, e consequentemente de periodização, tinham grande peso. Um dos assuntos cruciais foi a aplicação da sequência europeia a países não europeus e as implicações dessa transferência de conceitos. Pois, tal propriedade, que poderia parecer de localização, desdobrou-se em escolhas (e dilemas) societais recorrentes: como interpretar uma história não europeia, como a dos moradores da zona canavieira de Pernambuco, num quadro conceitual de pretensão universal embora, historicamente, apenas europeu.

2 LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução ao redimensionamento do debate”. In: *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 21.

3 Isto lembra, em certa medida, aquilo que Terence O. Ranger chama “a história usável”. Citado por WESSELING, Henk. “História de além-mar”. In: BURKE, P. (Org.). *A Escrita da História*. Op. cit., p. 104.

Marxistas eminentes como Maurice Godelier,⁴ Jean Suret-Canale,⁵ Gianni Sofri,⁶ Jean Chesneaux⁷ e José Aricó,⁸ especialistas de âmbitos distintos, incitaram a questionamentos úteis à análise do caso brasileiro da ‘morada’. Todos adotaram a visão evolucionista da história das sociedades. Questionar tais bases e entender os dilemas de interpretação histórica que articularam (mas também cercaram) os esforços dos historiadores brasileiros permite evidenciar tanto a exiguidade do campo de alternativas teóricas que lhes era acessível, quanto a ousadia e criatividade de suas propostas.

5.1 O evolucionismo na sucessão dos modos de produção

A mais difundida e menos questionada das balizas do pensamento histórico ocidental é o evolucionismo cultural, resumido por Isabelle Schulte-Tenckhoff: “Partindo do princípio da unidade do homem, o paradigma evolucionista quer dar conta, ao mesmo tempo, da diversidade das situações históricas dos povos (etapas da evolução) e da

4 GODELIER, Maurice. “La notion de ‘mode de production asiatique’ et les schémas marxistes d’évolution des sociétés”. In: CERM. *Sur le ‘mode de production asiatique’*. Paris: Editions Sociales, 1974, p. 47-100.

5 SURET-CANALE, Jean. “Les sociétés traditionnelles en Afrique tropicale et le concept de mode de production asiatique”. In: CERM. *Sur le ‘mode de production asiatique’*. Op. cit., p. 101-134.

6 SOFRI, Gianni. “O problema da revolução socialista nos países atrasados”. In: HOBBSAWM, Eric. (Ed.). *História do Marxismo*. VIII. *O Marxismo na Época da Terceira Internacional: o Novo Capitalismo, o Imperialismo, o Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. SOFRI, Gianni. *O modo de produção asiático. História de uma controvérsia marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

7 CHESNEAUX, Jean. *Du passé faisons table rase? A propos de l’histoire et des historiens*. Paris: Maspéro, 1976.

8 ARICÓ, José. “O Marxismo na América Latina nos anos da Terceira Internacional”. In: HOBBSAWM, E. (Ed.). *História do Marxismo*. VIII. *O Marxismo na época da Terceira Internacional*, p. 419-459. Ver também, do mesmo autor: *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

superioridade da ‘civilização’ europeia.”⁹ Admite-se esse caráter evolucionista como *a priori*. A dado estágio de desenvolvimento sucede outro, superior, numa ordenação singular orientada em sentido único. Certos aspectos de mudança são isolados e destacados como portadores de significação, e se tornam critérios¹⁰ para o ordenamento dessa sequência. O aparecimento e, sobretudo, a extinção da ‘morada’ entram nesse rol. Os ritmos das mudanças singularizadas e valorizadas são geograficamente variáveis. A menos inaceitável, em termos morais, entre as explicações usuais para tal fenômeno espacial (porque certas sociedades são mais ‘desenvolvidas’ do que outras), remete à teoria dos climas. Muitos herdeiros de mestres tão famosos quanto Buffon, Kant e Darwin, não escaparam, no entanto, a tentações eugênicas.¹¹

Outra chave-mestra da visão evolucionista da história é a designação do continente europeu,¹² como berço da sociedade modelo, vencedora no final do percurso apesar de concorrentes passadas, com óbvio êxito, nos continentes africano, americano ou asiático.¹³

9 SCHULTE-TENCKHOFF, Isabelle. *La vue portée au loin. Une histoire de la pensée anthropologique*. Lausanne: Ed. d'En Bas, 1985, p. 59.

10 Ver a rica obra do antropólogo James C. Scott, particularmente seu livro recente e muito estimulante. *Against the Grain. A deep history of the earliest States*. New Haven: Yale Univ. Press, 2017.

11 GOULD, S. J. *O Polegar do Panda*. Op. cit.; e *A falsa medida do homem*. Op. cit.; SCHWARCZ, L. *O Espetáculo das Raças*. Op. cit.; LIAUZU, Claude. *Race et Civilisation. L'autre dans la culture occidentale. Anthologie historique*. Paris: Syros, 1992.

12 Ou parte dele, ou ainda acrescido de suas extensões mais recentes à América do Norte e ao Japão. Ver o conceito de difusionismo. BLAUT, J. *The Colonizer's Model of the World*. Op. cit.

13 Ver 5.2.2. O conceito de feudalismo ou modo de produção feudal aplicado fora da Europa: “uma casa de arrumação”. A título de ilustração: a historiografia marxista chinesa. Esses dois critérios, tecnologia e escrita, eram subjacentes a todas as outras distinções, expressando a aceitação da dominação política e econômica do Ocidente, alicerçada na sua superioridade militar. Numa passagem famosa, Lévi-Strauss afirma: “A Antropologia não é uma ciência desprovida de paixão como a astronomia, que surge da contemplação de coisas distantes.

A partir da história da Europa – ou melhor dizer, de certa versão de sua história – estabeleceu-se o percurso ideal, tornado obrigatório para qualquer outro grupo humano na medida em que os anseios de ‘progresso’ propostos pela sociedade-modelo, dita ‘avançada’, transformaram-se insidiosamente em objetivo teleológico único. Todas as demais sociedades deveriam se medir à esteira desse modelo, avaliar humildemente seus ‘atrasos’ e enveredar por um mimetismo acrítico que, muitas vezes, selou o fracasso de políticas ortodoxas. Tal falência, por sua vez, fora atribuída, de forma declarada

É o resultado de um processo histórico, que sujeitou a maior parte da humanidade à outra, e no seu decorrer milhões de seres humanos inocentes tiveram seus recursos roubados e suas instituições e suas crenças destruídas, enquanto que eles mesmos eram mortos sem piedade, ou escravizados e contaminados por doenças às quais eles não podiam resistir. A Antropologia é filha desta era de violência, sua capacidade em avaliar mais objetivamente os fatos relacionados à condição humana reflete, no nível epistemológico, um estado de coisas em que uma parte da humanidade tratava a outra como objeto.” “The scope of anthropology”. *Curr. Anthropol.* 7, 1966, p. 112-123. In: Sidney W. Mintz: “Aturando Substâncias Duradouras, Testando Teorias Desafiadoras: A Região do Caribe como Oikumenê”. In: MINTZ, S. W. *O poder amargo do açúcar*. Op. cit., p. 53. Mintz continua: “As visões evolucionistas da história social da espécie, como é exemplificada (embora de forma bastante diferente) nas obras de Tylor e Morgan, utilizaram alguns traços técnicos, como a cerâmica e a escrita, como marcos de progresso em termos de realizações. Mas havia também falhas de coerência; ninguém sabia o que fazer com aqueles povos cujas sociedades possuíam reconhecidos milênios de ‘civilização’ – particularmente quando expressa na forma escrita – no entanto eram consideradas de outras formas como sendo indignas de receber um estatuto igual ao das sociedades das quais os próprios antropólogos eram oriundos. Me parece, a esse respeito, que apareceram realmente três categorias construídas de sociedade. Aí estava nosso assunto definido, ‘verdadeiros’ sem escrita ou primitivos. Havia também a categoria na qual nós mesmos éramos o elemento central, às vezes chamada de ‘civilização’ e aquela se faz referência até hoje como ‘o Ocidente’. Finalmente, havia aquelas grandes sociedades antigas, cuja experiência com coisas como a escrita, o Estado e outros traços diagnósticos que compõem o arsenal da civilização, era longa – em vários casos embaraçosos mesmo tão longa quanto ou mais longa que a nossa própria.” Idem, p. 53-54.

ou subjacente, não ao modelo, mas a uma incompetência societal, eventualmente com substrato de cunho eugênico. Em outros termos, tratava-se da capacidade intrínseca de dada sociedade para “pegar” ou “deixar passar” o bonde da História. Privada de passado adequado, ela chegaria a duvidar de seu futuro, como o expressa Otto Maria Carpeaux:

Possui o Brasil uma história? Sim no sentido em que a história de um país se conta, no manual didático, aos colegiais; monarcas e presidentes, eleições e golpes de Estado, batalhas vitoriosas e derrotas financeiras, revoltas e supressão de revoltas. Mas o Brasil como estrutura não tem historicidade. Apesar de mais de 400 anos de história movimentada, o Brasil não tem história, assim como o Egito não teve história durante os milênios entre os últimos Faraós e a revolução de Nasser. A analogia não é apenas formal. As populações rurais, que constituem a maioria da nação brasileira, também são *fellahim*. A imobilidade da estrutura social, baseada no latifúndio, significa a falta de movimento dialético, a falta de história. E a literatura brasileira, como expressão escrita daquela estrutura intemporal, tampouco possui historicidade. Em vez de movimento dialético há apenas uma oscilação permanente entre um tradicionalismo falso e um vanguardismo tampouco autêntico.¹⁴

5.1.1 História evolucionista: a ocidentalização do passado

A ocidentalidade constitui apenas a última preparação
para a verdadeira humanidade.

Auguste Comte¹⁵

14 CARPEAUX, Otto Maria. “Dialética da Literatura Brasileira”. In: FURTADO, C. (Coord.). *Brasil: Tempos Modernos*. Op. cit., p. 161.

15 RUSCIO, A. *Le Credo de l'homme blanc*. Op. cit., p. 81.

Essa concepção dominante da história como movimento linear feito de mudanças de diversos tipos, alcances, profundidades, foi consolidada pelos maiores autores da modernidade europeia (histórica, filosófica, linguística etc.), numa edificação ideológica que respondia, na definição de Hegel, a “sua finalidade última”.¹⁶

A história universal é a apresentação do divino, do processo absoluto do Espírito nas suas figuras as mais altas, dessa marcha gradual pela qual ele acede à sua verdade, à consciência de si. Os Espíritos dos povos históricos tornam mais precisas essas etapas através das formas de sua vida ética, suas constituições, suas artes, suas religiões, suas ciências [...] Os princípios dos Espíritos dos povos, que se sucedem, são apenas momentos do Espírito universal único que, no decorrer da história, eleva-se a uma totalidade transparente e acabada.¹⁷ [...] O Espírito de um povo particular se realiza na medida em que ele favorece a passagem ao princípio de um outro povo. É assim que se efetua a progressão, a emergência e a substituição dos princípios dos povos [...] A tarefa da História filosófica é mostrar em que reside a unidade desse movimento.¹⁹

Se as premissas espirituais de Hegel foram criticadas por Marx, o rumo geral permaneceu:

A mudança abstrata que se opera na História é um progresso em direção ao melhor, ao mais perfeito... A definição geral do progresso é que esse se constitui numa sucessão de etapas da consciência... A história universal apresenta, portanto, as etapas de uma evolução do princípio cujo conteúdo é a consciência da liberdade. Essa evolução se faz por etapas.²⁰

16 HEGEL, Georg W. F. *La raison dans l'Histoire*. [1822-30] Paris: Hatier, 1987, p. 50.

17 Idem, p. 74.

18 P. 62

19 Idem, p. 63.

20 *Apud* LIAUZU, C. *Race et histoire*. Op. cit., p. 164.

Elas levariam o espírito da naturalidade à liberdade particular e universal “em busca da unidade”.²¹ Essa sequência de degraus (*Stufenfolge*) foi fielmente retomada por outros autores: “A primeira época, na qual consideramos o espírito, deve ser assimilada ao espírito infantil. Ali reina a pretensa unidade com a natureza que encontramos no mundo oriental.” Ao *distingo* geográfico, para não dizer racista, seguiu-se uma sucessão puramente histórica e europeia,²² da Grécia e Roma antigas, ao mundo cristão (implicitamente latino, ocidental apesar de origens nitidamente orientais). Transmitido de um povo a outro, o “Espírito universal geralmente não morre”;²³ tampouco a civilização ontogenicamente concebida.

O reforço científico do darwinismo, com as certezas mensuráveis da paleontologia estreitamente associada à antropologia e à arqueologia, tornou a proposta “científica” (portanto, inquestionável). A evolução cultural da humanidade sendo prolongamento da evolução natural das espécies, ela seguiria padrões similares: leis universais, cujas especificidades evidenciar-se-iam à medida que progredia inelutavelmente o conhecimento.²⁴ O sentido geral dessas mudanças cumuladas consistia também – como para as espécies estudadas por Darwin – num aperfeiçoamento feito de complexidade cada vez maior, embora em ritmos variáveis, ao longo de mutações sucessivas.²⁵ Em suma, o progresso dominava essa concepção.

21 Idem, p. 70.

22 Embora não homogênea do ponto de vista geográfico, o que constitui uma outra constante desse tipo de interpretação, como será detalhado em 5.1.2. O caráter itinerante da História Oficial.

23 HEGEL, G. W. F. *La raison dans l'Histoire*. Op. cit., p. 69.

24 Embora haja menos harmonia no pensamento darwiniano e no evolucionismo clássico a esse respeito do que se pensa, como o sublinha BOWLER, Peter J. *The Invention of Progress. The Victorians and the Past*. Oxford: Blackwell, 1989, p. 13.

25 Darwin chegou a manifestar algumas dúvidas a este respeito: “Após muito refletir, não posso evitar a convicção de que não existe nenhuma tendência inata para um desenvolvimento progressivo”. *Apud* GOULD, Stephen Jay. *Vida*

Que o campo geográfico escolhido como berço do modelo de evolução histórica fosse o próprio território das potências colonizadoras,²⁶ era coerente com o exercício do poder universal ao qual pretendiam, inclusive no âmbito das ideias. Essas teorias almejavam a escala planetária sem a menor hesitação epistemológica, ou mesmo ética: o poderoso (militarmente) estabelecia as regras do jogo intelectual que justificava sua supremacia num âmbito global.

5.1.1.1 A ‘partição’ das Humanidades

A necessidade de dispor de bases “científicas” para estabelecer esse conhecimento cindiu as Humanidades em disciplinas específicas, com objetos delimitados segundo a grade positivista, aplicando à história humana o mesmo tratamento e os mesmos termos que à história das outras espécies.²⁷ Filha da “época científica e industrial”, segundo Auguste Comte, atribuiu-se à Sociologia, por sua vez

exclusivamente o desenvolvimento efetivo das populações mais avançadas, deixando com escrupulosa perseverança qualquer digressão vã e irracional sobre os diversos outros centros de civilização independente, cuja evolução foi, por causas quaisquer, parada até agora num estado mais imperfeito [...].

Nossa exploração histórica terá, portanto, que se reduzir quase que unicamente à elite ou à vanguarda da humanidade, compreendendo a maior parte da raça branca ou das nações europeias, limitando-nos para maior precisão, sobretudo nos tempos modernos, aos povos da Europa ocidental. [...] Pode-se certamente esperar reconhecer em primeiro lugar a marcha

Maravilhosa. *O acaso na evolução e a natureza da história*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 297.

26 Com os devidos acréscimos respondendo a uma lógica de escolha dos ancestrais.

27 Auguste Comte, na sua lição 57, cita a obra de Lamarck. LIAUZU, C. *Race et Civilisation*. Op. cit., p. 132.

fundamental das sociedades humanas ao considerar exclusivamente a evolução a mais completa e a mais caracterizada; ao evidenciá-la, deverão ser subordinadas todas as observações colaterais relativas a progressões mais imperfeitas e menos acentuadas. Qualquer que seja o interesse próprio que essas últimas possam oferecer, sua apreciação própria deve ser sistematicamente adiada até o momento em que, as leis principais do movimento social tendo sido apreciadas no caso o mais favorável a sua plena manifestação, será possível e até mesmo útil, proceder à explicação racional das modificações mais ou menos importantes que elas sofreram nas populações que, a diversos títulos, permaneceram mais ou menos atrás de tal tipo de desenvolvimento.²⁸

Comte tem o mérito da clareza, aconselhando “adiar” o estudo das outras sociedades, para dedicar-se exclusivamente à europeia, por ser a mais avançada. Mas as necessidades do colonialismo, empresa que por definição se deparava com múltiplos ‘Outros’, precisava angariar conhecimentos apropriados, eclodindo simultaneamente a Antropologia.

Nessa nova divisão do saber, até hoje em vigor,²⁹ ficou a cargo da História a ordenação no tempo da inconfortável multiplicidade das sociedades. Aliás, não se tratava apenas de um tempo cronológico retratando a evolução de dado reino ou dinastia, à moda genealógica antiga, mas de uma temporalidade diferenciada capaz de ajustar num todo coerente um emaranhado de tempos diversos, expressão de evoluções em ‘velocidades’ e extensões distintas. Segundo Hegel, Comte e muitos outros, elas respondiam a uma lógica comum, universal revelada por esforços disciplinares corretamente desenvolvidos. Diferentemente daquilo que Montaigne e até mesmo Diderot

28 COMTE, Auguste. *Cours de Philosophie Positive*. Leçons 46 à 70. 57ème Leçon. 1842. Présentation et notes de J.-P. Enthoven, Paris: Hermann, 1975. Citado por LIAUZU, C. *Race et Civilisation*. Op. cit., p. 130.

29 Embora debata-se ainda ‘fronteiras disciplinares’ com o mesmo ardor de outrora.

consideravam, singularidades em dadas culturas haviam se tornado critérios de classificação. Em vez de aceitar o desafio da alteridade, reduziu-se a diversidade imensa das organizações sociais humanas de todos os tempos a uma escala única.

Frente a tamanha tarefa, a “Escrita da História”, como diria Peter Burke, tentou adotar os padrões estabelecidos para outras áreas do conhecimento.³⁰ Diversas escolas de pensamento, entre as quais o marxismo, ensaiaram-se a esse exercício donde resultaram versões paralelas, ilustrativas da teoria da evolução e do progresso aplicada às sociedades. Essas soluções eram propostas como substituto moderno às velhas opções teleológicas, religiosas ou aristocráticas, doravante descartadas como anticientíficas. Traçavam o rumo do destino da humanidade numa linha ascendente única.³¹

O progressionismo,³² que situava a Europa no topo da hierarquia ordenada de todas as sociedades presentes e passadas em virtude de uma abordagem pretensamente isenta e sistemática, isto é, científica (em vez da simples conclusão militarmente afirmada de uma era de conquistas), outorgava-lhe a capacidade de criar “historicidade,

30 Expressão máxima e incontornável do progresso da sociedade, a Ciência constituía-se em exigência na leitura do próprio desenvolvimento social. A escola metódica estabeleceu como ambição, talvez algo invejosa, alcançar o nível ideal (em termos de perfeição científica) estabelecido pelas ciências ditas exatas, armando-se de métodos e técnicas apurados, adequados aos cânones positivistas. Ela passou a elaborar um conjunto coerente e crescente de métodos, úteis para a sistematização de dados penosamente colhidos, criticamente examinados, confrontados entre si, para escapar ao antigo anátema da “coleção de selos”.

31 “Assim as ciências que tratam da complexidade histórica, tiveram seu status rebaixado e em geral ocupam uma posição de menor prestígio na avaliação dos profissionais da área. De fato, o ordenamento das ciências de acordo com o status transformou-se num tema tão familiar que o ranking das diversas especialidades, tendo a inflexível física no topo e descendo até assuntos tão elásticos e subjetivos quanto a psicologia e sociologia, tornou-se ele próprio um estereótipo.” GOULD, S. J. *Vida Maravilhosa*. Op. cit., p. 323.

32 BOWLER, P. J. *The Invention of Progress*. Op. cit., p. 12.

projetada em direção ao futuro” enquanto oposto àquelas “sociedades congeladas na repetição de seu passado.”³³

O Brasil e a região canavieira de Pernambuco não escapariam à colocação subalterna. Inventariadas pelos europeus durante os contatos colonizadores, as civilizações não europeias foram hierarquizadas apenas em função daquilo que os ocidentais conseguiam enxergar de sua capacidade produtiva, pois o determinismo econômico fora incorporado ao progressionismo.³⁴ Ruscio sintetiza:

A diversidade de culturas no mundo era explicada assumindo que cada uma delas era característica de um estágio peculiar de desenvolvimento. Cada sociedade seguia uma linha evolutiva independente, mas todas estavam se movimentando paralelamente segundo a mesma escala de desenvolvimento. Algumas avançavam mais longe do que outras, e as mais baixas das sociedades, desse modo, exibiam equivalentes exatos das etapas pelas quais as mais avançadas haviam passado. [...] As sociedades europeias dos séculos XIX e XX aparecem, nessas condições, como finalização (*achèvement*), como meta última da qual todas as sociedades deveriam tentar se aproximar: povos europeus, povos adultos. Os outros, todos os outros, povos crianças, em diversos níveis de evolução rumo à maturidade.³⁵

Stephen Jay Gould revelou todo o peso dessa herança intelectual na qual se enquadraram muitos dos debates a respeito de ‘raça’ no contexto da sociedade canavieira.³⁶ O argumento da História ocu-

33 LIAUZU, C. *Race et Civilisation*. Op. cit., p. 12.

34 BOWLER, P. J. *The Invention of Progress*. Op. cit., p. 19.

35 RUSCIO, A. *Le Credo de l'homme blanc*. Op. cit., p. 33 e 56.

36 Entre os eminentes cientistas que defenderam tal postura, Gould estudou o suíço Agassiz, professor em Harvard, que se converteu ao poligenismo ao se instalar nos Estados Unidos e encontrar “o outro” em afro-americanos. Ele defendeu a hierarquia das raças com argumentos que apelavam ao impressionismo vulgar: “Como é diferente o indomável, corajoso e orgulhoso índio se comparado ao submisso, obsequioso e imitativo negro, ou ao manhoso, ardiloso e

pou uma posição chave na demonstração da hierarquia das 'raças'.³⁷ Esses argumentos iriam ecoar por muito tempo entre os intelectuais encarregados de 'interpretar' (no sentido romano antigo do termo) mais do que explicar, a gênese das sociedades americanas. No Brasil, a escola de Nina Rodrigues e a obra de Oliveira Vianna, acima mencionadas, influenciariam autores como José Lins do Rego e Gilberto Freyre, na *mouvance* intelectual que interpretou a 'morada'.

A nova roupagem, dessa vez 'científica', dada ao pensamento ocidental afirmativo de sua superioridade permitia-lhes classificar em vez de 'bárbaros' (como diziam gregos e romanos), 'selvagens' e 'primitivos'; em vez de mouros e outros pagãos ou heréticos, 'autóctones', 'aborígenes', 'bosquímanos' e 'silvícolas'. Em breve, seriam 'subdesenvolvidos' ou 'em desenvolvimento'.³⁸ Não era mais a falta de *logos* que instaurava a diferença-portanto-desigualdade. Dessa vez, era a História. Quem, entre os povos contemplados, não a tivesse, ou em grau inadequado ao padrão europeu, amargava uma posição tanto mais baixa na hierarquia estabelecida que fosse preciso para corresponder plausivelmente ao estado de sujeição mili-

covarde mongólico! Esses fatos não são indicações de que as diferentes raças não ocupam o mesmo nível na natureza?" Entretanto, pretendia à cientificidade. GOULD, S. J. *A falsa medida do homem*. Op. cit., p. 34

37 "Parece-nos uma paródia filantrópica e filosófica afirmar que todas as raças possuem as mesmas capacidades, gozam dos mesmos poderes e mostram as mesmas disposições naturais, e que, como resultado dessa suposta igualdade, têm direito a ocupar a mesma posição na sociedade humana. Neste caso, a história fala por si mesma... O compacto continente africano exibe uma população que tem estado em constante contato com a raça branca, que gozou do benefício do exemplo da civilização egípcia, da civilização fenícia, da civilização romana, da civilização árabe... e no entanto, nesse continente jamais existiu uma sociedade organizada de homens negros. Isto não indica a existência de uma peculiar apatia por parte dessa raça, uma peculiar indiferença pelas vantagens conferidas pela sociedade civilizada?" Idem, p. 35.

38 RIST, Gilbert. *Le développement. Histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses de Sciences Politiques, 1997.

tar, política e econômica à qual fora reduzida pelas mesmas potências cujas elites intelectuais definiam o campo da ciência. Pois, a disciplina História seguia seu tempo. Chaunu afirmou: “A História é romântica”,³⁹ época do ápice colonial europeu.

Correntes de pensamento ideologicamente opostas concordaram com essa visão progressiva e progressista da história do Ocidente. Num mundo colonialista e neocolonialista, intensificava-se a urgência em explicar as relações de força em presença, inclusive para aqueles que pretendiam mudá-las. A hierarquização das sociedades humanas incluídas nos impérios coloniais era um desafio para ‘civilizar’ como para ‘revolucionar’ o mundo. Como o lembra Lévi-Strauss, a História evolucionista e a Antropologia foram moldadas, nos seus princípios e métodos, por esse propósito. As “linhas de forças da visão ocidental”,⁴⁰ forjadas no século XIX, fundamentaram teorias e explicações acadêmicas, bem como ações políticas. A análise das relações de trabalho na zona canavieira de Pernambuco, estabelecidas pela colonização europeia, obedece às implicações dessa epistemologia peculiar.

5.1.1.2 A linha excludente

O que Bowler chamou de “invenção do progresso”⁴¹ guiou, portanto, os historiadores no projeto ambicioso de classificar todas as

39 “A História é romântica; ela implica uma tomada de consciência do tempo. Por isso, ela adquire todas as suas dimensões apenas no início do século XIX. A invasão ‘romântica’ da dimensão temporal, a apreensão de um passado acessível – que não é obrigatoriamente a longínqua e tradicional idade de ouro – se colocam logicamente depois que a filosofia começou a reivindicar a autonomia do tempo, depois que o pensamento europeu sentiu a necessidade de aí se mover à vontade. Estes desdobramentos são, por conseguinte, contemporâneos de Kant e Hegel.” CHAUNU, P. *L'expansion européenne du XIII au XV siècles*. Op. cit., p. 230.

40 LIAUZU, C. *Race et civilisation*. Op. cit., p. 13.

41 BOWLER, P. J. *The Invention of Progress*. Op. cit.

sociedades presentes e passadas, apesar da arrogância e da fragilidade ‘científica’ embutidas em tal propósito. O tratamento minucioso de abundantes dados colhidos de informantes, geralmente envolvidos nos afazeres coloniais (a ‘observação’ do método experimental) forneciam supostamente a solidez da ‘objetividade’ à base desse edifício teórico. Nele se afirmavam as grandes tendências universalizantes e reducionistas que dominavam o âmbito intelectual da época. As teorias higienistas, eugenistas e evolucionistas (no sentido restritivo do evolucionismo social ou da sociobiologia), então na moda, justificavam e apoiavam propostas extraordinariamente discriminatórias: as políticas colonialistas e suas herdeiras escravistas e pós-escravistas eram as mais abrangentes, pois afetavam todo o mundo não europeu. A escravidão constituía sua manifestação mais crua. Embora essa “instituição peculiar”⁴² estivesse finalmente abolida, políticas de segregação, tutela, limitações de diversas ordens passaram a ser aplicadas às populações “emancipadas”,⁴³ como aliás a todas as classes laboriosas.⁴⁴

O período da ‘morada’ não escapou à regra, no sentido de relações concretas aviltadoras. O âmbito de aplicação de tais medidas, não se restringia a “outros”⁴⁵ longínquos do ponto de vista geográfico ou

42 Segundo a famosa obra de STAMPP, Kenneth M. *The Peculiar Institution*. Op. cit.

43 Ver, por exemplo, FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. Op. cit., e MINTZ, Sidney W. “Epilogue: the divided aftermaths of freedom”. In: FRAGINALS, Manuel L. Moreno, PONS, Frank Moya. & ENGERMAN, Stanley L. (Eds.). *Between Slavery and Free Labor: the Spanish Speaking Caribbean in the XIXth Century*. London/Baltimore: The Johns Hopkins U.P. 1985 p. 270-278. MINTZ, S. W. *Sweetness and Power*. Op. cit. Ver também toda a literatura sobre as limitações impostas aos proletários na Europa.

44 Exemplo do poder dessas ideias hierarquizantes e excludentes são as políticas de “branqueamento” das populações para melhorar seu potencial histórico. GOULD, S. J. *A Falsa Medida do Homem*. Op. cit. SCHWARCZ, Lilia. *O Espetáculo das Raças*. Op. cit.

45 Basta lembrar a questão do sufrágio universal e a situação das mulheres: a proibição do voto ou do acesso às universidades etc., era legitimada pela Ciência,

cultural.⁴⁶ Os trabalhadores, particularmente rurais, faziam parte desse contingente humano a ser dominado, isolado, ou aniquilado. Os domínios do conhecimento contribuía para a difícil tarefa de elaboração de um modelo universal que satisfizesse tal lógica excludente, num feixe de preconceitos cumulados: de ‘raça’, classe, gênero etc.⁴⁷ Ferdinand de Saussure (1857-1913), ‘pai’ da Linguística, fornecedora de muitas classificações, concluía a propósito de outros canavieiros afro-americanos:

com argumentos irrefutáveis como o tamanho do cérebro. Tentei recensear alguns deles em *O Cérebro das Baleias – Do ‘feminino e da ‘natureza’ no pensamento ocidental dominante* (em colaboração com Régine Bandler e Ana Bosch) Recife: sos Corpo, 1992.

- 46 A teoria da reversão visava ‘raças inferiores’, criminosos, ‘débeis mentais’ e outras categorias humanas dispensáveis ou desprezíveis. A filologia criou categorias para os idiomas, que conheceram derivas racistas fornecendo argumentos ao III Reich. A “raça semítica” dominaria amplos espaços, mesmo onde não era numerosa: “A África quase inteira e grande parte da Ásia representam atualmente graças ao islamismo, o espírito semítico, embora os semitas puros sejam apenas uma fração insignificante da população.” RENAN, Ernest. “Considérations sur les peuples sémitiques”. *Journal asiatique*, avril-mai 1859, p. 447-449. *Apud* LIAUZU, C. *Race et civilisation*. Op. cit., p. 149. Ver também GOULD, S. J. *O Polegar do Panda*. Op. cit., p. 147 e DEMOULE, Jean-Paul. *Mais où sont passés les indo-européens? Le mythe d'origine de l'Occident*. Paris: Seuil, 2014.
- 47 Na época em que os exércitos europeus investiam a África e a Ásia, Ernest Renan (1823-1892), reverenciado por muitos intelectuais brasileiros, forneceu uma justificativa acadêmica, científica-portanto-neutra dessa dominação feroz: “Em tudo, como se vê, a raça semítica nos parece como uma raça incompleta pela sua simplicidade mesma. Ela é, se assim ousar dizer, junto da família indo-europeia, algo como os tons cinzentos junto de uma pintura, o canto medieval junto da música moderna. Falta-lhe aquela variedade, aquela amplitude, aquela superabundância de vida que é a condição da perfectabilidade.[...] Semelhante àquelas naturezas pouco fecundas que, depois de uma graciosa infância, só alcançam uma medíocre virilidade, as nações semíticas tiveram seu mais completo desabrochar na sua infância e não tem mais papel na idade madura.” *Histoire générale et système comparé des langues sémitiques*. 1855, p. 531. *Apud* LIAUZU, C. *Race et civilisation*. Op. cit., p. 150.

Para entender essa história do Haiti, é preciso conhecer o traço dominante do caráter do negro, essa vaidade extraordinária, grotesca, inverossímil, que só pode ser definida de forma satisfatória por um adjetivo: simiesco.⁴⁸

Inúmeros autores, muitos deles grandes nomes da ciência, fundadores de disciplinas e eminentes acadêmicos, defenderam posições racistas. Nos seus esforços rumo à neutralidade científica, a História já era etnocêntrica.

5.1.1.3 Periodização eurocentrada

Independentemente de sua preferência ideológica, todas as escolas históricas ocidentais exibiam o *a priori* – surpreendente para quem pretendia alcançar a objetividade científica – de que a civilização ocidental constituiria, ao mesmo tempo, o avaliador e o modelo.

Se existe uma noção que deve assumir um lugar privilegiado na imagem etnocêntrica que os ocidentais se fazem de si mesmos e dos outros povos, essa é a noção de civilização. Ela fundamenta toda uma concepção da “História”, a distinção entre “pré-história” e “História” bem como a rejeição da maior parte dos outros povos numa esfera escura e imprecisa que se situa “fora da História”. É ela que permite classificar diversos povos numa lista de premiados encabeçada pela Europa. É no seu nome que parece legítimo fundar uma interpretação evolucionista do desenvolvimento dos povos, valorizando alguns critérios distintivos do “avanço” na escala da evolução, tais a escrita e a urbanização.⁴⁹

Roy Preiswerk e Dominique Perrot revelaram as várias facetas do dogma evolutivo na concepção histórica difundida em toda

48 SAUSSURE, Ferdinand de. *Psychologie de la colonisation française dans ses rapports avec les sociétés indigènes*. (1899). Apud LIAUZU, C. *Race et civilisation*. Op. cit., p. 155.

49 PERROT, D. e PREISWERK, R. *Ethnocentrisme et Histoire*. Op. cit., p. 105.

literatura, inclusive escolar. A extrema valorização da sociedade ocidental, via objetividade científica, seria inculcada em todos os países. Não era uma sutileza reservada aos eruditos; visava o público, como José Lins do Rego.

Para constituir uma escala evolutiva lógica, cuja sequência fosse convincente, apoiada no pressuposto do progresso, as escolas históricas recortaram a duração da mesma forma que se retalhou o espaço; parcelou-se o tempo com o mesmo viés etnocêntrico. Esse recorte seria decisivo na concepção do passado e, portanto, do futuro de qualquer âmbito geográfico. O destino classificatório da zona canavieira de Pernambuco, contexto da ‘morada’ que lhe serviria de indicador na mesma avaliação, entraria nesse rol. Os períodos, então delimitados no decurso da história da Europa (ocidental), transubstanciaram-se em etapas ideais que levariam a humanidade de sua emergência do reino animal à fase áurea do desenvolvimento tecnocientífico.

Essa periodização tradicional, em vigor nos manuais e cursos de História, constituía apenas certa visão da história europeia. Sua universalização resultou em implicações mais depreciativas ainda para os povos não-ocidentais, no que Jack Goody chamou de “roubo da história”.⁵⁰ Pois a sua não seria produtora de parâmetros universais, portadora de acontecimentos ou épocas capazes de “concretizar sua historicidade”.⁵¹ Quando lhes era reconhecida alguma (pois haveria também “povos sem história”, tese desafiada por Eric Wolf⁵²) sua

50 GOODY, Jack. *O roubo da história. Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Contexto, 2008.

51 PERROT, D. e PREISWERK, R. *Ethnocentrisme et Histoire*. Op. cit., p. 284.

52 Eric Wolf retomou essa expressão como título de uma de suas maiores obras: *Europe and the People Without History*. Significativo foi que ele havia concluído o título com um ponto de interrogação, que seu editor suprimiu, mudando o sentido entendido pelo autor. Ver FRANK, André Gunder. *REORIENT: Global Economy in the Asian Age*. University of California Press, 1998, p. xviii.

história seria repetição.⁵³ Foi assim que se analisou a situação dos moradores de engenho da zona canavieira de Pernambuco.

5.1.2 Aspectos do pensamento marxista sobre a questão da periodização

O pensamento marxista considera benéficas e necessárias as rupturas no devir histórico.

Apenas conhecemos uma ciência, a da história. Esta pode ser examinada sob dois aspectos: podemos dividi-la em história da natureza e história dos homens. Porém, estes dois aspectos não são separáveis; enquanto existirem homens, a sua história e a da natureza condicionar-se-ão reciprocamente. A história da natureza, aquilo que se designa por ciência da natureza, não nos interessa aqui: pelo contrário, é-nos necessário analisar em pormenor a história dos homens, pois, com efeito, quase toda a ideologia se reduz à falsa concepção dessa história, ou ao puro e simples abstrair dela. A própria ideologia é somente um dos aspectos dessa história.⁵⁴

O materialismo histórico devia fornecer os elementos permitindo analisar a sociedade afim de transformá-la para o benefício último da humanidade. A ideia de progresso embutida no seio da concepção da história provava que, como no domínio natural,⁵⁵ o

53 Tal viés rígido continua marcando até hoje a organização dos currículos, inclusive universitários. Ver a este respeito a obra de FERRO, Marc. *Comment on raconte l'histoire aux enfants à travers le monde*. Paris: Payot, 1981. *Como se cuenta la historia a los niños en el mundo entero*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1990.

54 MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. I. Op. cit., p. 18. Pierre Vilar mostra como este trecho foi modificado na versão definitiva do texto. No entanto, isso não afeta a mensagem de Marx que afirma inúmeras vezes que a história serve de fundamento ao conhecimento da realidade social. "Marx e a História". In: HOBBSAWM, Eric. (Ed.). *História do Marxismo*. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 101.

55 Engels, diversamente de Marx, expressa uma adesão não mitigada ao modelo darwinista: "Foi demonstrada em suas linhas fundamentais a série evolutiva

mundo humano desenvolvia-se no sentido de um aperfeiçoamento e uma complexidade ascendentes. Pereciam e desapareciam os menos adaptados às mudanças dos tempos. Progressionista, o marxismo rejeitava, todavia, o darwinismo social nas suas dimensões altamente excludentes acima evocadas. O progresso da humanidade era contínuo, universal, inelutável; e desejável, pois essa evolução resultaria numa sociedade ideal, garantindo a felicidade a todos os humanos. Os princípios evolucionistas ensinavam que ela só nasceria da expressão mais aperfeiçoada na escala do desenvolvimento: a sociedade ‘avançada’ capitalista europeia.

No entanto, segundo Marx e Engels, o percurso não era marcado pela benevolência, nem por um alto sentido moral, passíveis de realização apenas num futuro que esses revolucionários avaliavam próximo: o comunismo permitiria transformar a atual sociedade, governada pela ‘necessidade’, numa de ‘liberdade’. Eles não tentaram esconder a crueldade sofrida pelas populações colonizadas, passando pelos estágios nessa evolução:

Baseada nessa organização, a civilização realizou coisas das quais a antiga sociedade gentílica não seria capaz. Mas realizou-as pondo em movimento os impulsos e as paixões mais vis do homem e em detrimento de todas as suas outras aptidões. A cobiça foi a alma da civilização desde os primeiros dias até o presente, e a riqueza, outra vez a riqueza, sempre

dos organismos, dos mais simples aos mais variados e complexos, como aqueles que temos hoje diante dos nossos olhos, num processo que chega até o homem. Com isso tornou-se possível não só a explicação do variado material dos produtos orgânicos naturais que temos a nossa frente, mas também ficou proporcionada a base para a pré-história da humanidade, para nós a acompanharmos nos diversos estágios do seu desenvolvimento.” ENGELS, Friedrich. *Dialética da Natureza*. Apud NEGTE, Oscar. “O Marxismo e a teoria da revolução no último Engels”. In: HOBBSBAWM, Eric. (Ed.). *História do Marxismo*. II. *O Marxismo na Época da Segunda Internacional*. (Primeira Parte). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 173.

a riqueza, mas não a da sociedade, e sim a desse mesquinho indivíduo, seu único objetivo determinante.⁵⁶

Esses autores lamentaram repetidamente as misérias humanas associadas ao percurso, já que o progresso material constatado não fora acompanhado de avanços éticos, tanto na Europa quanto fora dela. A necessidade absoluta, historicamente inevitável, dessa evolução em direção a um fim benéfico garantido ao conjunto da espécie pelo próprio movimento histórico, parecia redimir o que havia nisso de moralmente insustentável. Esse compromisso histórico-ético reforçava a obrigatoriedade do percurso. Pois, sendo único, ele era capaz de garantir a todos o tão sonhado desenlace, o comunismo. Eram recusados o direito à diferença ou a outras vias⁵⁷ já que, em matéria de ciência, só se sustentavam as certezas oriundas da experiência histórica, prima pobre – mas a única disponível – da experimentação indispensável à ciência.

5.1.2.1 O dever de colonização: “Manifest Destiny”⁵⁸ em escala mundial

Pelo rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, pelos imensamente facilitados meios de comunicação, a burguesia levou a civilização a todas as nações, mesmo as mais primitivas.

Marx-Engels⁵⁹

56 ENGELS, Friedrich. *L'origine de la famille, de la propriété et de l'Etat*. Paris: Editions Sociales, 1972, p. 185.

57 Pulando etapas, por exemplo, o que seria crucial na definição de estratégias de luta para os moradores de engenho, classificados na etapa ‘feudal’, eles não poderiam pretender imediatamente ao socialismo.

58 Destino manifesto. Expressão usada pelas classes dominantes norte-americanas para justificar sua dominação sobre outras nações.

59 “Manifesto do Partido Comunista”. In: MARX, K. e F, ENGELS. *Sobre o colonialismo*. Lisboa: Estampa, 1978, v. 1, p. 15.

Não é natural nem justo que os civilizados ocidentais...
deixem a metade do mundo talvez, a pequenos grupos
de homens ignorantes, impotentes, verdadeiras crianças
débeis, dispersos sobre superfícies incomensuráveis, ou
ainda a populações decrépitas, sem energia, sem direção,
verdadeiros anciãos incapazes de qualquer esforço, de
qualquer ação mostrando organização e previsão.

Leroy-Beaulieu, 1874⁶⁰

Era desejável, portanto, promover a integração rápida de todas as sociedades do mundo à etapa mais ‘avançada’. A colonização permitia aos grupos não europeus uma aproximação acelerada do estágio final. Liauzu ilustrou com textos contundentes o “Atlas mental” onde “o homem branco tem um direito e um dever de colonização, um mandato sobre as raças inferiores, ideia que foi central até esses últimos anos.”⁶¹ Criticando o capitalismo, augurando e promovendo a superação dessa fase histórica, Marx e Engels mantiveram “o princípio do monopólio da historicidade no Ocidente”.⁶² Frente à obra destrutiva do colonialismo britânico na Índia, expressavam confiança no futuro gerado precisamente por essa investida cruel. Claude Liauzu resume seu argumento: “A Inglaterra tem uma dupla missão a preencher na Índia, uma de destruição, outra de regeneração: aniquilar a antiga sociedade asiática, e estabelecer os fundamentos materiais da sociedade ocidental na Ásia.”⁶³ Marx detalha o processo:

Os ingleses foram os primeiros conquistadores da Índia
que lhe fossem superiores, e por conseguinte inacessíveis à

60 Historiador e professor no Collège de France, autor de: *De la colonisation chez les peuples modernes*. Apud LIAUZU, C. *Race et civilisation*. Op. cit., p. 187.

61 Idem, p. 12-13.

62 Idem, p. 169.

63 LIAUZU, C. *Race et civilisation*. Op. cit., p. 171.

civilização hindu. Eles a destruíram, quebrando as comunidades indígenas, extirpando a indústria indígena e nivelando tudo o que havia de grande e de elevado na sociedade autóctone. As páginas históricas de sua dominação na Índia contêm quase que somente essa destruição. A obra de regeneração transpira apenas através de uma montanha de ruínas. No entanto, ela começou.⁶⁴

A globalização forçada e dolorosa, promovida pelo capitalismo, garantia a passagem de todos os povos ao estágio superior. Na *Ideologia alemã*, Marx detalha esses pré-requisitos:

Para que ela se transforme num poder “insuportável”, quer dizer, num poder contra o qual se faça uma revolução, é necessário que tenha dado origem a uma massa de homens totalmente “privada de propriedade”, que se encontre simultaneamente em contradição com um mundo de riqueza e de cultura com existência real; ambas as coisas pressupõem um grande aumento da força produtiva, isto é, um estágio elevado de desenvolvimento. Por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas (que implica já que a existência empírica atual dos homens decorra no âmbito da história mundial, e não no da vida local) é uma condição prática prévia absolutamente indispensável, pois, sem ele, apenas se generalizará a penúria e, com a pobreza, recomeçará paralelamente a luta pelo indispensável e cair-se-á fatalmente na imundície anterior. Ele constitui igualmente uma condição prática *sine qua non*, pois é unicamente através desse desenvolvimento universal das forças produtivas que é possível estabelecer um intercâmbio universal entre os homens e porque, deste modo, o fenômeno da massa “privada de propriedade” pode existir simultaneamente em todos os países (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das perturbações dos restantes e fazendo com que finalmente os homens

64 MARX, Karl. *New York Daily Tribune*. 20 junho e 22 de dezembro de 1853. Apud LIAUZU, C. *Race et civilisation*. Op. cit., p. 171.

empiricamente universais vivam de facto a história mundial, em vez de serem indivíduos vivendo numa esfera exclusivamente local.⁶⁵

Testemunhas da colonização triunfante, com a partilha da África e da Ásia e a conquista ‘civilizatória’ das grandes planícies americanas,⁶⁶ Marx e Engels condenavam sem ambiguidade os processos de genocídio e feroz repressão colonial que vitimavam as populações não europeias.⁶⁷ Entretanto, não abandonavam a ideia evolucionista, ancorada na ciência e garantia de um futuro revolucionário à humanidade, porque seria colocar em risco o rumo do processo: o fim da sociedade de classes no comunismo. O cruel estado presente das coisas era um mal passageiro, transitório, a gestação de uma realização maior que redimiria o sofrimento vigente. Engels o descreveu a propósito do fim da comunidade primitiva.⁶⁸ No Brasil, a mesma lógica afetou populações e regiões inteiras, justificando intervenções armadas “progressistas” a exemplo da investida contra Canudos descrita por Euclides da Cunha.

65 MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. I. Op. cit., p. 41-42.

66 Ver PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Colonização e Conflito. O povoamento do Sertão nordestino e a ‘Guerra dos Bárbaros’*. Recife: UFPE, 2002.

67 Marx publicou no *New York Daily Tribune* artigos extremamente severos, entre os mais duros escritos contra os malefícios da colonização [1858-59]. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *La Chine*. Paris: UGE, 1973.

68 “A potência dessa comunidade primitiva tinha que ser quebrada – ela o foi. Mas ela foi quebrada por influências que nos parecem, de início, como uma degradação, como uma queda original do alto da candidez e da moralidade da antiga sociedade gentílica. São os mais vis interesses – rapacidade vulgar, brutal apetite de usufruto, avariza sórdida, pilhagem egoísta da propriedade comum – que inauguram a nova sociedade civilizada, a sociedade de classes; são os meios os mais vergonhosos – o roubo, a violência, a perfídia, a traição – que minam a antiga sociedade gentílica sem classes, e que levam a sua queda. E a nova sociedade ela mesma, durante os dois mil e quinhentos anos da sua existência, nunca foi outra coisa a não ser o desenvolvimento da pequena minoria às custas da grande maioria dos explorados e dos oprimidos, e é isto que ela é hoje mais do que nunca.” ENGELS, F. *L’origine de la famille*. Op. cit., p. 106.

Marx manifestou sua determinação em tratar apenas da Europa ocidental, âmbito de suas pesquisas. Para os demais, perguntava-se como a colonização/imperialismo acelerava a chegada da sociedade submetida à etapa mais adiantada; quais eram os estágios e os objetivos de luta. Andreucci menciona “a contraditória opinião de Engels”,⁶⁹ como fonte de inúmeras interpretações e debates na aplicação desses conceitos a situações históricas distintas daquelas – europeias – que as inspiraram, como a zona canavieira de Pernambuco. E. Bernstein e E. Belfort Bax, “dois prestigiosos expoentes do movimento operário europeu” divergiam. O primeiro, eurocentrista convicto da superioridade europeia:

Nem todas as lutas das populações dominadas contra seus dominadores são, por si mesmas, lutas de emancipação [...] Povos incivilizados e inimigos da liberdade não têm direito algum a nossa simpatia, se se levantam contra a civilização [...] Se, no passado, pôde-se propor, da parte socialista, uma ajuda contra o avanço da civilização capitalista, isto foi devido a sobrevivências do romantismo cuja insustentabilidade se demonstra quando se notam suas consequências até o fim.⁷⁰

Belfort Bax deixou vislumbrar alianças possíveis entre povos “adiantados” e “atrasados”:

Sob este ponto de vista, todo progresso da colonização constitui um recuo para a causa socialista. Igualmente sob o mesmo ponto de vista, toda derrota de uma potência civilizada em sua luta contra populações bárbaras e selvagens deve ser considerada pelo partido socialista se quiser ser consequente, como bem vinda. A causa dos nativos, vista sob este aspecto, é de fato a nossa causa.⁷¹

69 Ver ANDREUCCI, Franco. “A questão colonial e o imperialismo”. In: HOBBSBAWM, Eric, (Ed.). *História do Marxismo*. IV. *O Marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 251-277.

70 Idem, p. 258.

71 Ibidem.

Engels respondia com cautela à pergunta de Kautsky sobre o papel do proletariado:

Quais fases sociais e políticas, porém, esses países devem atravessar até chegarem, eles também, à organização socialista – eis uma pergunta a qual, acredito, só se pode responder com hipóteses ociosas. Uma coisa apenas é certa: o proletariado vitorioso não pode impor a felicidade a nenhum povo, sem com isto minar sua própria vitória.⁷²

5.1.2.2 As etapas: “contrefaçom dogmatique”⁷³

[Meu crítico] se sente obrigado a metamorfosear meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do andamento geral imposto pelo destino a cada povo, quaisquer que sejam as circunstâncias históricas nas quais este se encontre, de modo a que possa por fim alcançar a forma de economia que assegurará, com a maior expansão dos poderes produtivos do trabalho social, o desenvolvimento mais completo do homem. Mas eu lhe peço perdão. É me dar honra e vergonha em demasia.

Karl Marx⁷⁴

Marx escreveu para Vera Zassoulitch, em 1881:

Ao analisar a gênese da produção capitalista, escrevo: “No fundo do sistema capitalista há, portanto, uma separação

72 Carta de Engels a Kautsky de 12.09.1882. ENGELS, Friedrich. *Briefwechsel mit Karl Kautsky*. Apud ANDREUCCI, F. “A questão colonial e o imperialismo”. Op. cit., p. 256-257.

73 GODELIER, Maurice. Prefácio. CERM. *Sur les sociétés précapitalistes*. Paris: Editions Sociales, 1978.

74 MARX, Karl. Carta ao editor de Otétchestvennyye Zapisky, fim de 1877, dirigida a Choukovski, respondendo a Mikhailovski, um dos dirigentes do partido socialista. In: CERM. *Sur les sociétés précapitalistes*. Op. cit., 1978, p. 14.

radical entre o produtor e os meios de produção. [...] A base de toda essa evolução é a desapropriação dos cultivadores. Até agora, ela só ocorreu de forma radical na Inglaterra.... Mas todos os outros países da Europa ocidental percorrem o mesmo movimento.”⁷⁵ A “fatalidade histórica” deste movimento é, portanto, expressamente restrita aos países da Europa ocidental.⁷⁶

A procura por uma genealogia, inteligível em termos materialistas, da sociedade capitalista europeia o levou a estabelecer uma sucessão de fases de desenvolvimento, rapidamente abstraídas por seus discípulos, em estágios genéricos alinhando-se num continuum temporal de sentido e itinerário únicos. As relações de propriedade e de produção constituíam o critério de base, para essa sistematização, nos estágios ditos de civilização, e o parentesco nas fases anteriores. A história da humanidade era distribuída nas quatro etapas do comunismo primitivo; modo de produção escravista antigo; modo de produção feudal; modo de produção capitalista. Esse itinerário levaria à situação ideal do comunismo, projeto comum a toda a humanidade, homogeneizada a nível mundial, pelo capitalismo. Como o sublinha Maurice Meisner, “[é] precisamente a visão utópica do futuro, sancionada pela análise da história, que dá à concepção materialista (marxista) seu apelo dinâmico.”⁷⁷ Isto lhe valeu também a acusação de promover uma teleologia da história, como o nota Maurice Godelier:

Através de suas obras, [Marx e Engels] deixaram como legado, ao que parece, a imagem mais precisa de uma evolução

75 Citação do *Capital*, na edição francesa, p. 315.

76 MARX, K. Carta a Véra Zassoulitch. In: CERM. *Sur les sociétés précapitalistes*. Op. cit., p. 341.

77 MEISNER, Maurice. “Li Ta-chao and the Chinese Communist Treatment of the Materialist Conception of History”. In: FEUERWERKER, Albert (Ed.). *History in Communist China*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1968, p. 279.

“necessária” da humanidade através da sucessão da comunidade primitiva, da escravidão, da feudalidade e do capitalismo.⁷⁸

O sinólogo Jean Chesneaux enfatiza a história como instrumento de dominação.

A teoria dita dos cinco estágios permite, desde a época estalinista, esquematizar, de forma cômoda, a história do mundo: comunidade primitiva, escravidão, feudalismo, capitalismo, socialismo. O poder da burocracia soviética é apresentado como o ponto culminante de toda a história, sua legitimidade está fundamentada na defesa da nova camada de privilegiados.⁷⁹

Stalin transformou em dogma a teoria dos estágios, cristalizada em cinco etapas inamovíveis. Pensamento único e obrigatório, ele permaneceu vigente além da época em que a construção do “socialismo num só país” permitia a sujeição dos rumos da ação política dos movimentos operários ou camponeses estrangeiros, inclusive latino-americanos, aos ditames da política externa da União Soviética,⁸⁰ em nome do internacionalismo proletário. Estudiosos e militantes ligados à Terceira Internacional respeitaram, por muito tempo, essa concepção da evolução histórica, inclusive no Brasil. Seus esforços interpretativos tendiam a “encontrar”, na realidade histórica de seu país, os traços típicos do modo de produção atribuído a sua região, modulando ou diminuindo o peso de outros elementos não-conformes ao padrão.

As referências ilustrativas e os valores de cada modo de produção, privilegiados na análise de Marx e Engels, eram da Europa ocidental. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, o autor

78 GODELIER, Maurice. “La notion de ‘mode de production asiatique’”. Op. cit., p. 55.

79 CHESNEAUX, Jean. *Du passé faisons table rase?* Op. cit., p. 30.

80 Ver o testemunho do agente do Comintern, VALTIN, Jan. *Sans patrie ni frontière*. [1941] “Postface” de Jean-François Vilar. Paris: J.C Lattès, 1975 (edição censurada a pedido do Partido Comunista Francês) e Babel, 1996.

ofereceu também exemplos oriundos de outros continentes. Todavia, eles diziam respeito apenas às fases anteriores à ‘civilização’. Foram assim contempladas, acompanhando o modelo elaborado por Lewis Morgan em *Ancient Society*,⁸¹ o estado selvagem e a barbárie, cada uma dessas etapas dotada de formas inferiores, médias e superiores. Todas as populações não europeias, dominadas pelas nações europeias foram classificadas. Nas colônias de povoamento como os Estados Unidos, a Austrália e o Brasil, elas foram confinadas a colocações inferiores em termos de evolução ‘histórica’. No Brasil, essa abordagem criou uma heterogeneidade – conceitual – de fases históricas entre diversos espaços e populações do país, dificultando a construção de uma identidade nacional.⁸²

Marx pouco cedeu à tentação extra-europeia para ilustrar os diversos modos de produção, a não ser em algumas aproximações e comparações nos seus artigos sobre a Índia e a China. Engels, por sua vez, não hesitou a realizar incursões frequentes em regiões longínquas, estendendo o âmbito de recrutamento das sociedades⁸³ sobretudo para os estágios primários. Pulos histórico-geográficos extraordinários colocavam os iroqueses ou germanos ‘antes’ da etapa da Roma antiga; os havaianos (contemporâneos do autor) em estágio mais remoto ainda!

81 Inspirado nos autores mais conceituados do seu tempo: Lewis Henry Morgan (1818-81), antropólogo norte-americano estudou os sistemas de parentesco em sociedades ameríndias e publicou *Ancient Society* (1877). Ele afirmou a importância dos fatores econômicos e tecnológicos na evolução das sociedades, e estabeleceu os estágios básicos da selvageria, barbárie e civilização, retomados pela grande maioria dos cientistas sociais. Johann-Jakob Bachofen (1815-1871) famoso por seus trabalhos sobre as relações familiares, publicou *Das Mutterrecht* (1861). SCHULTE-TENCKHOFF, I. *La vue portée au loin*. Op. cit., p. 52-57.

82 HOLANDA, L. *Fato e Fábula*. Op. cit.

83 Ele citava para o estágio da barbárie, povos há muito desaparecidos (dórios) e populações contemporâneas ou por poucos séculos anteriores (iroqueses ou astecas). ENGELS, F. *L'origine de la famille...* Op. cit., p. 107.

O sistema de parentesco americano pressupõe uma forma mais primitiva da família que não existe mais na América e que encontramos ainda realmente no Havai: o sistema de parentesco havaiano leva-nos, por outro lado, a uma forma de família ainda mais original cuja existência, não podemos, de fato, estabelecer em lugar algum, mas que deve necessariamente ter existido, porque, sem ela, o sistema de parentesco correspondente não poderia ter se criado.⁸⁴

Vítima de seu próprio desejo de afirmar a coerência e universalidade da grande arquitetura da evolução das sociedades, Engels não vacilava, portanto, frente a perigosas induções.⁸⁵ Ele admitia tanto a heterogeneidade do tempo quanto do espaço, já que ocorria concomitância, no tempo cronológico, de fases de evolução distintas e distantes. Assim, ‘comprovara’ cientificamente o *a priori* colonialista, legitimando sua ação. Essa admissão de tempos diversos pareceria um paradoxo, sem dúvida, para quem queria aproximar as Ciências Humanas da Física numa época pré-einsteiniana.⁸⁶ Os critérios de classificação adotados por Engels eram distintos para cada fase, dotando os elementos-chaves escolhidos – ‘provas’ científicas da colocação da sociedade em questão num dado patamar da escala preconcebida de evolução – de ênfases e interpretações muitas vezes reducionistas. Os traços culturais que haviam assegurado o triunfo

84 Idem, p. 38.

85 Como o tipo de parentesco é o elemento chave de classificação para as sociedades anteriores à fase de ‘civilização’, ele infere a suposta existência de uma organização parental específica. “Deve ter existido” escreve ele, diversas vezes, na falta de observações comprobatórias. Idem, p. 46.

86 Isto é, sem o recurso da relatividade. A não ser que se admitisse (brincando) um pioneirismo da História nesse campo. O apelo à referência da relatividade entre os historiadores é muito posterior, com abusos que foram denunciados, de forma contundente, por físicos. SOKAL, Alan e BRICMONT, Jean. *Imposturas intelectuais. O abuso da Ciência pelos filósofos pós-modernos*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

da Europa (intervencionista, bélico ou transformador-destruidor da natureza) eram privilegiados; as demais características sociais e culturais, não percebidas, desvalorizadas ou excluídas como irrelevantes.⁸⁷ A avaliação do estágio de desenvolvimento nos canaviais de Pernambuco sofreu do mesmo preconceito.

Traços socioeconômicos, considerados típicos de cada sociedade escolhida como padrão, transformaram-se então em abstrações do ponto de vista temporal e espacial. Isolados de seus contextos históricos, tornaram-se atemporais, estritamente falando, pois passíveis de serem ‘reencontrados’ ou ‘reconhecidos’ em espaços e épocas (cronológicas) diferentes, independentemente da situação local anterior. Admitia-se até episódios retrocessivos, como o ‘feudalismo’.

Europeia por essência, a História Oficial havia incorporado tardiamente a seu curioso percurso sociedades antigas africanas (o Egito) e da Ásia ocidental (então chamado Próximo Oriente, a Mesopotâmia e a Terra Santa). Esses acréscimos não alteraram substancialmente o sentido do devir histórico – europeu – nem suas etapas.⁸⁸ Daí resultou uma história que chamarei de ‘itinerante’. Para acompanhar os historiadores ocidentais, inclusive Marx e Engels, era preciso fazer, no *mapa mundi*, uma viagem histórico/geográfica seguindo o *cursus honorum* da civilização-padrão. De tão costumeiro, ele adquiriu uma perigosa obviedade.

87 Boa parte do registro escapava simplesmente à competência dos observadores.

88 Recusou-se à Antiguidade não europeia a capacidade de criar historicidade e modificar a periodização. Alargou-se imensamente a duração do período/modo de produção, incorporando apenas ilustrações suplementares que confirmavam, em vez de questionar, os parâmetros estabelecidos exclusivamente a partir da Europa.

5.1.2.3 O caráter itinerante da história oficial

Qualquer outra história é mutilada, só a nossa é completa;
considerem a história da Itália, lhe faltam os últimos
séculos; considerem a história da Alemanha, da Inglaterra,
lhes faltam os primeiros. Considerem a da França: com ela
você conhecem o mundo.

Jules Michelet⁸⁹

Mesmo no continente americano, os livros escolares afirmam que a Civilização começou na Mesopotâmia. O Egito faraônico lhe sucede, para ceder lugar à Grécia clássica⁹⁰ e finalmente Roma. A literatura marxista propôs uma sequência parcialmente similar, conservando a Grécia e Roma como modelo do modo de produção escravista, o primeiro da sequência dita civilizada. Essa historiografia não forneceu uma razão mais materialista que aquela invocada por Hegel, para associar um deslocamento espacial à sequência das etapas temporais. O que era crença, no caso do filósofo, virou verdade ‘científica’. A fase de desenvolvimento anterior à Roma de César era germana, ou seja, estritamente contemporânea. Sem pestanejar, os autores apoiavam-se em textos dos próprios romanos (Tácito, por exemplo), vizinhos e conquistadores, para argumentar da anterioridade, portanto, subalternidade, do tipo da organização social germana. Os termos da inferioridade eram as forças produtivas, o tipo de propriedade, tomando o referencial romano como medida. Admitia-se a lógica do vencedor, do ancestral escolhido.⁹¹ Sincronias

89 MICHELET, Jules. *Le peuple*. 1846.

90 Período escolhido preferencialmente a outros e imbuído de uma áurea particular. PERROT, D. e PREISWERK, R. *Ethnocentrisme et Histoire*. Op. cit., p. 285.

91 Bowler ilustra repetidas instâncias, às vezes cômicas, desse procedimento: assim, a reconstrução de uma aldeia sobre pilotis de época pré-histórica, na

e diacronias espacializadas apareciam naquilo que se é tentado a chamar de enredo.

A aplicação da pirâmide progressionista dentro do próprio campo geográfico europeu, preferindo os francos aos visigodos⁹² e comparando a brilhante Bizâncio⁹³ a um “galho morto”,⁹⁴ garantiu que o noroeste do continente vencesse, adequando seus ancestrais escolhidos à linhagem das civilizações. A partir dele, os conceitos

Suíça, foi guiada por modelos arquitetônicos colhidos por antropólogos na Nova Guiné, pois os contemporâneos da Oceania eram vistos como similares a ancestrais muito longínquos (europeus) dos cientistas. O autor nos brinda com um desenho da obra de Charles Lyell, *Geological Evidences of the Antiquity of Man*. BOWLER, Peter J. *The Invention of Progress*. Op. cit., p. 80. Ver também o propósito ideológico dos zoológicos humanos. BANCEL, Nicolas *et al.* *Zoos humains XIX et XXe siècles*. Op. cit.

92 Uma leitura ideológica, imposta por autores católicos foi, em seguida, aceita pela historiografia das mais diversas matizes ideológicas. Os francos católicos constituíam ancestrais mais aceitáveis que godos hereges arianos. Que isto seja parte da história providencial versão franco-francesa, pode ainda ser considerado lógico, senão justificado dentro do quadro geopolítico do hexágono. Mas que essa mesma visão seja imposta – via doutrina da História Geral Oficial – a alunos das escolas secundárias brasileiras, como legítimos ancestrais históricos no sentido progressionista, é muito mais grave. Esse exemplo, caricatural talvez, revela simplesmente a fragilidade de uma classificação supostamente apoiada em critérios científicos, frente a influências ideológicas até mesmo estranhas à corrente de pensamento que elaborou o esquema. Tentei esboçar alguns traços deste curioso percurso da história eurocentrada em “A escolha dos ancestrais ou notas sobre o curioso itinerário geográfico da história oficial”. *Revista de Geografia*. Recife, UFPE/DCG/NAEG, v. 9, n. 1, jan./jul. 1993, p. 25-66.

93 Constantinopla, cuja brilhante civilização dominou por séculos boa parte da região perimediterrânea, mantendo um Estado centralizado consciencioso defensor da coisa pública (um dos elementos normalmente valorizados pela História oficial). Embora cristã, ela não foi reabilitada pelos historiadores que mantiveram o conceito depreciativo das Luzes. Bizâncio foi eliminada da linhagem oficial dos ancestrais escolhidos apesar do nível de civilização (segundo os critérios oficiais) incomensuravelmente maior, e duração muito superior à de qualquer reino bárbaro do ocidente.

94 BARK, William Carroll. *Origens da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 96.

forjados para uso local migraram para o resto do planeta. Essa esteira mediria os “outros” em posição axiomática de inferioridade. Novos deslocamentos no itinerário da História oficial a haviam levado para a estreita faixa delimitada por Marc Bloch na sua definição da Sociedade Feudal: entre o Reno e o Loire. O capitalismo teve berço quase idêntico, a única sequência geográfica historicamente plausível nessa genealogia. A História havia se sedentarizado.

5.1.2.4 *A transferência de conceitos*

O sequestro da História

O sistema nega, aos mortos de fome, até mesmo o alimento de sua memória. Para que não tenham futuro, rouba seu passado. A história oficial está contada a partir dos, pelos e para os ricos, os brancos, os machos e os militares. A Europa é o Universo.

Eduardo Galeano⁹⁵

A abundância de material documental utilizado por Marx e Engels, bem como suas observações diretas, garantia à análise da história europeia uma precisão e profundidade de grande interesse. A admiração frente a essa obra, bem como a adesão a muitos dos resultados e das análises que propõe, não pode deixar esquecer o quanto outros aspectos do pensamento destes autores – e sobretudo na obra de seus seguidores – podem ser considerados como muito representativos de sua época, mas não atendem necessariamente às exigências do trabalho histórico atual, sobretudo nos países não europeus. Seus estudos nunca foram projetados para constituir um receituário, muito menos sagradas escrituras.

95 GALEANO, Eduardo. *Ser como eles*. Rio de Janeiro: Revan, 1993, p. 64.

Marx, segundo Chesneaux, era homem do seu tempo: “herdeiro das Luzes, tinha certamente uma visão confiante e otimista do progresso humano que as crises do século xx não confirmaram.”⁹⁶ A proposta de uma história evolucionista era precisamente a expressão dessa confiança otimista. O rumo ascendente, característico do progressionismo, não era próprio do pensamento marxista que, ao menos, via na sequência de estágios, tão somente o prelúdio a uma etapa ulterior benéfica para a espécie, e não hesitava em revelar as taras da sociedade ‘avançada’.⁹⁷ Seria um argumento poderoso para arrolar estudiosos brasileiros revolucionários.

O principal propósito desse discurso sobre a história universal é de apresentar um quadro coerente da sucessão dos grandes períodos do mundo, de acordo com uma análise ordenada logicamente, para que esta descrição leve à sociedade à qual pertence o autor.⁹⁸

Se essa definição do rumo do devir humano podia confortar os europeus, na sua convicção de superioridade apoiada em vastos impérios coloniais, ela tornou-se um peso extraordinário para os não europeus. A tragédia do “Ser como eles”, fórmula de Galeano,⁹⁹ não se limitava a modismos, por mais perniciosos que fossem; ou mimetismos mutiladores e perversos. Ela afetava a consciência do seu próprio passado, os modos de apreender sua história de não-eleitos, assim como sua confiança num futuro autônomo e promissor. Era o famoso “bonde” da História nunca alcançado.

96 CHESNEAUX, J. *Du passé faisons table rase?* Op. cit., p. 45.

97 O quadripartismo francês procedeu de forma paralela, com deslocamentos geográficos muito próximos – numa sequência igualmente anunciada como ‘histórica’ – e escalas de classificação a pretensão universal. PERROT, D. e PREISWERK, R. *Ethnocentrisme et Histoire*. Op. cit., p. 146.

98 CHESNEAUX, J. *Du passé faisons table rase?* Op. cit., p. 91.

99 GALEANO, E. *Ser como eles*. Op. cit. Ou FANON, FRANZ. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Seuil, 1952.

A história evolucionista transformara um episódio recente da história mundial – a dominação global do ocidente¹⁰⁰ – em destino não só obrigatório, em virtude do progresso, mas desejável. Ela condenou por muito tempo os historiadores não europeus ao exercício masoquista de narrar os desastres que a colonização causara a sua terra e seu povo, em virtude de amanhã, virtualmente projetados como melhores, mas atrelados a modelos externos, gerados, precisamente, pelos ‘vencedores’. Esse incômodo paradoxo¹⁰¹ perpetuou-se. Apesar do crescimento no conhecimento, a sua interpretação continuava tributária de modelos seguindo a lógica do poder: “Nas sociedades de classe, a história faz parte dos instrumentos pelos quais a classe dirigente mantém seu poder.”¹⁰² Os parâmetros da classificação das sociedades, estabelecidos pelas elites europeias conforme a imagem que escolheram para si, serviram a esse propósito.

O ponto de junção das análises intertemporais e interculturais cumula os três elementos constitutivos do evolucionismo qualificado no começo do capítulo de primário, ou seja a certeza da existência de estágios fixos, critérios etnocêntricos para definir seu conteúdo e uma finalidade (implícita ou explícita) constituída pela civilização de tipo europeu ou ocidental.¹⁰³

Para alcançar a homogeneização da História, incorporando todas as sociedades do planeta num só edifício conceitual, utilizou-se a transferência de conceitos: “com fins de descrição ou análise, de um conceito elaborado e definido no contexto preciso da cultura de

100 Uma aberração de curta duração, talvez uns dois séculos afirma Kishore Mahbubani. *Has China Won? The Chinese Challenge to American Primacy*. New York: Public Affairs, 2020.

101 Felizmente, desde que esta tese foi escrita, novos ventos sopram em todos os continentes que deixam bem augurar de novas correntes da historiografia.

102 CHESNEAUX, J. *Du passé faisons table rase?* Op. cit., p. 23.

103 PERROT, D. e PREISWERK, R. *Ethnocentrisme et Histoire*. Op. cit., p. 146.

origem do observador, mas utilizado para descrever um fenômeno da cultura de destino.”¹⁰⁴

Marx e sobretudo Engels não ficaram imunes a preconceitos. Elegeram algumas “grandes nações históricas da Europa nitidamente definidas”.¹⁰⁵ Somara-se, então, outro viés ao etnocentrismo tradicional, dentro e fora do próprio continente europeu: além dos povos ‘sem história’, dos bárbaros e seus primos, os camponeses, vítimas genéricas do progressionismo, foram rebaixados, dessa vez, os mais dotados segundo os próprios indicadores preferidos pela história evolucionista. A China, como Bizâncio, ‘civilizada’ em demasia para ser jogada no balaio dos ‘selvagens’ e ‘bárbaros’, ganhara o apelido de ‘estagnante’. O exercício de ordenar a extraordinária diversidade de todas as sociedades humanas entre esses extremos intimidou poucos historiadores, seguros da solidez de seu aparato conceitual.

A apresentação dos diferentes grupos humanos de um ponto de vista histórico opera-se, portanto, por meio de uma multiplicidade de transferências de conceitos, obrigando o autor a uniformizar a história e a transformá-la num processo de encaixotamento de realidades culturais extremamente diversas, no seio de um número limitado de conceitos.¹⁰⁶

104 Idem, p. 227. Esses autores explicam ainda que a transferência de conceitos pode ser consciente (desprezando propositadamente as diferenças culturais) ou inconsciente (o etnocentrismo funcionando graças à ingenuidade e ignorância do observador).

105 A França, a Espanha, a Escandinávia, a Inglaterra, a Itália, a Polônia, a Alemanha e a Hungria. Os outros povos – europeus! – são diferentes, pois “perderam sua vitalidade política”. GALISSOT, René. “Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário”. In: HOBBSAWM, Eric. (Ed.). *História do Marxismo*. IV. *O Marxismo na Época da Segunda Internacional (Terceira Parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 179-180.

106 PERROT, D. e PREISWERK, R. *Ethnocentrisme et Histoire*. Op. cit., p. 234.

Os êmulos de Marx e Engels demonstraram grande zelo em aplicar os conceitos tais quais os receberam, encaixando simplesmente a realidade não europeia nos moldes ‘universalmente’ preestabelecidos a partir da história oficial do Velho Continente. Sob a influência redutora do stalinismo, os marxistas foram confinados a aplicar noções consagradas. Clastres vê nesse fenômeno a triste ilustração de como “um grande pensamento pode perecer ao degradar-se em teologia”.¹⁰⁷ Embora a visão progressionista ainda predomine, alguns (poucos!) cientistas, entre os mais eminentes marxistas, colocaram em dúvida, senão o princípio do evolucionismo cultural (‘heresia’ geralmente reservada aos antropólogos, mais expostos ao desafio dos povos não ocidentais), pelo menos a aplicação mecânica de modelos europeus ao resto do mundo.

5.1.2.5 *Modos de produção anteriores ao capitalismo nas sociedades não europeias*

Grandes especialistas desafiaram as interpretações vigentes recusando a linhagem única:

As “épocas” que “a grandes traços” levam à aparição do modo de produção capitalista e têm, desse ponto de vista, um valor típico, não constituem nem um “esquema unilinear” da evolução da humanidade, nem uma sucessão compulsória sempre e em todo lugar, nem uma lista exaustiva dos modos de produção.¹⁰⁸

Jean Suret-Canale, africanista marxista, frisou o quanto a estreiteza dogmática imposta por Stalin na sequência ‘obrigatória’ de cinco estágios, limitou a investigação histórica.

107 CLASTRES, Pierre. Prefácio ao livro de Marshall Sahlins, *Âge de pierre, âge d'abondance: l'économie des sociétés primitives*. Paris: Gallimard, 1976, p. 29.

108 SURET-CANALE, J. Prefácio. *Sur le 'mode de production asiatique'*. Op. cit., p. 10.

A partir daí, os especialistas penavam, em vão, para fazer caber, por bem ou por mal, as diversas sociedades concretas ou suas etapas de desenvolvimento, em um número igual de compartimentos pré-moldados, tomados emprestados, sem sabê-lo, de uma nova caverna de Platão, receptáculo das ideias preexistindo à sua relação material.¹⁰⁹

Essa tentativa, paradoxalmente, teria valido a seus autores a repreensão indignada dos criadores do materialismo histórico. O autor do *Capital* exigia que os fatos conduzissem à análise, em vez de ideias preconcebidas. A postura dogmática dos estudiosos marxistas, ocupados a esses malabarismos ortodoxos, os impedia de explorar novas trilhas, embora intelectuais do porte de Caio Prado Júnior e Jacob Gorender o fizessem.

Eric Hobsbawm condenou o ‘unilinearismo’,¹¹⁰ responsabilizando os seguidores de Marx e Engels pela fossilização de seu pensamento. A opinião de R. Jardine, seu conterrâneo marxista convicto, era ainda mais severa:

Na realidade, acompanhávamos os historiadores burgueses quando aceitávamos a dedução de que a história do mundo imita o modelo da história de uma região particular; uma região, aliás, que assumiu o papel de guia somente nos últimos quatrocentos anos ou menos ainda.¹¹¹

Maurice Godelier mostrou o embaraço dos historiadores frente à rigidez do quadro conceitual. Inúmeros debates instauraram-se

sobre a data de aparição e o desenvolvimento de um estágio “escravista” na China, no Japão, na África, de um estágio “feudal” entre os mongóis, no mundo islâmico etc. Todas essas dificuldades entrelaçavam-se no drama das “periodizações”, não

109 Idem, p. 9.

110 Citado por SOFRI, C. *O modo de produção asiático*. Op. cit., p. 118-119.

111 Idem, p. 117.

aquelas da sucessão cronológica dos acontecimentos, mas da sucessão lógica das estruturas escravista, feudal, capitalista.¹¹²

Não se tratava de parcelar cartesianamente uma sucessão cronológica específica de eventos ocorridos num dado espaço, ao longo de certo período. Era preciso verificar a sequência obrigatória de estruturas preestabelecidas (escravista, feudal) em ambientes geográficos e históricos diversos, inclusive no Brasil. Relutar a isso deixava pouca escolha, pois:

A história não-ocidental estalava numa pululação de fatos “empíricos”, salvos talvez do contra-senso, mas desprovidos de sentido. Fonte dessas desordens teóricas inversamente complementar, a história não-ocidental parecia escapar da “necessidade da história” pelo fato de que ela não reproduzia a necessidade da história ocidental.¹¹³

Marxólogos sugeriram confrontar textos do jovem Marx, com obras da maturidade. Jean Chesneaux defende:

Os grandes modos de produção definidos por Marx são uma tipologia, uma contribuição à teoria das formações sociais. Eles representam casos-limites, significativos, mas que são plenamente realizados apenas em condições históricas muito peculiares; a Grécia e Roma, e ainda não todo o império romano; os Estados feudais da Europa ocidental, nos séculos xiv e xv; o capitalismo da Europa ocidental e da América do Norte, desde o meio do século xix. É muito pouco para tentar reconstruir sobre a base do velho quadripartismo, um “discurso sobre a História Universal” renovado pelo marxismo.¹¹⁴

Maurice Godelier concorda. Marx e Engels construíram tão somente

112 GODELIER, Maurice. “La notion de ‘mode de production asiatique’ et les schémas marxistes d’évolution des sociétés”. Op. cit., p. 55-56.

113 Idem, p. 56.

114 CHESNEAUX, J. *Du passé faisons table rase?* Op. cit., p. 91.

esquemas de evolução [...] que não querem nem podem constituir a história real das sociedades, mas uma história abstrata de realidades reduzidas às suas estruturas essenciais [...] São hipóteses de trabalho ligadas a um estado do conhecimento e da realidade, ao mesmo tempo, ponto de chegada da reflexão teórica, e ponto de partida para decifrar mais adiante a infinita variedade da História concreta.¹¹⁵

Marx expressou reticências frente ao dogmatismo em matéria de interpretação histórica, manifestando, em várias ocasiões, seu medo do esquematismo que transformaria sua análise científica de uma realidade precisa em doutrina de tipo religioso, uma das principais críticas que formulara contra Hegel, Feuerbach ou Proudhon.

Essas abstrações, tomadas por si, fora da história real, não têm nenhum valor. Elas podem, no máximo, permitir uma classificação mais fácil da matéria histórica, indicar a sucessão das estratificações particulares. Mas elas não dão, de maneira alguma, como a filosofia, uma receita, um esquema de acordo com o qual se possa acomodar as épocas históricas.¹¹⁶

A mesma ideia é reforçada na sua carta a Annenkov sobre Proudhon:

Ele não viu que as categorias econômicas são apenas abstrações dessas relações reais, que elas só são verdades na medida em que essas relações subsistem. Dessa forma, ele cai no erro dos economistas burgueses que veem, nessas categorias econômicas, leis eternas e não leis históricas, que são leis apenas para um certo desenvolvimento histórico, para um desenvolvimento determinado das forças produtivas. Assim, em lugar de considerar as categorias político-econômicas como

115 GODELIER, Maurice. “La notion de ‘mode de production asiatique’ et les schémas marxistes d’évolution des sociétés”. Op. cit., p. 58.

116 MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *L'idéologie allemande*. [1845-46; 1932] Introduction de Jacques Milhau. Paris: Éditions Sociales, 1982, p. 79.

abstrações deduzidas das relações reais, transitórias, históricas, M. Proudhon, por meio de uma inversão mística, vê nas relações reais apenas encarnações dessas abstrações. Essas abstrações, elas mesmas, são fórmulas que ficaram adormecidas no seio de Deus, o pai, desde o início do mundo.¹¹⁷

O debate em torno daquilo que o autor do *Capital* realmente escreveu, enquanto diferente do que seus seguidores interpretaram, continua.¹¹⁸ Marx, supostamente, costumava afirmar que não era ‘marxista’. Criticando a postura que reivindicava ter descoberto “as leis gerais do movimento da história”, Juan Carlos Portantiero propôs a análise seguinte:

A partir do conhecimento daquelas leis, parecia possível postular uma teoria da mudança social segundo a qual os países mais evoluídos deviam ser o espelho em que se refletiam os mais atrasados. E, se é verdade que aquele Marx não é todo o Marx (recordem-se, por exemplo, as cartas sobre a Rússia, escritas nos últimos anos de sua vida), também é verdade que o “marxismo”, ou seja, aquela operação doutrinária e propagandística produzida pela social-democracia alemã no fim do século passado, tendeu a privilegiar uma concepção universalista e evolucionista da transformação histórica.¹¹⁹

Esse *a priori* do movimento na história – à moda ocidental – como dimensão universal, atemporal, limitou o entendimento marxista da realidade, sobretudo a não europeia. A generalização de parâmetros europeus para avaliar a história do resto do mundo levou a reduções e mal-entendidos levantados, com força renovada, pelos antropólogos.

117 MARX, Karl. “Lettre à Annenkov du 28 décembre 1846”. In: idem, p. 244.

118 ANDERSON, Kevin B. *Marx nas Margens. Nacionalismo, Etnia e Sociedades Não Ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2019.

119 PORTANTIERO, Juan Carlos. “O marxismo Latino-americano”. In: HOBBSAWM, E. (Org.). *História do Marxismo*. XI. *O Marxismo hoje (Primeira Parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 334.

Toda vez que tendemos a qualificar uma cultura humana de inerte ou estacionária, devemos nos perguntar se esse imobilismo aparente não resulta da ignorância onde nós nos encontramos quanto aos seus interesses verdadeiros, conscientes ou inconscientes, e se, tendo critérios diferentes dos nossos, essa cultura não é, a nosso respeito, vítima da mesma ilusão.¹²⁰

Frédéric Rognon¹²¹ e Greg Dening,¹²² como Mintz, formularam perguntas instigantes, que permitem reconsiderar axiomas intocáveis. No estudo da ‘morada’, pode-se levantar duas indagações: por um lado, o princípio do evolucionismo cultural que antropólogos criticavam quanto aos parâmetros que distinguiam, oficialmente – inclusive na corrente marxista – uma sociedade ‘avançada’ de outra ‘atrasada’. Ainda questionavam a existência de um modelo universal de evolução/progresso, com ‘degraus’ vencidos por toda e qualquer sociedade, por movimento próprio, embora em velocidades diversas. Em segundo lugar, e guardando algo desse primeiro questionamento em mente, perguntava-se se a sequência dos modos de produção, identificada na Europa até o advento do capitalismo, devia reproduzir-se alhures; em outras palavras, se o capitalismo não mudaria drasticamente a escala na qual as mudanças se operavam.

Nesse sentido, a situação do Brasil e do Nordeste poderia ser reconsiderada, inclusive dentro da própria escala evolucionista. Tal mudança quiçá inverteria as hierarquias de ‘modernidade’, e nesse contexto, a análise da situação dos moradores de engenho. No que diz respeito à América Latina, inclusive na zona canavieira de

120 LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. Lisboa: Presença, 1952, p. 50.

121 ROGNON, Frédéric. *Os primitivos, nossos contemporâneos*. Campinas: Papirus, 1991.

122 DENING, Greg. “Clio in Oceania: Transformations That Present the Past”. In: BIRSACK, Aletta. *Clio in Oceania. Toward a Historical Anthropology*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991, p. 347-381.

Pernambuco, a denominação frequentemente encontrada na literatura referente ao modo de produção anterior, grosso modo, ao século xx, era a de ‘feudal’.

5.2 A tese feudal: o morador como servo

A feudalidade não é um evento; é uma forma muito antiga que subsiste em três quartos do nosso hemisfério com administrações diversas.

Voltaire

A tese feudal esteve particularmente presente¹²³ no elenco das linhas interpretativas que tratam da história do Nordeste canavieiro. O feudalismo foi o modelo mais sujeito ao que Dominique Perrot e Roy Preiswerk chamaram de transferência de conceitos, pois boa parte do mundo, nos séculos xix e xx, foi denominada ‘feudal’ para encaixar-se na escala evolucionista dos historiadores ocidentais. Além do Brasil colonial e pós-colonial, havia âmbitos tão diferentes quanto a China, a Índia, a Ásia ocidental. As definições dos medievalistas sobre o feudal foram pouco utilizadas. Feudalidade, feudalismo ou modo de produção feudal¹²⁴ evocam a Idade Média, “um dos quatro pilares do próprio Tempo”¹²⁵ na concepção clássica da História. Suas feições, seu surgimento e desaparecimento são debatidos dentro do próprio âmbito europeu.

123 Por exemplo, *Travels in Brazil* de Koster, 1816. Ver o artigo de Izabel Andrade Marson, “Feudalismo e escravidão: representações da sociedade pernambucana no *Travels in Brazil* de Henry Koster”. In: *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*, n. 16. Recife: UFPE, 1996, particularmente p. 85 et ss e 100 et ss.

124 René Galissot publicou um rico debate com Albert Soboul, Charles Parain e Pierre Vilar. Ver: “Féodalité et mode de production féodal: de la France moderne au Maghreb précolonial”. CERM. *Sur le féodalisme*. Op. cit.

125 CHESNEAUX, J. *Du passé faisons table rase*. Op. cit., p. 87.

5.2.1 Consulta à historiografia medievalista a respeito da opção feudal para definir a ‘morada’: “Que é o feudalismo?”¹²⁶

“Na sua utilização atual, feudalismo e sociedade feudal abrangem um conjunto intrincado de imagens em que o feudo propriamente dito deixou de figurar em primeiro plano”, notou Marc Bloch em *A sociedade feudal*,¹²⁷ obra-mestre onde define a feudalidade:

Sujeição camponesa, em lugar do salário, geralmente impossível, largo uso da *tenure*-serviço; [...] supremacia duma classe de guerreiros especializados; vínculos de obediência e de proteção que ligam o homem com o homem e, nesta classe guerreira, têm a forma particularmente pura da vassalagem; fracionamento dos poderes, gerador de desordem; no meio de tudo isto, no entanto, a sobrevivência doutros modelos de agrupamento, parentela e Estado, devendo este, durante a segunda idade feudal, retomar um novo vigor: parecem ser estes os traços fundamentais da feudalidade europeia.¹²⁸

Entre o Reno e o Loire, estava o pequeno âmbito de eleição: além dos “vazios” no mapa feudal europeu, segundo a expressão de Marc Bloch, outras “feudalidades” derivadas, tardias, de exportação etc., eram reconhecidas alhures.¹²⁹ As cidades italianas, financiadoras da conquista da América, bem como da empresa açucareira, não só a

126 Retomando o título da obra famosa de GANSHOF, F. L. *Que é o Feudalismo?* Sintra: Publ. Europa/América, 1968.

127 BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1970, p. 12.

128 Idem, p. 460. *La société féodale*. [1939] Paris: Albin Michel, 1968, p. 610. Modifiquei o texto da tradução publicada em alguns detalhes para mantê-lo mais fiel ao original.

129 BARTHÉLEMY, Dominique. *Nouvelle Histoire de la France médiévale*. Vol. 3 *L'ordre seigneurial XI-XIII siècle*. Paris: Seuil, 1990. DUBY, Georges. *Guerriers et paysans, VI-XII siècle. Premier essor de l'économie européenne*. Paris: Gallimard, 1973. PARAIN, Charles. “Féodalité française et mode de production féodal”. CERM. *Sur le féodalisme*. Paris: Editions Sociales, 1968, p. 27.

desconheceu,¹³⁰ como testemunhou a emergência de novas relações sociais de forma muito precoce. Em Portugal e Espanha,¹³¹ origem dos colonizadores que haveriam trazido consigo o feudalismo para a América, as características peculiares eram distantes do tipo inicial, anunciando, segundo autores recentes,¹³² o modelo colonial.

Quanto à periodização,¹³³ Marc Bloch alertou para o grave erro que se cometeria ao considerar “a ‘civilização feudal’ como constituindo, no tempo, um bloco único”.¹³⁴ Ele propõe duas idades feudais articuladas em volta do século XI, abrangendo os séculos X a XIII. Considera-se a distância temporal da zona canavieira abrindo a ‘morada’ até a segunda metade do século XX.

O fim do feudalismo e período de transição para o capitalismo foi um dos assuntos mais badalados da historiografia, e um dos mais importantes para o “reconhecimento” de feudalismo na região estudada.¹³⁵ Para Marx, a “metamorfose da exploração feudal em exploração capitalista” começou com “os primeiros esboços de produção capitalista” muito cedo em cidades do Mediterrâneo. No entanto, “a

130 “Nunca haverá verdadeira feudalidade”, escreve Fourquin a respeito do Sul da península. FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade*. Lisboa: Ed. 70, 1987, p. 72.

131 Como nos Estados latinos do Oriente, onde os europeus haviam provado o açúcar e aprendido a produzi-lo.

132 BALARD, Michel e DUCCELLIER, Alain. (Dir.). *Coloniser au Moyen Age*. Paris: A. Colin, 1995.

133 O feudalismo não seria a causa da sociedade medieval, mas resultado. “A prática feudal de conceder o uso da terra em recompensa pelo serviço militar, por exemplo, era uma consequência natural da nova distribuição da terra. É de importância secundária que outras disposições tivessem sido possíveis: evidentemente, o curso do desenvolvimento da patronagem e comitatus através dos estágios do serviço militar e doações até atingir o voto pessoal de vassalagem e as concessões evidentemente militares ou feudos, variava de lugar para lugar e de época para época.” BARK, W. C. *Origens da Idade Média*. Op. cit., p. 94.

134 BLOCH, M. *La société féodale*. Op. cit., p. 98.

135 DOBB, Maurice e SWEEZY, Paul-M. *Du féodalisme au capitalisme: problèmes de la transition*. Paris: Mouton, 1977; CERM. *Sur le féodalisme*. Op. cit.

era capitalista data apenas do século xvi.”¹³⁶ Hobsbawm situa a ruptura entre a base e a superestrutura da sociedade feudal entre 1450 e 1650, sendo o século xvii inglês.¹³⁷ Immanuel Wallerstein o acompanha quanto às datas, embora com outra proposta.¹³⁸ Mas Jacques Le Goff delineia um período ainda mais amplo:

Se para mim, o coração da Idade Média está sempre situado nos três séculos e meio que vão desde o Ano Mil até a peste negra, hoje eu tenderia mais a situar esta Idade Média curta numa Idade Média longa que estender-se-ia do século iii até mais ou menos a metade do século xix, um milênio e meio cujo sistema essencial é aquele do feudalismo. [...] [O] essencial é, para a cristandade latina, este longo equilíbrio do modo de produção feudal dominado pela ideologia cristã, que se alonga do fim da Antiguidade clássica até a Revolução Industrial, não sem crises nem inovações.¹³⁹

Uma das principais razões das aparentes discrepâncias entre tão grandes historiadores reside na opção do traço definidor da sociedade feudal: senhorio ou vassalagem. Marc Bloch os mostrou entrelaçados. Le Goff privilegiou o sistema senhorial, a base da sociedade extremamente desigual, na qual a classe dominante organizou-se internamente, segundo as regras vassálicas.

Mas no degrau inferior, as relações de dependência encontraram seu quadro natural num agrupamento que, muito mais antigo que a vassalagem, deveria sobreviver por muito tempo a seu declínio: o senhorio fundiário.¹⁴⁰

136 MARX, Karl. *Le capital*. Livro I. Paris: Garnier-Flammarion, [1867] 1969, p. 529.

137 HOBSBAWM, Eric. “Du féodalisme au capitalisme”. In: DOBB, M. e SWEEZY, P.-M. *Du féodalisme au capitalisme*. Op. cit., p. 11.

138 WALLERSTEIN, Immanuel. *Le capitalisme historique*. Paris: Ed. de la Découverte, 1985.

139 LE GOFF, J. *La civilisation de l'Occident médiéval*. Paris: Arthaud, 1984, p. 11.

140 BLOCH, M. *La société féodale*. Op. cit., p. 335. Em seguida, ele enfatizava: “Muito mais antigo do que a vassalagem, [o senhorio] sobreviveria muito tempo ainda após o declínio desta.” Ibidem.

Fourquin, num livro dedicado ao assunto, mostra a precisa articulação propriamente feudal, entre senhorio e vassalagem:

Dos rendimentos do senhorio vive toda a sociedade feudal, do não livre ao senhor feudal. O que este retira em serviço e em dinheiro de seu vassalo – ele próprio senhor rural – já não é concebível sem o suporte da terra, a qual muitas vezes é simultaneamente senhorio rural e feudo.¹⁴¹

O sistema senhorial (mas não vassálico, nem feudal) presente na Civilização do Açúcar, como o demonstrou sem réplica Stuart B. Schwartz,¹⁴² foi ‘reconhecido’ pelos autores marxistas como ‘feudal’. Por outro lado, Gilberto Freyre e José Lins do Rego evocavam a vassalagem, de conotações enobrecedoras. Fourquin evidenciou a antiga confusão entre senhorio e feudalidade, lembrando a posição dos revolucionários franceses em 1789:

Se, em 1789, a feudalidade se encontrava moribunda, o senhorio rural mantinha-se bem vivo, mas a Revolução matou-o, ao abolir os direitos “feudais” que eram quase todos senhoriais.¹⁴³

Os marxistas mantiveram a confusão dos termos, quando atacavam como ‘feudais’ traços que eram próprios do senhorio, fenômeno presente na literatura marxista brasileira também:

[A] subordinação das massas rurais aos “senhores”, que se apoderaram duma parte do trabalho dos seus dependentes ao mesmo tempo que das terras. Mas isso é precisamente o senhorio e não a feudalidade, dado que esta em nada é um modo de produção.¹⁴⁴

141 FOURQUIN, G. *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Op. cit., p. 14.

142 SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos*. Op. cit., p. 216 et ss.

143 FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Op. cit., p. 13. SOBOUL, Albert. 1789. *L'An Un de la Liberté*. Paris: Ed. Sociales, (3ª ed. rev.) 1973, p. 212-213.

144 FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade*. Op. cit., p. 13.

D. Barthélémy enfatiza a mesma ideia “este termo [...] confundia as relações internas da classe dominante com a exploração por esta das classes dominadas.”¹⁴⁵ A diferença de definição levou às divergências na periodização acima referidas: “Para os marxistas, a ‘feudalidade’ durou um milênio, quando, na verdade, a verdadeira feudalidade apenas durou cerca de três séculos.”¹⁴⁶ Duby ofereceu como substituto o conceito de modo de produção senhorial.

O uso que os historiadores marxistas faziam da palavra feudalismo para definir uma das principais fases da evolução econômica e social se justifica pelo papel que a feudalidade – no seu sentido muito amplo, isto é, as formas que adotou o exercício do poder na Europa ocidental a partir mais ou menos do ano mil – teve no ordenamento das relações novas entre as forças produtivas e aqueles que delas tiravam proveito.¹⁴⁷

Do ponto de vista político, o conjunto senhorio/vassalagem feudal era marcado pela fraqueza do poder central, a “anarquia feudal”,¹⁴⁸ emaranhado de relações superpostas entre senhores, o rei e coletividades urbanas ou rurais, em constante processo de adaptação e redefinição. Assimilações entre vassalagem e senhorio, ênfases diversas sobre aspectos jurídicos, econômicos ou políticos afetaram o sentido de ‘feudal’ na Europa,¹⁴⁹ um mero conceito historiográfico, segundo Jacques Flach:

A feudalidade foi sempre considerada como um todo orgânico, como uma forma de governo que teria sucedido por longos séculos. Os historiadores esforçavam-se por descrever

145 BARTHÉLÉMY, D. *Nouvelle Histoire de la France médiévale*. Vol. 3. *L'ordre seigneurial*. Op. cit., p. 7.

146 FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Op. cit., p. 13.

147 DUBY, Georges. *Guerriers et paysans*. Op. cit., p. 184.

148 Segundo o termo banalizado avalizado por Marc Bloch, e que Loyn recusa.

149 Ver GANSHOFF, F. L. *Que é o Feudalismo?* Op. cit.; FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade*. Op. cit. etc.

as engrenagens essenciais desse governo e depois mostrá-las em atividade. Para fazê-lo, foram buscar os seus documentos a todos os lados, a todas as épocas, desde o século ix até o século xv. Finalmente chegaram a um sistema jurídico muito completo, muito bem ordenado, que só tem um defeito: o de nunca ter existido.¹⁵⁰

Jacques Heers confirmou: “o feudalismo de tipo ‘clássico’, não alterado, é sem dúvida apenas um conceito.”¹⁵¹ Os ativistas políticos do século xviii designaram, no entanto, a ‘feudalidade’¹⁵² como o inimigo a derrotar, em nome da Razão, das Luzes e dos Direitos Naturais. A Revolução Francesa a “destruiu”.¹⁵³ Conceito forjado na ação política da época, ele foi assimilado à luta contra o despotismo (no caso, da monarquia absolutista); reivindicando a abolição de “leis feudais”,¹⁵⁴ os revolucionários confundiram absolutismo e senhoriaisismo com feudalismo. Posteriormente, o percurso histórico do conceito continuou estreitamente ligado aos engajamentos políticos de seus usuá-

150 FLACH, Jacques. *Les origines de l'ancienne France* (1886-1917). Tomo 2, p. 2, *apud* GUERREAU, Alain. *O Feudalismo*. Porto: Ed. 70, s.d., p. 61.

151 HEERS, Jacques. *História medieval*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991, p. 78.

152 Ver definição e etimologia em GANSHOF, F.L. *Que é o Feudalismo?* Op. cit., p. 149. LOYN, H. R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, [1990] 1991, p. 145. Montesquieu, um dos principais autores das Luzes que escreveu a esse respeito, usava a fórmula “direitos feudais”. *L'esprit des lois*, 1748.

153 O termo foi utilizado por um decreto da Assembleia Nacional votado na noite do 4 de agosto de 1789, data celebrada, na tradição cívica francesa republicana, com ênfase segunda apenas à tomada da Bastilha, outro símbolo odiado do Antigo Regime. Ver o texto In: SOBOUL, A. 1789, *L'An Un de la Liberté*. Op. cit., p. 212-213. “Como, então colocar em dúvida a realidade de um sistema social cuja ruína tinha custado tanto sofrimento”, comenta Marc Bloch. *La société féodale*. Op. cit., p. 12.

154 Adversários do despotismo do Antigo Regime somavam suas condenações da feudalidade àquelas de defensores do próprio regime absolutista, empenhados contra as veleidades de independência dos grandes senhores. Daí a univocidade da literatura na condenação, particularmente nos séculos xvii e xviii. BOUREAU, Alain. *Le droit de cuissage. La fabrication d'un mythe xiii-xxe siècle*. Paris: Albin Michel, 1995.

rios (inclusive no Brasil), geralmente no sentido de sua rejeição/condenação em nome do progresso. Qualquer instituição ou prática que lhe fosse associada era descartada por não satisfazer as exigências da nova sociedade emergente: capitalista, industrial, colonial.¹⁵⁵

5.2.1.1 Marx e modo de produção feudal

Abusou-se tanto do termo feudal que
ele perdeu qualquer significação.

Jacques Gernet¹⁵⁶

Para Marx, o papel da base econômica na formação social sendo fundamental, no caso, o modo de produção feudal correspondia realmente ao senhorio: “A feudalidade seria muito menos uma forma de regime político do que um tipo de organização da economia e da sociedade, intercalando-se entre o escravismo antigo e o capitalismo.”¹⁵⁷ Ademais, seu estudo desse período estava guiado pela pesquisa a respeito da gênese do capitalismo. Nessa perspectiva, interessava-o, sobretudo, a transformação das relações de produção. A *Ideologia Alemã* definiu o modo de produção feudal como sendo baseado na “propriedade feudal ou propriedade por ordens.”

Tal como a propriedade da tribo e da comuna, aquela repousa por sua vez numa comunidade em que já não são os escravos, como acontecera no sistema antigo, mas sim os servos da gleba que constituem a classe diretamente produtora.¹⁵⁸

155 ‘Feudalismo’, termo cunhado no século XIX como tantos outros referentes à época medieval, é contemporâneo do ‘modo de produção feudal’, na nomenclatura de Marx.

156 GERNET, Jacques. *Chine et christianisme. Action et réaction*. Paris: Gallimard, 1982, p. 55.

157 FOURQUIN, G. *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Op. cit., p. 13.

158 MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. I. Op. cit., p. 22-23.

No *Capital*, Marx assinala:

Em todos os países da Europa ocidental, a produção feudal é caracterizada pela partilha do solo entre o maior número possível de súditos [homens-lígios]. O poder de um senhor feudal, como o de todo soberano, não se baseava no montante de sua renda, mas no número de seus súditos, e este dependia do número de camponeses economicamente autônomos.¹⁵⁹

O autor enfatizou a existência de muitas pequenas unidades de produção. “Aquando do apogeu do feudalismo, a divisão do trabalho foi muito pouco impulsionada. [...] Na agricultura, essa divisão tornava-se mais difícil pela existência parcelar, paralelamente à qual se desenvolveu a indústria doméstica dos próprios camponeses.”¹⁶⁰

Ou seja, o feudalismo supunha grande número de unidades de produção, onde o elenco múltiplo de produtos, agrícolas ou artesanais, era fruto do trabalho da família camponesa. Essa base de produtores rurais, assentados nos seus direitos sobre a terra, era fundamental para a distinção entre esse modo de produção e o capitalista. A profunda diferença entre duas situações podia ser encoberta por similitudes aparentes: sobre o capital variável, ele escreveu:

Tomemos, por exemplo, um camponês submetido à corveia. Ele trabalha com seus próprios meios de produção em seu próprio campo, por exemplo, três dias por semana. Nos outros três dias da semana realiza a corveia na propriedade senhorial. Ele reproduz constantemente seu próprio fundo de trabalho e este, em relação a ele, não assume nunca a forma de meios de pagamento adiantados por um terceiro, por seu trabalho. Em compensação, seu trabalho forçado não-pago não assume nunca a forma de trabalho voluntário e pago. Se amanhã o senhor feudal se apropriasse do campo, dos

159 MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, v. II, p. 254.

160 MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. I. Op. cit., p. 23-24.

animais de tiro, das sementes, numa só palavra, dos meios de produção do camponês submetido à corveia, este, daí em diante, teria de vender sua força de trabalho ao senhor. Não se alterando as demais circunstâncias, trabalharia, depois como antes, seis dias por semana, três para si mesmo e três dias para seu ex-senhor feudal, transformado agora em senhor do salário. Continuaria, depois como antes, desgastando os meios de produção como meios de produção e transferindo seu valor ao produto. Depois como antes, determinada parte do produto continuaria entrando na reprodução. Mas, como a corveia assume forma de trabalho assalariado, o fundo de trabalho depois como antes produzido e reproduzido pelo servo assume a forma de um capital adiantado a este pelo senhor feudal.¹⁶¹

No livro I do *Capital*, Marx afirmou, com precisão e nuances, que o servo “não era apenas proprietário, ainda que proprietário sujeito a tributos, da parcela de terra pertencente à sua casa, mas também co-proprietário das terras comunais.”¹⁶² Ele lembrou a origem desta prática: “A propriedade comunal [...] era uma antiga instituição germânica, que continuou a viver sob a cobertura do feudalismo.”¹⁶³ Ao desapossar os camponeses, o movimento das *enclosures* criou as bases sobre as quais o capitalismo se firmou, com procedimentos violentos, públicos e privados contra a propriedade comunal.

A forma parlamentar do roubo é a das *Bills for inclosures of commons* (leis para o cercamento da terra comunal), em outras palavras, decretos pelos quais os senhores fundiários

161 MARX, Karl. *O Capital*. II. Op. cit., p. 146-147. Marx continua, criticando o “economista burguês. Incapaz de distinguir a forma do fundo”.

162 Idem, p. 254. O texto em francês, corrigido por Marx, menciona “possuidores” em vez de “proprietários”, distinção importante. MARX, Karl. *Le Capital*. Op. cit., p. 530.

163 MARX, Karl. *O Capital*. II. Op. cit., p. 258.

fazem presente a si mesmos da terra do povo, como propriedade privada.¹⁶⁴

Marx reafirmou a propriedade ou posse anterior dos camponeses sobre os meios de produção. Os termos qualificando as *enclosures* eram precisos: roubo, usurpação. Com o tom mordaz e irônico que utilizava como virtuoso, Marx descreveu:

O último grande processo de expropriação dos lavradores da base fundiária finalmente a assim chamada “*clearing of estates*”, (clarear propriedades, de fato limpá-las de seres humanos). Todos os métodos ingleses até agora observados culminaram no “clarear”. Como se viu, pela descrição da situação moderna, na parte anterior, trata-se agora, que já não há camponeses independentes para serem varridos, de “clarear” os *cottages*, de modo que os trabalhadores agrícolas já não encontram o espaço necessário para suas moradias, nem mesmo sobre o solo que lavram.¹⁶⁵

Pois, especifica a versão francesa do texto, “o sentido inglês [da expressão ‘*clearing of estates*’] não significa uma operação técnica de agronomia; é o conjunto dos atos de violência pelos quais se expulsa os agricultores e suas moradas, quando elas são situadas nas terras destinadas a passar para um regime de grande cultura ou de pastagem.”¹⁶⁶

Essa etapa primordial do nascimento do capitalismo na Inglaterra, foi ‘reconhecida’ no Brasil por certos autores brasileiros. Na região canavieira de Pernambuco, o “avanço do capitalismo no campo” comprovar-se-ia pela expulsão dos moradores dos engenhos para a ‘ponta-de-rua’, fenômeno paralelo às *enclosures* inglesas, que encerraria e confirmaria a etapa anterior, suposta ‘feudal’.

164 Idem, p. 259.

165 Idem, p. 261.

166 Trecho da versão francesa do texto, corrigida pelo próprio autor, que não figura na tradução portuguesa. MARX, Karl. *Le Capital*. Livre I. Op. cit., p. 538.

5.2.2 O conceito de feudalismo ou modo de produção feudal aplicado fora da Europa: “uma casa de arrumação”

Uma vez adquirida a autoridade, é preciso ter um passado seguro e conveniente.

J. H. Plumb¹⁶⁷

A utilização de um modelo europeu (sujeito a uma grande variedade de entendimentos) para analisar sociedades não europeias é arriscado. Marc Bloch admitia a existência de fases feudais em várias sociedades não europeias. Entretanto, ele advertia contra a frequente associação desse conceito de feudalidade com realidades histórica e geograficamente muito distintas da sociedade feudal europeia. Feudalidades egípcia, aquéia, chinesa etc., escreveu, “tantas alianças de palavras” deveriam inspirar “discretas inquietações” aos historiadores, “[j]á que, evidentemente, tantas sociedades separadas no tempo e no espaço, só receberam o nome de feudais em razão das suas similitudes, verdadeiras ou supostas, com a nossa feudalidade.”¹⁶⁸ Le Goff alertou também sobre os perigos do uso do conceito de feudalismo.

[Sua] definição demasiado ampla, que coloque sob um mesmo rótulo realidades demasiado distantes no tempo e no espaço e que não dependam de sistemas históricos comparáveis – os pretensos feudalismos africanos, no fundo, não têm muita coisa a ver com o feudalismo europeu dos séculos IX e X.¹⁶⁹

Ponto de vista compartilhado por J. Simon que explana:

167 “The Death of the Past”, *apud* COHN, Bernard S. “A representação da autoridade na Índia vitoriana”. In: HOBBSBAWM, E. e RANGER, T. *A invenção da tradição*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 177.

168 BLOCH, Marc. *La société féodale*. Op. cit., p. 603.

169 LE GOFF, Jacques. “A história nova”. Op. cit., p. 55.

Um estágio socioeconômico que abrange, juntamente, o Ruanda-Urundi de hoje e a França de 1788, a China de 1900 e a Inglaterra normanda, corre o risco de perder qualquer caráter específico útil à análise.¹⁷⁰

No mesmo sentido Eric Hobsbawm alertou para o perigo de utilizar o modo de produção feudal como uma “casa de arrumação”, na qual se colocaria todas as sociedades consideradas não capitalistas ou précapitalistas.¹⁷¹ O estudo histórico desse uso revela também a razão política da denominação de dada sociedade como sendo feudal, entre outros a zona canavieira de Pernambuco, ou as relações de trabalho aí predominantes até o recente embalo do Proálcool.

Na aplicação do vocábulo ‘feudal’ a realidades não europeias, é preciso selecionar os traços propriamente feudais (pertencendo geralmente apenas a um dos sistemas vassálico ou senhorial) que, aparentemente compartilhados por ambas sociedades – a modelo e a qualificada – justificariam a apelação: a relevância das semelhanças, bem como a evacuação das diferenças e sua absorção numa dinâmica social que não deveria perder de sua força, pois estaria destinada a alcançar a fase subsequente de ‘superação’ do feudalismo.

Um elemento complicador no exercício provinha da soma de conotações altamente negativas que qualquer coisa ‘feudal’ veiculava. Primeiro, na medida em que a sequência dos modos de produção ou níveis de civilização (dependendo da nomenclatura adotada) colocava automaticamente os designados como feudais ‘antes’, isto é ‘abaixo’, em termos evolutivos, dos seus contemporâneos europeus. Na classificação estava embutida a ideia que tais povos/nações/civilizações, por alguma razão, não acompanharam a velocidade de ‘desenvolvimento’ dos europeus. Perderam até mesmo eventual vantagem prévia no avanço civilizatório, a exemplo dos países islâmicos,

170 SIMON, J. In: *Marxism Today*. June 1962, p. 184. Apud SOFRI, G. *O modo de produção asiático*. Op. cit., p. 144.

171 HOBBSBAM, Eric. “Du féodalisme au capitalisme”. Op. cit., p. 10.

da Índia e da China.¹⁷² Geralmente, os estudiosos que ensaiaram a aplicação dos conceitos de feudalismo e modo de produção feudal a países não europeus acompanharam a tradição dominante, julgando-os de forma depreciativa. Não sendo medievalistas, eles adotaram, de modo acrítico, uma tradição conceitual contra a qual os especialistas vêm se rebelando.¹⁷³

No século XIX, os europeus, classificando seus congêneres, qualificaram de ‘feudal’ aqueles povos colonizados exibindo um grau de ‘civilização’ impossível de ser ignorado. Os povos das Américas e da África negra se adequavam suficientemente ao modelo do “selvagem” ou “primitivo” para que os colonizadores não sentissem necessidade de mais elaboradas justificativas à sua dominação. A solução ‘feudal’ era adequada para sociedades asiáticas, como a Índia e a China, de

172 BARK, W. C. *Origens da Idade Média*. Op. cit., p. 86. Este autor tem o mérito de explicitar o que muitos outros deixam subentendido: a passagem da Antiguidade à Idade Média correspondeu, segundo Bark, a um retrocesso, mas prenhe de futuro grandioso que redimiria, de certo modo, o percalço medieval. “Degradação, sim. Mas o resultado final após um longo período de tempo não foi a degradação. Se os galhos mortos não tivessem sido cortados, teriam sido impossíveis os esforços e experiência que objetivavam a uma solução do problema social da humanidade mais satisfatória do que a apresentada pelo Império Romano. Um a um, experimentalmente, os militares, a Igreja, muito mais tarde a burguesia, e ainda mais tarde os trabalhadores, conseguiram um lugar de honra na estrutura social. Se essas tentativas não tivessem sido iniciadas no momento em que o foram, podemos dizer com segurança, a causa da liberdade e dignidade humana poderia ter sido muito retardada. Mil anos de Bizâncio produziram a extinção apenas. Mil anos de tentativas medievais produziram a Renascença, o Estado moderno e, em última análise, o mundo livre.” Idem, p. 96.

173 “‘Medieval’ não serve apenas para designar uma época, para definir mais ou menos um contexto cronológico [...]. Tornou-se uma injúria. [...] O medieval envergonha, abominação das desolações; e o ‘feudal’, seu cartão de visita para muitos, é ainda mais revoltante. Não se encontram bastante palavras novas para condenar estes tempos de ‘barbárie’, fechados ao progresso, tempos em que duras obrigações esmagavam, não tenham dúvidas, o melhor da natureza humana embaixo de uma laje de obscurantismo, de superstições.” HEERS, Jacques. *Le Moyen Âge, une imposture*. Paris: Perrin, 1992, p. 13 e 15.

brilhante civilização, por muito tempo e sob muitos aspectos mais ‘adiantadas’, na escala evolucionista, que a Europa. A conquista, a dominação e a exploração dessas sociedades pelos europeus necessitavam de justificativa ‘histórica’. Numa época que revestia o ‘medieval’ de certo brilho, ilustrado por Sir Walter Scott, Richard Wagner, Victor Hugo ou Viollet Le Duc, adotou-se o feudalismo por ser uma etapa superada pela Europa que podia ser atribuída a povos dominados, sem risco de contradição, na lógica do evolucionismo cultural. A classificação foi adotada pelas autoridades políticas coloniais nas encenações de seu poder.¹⁷⁴

A teoria feudal abrangia a teoria representativa e a possibilidade de evolução da competência, uma vez que os britânicos haviam passado por uma etapa feudal histórica, e, em termos analíticos, o presente da Índia podia equiparar-se ao passado britânico. A organização política, a sociedade e a economia britânicas haviam evoluído a partir deste passado até chegar à forma moderna; daí teoricamente, a atual sociedade feudal da Índia poderia também evoluir até tornar-se num futuro distante, uma sociedade moderna.¹⁷⁵

174 Bernard Cohn estudou a evolução desta “constituição simbólico-cultural” no caso da Índia sob domínio britânico nos séculos XVIII e XIX. A título de exemplo, este autor analisa o Congresso imperial, homenagem ao vice-rei britânico para comemorar, em 1877, a adoção pela rainha Vitória do título de Imperatriz da Índia. 84.000 pessoas participaram do evento, entre europeus e indianos. Coerentemente com o modelo feudal, estes últimos foram “disfarçados” de ora de ‘vassalos’ – a aristocracia – ora de ‘servos’ (os demais) para inseri-los numa nova rede simbólica que fizesse sentido – para os europeus! – legitimando sua dominação sobre este país, recém firmada com a brutal supressão do levante de 1857-1858. Soldados de elite indianos foram “vestidos com trajes ‘medievais’”; trombeteiros no estilo medieval, conforme o ritual dos torneios de cavalaria, estavam a postos para saudar o vice-rei e seus convidados indianos, seguidos, no âmbito musical, por uma execução de um trecho de Tannhäuser! COHN, B. S. *A representação da autoridade na Índia vitoriana*. Op. cit., p. 176, 189, 208 e 210.

175 Idem, p. 176-177.

Muitos autores marxistas¹⁷⁶ distinguiram no mundo um pequeno núcleo capitalista (a Inglaterra, o Norte e Nordeste da França, o Oeste da Alemanha, partes dos Estados Unidos etc.) num mundo esmagadoramente ‘feudal’ ou ‘semifeudal, semicolonial’, abarcando a Ásia, a África e até a América Latina. Adotada formalmente pelo IV Congresso da Internacional Comunista (1922), a tese do ‘feudalismo’ (ou ‘semifeudalismo/semicolonialismo’) tornou-se o guia teórico das organizações do movimento comunista internacional, inclusive no Brasil. A tese feudal determinou alianças, estratégias de ação dos partidos comunistas, sindicatos e movimentos de libertação nacional sob sua influência. As *Teses gerais sobre a questão do Oriente* rezam:

A reivindicação de uma autonomia nacional e econômica arvorada pelo movimento nacionalista colonial é a expressão da necessidade de desenvolvimento burguês sentida por estes países. [...] O caráter retardatário das colônias se manifesta na diversidade dos movimentos nacionalistas revolucionários dirigidos contra o imperialismo e reflete os diversos níveis de transição entre as correlações feudais e feudais-patriarcais e o capitalismo.¹⁷⁷

Onde o capitalismo surgia, ele adotava “formas incompletas, transitórias e bastardas que deixam a preponderância sobretudo ao capital comercial usurário”,¹⁷⁸ como na China, por exemplo. O objetivo da luta dos comunistas chineses, no caso, e de seus simpatizantes devia, portanto, apoiar a “ação das multidões camponesas” rumo à “supressão do feudalismo”.¹⁷⁹ Em suma, nos países colo-

176 Apesar de suas boas intenções, pois esses povos pertenciam aos explorados. PERROT, D. e PREISWERK, R. *Ethnocentrisme et Histoire*. Op. cit., p. 233.

177 *Manifestes, Thèses et Résolutions des Quatre Premiers Congrès Mondiaux de l'Internationale Communiste, 1919-1923*. Paris: Librairie du Travail 1934. Edição facsimilar: Paris: Maspéro, 1978, p. 174.

178 Ibidem.

179 Idem, p. 175.

niais ou sob dominação imperialista, os comunistas deviam empenhar-se em promover uma revolução ‘democrático-burguesa’ para completar a fase capitalista ainda não plenamente realizada. Pois, estes países encontravam-se ainda num estágio transitório (mais ou menos avançado) entre o feudalismo e o capitalismo: redução esquemática e sumária da realidade extraordinariamente diversificada dos países contemplados, sem estudo prévio aprofundado da realidade,¹⁸⁰ que se tornou finalmente uma questão política.

Seguindo nisso o ilustre exemplo de Caio Prado Júnior¹⁸¹ pode-se evocar a China. A distância tanto física quanto intelectual em relação a esse país favorece a crítica da aplicação do mesmo conceito de ‘feudal’ a uma realidade próxima, como as relações de ‘morada’ na zona canavieira, porém sem ter propósito comparativo.

Os chineses constavam dos povos não europeus ‘melhor’ situados na escala progressionista oficial.¹⁸² Afinal, inventaram a pólvora, a imprensa e o papel, a bússola, marcos da modernidade. No entanto, teriam ficado ‘estagnados’, por milênios, em algum ponto ‘feudal’ da escala evolucionista. Na versão oficial da História na República Popular da China, a posição stalinista (em termos de periodização) nunca foi desmentida. O tratamento que a historiografia marxista chinesa aplicou ao passado de seu país, de longa e prestigiosa histó-

180 Para Stalin, não se devia confundir a “nação que é uma categoria histórica” e a “tribo que é uma categoria etnográfica”. (*O Marxismo e a Questão Nacional*). Além disto, as cinco etapas de ‘civilização’ eram imprescindíveis. Inútil insistir sobre as consequências que essa visão teve sobre os povos não-russos na União Soviética. GALISSOT, René. “Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário”. Op. cit., p. 245.

181 PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., particularmente p. 173 et ss.

182 Apesar de recentes profundas transformações nesse campo (ver, por exemplo, o livro de Marshall Sahlins: *Ilhas da História*. Op. cit.), a sociedade chinesa é mais suscetível de desafiar a versão da ‘história oficial’ – a incapacidade (atávica) dos não europeus de criarem matrizes históricas – pelo peso de seu passado de incomparável prestígio, do que, digamos, os bosquímanos do Kalahari, australianos de origem, ou, quem sabe, os canavieiros de Pernambuco.

ria,¹⁸³ constituiu um elemento importante, embora finalmente não determinante, da política. A absurdez flagrante da proposta ‘feudal’ para a China¹⁸⁴ pode ajudar a questioná-la quando aplicada ao Brasil.

5.2.2.1 A título de ilustração: a historiografia marxista chinesa

A China não estagnou mais do que a Europa na sua história. As formações sociais que se sucederam lá não são inferiores às nossas, nem em complexidade, nem em diversidade. A China foi mais precoce que a Europa em muitas áreas e a influenciou, às vezes, de maneira importante. O isolamento milenar é outro mito que deve ser definitivamente descartado.

Jean François Billeter¹⁸⁵

A China, sobretudo desde Montesquieu, Voltaire e Diderot, teve um papel distinto na concepção ocidental da História, inclusive marxista.¹⁸⁶ Na época, a ciência ocidental dispunha de um conhecimento muito limitado dessa civilização e de sua longa história. Segundo o grande sinólogo Jacques Gernet, isto gerou “acusações repetidas de

183 Deste modo, a discussão aqui proposta é limitada. Ela não se detém a outras questões fundamentais de ordem teórica, como a própria adoção de métodos marxistas – tal o materialismo histórico ou o axioma segundo o qual a existência determina a consciência – considerados por certos autores chineses com impróprios ao estudo do pensamento e das regras sociais da sua civilização, sem mencionar outros aspectos a respeito da concepção da história como movimento. GOLDMAN, Merle. “The Role of History in Party Struggle 1962-64”. In: *China Quarterly*, n. 51, jul-sept. 1972, p. 502 e MEISNER, M. “Li Ta-chao and the Chinese Communist Treatment of the Materialist Conception of History”. Op. cit., p. 277.

184 BILLETER, Jean-François. *Chine trois fois muette. Essai sur l'histoire contemporaine et la Chine*. Paris: Allia, 2000.

185 BILLETER, Jean-François. “La campagne anti-confucianiste”. In: *Critique*. n. 337, juin 1975, p. 566.

186 Ver o estudo de LOWE, Donald M. *The function of “China” in Marx, Lenin, and Mao*. Berkeley: Univ. of California Press, 1966.

estagnação, de volta periódica ao estado anterior, de permanência das mesmas estruturas sociais e da mesma ideologia política [que] são apenas julgamentos de valor sobre uma história ainda desconhecida.”¹⁸⁷ Apesar dos esforços dos jesuítas, a riquíssima cultura do Império do Meio suscitou pouco interesse entre os pensadores ocidentais. Hegel¹⁸⁸ procurou conceitualizar a história chinesa simplificando ao absurdo um percurso extremamente diversificado: a China não disporia de “nenhum passado, nenhuma história”. Ele a designou – pasmem! – como “a negatividade do mundo”. O sinólogo Jean-François Billeter explica a confusão dos eminentes expoentes das Luzes,¹⁸⁹ muito preocupados com a universalidade dos conceitos que elaboravam.

É um grave erro de método querer caracterizar no seu conjunto e por toda a duração de sua existência o sistema imperial chinês, porque sistemas políticos são organismos vivos que se adaptam sem cessar às transformações sociais e econômicas quando não estão, por pouco tempo, em contradição com elas.¹⁹⁰

O marxismo, nascido do quadro conceitual das Luzes, absorveu em parte os preconceitos de seu tempo. Embora tomasse posições inequívocas de solidariedade com o povo chinês vítima da agressão colonial, Marx escreveu sobretudo a respeito da influência e intromissão estrangeira na vida dessa nação. Seu tratamento da sociedade chinesa foi apenas alusivo. Ele manifestou, no entanto, interesse por alguns traços específicos como o fato dela se apoiar

187 GERNET, Jacques. *Le monde chinois*. Paris: A. Colin, 1972, p. 28.

188 Acompanhando outros pensadores, entre os quais Condorcet e Herder. “Notas sobre o Curso de História Chinesa ministrado pelo Prof. Jean François Billeter”. Departamento de História. Faculté des Lettres. Universidade de Genebra, 1974. Ranke não fica atrás.

189 Seu último livro saiu felizmente em português também. BILLETER, Jean François. *Porquê a Europa. Reflexões de um sinólogo*. Tradução Ivan Figueiras. Lisboa: Guerra e Paz ed., 2020.

190 GERNET, Jacques. *Le monde chinois*. Op. cit., p. 29.

“sobre dois pilares – a agricultura parcelada ao máximo e a indústria artesanal doméstica”.¹⁹¹ Ele se limitava a lamentar sua destruição.¹⁹² Marx e Engels evitaram mencionar um ‘feudalismo’ a respeito da China. Em lugar disto, eles utilizaram expressões como “velho sistema” ou “sistema antigo”,¹⁹³ enquanto seus seguidores não tiveram o mesmo recato. Cedendo aos preconceitos vigentes, evocaram, todavia, diversas vezes o suposto imobilismo (embora não ‘feudal’) dessa sociedade. Assim, sobre da rebelião Taiping: “A China – este fóssil vivo – entrou em revolução.”¹⁹⁴ Essa convulsão social imensa, que abrangeu, durante mais de um decênio, a maior parte do território do império, era “o produto de uma vida social fossilizada”.¹⁹⁵ Frases de efeito, lançadas talvez, no estilo jornalístico, sem maiores considerações analíticas à história chinesa.

A crescente influência ocidental na China, na virada do século XIX-XX, teve também sua dimensão marxista donde resultou a denominação ‘feudal’ da maior parte de sua história. O primeiro passo consistiu, para os intelectuais chineses, em romper com a visão tradicional da historiografia chinesa clássica.¹⁹⁶ As massas camponesas, colocadas em alto escalão de prestígio na concepção tradicional do mundo, tinham um papel de árbitro e ator essencial no

191 MARX, Karl. *La Chine*. Op. cit., p. 334.

192 Idem, p. 406 e 412.

193 Idem, p. 437-438, 439.

194 Idem, p. 423.

195 Idem, p. 427.

196 A ascensão, o auge e a queda das dinastias constituíam os elementos essenciais, avaliados em função de padrões de ordem moral, segundo a tradição confucianista: a legitimidade do poder era resumida no chamado ‘mandato do céu’, ou seja, a capacidade dos governantes em manterem a harmonia dentro do corpo social. Este podia ser perdido em razão da incompetência e corrupção por uma dinastia decadente, a sanção provindo de rebeliões camponesas. Neste caso, a revolta popular era considerada legítima. Vitoriosos, os rebeldes instalavam uma nova dinastia no poder, restabelecendo a harmonia social até que o ciclo se completasse, com nova fase de decadência e rebeliões.

movimento cíclico da ascensão e queda de dinastias. Inspirados em modelos ocidentais, pensadores chineses modernos propuseram uma visão marxista do passado chinês.¹⁹⁷ Seguindo a orientação do Comintern, interpretaram milhares de anos de história chinesa de acordo com a sucessão universal em cinco estágios. Admitia-se apenas peculiaridades.¹⁹⁸ A fase feudal causou mais reticências e dúvidas do que debates. Um consenso historiográfico-político dedicou uma duração de vinte séculos à época de “estagnação do sistema feudal”.¹⁹⁹

A dificuldade com esses mil e tantos anos é que não lhes é permitido exibir a menor mudança ou avanço no desenvolvimento social do povo chinês. Isto é inquietante. Como é possível que o povo chinês mude tão mais devagar que os povos ocidentais? Por que o “feudalismo” estava tão enraizado que, apesar de convulsões dinásticas repetidas, invasões estrangeiras e períodos de anarquia, era sempre possível restabelecer suas instituições particulares e permanecer por um período mais de três vezes superior a sua contrapartida europeia?²⁰⁰

197 Maurice Meisner nota maliciosamente: “Que o estudo da história devia servir objetivos políticos, era uma convicção que o primeiro historiador marxista da China moderna compartilhava com seus predecessores confucianistas.” MEISNER, M. “Li Ta-chao and the Chinese Communist Treatment of the Materialist Conception of History”. Op. cit., p. 279.

198 O comunismo primitivo seria identificado no período Shang-Yín (-1500 a -1100), ou na época anterior a este. A fase escravista se revelou de reconhecimento incerto, concentrando as divergências entre autores chineses. Guo Moruo, um dos maiores historiadores chineses, defendeu periodizações que variaram; no início de sua carreira, ele escreveu que o período Shang representava o comunismo primitivo; mais tarde, ele o integrou no estágio escravista. FEUERWERKER A. “China’s History in Marxian Dress”. In: FEUERWERKER, A. *History in Communist China*. Op. cit., p. 28-30.

199 Iniciada após a era dos Reinos combatentes (-403 a -221) e o primeiro império Qin (-221 a -208), ou seja, com a ascensão da dinastia Han, perduraria até o século xx. Idem, p. 15.

200 FITZGERALD, C. P. “The Chinese Middle Ages in Communist Historiography”. In: FEUERWERKER, A. *History in Communist China*. Op. cit., p. 125.

Segundo o modelo, “‘feudalismo’ significava essencialmente uma economia de grandes proprietários fundiários na qual a mão de obra servil era a forma dominante de agricultura”.²⁰¹ Sinólogos recusaram-se a tentar a façanha de “jogar a história chinesa numa moldura tão rígida e ainda conseguir tirar daí algum sentido.”²⁰² Com uma ironia que mal escondia a gravidade do assunto, Fitzgerald perguntou como se poderia compactar de mil a dois mil anos da história chinesa sob um vocábulo importado: ‘feudal’.

Não é permitido ao historiador comunista concluir muita coisa do fato que o primeiro período deste milênio e meio, a dinastia Han, era um império centralizado, que foi seguido por 400 anos completos de divisão e constante guerra interna de destruição, que deu lugar a um segundo e mais longo império centralizado, primeiro fundado pelos Sui e T’ang, continuando com Sung, Yuan, Ming, até o fim dos Ch’ing (Manchus) em 1912.²⁰³

Alternativa ao ‘feudalismo’, o modo de produção asiático,²⁰⁴ aventado como possibilidade²⁰⁵ pelo próprio Marx, fornecia uma alternativa não europeia ao estágio feudal. Ele oferecia bastante flexibilidade nos traços principais, admitindo um Estado forte e atuante, o que

201 FEUERWERKER, A. “China’s History in Marxian Dress”. Op. cit., p. 30.

202 FITZGERALD, C. P. “The Chinese Middle Ages in Communist Historiography”. Op. cit., p. 124.

203 Ibidem.

204 TÖKEI, Ferenc. *Zur Frage der asiatischen Produktionsweise*. Berlin: Luchterhand, 1969. VOGEL, Ulrich. *Zur Theorie der chinesischen Revolution. Die asiatische Produktionsweise und ihre Zersetzung durch den Imperialismus*. Frankfurt: Athenäum, 1974. SOFRI, G. *O Modo de Produção Asiático*. Op. cit. Marx havia alertado contra o erro de aplicar automaticamente o conceito de modo de produção feudal a muitas realidades não europeias. Ver KRADER, Lawrence. “Evolução, Revolução e Estado. Marx e o pensamento etnológico”. In: HOBBSAWM, E. *História do Marxismo*. I. Op. cit., p. 290-291.

205 Embora de encaixe impreciso: sequência, alternativa ou apenas substituto parcial.

era compatível com a história chinesa, mas contrário frontalmente ao conceito de feudalidade definida à moda europeia. Contudo, essa solução teórica foi sempre recusada e condenada pelas instâncias superiores do PCDC. Elas argumentavam que o modo de produção asiático seria estreitamente associado a uma noção de estagnação ‘asiática’ irremediável cuja resolução era imprecisa e duvidosa, frente ao dinamismo seguro da teoria oficial dos cinco estágios.

O principal obstáculo para obedecer ao modelo ‘feudal’ importado era a própria riqueza da matéria histórica tratada. Os maiores historiadores chineses foram forçados a acrobacias intelectuais para elaborar uma fiel reconstituição de sua complexidade e diversidade, sem desafiar a doutrina das etapas pré-forjadas – no caso uma só. Fan Wen-lan, um dos autores que mais se esforçou em preservar a originalidade da história chinesa dentro do quadro marxista oficial, definiu o feudalismo chinês da seguinte maneira:

O feudalismo chinês diferia do feudalismo europeu na medida em que ele permitia a livre alienação da terra, permitia um certo grau de mobilidade social e era caracterizado pela fusão dos proprietários fundiários e comerciantes.²⁰⁶

Distante da definição de Marc Bloch e seus discípulos, também o é daquela de Marx, sobretudo no que diz respeito à propriedade, dimensão cardeal no pensamento marxista. Ademais, não deixa de surpreender a aceitação por historiadores de um modelo europeu posterior ao período chinês considerado.²⁰⁷ A propriedade da terra

206 FITZGERALD, C. P. “The Chinese Middle Ages in Communist Historiography”. Op. cit., p. 124.

207 Começando em 208 AC, este tem uma precedência cronológica de pelo menos nove séculos sobre o seu ‘equivalente’ europeu. Além disso, de acordo com os próprios parâmetros europeus definindo aquilo que é ‘civilizado’ ou ‘avançado’, o brilho de suas realizações seria amplamente suficiente para suplantar seu ‘rival’ do extremo ocidente!

em mãos camponesas e a potência inigualável do Estado²⁰⁸ eram os traços mais difíceis de conciliar com o modelo. Elaboraram-se paralelos, tentaram-se adaptações.

A sociedade rural chinesa não está organizada em função dos grandes domínios senhoriais. [...] Mas a textura profunda da sociedade é a mesma; justifica-se qualificá-la como feudal no sentido lato do termo, mesmo não existindo alguns aspectos característicos do feudalismo ocidental (os servos ligados à terra, por exemplo).²⁰⁹

O modelo fez entrar a longa história da China na classificação mundial, mas reduziu sua capacidade para expressar a sua originalidade. Os dirigentes e os historiadores usavam a “palavra ‘feudal’ sem qualquer significação precisa. Ela tem simplesmente o sentido de ‘reacionário’ e designa tudo que se refere à propriedade da terra; algo similar ao francês ‘hobereau’ ou ao alemão ‘junker’.”²¹⁰ Mao Zedong manteve a versão oficial de um enorme período ‘feudal’. No campo teórico, ele manifestou algo de tristemente conformatado, ou mesmo mal contida impaciência.

Embora a China seja uma grande nação, embora tenha um imenso território, uma população numerosa, uma história milenar, ricas tradições revolucionárias e uma notável herança histórica, ela entrou, após passar pelo regime escravista, para o feudalismo, num longo período de desenvolvimento em velocidade reduzida nos planos econômico, político e cultural.

208 O grande sinólogo marxista Jean Chesneaux, acompanhando outro grande sinólogo, Joseph Needham, propôs a denominação de “feudalismo burocrático”, aplicada à estrutura social chinesa “herdada da sociedade ‘asiática’”, numa tentativa para encontrar uma expressão que desse conta do imponente papel – inconciliável na versão clássica fragmentária do feudalismo – do “todo poderoso” Estado centralizado chinês. NEEDHAM, Joseph. *La science chinoise et l'occident (Le grand titrage)*. Paris: Seuil, 1973, p. 131-132.

209 CHESNEAUX, Jean. *China – A revolta dos camponeses. 1840-1949*. Lisboa: Ulisséia, s.d., p. 19.

210 SOFRI, G. “O problema da revolução socialista nos países atrasados”. Op. cit., p. 366.

A partir dos Chou e Tsin, o regime feudal durou em torno de 3.000 anos.²¹¹

O debate no partido comunista permaneceu severamente contido, na medida em que, na tradição política chinesa, o passado joga um papel intenso nos embates presentes.²¹² Durante dois milênios, então, o motor da história, a luta de classes, manifestara-se pelo confronto, mais ou menos violento, entre proprietários fundiários e camponeses, as duas classes antagônicas. A historiografia marxista chinesa lhe dedicou cuidadosa atenção.²¹³ Os historiadores chineses hesitaram, no entanto, ao qualificar exatamente o papel do campesinato. A dificuldade provinha de certo desprezo e desconfiança que o envolvia na tradição marxista. Pois, a derrota do feudalismo europeu viera (oficialmente) das cidades. A classe rurícola, julgada conservadora por essência e limitada nos seus anseios, fora considerada incapaz de desempenhar um papel revolucionário, transformador da sociedade por iniciativa própria.²¹⁴

A China fora definida como semifeudal e semicolonial a partir da intervenção estrangeira nas Guerras do Ópio. A segunda parte da qualificação era a concessão feita às modificações profundas

211 Mao Tsé-Tung. “La révolution chinoise et le parti communiste chinois”. In: *Oeuvres Choisies*. v. II. Pékin: Editions en Langues Étrangères, 1967, p. 327.

212 Merle Goldman relatou a polêmica entre dois grandes historiadores chineses: Guo Muoro representando a postura oficial dita de ‘luta de classes’, e Fan Wenlan, desejoso de resgatar a originalidade irredutível da experiência histórica chinesa. Às vezes, esse último usa de argumentos que lembram aqueles dos defensores do modo de produção asiático, também conduzidos por essa preocupação. GOLDMAN, M. “The Role of History in Party Struggle 1962-64”. Op. cit., p. 500.

213 Na concepção chinesa da história, quando vitoriosas, elas provocavam o fim de uma dinastia e a instalação de uma nova, cuja tarefa prioritária era reunificar e pacificar o país, além de garantir conquistas aos promotores da mudança, as massas rurais, com redistribuição de terras. GERNET, J. *Le monde chinois*. Op. cit.

214 Ver, por exemplo, CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moujiks*. Paris: Seuil, 1978. LINHART, Robert. *Lenine, os camponeses e Taylor*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.

causadas pela ação das grandes potências ocidentais e do Japão no país.²¹⁵ A primeira confirmava a função revolucionária atribuída à burguesia, classe-mestre do capitalismo. Ela estaria destinada inelutavelmente a promover uma revolução para livrar-se dos empecilhos feudais a sua ascensão socioeconômica e política. Para um país do mundo colonial ou neocolonial, a identificação de tal classe apresentava dificuldades em razão do peso esmagador do chamado feudalismo e da presença do capitalismo estrangeiro. O mesmo dilema perpassou a historiografia brasileira, ansiosa por modernidade urbana, industrial, burguesa. Questionava-se a competência histórica de países, povos, nações, ‘raças’, mas não a propriedade do modelo e da transferência de conceitos.

No caso da China, o dilema consistia em decidir o grau mais ou menos autônomo, isto é, autóctone do surgimento e, portanto, da capacidade revolucionária da dita burguesia. Sua gênese hipotética e potencialmente independente da intervenção colonial lhe garantiria essa competência histórica. Despojava, conseqüentemente, o campesinato da mesma. A tradição marxista, na sua versão maoísta, defendia que a China ‘feudal’, como sua equivalente europeia, teria dado lugar, eventualmente e de modo autônomo, à fase capitalista de desenvolvimento da sociedade chinesa pelas mãos de uma burguesia aborígine.

Como a sociedade feudal na China desenvolveria sua economia mercantil e, desta forma, carregaria dentro dela mesma o embrião de capitalismo, a China ter-se-ia transformado lentamente numa sociedade capitalista, não fosse pela influência do capitalismo estrangeiro.²¹⁶

215 SPENCE, Jonathan. *Em Busca Da China Moderna. Quatro séculos de história*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. EPSTEIN, Israel. *From Opium War to Liberation*. [1956]. Hong Kong: Joint Publishing Co, 1980.

216 Mao Tse-tung. *Apud* FEUERWERKER, A. “China’s History in Marxian Dress”. *Op. cit.*, p. 18.

A intervenção desse último e de seu aliado chinês (a burguesia dita ‘compradora’) constituiria apenas um percalço da história, não uma origem. Desse modo, o ‘feudalismo’ chinês, apesar de sua imensa duração, fora absolvido da conotação de ‘estagnação’,²¹⁷ termo altamente negativo numa concepção da história como movimento. O período ‘feudal’ prolongado já fora interpretado de forma racista. A hipótese do capitalismo vindo ‘de fora’, imposto pelos estrangeiros, colocaria o caráter nacional chinês numa intolerável situação inferiorizante. A honra nacional, via interpretação da história (de muito peso na cultura chinesa) fora salva, garantindo ao corpo social chinês uma capacidade no devir histórico ‘igual’ àquela de seus rivais da península europeia.²¹⁸

Na prática da luta, no entanto, numa China predominantemente rural, o papel principal seria do campesinato, ao menos durante a fase de luta armada que precisava de efetivos numerosos. Porém, a liderança do movimento havia de ser proletária. A despeito dos milhões de camponeses empenhados na guerra revolucionária, a

217 Essa foi a razão principal da rejeição do modo de produção asiático pelo Comitê Central do PCDC, em 1928. O debate permaneceu em torno da data de aparição dos primeiros sinais de capitalismo, geralmente situados antes das Guerras do Ópio (início da intervenção capitalista estrangeira) e, às vezes, tão precocemente quanto o fim da dinastia Ming (XVII).

218 O fundador do PCDC, Li Da-zhao, sinalizou mesmo um devir planetário para as forças revolucionárias chinesas: “Infelizmente o mundo atual é um mundo de ladrões. [...] A razão pela qual o Japão pode agredir o mundo é porque o mundo atual está ainda dominado por ladrões. Não são apenas esses [os japoneses] que tomaram a província de Shantung que são nossos inimigos. Todos os grupos e atividades envolvidos nesses roubos são nossos inimigos. Se nós, como nação, carecemos a determinação, se nos faltar o espírito para reformar o mundo no sentido de acabar com esse mundo entregue aos ladrões, [...] não teremos realizado nada. Façamos o juramento [...] de reconstruir esse mundo entregue aos ladrões.” *Apud* FRIEDMAN, Edward. “Maoist conceptualizations of the capitalist system” In: HOPKINS, T. K. e WALLERSTEIN, I. *Processes of the World System*. London: Sage, 1980, p. 186.

concepção foi mantida.²¹⁹ Ínfima em termos numéricos e diminuta em termos concretos de orientação e competência bélica, a presença operária justificava a liderança teoricamente indispensável do proletariado para a massa camponesa. Mao enfrentou dura resistência, em vários momentos no PCDC, para convencer seus correligionários do papel crucial dos camponeses. Membros importantes da direção permaneciam fieis à concepção clássica que os considerava como massa de manobra, sem potencial revolucionário próprio. Como a longa história chinesa o ‘comprovara’ abundantemente, afirmara a linha oficial, eles não poderiam produzir mais do que ‘jacqueries’,²²⁰ impotentes a promover mudanças de sociedade, apesar de sua violência e força. Como no Brasil, a ruralidade do país o condenava a certa esterilidade em termos históricos.

Dócil na interpretação do passado, a direção maoísta definiu uma estratégia de luta que mobilizava a massa e capacidade de luta dos camponeses respondendo a suas reivindicações específicas, sempre acomodadas à nomenclatura ortodoxa. Seu esforço para colocar “a História chinesa numa roupagem marxista”, segundo a expressão de Feuerwerker,²²¹ teve implicações concretas em termos de aliança de classes para o PCDC. Chiang Kai-shek, dirigente da ala conservadora do partido nacionalista e inimigo impiedoso dos movimentos de esquerda, foi identificado²²² como representante da classe burguesa capitalista no seu aspecto revolucionário. Ele passou, após

219 Recrutados de origem (profissional) operária ou urbana, como os ferroviários, eram sempre procurados para servirem de quadros no exército vermelho. SMEDLEY, Agnes. *La longue marche. Mémoires du maréchal Zhu De*. Paris: Richelieu, 1969.

220 Revoltas populares rurais “limitadas”, como as da região da Picardia, na França, em 1358.

221 Título do artigo que ele assinou na coletânea por ele organizada: FEUERWERKER, A. *History in Communist China*. Op. cit., p. 14-44.

222 Sob as indicações de Stalin, durante o incidente de Xian, em 1936.

um decênio de guerra civil,²²³ a ser tratado pelos comunistas como o grande aliado, inclusive no plano militar, contra o Japão.

Embora de condução difícil, essa aliança foi justificada pelo caráter ‘feudal’ da sociedade chinesa.²²⁴ A necessidade de uma ampla união nacional frente ao invasor estrangeiro recebia assim uma fundamentação adequada. Mantinham-se as etapas oficiais de desenvolvimento da sociedade chinesa, promovendo a classe capitalista em virtude de seu caráter revolucionário num contexto ‘feudal’. Após a rendição nipônica, uma nova guerra civil (1946-49) eclodiu contra Chiang Kai-shek, desta vez nitidamente ‘classista’ e retomando a reforma agrária radical,²²⁵ que resultou na conquista do poder pelo pcc. Sem pular etapas, numa fidelidade teórica absoluta, a China assegurava assim sua conformidade à história universal, embora devesse esse sucesso à guerra revolucionária camponesa. Vencidas todas as etapas do percurso, o país podia inovar na construção do socialismo.

O ‘feudalismo’ chinês e sua função política ilustram aqui, por um lado, a dificuldade de interpretar qualquer realidade de forma

223 Na qual o líder do Guomindang beneficiou-se do apoio da Alemanha nazista e dos círculos interlopes das finanças portuárias (entre os quais havia se casado).

224 Aliás, ‘semifeudal, semicolonial’ segundo a nomenclatura oficial. Caracterizar as forças em torno de Chiang Kai-shek de “capitalismo nacional” foi bastante controvertido, visto suas estreitas ligações (inclusive familiares) com interesses ocidentais, particularmente norte-americanos, qualificando-o para o outro tipo de capitalismo: o comprador.

225 Que fora suspensa com a conclusão da aliança anti-japonesa. Na prática, essa aliança era sobretudo nacionalista, os comunistas aceitando a contribuição de pessoas que, embora classificadas como “feudais”, manifestavam-se dispostas a lutar contra as forças de ocupação. Pedia-se apenas alguma moderação na manutenção das antigas relações, limitando os aluguéis da terra e taxa de juros. A Reforma Agrária foi retomada em 1947, amplamente ‘antifeudal’ na sua realização, sendo os grandes proprietários e usurários os alvos principais. Ver o magnífico relato de William Hinton. *Fanshen. A Documentary of Revolution in a Chinese Village*. Harmondsworth: Penguin, 1972.

dogmática, particularmente na aplicação de modelos oriundos da Europa a outras regiões geográficas, assim como as profundas ligações entre a escolha de dada interpretação teórica e opções de atuação política concreta (até militar, como no caso chinês). Isso se verificou também no Brasil e na zona canavieira de Pernambuco, em termos da construção de uma estratégia de luta de classes pelo Partido Comunista Brasileiro e as organizações de massas que lhe eram ligadas, particularmente parte dos sindicatos de trabalhadores rurais. A crítica de membros eminentes desse partido e grandes intelectuais como Caio Prado Jr. (sobretudo após a derrota dos movimentos populares, inclusive rural, às mãos dos golpistas de 1964) foi veemente contra a proposta ‘feudal’ para o Brasil. A qualificação das relações de trabalho vigentes nos canaviais de Pernambuco e a questão da Reforma Agrária eram centrais nesses debates.

5.2.3 A tese feudal no Brasil explicando a ‘morada’ e defendendo sua extinção

A escolha de ancestrais adequados ao futuro da nação ocupou tanto a opinião pública brasileira quanto os historiadores. Até hoje, ela continua seguindo a linha eurocentrada, inclusive em dimensões extremadas, como a procura de antepassados norte-europeus, supostamente mais distintos (eugenicamente?) que seus vizinhos ibéricos.²²⁶ Uma vertente enobrecedora do passado brasileiro, que a literatura nordestina explora há muito tempo, é o ‘medieval’. Essas linhagens escolhidas, culturais no sentido amplo, remetem a um

226 Entre as soluções mais em voga no Recife, a moda holandesa é cultivada de exposição em visita oficial. Porém, o episódio batavo, minúsculo, comparado à imensidão da herança africana ou ameríndia deliberadamente marginalizada, só pode alimentar ambições europeizantes retrospectivas, fadadas à nostalgia de algo que não aconteceu – o que não é um dos menores paradoxos do exercício pseudogenealógico atual.

passado europeu devido aos portugueses, expresso em histórias, costumes, normas de comportamento etc. A interpretação da história do Brasil nas estruturas sociais e legais insere-se nesse arcabouço referencial de maneira tida por tão óbvia que dispensa justificativa ou nuances. Talvez tornou-se assim mais fácil a designação das relações de trabalho nos canaviais de Pernambuco, como sendo ‘feudais’²²⁷ ou ‘semifeudais’.

5.2.3.1 *Breve marco histórico a respeito da ideia ‘feudal’ na historiografia brasileira*

Aqui Nabuco defendeu com sua grande voz a causa dos escravos pretos e acusou os escravocratas feudais de todas as cores de explorarem seus semelhantes.

Gilberto Freyre²²⁸

Autores podem ser alusivos, pois existe uma teorização dominante do passado brasileiro para apoiar suas análises: a tese feudal. Revisando o elenco das soluções propostas, ela é, sem dúvida, uma das mais antigas e persistentes. Mais exatamente, o modo de produção feudal foi utilizado pelos autores marxistas aqui evocados. O debate propriamente acadêmico já ofereceu várias outras soluções para qualificar esse passado. Mas a versão feudal da história foi tão poderosa que perpassa pelo menos alusivamente manuais, material didático etc. Ela adquiriu algo como uma vida própria, continuando

227 Serviu também de arma política em contendas que diziam respeito a empresários na zona canvieira de Pernambuco, como foi o caso da polêmica entre Costa Azevedo e Agamenon Magalhães, na longa série de artigos e respostas: “Catende, um feudo”. *Folha da Manhã*, 15.05.1945. Interessante é também o fato de que a polícia os tenha recolhido. SSP 806 A.

228 Discurso proferido no Teatro Santa Isabel. DP, 23.11.1945.

seu percurso²²⁹ por força de inércia. Obviamente, são opções interpretativas sujeitas a decisões individuais absoluta e rigorosamente respeitáveis. Mas sua permanência, mesmo em ambientes “esclarecidos”,²³⁰ mostra que inexiste evolucionismo no campo teórico. A tese feudal, ou seus avatares, continuam afirmando sua presença, talvez porque sua crítica, abundante e convincente, sob a pena de autoridades tão ilustres quanto Caio Prado, Stuart Schwarz ou Moacir Palmeira, não responda exatamente a todas as dimensões dessa interpretação do passado histórico brasileiro que é, também, pelos padrões vigentes, uma escolha de ancestrais ‘feudais’ ou ‘medievais’ aparentemente necessários e, talvez, desejáveis por razões que precisam ser estudadas.²³¹

229 Recentemente, um ex-aluno familiar da sociedade feudal, no seu tratamento historiográfico atualizado e devidamente alertado contra os perigos da transferência de conceitos, me mostrou seu projeto de cartilha didática para os integrantes do MST, fazendo um apanhado da história dos trabalhadores: após a escravidão, viria a servidão, em traços inclusive típicos do Nordeste, como a ‘condição’ e o ‘cambão’. Demonstração de que certos conceitos têm vida longa... com as melhores intenções.

230 O termo ‘feudal’, aplicado às plantações. In: SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit., p. 19. Ela retoma a temática mais adiante (p. 87) apoiada não apenas em Gilberto Freyre, como em Roberto da Matta: “As tensões envolvidas na ‘dupla ética’ de um individualismo moderno oposto a um personalismo feudal e familista não foram realmente resolvidas no Brasil. [...] No entanto, além das tensões entre casa e rua, que reinterpreto aqui mais em termos de conflito de classe como o conflito entre velha e nova riqueza e entre feudalismo e capitalismo, há uma outra dialética.” (p. 87-88). Ao longo do livro, a designação volta sem justificativa (p. 259), alternando com ‘semifeudal’ (p. 182), tampouco definido.

231 Prova disso é tanto o sucesso do empreendimento Instituto Ricardo Brennand, quanto dos RPGs, favoritos de alunos das áreas ‘duras’, que privilegiam cavaleiros com armaduras, castelos etc.

Os ancestrais da tese feudal no Brasil

Como o propósito do presente capítulo se limita aos autores marxistas, faltam entre os mais eminentes e os mais influentes: Francisco José de Oliveira Vianna. Seguidor inveterado de Nina Rodrigues quanto às preocupações eugênicas, redigiu, nessa perspectiva, o comentário aos resultados publicados do Censo de 1920,²³² texto reeditado até os anos 1950.²³³ A importância incontestada desse autor no panorama brasileiro se deve, em particular, às suas atribuições oficiais, orientando as políticas públicas do País e, portanto, assegurando difusão maior às suas conclusões de que muitos outros estudiosos apenas acadêmicos. Talvez seja importante enfatizar esse aspecto do que poderia ser chamado de “eco” de sua obra, seja ela científica ou literária, na medida em que ele define o impacto que tais ideias teriam sobre a constituição da memória coletiva, sobretudo para a parte literata do corpo social. As sucessivas reedições o poderiam indicar. Se nos anos 1920 as teses eugênicas estavam em voga nos meios acadêmicos e políticos, é mais difícil entender sua reiterada divulgação, após o Tribunal de Nuremberg e a morte do autor.²³⁴

Oliveira Vianna usou muito pouco a palavra ‘feudal’.²³⁵ Em contrapartida, ele defendeu, com todas as armas da retórica, a grandeza do latifúndio: “Nós, desde o início, temos sido, ao invés disso, um povo de latifundiários [...] Todo o longo período colonial é um período de esplendor e glória da grande propriedade territorial. Então só ela aparece e pompeia; só ela cria e domina: toda a trama da nossa história ela é que fia e entretece, estende e recama, durante esses trezentos anos fecundos e gloriosos.”²³⁶ Esse autor enfatizou a originalidade da formação social brasileira, de seu sistema de governo etc. Defendendo o latifúndio, atribuindo qualidades eugênicas “superiores” aos seus detentores – por meio do que Duby chamaria de

232 VIANNA, J. F. O. “O povo brasileiro e sua evolução”. Op. cit., p. 279-400.

233 VIANNA, José Francisco Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1938.

234 A 4ª edição dessa obra data de 1956, cinco anos após o falecimento de Oliveira Vianna.

235 No que diz respeito às relações entre senhores de engenho e lavradores, o autor usa uma comparação: “uma espécie de laço feudal”. VIANNA, J. F. Oliveira. “O povo brasileiro e sua evolução”. Op. cit., p. 291.

236 VIANNA, J. F. O “O povo brasileiro e sua evolução”. Op. cit., p. 282.

"acrobacia retórica em ponta de agulha"²³⁷ – ele forneceu uma perfeita definição do senhorio que, em nenhum momento, chamou de feudal. Em oposição, ele sublinhou aspectos inovadores da vida na colônia, seja de organização institucional e política, seja econômica, com as modernidades do engenho, "essa invenção".²³⁸ O autor mostrou as continuidades nas relações entre as classes sociais, cuja hierarquia se justificava pela origem étnica de seus componentes: "Na sua estrutura social, esses latifúndios possuem três classes perfeitamente distintas: a classe senhorial; a classe dos homens livres, rendeiros de domínio; e a classe dos escravos, que são os operários rurais."²³⁹ Ele afirmou reiteradamente sua rejeição de uma "imitação sistemática das instituições europeias, que nos tem valido, há cerca de cem anos, decepções dolorosas e fracassos desconcertantes." O Brasil conheceu um desenvolvimento histórico próprio, não apenas a reboque da história de Portugal, e neste sentido, a característica agrária, a grande propriedade e a hierarquização social que ele comportava, era principal e determinante.

Simonsen, na sua obra *História Econômica do Brasil* (1937), afirmou também que não se podia admitir a interpretação feudal, pois os donatários não se incluíam em relações de vassalagem, mas eram capitalistas investindo para obter lucro.²⁴⁰ Nos anos 1930, outras obras iluminaram o campo historiográfico brasileiro, atendendo, segundo Reis, ao intuito do espírito das comemorações da independência: "a necessidade de se abordar o Brasil sem complexos, sem ceticismo, com confiança",²⁴¹ quaisquer que fossem as teorias de referência ("Simmel, Weber, Franz Boas, Marx", todas foram "importadas").²⁴²

237 Termo usado no vídeo *O tempo das catedrais*, a respeito da façanha de Tomás de Aquino em combinar o dogma cristão com Aristóteles. No caso, Oliveira Viana define como ancestrais étnicos dos colonizadores, suevos, godos e outros germanos, que chegaram à península ibérica no século V. Essa temática parece ter tido um eco suficiente para ser retomada, inclusive, por Gilberto Freyre, particularmente em *A Interpretação do Brasil*.

238 VIANNA, J. F. O. *Evolução do povo brasileiro*. Op. cit., p. 65.

239 Ibidem.

240 Para uma revisão amiúde dessas teses, ver TOPALOV, Christian. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978, p. 12-15.

241 REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 118.

242 Ibidem.

A influência das interpretações da história oficialmente aceitas pelo movimento comunista foi, por muito tempo, capital nas suas escolhas, não apenas teóricas mas também estratégicas. Como foi visto acima, os maiores expoentes dos círculos oficiais do comunismo internacional haviam se pronunciado, desde muito cedo, a favor da tese feudal.²⁴³

Países coloniais e semicoloniais (China, Índia etc.) e países dependentes (Argentina, Brasil e outros) que possuem um embrião de indústria, às vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente, na maioria dos casos para a edificação independente do socialismo; países onde predominam relações sociais da Idade Média feudal ou o “modo asiático de produção” tanto na vida econômica, como na sua super-estrutura política; países enfim onde as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, as maiores propriedades, as maiores plantações etc., se acham nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. A luta contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de exploração e a revolução agrária promovida com espírito de continuidade, de um lado; a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional, doutro lado, têm aqui uma importância primordial. A passagem à ditadura do proletariado não é possível nesses países, em regra geral, senão através de uma série de etapas preparatórias, por todo um período de desenvolvimento da revolução democrático-burguesa em revolução socialista; o sucesso da edificação socialista é, na maioria dos casos, condicionado pelo apoio direto dos países de ditadura proletária.²⁴⁴

De modo geral, nos anos 1930, firmaram-se os parâmetros teóricos das lutas orientadas pelo Comintern, em qualquer continente, como foi visto a exemplo da China. As *Teses gerais sobre a questão do*

243 Retomadas no seu VI Congresso Mundial, em Moscou, em 1928. LAPA, J. R. do A. “Introdução ao redimensionamento do debate”. Op. cit., p. 11.

244 Apud PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 96-97.

Oriente se dirigiam precisamente às organizações revolucionárias em regiões não europeias.

Nesses países, o capitalismo surge e se desenvolve numa base feudal; ele adota formas incompletas, transitórias e bastardas que deixam a preponderância, sobretudo, ao capital comercial e usurário (Oriente muçulmano, China). Por isso, a democracia burguesa adota, para diferenciar-se dos elementos feudal-burocráticos e feudal-agrários, uma via desviada e confusa.²⁴⁵

Embora a América Latina não figurasse entre as áreas do mundo mais estudadas para alcançar essas análises, o Bureau Sul Americano da Internacional Comunista, baseado em Montevidéu, repercutia as interpretações corretas bem como as diretrizes de ação decorrentes. “Nos era proposta de fora uma ‘explicação acabada’” lembra Lapa.²⁴⁶ Aricó mostra que o continente americano, na sua parte latina, não fazia parte das preocupações prioritárias do Comintern, exclusivo fornecedor de matrizes historiográficas bem como organizacionais para os revolucionários comunistas. Nos anos 1920, época de definições, criou-se “uma espécie de espaço indefinido, de vazio teórico”²⁴⁷ a respeito do continente, pois não se beneficiava de enfoque próprio. É notável sua ausência quase absoluta dos exemplos citados nas resoluções.²⁴⁸ Incluído implícita mais do que explicitamente no rol dos países coloniais, o subcontinente era tratado de forma assimilativa às outras áreas não europeias: China, Egito, Oriente Médio e Índia. Inútil dizer que a África era submetida ao mesmo tratamento que a América do Sul. Enfatizava-se a luta antifeudal e antiimperia-

245 *Manifestes, Thèses et Résolutions...* . Op. cit., p. 174.

246 LAPA, J. R. do A. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 10.

247 ARICÓ, J. “O Marxismo na América Latina...”. Op. cit., p. 441.

248 A única vez que o subcontinente é mencionado explicitamente nas *Teses sobre a situação mundial e a tarefa da Internacional Comunista* do Terceiro Congresso, figura como um dos “países marítimos exportando matérias primas, e nesse número os países coloniais (América do Sul, Canadá, Austrália, Índia, Egito etc.)”! Idem, p. 88.

lista, considerada apropriada genericamente para qualquer destas regiões. Poder-se-ia reconhecer certa originalidade a alguns desses âmbitos, como os acima citados, todavia sem maiores elaborações históricas nem consequências teóricas. Pois eles não geravam história na qualidade ou medida necessárias para acrescer sentido à História Universal ou redirecionar-lhe o rumo evolucionista. Não eram portadores de historicidade criativa, distinta. Portanto, seu papel na revolução proletária mundial só poderia ser periférico, repetindo mudanças alhures inauguradas.

Marxistas latino-americanos vislumbravam uma alternativa a essa perspectiva sombria na experiência revolucionária chinesa,

com seu forte componente camponês e antiimperialista, encontrava um eco inesperado entre os movimentos revolucionários latino-americanos. O exemplo da China ajudava a observar com novos olhos a singular experiência mexicana, inicialmente subestimada como fenômeno de caos e de atraso.²⁴⁹

Aricó sublinha a contribuição original do peruano José Carlos Mariátegui, que desafiou os *ukases* historiográficos dominantes, enquanto que a maioria dos intelectuais sofria do mal que afetava a América Latina, “aprisionada pelo fatalismo de suas origens: sem poder ser a Europa, não pode tampouco ser a anti-Europa” à maneira da China (que expressava a estagnação reveladora do movimento na Europa) ou mesmo da África (continente “sem” história, a não ser colonial) frente ao Velho Continente, que era a própria História. Recusando o paradigma eurocêntrico, Mariátegui afirmava uma “nova tipologia histórica”:²⁵⁰

Entre a Europa ocidental e a região latino-americana não existia um continuum definido em termos de modernidade e

249 Idem, p. 441. PORTANTIERO, J. C. “O Marxismo latino-americano”. Op. cit., p. 335.

250 Significativamente, esse tipo de procura original de uma nova visão da história do continente não teve muito eco do lado de cá dos Andes.

atraso, mas sim uma interdependência conflituosa que devia ser definida em sua especificidade.²⁵¹

O marxismo “que desembarcou no Brasil em 1922”, escreve J. C. Reis, “não foi o original alemão e marxiano, mas o ‘marxismo-leninismo’ soviético.”²⁵² Embora coincidisse com uma época de efervescência intelectual, artística e política, sua chegada não foi tão criativa quanto se poderia esperar, numa era cultural propícia às inovações. Sua contribuição maior foi a “aceleração otimista da história brasileira. [...] A ‘revolução brasileira’ é pensável e possível, isto é, a ruptura com o passado brasileiro horroroso estava ao alcance dos brasileiros que o haviam sofrido.”²⁵³ Os revolucionários marxistas brasileiros “estavam mais possuídos pela teoria, dominados por uma lógica incontrollável, absoluta, do que seus utilizadores, seus possuidores e controladores.” Konder os compara a “демиurgos da História”.²⁵⁴ Eles acompanhavam boa parte dos membros da comunidade marxista mundial, que, com distintas exceções, obedeciam a uma teologia, na expressão de Pierre Clastres.

Contudo, os intelectuais marxistas ofereceram uma visão da realidade brasileira inovadora e inspiradora. Ela serviria de guia para a mobilização e organização, tanto dos membros do Partido Comunista quanto de outras correntes de esquerda: assim, Francisco Julião, dirigente das Ligas Camponesas, também defendia sua proposta de Reforma Agrária apoiado numa análise da situação na Zona da Mata, que exigia a “liquidação de todas as sobrevivências feudais”, interpretando a escravidão como um elemento que “veio,

251 ARICÓ, J. “O Marxismo na América Latina...”. Op. cit., p. 452.

252 REIS, J. C. *As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Op. cit., p. 148.

253 Ibidem.

254 KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

naturalmente, acentuar ainda mais, estratificar ainda mais, esses resquícios feudais.”²⁵⁵

A segunda geração de autores brasileiros marxistas²⁵⁶ compreendia, entre os de maior prestígio, Alberto Passos Guimarães. Ele desenvolveu a base teórica da tese do feudalismo em *Quatro Séculos de Latifúndio*.²⁵⁷ Com Nelson Werneck Sodré, autor de obras cardeais como *Formação Histórica do Brasil* (1962)²⁵⁸ e *História da Burguesia Brasileira* (1964),²⁵⁹ fez parte dos pioneiros do pensamento marxista brasileiro: “Apesar de ter se consolidado somente nos anos 1950, com Sodré e Passos Guimarães, o modelo da análise e revolução democrático-burguesa foi elaborado nos anos 1920.”²⁶⁰

5.2.3.2 O feudalismo colonial segundo Alberto Passos Guimarães

Fiel à linha traçada pelo Comintern, a perspectiva de Guimarães era de uma revolução democrático-burguesa, antifeudal e antiimperialista. Considerava certos traços socioeconômicos do Brasil como “entraves feudais” a um desenvolvimento que haveria de ser burguês, num primeiro tempo, para alcançar em seguida o sonhado socialismo. A fraqueza numérica do proletariado local havia de ser superada com uma estratégia de blocos, compostos por diversas

255 Depoimento oral concedido a Eliana Moury Fernandez, Fundaj, Recife, 1982-84.

256 Segundo a categorização feita por Quartim de Moraes In: “A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros”. In: *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, v. 2.

257 GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Op. cit.

258 SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

259 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1962] 3 ed. 1976.

260 Ênfase do próprio autor. REIS, J. C. *As Identidades do Brasil...* Op. cit., p. 151. Foi essa mesma visão que dominou órgãos tão importantes quanto o Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros, órgão do Ministério da Educação e Cultura no governo de Juscelino Kubitschek) e a CEPAL.

classes, frente à aliança extremamente poderosa das forças ‘feudais’ e imperialistas. Pois a sociedade brasileira, como a chinesa e demais não europeias, encontrava-se “ainda” numa fase de transição entre o feudalismo e o capitalismo²⁶¹ na sucessão oficial de cinco estágios.

Muito ligada a uma estratégia de ação revolucionária, a obra de Passos Guimarães manteve sua posição, sem concessão, contra os defensores do devir evolucionista do capitalismo colonial. Christian Topalov²⁶² mostrou que, no final das contas, as proposições em confronto não eram tão antagônicas assim. As diferenciavam os tipos de ação política propostos para o presente, pois os autores envolvidos no debate eram também militantes políticos. Como em outros exemplos históricos, essa característica proximidade – senão fusão – do exercício teórico e da prática militante, às vezes clandestina, incidia em ambos os sentidos.

Dessa maneira, se as colocações já eram permeadas por um lastro ideológico que as politizava, passavam agora a ser manipuladas com a função de detectar as nossas contradições e impasses históricos e, portanto, também possíveis projeções das alternativas e rumos a serem tomados, em outras palavras, a ciência assumia mais acentuadamente suas dimensões sociais.²⁶³

O Partido Comunista do Brasil acatou a posição clássica: a sociedade brasileira, no seu conjunto (destacando naturalmente o âmbito econômico como definidor) era qualificada de “agrária, semifeudal, semicolonial”, em consonância perfeita com as análises do Comintern.

261 Essas ideias eram reafirmadas, a ponto de serem tomadas como senso comum. No entanto, em *As classes perigosas*, ele expôs os detalhes da demonstração. GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas. Banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1981. Ver a terceira parte “Brasil: As raízes da violência”, p. 77 et ss.

262 TOPALOV, C. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Op. cit., p. 21.

263 LAPA, J. R. do A. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 10.

Astrogildo Pereira descreve isso como “a importação ‘– mecânica e livrescamente – da linha política’ de outros povos.”²⁶⁴ Diversas críticas surgiram na efervescência política dos anos 1950 e a propósito do “problema agrário”, com os grandes movimentos sociais do final do decênio, que ocupou e estimulou uma parte importante da discussão sobre o desenvolvimento nacional. “Desde então, a discussão sobre a economia colonial se prolonga num debate muito atual sobre as estruturas agrárias do país, a interpretação das lutas que nelas se vinham desenrolando e os objetivos de uma eventual reforma agrária”.²⁶⁵ Mantega precisa ainda: “Inicialmente elaboradas pelos V e VI Congressos do PCB, respectivamente realizados em 1954 e 1960, essas teses ganharam consistência com os trabalhos de Nelson Werneck Sodré e também Alberto Passos Guimarães”.²⁶⁶

Semicolonial e semifeudal, o Brasil era governado por interesses agroexportadores. Isto tornava o campo “centro nevralgico do país”.²⁶⁷ Portanto, a situação das massas nele exploradas – no caso do Nordeste, os moradores de engenho na agroindústria açucareira – era central em qualquer estratégia de mudança. Esta passava, por sua vez, necessariamente pela fase de reino da burguesia nacional, entendida como urbana e industrial. Nessa discussão, ‘agrário’ era considerado como geralmente ‘feudal’, e a modernização, a urbanização e a industrialização em curso, como capitalistas. Ou seja, a atitude de rejeição à primeira parecia duplamente justificada, ao passo que o desejável implícito na segunda, em termos de progresso, tendia a encobrir a oposição antagônica de classes (capital/traba-

264 PEREIRA, Astrogildo. *Formação do PCB 1922-28* (Notas e Documentos). Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1962, p. 140. *Apud* LAPA, J. R. do A. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 13.

265 TOPALOV, C. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Op. cit., p. 12.

266 MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 14, e p. 160 *et ss.*

267 Idem, p. 161.

lho) que ela veiculava obrigatoriamente. Isso explica, talvez, certo fascínio pela busca da burguesia: inimiga absoluta para qualquer marxista; todavia, declarada “nacional”, ela torna-se aliada imprescindível para aqueles povos não europeus que devem ‘ainda’ vencer a etapa dita ‘democrático-burguesa’ ou do capitalismo nacional. A busca de uma classe capitalista autóctone satisfazia também outro propósito: como para a China, era assim preservada a capacidade local (potencial?) do Brasil desenvolver de forma autônoma – isto é, não importada – as marcas de um dinamismo suficiente, em termos de modos de produção, para colocar o país em posição de igualdade, enquanto agente histórico, com as sociedades europeias frente à grande ruptura da revolução socialista.

Nessa busca, muitos autores brasileiros, como de outras nacionalidades, procuraram ser, ao mesmo tempo, fieis ao roteiro pré-fixado, mas também às especificidades das realidades nacionais ou até mesmo regionais que estudavam. Para tanto, empenhavam-se em realçar os pontos “positivos”, eficazes para restaurar o orgulho ou simplesmente amor-próprio constantemente minado pelo implacável eurocentrismo das definições. Fizeram esforços sinceros, embora mais meritórios do que ousados, para adaptar ou reinterpretar os conceitos básicos, nuançar a definição dos pontos de referência impostos pela gênese/genealogia europeia do aparato conceitual arquetípico. Mas não poderiam afastar-se do modelo. Indo longe demais, como Mariátegui talvez, eles perderiam a garantia tranquilizadora da permanência do Brasil, embora com atraso, numa via ascendente rumo ao Progresso e ao Socialismo. Sair dos trilhos, tão categoricamente colocados em nome da ciência histórica, comportaria o risco inaceitável de uma via de garagem, sem saída. Pois, não se concebia alternativa. A heresia seria castigada com a rejeição às *‘oubliettes’* da História. O legítimo orgulho nacional não poderia tolerar isso.

Talvez fosse essa a razão da extraordinária plasticidade do rigor desses autores, alargando as definições até o ponto de inverosimi-

lhança, como foi visto para a China. Nelson Werneck Sodré, por exemplo, tentou uma interpretação original da história do Brasil, com um escravismo costeiro e açucareiro e um feudalismo que se alargara, e dominara todo o país interiorano até data recente. Daí o famoso “avanço do capitalismo no campo”, que se encontra em tantos livros, manuais, cartilhas. Mas ao ousar, no campo teórico, um feudalismo regressivo, ele concebeu os sertões brasileiros e, finalmente, o território além da costa, como teatro de relações alie-nígenas: “o sertão brasileiro, um mundo quase medieval”, como sublinha José Carlos Reis. “Ele vê na realidade brasileira relações e personagens de outro lugar para tomar quase ao pé da letra uma teoria produzida para pensar aquele outro lugar.”²⁶⁸

Latifundiários interioranos apareciam, no palco da história nacional, como senhores feudais e seus moradores como servos, inclusive (o que não deixa de surpreender) os imigrantes europeus assalariados dos cafezais.²⁶⁹ Segundo Alberto Guimarães, características feudais e coloniais²⁷⁰ permaneceram de modo “residual”, como “vestígios” numa sociedade brasileira contemporânea, dotada, no entanto, de aspectos transformadores. O feudalismo, na sua descrição, era muito pouco nuançado e certamente não seria acatado pelos medievalistas atuais, inclusive na sua periodização. Consciente da diversidade de interpretações, ele sublinhou, no entanto:

[N]ão há discordância quanto ao fato de que, em apoio à concepção da história formulada pela teoria marxista, feudalismo e capitalismo industrial correspondem a formações econômico-sociais qualitativamente diferentes que se sucederam no tempo, sem que isso signifique a exclusão de um interregno

268 REIS, J. C. *As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Op. cit., p. 159.

269 Ou seja, uma operação que lembra, talvez, as cerimônias do Império britânico na Índia. COHN, B. S. “A Representação da Autoridade na Índia Vitoriana”. Op. cit., p. 175-217.

270 GUIMARÃES, A. P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Op. cit., p. 64.

em que as velhas relações de produção do feudalismo em desagregação, tenham coexistido, lado a lado, com as novas relações de produção capitalistas, em ascensão.²⁷¹

Ele opunha ao feudalismo um “capitalismo industrial”, isto é, ao rural o urbano. Afirmou também a coexistência de formas diversas, que se “entrelaçam”. Nesse processo de complexa transformação, ele reconheceu, na própria Europa, a existência de “relações de produção ou relações de propriedade” dotadas apenas de “etiqueta feudal”, citando Marx sobre o século xv: “[A] imensa maioria da população se compunha de camponeses livres, donos da terra em que trabalhavam, qualquer que fosse a etiqueta feudal sob a qual ocultassem sua propriedade.”²⁷²

O fato de a denominação ‘feudal’ não corresponder obrigatoriamente a elementos de mesma qualidade seria importante para o debate a respeito da classificação da realidade colonial brasileira. Nesse sentido, a servidão à qual se referia Guimarães era a chamada “segunda servidão”, cara a Topalov. Ela apareceu tardiamente, na Baixa Idade Média e nos Tempos Modernos, sobretudo no Leste Europeu, em terras ocupadas militarmente²⁷³ e desbravadas com meios hoje chamados de empreendedores, no sentido da escala, modernidade e eficácia. A nomenclatura feudal utilizada para descrever esse tipo de relações de trabalho, que lembrava também a condição dos trabalhadores sob contrato nas Antilhas pós-escravidão, forneceu um argumento forte. Sua virtude principal era de articular a concomitância de estruturas designadas como ‘feudais’ (em vez de ‘senhoriais’) com um mercado de amplo alcance. Com efeito, a grande produção agrícola dos ‘*Junker*’²⁷⁴ destinava-se, como o açú-

271 GUIMARÃES, A. P. *As classes perigosas*. Op. cit., p. 81-82.

272 *Apud*. Idem, p. 82.

273 O famoso “*Drang nach Osten*”.

274 Denominada por Lenin de “fazenda burguesa”, como mencionado pelo próprio autor. Op. cit., p. 88.

car pernambucano, a um consumo longínquo, embora no próprio continente europeu. As áreas afetadas por essa segunda servidão eram periféricas: Bálcãs, Rússia, Polônia (estudada por Kula²⁷⁵), mas também as áreas de Reconquista na península ibérica e, portanto, em Portugal, sendo os moradores de engenho na colônia brasileira, desta forma, plausivelmente ligados a essa linhagem de condição. À “servidão” dos judeus na Espanha, ele somou o “reaparecimento do comércio de escravos destinados a fornecer cultivadores para os proprietários de terras”, num ‘Mediterrâneo’ sobretudo nórdico e ocidental. Mesmo aí, como o mostrou Jacques Heers,²⁷⁶ a escravidão permaneceu. Na produção açucareira mediterrânea, em mãos cristãs e islâmicas, ela foi a forma dominante de emprego da mão de obra.²⁷⁷ Segundo Guimarães, dessas circunstâncias emanou a herança feudal do Brasil.²⁷⁸

A distribuição da terra em imensas donatarias entregues aos nobres mais distinguidos do Reino” visava a “formação de grandes senhorios rurais que se tornassem as fontes de poder capazes de extorquir pela coação extra-econômica, e através das fontes mais primitivas de renda – a renda-trabalho e a renda-produto – o sobre trabalho ou o sobre produto gerado pela força de trabalho dos produtores diretos.²⁷⁹

275 KULA, Witold. *Teoria economica del sistema feudal*. [1962] Buenos Aires: Siglo XXI, 1976.

276 HEERS, Jacques. *Escravos e domésticos na Idade Média*. São Paulo: Difel, 1983.

277 Ver GALLOWAY, J. H. “The mediterranean sugar industry”. In: *The Geographical Review*, (separata), Toronto: University of Toronto Press, 1977, p. 179-194. E GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry*. Op. cit. Ver BALARD, M. e DUCELLIER, A. (Dir.). *Coloniser au Moyen Age*. Op. cit.

278 Ver WECKMANN, Luis. *La herencia medieval de Mexico* (segunda edição revisada). Mexico: Fundo de Cultura Económica, 1996 e, particularmente, WECKMANN, Luis. *La herencia medieval del Brasil*. Mexico: Fundo de Cultura Económica, 1993. Nos capítulos v (“Trasplantes feudales”) e vi (“Trasplantes señoriales”) o autor conduz comparações instrutivas com a situação do México.

279 GUIMARÃES, A. P. *As classes perigosas*. Op. cit., p. 84-85.

O estágio em que Portugal se encontrava quando “descobriu” e colonizou o Brasil, marcou sua colônia com os traços persistentes até o século XX, como a estrutura fundiária: “verdadeiramente semi-feudal, semi-colonial apresenta características fundamentais do pré-capitalismo.”²⁸⁰ Daí a importância dos “resíduos de feudalismo que se conservam e se articulam ou se integram, e até se reproduzem no modo de produção industrial.”²⁸¹

Aludindo à situação dos trabalhadores rurais, inclusive dos moradores, Guimarães reconheceu nas relações de trabalho “os traços de autoridade”, eufemismo logo corrigido:

que geralmente a um passo do arbítrio se transportaram dos tempos mais remotos para épocas muito próximas daquelas em que estamos vivendo, mantendo-se ainda vivas em nossos dias, seja sob as formas mais violentas, seja sob os mais brandos disfarces.²⁸²

Admitiu-se a existência de ‘tempos’ diversos concomitantes, bem como de rumos retrógrados possíveis. Serge Gruzinski constatou a peculiaridade de tal concepção: “O tempo dos vencidos não é automaticamente substituído pelo dos vencedores, mas pode coexistir com ele séculos a fio”.²⁸³

Ao mesmo tempo, Guimarães indignava-se frente a uma das manifestações mais perigosas dessa configuração social: a violência das “tropas de jagunços a serviço dos grandes senhores rurais, arrastando-nos”, como país, “a situações que em nada, ou muito pouco, diferem dos velhos tempos coloniais.”²⁸⁴ Todos esses componentes resultavam numa análise do presente que afirmava:

280 GUIMARÃES, A. P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Op. cit., p. 38.

281 GUIMARÃES, A. P. *As classes perigosas*. Op. cit., p. 86.

282 Idem, p. 85.

283 GRUZINSKI, Serge. *La pensée métisse*. Paris: Fayard, 1999, p. 53.

284 GUIMARÃES, A. P. *As classes perigosas*. Op. cit., p. 85.

no campo brasileiro, não são ainda as transformações capitalistas que apontam as soluções políticas para o problema da terra mas as práticas extensivas ditadas pelos latifúndios tradicionais.²⁸⁵

Profundamente envolvido na vida política do seu tempo, Alberto Guimarães via consequentemente a necessidade de acelerar essa transição ao capitalismo. A ação no campo propriamente social e político poderia, aos olhos do autor, aproximar o desfecho desejado (potencial, ou melhor, possível, para não dizer provável) de uma revolução. Para tanto, tornava-se urgente a adoção de uma reforma agrária, esperada com fervor na época da redação do livro (início dos anos 1960). Ela permitiria a modernização da atividade agrícola e das relações de trabalho, com a extinção da ‘morada’. Esse era o rumo certo de desenvolvimento das forças progressistas, acelerando, de certo modo, o processo social e político desejado.

Guimarães via o engenho, unidade de produção típica da sociedade examinada, como um composto histórico singular: uma unidade produtora autônoma descrita como “uma organização híbrida particularmente porque representava a conjugação de sistemas econômicos historicamente distanciados”.²⁸⁶ Constituíam-se de uma “base orgânica feudal” com um “verdadeiro senhorio [...] com seu proprietário a frente da produção.” A plantação, forma de produção dominante desde a colonização, constituía então “a expressão perfeita do feudalismo colonial.”²⁸⁷ A “propriedade agrária feudal” determinava essa classificação em virtude da “terra [ser] o principal e mais importante dos meios de produção.”²⁸⁸ Afastavam-se assim as eventuais reticências quanto à nomenclatura numa colônia tão obviamente inserida na rede do comércio intercontinental, aliás, motor da implantação

285 Idem, p. 86.

286 GUIMARÃES, A. P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Op. cit., p. 63.

287 Idem, p. 29.

288 Idem, p. 31.

da sacaricultura no Nordeste do Brasil. Essa inserção qualificava de “colonial” o feudalismo afirmado, contudo, apenas como parcial, pois “[d]entro desta estrutura feudalizada, predominava o trabalho escravo, elemento componente de um regime de produção anacrônico, tomado da antiguidade clássica”,²⁸⁹ criando certa heterogeneidade temporal²⁹⁰ na trama social.

Admitindo que o modo de produção dominante manifestava um carácter ‘feudal’ ou ‘semifeudal/semicolonial’, seguia-se logicamente que as relações de trabalho e a exploração da mão de obra eram “semiescravistas, semi-servis”. Seu aspecto propriamente feudal apareceria também nas formas de “locação de serviços de famigerados contratos de parceria, uma ardilosa recomposição legal [...] dos velhos costumes soterrados com a Idade Média.”²⁹¹

Entre os aspectos mais obviamente incitativos à designação de “feudalismo colonial” estava o acesso à terra para os escravizados e seus descendentes, os moradores, pois entravam no rol das vítimas de “relações coercitivas entre os latifundiários e seus ‘moradores’, ‘agregados’, ‘meeiros’, ‘colonos’ ‘camaradas’.”²⁹² A abolição deixando intacto o “monopólio feudal e ‘colonial da terra’”,²⁹³ os trabalhadores continuariam sendo submetidos à “crueldade de tipo exploração semiescravista ou semisservil que era a única compatível com sua estrutura.”²⁹⁴

Muito frequentemente, as formas escravistas entrelaçaram-se com as formas servis de produção: o escravo provia o seu sustento dedicando certa parte do tempo à pesca ou à lavoura em pequenos tratos de terra que lhe eram reservados. Desse

289 Idem, p. 64.

290 O autor menciona o “fazer girar em sentido inverso a roda da História”. Idem, p. 23; e “Teve, ainda, de dar outros passos atrás”. Idem, p. 29.

291 Idem, p. 39. A ‘morada’ entraria nestas categorias.

292 Idem, p. 35-36.

293 Idem, p. 39.

294 Ibidem.

modo, o regime de trabalho escravo se misturava com o regime medieval da renda-trabalho e da renda-produto, além de outras variantes da prestação pessoal de trabalho.²⁹⁵ [...] Todas essas e outras relações extra-econômicas²⁹⁶ derivam do monopólio feudal da terra e correspondem a um tipo de exploração pré-capitalista que consiste em coagir os trabalhadores a lavrarem a terra que não lhes pertence, por processos primitivos ou rotineiros e mediante uma ínfima participação no produto de seu trabalho.

A abolição da escravidão não modificou essencialmente essa situação. Pois, “o senhorio do tipo plantação ou parcelário” resiste à modernização.

A configuração geográfica, econômica e jurídica da propriedade açucareira ou da cafeeira, e de outras propriedades voltadas para a monocultura, não diferia das suas antecessoras moldadas no feudalismo europeu da segunda Idade Média, já da fase do mercantilismo; e o poder emanado do “governo das coisas e dos homens”, vivido em toda a era medieval, ainda não se desagregara até o fim da escravatura. E, sobretudo, a característica fundamental que distinguia esses senhorios de qualquer semelhança com propriedades do tipo capitalista (como seria, por exemplo, o arrendamento a produtores independentes ou a preferência pelo trabalho assalariado) continuava a ser a forma de renda herdada da ordem feudal: a renda-trabalho (o cambão, a condição, o trabalho gratuito na terra do senhor), a renda-produto (a meação, a terça, a quarta-de-cria, na reprodução extensiva do gado).²⁹⁷

O capitalismo penetrou, portanto, no domínio da cana-de-açúcar com a “investida avassaladora da usina sobre as terras

295 Idem, p. 29.

296 Ele acabou de citar o “arrendamento, as lavouras e criações permitidas, os preços dos produtos, os horários de trabalho, os serviços gratuitos a prestar.” Idem. Op. cit., p. 36.

297 GUIMARÃES, A. P. *As classes perigosas*. Op. cit., p. 130.

dos antigos engenhos”, tendo a virtude de converter o senhor de engenho em fornecedor de cana, ou seja, num “setor da burguesia rural”.²⁹⁸ Este era portador das qualidades progressistas da burguesia nacional que “a tornavam um forte aliado dos trabalhadores”,²⁹⁹ pois, segundo a Declaração de Março (1958),³⁰⁰ esses sofriam “mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista.”³⁰¹

Curiosamente, apesar de lamentar o empobrecimento das populações da região açucareira, Alberto Passo Guimarães não se limitou a redefinir similarmente o tipo de exploração à qual era submetida a mão de obra nestes campos recém-capitalizados. Ou seja, embora os “entraves feudais” estivessem entre os elementos definidores da etapa histórica em que se encontrava a sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, um dos alvos principais das modificações em curso, a classe social que seria – como o proletariado frente ao capital – o ator principal dessas modificações, não mereceu maiores análises.

O desprezo pela “mentalidade camponesa”, preconceito caro a Lênin,³⁰² poderia explicar esse desinteresse pelos “atrasados” dos moradores de engenho. Eles não estavam, decididamente, no rol das classes aptas a revolucionar a sociedade. Sua capacidade de criar historicidade fora-lhes novamente negada.

Segundo o PCB, acompanhando a sucessão obrigatória dos modos de produção na sequência identificada na Europa, o capitalismo na

298 Idem, p. 177-178.

299 MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Op. cit., p. 165.

300 Tomada de posição reiterada nos Congressos de 1960 e 1967, e reafirmada em publicação do partido, de 1978. Idem, p. 167. A participação da burguesia no golpe militar deixou o PCB inconfortavelmente procurando distinguir nela grupos distintos. No caso do campo, tal esforço não se manifestou, deixando apenas o horizonte de uma Reforma Agrária para que “desobstruísse o desenvolvimento das forças produtivas”. Idem, p. 171.

301 Idem, p. 166-167.

302 Cuja obra sobre a Rússia czarista inspirou os teóricos do PCB.

área canavieira só foi, portanto, alcançado com a usina. Apenas ela conferia a devida qualidade proletária aos que empregava no campo. Mas a situação pré-usineira era confusa e complicada pela combinação desconfortável de dois sistemas que estariam entrelaçados nas suas características e na articulação das tensões que os habitavam. Aprisionado pela categorização oficial, Alberto Guimarães esforçou-se para identificar os elementos-chave que qualificavam os modos de produção aceitáveis sem risco de heresia. O desafio consistia em organizá-los num conjunto coerente e conforme à teoria, explicando sua gênese e identificando corretamente as classes envolvidas, inclusive os explorados, entre os quais os moradores de engenho.

Embora reconheça a colonização como fruto da expansão do comércio marítimo ibérico numa época de desagregação do regime feudal lusitano, Guimarães negava qualquer capacidade dinâmica a este mercantilismo florescente (são suas palavras) nos territórios conquistados. Ele recusava a ideia segundo a qual as características fundamentais da evolução mercantil poderiam ser transportadas para as colônias.

Percebe-se o conteúdo apologético dessa concepção errônea, pois com ela se admite que o sistema colonial, ao invés de transportar para o território conquistado os elementos regressivos do país dominante, como de fato inevitavelmente acontece, abandonaria à sua sorte esses elementos, selecionaria os fatores novos determinantes da evolução social e deles se serviria para fundar, onde quer que fosse, sociedades de um tipo mais avançado que as metropolitanas.³⁰³

Descartava tal possibilidade e afirmava que necessariamente “a empresa colonial precisa utilizar processos mais adiantados” na metrópole apenas. “[C]omo contrapartida obrigatória, [ela recorre] a

303 GUIMARÃES, A. P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Op. cit., p. 22.

instituições políticas e jurídicas muito mais atrasadas e opressivas” nas colônias.³⁰⁴ Em suma, tratava-se de um feudalismo tingido de escravismo antigo, num sistema semicolonial semifeudal para os territórios subjogados pelo capitalismo europeu. Os habitantes da colônia estavam “presos” a “outros tempos” históricos, enquanto a metrópole corria para as etapas subseqüentes do percurso obrigatório das sociedades.

A teoria de Guimarães foi debatida sob diversos ângulos. Ela não explicava por que razão elementos ‘mais adiantados’ na Europa combinariam necessariamente com outros ‘mais atrasados’ nas colônias, uma vez que a colonização fora iniciativa e obra precisamente dos elementos metropolitanos ‘adiantados’. Tampouco revelava como esses grupos sociais ressuscitariam atitudes e organizações da produção ultrapassadas no embalo que os levava ‘para frente’ nos mares do mundo. Guimarães admitia a “impossibilidade de uma pura e simples transposição para o Novo Mundo de todos os componentes da estrutura produtiva da economia medieval.”³⁰⁵ No entanto, a própria plantação açucareira “constitui, sem qualquer dúvida, a expressão realizada do feudalismo colonial”.³⁰⁶

Segundo Guimarães, as colônias só poderiam abrigar estruturas que correspondessem pelo menos a um estágio anterior àquele da metrópole. Ele tentou ilustrar este *a priori* com traços reais da história brasileira, encaixando-os conseqüentemente no modelo feudal. A questão da mão de obra e das relações de produção revelou-se, nesse sentido, mais difícil de resolver do que a posse da terra. Pois, as sesmarias ofereciam um parentesco jurídico e de nomenclatura com o passado recente da Reconquista suficiente para manter a

304 Ibidem.

305 Idem, p. 23.

306 Idem, p. 29.

ideia da similaridade.³⁰⁷ Guimarães investira a questão fundiária de um papel decisivo na determinação do modo de produção em geral,³⁰⁸ e estendia aos dias em que escrevia as consequências dessa origem, inclusive na plantação canavieira.

[N]o latifundismo brasileiro, são mais fortes ainda os vínculos do tipo feudal, tais como as relações de domínio sobre as coisas e sobre as pessoas, as interligações com as formas primitivas do capital comercial, aos quais se acrescentam as particularidades da dependência aos trustes internacionais compradores da produção latifundiária.³⁰⁹

Pela sua fidelidade ao modelo da Terceira Internacional, Guimarães foi levado a construções teóricas pelo menos tão surpreendentes quanto as que foram elaboradas a respeito do feudalismo chinês. Assim, no engenho:

a par dos laços feudais entre senhores vassalos e servos, que constituíam na economia açucareira, desde então, uma parte antagônica do seu sistema agrário, intrometiam-se relações antinômicas ainda mais rígidas entre senhores e escravos, e estas relações eram realmente decisivas no conjunto das formas de produção.³¹⁰

Combinação social extraordinariamente heterogênea, ele agrupava numa mesma estrutura, de forma organicamente consolidada, elementos pertencendo a pelo menos três modos de produção distintos. Guimarães elencou cuidadosamente a variedade de atividades (agrícolas e manufatureiras), as diversas formas de relação de trabalho, inclusive assalariadas, presentes no engenho. Eloquentemente, tratava de um “conjunto prenhe de antagonismos”,

307 Ver ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo. *Palavra de rei... Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco*. Recife: UFPE, Tese de doutorado, 2001.

308 GUIMARÃES A. P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Op. cit., p. 37.

309 Ibidem.

310 Idem, p. 64.

ênfatizando precisamente o que ele considerava como “forças contrárias”, chegando à seguinte conclusão:

Estranha unidade de produção, em que os homens livres regrediam à condição de servos, os servos à condição de escravos, ao mesmo tempo que os mercadores se convertiam em nobres, e nobres saídos do feudalismo se transformavam em senhores de escravos.³¹¹

Extraordinária era a ausência, na demonstração de Guimarães, de explicação quanto à força ou dinâmica poderosa, que fez com que tão estranho “amálgama”³¹² funcionasse e se difundisse com o êxito que se sabe, por tanto tempo, sob as mais diversas longitudes; um exemplo particularmente claro da extensão possível da transferência de conceitos.

O sistema de plantação: “expressão consumada do feudalismo colonial”

“Na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo colonial teve de regredir ao escravismo, compensando a resultante perda do nível de produtividade, em parte com a extraordinária fertilidade das terras virgens do Novo Mundo e, em parte, com o desumano rigor aplicado no tratamento de sua mão de obra. Teve ainda, de dar outros passos atrás, em relação ao estágio mercantil que correspondia ao seu modelo, restabelecendo muitos dos aspectos da economia natural. [...] Nenhuma dessas alterações, a que precisou amoldar-se o latifúndio colonial, foi bastante para diluir o seu caráter feudal. Muito frequentemente, as formas escravistas entrelaçaram-se com as formas servis de produção: o escravo provia o seu sustento dedicando certa parte do tempo à pesca ou à lavoura em pequenos tratos de terra que lhe eram reservados. Desse modo, o regime de trabalho escravo se misturava com o regime medieval da renda-trabalho e da renda-produto, além de outras variantes da prestação pessoal de trabalho. Não faltava aos senhorios coloniais a massa de moradores ‘livres’ ou de agregados,

311 Ibidem.

312 Ibidem.

utilizados nos serviços domésticos ou em atividades acessórias desligadas da produção, os quais coloriam o pano de fundo do cenário feudal.

Fruto dessa estrutura, o sistema de plantação, que vários economistas e historiadores pretenderam apontar como uma unidade econômica do tipo capitalista, constituiu, de fato, e sem qualquer dúvida, a expressão consumada do feudalismo colonial.”³¹³

5.2.3.3 Nelson Werneck Sodré: incorporação do conceito de “plantage”

Em *Formação Histórica do Brasil*,³¹⁴ Nelson Werneck Sodré enriqueceu a análise desembocando no modo de produção feudal,³¹⁵ ao apoiar-se no conceito de “plantage”, desenvolvido pelo geógrafo alemão Leo Waibel.³¹⁶ A importância desse aporte residia no fator

313 GUIMARÃES, A. P., *Quatro séculos de latifúndio*. Op. cit., p. 29.

314 SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Op. cit.

315 O autor manifesta, em obras posteriores, notável fidelidade a suas primeiras convicções. “[N]ão encontrei ainda, sem nenhuma pretensão vai isso aqui dito, motivo que me fizesse rever aquelas teses, que cedo espousei. [...] [U]nicamente assistido pelo método, de que o meu livro [Formação Histórica do Brasil] foi fruto, do marxismo.” SODRÉ, Nelson Werneck. “Modos de produção no Brasil”. In: LAPA, J. R. do A. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 133.

316 Waibel a define associando o conceito diretamente à organização específica da produção de açúcar: “Verifica-se, portanto, no caso da cana-de-açúcar, uma grande diferença entre a cultura das plantages e a produção nativa, diferença concernente à forma de produzir e à finalidade da produção. Haverá fundamental diferença se o suco da cana-de-açúcar é consumido no próprio local, fresco, engrossado, ou como açúcar mascavo bruto, como o fazem ainda hoje os nativos do Sul da Ásia, ou se o mesmo se destina a ser levado ao mercado sob forma sólida e purificada, constituindo o chamado ‘sal doce’. Este último é tão valioso e durável que pode ser exportado para as áreas de consumo longínquas. Mas, para a sua produção, são necessários, além dos canaviais, uma fábrica especializada com diversas instalações mecanizadas e os correspondentes conhecimentos químicos e técnicos, sem falar no capital inicial. Tudo isto, entretanto, está fora do alcance das possibilidades dos nativos. Uma plantage não é um empreendimento puramente agrícola, mas ainda industrial; não produz apenas produtos agrícolas, beneficia-os tornando-os armazenáveis e

de “subversão”,³¹⁷ que essa organização da produção açucareira introduziu no modelo feudal transposto na América. Apoiado em longas citações, seguindo a argumentação tipicamente geográfica e climática, Sodré incorporou um modelo oriundo de outra disciplina que ajudava a justificar a presença do sistema escravista,³¹⁸ descartado no modelo feudal europeu: “os escravos não constituem classe social”.³¹⁹ Daí sua recusa em conceder ao escravismo brasileiro “foros de um modo de produção”.³²⁰ Sendo a finalidade da colonização “produzir mercadorias”,³²¹ Sodré evitou mencionar o termo ‘feudal’ durante a explanação sobre o trabalho escravo, pois este inseria-se no âmbito do capital mercantil, embora não qualificasse o sistema produtivo como um todo. “Em Portugal não havia, então, modo capitalista de produção”.³²² Não havia burguesia, pois,

aptos a serem exportados. E isto ela se vê obrigada a fazer porque não produz, como no caso dos nativos, para o próprio consumo e sim para o mercado externo e principalmente para o mercado da zona temperada do hemisfério norte. Este, entretanto, fica muito afastado dos centros de produção nos trópicos e o transporte dos produtos tem de ser realizado através da zona tropical quente e úmida, com todos os riscos de deterioração. Encontramos, assim, uma segunda relação entre a plantage e o mundo tropical. Trata-se não de uma relação climática ou da própria natureza dos trópicos, mas de sua posição geográfica, de sua grande distância dos mercados das latitudes mais altas. A dependência das plantages desses mercados distanciados obriga-as a tornar os seus produtos exportáveis e duráveis, de modo que a sua produção tem de ser organizada para um objetivo completamente diverso daquele dos nativos: elas têm de lançar mão da industrialização. No caso da cana-de-açúcar, esta industrialização atinge o seu ponto máximo, pois se trata de transformar um suco facilmente deteriorável num produto sólido e durável.” *Apud* SODRÉ, N. W. *Formação Histórica do Brasil*. Op. cit., p. 33.

317 Idem, p. 30.

318 “Corroendo o decadente escravismo açucareiro, as relações feudais dominam a quase totalidade da extensão territorial da colônia e cercam as áreas escravistas litorâneas.” SODRÉ, N. W. *História da burguesia brasileira*. Op. cit., p. 33-34.

319 Idem, p. 30.

320 LAPA, J. R. do A. “Introdução ao redimensionamento do debate”. Op. cit., p. 37.

321 SODRÉ, N. W. *Formação Histórica do Brasil*. Op. cit., p. 70.

322 Idem, p. 27.

não se poderia confundir a existência de “um grupo mercantil relativamente importante” com “a existência de uma classe social, a burguesia.”³²³ O regime escravista fora “estabelecido por senhores que viviam, antes, num meio, o metropolitano, em que vigorava uma etapa avançada de produção feudal.”³²⁴

Sodré reconciliava sua proposta teórica com a tese comunista oficial do modo de produção feudal, salvando a originalidade do processo histórico brasileiro.³²⁵ Sua contribuição inspirou a procura de novos conceitos, inclusive em âmbitos não usuais. A incorporação de dimensões políticas no raciocínio histórico o fez destacar, em diversos momentos, o papel de “perfeita articulação” desempenhado pela “Coroa lusa, representação da classe dominante de senhores feudais metropolitanos, e os senhores de engenho, classe dominante na colônia escravista.”³²⁶

Parecia-lhe ainda digna de ressalva a caracterização híbrida da composição social e econômica colonial brasileira: “grande propriedade”, de cunho feudal, “modo escravista de produção” e “regime colonial”.³²⁷ O capital comercial dominava a construção, pois “a ajuda que a empresa ultramarina empresta ao desenvolvimento do capital comercial não se limita, assim, ao que produz, – o açúcar – mas ao

323 Ibidem.

324 Idem, p. 76.

325 “O vasto mundo da servidão no campo é um espetáculo dos nossos dias, no Brasil. Tem suas raízes ancoradas longe, no tempo. Começou com a própria colonização. Não surgiu de um processo semelhante ao que ocorreu na Europa. [...] Teve outras origens aqui; ou apareceu desde o primeiro momento, ou decorreu da estagnação da produção escravista. De uma e de outra forma, ampliou sua dominação e chegou aos nossos dias, entrando o processo ascensional do capitalismo em nosso país. A característica mais evidente do processo de expropriação que permite a disponibilidade de trabalhadores assalariados, aqui, está em que, na sua maioria, eles não foram despojados da propriedade de seus meios de produção: *já eram despossuídos.*” Ênfase do autor. SODRÉ, N. W. *História da burguesia brasileira*. Op. cit., p. 35.

326 SODRÉ, N. W. *Formação Histórica do Brasil*. Op. cit., p. 86.

327 Idem, p. 76.

que consome, – o escravo.”³²⁸ Isso lhe dava uma conotação de avanço em relação ao modo de produção feudal, embora, como sublinha, o capitalismo comercial fosse intrinsecamente distinto do ‘verdadeiro capitalismo’, o industrial. No entanto, a escravidão questionava essa construção, seu “reaparecimento” parecendo “extemporâneo no desenvolvimento histórico.”³²⁹ Nem mesmo seu desaparecimento transformaria o ex-escravizado, o morador, em proletário.

[T]rabalho livre, e não trabalho assalariado, eufemismo que disfarça a transformação, não lhe revelando, entretanto, os traços profundos. Esse tipo de trabalho, que sucedeu ao trabalho escravo, não foi de molde a receber o título de assalariado, realmente.³³⁰ Admiti-lo como livre, por outro lado, é apenas, atender ao esquecimento da realidade, ou a uma simplificação inadequada. O que ocorreu no Brasil, em grande escala e em grande ascensão, foi a transformação do trabalho escravo em trabalho em servidão, embora tido como livre, porque as relações de servidão raramente foram institucionalizadas, raramente se consagraram em lei escrita.³³¹

Dentro do quadro modernizado, porém feudal, Sodré procurou a precisão nos objetivos políticos contemporâneos, entre os quais a reforma agrária, expressão máxima da luta antifeudal.

328 Idem, p. 73.

329 Idem, p. 76.

330 Em outro trecho, Sodré é mais específico: “Tentamos, aqui, distinguir a transformação do trabalho escravo que leva às relações de servidão, separando esse complexo processo daquele de que resultou o conceito de trabalho livre, para chegar, depois, à discriminação das condições em que o trabalho assalariado se generalizou, entre nós, nas zonas mais desenvolvidas. Desde logo cabe frisar, entretanto, que o aparecimento, em formas isoladas e incipientes, de trabalho assalariado está longe de indicar o aparecimento de relações capitalistas de produção. Como o comércio, a moeda e o crédito, o trabalho assalariado é anterior ao capitalismo e, por si só, não define a sua existência.” SODRÉ, N. W. *História da burguesia brasileira*. Op. cit., p. 88.

331 Idem, p. 87-88.

Na contradição com o latifúndio, tomada isoladamente, a burguesia está vinculada ao proletariado, também interessado na liquidação do latifúndio, e com o campesinato, maximamente interessado na liquidação do latifúndio. Daí o fato, no terreno concreto, de desejar a burguesia determinada forma de reforma agrária³³² e lutarem outras classes e camadas, notadamente o proletariado e o campesinato, por uma forma diferente de reforma agrária. Estas classes, todas elas, têm contradição com o latifúndio, não é apenas a burguesia que participa dessa contradição – mas visam a solução da referida contradição de maneiras diversas, para chegar a resultados diversos.³³³

A reconciliação do rumo ascendente da história, caracterizado por um capitalismo mercantil, com o escravismo, retrógrado mas central na exploração açucareira, berço da nação, constituiu um desafio que Guimarães e Sodré enfrentaram. As dificuldades da empreitada, a falta talvez, como no caso da China, de fazer jus à imensa originalidade da história nacional, e aos trabalhadores do campo no seu devir, fez com que outros autores tentassem explicações diferentes, rejeitando completamente a tese feudal.

332 “Reunidos em congresso, os lavradores e trabalhadores do campo propuseram as alterações fundamentais que lhes podem proporcionar melhores condições de vida: reforma constitucional, para tornar exequível a Reforma Agrária, impedida pela exigência introduzida na Constituição de 1946 de indenização prévia, em dinheiro e pelo justo valor da terra desapropriada; desapropriação das propriedades de área superior a 500 ha, devidamente levantadas e cadastradas; imposto territorial progressivo; regulamentação do mercado imobiliário rural; entrega de títulos de propriedade aos posseiros, entre outras medidas. Tais medidas nada têm de socialistas, como o latifúndio apregoa: representam, muito ao contrário, reforma burguesa, que fortalecerá a classe e importará na liquidação do latifúndio, permitindo rápido avanço das forças produtivas, e conseqüentemente, o desenvolvimento material do país. A burguesia tem poder para realizar tais alterações, será beneficiada com a sua realização, mas teme essa realização.” Idem, p. 353.

333 Idem, p. 344.

5.3 A ‘morada’ na tese capitalista colonial mercantil

A questão das relações de trabalho no campo e de sua qualificação na época da escravidão é central ao debate na medida em que os trabalhadores escravizados foram os antepassados (inclusive em termos propriamente familiares) dos moradores de engenho. A maneira como se qualifica a condição do escravizado prenuncia as definições possíveis do seu imediato sucessor, o morador, no contexto pós-abolição. A relação empregatícia da ‘morada’, qualificada de não capitalista, justificaria então a própria denominação ‘feudal’ do modo de produção vigente na zona canavieira de Pernambuco. Contudo, estudiosos marxistas dos mais eminentes discordaram. Caio Prado Júnior esteve entre os críticos mais contundentes desse “reconhecimento” de uma fase feudal ou semifeudal no desenvolvimento histórico brasileiro.

5.3.1 A ‘morada’ no contexto da obra de Caio Prado Júnior

“Fundador da interpretação dialética do Brasil”,³³⁴ Caio Prado empenhou-se na análise minuciosa e rigorosa da realidade social que observava como geógrafo,³³⁵ ao mesmo tempo que procurava desvendar sua

334 IANNI, Otávio. “A dialética da História”. In: INCAO, Maria Angela D’ (Org.). *História e Ideal. Ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 73.

335 Aluno de Pierre Deffontaines, professor de Geografia francês que lecionou a matéria na Universidade de São Paulo, Caio Prado Júnior sempre incluía “pesquisa de campo e viagens de observação: ‘Chega uma hora’ – ensina ele – ‘que é preciso fechar os livros e partir para o reconhecimento da realidade, levantando os problemas in loco.’” HOMEM, Maria Cecília Naclério. “Do Palacete à Enxada.” In: Idem, p. 49. A companheira de Caio Prado, no fim de sua vida, conta que ele usava todos os meios de transporte, “de automóvel [...] a pé, a cavalo, de barco, trem ou avião. Outra forma de que se utiliza é o diálogo aberto com o habitante, pernoitando sempre que possível em sua morada.” Ibidem. Danda Prado, sua filha, lembra: “Interrompia a cada momento o passeio ou o trajeto a pé, a cavalo ou de carro para indagar de trabalhadores e

gênese histórica. Seu pensamento original e propositivo se manifestou numa época de grandes pioneiros.³³⁶ No ano de publicação de *Casa-Grande e Senzala* (1933), Caio Prado produzia sua primeira grande obra de interpretação marxista da história nacional: *Evolução Política do Brasil*.³³⁷ *A Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, sairia em 1942, após o exílio que lhe valeu sua intratável coerência na militância política.

Reconhecido como “um grande homem, dos raros que merecem esta qualificação no Brasil contemporâneo”,³³⁸ seu pensamento foi “desbravador dos estudos sociais brasileiros, encarados sob um prisma eminentemente científico”.³³⁹

[Foi] o grande historiador que retificou as perspectivas sobre a nossa formação e mostrou uma série de aspectos esquecidos ou ignorados – como a qualidade real da população da Colônia, a presença do marginalizado, a natureza mercantil da empresa agrícola, situando a família das classes dirigentes na devida escala e quebrando o perfil aristocrático traçado por uma ilusão complacente.³⁴⁰

A originalidade de Caio Prado³⁴¹ residia numa abordagem marxista independente, recusando as “sendas do estalinismo, e

trabalhadoras rurais como e o que recebiam pelo desempenho de suas tarefas.”
PRADO, Danda. “Meu pai”. In: Idem, p. 43.

336 Reis o classifica, estritamente falando na 2ª fase dos teóricos marxistas no Brasil: “ele foi um dos primeiros a analisar o Brasil com um marxismo já pós-pioneiro, em 1933.” REIS, J. C. *As Identidades do Brasil...* Op. cit., p. 151.

337 Ele mesmo financiou essa primeira grande publicação. Ver HOMEM, M. C. N. “Do Palacete à Enxada”. Op. cit., p. 48.

338 CANDIDO, Antonio. “A força do concreto”. In: INCAO, M. A. D’ (Org.). *História e Ideal*. Op. cit., p. 26.

339 CAVALCANTI, P. *O caso eu conto como o caso foi*. V. 4. Op. cit., p. 261.

340 CANDIDO, A. “A força do concreto”. Op. cit., p. 23.

341 Leandro Konder sublinha a precedência cronológica, na análise marxista da História brasileira, de Octávio Brandão, no seu livro *Agrarismo e Industrialismo* (1926) e de Antônio dos Santos Figueiredo, em *Evolução do Estado no Brasil*,

[projetando] nos diagnósticos sobre a realidade brasileira a visão da ‘História em etapas’ a serem cumpridas necessariamente”.³⁴² Sobretudo, refutou a divisão em cinco etapas, e a sentença ‘feudal’ para o Brasil consagrada pelas instâncias máximas de seu próprio partido. Sua *História Econômica do Brasil*,³⁴³ e a *Revolução Brasileira*³⁴⁴ (“o livro mais sério que se escreveu no Brasil naquele momento e teve um impacto político enorme”³⁴⁵) consolidaram ideias originais a respeito da colonização e do devir histórico da nação, propondo vias eficientes de mudança social. Nelas, o autor atribuiu, analiticamente, um peso específico à importância secular do componente agrário³⁴⁶ e aos trabalhadores rurais.

5.3.1.1 A afirmação de sentido

Caio Prado considerou acessório o dilema raça/clima caro a seus contemporâneos. Ora surgia um

[n]ovo momento na interpretação histórica do Brasil: já não se trata mais de explicar a situação do país através de um ou outro fator – a raça, o clima, a escravidão, as características psicológicas dos colonizadores – mas de interpretá-la em função do *sentido da colonização*. Essa interpretação é fundamentalmente dinâmica, e a análise das tensões criadas pelo

também de 1926, sem falar do italiano Antonio Piccarollo, autor de “uma síntese da evolução histórica e da situação política do Brasil” (1908). KONDER, Leandro. “A façanha de uma estréia”. In: INCAO, M. A. D’ (Org.). *História e Ideal*. Op. cit., p. 133-134.

342 MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira*. Op. cit., p. 156.

343 São Paulo: Brasiliense, 1945.

344 São Paulo: Brasiliense, 2 ed., 1966.

345 FERNANDES, Florestan. “A Visão do Amigo”. In: INCAO, M. A. D’ (Org.). *História e Ideal*. Op. cit., p. 36.

346 Ideia que lhe valeu críticas, a meu ver injustas, de colegas ávidos de “modernidade”, entendida como urbana e industrial. Ver MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Op. cit.

sistema permitirão a Caio Prado Júnior reinterpretar vários episódios de nossa História.³⁴⁷

Homem de seu tempo, impregnado de pensamentos evolucionistas então vigentes, ele os superou apostando numa conclusão otimista. Analisou as circunstâncias históricas concretas que definiram a sociedade brasileira graças ao arcabouço sólido do marxismo. Defendeu que o futuro poderia ser moldado por meio de uma ação política correta. Afirmando de início que “todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’”, Caio Prado situou a origem do “conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais”³⁴⁸ para explicar a formação econômica do Brasil na constituição e expansão de Portugal. Criticando a visão clássica, resultado de “hábitos viciados de pensamento”, ele recusou também outra segundo a qual a colonização do Brasil fora “um acontecimento fatal e necessário, derivado natural e espontaneamente do simples fato do descobrimento”.³⁴⁹ Caio Prado insistiu na necessidade de considerar, em maior escala, o conjunto de fenômenos da expansão europeia que “se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países,”³⁵⁰ “traficantes” ansiosos em conquistar rotas comerciais novas.

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimentos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século xv.³⁵¹

347 LEITE, D. M. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Op. cit., p. 350.

348 PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. Op. cit., p. 19.

349 Idem, p. 21.

350 Ibidem.

351 Idem, p. 22.

Toda a argumentação de Caio Prado se fundamentou nesse pressuposto: a empresa comercial iniciou o processo de colonização e permaneceu o elemento chave de todos os desdobramentos posteriores: ela qualificou assim qualquer evolução, até mesmo as modalidades de contato/domínio dos europeus sobre os povos e as terras de outros continentes e, portanto, de sua exploração. O tipo específico de colonização que ocorreu na América tropical, nasceu como resposta a essa exigência comercial:

Para os fins mercantis que se tinha em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias [...]; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí.³⁵²

Portanto, a produção agrícola, “mais ampla, mais estável” do que o extrativismo inicial, foi estabelecida apenas para satisfazer as exigências do comércio europeu, já que a América era “um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável”.³⁵³ A colônia constituiu-se como “uma empresa de natureza comercial de que aquela população não é senão o elemento propulsor destinado a manter o seu funcionamento em benefício de objetivos estranhos.”³⁵⁴ Os “estigmas dessa formação [gravados] fundamente em suas feições”³⁵⁵ nesses momentos primordiais, “ainda se [fazem] sentir, no essencial.”³⁵⁶ Na América tropical, as condições naturais eram propícias ao cultivo de plantas exóticas em demanda nos mercados do Velho Continente.

352 Idem, p. 24.

353 Ibidem.

354 PRADO Jr, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 247.

355 Idem, p. 248.

356 Idem, p. 252.

[A] colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais tanto no econômico como no social, da formação e evolução dos trópicos americanos.³⁵⁷

O autor estendeu de forma coerente esta interpretação à história do Brasil até o século xx, integrando também a sujeição do país a uma nova ordem imperialista que se efetuava “sem modificação substancial do caráter fundamental da economia do país, isto é, a produção precípua de gêneros destinados ao comércio exterior”,³⁵⁸ garantindo os lucros de trustes imperialistas. Sintetizou seu pensamento de forma lapidar:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras.³⁵⁹

Sem esconder sua indignação (“nada mais do que isto”), Caio Prado vilipendiou, mais uma vez, o “branco europeu”,³⁶⁰ “traficante” que viera apenas para “especular”, isto é, “realizar negócios”, sem qualquer intenção de contribuir para uma construção, a não ser a de sua fortuna. A ênfase era inteiramente colocada sobre o lado

357 PRADO Jr, C. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. Op. cit., p. 31.

358 PRADO Jr, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967, p. 285.

359 PRADO Jr, C. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. Op. cit., p. 31-32.

360 Idem, p. 32.

comercial como sendo o aspecto (vilmente?) determinante, embora reconhecesse “elementos articulados numa organização unicamente produtora, industrial”:³⁶¹ a plantação (inicialmente açucareira) como base da “colônia brasileira”. Para Caio Prado, o “sentido” da evolução brasileira não estava nesta produção, tão ávida, sistemática e competentemente organizada, mas no comércio que era feito de seu produto. Enfatizou a escolha dos produtos agrícolas moldadores da sociedade colonial, em função das “exigências do mercado europeu”.³⁶² Embora o argumento não fosse novo, o modelo de organização da produção era definido como “a grande propriedade monocultora escravocrata”.

Embora Gilberto Freyre tenha reclamado para si a primazia dessa interpretação,³⁶³ dizendo que a apresentou antes de Caio Prado Júnior, a verdade é que há um abismo entre as duas análises. É certo que Gilberto Freyre falou em “economia monocultora, latifundiária e escravocrata”, mas, em vez de procurar suas consequências para a vida brasileira, passou a uma análise que se aproximaria muito mais de estudo antropológico, isto é, tentou examinar os caracteres culturais de portugueses, índios e negros. Caio Prado Júnior, ao contrário, vê esse tipo de economia como consequência do sentido da colonização e é este sentido que determina as outras características da vida brasileira.³⁶⁴

O tipo de exploração da mão de obra e sua proveniência não eram considerados determinantes: “indígenas do continente ou negros africanos importados”³⁶⁵ e escravizados que, conforme as ideias eugênicas vigentes, ele qualificou de “raças inferiores”,³⁶⁶ ou,

361 Idem, p. 31.

362 LEITE, D. M. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Op. cit., p. 349.

363 FREYRE, G. *Casa-Grande e Senzala*. Op. cit., p. 54.

364 LEITE, D. M. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Op. cit., p. 349.

365 PRADO JR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. Op. cit., p. 31.

366 Caso único na sua obra. PRADO JR, C. *História Econômica do Brasil*. Op. cit., p. 21.

durante certo tempo, europeus sob contrato ou deportados.³⁶⁷ Sua condição concreta e seu estatuto jurídico não afetavam o modo de produção. A escravidão era vista apenas como uma “feição particular do mundo moderno”, a propósito da qual o autor enfatizou o papel inovador dos portugueses: “precedendo os ingleses, sempre imitadores retardatários, de quase um século”.³⁶⁸ Como Mao Zedong, manifestou certa impaciência quanto ao ‘ranking’ de seu país na escala evolucionista das nações. Admitia a convivência de elementos, senão propriamente de modos de produção distintos. O capitalismo chegou “mais ou menos tardio”³⁶⁹ e era de um tipo debilitado “que não consegue remover a sobrevivência ou inserção de padrões que aberram do Sistema.”³⁷⁰

A complexidade da empresa canavieira, “um verdadeiro mundo em miniatura”;³⁷¹ sua escala considerável;³⁷² o dinamismo de sua expansão geográfica, incentivando a colonização brasileira e determinando, portanto, os núcleos de povoamento e concentração demográfica; sua importância enquanto produção para a economia brasileira “praticamente a única base” durante um século e meio; e sua “considerável” preponderância internacional colocando o Brasil como “o maior produtor mundial de açúcar”³⁷³ até meados do século XVII: todos estes fatos não modificaram sua visão da essência simplesmente mercantil do modo de produção vigente no Brasil até épocas recentes. Sendo uma atividade produtiva – entre outras – estreitamente ligada ao sistema capitalista (já não mais

367 ‘*Indentured servants*’ ou ‘*engagés*’.

368 Idem, p. 22.

369 LAPA, J. R. do A. “Introdução ao redimensionamento do debate”. In: *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 17.

370 Ibidem.

371 PRADO JR, C. *História Econômica do Brasil*. Op. cit., p. 38.

372 Empregando corriqueiramente, como ele mesmo menciona, mais de cem pessoas por unidade produtiva e até mais de 1.000.

373 Idem, p. 39.

‘mercantil’) europeu não parecia poder afetar ou influir sobre a tipificação estabelecida.

Firme na recusa da posição oficial ‘feudal’ do movimento comunista, Caio Prado optou por essa abordagem que privilegiava o comércio, pois, “[a] análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização.”³⁷⁴ Afirmação discutível em termos marxistas, e portadora de preocupação ‘nacionalista’, ela leva a menosprezar ou negligenciar por completo o fator industrial na grande empresa açucareira. O autor mencionou apenas a “exportação de produtos primários”.³⁷⁵

No entanto, Caio Prado ofereceu, no bojo de sua proposta, uma grande contribuição duplamente enriquecedora, pois a crítica da tese feudal teoricamente fundamentada e apoiada na realidade política de seu tempo rompeu, senão com o evolucionismo, ao menos com sua aplicação mecânica e rígida, e recusou a transferência acrítica de conceitos.

5.3.1.2 Crítica da transferência do conceito de feudalismo à realidade brasileira

Realmente, surpreende o uso indiscriminado na linguagem científica, entre nós, de expressões conceituais que em cada ciência tem um significado, para o que não se atenta e em consequência não se define coisa nenhuma.³⁷⁶

Para o propósito deste trabalho, que se limita a considerar as diversas visões da condição dos trabalhadores rurais canavieiros, será

374 Idem, p. 114.

375 PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 136.

376 LAPA, J. R. do A. “Introdução ao redimensionamento do debate”. Op. cit., p. 16.

enfocada, particularmente, a crítica que Caio Prado fez à tese ‘feudal’ dominante por muito tempo, entre marxistas sobretudo. Como já foi visto, a interpretação ‘feudal’ da sociedade e a consequente redução dos moradores à condição de servos estava carregada não apenas de entulhos ideológicos, do tipo eurocentrado, como conduzia a tomadas de posição política e orientações, na luta dos movimentos sociais, de grandes repercussões.

Caio Prado expressou em *A Revolução brasileira*, “uma espécie de grito parado no ar”³⁷⁷ que “[c]aiu como um bloco de concreto sobre nossas cabeças”,³⁷⁸ redigido no período que sucedeu imediatamente ao golpe militar de 1964 e, portanto, propício a um doloroso “*soul searching*”. Sob o impacto de eventos dramáticos que ele ainda esperava passageiros, Caio Prado realizou um esforço rigoroso de análise para mostrar os equívocos das esquerdas brasileiras “por se orientarem pelo que ele chama de ‘modelo universal’, que tendo ocorrido na Europa se reproduziria ‘necessariamente’ em qualquer outro lugar.”³⁷⁹

Vítimas do evolucionismo cultural, na sua versão marxista acima descrita, as lideranças comunistas brasileiras incorreram nos mesmos caminhos ortodoxos que os comunistas chineses, entre outros, mas com maior fidelidade prática ao modelo, mantendo a interpretação ‘feudal’ da situação social no campo, sem a flexibilidade tática de mobilização das massas rurais que fez o sucesso do PCDC.³⁸⁰ Sem

377 Idem, p. 22.

378 GAPAROTO, Jayme W. “Militância”. In: INCAO, M. A. D’ (Org.). *História e Ideal*. Op. cit., p. 57.

379 Lapa faz um recenseamento dos escritos em torno do debate. Ver nota 15. LAPA, J. R. do A. “Introdução ao redimensionamento do debate”. Op. cit., p. 22.

380 O mérito de iniciativas exitosas, obra de parte das lideranças do PCC, só ocorreu em situações desesperadas e após fracassos tanto ou mais custosos quanto o golpe militar de 1964 no Brasil. Como foi visto, haviam-se beneficiado do peso de uma tradição historiográfica e intelectual que garantia prestígio e legitimidade aos movimentos sociais no campo, enquanto fator positivo

o benefício do respaldo cultural do qual gozara Mao Zedong, Caio Prado foi mais longe teoricamente, criticando a visão de uma “fatalidade histórica”. Como outros marxistas acima citados,³⁸¹ ele argumentou contra a transferência de conceitos que

[S]e aceitou como um dado preliminar e uma lei histórica geral e absoluta, sem nenhuma indagação prévia acerca da realidade e verdade da coincidência presumida. Uma coisa seria assinalar semelhanças entre o ocorrido nos países da Europa e em outros lugares. E na base dessa observação proceder à interpretação da evolução histórica de outros países e povos, inspirando-se em conceitos já elaborados à luz do exemplo europeu. Nunca esquecendo, contudo, que se tratava de simples semelhanças, e que qualquer conclusão deveria cingir-se aos limites dessa semelhança.

Coisa bem diferente, logo se vê, é partir como se fez no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida *a priori*, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também.”³⁸²

O autor registra o “espanto (de) encontrar em análises que se reputam marxistas ou inspiradas no marxismo”,³⁸³ etapas pré-fixadas, balizando “a evolução histórica de todos os povos e países segundo modelo inspirado no que ocorreu num grupo deles”.³⁸⁴ Defensores de “esquemas universais” que comparou explicitamente aos de Comte e Spencer.

no desenrolar (cíclico) da história. Isto ofereceu mais espaço intelectual para a tendência maoísta.

381 5.1. O evolucionismo na sucessão dos modos de produção.

382 PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 40.

383 Idem, p. 41.

384 Ibidem.

Transferência de conceitos

Caio Prado recusa a “... esdrúxula assimilação [...] da economia agrária brasileira com o modelo dos países europeus. Transportou-se para cá, encaixando arbitrariamente e sem nenhum espírito crítico na evolução histórica brasileira, a situação da Europa egressa da Idade Média e do feudalismo cuja economia agrária, tão distinta da nossa, se caracterizava essencialmente pela presença de uma economia e classe camponesa, isto é, uma estrutura econômica e social de pequenos produtores individuais constituída de unidades familiares voltadas essencialmente para a produção de subsistência e onde o mercado representava papel secundário e subsidiário. [...]

Completamente distintas, como logo se vê, são as condições brasileiras, tanto no que se refere à formação histórica de nossa economia, como em consequência, no que diz respeito à situação nos dias de hoje. A economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelária da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. E o que é mais, o mercado externo, o que acentua ainda mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus. [...] Manteve-se praticamente intacta a grande exploração agrária, operando-se nela, com a abolição da escravidão, a substituição do trabalho escravo pelo livre, sem afetar com isso a natureza estrutural da grande exploração.”³⁸⁵

Caio Prado inovou no pensamento marxista brasileiro. Não só criticou a identificação de dado modo de produção (o feudalismo), mas o princípio daquilo que Perrot e Preiswerk definiriam como transferência de conceitos. Reivindicava-se fielmente marxista, pois esse “ponto de vista [...] exclui desde logo e necessariamente, qualquer concepção que pretenda enquadrar a evolução histórica em esquemas preestabelecidos.”³⁸⁶

Nada há, portanto, tão estranho ao marxismo e dele afastado como pretender dispor a evolução histórica das sociedades

385 Idem, p. 117 e 118.

386 Idem, p. 42.

humanas em geral dentro de uma sucessão predeterminada de sistemas econômicos, sociais e políticos que se encontravam em todos os povos e que eles devem necessariamente atravessar. E é isso que fizeram e ainda fazem certos pseudomarxistas, sem ao menos se darem conta disso, quando prefixam para todo e qualquer país uma etapa feudal, que existiu na Europa precedendo o capitalismo, e de que esse capitalismo resultou ou a que sucedeu. Porque isso ocorreu na Europa, não se pode legitimamente concluir que se dá ou deu em outros lugares.³⁸⁷

A força dessa argumentação, no início do regime militar, refletia a angústia e raiva do intelectual envolvido no devir de seu país. Rigoroso, seu pensamento estava sintonizado em escala internacional com outros marxistas acima mencionados, que questionavam de frente, na esteira das mudanças culturais do final dos anos 1960 e 1970, as certezas evolucionistas herdadas da época colonial. Ainda sob os efeitos de uma oportunidade perdida, o autor manifestava impaciência com os dirigentes de esquerda, particularmente os comunistas, incapazes de produzirem uma teoria revolucionária eficiente e própria ao Brasil:

expressão da conjuntura econômica, social e política do momento, e em que se revelam as questões pendentes e as soluções possíveis para as quais essas questões apontam [...] [em vez de] especulações abstratas acerca da “natureza” dessa revolução.³⁸⁸

Caio Prado criticou a assimilação dos trabalhadores rurais brasileiros a seus supostos equivalentes europeus na escala evolucionista.

[N]o campo onde o assunto se apresentava muito mais complexo, a coisa era pior, pois as prédicas para uma massa trabalhadora rural fantasiada para a circunstância de campesinato

387 Idem, p. 43.

388 Idem, p. 20.

do tipo europeu dos séculos XVIII e XIX, e as imprecações contra o “feudalismo” não encontravam aí, nem podiam encontrar nenhuma ressonância.³⁸⁹

Em obras anteriores, o autor havia já defendido, contra a tese ‘feudal’, que a sociedade brasileira fora fundada pelo capitalismo mercantil europeu. As trágicas consequências do que ele considerava um erro de análise, o conduziram a críticas mais contundentes, num tom de polemista³⁹⁰ “às vezes amargo”,³⁹¹ que lhe valeram críticas entristecidas de velhos companheiros como Paulo Cavalcanti. Não se tratava mais de divergência de opinião acadêmica, como em 1942, mas de responsabilidade política e social frente às classes trabalhadoras brasileiras, as grandes perdedoras na “Revolução” militar.³⁹²

Caio Prado investigou, com certa indignação, a repetição de erros no percurso da malfadada ideia feudal no Brasil, via PCB.³⁹³ A elaboração da aplicação do modelo universal à América Latina simbolizava a predominância do “elemento hispano-americano, e nada ou muito pouco se sabia aí das coisas brasileiras.”³⁹⁴ Dada a justa insistência do autor na necessidade de pesquisar a realidade antes de propor análises, esse desconhecimento constituía uma falha tão mais perigosa que não fora corrigida. Pelo contrário: “[a]ssim, num

389 Idem, p. 24.

390 Ver, por exemplo, PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 82 et ss.

391 CAVALCANTI, P. *O caso eu conto como o caso foi*. v. 4. Op. cit., p. 269.

392 Ver a explicação que ele fornece do próprio termo adotado pelos golpistas: PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 21. O autor expressava suas divergências dentro do PCB, desde o V Congresso, como testemunha Paulo Cavalcanti, embora simplificando ao excesso suas teses a ponto de torná-las inexatas. Ver a respeito do latifúndio: CAVALCANTI, P. *O caso eu conto como o caso foi*. v. 4. Op. cit., p. 269.

393 Essas emoções, perceptíveis em seus escritos, não o levaram a recusar o debate. “Num gesto democrático”, conta Paulo Cavalcanti, ele expôs vários exemplares do livro *Os Equívocos de Caio Prado Júnior*, que fora publicado em resposta. Idem, p. 261.

394 PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 48.

documento que teve grande importância na determinação da linha política dos partidos comunistas sul-americanos, publicado em 1933 sob o título '*Por un viraje decisivo en el trabajo campesino*', aparecem afirmações verdadeiramente assombrosas a respeito do nosso país.”³⁹⁵ “Desconhecimento e mesmo desprezo”³⁹⁶ da realidade brasileira, avalia Caio Prado, de graves consequências.

Graças a essa ignorância, não se embaraçaram nossos teóricos com o profundo e chocante contraste entre o que realmente se passava no Brasil e o que eles entendiam que se deveria passar. O contraste somente se faria sentir na inaplicabilidade da teoria à prática, e nas lamentáveis consequências que isso traria para o processo revolucionário e sua maturação.³⁹⁷

Um “dogma” cegara os intelectuais marxistas, levando-os a considerar a realidade brasileira “unicamente através das fortes lentes deformadoras daquelas falsas convicções.”³⁹⁸ O autor sublinhava o quão estranhamente a análise permaneceu intocada ao longo de cinquenta anos de extremas mudanças no país. Os “restos feudais” venceram toda tentativa de observar os fatos. “Ora, um tal sistema feudal, semi-feudal, ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós”.³⁹⁹

Apoiado na exigência científica de elaborar análises apenas com base em informações detalhadas, oriundas da observação direta

395 Ibidem.

396 Idem, p. 49. Fala-se do café (“até aí iam os conhecimentos do Bureau acerca do Brasil”, ironiza Caio Prado), da borracha (de “expressão mínima”) e do arroz (“insignificante”). Nem menção do cacau, tampouco, poderia se acrescentar, do açúcar.

397 PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 49-50.

398 Idem, p. 50.

399 Idem, p. 51. Por mais que “se esquadrinhe a história brasileira”, continua Caio Prado. Isto lembra inevitavelmente os esforços dos intelectuais chineses para encontrar o equivalente desse ‘feudalismo’ escorregadio brasileiro, o elusivo escravismo chinês, fase anterior àquela identificada como feudal, sem conteste, no Império do Meio.

da realidade, Caio Prado havia sugerido a Manuel Correia a redação de *A Terra e o Homem no Nordeste*. As relações de trabalho no campo não eram pré ou não capitalistas;⁴⁰⁰ constituíam uma simples “relação de emprego com remuneração in natura do trabalho. Isso é, com o pagamento da remuneração do trabalhador com parte do produto, a metade, na meação; duas terças partes, na terça”.⁴⁰¹ Desse modo, não representavam “um fator negativo no processo de desenvolvimento da economia, e por conseguinte um foco de contradições de potencialidade revolucionária.”⁴⁰² As diversas modalidades de exploração da força de trabalho “nada tem de ‘feudal’ ou ‘semifeudal’.”⁴⁰³ Com a profundidade e o rigor que alguns de seus críticos poderiam enviar-lhe, Caio Prado precisou: feudal “no sentido próprio da expressão, e não naquele que se vulgarizou por força da própria teoria que lhe deu essa qualificação.”⁴⁰⁴ Manifestando um respeito pelo conceito, ele denunciou o uso banalizado do vocábulo:

“Feudal” tornou-se assim sinônimo ou equivalente de qualquer forma particularmente extorsiva de exploração do trabalho, o que é naturalmente falso.⁴⁰⁵ [Essas formas de exploração foram herdeiras da] escravidão, em que o Brasil se formou, e que apenas duas gerações passadas ainda conheceram, é isso

400 Análise mantida por muitos autores, entre outros Mantega, que rebate sem demonstração convincente a colossal obra de Caio Prado, nesse particular também. MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Op. cit., p. 239. Copiando o resto da formulação (sem as devidas aspas) de Caio Prado, ele troca, no entanto, uma palavra que influi no sentido: em vez de “assemelha-se”, Caio Prado afirma: “A nossa parceria assimila-se assim antes ao salariado”. PRADO JR, c. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 52.

401 Ibidem.

402 Idem, p. 55.

403 PRADO JR, C.. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 56. Ver também p. 157.

404 Idem, p. 56.

405 Idem, p. 56-57. A historiografia propõe desafios até mesmo para a forma dita “clássica”, isto é, europeia. DOCKÈS, Pierre. *La libération médiévale*. Paris: Flammarion, 1979.

que se prolonga até hoje à margem da lei e imprimindo seu cunho anacrônico nas relações de trabalho de boa parte do campo brasileiro.⁴⁰⁶

Em suma, inexistia campesinato, “no sentido próprio da expressão”,⁴⁰⁷ nas colônias onde vigorou a escravidão, como na zona canavieira de Pernambuco. Pois, “escravismo e feudalismo não são a mesma coisa, e no que se refere à estrutura e organização econômica, constituem sistemas bem distintos.”⁴⁰⁸ Lênin, o modelo, estudara a sociedade russa feudal, de economia camponesa explorada pela classe aristocrática.⁴⁰⁹ “Nada há, como logo se vê que justifique a transposição de tal situação e conjuntura para as condições do Brasil.”⁴¹⁰

Por mais que se queira enquadrar o nosso caso na teoria inspirada em circunstâncias como aquelas que descrevemos e que não encontram semelhança alguma, próxima ou remota, na formação e na realidade brasileira, não se consegue mais que uma grosseira caricatura que os fatos ocorrentes em nosso país se recusam terminantemente a reproduzir. Em nossas origens históricas, aliás tão próximas dos dias de hoje, e que podemos acompanhar como em livro aberto, sem mistérios, sem problemas, sem questões, não encontramos, e por isso hoje ainda continuamos a não encontrar, o “latifúndio feudal”.⁴¹¹

Historicamente impossível, o feudalismo brasileiro carecia de uma economia camponesa “a exploração parcelária e individual do pequeno produtor camponês que trabalha por conta própria e como

406 PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 57. ideia retomada em PRADO JR, C. “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”, [1962] reeditado. In: PRADO JR, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 91.

407 Ibidem.

408 PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 57.

409 Idem, p. 58.

410 Idem, p. 60.

411 Ibidem.

empresário da produção, em terras suas ou arrendadas.”⁴¹² Ela era minoritária na formação econômica brasileira, pois

[n]o passado como ainda no presente, é a grande exploração rural em que se conjugam, em sistema, a grande propriedade fundiária com o trabalho coletivo e em cooperação e conjunto de numerosos trabalhadores. No passado, esses trabalhadores eram escravos, e era isso que constituía o sistema, perfeitamente caracterizado, que os economistas ingleses do passado denominaram *plantation system* (sistema de plantação), largamente difundido por todas as áreas tropicais e subtropicais colonizadas por europeus e a que Marx se refere em diferentes passagens de *O Capital*.⁴¹³

Caio Prado lamentava apenas que Marx não se detivesse no estudo do mesmo! Quanto ao período posterior à escravidão, a opção ‘feudal’ era ainda mais injustificável.

Não se incluem nesse sistema, relações de trabalho e produção próprios da economia camponesa, como se dá com relação ao agrarismo feudal. [...] Com a abolição da escravidão, substitui-se às relações servis de trabalho a relação de emprego e locação de serviços, embora nem sempre o pagamento e a remuneração desses serviços (trabalho prestado) se fizessem em dinheiro – o salário propriamente – assumindo com Frequência formas mistas e mais ou menos complexas, como sejam o pagamento *in natura*, concessão do direito de plantar por conta própria alguns gêneros de subsistência etc. Mas qualquer que seja o caso, o trabalhador livre de hoje se encontra, tanto quanto seu antecessor escravo, inteiramente submetido na sua atividade produtiva à direção do proprietário que é o verdadeiro e único ocupante propriamente da terra e empresário da produção, na qual o trabalhador não figura senão como força de trabalho a serviço do proprietário,

412 Idem, p. 62.

413 Idem, p. 63.

e não se liga a ela senão por esse esforço que cede a seu empregador. Não se trata assim, na acepção própria da palavra, de um “camponês”.⁴¹⁴

5.3.1.3 *Trabalhadores assalariados, em vez de camponeses*

Na análise de Caio Prado, não havia vestígios feudais nessas relações de trabalho, nem mesmo a parceria tinha “forma semifeudal”.⁴¹⁵ O acesso a terra cedida pelo proprietário não fazia do trabalhador um camponês.

Diferentemente disso, o trabalhador da grande exploração rural, seja escravo ou livre, é mantido remunerado ou compensado pelos serviços que presta, pelo senhor ou proprietário sob cujas ordens e a cujo serviço se encontra. Seja, no caso do escravo, com alimentos, vestimenta e habitação que lhe são fornecidos, acrescidos da concessão que lhe é feita de trabalhar por conta própria aos domingos e mesmo às vezes nalgum outro dia da semana (como ocorria frequentemente no Brasil); seja, no caso do trabalhador livre, com pagamento em dinheiro e ou de outra natureza – parte do produto, direito de utilizar algum terreno não empregado pela exploração principal do proprietário. Deriva daí que o trabalhador nessa situação dirige sua luta principal em sentido diverso do camponês, e essencialmente no de melhorar quantitativa e qualitativamente

414 Idem, p. 63-64.

415 Ela poderia mesmo constituir “para o trabalhador rural um tipo de relações de trabalho superior e muito mais vantajoso. Ele aliás é perfeitamente consciente disso. Sobretudo em consequência da inflação crônica que caracteriza as finanças brasileiras [...]. É evidente que percebendo sua remuneração in natura, como se dá na parceria, o trabalhador tira mais proveito do que recebendo um salário em dinheiro que se desvaloriza.” Idem, p. 78. Sem falar da liberdade maior de que goza o parceiro, como confirmam inúmeras vezes os trabalhadores entrevistados. Ver, particularmente, na parte III. A ‘morada’ na experiência dos trabalhadores rurais, o testemunho de Euclides do Nascimento, cujo pai era foreiro.

sua remuneração e os recebimentos que percebe a título de empregado. Ele não se orienta diretamente para a ocupação e posse da terra. A sua posição, comparada à do camponês, se acha invertida. No caso da economia camponesa, o elemento central da produção, o empresário dela, é o próprio camponês, servo ou livre, com a sua atividade produtiva na qual se insere ou a que se sobrepõe o senhor ou proprietário que submete aquela economia camponesa a seus interesses, mas permanece fora da atividade produtiva propriamente e na qualidade unicamente de proprietário e senhor da terra. Em contraste, a situação na grande exploração rural, que é o nosso caso, seja antes como depois da transformação do regime de trabalho servil em livre, a situação se inverte, pois é a grande exploração dirigida pelo proprietário que constitui o elemento econômico essencial e central. E é nela que se enquadram, a ela se ajustando, o trabalhador e suas atividades. E por isso, enquanto o camponês se acha economicamente ligado e associado à terra de forma direta, a ligação econômica do trabalhador empregado na grande exploração com a terra se faz indireta e em função da mesma grande exploração de cujo sistema econômico-produtivo ele não participa senão a título de simples força de trabalho, e não de ocupante propriamente e explorador direto da terra como se dá com o camponês.⁴¹⁶

Mantega, entre outros, qualificou de não capitalista a condição do colono, parceiro e morador de ‘condição’;⁴¹⁷ para Caio Prado, eram assalariados de empresas capitalistas.⁴¹⁸

416 PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 65-66.

417 MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Op. cit., p. 178.

418 Como parceiros, foreiros, moradores, os trabalhadores enfrentavam diversas situações de opressão e exploração; eles “não exercem suas atividades produtivas por conta própria e sim a serviço de outrem, em regra o proprietário da terra que, nesse caso, não é apenas *proprietário*, mas também e principalmente, *empresário da produção*. Os trabalhadores de que se trate neste último caso são empregados e suas relações de trabalho constituem *prestação de serviços*.” PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 204-205.

Consiste essa “condição” na obrigação imposta ao trabalhador a quem foi concedido terreno para uso próprio, de dar tantos ou quantos dias de trabalho ao empregador. Esses dias de trabalho são em regra pagos a preço inferior ao nível corrente da região, e às vezes são mesmo concedidos gratuitamente, isto é, não são remunerados. É então o chamado “cambão”, ainda bastante frequente em certas partes do Nordeste.”⁴¹⁹

Ou seja, especifica a seguir, não era pago em espécie, o que não significava que não recebesse remuneração, pois havia “substituição (total no caso do cambão, parcial nos outros) do salário em dinheiro pela concessão de terras de cultura ou pastos.”⁴²⁰ O acesso à terra cedida pelo empregador não mudava a condição do assalariado, pois era apenas uma forma de pagamento, com uma parte do salário *in natura*.⁴²¹ Um tipo específico de assalariamento, mas não de campesinato e nem de vestígio ‘feudal’.⁴²² As características que

419 PRADO JR, C. “Nova contribuição...”. Op. cit., p. 93.

420 Idem, p. 94.

421 O pagamento *in natura* constitui “modalidades de pagamento de serviços, mesmo quando esse ‘pagamento’ não é em dinheiro e assume formas peculiares. Assim, no caso [...] em que a retribuição dada pelo proprietário consiste em parte da produção (quando formalmente a relação jurídica seria a parceria), ou quando se faz com a concessão ao trabalhador do direito de utilizar a terra por conta própria. É importante acentuar esse caráter de locação de serviços que constitui a real essência das relações de trabalho na agropecuária brasileira. Efetivamente, aquilo de que essas relações se formam, o fato principal que nelas se configura, é a *prestação de serviços*. É isso e somente isso que o proprietário procura e obtém do trabalhador; e são serviços unicamente que este último de fato presta ao proprietário, seja qual for o tipo de retribuição que recebe por essa prestação. Assim é na concessão de terras para culturas próprias do trabalhador, o que notoriamente nada mais constitui que um meio de fixar esse trabalhador na propriedade e tornar assim a prestação de serviços de que o proprietário tem necessidade, mais estável e segura.” PRADO JR, C. “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. Op. cit., p. 62-63.

422 O ‘cambão’ era definido como “prestação de serviços gratuitos em troca do direito de ocupação e utilização da terra”. PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 56.

alguns autores identificaram como elementos para reconhecer no morador um servo, ou outro estatuto pré-capitalista, não passavam, segundo Caio Prado, de “circunstâncias particulares da nossa formação histórica”:⁴²³

Assim, em particular, o fato de os empregados habitarem necessariamente, em regra, a propriedade do empregador, ficando assim confinados a um relativo isolamento que influi fortemente, como veremos, no seu estatuto jurídico pessoal. Além disso, o fato de os empregados rurais frequentemente suplementarem a remuneração em espécie que recebem, o seu salário, com a utilização de parcelas ou lotes de terreno para culturas próprias destinadas à sua subsistência, ou para manterem pequenas criações (aves, porcos, cabras, até mesmo vacas, cavalos ou burros de trabalho destinados a seu uso); e mais excepcionalmente para produzirem alguns excedentes ou sobras de gêneros que são comercializados. Combinam-se assim na remuneração do trabalhador empregado, o pagamento em dinheiro (o salário propriamente), e a concessão do direito de ocuparem, para uso próprio, partes da propriedade do empregador.⁴²⁴

Essa modalidade preenchia uma necessidade da empresa: ter força de trabalho competente e disponível ao seu alcance sem ter que “pagar salários o ano todo”.⁴²⁵ A sujeição pessoal não era um elemento distintivo de “servidão”, mas resultava apenas da posição dominante do detentor da terra – o latifundiário – que lhe outorgava esse tipo de meio de pressão sobre a mão de obra. Ela acentuava uma exploração capitalista, reconhecendo-se nela, pela virulência e crueza, “acentuados traços escravistas”,⁴²⁶ “formas anacrônicas e

423 PRADO JR, C. “Nova contribuição...”. Op. cit., p. 92.

424 Idem, p. 92-93.

425 Idem, p. 93.

426 PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 150.

remanescentes do escravismo”,⁴²⁷ explicáveis pela proximidade da abolição (“duas gerações”). Mais ainda, sublinhava o autor,

essas sobrevivências escravistas (que são frequentemente apontadas pelos teóricos do feudalismo brasileiro como “restos semifeudais”) longe de constituírem obstáculo ao progresso e desenvolvimento do capitalismo, lhe têm sido altamente favoráveis, pois contribuem para a compressão da remuneração do trabalhador, ampliando com isso a parte da mais-valia, e favorecendo por conseguinte a acumulação capitalista. O que sobra do escravismo representa assim um elemento de que o capitalismo se prevalece, e em que frequentemente se apoia, uma vez que o baixo custo da mão de obra torna possível em muitos casos a sobrevivência de empreendimentos de outra forma deficitários. É assim errado, e da maior gravidade para os efeitos da revolução brasileira, supor que tais remanescentes escravistas poderão ser eliminados, e eliminadas com isso algumas formas mais brutais de exploração do trabalho, pelo simples progresso e maior difusão das relações capitalistas de trabalho e produção.⁴²⁸

427 Idem, p. 164.

428 Idem, p. 150-151. “Tais remanescentes coloniais, contudo, se ajustam perfeitamente nas relações capitalistas de produção como tivemos ocasião de ver. Acabamos mesmo de lembrar a circunstância que os miseráveis padrões da população trabalhadora rural asseguram os baixos custos da produção exportável, o que vem a favor, está visto, de um sistema capitalista de produção apoiado essencialmente, como é o caso, naquela produção exportável. Não será, pois, pela ‘apuração’ das relações capitalistas de produção e superação não se sabe de que pré-capitalismo (feudal, semifeudal ou outro), que se eliminarão aqueles remanescentes coloniais que se harmonizam perfeitamente com aquelas relações capitalistas. É no interior do próprio capitalismo, e nas contradições específicas por ele geradas que se encontram os fatores capazes de levar à superação e eliminação do que sobra do colonialismo nas relações de trabalho e produção da economia brasileira e no estatuto do trabalhador rural.” Idem, p. 156-157.

Os traços remanescentes da escravidão eram apenas formas de “exploração intensiva do trabalhador”⁴²⁹ num modelo capitalista. A demonstração estava completa.

5.3.1.4 *Latifúndio capitalista, eventualmente moderno*

Na indústria açucareira, o autor encontrara uma boa ilustração:

muito fácil observar as incoerências e inconseqüências das interpretações mais em voga acerca da economia agrária brasileira difundida nos meios de esquerda. Segundo essas interpretações, o latifúndio constituiria uma sobrevivência “arcaica” de natureza “feudal” ou “semifeudal”, hoje inteiramente obsoleta e ultrapassada pelas exigências do desenvolvimento econômico. Entretanto, no caso da economia açucareira, que constitui sem dúvida um dos principais setores da agricultura brasileira, e certamente aquele em que se encontra a maior concentração fundiária, observa-se, sem margem para dúvidas, que essa concentração, nas proporções em que se verifica e continua se ampliando, representa fato recente e da maior atualidade, nada tendo de “obsoleto” e “arcaico”. Bem pelo contrário, ela não somente tem por estímulo fatores de natureza essencialmente capitalista (em que sobrelevam as exigências dessa grande unidade industrial moderna que é a usina de açúcar), mas ainda proporcionou e foi mesmo condição necessária do aumento verificado de produtividade, e do desenvolvimento econômico resultante.⁴³⁰

O latifúndio era capitalista, independentemente do avanço ou não de suas técnicas.⁴³¹ Constatação das mais heréticas à época, e

429 Idem, p. 236.

430 Idem, p. 119.

431 “Também não se modifica fundamentalmente a natureza capitalista da grande exploração rural brasileira, e, portanto, das classes e categorias sociais que nela figuram, pelo fato do baixo nível tecnológico nela em regra predominante. O que caracteriza essencialmente o capitalismo não é a tecnologia empregada. Essa

inteiramente comprovada pelos desdobramentos posteriores, como bem o mostrou o Proálcool. Pensando talvez na China, exemplo que gostava de citar, Caio Prado sublinhou a diferença entre o Brasil e outros países antigamente colonizados na Ásia e África. Ao contrário desses, o Brasil e o Velho Continente, argumentava, pertenciam ao mesmo complexo cultural, eles eram da mesma civilização, embora com resultados diversos. “São assim as mesmas circunstâncias que plasmariam por um lado a nossa formação, e deram de outro no imperialismo.”⁴³²

Não houve sobreposição de sociedades diversas na sua gênese, mas uma criando a outra ao seu modo. A colônia brasileira fora, desde o início, constituída de latifúndios e mão de obra sujeita. Não havia lugar para um campesinato, sobretudo no espaço que nos interessa aqui, central ao processo colonizador desde o princípio. “[T]rabalhadores da grande exploração agropecuária (a fazenda, a usina, o engenho, a estância etc.) não são ‘camponeses’ no sentido próprio de produtores autônomos e parcelários, e sim empregados daquela grande exploração.”⁴³³ Pois, desde o início da agroindústria açucareira brasileira, “o trabalhador é incluído na organização econômica da colonização, a saber, como simples força de trabalho, como instrumento vivo destinado a fornecer energia física necessária à realização dos objetivos mercantis da colonização.”⁴³⁴

Na época da abolição, “o que sobrava de escravos no Brasil – na agricultura constituíam a maioria esmagadora dos trabalhadores [...] se transformaram em assalariados, continuando empregados nos mesmos estabelecimentos rurais (fazendas, engenhos) cujo ritmo

aliás constitui uma das balelas da teoria econômica burguesa que assimila capital e instrumentos de produção e portanto, como corolário, identifica o capitalismo com o emprego de técnicas de alto nível.” Idem, p. 164. Ver, também, p. 166.

432 Idem, p. 121.

433 Idem, p. 161.

434 Idem, p. 147.

produtivo e cuja estrutura econômica, que era a grande exploração agrária, não se modificaram essencialmente.”⁴³⁵ Nada de feudal ou semifeudal havia na empresa açucareira, nem nas relações de trabalho, pois

[e]sse sistema não representa, em última instância, mais que o termo final do processo de mercantilização dos bens e das relações econômicas, o que se completa precisamente quando esse processo atinge e engloba a força de trabalho transformada em simples mercadoria que se compra e se vende. É isso justamente que se verifica no Brasil com a abolição pois os demais elementos estruturais da economia brasileira já eram de início de natureza essencialmente mercantil.⁴³⁶

No Nordeste, com os progressos ocorridos recentemente, o “sistema capitalista de produção se ampliou e aprofundou, ao mesmo tempo em que se apuravam as relações capitalistas de trabalho. Paralelamente declinaram os padrões de vida dos trabalhadores. Isso porque aquele progresso foi acompanhado, como tinha naturalmente de ser, por larga expansão das lavouras de cana necessárias para o adequado abastecimento em matéria prima das modernas usinas.”⁴³⁷ Nesse declínio nas condições de vida dos trabalhadores, o autor notou como se reduzia o “espaço disponível para culturas de subsistência mantidas pelos trabalhadores e das quais eles tiravam o essencial de sua manutenção. Também a intensificação do trabalho necessário para fazer frente às novas exigências da produção acrescida, foi roubando ao trabalhador o tempo livre de que dispunha para se dedicar às suas culturas particulares de subsistência.”⁴³⁸ Sem poder produzir, ele é obrigado a comprar toda sua alimentação.

435 Idem, p. 147-148.

436 Ibidem.

437 Idem, p. 152.

438 Ibidem.

Seu padrão e condições de via, portanto, se agravaram. Segundo opinião generalizada nas zonas açucareiras do Nordeste, o trabalhador rural vive hoje em piores condições do que no passado. E o fato diretamente responsável por isso foi precisamente o desenvolvimento e a apuração das relações capitalistas de produção e de trabalho.⁴³⁹

Caio Prado aderiu à ideia,⁴⁴⁰ veiculada pela literatura, de um passado mais confortável para os trabalhadores. Entre as razões da constância do mito formulado por José Lins do Rego e Gilberto Freyre, figurava o processo de desapossamento dos parceiros/ foreiros, cuja condição “assegura ao trabalhador situação muito mais favorável que o salariado capitalista.”⁴⁴¹ Essa frase deixa margem a interpretações divergentes e o autor especificou:

É certo que os proprietários rurais empregam eventualmente no Brasil processos e expedientes de natureza não econômica, e sim de subordinação pessoal na exploração de seus empregados, como sejam a retenção por dívidas, o pagamento em vales somente descontáveis no chamado “barracão” onde os preços são frequentemente superiores aos do comércio regular; e assim outros processo (inclusive até sanções e punições corporais) que emprestam às relações de empregador e empregado nítidas cores de submissão pessoal e, portanto, estranhas ao capitalismo, que se apóia essencialmente na liberdade jurídica do trabalhador. [...] Esses remanescentes anacrônicos, contudo, não somente não desnaturam a essência das relações de trabalho predominantes na agropecuária brasileira e o tipo de organização econômica, e sobretudo não desclassificam essa organização para um tipo “feudal” ou outro qualquer assemelhável, mas ainda reforçam muitas vezes a exploração comercial e capitalista da agropecuária, pois tendem a reduzir

439 Idem, p. 153.

440 PRADO Jr, C. “Nova contribuição...”. Op. cit., p. 94.

441 PRADO Jr, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 153.

a remuneração do trabalhador e, em consequência, acrescer a mais-valia e a rentabilidade da empresa.⁴⁴²

As relações de trabalho impostas aos empregados rurais eram capitalistas, mas de um

capitalismo rudimentar e de baixo nível tecnológico. É preciso não confundir “capitalismo” com tecnologia desenvolvida. Essa confusão é insinuada e estimulada por concepções apoloéticas do capitalismo, e toma por padrão de referência o sistema tal como se apresenta nos países altamente desenvolvidos, como nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Mas o que caracteriza essencialmente o capitalismo como sistema econômico e social, são relações de produção e trabalho em que os fatores ou bens de produção, ou que concorrem na produção de mercadorias [...] são mercadorias que se compram e vendem e são privadamente apropriadas [...]. O capitalismo é isso, não importando essencialmente a tecnologia empregada na produção. E nesse sentido, as relações de produção predominantes na economia brasileira, inclusive na agro-pecuária, são de natureza capitalista.⁴⁴³

Pois o capitalismo lançava mão de diversos modos de exploração em situação de dominação colonial ou imperialista. Como escreveu Caio Prado, com certo tom irônico;

[O] capitalismo nada tem essencialmente em comum com formas atenuadas de exploração e opressão dos trabalhadores, [...] [E] isso representou um dos importantes fatores de impulso da acumulação capitalista primitiva, isto é, a constituição do capital inicial ou de parcelas importantes desse capital com que se desencadeou e, em seguida, acelerou o processo de desenvolvimento do sistema produtivo do capitalismo.⁴⁴⁴

442 Idem, p. 162-163.

443 Idem, p. 154-155.

444 Idem, p. 163-164.

5.3.1.5 A questão da terra nos movimentos sociais no campo

Na perspectiva prática da luta de classes que habitava Caio Prado, essa distinção não era apenas acadêmica, pois a reivindicação enfática de mobilização contra o latifúndio e pela Reforma Agrária só poderia ser de camponeses, não de assalariados trabalhadores do eito, moradores.

Obcecados pela ideia de uma revolução democrático-burguesa e antifeudal, proposta *a priori*, os elaboradores da teoria revolucionária brasileira ainda hoje consagrada, passam ao largo precisamente daquelas situações políticosociais do campo brasileiro onde se abrigam suas contradições mais profundas e revolucionariamente mais fecundas. Isso porque tais situações não se ajustam convenientemente nos seus esquemas teóricos. Tendem por isso a esquecê-las ou subestimá-las. Frequentemente nem mesmo as notam.⁴⁴⁵

A “conclusão apriorística”,⁴⁴⁶ dos documentos do Partido Comunista, inclusive os mais autênticos em termos de democracia interna, desconheciam a realidade do campo tanto quanto a jurídica,⁴⁴⁷ apesar dos esforços dos movimentos sociais, como na China,

445 Idem, p. 74-75.

446 Idem, p. 75.

447 O Programa de 1954 foi “particularmente importante porque é o primeiro, na fase mais recente do pós-guerra, aprovado em Congresso e revestindo-se assim da maior autenticidade a autoridade. As relações de emprego na agropecuária brasileira acham-se colocadas nesse Programa em segundo e apagado plano. E trata-se aí de uma questão única: a do salário. Os autores do Programa achavam-se aliás tão alheados da realidade brasileira que inscrevem no Ponto 40 uma reivindicação já na época, e havia muito, incorporada à legislação brasileira que, na Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 (onze anos antes, portanto) assegurava ao trabalhador rural o salário mínimo. A questão, pois, não estava mais em legalizar o mínimo salarial, e sim torná-lo efetivo. Mas disso não se ocupam nem se interessam os elaboradores do Programa, que nem no texto do documento nem nas intervenções no curso do Congresso se referem ao assunto por ligeiramente que seja. Nem ao menos há referência

para deixar claras as aspirações profundas das classes em questão. O autor ressalta

[a] importância e fecundidade das reivindicações trabalhistas no campo brasileiro com as ocorrências verificadas, particularmente no Nordeste, em 1963, e até o golpe de abril do ano seguinte, quando na base da luta pela aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural se desencadeou uma das maiores batalhas, senão a maior delas, jamais verificada no campo brasileiro. Sobreleva-a unicamente a campanha abolicionista.⁴⁴⁸

Caio Prado identificou tentativas de ação no bom sentido, mas pontuais e tímidas demais,⁴⁴⁹ às vezes, condenadas por dirigentes do partido, a exemplo de jovens militantes pernambucanos trabalhando

à sindicalização do trabalhador rural, também legalmente consagrada já na época do Congresso, pelo Decreto-Lei nº 7038 de 10 de novembro de 1944, e que permanecia ainda praticamente letra morta, como permaneceu até muito recentemente. Somente em 1963 se começou a cuidar mais seriamente do assunto. Com vinte anos de atraso, portanto.” Idem, p. 75-76.

448 Idem, p. 77. A pungência de Caio Prado deve ser medida à esteira dos sofrimentos então enfrentados pelos setores progressistas da sociedade sob ditadura militar. Seus protestos contra o programa, a seu ver equivocado, do PCB não são científicos apenas. Eles expressam a cólera frente a suas consequências catastróficas para a nação. Assim, ele retorna incansavelmente às “inabaláveis convicções ‘antifeudais’ dos congressistas, e sua ojeriza, em consequência, à parceria por eles incluída entre os ‘restos semifeudais’ a serem erradicados da organização agrária do país. Tanto assim que imediatamente reiteram essa ojeriza, ao assegurarem no item 41 do Programa a intangibilidade das propriedades cultivadas por ‘assalariados’, ao contrário das demais que deviam ser ‘confiscadas’.” Idem p. 79.

449 Por exemplo, a Resolução Política aprovada em Convenção Nacional do PCB (1960). “Embora mantendo a tradicional e falseada posição teórica do Partido acerca da natureza da revolução brasileira, [ela] introduz uma réstia de bom senso no capítulo das normas de ação prática. É assim que, na primeira parte de seu item 25, é estabelecido o seguinte: ‘A fim de impulsionar a organização das massas do campo é necessário dar atenção principal aos assalariados e semi-assalariados agrícolas. Sua organização em sindicatos deve constituir a base para a mobilização das massas camponesas.’” Idem, p. 80. “[C]ochilo dos seus redatores”. Ibidem.

na Cooperativa de Tiriri e salvos da expulsão pela intervenção de Gregório Bezerra, ele mesmo empenhado na tarefa de organizar os canavieiros em sindicato. Elas apontavam o verdadeiro caminho para um movimento revolucionário, embora insuficiente atenção tenha sido dedicada à organização das massas rurais. As reivindicações propriamente dos assalariados foram assim prejudicadas, rebaixadas ao nível de “reivindicações imediatas”, que precederiam e preparariam a reforma “radical” destinada a superar os restos semifeudais presentes na economia agrária brasileira. “Reforma radical” essa que consistiria fundamentalmente na eliminação do latifúndio “feudal”.⁴⁵⁰

A reivindicação por terra nos idos dos anos 1950 e 1960, inscrevia-se “na fase atual do processo histórico brasileiro, [das] contradições presentes no campo que se revelam particularmente nos conflitos gerados na base da luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de emprego.”⁴⁵¹ O exemplo citado é aquele dos “grandes movimentos de massa verificados nas usinas e engenhos do Nordeste, particularmente em Pernambuco.”⁴⁵² Talvez seja injusto julgá-las “reduzidas aspirações e o baixo nível ideológico e da consciência de classe dos trabalhadores rurais, que somente de poucos anos a esta parte começam a dar mostra de maiores exigências e agressividade.”⁴⁵³ No entanto, no contexto geral da luta em escala de espaço e tempo maiores,

[a]s reivindicações dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida se situam assim na linha evolutiva [...] e representam mais uma etapa a se acrescentar às anteriores, através das quais se vem erguendo a massa da população brasileira do simples estatuto de instrumento de trabalho e de

450 PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 86-87.

451 Idem, p. 217.

452 Ibidem.

453 Idem, p. 166.

produção a serviço da empresa mercantil aqui instalada pela colonização, para o plano de uma coletividade nacionalmente integrada e organizada.⁴⁵⁴

Apenas na qualidade de empregados, que lutam por melhores salários e condições de trabalho, os moradores de engenho estariam acompanhando o sentido da história, acelerando e dinamizando um processo que conduziria toda a nação ao progresso, ultimamente socialista. Apesar do golpe, Caio Prado esperava a continuação do movimento, “ganhando força e impulso, desde a organização sindical até o desencadeamento de greves.”⁴⁵⁵ Essa percepção pode surpreender, visto a ferocidade da repressão contra as organizações de trabalhadores rurais, e a vendeta dos proprietários e suas milícias, tanto mais raivosos quanto maior fora o medo de uma mudança profunda na sociedade.⁴⁵⁶ O autor antecipa o “movimento ascensional das massas trabalhadoras rurais”,⁴⁵⁷ um rumo proveitoso para os canavieiros, sobretudo nos anos 1980.

Uma coisa é certa: o trabalhador rural brasileiro, antes isolado nos grandes domínios das fazendas, engenhos e usinas, estâncias, e embora ainda relativamente tão próximo de suas

454 Idem, p. 217.

455 Idem, p. 218.

456 Ver notadamente COELHO, Fernando de Vasconcelos *et al.* *Relatório Final. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara*. 2 vol., Recife: CEPE, 2017, em particular os capítulos 5, “Perfis de mortos e desaparecidos políticos” e 11 “Graves violações dos direitos humanos nos movimentos sociais no campo”. Ironia da história talvez, um dos autores, a Professora Maria do Socorro Ferraz Barbosa, fazia parte da equipe de Tiriri acima mencionada, junto com o Dr. Fernando Barbosa. Ver seu depoimento “Situação de saúde dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco em 1963. Cadernos de História *O Longo Ano de 1963 em Pernambuco*, v. 1, n. 10, Recife: UFPE, 2014.

457 Ibidem. Ver, a este respeito, a tese de Maria do Socorro de Abreu e Lima. *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições – Pernambuco 1962-1987*. Recife: Doutorado em História, UFPE, 2003, publicada sob o título: *Construindo o Sindicalismo Rural. Lutas, Partidos, Projetos*. Recife: EDUFPE/ Editora Oito de Março, 2005.

origens na escravidão que apenas duas gerações passadas conheceram, hoje se acha em boa parte, e graças a seus maiores contatos e intercâmbio com o mundo externo, perfeitamente consciente de sua situação e sabe que ela não deve nem pode perdurar.⁴⁵⁸

A perspicácia de Caio Prado fez-lhe, portanto, perceber a herança escravista de violência, cuja obviedade cegava outros autores, advertidos e simpáticos à categoria, como Chilcote,⁴⁵⁹ se contentando com a versão “patriarcal” ou “paternalista” freyriana ou de José Lins. Mas, entre as razões do “atraso” do movimento dos trabalhadores rurais, Caio Prado contava o erro teórico (feudal) que desembocava na luta pela Reforma Agrária. Recusava-lhes tanto uma importância numérica “de pequena expressão”, quanto de significação, eram “afirmações dogmáticas”.

[P]ois é inacreditável que inexistissem tais dados [concretos] se realmente a reivindicação pela posse da terra tivesse a expressão, o alcance e profundo sentido histórico que lhe são atribuídos. Em todos os lugares onde a questão se propôs ou propõe verdadeiramente em tais termos, os fatos são perfeitamente claros e não deixam margem para dúvidas. O que certamente não ocorre no Brasil.

A conclusão que se há de tirar daí é, pois, que a reivindicação e luta pela terra não têm no Brasil a significação revolucionária que se lhe pretende atribuir com base na simples teoria.⁴⁶⁰

O desconforto de Caio Prado frente a essa questão é perceptível. Criticando, com toda razão, o dogmatismo de seus colegas,⁴⁶¹ ele

458 PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 218.

459 CHILCOTE, R. H. *The Brazilian Communist Party*. Op. cit., p. 156.

460 PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 220.

461 Retomado no opúsculo de Paulo Cavalcanti, *Equívocos de Caio Prado Júnior*, publicado por sugestão de David Capistrano da Costa, pela editora Argumentos de São Paulo. CAVALCANTI, P. *O caso eu conto como o caso foi*. v. 4. Op. cit., p. 266.

parece cair numa tentação próxima. Na sua visão da linha histórica do desenvolvimento brasileiro, a reivindicação pela propriedade da terra não poderia corresponder a um dinamismo seguramente associado ao progresso ao qual ele aspirava. Para fortalecer sua posição, o autor lançou mão de argumentos pouco científicos: “Na análise de um processo revolucionário é preciso considerar suas perspectivas à luz das tendências naturais e efetivamente nela presentes, inexpressas embora.”⁴⁶² Ele tentou defender seu ponto de vista enfatizando a falta de uma “consciência alertada da massa rural, e sua disposição de luta no sentido daquela reivindicação.”⁴⁶³ O lado ligeiramente capcioso do argumento reside no fato de que as aspirações e reivindicações expressas por essas massas foram, precisamente, formuladas por lideranças instruídas para não incluir esse tipo de demanda.

Por outro lado, Caio Prado mostrou convincentemente que a “maior parte da população trabalhadora rural não se constitui no Brasil, nem jamais se constituiu de ‘camponeses’ na acepção própria e usual do termo, isto é, de trabalhadores e produtores autônomos que exploram por sua conta e risco exclusivos a terra que ocupam.”⁴⁶⁴ Diferentemente do México ou países andinos, o Brasil conheceu “a grande exploração agrária em que o trabalhador se inclui como elemento subordinado e na qualidade de ‘empregado’.”⁴⁶⁵ A abolição e as transformações subsequentes nas relações de trabalho não produziram um campesinato subitamente *ex-nihilo*:

[E]scravo no passado, livre ou semilivre em seguida, mas sempre como simples parte de um todo orgânico que é aquela unidade produtora da grande exploração. A grande exploração é uma organização inteiriça cuja base territorial é ampla não por força unicamente de privilégios jurídicos do titular e

462 PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 224.

463 Idem, p. 220.

464 Idem, p. 221.

465 Idem, p. 222.

proprietário, e sim também, e sobretudo, por efeito da própria estrutura econômica da produção. Daí decorrem a posição específica do trabalhador e, pois, as suas reações psicológicas, reivindicações e ação. Sente-se oprimido, no passado, pela situação de escravo, que era sua; mais tarde, de trabalhador legalmente livre, mas explorado e muitas vezes tratado ainda como escravo. Luta por isso pela sua liberdade efetiva, pela melhoria de suas condições de trabalho: melhor remuneração, tratamento adequado.⁴⁶⁶

Uma Reforma Agrária ocasionaria uma completa transformação da organização da produção, e os trabalhadores rurais “condicionados” pela atual não manifestariam inclinação a “passar daí a produtor autônomo”, isto é, camponeses, não tendo para isso “tradição cultural, conhecimentos, experiência, iniciativa, já para não falar em recursos materiais.”⁴⁶⁷ Preso a sua lógica, concluiu desse diagnóstico que eles não deveriam desejar terra. Citando um levantamento durante o Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Belo Horizonte (novembro 1961), pensou verificar que “o problema da terra aparece muito atenuado e distanciado de outras questões.”⁴⁶⁸ A Reforma Agrária não teria capacidade para propulsar o Brasil no rumo do progresso, e ele sentenciou: “na sua sequência [não traz] nenhuma nova forma de organização capaz de liberar forças produtivas hoje tolhidas e reprimidas em seu natural desenvolvimento.”⁴⁶⁹

Sanção final, o autor descartou as cooperativas, notáveis fracassos na sua opinião, que poderiam melhorar a situação dos pequenos produtores agrícolas (existentes ou futuros): não eram “reivindicações capazes de mobilizar revolucionariamente a massa trabalhadora rural.”⁴⁷⁰ Num balanço do período anterior ao golpe militar

466 Idem, p. 222-223.

467 Idem, p. 223.

468 Idem, Nota 1, p. 224.

469 Idem, p. 225.

470 Idem, p. 228.

de 1964, ele concedeu “expressão significativa” apenas às Ligas Camponesas, e particularmente à de Galiléia. Notava, contudo, que

o que deu maior expressão e notoriedade às Ligas Camponesas não foram as agitações dos “foreiros” (arrendatários) e ocupantes de terras, e sim a ampla mobilização dos trabalhadores dos canaviais que seguiu e acompanhou aquelas agitações, e na qual não se propôs a questão da terra, e sim a luta por melhores condições de trabalho e emprego nos engenhos e usinas.⁴⁷¹

Criticando a publicidade envolvendo as Ligas, ele estimava que se confundiu a “agitação dos foreiros” com o resto do movimento, que ele qualificava positivamente: “o que realmente ocorria de profundo, extenso e com larga potencialidade revolucionária, era a luta dos trabalhadores empregados na cultura e, especialmente, na colheita da cana-de-açúcar.”⁴⁷² Com a mesma impiedosa categorização dos trabalhadores rurais, alguns dotados de potencial revolucionário em si, outros não, ele concluiu que “debilidade e falta de projeção”⁴⁷³ desqualificavam a luta pela terra no Brasil.⁴⁷⁴ A ausência do elemento de “disposição de luta no sentido daquela reivindicação”, distinto do caso da China, onde abundavam massas camponesas mobilizadas, seria a prova que o assunto não era fundamental. Talvez se possa reconhecer certo preconceito quanto ao que Lênin chamava de “mentalidade camponesa” apelido que, na literatura marxista

471 Idem, p. 233.

472 Idem, p. 233-234.

473 Idem, p. 234.

474 Embora relegando a questão, Caio Prado recusa qualquer dedução simples: “Não é suficiente o simples fato do elevado índice de concentração da propriedade fundiária rural, como se verifica no Brasil, e de a grande maioria dos trabalhadores rurais não disporem dessa propriedade, para daí se concluir, sem mais (como tão frequentemente se faz), que a questão da terra se propõe de forma generalizada, e muito menos ainda que se propõe em termos revolucionários.” Idem, p. 220.

ocidental, maculou a ânsia dos trabalhadores rurais em ter terra,⁴⁷⁵ menosprezando suas mobilizações, quanto mais a demanda reprimida.⁴⁷⁶ No entanto, Caio Prado reconheceu a fundamental capacidade revolucionária dos trabalhadores rurais na luta por melhores condições de vida.⁴⁷⁷

5.3.2 O antigo sistema colonial e a relação de ‘morada’

Num contexto política e intelectualmente desafiador, uma das obras mais “provocadoras”⁴⁷⁸ e férteis sobre a História do Brasil é certamente a de Fernando Novais.⁴⁷⁹ Ao evidenciar a inserção do

475 Ver, a esse respeito, o testemunho de CILIGA, Ante. *Dix ans au pays du mensonge déconcertant*. [1938] Paris: Champ Libre, 1977, sobre o estado de espírito dos camponeses soviéticos a respeito da coletivização, defendendo-a contra os burocratas “ladroes”. No Brasil, a mesma atitude prevalecia. Ver a título de exemplo: “É importante assinalar o fato de que a luta dos camponeses (e a não-aceitação da transferência de sítio por parte dos ‘galileus’ o demonstra) não é uma luta por *qualquer terra*, mas sim uma luta *pela terra que tem incorporado seu trabalho*. Nesse sentido, não se trata de uma luta pequeno-burguesa pela propriedade, mas sim uma luta pelo objeto e meio de seu trabalho.” BASTOS, E. R. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., p. 21. Ênfases no original.

476 Pois ele repete a mesma ideia seguidamente, identificando a falta de “um forte e generalizado movimento de massas rurais, efetivo ou potencial, impulsionado por uma economia camponesa tolhida e limitada em seu progresso, ou contida em sua expansão pelo obstáculo e resistência que oferece a concentração da propriedade fundiária rural. Isso não ocorre em proporções capazes de desencadear um processo revolucionário, porque o setor propriamente camponês, isto é, a pequena produção autônoma, sempre teve no conjunto da economia agrária brasileira, no passado como no presente, e em confronto com a grande exploração em que basicamente se estrutura aquela economia, um papel subsidiário e de segundo plano.” Resumindo, o autor afirma “assim, a questão da terra, que é de natureza essencialmente camponesa, não se propõe senão secundariamente.” PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 235.

477 Idem, p. 245.

478 O termo é utilizado por Steven C. Topik.

479 NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

Brasil numa dinâmica econômica em escala mundial – o antigo sistema colonial – ele oferece uma nova abordagem, permitindo⁴⁸⁰ desdobramentos enriquecedores como as obras de Vera Ferlini.⁴⁸¹ Com a humildade e firmeza dos maiores intelectuais, Fernando Novais utiliza gigantesca documentação que ele coloca em articulações detalhadas em torno de seu assunto. A perspectiva inovadora é a mudança de escala e a concepção enfática de um complexo sistêmico.

Redigida no começo dos anos 1970, sua tese de doutorado *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* definiu um quadro que permite relocar o assunto das relações de trabalho. Classificando seu estudo no campo da história da política econômica, referindo-se à obra de Marc Bloch,⁴⁸² Fernando Novais distinguiu um sistema colonial do mercantilismo como “[e]struturalmente vinculado às antigas formas de organização política e de exploração econômica, parte integrante e indissolúvel do Antigo Regime”.⁴⁸³ O Brasil, como outros Estados independentes da América, surgiu de sua crise, definida como “o conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles europeias.”⁴⁸⁴ O autor utilizou o conceito de periferia, na esteira dos trabalhos de André Gunder Frank.⁴⁸⁵

480 LAPA, José Roberto do Amaral. *O Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 89.

481 FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder. O mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

482 Mais precisamente *Les caractères originaux de l'Histoire rurale française*. NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Op. cit., p. 6 Nota 8.

483 Idem, p. 4.

484 Idem, p. 13.

485 Ver particularmente FRANK, André Gunder. “Brazilian Agriculture: capitalism and the myth of feudalism”. In: *Development and Underdevelopment in Latin America. Historical Studies of Chile and Brazil*. Harmondsworth: Pelican Books, 1971.

Envolvendo Portugal e Brasil, o antigo sistema colonial do mercantilismo, “conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias”,⁴⁸⁶ funcionava dentro “da tecitura do capitalismo mercantil em desenvolvimento na Europa”, inclusive sujeito a “tensões que no seu conjunto imprimem a eclosão do industrialismo moderno.”⁴⁸⁷ Distinguindo o sistema colonial de outros modos de colonização (como organização do ecúmeno), Novais sublinhou a “forma mercantilista de colonização” adotada pela “expansão colonizadora europeia”⁴⁸⁸ nos Tempos Modernos: ele destacou a “posição das colônias” como “retaguarda econômica da metrópole”, sendo “a auto-suficiência metropolitana, meta fundamental da política mercantil”.⁴⁸⁹ Como Caio Prado Júnior, portanto, a identificação da etapa mercantil era fundamental. Ela se definia pelo “*capitalismo mercantil* [...] gerado mais diretamente na circulação das mercadorias que anima toda a vida econômica.”⁴⁹⁰ Ele permitiu, com a integração do Estado nacional em sistema absolutista, “a fase crítica de ultrapassagem da estrutura feudal”.⁴⁹¹

Novais se referia explicitamente aos trabalhos de Dobb⁴⁹² nesse campo. Ou seja, ele distinguia muito claramente as relações com o sistema anterior, ao mesmo tempo que enfatizava o que diferenciava o atual do feudal. Entretanto detalhava os pontos de contato, como, por exemplo, o fato do “desenvolvimento da economia mercantil (com os processos correlatos de divisão social do trabalho e espacialização da produção) na medida em que se expande, agrava as condições da servidão – e no limite promove as insurreições camponesas.”⁴⁹³

486 NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Op. cit., p. 57.

487 Idem, p. 15.

488 Idem, p. 58.

489 Idem, p. 61.

490 Idem, p. 62-63. Ênfase do autor.

491 Idem, p. 63.

492 Ver DOBB, M. e SWEETZ, P. M. *Du féodalisme au capitalisme*. Op. cit.

493 NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Op. cit., p. 63-64.

Ponto cardeal nessa abordagem: “[a]bsolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial são, portanto, partes de um todo”.⁴⁹⁴ Fomentando a acumulação de capital, a burguesia em ascensão foi a mola propulsora desses desdobramentos. “A *colonização* europeia moderna aparece, assim, em primeiro lugar como *um desdobramento da expansão puramente comercial*”.⁴⁹⁵ A abertura de novos mercados era o móbil principal, sendo processos correlatos, mas aparentemente subordinados ou consequentes, o povoamento e “complementar a produção para o mercado europeu” para “tornar rentáveis esses novos domínios.”⁴⁹⁶ No entanto, recuperava-se a subordinação implícita na explicação, pelo fato de que Novais identificava a exploração colonial como sendo o “elemento decisivo na criação dos pré-requisitos do capitalismo industrial.”⁴⁹⁷ Promovendo uma “*acumulação* que, por se gerar fora do sistema, Marx chamou de originária ou primitiva”,⁴⁹⁸ a colonização era desde seus primórdios “*comercial e capitalista*, isto é, elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno,”⁴⁹⁹ sua “peça fundamental.”⁵⁰⁰ “Ajusta-se a colonização ao sentido do sistema colonial do capitalismo mercantil: através da exploração das áreas ultramarinas promovia-se a originária acumulação capitalista na economia europeia.”⁵⁰¹

Era dado um passo no sentido de uma centralidade maior do devir histórico brasileiro. Resgatado de qualquer tentativa à

494 Idem, p. 66.

495 Idem, p. 67.

496 Ibidem.

497 Idem, p. 70.

498 Idem, p. 69. Ele retoma diversas vezes a mesma ideia: “através da exploração das áreas ultramarinas promovia-se a originária acumulação capitalista na economia europeia.” p. 96. As ênfases são do próprio autor.

499 Idem, p. 70.

500 Ibidem.

501 Idem, p. 96. Essa frase está retomada em vários trechos, por exemplo, p. 97.

maldição do atraso, o país estava inserido direta e primordialmente na grande rede de relações que orientavam e dinamizavam a nova sociedade em gestação na escala pluricontinental.⁵⁰² Perspectivas de uma riqueza que os pares de Fernando Novais souberam reconhecer. No entanto, como em Caio Prado Júnior, o vocábulo “mercantil” e “mercantilismo” continuaram tendo uma força semântica e interpretativa cabal.

O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização de novas áreas.

Identificada,

na Europa, a expansão da economia de mercado com a mercantilização crescente dos vários setores produtivos antes à margem da circulação de mercadorias – a produção colonial, isto é, a produção dos núcleos criados na periferia dos centros dinâmicos europeus para estimulá-los, era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional.⁵⁰³

Quase que obsessivamente, repetia-se que o elemento central era “a circulação de mercadorias”. No entanto, circulavam mercadorias que precisavam ser extraídas ou produzidas. Esse aspecto aparecia subordinado ao precedente. Reiterava-se “produção de mercadorias para o comércio”,⁵⁰⁴ até mesmo “produção mercantil”.⁵⁰⁵ Isto é, em virtude da etapa batizada de mercantil, embora o sistema fosse capitalista, a produção e, portanto, as relações de produção eram, de certo modo, colocadas em segundo plano.

Novais, como seus antecessores, enfatizou a “montagem” das economias no Novo Mundo. Ele destacava também a primordialidade

502 Ver, em particular, as páginas 73-77.

503 Idem, p. 72.

504 Idem, p. 73.

505 Idem, p. 72 e 99.

(temporal e em importância) da “implantação do cultivo da cana e preparo do açúcar”, essa “custosa agroindústria na América”,⁵⁰⁶ que “entre 1560 e 1570 já contava [...] com 60 engenhos, que produziam cerca de 180 mil arrobas (isto é, 3.000 arrobas anuais por engenho, o que marca a elevada produtividade das novas terras).”⁵⁰⁷ Terras e não indústria, salvo o termo fosse alusivo. A velocidade de crescimento era mostrada, no entanto, fiel ao esquema acima exposto. Novais interpretava a fenomenal expansão como apenas passível de “enquadramento da nova economia periférica nas linhas estruturais do sistema colonial”⁵⁰⁸ pelo monopólio de transporte e comercialização da produção. Nenhuma qualidade ou dinamismo próprio era-lhe reconhecido. Permanecia periférica. O autor mostrou como “a produção colonial orienta-se necessariamente para aqueles produtos que possam preencher a função do sistema de colonização no contexto do capitalismo mercantil”,⁵⁰⁹ citando junto matérias-primas extraídas ou plantadas e colhidas, e o açúcar que exige transformação industrial na colônia. Mas, pelo prisma mercantil, essas distinções não pareciam essenciais. Novais não deixou de mencionar o papel de destaque da atividade açucareira: “[a] colonização da América portuguesa organizava-se desde o início em função da produção açucareira para o mercado europeu”.⁵¹⁰ Entretanto, essa constatação não levou a consequências teóricas.

Quanto às relações de trabalho vigentes, a abordagem não era muito detalhada. Sendo a ‘morada’, obviamente, herdeira histórica das formas de trabalho forçado e imediatamente subsequente, ainda considerada como apresentando traços antiquados, vestígios de outras épocas, ela seria definida dentro do sistema colonial

506 Idem, p. 78.

507 Idem, p. 79.

508 Idem, p. 79-80.

509 Idem, p. 92.

510 Idem, p. 93.

mercantil, quadro do “*modo de sua produção*”, escreve Novais a respeito do que ele chama de “mercadorias-chave”.

“[N]ão bastava produzir os produtos com procura crescente nos mercados europeus, era indispensável produzi-los de modo a que a sua comercialização promovesse estímulos à acumulação burguesa nas economias europeias.”⁵¹¹ Sendo a “aceleração da acumulação primitiva de capital” o elemento condutor, o sistema de exploração colonial implicava na “adoção de formas de trabalho compulsório ou na sua forma limite, o escravismo”.⁵¹²

Novais mencionou as “notáveis contorções mentais para racionalizar a escravidão, compaginando-a com a moral cristã”, citando também outras modalidades envolvendo coação, qualificando-as de “servil e semiservil”.⁵¹³ O autor evidenciou, deste modo o quanto “estreitíssima era a faixa que restava, no conjunto do mundo colonial, ao trabalho livre. A colonização do Antigo Regime foi, pois, o universo paradisíaco do trabalho não-livre, o eldorado enriquecedor da Europa.”⁵¹⁴

O Velho Mundo inventava formas compulsórias de trabalho que não tinham parentesco algum com a mal-afamada servidão, por exemplo: os ‘*work houses*’, na Inglaterra; os ‘*hospitaux de charité*’,

511 Idem, p. 97.

512 Idem, p. 98.

513 Ibidem. Pode-se lembrar as dimensões semânticas deste debate, na medida em que todo o vocabulário em torno da servidão origina-se na palavra latina “*servus*”, escravo, usada nessa língua durante todo o período medieval para designar diversas situações de dependência pessoal de camponeses. (Marc Bloch tratou desta migração semântica. *Apologia pela história*. Op. cit., p. 132) O adjetivo “servil”, no caso, refere-se, me parece, mais ao radical latim. Ele aludia às formas mais conhecidas nas colônias hispânicas, no Caribe e até no Sul dos Estados Unidos, ou seja, no que Zea chama de área submetida ao “projeto colonizador ibérico”: trabalhadores submetidos à ‘*encomienda*’, à ‘*mita*’ e ‘*indentured servants*’ etc. Ver o capítulo III de ZEA, L. *Filosofia de la história americana*. Op. cit., obra perfeitamente contemporânea da tese de Novais.

514 NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Op. cit., p. 98.

na França, e instituições semelhantes em outros países. Essas inovações eram fruto do capitalismo em via de acumulação primitiva, que usava dos meios mais brutais para extrair o que incompreensivelmente alguns autores hesitam em chamar de mais-valia. Novais notou, *en passant*, que “o regime de trabalho – as várias formas de trabalho compulsório – entretanto fica ainda por explicar.”⁵¹⁵ Retomando as linhas principais da argumentação clássica, sobre a “absurda instituição [que] foi o escravismo considerado por Adam Smith”,⁵¹⁶ já que o salariado seria o regime “mais rentável”⁵¹⁷ na economia de mercado, Novais assinalou que “[n]o entanto, o *escravismo* (ou as outras formas de trabalho compulsório) é que dominou o panorama da economia colonial do mercantilismo.”⁵¹⁸ Classicamente, à Revolução Industrial era reconhecida a força de “autopromoção” do capitalismo e, com isso, a “força de trabalho emerge na sua pureza, compelida a trocar-se no mercado”.⁵¹⁹ No entanto, muito justamente, Novais mostrou, citando Marx, que, sem a “‘libertação’ do trabalho das injunções servis, barbarismo antigo”⁵²⁰ (no vocabulário burguês), nas colônias abundantes em terras, não se poderia “libertar” assim os trabalhadores e continuar a produzir para abastecer as economias europeias.

[E]nquanto na Europa moderna o desenvolvimento capitalista “libertava” os produtores diretos da servidão medieval e integrava-os como assalariados na nova estrutura de produção que destarte camuflava a exploração do trabalho, as economias coloniais periféricas, montadas exatamente como alavancas do crescimento do capitalismo e integradas nas suas linhas de força, punham a nu essa mesma exploração na

515 Idem, p. 99.

516 Idem, p. 100.

517 Idem, p. 99.

518 Idem, p. 100.

519 Idem, p. 101.

520 Ibidem.

sua crueza mais negra... As colônias timbravam em revelar as entranhas da Europa.⁵²¹

Evocando Eric Williams, Novais concordou que o escravismo moderno, longe de um retrocesso ou anacronismo, constituía “uma imposição das condições histórico-econômicas” que correspondia ao “sentido profundo da colonização” e aos “mecanismos do Antigo Sistema Colonial”.⁵²² Escravista ou “para-escravista”,⁵²³ a exploração da força de trabalho nas colônias dentro do sistema mercantil oferecia ainda outro aspecto interessante: “o *tráfico negro*, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante *setor do comércio colonial*.”⁵²⁴ A partir dele se entendia “a *escravidão africana colonial*, e não o contrário.”

Moderna, portanto, a produção com trabalho forçado dominava no setor açucareiro “primordial, que responde à razão mesma da colonização capitalista”.⁵²⁵ Todas as demais produções⁵²⁶ eram secundárias. Mais ainda, o acesso à terra cedida para a produção alimentícia realizada pelos próprios trabalhadores coagidos, não passava de um meio para “reduzir ao mínimo o custo da manutenção da força de trabalho escravizada.”⁵²⁷ Deste modo, no elenco das marcas do “baixo grau de produtividade”, florescia essa maneira cômoda e barata, visto a abundância de terra,⁵²⁸ de “fazer com que os escravos produzissem pelo menos uma parcela substancial de sua subsistência dentro da própria unidade produtora para exportação.”⁵²⁹

521 Idem, p. 101-102.

522 Idem, p. 102.

523 Idem, p. 103.

524 Idem, p. 105.

525 Idem, p. 106.

526 Notadamente de alimentos e outros produtos para consumo local que ele taxa abruptamente de “subsistência”.

527 Idem, p. 109.

528 Traço realçado também por PRADO JR., Caio.. “Nova contribuição...”. Op. cit., p. 94.

529 NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Op. cit., p. 109.

Fiel a seu raciocínio central, Novais enfatizava que esse processo de “produção de subsistência”, embora inserido no grande sistema colonial mercantil, não lhe pertencia diretamente, pois “se desenrola à margem do mercado.”⁵³⁰

Nenhuma faculdade mercantil interna era reconhecida ao Brasil, nem mesmo em pequena escala, tanto quantitativamente quanto (sobretudo) em termos de distância entre o produtor e o consumidor. No quadro do “modo de produção escravista-mercantil”, Novais só reconhecia envolvimento com relações mercantis à “camada social superior dos colonos senhores de escravos”⁵³¹ e, eventualmente, dos “agregados”.⁵³² Consequentemente, “[a] massa de produtores diretos (escravos) vive fora das relações mercantis”.⁵³³ Nenhuma significação distinta, definidora da sociedade, fora atribuída por Novais tanto à coerção quanto ao acesso à terra para produção de “subsistência”. Entretanto, Novais mencionou os esforços da Coroa na modernização não apenas do processo produtivo da cultura principal – a cana-de-açúcar – como das subsidiárias, tal a mandioca, qualificada de “gênero de primeira ordem”, sendo a área cultivada “proporcional ao número de escravos”,⁵³⁴ medidas veementemente refutadas pelos plantadores, reclamando de “falta de liberdade”, e de serem obrigados “a se ocupar com a mesquinha plantação de mandioca.”⁵³⁵

Outra posição crítica de Novais, com a qual convergem vários autores, como *Ciro Cardoso*, *Jacob Gorender* e *Antonio de Castro*,

530 Ibidem.

531 Idem, p. 111. “Atrair povoadores, acentuando-lhes com a qualificação social impossível na Metrópole, vinculando-os ao processo produtivo exportador, mas apenas nos umbrais da propriedade da terra, foi a diretriz do Estado mercantilista”, afirma Vera Ferlini que precisa ainda “empresa colonizadora ao mesmo tempo estatal e mercantil”. FERLINI, V. L. A. *Terra, Trabalho e Poder*. Op. cit., p. 212 e 162.

532 NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Op. cit., p. 112.

533 Ibidem.

534 Idem, p. 263.

535 Idem, p. 264.

“procura resgatar as formações coloniais como também possuidoras de um *sentido próprio* construído, de um lado, no confronto de sua herança com as imposições, e de outro, na dependência em relação ao colonizador.”⁵³⁶

5.3.3 A ‘morada’ na ‘Área do sistema canavieiro’

Manuel Correia de Andrade⁵³⁷ realizou o sonho interdisciplinar,⁵³⁸ ao construir uma obra que oferece uma paleta de propostas sutis com base em extenso trabalho de campo e fontes documentais abrangentes. Seus escritos, didáticos, têm também o gosto inigualável da experiência própria, do conhecimento íntimo da realidade. Desde os anos 1950, eles passaram à categoria de testemunho, além de apelarem frequentemente para a história como ferramenta de entendimento da moldagem humana do espaço geográfico tão manifesta na Zona da Mata. Pensando e descrevendo a realidade nordestina, ele estabeleceu um diálogo, às vezes contraditório, com outros autores pernambucanos, entre os quais o próprio Gilberto Freyre e Mário Lacerda, assim como estudiosos ligados tanto à UFPE quanto à Fundação Joaquim Nabuco.

Testemunho (e participante) de grandes momentos da história regional, Manuel Correia escreveu muitas obras relevantes para o assunto aqui tratado, entre as quais se destacam *A Terra e o Homem*

536 LAPA, J. R. do A. *O Antigo Sistema Colonial*. Op. cit., p. 96.

537 I. O contexto histórico da ‘morada’. Características da Zona da Mata pernambucana.

538 A respeito dos “métodos de se fazer Geografia.” “Teve uma ruptura política e uma ruptura científico-metodológica. Ele [Milton Santos] considerava que era um dos livros fundamentais para a evolução da Geografia brasileira, enquanto outros autores diziam que o livro era de Sociologia, outro, que era de História. Eu acho que não se escreve um livro para ser de Sociologia, de Geografia ou de História. Escreve-se um livro para se analisar uma realidade. A gente pode entrar nos campos vizinhos.” ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de (Org.). *O fio e a trama: Depoimento de Manuel Correia de Andrade*. Recife: EDUFPE, 2002, p. 102.

no Nordeste, *História das Usinas, Área do sistema canavieiro, Modernização e Pobreza*, que refletem a acuidade das questões sociais. Pois, um dos grandes méritos destes escritos reside na sua firmeza em abordar de frente o estudo das relações de trabalho, em particular na área rural,⁵³⁹ que tantos outros autores, na extensa produção técnica e científica sobre a região, deixaram em segundo plano. Ele foi, desde cedo, abastecido pelos maiores autores,⁵⁴⁰ as grandes obras acadêmicas,⁵⁴¹ o que lhe valeu um contato inspirador⁵⁴² com Caio Prado Júnior.⁵⁴³ As causas trabalhistas não foram estranhas a seu

539 Com o conhecimento íntimo que lhe conferem laços familiares e lembranças de infância na casa grande do engenho de sua família. Ele se considerava pessoalmente, como pertencendo à “pequena burguesia”. Idem, p. 51.

540 “Eu me lembro que, quando tinha 14 anos, meu pai chegou e me entregou um exemplar de ‘Casa Grande e Senzala’, e disse ‘Você não vai entender muitas coisas. Você está muito novo. Mas leia, que este livro é muito interessante. Agora, tome cuidado porque ele é um pouco imoral.’ Eu disse: ‘Não tem problema.’ Eu fiquei curioso. Na realidade, não havia nada.” Idem, p. 50.

541 “Eu me baseei muito nas leituras de Gilberto Freyre, sobretudo em ‘Casa Grande e Senzala’, e de Oliveira Vianna, ‘Evolução do Povo Brasileiro’, que era o contrário, praticamente, de Gilberto Freyre, mas que eu achava que o sociólogo precisava ler e meditar sobre sua obra. Leituras de Caio Prado, em ‘Evolução Política do Brasil’; de Josué de Castro, no livro ‘Geografia da Fome’, e de outros autores”. Idem, p. 109.

542 “A leitura de Caio Prado Júnior teve uma influência muito grande na minha formação, na direção de um marxismo não repetitivo, não transposto; mas de um marxismo elaborado em função da práxis, da análise da realidade brasileira.” Idem, p. 98.

543 Em 1943, “Caio Prado Júnior publicou um artigo sobre o “Problema humano no Brasil”, em uma revista da Casa do Estudante do Brasil, chamada *Rumo*, que era dirigida por Carlos Lacerda – veja as coisas como são. Ele propunha a realização de uma reforma agrária com divisão das propriedades. Eu, estudante de Direito, metido a besta, li e não concordei com aquele tipo de reforma agrária. E fiz um artigo dizendo que reforma agrária tinha que ser adaptada a cada região e a cada tipo de cultura dominante. Por exemplo, na área do açúcar, era mais prático fazer a reforma agrária nas usinas, sem tocar na terra. Mas dividindo as usinas em cooperativas, fazendo com que elas fossem cooperativas dos trabalhadores. Então, haveria um controle. Mande para ele uma cópia. E ele, com

curto percurso no exercício de sua primeira qualificação profissional como advogado.

5.3.3.1 *A Terra e o Homem no Nordeste*, “um livro de luta”⁵⁴⁴

Caio Prado⁵⁴⁵ propôs a Manuel Correia a redação de um livro sobre a questão agrária no Nordeste, com abordagem geográfica “em paciente e exaustivo trabalho de campo” e redigiu o prefácio de *A Terra e o Homem no Nordeste*, “Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste”, anunciando que: “pela primeira vez nos é apresentada a análise do conjunto da economia agrária nordestina, numa síntese de alto valor científico”.⁵⁴⁶ Manuel Correia lembra as recomendações recebidas na ocasião, que confirmam a vontade não só polêmica, mas construtiva e propositiva do grande intelectual:

Ele me recomendou que, enquanto eu estivesse escrevendo o livro, não lesse os grandes teóricos marxistas, porque, dizia ele: “Se você ler os livros de Kautsky – que eu já tinha lido uma vez –, vai querer encontrar no Nordeste o que Kautsky encontrou na Alemanha Ocidental. E marxismo não é isso. Marxismo tem que partir da práxis.”⁵⁴⁷

Como foi visto, Caio Prado criticava aqueles que debatiam o assunto “sem conhecimento adequado da realidade brasileira, na pressuposição de que basta, para chegar a conclusões satisfatórias,

uma paciência franciscana, fez uma carta de quatro páginas para mim.” Idem, p. 98-99.

544 ARAÚJO, R. de C. B. de (Org.). *O fio e a trama*. Op. cit., p. 109.

545 “Caio Prado foi um comunista que esteve sempre em atritos com o Partido Comunista, porque o Partido queria transferir problemas de outros lugares para o Brasil. E não se conhecia bem a realidade agrária brasileira.” Idem, p. 99.

546 PRADO Jr, Caio. “Prefácio”. In: ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Op. cit., p. 18.

547 ARAÚJO, R. C. B. (Org.). *O fio e a trama*. Op. cit., p. 109.

recorrer a princípios doutrinários e jurídicos e a conhecimentos gerais, sociológicos e da Economia Agrária.”⁵⁴⁸

Recebido com apreço pelo “rigor e probidade científica”, louvados por Caio Prado, o livro de Manuel Correia ganhou amplo reconhecimento⁵⁴⁹ e foi objeto de várias reedições. “Ele não foi feito para ser um livro acadêmico. Ele foi feito para ser usado no processo político.”⁵⁵⁰ Estudo da realidade nordestina, embora ressaltasse que era “também um estudo nacional”,⁵⁵¹ ele se destinava a abastecer de informações e análises as autoridades públicas federais animadas com o propósito de efetuar uma Reforma Agrária. As questões sociais, e entre elas o acesso à terra dos trabalhadores, e as relações de trabalho no campo ganharam destaque.

Eu sabia que esse livro ia contar coisas que não eram contadas. Uma das coisas que eu denunciei, nele, foi o processo da prisão por dívidas. O senhor de engenho ou fazendeiro emprestava dinheiro ao trabalhador e, depois, o trabalhador não podia pagar, não podia sair do engenho. Era uma espécie de escravidão. Ninguém falava nisso. Teve até o caso de um morador que foi ferrado, com ferro em brasa, em um engenho no Sul de Pernambuco, na Mata Sul. Criou um certo atrito entre a família desse engenho e eu. Eles acharam que eu me excedi. Eu fiz as denúncias. Eu achava que devia haver modificações muito grandes em dois aspectos: primeiro, na análise da realidade; segundo, na forma como os geógrafos deveriam encarar essa realidade.⁵⁵²

548 “Prefácio”. In: ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Op. cit., p. 18.

549 Escolhido para figurar entre as 100 obras mais importantes escritas no Brasil, no século XX. Os escritos de Manuel Correia receberam as atenções da imprensa bem antes da publicação de *A Terra e o Homem no Nordeste*. Ver, por exemplo, o artigo elogioso de Aníbal Fernandes, *DP* 13.05.1958, p. 4.

550 ARAÚJO, R. C. B. de (Org.). *O fio e a trama*. Op. cit., p. 101.

551 ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Prefácio à 6ª Edição. Op. cit., p. 13.

552 ARAÚJO, R. C. B. de (Org.). *O fio e a trama*. Op. cit., p. 101.

Em termos teóricos, Manuel Correia acompanhou seu inspirador, opondo-se à tese ‘feudal’ para o Brasil. Por ser *A Terra e o Homem no Nordeste* um livro dirigido às transformações sociais, um guia para políticas públicas, sua contribuição repercutiu numa época em que florescia o debate (acadêmico e político) acerca da transformação do país.

No calor das discussões de então, alguns estudiosos se posicionavam em favor do reconhecimento de estruturas feudais a serem reformadas, enquanto outros defendiam a inexistência de feudalismo no país e se batiam pela necessidade de reformas em uma estrutura capitalista sem resquícios feudais.⁵⁵³

De maneira pioneira, Manuel Correia havia concluído a esse respeito:

Eu fui amigo pessoal de Alberto Passos Guimarães, mas você nota que a orientação dele tinha conotação diferente da minha, porque Alberto Passos Guimarães aceitava que tinha havido feudalismo no Brasil, e eu não aceitava. Aliás, em um primeiro trabalho meu, em 1953, “A Economia Pernambucana no Século XVI”, analiso essa questão do sim ou do não, do feudalismo no Brasil.⁵⁵⁴

Quanto à ‘morada’, o autor adotou um ponto de vista coerente com boa parte da literatura a seu respeito, embora extremamente firme no que toca ao modo de produção:

na sociedade patriarcal dos banguês, os senhores de engenho tinham autoridade absoluta sobre os moradores de suas propriedades; exerciam a autoridade com firmeza e muitas vezes com violência, mas essa autoridade era atenuada pelas relações pessoais. Com o surgimento das usinas, o poder discricionário do proprietário continuou a ser exercido com

553 ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Prefácio à 6ª Edição. Op. cit., p. 13.

554 ARAÚJO, R. C. B. de (Org.). *O fio e a trama*. Op. cit., p. 110.

a mesma prepotência, mas as relações pessoais entre este e os moradores desapareceram, uma vez que os contatos entre eles são mínimos, passando a autoridade a ser exercida por gerentes e capatazes.⁵⁵⁵

Mário Lacerda concordava plenamente nesse ponto, embora os estudiosos divergissem sobre outros assuntos: ele reconhece à

sociedade patriarcal [...] muitos defeitos e muitos valores. Entre estes, o da proteção senhorial e o do assistencialismo exercido pelo senhor de engenho sobre a comunidade a ele subordinada. Não mais existindo os contatos e relações entre classes propiciadas pelo compadrio, pela confraternização entre meninos de raças e origens diferentes e pelo catolicismo patriarcal, cresceram as distâncias e a estratificação social tornou-se mais rígida e opressiva. Hoje em dia, as relações entre os produtores e os seus subordinados são apenas [*sic*] relações entre capital e trabalho. Desumanizaram-se.⁵⁵⁶

A análise dos modos de produção, proposta por Manuel Correia, articulava-os, embora estabelecesse genealogias. O predomínio do capitalismo era afirmado como primordial:

Entre nós, os modos de produção não capitalistas, representados pelo escravismo e pelas formas de transição, às vezes com características camponesas, já surgiram articulados e dominados pelo modo de produção capitalista, ao contrário do que ocorreu na Europa, onde teria havido um modo de produção feudal, dominante, passando depois a conviver com o modo de produção capitalista.⁵⁵⁷

Nesse contexto, Manuel Correia reconheceu, durante a primeira metade do século xx, tanto em meio fabril quanto rural, a existência

555 ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit., p. 223.

556 MELO, Mário Lacerda de. *O Açúcar e o Homem*. Op. cit., p. 50-51.

557 ANDRADE, M. C. de e MADUREIRA, S. de B. *Produção do espaço e regionalização em Pernambuco*. Op. cit., p. 10-11.

de “vários sistemas de remuneração de mão de obra ‘livre’, formas parcial ou totalmente amonetárias”⁵⁵⁸ que correspondiam ao início da proletarianização do trabalhador rural, concluída na segunda metade. Colocando a palavra “livre” entre aspas, ele relançou a discussão sobre o termo. O surto usineiro fortaleceu essa tendência,

pagando salários mais elevados, embora bem inferiores às necessidades dos trabalhadores. Iniciava-se assim a expansão do trabalho assalariado, o que José Lins do Rego, no romance *Usina*, descreveu com maestria, ao analisar o processo de transformação dos condiceiros do engenho Santa Rosa em assalariados da usina Bom Jesus, com todas as consequências sociais correspondentes.⁵⁵⁹

O autor reconheceu na ‘*plantation*’ a “primeira forma de exploração agrícola com intensa utilização de capital.”⁵⁶⁰ Identificou também coexistências com a chamada “brecha camponesa”:

As lavouras de subsistência eram feitas pelos próprios escravos nos dias santificados e aos domingos ou por homens livres que se estabeleciam nas porções marginais da grande propriedade e prestavam serviços gratuitos nas ocasiões de mais intensa demanda de braços. Daí a origem do famoso “cambão” cuja extinção foi bandeira de lutas das Ligas Camponesas nos anos 1950 e 1960.⁵⁶¹

A permanência dessa prática e sua extensão pós abolição na ‘morada’ generalizada não afetaram o sentido que tinha essa terra para plantar colocada à disposição da mão de obra:

A primeira vista, parecia uma liberalidade do senhor permitir que seus escravos cultivassem, nos dias livres, um pedaço de terra para si; mas, desde que o senhor os obrigava [...] a

558 Idem, p. 17.

559 ANDRADE, M. C. de. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. cit., p. 17.

560 ANDRADE, M. C. de e MADUREIRA, S. de B. *Produção do espaço...* . Op. cit., p. 21.

561 Idem, p. 22.

trabalhar em “suas roças” nos dias santificados, fazendo-os perder o repouso que a Igreja lhes garantia, e que o produto deste trabalho era empregado na alimentação do próprio negro, vemos que o chamado “sistema do Brasil” era uma vantagem para o senhor e não para o escravo.⁵⁶²

Acompanhando Caio Prado, Joaquim Correia afirmou que os sucessores dos escravizados (seus descendentes diretos em Pernambuco), os “colonos”,⁵⁶³ estavam também envolvidos em “trabalho assalariado”,⁵⁶⁴ embora inicialmente a “remuneração não [fosse] totalmente monetária” a exemplo de relações de trabalho “denominadas de cambão, parceria e trabalhador de condição”.⁵⁶⁵ Isso não afetara seu estatuto de assalariado, sendo a definição legal do trabalhador rural: “toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura ou parte in natura e parte em dinheiro.”⁵⁶⁶ Esse tipo de remuneração e a ruralidade da atividade não modificavam o fato de que “[e]ssas relações, na verdade, eram estritamente capitalistas, eram formas indiretas de assalariamento.”⁵⁶⁷ Manuel Correia já afirmara que “[p]oderíamos considerar como assalariados os moradores de condição que habitam na propriedade em que trabalham e dispõem, além do salário, de uma pequena área de cultura”.⁵⁶⁸ Ele designou como “sistema de salários disfarçados (cf. Caio Prado 1967), os regimes de parceria – meia e

562 ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Op. cit., p. 80.

563 Ver a definição do colono enfatizando a unidade familiar: “O colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador que combinava as forças de todos os membros da família”. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 82.

564 ANDRADE N., J. C. X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste*. Op. cit., p. 218.

565 Idem, p. 267.

566 In Idem, p. 270-271.

567 Idem, p. 271.

568 ANDRADE, M. C. de. *Latifúndio e reforma agrária no Brasil*. Op. cit., p. 69.

terça –, de cambão e de condição” tornando mais difícil “aplicar o salário mínimo. Havia ainda o problema da participação no salário da habitação além da área de cultura dos moradores.”⁵⁶⁹ Retomando as conclusões de Caio Prado, com igual contundência na expressão, ele rejeitou a tese feudal:

Por um erro primário, porém, parte dessas forças de esquerda não via com bons olhos essas relações de trabalho, que considerava resquícios do modo de produção feudal, o que é simplesmente uma análise, além de absurda, sem embasamento nas teorias marxistas.⁵⁷⁰

Joaquim Correia evocou a posição teórica de Jacob Gorender identificando “uma nova forma de escravismo, formando um novo modo de produção, dependente do modo de produção capitalista, o do escravismo colonial.”⁵⁷¹ Essa dependência era marcada pela “imposição do interesse mercantil” segundo as exigências da “demanda do mercado europeu”.⁵⁷²

Quanto ao fim da ‘morada’, Sandra Maria Correia de Andrade propôs:

a transformação do homem, apenas formalmente livre, mas protegido pela “servidão patrimonialista” à condição de assalariado temporário, quando ainda era privado dos direitos estabelecidos pela legislação trabalhista.⁵⁷³

Essa relação anterior, encontrou sua longevidade pela “dificuldades [dos trabalhadores rurais] em questionar as condições em que viviam”, num quadro de “relações de compadrio e de um processo de troca favor/submissão, que mantinha uma certa estabilidade nas

569 ANDRADE, M. C. de. *Abolição e Reforma Agrária*. Op. cit., p. 57.

570 ANDRADE N., J. C. X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira...* . Op. cit., p. 111.

571 Idem, p. 78.

572 Idem, p. 80.

573 ANDRADE, S. M. C. *Ação sindical no campo...* . Op. cit., p. 27-28.

relações sociais no campo.” Ela as designou como “antigas formas de convivência patrão/empregado.”⁵⁷⁴ Lembrando justamente a forte herança escravista, Sandra Correia não hesitou em usar o termo “proletariado rural”.⁵⁷⁵ A periodização adotada situou nos anos 1950 essa passagem para a condição de assalariado, portanto, distinta das “antigas relações de sujeição”. Doravante, os trabalhadores rurais teriam que “vender sua força de trabalho, tornando-a mercadoria, em troca de um salário arbitrado pelo patrão e, como tal, sujeito à lei da oferta e da procura.”⁵⁷⁶ Essa mudança provocou, ao mesmo tempo, “empobrecimento” e “tomada de consciência” embora “ainda pouco precisa e sem um delineamento claro da estrutura de dominação”,⁵⁷⁷ que iria desembocar, em alguns decênios, na ação sindical estudada na tese.

5.4 A ‘morada’ na tese do escravismo colonial

Investigando as diversas formas de conceber o trabalhador rural morador de engenho, e constatando o quanto seu estatuto já fora vislumbrado como definidor de modos de produção vigentes na região, é preciso ainda considerar uma vertente do pensamento marxista brasileiro que oferece novas conceituações, com o propósito confesso de salvar a história brasileira e, portanto, o dever de seu povo, das mazelas de concepções transferidas de outros âmbitos geográficos. Essa construção de uma autonomia do pensar a história do Brasil, até mesmo em termos de inovação conceitual, é digna de reconhecimento, embora nem se possa sempre concordar com suas conclusões.

574 Idem, p. 32.

575 Idem, p. 30.

576 Idem, p. 33.

577 Idem, p. 35.

5.4.1 A construção teórica de Jacob Gorender

O trabalho historiográfico nunca é inocente.

Jacob Gorender⁵⁷⁸

Nem escravismo antigo, nem feudalismo importado de Portugal,⁵⁷⁹ ainda menos capitalismo, pois seria “uma concepção ingênua, popularesca”,⁵⁸⁰ segundo Jacob Gorender,⁵⁸¹ o sistema econômico brasileiro era “escravista colonial”.⁵⁸² A locução adjetiva “estruturalmente colonial”⁵⁸³ significava “dependente” de um mercado externo; ou seja, visto no estrito sentido econômico a respeito do destino dos produtos exportados, pois

um modo de produção baseado na escravidão é compatível com a finalidade mercantil se estiver conjugado a um mercado *externo* apropriado. A existência prévia do mercado externo constitui, portanto, premissa incondicional.⁵⁸⁴

Mas esse modo de produção era original e específico. Ele constituía “uma totalidade orgânica, definida como tal graças a conceitos e leis específicas.”⁵⁸⁵ A monocultura condicionava também o modo de organização da produção, chamada de ‘plantagem escravista’,

578 GORENDER, J. *A escravidão reabilitada*. Op. cit., p. 205.

579 GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1988, p. 40.

580 Idem, p. 161.

581 Mário José Maestri Filho lembra que a tese foi inicialmente o objeto de um curso “na prisão em São Paulo, a companheiros em geral mais jovens”, antes de sua publicação em 1978. “Economia Política do Escravismo Colonial”. In: *Folha de São Paulo*, 05.11.1986, p. 7.

582 GORENDER, J. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 161.

583 GORENDER, Jacob. “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica”. In: LAPA, J. R. do A. *Modos de produção e realidade brasileira*. Op. cit., p. 55.

584 GORENDER, J. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 164.

585 Ibidem.

porquanto “sua finalidade principal [...] consistia na produção mercantil” para o mercado mundial, embora “se o capital dominava a circulação mercantil, não era isso suficiente para que dominasse o processo escravista de produção, fazendo-o obedecer às leis específicas do modo de produção capitalista.”⁵⁸⁶

Na abordagem marxista, Gorender distanciou-se mais do que Caio Prado da corrente principal do PCB, e sua obra suscitou grandes controvérsias. A singularidade do desenvolvimento histórico brasileiro era incompatível com um “encaixamento” em conceitos já prontos, formados a partir de experiências históricas alheias. A crítica desse procedimento imitativo já fora enfaticamente feita por Caio Prado Jr. Gorender conduziu o raciocínio mais longe, propondo um novo modo de produção para uma interpretação correta do passado brasileiro. Uma experiência histórica inédita, própria do Brasil, requeria nova conceitualização.

O livro de Gorender, procurou recuperar através do escravismo o nível da produção i.e., numa formação econômico-social pré-capitalista conseguiu mostrar que havia certa dinâmica interna na economia das áreas colonizadas que a descaracterizava como mera anomia, cujo ritmo e sentido de vida só eram determinados do exterior, pelo capital comercial e, portanto, pela circulação mercantil, que nesse caso definiria a estrutura global.⁵⁸⁷

A denominação “escravismo” denotava o enfoque central colocado não mais nos laços com a metrópole e o sistema assim constituído, como na obra de Novais, mas na realidade das relações de produção dentro do próprio país, desde o tempo da colônia. Tanto mais que “[s]omente colônias seriam escravistas para metrópoles que não o eram”.⁵⁸⁸ Um escravismo diferente do antigo, com

⁵⁸⁶ Idem, p. 237.

⁵⁸⁷ LAPA, J. R. do A. *O Antigo Sistema Colonial*. Op. cit., p. 55.

⁵⁸⁸ GORENDER, J. “O conceito de modo de produção...”. Op. cit., p. 55.

especificidades novas.⁵⁸⁹ Assim, ênfases distintas foram propostas sobre a escravidão e, conseqüentemente, sobre sua herança nas relações de trabalho, redefinindo os termos da análise da formação social como um todo.

Embora Gorender rechaçasse as explicações clássicas, sua visão carregava ainda muitos dos prejuízos vigentes na época de sua formação. Assim, a designação “tribos indígenas” denotava, como em Caio Prado, a contaminação de um pensamento novo e desafiador pela visão tradicional do evolucionismo cultural carregado dos preconceitos da antropologia colonial europeia. Elas não entravam no rol das civilizações,⁵⁹⁰ pois manifestavam “nenhuma evidência [...] de que se encontrassem sequer em evolução no sentido do escravismo”. Aliás, o “feudalismo” também, recusado para o Brasil, continuava estigmatizado. A sociedade portuguesa era caracterizada pelo “retardamento multissecular que lhe imporiam as relações de produção feudais, enrijecidas pela própria expansão ultramarina”.⁵⁹¹

Recusadas as explicações tradicionais, taxadas de “unilaterais”, do evolucionismo e do difusionismo, Gorender reivindicou a absoluta originalidade da realidade histórica estudada, justificando a elaboração de um novo modo de produção, com suas leis específicas (monomodais). Na sua definição, as relações de produção jogavam um papel preponderante: modo de produção enquanto distinto do “modo de circulação”. “Do tipo de trabalho decorrem relações necessárias, absolutamente essenciais, que definem as leis específicas do modo de produção.” Ele recusava, entretanto, “a ilusão renovada do

589 Ver a polêmica com SROUR, Roberto Henry. *Modos de Produção. Elementos da problemática*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 483, e a resposta de Gorender: “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica”. Op. cit., p. 54.

590 Referência à *Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, de Friedrich Engels.

591 GORENDER, J. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 40.

‘escravismo capitalista’”,⁵⁹² enfatizando a ligação da sociedade brasileira a um mercado externo, descrito como “sua atmosfera vital”. Porém, ele negava que o escravismo colonial, baseado na ‘plantagem’,⁵⁹³ tivesse uma dimensão capitalista. Gorender resumia assim sua visão do funcionamento desta rede ‘comercial’ mundial, tão indispensável à ‘plantagem’ colonial:

O capital mercantil em expansão se incumbiria da função de intermediário entre os extremos, autonomizando a esfera de circulação diante das fontes de produção, sem determinar o caráter das relações de produção vigentes em cada um dos extremos.⁵⁹⁴

O capitalismo seria, por assim dizer, mercantil antes de ser propriamente capitalismo.

Gorender se opunha decididamente ao que chamava de “absolvição ética do passado escravista do próprio país – o que, de ponta a ponta, impregna a obra de Freyre”,⁵⁹⁵ isto é, o famoso ‘paternalismo’ que presidiria às relações entre senhores e escravizados e, posteriormente, entre moradores e plantadores. Com toda justeza, Gorender identificava o método de Gilberto Freyre, como “um impressionismo caleidoscópico do qual emerge um quadro em que os pontos de sombra ficam envolvidos e desfocados pela forte luz ‘poética’ iluminadora do conjunto.”⁵⁹⁶ Citava como exemplo a “brandura da escravidão no Brasil” que parecia justificada pelo “surrado argumento de que as condições de vida dos operários europeus, na

592 Idem, p. 164.

593 Termo já tomado emprestado por Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré ao geógrafo alemão Leo Waibel, como foi visto acima, 5.2.3. A tese feudal no Brasil. A incorporação do conceito de “*plantage*” por Nelson Werneck Sodré.

594 Idem, p. 163.

595 Idem, p. 360. Esse esforço crítico considerável continua e se aprofunda, visando outros autores, além de Freyre, em *A escravidão reabilitada*. Op. cit.

596 GORENDER, J. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 365.

primeira metade do século XIX, foram piores do que as dos ‘bem tratados’ escravos dos engenhos brasileiros.”⁵⁹⁷

A refutação desse argumento mostrava também a necessidade de uma proposta mais autônoma da história brasileira em relação à europeia. Crucial era demonstrar que o Brasil, embora em fase colonial e pós-colonial, apresentava uma sociedade completa. Do contrário, aceitando-se a transferência de conceitos, o Brasil encontrar-se-ia ‘atrasado’ por definição. O fato dele conhecer ‘ainda’ a escravidão, quando a Europa ‘já’ ultrapassara tal estágio,⁵⁹⁸ seria parcialmente compensado pela comparação entre os níveis de vida de escravizados e proletários, em detrimento desses últimos. Portanto, a condição miserável dos descendentes dos primeiros, os moradores de engenho, encontrar-se-ia historicamente mais plausível, relativizada e amenizada por situar-se no atraso ontológico atribuído à sociedade (rural sobretudo) brasileira.

Apoiado em diversos autores, sobretudo Charles Boxer, Gorender desmontava também o argumento da miscigenação enquanto capaz de redimir a escravidão, ao qual até mesmo Otávio Ianni sucumbiu, vendo “no fenômeno biológico da miscigenação um fator social revolucionário”.⁵⁹⁹ Gorender acompanhava Florestan Fernandes na análise desse fator como sendo conservador e não desagregador da estrutura social. Isso desnudava salutarmente a questão de classe de todos os apetrechos freyrianos. Ele rejeitava a suposta diferença de tratamento reservado aos escravizados por parte de “grandes e pequenos escravistas”,⁶⁰⁰ paralelo argumentativo à diferença entre

597 Referência à velha tese “patriarcal” de Gilberto Freyre que o autor considera insatisfatória e centrada em aspectos secundários. GORENDER, J. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 365-366.

598 Que, aliás, seria interessante colocar em paralelo com as formas de trabalho forçado existentes então na própria Europa. Pensa-se nas galés e outras modalidades.

599 GORENDER, J. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 367.

600 Idem, p. 363.

senhores de engenho e usineiros para o mesmo assunto a respeito dos moradores de engenho. Concluía com o reconhecimento da “existência de formas diferentes de opressão em cada momento dado da história do escravismo em todos os países.”⁶⁰¹ Ou seja, não havia diferenças entre “sistemas escravistas, uns supostamente patriarcais e outros, capitalistas.”⁶⁰²

Analiticamente, Gorender afirmava que o escravizado sustentava a si próprio “com uma parte do que ele próprio produz durante a jornada de trabalho.”⁶⁰³ O autor não hesitou em citar, ao mesmo tempo, Marx e Aristóteles, esse último, ao seu ver, mais perspicaz que muitos economistas modernos:

A relação de propriedade, escreveu Marx, dissimula aqui o trabalho do escravo para si mesmo e dá a ideia de que o trabalho do escravo é totalmente gratuito para o seu proprietário. [...] Aristóteles, pelo contrário, afirmou que “o salário de um escravo é constituído pela sua alimentação”.⁶⁰⁴

Enfatizando o aspecto, muitas vezes desprezado, da reprodução da força de trabalho, Gorender defendia que o escravismo colonial respondia, como todos os demais modos de produção à “lei da reprodução necessária da força de trabalho gasta no processo de produção”.⁶⁰⁵ Muito justamente, esse autor recuperava distinções que a tradição marxista havia, paulatinamente, perdido. Recusava assimilações rápidas e atalhos que terminavam reduzindo o pensamento marxista e, indiretamente, seus objetos. Assim, o “escravo como agente subjetivo do processo de trabalho”,⁶⁰⁶ lembrava apropriadamente que Marx nunca confundiu o capital empregado na compra

601 Idem, p. 364.

602 Idem, p. 365.

603 Idem, p. 167.

604 Idem, p. 168.

605 Idem, p. 169.

606 Idem, p. 176-177.

do escravo com o próprio.⁶⁰⁷ Destacava, deste modo, o ator social no trabalhador rural escravizado. Essa dimensão é particularmente importante para tratar da brecha camponesa e das resistências.

Nesse contexto, foram singularizados certos traços das relações de trabalho prometidos a longa duração, inclusive na fase pós-escravidão: particularmente o acesso à terra, na forma do sítio ou roçado, para que o trabalhador plantasse culturas alimentícias para seu próprio consumo. Se a ‘plantagem’ escapava ao modo de produção capitalista, que dominava o mercado mundial onde essa escoava sua produção, também o fazia a “produção [para] o consumo doméstico [...] sob a forma de economia natural”, sendo ela uma “retaguarda, como dependência de suporte da produção comercializável no mercado mundial.”⁶⁰⁸

A imbricação dos modos de produção (mercantil/capitalista em escala mundial, escravista colonial no Brasil, economia natural em parte da terra dos latifúndios, sem falar dos ameríndios) em volta da plantação canvieira se tornava um tanto mais complexa.⁶⁰⁹ Embora tijolos e outros produtos do gênero, não destinados à venda, pertencessem ainda à economia mercantil porque “o trabalho incorporado a tais bens de produção se transferia ao produto final destinado ao mercado, na medida em que contribuíam para criá-lo”,⁶¹⁰ as demais produções, em particular “o cultivo de mantimentos”, constituíam

607 “Marx, entretanto, não diz que o escravo é capital fixo. Afirma, isto sim, que o *capital dinheiro (Geldkapital)* empregado na compra do escravo *desempenha o papel (spielt die Rolle)* da *forma dinheiro* do capital fixo (*von Geldform des fixen Kapitals*). Portanto, não é o escravo como tal, como ser humano concreto, com sua força de trabalho concreta, no processo de trabalho concreto, que desempenha o papel de capital fixo, mas o dinheiro aplicado em sua compra se comporta à maneira da forma dinheiro do capital fixo.” Idem, p. 181. Ênfases do autor.

608 Idem, p. 237.

609 Ver SIMON, Mateus Samico. *As ‘Matas Imensas, Glória e Coroa de todos os Bosques do Mundo’ e a ‘Zona da Mata’: sociedade, paisagens e recursos florestais na colonização do Nordeste (ca 1780-1808)*. Recife: UFPE PPGH, 2014.

610 Idem, p. 238. Poderia se defender o mesmo raciocínio para o açúcar.

a maior parte dessa “economia natural”, junto com os tecidos fabricados localmente.

A “bissegmentação” da ‘plantagem’ escravista, desigual e deixando a maior parte obviamente à produção de mercadorias para o mercado mundial, era concebida como “estrutural”.⁶¹¹ Ela compreendia também a produção agrícola dos escravizados aos quais se concedia o “cultivo de minúsculos lotes de terra no domínio do plantador”. Gorender sublinhou justamente a antiguidade da prática no universo açucareiro, já descrita com detalhes nas plantações de São Tomé.⁶¹² Difundida nas Antilhas como “o sistema Brasil”,⁶¹³ ela já fora interpretada como um elemento que amenizava a crueldade das relações escravistas. Gorender opunha essa concepção da fundamental benevolência dos senhores à precariedade de sua aplicação, sobretudo no sentido de tempo disponível.

Quando muito, dispunha apenas do domingo e devia sacrificar o repouso semanal a fim de cuidar do seu lote de terra.⁶¹⁴

Citando Vilhena,

em um pedacinho de terra, a que chamam de roça, para daquele trabalho tirarem seu sustento para toda a semana, acudindo somente com alguma gota de mel, o mais grosseiro, se é em tempo de moagem.⁶¹⁵

Gorender enfatizou que isso não livrava os escravos da mais infinita miséria e fome descritas por testemunhos citados. Como Manuel Correia, ele mostrava o interesse dos plantadores em se livrarem dos custos de manutenção (alimentação) dos trabalhadores,

611 Idem, p. 253.

612 Idem, p. 254.

613 DIEGUES JR, Manuel. *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Alimentação, 1954, p. 69-70.

614 GORENDER, J. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 256.

615 Idem, p. 258.

encarregando-os, no seu “tempo livre”, de providenciá-la. “Da óptica dos senhores, a permissão não só fornecia um suplemento alimentar ao escravo, como o tornava mais dócil e apegado à plantagem.”⁶¹⁶ Se alguns cuidados impõem-se ao examinar os argumentos da linha “paternalista”,⁶¹⁷ talvez seja bom qualificar também essa ideia do “apego” criticamente à luz tanto dos custos reduzidos de supervisão (violência patronal ordinária) e, sobretudo no período pós-escravidão, das inexistentes opções circundantes de acesso à terra. Gorender alertava contra os exageros de certas interpretações, lembrando a predominância absoluta da violência.

Os defensores da tese ‘feudal’ encontraram no acesso à terra cedida uma das razões que fundamentaram a identificação do modo de produção. Gorender diminuiu-lhe tanto a abrangência quanto a significação afirmada como definidora. Reconheceu porém “semelhança aparente” entre a situação do canavieiro e “a do servo feudal”, que levou estudiosos a interpretar esse sistema de exploração (do escravizado e seus descendentes) como “idêntico ou análogo ao da corveia.”⁶¹⁸

a economia própria do escravo [e de seus sucessores] nunca deixou de constituir *concessão* do senhor, sujeita ao seu *arbitrio*, pouco importando as normais legais. *Diferia da economia própria do servo, que tinha direito a ela consagrado na prática.*⁶¹⁹

Gorender continuou: “No regime escravista, a economia própria do escravo nunca representou peça indispensável”.⁶²⁰ O regime ‘feudal’ (senhorial, como foi visto acima) encontrava-se baseado no trabalho do servo na sua terra; a atividade do canavieiro (escravizado ou

616 Idem, p. 262.

617 Que Gorender debate, por exemplo, em *A escravidão reabilitada*. Op. cit., p. 114.

618 GORENDER, J. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 263.

619 Ênfases do próprio autor. Ibidem.

620 Ibidem.

não) no seu sítio “sempre foi acessória e condicional.”⁶²¹ Gorender, como Caio Prado, recusava, portanto, a tendência de certos autores a transformar os canavieiros em camponeses. Isso tornava a proposta interpretativa pós-emancipação tanto mais extraordinária.

Embora o autor falasse de “revolução abolicionista”⁶²² o regime de trabalho que sucedeu ao escravismo “constituiu problema de imediato não resolvido”. Sem alternativa pela falta de acesso à terra, “os ex-escravos se viram obrigados a aceitar os salários miseráveis e condições de sujeição que, de certa forma, reiteravam aspectos da extinta escravidão.”⁶²³ Citando exemplos do Caribe e do Brasil, ele mostrou a preocupação em garantir por intermédio de instrumentos legais, a sujeição dessa mão de obra “liberta”,⁶²⁴ inclusive a obrigação ao trabalho assalariado dos “vadios”⁶²⁵ e a importação de trabalhadores asiáticos, apesar dos perigos eugênicos de “mongolização” do país. Mas a maioria dos trabalhadores eram simplesmente antigos escravizados que, segundo Gorender, não poderiam ser classificados como verdadeiros assalariados. Colonos no café, moradores na cana estavam envolvidos em “relações de produção não capitalistas”⁶²⁶ De repente, o capitalismo agroexportador tornava-se “capitalismo primitivo apoiado em formas camponesas dependentes.”

A razão de ser deste veredicto era a forma de pagamento: numa “fase de baixa acumulação”,⁶²⁷ a remuneração constituía-se, dora-vante, “uma parte monetária [combinada com] uma parte sob a

621 GORENDER, J. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 263.

622 Título do capítulo 9 de seu livro *A Escravidão Reabilitada*. Op. cit., p. 133 et ss.

623 Idem, p. 136.

624 Idem, p. 154.

625 Ver o elenco de medidas adotadas em diversos países, por exemplo: FONER, E. *Nada além da liberdade*. Op. cit.

626 GORENDER, J. *A Escravidão Reabilitada*. Op. cit., p. 190.

627 Não explicitada, enquanto que para a época escravista, Gorender é sempre cuidadoso em apoiar afirmações desse tipo.

forma de concessão de terras para cultivo de gêneros alimentícios.”⁶²⁸ A falta de dispêndio por parte do empregador, na medida da abundância de terra – monopolizada por sua classe após as Leis de Terra, é preciso acrescentar – era justamente sublinhada. Mas, após ter afirmado essa “remuneração” *in natura* do trabalho de toda a família do morador nos canaviais, Gorender mencionava a “casa de moradia gratuita”, como se tivesse uma diferença de essência na cessão desses objetos. O autor admitia a existência de contratos “verbais ou formalizados”, mas interpretava toda essa configuração como fundamentalmente distinta de relações “tipicamente capitalistas”, em virtude de contratos de trabalho individuais (em vez de familiares) e pagamento em espécie. Identificando precisamente os termos da sujeição dos trabalhadores rurais “dias de trabalho gratuito (cambão, no Nordeste), tarefas extras sem remuneração, salários de condição (mais baixos do que os do mercado), regime disciplinar quase carcerário”, o autor manteve, todavia, que eram apenas “formas camponesas dependentes”.⁶²⁹

A passagem ao “trabalho puramente assalariado” corresponderia entretanto a uma forma superior de modo de produção, isto é, um “capitalismo agrário desenvolvido”.⁶³⁰ Conhecendo a perspicácia de Gorender, a acuidade de sua percepção crítica e sua fidelidade ao pensamento de Marx, surpreende sua conclusão: uma forma de pagamento do salário *in natura*, sendo a outra monetária, permitiria classificar os trabalhadores numa categoria que fora descartada para eles mesmos ou seus pais, numa situação de trabalho que havia mudado com a abolição em muitos sentidos, menos na sua instalação precisamente em terras de engenho, onde doravante ganhavam um “miserável salário”, em vez de trabalhar, ali sim, gratuitamente para seus senhores escravocratas. O

628 GORENDER, J. *A Escravidão Reabilitada*. Op. cit., p. 190.

629 Idem, p. 191.

630 Ibidem.

autor parece ter cedido ao mesmo fascínio do que os autores que criticava quanto à identificação do “servo” no mesmo morador em que ele enxergava um “camponês” subitamente surgido, cuja exploração e sujeição total ao dono da plantação lhe valeu apenas o qualificativo “dependente”.

Surpreendentemente, Gorender não estabeleceu a filiação entre escravizados e moradores. Ele se limitou a designar apenas os moradores do período escravista “homens livres agregados nos engenhos”.⁶³¹ Vislumbrando, “no melhor dos casos”, uma mudança de empresa, mas não de condição, ele reconheceu, no entanto, que “[o] liberto foi obrigado a se conformar com o regime do *cambão* ou da *condição*”,⁶³² cuja filiação com a escravidão estava implícita até mesmo no paralelismo entre sua difusão e a diminuição do número de escravizados, ao longo do século XIX. A exceção ao modelo de continuada sujeição sob outra roupagem era o Maranhão, onde a abundância de áreas a serem conquistadas permitiu que os libertos se instalassem em “terras virgens”,⁶³³ e o Oeste paulista. Na Zona da Mata de Pernambuco, o monopólio de fato da terra em mãos empresariais impedia qualquer movimento maciço nesse sentido. Curiosamente, essa dimensão não foi realçada. Como se a decisão teórica em prol de um “campesinato dependente” ocultasse uma análise mais contundente da realidade, tão bem descrita por Eisenberg.⁶³⁴

Segundo o objetivo explícito de seu livro, Gorender enfatizou, a cada passo, o peso ideológico e social da herança escravista. A falta de acesso à terra e de opção profissional entre os trabalhadores rurais

631 GORENDER, J. *A Escravidão Reabilitada*. Op. cit., p. 193.

632 Idem, p. 194.

633 Termo que evoca irremediavelmente as consequências ideológicas do evolucionismo cultural no tratamento das sociedades ameríndias.

634 EISENBERG, P. L. *Modernização Sem Mudança*. Op. cit.; e *Homens esquecidos*. Op. cit.

libertos da escravidão, mas desprovidos de qualquer competência além de sua experiência nos canaviais; a depreciação “do trabalho manual e [a] estima pelo ócio”⁶³⁵ ainda muito forte no Nordeste; os preconceitos racistas, movendo todo um aparato legal de combate, estavam tão arraigados que “os fazendeiros [ou senhores de engenho] continuaram a tratar os negros livres como o faziam com os escravos”,⁶³⁶ doravante apoiados, como foi visto, no ideário “científico” do eugenismo triunfante na intelectualidade e nas instâncias públicas encarregadas da política de imigração.

Notavelmente, Gorender foi de encontro à versão estabelecida por José Lins do Rego e Gilberto Freyre ao mostrar que “o novo empresário industrial também absorveu [a] ideologia do senhorio rural.”⁶³⁷ Lembrando a posição de Florestan Fernandes, de que “o racismo antinegro persistente na sociedade de classes (= sociedade capitalista) como arcaísmo, sociopatia, fenômeno de demora cultural”,⁶³⁸ posições insustentáveis no início do século XXI, com as diversas experiências de limpeza étnica e discriminações policiais nos países supostamente “mais avançados” do “primeiro mundo”, Gorender afirmou com notável perspicácia, acompanhando Hasenbalg,⁶³⁹ a relação intrínseca entre racismo e capitalismo: nele “a classificação racista é funcional”.⁶⁴⁰ Ele reconheceu no racismo “um procedimento perverso integrado na dinâmica do capitalismo” que funcionava como fabricante do que chamou de “reserva da reserva”⁶⁴¹ em termos de oferta de mão de obra no mercado de trabalho.

635 GORENDER, J. *A Escravidão Reabilitada*. Op. cit., p. 199.

636 Ibidem.

637 Idem, p. 201.

638 Ibidem.

639 HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

640 GORENDER, J. *A Escravidão Reabilitada*. Op. cit., p. 202.

641 Idem, p. 203.

5.4.2 “Uma sociedade, não um mero quintal da Europa”:⁶⁴² o modo de produção escravista-colonial segundo Ciro Flamarion Cardoso

Como Caio Prado, Jacob Gorender e Christian Topalov,⁶⁴³ o historiador Ciro Flamarion Cardoso⁶⁴⁴ critica a posição de Guimarães quanto à tese feudal. A seu ver, esse equívoco se deve às superestruturas de origem feudal europeia que deixaram sua marca em nomenclaturas e estruturas sociais, mais particularmente no início da Colônia. O fundamento econômico, “um sistema baseado na escravidão”, parece-lhe difícil de integrar num modelo feudal.⁶⁴⁵ Tampouco aceita a ideia de uma reversão a um modelo escravista antigo. Ciro Flamarion Cardoso refuta esta posição, lembrando, com muita pertinência, a longa história medieval mediterrânea da cultura da cana-de-açúcar.⁶⁴⁶

Mais que a escravidão antiga, é o sistema de colonização aplicado pelas cidades italianas no Mediterrâneo oriental e Mar Negro (baseado na grande propriedade com mão de obra escrava) que inspirou os portugueses na colonização das ilhas do Atlântico e do Brasil.⁶⁴⁷

Por outro lado, julga a posição de Caio Prado, identificando um capitalismo incipiente e dependente como modo de produção

642 CARDOSO, Ciro Flamarion. (Org.) *Escravidão e abolição no Brasil. Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 56.

643 TOPALOV, C. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Op. cit.

644 Cardoso resume as principais direções de interpretação dos autores marxistas sobre o modo de produção em vigor no Brasil até, mais ou menos, o século XX e, portanto, a condição da força de trabalho nas unidades de produção de maior destaque, como as plantações de cana-de-açúcar. “Observations sur le dossier préparatoire à la discussion sur la mode de production féodal”. In: CERM. *Sur le féodalisme*. Op. cit., p. 67-69.

645 Idem p. 67.

646 Ver, entre outros, o estudo de J. H. Galloway. “The Mediterranean Sugar Industry”. Op. cit.; GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry*. Op. cit.; MEYER, J. *Histoire du Sucre*. Op. cit.; MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power*. Op. cit.

647 CARDOSO C. F. S. “Observations...”. In: CERM. *Sur le féodalisme*. Op. cit., p. 67-68.

vigente, mais “justa” entre os autores marxistas brasileiros. No entanto, o autor critica o fato de que o sistema econômico brasileiro não seja visto como “específico, autônomo”.⁶⁴⁸ Ele se reclama do marxismo, mas recusa-se a aceitar “que os resultados obtidos a partir [dele], num ambiente histórico definido, sejam *ipso facto* válidos para todas as sociedades do mundo.”⁶⁴⁹

Examinando o trabalho de Novais, Cardoso mostra que o “antigo sistema colonial” não constitui uma fórmula teórica inteiramente satisfatória, pois “funciona como uma entelêquia, uma entidade que organiza, determina, decide em função do capitalismo industrial que virá.”⁶⁵⁰ Isso não é suficiente para explicar “a racionalidade daquele sistema para os homens que o viveram”.⁶⁵¹ Ou seja, mantendo a decisiva escala de abordagem, o “sentido” da história da colonização não pode depender exclusivamente de eventos posteriores. Ele critica também a dimensão geográfica da proposta, no sentido da gestação dos modelos aplicados, isto é,

a concepção do capitalismo que, fazendo das estruturas internas da América Latina e do Caribe, em especial, simples projeções ou corolários do impacto de elementos ou influxos cuja racionalidade básica se situaria fora daquelas regiões, levava à afirmação clara ou implícita de que suas sociedades não eram formações econômico-sociais diferenciadas e autônomas.⁶⁵²

648 Idem, p. 68.

649 CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou Camponês? O proto-camponês negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Op. cit., p. 40.

650 CARDOSO, C. F. S. “As concepções acerca do ‘sistema econômico mundial’ e do ‘antigo sistema colonial’: a preocupação obsessiva com a ‘extração de excedente’”. In: LAPA, J. R. do A. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 122.

651 Ibidem.

652 CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 33.

Cardoso afirma, apoiado em Marx, “a especificidade dos modos de produção coloniais”⁶⁵³ e propõe sua própria definição do sistema colonial brasileiro, que não pode ser assimilado nem ao modo de produção escravista antigo, nem ao modo do produção feudal, “menos ainda ao capitalista: ele tem uma fisionomia bem definida e particular”,⁶⁵⁴ o modo de produção escravista-colonial,⁶⁵⁵ portanto, próximo da tese de Gorender. Diversos modos de produção coloniais ou dependentes constituem a hipótese de trabalho apresentada⁶⁵⁶ para explicar a diversidade das situações nos países periféricos. Contrariamente a Caio Prado, que entendia o contexto de capitalismo mercantil como determinante para o modo de produção no Brasil, Cardoso nega-lhe não só esta importância decisiva como a própria qualificação de capitalista:

[O] período em que se deu a colonização nas Américas – basicamente os séculos XVI a XVIII – é um período pré-capitalista em quase toda a sua extensão: tanto no concernente às estruturas internas da Europa ocidental e às de suas colônias americanas quanto no que tange ao mercado mundial então em constituição.⁶⁵⁷

Ele descreve em três pontos os traços principais do modelo proposto: 1. forças produtivas ao mesmo tempo muito desenvolvidas (na parte industrial) e atrasadas (na parte rural); 2. relações de produção de tipo escravidão (mais diferente da escravidão antiga) “gerando uma sociedade muito patriarcal e aristocrática”;⁶⁵⁸ 3. o centro das

653 Idem, p. 42.

654 CARDOSO, C. F. S. “Observations...”. Op. cit., p. 68.

655 Ver a obra coletiva sob a direção deste autor, *Escravidão e Abolição no Brasil*. Op. cit.

656 Ver CARDOSO, Ciro Flamarion S. “Sobre los Modos de Producción Coloniales de América”. In: ASSADOURIAN et al. *Modos de Producción en América Latina*. Cuadernos del Pasado y Presente. Córdoba, Argentina, 1973.

657 CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 41.

658 CARDOSO, C. F. S. “Observations...”. Op. cit., p. 68.

decisões permanecendo fora da colônia, num contexto de produção agroexportadora. Este modo de produção dominaria o cenário até meados para fins do século XIX, quando a proibição do tráfico negreiro e a abolição da escravidão “forçaram a passagem a um sistema *capitalista* no campo”.⁶⁵⁹ Cardoso, como Gorender, propõe portanto, uma solução original, reivindicando uma postura de autonomia em relação aos modelos europeus, tanto para a realidade estudada quanto para a interpretação que é feita a partir desta, rejeitando explicitamente a transferência de conceitos como fora praticada anteriormente.

Mas, se se quer conhecer melhor os problemas da América Latina, então tem que se debruçar mais sobre os traços específicos deste sistema, procurar descobrir as leis, a dinâmica interna das sociedades coloniais americanas. Enquanto isto não é feito, satisfar-se-á – como até agora – [...], em fazê-la caber – quer queira quer não – nos moldes tomados emprestados da evolução europeia, que apenas mascaram ou deturpam sua verdadeira fisionomia.⁶⁶⁰

O autor revela sua preocupação em conservar uma interpretação de cunho marxista, recusando, no entanto, a rigidez do modelo das cinco etapas obrigatórias à qual se renderam, por razões de estratégia política, os membros dos partidos comunistas, tanto da China, quanto do Brasil. Recusa-se também a satelitização da história não europeia em relação à europeia e resulta desta postura a necessidade de criar um modelo novo.

Como no caso dos defensores do modo de produção asiático a respeito da história chinesa, tanto Gorender quanto Ciro Flamarion Cardoso têm o mérito de tentar uma maior aproximação da realidade que eles estudam. Os frutos desta tentativa são muito numerosos e ricos. Além de refocalizar o objeto de estudo, a realidade brasileira

659 Idem, p. 69.

660 Ibidem.

e não um apêndice de outra realidade ('mais importante', implícita senão explicitamente segundo o etnocentrismo europeu), eles propõem uma interpretação original que permite reavaliar os 'pesos específicos' de muitos episódios e/ou aspectos, talvez até então considerados negligenciáveis por representarem, de certo modo, a 'periferia da periferia': nesta nova perspectiva, tanto a 'brecha camponesa' quanto outros aspectos da vida do povo brasileiro, especialmente rural, adquirem um relevo inédito, ademais permitido pelos novos cânones do momento dominado pela Nova História.

No entanto, apesar dos seus muitos méritos, a explicação do 'escravismo colonial' não parece absolutamente convincente. O principal obstáculo à plena adesão reside não nos objetivos e propósitos, mas no 'isolacionismo' que lhe é inerente e que esses autores acharam necessário consolidar teoricamente para enfocar a realidade brasileira em primeiro plano, em vez de como um pano de fundo para uma outra história 'principal', 'mais adiantada', europeia enfim. Com isso, eles dedicam uma indispensável atenção às dinâmicas sociais e econômicas internas. Diminuíram a importância da articulação com outros continentes: a Europa, colonizadora e freguesa, mas também a África, de papel fundamental em várias escalas, como o mostram os trabalhos de Luis Felipe de Alencastro e João José Reis.⁶⁶¹

Similar postura de ruptura aparece fundamentada no caso do modo de produção asiático para a história da China, já que os exércitos europeus não conseguiram se impor antes da metade do século XIX, como o lembrou Caio Prado.⁶⁶² O (suposto) esplêndido

661 ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O Trato dos Viventes*. Op. cit. REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil; a história do levante dos malês (1835)*. Op. cit. REIS, João José. *Ganhadores. A greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

662 Particularmente em *A Revolução Brasileira*. Op. cit., em que ele cita diversas vezes a China como contraponto à experiência histórica brasileira, procurando, deste modo, realçar a originalidade de seu devir.

isolamento do Império do Meio durante séculos, sua força de irradiação cultural em toda a Ásia, sua capacidade de absorção das mais submergentes invasões (os Mongóis de Gengis Khan e Kubilai!) podem, sem dúvida, justificar a elaboração de um novo (até de vários) modelo de interpretação original, específico. Justifica-se uma visão que não só coloca o país não europeu no primeiro plano, mas considera sua história como, senão totalmente isolada, certamente independente dos europeus. Sem falar das sociedades ameríndias que respondem a outros modelos elaborados fora da corrente evolucionista.⁶⁶³

Tratando-se do Brasil, no entanto, uma das primeiras colônias da Europa no mundo, um país definido em muito aspectos por ela,⁶⁶⁴ o exercício era mais perigoso. Recusando o ponto de vista eurocentrado, firmando pé (conceitual e historiograficamente) no continente americano para refutar uma tendência infelizmente ainda dominante que considera a Europa (e a América do Norte) como centro e modelo (do mundo), corre-se, no entanto, o risco de

663 Ver, por exemplo, o modo de produção doméstico desenvolvido por Marshall Sahlins e comentado por Pierre Clastres. In: *Âge de pierre, âge d'abondance*. Op. cit.

664 Pode-se acrescentar que não só o modelo serviu de inspiração, bem como as próprias cidades italianas, entende-se os empresários genoveses, venezianos etc., financiaram, estimularam a procura de terras e, em seguida, sua exploração para a produção desta preciosa mercadoria – o açúcar – que vendiam nos ávidos mercados da Europa do Norte, em Antuérpia, Londres etc. Não é por acaso que refinarias de açúcar foram instaladas cedo nestas cidades. Em 1544, começa a refinação de açúcar na Inglaterra. MEYER, J. *L'histoire du sucre*. Op. cit., p. 58. Este autor acrescenta que a cana-de-açúcar não é “uma cultura alimentícia em si, exceto em muito pequena escala: ela é uma cultura de comercialização por excelência [...] e esta comercialização encontra seu pleno florescimento numa estrutura capitalista no sentido pleno do termo, numa economia internacionalizada em muito grande escala”. Ele cita ainda Fernand Braudel que lamenta o efeito da cultura da cana no Mediterrâneo: “Devastadora dos equilíbrios antigos, esta recém-chegada é tão mais perigosa que ela é sustentada por um capitalismo poderoso vindo, no século XVI, de todos os horizontes da Itália, bem como de Lisboa ou Antuérpia”. Ibidem.

encontrar uma solução talvez parcialmente satisfatória. Perguntar-se-ia como o sistema econômico brasileiro pré-século xx poderia ser considerado ‘não capitalista’ e ‘particular’ se “o centro das decisões era situado fora da colônia; esta nasce com uma economia já ‘deformada’, virada para o mercado exterior, para os produtos tropicais exportáveis para a Europa”,⁶⁶⁵ uma Europa capitalista, sem disputa. Essa proposta de separação do resto do mundo para uma interpretação do sistema econômico brasileiro em toda a sua singularidade, encontra, portanto, dificuldades. A linha explicativa da Economia-Mundo pode oferecer uma solução interpretativa que garanta, ao mesmo tempo, a manutenção da originalidade do devir histórico brasileiro (no caso) e a necessidade de relacioná-la organicamente (a expressão é de Caio Prado) a outros continentes.

5.4.3 A brecha camponesa

Além dessas concepções mais gerais sobre a história do Brasil, uma das principais contribuições de Ciro Flamarion Cardoso para o assunto do presente trabalho é, seguindo os trabalhos de Lepkowski e Mintz,⁶⁶⁶ o desenvolvimento do conceito de brecha camponesa.⁶⁶⁷ Já presente em Passos Guimarães, ela foi descartada por Gorender, tanto em importância concreta no Brasil, quanto em significação

665 CARDOSO, C. F. S. “Observations...”. Op. cit., p. 68.

666 MINTZ, Sidney W. “The Origins of reconstituted peasantries”. In: MINTZ, Sidney W. *Caribbean Transformations*. Baltimore: The Johns Hopkins Univ., 1974, p. 146-156. Nesse artigo, citado por Cardoso como inspirador de seu trabalho, Mintz trata das origens da “adaptação subsequente ao estilo de vida camponês, fora elaborada pelas pessoas ainda durante o tempo em que eram escravizadas.” p. 151. Assunto que Mintz tratou anteriormente em: “The Question of Caribbean Peasantries: a Comment”. In: *Caribbean Studies* I, 1961, p. 31-34.

667 Termo cunhado por Tadeusz Lepkowski a propósito da produção dos quilombolas e dos “pequenos lotes de terra concedidos em usufruto nas fazendas, aos escravos não domésticos.” CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 54.

teórica.⁶⁶⁸ Refletia o papel dos escravizados (e sem dúvida de seus descendentes moradores ainda ‘cativos’ nos engenhos) como pequenos produtores, engajados em “atividades de tipo camponês em regimes escravistas na América”.⁶⁶⁹

A definição do camponês, que se pensa reconhecer no canavieiro trabalhando seu sítio, é “uma das mais escorregadias que existem, por referir-se a realidades muitíssimo variadas no tempo e no espaço.”⁶⁷⁰ Embora mencionando várias linhas nessa abordagem da obra decisiva de Eric Wolf,⁶⁷¹ Cardoso definiu assim a estrutura camponesa:

1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar – o que não exclui, em certos casos e circunstâncias, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar; 3) economia fundamentalmente de auto-subsistência, sem excluir por isto a vinculação (eventual ou permanente) ao mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que plantar e quando, de que maneira, sobre a disposição dos excedentes eventuais etc.⁶⁷²

Cardoso reconheceu três dimensões a essa autonomia do camponês:

1) segurança de acesso à parcela de terra; 2) grau de relação direta com o mercado vertical (distinguido do mercado horizontal, onde o intercâmbio se dá entre compradores e vendedores de igual situação social); 3) grau de gestão do

668 Essa produção não passa de “elemento integrado com caráter orgânico na estrutura da plantagem.” GORENDER, J. *O Escravismo Colonial*. Op. cit., p. 264. Ver também p. 182.

669 GORENDER, J. *A Escravidão Reabilitada*. Op. cit., p. 222.

670 CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 55.

671 WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

672 CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 56-57.

camponês sobre sua parcela, no tocante à distribuição dos recursos disponíveis.⁶⁷³

O autor defende que “uma autonomia e uma estabilidade de fato bastante altas quanto aos três pontos”⁶⁷⁴ pode ser identificada na condição de escravos dispondo de um sítio. Mintz defende que “as ‘brechas’ agrícola e mercantil obrigam a por em dúvida a existência, nas colônias das Américas, de um modo de produção escravista.”⁶⁷⁵ Cardoso discorda. O vulto da atividade agrícola e de seus desdobramentos mercantis o conduziu a recusar, no entanto, a denominação de “economia natural”.⁶⁷⁶ Ao contrário, citando longamente Stuart B. Schwartz, ele concorda que os atores da brecha camponesa, inclusive na época da escravidão (o que deixa supor que isso seja verdadeiro depois dela⁶⁷⁷), “mesmo escravos utilizados na agricultura eram capazes de participar diretamente na economia de mercado e de acumular capital”.⁶⁷⁸

Schwartz insistiu também na competência dos canavieiros neste campo. Escravizados fugitivos reivindicavam dois dias livres, “com direito a pescar, plantar arroz e cortar lenha [que] indicam um certo grau de independência e auto-suficiência”.⁶⁷⁹ Com estudos primorosos sobre o período colonial, este autor ressalta que “é provável” que o sistema Brasil “tenha sido praticado com mais intensidade em

673 ARCHETTI, Eduardo *et al.* *Agrarian structure and peasant autonomy*. Oslo: International Peace Institute. CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 57.

674 Ibidem.

675 Idem, p. 58. Ele cita MINTZ, Sidney W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?”. Op. cit.; e MINTZ, Sidney W. “The so-called World-System: Local Initiative and Local Response”. In: *Dialectical Anthropology*, 11, 4, nov. 1977, p. 253-270.

676 CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 108.

677 Amplamente evidenciados para outras regiões escravistas e canavieiras também, sobretudo o Caribe, na vasta obra de Sidney W. Mintz.

678 SCHWARTZ, Stuart B. “Resistance and accomodation in eighteenth-century Brazil: the slaves’ view of slavery”. In: *Hispanic American Historical Review*, 57, 1, 1977, p. 73.

679 SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru SP: EDUSC, 2001, p. 155.

alguns lugares e épocas do que em outros.”⁶⁸⁰ Cardoso concedeu a Gorender e Manuel Correia que a “atribuição de uma parcela e do tempo para cultivá-la” visava “minimizar o custo de manutenção e reprodução da força de trabalho.”⁶⁸¹

Em regiões dedicadas, como a zona canavieira de Pernambuco, a “produtos primários” destinados ao mercado mundial, as atividades “camponesas”, denominadas “atividades de subsistência”, eram, contudo, preteridas pela “concentração maciça dos fatores de produção na agricultura comercial de exportação”.⁶⁸² Diversos pontos distinguem Cardoso de Gorender e outros autores a respeito da relativa garantia para o trabalhador rural de dispor de terra e se tornar produtor agrícola distinto da grande propriedade. Criticando a “visão monolítica, ‘classificatória’”⁶⁸³ de Gorender, que sublinhava a fragilidade da concessão “revogável” segundo o bel prazer do proprietário, Cardoso enfatizou a perenidade, pois transformado em “costume cada vez mais arraigado e difundido – coisa para a qual apontam os próprios documentos usados por Gorender – tal revogação tornou-se, na prática, muito difícil de realizar.”⁶⁸⁴

Outro ponto, defendido por Cardoso, é mais controverso: recusando a tendência de certos autores a tratar as plantações escravistas como campos de concentração,⁶⁸⁵ ele defendeu a existência de

680 Embora, num capítulo posterior, ele questione a forma como ela seja por esses autores considerada “em forma unilateral” como uma vantagem para o senhor. CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 108.

681 Idem, p. 58.

682 Idem, p. 59.

683 Idem, p. 111. O autor continua: “(à maneira dos velhos manuais de marxismo) e irrealista do próprio escravismo, e, em regra geral, da noção de modo de produção” que “resulta, entre outras consequências, [numa] imagem do escravo como objeto, e jamais como sujeito social.” Ibidem.

684 Idem, p. 110.

685 Ver a rica contribuição da tese de José Marcelo Marques Ferreira Filho. *Arquitetura Especial da Plantation Açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século xx)*. Op. cit.

“um acordo legal ou consuetudinário” entre “a classe dominante e a classe explorada” que garantia “certos direitos cuja infração traz consigo o perigo de alguma forma de rebelião.” O autor elaborou sobre a “margem de autonomia” constituída por essa “possibilidade de dispor de uma economia própria era muito importante econômica e psicologicamente.”⁶⁸⁶ Aparecem os termos habituais: paternalismo e apego, presentes em muitas obras anteriores. Schwartz, por sua vez, analisa sutilmente aspectos entremeados das relações pessoais e econômicas e evidenciando, a respeito de suposto paternalismo, desta vez na sua expressão máxima – o compadrio entre senhores e escravizados ou ingênuos: “o que é notável não é a frequência [...] de tais laços, mas, na maioria dos casos, sua ausência constante”.⁶⁸⁷

Cardoso contribuiu para o debate com a ideia de que essa percepção positiva por parte dos trabalhadores era correspondida por objetivos apenas de contenção do lado patronal. Ele identificou no sistema uma fonte de conflito e uma “potencialidade dinâmica”.⁶⁸⁸

“Os escravos acham que está muito bem. Um poderoso incentivo para estimulá-los a trabalhar para o seu dono consiste em ameaçá-los de tirar-lhes o sábado e alimentá-los segundo as leis... Esta modalidade, que parece tornar livres os escravos durante alguns dias, faz com que se apeguem aos seus donos e às suas cabanas... Pode-se estar certo de que um negro que tenha o seu lote em bom estado, sua horta e suas aves, não fugirá. [...] É fácil garantir a subsistência de um pequeno número de escravos, mas muito difícil manter continuamente depósitos bem guarnecidos para alimentar a centenas...”⁶⁸⁹

686 CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 59.

687 SCHWARTZ, S. B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Op. cit., p. 290-291.

688 CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 60.

689 Paris: Bibliothèque Nationale, série “Nouvelles Acquisitions Françaises” n° 2571: Dr. Artur, médico do Rei em Caiena, “Histoire des colonies françaises de la Guyane”, livro 5, fa. 314-315. In: CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 78.

O aspecto funcional da brecha camponesa ganhou destaque na concepção de Ciro Flamarion Cardoso.⁶⁹⁰ Antônio de Barros Castro, por sua vez, sublinhou-o como resultante da pressão dos trabalhadores, isto é “da luta de classes”.⁶⁹¹ Essa atividade, e o comércio feito de seus produtos “estabelece vínculos entre os escravos e os engenhos e fazendas.”⁶⁹² A relativa autonomia quanto ao exercício da agricultura, nesse caso, dava-lhes a oportunidade de reconstruir “um pequeno mundo seu, eivado, naturalmente, de reminiscências africanas”,⁶⁹³ observação já feita, aliás, a respeito da agricultura praticada pelos quilombolas. Nas palavras de um intendente de plantação, “aí os escravos estão em casa”.⁶⁹⁴ Barros entendeu a situação, emergindo dialeticamente, como um

entrechoque de senhores e escravos: estes, procurando construir um espaço próprio, aqueles, divididos, resistindo em parte, cedendo em parte (inclusive por perceber os possíveis benefícios trazidos pelas pequenas roças de mantimentos).⁶⁹⁵

Barros⁶⁹⁶ cita Schwartz e sublinha a potencialidade transformadora revelada por situações extraordinárias de rebelião aber-

690 CARDOSO, Ciro Flamarion S. “A Brecha Camponesa no Sistema Escravista”. In: *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

691 CASTRO, Antônio de Barros. “A economia política, o capitalismo e a escravidão”. In: LAPA, J. R. do A. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 67-107.

692 Ele cita, entre outros documentos, o opúsculo de Francisco P. de Lacerda Werneck, na versão de 1878. Idem, p. 99.

693 Ibidem.

694 Ibidem. O autor lembra, segundo o testemunho de Maria Graham, a alta produtividade desta brecha camponesa: “pelo menos o dobro em proporção do que a terra do senhor, apesar das poucas horas de trabalho que lhe são dedicadas.”

695 Ibidem.

696 Ele discorda de Cardoso e Gorender, considerando o escravizado “uma antecipação do moderno proletário”, comparando “o processo de trabalho num engenho escravista do século XVI [que] é similar ao de uma grande lavoura (*plantation*) capitalista contemporânea. Além disto, mais se assemelha ao processo de trabalho numa grande fábrica inglesa no início do século XIX que o

ta,⁶⁹⁷ e subjacente o resto do tempo. Reis e Silva, por sua vez, enfatizam na brecha camponesa, seguindo Cardoso, “sua função enquanto mecanismo de manutenção da ordem escravista.”⁶⁹⁸ Apoiados, como Barros, no explícito opúsculo do barão de Pati,⁶⁹⁹ eles identificaram outras dimensões na possibilidade de ter um lote de terra cedida e um dia por semana para cultivá-lo: além do abastecimento – a possibilidade de adquirir

tabaco, comida de regalo, uma roupinha melhor para mulher e filhos etc. [...] [S]ua motivação parece ter sido o que apontamos como válvula de escape para as pressões do sistema: a ilusão de propriedade “distrain” da escravidão e prende, mais que uma vigilância feroz e dispendiosa, o escravo à fazenda.⁷⁰⁰

Nota-se que o vocabulário (“distrain”, “pequeno direito de propriedade” transformado em “ilusão de propriedade” sob a pena dos historiadores) era do plantador, proprietário da terra e dos trabalhadores. Os autores argumentaram que o sistema escravista (e, mais ainda, seu sucessor no qual a ‘morada’ é predominante) não repousava apenas na força. Embora o acesso a terra cedida tivesse por propósito patronal “prender o escravo à fazenda [isto] não anula sua importância – tanto econômica quanto psicológica.”⁷⁰¹ Notavelmente, os autores sugeriram que a influência psicológica fosse também positiva para o plantador, na medida em que a cessão de terra o

[processo de trabalho] característico dos séculos XVI e XVII na Europa”. Idem, p. 92. Veremos como Sidney W. Mintz já expôs e desenvolveu essa ideia.

697 Todos os autores se referem ao mesmo episódio baiano tratado por Stuart Schwartz.

698 REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 23.

699 *Memórias sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro, sua administração e épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc.* Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1847.

700 REIS, J. J. e SILVA, E. *Negociação e Conflito*. Op. cit., p. 31.

701 Ibidem.

tornaria “mais humano aos seus próprios olhos.” Esse comentário marginal joga uma luz interessante sobre a versão do período de vigência da ‘morada’ nos canaviais de Pernambuco, segundo José Lins do Rego e Gilberto Freyre.

Ciro Flamarion Cardoso tendeu a acompanhar José de Souza Martins, quanto à configuração social específica do período pós-abolição. Segundo esse sociólogo, no seu famoso estudo *O Cativo da Terra*, o capitalismo “engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução [do capital] [...] relações antagônicas e subordinadas não capitalistas”.⁷⁰² Embora essa nova tentativa seduzisse Cardoso – “me parece fecunda”⁷⁰³ – para as zonas cafeeiras, o sociólogo alargou o campo de aplicação: o “regime do colonato abrangeu tanto a cultura de café quanto a de cana-de-açúcar”.⁷⁰⁴ Ele sublinhou um traço interessante, “o colono não era um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar. É, porém, a produção direta dos meios de vida com base no trabalho familiar que impossibilita definir essas relações como relações capitalistas de produção.”⁷⁰⁵ Ou seja, embora recebesse um salário em numerário, o fato de dispor, na propriedade de seu empregador, de meios para produzir alimentos o retiraria da esfera das relações de produção de tipo capitalista.⁷⁰⁶

702 MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. Op. cit., p. 20.

703 CARDOSO, C. F. “A abolição como problema histórico e historiográfico”. Op. cit., p. 92.

704 MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. Op. cit., p. 18.

705 Idem, p. 19.

706 “A prévia mercantilização de todos os fatores envolvidos nessas relações, mediante o que o salário não pode ser um salário-aritmético, isto é, disfarçado, mas deve ser salário em dinheiro para que os meios de vida necessários à produção se determinem como relações capitalistas de produção.” Idem, p. 19. Ver também o capítulo III “Desigualdade e propriedade: os marcos do processo de valorização no regime do colonato”. Idem, p. 77 et ss.

A amplitude do que o autor identificava como “produção capitalista de relações não capitalistas de produção”⁷⁰⁷ não se limitava, como para outros estudiosos, à ‘morada’, ao cambão etc. Surpreendentemente, englobava até mesmo a renda fundiária. A este respeito, Martins se distinguia da tese feudal, embora ela lhe servisse de referência. Entrava uma nova escala que, defendia o autor, explicava a “irracionalidade” da concentração fundiária que permitia extrair a renda capitalista da terra desta forma: “não é mais um tributo individual e pessoal do servo ao seu senhor; agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra.”⁷⁰⁸ Ademais, Ciro Flamarion Cardoso assinalou a importância das formas de trabalho compulsório presentes nas Américas ao lado do “escravo-mercadoria”: entre outros, “o cambão brasileiro, ligado também a sistemas de endividamento”.⁷⁰⁹

5.5 A “morada” como “dádiva”

Antropólogos do Museu Nacional do Rio de Janeiro,⁷¹⁰ sob a direção de Moacir Palmeira, desenvolveram uma interpretação das relações de trabalho de tipo “morada” nos canaviais de Pernambuco original em termos teóricos, pois seguiu as linhas analíticas próprias de sua disciplina, utilizando conceitos como prestações e contraprestações. A “dádiva”,⁷¹¹ segundo Marcel Mauss, formulada a partir e a propó-

707 Idem, p. 21.

708 MARTINS, J. S. *O Cativo da Terra*. Op. cit., p. 20.

709 CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 10.

710 Particularmente Lygia Sigaud, Afrânio Raul Garcia e Beatriz Herédia, assim como seus próprios alunos, a exemplo de Moema Maria Marques de Miranda. Embora Pedro Eugênio Toledo Cabral não pertença a essa linha antropológica, ele será citado aqui na medida em que certos argumentos que ele expõe coincidem com os de Lygia Sigaud em particular.

711 MAUSS, Marcel. “Du don, et en particulier de l’obligation à rendre les présents”. “Essai sur le don”. Paris: PUF, 1950. In: *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF,

sito de sociedades muito distintas da brasileira, forneceu uma abordagem inovadora.

O surgimento das usinas e a expulsão dos moradores das propriedades para a ponta de rua, expressaram, para esses autores, a penetração do capitalismo na área rural. A proletarianização dos trabalhadores rurais na Zona da Mata foi, portanto, um desdobramento relativamente recente. Esses autores consideraram que, após o fim da escravidão, a mão de obra rural da zona canavieira passou por um longo período de relações de trabalho que foram qualificadas de não capitalistas. O modo de produção dominante não teria sido capitalista no âmbito do engenho “a ‘*plantation*’, o latifúndio não capitalista”.⁷¹² Paradoxalmente, defensores da opção “pré-capitalista”, eles usaram, ao mesmo tempo, o conceito de “*plantation*” ou simplesmente plantação,⁷¹³ definida pelos seus conceitores no contexto do capitalismo mundial. Nem mesmo o fato de que os trabalhadores rurais recebiam salário (em espécie) constituiria um fator determinante:

[A]pesar das aparências de trabalho assalariado, seria problemático afirmar sua existência na “*plantation*” açucareira

1966, p. 145-279. O conceito está ganhando audiência no Brasil. Ver MARTINS, Paulo Henrique. (Org.). *A Dádiva entre os Modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis: Vozes, 2002.

712 CABRAL, P. E. T. *O Trabalhador da Cana-de-açúcar...* Op. cit., p. 135.

713 Estes e outros autores usam sistematicamente do termo ‘*plantation*’, em inglês, para remeter à categorização estabelecida, em famoso artigo, por Sidney W. Mintz e Eric Wolf: “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. Op. cit. Na oportunidade da tradução, o Professor Mintz autorizou a utilização da palavra ‘*plantação*’ para “*plantation*” por terem ambos os termos amplitudes semânticas similares; portanto, só mencionarei a palavra ‘*plantation*’ em vez de ‘*plantação*’ quando especificamente utilizada por certos autores. Embora entenda-se a preocupação dos citados estudiosos em distinguir o tipo analítico ‘*plantation*’ da realidade das unidades de produção, isso lhe confere uma conotação exótica (útil durante a ditadura, segundo José Sérgio Leite Lopes, porque escapava à vigilância dos censores).

de Pernambuco. Este teria sido introduzido no período da retomada das exportações de açúcar, em meados da década de 50, quando o sistema de “*plantation*” começou a sofrer uma série de alterações, que se traduziram na expropriação do morador da casa e do lote de terra que tradicionalmente lhe eram asseguradas e na expulsão do morador das propriedades. [...] A categoria “salário” dos trabalhadores surge com o Estatuto [do Trabalhador Rural] e não no momento em que o trabalho assalariado se tornou dominante na área, i.e., em meados dos anos 50.⁷¹⁴

Entretanto, salários já vinham sendo pagos aos trabalhadores, havia pelo menos meio século; portanto, assalariados eram. Todavia, não eram proprietários; não poderiam ser passíveis de “desapropriação”.⁷¹⁵ No entanto, Moacir Palmeira justificou:

Só tem sentido falarmos de expropriação de alguma coisa como um campesinato nordestino, se pensarmos em expropriação, não em termos de separação do trabalhador de seus meios de trabalho, como é o caso em outras situações históricas, mas, para usarmos os termos de Marx, em expropriação do trabalhador de suas “condições de produção”.⁷¹⁶

Embora fossem os trabalhadores submetidos à expropriação – qualificada de “indireta” – isso “não implica, necessariamente, em

714 SIGAUD, L. “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”. Op. cit., p. 51 e p. 65.

715 Defendendo a mesma ideia, noutro artigo, ele justifica enfaticamente o termo: “Não nos parece pois desprovido de sentido falarmos de expropriação do campesinato. Trata-se menos de despojamento dos trabalhadores rurais de seus ‘meios de produção’, pois destes, de alguma maneira, já haviam sido ou sempre estiveram expropriados, mas de sua expropriação de relações sociais, por eles vividas como ‘naturais’ [sic], que tornam viável sua participação na produção e sobre as quais, por isso mesmo, exercem algum controle que se traduz num certo ‘saber fazer’.” PALMEIRA, M. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 89.

716 PALMEIRA, M. “Morar: a lógica da plantação tradicional”. Op. cit., p. 113.

proletarização.”⁷¹⁷ Poder-se-ia debater os termos tomados emprestados tanto a Marx, (mencionado mas raramente citado), quanto a Wolf e Mintz, aos quais Lygia Sigaud se referiu implicitamente ao usar a palavra ‘*plantation*’ em inglês. Pois os traços que a autora atribuiu a essa unidade de produção, sobretudo quanto à condição da força de trabalho, corresponderiam mais precisamente à ‘*hacienda*’ na classificação de Wolf e Mintz.⁷¹⁸ A autora argumentou sobre a relação de venda de força de trabalho, em moldes que recusavam a opção capitalista:

Acreditamos que o trabalhador sempre tenha privilegiado em sua relação com o trabalho o aspecto da relação com o proprietário, da qual a remuneração constituía uma dimensão importante. A remuneração do trabalho seria uma das prestações por parte do senhor de engenho na cadeia de prestações e contraprestações que caracterizavam as relações assimétricas entre moradores e proprietários e seria, por isso mesmo, carregada de elementos extra-econômicos como lealdade do morador e reconhecimento por parte do proprietário.⁷¹⁹

Para Lygia Sigaud, o fenômeno de proletarização tomou realmente vulto desde os anos 1950, especialmente após 1964, com a saída dos moradores dos engenhos, analisada como “a expropriação de cultivadores, semelhante em termos gerais a outros ocorridos na história”.⁷²⁰ Estabeleceu assim um paralelo entre a expulsão dos moradores dos engenhos, similar ao “fim do colonato” no sul do país,⁷²¹ e o episódio da história europeia conhecido como as *enclosures*.⁷²² Sem nomear o modo de produção anteriormente domi-

717 PALMEIRA, M. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 91.

718 WOLF, E. e MINTZ S. W. “Fazendas e Plantações na Meso-América...”. Op. cit.

719 SIGAUD, L. “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”. Op. cit., p. 55.

720 SIGAUD, L. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit., p. 14.

721 Idem, p. 12.

722 Idem, p. 37. Esses cercamentos das terras antigamente usadas por comunidades aldeãs foram objeto de resistência, mas terminaram por selar a propriedade

nante, assimilou explicitamente os dois processos, europeu e brasileiro, à penetração do capitalismo no campo. Marx foi mencionado para apoiar esta interpretação. Contudo, a opção ‘feudal’ não era apropriada,⁷²³ como Moacir Palmeira defendeu na sua tese de doutorado.⁷²⁴ O autor rejeitara igualmente as teses de Gunder Frank, “que coloca o latifúndio como um ‘efeito’ do funcionamento do sistema capitalista como um todo”.⁷²⁵ A rejeição dos modelos de interpretação propostos era feita de forma a mostrar sua importância teórica⁷²⁶ e política.⁷²⁷

privada fundiária em toda a extensão do Reino Unido, no século xviii. Marx tratou longamente da importância desse movimento na gênese do capitalismo, no primeiro volume de *O Capital*. Ele realçou sua crueldade e seus efeitos deletérios em termos sociais.

723 Com muita propriedade, Palmeira realça que, de fato, os defensores da teoria feudal levantam “a complexidade de toda formação social (à base da qual sempre haveria vários modos de produção)”. PALMEIRA, M. G. S. *Latifundium et capitalisme*. Op. cit., p. 98.

724 Idem.

725 Idem, p. 100.

726 Evidenciando um “acordo ‘epistemológico de fundo’” redutor, a seu ver, uma nova “luz é jogada sobre o processo mesmo de ‘qualificação’ da ‘realidade’ do latifúndio. Se tal processo parece remeter, numa primeira leitura, à manipulação de certo número de conceitos aos quais os autores se referem, de fato, ele é-lhes exterior embora (como tentamos mostrar) esses ‘conceitos’ (se se quer chamar ‘conceitos’ conceitos que não constituem mais um sistema) tenham uma função. A qualificação de ‘feudal’ ou ‘capitalista’ remete, antes, a um jogo de semelhanças que se estabelece entre realidades construídas, mas não são vislumbradas como tais, e alguns textos de referência. A oposição teórica real que parecia constituir duas grandes correntes de pensamento do social a concepções divergentes aparece então como uma oposição de descrições referenciadas a afirmações divergentes (ou aparentemente divergentes) ou ambíguas (ou aparentemente ambíguas) de um texto de referência comum e a descrições feitas pelos próprios agentes da ‘realidade’ estudada, ao fundo da qual encontram-se opções de caráter tático-político.” Idem, p. 100-101.

727 “Desde essa época [da controvérsia entre Caio Prado e o pcb], tornou-se quase obrigatório entre historiadores e sociólogos tomar uma posição frente a essa questão, nem que seja para rejeitá-la.” Idem, p. v.

Citando o artigo definidor da fazenda e da plantação de Wolf e Mintz, Moacir Palmeira introduziu a temática que será posteriormente muito desenvolvida nos seus próprios escritos e dos seus colegas. Ele tentou resolver a oposição entre as duas grandes linhas explicativas: evidenciar a complexidade da articulação entre a grande propriedade americana e a escala maior, detendo-se em aspectos já tratados por Mintz e Wolf, particularmente as dimensões sociais, conceitos de prestígio, patriarcalismo: e a “ligação”⁷²⁸ especial entre proprietário e trabalhador.

Assim, segundo essa interpretação, o modo de produção dominante na zona canavieira de Pernambuco não poderia ser descrito, antes da expulsão dos moradores para a ponta de rua, como capitalista. Uma reserva era feita, em relação ao modelo eurocentrado: o morador não era um camponês ao modo europeu, nem um proletário rural.⁷²⁹ A terminologia utilizada apontava no mesmo sentido: se o assalariado puro, o verdadeiro proletário, era o canavieiro uma vez expulso da plantação, que só tinha sua força de trabalho a vender, sublinhava-se-lhe a qualidade de “livre”, enquanto oposto àquela do “não-proletário ou semi-proletário”. Para o economista Pedro Eugênio Cabral,⁷³⁰ que conduziu uma pesquisa precisamente sobre esse fenômeno, o “processo usineiro”, nos primeiros decênios do século xx, agiu como “incentivo à penetração do capitalismo no campo através do trabalho assalariado.”⁷³¹ Ele classificou os trabalhadores rurais em três categorias: “o assalariado puro, o semi-proletário e o pequeno produtor independente.”⁷³²

728 “Cada trabalhador se ‘liga’ [e] apenas se ‘liga’ ao proprietário.” Idem, p. 148.

729 SIGAUD, L. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit., p. 36.

730 CABRAL, P. E. T. *O Trabalhador da Cana-de-açúcar...* Op. cit., p. 36-37. Guimarães traduz o termo por “cercamento”. GUIMARÃES, A. P. *As classes perigosas*. Op. cit., p. 80.

731 CABRAL, P. E. T. *O Trabalhador da Cana-de-açúcar...* Op. cit., p. 53. Ver também BARROS, H. O. M. de. *A caminho da ‘rua’*. Op. cit.

732 CABRAL, P. E. T. *O Trabalhador da Cana-de-açúcar...* Op. cit., p. 166.

O primeiro representa o trabalhador totalmente desprovido da propriedade ou posse dos meios de produção, não sendo, portanto, capaz de reproduzir parte da sua força de trabalho através de produção de subsistência. O segundo é capaz ainda de fazê-lo, embora já necessite, em diversos graus possíveis, do trabalho assalariado. E finalmente o pequeno produtor independente, aquele que tendo a propriedade ou a posse da terra produz cana basicamente com trabalho familiar.⁷³³

Sigaud enfatizou que o morador de engenho não era proletário,⁷³⁴ mas ‘cativo’ na plantação onde ele trabalhava. “Cativo”, “obrigação”, “sujeição”, termos com conotações que remetiam à ideia de servidão ou escravidão. Ela defendeu o uso da palavra “camponês”,⁷³⁵ tomando por referência um escrito de Francisco Julião.⁷³⁶ Estendeu sua utilização para um contexto muito posterior, ou seja, a retomada das greves de canavieiros em Pernambuco, a partir de 1979, pois, afirmara, “não seria impróprio se se considerar que, apesar de proletarizados, esses trabalhadores rurais assumem a identidade de camponeses quando está em jogo um contexto político.”⁷³⁷ Enfatizava assim uma “identidade política” para a classe dos trabalhadores rurais:

Não é por acaso que o vocabulário político “emprestou” ao campesinato um termo novo – camponês – para formular uma identidade nova, prisioneiro que era dos termos

733 Ibidem. O autor desenvolve essa ideia em CABRAL, P. E. T. “Tempo de morada”. Op. cit.

734 SIGAUD, L. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit., p. 36.

735 Termo também utilizado por Moacir Palmeira: “Empregaremos os termos ‘trabalhador rural’ e ‘camponês’ como equivalentes, como se tornou usual no Brasil nos últimos anos, aí incluídos os assalariados permanentes e temporários, os parceiros e os arrendatários, bem como os posseiros e os pequenos proprietários familiares”. PALMEIRA, M. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 89, Nota 3.

736 JULIÃO, Francisco. “Cambão”. Op. cit.

737 SIGAUD, L. “A luta de classes em dois atos”. Op. cit., p. 49.

em circulação restrita (matuto, caboclo, lavrador etc.) no momento de sua entrada no cenário político e que, em algumas áreas, o termo tenha sido reapropriado para designar os trabalhadores rurais engajados na luta política.⁷³⁸

À procura do “core” histórico-antropológico desse ‘campesinato’ nas plantações de cana-de-açúcar, com as quais estava tão familiarizado, e onde nasceu o grande movimento social que observava,⁷³⁹ Moacir Palmeira definira o que essa proposta de interpretação oferecia de inovador:

um “contrato” particular que o liga a um senhor de engenho particular, isto é, e só quando se põe em relação com, que o trabalhador potencial se torna um morador [...] [ele] se liga de uma maneira específica ao proprietário.⁷⁴⁰

A ‘morada’, significaria “uma subordinação completa não só econômica mas política e social ao proprietário.”⁷⁴¹ Lygia Sigaud detalhou com minúcia esta relação, destacando as características significativas:

Sem que fosse necessário consagrá-la no papel, proprietários e *moradores*, ao estabelecerem o “contrato” de *morada*, tinham internalizadas as regras de uma relação assimétrica que tornava o *morador* mais um bem do proprietário.⁷⁴²

738 Idem, p. 50. Este autor sublinha também a proibição do termo pelas autoridades da ditadura militar, “conseguindo, na cidade, em certo momento, criar a sensação de desaparecimento do campesinato.” Ibidem.

739 Seu assunto predileto sendo a retomada do movimento de luta, por ocasião da greve de 1979, em São Lourenço da Mata e Paudalho. Participante, com sua equipe de pesquisadores, de todas as campanhas salariais em Pernambuco, até o fim dos anos 1980, seus escritos tratam dos diversos aspectos desse movimento que lançou o que chamaria de ‘reconquista’ dos sindicatos da Zona da Mata pernambucana, iniciada com a eleição do representante de Pernambuco, canavieiro de Vicência, José Francisco da Silva, à presidência da Contag, em 1968, mas dinamizado sobretudo a partir da greve acima mencionada.

740 PALMEIRA, M. “Morar: a lógica da plantação tradicional”. Op. cit., p. 104.

741 CABRAL, P. E. T. *O Trabalhador da Cana-de-açúcar...* Op. cit., p. 36.

742 SIGAUD, L. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit., p. 34.

Em termos sociais, as consequências da mudança foram consideradas genericamente como negativas: “antes” as relações eram mais “pessoais” entre empregadores e empregados, mais “simpáticas, de tipo que os sociólogos anglo-saxões chamam de ‘face to face’ ou primárias”.⁷⁴³ As usinas rebaixaram os senhores de engenho à condição de “simples fornecedores”,⁷⁴⁴ e afetaram a condição dos trabalhadores, doravante envolvidos em relações “categóricas, impessoais, secundárias no tempo da usina. [...] Eram dominados no passado como o são neste outro momento; mas foi modificada a forma de dominação, pois esta tornou-se mais eficiente do ponto de vista dos dominadores.”⁷⁴⁵

Lygia Sigaud adotou uma linha explicativa que ecoava autores famosos: a “reprodução do morador dependia fundamentalmente de suas relações personalizadas com o proprietário, a quem devia lealdade.”⁷⁴⁶ Afrânio Raul Garcia retomou os mesmos termos: “dominação personalizada”.⁷⁴⁷ Entende-se uma relação concebida como especial na sua natureza, distinta daquela vivenciada por qualquer operário de fábrica ou usina. A presença de um intermediário, o administrador,⁷⁴⁸

743 ANDRADE, J. B. X. de. *Do Banguê à Usina*. Op. cit., p. 75.

744 Evidentemente, com a exceção de senhores de engenho tornados usineiros... detalhe geralmente esquecido!

745 Ibidem.

746 SIGAUD, L. “A percepção do salário...”. Op. cit., p. 50-51.

747 GARCIA, A. R. *O Sul: caminho do roçado*. Op. cit., p. 11. ideia retomada ao longo do livro, sobre terras de açúcar na Paraíba, cuja versão ampliada foi publicada em francês como GARCIA, A. R. *Libres et assujettis*. Op. cit.

748 A respeito do intermediário, muitas vezes evocado como uma mazela desumanizante acompanhando a usina, Moema Miranda fez a seguinte ressalva, mostrando a funcionalidade dessa posição social, duplamente a serviço do patronato. Admitindo que os trabalhadores pudessem ter tido “alguma vez” razão para queixa, um senhor de engenho entrevistado logo complementa: “mas mais por causa do empregado, que empregado às vezes não trata bem [o trabalhador].” A antropóloga logo analisa: “Esta argumentação não representa uma ‘crítica’ formal ao empregado, ou uma quebra na relação estabelecida com ele. Pelo contrário, por poder estar no lugar do proprietário sem o ser, o

mudaria essencialmente a situação.⁷⁴⁹ Essa ‘personalização’⁷⁵⁰ da relação com o empregado era certamente expressa pelos senhores de engenho; qualquer outro ator social – o Estado ou, mais recentemente, o Sindicato – era considerado “estranho”, como o assinalara Moema Miranda.⁷⁵¹ Era um argumento útil à classe patronal nos conflitos, um plantador relatando que chegou à seguinte conclusão:

[V]alía a pena pagar um preço mais elevado do que aconteceria em caso de acordo, para garantir, a longo prazo, uma relação com os trabalhadores que os levasse a duvidar do sindicato, da greve e da Justiça do Trabalho como meios eficazes para solucionar seus “problemas” [reforçando] determinadas características da forma tradicional de relacionamento entre o proprietário e seus trabalhadores.⁷⁵²

Nessa visão da ‘morada’, tal atitude não era apenas tática patronal nas relações entre empregadores e empregados, mas significava uma organização das relações de trabalho distinta das demais. Entre suas características concretas, a habitação e a terra cedidas eram essenciais e constituídas de vários elementos: em primeiro lugar a

empregado cumpre determinadas funções das quais o proprietário deve ser preservado. Isso é verdade também em relação à sua presença na audiência. Por não ser o patrão, o preposto tem condições de desempenhar tarefas consideradas prejudiciais à *imagem* daquele. Assim, a ‘autoridade’ e ‘distância’ do patrão em relação aos trabalhadores ficam a salvo dos arranhões que sua presença na Junta poderia criar.” MIRANDA, M. M. M, de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 190.

749 Fazendo um paralelo, nessa perspectiva, toda a relação mudaria quando o operário/ empregado fosse se apresentar a um encarregado de recursos humanos numa metalúrgica, em vez do dono em pessoa!

750 Moema Miranda utiliza a palavra “pessoalidade”. MIRANDA, M. M. M. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 190.

751 Idem, p. 95. A autora mostrou como isso servia também para “desculpar as ‘rebeliões’ dos subordinados”, nas insurreições ou no recurso à Justiça do Trabalho. Ibidem.

752 Idem, p. 236.

própria casa, embora não estivesse presente unicamente na relação de ‘morada’, no sentido restrito que Palmeira lhe dá. Junto da casa do morador, havia o roçado,⁷⁵³ que o autor designou também como o “‘terreiro’, ‘chão de terreiro’ ou ‘fundo de casa’ que lhe é coextensivo, que é uma peça da casa”.⁷⁵⁴ Tampouco esse lote de terra caracterizaria por si só a ‘morada’; e o “botar” roçado, isto é, plantar “produtos que compõem o fundamental do consumo familiar semanal: mandioca (roça), feijão, milho [...] não é uma atividade exclusiva dos moradores: ao contrário, ele representa a atividade por excelência dos pequenos produtores independentes da região.”⁷⁵⁵

Apenas o sítio tinha uma função definidora da relação de ‘morada’.⁷⁵⁶ Sem sítio, o morador encontrar-se-ia numa situação amputada. Pois, segundo Palmeira, esse lote de terra conferia-lhe a capacidade de ter árvores⁷⁵⁷ e, eventualmente, obter a autorização para plantar “cana, produto ‘nobre’ e rentável.”⁷⁵⁸ Sobretudo, o sítio garantia-lhe certa medida de “autonomia”:

Os *moradores com sítio*, ao contrário, moram dispersos pelos *corgos* ou *grotas*, dispondo de uma autonomia maior, que deve ser compensada por uma interiorização mais completa das

753 PALMEIRA, M. “Morar: a lógica da plantação tradicional”. Op. cit., p. 105. Talvez seja mais útil à análise, em termos históricos e sociais, separar o uso do solo (comum à região fisiogeográfica, em termos de culturas alimentícias) da relação trabalhista que leva à posse (e não propriedade no caso dos moradores de engenho) da terra.

754 Ibidem.

755 Ibidem, Nota 3.

756 Quanto à definição dos termos ‘morador’ e ‘morada’, Palmeira é o mais rigoroso, assim como Afrânio Raul Garcia que parece, no entanto, estender mais o termo, na medida em que engloba, por exemplo, os foreiros. GARCIA, A. R. *O Sul: caminho do roçado*. Op. cit., p. 80.

757 Segundo esse autor, sinal de ligação “permanente à propriedade (e aqui o tempo de permanência passa a ser um elemento importante).” PALMEIRA, M. “Morar: a lógica da plantação tradicional”. Op. cit., p. 106.

758 Ibidem.

regras da morada (por outra parte, pré-requisito pra que se possa vir a ter um sítio).⁷⁵⁹

A lógica da ‘morada’ pré-capitalista estava toda contida nesse paradoxo, segundo essa linha de interpretação. Citando *As memórias de um senhor de engenho*, o autor enfatizou a ambiguidade dessa “liberdade”, fruto da “complacência e o espírito de equidade do senhor de engenho”.⁷⁶⁰ Pois, mostraram Moacir Palmeira e Lygia Sigaud, tudo estava submetido ao bel prazer do empregador: não apenas as colheitas, mas também o trabalho. A “condição”, identificada em geral ao trabalho gratuito, remete antes à obrigatoriedade do trabalho para o engenho.⁷⁶¹ Isso assegurava à empresa, *in loco*, a mão de obra necessária nos momentos de maior necessidade. Na tipologia complexa apresentada pelo autor, entre as diversas categorias de pessoas que moravam no engenho,⁷⁶² nem sempre respondendo à estreita definição de ‘morador’ que ele estabeleceu, havia uma categoria muito útil:

não recebe nenhuma designação específica, mas onde morada e sujeição passam a ser sinônimos – o morador tendo de trabalhar efetivamente todos os dias da semana para o engenho, a exclusividade do trabalho para a propriedade deixa de ser alguma coisa a mais, como acontece no caso anterior, para tornar-se uma situação “normal” – permite-nos ver melhor a

759 Ibidem.

760 Ibidem. Citação de Júlio Bello, na sua obra *Memórias de um Senhor de Engenho*, Op. cit., p. 136.

761 PALMEIRA, M. “Morar: a lógica da plantação tradicional”. Op. cit., p. 107. O autor afirma que o mínimo é de dois dias por semana. O termo ‘gratuito’ é discutível, na medida em que a disposição de casa e terra pode ser considerada como uma forma de pagamento *in natura*. A própria definição da quantidade de trabalho em troca de coisas que têm valor de aluguel, por exemplo, assegura o tipo salário.

762 Além dos proprietários e seus prepostos, os habitantes do arruado, os trabalhadores especializados, alojados também no pátio do engenho, assim como os trabalhadores migrantes, os ‘corumbas’.

posição do trabalho face a outras esferas de relações sociais nos engenhos tradicionais.⁷⁶³

Nesse sentido, uma das outras características da ‘morada’, segundo Moacir Palmeira, estava na “forma de organização em que o trabalhador trabalha isolado (só ou com a família), e em que seu *ganho* depende em primeira instância da tarefa realizada,⁷⁶⁴ como ocorre na ‘tarefa’ e na ‘conta’.”⁷⁶⁵ De um lado, isso o distinguia dos demais trabalhadores condenados ao “eito”, trabalho em turma sob supervisão de um cabo. Reforçava-se a ideia de autonomia, bem como o papel articulador do morador, chefe de família, que pedia e recebia a ‘morada’ “o qual no entanto implicava no engajamento da família do ‘morador’ nas tarefas existentes dentro da propriedade”.⁷⁶⁶ Mas, o preço a pagar era eventualmente “o corte na tarefa”, ou seja “o trabalhador não tem nenhuma certeza de quanto receberá ou mesmo de que receberá alguma coisa no final, ainda que o serviço tenha sido apreçado com o senhor de engenho ou o *administrador*.” Pois, continuava o autor:

A obtenção do “ganho” não se decide apenas no trabalho mas tem que ser barganhada por fora, o bom relacionamento do *morador* com o senhor de engenho ou o administrador⁷⁶⁷ sendo decisivo no julgamento da qualidade do seu trabalho feito pelo *cabo* ou então na hora em que, tendo sido sua *tarefa* cortada, apela para o juiz supremo que é, dentro do engenho tradicional, o senhor de engenho.⁷⁶⁸

763 PALMEIRA, M. “Morar: a lógica da plantação tradicional”. Op. cit., p. 108.

764 Tarefa: “uma área de terra de 635 braças quadradas (3025 m²) aproximadamente que é fixada para o trabalhador no início da semana de trabalho, podendo ser ‘tirada’ em tempo variável (ao contrário da ‘conta’ que equivale a um dia de trabalho legal)”. Idem, p. 109.

765 Ibidem.

766 SIGAUD, L. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit., p. 35.

767 Desta vez, sem ênfase.

768 PALMEIRA, M. “Morar: a lógica da plantação tradicional”. Op. cit., p. 109.

O problema apontado – constante nos canaviais – da avaliação do trabalho efetuado para efeito de pagamento era – e ainda é – a fonte de conflitos graves, a razão última da maioria dos casos de violência patronal e de morte dos trabalhadores, muito tempo depois da “liquidação da morada”, nas palavras de Lygia Sigaud.⁷⁶⁹ Moacir Palmeira o distinguiu, no entanto, como sendo um traço peculiar à condição dos moradores. Segundo Pereira,⁷⁷⁰ esse “roubo” patronal é ainda tão importante, que deveria ser considerado como um fator propriamente econômico.

Moacir Palmeira considerava que a categoria ‘cativeiro’ constituía a “invasão da esfera privada do trabalhador”,⁷⁷¹ menor no caso do morador, isolado na periferia da plantação, do que para os habitantes do arruado, que ele não incluía na categoria autêntica dos ‘moradores de engenho’, ou até mesmo – lembrava José Sérgio Leite Lopes⁷⁷² – para os trabalhadores industriais da usina.⁷⁷³ Qualificações profissionais, competências técnicas, entravam também na definição do morador nessa linha interpretativa.⁷⁷⁴

Afrânio Raul Garcia,⁷⁷⁵ por sua vez, propôs refinar a grade de leitura para a ‘morada’, incorporando o conceito de ‘dádiva’,⁷⁷⁶ definida por Marcel Mauss.⁷⁷⁷ Ele caracterizou então a relação de ‘morada’ pelo “dom ou favor do *senhor* que acarretava o contradom do mora-

769 Título do primeiro capítulo da tese: “Lutas políticas e liquidação da ‘morada’”. In: SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit.

770 PEREIRA, A. W. *Regime Change Without Democratization*. Op. cit.

771 PALMEIRA, M. “Morar: a lógica da plantação tradicional”. Op. cit., p. 109, Nota 13.

772 Ele é precisamente citado nesse contexto.

773 LOPES, J. S. L. *O vapor do diabo*. Op. cit.

774 PALMEIRA, M. “Morar: a lógica da plantação tradicional”. Op. cit., p. 110 *et ss*.

775 GARCIA, A. R. *O Sul: caminho do roçado*. Op. cit.

776 Esse autor traduz a palavra francesa “don” pela portuguesa “dom”. Exceto nas citações, preferi aqui a denominação utilizada por Paulo Henrique Martins “dádiva”, que parece ter sido adotada pelos autores que desenvolvem o conceito atualmente no Brasil.

777 MAUSS, Marcel. “Du don...”. Op. cit., p. 145-279.

dor, destinado a saldar a dívida”.⁷⁷⁸ Essa troca remetia ao “contrato” da ‘morada’ que

submete o trabalhador ao *senhor de engenho*⁷⁷⁹ pela sujeição, ou seja, pela disponibilidade da força de trabalho do *morador* e seu grupo doméstico em relação ao *senhor*. E o *senhor auxilia* seu *morador dando* as condições no *engenho* para que reproduza sua força de trabalho, e proporcionando recursos monetários (ou diretamente através do *barracão*) para que sejam adquiridos fora só aquilo que não possa ser produzido internamente. Evidentemente, a força de trabalho e a terra, dois *fatores de produção*, não são no *engenho* tradicional dois fatores independentes, cada qual com custos próprios, pois é a sua combinação específica que assegura as condições sociais de existência da *morada*, e suas condições de reprodução.⁷⁸⁰

Associando a sorte dos trabalhadores e de seus empregadores, no caso os fornecedores de cana apenas, no “declínio do ‘engenho’”,⁷⁸¹ identificava relações de clientela, donde uma suposta comunhão de fortuna:

A construção da dependência pessoal não provinha diretamente da propriedade fundiária, mas dos seus usos sociais. Aqueles que dispunham de muita terra podiam utilizá-la para tentar organizar o conjunto da vida social daqueles que não tinham terra. O acordo que instaurava uma relação entre o proprietário fundiário e o trabalhador, o “contrato”, se assim se pode chamá-lo, não comportava apenas obrigações, contrapartidas e modalidades da participação no processo de trabalho, mas o conjunto dos aspectos da vida social, pelos quais

778 GARCIA, A. R. *O Sul: caminho do roçado*. Op. cit., p. 84.

779 Em toda essa literatura, o uso intenso de sinais gráficos, aspas, semi-aspas, itálico nem sempre consegue evitar o perigo assinalado por Moacir Palmeira ao justificá-lo: “J’espère, cependant, que ces licences de langage n’arrivent pas à créer des problèmes plus graves que ceux que je voulais éviter.” PALMEIRA, M. C. S. *Latifundium et capitalismo*. Op. cit., p. iii.

780 GARCIA, A. R. *O Sul: caminho do roçado*. Op. cit., p. 90.

781 Ibidem.

o indivíduo, desposuído no início, tornava-se cliente do seu “patrão”. Tornar-se *morador*⁷⁸² era, de certo modo, tornar-se um homem submisso a outro.⁷⁸³

A saída de moradores dos engenhos para as pontas-de-rua não seria uma mudança domiciliar, mas a

passagem de um mundo regido pela dominação personalizada, onde a proteção era a regra, a um mundo onde cada indivíduo é obrigado a gerir sua própria situação [que] produz mudanças em cadeia: as idas para as cidades ocasionam modificações no quadro de vida e nas redes de sociabilidade [...] A passagem de um sistema de coerção onde a proteção está assegurada pelos patrões a um universo caracterizado pelas relações de interdependência.⁷⁸⁴

Ele vê nisso o que Norbert Elias descreveu como a adoção “pelas classes inferiores” da autodisciplina que “caracterizava antigamente o estilo de vida das ‘classes superiores’, evolução dos costumes que o autor atribui ao ‘processo civilizatório’”.⁷⁸⁵ Afirmava-se uma troca, uma dádiva entre plantadores e trabalhadores: proteção-coerção. Mas igualmente um processo de mudança evolucionista.⁷⁸⁶ Inovando na ferramenta, a proposta não abandonou os moldes pré-estabelecidos, apesar da aparente ruptura com a matriz eurocentrada.

Para entender a lógica da proposta, é preciso voltar a suas raízes conceituais. Isabelle Schulte-Tenckhoff⁷⁸⁷ situou a dádiva dentro

782 Em português no texto.

783 GARCIA, A. R. *Libres et assujettis*. Op. cit., p. 12-13.

784 GARCIA, Afrânio Raul. “Permanences et Mutations”. In: *Études Rurales. Droit, Politique, Espace agraire au Brésil*. Juillet/décembre, 1993, p. 13.

785 Ibidem.

786 É interessante notar que, embora recusando a análise ‘feudal’, a discussão sobre a “liberdade pessoal” abastece-se em Finley (para a Antiguidade) e Marc Bloch. GARCIA, A. R. *Libres et assujettis*. Op. cit., p. 10.

787 Seguindo a historiadora da Antropologia e estudiosa dos povos do Pacífico. SCHULTE-TENCKHOFF, I. *La vue portée au loin*. Op. Cit.

da concepção funcionalista de Malinowski, analisando a “economia primitiva”, em que surgiu o conceito de “reciprocidade”, a propósito dos trobriandeses. Dádiva e contra-dádiva regiam, como princípio, essas trocas:

toda cerimônia, todo ato legal ou costume ou atividade são acompanhados da dádiva de um objeto seguida de uma dádiva recíproca; [...] a riqueza que passa de mão em mão no movimento de vai e vem, constitui um dos mecanismos (resorts) da organização social, da autoridade do chefe, dos laços de parentesco direto e por aliança.⁷⁸⁸

Mauss teorizou esse modo de estabelecer laços sociais no seu *Essai sur le don*, onde propõe “uma tipologia da troca-dádiva”⁷⁸⁹ assim como um princípio de interpretação tomado emprestado da religião maori: o *hau*, a ‘força das coisas’, que confere à troca um caráter sagrado e coercitivo.”⁷⁹⁰

Ousada foi a aplicação desses conceitos, de nascimento europeu⁷⁹¹ e elaborados com base em instituições oriundas de sociedades não europeias, cuja lógica econômica era extremamente distinta da nossa (redistribuindo as riquezas acumuladas:⁷⁹² “ter significa dar”,⁷⁹³ resumiu Malinowski), diametralmente oposta

788 MALINOWSKI, B. *Les Argonautes du Pacifique occidental* [1922]. Paris: Gallimard, 1963, p. 227-228. *Apud* SCHULTE-TENCKHOFF, I. *La vue portée au loin*. Op. cit., p. 80.

789 “Prestações totais” fundadas na complementaridade e reciprocidade (troca matrimonial entre duas frátrias na Austrália, por exemplo) e “prestações totais de tipo agonístico” associadas ao antagonismo e à rivalidade, como é o caso do *potlatch* dos índios na costa Nordeste do Pacífico. MAUSS, Marcel. “Du don, et en particulier de l’obligation à rendre les présents”. *Essai sur le don*. Op. cit., p. 150-153. A autora redigiu sua tese sobre o conceito de ‘potlatch’, precisamente. SCHULTE-TENCKHOFF, I. *Potlatch*. Op. cit.

790 SCHULTE-TENCKHOFF, I. *La vue portée au loin*. Op. cit., p. 80-81.

791 Ver 5.1.1. História evolucionista. A partição das Humanidades. A linha excludente.

792 Ver SAHLINS, M. *Âge de pierre, âge d’abondance*. Op. cit.; *As ilhas da história*. Op. cit.

793 MALINOWSKI, B. *Les Argonautes du Pacifique occidental*. Op. cit., p. 135, *apud* SCHULTE-TENCKHOFF, I. *La vue portée au loin*. Op. cit., p. 81.

à capitalista⁷⁹⁴ e estranhas à esfera do capitalismo mundial,⁷⁹⁵ embora não escapasse completamente aos perigos da transferência de conceitos. Os autores que trouxeram o conceito de “dádiva” à literatura sobre as relações de trabalho na zona canavieira certamente contribuíram para um melhor entendimento da questão, pela sua dedicação ao assunto da ‘morada’, testando por meio de conceitos antropológicos dimensões que perceberam como mais sutis nas relações de classe nos engenhos: assim, “a ambivalência inerente à dádiva, que oscila entre hostilidade e amizade, para consolidar relações entre grupos sociais, associando ao caráter sagrado da troca um elemento de competição.”⁷⁹⁶

Mas o próprio conceito fora elaborado para traduzir práticas sociais em grupos de iguais, praticando trabalho comunitário. As pessoas participantes desses intercâmbios eram potencial e efetivamente passíveis de trocar de lugar entre si. Não se pode aproximar tal contexto da relação de ‘morada’, direta herdeira e substituta da escravidão, o tipo mais profundamente desigual de relação social de classe que se pode vislumbrar. Esse esforço, imbuindo relações entre patrões e empregados de uma aura de complexidade social e conceitual extraordinária, redundava na suposta proximidade entre classes dotada de sinais positivos (induzidos pelo tom nostálgico:

794 Mauss comenta, a respeito das práticas de consumação, como os *potlachs* (prestações totais desiguais) associadas pela literatura ao princípio da dádiva, “A destruição das riquezas não significa aqui que sejam fenômenos anti-econômicos; a despesa pura não é um fenômeno anti-econômico, é simplesmente o contrário da economia privada.” MAUSS, Marcel. *Manuel d'ethnographie*. Paris: Payot, 1947, p. 106. No final do capítulo, ele distingue cuidadosamente o que acabou de apresentar do “momento em que intervêm as nações europeias, aparece o clash econômico, o problema de aculturação ou de colonização.” Idem, p. 108.

795 Gérald Berthoud interroga a existência da dádiva em sociedades capitalistas além dos “interstícios da economia mercantil”. *La nébuleuse du don. Essai de clarification*. Genève: IUED, s. d. p. 1. Mimeografado.

796 SCHULTE-TENCKHOFF, I. *La vue portée au loin*. Op. cit., p. 81.

afinal se tem saudade de algo bom) instalados na construção da ‘morada’ efetuada pela classe dominante. Assim, Lygia Sigaud afirmara a saída do engenho pelos moradores⁷⁹⁷ como uma perda. Se, por um lado, ela os tratava de “*affranchis*”, isto é, “libertos”, à maneira de antigos escravos, por outro lado ela destacava a “época em que os senhores davam lotes de terra e casas, e tem saudade dela. [...] Eles se sentem perdedores”.⁷⁹⁸

5.6 A ‘morada’ reinterpretada no contexto da economia-mundo

O presente trabalho pretende apenas evocar alguns aspectos do debate em torno da qualificação, em termos históricos, das relações de trabalho nos canaviais de Pernambuco, no período posterior à escravidão. Na perspectiva da historiografia dominante, acima evocada, a ‘morada’ recebeu os mais diversos qualificativos em termos de modo de produção ou, para os autores não marxistas, de sociedade ou sistema de produção. Como foi visto, a denominação mais recorrente e persistente é a de “feudal” ou “semi-feudal” para certos autores; “pré-capitalista” ou “não capitalista”, para outros. Essas designações foram atribuídas às relações de trabalho entre plantadores e trabalhadores rurais no período da escravidão e posterior à mesma. Esta visão foi corroborada por muitos estudiosos que, sem se pronunciar a respeito do modo de produção anterior ao capitalista, falaram insistentemente de “avanço do capitalismo no campo”, inclusive na zona canavieira de Pernambuco.

Entre as correntes que oferecem novas linhas explicativas, encontra-se a proposta da economia-mundo, definida por Immanuel

797 Como o mostra a pesquisa de Espedito Rufino de Araújo (*O Trator e o ‘Burro sem Rabo’*. Op. cit.) bem como *A situação dos Trabalhadores Rurais de Ponta-de-Rua* (Op. cit.), isto não significa que o trabalhador mudou de engenho, nem que deixou de ser fichado.

798 SIGAUD, L. “Des plantations aux villes: les ambiguïtés d’un choix”. Op. cit., p. 33. Nesse artigo, ela traduziu morador por “*ressortissant*”.

Wallerstein.⁷⁹⁹ Embora com algumas diferenças,⁸⁰⁰ Sidney W. Mintz, grande especialista do mundo açucareiro caribenho e referência para os autores aqui evocados, contribuiu fundamentalmente para a questão. Tanto Wallerstein quanto Mintz privilegiam a dimensão histórica; o primeiro, a história econômica; o segundo, trazendo a visão antropológica. Ambas são portadoras de definições úteis, estabelecidas em escala mundial.

Uma das questões subjacentes a toda a investigação é a da designação do tipo de capitalismo vigente, pelo menos nos momentos definidores da atividade açucareira em Pernambuco. Como foi visto, a denominação mais corriqueira, sob a pena dos historiadores que admitem um capitalismo precoce, é a de “mercantil”. As propostas desses dois autores evidenciam a extraordinária configuração política, econômica, demográfica etc., que presidiu à implantação da produção de açúcar nas Américas numa dinâmica capitalista potente. As características próprias do fenômeno descrito como “encontro de mundos” antes separados, para retomar a expressão cartográfica de Pierre Chaunu,⁸⁰¹ são estudadas numa perspectiva que, entre outros méritos, situa positivamente o papel de áreas geográficas explícita ou implicitamente consideradas como subordinadas, não apenas em termos de seu papel como fornecedoras de bens para outros âmbitos, mas em termos conceituais. Essa mudança é portadora de renovação porque ajuda a eliminar tais heranças historiográficas que permeavam negativamente qualquer aspecto da realidade local americana (no caso), seja ela passada ou presente e, pior ainda, futura.

799 WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno*. Op. cit. WALLERSTEIN, I. *Le capitalisme historique*. Op. cit. WALLERSTEIN, I. “L’esclavage américain et l’économie-monde capitaliste”. In: MINTZ, Sidney W. (Ed.). *Esclave = Facteur de production*. Paris: Dunod, 1981, p. 247-265; WALLERSTEIN, I. *Impenser la science sociale: pour sortir du XIXe siècle*. Paris: PUF, 1995.

800 Ver MINTZ, S. W. “The so-called World-System”. Op. cit., p. 253-270.

801 CHAUNU, P. *A expansão europeia do século XIII ao XV*. Op. cit.

5.6.1 A obra de Immanuel Wallerstein: o conceito de economia-mundo

A inovação conceitual de Immanuel Wallerstein gerou entre os historiadores um vivo debate, às vezes polêmico.⁸⁰² O próprio conceito de economia-mundo⁸⁰³ foi devidamente debatido e criticado. Marxista,⁸⁰⁴ Wallerstein mostra como o capitalismo histórico nasceu na escala intercontinental entre 1450 e 1650.⁸⁰⁵ “Em torno de 1650, as estruturas do capitalismo histórico enquanto sistema social viável estavam implantadas e já consolidadas.”⁸⁰⁶ Ele adota essa escala maior, a economia-mundo, para estudar o processo de constituição do sistema capitalista, respeitando a diversidade de suas

802 Ver o debate com Steve J. Stern, que escreveu o artigo: “Feudalismo, Capitalismo, y el sistema mundial en la perspectiva de América Latina y el Caribe”. In: *Revista Mexicana de Sociología*, n. 3, julio-septiembre de 1987, p. 3-58, ao qual Wallerstein respondeu em “Comentarios sobre las pruebas críticas de Stern”. In: *Revista Mexicana de Sociología*, Ano LI, n. 3, julio-septiembre, 1989, p. 329-345. Stern, por sua vez, retorquiu em “Todavía más solitarios”. In: *Revista Mexicana de Sociología*, Ano LI, n. 3, julio-sept., 1989, p. 347-361.

803 Título de uma obra de WALLERSTEIN, I. *Le capitalisme historique*. Op. cit.

804 Embora não num sentido “teológico”, segundo a expressão de Clastres (Ver acima 2.2.1.2 A transferência de conceitos), ou seja, mantendo sua fidelidade não à “letra” mas ao “espírito” (nas suas palavras) dos argumentos de Marx. WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno*. Op. cit., p. 128. Na Introdução ao *Capitalisme historique*, ele especifica, a respeito da “herança imensa pela sua riqueza conceitual e sua inspiração moral. No entanto, deveríamos levar a sério sua afirmação segundo a qual não era marxista, e evitar dispensá-la com um simples bon mot. [...] Saibamos, portanto, utilizar seus escritos da única maneira sensata possível, isto é como aqueles de um companheiro de luta consciente dos limites de seus conhecimentos.” Op. cit., p. 12.

805 Obviamente, a datação é debatida. Ver DOLFFUS, Olivier. “Le système monde”. In: *L’information géographique*. 1990, n. 54, p. 45-52. Esse autor distingue a gênese, no período assinalado por Braudel e Wallerstein, da realização completa, que ele situa na época da Conferência de Berlim (1885-1887) que completa “a repartição dos territórios africanos entre as potências europeias”, p. 45.

806 WALLERSTEIN, I. *Le capitalisme historique*. Op. cit., p. 43. Do mesmo autor, ver além da obra-mestre, já citada (*O sistema mundial moderno*. Op. cit.), “L’esclavage américain et l’économie-monde capitaliste”. Op. cit., p. 247-265.

manifestações locais. O termo designa um sistema econômico envolvendo qualquer parte do globo que venha a ser absorvida pelo sistema capitalista, sem preferência geográfica, nem ideia de disseminação, embora cada região desempenhe um papel específico.

O Brasil, segundo essa análise, não se encontraria numa etapa ‘anterior’ (feudal ou escravista antiga) ‘atrasada’; nem numa versão subalterna, incompleta, de um sistema capitalista plenamente desenvolvido apenas na Europa, satelitizando os demais continentes; tampouco constituiria uma linha de desenvolvimento separada do resto do mundo capitalista, num sistema próprio. Dois “elementos constitutivos” são identificados:

Por um lado, a economia-mundo capitalista construiu-se sobre uma divisão do trabalho à escala mundial, em que as várias zonas desta economia (as que designamos por centro, semiperiferia e periferia) tinham papéis econômicos específicos, desenvolviam estruturas de classe diferentes, utilizavam consequentemente diferentes formas de controle do trabalho e beneficiavam-se desigualmente do funcionamento do sistema. Por outro lado, a ação política verificou-se prioritariamente no contexto de Estados que, como consequência dos seus diferentes papéis na economia-mundo, estavam estruturados de forma diversa, sendo os Estados do centro os mais centralizados.⁸⁰⁷

Constitui-se uma imagem, um “mosaico gigantesco”⁸⁰⁸ composto de peças distintas e, no entanto, articuladas e interdependentes. Na história das relações de trabalho na zona canavieira de Pernambuco, diferenças nas modalidades de exploração não afetam a coesão do sistema mundo. Pelo contrário, elas a abastecem.

807 WALLERSTEIN, I. *O Sistema mundial moderno*. v. 1. Op. cit., p. 162.

808 O termo é de LATOUCHE, Serge. “Déterminisme économique et pensée anti-systémique: le paradoxe de Wallerstein”. In: *MAUSS*, n. 17, março 1986, p. 113.

[A] economia-mundo europeia baseada em métodos capitalistas [...] implicou uma divisão do trabalho produtivo que só pode apreciar-se devidamente tendo em consideração a economia-mundo como um todo. A emergência de um sector industrial foi importante, mas o que a tornou possível foi a transformação da atividade agrícola de formas feudais para formas capitalistas. Nem todas estas “formas” capitalistas estavam baseadas em trabalho “livre” – somente as do centro da economia. Mas as motivações dos proprietários e dos trabalhadores nos setores “não-livres” eram tão capitalistas como no centro.⁸⁰⁹

O autor reitera esse ponto com força:

Insistimos em que a economia-mundo moderna é, e só pode ser, uma economia mundo capitalista. Foi por esta razão que recusamos a denominação de “feudalismo” para as diversas formas de agricultura capitalista baseadas no trabalho coercivo que surgem numa economia-mundo.⁸¹⁰

Wallerstein se refere aos maiores autores no ramo. Qualificando a classe dominante, ele não se deixa iludir pela manutenção de nomenclaturas feudais ou, mais propriamente, vassálicas que ocultam as modificações na sua composição, com a ascensão do capitalismo:

a força da classe proprietária não se desintegrou. Como diz Marc Bloch: “O regime senhorial não tinha sido debilitado. Na realidade, viria rapidamente a possuir um vigor renovado. No entanto, a propriedade senhorial veio em grande medida a mudar de mãos.”⁸¹¹

As relações e rivalidades políticas nacionais, que se expressaram com tanta virulência no retalhamento de âmbitos não europeus, foram compatíveis, até mesmo estimulantes, para a nova

809 WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno*. v. 1. Op. cit., p. 128.

810 Idem, p. 340.

811 Idem, p. 161, citando BLOCH, M. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Op. cit., v. I, p. 129.

construção de um sistema produtivo intercontinental: “o segredo do capitalismo consistiu no estabelecimento da divisão do trabalho no quadro de uma economia-mundo que não era um império em vez de no quadro de um único Estado nacional.”⁸¹² Wallerstein enfatiza: “a existência de uma única economia-mundo de desenvolvimento nacional desigual era uma diferença crucial.”⁸¹³

5.6.1.1 “Por que Portugal [...] Por que não a China?”⁸¹⁴

Que Cristóvão Colombo e Vasco da Gama... não fossem chineses... é algo que merece alguns momentos de reflexão. Pois, no final do século xv, pelo que a historiografia nos permite entender, o Extremo Oriente, enquanto uma entidade comparável ao Mediterrâneo... é, de modo algum, inferior, ao Extremo Ocidente do continente Eurásia.

Pierre Chaunu⁸¹⁵

812 WALLERSTEIN, I. *O sistema Mundial Moderno*. v. 1. Op. cit., p. 129. O autor explica longamente a sucessão de diversos estados na posição de dominação: “A história do ‘segundo’ século xvi é a história de como Amsterdão recolheu as malhas do império dos Habsburgo em dissolução, criando um quadro de bom funcionamento para a economia-mundo que permitiria que a França e a Inglaterra comesçassem a emergir como Estados fortes, e acabassem por pôr de pé fortes ‘economias nacionais’.” Idem, p. 199.

813 Idem, p. 266. Ele mostra como o sistema capitalista utiliza os Estados. “O capitalismo baseia-se na constante absorção das perdas econômicas pelas entidades políticas, enquanto os ganhos econômicos se distribuem entre mãos ‘privadas’.” Mas ele opera “no interior duma arena maior do que a que qualquer entidade política pode controlar totalmente. Isto dá aos capitalistas uma liberdade de manobra que tem uma base estrutural. Ela tornou possível a expansão econômica constante do sistema mundial, apesar duma distribuição muito desigual do seus frutos.” Idem, p. 338.

814 Idem, p. 51 e 59. O debate foi explorado audaciosamente por A. Gunder Frank: *REORIENT*. Op. cit.

815 CHAUNU, Pierre. *Séville et l'Atlantique (1504-1650)*. I. *Les Structures géographiques*. Paris: SEVPEN, 1959, p. 50.

Essa escala mundial integrante comporta, sem dúvida, uma “hierarquia na divisão do trabalho que corresponde a uma dada distribuição espacial”, caracterizada por “mudanças constantes na localização geográfica da atividade econômica” bem como nas relações de forças econômicas.⁸¹⁶ Comparando a situação das grandes potências da época, particularmente a China e a Europa, ele mostra como “o palco estava preparado na Europa – e em mais nenhum lado – para a criação de uma economia mundo capitalista.”⁸¹⁷ E acrescenta: “O sistema estava apoiado em duas instituições chave, uma divisão ‘mundial’ do trabalho e máquinas estatais burocráticas em certas áreas.”⁸¹⁸ O “sistema mundo nasceu da Europa”,⁸¹⁹ mas ele estabeleceu-se num conjunto necessariamente configurado em escala maior com hierarquização dos espaços⁸²⁰ e atribui-

816 WALLERSTEIN, I. *Le système du monde du xve siècle à nos jours*. II. *Le mercantilisme et la consolidation de l'économie-monde européenne (1600-1750)*. Op. cit., p. 251.

817 WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno*. I. Op. cit., p. 68. Mostrando a singularidade do novo modelo, ele cita Godinho (*L'économie de l'empire portugais*, p. 619) e comenta: “Dum ponto de vista asiático, os comerciantes portugueses diferiam num aspecto fundamental dos que os tinham precedido historicamente. Os compradores eram ‘não mercadores’ – empresários privados –, mas antes, ‘uma formidável potência naval que agia em nome dum Estado estrangeiro, em benefício dos seus mercadores e dele próprio.’” Idem, p. 320.

818 Idem, p. 68.

819 DOLFFUS, O. “Le système monde”. Op. cit., p. 47.

820 “A divisão numa economia-mundo supõe uma hierarquia de tarefas ocupacionais na qual as tarefas que exigem maiores níveis de qualificação e uma maior capitalização estão reservadas às áreas mais bem posicionadas. Dado que uma economia-mundo capitalista recompensa essencialmente o capital acumulado, incluindo o capital humano, em maior medida que a força de trabalho ‘em bruto’, a má distribuição geográfica destas qualificações ocupacionais envolve uma forte tendência para a sua auto-manutenção. As forças do mercado reforçam-na em vez de a minar. E a ausência dum mecanismo central na economia-mundo torna muito difícil a introdução de forças capazes de contrariar a má distribuição dessas recompensas. Portanto, o processo de expansão numa economia-mundo tende a aumentar as distâncias econômicas e sociais entre as suas diferentes áreas no próprio processo do seu desenvolvimento.” WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno*. I. Op. cit., p. 339-340.

ção de papéis específicos – diversos mas relacionados – a cada um. A articulação das regiões do globo, segundo modalidades novas, só poderia concretizar-se nessa escala. Abrem-se novas perspectivas quanto à capacidade criativa de historicidade de qualquer domínio desse vasto complexo, inclusive da zona canavieira de Pernambuco. Descarta-se o eurocentrismo como condição da inteligibilidade do modelo evolucionista.

5.6.1.2 *Modos diversos de exploração capitalista da força de trabalho*

Neste processo, o sistema capitalista em construção usou de todos os meios a seu alcance para extrair mais-valia da força de trabalho. Ele os adequou aos ambientes que passou a controlar e aos usos que entendia impor-lhes. Aproveitou eventualmente estruturas antigas regendo a força de trabalho, transformando-as em seu proveito.⁸²¹

O trabalho livre é a forma de controle do trabalho [mão de obra] utilizado para o trabalho especializado nos países centrais enquanto que o trabalho coercivo é utilizado para formas menos especializadas nas áreas periféricas. A combinação é assim a essência do capitalismo.⁸²²

Wallerstein estabelece uma geografia de distribuição das modalidades de utilização da força de trabalho. A região canavieira de Pernambuco pertence às áreas em que reinam as formas mais duras e perversas de exploração: “A periferia (Europa oriental e América hispânica⁸²³) utilizavam trabalho forçado (escravatura e trabalho coercivo em produções mercantis). O centro, como veremos, usava cada vez mais trabalho livre.”⁸²⁴ Assim, a economia-mundo

821 Assim, “uma nova variedade de ‘feudalismo’”. Idem, p. 129.

822 Ibidem.

823 Podemos acrescentar também a América lusitana.

824 WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno*. I. p. 106.

capitalista tornou coerente, numa mesma estrutura produtiva articulada, a combinação desses diversos modos concomitantes que, segundo outras linhas explicativas, seriam sequenciais (no sentido evolucionista), incompatíveis, ou mesmo antitéticos. Wallerstein afirma a concomitância e articulação dos mesmos como necessária: “diferentes modos de organização do trabalho”, adaptados a “tipos de produção particulares”, repartidos em “zonas diferentes da economia-mundo” foram indispensáveis “[a]o tipo de fluxo dos excedentes que permitiu que o sistema capitalista visse a luz do dia.”⁸²⁵

Recusando as tentativas de Genovese para explicar as peculiaridades da situação do mundo escravista colonial pelo seu caráter ‘transitório’ entre o “feudalismo clássico” e as “relações contratuais puramente mercantis” de tipo nitidamente capitalista, Wallerstein afirma ainda que esta forma de exploração não era residual nem transitória, tampouco era uma reversão ou regressão.

[Era] o coração e a essência do capitalismo como modo de produção, como sistema que inclui no seu complexo econômico, *algumas* unidades de produção baseadas no trabalho assalariado contratual e *algumas outras* (até a maioria) sobre uma variante ou outra de trabalho forçado ou semi-forçado, semi-assalariado. Se efetuarmos esta simples mudança de perspectiva – que, naturalmente, devemos discutir – veremos as coisas sob uma luz bem diferente [...]. Os escravistas eram de fato capitalistas [...] porque eles operavam numa economia-mundo que era capitalista.⁸²⁶

Em escala mundial, reitera, o capitalismo usava de meios diversos para extrair mais-valia da força de trabalho que tinha a sua mercê:

[o] trabalho forçado, semi-pago, semi-forçado, é, portanto, um fenômeno das zonas periféricas da economia-mundo

825 Idem, p. 92.

826 WALLERSTEIN, I. “L’esclavage américain et l’économie-monde capitaliste”. Op. cit., p. 263.

capitalista, enquanto que o trabalho contratual concentra-se essencialmente (mas não exclusivamente) nas zonas centrais; pode se dizer que este esquema existe desde os primórdios do capitalismo como sistema-mundo.⁸²⁷ [...] O trabalho livre é a forma de controle do trabalho utilizado para o trabalho especializado nos países centrais enquanto que o trabalho coercitivo é utilizado para formas menos especializadas nas áreas periféricas.⁸²⁸

Este aspecto peculiar da concepção de Wallerstein, que revela tendências evolucionistas à moda antiga, é justamente criticado por Steve J. Stern. Tanto mais que, concorda Wallerstein, “cada região do sistema mundial apresenta uma mistura complexa de relações de trabalho”.⁸²⁹ Essa objeção pode ser lembrada, a seguir, considerando a complexidade do trabalho no engenho. No entanto, para o ponto em discussão aqui, importante é a reafirmada conclusão geral de Wallerstein: “A combinação é assim a essência do capitalismo.”⁸³⁰ A asserção de que o capitalismo requeria uma grande variedade de formas distintas de exploração da força de trabalho de gênese e desdobramentos diversos, permite revisitar a escravidão e as relações de ‘morada’ na zona canavieira de Pernambuco.

A longa e erudita demonstração de Wallerstein elimina a obrigatoriedade da sucessão evolucionista entre essas diversas modalidades de exploração da mão de obra, sendo elas necessariamente coexistentes para permitir a própria emergência e manutenção do sistema capitalista. Deste modo, elimina-se também a suspeita, geralmente implícita, de atraso ontológico embutido em sistemas de exploração típicos de regiões não europeias (como a escravidão, a

827 Idem, p. 263-264.

828 WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno*. I. Op. cit., p. 129.

829 O autor cita Mintz: “Era o escravo de plantação um proletário?” Op. cit.

WALLERSTEIN, I. “Comentarios sobre las pruebas críticas de Stern”. Op. cit., p. 339.

830 Ibidem.

‘*encomienda*’, a ‘*mita*’ etc.), que terminam por “contaminar” (conceitualmente) seus habitantes e seu devir histórico. Adotando a linha explicativa proposta por Wallerstein, não há razão de imaginar o Brasil como se situando numa etapa “anterior” (feudal ou escravista, antiga ou não), “atrasada”, ou como uma versão subalterna, incompleta (tropical?) de um sistema capitalista europeu que satelitizaria os outros continentes para sujeitá-los. Não há mais “bonde da história”, fadado a ser “perdido”, apesar de esforços desumanos consentidos para alcançá-lo, em virtude de um evolucionismo inescapável porque supostamente estabelecido cientificamente. Tampouco se pode pensar o Brasil como percorrendo uma via isolada, salvando-o (como a China no modo de produção asiático) da incapacidade ontológica em termos de historicidade, cortada artificialmente do resto do mundo interligado pelo capitalismo. A riqueza e originalidade do devir histórico brasileiro pode, doravante, ser reconciliado com uma inserção nova no conjunto capitalista mundial.

5.6.2 Relações de trabalho e produção de açúcar na obra de Sidney W. Mintz

Os estudos penetrantes de Sidney W. Mintz foram inspirados por Franz Boas,⁸³¹ o mentor de Gilberto Freyre; ele seguiu, no entanto, um percurso intelectual radicalmente diferente do Mestre de Apipucos. Sob sua influência, os estudos antropológicos questionaram a escala evolucionista que condenava incontáveis sociedades à subalternidade facilmente transformada em inferioridade de cunho eugênico, segundo teorias muito difundidas, inclusive no Brasil.

Franz Boas ressaltou constantemente que os atributos universais do *Homo Sapiens* transcendem diferenças em proezas técnicas, mesmo quando concentrava sua própria pesquisa

831 Pelo intermédio de A. Kroeber, professor de J. Steward, do qual Mintz foi aluno.

no estudo intensivo não comparativo de grupos humanos específicos. Abjurando comparações entre tais grupos, ele lançou apelos para a realização de pesquisas cada vez mais específicas sobre suas maneiras de viver. Fundamentalmente oposto aos esquemas evolucionistas unilineares, bem como à correlação, nestes esquemas, de traços sociais com traços técnicos, Boas foi levado a considerar cada sociedade como uma experiência distinta, única, não suscetível de repetição, visando a solução dos problemas da vida humana.⁸³²

Mintz escolheu um âmbito, na época, improvável para sua disciplina: “as pessoas, cujas vidas tentei descrever e evocar, eram proletários rurais assalariados desprovidos de propriedade, nitidamente não ‘primitivos’ em nenhum sentido, e sua sociedade havia passado por profundas e rápidas mudanças durante o meio-século anterior.”⁸³³ A abordagem antropológica desafia a histórica, pois, em Cañamelar, ele se depara com pessoas “cuja própria comunidade foi definida em termos de sua integração em campos de força maiores. Açúcar, chá, algodão e bananas são expressões materiais daquilo que os trópicos significavam para o Ocidente; sua produção sintetiza a forma como os povos tropicais foram ajustados às intenções ocidentais.”⁸³⁴ Levado a frequentar o “território do historiador”, segundo Emmanuel Le Roy Ladurie, ele dedica-se a recompor uma totalidade, cicatrizando a cesura comtiana, que havia separado os campos disciplinares dedicados aos ‘selvagens’ e aos ‘civilizados’. Os resultados propostos por essa nova abordagem encorajam a seguir as perspectivas assim indicadas. Mintz adota, ademais, uma dupla e benfazeja heresia: além de estudar populações caribenhas, ele aplica à história do açúcar abordagens antropológicas.

832 MINTZ, S. W. “O Poder do Doce e a Doçura do Poder”. Op. cit., p. 111.

833 Idem, p. 119.

834 Idem, p. 120.

Alargando o campo de sua disciplina, ele traz, para dentro da história, os instrumentos de seu ofício, como diria Marc Bloch.⁸³⁵ Isso permite valorizar devidamente temas considerados como periféricos, tal como a alimentação. O autor promove um encontro feliz com as tendências da Nova História, que valorizam assuntos ligados ao cotidiano, a questões de gênero etc. Não apenas enquanto detalhes pitorescos, quiçá folclóricos ou decorativos, mas como fornecendo materiais para um entendimento mais profundo da realidade passada, beneficiando-se o campo histórico de perspectivas e questionamentos renovadores da problemática açucareira como um todo. Utilizando-os, pode-se trazer uma nova luz à questão do estatuto do morador de engenho.

Algumas reflexões e perguntas presentes na obra de Mintz permitem desvendar relevos ocultos nesse assunto antigo, transformado, precisamente, em virtude dos parâmetros propostos dentro do quadro da economia-mundo. Três aspectos serão particularmente enfocados para responder, de algum modo, aos principais argumentos presentes na literatura sobre os moradores de engenho: o atraso; um estatuto obsoleto; uma condição tornada teoricamente mais incerta pelo uso eventual de um lote para culturas alimentícias.

Acompanhando Mintz, será demonstrada a modernidade do engenho, desde seus primórdios, enquanto espaço onde são identificados traços precursores de desdobramentos europeus posteriores em termos de organização da produção. Debater-se-á o estatuto dos trabalhadores nele empregados, à luz da escala da economia-mundo, estabelecendo um paralelo com a situação dos consumidores de açúcar. Enfim, será abordado o aspecto do acesso a terra cedida para culturas alimentícias.

835 BLOCH, M. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Op. cit.

5.6.2.1 “Modernidade precoce”⁸³⁶

Mintz enfatiza sempre a dimensão histórica de seu assunto. No caso em estudo aqui, ele sublinha o quanto o consumo de açúcar é um desdobramento recente na história da humanidade:

O consumo de açúcar refinado não é um velho costume para a maior parte do mundo; e nem mesmo um costume muito antigo para os mais antigos consumidores de açúcar. O fabrico de açúcar cristalino, ou ao menos não-líquido, a partir do caldo espremido da cana-de-açúcar, não tem mais do que dois mil anos. A maioria dos europeus não havia provado açúcar (sacarose) antes do ano 1.000 da nossa era. No Ocidente, [...] a realeza consumiu a maior parte do açúcar até o século XVII – principalmente como especiaria e remédio, em seguida como decoração e conservante. O açúcar não se tornou um adoçante comum ou alimento corriqueiro antes do século XIX.⁸³⁷

Durante esse século, as populações da Grã Bretanha, por exemplo, multiplicaram seu consumo de açúcar por cinco.⁸³⁸ A tendência continuou durante o século XX, para se estabilizar na segunda metade, em virtude sobretudo do consumo indireto, em alimentos industrializados. A crescente fome de açúcar da Europa desencadeou tremendas transformações ao menos em outros dois continentes: América e África. Essas mudanças, de envergadura e profundidade extraordinárias, são analisadas como manifestação de modernidade. Mintz estudou comunidades de canavieiros no Caribe,⁸³⁹ cuja existência e modo de vida foram determinados numa escala multicontinental: nas palavras de Wallerstein, a

836 MINTZ, S. W. “Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras”. Op. cit., p. 87.

837 MINTZ, S. W. “O Poder do Doce e a Doçura do Poder”. In: MINTZ, S. W. *O poder amargo do açúcar*. Op. cit., p. 127.

838 MINTZ, S. W. “Sweet Polychrest”. In: *Social Research*, v. 66, n. 1 (Spring 1999), p. 89.

839 Ver também MINTZ, S. W. e WOLF, E. “Fazendas e Plantações...”. Op. cit., p. 169-223.

economia-mundo. A presença dos trabalhadores rurais na Zona de Mata de Pernambuco também fora decidida alhures. As escalas, do local, antropológico, ao mundial, histórico, encontravam-se inelutavelmente entremeadas.

É a tragédia e a glória do encontro de todo o mundo não-ocidental com o Ocidente. Mas no caso do Caribe,⁸⁴⁰ aconteceu muito antes que ocorresse em outra parte, e sob condições que impediram que sua horrorosa novidade fosse reconhecida pelo que era: uma modernidade que antecedeu o moderno. Se este é, de fato, o que o mundo está se tornando, então os povos do Caribe já estão a par. No seu espírito irreprimível, os povos do Caribe podem simplesmente nos dizer que há esperança para a modernidade de hoje também.⁸⁴¹

Mintz revela a grande modernidade da atividade açucareira.

Foi o que estas empreitadas renascidas⁸⁴² realizaram ao mobilizar recursos, adaptando uma mão de obra roubada, produzindo as primeiras verdadeiras mercadorias do capitalismo, alimentando os primeiros proletários e mudando as perspectivas de tanta gente em ambos os lados do Atlântico, que personificavam uma modernidade emergente.⁸⁴³

Ora, a modernidade é geralmente identificada com a Europa urbana do Noroeste. Lembrando a herança mediterrânea da produção açucareira americana,⁸⁴⁴ estudada por Galloway,⁸⁴⁵ Mintz

840 A zona canavieira de Pernambuco constitui um paralelo do Caribe a este respeito.

841 MINTZ, S. W. "Aturando substâncias duradouras...". Op. cit., p. 102.

842 O açúcar foi produzido nas ilhas portuguesas e espanholas do Atlântico, no início do século XV, e em regiões da África (São Tomé) na segunda metade do século. As plantações do Novo Mundo, no entanto, representavam um tipo de empresa numa escala maior do que qualquer outra que as antecedeu.

843 MINTZ, S. W. "Aturando substâncias duradouras...". Op. cit., p. 83.

844 MINTZ, S. W. *Sweetness and Power*. Op. cit.

845 GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry*. Op. cit.

sugere um outro itinerário possível à investigação histórica: em vez de permanecer teimosamente nos âmbitos europeus à procura de princípios e modelos, um olhar mais atento a desdobramentos no complexo geográfico estudado com tanto brilho por Braudel, fornece novas perspectivas, como aquelas indicadas num mapa orientado ao sul, intitulado “O Mediterrâneo na escala do mundo”.⁸⁴⁶

A própria dinâmica espaço-temporal do açúcar encorajaria talvez a segui-lo, ampliando a proposta cartográfica a âmbitos inclusive conceituais. Assim, o fato de capitais oriundos dos impérios coloniais mediterrâneos das cidades italianas⁸⁴⁷ estenderem a procura de ‘terras do açúcar’ às ilhas do Atlântico e ao continente americano, acompanhando o aumento da demanda europeia, situaria os modelos próprios da organização da atividade açucareira bem ao sul das latitudes habitualmente consideradas como geradoras de historicidade. Galloway escreve: “Com efeito, a indústria mediterrânea do açúcar pode ser vista como uma escola para os colonizadores de Madeira, das Canárias e da América tropical.”⁸⁴⁸ Stuart B. Schwartz descreve o grau de aperfeiçoamento que o sistema atingiu no hemisfério sul:

Existiam em São Tomé todos os elementos do sistema capitalista de grande lavoura – um sistema econômico orientado

846 BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. [1949] Paris: Armand Colin, 1966, v. I, p. 154.

847 Jean Meyer fala de “uma verdadeira internacional financeira, principalmente veneziana e genovense, mas também em parte sul-alemã, majorquina etc., que é o verdadeiro promotor da extensão açucareira para o oeste”. *Histoire du Sucre*. Op. cit., p. 68-69. Ver BALARD, M. e DUCELLIER, A. (Org.). *Coloniser au Moyen Âge*. Op. cit., particularmente o artigo de Marie-Louise von Wartburg “Production de sucre de canne à Chypre: un chapitre de technologie médiévale”, p. 126-131; e de Doris Stöckly, “Le transport maritime d’Etat à Chypre. Complément des techniques coloniales vénitiennes (xiii-e-xve siècles): l’exemple du sucre”, p. 131-141.

848 GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry*. Op. cit., p. 32.

para a produção de uma cultura altamente comercializável, e não obstante, capaz de valer-se de uma forma social arcaica, a escravidão, para fornecer a mão de obra necessária. O sistema de grande lavoura, ou regime dos engenhos, havia amadurecido nas latitudes meridionais e podia agora, cruzar o Atlântico com trágica desenvoltura.⁸⁴⁹

“Áreas econômicas chave”⁸⁵⁰ no quadro da economia-mundo, as regiões canavieiras – não europeias – tinham características pioneiras. Elas abrigavam uma atividade de ponta, no contexto da época, tanto pelas especificidades próprias, quanto pelas dinâmicas que colocava em movimento. Associando constantemente o aumento da demanda de melaço/açúcar – ou seja, a massificação do consumo na própria Europa – à mecanização e concentração da indústria capitalista europeia,⁸⁵¹ Mintz indaga: “A partir do século XVI – não somente do ponto de vista fisiológico, mas também econômico e político – o açúcar ajudou a economia-mundo a crescer.”⁸⁵² Invertendo a ordem cronológica habitual, Mintz afirma que a fabricação do açúcar caribenha (e mais amplamente americana) “era industrialmente moderna, antecedendo a Europa a este respeito.”⁸⁵³

5.6.2.2 “As plantações eram criaturas da Europa”⁸⁵⁴

Concretamente, a modernidade adotou a forma da plantação. Mintz sublinha a justeza da posição de Thompson, contra a visão tradicional

849 SCHWARTZ S. B. *Segredos internos*. Op. cit., p. 30.

850 No sentido desenvolvido, para a China, por CHI CH’AO-TING. *Key Economic Areas in Chinese History as revealed in the Development of Public Works for Water-control*. New York: Paragon Book Reprint Corp. 1963.

851 Ver, a este respeito, o estudo de Mintz *Sweetness and Power*. Op. cit., em particular os capítulos intitulados “Consumption” e “Power”.

852 MINTZ, S. W. “Sweet Polychrest”. Op. cit., p. 90.

853 MINTZ, S. W. “Aturando substâncias duradouras...”. Op. cit., p. 97.

854 MINTZ, S. W. “Produção tropical e consumo de massa”. Op. cit., p. 47.

da plantação como um fenômeno secundário, tropical, quiçá explicável pela teoria dos climas, com seu séquito de tentações eugênicas: ele “argumentava que a plantação era, antes de tudo, uma instituição política; a definição, na sua opinião, baseava-se no seu papel de pioneira na ‘domesticação’ de novas regiões.”⁸⁵⁵ Domesticando regiões e populações inteiras, com o maior grau de violência, o genocídio, a plantação destacou-se pela escala como empresa, a maior por muitos séculos em toda a área de abrangência da economia-mundo: ela abarcava vastas extensões de terra; monopolizava esse meio de produção no âmbito ao seu alcance; arregimentava grandes contingentes de trabalhadores “numa escala muito maior do que aquela dos empreendimentos agrícolas europeus da época”;⁸⁵⁶ consistia numa organização eficiente de produção em massa. Sua insaciável demanda por mão de obra provocou fenômenos demográficos gigantescos por vários séculos, globalizando populações *avant la lettre*:

Seria justo dizer que a grande maioria dos africanos escravizados e transportados até o Novo Mundo foram trazidos por conta das plantações e, mesmo após a emancipação, muitas centenas de milhares – talvez milhões – de trabalhadores livres sob contrato foram submetidos a tamanha dureza (ver, por exemplo, “*Chinese Emigration. The Cuba Commission*”[1876]). Embora outras safras como o fumo, o algodão e o café, fossem, eventualmente, figurar de forma importante na paisagem de plantação, durante séculos as mais importantes de todas foram as plantações de açúcar.⁸⁵⁷

855 Idem, p. 40-41.

856 CURTIN, Philip D. *The rise and fall of the plantation complex. Essays in Atlantic History*. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1990, p. 12. O autor sublinha “as plantações maduras das Américas eram as economias mais especializadas do seu tamanho [...] É óbvio que os europeus que dirigiam o complexo aprenderam muitas coisas desta experiência – em termos de transporte nos oceanos, agricultura tropical e gestão econômica à distância. Tudo isto faz parte do pano de fundo da idade industrial.” Idem, p. 204.

857 MINTZ, S. W. “Produção tropical e consumo de massa”. Op. cit., p. 46.

A própria organização da produção, sublinha Mintz, denotava características que são geralmente associadas à modernidade: extrema disciplina; consciência aguda do tempo exigido por tarefas distintas num encadeamento complexo, combinando todos os aspectos da produção (agrícolas e industriais, além de comerciais) numa distribuição rígida.⁸⁵⁸

Estes traços técnicos, muitos dos quais estavam ligados a um cuidadoso controle do tempo, introduziram mais do que apenas uma aura de modernidade industrial em operações que antecederam, em muitos casos por séculos inteiros, a Revolução Industrial.⁸⁵⁹

O autor descreve as consequências importantes dessa nova conceitualização da instalação europeia no continente americano, no caso na zona canavieira de Pernambuco. Por cinco séculos, engenhos de açúcar realizaram aí uma produção que, fato extraordinário na história, nunca cessou, nem sofreu transtornos fundamentais em termos de classe.

O desenvolvimento destas empresas constitui uma instância de modernidade precoce, uma modernidade não esperada (e de fato não percebida); não percebida, talvez, particularmente porque estava acontecendo nas colônias antes que acontecesse nas metrópoles, e acontecia a pessoas cuja maioria tinha sido roubada à força de mundos fora do Ocidente. Ninguém imaginava que tais pessoas se tornariam “modernas”, já que não existia isto; ninguém reconhecia que as sociedades brutas, fronteiriças, nas quais essas pessoas estavam sendo jogadas, poderiam tornar-se as primeiras de seu tipo. [...] Com efeito, modernos meios de produção, resumidos em maquinaria pesada e a combinação de fábrica e campo, estavam sendo operados usando de formas arcaicas e coercitivas de força de

858 MINTZ, S. W. *Sweetness and Power*. Op. cit., p. 51-52.

859 MINTZ, S. W. “Aturando substâncias duradouras...”. Op. cit., p. 82.

trabalho, nas primeiras grandes colônias de ultramar que a Europa criaria.⁸⁶⁰

Mintz levanta assim a possibilidade de considerar o engenho como a primeira grande empresa industrial – ou melhor, agroindustrial – capitalista. Uma dificuldade para esta abordagem reside na percepção clássica.

O século xvii era pré-industrial; e a ideia que poderia ter havido “indústria” na plantação colonial, antes que ela existisse na metrópole, pode parecer heresia. Primeiro, esta atividade tem sido concebida como predominantemente agrícola porque era um empreendimento colonial e ocupando essencialmente trabalhadores forçados, no lugar de livres. Segundo, ele produzia um alimento consumível no lugar de, digamos, têxteis ou instrumentos ou outro produto fabricado que não seja alimento. Finalmente, os estudiosos que se interessam pela história da indústria ocidental começam, de forma bastante previsível, com os artesãos europeus e as formas de indústria dispersa que lhes sucederam, e não por empreendimentos ultramarinos. Daí segue, naturalmente, que as plantações foram vistas mais como alguns produtos secundários do esforço europeu do que como uma parte integrante do processo de crescimento da oficina para a fábrica. Contudo não está muito claro por que tais preconceitos deveriam interferir com o reconhecimento dos aspectos industriais do desenvolvimento da plantação. Pode parecer uma visão do ocidente de pernas para o ar que encontrar suas fábricas em outros lugares num período tão precoce. Mas a plantação canavieira ganha progressivamente reconhecimento como sendo uma combinação inusitada de formas agrícolas e industriais, e eu acredito que ela era provavelmente o que chegava mais perto de uma empresa industrial típica do século xvii.⁸⁶¹

860 MINTZ, S. W. “Produção tropical e consumo de massa”. Op. cit., p. 87-88.

861 MINTZ, S. W. *Sweetness and Power*. Op. cit., p. 48.

Como o sublinha Mintz, a dificuldade em conceber a plantação canaveira, desde os primórdios, como uma empresa industrial (agroindustrial) pode ser atribuída a certo viés etnocêntrico afetando o pensamento histórico ocidental, que identifica elementos inovadores, no sentido progressista do termo, como sendo exclusivamente oriundos da Europa. Ora, antes da revolução industrial essa abrigava poucos empreendimentos industriais similares (se algum) em termos de escala, concentração de investimentos e força de trabalho, além da alta complexidade da organização da produção. Mintz destaca ainda dois traços que aproximam os dois tipos de empresa: “A separação da produção e do consumo e a separação do trabalhador dos seus instrumentos de trabalho.”⁸⁶² Acompanhando Mintz, poder-se-ia proceder a uma revisão da concepção tradicional da história da indústria ocidental segundo a qual “a Europa ‘desenvolveu’ o mundo colonial após o Velho Continente”.⁸⁶³

Numa economia-mundo capitalista, o engenho pernambucano não poderia mais ser considerado como uma construção amalgamando traços feudais e escravistas antigos a serviço do capitalismo mercantil; nem como um elemento secundário de um capitalismo mercantil – e somente mercantil – perdurando durante séculos; tampouco de um novo modo de produção, escravista colonial, distinto do capitalismo produtor, industrial triunfante etc. Promovendo transformações gigantescas em todas as dimensões – até ecológicas – a indústria açucareira era o carro-chefe de inúmeras transformações em escala pluricontinental.

Antigamente pensava-se que as plantações, que produziam coisas como açúcar, podiam beneficiar a economia da metrópole de duas maneiras: através das transferências diretas de capital nos bancos das metrópoles para reinvestimento; e como mercados para produtores da metrópole tais como

862 Idem, p. 52.

863 Ibidem.

máquinas, tecidos, instrumentos de tortura e outros produtos industriais. Especialistas debatem sobre as fontes potenciais de lucro para o capital metropolitano, mas ainda há uma terceira contribuição potencial: o abastecimento em substitutos baratos de alimentos, tais como fumo, chá e açúcar destinados às classes trabalhadoras da metrópole. Na medida em que eles afetavam positivamente o *output* de energia e produtividade do trabalhador, estes substitutos ocupavam uma posição importante no balanço final do capitalismo, particularmente enquanto ele se desenvolvia no tempo integrando o setor colonial.⁸⁶⁴

O engenho (de Pernambuco, São Tomé, Barbados, Haiti, Jamaica etc.) era, segundo a nova ótica, uma empresa agroindustrial capitalista, em larga escala, “uma máquina e fábrica incrível”.⁸⁶⁵ Talvez um dos mais notáveis rebentos da economia-mundo. Sua composição coesa de elementos geograficamente distintos ilustrou o que chamaríamos, hoje, globalização: demanda por um produto prestigioso de além-mar; *know-how* asiático (em boa parte de origem indiana e persa, seguindo, para o ocidente, os caminhos da expansão islâmica); capitais externos (italianos – genoveses e venezianos, sobretudo, expulsos do Mediterrâneo oriental pelos otomanos – holandeses, alemães ou portugueses combinados); localização determinada pela produção (tropical); em terra desapropriada (dos ameríndios) com apoio militar estatal (os impérios coloniais, inicialmente as potências ibéricas); trabalhada por mãos oriundas dos quatros cantos do mundo (sobretudo no Caribe) ameríndias e africanas principalmente, expropriadas, separadas da forma mais radical possível dos seus meios de produção tradicionais; com instrumentos modernos e perícia de especialis-

864 Idem, p. 148.

865 DE DECCA, Edgar. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 41.
A expressão do Pe. Vieira serve de título a um capítulo desta pequena obra primorosa.

tas europeus importados expressamente para esse propósito; sob a autoridade (armada) de empresários especializados europeus (e seus descendentes). Sendo a entrega dos produtos a mercados longínquos organizada regularmente e em grande escala e o lucro da operação dividido de forma muito diferenciada entre classes dominantes (não trabalhadores) de ambos os lados do Atlântico.⁸⁶⁶

Dessa forma, a plantação personificava, em si, a labuta agrária de massas coagidas a tarefas intensivas em mão de obra, de um lado; do outro, uma organização de poucos, intensiva em capitais, consciente da dimensão temporal, industrial e técnica. Qualquer que seja o ângulo de visão, essas organizações eram incomuns para sua época.⁸⁶⁷

5.6.2.3 *Os ambientes: máquinas e urbanidade*

Além da questão da liberdade da mão de obra, o maior obstáculo para reconhecer a modernidade precursora do engenho reside na localização rural da plantação de cana-de-açúcar e ausência ou a (aparente) simplicidade das máquinas que sempre comportou. Associou-se irremediavelmente capitalismo à revolução industrial, reservando a qualidade de proletário aos operadores de máquinas. No âmbito dos engenhos, nota-se a tendência de certos autores a aceitarem o capitalismo no campo apenas com a instalação das usinas, isto é, com um grau maior de sofisticação na maquinaria industrial. Ora, Marx fora explícito: “Em lugar de ser uma coisa, o capital é uma relação social entre pessoas que se estabelece por meio das coisas”.⁸⁶⁸

866 Ver, a este respeito, IMFELD, Al. *La civilisation du sucre*. Lausanne: Favre, 1986; e DUFTY, William. *Sugar Blues*. Rio de Janeiro: Ground, s.d. SCHWARTZ, Stuart H. *Tropical Babels. Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*. Chapel Hill/London: The University of North Carolina Press, 2004.

867 MINTZ, S. W. “Produção tropical e consumo de massa”. Op. cit., p. 47.

868 MARX, K. *Le capital*, Livro I. Op. cit., p. 569.

Sem dúvida, a industrialização em grande escala, particularmente no século XIX, constituiu um episódio cardeal do capitalismo histórico. Contudo, isto não quer dizer que as relações de produção capitalistas sejam possíveis apenas no âmbito industrial/urbano e em épocas pós-revolução industrial.⁸⁶⁹ Marx esclareceu, na carta a Annenkov criticando Proudhon:

Geralmente, é um verdadeiro absurdo tornar as máquinas uma categoria econômica ao lado da divisão do trabalho, da concorrência, do crédito etc. A máquina não é mais uma categoria econômica do que o boi que puxa o arado. A aplicação atual das máquinas é uma das relações do nosso presente regime econômico, mas o modo de exploração das máquinas é completamente distinto das próprias. A pólvora permanece a mesma que você a use para ferir um homem ou tratar as lesões provocadas nele.⁸⁷⁰

869 Jacques Heers as distingue já na indústria têxtil em grande escala e parcialmente concentrada em Florença ou em Flandres, na Baixa Idade Média. HEERS, Jacques. *O Ocidente nos séculos XIV e XV (aspectos econômicos e sociais)*. São Paulo: Pioneira, 1981. Marx reconheceu “relações capitalistas” nessa época “nas cidades italianas”.

870 MARX, K. e ENGELS, F. *L'idéologie allemande*. Op. cit., p. 243. Exemplo disto era a ‘Grande Fabrique’ de Lyon no século XVIII. Com o declínio das corporações, as formas de organização da produção de tipo capitalista acomodaram-se muito bem, por um tempo, aos moldes corporativistas antigos. Dentro dessas estruturas corporativas tradicionais que se tornavam mais rígidas (dificultava-se o acesso à ‘maîtrise’) e excludentes (particularmente em termos de gênero), parte da força de trabalho encontrava-se claramente proletarizada, a exemplo da mão de obra feminina empregada sob a denominação de ‘domésticas’, assalariadas da manufatura têxtil que estavam já submetidas ao trabalho parcelizado muito antes da incorporação de máquinas a vapor ao processo de produção. Elas constituíam uma parte majoritária do contingente de trabalhadores explorados nesta produção. GARDEN, Maurice. “Ouvriers et artisans au XVIII^e siècle. L'exemple lyonnais et les problèmes de classification”. In: *Revue d'Histoire Economique et Sociale*, 1970, v. 48, n. 1, p. 30. Do mesmo autor, *Lyon et les Lyonnais au XVIII^e*, Lyon (thèse de doctorat d'Etat), 1970; Paris: Flammarion, 1975.

5.6.2.4 O engenho: “fábrica no campo”⁸⁷¹

A oficina de Açúcar, chamada por antonomásia Engenho, por ser espaçoso teatro da indústria do humano engenho, é uma admirável fábrica, onde se beneficiam as marinhas do admirável Sal, que, com superior nobreza a todos os sais da natureza, não abate a sua generosidade a conservar com Escabeches e salmouras as carnes, nem peixes; mas, com antigo orgulho escumado, espera que da Região do ar e das mais nobres plantas do campo se lhe entreguem as produções que o fervor sabe sublimar e exaltar ao ponto da perfeição inacessível ao rigor da maior intemperança do ano. Exterminador dos corpúsculos heterogêneos e perito coletor das partes homogêneas da mais pura substância da cana, ao primor do seu magistério deve a República deliciosas utilidades.

Loreto Couto⁸⁷²

Topik sublinhou que o Brasil foi a primeira sociedade criada pela economia-mundo, embora não se beneficie de tantos estudos quanto seus vizinhos, particularmente no Caribe.

Primeira colônia de plantações no Novo Mundo, suas fábricas de açúcar – seguramente as primeiras verdadeiras manufaturas industriais – esgotaram quase quatro milhões de escravos africanos, ou seja 40% dos cativos que atravessaram o Atlântico com destino às Américas.⁸⁷³

871 Expressão de Robert Fogel e Stanley Engermann em *Time on the Cross*. Richard Dunn chama os plantadores de “empresários em grande escala” e “uma combinação de fazendeiro e industrial”. *Sugar and Slaves*. Chapel Hill: Univ. of North Carolina, 1972, *apud* WALLERSTEIN, I. *Le système du monde du xve siècle à nos jours*. II. Op. cit., p. 218.

872 “Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco”, *apud* VIANNA, J. F. O. *Evolução do Povo Brasileiro*. Op. cit., p. 65.

873 TOPIK, Steven, C. Resenha de GRAHAM, R. (Ed.). *Brazil and the World System*. Austin: Univ. of Texas Press, 1991. In: *Annales ESC*, n. 50/6, nov. déc., 1995, p. 1374.

Mintz afirma quanto a isto o caráter originalmente capitalista da plantação, apesar do “estabelecimento rural” das fábricas de açúcar tender a mascarar-lhe a qualidade industrial. O engenho é, portanto, uma “fábrica no campo” por excelência – e isto muito antes da instalação das usinas⁸⁷⁴ – na medida em que a organização e dinâmica da produção são essencialmente ditadas pelas exigências do segmento industrial, embora “a base agrícola da empresa seja evidente”: Mintz chama este aspecto de “o curioso disfarce da indústria em agricultura.”⁸⁷⁵ Esse mesmo diagnóstico é também feito por autores brasileiros, como Otávio Ianni:

A usina é uma fábrica fora do lugar, da cidade no campo. Nela o capital agrário e o industrial aparecem conjugados. Na agroindústria canavieira, o capital industrial instalado no campo confere ao capital agrário seus matizes.⁸⁷⁶

Combinando estreitamente produção agrícola e industrial, a fabricação de açúcar exigia, além do clima adequado, investimentos consideráveis, mão de obra em abundância e barata, técnica fabril de alto nível com pessoal especializado e, particularmente, rigorosa coordenação das diversas etapas da processamento, tanto agrícola quanto industrial (separada e conjuntamente).⁸⁷⁷ O tamanho das unidades de produção podia ser considerável, tornando a gestão da empresa mais difícil e fazendo do engenho um dos complexos agroindustriais mais sofisticados do seu tempo.

874 O que retira toda a agudez do argumento essencial entre os dois tipos de instalações.

875 MINTZ, Sidney W. “Slavery, Forced Labor and the Plantation System”. In: *Caribbean Transformations*. Op. cit., p. 54.

876 IANNI, Otávio. *A Classe Operária Vai ao Campo*. Cadernos CEBRAP, 24. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977, p. 36-37, citado por: ANDRADE N., J. C. X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste*. Op. cit., p. 205.

877 Todos os autores consultados concordam a este respeito. Ver SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos*. Op. cit., e CANABRAVA, A. P. *O açúcar nas Antilhas*. Op. cit., entre outros.

A combinação do trabalho agrícola com o industrial, de trabalhadores especializados com outros não-especializados, o rigor da programação conjunta destes elementos dava traços industriais às plantações como empresas, embora o uso da coerção para a exploração da mão de obra possa parecer um pouco estranho a capitalistas de épocas subsequentes.⁸⁷⁸

As usinas vieram, portanto, apenas confirmar traços já presentes nos engenhos banguês, que constituíam a “*indústria* que existia nas plantações coloniais antes mesmo das metrópoles.”⁸⁷⁹ Não houve ruptura, mas continuidade a este respeito. As mudanças, gerando angústias sem fim em José Lins do Rego e em Gilberto Freyre, eram restritas à classe dos senhores de engenho destronados da sua posição de dominação absoluta pelos seus primos que se tornaram usineiros. As empresas permaneceram agroindustriais e capitalistas. A plantação – seja ela acoplada a um engenho ou a uma usina – não poderia então representar um outro modo de produção, passado ou alternativo (no tempo da escravidão); menos ainda na fase subsequente. Se “os escravos se pareciam com os proletários europeus, tanto no seu estatuto quanto na sua função econômica, muito mais do que habitualmente acordado”,⁸⁸⁰ quanto mais seus sucessores oficialmente “livres”, os moradores de engenho.

Mintz não enfoca apenas o ponto de vista do mercado mundial, isto é, das metrópoles que o controlam. Tampouco se restringe àqueles dos plantadores (a maneira habitual) que se beneficiam diretamente da produção. O autor enfatiza a importância de tratar

878 MINTZ, S. W. *Sweetness and Power*. Op. cit., p. 51-52.

879 Idem, p. 48.

880 Ibidem. O autor precisa em nota: “O fato de que o capitalismo seja comumente (e com um objetivo analítico, com razão), associado ao proletariado, não significa, naturalmente, que os capitalistas lucraram apenas do emprego de uma mão de obra livre.” Idem, p. 236.

como fundamental o ponto de vista ‘de baixo’: dos trabalhadores, americanos de origem ou adoção⁸⁸¹ que produziam o açúcar; assim como o de seus colegas trabalhadores europeus que consumiam cada vez mais maciçamente esta ‘droga’⁸⁸² exótica, tornada alimento. Ele introduz, ao lado do tradicional retrato da vida em volta da casa-grande à la Gilberto Freyre ou José Lins do Rego, as massas proletarizadas no eito e aquelas, europeias, na época da revolução industrial, cujas mudanças de hábitos dietéticos haviam provocado um tremendo crescimento do consumo de açúcar e similares. Foram assim reveladas zonas e ligações outrora sombreadas ou ocultas nas relações de trabalho e exploração da mão de obra fabril na Europa, tanto quanto na articulação dessas com as mudanças nos canaviais. Ademais, o autor considera esses dois grupos de trabalhadores nas suas estreitas e dinâmicas relações estabelecidas, a sua revelia, pela economia-mundo:

Ao consumir tais substâncias,⁸⁸³ os trabalhadores proletários das metrópoles europeias encontraram-se ligados aos africanos escravizados e, mais tarde, aos trabalhadores migrantes coagidos e contratados nas plantações coloniais. Enquanto as fábricas e oficinas da Europa produziam tecido de baixa qualidade para vestir os escravos, moendas para os engenhos de açúcar e instrumentos de tortura necessários para manter os escravos sob coação, as plantações das Índias ocidentais produziam o açúcar, o café, o fumo e o rum, que ajudariam a

881 Ameríndios, africanos, asiáticos e europeus, com seus descendentes, escravizados ou coagidos de outra forma.

882 A este respeito do açúcar como droga, ver DUFTY, W. *Sugar Blues*. Op. cit., p. 196. Mintz e Mary Weismantel mostraram a passagem da coca para a coca-cola em famílias pobres da Bolívia. “Sweet Interloper”. In: PLOTNICOV, L. & R. SCAGLION (Eds.). *Consequences of Cultivar Diffusion*, Ethnology Monograph, n. 17, 1999, p. 57.

883 O autor está se referindo, além do açúcar, ao fumo, café, cacau etc.

fazer com que os trabalhadores das fábricas europeias suporassem melhor sua sorte.⁸⁸⁴

5.6.2.5 “Comer açúcar como um rei”⁸⁸⁵

Com as ferramentas intelectuais e o enfoque da Antropologia, Mintz aborda um campo apreciado pelos historiadores das mentalidades. Ele mostra a dimensão ideológica do consumo de açúcar.⁸⁸⁶ Abrem-se novas perspectivas na história desse alimento e, portanto, da colonização da América, integrando, de maneira fundamental para o entendimento do processo histórico, o papel dos consumidores de toda essa sacarose. Historiciza também, nesse contexto, o crescimento incomparável do consumo de produtos outrora desconhecidos ou raros, e sua significação.

Fumo, açúcar e chá foram os primeiros objetos dentro do capitalismo que carregavam, junto com seu uso, a ideia complexa de que alguém poderia *se tornar* diferente ao consumir de forma diferente.⁸⁸⁷

Mintz mostra na sua história do açúcar, *Doçura e Poder*,⁸⁸⁸ como a procura por essa substância constituiu um motor poderoso da história econômica, demográfica e política do mundo. O aumento do consumo de açúcar por proletários europeus, seguindo desejos, aspirações ou compensações, cujos vestígios são ainda perceptíveis nas tradições “doces” dos rituais mais importantes da vida das

884 MINTZ, S. W. “Produção tropical e consumo de massa”. Op. cit., p. 48.

885 Idem, p. 40.

886 Ver também MINTZ, Sidney W. *Tasting Food, Tasting Freedom. Excursions into Eating, Culture and the Past*. Boston: Beacon Press, 1996. WALVIN, James. *How Sugar Corrupted the World. From slavery to obesity*. London: Robinson, 2019.

887 MINTZ, S. W. *Sweetness and Power*. Op. cit., p. 185.

888 *Sweetness and Power*. Op. cit., comporta cinco partes: 1. Alimentação, sociabilidade e açúcar; 2. Produção; 3. Consumo; 4. Poder; 5. Comer e ser.

peças (bolo de noiva, doces para cerimônias de batizado ou distribuídos por soldados de exércitos invasores etc.), tornou-se um fator decisivo na sujeição e exploração dos novos mundos. Se Tomás de Aquino o identificava como medicamento, cuja absorção não teria por efeito de quebrar o jejum ritual,⁸⁸⁹ e se ele entrava em quantidades minúsculas na composição dos remédios,⁸⁹⁰ inclusive contra a Pesta Negra, o açúcar tornou-se um produto cotidiano, um alimento indispensável nos séculos XVIII e, sobretudo, XIX.

A história da sacarose na Inglaterra entre 1650 e 1850, pode ser dividida arbitrariamente em dois períodos iguais de um século cada. Dito de forma mais simples, em 1650, apenas a realeza consumia muito açúcar; em 1750, cada inglês já havia provado açúcar (no chá); em 1850, o açúcar estava se tornando um alimento.⁸⁹¹

Segundo a obra clássica de Deerr,⁸⁹² o aumento do consumo *per capita* dos britânicos passou de 4 libras de açúcar, em 1700, para 18, em 1800.⁸⁹³ No século XIX, o crescimento foi vertiginoso, como foi visto, prolongando-se no século seguinte. O açúcar facilitava também a introdução de outras “drogas”, como o chá e o café, úteis aos operários frente à aceleração dos ritmos de trabalho nas máquinas concentradas ou não, da revolução industrial.

Weinberg e Bealer apontam para sua natureza intrínseca e apresentam uma boa argumentação: “a cafeína ajudou grande número de pessoas a coordenar seus horários de trabalho ao dar-lhes a energia para começar em dado horário e continuar

889 Idem, p. 99.

890 Lippmann fornece muitos detalhes, em vários âmbitos geográficos. LIPPMANN, Edmund Von. *História do Açúcar. Desde a época mais remota até o começo da fabricação do açúcar de beterraba*. Rio de Janeiro: IAA, 1942. Tomo I, p. 278 et ss por exemplo.

891 MINTZ, S. W. “O Poder do Doce e a Doçura do Poder”. Op. cit., p. 131-132.

892 DEERR, Noel. *The History of Sugar*. London: Chapman Hall, 1949-50 [1937].

893 MINTZ, S. W. “Produção tropical e consumo de massa”. Op. cit., p. 45.

por tanto tempo quanto fosse necessário... as pessoas podiam trabalhar por mais horas e realizar proporcionalmente mais trabalho do que haviam feito antes.”⁸⁹⁴

Única droga psicoativa que não fora declarada ilegal,⁸⁹⁵ o açúcar encontra-se também em produtos significantes de modernidade, na sua forma atual, como a Coca-Cola – “*soft drugs*”. Nenhuma forma de cafeína, útil para que as pessoas que “funcionem em conjunto como partes de uma grande máquina”,⁸⁹⁶ foi consumida, no ocidente industrial, sem o acréscimo de açúcar. Mintz sublinha também, de forma mais detalhada,⁸⁹⁷ que, tanto o chá quanto o café adoçados com açúcar eram alternativas ao consumo de álcool, portanto, bem-vistas pelas autoridades e pelo patronato. Em termos de gênero, as operárias foram agentes importantes senão decisivos na adoção e no crescimento do consumo de açúcar:

O fato de que o chá adoçado era quente, estimulante e rico em calorias; o fato de que o trabalho assalariado duro em condições difíceis caracterizava as circunstâncias sob as quais o chá foi se tornando uma bebida comum; o fato de que o chá tem o poder de fazer parecer quente uma refeição fria – todos esses pontos são igualmente importantes. Mas há ainda um outro fator: a relação estreita entre o lugar onde esses alimentos foram produzidos, sob a iniciativa de quem, por quais trabalhadores e sob o controle de quem, onde eles eram consumidos. O império, afinal de contas, tinha a estrutura interna que incorporava a criação do escravo de plantação e

894 WEINBERG, Bennett Alan e BEALER, Bonnie K. *The World of Caffeine. The science and culture of the world's most popular drug*. London: Routledge, 2001, 394 p. In: Review of Sidney W. Mintz “The buzz that cheers”. In: *TLS*, Apr. 6, 2001, p. 36.

895 DABAT, C. Rufino. “Ópio e açúcar: o capitalismo e suas drogas na super exploração dos trabalhadores rurais (Índia e Brasil, séculos XVIII-XIX)”. *Clio Revista de Pesquisa Histórica UFPE*, v. 38 n 2, 2020, p. 53-88.

896 Ibidem.

897 MINTZ, S. W. *Sweetness and Power*. Op. cit.

do trabalhador de fábrica num só sistema político e ele se beneficiava imensamente do fato de um abastecer o outro sob seu poder.⁸⁹⁸

O mundo do açúcar adquire, sob essa perspectiva, um relevo novo: sua paisagem se povoa de multidões cuja ação, até mesmo mudanças gustativas, dinamizaram transformações profundas e duradouras em âmbitos distantes. Aparecem também na imagem, os beneficiários do empreendimento global: senhores de engenho brasileiros, comerciantes, banqueiros e industriais europeus, satisfeitos com tão lucrativos investimentos.

O crescimento das economias fundadas na escravidão no Novo Mundo era uma parte integrante da ascensão do comércio e da indústria europeus, enquanto os trabalhadores europeus encontravam-se numa posição estruturalmente paralela àquela que ocupava a mão de obra escrava ou coagida das sociedades coloniais do Novo Mundo.⁸⁹⁹

Neste contexto de economia-mundo “os escravos eram sobretudo [...] uma fonte de lucro, e de lucro num sistema francamente capitalista, embora a ideia curiosa segundo a qual escravidão e capitalismo se excluem mutuamente persista ainda.”⁹⁰⁰

Em suma, o empreendimento capitalista, no sentido da economia-mundo, não só estabeleceu a geografia do açúcar, como também teve desdobramentos europeus na proletarianização das massas urbanizadas. Seus gostos alimentares constituíram um fator decisivo, que propeliu a expansão dos canaviais e continuada exploração dura dos trabalhadores neles empregados, além da abolição da escravidão. Nenhuma parcela do mosaico composto pela economia-mundo – no

898 Idem, p. 182.

899 MINTZ, S. W. “Afro-Caribbean: An Introduction”. In: MINTZ, Sidney W. (Ed.). *Caribbean Transformations*. Op. cit., p. 10.

900 MINTZ, S. W. “Slavery, Forced Labor and the Plantation System”. Op. cit., p. 47.

caso, na sua dimensão açucareira – escapou do sistema capitalista, pois fazia parte de sua própria construção. O autor formula então indagações desafiadoras e férteis sobre a maneira de considerar o escravo de plantação nesse contexto, isto é, em relação (em vez de oposição) ao proletário europeu, seu involuntário parceiro nas relações capitalistas da economia-mundo.

O assunto é ainda mais instigante, se pensarmos no descendente e sucessor do escravo, o morador de engenho. Como foi visto acima, habitualmente tanto um quanto o outro são apresentados ora como vítimas de uma reversão ou regressão histórica localizada; ora como produto do ‘atraso’ medieval, ‘feudal’ dos colonizadores (em particular os de origem ibérica⁹⁰¹); ora como uma parada rural no desenvolvimento histórico brasileiro, doravante concentrado em assuntos/âmbitos muito mais ‘importantes’, pois urbanos e industriais.⁹⁰² Em todos os casos, a historicidade assim cunhada está fadada a afundar os trabalhadores rurais dos engenhos cada vez mais no subdesenvolvimento, inclusive o de tipo conceitual. Tanto mais que eles viviam em regiões e/ou países já sobrecarregados de subalternidade pela posição que lhes foi determinada na escala evolucionista mundial.⁹⁰³

Enfim, o escravizado estava confinado a certo tipo de relação, de forma quase fossilizada, pelo menos até os mais novos desdobramentos da pesquisa histórica, inclusive brasileira. A “brecha camponesa” aberta, no Brasil, por Ciro Flamarion Cardoso na esteira dos trabalhos de Mintz, contribuiu para trazer nova luz sobre a complexidade

901 Ver ZEA, L. *Filosofia de la História Americana*. Op. cit., cap. III “El proyecto colonizador ibero”.

902 Um exemplo dessa tendência está na obra de Mantega, que faz disso um argumento de crítica a Caio Prado. MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Op. cit.

903 Em todos os casos afetados por situações desfavoráveis em termos evolucionistas, até pelas suas consequências longínquas sobre a formação de uma classe operária ‘verdadeira’, capaz de desempenhar seu papel dinamizador na história daquelas sociedades.

das atividades dessa mão de obra, bem como as análises sobre liberdades e resistências de João José Reis⁹⁰⁴ e Marcus Carvalho.⁹⁰⁵

Mintz propõe então outro desafio: comparar, aproximar em termos históricos, o escravo do proletário.⁹⁰⁶ De certo modo, poder-se-ia considerar que Marx já havia acenado nessa direção quando afirmara a qualidade de capitalista dos plantadores do sul dos Estados Unidos, embora os considerasse uma anomalia.⁹⁰⁷ Outra linha de raciocínio que pode ser seguida diz respeito, não só à definição daquilo que faz a diferença entre escravos e proletários – a “liberdade” – quanto à existência de situações de trabalho forçado ou envolvido em outras dimensões sociais hierarquizantes, como a de gênero,⁹⁰⁸ até mesmo no ramo do proletariado exemplar: a indústria concentrada. Pode-se, assim, detectar trabalhadores industriais coagidos, mas que por serem europeus e/ou urbanos não viram sua qualidade de ‘proletário’ questionada. Pois, o trabalho não-livre

904 Ver, particularmente, REIS, João José. “O levante dos malês na Bahia: uma interpretação política”. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, 17, 1987, Número Especial. REIS, João José. “Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas na Bahia”. Op. cit. REIS, J. J. e SILVA, E. *Negociação e conflito*. Op. cit. REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil; a história do levante dos malês (1835)*. Op. cit. A nova edição foi ampliada à luz da história da África ocidental de onde os “malês” foram transportados. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Ver Palestra do Prof. João José Reis, *Simpósio Nacional de História – Brasil 1822-2002: Alternativas e Desdobramentos na Construção da Nação*, Programa de Pós-Graduação em História, Dep. de História, Recife, UFPE, 12 de dezembro de 2002.

905 CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade. Rotinas e rupturas do escravismo. 1822-1850*. Recife: Ed. Univ. UFPE, 1998. CARVALHO, Marcus. “Le ‘divin maître’ – Esclavage et liberté à Recife dans les années 1840”. In: CROUZET, François e ROLLAND, Denis. *Pour l’histoire du Brésil, Mélanges offerts à Kátia de Queiros Mattoso*. Paris: L’Harmattan, 2000, p. 437-449.

906 MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit.

907 MARX, Karl. *Grundrisse*. London: Penguin Books, 1973, p. 525.

908 Ver em particular FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017; e as obras de Françoise Vergès para períodos mais recente.

não foi exclusivo das zonas periféricas. Talvez a coabitação destas diversas formas de emprego da mão de obra, com graus variados de violência deliberada aplicada contra os trabalhadores na economia-mundo, tenha sido, por muito tempo, mais generalizada do que é comumente admitido.

5.6.2.6 “Era o escravo de plantação um proletário?”⁹⁰⁹

É o adulto que permite entender a criança;
e o homem, o macaco.

Jean Chesneaux⁹¹⁰

Tomando precisamente a economia-mundo, que os associa em termos definidos pelo próprio capital, como referência básica para um novo enfoque sobre a condição dos trabalhadores de engenho, de um lado, e dos operários europeus consumidores de melaço, do outro, Mintz pergunta: “Era o escravo de plantação um proletário?”⁹¹¹ Na sua esteira, pode-se fazer a mesma indagação a respeito de seu sucessor. Se tal pergunta fora cabível para o escravo, quanto mais para o morador de engenho, legalmente ‘livre’. O autor estuda a “relação entre os termos e as categorias ‘proletário’ e ‘escravo’.”⁹¹² Embora o espaço privilegiado dos dados históricos colhidos por ele seja o Caribe, a reflexão proposta pode aplicar-se a outros âmbitos geográficos, particularmente os de plantações açucareiras como o Nordeste do Brasil. Com efeito, tanto a produção principal – o açúcar – com sua organização, dinâmica e ligação como o mercado mundial, são semelhantes. As soluções para a fixação da mão de obra

909 Expressão tomada emprestada do título do artigo de Mintz. Op. cit.

910 CHESNEAUX, J. *Du passé faisons table rase?* Op. cit., p. 54.

911 MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit.

912 Idem, p. 140.

rural no período pós-escravidão também podem ser comparadas, e valorizada essa contribuição precisamente nordestina ao elenco extraordinário de meios⁹¹³ utilizados para manter a força de trabalho numa situação, senão legalmente, ao menos concretamente, tão próxima quanto possível da anterior à abolição. Inicialmente, Mintz examina em detalhes a definição marxista do proletário.

Está agora mais amplamente aceito que Marx nunca ficou inteiramente satisfeito com a maneira como considerou a escravidão do Novo Mundo, quando tratava das plantações. Como integrar a escravidão no esquema marxista era um assunto problemático, que se torna ainda mais complexo pela asserção que a economia de plantação era, em certos aspectos, moderna para seu tempo. As implicações mais amplas destas questões não podem ser tratadas aqui.⁹¹⁴

Retomando os aspectos cardeais da análise marxista da gênese do capitalismo, Mintz enfatiza a precondição necessária: a desapropriação dos produtores dos seus meios de produção. No caso dos trabalhadores da cana, o fenômeno me parece sem igual, tanto em termos de radicalismo quanto de escala. Africanos transportados e escravizados, ameríndios reduzidos à sujeição sofreram essa desapropriação num grau raramente alcançado. Mas isso não foi evidenciado, abrigados que eram os estudiosos atrás de pseudo-argumentos como a “necessidade” tropical dos produtos requeridos pela Europa ou, implicitamente, do parco uso – no sentido sublinhado por Zea⁹¹⁵ – que os aborígenes teriam feito de tão generosa natureza,

913 A respeito dos quais Mintz exclama: “verdadeiramente, a lista das ‘soluções’ diversas para o ‘problema da mão-de-obra’ típico do período pós-emancipação no Caribe desafia a imaginação e paralisa o sentido ético e de honestidade moral do leitor.” Idem, p. 154.

914 Nota 23. MINTZ, S. W. “Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras”. Op. cit., p. 88.

915 ZEA, L. *Filosofia de la História Americana*. Op. cit., cap. IV “El proyecto colonizador occidental”.

raciocínios embutidos em muitas demonstrações que induzem a propostas eugênicas. A historiografia, por melhor intencionada que seja e salvo nobres exceções, reduziu esse aspecto fundamental e secular da história a uma obviedade talvez lamentável, mas tão (anacronicamente) consumada que não mereceu o destaque reiterado que lhe é devido.

“Portanto,” escreve Marx, “a expropriação da grande massa da população de sua base fundiária [...] constitui a pré-história do capital,” e “a assim chamada acumulação primitiva, portanto, nada mais é que o processo histórico de separação entre o produtor e os meios de produção.” O que chamo então de “proletário”, de acordo com essas afirmações, é aquele ser livre e não-proprietário que vende sua própria força de trabalho enquanto mercadoria para um capitalista comprador de mercadorias, entre elas a mercadoria força de trabalho, para empreender nova produção.⁹¹⁶

Mintz continua explicitando o contexto dentro do qual ele aborda a definição marxista.

Nunca foi a única e explícita intenção de Marx, pelo que sei, de estabelecer um contraste sistemático entre escravos e proletários de forma a dotar estes termos de definições que se tornariam verdades eternas. Sua preocupação era, sobretudo, entender e revelar a natureza íntima do sistema capitalista e do modo de produção capitalista, e como esses caracterizavam a história da Europa. Consciente de que não poderia ignorar ou considerar irrelevantes as atividades dos europeus fora da Europa, ele notou que as diferentes formas de exploração da força de trabalho, nas diversas partes do mundo onde os europeus atuavam, eram ao mesmo tempo fruto dos acontecimentos na própria Europa e reagiam de volta em cima desses.⁹¹⁷

916 MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 141-142.

917 Idem, p. 120.

Esse duplo movimento é essencial para o entendimento da situação dos trabalhadores rurais empregados nos canaviais da América, em qualquer época. Mintz definiu cinco fases⁹¹⁸ na evolução das formas de exploração da mão de obra no Caribe açucareiro,⁹¹⁹ mostrando a variedade de modalidades que o sistema capitalista da economia-mundo utilizou para extrair mais-valia dos trabalhadores. Embora a escravidão fosse generalizada, ela era raramente única. Nesse sentido, o Caribe pode ser mais explícito do que a zona canavieira de Pernambuco, embora os desdobramentos recentes da historiografia tenham enriquecido consideravelmente uma visão outrora por demais homogênea da realidade do uso da força de trabalho, reinstalando os “homens esquecidos” na espessura do tecido social brasileiro.

Primeiro, a história da escravidão no Caribe foi habitualmente marcada pela presença constante de outras formas de exploração da mão de obra, frequentemente na mesma indústria e até nas mesmas empresas. Isto é, apenas em alguns períodos e em algumas colônias, a escravidão funcionou, de fato, como única forma de relação terra/força de trabalho nas plantações. Segundo, as outras formas de exploração da mão de obra que acompanharam a escravidão parecem ter, todas elas, incluído diversos graus de coerção, embora, na maioria desses casos, os próprios trabalhadores fossem “livres” de acordo com a definição convencional.⁹²⁰

Misturas tão diversas obrigaram a considerações mais detalhadas do que o simples encaixotamento dessa realidade múltipla em categorias históricas “pré-moldadas”, lembrando o que Gruzinski batizou de “fetichismo latente das categorias”.⁹²¹

918 Duas a mais seriam necessárias, complementa, para a época mais recente.

919 MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 142.

920 Idem, p. 145.

921 GRUZINSKI, Serge. *La pensée métisse*. Op. cit., p. 49.

Essas diversas formas de exploração da mão de obra, que existiam, na maioria dos casos, de modo combinado na história do Caribe, não eram permutáveis, pois cada uma representava uma resposta diferente às necessidades de mão de obra; da mesma maneira, não era acidental, nem à toa, que elas apareciam habitualmente de forma combinada, respondendo às necessidades de mão de obra que não poderiam ser satisfeitas de modo mais conveniente ou lucrativo utilizando exclusivamente uma ou outra forma.⁹²²

Com exemplos precisos, Mintz mostra como, por mais diversas que sejam em certos aspectos importantes, como a proveniência geográfica, o estatuto jurídico, o grau de ‘liberdade’ etc., essas formas serviram os propósitos do sistema capitalista. Não havia acaso. As escolhas não eram ‘acidentais’. Podia ter até mesmo fracassos, mas apenas um objetivo.

Recusando oposições antitéticas tornadas irrealistas pelo grau de abstração, Mintz reinsere a dimensão histórica de um modo enriquecido precisamente por sua visão antropológica, inconfortável talvez, com generalizações apressadas e, em parte, enganosas.

Naturalmente, a história das plantações do Caribe não apresenta uma ruptura clara entre um modo de produção escravista e um modo de produção capitalista, mas alguma coisa bastante diferente. A sucessão de misturas variadas de diferentes formas de exploração da mão de obra, em dados casos, revela claramente como os sistemas de plantação de diversas sociedades do Caribe desenvolveram-se como partes do capitalismo mundial, cada caso específico indicando como meios diversos foram utilizados para fornecer uma mão de obra adequada, alguns com êxito, outros não, mas todos dentro de uma divisão internacional do trabalho transformada

922 MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 146.

pelo capitalismo, e para satisfazer um mercado internacional criado pelo mesmo sistema capitalista.⁹²³

Mintz chama particularmente a atenção para categorias de trabalhadores que eram coagidos sem serem propriamente escravizados. Há muitos exemplos: os ‘*indentured servants*’ ou ‘*engagés*’,⁹²⁴ bem como trabalhadores asiáticos sob contrato no período imediatamente posterior às abolições. Como Foner o mostrou,⁹²⁵ às vezes, essa condição coagida, porém não escrava, era imposta aos antigos escravos e seus descendentes, sob a forma de legislações restritivas ao extremo, destinadas a “destruir o poder de barganha dos recém-libertos de forma a aproximar-se de condições de coerção que fossem suficientemente contínuas com a escravidão para tornar o sistema de plantação vantajoso para aqueles que o apoiavam.”⁹²⁶

Mintz chama a atenção para o fato de que todas essas categorias, aparentemente diversas, serviam ao mesmo propósito. Os moradores de engenho da zona canavieira, embora não importados da China ou de Java, nem submetidos às leis contra os “vagabundos” explicitamente destinadas, em Porto Rico, a coagir os antigos escravos, sofreram restrições econômicas, cívicas e sociais tão extraordinárias que sua condição pode ser colocada em paralelo. Para que o grau de exploração desejado possa ser aplicado, era indispensável o uso discricionário da violência.

Haja vista que a importância da coerção na exploração da mão de obra da plantação, decorre de que as plantações, e talvez em particular as plantações de cana-de-açúcar, operariam

923 Idem, p. 148.

924 Europeus de ambos os sexos, sob contrato, que se vendiam temporariamente e cujo tratamento era cruel o suficiente para ser comparado com aquele dispensado aos escravizados.

925 FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. Op. cit.

926 MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 153. Ver também a brilhante obra de Miranda Spieler. *Empire and Underworld. Captivity in French Guyana*. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 2012.

com o uso da coação e ameaça constante de violência. A história da plantação é uma história de repetidas rebeliões, levantes e conspirações. Embora a vida cotidiana de seus habitantes continuasse, como devia, a ameaça de violência súbita nunca estava completamente ausente.⁹²⁷

Mintz afirma assim um ponto essencial ao sistema de relações de trabalho. Embora a violência patronal não se manifestasse diariamente nas suas dimensões mais espetaculares, no período pós-escravista, a ameaça de seu exercício e a violência ordinária embutida no modo de relações presentes no engenho, mantiveram-na um elemento básico do sistema.

5.6.2.7 A questão da liberdade: “esse doce erro”⁹²⁸

A liberdade e a escravidão constituem um antagonismo. [...] Não se trata da escravidão indireta, da escravidão do proletariado, e sim da escravidão direta, da escravidão dos negros em Suriname, no Brasil ou nos Estados meridionais da América do Norte. A escravidão direta é uma pilastra do nosso industrialismo atual, como o são as máquinas, o crédito etc. Sem a escravidão, não existiria o algodão; sem o algodão não existiria a indústria moderna. A escravidão valorizou as colônias; as colônias criaram o comércio mundial e o comércio mundial é a condição de existência da grande indústria mecanizada. Antes do tráfico dos negros, as colônias forneciam apenas alguns produtos e não podiam, pois, mudar visivelmente a face do planeta. [...] A escravidão é uma categoria econômica.

Marx e Engels⁹²⁹

927 MINTZ, S. W. “Produção tropical e consumo de massa”. Op. cit., p. 46.

928 MARX, K. *Le Capital*. Livro I. Op. cit. p. 571.

929 Carta de Karl Marx a P. V. Annenkov, 28 de dezembro de 1846. In: MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 118. MARX, KARL E ENGELS, FRIEDRICH. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Omega, s.d., V. 3, p. 250.

Questão-chave na comparação entre escravo e proletário, a liberdade não pode ser separada de certo grau de violência patronal. Ambas categorias de trabalhadores já foram despojados, isto é, separados, alienados dos meios de produção. Marx fornece, em *O Capital*, uma definição precisa do trabalhador envolvido nas relações de produção capitalistas: o proletário puro vende sua própria força de trabalho livremente no mercado:

A transformação do dinheiro em capital exige, portanto, que o detentor do dinheiro encontre no mercado o trabalhador livre e livre num duplo ponto de vista. Primeiro, o trabalhador deve ser uma pessoa livre, que disponha ao seu bel prazer da sua força de trabalho como de sua mercadoria própria; segundo, ele não deve ter nenhuma outra mercadoria para vender; ser, por assim dizer, livre de tudo, completamente desprovido das coisas necessárias para a realização de sua potência de trabalho.⁹³⁰

Marx precisa ainda, como para afastar qualquer dúvida: “A força de trabalho só pode apresentar-se no mercado como mercadoria se ela for oferecida ou vendida pelo seu próprio detentor”.⁹³¹ Portanto, a relação estabelece-se – teoricamente – entre pessoas “juridicamente iguais”. Referindo-se a um texto de Hegel sobre a filosofia do Direito,⁹³² Marx acrescenta:

Para que esta relação persista, é necessário que o proprietário da força de trabalho só a venda por um tempo determinado, pois se ele a vende em bloco, de uma vez por todas, ele se vende a si mesmo e, de livre que era, torna-se de fato escravo, de mercador, mercadoria. Se ele quiser manter sua personalidade, ele só deve colocar sua força de trabalho à disposição do comprador temporariamente de forma que, ao aliená-la, ele não renuncie, portanto, à propriedade sobre ela.⁹³³

930 MARX, K. *Le capital*. Livre I. Op. cit., p. 131.

931 Ibidem.

932 Idem, p. 604.

933 Idem, p. 131.

A liberdade de vender temporariamente sua própria força de trabalho define então o proletário. A outra vertente da definição é a necessidade absoluta de vendê-la:

A segunda condição essencial para que o homem do dinheiro encontre a força de trabalho para comprar é que o possuidor desta, em lugar de poder oferecer mercadorias nas quais seu trabalho seja realizado, seja forçado a oferecer e colocar a venda, como mercadoria, sua força de trabalho ela mesma, a qual reside apenas no seu organismo.⁹³⁴

Portanto, o paradoxo quer que, livre, o proletário esteja também forçado, isto é, obrigado a se sujeitar ao comprador de sua força de trabalho. Revelando o parentesco entre as várias categorias de trabalhadores explorados pelo capital, Marx ironiza a respeito dos autênticos proletários que, tendo apenas sua força de trabalho para vender, “são coagidos pela força a se vender voluntariamente”!⁹³⁵ Ele não entendia isso apenas como uma forma retórica ou metafórica. Basta lembrar as descrições pavorosas dos ‘workhouses’, na Inglaterra;⁹³⁶ ‘*hospitaux de charité*’, na França, quando as legislações paralelas nos diversos países europeus promoveram o que Foucault chamou de ‘*Grand Enfermement*’. Tais medidas drásticas, apoiadas no poder público em sua execução, permitiam prover os estabelecimentos produtivos de mão de obra forçada: os chamados ‘vagabundos’.⁹³⁷ Vítimas das mudanças introduzidas pelo capitalismo no

934 Ibidem.

935 Idem, p. 574.

936 Onde, segundo as leis passadas tanto sob os Tudor quanto sob os Stuart, as “Leis dos Pobres” que Braudel, lembra Wallerstein, chamara de “leis contra os pobres”. In: *Civilisation matérielle*, p. 56. Apud: WALLERSTEIN, I. *The Modern World System*. I. Op. cit., p. 261.

937 O aparelho jurídico posto em vigor compreende as ‘*Poor Laws*’ na Inglaterra elizabetana e dispositivos legais semelhantes em outros países, como o lembra Marx, (In: *Le Capital*, Livre I. Op. cit., p. 689), junto com propostas de redução pura e simples dos pobres europeus à escravidão. Idem, p. 534.

campo – as famosas ‘*enclosures*’ descritas com repugnância e indignação não disfarçada por Marx – eles foram obrigados a trabalhar para a indústria têxtil capitalista em expansão, embora ainda não plenamente mecanizada. Marx fornece muitos exemplos concretos do uso da força bruta, da coação explícita, inclusive após a revolução industrial. Assim, ele denuncia o rapto em grande escala de crianças para forçá-las ao trabalho nas novas empresas: “O recrutamento das novas fábricas efetua-se como o da marinha real – por meio da prensa.”⁹³⁸ Ele cita o caso de crianças leiloadas, em 1813, com a maquinaria de um industrial falido, para saldar suas dívidas.⁹³⁹

Ademais, os trabalhadores europeus ditos ‘livres’ sofriam também medidas de coerção: parte da luta operária na França no século XIX dirigiu-se contra o mal-afamado “*livret*”, que acompanhava obrigatoriamente o assalariado, garantindo sua “fidelidade” ao empregador. Se o deixasse sem permissão, o trabalhador era considerado desertor, e passível de severas punições da autoridade pública. Marx descreve ainda como, no Reino Unido, operários eram proibidos pelas autoridades de emigrar, seja em razão de sua qualificação profissional ou, como no caso dos camponeses gaels expulsos de suas terras na Escócia, sem justificativa.⁹⁴⁰ O capitalismo precisava constantemente de efetivos para seu exército de reserva industrial.

Pode-se argumentar também que Marx, bem como a imensa maioria dos historiadores (homens) após ele, manteve a definição do proletário, esquecendo de qualificá-lo em termos de gênero. Pois, o axioma da igualdade jurídica entre vendedor e comprador da força de trabalho, embutida na definição do proletário, como foi visto acima, não se aplicaria, na metade do século XIX, a mais da metade dos ditos vendedores: mulheres e crianças. Mesmo

938 Marx cita numerosos exemplos concretos. Idem, p. 543 *et ss.*, p. 563.

939 Idem, p. 694.

940 MARX, K. *Le Capital*. Livre I. Op. cit., p. 539 *et ss.*

adultas, as mulheres sofriam uma incapacidade jurídica tão grande que lhes era impossível participar independentemente de qualquer negócio. A abolição do ‘feudalismo’, na noite de 4 de agosto de 1789, as havia privado dos vestígios de direitos, enquanto agentes econômicos, sobras dos tempos (áureos para elas, nesse sentido) do medievo. Portanto, à luz da categoria de gênero, tal como Joan Scott a definiu no seu famoso artigo,⁹⁴¹ o argumento ganha alguma dimensão suplementar.

Considerando que os proletários eram sobretudo proletárias na grande indústria (têxtil – a ‘Grande *Rassembleuse* de Capital’, como a designam os especialistas da revolução industrial), o modo de recrutamento da mão de obra feminina e sua manutenção nas empresas tinha aspectos muito pouco ‘livres’, no sentido literal do termo.⁹⁴² Operárias da indústria concentrada ou dispersa⁹⁴³ não tinham estatuto jurídico igual ao de seus empregadores masculinos, nem de seus colegas homens.⁹⁴⁴ O estabelecimento de seu direito ao trabalho⁹⁴⁵ e a igualdade jurídica e salarial foram uma lenta conquista e

941 SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Op. cit.

942 Os conventos-fábricas e fábricas-internatos recebiam meninas, entregues pelos seus pais camponeses pobres, que trabalhavam na produção têxtil, por muitos anos, sob um regime fechado de trabalho tão duro que muitas perdiam a saúde e a vida. Por todo salário, as que sobreviviam recebiam o enxoval que lhes era constituído na hora de um casamento arranjado, com a garantia suplementar de sua boa educação religiosa e virgindade intacta.

943 Ver o capítulo de Marx sobre a máquina de costura e seu impacto sobre a re-distribuição da mão de obra feminina da confecção. *Le Capital*, Livro I. Op. cit.

944 O reconhecimento da igualdade formal, civil e econômica, para as mulheres (particularmente as casadas) da Europa ocidental data do final do século xx.

945 Restabelecimento considerando o período da Baixa Idade Média como ponto de partida do declínio. Foi-lhes quase recusado por companheiros trabalhadores masculinos, politicamente os mais conscientes. No Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores de 1864, o trabalho feminino foi considerado por boa parte dos congressistas como degradante e antinatural, sugerindo-se sua proibição.

ainda são, em parte, objetivos.⁹⁴⁶ No entanto, nem mesmo os que pediam a interdição do trabalho feminino, questionaram-lhes a qualidade de proletárias, apesar da falta de liberdade, de direitos civis e econômicos. Em época mais recente, práticas coercitivas eram frequentes, particularmente em relação à mão de obra feminina, nas indústrias situadas nas colônias ou ‘semi-colônias’.

A respeito da China, por exemplo, Kuczynski nota com razão que não havia dúvida a respeito da gravidade e da qualificação⁹⁴⁷ deste tipo de coerção ao trabalho da mão de obra local.⁹⁴⁸ As grandes empresas industriais, chinesas ou estrangeiras, recrutavam trabalhadoras literalmente escravizadas.⁹⁴⁹ Neste último caso, acorrentadas às máquinas, sem poderem sair do âmbito da fábrica, elas trabalhavam jornadas extremamente longas. Seu salário era pago diretamente a seu proprietário e elas recebiam apenas alguma

946 Ver, por exemplo, SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979; KESSLER-HARRIS, Alice. *Out to Work. A History of Wage-Earning Women in the United States*. Oxford: Oxford UP, 1982. Se acrescentarmos a dimensão de raça, a distinção se torna ainda mais flagrante. Ver, por exemplo, LERNER, Gerda. *De l'esclavage à la ségrégation. Les femmes noires dans l'Amérique des Blancs*. Paris: Denoel/Gonthier, 1972.

947 Em termos de modo de produção, pois como foi visto, a China é tida pela historiografia marxista como semi-feudal semi-colonial, das guerras do ópio até 1949.

948 Marxista convicto, ele ironiza, no entanto, ao aludir à nomenclatura oficial: “Se a China, na maior parte dos anos estudados aqui, foi designada com razão, como sendo um país semi-colonial, no entanto, tratando-se de Xangai e particularmente das fábricas têxteis inglesas, cabe a expressão ‘colonial’. Os trabalhadores chineses nas fábricas têxteis inglesas tinham que sofrer toda a crueldade de uma ‘dominação inteiramente colonial’ e os capitalistas ingleses realmente não tinham lucros apenas semi-coloniais.” KUCZYNSKI, Jurgen. *Die Geschichte der Lage der Arbeiter unter dem Kapitalismus*, Band 28. *Die Lage der Arbeiterin in der Baumwollindustrie Shanghais insbesondere in den englischen Fabriken*. Berlin: Akademie Verlag, 1964, p. VII.

949 Intermediários compravam moças e meninas no campo para revendê-las nas cidades para atividades que correspondessem a suas ‘qualidades’: as mais bonitas, como concubinas ou prostitutas; as outras, para o serviço doméstico ou a indústria. *Idem*, p. 89.

comida em troca do seu incessante trabalho, o suficiente apenas para não morrerem logo, provavelmente o tempo da amortização do investimento inicial! Apesar disso, nunca se lhes negou por um instante a qualidade de autênticas proletárias, inclusive no próprio movimento operário chinês.⁹⁵⁰

Em tempos de ‘flexibilização’ das relações de trabalho e constantes recuos mundiais na legislação trabalhista, constata-se novamente que não há homogeneidade de estatuto dos proletários frente ao capital. Mintz traça um paralelo entre os imigrantes ilegais nos Estados Unidos, que trabalham de forma precária nos mais perigosos e mal remunerados empregos, sem a certeza de poderem ficar no país:

Estas situações se assemelham, de maneira pouco palatável, às plantações de cana escravistas no Novo Mundo. Para os abolicionistas, acabar com o tráfico negreiro – não com a escravidão em si, mas simplesmente com o comércio de escravos – era mais do que um passo em direção à abolição completa. Ao cortar o abastecimento de força de trabalho, raciocinavam com razão, eles beneficiariam materialmente os próprios escravizados.⁹⁵¹

Hoje em dia, o maior esforço das autoridades internacionais está dirigido precisamente à interrupção e repressão ao tráfico de pessoas, uma das facetas mais pavorosas da globalização. Embora, como o sugere Mintz, não haja realmente muita novidade no fato de transportar – inclusive clandestinamente – trabalhadores de um país ou continente ao outro, ninguém duvida, no entanto, que vivamos em regime capitalista e que essas práticas lhe pertençam. O uso e a ameaça de violência, a negação de quaisquer direitos que os

950 Ver, por exemplo, CHESNEAUX, Jean. *Le mouvement ouvrier chinois*. Paris: Mouton, 1962 e LEITH, Suzette. “Chinese Women in the Early Communist Movement”. In: YOUNG Marilyn B. *Women in China*. Ann Arbor: Univ. of Michigan, 1973.

951 MINTZ, Sidney W. “You are what you eat”. In: *TLS*, p. 7. September 14, 2001 (resenha do livro de Eric Schlosser, *Fast Food Nation, What the all-American meal is doing to the world*. Allen Lane the Penguin Press).

proletários europeus de origem tenham conquistado ao fio de dois séculos de duras lutas, permeiam a vida profissional e particular dos imigrantes e de seus filhos. É o que sublinha Jean Chesneaux:

Por outro lado, até mesmo em regime capitalista de “liberdade de mercado do trabalho”, a coerção extra-econômica, isto é, o exercício da força e da violência física e ideológica para organizar a produção ocupa um lugar importante na vida social. Os trabalhadores migrantes o sabem bem; eles não trabalham em regime de assalariamento “puro”; o magro salário que recebem é subordinado à aceitação de múltiplas violências e intimidações, pela polícia, pelo cabo, pelo branco pobre racista no metrô.⁹⁵²

A questão da liberdade parece então ser mais sutil. Como lembra Mintz, por um lado, Marx sublinha a qualidade de ‘livre’ do trabalhador, “dispondo ao seu bel prazer de sua força de trabalho”. Por outro lado, ele (ou ela) é também “livre de tudo, completamente desprovido das coisas necessárias à realização de sua potência de trabalho.”⁹⁵³ E isso já constitui em si uma coerção, sem falar da forma brutal, exercida por recrutamento e trabalho forçado: uma dependência obrigada. Falando da superpopulação e subconcorrência operárias, Marx comenta:

A subordinação tão indispensável do trabalhador ao capitalista é garantida; esta relação de dependência absoluta que na Europa o economista mentiroso disfarça ao decorá-la enfaticamente do nome de livre contrato entre dois comerciantes igualmente independentes, um alienando a mercadoria capital, o outro a mercadoria trabalho, é mantida. Mas nas colônias este doce erro desaparece.⁹⁵⁴

952 CHESNEAUX, J. *Du passé faisons table rase?* Op. cit., p. 56.

953 MARX, K. *Le Capital*. Livro I. Op. cit., p. 131.

954 Idem, p. 571.

Portanto, a liberdade de escolha é, às vezes, tão reduzida que parece uma fachada. A articulação desta pseudoliberalidade com a respectiva situação das sociedades metropolitanas e coloniais aparece, sem dúvida, como uma variável importante.

A expansão do capitalismo europeu implicava na assimilação aos objetivos da metrópole – isto é metrópole europeia – de sociedades e povos que ainda não faziam parte do sistema capitalista. As maneiras como esta assimilação foi posta em movimento e as formas que ela adotou, foram naturalmente muito variáveis.⁹⁵⁵

No caso das regiões não europeias, achava-se indispensável impor algum tipo de coerção que garantisse a submissão dos trabalhadores. Com ironia marcada, Marx cita Merivale: “Nos países de velha civilização, o trabalhador é, apesar de livre, dependente do capitalista em virtude de uma lei natural (!); nas colônias, essa dependência deve ser criada por meios artificiais.”⁹⁵⁶

Esses ‘meios artificiais’ adotaram formas diversas. Marx se referia explicitamente aos que foram empregados para transformar a colonização livre em colonização sistemática, no período pós-emancipação. Contudo o sistema escravista era também visado no mesmo sentido.

De fato, a inclinação da humanidade trabalhadora a expropriar a si mesma pela maior glória do capital é tão imaginária que, segundo o próprio Wakefield, a riqueza colonial só tem um fundamento natural – a escravidão. [...] Sem a escravidão, o capital teria sido perdido nos estabelecimentos espanhóis ou pelo menos teria sido dividido em pequenas frações do tipo que um indivíduo pode utilizar na sua pequena esfera.⁹⁵⁷

955 MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação...”. Op. cit., p. 143.

956 MARX, K. *Le Capital*. Livro I. Op. cit., p. 572.

957 Idem, p. 570.

Como foi visto acima, Mintz colocou sob outra luz a escravidão, isto é, em relação (em vez de oposição) com outras formas de exploração da força de trabalho. O elenco de soluções encontradas pelo capital para resolver seu problema de mão de obra foi maior, dos ameríndios ‘encomendados’ até os assalariados que moravam em ambientes periurbanos, passando pelos ‘*indentured servants*’, ‘*engagés*’ ou, mais tarde, os trabalhadores sob contrato oriundos da Ásia.

Os movimentos de pessoas que permitiram tais mudanças de grande alcance foram maciços, geralmente coercitivos e se estenderam por séculos. Não acho que existam fenômenos com os quais eles possam ser comparados na história mundial, anterior ou posterior. Aqueles que chegaram acorrentados podiam trazer pouca coisa consigo. As condições sob as quais eles tiveram então de criar e recriar instituições para seu próprio uso, constituíam provações difíceis de imaginar. Naturalmente isto era, em particular, o caso daqueles que chegaram como escravos. A situação era diferente e um pouco melhor para os europeus coagidos ou contratados. Mas não se pode dizer que os irlandeses deportados por Cromwell, os condenados e “*engagés*”, os serventes por dívida e os “*indentured*” da Grã Bretanha e da França estavam em situação verdadeiramente muito melhor, no que diz respeito ao transporte de grupos de parentesco, normas comunitárias ou cultura material. Tampouco, em todo caso, os chineses que foram enviados a Cuba, os indianos que foram às Guianas e Trindade ou os javaneses que rumaram para Suriname nos séculos posteriores.⁹⁵⁸

Em outro artigo, Mintz exemplifica o tratamento desumano ao qual tal mão de obra estava sendo submetida, concluindo: “O termo *contrato*, utilizado para descrever um documento escrito

958 MINTZ, S. W. “Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras”. Op. cit., p. 86-87.

estabelecendo as condições legais sob as quais tais pessoas estavam ligadas reciprocamente, não tinha quase nenhuma significação no caso destes migrantes”.⁹⁵⁹ Em seguida, o autor qualifica assim a realidade da relação como “criminalidade nua que se escondia por trás do termo ‘contrato’.”⁹⁶⁰ Portanto, a ideia pacífica de liberdade das partes, embutida na noção mesma de contrato, não existia de fato. As taxas espantosas de mortalidade nessa população de homens adultos recrutados pela sua capacidade física, fundamenta, sem contestação, tal opinião. Mintz lembra também outros casos de figura: os trabalhadores ‘livres’ autóctones, nascidos nas plantações (como em Porto Rico) e obrigados, como foi visto, a trabalharem em regime forçado “sob o elegante pretexto que, já que eles não tinham terra, eram ‘vagabundos’.”⁹⁶¹ Pode-se notar, a constância do capital, desde as leis elizabetanas sobre os pobres, em usar deste tipo de argumento/acusação para encobrir o arbitrário da situação. Ele foi retomado pelo patronato e pelas autoridades a respeito de trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco, justamente no período próximo à abolição como registram os anais do Congresso Agrícola de 1878.

Em suma, poder-se-ia talvez dizer que a questão da ‘liberdade’ maior ou menor do trabalhador corresponde apenas às necessidades locais do capital para manter sua dominação, evidenciando dosagens diversas de coerção, intimidação, repressão, persuasão e compensações, parecidas às que Sílvia Hunold Lara⁹⁶² analisou para o Brasil colônia. As diversas formas concretas registradas pelos estudiosos variam, entre outros fatores, de acordo com a época, o

959 MINTZ, Sidney W. “Labor and Ethnicity: The Caribbean Conjuncture”. In: TARDANICO, Richard (Ed.). *Crises in the Caribbean Basin, Political Economy of the World System Annuals*, No 9. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1987, p. 47-57.

960 Idem, p. 52.

961 MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação...”. Op. cit., p. 150-151.

962 LARA, S. H. *Campos da violência*. Op. cit.

sexo, a idade, a função na produção, a proveniência e, portanto, a cultura dos explorados, bem como dos exploradores.⁹⁶³

Os meios de coação, inclusive ou mais brutais e evidentes, tiveram uma amplitude de aplicação muito maior e mais constante do que se reconhece geralmente, inclusive na área industrial e nas metrópoles. A coexistência de várias formas de exploração da mão de obra nas plantações de cana-de-açúcar era coerente com a situação maior. As maneiras de dobrar os trabalhadores às necessidades da exploração capitalista, tanto nas metrópoles quanto nos canaviais americanos, adotavam títulos variados, sem por isso perder sua qualificação inicial e dominante. Na economia-mundo, a definição do proletário, “objetivamente, proletário”, engloba, segundo Wallerstein: “uma categoria que recebe, em todos os segmentos de sua renda total, menos do que o produto social que ela cria”.⁹⁶⁴ Nesse caso, podem ser contemplados os sucessivos canavieiros que dedicaram suas energias à produção de açúcar destinado aos mercados mundiais. Inclusive os moradores de engenho.

5.6.2.8 Brecha camponesa e protocampesinato

Quero organizar algumas famílias na condição de pequenos agricultores... O maior recurso do operário é o trabalho da terra, além de sua diária na fábrica. É preciso que o operário, nesta situação, cultive um lote suficiente para cobrir parte de seu gasto, comprar uma vaca, criar um porco. É preciso dar-lhe o pasto, além do esterco e da aragem das terras. Seria um grande meio de moralização

963 Aspecto incluído na proposta de sistematização da análise das grandes propriedades agrícolas nas Américas, elaborada por MINTZ, S. W. e WOLF, E. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. Op. cit.

964 WALLERSTEIN, Immanuel. “Processes of the world-system”. In: HOPKINS, T. K. and WALLERSTEIN, I. *Processes of the World System*. London: Sage, 1980, p. 170.

tornar o operário um pequeno agricultor. Considero esta família como a base e o fundamento da empresa.

Émile Martin,

Industrial, fundador da metalúrgica de Fourchambault⁹⁶⁵

Mintz, “o maior especialista do tema”⁹⁶⁶ da atividade comercial dos escravizados, nas palavras de Ciro Flamarion Cardoso, aborda outro aspecto pertinente da vida nos engenhos. Uma análise das atividades produtivas dos trabalhadores de ambos os sexos, fora dos canaviais propriamente ditos pode esclarecer a condição dos moradores de engenho que, como seus antepassados, cultivavam sítios e roçados com ‘lavoura branca’.

Os sistemas escravistas (parece que por natureza) tendiam a eliminar a produção local de mercadorias, a não ser aquelas (açúcar, café, índigo ou outra qualquer) produzidas nas plantações para a exportação. Ademais, os sistemas de plantação também tendiam a eliminar os pequenos produtores que trabalhavam em escala reduzida, como aconteceu inúmeras vezes nas Pequenas Antilhas, enquanto a cana-de-açúcar e a escravidão cresciam.⁹⁶⁷

De forma muito precisa, Mintz enfatiza o papel não negligenciável dessa produção para a economia local, fora da plantação, alargando o qualificativo de ‘subsistência’, que muitos autores passados e presentes utilizam para designar esse tipo de produção, com uma condescendência tendente a fortalecer, mais uma vez, a subalternidade de seus agentes.

965 Citado por MURAD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick. *Le petit travailleur infatigable ou le prolétaire régénéré. Villes-usines, habitat et intimités au XIX^e siècle*. Fontenay-sous-bois, Recherches n. 25, 1976, p. 24.

966 CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 75.

967 MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 156.

É preciso enfatizar que boa parte do sustento dos escravos era, de fato, produzida pelos próprios escravos e que, em muitos casos, eles também produziam uma boa parte dos produtos consumidos pelas populações livres das sociedades de plantação.⁹⁶⁸

O eventual “elemento de compulsão”⁹⁶⁹ presente no início, não elimina a oportunidade oferecida ao trabalhador coagido para exercer suas competências e influir sobre sua existência.

Desse modo, os escravos foram capazes de transformar o que havia começado como uma forma coercitiva, numa outra coisa: quando um escravo vendia parte de sua própria produção, isso significava uma “brecha radical”⁹⁷⁰ no modo de produção escravista.⁹⁷¹

[D]e fato as atividades comerciais dos escravos eram muito importantes para a economia jamaicana. Esta se baseava no sistema de plantação e no trabalho escravo; mas as circunstâncias eram tais, que os escravos puderam fazer uma segunda contribuição valiosa acumulando capital através dos seus esforços

968 Idem, p. 157.

969 Idem, p. 158.

970 “A expressão é aparentemente devida a T. Lepkowski e aparece no seu Haiti (1963). Foi também utilizada por Ciro F. S. Cardoso no seu interessante trabalho “A brecha no sistema escravista” (1977). Mas a ideia de que os escravos do Caribe não deveriam sofrer o confinamento terminológico ao qual alguns estudiosos os têm consignado, é mais antiga: muito antes do século xx, observadores notaram que escravos e fugitivos haviam feito muito para alterar a natureza da própria escravidão e produzir uma realidade que os senhores não haviam nem tencionado nem previsto. Tratei desse assunto mais completamente em ‘Caribbean Transformation’ (1974); ‘Toward an Afro-American History’ (1971) e com Richard Price in ‘An Anthropological Approach to the Afro-American Past: a Caribbean Perspective’ (1976). Nem Cardoso nem Lepkowski, contudo, encaram essas ‘brechas’ no sistema escravista como requerendo qualquer revisão do conceito de modo de produção escravista. *Eu fico um pouco incerto.*” Ênfase minha.

971 MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 160.

individuais. E os mesmos observadores, que debatiam para saber se os escravos seriam capazes de aprender até mesmo o mais elementar do ensinamento cristão, deviam notar a sua capacidade nitidamente humana de criar e empregar riqueza através da agricultura e do comércio. Não fossem as habilidades dos escravos, como produtores e distribuidores, e suas necessidades como consumidores, dificilmente teria surgido na economia jamaicana uma classe numerosa de atravessadores, agentes de importação e exportação e varejistas. A importância das atividades comerciais dos escravos era reconhecida pelas leis que regulamentavam o comportamento da população escrava.⁹⁷²

Mintz traz o debate dentro do âmbito da economia-mundo e de sua mistura de modos de exploração: “o desenvolvimento de tais instituições dentro do contexto da escravidão sugere que nossos conceitos de liberdade e falta de liberdade são provavelmente estreitos e extremos demais.”⁹⁷³ Pois, examinada sem preconceito, essa atividade produtiva (que oferece muita oportunidade ao desprezo por ser de localização rural, agrícola, ligada à vida dos trabalhadores, num âmbito quase que doméstico e em pequena escala) revela “como os escravos participavam das atividades produtivas não convencionalmente associadas à escravidão ou que não fazem parte do modo de produção escravista.”⁹⁷⁴

Da mesma forma que os escravos não eram completamente encapsulados pelo estado de sujeição, aqueles que, tecnicamente livres, labutavam ao seu lado, de fato, não eram completamente desacorrentados. O contraste entre livres e escravos, quando traçado como Marx o fez, de forma a enfatizar a natureza distinta do capitalismo europeu, não é incorreto, mas extremo e ele não dá conta – nem poderia – de condições históricas específicas em todos os casos. Como Tomich

972 MINTZ, Sidney W. “The Origins of the Jamaican Market System”. In: MINTZ, Sidney W. (Ed.). *Caribbean Transformations*. Op. cit., p. 205.

973 MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 162-163.

974 Idem, p. 163.

afirmou “enquanto Marx enfatizava a importância da economia mundial capitalista para entender a escravidão no Novo Mundo, ele nunca desenvolveu uma teoria das economias escravistas, e a questão das formas sociais da produção escravista não é sistematicamente tratada no seu trabalho.”⁹⁷⁵

A precondição óbvia para a existência dessa brecha camponesa, era a existência de “terra disponível”, o que Mintz e Wolf identificaram como um traço mais acentuado, senão próprio, do modelo da fazenda.⁹⁷⁶ Fornecendo alguns serviços, os antigos moradores como os escravos praticavam essa produção de alimentos em terra cedida pelo proprietário, que é qualificada de “pequena”, por John M. Monteiro. Obviamente, sendo seu propósito inicial a auto-subsistência e a produção de “pequenos excedentes que se destinavam aos limitados mercados internos”, ela tem uma feição “caracteristicamente camponesa”.⁹⁷⁷ Daí as denominações ‘protocampesinato’, ‘brecha camponesa’.

No entanto, é preciso enfatizar que ela se situava, não como rival, mas como complemento da grande produção dos canaviais. Segundo a definição de Sidney Mintz,⁹⁷⁸ ela não deixava de ser intrinsecamente vinculada ao mundo da grande propriedade agroexportadora. A sua própria origem se dava em função das “necessidades do complexo da *plantation*”.⁹⁷⁹ O conceito de ‘brecha camponesa’ torna mais sutil e completa a percepção do conjunto das atividades, competências e, quiçá, aspirações dos trabalhadores rurais da zona canavieira. Mas ela não muda fundamentalmente sua condição.

975 Idem, p. 163-164.

976 MINTZ, S. W. e WOLF E. “Fazendas e Plantações...”. Op. cit., p. 180 *et ss.*

977 MONTEIRO, John M. “A dimensão histórica do latifúndio”. In: INCAO, M. A. D’ (Org.). *História e Ideal*. Op. cit., p. 160-161.

978 MINTZ, Sidney W. “Slavery and the rise of peasantry”. *Historical Reflections* VI, 1979. (1): 215-42.

979 MONTEIRO, John M. “A dimensão histórica do latifúndio”. Op. cit., p. 161.

O conceito de modo depende, como no caso do modo capitalista, da separação do trabalhador dos meios de produção. Quando o escravo produz alimentos para si e sua família, ele acrescenta uma produção para uso direto ao panorama econômico de sua posição estrutural. E quando ele acrescenta a venda de seu próprio produto, ele acrescenta ainda um outro – algo contrário – elemento à realidade da escravidão antilhana. Quando ele compra, com o dinheiro que ele ganha vendendo seus produtos, ele acrescenta mais um elemento de tipo contraditório. E quando – como era o caso nessas sociedades – ele abastece as classes livres dentro da sociedade escravista, isso acrescenta ainda outro tal elemento.⁹⁸⁰

No período pós-abolição, a manutenção dos trabalhadores outrora escravizados nos engenhos – os novos moradores – resultou da falta de opções alternativas de emprego e sustento, em razão, de um lado, do monopólio sobre a terra nas mãos da classe dos plantadores, que se lhe garantiram legal e politicamente; do outro lado, a ausência de oferta de empregos urbanos acessíveis aos

980 MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 160. Em nota, o autor comenta: “Que um modo de produção seja dominante sobre outros modos dentro da mesma formação social; que a coexistência de tais modos deva ser inteiramente esperada e que o conceito de modo de produção não deva ser tencionado nem esperado como sendo idêntico a qualquer realidade concreta particular, são asserções, acredito, geralmente aceitas pelos estudiosos. Mas não me parece ser muito útil tratar exemplos históricos particulares como irrelevantes para nossa compreensão daquilo que compõe e representa o tipo ideal de modo de produção. Nem acho útil procurar explicar enquanto fenômenos ‘de transição’, o que poderia ser erroneamente percebido como exceções, irregularidades ou exemplos singulares. Essa parte da argumentação refere-se, de um lado, às posturas antigas de descrever casos históricos concretos como exemplos de estágios ‘feudais’ ou ‘escravistas’ da evolução sem ligação com os acontecimentos em outras partes do mundo capitalista e, de outro lado, à ignorância desses casos particulares concretos que nos permitem apreender precisamente o que o termo ‘contradição’ significa para compreender melhor como as formações sociais e seus correspondentes modos de produção mudam com o tempo.” Idem, p. 160-161.

trabalhadores rurais sem instrução completou o cerco empregatício que os condenava, na sua maioria, à permanência nos engenhos. Alguns optaram por ficar na mesma propriedade onde haviam trabalhado como escravos. Da mesma forma, hoje, morando na ponta de rua das cidades, eles continuam, muitas vezes, a trabalhar no mesmo engenho de onde foram expulsos, por simples falta de opção melhor.⁹⁸¹ Nenhuma gratidão para com as famílias latifundiárias (outrora escravocratas) deve ser obrigatoriamente lida no fenômeno antigo, tampouco quanto no mais recente, contrariamente à lenda sustentada pela classe dominante e seus descendentes nos aparelhos ideológicos de Estado.

Disponibilizando terra aos canavieiros, embora sob ferozes condições e sem garantia alguma, os empresários asseguraram, após a abolição, a permanência nas plantações de contingentes suficientes para a continuação da atividade açucareira.⁹⁸² Só o fizeram enquanto a rede de estradas e os meios de transporte de massa não permitiram deslocamentos pendulares eficientes para sua atividade agrícola. A perda dos sítios, acentuada com o Proálcool, e quase consumada ou completamente transformada em outros sistemas,⁹⁸³ deixou uma carência marcada no abastecimento dos mercados regionais, apenas compensada recentemente por produtos distribuídos via Ceasa, eventualmente oriundos de regiões e Estados longínquos. Efetivos de trabalhadores rurais, variáveis segundo a sub-região, dispunham de terra para plantar.

Para Rebecca J. Scott, os “moradores não eram camponeses, nem proletários por inteiro – eles trabalhavam por um salário, mas dependiam fortemente para sua sobrevivência da agricultura

981 ARAÚJO, E. R. *O trator e o ‘burro sem rabo’*. Op. cit.

982 MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 150, e MINTZ, S. W. e WOLF, E. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. Op. cit., p. 199.

983 Como plantações de inhame na Mata Norte.

praticada pela família para se abastecer e produzir, em pequena escala, culturas de mercado”.⁹⁸⁴ Este último fator, contudo, não alterou a condição dos escravizados, embora como o demonstrou Mintz, podia fortemente alterar sua posição na vida concreta. Quanto mais de seus sucessores livres.

Cultivar ‘lavoura branca’ em sítios e roçados cedidos pelo proprietário da plantação; criar algumas galinhas ou cabras; vender eventualmente um pouco do excedente na feira ou efetuar trocas de produtos com os vizinhos, não mudou a condição proletária dos operários da indústria têxtil, em Camaragibe ou Paulista, dispondo de um jardim.⁹⁸⁵ Os patrões modernos da indústria mineira⁹⁸⁶ e têxtil consideravam que ceder uma casa com quintal permitia manter os empregados mais disponíveis, submissos⁹⁸⁷ e – esperavam – apegados à empresa. Os moradores de engenho – seus conterrâneos e contemporâneos – dispunham de instalações similares. Tampouco afetou seu estatuto enquanto trabalhadores assalariados.

Ademais, o poder dos proprietários sobre os moradores pelo fato deles morarem na plantação, as múltiplas proibições, intimidações, violências impunes, a ausência do Estado, traços atribuídos a um caráter ora ‘feudal’, ora simplesmente ‘atrasado’ das plantações, herança vergonhosa do passado escravista (explicado/desculpado pelo clima tropical), são encontrados em lugares que nenhum estudioso designou de outra forma a não ser o mais avançado, técnica e socialmente,

984 SCOTT, Rebecca J. “Defining Boundaries of Freedom in the World of Cane: Cuba, Brazil, and Louisiana after Emancipation”. In: *American Historical Review*, n. 1, Feb. 1994, p. 93.

985 LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zéro, 1988.

986 MURAD, L. & ZYLBERMAN, P. *Le petit travailleur infatigable...* Op. cit.

987 A intenção de domesticação aparece na organização do espaço de habitação, com jardim (a horta), mas também de treinamento e controle do comportamento. JOSEPH, Isaac e FRITSCH, Philippe. *Disciplines à domicile*. Recherches n. 28, Paris, 1977.

de seu tempo: as cidades industriais/mineiras do tipo ‘*Company Town*’. No Creusot, em Monceau-les-Mines ou em Camaragibe, seguindo recomendações papais,⁹⁸⁸ grandes empresários nas indústrias de ponta,⁹⁸⁹ criaram estabelecimentos onde inquestionáveis proletários eram submetidos a “um tratamento peculiar [pois, a cidade] permanece, na classificação administrativa, como uma variedade a parte. Não é ‘*cheflieu de canton*’, não tem juizado da paz, nem destaque de ‘*gendarmérie*’.” Em suma, “A fábrica é o município; ambos obedecem à mesma mão e floresceram com isso.”⁹⁹⁰

Nem a posição na organização mundial da produção capitalista, nem a questão da liberdade, o acesso à terra ou a sujeição a uma exterioridade civil, por assim dizer, às mãos do capital transmutaram a condição essencial do canavieiro envolvido na relação de ‘morada’.

5.6.2.9 Uma questão de “construção mental”⁹⁹¹

Mintz não responde afirmativamente à pergunta colocada no título do seu artigo “Era o escravo de plantação um proletário?”

Como os proletários, os escravos foram separados dos meios de produção (instrumentos, terra etc...). Mas os proletários podem exercer alguma influência sobre onde eles trabalham, quanto eles trabalham, para quem eles trabalham e o que eles fazem com seus ganhos. Dadas certas condições, eles podem até ter um certo grau de influência. Naturalmente, os escravos também podem ter alguma liberdade de manobra, dependendo da natureza do sistema no qual eles vivem. No entanto, pelo fato de que eles eram escravos possuídos como bens – ou

988 Seguindo essencialmente a Encíclica *Rerum Novarum*.

989 Há exemplos recentes em setores eletrônicos e informáticos, inclusive nos Estados Unidos, país normalmente considerado como tendo menor tradição em preocupações patronais com o bem-estar de seus trabalhadores.

990 *Apud* FRITSCH, P. *Disciplines à domicile*. Op. cit., p. 27.

991 MINTZ, S. W. e WOLF, E. “Fazendas e Plantações...”. Op. cit., p. 217.

seja propriedade – no Novo Mundo durante o período no qual as plantações operavam com intensidade febril, eles só podiam exercer sua vontade nos interstícios do sistema. Escravos e trabalhadores forçados, diferentemente dos trabalhadores livres, não têm nada para vender, nem mesmo sua força de trabalho; em vez disso, eles mesmos têm sido comprados e vendidos e comercializados. No entanto, da mesma forma que os proletários, eles entram em contraste dramático frente aos servos do feudalismo europeu, e não têm propriedade.⁹⁹²

Todavia, ele sugere o abandono da visão antagônica – restritiva – dos diversos grupos de trabalhadores sob o jugo do capital e destaca as condições concretas de sua vida. Incluindo no escopo tanto os produtores quanto os consumidores de açúcar, Mintz conclui da seguinte forma:

Estas duas grandes massas de trabalhadores tinham histórias notavelmente diferentes, e as formas de exploração da mão de obra que eles encarnavam, durante a maior parte do período de 380 anos que nos interessa aqui, evoluíam em diferentes partes do mundo. Ao mesmo tempo, suas funções econômicas no sistema comercial mundial, particularmente da metade do século xvii até a metade do século xix sobrepunham-se e eram mesmo interdependentes. A ligação entre os escravos do Caribe e os trabalhadores livres europeus era uma ligação de produção e, portanto, também de consumo, criada pelo sistema único do qual ambos eram parte. Nenhum destes dois grupos tinha muito que oferecer além da sua força de trabalho. Ambos produziam; ambos consumiam pouco daquilo que produziam. Ambos tinham sido despojados de seus instrumentos de trabalho. Na visão de algumas autoridades, eles realmente formam um grupo, sua diferença residindo apenas na maneira como eles cabiam na divisão do trabalho que outros criaram para eles.⁹⁹³

992 MINTZ, S. W. *Sweetness and Power*. Op. cit., p. 57.

993 Idem p. 57-58.

Tentando apenas considerar a situação da mão de obra nos engenhos sob o ângulo proposto por Mintz e Wallerstein, não se pretende negar quaisquer especificidades, características e até singularidades das diversas categorias; pelo contrário, os dois grupos (os trabalhadores europeus de um lado, os africanos e ameríndios coagidos do outro) têm “histórias diferentes”. Mais ainda, cada grupo comporta várias subcategorias. Esta diversidade deve ser realçada, levando em conta parâmetros adicionais, inclusive o sexo e a ‘raça’ etc.

Em outros termos, não é analiticamente de muita utilidade definir o “proletário” nem o “escravo” isoladamente já que ambas estas vastas categorias de trabalhadores estavam de fato intimamente ligadas pela economia mundial que havia gerado ambas na sua forma moderna. Não tentei aqui assimilar nenhuma destas categorias a outras, mas sugerir por que uma abordagem puramente baseada em definições deixa alguma coisa a desejar. Não vou tentar emendar com um tema correlato – as ligações econômicas específicas entre os proletários europeus e os escravos do Caribe através do produto do seu trabalho – que merece um tratamento próprio, separado e detalhado. Mas poderia ser apropriado concluir sugerindo que tanto as similitudes quanto as diferenças entre estas categorias abstratas tornar-se-ão muito mais límpidas uma vez essas ligações completamente expostas.⁹⁹⁴

O que se pode tentar é, na base da multiplicação dos estudos detalhados,⁹⁹⁵ corrigir o que grandes generalizações abstratas teriam de

994 MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 165.

995 Neste sentido, os trabalhos concluídos e em curso a partir dos arquivos da Justiça do Trabalho, já mencionados, conduzem a uma possibilidade de abordagem mais fina de aspectos precisos em dados espaços, realçando tanto os traços comuns a toda a região no final do século XX, quando situações peculiares cujas especificidades dão todo o relevo das existências individuais de trabalhadores e trabalhadoras empregados no setor. Ver. por exemplo, os artigos relevantes nos *Cadernos de História*: v. 6, n. 6. Sociedades Açucareiras, de 2009; <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/issue/>

arbitrário e excludente. As variáveis em questão aqui dizem respeito aos métodos utilizados pelo capital para sujeitar a força de trabalho. Eles se multiplicaram no tempo e no espaço, da intervenção violenta até a convicção internalizada pelo próprio trabalhador de que ele deve mesmo se deixar explorar.⁹⁹⁶ Marx considerou essa passagem da coação física, militar, ao auto-disciplinamento do proletário atual, como sendo um efeito do progresso, no sentido mais geral do caminhar da humanidade rumo a uma sociedade comunista universal. Muitos autores qualificam de ‘atrasadas’ as formas de exploração da mão de obra mais próximas da vertente da força bruta. Isso veiculou mais uma conotação de subalternidade na abordagem da história dos trabalhadores do açúcar, até hoje vítimas de violências patronais ilegais, mas impunes. Outros aspectos (técnicas estáticas por longos períodos, referencial cultural heterogêneo etc.) contribuem também para que a empresa que emprega mão de obra forçada apresente o que Banaji denomina “imagens contraditórias.”⁹⁹⁷ Daí, talvez, as tendências ao reducionismo que afetam a forma como são vistos os moradores de engenho.

Tratando-se da força de trabalho, da definição de seu estatuto e, conseqüentemente, do modo de produção em questão, Mintz

view/1981. v. 8 n. 8 História Ambiental em suas Múltiplas Abordagens, 2011. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/issue/view/1985/showToc>. v. 10, n. 10: O Longo Ano de 1963 em Pernambuco 2014. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/issue/view/1986>. E v. 11 n. 11 Gênero e Trabalho. 2016 <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/issue/view/1976>.

996 “Não basta que de um lado se apresentem as condições materiais do trabalho sob forma de capital e dos outros homens que não têm nada a vender além de sua potência de trabalho. Basta tampouco que estes sejam coagidos pela força a vender-se voluntariamente. No progresso da produção capitalista forma-se uma classe cada vez mais numerosa de trabalhadores que, graças à educação, à tradição, ao costume, sofrem as exigências do regime tão espontaneamente quanto a mudança das estações.” MARX, K. *Le capital*. Livro I. Op. cit., p. 546.

997 Citado por MINTZ, S. W. *Sweetness and Power*. Op. cit., p. 60.

lembra que o objetivo fundamental de Marx, quando ele descreveu o proletário, não era de opô-lo antiteticamente ao escravizado “de maneira a dotar estes termos de definição e que poderiam tornar-se verdades eternas.”⁹⁹⁸ O eixo principal da definição, o traço básico do capitalismo é “a separação radical do produtor dos meios de produção”.⁹⁹⁹ Expropriação, diz Marx “escrita nos anais da humanidade com letras de sangue e de fogo indeléveis”.¹⁰⁰⁰ Ou seja tanto “os atos de roubo, as atrocidades, os sofrimentos que, desde o último terço do século xv até o fim do século xviii constituem o acompanhamento da expropriação violenta dos cultivadores”¹⁰⁰¹ europeus. No Velho Continente, Marx especifica: “Não é a abolição da servidão mas a abolição do direito à terra que ela proporcionava aos cultivadores que os tornou proletários.”¹⁰⁰²

Será que não se poderia dizer a mesma coisa dos ameríndios e africanos, raptados e obrigados a trabalharem nos engenhos de açúcar? A violência sofrida, tanto no processo de expropriação quanto de exploração, é comum. A escala é maior. Pois não houve expropriação mais absoluta, duradoura e mais violenta do que aquela sofrida pelos agricultores africanos capturados e transportados,¹⁰⁰³ assim como seus colegas ameríndios, privados de sua terra e escravizados. Não precisamos procurar outro paralelo às ‘*enclosures*’ europeias, aliás exatamente contemporâneas. Nem mesmo a expulsão recente dos moradores de engenho de seus sítios e roçados. Pois, além de obscurecer a grande expropriação inicial, seminal para o capitalismo em escala de economia-mundo, essa assimilação da contemporaneidade dos canavieiros, moradores de engenho jogados às pontas

998 MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 142.

999 MARX, K. *Le Capital*. Livro I. Op. cit., p. 528.

1000 Idem, p. 529.

1001 Idem, p. 538.

1002 Idem, p. 689.

1003 A literatura atual em francês prefere o termo “*déportés*” que implica na carga semântica da shoah.

de rua, com um tempo longínquo da Europa, contribui, mais uma vez, para afirmar uma assincronia desvalorizante (atrasada) para a história da região e de sua população.

Marx denunciava “um terrorismo grotesco, pelo chicote, a marcação com ferro, a tortura e a escravidão.”¹⁰⁰⁴ A escala desta violência foi e é mundial, como o sistema com o “entrelaço de todos os povos na rede do mercado universal.”¹⁰⁰⁵ Continuava: “A expropriação dos produtores imediatos executa-se com um vandalismo desumano aguçado pelos motivos mais vergonhosos, as paixões mais sórdidas e mais execráveis na sua mesquinhez.”¹⁰⁰⁶ Isto ocorre independentemente de latitudes e longitudes. Aí está a grande separação do produtor dos meios de produção reduzindo essas populações à regra capitalista. Sobressai a inexorabilidade da expropriação dos produtores: da terra que ocupavam, do produto de seu trabalho, de sua força criativa e, até mesmo, de sua própria pessoa, como sublinha P. Eisenberg: “A escravidão e o trabalho livre representam duas maneiras de realizar um só objetivo, a extração do sobretrabalho do produtor direto.”¹⁰⁰⁷

Mintz e Wallerstein, seguindo Marx, não assimilam as categorias de escravizado e proletário.¹⁰⁰⁸ Mas, partindo de situações históricas concretas – e não de definições de cunho mais abstrato e teórico – eles ampliam o elenco das situações vividas pelos trabalhadores, evidenciando a violência e o aspecto coercitivo do sistema capitalista, qualquer que seja o lugar geográfico onde ele reina ou

1004 Idem, p. 545-546.

1005 Idem, p. 566.

1006 Ibidem.

1007 EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos*. Op. cit., p. 204.

1008 “Não quero sugerir com estas citações que acredito que possa ser abandonada a fundamental diferença econômica entre os escravos das plantações do Caribe e os proletários das fábricas europeias, pelo simples recurso de apelar para o tema da economia mundial global.” MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 142.

a origem étnica e o estatuto formal das pessoas exploradas. Como o sublinha Mintz, não há necessidade imperativa de fixar e opor categorias de forma absoluta. Marx fez questão de frisar o perigo que ameaça quem se detiver em definições abstratas de categorias econômicas. Criticando “a dialética de Mr Proudhon”, ele explica que “as relações econômicas vistas sob a forma de categorias” não são, como o defende o autor francês, “fórmulas eternas que não têm origem nem progresso”, mas que são “produtos históricos e transitórios”.¹⁰⁰⁹ Afinal, são “as categorias que são abstratas”!¹⁰¹⁰

¹⁰⁰⁹ MARX, K. e ENGELS, F. *L'idéologie allemande*. Op. cit., p. 247.

¹⁰¹⁰ MINTZ, S. W. “Era o escravo de plantação um proletário?” Op. cit., Nota 6, p. 164.

PARTE III

A ‘morada’ na experiência dos moradores

Seria preciso ter horas, estações inteiras, a eternidade da narração para dar conta mais ou menos [de Buchenwald]. Teria sobreviventes, com certeza. Eu, por exemplo. Aqui estou, o sobrevivente de serviço, oportunamente diante destes três oficiais de uma missão aliada para contar-lhes a fumaça do crematório, o fedor de carne queimada no Ettersberg, os chamados sob a neve, as corveias homicidas, o esgotamento da vida, a esperança inesgotável, a selvageria do bicho homem, a grandeza do homem, a nudez fraternal e devastada do olhar dos amigos.

Mas, será que se pode contar? Será que se conseguirá isto?
A dúvida me ocorre desde este primeiro instante.

Estamos em 12 de abril de 1945, no dia seguinte à libertação de Buchenwald. A história é nova, em suma. Nenhum esforço de memória particular se faz preciso. Tampouco é necessária documentação fidedigna verificada. É, ainda no presente, a morte. Acontece debaixo de nossos olhos. Basta olhar. Eles continuam morrendo às centenas, os esfomeados do Pequeno Campo, os judeus sobreviventes de Auschwitz. Precisa apenas olhar. A realidade está aqui, disponível. A palavra também.

No entanto, uma dúvida me ocorre sobre a possibilidade de contar. Não que a experiência vivida seja indizível. Ela foi impossível de viver, o que é algo totalmente diferente, como é fácil entender. Outra coisa que não diz respeito à forma de uma narrativa possível, mas de sua substância.

Não sua articulação, mas sua densidade. Só alcançarão esta substância, esta densidade transparente, aqueles que conseguirão fazer de seu depoimento um objeto de arte, um espaço de criação. Ou de re-criação. Apenas o artifício de uma narrativa dominada conseguirá transmitir parcialmente a verdade do testemunho. Mas isto não tem nada de excepcional. É o que acontece com todas as grandes experiências históricas.

Jorge Semprun¹

Como a literatura e a academia, os trabalhadores também têm sua visão da ‘morada’, que concordaram em confiar-me em entrevistas.² Tentarei apresentar seu testemunho sobre os diversos aspectos da vida que levaram enquanto moradores de engenho e seu julgamento sobre as mudanças que surgiram nos últimos decênios, como o fim da ‘morada’ e a expulsão dos trabalhadores rurais dos engenhos. Seu ponto de vista deve complementar as interpretações dos autores citados, realçando uma experiência de vida peculiar, sobretudo em termos de classe.

A análise dos depoimentos apresentados a seguir confirma o caráter extremamente miserável de suas condições de vida: habitações, situação sanitária e alimentar, sobretudo. Desmentem-se as conotações quase bucólicas induzidas nas visões tradicionais da

1 SEMPRUN, Jorge. *L'écriture ou la vie*. Paris: Gallimard, 1994, p. 22-23.

2 Ver lista dos entrevistados em anexo. Eles são oriundos de toda a zona canavieira e foram entrevistados nos seus municípios de residência, no seu domicílio ou no Sindicato local.

‘morada’, na sua avaliação geral, tanto quanto em elementos isolados. Numerosas vozes de testemunhos eventuais confirmam seu relato: os salários eram extremamente baixos, aquém do mínimo vital; as condições de vida desumanas; sem acesso a serviços médicos; inexistência de escolas; clima extremamente violento no ambiente de trabalho; falta absoluta de recurso frente à injustiça, ao poder discricionário dos empregadores, certos de ter a cumplicidade de classe das autoridades públicas; ausência, enfim, de perspectivas de melhoria de sua sorte, salvo se ocorressem mudanças radicais na sociedade.

Na cabeça da maioria das pessoas cultivadas, sobretudo em Ciências Sociais, há uma dicotomia que entretanto me parece funesta: a dicotomia entre “*scholarship*” e “*commitment*” – entre aqueles que se dedicam ao trabalho científico, que é realizado segundo métodos eruditos e destinado a outros eruditos, e aqueles que têm engajamento e levam seu saber para o público. A oposição é artificial e, de fato, é preciso ser um erudito autônomo que trabalhe de acordo com as regras do “*scholarship*” para poder produzir um saber engajado, isto é, um “*scholarship with commitment*”. É preciso, para ser um verdadeiro erudito engajado, legitimamente engajado, engajar um saber. E este saber só se adquire no trabalho erudito submetido às regras da comunidade científica. [...] O pesquisador não é um profeta, nem um guru. Ele deve inventar um papel novo que é muito difícil; ele deve escutar, ele deve pesquisar e inventar; ele deve tentar ajudar os organismos que se dão por missão [...] resistir à política neoliberal; ele deve se dar como tarefa assisti-los ao fornecer-lhes instrumentos.³

3 BOURDIEU, Pierre. “Pour un savoir engagé”. Texte lu par l’auteur lors d’une rencontre à Athènes (2001). *Manière de Voir*, N° 66, Le défi social, novembre-décembre 2002, p. 78.

Documentos novos foram constituídos por cinquenta e nove depoimentos de trabalhadores rurais idosos da região canavieira de Pernambuco.⁴ Foram também entrevistados dirigentes sindicais e assessores das Ligas Camponesas e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais; pessoas que trabalharam no meio rural no período considerado: religiosos, trabalhadores sociais, servidores públicos. E foram utilizadas as transcrições de entrevistas realizadas por outros pesquisadores, particularmente do CEHIBRA na FUNDAJ.

As informações sobre a realidade examinada e a opinião dos trabalhadores a respeito se combinaram num afresco de múltiplas personalidades, percursos profissionais, histórias familiares, gostos, desejos, opiniões, aspirações, lástimas e indignações dos entrevistados. Rompia-se, desse modo, com a representação habitual dos canavieiros enquanto atores sociais – quando, nos melhores dos casos, são mencionados positivamente – uma massa relativamente indistinta, multidão vestida de branco, foice na mão e chapéu de palha na cabeça, como apareciam nas fotografias das primeiras assembleias reivindicativas. Ao destacar as posições e experiências

4 As circunstâncias envolvendo a coleta dos depoimentos dos trabalhadores rurais têm alguma importância no sentido da relação entre entrevistador e entrevistado. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais permitiu o acesso aos trabalhadores rurais tanto no plano concreto da identificação e do encontro com grande número de trabalhadores de idade avançada, quanto no aspecto da indispensável confiança. As entrevistas ocorreram sempre em ambientes familiares aos trabalhadores, ou seja, no seu domicílio ou nas imediações, no engenho ou na cidade; ou então na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, local que eles chamam de sua “segunda casa”. Para corrigir a “dessimetria social” (BOURDIEU, Pierre. “Comprendre”. In: BOURDIEU, Pierre. (Dir.). *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993, p. 905), estava sempre acompanhada de uma pessoa de nacionalidade brasileira e pertencente ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (geralmente, meu companheiro, Espedito Rufino de Araújo, assessor do MSTB, laço familiar legitimando minha presença a seu lado, num mundo sindical ainda marcado pela cultura tradicional, em matéria de gênero, da região).

que os uniam enquanto classe, manteve-se a qualidade específica de cada um.⁵

A “lei do silêncio”

Não se tem muitas oportunidades de ouvir “aqueles que não têm história”.

Philippe Joutard⁶

Todo ser humano está circundado por uma esfera invisível cuja dimensão pode variar de acordo com as diferentes direções e pessoas às quais se está se dirigindo: ninguém pode penetrá-las sem destruir o sentimento que o indivíduo tem de seu valor pessoal. A honra estabelece um território deste tipo em volta do homem.

G. Simmel⁷

Paulo Freire já falou do silêncio reinando na zona canavieira. Francisco Julião de uma “língua paradoxalmente feita de silêncio”.⁸ Rompendo-o, no clima de confiança permitido pelo meio sindical,⁹ os trabalhadores entrevistados confiaram-nos informações, experiências, opiniões e aspirações.

5 A transcrição das entrevistas tentou seguir o procedimento envolvendo a “lapidação” da versão oral do depoimento. FERNANDES, Tania Maria. “Edição de entrevistas”. In: MONTENEGRO, Antonio e FERNANDES, Tania Maria (Org.). *História oral. Um espaço plural*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001, p. 93.

6 JOUTARD, Philippe. *Les camisards*. Paris: Gallimard [1974] 1994, p. 13.

7 SIMMEL, G. *Secret et sociétés secrètes*. Paris: Ed. Circé, 1991, p. 26.

8 JULIÃO, F. *Cambão*. Op. cit., p. 67.

9 Obviamente, ao abordar desta forma os trabalhadores rurais, a partir do MSTR, ao fazer-lhes perguntas próximas daquelas que estavam acostumados a tratar no seu próprio sindicato, ganhou-se em “não-violência”, para retomar a expressão de Bourdieu. No entanto, a questão da “objetividade” da coleta de

Eles se dispuseram a prestar esclarecimentos sobre uma vivência passada, num exercício, às vezes, doloroso. No entanto, suas falas são, muitas vezes, impregnadas de humor, brincadeiras. Eles usam de uma linguagem precisa, concreta, com expressões próprias a seu ofício, mas recorrem com prazer à metáfora. Certas formas retóricas informam além das palavras. A repetição ou a resposta escalada, à procura de maior precisão, ocorrem em quase todas as entrevistas. De forma geral, eles manifestam um extremo pudor temático, impondo respeito às incursões dos entrevistadores. Demonstram exímio cuidado na escolha dos termos, na forma de dizer. Sua cortesia é sem par. “Com licença da palavra”, para falar de porcos ou outro assunto banal, é uma expressão frequente de delicadeza. Eles não se recusam, entretanto, a respostas percucientes, quando for preciso. O que tem que ser dito o é. Mas a maneira de se expressar lança mão, às vezes, de recursos indiretos: o ‘*understatement*’ ou uma forma genérica de falar, que indicam sem descrever, aparecem em assuntos penosos, como os casos de violência.

Os entrevistados conduzem seu testemunho, guiados pelas perguntas genéricas e ocasionais pedidos de precisão: não elaboram sobre um assunto que estimam concluído; não avançam no que não desejam tocar. Sua expressão pode ser alusiva, mas não indecisa ou imprecisa. Se se tentar emprestar-lhes palavras ou respostas, eles podem aceitar a sugestão; mas geralmente esquivam uma negação que seria brutal ou mal-educada, para retorquir com cortesia, fornecendo detalhes e explicações que permitem retificar o sentido dado à resposta, sem ser indelicado com o entrevistador.

informação era plausível. Poder-se-ia tentar responder de duas maneiras: de um lado, o MSTR sendo organizado segundo o princípio da unicidade, minha proximidade dos órgãos sindicais não comportava outra posição a não ser a de tentar apreender o ponto de vista dos trabalhadores. Nisto consistia precisamente um dos objetivos deste trabalho. Por outro lado, a forte participação sindical dos canavieiros (80%) e, conseqüentemente, a grande representatividade do MSTR garantiam-lhe uma medida de universalidade no âmbito da classe.

Sua abordagem de dados assuntos revela ângulos esclarecedores. Às vezes, começam por ou se contentam com aspectos peculiares, fornecendo pistas sobre o vivenciado nas situações e dificuldades enfrentadas. Corrigem assim as categorias simplistas. Embora se dessem conta da ignorância da entrevistadora, raros são aqueles que a questionem, e apenas com a intenção de esclarecer. Com elegância, eles afirmam seu ponto sem contradizer frontalmente, embora sem vacilar quanto ao sentido da resposta. Antes de responder o óbvio, deixam que o entrevistador se manifeste, como se fosse rude demais impor de imediato uma imagem da miséria ou da violência que sofreram, e fosse preciso acompanhá-lo, aos poucos, no que lembra irresistivelmente uma descida ao inferno.

As entrevistas, conduzidas por membros do MSTR, ocorreram, às vezes, como um diálogo ritmado pela afirmação por parte do entrevistado, e sua retomada eventual *ipsis litteris* pelo interlocutor. Surgiu como uma forma de se estabelecerem juntos dentro do fato mencionado. Isso providenciou algum conforto num exercício repleto de armadilhas emocionais próprias ao assunto mesmo, pois reiterava, a cada passo, a afirmação da não-violência na entrevista. Ademais, espelhando a resposta do trabalhador à pergunta, o entrevistador tomava uma medida de precaução, no sentido de se assegurar que tinha compreendido corretamente a resposta. Isso dava tempo ao entrevistado de emendar com outro assunto, ou voltar ao mesmo com um aspecto suplementar, uma precisão, um detalhe. Retomada diversas vezes, esta repetição podia significar o fim da disposição do trabalhador em tratar dado assunto, porque não queria ou porque o achava esgotado, uma forma afável de encerrá-lo.

Às vezes, a repetição quase ritualizada oferecia, ao contrário, uma rara oportunidade de entender uma alusão por vezes tão discreta, numa palavra, num silêncio, que poderia passar despercebida. Pois, a linguagem dos trabalhadores é, às vezes, muito elíptica, o que foi já confundido com simplismo por certos analistas superficiais

e preconceituosos.¹⁰ O clima de repressão tão absoluto por tanto tempo na Zona da Mata afetou a própria forma de expressão. Bom número dos trabalhadores mais loquazes são oriundos do Agreste.¹¹

O movimento social dos trabalhadores rurais, com as Ligas Camponesas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, foi obviamente uma revolução no sentido da liberação da palavra. Embora o golpe militar e a repressão tenham tolhido essa conquista, o fato dos sindicatos terem permanecido atuantes constituiu um reconhecimento da legitimidade destes direitos finalmente conquistados. Abriu-se o campo do trabalho agrícola à legitimidade da formulação de reivindicações, queixas etc... Essa foi talvez a primeira etapa, depois da abolição, no longo caminho rumo à cidadania para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco. O sindicato era o lugar próprio para falar, essa autorização soando como um convite ao estatuto de cidadão, definido como aquele que pode expressar sua opinião e defendê-la para que afete a vida de todos, via assentimento coletivo. Não obstante, essa liberdade de expressão era muito incipiente e comedida, pois a discussão com o cabo ou administrador permanecia instância de perigo físico, até mesmo fatal.

10 “Existe uma certa tendência a generalidades, no Brasil, em estudos sobre o viver no campo. A partir deles, cria-se uma imagem do homem rural relacionada à inabilidade em lidar com o ‘moderno’ que, por extensão, justificaria sua inadequação à sociedade urbana. Todo o argumento mostra-se mediatizado pela eloquência da equivocada compreensão de uma ‘inferioridade intelectual’ do agricultor brasileiro, num sentido geral que o bestializa. Nessas pesquisas, a expressividade das relações com a natureza adquire o estatuto de simplicidade e dá margem a interpretações que congelam a dinâmica de costumes, hábitos e valores rurais. Assim, reduzem os diferentes significados da vida nas roças, à compreensão nostálgica de uma realidade extinta ou fadada ao desaparecimento, cuja demanda central radicaliza-se na necessária conservação, muitas vezes teatralizada, de algumas de suas dimensões mais expressivas.” SANTANA, Charles d’Almeida. “Trabalhadores Rurais do Recôncavo Baiano: memórias e linguagens”. *Proj. História*. São Paulo (16), fev. 1998, p. 193.

11 Como José Honório da Silva, por exemplo.

Os trabalhadores fazem mostra de grande humildade nos seus depoimentos. Muitos expressam reticências: “era o que eu sei contar dos tempos atrás, é isso mesmo”; “até onde eu sei”. Rigorosamente se recusam a falar do que eles não testemunharam ou ouviram falar por pessoas próximas: “não alcancei”. Alguns são explícitos quanto às falhas de sua memória: “Eu tou esquecido”, “Não me lembro mais”. Honrosamente afirmam: “Não vou mentir”.

Por refletirem uma situação geral, da qual todos sofreram, suas entrevistas justapostas comportam repetições que não foram de todo eliminadas por expressarem precisamente a condição comum. Se a repetição é louvada na literatura, como o mostram as avaliações positivas da obra de José Lins do Rego, não há porque suprimi-la quando espelha, não o destino de poucos, mas a experiência vivida de muitos.

A seguir, serão tratadas as condições de vida das famílias dos trabalhadores rurais, resvelando o seu percurso pessoal, desde criança, na medida em que a época coincide cronologicamente com a ‘morada’. Em seguida, serão abordadas as relações de trabalho, no que diz respeito tanto ao emprego assalariado, quanto ao cultivo de lotes de terra cedida pelos empregadores, roçados e sítios, que ocupam um lugar de destaque na tipificação das relações de ‘morada’. Enfim, serão expostas as relações com os empregadores e com o Estado, no sentido da cidadania: liberdades de expressão, deslocamento, reunião e associação; violências patronais; lutas e organizações de defesa da categoria profissional.

A repetição de informações prestadas por vários entrevistados foi mantida para respeitar as sutis nuances trazidas nos diversos testemunhos, bem como para tentar evocar a infindável permanência de situações que são insuportáveis.

6. Condições de vida dos trabalhadores rurais na época da ‘morada’

Incivilizada é a situação de toda a população rural na área da cana, onde prevalecem a esquistossomose e toda sorte de verminoses. Já os bispos paulistas consideraram a situação dos trabalhadores rurais “infra-humanas”.

Merecem o nome de casas – dizem eles – os casebres em que moram? É alimento a comida de que dispõem? Pode-se chamar roupas os trapos com que se vestem? Pode-se chamar vida a situação em que vegetam, sem saúde, sem anseios, sem visão, sem ideais?

Anibal Fernandez¹

A vida dos trabalhadores rurais e de suas famílias, nos seus aspectos mais prosaicos, porém essenciais, foi evocado na literatura como *locus* dos traços supostamente benéficos da ‘morada’, particularmente em termos de conforto rústico mas seguro, de tranquilidade no assentamento em casa e terra cedidas, espalhadas pelas áreas marginais da plantação, evocando um cenário algo bucólico e uma

¹ “Incivilização”. DP, 18.01.1961, p. 4.

proximidade ou mesmo afetividade nas relações pessoais entre empregadores e empregados.

Paradoxalmente, essas mesmas condições de vida e de trabalho das populações trabalhadoras rurais na cana foram genérica e repetidamente qualificadas como pobres ou mesmo miseráveis, chocando todos os observadores estranhos à região e mencionadas episódica e nada filantropicamente pelos maiores defensores da classe dos plantadores. Gileno De Carli, só para citar um exemplo ilustre, em inquérito com “86 trabalhadores de várias usinas, apurou consideráveis déficits nos orçamentos familiares.”² A literatura acadêmica se contentava geralmente com considerações concisas a respeito. Com a exceção de obras notáveis,³ talvez o pudor tenha ditado uma relativa brevidade na descrição das circunstâncias de existência de centenas de milhares de pessoas.⁴ Apenas breves considerações

2 Citado por TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Rio de Janeiro: IAA, 1945, p. 228. A própria publicação dessa pesquisa, pelo IAA, é significativa de certo reconhecimento da gravidade do problema. O que é, no entanto, surpreendente, e muito peculiar à atividade canavieira no Brasil, é que a classe exploradora admite – raramente – mais claramente, com candura notável, as míseras condições às quais condena sua força de trabalho, sem assumir a menor parcela de responsabilidade. Pois, a chave de todas as suas explicações é o preço do produto, que, em virtude da posição ultra-protetcionista do Estado brasileiro a esse setor, é determinado por esse último. Daí o despudor de muitos textos e declarações públicas, tanto dos usineiros quanto dos fornecedores, a respeito das condições de vida de seus empregados, particularmente agrícolas, tomados como praticamente um recurso natural; apenas servem de argumento – talvez como a seca em outras regiões – para apoiar suas exigências em estritos termos de classe.

3 Ver as obras de Manuel Correia, entre as quais *A Terra e o Homem no Nordeste*. Op. cit. TORRES, v. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Op. cit. Entre as pesquisas mais notáveis: GONÇALVES, F. A. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”. Op. cit., p. 117-173.

4 AZEVEDO, C. A. et al. *Situação socioeconômica em Áreas da Zona Canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Op. cit. Fundação Joaquim Nabuco, Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco/Departamento de Estatística e Informática. *Pesquisa* “Condições de vida do trabalhador assalariado permanente das usinas

mencionavam suas consequências: baixa estatura, morbidade, mortalidade infantil, curta expectativa de vida.

Certos textos de tendência nitidamente evolucionista deixavam transparecer uma hipótese ‘camponesa’ refletindo a ideia subjacente de que, na área rural, circunstâncias gravemente inadequadas apareceriam como ambientes finalmente sofríveis em virtude do atraso essencial do mundo rural. Como se, por se tratar de trabalhadores rurais, de “camponeses”, o desconforto, a fome, a doença e a humilhação contida em todos esses aspectos fossem menos insuportáveis. Algo, nessa postura, lembra inevitavelmente ideias antigas, tão repetidas que ganharam um verniz de obviedade, seja no secular desprezo do ocidente pelo rural (donde o sucesso da proposta ‘feudal’), seja na aplicação do progressionismo em escala mundial, com resquícios, às vezes inegáveis, do pensamento eugênico tão presente no século xx. Entre os itens explorados: a alimentação, a saúde e assistência médica, a moradia e o vestuário, a vida religiosa e o lazer.

6.1 Memórias de infância nos canaviais

Só com a entrada em cena do proletariado, o conhecimento da realidade social encontra o seu acabamento com o ponto de vista de classe do proletariado, chega-se a um ponto de vista a partir do qual a totalidade da sociedade se torna visível.

Georg Lukács,
História e Consciência de Classe

O trabalho das crianças e adolescentes nos canaviais é secular, embora tenha ganhado visibilidade apenas em anos recentes, com a mudança de atitude da sociedade no sentido de uma proteção mais

de açúcar e do trabalhador urbano de Recife – Pernambuco (Relatório final)”. Recife: Fundaj, jun. 1980. Mimeografado.

abrangente.⁵ Hoje considerado pelas autoridades públicas uma situação humanamente inaceitável,⁶ por ser sinônima de crueldade, de barbárie, em suma, de atraso, o trabalho das crianças e dos adolescentes não chocava em épocas passadas. Seu papel foi moldado cultural e historicamente, como o mostraram Philippe Ariès⁷ e Mary del Priore.⁸ As lembranças da infância dos canavieiros entrevistados revelam uma parte primordial de sua experiência e formação, bem como uma dimensão característica da organização capitalista da produção canavieira na qual estavam inseridos:

Mas se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. [...] [C]om capital do mesmo valor [o capitalista] compra mais forças de trabalho ao deslocar progressivamente a força de trabalho mais qualificada por menos qualificada, madura por imatura, masculina por feminina, adulta por adolescente ou infantil, [um *Yankee* por três chineses⁹].¹⁰

5 Ver os estudos aprofundados de Tereza Wanderley. CENTRO JOSUÉ DE CASTRO. *Os Trabalhadores Invisíveis. Crianças e Adolescentes dos Canaviais de Pernambuco*. Recife: CJC, 1993.

6 A Justiça se manifestou de maneira inédita, para impedir a continuação do trabalho infantil, citando o Sindaçúcar e a Associação dos Fornecedores de Cana numa liminar assinada pela Juíza Ana Schuller, proibindo-os de contratar “menores de 14 anos, ou maiores de 14 e menores de 18 anos sem que seus direitos trabalhistas sejam respeitados”. “Usineiros admitem menor no canavial”. In: JC, 26.10.1993.

7 ARIES, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*. [1960] Paris: Seuil, 1973. Ver também BADINTER, Elizabeth. *L'amour en plus. Histoire de l'amour maternel (xvii-xxe siècle)*. Paris: Flammarion, 1980. LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens*. (Vol. 1 e 2). São Paulo: Cia das Letras, 1996.

8 PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

9 Trecho da versão francesa. MARX, Karl. *Le capital*. Livre I. Op. cit., p. 463.

10 MARX, Karl. *O Capital*. Op. cit., v. II, p. 191 e 194.

O fato da infância das pessoas entrevistadas ter sido amplamente condicionada pela atividade canavieira nas suas modalidades empresariais distintas fornece um exemplo sem par da abrangência com a qual esta indústria moldava toda a vida das populações envolvidas.

6.1.1 A precocidade da inserção profissional

Pesquisas e levantamentos, assim como os presentes depoimentos, demonstram o quão precoce foi a inserção da mão de obra infantil na cultura da cana-de-açúcar. Essas lembranças de infância, tão diversas quanto os testemunhos, pela sua origem geográfica, o estatuto de seus pais, a história familiar, inclusive o acesso ou não à terra para plantar, e a época em que nasceram, manifestam, entretanto, extraordinária homogeneidade. Tentar-se-á alinhavá-los aqui de forma sistematizada, mas sem reprimir o que neles traduz emoção, frustração frente a sonhos não realizados, saudade de pessoas desaparecidas, indignação e tristeza ou até mesmo espírito brincalhão.

Surge desse conjunto de narrativas um perfil do trabalho infantil, num período que vai, grosso modo, dos anos 1930 aos anos 1950, de acordo com a idade dos entrevistados. O início do trabalho no eito se situava entre 7 e 12 anos de idade. Segundo pesquisa maior, a estréia na palha da cana ocorria antes dos dez anos (47,58%); até treze anos, 67,05% já “pegavam no serviço” como os adultos, e só 20,05% esperaram a idade legalmente autorizada de 14 anos para entrar no mundo do trabalho.¹¹ Alguns entrevistados começaram a trabalhar na terra explorada pela família, para depois, “mais grandinho”, com 10 ou 12 anos, entrar “na palha da cana”.

A diferença era marcada na avaliação dos dois tipos de trabalho: ajudar a mãe e o pai na roça era considerado normal e desejável no sentido, não só do resultado, mas da educação. Aprender a trabalhar

11 DABAT, C. R. *A situação dos Trabalhadores Rurais de Ponta de Rua*. Op. cit., p. 87.

era tido como uma etapa indispensável para a formação tanto profissional como moral da pessoa. O ambiente ideal para isso era aquele da família nos seus afazeres agrícolas. No caso da menina, acompanhar a mãe, ajudá-la e ocasionalmente substituí-la pertencia à ordem ‘natural’ das coisas.

De qualquer modo, era considerado altamente preferível a atividades rurais remuneradas fora da esfera familiar. Um abismo parece separar o trabalho na terra cedida, do emprego no eito. Até pelo menos os 14 ou 15 anos para os meninos – sempre para as mulheres – esse ambiente devia ser evitado a todo custo. Em primeiro lugar, pelas terríveis condições de trabalho, no sol, expostos aos perigos inerentes ao ambiente, aquilo que um investigador de polícia chama, no seu relato, de “inconvenientes como sejam répteis, insetos, formigas que infestem as canas, como ainda o pelo da cana”.¹² Ademais, a dureza dos ritmos de trabalho e a violência patronal imperavam. Tentava-se impedir que os membros mais vulneráveis da família acompanhassem o pai no eito. Na ocasião da formação da Cooperativa Agrícola de Tiriri no Cabo, em 1963, os trabalhadores decidiram imediatamente pela exclusão das crianças até doze anos do trabalho nos canaviais, embora isto constituísse uma perda em termos de ganho familiar. Os cooperados pretendiam também excluir as mulheres!

6.1.2 “Trabalhava todo mundo”

“Naquele tempo, trabalhava todo mundo; trabalhava mulher, trabalhava menino”, lembra Rosendo Vicente de Sales. A demanda premente por mão de obra nas estações de maior atividade, particularmente na safra, fazia com que fossem recrutados trabalhadores

¹² “Relatório de polícia” datado do 23.12.1959, sobre os engenhos do Sr. H. C. em Nazaré da Mata e Paudalho. “Liga Camponesa Nazaré”. SSP 29 182.

sazonais. Os entrevistados enfatizam, portanto, a universalidade do trabalho agrícola. Todo mundo trabalhava nos engenhos. Eram empresas, não espaços plurais ou áreas de residência. A vida era regida de forma extremamente dura, abrangente e até desumana pelas exigências da produção de cana. A lógica da organização capitalista, ou seja, a vontade de lucro dos empregadores e a rude herança escravista nas relações de trabalho produziam um quadro de exigências e normas inflexíveis no exercício da profissão de canavieiro. Eram aplicáveis a todos os envolvidos no trabalho braçal, independentemente de idade ou sexo.

As memórias de infância, como a vivência dos pequenos canavieiros de época mais recente, giravam integralmente em torno de sua função produtiva na atividade canavieira.¹³ Não apenas porque surgia muito cedo nas suas jovens existências, mas, sem dúvida, pela sobredeterminação da atividade produtiva em toda a vida das famílias empregadas no engenho. José Inácio da Silva precisa: “comecei a trabalhar com sete anos.” José Francisco da Silva mostra que era a regra geral: “Menino de sete anos, oito, tudo trabalhava.” Circunstâncias familiares penosas podiam contribuir para determinar essa entrada precoce na vida ativa, como conta Severino Antônio do Nascimento: “Ajudava, porque minha mãe meu pai deixou; mas com sete anos, eu ajudava, semeava. Ganhava um cruzado pra semear uma conta; cada conta era um cruzado.”

13 Esse fato foi evidenciado, por exemplo, na oportunidade do “Primeiro Encontro de Crianças da Palha da Cana”, realizado nos dias 7 e 8 de novembro de 1987, em Jaboatão, do qual participei. Mais de setenta crianças dos municípios de Jaboatão, Moreno e Vitória de Santo Antão expressaram-se a respeito de seu dia-a-dia por meio de brincadeiras, teatro e desenho. Os adultos presentes ficaram impressionados pela onipresença das dimensões mais opressivas da atividade, em particular da constante ameaça de violência patronal. Ver também as já citadas pesquisas realizadas por Teresa Wanderley no Centro Josué de Castro.

6.1.3 Trabalho em família

Além da precocidade de sua inserção num mundo do trabalho tão duro, um traço permanente na experiência contada pelos canavieiros era seu aspecto coletivo, familiar. “Sempre comecei a vida de menino morando com meus pais e enquanto meus pais eram vivos; quando era pivete, sempre trabalhava com eles”, conta José Honório da Silva. Ajudando seus pais, as crianças eram, portanto, iniciadas ao trabalho assalariado na companhia de parentes mais próximos. Com efeito, esses adultos encarregavam-se das difíceis relações com o empregador e seus prepostos: negociar, na medida do possível e nas condições permitidas pela violência patronal endêmica, a localização, o tipo e a quantidade de trabalho a ser realizado. Em seguida, eles distribuíam entre os membros do grupo familiar as responsabilidades de cada um numa equipe solidária. Na safra como na entressafra, os membros mais novos da família estavam encarregados de tarefas específicas.

Eu conto porque eu peguei trabalhar com facão de tábua com oito anos, mais meu pai. Peguei trabalhar com facão de tábua com oito anos de idade porque não podia trabalhar com a enxada ainda; eu despalhando a palha na frente e ele atrás limpando, viu. *Severino Barros Lima*

Na safra, que durava de seis a oito meses por ano, o sistema mais frequente era de juntar e amarrar as canas, pois o vegetal era, então, cortado cru. Os pedaços, sem palha e medidos, eram contados e amarrados em feixes regulares de dez pedaços de 1,20 metro e dez pedaços de 60 cm. No sistema de corte então vigente, o número de feixes media a quantidade de trabalho efetuado. A cooperação entre cortadores de cana e amarradores de feixes era fundamental para o bom desempenho produtivo do grupo e a otimização do esforço de cada um. Ajudando o pai, os filhos permitiam-lhe eventualmente cortar mais cana, poupando-lhe a amarração que consumia tempo e

melhorando sensivelmente a renda familiar. Os entrevistados manifestam certo orgulho, relatando sua capacidade, desde pequeno, de contribuir para aumentar a eficiência produtiva da equipe familiar e seu ganho.

“Se fizesse um cem, era a diária. Sempre duzentos feixes, trezentos. Meu pai mesmo, que eu ajudava muito ele, era trezentos feixes, quatrocentos, todo dia”, lembra Amaro Pedro dos Santos. “Com sete anos já amarrava a cana de meu pai. Meu pai cortava cana.” A responsabilidade dos meninos não poderia ser menosprezada, pois qualquer erro no tamanho ou número de canas acarretaria uma perda na avaliação global do esforço e eventual desconto no pagamento. Esse cenário constituía potencialmente uma situação de perigo, pois, as violências patronais na zona canavieira eram e ainda são oriundas de controvérsias entre trabalhadores rurais e prepostos da empresa, a respeito de “assuntos de trabalho”,¹⁴ particularmente a medida, pelo cabo, do trabalho realizado.

A dimensão familiar da inserção no mundo do trabalho estava diretamente ligada à pressão patronal para aumentar ao extremo essa quantidade de trabalho. Para “tirar a tarefa”, o pai ou a mãe deviam poder contar com ajuda dos demais membros. “Às vezes, o camarada, um pai de família mesmo, tinha 4, 5 filhos, levava prá tirar a tarefa, às vezes tirava a tarefa. Mas [era] tarefa de seis conta e meia, 6 contas e tanto, não era contazinha de um salário só”, explica Manoel José Alexandre. Sem a ajuda dos filhos, o trabalhador não conseguiria dar cabo de tarefa tão grande e perderia num salário já insuficiente. Confirmação disso pode ser encontrada em relatório policial: “Normalmente, para o trabalhador realizar uma ‘conta’ necessita da ajuda de membros da família e somente tem direito à comida quem realizar ‘uma conta’ por dia.”¹⁵

14 Fetape. *Açúcar com gosto de sangue*. Op. cit.

15 Carta do Comando do 3º Distrito Naval, Estado Maior, 2a seção. Informe do 13.07.1967. “Assunto: situação psico-social”. SSP 806.

No sistema capitalista de separação do trabalhador dos meios de produção, o salário do pai corresponderia idealmente à quantia necessária para garantir a reprodução de sua força de trabalho. Pois, o chefe de família deveria não só refazer suas próprias forças com o produto de seu esforço, mas também manter sua família e criar filhos, provendo a sociedade com a próxima geração de produtores.

As forças de trabalho subtraídas do mercado pelo desgaste e morte precisam ser continuamente substituídas ao menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores, de modo que essa raça de peculiares possuidores de mercadorias¹⁶ se perpetue no mercado de mercadorias.¹⁷

Embora precisasse de força de trabalho renovada, a economia capitalista não proporcionava os meios indispensáveis para uma reprodução digna da força de trabalho, pois a outra alavanca necessária ao mecanismo de exploração era a subconcorrência operária. A exploração extensiva de toda a mão de obra disponível na plantação era garantida por níveis miseráveis de remuneração, bem abaixo do mínimo vital. Assim, cumprir uma tarefa só por dia não garantiria um salário passível de manter uma unidade familiar. Para afugentar a fome e sobreviver, seus membros haveriam de contribuir e participar das tarefas produtivas. Elas se desdobravam em dois grandes conjuntos: na terra cedida, uma produção alimentícia (sob vigilância); ou no eito, como assalariados da empresa. Ambos eram intrinsecamente solidários e respondiam diretamente à lógica maior da exploração capitalista.

16 Na versão francesa corrigida por Marx, o termo é: "*cette singulière race d'échangistes*". MARX, Karl. *Le capital*. Livre I. Op. cit., p. 133.

17 MARX, Karl. *O Capital*. II. Op. cit., v. I, p. 138.

“Todo mundo que era menino trabalhava”, diz Generino Luis da Silva. E Amaro Carneiro da Silva complementa: “Tinha morador que trabalhava a família toda na cana, mas a mulher ficava em casa. Os filhos de 10 anos, de 11, de 15, esses iam puxando seu serviço; um chamava boi, outro botava a cana no arado, outro juntava, era assim.” A cooperação familiar pode ser analisada de diversas maneiras. De um lado, o mais óbvio: “Antigamente, o operário vendia sua própria força de trabalho, da qual podia dispor livremente. Agora ele vende esposa e filhos; ele se torna um vendedor de escravos.”¹⁸ Em termos contudentes, Marx enfatiza a forma como foram colocados

todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folguedo infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico, dentro de limites decentes, para a própria família.¹⁹

O eito, onde grupos familiares labutavam para a mera sobrevivência, ilustra perfeitamente a constatação de Marx sob outras latitudes. Numa fase de desenvolvimento do capitalismo considerado ‘selvagem’, a exploração extensiva abarcava todas as forças de trabalho suscetíveis de serem empregadas, impondo-lhes um regime de trabalho de tipo quase penal, para garantir precisamente essa oferta. Pensou-se, por muito tempo, que essa fase seria universalmente substituída por uma etapa posterior e superior, mais branda para os trabalhadores. Esta vigorou por cerca de um século (última metade do século XIX até o final do século XX) pelo menos em certas áreas geográficas centrais, quando lutas operárias conquistaram condições de trabalho convencionadas que impunham freios à exploração (jornada de trabalho; limites etários inferior e superior; repouso remunerado; licenças doença e maternidade etc.). Atualmente, uma

18 MARX, Karl. *Le capital*. Livre I. Op. cit., p. 286.

19 MARX, Karl. *O Capital*. II. Op. cit., v. II, p. 21.

nova fase dita de ‘flexibilização’ ou ‘liberalização’ parece desdizer a visão evolucionista da história das relações de trabalho.²⁰

Outra dimensão da cooperação familiar nos canaviais é, de certo modo, epifenomenal à primeira. Embora os próprios pais colocassem seus filhos no mundo do trabalho assalariado – tentando evitar e limitar isso ao máximo – o fato de permanecerem em grupo familiar no eito atribuía a esse processo duas qualidades: proteção e educação. Frente às duras condições de trabalho num ambiente agrícola repleto de perigos, o adulto ensinava o ‘serviço’ à criança,²¹ mostrando-lhe as técnicas de corte; as normas de amarração dos feixes; a forma correta de semear os pedaços de cana etc. Introduzindo-o no mundo da produção canavieira, o responsável pelo jovem indicava-lhe os meios de alcançar maior eficiência na tarefa poupando sua integridade física bem como suas forças. Alertando-o contra os numerosos perigos: ambientais (as cobras, por exemplo), ele repassava também os resultados de séculos de práticas ergonômicas seguras.²² Finalmente, ele podia guiar-lhe o comportamento, controlando as emoções como a raiva, num ambiente trabalhista de difíceis e

20 Entre outros aspectos, o trabalho infantil e o tráfico de mão de obra persistem.

21 Tema recorrente de boas intenções, a preocupação da formação da mão de obra rural para a agricultura traduziu-se em instituições especializadas, como a usina-escola Gileno De Carli em Carpina, para a formação de técnicos. “O grande erro das atividades agroindustriais nordestinas vem do fato de se acharem há séculos exercidas por gente que as ignora nos aspectos particulares e age automaticamente, por intuição ou imitação.” No seu discurso, o próprio Gileno De Carli retomou a mesma ideia: “O operário da fábrica de açúcar, como o trabalhador das terras de cana, são homens que integram a economia agrária somente por efeito de uma tradição desconhecendo os mistérios da máquina, ignorando as razões dos fenômenos, alheados às necessidades da máquina e do solo, porque a falta de instrução age como um véu espesso.” Não há uma palavra no sentido do benefício para os próprios trabalhadores e seus filhos, do acesso a uma formação profissional. “A Escola-usina do IAA”. Editorial do DP 16.07.1954, p. 4 e 9.

22 Acidentes são muito frequentes pelo uso de instrumentos afiados e o tipo de movimento que o corte da cana, por exemplo, exige, expondo braços e pernas a ferimentos graves.

violentas relações. José de Andrade resume: “A minha escola foi a que meu pai me ensinou: foi cortar cana, limpar mato, levar surra, calar a boca. A escola que me deu foi essa.” A mãe de Gregório Bezerra preferiu também “trabalhar por tarefa, separado do eito, para que ela assim pudesse melhor nos orientar no trabalho.”²³

6.1.4 Tarefas para as crianças

As crianças eram designados os trabalhos mais leves. Mas sua estatura franzina e a desnutrição da qual sofriam tornava qualquer esforço exigido pelas tarefas normatizadas, uma provação penosa, quiçá uma impossibilidade física, como testemunha Gregório Bezerra:

Eu era muito pequeno e fraco, não podia me ajudar com o feixe de cana. Naquele período, os feixes de cana eram muito pesados, grandes, porque as canas eram muito grossas e longas e para me ajudar com este feixe de cana, que eu tinha que levantar este feixe de cana, deixá-lo em pé, depois me baixar e deitar o feixe de cana sobre minha cabeça; muitas vezes, escorregava no palhaço dos canaviais, caía.²⁴

José Francisco de Paiva viveu a mesma dificuldade, não conseguindo carregar as canas cortadas por seu pai, “saía embolando.” Na entressafra, a tarefa mais tipicamente infantil ou feminina era a sementeira da cana. “Já grandão, com 13 anos, mais ou menos 13 anos, eu semeava cana por 10 tões”, conta José Amaro dos Santos. Alguns trabalhadores foram inicialmente empregados no engenho para “chamar boi” ou “pastorear boi”. Essa tarefa parece ter sido reservada aos menores entre os meninos. Gregório Bezerra diz ter sofrido para se levantar “muito cedo, às 3 horas da manhã” e sentir “cãibras

23 Depoimento oral de Gregório Bezerra fornecido a Eliana Moury Fernandez no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra.

24 Ibidem.

nos pés e nas mãos [...] devido ao orvalho do capinzal, os arbustos”,²⁵ quando não era de baixo de “chuva torrencial”, amansando os bois com milho e “me aquecia ainda entre eles”. José Inácio da Silva começou a trabalhar para o engenho com apenas sete anos: “Meu trabalho era pastorear boi; pastorear boi, semear cana.”

A primeira tarefa supunha o afastamento do grupo familiar e um contato direto com os prepostos da empresa. Acontecia nas famílias mais pobres ou com meninos órfãos. Antônio Maurício Domingo conta: “Quando eu era menino, nos meus 10, 12 anos, eu já trabalhava, né. Pastoreava boi, chamava boi, fazia serviço para a casa grande, alguns serviço que algumas pessoas não queria fazer, né.” Essa dependência estreita dos patrões não significava melhores condições para o trabalhador. Pelo contrário, implicava que ele estivesse mais diretamente exposto. O entrevistado trocava trabalho por um prato de comida. “Era porque papai era doente, e mamãe trabalhava no engenho e com isso a gente trabalhava tudo para o engenho por alguma refeição.” O próprio trabalhador labutou pelo menos quatro anos sem receber remuneração monetária. Trabalhava apenas, literalmente, “Pra comer.” Só quando atingiu a idade legal, diz o entrevistado: “Quando me formei de homem, 14, 15 anos. Aí fui trabalhar para receber meio salário.”

6.1.5 Remuneração

Em virtude de sua idade e diminuta força física, avaliava-se o rendimento das crianças globalmente como uma fração estipulada daquele dos adultos. O salário era proporcionalmente menor. Poder-se-ia lembrar aqui do efeito de pressão que tal diferenciação na remuneração dessa parte da força de trabalho criava sobre os demais salários, inclusive o dos homens adultos. Isso era mais manifesto

25 Ibidem.

antes do Acordo do Campo, mas também continuou a vigorar de forma oculta no período posterior, na medida em que os sucessivos dissídios e convenções não foram respeitados pelos patrões. Era a famosa “espiral sem fim” de Bebel:²⁶ os salários insuficientes dos pais de família obrigavam os demais membros a se empregarem a tarifas abaixo do salário normal; o que, por sua vez, criava uma sub-concorrência capaz de manter essas remunerações miseráveis; o que empurrava mais membros do grupo familiar a procurar trabalho etc.

O pagamento era feito de forma distinta dependendo da época e da tarefa. Por produção, era considerado o resultado final do dia de trabalho, particularmente no corte; por diária, as distinções salariais impostas entre os trabalhadores eram as mais clássicas: “O salário... quando eu comecei a trabalhar, um homem ganhava 6 mil reis, a mulher ganhava 5 e o menino 4. O que mais trabalhasse. O que trabalhasse menos ganhava 2; 1,500. Tinha diária nessa época, existia diária. A diária começava às 6 até as 6!” José Antônio de Lima.

Levava-se em consideração a capacidade física (real ou suposta) de forma padronizada, mas também a quantidade do trabalho efetivamente realizado. José Honorato dos Santos descreve a aparência física daquela remuneração: “Era aquelas pratinhas brancas, duzentos réis. 3.200, é isso. Já estava caro. Eu comecei ganhando seis tões. Seis tões, eu ganhava seis tões. Eu era menino, ganhava seis tões, chamando boi, aí pelos engenho. Depois que meu pai morreu, aí pronto, meu ganhava 1.600. Dez tões e seis tões.” José Elias dos Santos se queixa: “Se ganhava bem? Ganhava nada; eu não ganhava dez tões!” Embora a avaliação do salário fosse calculada individualmente, no caso da diária, o pagamento era feito em conjunto para toda a família.

26 BEBEL, August. *La femme dans le passé, le présent et l'avenir*. [1891]. Paris/Genève: Slatkine, 1979, p. 150.

Ele [o pai] recebia: eu ganhava também, eu ganhava. Comparação: eu ganhava, mas saía tudo num bolo só. Eu não tinha direito a receber o dinheiro. Quem recebia era meu pai: se eu trabalhasse quatro ou cinco dias na fazenda, meu pai é quem recebia. *José Honorato dos Santos*

Às vezes, os depoimentos deixam perceber certo tom lamentando a falta de autonomia do jovem, sentimento que ia crescendo na medida em que ele atingia a idade adulta, enquanto trabalhador: pelos padrões locais e legais, aos 14 anos. Essa prática pode ser explicada pelo fato de que o morador em título era o pai de família. Ele havia recebido a autorização de se instalar no engenho. O cabo determinara com ele também as tarefas. Recebendo então o salário de todos os membros da família, “num bolo só”, ele protegia os demais membros dos inconvenientes embutidos tanto na negociação das tarefas quanto no acerto semanal do salário.

Além da dimensão que poderia ser chamada de patriarcal, sem dúvida existente, é preciso considerar o contexto: o trabalho na cana sempre exigiu certa capacidade matemática, adquirida ao fio de anos de experiência. Contabilidade difícil, não apenas no que diz respeito às tarefas realizadas, contagem dos dias trabalhados, mas também às deduções efetuadas em razão de compras devidas no barracão. Na tradição local, afirmava-se que não se podia confiar no agente pagador. Não bastava ter competência profissional e trabalhar; era preciso também fiscalizar o pagamento e saber reclamar quando o salário não correspondia ao combinado. Isso requeria, por sua vez, devido cuidado, levando em consideração os riscos atrelados a qualquer manifestação de espírito rebelde ou atitude que poderia ser interpretada como tal. Em suma, certa diplomacia, pois a violência patronal exercia-se contra os trabalhadores a propósito de reclamações. Logicamente, a pessoa mais experiente era incumbida dessa missão: “Naquele tempo nem sei dizer, porque eu ganhava os dois mil réis e quem ia receber era a minha mãe, tão grande que eu era! Minha mãe ficou sem marido

com a gente todos pequeno”, conta José Barbosa do Nascimento que reitera como para explicar: “eu era muito pequeno.”

“O que pegasse, pegasse; eu ficava mais para sementeação de cana; era menino. Depois o administrador tirou eu prá pastorear boi. Eu fiquei maiorzinho, aí tinha uma burrinha lá, pequena, aí ele disse: ‘Você vai cambitar.’ ‘Tá certo.’ Eu não sei cambitar, não. Mas eu disse: ‘Vamos embora.’ Botei cangalha na burra, fui prá lá, fui prá cá. Ele começou a me ensinar: bata ali, cai aqui, o feixe de cana e ia embora.’ *Severino Antônio do Nascimento*

“Fui trabalhar com 9 anos de idade. E hoje em dia ainda me lembro do primeiro administrador que eu trabalhei. Com ele ali, no engenho; era um tal de Artur Leandro. Ganhava 3 tões por dia. Quem me pergunta hoje, eu ainda digo que é 3 tões. Três tões, nuns certos tempos, era 3 tostões. Então, foi passando pra 100 mil-réis, 200 mil-réis. É, aí foi subindo, subindo. Quando eu vim tirar meu pai da palha da cana, eu já tava ganhando muito dinheiro! Agora, isso, eu pastoreava boi, tirava leite de vaca. De noite, trabalhar de servente para carreiro, a pisada era por dentro; e quando a máquina chegava, enchia carro. Ganhava 1.000 cruzeiros por dia, fora as produçãozinha por fora. Eu disse: ‘Papai, tire uma rocinha em casa, que aqui dá pro Sr. Aí recebia aquele dinheiro, dava a meu pai.’” *José Francisco dos Santos*

6.1.6 Questão de gênero

Se os meninos começavam a trabalhar muito cedo na cana, evitava-se levar as meninas. Alguns canavieiros enfatizam o fato de que os chefes de família faziam questão de manter suas filhas longe do canavial.²⁷ João Oliveira da Silva descreve a atitude de seu pai.

27 Assunto tabu, o assédio sexual é raramente aludido. Apenas Julião se expôs a denunciar graves casos de abuso sexual por parte de senhores de engenho, seus filhos ou empregados graduados. A entrevistada de Nancy Scheper-Hughes, Biu, de 44 anos, enfraquecida por quinze gravidezes (retratada na página 53 como uma mulher aparentando ser mais idosa), embora acompanhada de seu filho, que a ajudava no trabalho, “preferia andar a pé até o partido de cana que lhe havia sido atribuído do que sofrer a ‘ignorância’, o assédio sexual e a vulgaridade

Era o seguinte: a mulher, as minhas irmãs, esse povo novo, a classe de gente nunca trabalhou não. Que meu pai era um homem de muita luta, um homem muito trabalhador; e entences, quanto aos filhos, trabalhar na cana; e entences as moças, tomar conta da casa e cuidar do roçado. [...] Mas que as minhas irmãs nunca trabalharam em eito de cana, não, porque o velho, meu pai, era um cabra de muita luta.

Havia, portanto, uma gradação no emprego da força de trabalho familiar cujos parâmetros não eram apenas de ordem econômica. A vez de entrada no trabalho assalariado para os diversos membros da família revelava o nível dessas exigências financeiras, como o grau de êxito das estratégias de proteção aos membros mais vulneráveis. “Nesse tempo as mulheres não trabalhavam não, viviam em casa mesmo. No roçado, que plantavam uma lavoura branca”, afirma Alfredo Cosme dos Santos. Mas as mulheres não eram sempre excluídas dos canaviais. “Trabalhavam, as mulheres tudo trabalhavam; tinha mulher que trabalhava. Agora, tinha pai de família que possuía as coisas dele, aí não trabalhavam não; só trabalhavam somente no roçado. Mas tinha muitos que as mulheres deles trabalhavam 6 dias também no serviço para acompanhar ele”, especifica José Francisco da Silva.

Quando isso se mostrava indispensável à sobrevivência do grupo, as mulheres adultas juntavam-se a seus familiares no eito. Para as moças e meninas o trabalho na roça era preferido, pois era considerado mais seguro, talvez mais decente. Obviamente, os cuidados com a produção alimentícia doméstica, de responsabilidade compartilhada pelas mulheres, não era uma tarefa fisicamente mais leve, ou de menor valor para o objetivo de sustento da família.²⁸ A participação

dos trabalhadores nos caminhões da usina.” SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit., p. 53.

²⁸ Ver a seguir: 7. Condições de trabalho dos trabalhadores rurais na época da ‘morada’.

feminina no esforço produtivo, portanto, na renda familiar, era exigido pela situação de extrema precariedade salarial. Apenas as circunstâncias dessa contribuição eram escolhidas, na medida do possível. O propósito de proteção predominava na opção final.

Violentada no Engenho Caricé sob ameaça de um revólver²⁹

O culpado era o administrador. “O crime foi cometido no momento em que a menor trabalhava num lugar ermo. Somente depois de 4 meses foi que teve coragem de denunciar o crime à polícia. O revide não se fez esperar. O administrador José Guedes da Silva e o patrão Luis Cisneiro de Almeida arrombaram a porta da residência da vítima e desalojaram-na da propriedade, sem ao menos dar-lhes permissão para colher o produto de uma lavoura que tinham no engenho.”

As meninas eram mais ameaçadas do que os meninos, não pela violência do esforço no eito, mas pelas potenciais ocorrências de tratamento indecoroso, ou mesmo assédio sexual.³⁰ Os adultos deveriam responder a tal situação,³¹ colocando-se também em perigo frente a um agressor que podia ser cabo ou administrador. Uma dupla ameaça, em suma, à qual as famílias preferiam não se sujeitar.³² Gregório Bezerra relata:

29 São raros os relatos de estupro e assédio sexual. DP 28.11.1959. DP 19.09.1959.

30 Francisco Julião relata: “José dos Prazeres não era filho de camponês; era filho de um senhor de engenho com uma camponesa. Esses filhos, que os senhores de engenho tinham por aí e não registravam. Reconheciam de fato, mas de direito não. Muito poucos tiveram a preocupação de dar um certo apoio. [...] Aí está outra tragédia da mulher, sobretudo da camponesa.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez. Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 58.

31 “Tentou seduzir a esposa de seu morador e foi agredido”. DP 24.11.1959.

32 Paulo Cavalcanti contou que “quando um filho de ‘senhor de engenho’ deflorava uma mocinha, corria o padre velho a arrumar-lhe casamento de ‘papéis passados’ com algum operário da fábrica ou trabalhador da usina, evitando com isso os percalços da justiça aos seus protegidos.” Em retribuição, a paróquia era beneficiada.

[Minha mãe] mandou minhas irmãs para a roça no interior, para a casa da vovó. Esse rapaz [filho do senhor de engenho] entrou lá da porta a dentro e falou com minha mãe: “Cadê as meninas?” Minha mãe disse: “Ah! Seu capitão [...] minhas meninas foram prá casa da vovó delas, de minha mãe, que está muito doente.” Ele saiu enraivecido. Compreendeu o gesto de minha mãe e depois ultimou que minha mãe tirasse o cultivo do roçado, tirasse a lavoura.³³

Eugênio Benvindo M. Freitas adotou a mesma conduta prudente.

Eu vim pra cidade porque eu enviuei. [...] [Minha mulher] morreu, eu fiquei com seis garotas pequenas, seis menina fêmeas, com licença da palavra pro Sr. que tá me ouvindo. Seis meninas. Aí, pra eu trabalhar no engenho com essas meninas, aí e dar de comer as essas meninas, lutar com essas meninas e trabalhar, não dava. Porque os homens, naquele tempo, eram muito duros que nem eu disse pro Sr.

Mas, para algumas meninas e moças, as circunstâncias econômicas de sua família ditavam uma inserção direta na produção canavieira. As tarefas se somavam, pois trabalhavam tanto na palha da cana quanto no roçado, sem falar dos afazeres domésticos, raramente mencionados.

Mais ou menos doze anos acima já começava a pegar na ticuca. Conheci muitas que, coitadas, ia prá ticuca, tirava aquela ticuca. Quando chegava em casa, o pai dizia: “Olhe, minha filha, tem uma conta de roça pra limpar. Você só vai almoçar quando tirar aquela conta.” A pobre ia fazer os pés aonde; por

CAVALCANTI, P. *O caso eu conto como o caso foi*. Vol. 1. *Da Coluna Prestes à queda de Arraes*. Recife: Guararapes, 1980, p. 210. Esse seria o roteiro mais favorável, tendo outros testemunhos narrando a vida infeliz (prostituição no meio urbano, por exemplo) de similares vítimas, como o mostrou Antonio Montenegro.

33 Gregório Bezerra. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez. Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra.

uma parte, era bom. Mas por outra, era o sofrimento também.
Severina Benvinda

6.1.7 Trabalho na roça

A produção de alimentos na terra cedida pelo patrão fazia parte integrante da estratégia de sobrevivência familiar, como será detalhado adiante. Além de fornecer alimentos básicos como a mandioca e eventualmente batata doce e frutas, o sítio e/ou roçado permitiam a criação de pequenos animais, galinhas, cabras, porcos que constituíam, além de fonte de proteínas animais, a única reserva de valor da família canavieira. Manuel Correia³⁴ mostrou a importância econômica dessa produção que abastecia os mercados de toda a região em alimentos básicos.³⁵ Na linguagem utilizada na zona canavieira, a ‘lavoura branca’, como era conhecida essa atividade agrícola, não constituía ‘trabalho’ propriamente dito, palavra reservada ao assalariamento na cana. Isso mostra talvez que recusar a denominação de ‘trabalho’ às atividades produtivas nas terras de posse da família não era apenas uma contaminação da relativa invisibilidade dos afazeres domésticos. Sem dúvida, o fato dessas atividades agropecuárias se desenvolverem, em parte, em áreas próximas à casa e em horários que se articulavam com as tarefas de limpeza e cozinha, assim como de serem diretamente relacionadas ao preparo das refeições familiares pelas mesmas pessoas, tenderia a ligá-las numa categoria só.³⁶

34 ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Op. cit.

35 Ver a tese de Marcos Figueiredo sobre experimentos em recomposição desta capacidade. FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. *Una Estrategia de Desarrollo Local desde las Experiencias Agroecológicas de la Región Cañera Pernambucana, Brasil*. Tese de doutorado. Córdoba: Instituto de Sociología e Estudios Campesinos, Universidade de Córdoba, 2010.

36 Tampouco eram consideradas ‘trabalho’ as atividades eventuais que os canavieiros efetuavam na entressafra: os ‘biscaites’ ou ‘beliscada’ em zonas urbanas, no transporte e na construção civil, como o confirmam pesquisas em época mais recente.

As mulheres e as crianças figuravam, portanto, entre os agentes principais da atividade de produção de alimentos que podia tomar algum vulto, sobretudo quando a terra cedida se situava em local fértil e junto à casa ocupada pela família. “Nesse tempo as mulheres não trabalhavam não, viviam em casa mesmo. No roçado plantavam uma lavoura branca”, diz Alfredo Cosme dos Santos. Todos colaboravam nas horas vagas, complementa José Amaro dos Santos. “Quem cuidava da roça era a gente mesmo, era. Trabalhava na fazenda 6 dias na fazenda e cuidava do roçado”. Imbricado com as tarefas domésticas nas ocupações de todos os membros da família, grandes e pequenos, o sítio e/ou o roçado era facilmente considerado um espaço de preponderância feminina, bem como um lugar de aprendizagem agrícola para todos os filhos e filhas da família. “Tinha mulher que trabalhava [no roçado]; minha mãe mesmo trabalhava muito, plantava; meu pai plantava uma parte da terra de roça pra ela, e ela plantava pra eu”, lembra José Amaro dos Santos. Todo mundo sabia “plantar”, isto é, praticar culturas alimentícias básicas como mandioca, macaxeira, batata doce, conhecimento que se perdeu com a expulsão generalizada dos moradores dos engenhos.

A proximidade da casa fazia também do sítio/roçado um lugar de atividade feminina por excelência na medida em que permitia às mães ou substitutas cuidar dos filhos mais novos, inclusive dos bebês, ao mesmo tempo em que contribuíam para o sustento do grupo. Talvez seja uma razão suplementar das queixas que se repetiam quanto à distância crescente interposta, ao longo dos anos, entre a casa e a terra cedida para plantar, um dos inúmeros meios de desencorajar a atividade e forçar a saída das famílias de trabalhadores dos engenhos. Pois, essa localização, além do âmbito próximo às habitações, impedia a combinação de diversas atividades concomitantes, particularmente os cuidados às crianças pequenas. Amaro Carneiro da Silva detalha:

Alguns filhos que ele tinha ficavam cuidando [do sítio] em casa, quando ele saía pra trabalhar com as mulheres, aquelas que trabalhavam. As que não trabalhavam ficavam somente domesticando seu filho mode eles cuidar do serviço.

[“Quando você era menina, como era a vida?”] Trabalhava. Na idade de 10 anos, comecei trabalhar no campo.

[Começou com 10 anos. Trabalhava o quê?] No canavial.

[No canavial?] É, sim Sra.

[Não era na roça, não?] Não, no canavial mais minha mãe!

[Sua mãe e quem mais, ou só tinha você?] Tinha mais; tinha eu e tinha mais 4 filhos.

[Moravam dentro do engenho?] Era, sim Sra.

[Toda família trabalhava no engenho?] Não, só trabalhava eu, minha mãe e meus três irmãos.

[E quem cuidava da roça?] Era tudinho da família. Quem tivesse morando no engenho, a família. Digamos, a família mora nessa casa aqui, os que não estavam trabalhando iam trabalhar no roçado e trabalhar no canavial; os que ficavam em casa ficavam cuidando da casa. Quando a gente chegava do campo, ia trabalhar no roçado.” *Severina Benvinda*

6.1.8 Dureza do trabalho

Conhecido por ser uma das atividades profissionais mais penosas da agricultura, o trabalho nos canaviais constituía em si quase uma penalidade. Em regime de plantação, como o descreveram Mintz e Wolf,³⁷ a força de trabalho foi inicialmente vítima do sistema da escravidão.³⁸ Os entrevistados têm lembrança nítida do esforço requerido.

37 WOLF, E. e MINTZ, S. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. Op. cit.

38 Aliás, foi um dos marcos da atividade açucareira desde sua emergência no Oriente Médio. GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry*. Op. cit. Escravizados

Eu comecei trabalhar com 13 anos de idade. Quando passei a de maior, trabalhava que só bicho; era bicho com 13 também. Todo dia, fazia salário. Agora o salário que eu ganhava naquele tempo, eu não lembro, nem quanto era. Se tirasse a tarefa, ganhava, se não tirasse, não ganhava. *Antônio Santana da Silva*

6.1.9 Saúde

Como será detalhado a seguir,³⁹ as condições de vida e de trabalho redundavam em problemas de saúde constantes para os trabalhadores e suas famílias, em razão das precárias condições de habitação, falta de abastecimento em água potável e saneamento,⁴⁰ e sobretudo uma alimentação insuficiente tanto quantitativa quanto qualitativamente.⁴¹ Essas vastas populações eram descritas

africanos, em mãos árabes, no império islâmico, já promoveram grandes revoltas como os Zendj em 869-883 no sul da Mesopotâmia. Na América, o sistema de plantação, que fora ensaiado nas ilhas do Atlântico, particularmente em São Tomé, foi tão desumano que dava uma esperança de vida média de apenas sete anos aos ameríndios e africanos escravizados.

39 6.3. As condições de saúde e a assistência médica.

40 A incidência de verminoses era extrema, fator agravante para organismos debilitados pela desnutrição. Em Vicência, 86% da população em idade escolar estava infestada por esquistossomose; 87% em Gameleira, 86% em Escada; 74% em Ribeirão, 72% em Água Preta. Inquérito do sanitarista Barca Pellon (DP 08.01.1949 e Dr. e deputado Aderval Torres (DP 24.08.1949, p. 8 e o editorial do dia 25.08.1949, p. 4). Em Tiriri, Dr. Fernando Barbosa encontrou toda a população contaminada por diversos tipos de verminoses e parasitoses. Jader de Andrade conta que os membros da Cooperativa de Tiriri pediram para retirá-lo porque, embora gostassem muito dele, “Dr. Fernando só receita lombrigueiro. Nunca dá receita de penicilina.” O médico justificou sua posição mostrando que “a primeira coisa a fazer é libertar esse pessoal de vermes. Porque o que esse pessoal come, eles têm que dividir com os milhões de vermes que têm. Então a primeira coisa a fazer é desparasitar.” Entrevista com Jader de Andrade.

41 Em Ferreiros, por exemplo, encontravam-se 71% de crianças desnutridas, 6,7% em nível 3, percentual considerado “alto”. MELLO, Alvaro Vieira, CHAVES, Nelson

pelos bispos do Nordeste “geralmente subnutridas”,⁴² o que uma Assembleia Extraordinária da Fetape, em 01.II.1966, chamava, em pleno regime militar, de “estado de saúde quase sempre precário do trabalhador e de sua família.”⁴³ A absoluta falta de assistência médica⁴⁴ e de cobertura vacinal prejudicava muito o desenvolvimento das crianças e dos jovens. Como foi visto, a mortalidade infantil atingia cifras elevadíssimas, traduzidas na esperança de vida que, até épocas recentes, não passava dos 46 anos.⁴⁵ Estas circunstâncias significavam a perda precoce de pais, irmãos e filhos, uma dor incomensurável, tão mais forte quanto se sabe que essas mortes poderiam ter sido evitadas pelo simples acesso a uma rede de saúde e à terra.

Além disso, as ferramentas usadas no eito eram potencialmente perigosas. Afiadas constantemente, foices e posteriormente facões

Ferreira de Castro e SIMMONS, K. William. (Coord.). *Pesquisa Nutricional em três zonas fisiográficas do Estado de Pernambuco*. Recife: INUFPE/Sudene, 1975, p. 69, 74. O relatório concluiu que “os níveis de desnutrição da população estudada – Ferreiros – revelam uma inadequação do consumo de calorias, proteínas total e animal, o que justifica os altos percentuais de desnutridos constatados.” Idem, p. 106.

42 “Declaração dos Bispos do Nordeste”, resultante do 11 Encontro dos Bispos do Nordeste, endereçada ao Presidente da República. JC, 28.05.1959. Essas condições foram agravadas com a introdução de defensivos agrícolas e destruição das matas e dos sítios e roçados que, embora de forma limitada, forneciam alimentos básicos.

43 Carta da Fetape ao Ministro do Trabalho e da Previdência de 04.11.1966. SSP 31-496-B.

44 Em discurso na Assembleia Legislativa, Gilberto Osório se indignava de que não houvesse “sequer um posto médico em Aliança” para atender 29.500 habitantes, particularmente os moradores de 84 engenhos e uma usina. DP, 23.09.1947.

45 O relatório Bohan enfatizou que “o tamanho e o peso médios das crianças ao nascer era normal mas, na idade de 6 a 9 meses, seu crescimento encontrava-se nitidamente abaixo da normalidade. Não apenas um déficit de calorias, mas também de proteínas são as prováveis causas deste crescimento deprimido.” BOHAN, M. L. (Coord.). *Northeast Brazil. Nutrition Study*. Op. cit., p. 8.

apresentavam riscos no manuseio, com amplos movimentos de força que expunham braços e pernas ou pés, ergonomicamente inadequadas à pequena estatura das crianças. Estas estavam à mercê de acidentes graves. A palha da cana, cortada crua, podia desviar o lançar do braço resultando eventualmente em erro catastrófico de objetivo. Ocorriam frequentemente em pessoas, crianças e adolescentes, que não dominavam seus movimentos, e sofriam do descompasso de tamanho entre as ferramentas e suas próprias capacidades físicas.

Essas populações frágeis de trabalhadores envolvidos numa atividade agrícola perigosa, no entanto, estavam desprovidas de acesso a serviços médicos então disponíveis para outros setores do povo brasileiro. Isso se reflete nas histórias dos entrevistados: “Morreu pai, morreu mãe, morreu tio e os irmãos, morreu tudo por aqui. Só ficou eu para contar a história”, diz José Elias dos Santos, que ficou órfão muito pequeno. A morte estava constantemente presente, ameaçadora. “Crianças morriam, quando dava uns dias; os povos mais velhos também. E, nesse tempo, falava muito em olhado, ia pra rezadeira. Quem dava jeito era a rezadeira. Aí, quando a rezadeira não dava jeito, o camarada morria vomitando, morria em cima da cama, mesmo. Nós levávamos para o cemitério”, lembra José Inácio da Silva.

“Eu sou pai de 5 filhos; de 15 filho morreu 10, tenho 5: dois é casado e três tá em casa.

[De 15 morreu 10!] Morreu 10. Porque no tempo deu uma tosse, deu uma tosse em mil e novecentos e... sessenta e oito. Deu uma tosse nos meus filhos, aí morreram.

[Morreram?] Ia enterrar um, quando chegava o outro estava morto.

[E não tinha como cuidar? Não tinha médico?] Ia ter médico aonde? O médico era Jesus Cristo. Era!

[E a usina não ajudava, não?] A quê? Ajudava não. Fui na usina, ‘Se vire por lá.’

[Não tinha médico na usina?] Tinha não. Naquele tempo velho era o tempo do... O que tinha era pau.

[Batia?] Era, batia! Naquele tempo.

[Sim.] O tempo é hoje!

[O tempo é hoje.] O tempo é hoje.

[Naquele tempo era duro.] Era carrasco.” *José de Andrade*

Para crianças desnutridas e desprovidas de cobertura vacinal, as consequências dessa falta de amparo médico eram, muitas vezes, fatais. Na dimensão humana, a infinita violência sofrida por muitas famílias canavieiras desfalcadas, pela doença e falta de atendimento, de seus membros mais vulneráveis⁴⁶ tingia indelevelmente seu universo mental e afetivo, particularmente porque ela expressava, não apenas fatalidade, mas descaso e indiferença.

6.1.10 Acesso à escola

[E educação, escola? Tinha escola?] Hum, era um bicho!

João Francisco dos Santos

Como o médico, o professor regular era inacessível. Alguns entrevistados se mostram particularmente loquazes sobre o assunto da

46 Celso Furtado analisou de maneira crua esse fenômeno: “A esperança de vida daqueles que conseguissem transpor a barreira severa da mortalidade infantil não passa de trinta anos. Grande parte da vida ativa das mulheres se limita a dar à luz crianças que não viverão, e uma parte não menos importante da energia dos homens e das mulheres em idade produtiva está se esgotando no esforço para alimentar crianças e adolescentes que nunca produzirão o suficiente para pagar sua dívida para com a sociedade.” FURTADO, Celso. *Le Brésil à l'heure du choix: la politique économique d'un pays en voie de développement*. Paris: Plon, 1964, p. 65.

educação, ou melhor dizer, de sua falta. O pudor que parece envolver o assunto da doença e de suas consequências, muitas vezes, fatais, não atinge a temática escolar. A dor, menos presente do que na agudez de uma perda humana, dá lugar à frustração e certo grau de raiva por não ter conseguido alcançar o sonho da instrução formal. Em primeiro lugar, é mencionada a absoluta falta de oferta de ensino regular. No melhor dos casos, um leigo havia aprendido a ler e escrever, e tentava repassar isto para os filhos dos moradores.

“Quando aparecia uma professora, [era] filha de um morador. Era do morador, do engenho não. Não tinha do engenho não. Passava para as crianças aquela lição, e ia aprendendo devagarzinho. Ir para a escola, para um colégio, não existia isto”, lembra Amaro Pedro dos Santos. Amaro Rosendo Fagundes confirma: “Escola! Por debaixo dos panos. Alguém sabia leitura, morava num engenho e dizia assim: ‘Olhe, seu fulano, eu vou botar um filho pro senhor estudar ele, eu pago.’ Pagava uma besteira.” José Honorato dos Santos presenciou também essa oferta: “‘Eh, vocês, meninos, 2 mil réis por mês’, pronto, botava lá 3 mil-réis por mês.”

Embora modesta, a contribuição exigida dos candidatos à escrita e leitura ultrapassava os meios rarefatos de muitas famílias. “Eu não estudei porque não tinha escola. No engenho, não tinha não. Tinha se fosse particular! Se a gente pudesse pagar particular; eu mesmo não estudei porque não tinha condição”, lamenta Antônio Santana da Silva. “[Pagava] besteira, pouco, a gente também não tinha dinheiro”, complementa José Inácio da Silva. José Amaro dos Santos conclui: “Era por conta da gente, a gente era quem pagava; não tinha escola, como agora, para todo mundo aprender.”

Os horários eram compatibilizados com a disponibilidade do professor improvisado. Manoel José Alexandre lembra: “Dentro do engenho, não tinha essas escolas não. Tinha pessoa pagando de noite; às vezes, a pessoa que se interessava para aprender assinar o nome e quem não se interessava ficava.” A instrução proposta não

passava dessa capacidade. A ambição escolar começava por esse gesto cujo peso simbólico merece destaque. Quem sabia assinar o nome passava por quase letrado. Não pertencia mais à categoria vasta e menosprezada dos analfabetos que só atestavam sua existência legal mediante a operação detestada de “melar o dedo”. A limitada capacidade de desenhar penosamente as letras do nome era restrita a muitos poucos. De oitenta a noventa por cento dos adultos,⁴⁷ analfabetos completos, não podiam votar.⁴⁸ Paulo Freire mostrou a importância política da alfabetização para “tirar gente condenada ao limbo do Art. 132.”⁴⁹ Nas palavras de Antonio Callado “pelo sistema Paulo Freire o homem aprende, de uma só vez, a ler, a pensar e a dizer o que pensa.”⁵⁰

“Só os pequenos. Gente grande não ia pra escola mais”, conta José Honorato dos Santos. Gente grande, no caso, eram as crianças de mais de oito anos. À pergunta sobre o depois dessa idade fatídica que marca para muitos a entrada no mundo do trabalho, o entrevistado responde: “Ah, já tinha aprendido o que aprendeu; e o que não aprendeu não aprendia mais. Ia aprender trabalhar de enxada.”

47 Dados confirmados. Ver ARAÚJO, E. R. de. *O Trator e o 'Burro sem Rabo'*. Op. cit.

48 Um editorial da *Folha da Manhã*, em 24.10.1957, sobre o voto do analfabeto lembrava que ele fora recusado, em 1946, por dois terços dos deputados. Defendiam-no apenas os comunistas e alguns trabalhistas. Quando, finalmente, outorgou-se o direito de voto aos analfabetos, nas eleições de 1986 para o cargo de governador do estado ao qual se candidatava Miguel Arraes, figura política muito estimada nestes meios, segurar uma caneta para desenhar uma simples cruz numa cédula eleitoral constituía uma proeza inatingível para muitos canavieiros. Ansiosos por exercer sua cidadania tão tardiamente completa, a nível legal, sua dificuldade em fazer um gesto considerado simples pela população que foi à escola provocava uma angústia mal disfarçada. Com lágrimas nos olhos, eles manifestavam, nessa tão esperada oportunidade, a crueza da dor que o analfabetismo acarreta.

49 CALLADO, A. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 159.

50 Idem, p. 153. Muitas das palavras “geradoras” diziam respeito aos trabalhadores rurais: terra, povo, engenho, enxada, máquina, trabalho, chuva, pobreza, classe, eleição. Idem, p. 154.

Severino Antônio do Nascimento explica como funcionava a escola informal para os mais felizardos.

Mais ou menos seis, sete anos e oito anos, quer dizer, depois a professora Dona Tonha aí fazia o horário. Dois horários: parte estudava de manhã e outra parte estudava de tarde até 4 horas. Aí muito daqueles meninos iam semear cana, mais as mães deles. Chegavam em casa, vestia uma calcinha curta, uma camisa de mijão, pegavam aquela cartilinha, botavam na mão e iam embora pra escola; e as meninas estudavam de manhã; se tivesse vinte meninos, era muito.

Para Generino Luis da Silva, a questão do acesso físico foi determinante na renúncia a algum grau de educação formal: “Tinha escola. Tinha sim. Agora era num canto muito, muito longe que nem eu nunca fui em nenhuma escola, porque não alcançava. Às vezes, quando tava na escola, era longe, eu chorava pra não ir. A minha [escola] foi um cabo de enxada pra trabalhar.” Segundo Severina Benvinda, embora a escola fosse longe de sua casa, ela conseguia estudar, andando 6 km ida e outros tantos de volta:

Quer dizer que na época mesmo que eu comecei trabalhar, já tinha escola assim, por conta do governo. Agora era distante, era com mais de légua de distância, a gente tinha que ir pra aula. A gente estudava de manhã; de tarde a gente trabalhava no roçado.

O acesso ao ensino público é considerado uma inovação positiva. Ele garante, ao menos, algo mais do que a frágil possibilidade de aprender a “fazer o nome”. Amaro Rosendo Fagundes confirma: “Não tinha escola, não senhor. Escola veio pegar de um dia desses prá cá.” Alguns são mais precisos e associam esta novidade tão prezada à época áurea dos “direitos” selada no governo Arraes. “Tinha não, aí a gente tinha que trabalhar... e escola mesmo pra estudar, só começou de 64 pra cá”, segundo Alfredo Cosme dos Santos. Os

trabalhadores enfatizam a aprendizagem à qual foram forçados. Diz João Oliveira da Silva com algo de amarga ironia: “Eu sou analfabeto, porque o ensino que meu pai me ensinou foi cortar cana. O que eu aprendi, a minha orientação foi o meu pai. Disse: ‘Vamos trabalhar.’ Era no roçado, que era capim, era cortando cana, limpando cana, e a parada era essa.”

Poucos ouviram falar em escolas de usina; nenhum as frequentou. Além da falta de acesso a estabelecimentos de ensino, a razão maior da supressão de uma aspiração à instrução, cruelmente ressentida, era a necessidade de trabalhar:

Escola tinha na usina e em Parnazo tinha outra. De graça para todo mundo. Estudei não. Porque quando eu fui cuidar de estudar, aí fui cuidar de trabalhar pra dar de comer a minha mãe. Eu não ia deixar minha mãe morrer de fome. Não tinha tempo. De noite não tinha. Era de dia. *Severino Antônio do Nascimento*

Sem tempo durante o dia, os meninos e meninas tampouco podiam aproveitar aulas noturnas, esgotados que eram por uma carga de trabalho muito além de suas forças em desenvolvimento, em organismos enfraquecidos pela desnutrição. José Batista do Nascimento lembra do estado em que chegava em casa, depois de um longo dia de trabalho: “De noite o camarada não estudava, ele ia era dormir. Rapaz, tava enfadado do serviço. Pegando balaio de cana, semeando aqui, acolá, às vezes, tava chamando boi pro arado.”

6.1.11 O desejo de estudar

Mesmo não realizado pelo acúmulo de entraves, o desejo de ter estudado sobressai em muitas entrevistas. José Francisco dos Santos lamenta: “E eu queria estudo comigo. Meu estudo era esse, era pelo meio do mundo.” Quando uma oportunidade se ofereceu, mais tarde na vida, a disposição, a energia não eram mais as

mesmas: “O estudo era uma ciranda! Quando eu vim cuidar em estudar alguma coisa, aí já tava grande. Eu digo: ‘Não vou estudar mais não. Pra quê?’ Ainda, aprendi ainda uma besteira, aí depois fiquei velho, deixei isso pra lá, pronto.” Se frequentar a escola podia eventualmente combinar-se com o roçado, era incompatível com o trabalho assalariado. A lógica da produção industrial dominava a vida a ponto de impossibilitar o estudo, até para os mais empenhados, como Severina Benvinda: “Mas na usina, não; no engenho, não. Não. Só trabalhava no engenho quando a gente não tava estudando, não sabe? Aí a gente ia trabalhar, trabalhar pra ajudar minha mãe, sabe?”

Escola longínqua,⁵¹ paga, somada ao esforço cotidiano no roçado e no eito, há de se convir que sua frequência requeria grande dedicação que nenhum incentivo oficial ou particular vinha encorajar. Pois nem o Estado e muito menos os empregadores colaboravam. Nenhum dos entrevistados menciona iniciativa alguma dos empregadores para garantir o estudo básico nas suas empresas, embora o discurso da classe proprietária enfatizasse muito, nos jornais, o suposto interesse em garantir a instrução básica a seus empregados, “inclusive rurícolas”.⁵²

51 ALMEIDA, Júnior. “Os 7 pecados capitais da escola rural”. *DP*, 03.02.1946.

52 A usina Catende se apresentava como modelo: “Ação civilizadora do grande centro agro-industrial”, comentário do prefeito de Porto Alegre. *DP*, 19.11.1941. Aliás, na sua visita, A. da Silva Mello enumera as instalações extraordinariamente “sociais” da empresa – “grupo escolar compreendendo várias disciplinas, sobretudo de aplicação prática, indo de carpintaria à dactilografia, trabalhos de jardinagem costura etc. Uma associação de escoteiros, formada de crianças órfãs ou abandonadas [...] O lactário e os ambulatórios, magnificamente instalados [...] campos de jogo, salões para festas e diversos recursos para diversões”. No entanto constata “achei as crianças da rua e das escolas principalmente os escoteiros, algo tristes, retraídos, parecendo por demais sérios ou indiferentes, como soe acontecer em patronatos, onde a disciplina é severa e as obrigações imperativas.” Após compará-las às crianças sertanejas “mais vivas, dando a impressão de mais livres e inteligentes”, conclui, infalivelmente, com citações de Gilberto

Embora fosse quase impossível alcançar a educação formal, a ansiedade em conseguí-la era geral. Apenas como exemplo, que fornece uma ideia da força e urgência desta aspiração para os trabalhadores rurais, particularmente enquanto pais, pode-se voltar a mencionar a experiência da cooperativa de Tiriri. Fundada em 1963, no Cabo, ela reunia vários engenhos e era dirigida pelos próprios trabalhadores rurais. Entre as primeiras medidas adotadas pelos cooperados, figurava a construção de escolas. “Eles queriam escolas para seus filhos”, conta Jader de Andrade.⁵³

No período imediatamente anterior ao golpe militar de 1964, o movimento camponês enfatizava muito a necessidade de providenciar instrução básica para os homens e as mulheres do campo. Com sua costumaz eloquência, Francisco Julião repetia em praticamente todos os seus escritos o lema da “luta contra o analfabetismo”.⁵⁴ Ele defendia a escola para todos com propósitos políticos imediatos. Em sua *Carta de alforria do camponês*, ele aponta a alfabetização como uma via para o poder eleitoral da massa camponesa: alfabetizando-se o trabalhador rural tornava-se eleitor e poderia, desta forma, garantir a expressão autêntica de sua voz: “Com o teu voto viria uma lei humana e justa.”⁵⁵

Além do propósito imediato para os adultos, então em plena luta por melhorias nas condições de vida, por terra e por direitos políticos, a reivindicação visava as crianças e os jovens: “escola para teus filhos” anuncia a *Cartilha do trabalhador rural*, no capítulo vi, apresentando-a como um dos objetivos do sindicato de trabalhadores rurais, junto com a assistência médica, dentária e à maternidade.

Freyre a respeito da degradação do Nordeste causada pela usina! MELLO, A. da S. *Nordeste Brasileiro*. Op. cit., p. 352-353.

53 Coordenador do apoio técnico fornecido pela Sudene a esse projeto inovador bruscamente interrompido pelo golpe militar de 1964.

54 “Avança a União Operária e Camponesa”. In: *A Liga*. n. 1, 9-10/62.

55 JULIÃO, Francisco. “Carta de alforria do camponês”. Capítulo vii. In: *A Liga*, n. 6, p. 4.

6.1.12 Violência patronal

Além da situação desumana na qual eram obrigadas a crescer, pelas carências de todos os tipos e a dureza do trabalho, as crianças eram também expostas a violências diretas cometidas por agentes dos proprietários ou pelos próprios. O clima no eito ou no engenho, de modo geral, era de medo. A tensão era constante. As sanções mais banais, terríveis. No final de um dia penoso de trabalho, “quando o sol já tinha desaparecido e o dia já ia escurecendo”, o pequeno Gregório Bezerra temia a chegada do feitor, armado de facão, pistola, punhal grande e porrete.

Me enrolava na saia de minha mãe, tremendo de medo. Minha mãe então dizia para mim: “Se você faz por ter medo ou tem medo, o homem pensa que o trabalho não está bem feito e nós teremos que refazê-lo novamente. E nesse dia, nós não temos nada pra comer; nós só temos um punhado de farinha e uns caroços de feijão quando trabalhamos.”⁵⁶

Além dessa violência banal, cotidiana, os filhos de trabalhadores rurais, eram expostos a outra, mais explícita: não era-lhes permitido presenciar e ser vítimas de atos como a expulsão de sua casa. Traumática, a experiência podia ter consequências duradouras e mesmo trágicas. Assim, relata um policial que o trabalhador rural J. M. S., numa propriedade do deputado federal C. M., viu sua casa derrubada “deixando-o ao relento, assim como seus familiares”.⁵⁷ O proprietário declarou, sem medo do paradoxo, que as condições do “casebre” “não condiziam com os mais elementares princípios de humanidade, o que fizera só depois de, com modos, pedir aos familiares de J., para que saíssem do seu interior” e que “além do mais

56 Gregório Bezerra. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez. Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra.

57 Relatório de investigador, 22.06.1969. “Liga Camponesa Caiçara, Engenhos Barra e Cachoeira”. SSP 29309. Doc. 17.

teria que manter sua autoridade.”⁵⁸ Alguns detalhes, vez por outra fornecidos em jornais ou documentos policiais, demonstram a total falta de consideração para com os familiares do trabalhador expulso: “juntamente com sua família composta da esposa em estado de gestação e dez filhos menores, os quais se encontram no campo, conforme pude observar pessoalmente”, relata o investigador w. s.⁵⁹ O próprio dono da terra conduziu a operação com “cinco desalmados indivíduos sob suas ordens”.⁶⁰

Contrariamente ao que se pretende na literatura da lenda dourada da ‘morada’, a falta de estabilidade na instalação dos trabalhadores rurais não decorreu da modernização da fabricação do açúcar ou do Estatuto do Trabalhador Rural (versão atualizada da mesma desculpa), mas do poder absoluto dos proprietários das terras. Famílias, com crianças pequenas, eram despejadas: “Os oficiais de justiça deram ordem de despejo. O homem, inicialmente relutou. Disse que não tinha para onde ir; falou dos filhos e da situação da esposa. [...] A mulher, quando saiu, chorava entre dois filhos. Postou-se a pequena distância e ficou a olhar o fim do trabalho.”⁶¹

Os agentes da expulsão chegavam corriqueiramente às vias de fato, embora fosse raramente assunto da grande imprensa. Assim, uma Liga Camponesa⁶² pediu à polícia estadual a “abertura de inquérito” por terem sido ameaçados seus membros que se propunham a fazer um mutirão (o texto diz “nomear uma comissão”) para restaurar o telhado do “casebre de uma pobre viúva, já bastante idosa, que tem em sua companhia cinco netos de menor idade [...] medida justa como humana pois com a estação invernosa, a pobre mulher

58 Ibidem.

59 Relatório de investigação, 20.12.1962, no engenho S. A. de I. B. “Liga Camponesa São Lourenço da Mata”. SSP 29201.

60 Ibidem.

61 “Camaçari: despejo começou ontem. Não houve violências mas cenas tristes de despedida.” JC, 25.08.1960.

62 SSP 31.182.

com os seus filhos ficou ao desabrigo adoecendo todos eles em consequência das chuvas que transformaram o piso do casebre em uma poça de lama.” O proprietário, A. B., e seus filhos, “estando armados”, agrediram “fisicamente” um membro da Liga Camponesa, na Vila da Barra de Guabiraba, que comentava “a sua falta de humanidade”. O delegado recusou-se a empreender uma ação legal.⁶³ Político local, o proprietário e seus filhos ameaçavam de morte quem fosse ajudar a família. Era protegido de autoridades maiores no Estado, “até soldado de polícia foi por ele espancado”, concluía a queixa, confirmando os estreitos laços entre poderes públicos e latifundiários.

Seria insustentável, mas talvez necessário para restabelecer a verossimilhança na visão que se pode ter das relações entre classes nos engenhos, compor a interminável lamentação das situações de violência desse tipo testemunhadas e vividas pelas crianças, filhos de trabalhadores rurais.⁶⁴ Alguns se tornaram muito diretamente vítimas desse exercício exacerbado do direito de propriedade: na ausência dos pais, o administrador “ateara fogo na casa [...] carbonizando as duas crianças que se encontravam no interior.”⁶⁵ Ao desfecho trágico, em razão da morte das crianças, mas também daquela do administrador e do próprio trabalhador que fora vingar seus filhos, deve ser imputado, sem dúvida, a notícia jornalística.

Com exceção dos anos 1960 até o golpe, informações sobre a situação dos trabalhadores rurais da zona canavieira, particularmente quanto às crianças,⁶⁶ eram extremamente raras. As existentes

63 Ibidem.

64 Ver, por exemplo, um ofício do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Igarassu, de 20.06.1973, destinado à DRT, a propósito de diversos casos ocorridos em engenhos de usina. Em um deles, o proprietário comandou a operação, debaixo de chuva, expulsando a família na ausência do pai que havia sido mandado trabalhar longe de sua casa. SSP 29.747.

65 DP, 24.07.73, sob o título “4 mortes em Alagoas pela luta pela terra”.

66 Uma nota rápida, num artigo de jornal, mostrava sua participação nas lutas também. Visitando engenhos onde atuavam as Ligas Camponesas, Lindalvo Lins

eram geralmente de ordem policial, como no caso dos incêndios de canaviais. Assim, após diligências frente a esse tipo de “denúncia”, revelava-se que “o filho de criação do trabalhador rural [...] assim fizera a fim de matar preás; ele tem sete a oito anos de idade.”⁶⁷ As saudosas diversões dos meninos de engenho, tais como são relatadas na literatura, não aparecem. Nas fontes escritas, as brincadeiras infantis são casos de polícia. Um delegado descrevia-as com a perícia de quem, talvez, já praticara o esporte:

brincadeiras de crianças [que] resolveram atear fogo no mato a fim de caçar alguns preais [sic] caças estas que com a queima do mato, saiam apavoradas de suas tocas, indo procurar abrigo em outros lugares, neste intervalo se aproveita o caçador para desfechar na caça o tiro de misericórdia.⁶⁸

Investigadores consideravam “travessuras” os experimentos de crianças, alardeados como sinais graves de subversão grassando na região pelos donos das plantações. A falta de enquadramento por parte dos adultos era invocada: “Os pais, forçados pelas circunstâncias, são forçados a abandonar o lar, em conjunto, das 5 às 17 horas, para conseguirem sua manutenção, deixando os filhos entregues à própria sorte.”⁶⁹ Outros documentos de polícia, tratando de incêndios, mostravam, no entanto, que a compreensão policial era muito limitada. Sendo esse assunto extremamente sensível e causa de prisões e maus tratos em adultos, quando o culpado era uma criança, as sanções não

se queixava da falta de cooperação dos moradores, para fornecer informações a respeito de dado trabalhador procurado. “Até os meninos, conforme observamos, foram postos de tocaia para avisar Antônio Severino sobre nosso movimento. Os vigias só se retiraram de seus postos quando abandonamos o local.”

“Agita-se a “Liga Camponesa” em Vitória de Santo Antão”. DP, 13.05.1959, p. 5.

67 Termo de declaração de J.G.S.F. administrador do engenho M. em Goiana, em 17.01.1974. SSP 28.789. Doc. 14.

68 SSP 18.789. Doc. 211.

69 Relatório do investigador A.X.O., de 31.12.1959. SSP 19.177.

eram por isso ausentes. Relatou-se até a prisão do menino Natanael.⁷⁰ Em todos os casos, nenhuma menção de proximidade, amizade, brincadeiras comuns entre filhos de empregados e filhos de empregadores. Nenhuma saudade desses tempos “no pé da bagaceira”.

“Denúncia ao DP de Nina Mendes de Araújo”⁷¹

Procurando seu marido num engenho de Lagoa do Carro, em Carpina, “o delegado obrigou-a, porém a abrir-lhe a porta e, antes lhe garantiu que nada de mais faria; pretendia apenas revistar os cômodos para ver se ela estava dizendo a verdade. Regina Neves assentiu de boa fé na proposta da autoridade e esta, já dentro da habitação, procedeu de maneira diversa do prometido. Fez seu filho, o menor de 16 anos, João Cazumba de Souza, sair da cama, e sob uma saraivada de bofetões, levou-o preso, sob a alegação de que ‘o pai ausente, o filho iria preso.’ Assim mesmo aconteceu e o menino, apesar de sua constituição franzina, pagou pelo pai, a surra que este deveria sofrer por parte da autoridade.”

6.2 Alimentação

Quando o pobre come galinha, um dos dois está doente.

Ditado camponês⁷²

Entre as virtudes supostas da ‘morada’, uma das mais destacadas era a oportunidade de providenciar uma boa alimentação para a família do trabalhador rural, que dispunha de terra cedida para praticar culturas destinadas ao consumo ou à venda nos mercados próximos. Curiosamente, essa afirmação convivia com o consenso, amplamente comprovado, de que as classes trabalhadoras conheceram

70 SSP 19.177. No caso, ele foi denunciado por outros trabalhadores, sem piedade.

71 DP, 25.11.1948. No dia seguinte aparecia, no mesmo jornal, a versão da polícia, garantindo que havia detido o menor para “averiguações”.

72 A LIGA. Rio de Janeiro, n. 2, 16.10.1962. SSP 31.519.

graves problemas de nutrição na região tão logo houve cana aqui. Josué de Castro responsabilizava enfaticamente “o tipo de organização econômica, da exploração econômica de tipo colonial, estabelecido sob o signo do feudalismo agrário em torno da monocultura do açúcar”.⁷³ A “cana-de-açúcar”, continuava o grande pioneiro da luta contra a fome, tinha “nocivos exageros de planta individualista”,⁷⁴ monopolizando o solo no “sistema de exploração da terra, que a economia açucareira impôs: o sistema de exploração monocultora e latifundiária”.⁷⁵ Este deixava um “constraste marcante entre as possibilidades geográficas existentes e a extrema exiguidade dos recursos alimentares da região.”⁷⁶ Esta “autofagia”⁷⁷ “arrastou a área do Nordeste açucareiro à condição de uma das zonas de mais acentuada subalimentação do país, mais do que isto, de zona realmente de fome e de fome crônica e endêmica.”⁷⁸ Josué de Castro⁷⁹ calculou que o trabalhador rural da zona da mata absorvia em média 1.645 calorias por dia.⁸⁰ Nelson Chaves, cuja estimativa era ainda menor (1.500),⁸¹ atribuiu o baixo desempenho do trabalhador rural

73 CASTRO, J. de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 56.

74 Idem, p. 48.

75 Idem, p. 45.

76 Idem, p. 43.

77 Idem, p. 46.

78 Idem, p. 52.

79 Sua obra *O problema Alimentar Brasileiro*, de 1934, lançou a pesquisa científica a respeito e foi um marco importante na questão da desnutrição das classes trabalhadoras. O Prof. Malaquias Batista Filho, um dos especialistas que perpetuam o trabalho desse grande pioneiro comenta: “As primeiras pesquisas, embora que sem o formalismo atual em estudos epidemiológicos, foram feitas por Josué de Castro na década de 1930 e 1940. [...] Depois apareceram Orlando Parahym, Nivaldo Batista e Nelson Chaves, que foi o fundador do Departamento de Nutrição.”

80 CASTRO, J. de. *Geografia da Fome*. Op. cit., p. 170.

81 A diminuição qualitativa, no sentido da incorporação cada vez maior do fubá, por exemplo, em vez de feijão, no cardápio, contribuía também ao empobrecimento da dieta das populações canavieiras.

nordestino, comparado ao seu colega paulista, à tamanha incompatibilidade entre a nutrição e o esforço exigido.⁸²

Em seu discurso de posse como Secretário da Saúde de Pernambuco, declarou: “Na zona litoral-Mata, corroída pela chistosomose, pela tuberculose, pela malária [a população] é vítima de uma monotonia alimentar impressionante.”⁸³ Constatação também de Orlando Parahym,⁸⁴ a respeito de um inquérito⁸⁵ revelando déficits de mais de 68% em cálcio; 75% em vitamina A; 96% em vitamina B e 36% em vitamina C: “O valor calórico total da ração”, escreve Parahym, “era insuficiente, considerando-se o trabalho de força desses operários.”⁸⁶ Josué de Castro mencionou que 40% das crianças estavam com anemia declarada,⁸⁷ e que no “Nordeste açucareiro, do que mais se morria era de fome”.⁸⁸ Diversos estudos mostraram a gravidade dos déficits alimentares. Em termos calóricos, eles ultrapassavam os 50%, atingindo até 57,19% em três usinas da Bahia e 59,31% em Sergipe, no inquérito efetuado em 1942 por Torres Vasconcelos.⁸⁹

Fernando Antônio Gonçalves conduziu minucioso levantamento na zona canavieira, concluindo que “as famílias pesquisadas não ingerem [...] as quantidades necessárias ao fornecimento das calorias

82 CHAVES, Nelson. *Fome, criança e vida*. Recife: Massangana, 1982, p. 73.

83 DP, 22.02.1948, p. 5.

84 Publicado em 1941.

85 Ele precisa: “efetuado por Augusto Pontual Fiúza”. TORRES, V. *Condições de Vida do Trabalhador...* Op. cit., p. 224.

86 Apud Ibidem.

87 CASTRO, J. de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 54.

88 CASTRO, J. de. *Geografia da Fome*. Op. cit., p. 169.

89 Suas conclusões são mais contundentes para Sergipe e a Bahia do que para os estados do Sul. A respeito de Sergipe (cuja situação, segundo o próprio autor, não se distingue muito da de Alagoas e de Pernambuco, p. 224), ele escreve: “Esta unidade da Federação, a bem dizer, vive do açúcar, mas a quantidade de usinas e engenhos não impede a triste situação alimentar do obreiro sergipano.” TORRES, V. *Condições de Vida do Trabalhador...* Op. cit., p. 210, 220 e 223.

indispensáveis à manutenção das condições híginas de saúde”.⁹⁰ A pesquisa mais citada,⁹¹ levada a cabo na mesma época por uma equipe norte-americana, com a assistência de especialistas brasileiros,⁹² conduziu a conclusões similares.⁹³ Outras sucederam.⁹⁴ Todas mostram as mesmas carências graves (proteicas, calóricas e vitamínicas) e o atraso no crescimento que ocasionavam nas crianças, um nanismo induzido.⁹⁵ Estes estudos mencionavam ainda como fator agravante de um quadro muito preocupante, as diversas parasitoses que atingiam a totalidade destes organismos sofrendo de desnutrição. A polêmica autora de *Death without weeping*⁹⁶ ilustra a distinção entre a fome permanente, a subnutrição das populações que estudou na zona canavieira de Pernambuco, e aquela dos Iks⁹⁷ ou dos habitantes do gueto de Varsóvia.⁹⁸

90 GONÇALVES, F. A. “Condições de Vida do Trabalhador Rural...”. Op. cit., p. 137. Seus cálculos alcançaram as cifras seguintes: em média, o total energético dos alimentos ingeridos por um adulto-equivalente era de 2.700 calorias, sendo o menor número de 2.160 (na região E: Macaparana, São Vicente Ferrer, Timbaúba e Vicência). Ibid., p. 142.

91 A primeira a ser dotada de um caráter científico. Professor Malaquias Batista Filho.

92 BOHAN, M. L. (Coord.). *Northeast Brazil. Nutrition Study*. Op. cit.

93 Ele sublinha o “déficit em disponibilidade de comida para a população” designando como “preocupação maior” o fato de que “duas safras destinadas à exportação, açúcar e cacau, constituem em torno de 37% do total da produção de energia alimentícia”. Idem, p. 8.

94 BATISTA FILHO, Malaquias. *Pesquisa Nutricional na Zona da Mata*. Recife: UFPE, Imp. Univ., 1968. DACONA. *Projeto de Nutrição, Pernambuco*. Conclusão. Recife: UFPE, 1972.

95 ZISMAN, M. *Nordeste Pigmeu*. Op. cit.

96 SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit.

97 Ver o livro de Collin Turnbull, *The Mountain People*. (London: Picador, 1973), sobre uma população afetada por uma mudança geopolítica na África do Leste.

98 Provocativa, como todo o seu trabalho demonstra, Scheper-Hughes compara o consumo médio de calorias, na zona canavieira de Pernambuco, com outras situações extremas: se no gueto de Varsóvia, a ração diária não passava de 800 calorias, “similar à alimentação dos presos do campo de concentração de

A fome dos trabalhadores e de seus filhos na região costeira canavieira não é a mesma que a morte por inanição dos Iks e as fomes periódicas que afligem as pessoas no sertão pernambucano. A fome da zona da mata é constante e crônica, e não mudou muito durante os 25 anos que conheço a região. É a fome daqueles que comem todos os dias mas em quantidade insuficiente, ou alimentos de qualidade inferior, ou então de variedade pobre, o que os deixa insatisfeitos e com fome.⁹⁹

Experiências norte-americanas (com voluntários) situam por volta de 1570 calorias diárias, o nível de inanição que leva à morte.

Feys e seus colegas elaboraram um estudo experimental para observar os efeitos psicológicos e fisiológicos, não da desnutrição, mas da inanição. Estudo científico clássico da inanição humana, poderíamos considerar a situação do trabalhador rural nordestino e de sua família pelo que ela realmente é: a lenta morte por inanição de uma população aprisionada, segundo sugeriu Galeano, num verdadeiro campo de concentração para mais de trinta milhões de pessoas.¹⁰⁰

Embora raramente evocada nas reuniões patronais, a deficiência alimentar dos trabalhadores surge, vez por outra, carregada de preocupação empresarial. Assim, num exemplo típico de muitos outros

Belsen”, em compensação, o canavieiro é tratado como um preso de Buchenwald, onde o professor Richet, futuro membro da Academia de Medicina francesa, foi internado. Num artigo seguindo a liberação dos campos, em 1945, ele publicou suas observações avaliando a 1.750 calorias a ração cotidiana que recebia. SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit.

99 Idem, p. 137. A autora reivindica uma “atitude relativamente indiferente e sem emoção” frente à fome e seus efeitos. “As cenas de doença, fome e (particularmente) morte de crianças são agora habituais para mim, e somente em raras ocasiões encontro-me emocionada por uma cena ou imagem particularmente pungente.” Idem, p. 141.

100 Idem, p. 157.

textos,¹⁰¹ durante o Congresso Açucareiro dos Estados do Nordeste em Recife, março de 1947, foi tratada

a condição do trabalhador açucareiro da cana e das usinas, cujos direitos mínimos reclamam sob os imperativos da saúde pública e do equilíbrio econômico, que os governos venham a assegurar aos Estados do Nordeste:

1. Medicina social, preventiva do depauperamento físico, pelas moléstias e carência que explicam os índices alarmantes da deficiência de produção, da mortalidade e dos males sociais, na região nordestina, abrangendo a todos os seus ramos de actividade;
2. Assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica;
3. Abastecimento de gêneros alimentícios – através do seu tabelamento, nos Estados de origem, de que depende a alimentação do Nordeste, nos moldes da fixação de preços em que incide a produção nordestina, e mediante a organização sob moldes cooperativistas, do abastecimento das populações trabalhadoras na agricultura, indústria canavieira, estendendo-se essa organização às demais utilidades requeridas pelo padrão de vida das cidades obreiras;
4. Assistência à infância e à pre-natalidade;
5. Assistência escolar e social.¹⁰²

101 Essa dimensão merece um estudo específico, para evidenciar os usos que a classe patronal fez da óbvia miséria de seus assalariados com propósito de extorquir cada vez mais recursos públicos para seus próprios empreendimentos, com a vaga promessa de que algum benefício teriam essas populações. A periodização dos surtos de comisseração, tais como apareciam na imprensa, era absolutamente ligada às campanhas para reajuste do preço da cana, açúcar e álcool. Na época do surgimento e ascensão do movimento social rural, particularmente na forma das Ligas Camponesas, o medo de insurreição (num tempo marcado pela experiência cubana) provocou um questionamento mais profundo, levando algumas frações da classe dominante a defender um tipo de reforma agrária, garantindo a criação de uma classe média rural, tampão amortecedor dos efeitos perigosos, para os latifundiários, da secular polarização de classes na região. A cooperativa de Tiriri foi o produto exemplar e experimental desse projeto.

102 CONGRESSOS AÇUCAREIROS NO BRASIL. Op. cit., p. 265.

A brevidade do assunto, no meio de dezenas de páginas sobre preços e técnicas de transporte ou tratamentos da cana, bem como a ausência suspeita de qualquer referência à cessão de lotes de terra (embora o texto seja bem posterior à Lei que estabelecia a base obrigatória dessa¹⁰³) deixa mal augurar da disposição do patronato a qualquer esforço – além de timidamente declaratório – no sentido da melhoria das condições de vida dos trabalhadores. O apelo à “sã justiça” e respeito aos direitos (dos plantadores apenas) era inteiramente dirigido ao Estado, no pleito por subsídios.

A desnutrição: uma “herança biológica”

“Uma das primeiras consequências é que nas áreas de desnutrição, nas áreas de pobreza, de fome é uma mortalidade “muito elevada”. O número atual: a Zona da Mata hoje está com uma mortalidade de 140 por mil enquanto que o Estado de Pernambuco como um todo não chega a 70 por mil, no primeiro ano de vida. É uma mortalidade duas vezes maior. A criança que nasce com baixo peso porque a mãe é desnutrida, tem uma probabilidade de morrer cinco vezes maior do que a criança que nasce com o peso normal. Naqueles que sobrevivem, existe uma série de consequências: uma delas seria o próprio dano orgânico que leva à dificuldade de aprendizado e por conseguinte a uma incompetência potencial em relação ao mercado que é cada vez mais exigente no que diz respeito à mão de obra. Para quem sofre de desnutrição, a probabilidade de aprendizado se reduz consideravelmente. A terceira coisa é a limitação do próprio desenvolvimento físico. É uma máquina pequena porque atrasou em termos de crescimento. Uma máquina do ponto de vista produtivo, de esforço físico. O termo de máquina não se aplicaria a outra coisa. Mas eles são uma máquina pequena. As chances que eles têm de desenvolver um trabalho físico inferior a uma máquina: aquele homem que atingiu um crescimento adequado tal como potencialmente deve acontecer com um ser humano que tenha a probabilidade e as condições de desenvolver plenamente o seu potencial físico de crescimento. A outra consequência é que a desnutrição faz com que as doenças se tornem relativamente bem mais frequentes. Doença significa má qualidade de vida e redução de probabilidade de que seja adequado em termos de trabalho, que se aumenta o absenteísmo etc.

Bem, a própria limitação do crescimento faz com que se tenha populações nanicas; passa a ser um fator que compromete as gerações futuras fazendo com que a desnutrição termine assumindo as características de uma doença hereditária. Por exemplo, as mães baixinhas tendem a ter filhos de baixo peso, que pelo fato de ter baixo peso apresentam um risco grande de morrer. É uma marca epidemiológica de risco para a criança recém-nascida. E, não morrendo, apresentam uma probabilidade maior de adoecer e de apresentar nanismo, fazendo com que uma geração transfira para a outra como se fosse uma herança biológica, a própria desnutrição.”¹⁰⁴

6.2.1 Origem dos alimentos

Eram três as fontes de abastecimento local dos trabalhadores rurais, todas submetidas às regras e ao poder do plantador: o sítio/roçado, o barracão e a caça/pesca. “Quando ele já tinha no sítio dele, no roçado dele, ele ia comendo. E comprava no barracão, nos engenhos comprava no barracão. Pescava! Pescava, caçava, era.” José Pascoal de Figueiredo.

Quando as distâncias e o modo de pagamento o permitiam, certos trabalhadores tinham acesso aos mercados das cidades da região, onde colocavam eventualmente à venda suas próprias produções e podiam, com o apurado, abastecer-se em outros bens. “Os alimentos nas feiras. Era, comprava no sábado, fazia aquela arrumaçozinha no sábado, e tinha que passar até o outro sábado. Quando se acabasse. Ninguém ia comprar mais.” José Felipe Santiago.

Especialistas em nutrição com grande experiência de pesquisa da própria Zona da Mata pernambucana, como Malaquias Batista Filho, sublinham o quanto a má qualidade da água¹⁰⁵ na dieta dos

¹⁰⁴ Entrevista com o Professor Malaquias Batista Filho.

¹⁰⁵ A gravidade da situação está evidenciada no quadro AZEVEDO, C. A., *et al. Situação socioeconômica em Áreas da Zona Canavieira...* Op. cit., p. 97. Ele foi estabelecido para Alagoas. Na página 75, o assunto é tratado, sem a mesma precisão, mencionando apenas “abstecimento primitivo de água, responsável

canavieiros influía no seu estado de saúde, por ser vetor de muitas doenças.¹⁰⁶ “Na Zona da Mata, um sério complicador importante, naquela época, era a esquistossomose e a encilostomose que são parasitas que necessitam de um ciclo na terra ou na água. Isto é típico das situações onde não tem saneamento. Na cidade, pelo menos, as pessoas dispõem de chafariz, de uma fossa comunitária. O que não é o caso da zona rural.”¹⁰⁷

pelas moléstias hídricas determinantes do alto índice de mortalidade, notadamente infantil.”

106 “Impõe-se a instalação de um posto médico em Paudalho. As doenças que mais afetam os trabalhadores: tuberculose, tracoma, esquistossomose, boubá, maleita.” *DP*, 09.02.1946.

107 “Milhares de Trabalhadores Rurais afetados pela esquistossomose”. As razões invocadas eram o consumo de água contaminada e a falta de saneamento. As taxas de infestação humana eram taxadas de “alarmantes”: Vitória 36%, Catende 50%. Dos 23 municípios afetados, 17 situavam-se na zona canavieira. O Dr. Durval afirmou: “Certas comunidades neste Estado, por mim estudadas nesse particular, estavam em 100%. Creio sem exagero, que dificilmente se encontrará um doente proveniente do interior ou mesmo desta capital, que não tenha seu mal ocasionado ou complicado por uma parasitose intestinal, a esquistossomose inclusive.” *DP*, 11.01.1945 (última página, em 6 colunas). Uma foto mostrava crianças se banhando num rio com a legenda: “Esta é uma das maneiras de apanhar esquistossomose. Banhando-se nos rios.” Na edição do *DP* de 19.05.1946, o mesmo médico voltava a cargo: “Morre-se de verminose como se morre por tuberculose, de malária ou subnutrição. Os distúrbios digestivos, a anemia por expoliação, o retardamento do crescimento, o embotamento intelectual, o nervosismo são tantos sintomas da infestação verminótica que gera a apatia da raça.” O Dr. Aristides de Paula, de Nazaré, declarou à Comissão contra a Doença de Chagas: “Estive na casa de um trabalhador do eito onde todas as pessoas estavam doentes. Todos tinham anemia e hepato espleno-megalia. É de crer que toda a família desde o pai ao último dos filhos tivesse esquistossomose. Quando sucede recebermos, no consultório, alguns moradores de engenho, encontramos uma frequência muito grande de esquistossomose.” *DP*, 25.01.1945. Ver também as declarações do Dr. Aloysio Costa, no *DP* de 31.01.1945. Entre as raras menções, uma diretriz, dirigida aos empregadores, de construir “banheiros como medida de profilaxia nas usinas da esquistosomiase.” *DP*, 01.02.1946.

Os trabalhadores são unânimes quanto a seu abastecimento em água para consumo: “Pegava nas cacimbas, nas várzeas.”¹⁰⁸ Os cursos de água são citados por todos os entrevistados: córregos, riacho, rio.¹⁰⁹ Apenas Moisés Alves Correia menciona “da fonte.” O tratamento da água era quase nulo: apenas decantação numa jarra: “O sujeito ia buscar, botava nos pote, na cacimba, e bebia.” Arlindo Nascimento.

6.2.2 “A gente, nunca tivemos liberdade de comer, não.”¹¹⁰

Era um tempo que se passava muita fome.

Anísio Francisco da Silva

A segurança alimentar, segundo a nomenclatura atual, era um dos pretendidos pontos fortes da ‘morada’. Quase uma justificativa. Pelo menos um fator importante na construção da suposta saudade proposta pela literatura. Parte dos depoimentos pode alimentar esse retrato na medida em que a supressão dos sítios e roçados e a expulsão da maioria dos trabalhadores rurais dos engenhos para as pontas de rua, onde não podem mais “plantar”, torna o passado em que cultivavam e colhiam parte de seus próprios alimentos, uma lembrança com traços eventualmente sedutores. Não que o sistema deixasse saudade em si, mas que gostariam de poder novamente cultivar a terra em seu próprio proveito, como está claro no seu desejo por terra via Reforma Agrária. Existe uma distinção entre o gozo da

108 José Barbosa do Nascimento, Generino Luis da Silva, José Peagentino dos Santos, José Francisco dos Santos, Antônio Maurício Domingo.

109 Malaquias Batista Filho defende que as parasitoses graves sejam consideradas doenças ocupacionais, na medida em que os trabalhadores eram coagidos a usar águas contaminadas. “Quem trabalha na cana-de-açúcar, necessariamente usa água para se banhar, inclusive por conta da irritação de pele que a cana-de-açúcar causa.”

110 João Francisco dos Santos.

função de agricultor em regime de economia familiar, como lhes fora permitido na época em que moravam nos engenhos – isto é, de forma restrita e sujeita – que poderia ser completa com a ascensão ao estatuto de proprietário de terra, de um lado; e do outro, o retrato embelezado de sua estadia nas plantações na época da ‘morada’, na versão oficial da história.

Uma das provas que essas duas facetas não podem ser confundidas está nas suas respostas à pergunta de se havia fome nos engenhos na época da ‘morada’. As respostas são bastante nuançadas, segundo considerassem apenas sua própria experiência pessoal, ou a situação mais ampla de seus colegas de profissão. Obviamente, havia também épocas, seja na vida pessoal do entrevistado, ou mais geralmente para a população trabalhadora da região que foram mais ou menos auspiciosas, inclusive nesse particular. “Fome passava, pouca. É, mas passava também.” Joaquim Pedro da Silva. “Se tinha fome! Tinha muita fome. Fome e não era de brincadeira.” Amaro Rosendo Fagundes.

A grande fome de 1937

“Em 1937, a gente sofremos ali, quase morríamos de fome. A gente só não, o povo todo. Foi uma crisezinha porque a farinha deu até 12 mil réis na rua. Só deu um domingo, 12 mil réis. Ai depois que deu 12 mil réis, a polícia invadiu pra vender por 12 mil réis não se vende, mas aí foi baixando pra 11, pra 10. [...]. Aí, meu tio começou a trabalhar, passar necessidade, passando fome às vezes, era capaz de cair no serviço. Vendia castanhola. Tirava castanhola daquele pé de castanhola e comia. Aí, quando foi no fim, no fim de 1938, a vizinha deu três quilos de farinha. Aí acabasse mais a fome pra gente, mas... tinha dia que ele nem vinha pra casa almoçar por que não tinha disposição e nem também tinha comer em casa.” *José Inácio da Silva*

“Eu passei tanta necessidade que eu não sei nem contar na minha vida. Porque no tempo que eu trabalhei ali no Engenho Prado, aqui, nesse engenho perto do Juá. Aqui em 37, a gente saía de manhã, uma cuia de farinha de 7 mirréis. Lá em casa tinha, parece que 7 pessoas e não tinha condição de trabalhar 4. E não tinha condição da gente comprar uma cuia de farinha. A situação era difícil. A gente ia pro serviço trabalhar, quando era meio dia, 9

horas a gente vinha para casa fazer um lanchinho, fazer um lanche; voltava, pegava no serviço de uma hora. O feitor mandava buscar um bardo de mé de furo no engenho.”¹¹¹ Tinha gente que bebia uma garapa na hora de meio-dia, quando acabava de beber ficava assentado alí. Suava, suava, suava. Tinha gente que adoecia e ia pra casa. Dava fraqueza. Moleza. Até adoecia. Com aquela garapa de mé de furo, comia três vezes. Comia duas vezes. Comia uma vez de 9 horas do dia e ia comer outro de 6 horas da noite. Era. O direito da refeição, era esse. Duas vezes no dia!” *Antônio Virgínio da Silva*

“A alimentação, naquele tempo, era muito pouco. Meu pai ganhava 5 tostones. Eu ganhava 2 tostones. Não dava pra gente viver. Às vezes, chegava em casa de tarde, tudo morto de fome. Meu pai tinha um pé de laranja, na frente da casa, assim, com umas laranjas verdes, desse jeito assim. Quando ele chegava, ficava logo de baixo do pé de laranja, chamando por minha mãe, dizia: ‘Joana, traz logo uma pitadinha de sal aí.’ Aí ele também comia umas três laranjas daquelas com sal, era que ele entrava pra dentro. Eu me lembro como se fosse hoje, no ano de 37 isso. No ano de 37, meu pai comeu muita laranja com sal. Foi um ano que nasceu tanta da tomate, de uma tomate miúda que tinha. Uma tomate miúda que tinha, nasceu até pelos lajeiro de pedra. Foi o que salvou o povo em 37. Porque comer era difícil naquele tempo, o que a gente ganhava não dava para se manter não.” *Eugênio Benvindo M. Freitas.*

6.2.3 Fome

Fome, um assunto tão difícil e doloroso que alguns dos entrevistados o negam inicialmente, talvez devido à formulação da pergunta: [‘Tinha fome?’] “Tinha não”, responde Luis Batista do Nascimento. Precisando a ideia, ele detalha essa negação: “Olhe, sobre esta altura, nunca faltou gente pedindo. Nunca faltou gente com fome e nu.” A resposta se torna categórica, no outro sentido. Questão de pudor? Talvez pensasse o entrevistado que a pergunta dizia-lhe respeito apenas pessoalmente: se ele tivesse passado fome. Manoel

111 Vasconcelos Torres assinala que esse traço é mais frequente “no período da safra, isto é, de setembro a março, é largamente utilizado o ‘mel de engenho’, juntamente com a garapa e rapadura”. TORRES, V. *Condições de Vida do Trabalhador*.... Op. cit., p. 227.

José Alexandre afirma que “não tinha fome não. Havia fome não.” Antônio Ambrósio dos Santos relata que “vivía mais desemprensadozinho, tinha a barriguinha cheia.” No entanto, ele continua, julgando que a alimentação “era pouca, era.” Depois, envereda a falar da caça e pesca que “melhorava muito.” “Ah! Fome tinha. Só podia ter! Comia no barracão, coitados.” Após contar o quanto havia pescado, Miguel José de Oliveira mostra que isso era insuficiente para satisfazer as necessidades básicas de uma família. Generino Luis da Silva concede: “Pra trás o que eu sei dizer é que fome eu passei, e muita. [Fome, passou muito?] Passei muito. [Tinha muita fome?] Fome, era muito. Chorei até de fome.” “Passava” fome, confidencia Amaro José de Sena. “Tinha um bocado de fome nos engenhos naquela época”, confirma José Antônio da Silva.

A pergunta leva vários entrevistados a uma resposta complexa. Mesmo aqueles que lembram de fartura – “Era demais!”, exclama-se Joaquim Pedro da Silva – confirmam, ao mesmo tempo, as dificuldades permanentes para conseguir o mínimo vital em termos de alimentação. Na sua experiência, isso dependia da capacidade produtiva imediata do trabalhador, e não de garantias oferecidas pelo patronato. Fome, conclui Joaquim Pedro da Silva, “[p]assava sim, senhor, porque não plantasse... Não plantasse, tinha que passar fome, né? Pedia aos outro pra comer.” Apesar do abastecimento providenciado pela colheita do sítio/roçado ou pela caça e pesca, eles constataavam – se não sofriam – grande penúria de alimentos básicos afetando famílias vizinhas. “Era uma beleza, todo mundo tinha nessa época, quer dizer, quem trabalhava. Também existia fome, como existe hoje.” Amaro José de Sena.

É por isso que eu digo que sempre tinha fartura, não tinha fome. Agora que toda vida teve, houve fome. Toda vida houve fome. Porque não tem patrão que seja bom. Passou pra ser patrão, ele só puxa a brasa na sardinha dele, mas o morador que queria plantar, todos eles planta. *José Francisco da Silva*

Embora a questão alimentícia durante a época da ‘morada’ fosse sempre associada à posse de terra cedida para culturas próprias à família de trabalhadores, os entrevistados mencionam em primeiro lugar o seu salário: o quanto era insuficiente para cobrir as necessidades em alimentos para a simples sobrevivência. Todo seu valor era engolido, em muitos casos antes mesmo de ser percebido, na compra do produto básico da dieta, a farinha de mandioca e algum complemento. “Demais! Tinha muita fome, sim Sr. Porque no meu tempo, eu era pequeno, meu pai não tinha de que se valer, só era daquele ganhim mesmo e não dava, aí tinha fome.” Antônio Ambrósio dos Santos. As consequências da insuficiência salarial agravavam todos os aspectos da vida dessas famílias, além de privá-las de qualquer possibilidade de distrair parte alguma de suas forças da luta – é a palavra que usam – contra a morte por inanição.¹¹²

Como os demais aspectos das condições de vida, falar da alimentação desperta, sem dúvida, lembranças dolorosas nos entrevistados: “[à]s vezes, eu nem gosto de relembrar; eu nem gosto de falar. Mas é bom, é bom”, confidencia Anísio Francisco da Silva.

Pois, havia muita fome nos engenhos no tempo da ‘morada’. Entre as categorias mais cruelmente atingidas, os velhos que não conseguiam mais manter o rude ritmo do trabalho no eito. Aposentados, embora apenas beneficiados por meio salário mínimo, os

112 Da renda familiar, 80,2% eram gastos com a alimentação; 4,5% com o vestuário; 4,4% com remédios; 4,3% com fumo e bebidas; e 3,2% com artigos de higiene. GONÇALVES, F. A. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”. Op. cit., p. 152. A pesquisa mostrou a pouca disponibilidade de dinheiro para outras coisas que não a alimentação. “Maurice Halbwachs [...] mostrou as incidências antropológicas de consagrar a parte majoritária do orçamento à alimentação: é a participação na vida social que se encontra amputada pela fraqueza das despesas que não têm por fim a reprodução biológica.” CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995, p. 347.

entrevistados são muito sensíveis à recordação da condição dos velhos na época da ‘morada’.

Tinha muitos; passava muita fome. Era muita gente... Quando eu ia pra Cucaú, aqui, acolá uma porteira, que antigamente existia porteira nas estradas, não faltava um penitente pedindo. Era o pessoal velho. Não existia aposentadoria pra ninguém, meu amigo, não. Olhe, quando eles ficavam era pedindo, com um saco nas costas pedir por todo canto. Os que tinha paixão dava; os que não tinha não dava. Quando não era nisso, era na feira pedindo. Pelos pés das pontes pedindo.
Cassiano José de Sena

A famosa “preguiça”, de que certos patrões acusavam tanto seus trabalhadores, encontrava sua explicação na carência alimentar, o “mal de fome”,¹¹³ segundo Josué de Castro, que reinava endêmica na região. Os trabalhadores detectam todos os sintomas da fraqueza física e mental consequente à desnutrição. “Uma coisa, um negócio que o patrão não gostasse; se ele fosse preguiçoso, né? Quem trabalha às vez até com fome, e não é preguiçoso!” Manoel dos Santos da Silva.

Genericamente, os trabalhadores acham que a comida era “muito pouca. A alimentação já era mais ruim”, segundo José Pascoal de Figueiredo. Pois, embora empregados em tempo integral em trabalho pesado, nem suas principais refeições estavam garantidas todos os dias. “Não, a comida toda vida foi... apertada”, testemunha João Francisco dos Santos. Outros trabalhadores que gozavam de um acesso mais regular a víveres, particularmente graças às culturas que praticavam no seu tempo livre, comparam à fome causada pelo desemprego atual, José Felipe Santiago considera: “Alimentação tinha bastante, porque todo mundo só trabalhava pra se manter.”

Homem de muita disposição, [meu pai] educou os filhos tudo pra trabalhar. A gente tinha o nosso roçado, se arrebetava no

113 CASTRO, J. *Geografia da Fome*. Op. cit., p. 179.

roçado e aqueles homens, que era da ticuca, se arrebetavam lá na ticuca pra pagar aquele fôro, ganhar bem pouquinho, Mas tinha uma macaxeira, no outro dia tomava café com a macaxeira pura. Que também um quilo de charque custava 2 mil-réis, mas a gente não chegava, não podia trazer 5 quilos de charque, nem 3, nem 4. Por quê? Cadê o dinheiro? [...] Aí pronto, o sufoco permanecia. *João Oliveira da Silva*

Embora o acesso à terra para plantar fosse valorizado, trabalhadores como José de Souza da Silva não consideram que a situação fosse então melhor, apesar dos recursos da solidariedade entre vizinhos:

E naquele tempo todo mundo plantava. Todo mundo tinha uma plantaçozinha: era macaxeira, roça, batata, essas coisas; e a fome era menos porque todo mundo tinha. [...] Por causa que naquela época, a alimentação pra quem tinha um monte de crianças e quem tinha uma cabra, uma vaquinha, uma coisa, aí que ele, aquela criança, sempre comia um leitezinho. E quem não tinha, prontamente era uma papa d'água. Ou então com uma vizinha dessas, uma coisa e outra, aí alimentava assim. *José de Souza da Silva*

A respeito da fome, como da condição, da luta, ambiguidades surgem, portanto, no depoimento dos trabalhadores, provavelmente devidas à amplitude semântica dos termos, mas também à complexidade da realidade vivida. Obviamente, uma condição social comum traduziu-se em circunstâncias peculiares a cada família e despertou também frustrações, revoltas, aspirações e satisfações cujo elenco é tão vasto quanto o universo humano pesquisado. O leque das tonalidades afetivas e morais atribuídas a experiências de vida homogeneamente cruéis e duras participa, na sua diversidade mesma, do retrato que se tenta aqui compor. Pois, elas são também testemunho, prova – no sentido avançado por Ginzburg¹¹⁴ – da riqueza e

114 GINZBURG, Carlo. *Relações de força. História, retórica, prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

sofisticação da percepção e vivência dos canavieiros enquanto classe. E, portanto, depõem a favor de sua capacidade de historicizar o seu próprio passado. O coro de suas vozes, para retomar a metáfora musical de Andrade, está longe da univocidade. Eles compõem um conjunto, unânime na condenação das condições de vida e de trabalho às quais foram forçados, mas que tem numerosas nuances e fortes contrastes reforçando, pela própria diversidade, a autenticidade de sua mensagem coletiva.

6.2.4 O salário: “Era só pra alimentar o corpo, pra trazer o corpo em pé! Mas que desse pra viver, não dava!”

“O salário não dava” é um *‘leitmotiv’* em todos os depoimentos. Pois, assalariados, eles consideram as outras fontes de alimentos como subsidiárias. Culturas, caça e pesca eram fontes de uma precariedade ainda maior do que o salário por mais minguado que fosse. De fato, indispensáveis, como os próprios entrevistados fazem questão de sublinhar, essas fontes alimentícias eram consideradas adjunções bem-vindas, contribuindo para saciar a família no ritmo habitual de vida – as criações para ocasiões de festa, por exemplo. Eram também complementos indispensáveis, quando se podia distrair seus produtos, em parte, da dieta elementar, para aquisição de objetos de primeira necessidade como o vestuário, ou de urgência como medicamentos (até para reembolsar o que fosse tomado emprestado ao empregador), vendendo um pouco de farinha na feira, um peru a vizinhos. Eram a tábua de salvação para sobreviver estritamente. Pois o salário, também instável, oscilava com a medida das prestações em trabalho.

Dependia do ganho, né? Se desse bom... Na semana que tivesse um trabalho que desse pra donde a gente ganhar, porque também tinha dia que a gente pegava uma conta, tirava. Tinha dia que a gente pegava, não tirava, passava a semana pra

tirar 3, 4 conta. Pronto, aquilo ali... em porta de venda não era pra comer, era só pra alimentar o corpo, pra trazer o corpo em pé! Mas que desse pra viver não dava. *Severina Maria da Silva*

6.2.5 Truques para enganar a fome

As formas de enganar a fome causavam também danos à saúde dos trabalhadores. O uso de álcool, como tão bem o mostrou Francisco Julião,¹¹⁵ e outras drogas, era encorajado pelos patrões que nunca deixavam o barracão desprovido de cachaça, quando faltavam gêneros alimentícios básicos.

Porque eu tomava um cafezinho de manhã fraco. Trabalhava até 11 horas, sem direito a mais nada, somente água e fumar, que eu fumava muito. Pronto, e de tarde ia, às vez, levava um lanche pra comer de 11 horas. Chegava lá, comia aquela farinhazinha seca com aquele peixequinho,¹¹⁶ unha de carne. E pronto, ia trabalhar à tarde. De tarde, quando largava, que chegava em casa, não dava, não tinha tempo mais pra fazer nada no roçado. *Manoel Bernardo Alves*

A própria cana podia prover, em tempo de safra, um paliativo.

115 JULIÃO, F. “Cambão”. Op. cit., p. 60. Ele a menciona como “anestésico”.

116 Pesquisando na região açucareira da Bahia, no início dos anos 1940, Vasconcelos Torres encontrou o mesmo tipo de cardápio: “Não raro, deparamos cortadores de cana visivelmente subalimentados: eles traziam sempre a sua refeição numa lata ou marmita, refeição em 80% dos casos é constituída de nove partes de farinha para uma de carne do Ceará. Os preços dos gêneros de primeira necessidade, na ocasião do inquérito, 1942, estavam subindo sem que os salários acompanhassem essa progressão.” TORRES, V. *Condições de Vida do Trabalhador...* Op. cit., p. 204. Notícia de Catende – sede da usina modelo! – “Para a maioria, para toda a classe pobre [...] a farinha é uma necessidade imprescindível. Necessidade, econômica. Um punhado de farinha pode constituir a refeição de todo um dia. A farinha tem a propriedade de ‘inchar’, de crescer e avolumar-se. (..) E o que o ‘povo’ quer é ‘entupir’ o estômago, encher a barriga, sentir o ventre avolumado. Isto oferece a sugestão de ‘barriga cheia’.” DP, 25.08.1949.

Chupar cana¹¹⁷ é um *engano*,¹¹⁸ um truque para enganar um estômago vazio e uma das maneiras como os trabalhadores famintos são enganados pelos patrões. Normalmente, eles podem chupar cana *à vontade*,¹¹⁹ contanto que não a desperdiçam. Eles devem cortar pequenos pedaços de cana durante as pausas, e não simplesmente cortar uma cana nova a cada vez, chupando o caldo e jogando fora o resto. Mas, os canavieiros sabem que esta “cana de graça” vem com preço alto, e que ela é usada para extrair energia e produtividade de trabalhadores cansados e esfomeados.¹²⁰

Mel de furo em todas as refeições

“Passei muita fome, passei muita necessidade. Eu trabalhava o dia, eu só comia uma vez no dia e muito pouco! Mas a sorte da gente era o mel de furo. Mel de furo, sim, Senhor. Mas eu trabalhava e chegava em casa. Quando chegava em casa, era de noite! A minha ceia era uma garrafa de mel de furo que eu tomava e ia dormir. Aí não amanhecia o dia, não existia café na época, ninguém não podia, né? Aí ia trabalhar, ia trabalhar, amanhecia o dia ia trabalhar. Aí o patrão, às vez, quando era na diária, ainda era bom, porque ele mandava o cocheiro lá levar um bardo de mel desse tamanho, olhe..., água lá pra o serviço; chegava, a gente tomava uma garapa de mel de furo e ia trabalhar. Quando era de 9 pras 10 hora aí chegava aquela coisinha pra gente, eles levava, 10 hora a gente comia; aí descansava um

117 O Prof. Malaquias Batista Filho comenta a este respeito: “[A cana] poderia ter um valor calórico muito grande e provavelmente é. Agora, em algumas áreas têm interdições muito severas contra chupar cana. A cana seria uma fonte calórica interessante. Importante, se chupar uma cana por inteira. Quem consumir 1kg de cana estaria consumindo qualquer coisa como 160 a 200 gramas de açúcar, algo como 800 calorias. Então seria um aporte significativo. Agora tem aquele problema. A cana é a chamada caloria vazia. Praticamente é só caloria, não traz vitaminas, proteínas. Tem um pouco de ferro, mas é paupérrima, paupérrima. Dos outros elementos, a cana tem apenas traços que não são significativos para diversificação da dieta. Praticamente a cana é só combustível.”

118 Em português no texto.

119 Em português no texto.

120 SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit., p. 162.

negócio de 15 minuto. Af ia trabalhar de novo. Quando era de uma hora da tarde, aí ele largava, para fazer um lanche. Qual era o lanche? Uma garrafa de mel de furo também; e assim era todo dia, continuado, todo dia continuado. Todo dia porque o dinheiro era tanto assim.” *José Pereira de Lima*.

6.2.6 Frequência e composição das refeições:

“Papa d’água com farinha”¹²¹

A gente come um dia e jejua no outro.

Deolinda¹²²

Quanto ao poder nutritivo da comida absorvida pelas populações canavieiras, todos os especialistas alertam a respeito do papel da farinha que, como foi visto, “serve como substituto da alimentação, em vez de complemento do prato principal, seu papel normal.”¹²³ Josué de Castro já havia mencionado a falta de proteínas na dieta. “Na Zona da Mata, onde estabeleceu-se a monocultura da cana que teve por consequência o abandono de outras atividades agrícolas, a dieta é pobre, pois o alimento de base é a farinha de mandioca cujo teor em proteínas é extremamente fraco.”¹²⁴ “Papa d’água com farinha;

121 Quanto ao valor nutricional do único alimento que podia ser encontrado/produzido em certa abundância, Malaquias Batista Filho sentencia: “A farinha fundamentalmente é uma fonte de calorías, parecida, mas mais rica do que o açúcar. Um teor de proteína muito baixo possui, quando não muito torrada, um pouco de vitamina C; ela se perde no processo de fabricação, de aquecimento.” Embora ainda possua “vários princípios nutritivos” a mais do que a “caloria vazia” do açúcar.

122 Trabalhadora rural, casada com Pedro Queiroz da Silva, morador da Usina Mussurepe, entrevistada porque deu à luz trigêmeos. DP, 29.06.1946. O jornal concluía pedindo “à LBA ou aos proprietários da Usina Mussurepe uma ajuda mais volumosa e prolongada à pobre mulher”.

123 SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit., p. 162.

124 CASTRO, Josué de. *Géopolitique de la faim*. Paris: Ed. Ouvrières, 1973, p. 76-77.

com farinha é que fazia a papa d'água. Comia muito... Farinha seca com sal." José de Andrade.

Naquela época, às vezes, minha mãe saía, assim, por uns daqueles peixinhos desse tamanhinho, assim. Chegava em casa, botava no fogo, fervia, fazia um escaldado. Dava aos filhos, às vezes, que as condições não dava pra comprar 100 gramas de charque, mode dá de comer. Trabalhava todo dia, a gente trabalhava, mas as condições, às vezes, era tão precária que não dava mode comprar 100 grama de charque mode fazer um almoço pra gente. *Antônio Virgínio da Silva*

Feijão velho e farinha, uma receita para salvar a família da inanição, como conta Anísio Francisco da Silva:

A felicidade da gente foi que o cabra tinha saído da casa deixando um bocado de feijão velho lá e minha mãe apanha aquele feijão, mesmo sem tá maduro, né somente a vagem e cortava como quem cortava cenoura né e botava pra cozinhar pra, às vez, comia com farinha. Não tinha farinha, pedia massa na casa de farinha. A minha mãe fazia farinha secava aquela massa numa telha dessa de casa botava no fogo e secava aquele ali fazia farinha pra comer com mé, esse mé, um mé cabaú. Talvez você não saiba nem que é isso que bota na ração de bicho. Mel de furo é o cabaú que sai da usina né. A gente tomou muita garrafa dele, foi no primeiro ano. Nós tomemos muita garrafa agora pra tomar não por brincadeira não era pra tomar porque comendo macaxeira muitas vezes com bredo, que vende na semana santa aquilo nós comia por obrigação. Era por obrigação. A gente tinha um compadre do meu pai que dizia: "Compadre, outra coisa não. Mas macaxeira não cozinha não." Mas pra não morrer de fome, a gente come. Cozinhasse aquilo amarelo danado, raspava com a colher, e comia.

Nenhuma ajuda patronal, digna de deixar saudades. Até mesmo nas "heranças" circunstanciais entre famílias de moradores, o sítio é fundamental na estratégia complicada e incerta de repor a força

de trabalho, sempre dependente de trabalho suplementar. O grosso da comida, era unanimemente: “Feijão, fava. Farinha. Macaxeira. Batata. Pronto, o que comia, esse era o comer, né?” José Peagentino dos Santos. Quanto às proteínas animais, “era sardinha (um peixe chamado sardinha),¹²⁵ e alguns comprava, de tempos em tempos, comprava uma carnezinha. Agora comprava daquelas carne mais fraca! Daquelas que não tem vitamina, que não tem substância.” Manoel dos Santos da Silva. “Às vez, comprava um peixe mais barato. Já, nesse tempo já vinha aqueles peixe miúdo da praia. Que o quilo de carne era 1.200, mas o quilo de sardinha era 6 tões. Aí ele dividia, né?, o dinheiro pra comprar.” Arlindo Nascimento.

No que diz respeito à quantidade de refeições, os entrevistados que respondem com precisão, tendem a mencionar três:¹²⁶ “Olhe, de manhã, é que nem... era cuscuz, carne, farinha, macaxeira, batata. Ao meio-dia, o feijão com a carne de charque.” José Felipe Santiago.¹²⁷

“O cafézinho de manhã era comer um pedacinho de cuscuz com um cafézinho e ir pra o serviço; e voltava meio-dia, ele voltava pra casa e o almoço dele era feijão, né? Feijão com um pouco de farinha, um pedacinho de peixe, uma coisa pouca.” Manoel dos Santos da Silva. Esse entrevistado quer logo corrigir a falsa impressão que a sua resposta poderia deixar: “três, mas as três no fato só vale por uma, porque só comia um tiquinho das coisa, né? Das coisa fraca, daquelas... carne fraca.” José Pascoal de Figueiredo mostra

125 Socorro Ferraz lembra que esse elemento essencial da dieta, vendido no baração, se apresentava da seguinte forma: “Você tinha uma sardinha podre, de caixa, colada uma na outra.” Ela acrescenta que, como entre os pobres do Recife, tornados famosos por Josué de Castro, o mangue oferecia, nos municípios litorâneos, uma fonte alternativa de proteínas: “Em Camaçari... eles viviam de caranguejos, porque tinha um mangue muito fértil.”

126 Gonçalves confirmou: “97% dos trabalhadores se alimentam três vezes ao dia, muito embora estas refeições deixem muito a desejar quanto à qualidade e à quantidade.” GONÇALVES, F. A. “Condições de Vida do Trabalhador Rural...”. Op. cit., p. 136.

127 Manoel José Alexandre.

a relatividade da contagem: “Até três vezes se arrumasse. É, se o ganho desse pra fazer.”

Como diversos estudos¹²⁸ já o assinalaram, a variedade reduzida dos alimentos, ou melhor, a extrema monotonia desse cardápio imutável era acentuada ainda pela falta de tempero. “A alimentação era o seguinte: uma alimentação que não era boa. Mas, quer dizer, não tinha um gosto gostoso. O tempero não era fácil. Agora era uma alimentação que sustentava a barriga. [O que é que o Sr. comia?] Era batata, macaxeira; inhame quase não se falava nesse tempo. [...] Feijão, nesse tempo, o pessoal plantava muita fava.[E fruta?] Fruta era favorável, fruta era favorável. Jaca, manga, caju, era essas frutas. Laranja quase não se falava. Lá só tinha no sítio do vizinho.” Antônio Maurício Domingo.

Como já o denunciara Josué de Castro, a classe dominante tentou impingir uma autocensura aos habitantes da região, seus empregados, para que desistissem de comer alimentos importantes como frutas. Malaquias Batista Filho confirma a lógica das proibições alimentares:

Eram práticas “evitativas” criadas pelos donos de terras para fazer com que o trabalhador não caísse na tentação de desenvolver outros tipos de culturas que não a cana-de-açúcar. Por exemplo dizia-se que a manga comida com leite era prejudicial à saúde bem como a melancia quente ou com leite, ou a banana. Sempre existia uma relação muito permanente entre fruta e leite dizendo que no dia em que se comesse um não se podia comer a outra. Como isto é sobretudo para consumo de criança, e a família preferia o leite, ficaram praticamente

128 O nutricionista Rui Coutinho: “[A] sua alimentação é muito precária; pela manhã ou ainda de madrugada, tomam café apenas com açúcar bruto ou rapadura; às 9 horas almoçam; um pedaço de carne, às vezes, substituído pelo bacalhau com pirão d’água (feito de farinha de mandioca); alguns, cujas condições pecuniárias permitem, acrescentam um pouco de feijão; à noitinha, repetem essa mesma alimentação.” In: TORRES, V. *Condições de Vida do Trabalhador...* Op. cit., p. 206.

proibidas as outras coisas. Na visão de Josué de Castro eram estratégias culturais, intencionalmente difundidas pelos proprietários para que a terra não fosse cultivada com outros tipos de coisas que não a cana-de-açúcar.¹²⁹

6.2.7 “Arroz, só no tempo de festa”¹³⁰

O levantamento de F. A. Gonçalves e pesquisas posteriores¹³¹ reafirmam a pobreza do cardápio das famílias de moradores, particularmente quanto a proteínas e vitaminas. Comprovam a raridade de itens como os laticínios na dieta de grupos comportando muitas crianças (em média 1,3% para a manteiga, o leite e o queijo no desjejum; mesmas proporções no jantar, a manteiga passando a 1,9%).¹³²

“Alimentação era meia ruim, quando chegava um tempo ruim, no decorrer do inverno, a alimentação era meia ruim. A gente comeu muito feijão puro, porque eu comi, aí depois sai de poço. Comi lá em Aruanda, eu comi até araruta assada, araruta. O bicho que tem chamado araruta, você conhece? Sim, eu comi araruta assada no fogo, pra acabar o resto da conta.” *José Inácio da Silva*

“Agora, nesses tempo, arroz, esse negócio de arroz, macarrão, carne de boi, se comia de 8 em 8 dia, não era hoje, que come todo dia. Se comia de 8 em 8 dia, que comia somente. Comprava no sábado pra o almocinho do domingo; e no resto, durante a semana, era trabalhar e comer o feijão com a farinha e a carne de charque ou... que naquela época, tinha um tal de lombinho. Ou então uma frada, que era aquelas carne de terceira classe. Era que mais o pessoal pobre comprava; era aquilo pra se manter. Bacalhau, naquele tempo, quem comia era os desvalidos, porque era mais barato do que a charque. Quando um vinha com uma banda de bacalhau, todo mundo dizia logo: ‘Aquele vive morrendo de fome, vai levando bacalhau pra comer.’ Hoje em dia não. Hoje em dia é de primeira qualidade.” *José Felipe Santiago*

129 Entrevista com Malaquias Batista Filho.

130 Manoel dos Santos da Silva.

131 DIEESE, *Ração essencial mínima na Zona canavieira de Pernambuco*. São Paulo: DIEESE, 1981. ARAÚJO, E. R. de. *O Trator e o ‘Burro sem Rabo’*. Op. cit.

132 GONÇALVES, F. A. “Condições de Vida do Trabalhador Rural...” Op. cit., p. 138-9.

6.2.8 “Quem não tinha terra passava necessidade”

Lançando mão de uma complexa estratégia para conseguir comida, as famílias de trabalhadores rurais usavam dos diversos talentos, distribuindo as tarefas entre os membros da família, como já fora aludido acima. Eles tentavam aproveitar o melhor possível a terra da qual podiam dispor. A importância concreta dessa atividade para a alimentação já foi muito debatida. Malaquias Batista Filho a considera secundária.¹³³ Outros estudiosos lhe dão mais crédito no abastecimento das próprias famílias produtoras como dos mercados da região. Os entrevistados estabelecem uma distinção entre alguns cujo “sítio era uma terra melhor”, e por isso, segundo José Antônio de Lima, “criavam, viviam mais folgados.” Benedito Rufino da Silva usa a mesma expressão. Manoel dos Santos da Silva concorda: “Aquele que tinha um pedacinho de terra. Porque o que ganhava aquele pedacinho de terra era melhorzinho.” “Se plantasse tinha; se não plantasse não tinha, não”, sentencia João Francisco dos Santos.

Nenhum passado farto e que deixasse saudades da ‘morada’: “É, quem plantasse tinha. É que nem ainda hoje”, resume o entrevistado, ilustrando o paradoxo que num setor secularmente dos mais modernos, a produção de açúcar para mercados longínquos, obrigava sua mão de obra a sobreviver parcamente com uma economia de subsistência, menos farta que aquela das chamadas sociedades

133 “Os que tinham terra eram muito mais aqueles que o patrão ou o administrador, por algum laço particular, por achar que não era rebelde, por ter um grau de parentesco, como por exemplo, o fato de ser compadre, de ser padrinho de um filho, favorecia. Mas essa não era a grande regra. Essa não era a regra. Na região da Mata era muito pouco o que tinha de lavoura chamada de subsistência, ou lavoura branca. Macaxeira, mandioca, milho muito pouco, às vezes, batata doce. Era isso a agricultura que nós chamamos de tempero: o tomate, cebola, agricultura que praticamente não ocupa espaço. Espaço como metade de uma sala dessas. O sítio não representava uma diferença marcante.” Entrevista com Malaquias Batista Filho.

“primitivas”.¹³⁴ Até que, pela própria rapacidade dos empresários do ramo, nem isso lhe era mais permitido, suprimindo finalmente o que, por muito tempo fora considerado como elemento distintivo, opondo conceitualmente a condição do morador ao estatuto de proletário: a produção agrícola em volta da casa e alguns hobbies silvestres, próprios de qualquer população rural. Graças a essa “liberdade” de desmatar, consecutiva aos grandes programas de incentivos ao ramo sucroalcooleiro, dos quais o Proálcool foi um dos mais agressivos – novamente em nome da modernidade... de tendência (ô paradoxo!) ecológica, segundo a propaganda do governo financiador – os canavieiros recebem doravante remuneração apenas monetária, alojados nas periferias urbanas, na mais clara comprovação de sua outrora escondida condição de proletários.

Para o trabalhador do eito, “[e]ra feijão, era cuscuz de milho, macaxeira que tinha no roçado; cará, feijão e milho que ele plantava. No roçado. Aquele que tinha um dinheirinho mais folgado comprava uma carnezinha de boi. Galinha, criava. Tinha muita galinha. Aí comia galinha também.” Seu Odilon logo especifica que para comprar “Era a minoria.” Pois, “o que comia mais era cuscuz, feijão, macaxeira.” “O pobre podia comer nada bom. A comida do pobre era tripa, feto de boi, essa coisa. Era. Hoje é que come outras coisas. Mas antigamente, era feto de boi e essas porcarias.” Miguel José de Oliveira. Arlindo do Nascimento lembra tempos mais fartos, talvez exclusivos dos entrevistados que foram foreiros por um tempo: “O sal, eu conheci primeiro o sal grosso. O sal grosso parece que vinha de uma salina aqui do, dessas praia. [...] Eu conheci, a minha família pegava aquele sal, pisava, era.”

Apesar da pobreza, da falta dos alimentos básicos, certos entrevistados deixam perceber gostos de gourmet, preferências apuradas.

134 Ver os estudos de antropólogos. SAHLINS, M. *Âge de pierre, âge d'abondance*. Op. cit.

A alimentação, é como o ditado: eu vou lhe dizer, prá fazer um molho de coco, um coco era um tostão. Prá fazer um molho de coco, eu me assubi em oito pés de catolé para tirar o coco de catolé, prá quebrar e fazer um molho de coco prá Semana Santa. *Severino Barros Lima*

“Olhe, existia carne boa que hoje não existe, e era mais em regra porque o dinheiro era pouco, né? Olhe, carne de charque, bacalhau, tinha um tal de lombim. O lombim era melhor do que as carne de hoje. Agora essas três... essas quatro classe de carne era mermo que o caba comer manteiga, porque a carne de charque era muito boa. Era de torar um taco assim, quando acabar, puxar a cepa dela assim, olhe, ir até embaixo, muciza que era parecida uma gema de ovo, amarelinha a carne. O lombim era cada um tampo de taco de carne, que era nesse tipo assim, um taco só, você vê um mundo de carne todo mucizo. A sardinha era fina, mas tinha uma parte fina e outra parte mais grossa, mas era boa também. E hoje ninguém não vê nunca carne assim. E quando chega no armazém pra comprar, a metade é péia e gordura. Porque boa eu já comi boa: boa é ser amarelinha que nem uma gema de ovo. Mas ninguém vê mais, da qualidade dela, não. Até a estôpa, vinha na estôpa, até a estôpa, quando tirava a carne, a estôpa chega cheirava a manteiga de boa a carne. [...] Peixe do rio, peixe das outras água; havia cada peixe assado, que era cada um desse tamanho. O caba comia de coco. Em casa, matava uma criação, comia; criava um porco... Aí quando era por São João, ou por festa, ou seja lá por que fosse, pegava, matava o porco. Às vez, quando tinha um vizinho perto, pegava a cabeça do porco, dava ao homem pra ele ir almoçar; o outro pegava, dava um quarto, né? Também quando ele matava fazia do mesmo jeito; bode, do mesmo jeito.” *José Peagentino dos Santos.*

Aqueles trabalhadores que associam a “fartura” da comida ao passado, mencionam o elenco de opções para obter alimentos, nos melhores dos casos. Nem todos conseguiam lançar mão desses meios, não diretamente ligados ao seu ganho. Pois, nisso todos concordam: o salário não dava. Mas, para aqueles que podiam plantar e caçar/pescar, ou mesmo vender um pouco de suas produções domésticas, a situação parecia sustentável, particularmente quando

a comparam com a atual, no meio urbano, sem possibilidade de plantar e mantendo, com sua pequena aposentadoria, um grande número de descendentes. “Fome, tinha nada! Tudo era barato, tudo era barato”, exclama-se José Elias dos Santos. “Não [tinha fome] porque aonde chegasse, tinha serviço pra trabalhar e outra: plantava, e ainda que saísse, não tivesse trabalhando mas tava plantando, ao menos ia se safando.” Inácio Antão Dias.

Alguns lembram de oportunidades.

Tinha muita caça, esse engenho mesmo, logo quando cheguei praqui, era coberto de mata; aqui era um engenho que tinha muito morador, tinha muito sítio por aqui pra onde pendesse por aqui era muito sítio. O senhor de engenho, quando cheguei por aqui, em 50, quando eu entrei nesse engenho, o senhor de engenho plantava aqui, pra 200 toneladas de cana. O resto tudinho era pra camarada plantar. O camarada derrubava mato, capoeira, tudinho, plantava muito. Era muita terra pro camarada plantar, se tivesse disposição. Não tinha limite pra trabalhar não. Era muita carga pra feira. Todo dia de domingo, todo mundo tinha sua carga pra feira: uma, duas cargas. Era de tudo: laranja, banana, farinha, batata, abacaxi, todo mundo tinha muito o que levar. *Manoel José Alexandre*

6.2.9 “Mas também a gente não morria de fome, porque do rio a gente trazia a comida.”¹³⁵

Obviamente, os trabalhadores associam a possibilidade de complementar o parco cardápio com proteínas animais oriundas da caça com a presença de matas. Recurso contra a fome, ela podia adotar também outros contornos. A cobertura silvestre e o que ela significava para os trabalhadores, em termos de relação com a natureza ou melhor de ambiente, é bastante complexa, como Thomas

135 Amaro José de Sena.

Rogers mostrou.¹³⁶ No que diz respeito à alimentação, esta relação podia ser importante. “Tinha muita mata verde. Muita caça, muita árvore. Todos rios, açudes, lagoas que tudo tinha peixe. O alimento, para quem se movia, era mais fácil.” José Antônio de Lima. João Francisco dos Santos lembra as expedições.

Antigamente tinha [caça] porque tinha muita mata, e a gente matava muito tatu, muita paca, porco do mato. Fazia uma espera, matava uma paca. Tinha [peixe] porque a gente, naqueles brejo, a gente ajuntava um camarãozinho, um sarapó, por ali. E a gente botava o balaio dentro e ia comendo.

“Peixe, paca, tamanduá, tatu, porco do mato.” José Honorato dos Santos comenta: “Tinha. Acabou-se. Agora tem em algum canto; aqui em Saué mesmo, tinha muito porco do mato. Muito porco do mato”, usando da repetição como para marcar a saudade. “Com um cachorro, matava um bicho. Se tinha uma espingarda, era um bom atirador, matava uma cutia, matava uma paca. E tudo ia ajudando, né?”, comenta Antônio Ambrósio dos Santos. Cassiano José de Sena lembra outros animais: “tinha macaco, tinha até gato-do-mato. Tinha tudo por aqui. Sim, senhor. Aqui nessa mata, bicho enrolava. Tinha muita caça, era.”

Alguns entrevistados marcam preferências: à pergunta sobre pesca, Cassiano José de Sena responde: “A gente ia pescar, pegava peixe.” E continua evocando as caçadas que fazia na juventude: “O meu irmão sempre caçava muito. É. Matava porco, paca.” Embora apreciasse devidamente o produto da caça, na sua opinião, isso não era determinante para modificar as condições de vida: “Não era mau, não. Não, mas a gente não vivia bem.” Ele repete três vezes a mesma resposta, como para testar sua verossimilhança, sua

136 Ver ROGERS, Thomas D. *The deepest wounds. A Labor and Environmental History of Sugar in Northeast Brazil*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010. Ver particularmente “A Landscape of Captivity”, p. 71 *et ss*.

exatidão, visto que acabou de falar de aparente fartura. Mas, logo a seguir corrige a impressão que poderia ter dado sua relação de caça. Evocara talvez um prazer, uma diversão também, mais do que propriamente uma fonte de alimentos, nessa capacidade apenas ocasional e passageira. “Vivia bem, não senhor. Os ganho não dava.” E ele encadeia sobre a fome nos engenhos, mostrando que uma não eliminava a outra. Amaro Carneiro da Silva evoca também as escapadas com seus irmãos:

Tinha bastante porque ainda o camarada encontrava: era no rio, numa levada, uma coisa assim. Tinha muita mata e cachorro de caça, muito peixe. Meu pai mesmo saía pra feira. Eu mais dois irmãos, que ficavam em casa, pegavam uma rede, ganhava um riacho que tinha. Quando ele chegava, o peixe que a gente trazia dava pra duas vezes sem precisar de bulir na feira que trazia. Às vezes, saía pra mata quando ele chegava, o cachorro encorreuva um tatu, um teijo, uma coisa. A gente ia com ele e tirava 1, 2, 3; era assim. Então não faltava comida; tinha de tudo. *Amaro Carneiro da Silva*

O valor de complemento no abastecimento alimentar da família das atividades como plantar e criar ou pescar e caçar é avaliado de formas muito diversas pelos trabalhadores. Uns atribuem um papel de quase substituto ao produto dessas atividades em relação à comida que o salário podia comprar: “Não morria de fome não. Peixe no rio, era demais, viu”, explica Francisco Zalatiel Ferreira. Outros, como José de Souza da Silva, são menos otimistas. “Criava, pescava, caçava, mas era pouquinho. Às vezes, a família era muito grande em casa também, casa de 10, 15 pessoas pra um pai somente lutar e... o dono da casa lutar. Aí pronto sempre só vinha a inclemência, não vinha nada, nada favorável.”

Obviamente, habilidades peculiares que qualquer uma dessas atividades requeria, bem como as circunstâncias – ter sítio grande ou não, ter acesso a matas e rios povoados ou não – explicam

testemunhos muito diversos, às vezes, opostos. “Muito peixe, e caça nessas mata. Era demais. Peixe nesse... esse riozinho aí, saía pra pegar um almoço de peixe, era no instante. Caça era a disposição do camarada, né? Entrar na mata ou com um cachorro, ou sem cachorro, com que fosse, pegava ligeiro.” Luis Batista do Nascimento.

6.2.10 Pesca e caça como diversão

Entra também na avaliação o gosto pessoal por uma dessas atividades complementares, ou mesmo uma lembrança embelezada pelas aventuras que isso significava para adolescentes e jovens, num mundo singularmente monótono e não estimulante.

Pois, além de sua função alimentar a atividade de pesca e caça tinha também uma dimensão de lazer que Luis Batista do Nascimento confessa: “Duas coisa que eu gosto, toda vida gostei: trabalhar e... (agora tanto na fazenda que nem pra mim), e caçar. Gostei muito da caçada.” Obviamente, só podiam se dedicar a ela nos tempos mortos do trabalho no canavial: “No domingo. Só era no domingo”, precisam Manoel Bernardo Alves e Francisco Zalatiel Ferreira. Manoel João Pereira é mais genérico: “Pescava de anzol, quando tinha tempo.”

Lembranças refletindo gostos pessoais em momentos privilegiados na existência tão dura desses velhos canavieiros, não podem ser erguidas como fator positivo do conjunto de sua condição enquanto classe. A saudade está restrita a um dado campo de atividade: marginal, esportivo. Ela não diz respeito à condição de morador em si. Em contrapartida, ela expressa um mundo natural findo de mata nativa, cuja beleza quase desaparecida toca a sensibilidade de qualquer pessoa que a conheceu e apreciou. A diversidade geográfica entra como fator, na medida em que nem todos podiam gozar do acesso a matas e mangues. “Caça tinha muita.” José Francisco da Silva.

“Tinha muita mata, tinha o rio; era tudo embrejado. Não tinha essa plantação de cana que tem agora. Minha mãe ia mesmo pescar de chegar com um pular bruto assim no rio, que aqueles matos daquela bananeira, cortava e botava dentro do pular, de mandar abaixar o pular para sair a metade do peixe porque era demais para não rasgar o atazer. Caça do mato, do camarada sair de noite e matar 5, 6 tatu, capivara, pata, tudo isso. Tinha muito, porque tinha mata para criar.” *José Amaro dos Santos*

“Aqui naquela época era bom que tinha o mato, tinha um preá, né? Tinha um preá pra ajudar. Tinha peixe, o rio! É, tinha o peixe. Minha mãe, quando se juntava meio-dia mais três filhos, tapava o rio com jereré, aquilo ajudava, né? Pra comer com uma macaxeira. Chega semana até, que nem aconteceu, de nós comer maracujá com mel de furo, na Sexta-feira da Paixão, na casa de meu pai; fui ver um balaio de macaíba, um coco que tem, um tal de macaíba. Fomos ver. Quando chegamos, quebramos, né? Eu fui pedir um jejum mais um irmão meu, deram uma macaxeirinha assim, pronto. Meu pai procurou um tal de... pé de imbú. Fomos pro pé de imbú. Aí pegamos, traçamos com as macaxeirinha na Sexta-feira da Paixão... pra comer com a macaíba na Sexta-feira da Paixão. Pronto, cabacinha, Virge Maria, perdemos até... tudo, perdemos. [Não comeram nada?] Não. Foi jejum mesmo. [Riso] [...] Na Sexta-feira foi no engenho com até um litro de fava. Foi o jejum dele, um litro de fava ao patrão, né? Aí ‘Vamos pra mata buscar coco pra comer com mé de furo.’ E aí vem continuando, vem continuando, vem continuando, vem continuando, vem continuando. Continuou! Ah! Era porque não existia esse negócio de veneno nos rio, não existia. Todo riacho tinha peixe. Podia ser um rio assim, do tamanho que fosse, bem fraquinho, mas ele tinha peixe. Você ia com um jereré, pegava muito peixe. Hoje em dia acabou! Esse negócio das usina acabou com os peixe dos rio. Essa micida¹³⁷ também nos riacho acabou com todo o peixe dos riacho. O pessoal usaram botar mais veneno pra matar peixe, pronto... acabou. Ninguém hoje não solta mais um peixe. Acabaram com as caça do mato, acabaram com tudo, os passarinho. Com esse negócio da micida, acabou com tudo, pronto.” *José Francisco Paiva*

“Caça? Mas minha Nossa Senhora! A gente topava de noite, assim pelo caminho! Tinha muita. [E caçava o quê?] Tatu, paca, cutia, veado. Passarinho no mato tinha demais, era a bambão. O cabra que não queria trabalhar, vivia de caçada, de pescaria. [Tinha muito peixe?] Peixe? Peixe tinha demais. Se topava no caminho aquele tal de Tambotá, parece um acari, ele andava assim pelo caminho. Era muito peixe. O cabra ia pescar, assim, uma horinha, pegava carga de peixe.” *Joaquim Pedro da Silva*

137 Agrotóxico.

“Sempre tinha uma caçazinha, matava algum bichinho. Tinha muita mata. Não faltava bichinhos para matar pelas matas: tatu, paca, tamanduá. Sempre tinha peixe. Este negócio de alimentação era outra coisa. Hoje não tem mais nada. Tá tudo acabado.” *Benedito Rufino da Silva*

Alguns reconhecem o proveito que se podia tirar das matas e dos rios, mas eram vencidos por sentimentos de delicadeza. “Caçava não, mas os outros caçavam. Eu tinha pena de matar os bichinhos.” José Elias dos Santos. Como Generino Luis da Silva, Inácio Antão Dias tinha pena dos bichos, mas não dos peixes: “Nunca eu gostei de caçar pelo mato, não. Porque os bichinhos já se escondem de nós e a gente sair direto pra ir caçar os pobrezinhos, não; deixa eles se alimentar do jeito que querem. Agora, pescar, eu pesquei muito, de tarrafa.” Abílio Luis Ferreira introduz uma questão demográfica: “Porque o povo era pouco pra perseguir o bicho.”

O gosto e o costume de caçar e pescar são avaliados de modos diversos: “Tinha peixe, mas o povo não tinha essa inteligência que nem hoje tem, não de sair pro rio pra pescar, não tinha essa inteligência que hoje o povo tem, não. De espingarda, também todo povo não tinha essa inteligência de caçar não era. Como hoje tem muita gente que gosta de caçar de noite, às vezes vem com 2, 3 tatus pra casa, né. Hoje tudo tá mais diferente.” Eugênio Benvindo M. Freitas.

Mas esse lazer estava sempre à mercê de um chamado patronal que tirava, de uma só vez, o descanso, a diversão e o complemento alimentar do trabalhador: “‘Ó Fulano, domingo eu tem um serviço pra fazer, venha fazer domingo.’ Aí o camarada deixava até de pescar, de pegar um peixinho e ia trabalhar.” Manuel Bernardo Alves. Certos trabalhadores lembram da pesca e da caça como momentos de sociabilidade, quase de cumplicidade com familiares e amigos. No entanto, tais dimensões mais amenas não tinham relação alguma com o patronato.

6.2.11 Caça e pesca como fonte de proteínas

De qualquer modo, os trabalhadores geralmente apreciavam a contribuição ao cardápio que os produtos da caça e da pesca forneciam de vez em quando. Mas não se pode sobreavaliar a importância real que esses complementos episódicos, no melhor dos casos, traziam para a alimentação das famílias. Seu peso maior, sem dúvida, era em termos de proteínas animais, um componente diminuto na dieta normal das populações canavieiras. Como o sublinha Malaquias Batista Filho, esses recursos foram decrescendo rapidamente ao fio dos anos, com a extensão dos canaviais e poluição dos rios, fatos que os trabalhadores lamentam todos.¹³⁸ “Tinha muita mata! Tinha bicho pra os caçador matar.” Severina Maria da Silva.

Obviamente a caça era limitada àquelas áreas beneficiadas pela presença de matas vastas o bastante para manter uma fauna selvagem em quantidade suficiente para ser desfalcada. “Não, caçava nessa parte não, senhor”, conta Manoel Bernardo Alves que mora em Paudalho. “O povo só vive pescando peixe por aí”, responde José João da Silva. Perguntado sobre como era antigamente, o entrevistado replica: “Pescaria é a mesma coisa, né? O caba gosta de pescar. Naquele tempo, era a mesma coisa de agora. Aquele pescador nunca deixa de pescar.”

Outra função da mata, que os defensores da ‘morada’ mencionam como testemunho da generosidade do patronato, era o acesso a madeiras extraídas, com permissão, para construir casas de taipa e lenha caída, apanhada para o fogão doméstico. Eram também

¹³⁸ “A caça não tem importância, talvez a pesca tivesse um pouco. A caça não, porque na zona canavieira, a mata é escassa demais. A própria pesca ficou muito limitada, depois que os rios da Zona da Mata foram poluídos pelos próprios resíduos da cana-de-açúcar: o vinhoto. Diminuiu. Por exemplo um alimento riquíssimo, alimento nobre que está caminhando para a extinção era o pitu. O pitu era de rios. O rio Una era muito rico em pitu, que é uma espécie de camarão grande, bem maior do que o camarão. É muito gostoso, e que era muito abundante há cinquenta, sessenta anos passados. Hoje, praticamente não existe.” Entrevista com Malaquias Batista Filho.

indispensáveis para a atividade coletiva de fazer farinha. “Tinha mata! Muita mata. Tirava lenha para fazer farinha, queimar em casa. Podendo fazer farinha, fazia.” José Batista do Nascimento.

6.2.12 Proibições

No entanto, o acesso às matas e até mesmo aos rios para abastecimento das famílias não era tão generoso quanto é apresentado (ou melhor, muitas vezes apenas sugerido, mas fortemente, como uma evidência). Existiam também limitações, tanto proibições impostas (potencial – como ameaça – ou efetivamente) quanto outras interdições na vida dos trabalhadores rurais e de suas famílias. “Dava fim ao trabalhador e não era pra ninguém dizer nada. Eu lembro que lá, encostado, tem o engenho Bonito, que fica no município de Condado. Ave Maria, tratar de ir lá no rio, pegar um peixe. Lá, era muito proibido pegar um tatu, cavar um buraco para tirar um tatu, então isso era proibido”, lembra Antônio Maurício Domingo, acrescentando que não era o IBAMA: “Não, era o patrão. Na época, ninguém ouvia falar em IBAMA.”¹³⁹

“Nas matas de Goiana já não se pode tirar as imbiras, pois até caniço para pescar, é proibido. Proibido também caçar veados, pacas e rolinhas. Proibido até de pescar mangues, apanhar caranguejo, buscar na água aquilo que não se pode tirar na terra.”¹³⁹

A este respeito, os trabalhadores que gozavam de permissão para caçar e pescar sentem o arrocho da supressão, de fato, deste recurso no elenco das estratégias de sobrevivência. A primeira é a proibição pura e simples, o controle sobre áreas cada vez mais estreitas de vida selvagem, frente ao avanço dos canaviais. “Tinha pesca, tinha. Tinha

139 “Capangas da Usina N.S. das Maravilhas espancam um ancião.” *Folha do Povo*. Recife, 24.07.1949. SSP 7956.

pesca, tinha caça. E hoje não quer que pesque, não quer que cace.” Antônio Santana da Silva. As proibições são implementadas: “Apois lá tem muita, mas ninguém mata, o vigia é lá com uma doze! Vai lá pra ver o que é que ele faz! Hoje tá empatado, não pode. Não pode mais caçar, mais nada.” Antônio Joaquim dos Santos. José Felipe concorda: “Hoje em dia, cada lugar desse tem um dono, e o camarada não entra lá.”

O outro fator, talvez de porte maior ainda que as proibições explícitas por parte dos proprietários, consistiu no avanço dos canaviais derrubando a floresta que permanecia em terrenos altos. Além disso, produtos químicos despejados por aviões¹⁴⁰ ou jogados nos rios pelas indústrias poluíram completamente o ambiente em que essa vida selvagem se desenvolvia, matando a maior parte das espécies que os trabalhadores rurais costumavam capturar.

A mata é devorada pra plantar cana, até algum bichinho ali que tinha nas mata de se caçar, tá desaparecendo. Desapareceu, vamos dizer, que da fruteira eu estou dizendo 70%, e da caça diminuiu 90%, que eu mermo caçava. Teju, não sei se senhora conhece, tatu, vamos dizer, paca, cutia, né? Tudo isso... E na espingarda, lambu, tudo isso a gente levava. Aí hoje diminuiu isso. Que nem eu saía pra caçar à noite, às vez eu chegava com 5, 6 tatu. Hoje ninguém não vê nem o roteirinho deles pelo pasto, acaba aquele pastinho dele. *Pedro Porfírio Domingo*

Anísio Francisco da Silva lamenta a poluição do ambiente: “Ai foi acabando esse negócio. Danaram a soltar calda no rio né, foi acabando com as matas e ficou mais difícil.”

6.2.13 O barracão

O abastecimento no barracão era limitado aos produtos que o barraqueiro queria oferecer pelo preço que ele estipulava. Assim, faltavam

140 Particularmente os herbicidas – chamados por certos entrevistados de “micidas” – que dispensam as limpas da cana, mas afetam também as culturas alimentares.

produtos, vendia-se peixe pelo preço da carne etc... As consequências da má alimentação são logo assinaladas. Maus anos não eram apenas de má colheita, mas os de “muitas” mortes. Sem nenhuma benfeitoria intervenção do empregador, nem para corrigir os efeitos do mau tempo, tampouco garantir um abastecimento adequado, a preços acessíveis; afinal, o barraqueiro era seu homem de confiança.¹⁴¹ “Teve um ano que faltou carne. O bodegueiro, pra vender um quilo de carne, aí comprava um fardo de carne e um fardo de peixe, aí vendia meio quilo de carne e meio quilo de peixe do mesmo preço da carne, toda vida houve sabedoria, né?” José Peagentino dos Santos.

Especulação e monopólio influíam sobre o abastecimento do barracão. Em local privado, o engenho, ele estava fora do controle das autoridades públicas (aliás, desinteressadas no assunto); tampouco se exercia a benevolência do proprietário da plantação em relação aos trabalhadores rurais, mas sim a dura lei do lucro numa situação de penúria aguda,¹⁴² com consequências trágicas para a saúde das populações. O trabalhador não tem nenhuma dúvida a respeito:

Não havia um quilo de carne pra achar um dia, o caba chegava nos armazém: “Não tem! Hoje não tem!” Às vez, até com as carne escondida. Sim, aí... pra dar preço. Aí, só sei que ele mandava toda semana um fardo de carne pra vender aos trabalhador dele, mas os de lá vendia assim, né? Porque era o engenho... era do engenho, e o homem mandava pra vender aos

141 À honra da categoria profissional, é preciso dizer que, embora muitas vezes os barraqueiros fizessem ofício de preposto do empregador, exceções participaram da luta dos trabalhadores rurais. Assim, surgem nos arquivos de polícia o problema da expulsão do barraqueiro do engenho C. por ser um dirigente da L.C. Relatório policial. Investidores 320 e 239, datado de 13.06.1960. SSP 8086. Doc. 01.

142 Contrariamente ao que José Lins do Rego descreveu repetidamente em seus romances, em caso de calamidade natural, não se tem depoimento de imediata e caridosa intervenção dos plantadores, ou mesmo das autoridades públicas para acudir os flagelados. Ver, por exemplo, o Relatório da Delegacia Auxiliar, do 25.09.1961, mencionando a falta de socorros na ocasião de uma grande enchente na Mata Sul, derrubando 435 casas. SSP 7595.

trabalhadores mesmo, né? Agora os de fora ia comprar na rua, e: “Não tem. Tem aqui esse taquinho de carne. Eu só vendo se for meio quilo de carne e meio quilo de peixe.” Onde tem a caixa d’água, ali, tinha uma venda que era de Manuel Saturnino, que ele foi bodegueiro daí de Bituma, depois ele veio pra ali; eu mesmo ouvi ele dizer: “Eu ganhei dinheiro em carne quando faltou carne.” Eu mesmo vi ele dizer, e por quê? Porque ele vendia meio quilo de carne e meio quilo de peixe, né? Do preço da carne. Nesse ano mesmo, era morrer gente em cambito, porque muita mulher de resguardo não tinha o que comer, comia peixe, a carne vinha misturada com o peixe, o peixe com a carne. Aí ofendia a mulher. Aí nesse mesmo ano morreu... foi, não foi, morria uma mulher. *José Peagentino dos Santos*

Relatórios de polícia, provocados por pedido oficial ou mesmo encomendados (como ‘bico’) pelos empregadores testemunhavam a favor do que os trabalhadores denunciavam, tanto a respeito da má qualidade, da falta de diversidade dos produtos à venda,¹⁴³ quanto dos preços exorbitantes. Além disso, os abusos cometidos na contabilidade eram tão habituais que viraram ditado. O Professor Malaquias Batista Filho chama a atenção para a agudização sazonal do fato:

O barracão era o local em que o trabalhador – ainda continua – se abastecia, creditava para ele, anotava-se para ele o que ele devia e quase sempre isto criava um outro tipo de dependência. Porque no período de entressafra, quando não tem mercado de trabalho, ele passaria a ser servido por este tipo de barracão e quando entrava o momento da produção, que ele ia trabalhar, ele ia pagar o que tinha consumido anteriormente.

143 “Fundamentalmente, a comida do barracão é café, açúcar, farinha de mandioca, feijão e a carne seca. Estes eram os principais itens. Para ser sincero, não posso testemunhar a qualidade, mas devia ser de baixa qualidade porque esta é a tradição de quem abastece o homem do campo. Eles sempre preferem os baixos custos por conta da situação de pobreza. Não tinha nem vigilância sanitária, nem vigilância fiscal”. Entrevista com Malaquias Batista Filho.

Relatório dirigido ao usineiro J. M., em 12.01.1960

“Fui informado que o referido A. tem como principal objetivo o interesse do seu barracão, tanto assim que quando fornecedores não lhes dão preferência às compras caseiras para eles próprios e dos seus trabalhadores, são prejudicados por desvalorizações nas suas entregas, bem assim os trabalhadores diaristas ou tarefeiros que não lhe dão preferência, são igualmente prejudicados, ficando marcados – frase do informante – sofrendo às vezes até suspensões injustas, até que resolvam aderir; que quando qualquer pessoa não se conforma com a conta apresentada, cai na sua ira, passando a ser igualmente visado; que de certa feita, o mesmo Antônio recorreu ao comissário local pra efetuar a prisão de um trabalhador que não se conformou com uma conta apresentada contra o mesmo, no barracão, no valor de c\$ 350,00, e que posteriormente ficou provado ser ilegal.”¹⁴⁴

Interrogatório do indiciado S.J.S. (31 anos) 01.01.1960, Ribeirão

“Respondeu que motivado por maus tratos que lhe foram dispensados pelo barraqueiro do Engenho no trabalho e que por diversas vezes negou vender mercadorias para sua alimentação e da sua companheira N.M.C., e também por esta se encontrar em estado interessante, ter falado ainda ao Administrador do Engenho que lhe adiantasse algum dinheiro a fim de comprar enxovais para o seu filho nascituro, e ele lhe responder que filho de pobre se embrulha com estopa, certa noite tocou fogo em um canavial cujos trabalhos de extinção foi logo dominado pelos seus companheiros inclusive ele depoente; que continuando no mesmo estado de coisas e com as situação de fome por que passava no barracão quando pedia duzentos gramas de xarque só lhe forneciam 100 gr., não tendo outro recurso resolveu ainda no dia primeiro de janeiro corrente ano tocar fogo no mesmo canavial, já em outro local, porque a cana queimada lhe dava maior rendimento no corte, porque estavam livre das palhas e esta importância que recebia a mais pelo corte das canas era uma reserva que estava fazendo destinada a compra dos enxovais para o filho; quanto ao seu companheiro P.Á., teve ocasião de ouvir este lhe dizer que estava ruim de vida e tinha necessidade de conseguir dinheiro para comprar enxovais para um filho que estava prestes a vir a luz, possivelmente neste mês.”¹⁴⁵

¹⁴⁴ Os autores são dois investigadores (cujos nomes já aparecem em outros inquéritos da SSP, embora o presente documento esteja em papel livre, sem menção de qualquer autoridade pública). SSP 19.177. Doc. 4-6.

¹⁴⁵ SSP 19.177. Doc. 22-23. O trabalhador prestou outro depoimento em Recife, em que colocou ênfase no sistema de pagamento. Ver SSP 19.177. Doc. 24.

Comparando com os preços que são vigentes nos mercados das cidades onde vivem atualmente, podem avaliar que “Era porque era tudo barato, né?”. Joaquim Pedro da Silva continua lembrando os produtos vendidos por aqueles que tinham sítios e dispunham de excedentes. “Do sítio, comprava barato... aí do que ganhava, dava pra comprar de tudo.” Como foi visto, o Prof. Mintz estudou, no Caribe, essa tradição da brecha camponesa.¹⁴⁶ A capacidade produtiva dos trabalhadores rurais de plantação, mesmo em estado de sujeição e exploração extrema, abastecia suas famílias e os mercados regionais em bens de primeira necessidade. Isto é, não eram apenas culturas de subsistência, embora isso possa ter sido a intenção inicial.

6.3 Saúde

Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a conta menor
que tiraste em vida
É de bom tamanho,
nem largo, nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio.
Não é cova grande,
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida. [...]
É uma cova grande
para tua carne pouca
mas a terra dada
não se abre a boca.
João Cabral de Melo Neto,
Morte e Vida Severina

¹⁴⁶ Ver 5.6.2. Relações de trabalho e açúcar na obra de Sidney Mintz. Brecha camponesa, protocampesinato, assim como 7.3. A brecha camponesa.

Um dos pontos fortes da ‘morada’, aspecto privilegiado da suposta relação estreita e pessoal entre plantador e trabalhador rural, seria o socorro prestado pelo patrão nos momentos em que a saúde do próprio trabalhador ou de alguém de sua família estaria seriamente em jogo. Pois, falar de saúde no mundo dos cortadores de cana reduzia-se a tentar escapar da morte.

Os casos mais próximos da ‘*image d’Épinal*’ mostrando a bondade do senhor de engenho, e tipicamente, da senhora, seriam os de uma criança doente, uma parturiente, um pai acidentado. O proprietário ou, no caso da “moderna” usina, o dispensário teriam, por sua vez, um papel decisivo no desenlace positivo do incidente.

Como foi visto acima, a situação dos trabalhadores rurais entrevistados não refletia, na sua própria opinião, essa visão oficial. Suas lembranças são apoiadas por inúmeros testemunhos de jornalistas e profissionais de saúde, unânimes quanto às más condições de saúde das populações canavieiras. Assim, Antonio Callado encontrou horrorizado, no início dos anos 1960, os membros de uma família “atacados de bexigas há um mês [...] a uns 56 quilômetros de Recife”, num engenho onde conviviam 500 pessoas, “nenhuma vacinada”.¹⁴⁷ Endemias debilitantes como diversas parasitoses afetavam a população rural sobremaneira.¹⁴⁸

Entretanto, do trabalhador do campo ao pessoal do escritório, todos são unânimes em dizer que v.s. é ingrato com os

¹⁴⁷ CALLADO, A. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 68-69.

¹⁴⁸ Dr. Lauro Guedes Pereira, do Serviço de Assistência médico-social do IAA, escreveu sobre o projeto de instalação de dois hospitais rurais e cinco centros de saúde (Moreno, Carpina, Aliança, Palmares e Barreiros) dedicados à assistência social aos canavieiros. Tratava também de convênios previstos com o Serviço de Endemias Rurais; controle de “esquistossomose, bôba, verminose e outras endemias.” Prevvia-se um amplo trabalho de educação do trabalhador rural. “Dois hospitais rurais vão ser instalados na zona canavieira”. *DP*, 26.01.1958.

trabalhadores, limitando-se a pagar apenas o salário devido, não dando a assistência necessária.¹⁴⁹

A população da Zona da Mata, pelos estudos feitos naquela época, tinham um acentuado déficit calórico. [...] Um déficit energético muito acentuado, com déficit de vitamina B2, B1 que não era tão acentuado, e muito grande de vitamina A. [...] Nós temos presumivelmente qualquer coisa como 30 a 50% de anemia em populações adultas, principalmente em mulheres nessa área e a anemia reduz muito a capacidade de trabalho. Reduz também a resistência aos processos infecciosos. Reduz ainda a capacidade de fixar, de memorizar.¹⁵⁰

Todos os diagnósticos efetuados, superficial ou cientificamente sobre a região apontam para a extrema gravidade da situação de saúde das populações trabalhadoras¹⁵¹ revelada por indicadores simples como o nanismo;¹⁵² doenças oriundas de deficiências alimentícias agudas;¹⁵³ mortalidade infantil atingindo números comparáveis

149 Relatório sobre entrevistas com trabalhadores do campo, da indústria e do escritório a J.M., usineiro conhecido, feito por dois investigadores da SSP, em 12.01.1960. SSP 19.177. Doc.4-6. (Embora os nomes dos investigadores apareçam em outras pastas da SSP, nesse caso, não há papel timbrado nem menção de qualquer autoridade pública).

150 Entrevista com Malaquias Batista Filho. Além de participar por décadas de pesquisas na área de nutrição, o entrevistado tem também relações familiares com o assunto: “Meu avô trabalhou em cana-de-açúcar como cortador de cana, como operário; ele trabalhava de dia no corte e a noite ele trabalhava – ele era muito trabalhador – na usina. Mas ele vinha do Sertão e vinha como cassaco.”

151 Josué de Castro mencionou as “manifestações específicas de fome, que são doenças típicas de carência, os estados lavrados, discretos, dissimulados de fome, e todas as suas consequências sobre a saúde física e mental dessas populações”. CASTRO, J. de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 54.

152 Ver o estudo do médico ZISMAN, M. *Nordeste Pigmeu*. Op. cit. Malaquias Batista Filho complementa: “O nanismo nosso é fundamentalmente uma patologia de zona rural embora frequente também na zona urbana. Mas nós temos mais nanismo no espaço rural do que na zona urbana.”

153 “Alguns estudos anteriores, por exemplo o problema da cegueira em trabalhadores da cana-de-açúcar no Rio de Janeiro. Um médico Gama Lobo,

aos de tempo de crise em outras zonas;¹⁵⁴ esperança de vida extremamente curta. A causa fundamental de tal situação – fácil de evidenciar, se comparada ao próximo Sertão – era a má nutrição (ou “desnutrição”).¹⁵⁵ A falta de alimentação quantitativamente falando, sua má qualidade e pouca variedade, acima expostas, causavam deficiências agudas na composição nutricional, agravando o descompasso com um trabalho comportando grande esforço físico em condições climáticas penosas. Essa conjunção resultava no enfraquecimento permanente dos organismos humanos.¹⁵⁶ Anemia grave, avitaminoses A e C contribuía para marcar as populações canavieiras de forma tão óbvia quanto a redução na estatura, numa região com “o maior número de desnutridos em situação moderada e grave.”¹⁵⁷

O [nanismo] da Zona da Mata é nutricional por falta de proteínas, de minerais, de vitamina D e de material para a formação de hormônios que participam do desenvolvimento e do

oftalmologista que descreveu no século passado uma doença chamada oftalmia brasileira porque aparecia no Brasil sobretudo em escravos e era típica de alimentação muito pobre em alimentos animais, frutos e verduras que era o caso da alimentação dos escravos. Ele chamou esta doença de oftalmia brasileira imaginando que se trataria de uma doença típica do Brasil, descreveu numa revista alemã e depois percebeu-se pelas descrições que era uma falta de vitamina A.” Entrevista com Malaquias Batista Filho.

- 154 Uma reportagem em Paudalho avalia: “Mais da metade das crianças pobres nascidas neste município morre antes de completar um ano. E é tão grande a pobreza das mães que algumas têm de lavar o filho recém-nascido em vasilhas quebradas de barro, infectando a criança por não poderem sequer possuir uma bacia. [...] O tratamento pré-natal é ignorado.” DP, 09.02.1946.
- 155 Ver a respeito do processo de nanificação, os estudos de Nelson Chaves, bem como de Malaquias Batista Filho. *Nutrição, Alimentação e Agricultura no Nordeste brasileiro*. Op. cit.
- 156 Eloine N. de Alencar enfatiza as consequências desta alimentação insuficiente e inadequada (farinha e peixe seco) causadora de crises de hipoglicemia conduzindo a “agonia, desmaios ou facilitando a ocorrência de acidentes.” ALENCAR, Eloine Nascimento de. *Trabalho e saúde do canavieiro*. João Pessoa, UFPB, Mesclado em enfermagem em Saúde Pública, 1993, p. 135.
- 157 Edgar Alves Gutierrez do Instituto Nacional de Nutrição. JC, 05.10.1988.

crescimento. É a consequência da fome endêmica progressiva, elaborada e mantida pelo homem. É a fome decorrente do desequilíbrio econômico e social do complexo da pobreza.¹⁵⁸

Más condições de vida, ausência de saneamento básico, sistema de saúde quase inexistente¹⁵⁹ redundavam na falta de resistência desses organismos debilitados que sucumbiam a doenças de prevenção fácil e efeitos limitados em pessoas bem alimentadas e tendo acesso à assistência médica adequada. “O sarampo, doença benigna nos bem-nutridos, assume proporções graves entre os malnutridos, sendo responsável por uma elevada incidência de morte.”¹⁶⁰ Antônio Maurício Domingo testemunha: “Nas épocas passadas, eu acho que morria mais gente.[...] Meu pai mesmo morreu de uma tal de bexiga. Bexiga, hoje que nós conhece, ninguém morre mais de bexiga. Minha madrinha morreu de sarampo. Não se morre mais.”

Autoridades reconheciam a gravidade da situação: “O homem do campo verminótico e endêmico é um trapo humano que se arrasta na paisagem desolada, enche as ‘estradas da fome e da morte’.”¹⁶¹ Uma das principais preocupações, evocadas abertamente na imprensa a respeito da situação penosa das populações rurais, era o êxodo rural.

158 Na mesma obra, são lembradas outras graves doenças consequências da fome: Kwashiorkor, marasmo e cegueira por avitaminose A. CHAVES, Nelson. “Alimentação na zona da mata”. In: *Antropologia do Açúcar*. Recife: IAA/Museu do Açúcar, 1972, p. 101-111

159 A primeira tentativa das autoridades estaduais de servir as populações com uma assistência médica é muito recente, relata Malaquias Batista Filho: “Foi nos anos 60 e até algum tempo depois por conta de um serviço de saúde que teve no Estado, muito singular no Brasil que era a Fundação SESP. Fundação Serviço Especial de Saúde Pública que hoje é a Fundação Nacional de Saúde. Este serviço foi criado durante a guerra.”

160 Nelson Chaves cita, por exemplo, a diarreia infecciosa e parasitária, as infecções do aparelho respiratório. “Alimentação na zona da mata”. Op. cit., p. 107.

161 “O eixo São Paulo-Minas ronda o Instituto do Açúcar”. *Diário da Noite* 16.01.1956.

A precariedade da assistência médica era reconhecida: “Há absoluta falta de médicos nas zonas rurais.”¹⁶² Medeiros Dantas, Presidente da Sociedade de Hansenologia de Pernambuco, avaliava que num Nordeste de 20 milhões de habitantes viviam “70% nas zonas rurais, destes 9% em terras alheias, o que agrava consideravelmente o seu nível de vida porque o que produzem mal chega para a alimentação”.¹⁶³ Constatação já efetuada por Torres Vasconcelos nos anos 1940, lamentando que em muitos lugares, “o trabalhador é ignorado como expressão homem, para só ser visto como um fator de produção.”¹⁶⁴

Além da falta de alimentação correta, que os empregadores não faziam esforço algum para corrigir e tornar o mínimo vital acessível a seus empregados, outro aspecto a sublinhar era sua responsabilidade ativa em criar ambientes prejudiciais à saúde. Para citar apenas um exemplo, as caldas das usinas envenenavam os rios,¹⁶⁵ aniquilando peixes e crustáceos e favorecendo a proliferação do caramujo vetor da esquistossomose: “o mais grave problema de saúde pública do litoral-mata, ainda sob os estímulos dos resíduos lançados nos rios. A infestação adquire índices alarmantes, pois diversas comunidades são coagidas a utilizar os cursos de imundície pela falta de outra fonte nos locais onde vivem.”¹⁶⁶ As mais altas autoridades médicas, como o Prof. Orlando Parahym, alertavam: “O derrame das caldas das usinas nos rios da zona canavieira favorece a multiplicação dos transmissores da doença”, daí o aproveitamento das caldas ser necessário por mais este motivo. “[T]emos que considerar a devastação tremenda operada pelo parasito no organismo afetado,

162 TORRES, V. *Condições de Vida do Trabalhador...* Op. cit., p. 260.

163 “O Nordeste possui um médico para cada 4.000 pessoas”. DP, 29.12.1962, p. 3.

164 TORRES, V. *Condições de Vida do Trabalhador...* Op. cit., p. 260.

165 “A esquistossomose e as caldas”. CARLI, Gileno De. DP, 15.01.1956. Ver o estudo MELO, Maiara Gabrielle de Souza. *Gestão ambiental no setor sucroalcooleiro de Pernambuco: entre a inesgotabilidade dos recursos naturais e os mecanismos de regulação*. Recife : EDUFPE, 2011.

166 “Saúde e Lei”. DP, 29.10.1963, p. 4. Editorial sobre a questão ambiental.

comprometendo profundamente órgãos e funções vitais, de modo a incompatibilizar o indivíduo com o trabalho produtivo e acarretando-lhe a morte prematura.”¹⁶⁷

Os problemas de saúde eram numerosos. Em pesquisa mais recente, a grande maioria dos trabalhadores se queixaram de algum tipo de fraqueza ou dor.¹⁶⁸ Mas a epidemiologia e, de forma geral, os estudos a respeito da condição física das populações canavieiras – unanimemente avaliada como má – não suscitaram o interesse ativo das autoridades sanitárias. Nem para investigações detalhadas; muito menos para medidas corretivas.

Da época da ‘morada’, os trabalhadores lembram sobretudo dos problemas de saúde mais graves com perigo de morte. Eles não adotam um ponto de vista simplista ou lamuriento. Ao contrário, tecem considerações mais gerais sobre o estado de saúde na época: “Era umas pessoas saudáveis; mas às vezes, tinha uma doença. Pra vista de hoje, as pessoas eram mais saudáveis. Eu penso que as comidas eram fortes, eram grosseiras, eram mais saudáveis”, deduz Manoel José Alexandre.¹⁶⁹ José João da Silva concorda. José Batista do Nascimento não deixa esquecer: “Morria criança, homem e velho. Às vezes morria até de fome que não tinha a resistência, a alimentação.”

Obviamente, as opiniões entre os entrevistados variam em função de sua experiência pessoal ou familiar, bem como dos pontos de comparação que têm em mente, quanto aos tipos de doença que mais os afetavam. “Havia muita gente doente. Havia”, afirma José Honorato dos Santos. João Francisco dos Santos detalha: “É, a maleita matava demais. Tinha muita maleita, muito verme. Era. E o verme ainda hoje tem, a maleita é que tá mais escasseado. Mas o verme ainda hoje tem.” Mesma avaliação de José Felipe Santiago

167 “Esquistossomose será tema de simpósio nacional: caldas”, *DP*, 22.11.1963.

168 ARAÚJO, E. R. de. *O Trator e o ‘Burro sem Rabo’*. Op. cit., p. 248.

169 Amaro Rosendo Fagundes, José Amaro dos Santos e Amaro José de Sena concordam.

que menciona também “sarampo; bexiga; e tinha muito, sempre. Sempre, todo ano vinha essa peste de bexiga, sarampo, essa Fulano de Tal, maleita, que eu mermo tive 11 anos, quase que... Onze anos sem parar, passou...”

O quanto uma situação tão desumana suscitava de revolta quando comparada àquela dos empregadores e de suas famílias transparece na exclamação de uma trabalhadora rural, na ocasião da marcha de camponeses e estudantes em memória de Jeremias,¹⁷⁰ até seu túmulo em Itambé. Ela queria que os manifestantes impedissem a passagem de um carro levando os filhos do proprietário:

Eu tenho cinco filhos. Tão lá doentes, tudinho. Eu vou pedir ajuda ao dono do engenho, pedir um remédio, tudinho. Ele diz: “Quem mandou você parir?” Agora, meu filho pode morrer. O dele, quando tá doente, pega um carro e vai prá o hospital.¹⁷¹

6.3.1 Acidentes de trabalho: “Se fosse pela usina, já tinha morrido!”

“Vocês, gringos”, um camponês salvadorenho disse para um visitante norte-americano, “estão sempre preocupados com a violência por armas de fogo e facões. Mas há um outro tipo de violência que vocês deveriam também notar.

Costumava trabalhar numa fazenda. Meu trabalho era tomar conta dos cachorros do dono. Dava a eles carne, panelas de leite, uma comida que eu não tinha condições de dar a minha própria família. Quando os cachorros estavam doentes, eu os levava para o veterinário. Quando meus filhos estavam doentes, o dono me dava sua simpatia, mas nenhum remédio enquanto morriam.”¹⁷²

170 Ver GALLINDO, José Felipe Rangel. *O trotskismo no campo em Pernambuco : o Jeremias das caminhadas*. Recife: PPGH UFPE, 2010.

171 ABREU E LIMA. M. S. de. *Revisitando o campo*. Op. cit., p. 71.

172 CHOMSKY, Noam. *Turning the Tide: United States Intervention in Central America and the Struggle for Peace*. Boston: South End, 1985, p. 6. *Apud* SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit., p. 230.

Os acidentes de trabalho eram corriqueiros,¹⁷³ pelo uso de foices, facões e outros instrumentos. As consequências agravavam-se de pressa com a ocorrência de sangramentos. Nessas circunstâncias, a rapidez de uma intervenção médica competente fazia a diferença, eventualmente, entre a vida e a morte do trabalhador. Mas instalações adequadas faltavam em toda a região.

Os entrevistados parecem avaliar que havia menos acidentes de trabalho do que hoje em dia. Uma das razões possíveis é que eles associam “acidente” ao trânsito,¹⁷⁴ acostumados que se tornaram a deslocamentos em caminhões não apropriados ao transporte de pessoas que causam verdadeiras tragédias nas estradas da região: “Era muito menos”, diz Joaquim Pedro da Silva. “Sempre tinha acidentes de trabalho, mais menos”, concorda Benedito Rufino da Silva. “Acidente... O movimento era pouco, de carro. Tinha mais acidente de foice que toda vida o cabra cortando cana se cortou, né?” resume Antônio Santana da Silva. Outra razão invocada para explicar essa diferença é a pressa atual em produzir mais,¹⁷⁵ como avalia Antônio Virgínio da Silva.

Acidente, acidente naquela época era muito pouco. Hoje em dia é uma doídice tão triste no mundo, pra trabalhar, que às

173 “No engenho Bela Vista, em Moreno, o trabalhador rural José Joaquim Ferreira, teve sua mão esmagada pela moenda o que o deixou em estado grave”. DP, 16.11.1947.

174 Embora se tenha notícia também de acidentes com carros de boi. Na Usina Petribu, Samuel Pessoa, de 17 anos, foi esmagado por uma “carroça com cana”. DP, 14.01.1961. Encontram-se também relatos de acidentes com veículos a motor nos anos 60. Assim um trabalhador da Usina Manassu (Jaboatão) foi morto, “naquele parque industrial [...] atropelado por um caminhão não identificado!” DP, 20.04.1961. Outro caso em Maraial, ver DP, 12.11.1961.

175 Especialistas responsabilizam o uso do facão, ao qual os trabalhadores foram obrigados para garantir, por um corte mais baixo na touceira, maior grau de sacarose (componente do preço) na cana. A forma do facão é perigosa pelo tamanho e a ponta final que se prende com facilidade em folhas ou outras canas no amplo movimento requerido para o corte, desviando o gesto e causando ferimentos graves nos membros inferiores.

vezes as pessoa se acidenta... quase que por gosto. Porque hoje em dia, o comboio de doido, às vezes com uma foice, com um facão, com uma estroenga. Fica tudo doido pra pegar no eito de cana pra fazer dois, três eito de cana pra trabalhar, fica tudo doido que às vezes se corta, se manca por ele mesmo. “Eu não me lembro que tinha, não”, diz José Barbosa do Nascimento.

Nem mesmo para preservar a força de trabalho da qual necessitavam, os empregadores lançavam mão de cuidados especializados. “Antigamente tinha [acidentes de trabalho], mas era curado assim mesmo.” João Francisco dos Santos. Amaro Pedro dos Santos conta:

Os patrões não socorriam não. Mandava lavar com água de sal. Aconteceu comigo, cortando cana, cortei a mão. Fui ao homem, lá em Porto Alegre, mostrei a ele. Ele disse: “Você vai pra casa, faz uma passa, uma aguinha de sal nisso aí e amanhã trabalha.” Eu disse: “Eu não aguento. Não posso.” Ele disse, “Então procure seus direitos.” Quando não tinha sindicato, tinha que fazer em casa.

Além da procura por atendimento médico e socorro de emergência, os acidentes de trabalho e a doença (ocupacional ou não) causavam outros transtornos à família do trabalhador rural. O mais benevolente dos plantadores seria o descrito a seguir: “Quando tinha acidente lá, nesse tempo seguro não existia. Quando tinha acidente, quando o senhor de engenho era bonzinho, às vez, como era demorado, o homem, às vez, tinha um pouco de farinha, dava. Mas só era essas coisa mermo.” José Damião da Silva.

A falta de ganho – de relevo paradoxalmente maior nessas falas do que nas demais – causava graves problemas à família toda, agudizando o nível de pobreza. “Naquela época atrasada quem adoecia, estava doente mesmo. Aí ia se cuidar por ele, nada de levar a patrão. Ele ia se cuidar, mas pela classe patronal não tinha nada de direito”, afirma Pedro Porfírio Domingo.

Certas usinas, consideradas mais avançadas, organizavam um caixa coletivo de seguro ao qual os empregados eram obrigados a contribuir. Aliás, como se viu a respeito dos equipamentos coletivos, nada nesse ramo de atividade era concebido como um serviço realmente prestado aos trabalhadores. Até mesmo em virtude de sentimentos cristãos, mas estes apenas eram postos em evidência nas falas de autoridades por ocasião da inauguração de dispensário ou posse de presidente do IAA.¹⁷⁶

Constituíam um meio de angariar contribuições dos trabalhadores rurais, sem que eles gozassem, nem *pro forma*,¹⁷⁷ da possibilidade de influir sobre o uso desses recursos.

176 “Assistência aos trabalhadores ligados à Indústria do Açúcar. Impossível sua aplicação nos moldes previstos.” DP, 24.05.1951. “Inaugurados dois ambulatórios de assistência ao trabalhador do Açúcar.” *Folha da Manhã*, 30.01.1957. SSP 29586. Discurso do Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana Fausto Pontual: “Os ambulatórios dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, que fazem parte de uma série de estabelecimentos que se destinam à preservação da saúde dos trabalhadores do campo e suas famílias que vivem nas terras dos fornecedores de cana do Estado, é um velho sonho nosso que se vem tornando realidade. E, se é uma vitória insuperável para o espírito – como já disse alguém – o de poder transformar o sonho em realidade, bem pode V. Excia Sr. Presidente do IAA e bem podeis todos vós senhores, avaliar o sentimento de que nos achamos, neste momento, possuídos, nós os fornecedores de cana de Pernambuco, de poder semear unidades de assistência social aos homens humildes que ajudam o enriquecimento da Pátria. Desde 1943, em face da Resolução 58 que disciplinou dispositivo do Estatuto da Lavoura Canavieira, vêm os fornecedores de cana de Pernambuco, assim como os de todo o Brasil contribuindo com uma taxa de quarenta centavos por tonelada de cana fornecida às usinas, que arrecadada pelo IAA e acrescida de igual contribuição daquela autarquia se destina ao melhoramento das condições de vida do trabalhador rural.” Entre os inúmeros artigos, com ilustrações abundantes, sobre essa empresa: “Operários da Usina Catende tem agora seu hospital para o atendimento dos seus operários e trabalhadores rurais”; “mais uma iniciativa do grande vulto daquela empresa, que já promove uma assistência social do maior relevo na agro-indústria do Açúcar em Pernambuco”. JC, 28.10.1962.

177 O que acontece, às vezes, com os trabalhadores da indústria do açúcar.

José Elias dos Santos lembra: “De vez em quando, o usineiro pagava a semana. É, pagava um monte pio. [...] Não esse negócio de direitos, ainda não. O patrão era atrasado, naquele tempo era atrasado.” Opondo esse tipo de ajuda mútua ao “direito”, o entrevistado estabelece toda a distância entre este e algo percebido não tanto como um favor, que exigiria retribuição, mas como uma circunstância na qual o trabalhador e sua família ficavam mais vulneráveis, a mercê da decisão do empregador. “Não tinha direito. Era menos. Acidentava o camarada tinha montepio. Comia o montepio naquela hora. Naquele negócio que tava doente, tinha montepio que chamava caixa médica, aí tinha; despachava daquele que tava doente e não podia trabalhar. Era da usina, tudo da usina”, confirma José Amaro dos Santos.

Além dos custos do tratamento, os trabalhadores corriam riscos derivados do acidente: sequelas irreversíveis devidas à falta ou à insuficiência de atendimento.

Tinha outras consequências que a gente via na saúde, aquelas de acidentes. O trabalhador cortava um dedo, ele sempre perdia, perdia então como não era um negócio grave, chegava em casa, as mães, os pais que eram inteligentes, lá em casa mesmo. Minha era muito inteligente, então fazia um curativo, botava remédio de pano de café. Naquela época colocava café. Colocava cabelo, então um cabelo, uma pedra, então aquilo se passava o tempo, o dedo ficava com defeito. *Antônio Maurício Domingo*

6.3.2 Numa emergência: “Só Deus!” “Era Jesus, mais inteligência.”

Era como bicho. Era como bicho mesmo. Era só trabalhar, comer aquela michariazinha que ganhava, dormir e no outro dia ir pro serviço trabalhar. Só o que a gente tinha direito, somente. Não tinha direito a nada não. O camarada, às vezes, adoecia; batia prum canto, batia pro outro, quando cuidava na vida...

Antônio Virgínio da Silva

A primeira menção feita pelos entrevistados no quesito saúde era a falta de assistência médica em casos de urgência: além dos acidentes graves, os casos de parto. Frente às dificuldades sempre apontadas com ênfase, os trabalhadores parecem ter tentado apelar para forças maiores. Longe de esperar ou contar com a ajuda dos empregadores ou do Estado, eles adotavam uma postura mais filosófica e recorriam também ao saber médico popular. “Botava na mão de Deus. Jesus era quem resolvia. Entonce mato! Era. Folha de mato, era sumo de mato, era tudo o que curava. Era Jesus, mais inteligência.” José Batista do Nascimento.

“Morria, pedia a Deus, somente. Era a lei da natureza”, sentenciava Amaro Rosendo Fagundes. Perguntado, mais especificamente, sobre o apoio supostamente oferecido pelos empregadores, a resposta vem fustigante:

O Sr. tá brincando, né? O tempo veio melhorar de uns tempos pra cá. Olhe: naquele tempo que as rodagens eram de barro. Comparação: levava uma pessoa ali, dentro de um vermelho que era um córrego medonho, uma mulher tava pra descansar, meia noite, debaixo de inverno, de baixo de chuva. Como era que o marido dela trazia ela pra pegar a rodagem que era de barro? Ajuntava aquele pessoal todinho, botava a numa rede.

“Nós não tinha medicação quase nenhuma. Vivia vivendo porque Deus queria”, diz Cassiano José de Sena. José Honorato dos Santos conclui: “Se escapar, escapou. Não escapou, morria.” O Pe. Paulo Crespo ficou chocado com a situação das famílias que lhe pediam para atender doentes: “Geralmente estavam deitados no chão, uns trapos, semi-nus, maltrapilhos, a família em uma miséria absoluta, na cozinha as panelas, às vezes, com o fogo apagado.”¹⁷⁸

178 Depoimento oral fornecido em 10.07.1985 a Eliana Moury Fernandez. Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra.

6.3.3 As parteiras: “No engenho, as mulheres dos moradores faziam os partos”

Era em casa, em casa. A assistente que entendia. Mas não era do patrão, não era do governo. Era de ninguém, era por conta dela mesma, era do povo. Uma senhora parteira que conhecia.

Amaro Rosendo Fagundes

Entre os casos de necessidade premente por assistência médica, os mais sensíveis, talvez, diziam respeito às parturientes.¹⁷⁹ Circunstâncias por excelência para a expressão da relação pessoal entre empregadores e empregados na ‘morada’, quando a casa-grande supostamente se empenharia em auxiliar a família de moradores e ajudar com assistência médica para a futura mãe e enxoval para o bebê.

As mulheres grávidas e em trabalho de parto não recebiam acompanhamento qualificado, o que resultava em alta morbidade e mortalidade materno-infantil. Apesar das afirmações reiteradas de solicitude por parte dos empregadores e das declarações de intenção quanto ao estabelecimento de equipamentos hospitalares adequados para as populações rurais,¹⁸⁰ a realidade era de desamparo, a

179 A saúde reprodutiva das populações canavieiras é retratada em pesquisas: “As 72 mulheres da amostra relataram um número impressionante de 688 gravidezes, impressionante pelo fato da metade delas não terem ainda terminado sua vida fértil. A mulher ‘média’ nesta amostra havia tido 9,5 gravidezes e tinha 4,2 filhos. Ela sofrera 1,6 abortos – espontâneos ou não – ou natimortos, e havia perdido 3,6 crianças pequenas (2,9 dessas, bebês) entre as nascidas vivas.” SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit., p. 306.

180 A assistência médica, segundo essas notícias, seria providenciada tanto para “os operários” quanto para os “trabalhadores rurais”. JC, 28.10.1962. Fora esse exemplo, as notícias tratavam de intenções, de projetos cuja grandiloquência na apresentação só igualava a ineficiência e/ou mesmo elusiva concretização.

não ser pelo apoio de vizinhos solidários. Amaro Pedro dos Santos lembra o problema do transporte.

Para partos e estas coisas, assistência era muito ruim. Não tinha carro, não tinha nada naquele engenho, naquele tempo. Não tinha carro para ir buscar um doutor, uma assistência. Nada. A mulher avechava a dor a boca da noite, às vezes no engenho não tinha. O marido andava um dia ou dois para arranjar uma assistência. Chegava lá a mulher já tava até morta. Isso aconteceu muito. Às vezes chegava noutro engenho, a mulher dizia: “No seu engenho... é muito longe, está chovendo!” É de noite, e tem que andar até outro engenho. Era assim. [...] Não tinha para quem apelar, só apelava para Deus.

Essa peregrinação pelos engenhos em busca de uma parteira leiga, uma “assistente”, como alguns a chamam, é tão recorrente nas narrativas que expressa, pela sua reiteração, o grau de sofrimento contido nessas lembranças cujo desenlace era muitas vezes trágico, com a morte da parturiente e/ou da criança. Pois a assistência médica qualificada encontrava-se inacessível ou tardia demais,¹⁸¹ tanto na Mata Norte quanto na Mata Sul: “A mulher não tivesse jeito de descansar, de jeito nenhum, levava para Goiana, tinha maternidade em Goiana. Pra descansar. E muitas morriam nas mãos das assistentes, porque elas não sabiam fazer o parto. E terminava muitas morrendo nas mãos das assistentes.” José Inácio da Silva. Mesma situação é descrita por Amaro Pedro dos Santos. “Quando a mulher do morador chegava o tempo de descansar, maternidade aonde. Só tinha em Barreiros, e a dos ricos. Ou se não, em Ribeirão.”

Longe, mas conhecida, a assistência médica, particularmente em caso de parto, era não apenas inexistente como em outras áreas

¹⁸¹ “A criança nasceu em plena rua”. Filho de “um casal de lavradores”, vindo de Barreiros para que o parto ocorresse na maternidade Dom Pedro II, “mas o menino não quis esperar tanto.” DP, 13.02.1947.

do Nordeste, mas negada aos canavieiros, pois “os operários têm sindicato, instituto de aposentadoria; tem lenha, luz, maternidade para a sua esposa quando vai dar à luz”, exclama-se uma camponesa de Escada.¹⁸² A comparação que os trabalhadores rurais eram levados a fazer com seus companheiros industriais é uma constante que merece também análise, na medida em que o descompasso acen- tuado de suas condições respectivas¹⁸³ precisava de explicação muito mais convincente do que, por exemplo, aquela entre um campo- nês sertanejo e um operário paulista. Essa proximidade geográfica se traduziu num entendimento específico dos desdobramentos da política trabalhista no Brasil e, portanto, em periodização original elaborada pelos trabalhadores rurais. Continua a camponesa citada pela *Folha do Povo*: “Qual é a maternidade da mulher do camponês? É capaz de dar à luz no partido de cana. A assistente é a cunhada, o berço do filho é o balaio de semear cana, o livro é o balaio, o lápis uma vara de ferrão para chamar os bois.”¹⁸⁴

A questão da assistência médica ao parto era tão crucial, por razões óbvias, que se podia constatar tomadas de posição deter- minadas a este respeito. Assim, na Cooperativa Agrícola de Tiriri, os cooperados indicaram uma “*curiosa*”, uma parteira leiga, para se formar no Recife e retornar nos engenhos, onde atuaria como agente multiplicador.¹⁸⁵ Foi, sem dúvida uma das ações inovado- ras mais originais desta desafiadora experiência de gestão da pro- dução pelos próprios trabalhadores, tentativa de corrigir em parte a falta de assistência médica às populações rurais. A omissão

182 “Impressionante discurso de uma camponesa em Escada.” *Folha do Povo*, 21.09.1954.

183 Entre eles, para o assunto aqui tratado: a ausência do salário família. “Seis meses de trabalho e seis meses de miséria.” *Imprensa Popular*, 27.01.1954. SSP 31.406.

184 *Ibidem*.

185 Entrevistas com Socorro Ferraz e Dr. Fernando Barbosa, membros da equipe da Sudene que organizou a cooperativa.

das autoridades públicas e o óbvio desinteresse dos empregadores contradiziam tanto o modelo usineiro de patrão esclarecido e moderno, quanto a versão do senhor de engenho benévolo, veiculada pela literatura.

As vidas da mãe e da criança estavam em jogo, tanto mais assim por serem geralmente desnutridas. Os relatos dos trabalhadores carregam-se da angústia da qual eram tomados ao tentar conseguir uma ajuda até mesmo de uma parteira leiga, a tempo. Nenhum socorro previsto, nem improvisado, a não ser dos vizinhos.

Assistente... Do mato, do mato.... As mulheres, aquelas mulheres velhas, aquelas mais velhas, mais experientes. Quando não tinha num engenho, tinha noutro. Às vezes, a mulher ia descansar hoje; ia buscar a assistência lá, do outro engenho. Alí, no engenho, não tinha, ia buscar no outro engenho. Pro Sr. ver, quando a minha mulher descansou, eu fui buscar a assistente lá na Diária de Baixo, em Piedade. Eu morava numa outra propriedade, outro engenho. Lá no engenho que eu morava não tinha. *José Honorato dos Santos*

Anísio Francisco da Silva contabiliza: “A minha mãe teve 16 filhos; teve poucos na maternidade, tinha as parteiras que vinham fazer os partos, né?” Como o remédio caseiro, a parteira leiga era também chamada “do mato também”, segundo Manoel Bernardo Alves. Diversos outros nomes eram-lhe dados: o mais corriqueiro era “assistente”, mas encontravam-se também “pé-de-pau”;¹⁸⁶ “curiosa”, “sabida”;¹⁸⁷ “mulher entendida”;¹⁸⁸ “bem entendida”;¹⁸⁹ “inteligente”;¹⁹⁰ “As vizinhas, mas as que fossem preparadas.”¹⁹¹

186 José de Souza da Silva.

187 José Peagentino dos Santos.

188 Francisco Zalatiel Ferreira.

189 Antônio Virgínio da Silva.

190 José Barbosa do Nascimento.

191 José Elias dos Santos.

Vários entrevistados lembram com orgulho das pessoas de sua família que desempenhavam tais funções. “Era lá a parteira, uma velhota entendida. A minha bisavó era uma das tais.” Amaro José de Sena. Pedro Porfírio Domingo: “Tinha parteira em casa, minha mãe mesmo era parteira. E ela mesmo morava no sítio, mas o povo da rua ia procurar ela em casa pra vim pegar menino aqui.” José Peagentino dos Santos lembra a esposa.

A minha mesmo, essa que morreu, que vivia na minha companhia, ela é mãe de umbigo de uns 50 e pouco meninos. Já era conhecida. Quando precisava... a mulher pra descansar: “Vai na casa de Dona Fulana, vai na casa de Dona Fulana.” Aí as mulheres se acostumavam mais, né? Aí ficava conhecida. Aí espalhava pra um canto, pra um engenho, pra outro... pegava. E era difícil uma... uma morrer de parto. Porque toda vida houve gente mais curioso, né? Esse povo mais antigo era um povo mais curioso, né? E sobre essa arte de menino, nascia mais nos engenhos mesmo.

Havia um grande respeito pela ajuda que essas mulheres providenciavam às famílias, às vezes, por dias e noites a fio. “Era mais trabalho. Mas também tinha muita parteira pobre, que era – como se diz – era mesmo que um médico hoje em dia. Tinha muita oração, tinha muito trabalho, e fazia o serviço certo. Ajudava sim, senhor.” Joaquim Pedro da Silva. Apesar de seus eventuais fracassos e da falta de formação, sua dedicação valiam-lhes a gratidão de quem elas socorriam.

Tinha aquela parteira inteligente. Ela ia pra casa, chegava uma pessoa hoje (qualquer hora da noite que chegasse!) ela se largava no mundo. Às vez, até o domingo ela não tinha chegado em casa. Ela não tinha direito de chegar em casa enquanto não desse banho naquela pessoa que ela foi agir. Aí chegava com as pernas dessa grossura, inchadas! O que ganhava? Às vez, muito pegava um pinto, dava um pinto a ela, pronto. Era assim. *José Barbosa do Nascimento*

Certos entrevistados valorizam mais os serviços prestados, os sucessos nos partos e na assistência tanto aos recém-nascidos quanto às mães.¹⁹²

Lá pelos engenhos tinha, quase todo engenho tinha parteira. Era uma, duas. Era gente do povo mesmo! Aí, era ela quem pegava o menino, quem fazia o parto, quem tudo. E tinha a sorte que Graças a Deus. Era muito difícil uma mulher ficar doente. As assistentes bem entendida e a mulher descansava e elas tratavam da mulher, e a mulher nunca sofria nada.
Antônio Virgínio da Silva

Amaro Carneiro da Silva conta que “as parteiras passavam às vezes 5 dias, 6, quando o perigo era grande e quando não tinha ela entregue à vizinha encostada e ela ficava tratando dela.”

A palavra mais usada era: “socorrer”. As situações podiam ser muito perigosas, tanto para as mães quanto para os recém nascidos, particularmente quando eram prematuros.

Tinha aquelas mulheres que vinha pra usina, e outras se tratavam lá com as mulheres assistentes que tinha lá, as vizinhas. Todo mundo assistia elas, ajudava. Quando tinha, vinha pra usina. Mas era mais difícil, era mais difícil do que agora. As mulheres agora para descansar, vai tudo correndo pra maternidade. Minha mulher teve 13 filhos, mas nenhum foi pra maternidade. A assistente lá que pegava, teve de tempo. Teve dez de tempo e três que não foi de tempo. Mas não precisou vir pra usina. *José Amaro dos Santos*

6.3.4 O pagamento: “Era por conta da gente mesmo”

Nenhuma ajuda patronal assegurava uma remuneração à parteira: “Pra agradar a ela, dava uma galinha... Era por conta da gente mesmo”,

¹⁹² Raramente fala-se na sorte dos bebês, a respeito dos partos. A expressão mais frequente é “pegar menino”, mas a atenção é focalizada na parturiente.

afirma José Batista do Nascimento. Manoel Bernardo Alves concorda: “A gente mesmo dava um agrado, uma coisa quando podia. Quando não podia. ‘Comadre, se aguenta por lá, e demore, e tal e coisa...’; a conversa era essa.”

Em certos períodos, algumas usinas contrataram profissionais. Mas, na experiência dos trabalhadores entrevistados isso constituía a exceção. “Não às vezes, quando dava tempo, eles traziam de Vitória pra parteira na usina, e quando não dava tempo, era em casa mesmo. [A usina tinha uma parteira dela mesmo?] Tinha! Na época, tinha. Agora não era todo tempo, tinha vez que botava uma, passava um tempo, depois tirara, botava outras.” Antônio Santana da Silva.

6.3.5 “‘Morreu de parto.’ Só era o que se via. ‘Morreu de parto, morreu de parto.’”¹⁹³

Apesar do respeito e da gratidão que podiam nutrir pelas parteiras leigas, os trabalhadores lamentam as limitações de seus conhecimentos e a falta de instalações capazes de providenciar cuidados de emergência como cesariana, contenção de hemorragia ou impedir infecções fatais nas parturientes.

Antônio Ambrósio dos Santos lembra dos casos em que nenhuma ajuda chegava. “Muitas descansavam sem parteira mesmo. Às vezes, descansava, ainda ia chamar. E muitas, quando dava tempo, mandava o marido procurar. [...] Morria! Muitos morriam. Morriam muitos naquela época.” Severina Maria da Silva conta: “Tinha mulher de trabalhar no dia de domingo e, no caminho mesmo, descansava no meio das estrada; e chegava em casa. Quando ia socorrer, não tinha mais jeito, morria... Se desse pra escapar, felicidade delas. E se não desse, morria! Morria muitas mulher.” José Inácio da Silva concorda. José Francisco Paiva tem lembranças vivas.

¹⁹³ José Felipe Santiago.

A mulher, às vez, embolava cinco, seis dias e morria com o filho, e não tinha. Morria sim, senhor. Vi muitas lá, vizinha de minha mãe. Eu pequenininho, garoto, vi morrer muitas vezes, e não tinha o filho. A assistente chegava na casa da minha mãe, vi muitas e muitas vez. Chegava na casa de minha mãe, dizia: “Comadre, como vai as coisa?” “Assim mesmo, comadre.” “Compadre, tem dinheiro aí?” “É comadre, dá pra arrumar.” “Vá comprar ali azeite.” Eu me lembro como era. Hoje não é assim, hoje é diferente.

Alguns entrevistados lembram também de práticas de tipo mágico, particularmente em casos mais complicados. Amaro José de Sena descreve certos costumes: “Ah! Era em casa, era no sistema bate de pilão. Era. Negócio de arrodia a casa quando o menino tava encrencado pra chegar, saia arrodia e batendo num pilão.”

Num dos raros casos em que parece ter a famosa relação pessoal entre empregador e empregado, os efeitos dessa maior intimidade chegaram tarde demais, como conta Manoel Fernando de Souza.

E mulher pra descansar era em casa, que fosse um parto normal, ela se safava muito bem, muita vitória; e se fosse perigoso, tinha que morrer à míngua. Não existia médico, nem nada, nem doutor, nem nada pra... nem condição de carro pra levar. Tá pronto, morria à míngua, porque muitos... Lá perto de casa mermo morreu muitas companheira dessa época. Minha mãe chegava pra lá e ia ajudar a companheira lá... fazia companhia e chegava contando a situação: e dava derrame na mulher, morria à míngua, que nem uma perto de lá de casa, vizinha de lá de casa, deu desgosto. A gente conhecia, a gente brincava muito lá, às vezes, com os meninos que ela tinha (dois menino maiorzinho). A gente era menino também. E essa companheira morreu assim, de derrame. De parto; não pôde cortar. O povo chamava um doutor que... ele foi lá na casa do patrão dele, que o patrão era padrinho dele. O patrão era padrinho dele, ele foi chamar o doutor. O padrinho dele foi no carro buscar o doutor. Quando o doutor chegou, ela já estava morta.

A mesma sorte afetou Tomasa, irmã de Taso, o herói do livro famoso de Sidney W. Mintz. Neste longo relato da vida de um canavieiro, são detalhados todos os aspectos de tal perda, inclusive para a criança que depois “morreu também”.¹⁹⁴

6.3.6 “Depois veio o hospital, e aí acabou-se, não morreu mais ninguém.”¹⁹⁵

A mudança com o acesso à assistência médica do Estado para os trabalhadores rurais é descrita como radical e associada ao ‘Tempo de Arraes’, num conjunto de ‘direitos’ que significou uma transformação na vida e nas expectativas dos canavieiros. “Não sabia, nem que tinha na capital, no Recife. Ninguém nunca sabia. Ouviu falar, maternidade no Recife, também em Casa Amarela, adespois de 64, do tempo de Miguel Arraes pra cá. Mas nos outros tempos... era em casa mesmo.” Alfredo Cosme dos Santos.

José Felipe Santiago, cujos filhos nasceram desse modo, complementa: “Olhe, em caso de emergência... só quem ajudava era Deus! Que não fosse pra morrer, não morria. Porque não tinha pra onde levar, não tinha hospital pra se levar. Não tinha casa de saúde. Isso não faz muito tempo, não, porque até 1940 era assim.”

A ajuda que os entrevistados nunca carecem de mencionar era aquela dos vizinhos. Eles se designam, nesse contexto como em muitos outros que dizem respeito à vida cotidiana, como “pais e mães de família”, em vez de trabalhador, cidadão ou outro termo. “Nesse tempo, quem ajudava na emergência, eram os pais de família mesmo”, assegura José Honorato dos Santos. Ao contrário dos patrões, eram os vizinhos, parentes, amigos que estavam sempre

194 MINTZ, Sidney W. *Worker in the cane: A Puerto Rican Life History*. New York: Norton, 1974, p. 53.

195 José Elias dos Santos.

à mão, ajudando, em qualquer situação fornecendo apoio, encorajamento, consolo.

6.3.7 Transporte: “Era em carro de boi, na rede. No espinhaço dos outros, né? Era meio difícil.”¹⁹⁶

Um dos mais difíceis problemas a resolver em caso de emergência, seja acidente de trabalho ou parto, era o transporte do paciente, outro assunto em que se podia testar a benevolência, a caridade do empregador. “A emergência, por exemplo, quando morava num lugar longe, vinha em carro de boi; a emergência da usina, quem morava na empresa, ia num carro de boi. E quem não era de empresa, a emergência era..., ia numa rede. Botava numa rede e levava pro rezador.” Rosendo Vicente de Sales.

O entrevistado deixa claras as consequências trágicas da demora em transportar o paciente até o local de atendimento:¹⁹⁷ “Quando complicava, preparava o carro de boi ou uma rede e levava para Barreiros, Rio Formoso, quando não morria.” Rosendo Vicente de Sales.

Nenhuma ambiguidade quanto à assistência com a qual podiam contar por parte dos patrões:

Dava nada, dava não, nessa época não. [Um carro para levar um doente...] Nessa época? Nessa época não. Aquele que tivesse um coração bom... mas tinha muitos que não queria nem levar no carro pra não sujar o carro dele. E dessa época pra cá que apareceu também o Sindicato. Aí ele dá assistência, né? Depois que apareceu o Sindicato. [...] A gente paga o Sindicato, qualquer coisa o Sindicato, né? O carro aí transporta

¹⁹⁶ Joaquim Pedro da Silva.

¹⁹⁷ Algumas indicações apareciam, vez por outra, na imprensa: assim uma “doméstica” vítima de agressão “em terras da Usina Trapiche” só recebeu cuidados médicos 10 horas mais tarde, encontrando-se “em estado grave porque perdeu muito sangue.” *DP*, 15.10.47.

pra qualquer canto. Mas, naquela época, era mesmo que uma estrada fechada no mato. *Pedro Porfírio Domingo*

Os casos de emergência e a impotência à qual eram reduzidos os trabalhadores rurais deixaram muitos deles parcimoniosos na expressão. Cassiano José de Sena lamenta: “Era difícil. Difícil; nós não tinha emergência. A emergência que tinha era o camarada ia-se arrastando de qualquer maneira, ou se o povo levava até numa rede, se fosse possível. Numa rede. Numa rede. Porque não tinha um carro, não tinha nada, não tinha, não tinha nada. E se ficava era isso.”

As grandes distâncias percorridas a pé, em condições físicas debilitadas, permaneceram agudamente marcadas na memória dos entrevistados. “Saímos de meia noite, saímos de meia noite. Chegamos lá de sete horas do dia, levei tanta chuva no caminho”, conta Severino Barros Lima. O pai de Antônio Maurício Domingo também tinha que se deslocar:

Não existia não, tinha médico não. Eu me lembro que papai adoeceu com a tal de bexiga. [...] E ele tinha que caminhar do engenho pra Goiana de pés pra fazer tratamento nas feridas que a bexiga dele virou ferida. E fui eu, tive que andar de pés. [O patrão não dava carro pra isso?] Não, não dava carro, ele aplicava injeção, fazia alguns trabalhos mesmos, mas o caso muito, ele podia enfrentar que ele disse que estudou pra médico mas não passou no teste, mas o problema... Então todo dia ele ia pra Goiana de pés.

Antônio Santana da Silva lembra também do transporte dos doentes:

Às vezes, a gente vinha pra usina de pés, porque tinha socorro na usina; um carro não tinha, a gente tinha que vir de pés, se encontrava lá... Arrolava 2 léguas, às vezes, légua e meia, dependendo das condições do serviço do engenho que morava. Às vezes em Vitória... Às vezes levava nas costas, às vezes levava numa rede. Eu, às vezes, mesmo carreguei um cabra nas costas pra usina.

6.3.8 “O médico da gente era remédio do mato”:¹⁹⁸ “Quem não morresse, ficava bom!”

Excepcionalmente, nos casos mais graves, os trabalhadores se esforçavam em conseguir medicamentos modernos. Mas, no dia a dia, só havia remédios caseiros disponíveis para atender às necessidades de toda a família, como testemunha Severina Maria da Silva: “Era o que havia mesmo era remédio do mato. Precisava ser uma doença muito pesada que aquele médico da usina quando receitava, dava aquele remédio. Mas doencinha mais maneira tinha que ser curada em casa com remédio do mato mesmo.”

As plantas que eles citam são bastante conhecidas. As receitas parecem simples, chás geralmente. José Francisco Paiva lista: “Chá do mato, era de... mentruz, era pra hemorróia, erva cidreira, chá de laranja, o remédio”. Antônio Joaquim dos Santos acrescenta: “Pé de quebra-pedra, fazia um chá e bebia, e pronto; canela.” José Inácio da Silva se lembra de “mangeriba, papaconha; era essas coisas. Hoje em dia, ninguém vê falar nessas coisas.” “O remédio era... era suvaco de cega, cerveja preta, esse... era... mamona. Conhece mamona? O mais remédio era mais do mato. O mais remédio era mais do mato”, diz Joaquim Pedro da Silva, e sentencia sobre a eficiência dos remédios de farmácia: “E esse remédio que a gente compra hoje tudo é feito do mato.” “Não tinha médico”, conta Pedro Porfírio Domingo “mas tinha xarope e raiz de mato e planta”. “Não tinha nada. Porque tomava um chá de laranja, um chá de capim santo, essas coisa assim, né?” conclui José Pereira de Lima.

Os cortes eram tratados com “remédio do mato” para estancar o sangramento e facilitava a cicatrização. “Curava com folha de... com remédio do mato. Se o cabra cortasse”, começa José Honorato dos

¹⁹⁸ José Inácio da Silva.

Santos.¹⁹⁹ “Embiriba, batida a casca da embiriba, amarrava em cima, estanca o sangue”, assegura José Antônio de Lima.

Fernando de Souza enumera todos os atendimentos mais corriqueiros: “Toda a medicina que a gente arrumava era do mato: era pra dor de dente, era pra verme, pra dor de barriga, pra dor de cabeça. Tudo a gente arrumava do mato. Ainda hoje eu sei de muita medicina, ainda pra essas coisa.” José Amaro dos Santos complementa: “Chegava em uma farmácia dessas, o purgante que tomava era manona. Levava uma queda, tomava salamá com cerveja preta. Era o remédio de antigamente.” Além dos chás, outras aplicações são lembradas por José de Andrade: “Levava pra casa, botava aquele doente em cima daquela cama, e vamos danar a esfregar aqueles mato, esfregar pelo bucho, por os espinhaço, por todo canto, pronto. Aí ficava.”

Outros trabalhadores mencionam uma figura muito querida no meio rural, a rezadeira que ajudava também nos casos de doenças. “Quando a gente estava com uma dor na perna, ia atrás de uma rezadeira, ela rezava”, lembra José Inácio da Silva. Vez por outra, foram mencionadas as tradições indígenas para confeccionar e administrar remédios fitoterápicos que abasteciam o elenco das possibilidades de cura. “Algum entendia”, explica Alfredo Cosme dos Santos. José Antônio de Lima detalha:

O povo tinha ainda as ideias dos índios, dos caboclos, faziam muitos remédios das árvores e aí curavam mesmo a doença. Quando tinha um doente, eles faziam aqueles remédios, tinha aquela dieta de três dias sem abrir a porta, sem nada. E quando a pessoa ficava boa, ficava mesmo. Quem não morresse, ficava bom!

Joaquim Pedro da Silva conheceu “um velho antigo do sertão que conhecia e fazia remédio e controlava. O camarada tomava.”

199 Cassiano José de Sena, Odilon Caetano da Silva e Manoel Bernardo Alves concordam.

“Era em casa mesmo, vamos dizer, botando um xarope com uma folha de mato, porque eu mesmo tem uma mulher que foi operada, isso faz uns 5 ano ou mais, e ela veio passar com a operação aberta, e o médico falou no Recife que inflamou e não houve jeito de ficar bom porque quando inflama não há jeito de ficar bom, né? Aí tem que ir no tratamento mesmo. Ela passou dois mês internada no Barão de Lucena. Nos dois mês, aí o médico disse: ‘Pronto, aí não tá mais arruinado, não tá inflamado. A senhora vai pra casa.’ Passou uma pomada em casa. Mas ela disse: ‘Mas doutor, o senhor acha que eu tenho condição de ir em casa fazer isso?’ Aí ela veio. Chegou em casa, usou aquela pomada. Mas nada de vantagem, nada de vantagem. Aí sabe porque sarou? Eu fui no mato, eu digo: ‘Isso aí não vai ter vantagem.’ Fui no mato, raspei aroeira. A casca de ameixa, é uma fruta, ameixa é uma fruta, aí tracei, eu mesmo fiz um torradozinho. Todo dia, ela botava em cima. Sabe com quantos mês veio parar? Com 1 ano e 3 mês, mas sarou. Ela foi engordando. Aquilo foi e foi ressecando. Sarou. Com 1 ano e 3 mês, ela estava boa.” *Pedro Porfírio Domingo*

Olhe, a saúde naquele tempo só Deus mermo. Deus, quer dizer, que a medicina... a gente arrancava uma raiz dentro do mato, era o maior médico bem dizer, do laboratório. Hoje a medicina avançou, né? Tem médico aí em quantidade, e é tudo procurando uma farmácia, e a doença sempre. Mas naquele tempo tirava uma folhinha, uma raiz, uma coisinha, você via a maior medicina do mato.

José de Souza da Silva continua se vangloriando, como Pedro Porfírio Domingo, de não ter visto um médico em toda sua vida.

Sem acesso à assistência médica profissional, sem ter mesmo dinheiro para comprar remédios do farmacêutico, além dos chás e decoção, os trabalhadores adoentados, tampouco podiam, ao menos, melhorar o cardápio cotidiano.

Agora passei três mês em cima de uma cama. O remédio que tinha pra era macaxeira cozinhada e farinha com sardinha; só não podia comer com sal. Eu fui criado com garapa de mel. No dia que eu nasci me deram garapa de mel de furo. É tanto

que hoje eu não tomo leite... E a papa era d'água com farinha.
José de Andrade

6.3.9 Mortalidade

A mortalidade infantil “alcança a casa de 500 por mil, o que quer dizer que metade dos que nascem apenas espiam a vida um breve instante e antes de um ano já se foram para debaixo da terra.”²⁰⁰ Por ocasião de seu trabalho tanto como ativista nos anos 1960 quanto como antropóloga mais tarde, Scheper-Hughes investigou a mortalidade infantil e testemunhou seu crescimento no período seguinte ao golpe de Estado. “Mais de trezentos bebês morreram só em 1965. Para cada um deles, os sinos de Nossa Senhora das Dores dobraram. Muitos deles morreram de fome, sede e descuido, de uma maneira que não tinha sentido e era desnecessária.”²⁰¹ Os trabalhadores entrevistados demonstram os sentimentos de conformação ou revolta que as circunstâncias da morte de um ente querido lhes ditava. Antônio Santana da Silva sentencia: “Olhe, sempre morria, porque de morrer gente, sempre, sempre, acontecia de morrer gente. Às vezes, na criança bote uma dor que o cabra não resiste. Então sempre problema de morte, sempre existia bastante.” Severino Barros Lima confirma: “Morria crianças, morria gente grande, tudo, era tudo, tudo.” “Morria muita criança. Dava aquela febre”, lembra Joaquim Pedro da Silva. José Felipe Santiago conta com pesar: “Morria, morria (muitas crianças). Eu mermo carreguei muitas. Sabe em quê? Dentro de uma telha grande da casa, chegava lá, botava a criança na cova e trazia a telha pra trás pra levar outra; porque não tinha... não tinha esse negócio de medicina.” Descrevendo talvez outra epidemia, José Inácio da Silva:

200 CASTRO, J. de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 41-42.

201 SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit., p. 15-16.

Crianças morriam, quando dava uns dias, os povos mais velhos também. E, nesse tempo, falava muito em olhado, ia pra rezadeira. Quem dava jeito era a rezadeira; aí quando a rezadeira não dava jeito, o camarada morria vomitando, morria em cima da cama, mesmo; nós levávamos para o cemitério, aí morreu de que morreu... foi pra tal canto, não teve jeito por lá, aí ele morreu; mas naquele tempo, nós não sabia, nem quem ia a doutor.

A forte mortalidade infantil é atribuída essencialmente à falta de assistência médica e remédios disponíveis. “Não tinha esse negócio de medicina”. “Morreu gente grande, e muito, quanto mais criança!”, lamenta João Francisco dos Santos. Como para os partos e as emergências de outro tipo, os entrevistados comparam implicitamente esse estado de coisas com a situação atual, em que podem recorrer aos serviços públicos e do sindicato, com a nítida consciência das vidas desperdiçadas pelo abandono ao qual eram antes condenados. “Tinha saúde pouca. Tinha muita doença. Não tinha condição de comprar remédios. Sempre era muito maltratado. Morria muita criança, de maltrato.” Benedito Rufino da Silva.

Notavelmente, havia famílias que conseguiam sair ilesas: “Lá em casa mermo, que nem eu acabei de dizer: nasceu 12 e criou-se todos 12”, orgulha-se Amaro José de Sena. Outro trabalhador mostra que a presença de um médico na sede da empresa agroindustrial não significava, para ele, a proximidade de uma assistência médica. Severina Maria da Silva avalia:

A saúde? A saúde ainda era mais sacrificosa, porque nesse tempo não tinha um socorro pra nada, né? Não tinha socorro. Hoje em dia a gente tem o socorro, que tem um carro, tem um médico. Nesse tempo a gente não tinha direito a médico. O médico era o doutor da usina, um doutor só para receitar todas qualidade de doença quanto houvesse. Na usina. Não, no engenho não. Na usina.

Uma assistência médica propriamente qualificada, “o doutor, médico”, quando encontrava-se à proximidade, “[e]ra muito dinheiro”, lembra José Honorato dos Santos. Nenhuma menção de um planador benevolente que pagasse as contas médicas, mesmo nos casos mais graves.

A maioria dos trabalhadores declara que não havia assistência médica,²⁰² ou “muito pouca”.²⁰³ “Não era muito não”, confirma Manoel José Alexandre: “Eu mesmo fui criado dentro das botas.” Benedito Rufino da Silva complementa: “Quando tinha uma emergência era muito difícil. Morria mesmo.” Morreram os pais de José Damião da Silva:

Morreu... um morreu porque... doença merma. Papai morreu de uma congestão. Adoecia porque médico... tinha doutor Monteiro. Na cidadezinha da gente, era muito difícil. Só pro senhor de engenho, que nem carro não existia nesse tempo. E medicamento que tinha, era uma erva cidreira, chá de laranja, capim santo, era o medicamento que tinha. E ninguém podia comprar, quando aparecia.

6.3.10 “Ia pra usina”

“Ia pra usina, tinha lá... um enfermeiro, né. A gente ia pra usina, viu. Se tratar lá; ele dava um remédio, às vezes, passava a receita pra gente comprar”, conta Francisco Zalatiel Ferreira. O mesmo entrevistado afirma que não havia parteira da usina. Como se o serviço da empresa fosse, eventualmente, reservado ao atendimento aos homens, em casos de acidente ou doença que afetasse seu desempenho no trabalho. A experiência de Antônio Joaquim dos Santos

202 José Felipe Santiago, Manuel Bernardo Alves, José Inácio da Silva, Moisés Alves Correia etc.

203 Manoel José Alexandre, João Francisco dos Santos.

confirma esta hipótese: “Minha esposa adoeceu. Falei o carro na usina; eles disse: ‘É, não posso.’”

Mesmo assim, havia reservas quanto às instalações disponíveis.²⁰⁴ Para alguns entrevistados, figura importante era o farmacêutico, na usina ou na cidade próxima, que aconselhava. “A doença de um na minha casa, nos outros, meu pai ia pra rua e receitava com o farmacêutico. Resolvia com as receitas dos farmacêuticos. Com chá de mato, resolvia”, conta Manoel José Alexandre. José João da Silva mostra que ele servia também de intermediário importante na afirmação de laços de dependência junto, por exemplo, a políticos locais. “Pra farmácia, comprava remédio e levava, né? Tinha um tal de Zé Dantas que foi prefeito aqui de Pau d’Alho. Chegava lá. Aí comprava o remédio a ele, chegava em casa, dava.”

Sobre todos os temas envolvendo as condições de vida e de trabalho que foram retratadas pelos trabalhadores entrevistados, esse é o único assunto que parece ter, em certos casos apenas, a marca de uma diferença entre os empregadores usina/engenho. Pois, contrariamente aos engenhos, as usinas dispunham muitas vezes de uma enfermaria.²⁰⁵ Ela poderia socorrer os trabalhadores rurais atingidos por acidentes de trabalho. “Quando tinha essa emergência, a gente ia lá pra,... ligava pra enfermaria, lá o enfermeiro tratava e a gente voltava. A gente tinha sempre um confortozinho”, reconhece José Severo da Silva. Abílio Luis Ferreira garante: “Na usina. Tratava na usina. Na usina tinha hospital.” Severino Antônio do Nascimento elogia o desempenho do profissional: “Tinha um enfermeiro que

204 Torres Vasconcelos evoca a falta de recursos, instalações e superpopulação resultando em “improvisação de corredores em enfermarias, quando havia corredores.” TORRES, V. *Condições de Vida do Trabalhador...* Op. cit., p. 263.

205 O espectro dos serviços prestados nessas unidades parece ter sido muito reduzido, como para os ambulatórios “para o pessoal do campo” que vez por outra eram anunciados como projeto. Eles só faziam “serviço médico de emergência, intervenções ligeiras, curativos, servindo ainda para hospitalização temporária.” DP, 04.08.1954.

era muito bom, um tal de Seu Álvaro, que tratava todo mundo. Quando chegava primeiro os piores ele procurava tomar conta do cabra só saía de lá quando ficava bom.” Alfredo Cosme dos Santos testemunhou tratamento mais expeditivo. “Pronto, vinha pra usina fazer um curativo cá, no hospital da usina e voltava pra casa.”

Ter finalmente acesso a um médico não era sempre a solução aos problemas de saúde dos trabalhadores, como testemunha Miguel José de Oliveira a respeito da assistência média: “Ruim, mas tinha. Quando o camarada adoecia, às vezes doente ia e o homem dizia que era preguiça.”

6.3.11 O mito da gratuidade: ‘Ajuda’ financeira dos patrões

Quando adoecia, ia pra usina, ia pra usina. Mandava buscar. No tempo de Dr. Alfredo. Ia prá usina, aí não tinha transporte, ia no trole. Tinha o trole, às vezes, uma gasolina vinha buscar. Chegava lá, tinha um hospitalzinho... Passava uns três dias lá no hospital. Aí vinha pra casa. Aí recebia o monte pio que dez tões e um cruzado e quatrocentos.

Quando a gente trabalhava, pagava 2 tões para cada trabalhador. Pagava dois tões para aqueles que estavam doentes. Pagavam este dinheirinho prá não morrer de fome

Severino Antônio do Nascimento

As raras, mas badaladas, realizações²⁰⁶ de assistência aos trabalhadores do açúcar²⁰⁷ eram exaltadas como ilustrações do espírito caritativo dos empregadores, embora fossem financiadas com as contribuições dos próprios empregados “com o desconto semanal

206 DP, 04.08.1942. Inauguração do Hospital Regional de Palmares. O Hospital dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar, fundado em 1946, era financiado pelos trabalhadores com desconto semanal individual de 10 cruzeiros, em 1957-1958. DP, 26.01.1958.

207 Por muito tempo, só se falava nos industriais.

de apenas 10 cruzeiros”.²⁰⁸ Muitas notícias na imprensa diziam respeito a projetos e intenções destinadas aos trabalhadores rurais,²⁰⁹ mais do que realizações.²¹⁰

Quando em certas empresas, funcionava algum tipo de prestação de serviço de saúde, nem que seja de atendimento de emergência, ele era sempre pago. José Francisco dos Santos confirma que havia um médico na usina: “Naquele tempo, pagava 1 cruzado todo domingo, toda semana.” Como para a educação, José Honório da Silva tem opiniões muito precisas a respeito:

Podia, mas o patrão não quer, porque se o patrão quisesse, no campo tinha energia, tinha escola, tinha posto, tinha dentista, tinha tudo. Antigamente, a gente pagava e tinha um posto no engenho. Se um levasse um corte, no terreiro, tava ali, isso nos 40, 50. Hoje em dia, é pros empregados dele. Tinha posto com enfermeira, parteira. No engenho

208 “Dois hospitais rurais vão ser instalados na zona canavieira”. *DP*, 26.01.1958.

O artigo menciona também a “contribuição de 100.000 cruzeiros mensais da cooperativa dos usineiros”, que era realmente uma obrigação legal, apenas parcialmente respeitada e sem nenhum controle dos trabalhadores nem do Estado.

209 A cada nova legislação de apoio, modernização, incentivo etc. à atividade canavieira inseria-se um item “social”. Assim, o Decreto No 156 de 17.11.1961 (criando o Fundo de Consolidação e Fomento da Agroindústria Canavieira) menciona, entre os objetivos dos recursos liberados, no item c, “[e]xecutar um programa de assistência social aos trabalhadores da agroindústria canavieira.” *In: DE CARLI, Gileno. Açúcar Amargo*. Recife: Cia Editora de Pernambuco, 1982, p. 105.

210 “Ontem em Aliança, lançada a pedra fundamental de um ambulatório para fornecedores de cana e trabalhadores canavieiros.” *DP*, 01.08.1954. O projeto tinha o apoio do IAA que acabara de aprovar um novo preço para cana e açúcar, notícia espalhada em toda a largura da página do jornal. No clima eufórico, falou Gileno De Carli, em seguida ao assunto dos preços, do “plano assistencial daquela entidade no sentido de dotar Pernambuco de sete ambulatórios modernos e tecnicamente bem aparelhados visando a recuperação da saúde do homem do campo, o mais precioso capital de que dispõe o país.” *Ibidem*.

tinha uma parteira. O patrão mandava um carro pra casa do morador onde tivesse socorro. Se não ele desse certo, ia pra usina. [...] Quando saía um enfermeiro, encostava outro. Dava cobertura, dava. Agora, ela dava mas descontava, era pago. A gente pagava, por semana; eles tiravam 3 mil réis, mas também se a pessoa adoecesse naquela semana, não pagava. Porque pagou doente, aí era recebia 3 mil réis. Era o grito, chamava-se o grito. O homem tá doente, olhe os 3 mil réis dele, em uma espécie de seguro [risos]. Isso era nos engenhos da usina.

A tão badalada ajuda dos patrões em caso de necessidade crucial, vital, de ordem médica limitava-se, no melhor dos casos, em empréstimos de dinheiro para enfrentar os custos do atendimento. Nem mesmo em caso de nascimento, o momento ideal de demonstrar o famoso carinho que ligava supostamente as famílias empregadora e empregada, os trabalhadores recebiam ou testemunhavam apoio, qualquer que fosse. Tratando-se do trabalho das parteiras, José Inácio da Silva afirma: “O engenho não tinha despesa de nada.” José Batista do Nascimento garante que não recebiam ajuda dos plantadores: “O senhor de engenho? O senhor de engenho não. Tinha que tomar dinheiro emprestado. Ruim, era um bicho!”

Severino Sebastião Santana mostra a dificuldade das famílias em financiar o socorro médico. Nem mesmo crédito conseguiam junto aos empregadores.

Ah! Era sacrifício! Era sacrifício. O camarada era... era morrer, era morrer, naquele tempo, porque não tinha onde buscar. Vamos tomar emprestado. Se tivesse um bichinho pra o camarada vender, o camarada vendia. Ah! Estava apertado pra aquele que estava doente. Porque o proprietário (algum que, às vez, emprestava um dinheirinho) mas, às vez, o camarada já estava devendo a ele! Ele não queria nem emprestar mais. É.

6.3.12 “Por ordem do patrão”

Raras oportunidades são mencionadas em que os empregadores forneciam algum tipo de auxílio, mesmo na forma de empréstimo. Odilon lembra que ver um médico era muito difícil, mas que já havia tido casos em que o “patrão dava uma ordem pro médico, né?” José Peagentino dos Santos diz que a ordem era para o “[f]armaceiro. Passava pelo farmaceiro. Era. Era difícil passar pelo um Doutor mermo.” Severina Benvinda garante que, em certas circunstâncias, conseguia: “Falava lá com o usineiro, o dono do engenho, aí então conseguia levar no médico.”

Além da distância, dificuldade de acesso, o maior problema era mais uma vez financeiro, pois, apesar de todas as qualidades atribuídas à ‘morada’, a generosidade dos empregadores não se manifestava em cuidados médicos: “É, pagava...” Joaquim Pedro da Silva. A falta de assistência médica no tempo passado ainda revolta muito os entrevistados:

“Nada! Saúde nada! Não, senhor.” *José Pereira de Lima*

“A saúde, chegava em casa com febre, botava a panela de... de... de... como é meu Deus, que me esqueço? Eucalipto, a minha mãe botava pra gente beber aquilo direto, aquela febre passava. Não havia doutor. Havia doutor, mas pra quem tinha isso...”

[Para quem tinha dinheiro.] Quem não tinha nada...

[E o patrão não pagava.] O quê? Se pedir ao patrão: “Patrão, me empreste 2000 Réis.” “Tem não, vá trabalhar. Não tem, não.” Aí o cabra tinha que se virar com aquilo ali, passar aquele aperreio assim mesmo.” *José de Andrade*

“[Quer dizer que ele não dava remédio não?] Não Sra. Não Sra. Minha mãe contava que meu avô morava em Pau Amarelo, perto de Serrinha, e chegou o dia que minha vó descansou e pra ela tirar o resguardo, foi com garrafa de mel de furo, entendeu? E cará do mato. Se tivesse aquele cará do mato, botava no fogo, pro mode tirar o resguardo, tá vendo? Situação triste.” *José Batista do Nascimento*

6.3.13 Hospital: “Só no Recife!”

A inauguração do Hospital Barão de Lucena²¹¹ suscitou elogios na imprensa. O *Diário de Pernambuco* proclamava em toda a página: “Arrancando o trabalhador rural das garras da doença e da miséria”. A presença do presidente da República JK prestigiava o “capitão da indústria” José Pessoa de Queiroz, que representava sua classe na cerimônia. A aplicação da taxa pública para atendimento médico e social dos trabalhadores do setor era mostrada como efeito da inclinação caritativa e moderna dos empregadores. Gilberto Freyre congratulava, na ocasião, o usineiro, seu “espírito público”, e as instalações que lhe deram “a impressão de estar na Alemanha”.²¹² Um subtítulo precisava que o objetivo era: “[a] verdadeira Paz Social”, segundo as palavras de JK, “cimentada na perfeita e fraternal compreensão entre empregadores e empregados”,²¹³ retomando a temática do “espírito de solidariedade humana do industrial”.²¹⁴

No entanto, raros os trabalhadores que mencionam seus serviços. “Antigamente era distante. Era muito difícil, era difícil ir pro hospital,

211 O hospital destinado aos trabalhadores da indústria do açúcar existia desde 1946. Sua localização no Recife (em Casa Forte) fora criticada em artigo de Pedro Afonso de Palmares: “onde não há, na realidade, trabalhadores em tal indústria [...] é no campo que se fabrica a matéria prima.” DP, 09.06.1953. Ver o estudo pioneiro FERREIRA Filho, José Marcelo Marques. *Corpos exauridos: Relações de Poder, Trabalho e Doenças nas Plantações Açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-73)*. Recife: UFPE PPGH, 2012.

212 DP, 19.01.1958. O próprio nome do “nosocômio” – ‘Barão de Lucena’ – era uma homenagem “ao governador de Pernambuco que instalou as primeiras usinas em 1890.”

213 “Inaugurado solenemente o hospital que os usineiros de Pernambuco construíram”. DP, 21.01. 1958, p. 12.

214 Entre outros o Deputado Armando Monteiro Filho, discursou em nome dos usineiros. “Em nossos dias, Sr. Presidente, de modo geral o industrial pernambucano, além do sentido humano que emprega a sua tarefa, levando a felicidade e o conforto a todos que dela participam, encara o problema da redistribuição de renda como um dos fatores mais afirmativos da prosperidade econômica.” Ibidem.

só no Recife. Só no Recife, e agora por todo canto...”, assegura José Honorato dos Santos. “Quando era um acidente grande, de quebrar um braço, uma perna, o chefe mandava pro Recife”, recorda Amaro Carneiro da Silva. Antes, os serviços procurados estavam no Dom Pedro II, como conta Arlindo Nascimento:

Quando adoecia tinha que procurar, né? O hospital. Na época que era em 35. Aí o cara simplesmente mandava levar pra Nazaré. Chegava lá, quando não dava jeito, não tinha ambulância, não tinha carro de passeio, e ninguém podia pagar. E não tinha carro de passeio nem ambulância. Em Nazaré esperava pelo trem, Itabaiana: botava no trem, tirar na central... No Recife, botava em Dom Pedro. Perto da Central.

Mesmo quando conseguiam com “aquele povo zangado” da usina um transporte para o hospital, o desenlace nem sempre era o esperado.

A minha mãe morreu, a minha mãe morreu. Quebrou um braço, quando ela foi do lugar que morava pra o hospital, trouxeram num carro-de-boi. Quando ela chega na casa de saúde, o braço tava quebrado, que foi caso que não tiveram condição de acertar e ficou pior e ela se acabou. Tudo era a usina São José, aquele povo zangado e tal; eles não conta quantas tem não. Quer dizer que aquele tempo era mais melhor do que hoje não. *João Oliveira da Silva*

Acidente de trabalho do Engenho Boa Fé²¹⁵

Muro desaba sobre um trabalhador que se encontra, em estado grave, no PS,²¹⁶ José Ferreira de Assis de 10 anos sofreu uma fratura exposta na perna. No dia seguinte a sua admissão, ele morreu.

215 DP, 11.07. 1944.

216 Hospital de Pronto Socorro, no Recife.

Poucos trabalhadores mencionam a ajuda da usina para o transporte de acidentado do trabalho ou doente grave para um consultório ou hospital: “A máquina que levava, a máquina da usina, que carregava cana, o tróleu do engenho – cada um engenho tinha um tróleu – levava pra usina...”, lembra Severina Maria da Silva. Luis Batista do Nascimento precisa: “Quando era caso muito grave, eles transportavam pra o Recife ou pra um hospital, né?”

A experiência concreta dos trabalhadores rurais quanto às instalações mais modernas em termos de assistência médica no setor canavieiro não correspondia, portanto, à lenda dourada dos caridosos senhores de engenho, tampouco aos relatos extasiados de tantos artigos de jornal, deslumbrados com o sentido “social” de dado empresário considerado como moderno, até nesse aspecto.

Outra linha de argumentação da imprensa estava no uso tão apropriado da pequena parcela do valor do açúcar e das canas que garantiria por lei – gratuitamente para os trabalhadores – assistência médica e social.

Salientam os usineiros de Pernambuco, que independentemente das crises em que se vem debatendo, de longa data, a agroindústria açucareira pernambucana [...] procurou suprir as deficiências dos serviços públicos, não só instalando hospitais, ambulatórios, maternidades, como uma rede de ensino escolar.²¹⁷

Antigas ou modernas, as empresas não ofereciam, segundo os próprios atores sociais, as dádivas que a literatura louvara tanto.

217 Documento dos produtores de açúcar ao Ministro Roberto Campos do Planejamento e Coordenação Econômica, de 24.03.1965. In: DE CARLI, G. *Açúcar Amargo*. Op. cit., p. 147.

“[Quando você tinha uma emergência, alguém adoecia o que é que fazia?] Aquele que chegava no..., naquele patrão que, às vez, lá em cima era os proprietários, né? Aqui era o senhor de engenho, quando tava doente ele é que ia na casa do patrão. Ele, às vezes, arrumava um dinheirinho, viu, pra se comprar um remédio; e às vezes, dizia que não tinha responsabilidade de arrumar dinheiro a ninguém. Cada qual que se fizesse, que o mundo era grande se quisesse que trabalhasse prá ele era assim. Viu, o negócio de primeiro meio desacerto prá o trabalhador.

[Não tinha onde buscar?] Não tinha, não senhor.

[Não tinha hospital, posto de saúde, não tinha nada?] Nada, neste tempo não tinha sindicato. Não tinha posto de saúde. Não tinha nada, só tinha nesses canto grande. É, se não fosse assim, morria.

[Seu pai morreu de que?] Ele morreu em 42, morreu de doença, mesmo. Eu sei que quando ele findou-se, ele me chamou para a beira da cama e disse: ‘Severino’ Eu disse: ‘Sr.’ ‘Venha cá, meu filho.’ Eu fui. Ele disse: ‘Olhe, dessa eu sei que não me levanto mais.’ (Ele fazia dois anos que estava em cima da cama. Repare mesmo. A pessoa sofrer em cima de uma cama dois anos, não é brincadeira não.) ‘Dessa eu sei que não me levanto mais, apois eu lhe peço, meu filho, eu sei que você vai precisar uma companheira, mas não despreze sua mãe.’ Outra que ele me disse: ‘Severino, eu já disse que você tá feito, né?’ Disse outra: ‘Eu não quero você sentado em mesa de fornecedor e outra com camburo de bozó na mão.’ Repare quando foi isso, em 42. Mais ainda hoje vivo cumprindo o recado de meu pai.

[Mesa de fornecedor, era mesa de bar?] É.

[E o bozó, era jogo?] Era jogo.

[Não queria você tomando cachaça, nem jogando?] Nem jogando. E nisso eu vivo, e nisso eu vivo.” *Severino Barros Lima*

As limitações do espectro de cuidados que a usina estava disposta a oferecer, quando o fazia, é também lembrado por Anísio Francisco da Silva.

Sobre a saúde era meio difícil é meio difícil, porque na usina, às vez, tinha um posto mais só era mesmo pra fazer curativo essas coisas né? Mas a vez pra cidade por uma dificuldade, o camarada passava a vez pra cidade era muito difícil né? Mas tinha dificuldade grande, na saúde tinha muito mais, muito

mais do que tem agora muito, muito mais. [O que as pessoas faziam quando adoeciam?] Sempre era o negócio era chá, rezadeira essas coisas. Era sempre essas coisas.

Certo entrevistado faz questão de sublinhar que ainda não está satisfeito com o atendimento que recebe, embora a situação houvesse melhorado, por exemplo no combate às doenças infecto-contagiosas. Como Scheper-Hughes observou, seguindo Marcel Mauss, a doença é também uma linguagem usada no mundo dos canaviais.²¹⁸ Vários autores trataram da temática dos enterros, como sendo uma reivindicação importante no sentido da dignidade, de ter um caixão pessoal a levar para o cemitério, em vez da rede ou do caixão emprestado pela prefeitura. Poucos entrevistados mencionaram o assunto. Apenas um considera injusta a perda dos sítios, que permitiam criações potencialmente capazes de financiar precisamente um caixão. Isso parece ser um pouco a ideia veiculada por

218 “‘Corporificação’ diz respeito às formas pelas quais as pessoas chegam a ‘morar’ dentro de seus corpos de tal modo que elas se tornam ‘habitadas’ em todos os sentidos do termo. Este é um jogo com o sentido original da palavra ‘habitus’ utilizada por Marcel Mauss (um termo posteriormente apropriado por Pierre Bourdieu), que significava todos os costumes adquiridos e as táticas somáticas representadas pelas ‘artes culturais’ de usar e ser dentro do corpo e do mundo.[...] Neste intercâmbio de significações entre o corpo pessoal e o corpo social, o corpo faminto e nervoso do cortador de cana oferece a si próprio como metáfora e metonímia do sistema sócio-político e da posição fraca dos trabalhadores rurais no sistema de trabalho atual que sobredeterminou a maior parte de suas vidas como crianças e adultos, os trabalhadores empregam uma linguagem do corpo que pode ser vista como uma forma de rendição e uma linguagem de derrota. Mas pode-se também vislumbrar o drama do deboche e da recusa. Pois, se a doença popularmente conhecida como ‘nervos’ ataca as pernas, ela deixa os braços e as mãos não paralisadas e livres para praticar um tipo de trabalho que arruíne menos o organismo, tal como cabeleireiro. Assim, os homens jovens que sofrem de paralisia nervosa podem e realmente pedem, como seu legítimo direito enquanto ‘doentes’, para que seus chefes políticos lhes dêem um emprego alternativo no qual possam ‘trabalhar sentados.’” SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit., p. 184 e 186.

Josué de Castro na escolha do título do capítulo “A reivindicação dos mortos”, onde trata desta questão na sua famosa obra, ela mesma de título evocador *Sete Palmos de Terra e um Caixão*.²¹⁹ “A humilhação suprema para essa pobre gente, cuja vida não passa de um rosário de humilhações”,²²⁰ nas palavras desse autor.²²¹

José Francisco de Souza, um dos principais dirigentes da LC de Galiléia, explica para um jornalista:

“Veja, moço. Antes da Liga, quando um de nós morria, o caixão era emprestado pela Prefeitura. Depois que o corpo era levado à vala comum, o caixão voltava para o depósito municipal. Hoje a Liga paga o enterro e o caixão desce com o morto.”²²²

Aliás, sobre assunto tão delicado, o próprio Julião se pronunciou:

Gostaria, *en passant*, de acabar com a lenda segundo a qual o objetivo principal da Sociedade Agrícola de Galiléia, célula-mãe da Liga Camponesa, teria sido a criação de um fundo de reserva destinado à compra de pequenos caixões para enterrear as crianças que, na região, morriam feito moscas. Trata-se muito mais de um pretexto do que de um alicerce; trata-se de uma afirmação exagerada, pois no Nordeste brasileiro, a

219 CASTRO, J. de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 21.

220 Idem, p. 28.

221 A esse respeito, a antropóloga americana escreve: “A população rural da Zona da Mata sempre teve que lutar para garantir para si e seus entes queridos um enterro decente; isto acabou por significar, nas palavras de Zé de Souza, um membro fundador das Ligas Camponesas, ‘sete palmos de chão e um caixão’. Esta palavra de ordem se tornou o grito das Ligas Camponesas que adotaram como um dos seus primeiros projetos a mobilização rural em torno das necessidades de enterro para os mortos: direitos sobre a terra para os defuntos em vez dos vivos.” SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit., p. 253.

222 CASTRO, J. de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 29.

morte de uma criança é acolhida mais como uma graça do que como tragédia.²²³

6.4 Moradia e vestuário

6.4.1 A moradia

O cabra tinha liberdade, viu, de ser sujeito pra trabalhar instantaneamente, mas não tinha. Cadê o dinheiro pra fazer nada.

Severino Barros Lima

A moradia, a casa cedida pelo empregador no engenho, seria também uma das dimensões positivas da ‘morada’. No entanto, os trabalhadores não podiam construir sem autorização sob pena de expulsão.

Relatório de polícia

Expulsão do trabalhador rural João José dos Anjos, filho de um morador que passou 75 anos no engenho.

“Construiu uma palhoça para a moradia de sua família. Explicou que assim procedeu em virtude de não poder morar com seu pai por falta de espaço vital. Não podendo continuar, como vinha, morando ao relento com três filhos e a esposa grávida assim procedeu construindo a sua pequena moradia.”

O mesmo relatório desvenda outro caso que motivara a investigação. Não houve “invasão”, mas oito moradores

que em defesa das suas lavouras reuniram-se para extinguir três formigueiros, aproveitando a oportunidade para tirar madeirames para consertar os seus casebres. Segundo nos

223 JULIANO, F. “Cambão”. Op. cit., p. 94. Essa frase corresponde ao controverso fio condutor do livro de Nancy Scheper-Hughes, *Death without weeping*, Op. cit.

informou o proprietário do Engenho, o vereador R. L. do Cabo tomou parte ativa na destruição da mata.²²⁴

A decisão de construir, reformar, bem como a localização e implantação da casa eram também sujeitas à autorização do plantador, ou de seu preposto. Os trabalhadores executavam, como explica Manoel José Alexandre: “O patrão ajudava a fazer. Era casa de taipa de madeira. O camarada fazia onde ele mandasse, no meio do mato, seja onde fosse. Mandava derrubar o mato. O camarada fazia a casa, pagava pra fazer a casa. O camarada ia morar ali, criava a família.”

Choupanas enfumaçadas e infestadas por moscas, bebês famintos e cabras esfomeadas brigando por restos de comida em pratos de metal colocados no chão de terra batida. Homens sem camisa mostrando peitos côncavos, fumando cachimbo para acalmar dores internas. Mulheres acoradas perto de seus fogões a lenha ou carvão, ombros caídos e inchadas a meio corpo onde, inevitavelmente, uma outra boca aguarda nascer e esmurrar.²²⁵

224 Relatório de polícia, 21.04.1960 dos investigadores a cavalo, n. 5 e 239. SSP 8098. Doc. 7.

225 *Apud* SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit., p. 10. “A tese original, e em muitos aspectos ainda central de minha pesquisa e deste livro, é o amor e a morte no Alto do Cruzeiro, e mais especificamente, o amor materno e a morte de crianças. Trata-se de cultura e carência, ao mesmo tempo material e psicológica, e seus efeitos sobre o pensamento e a prática morais, particularmente sobre ‘o pensamento materno’, um termo que tomei emprestado de Sara Ruddick. Quais os efeitos da fome crônica, da doença, morte e perda sobre a capacidade de amar, confiar, ter fé e mantê-la no sentido mais amplo destes termos? Se o amor materno é, como alguns psicólogos bio-evolucionários e desenvolvimentistas, bem como algumas feministas culturais acreditam ser um roteiro feminino ‘natural’ ou pelo menos previsível; o que isto significa para mulheres para as quais a carência e morte fizeram este amor desvairado? [...] A violência cotidiana da vida na favela e a loucura da fome, em particular, tornaram-se o objeto do meu estudo, no qual o caso específico do amor materno e da morte de criança era um aspecto.” *Idem*, p. 15 e 18.

6.4.1.1 *Localização: Arruado vs sítio*

Na topografia da plantação, as áreas reservadas à habitação contavam formas dispersas e concentradas de edificações. Nesse último caso, era o arruado de engenho ou, mais tarde, a vila da usina, a última versão dessa concepção sendo a agrovila. Amaro Rosendo Fagundes lembra: “Nunca morei em arruado. Mas tinha gente que morava no sítio e tinha gente que morava no arruado, naquela época.”

No período estudado, predominavam habitações para famílias individuais. A situação ideal, ou melhor, idealizada era de casinhas isoladas, circundadas por áreas de plantio de lavoura branca sombreada por algumas árvores frutíferas. O arruado era herdeiro da senzala, inclusive do ponto de vista arquitetônico. Às vezes, era situado nas partes baixas do engenho, geralmente perto da casa grande e das edificações utilitárias ligadas também ao funcionamento do segmento industrial (eventual ou passado) do estabelecimento.

Morar no arruado não parece ter sido uma aspiração dos entrevistados, pois implicava em desvantagens de diversas ordens: “Mas só podia ter menos terra pra trabalhar, e podia ser mais diarista porque se eu moro lá no córrego, chegavam de caminhão pra descarregar a noite, chegava um negócio, ele não ia me chamar, chamava os do arruado, que era mais perto e tinha serviço o tempo todo”, conta ainda Amaro Rosendo Fagundes. Esses dois aspectos, os mais óbvios sem dúvida, são considerados altamente prejudiciais ao bem estar do trabalhador e de sua família.

Aliás, não é opção do trabalhador escolher entre uma localização e outra para alojar sua família. João Francisco dos Santos explica: “Antigamente eles davam a casa, ou no arruado ou no sítio, e acabou-se.” José Honório da Silva rememora essa tensão e os argumentos evocados pelo patronato para transferir populações já instaladas na terra.

Tinha pouco arruado. Era umas casas nos córregos... Quando eu cheguei, quando a gente chegou, mandou fazer três arruados e já começou o arrocho em cima do trabalhador. Começaram a puxar os moradores do córrego para os arruados, dizendo que ficava mais perto da venda, ficava mais difícil dar cheia e então foi melhorando as coisas. Quer dizer, foi melhorando por este lado, e por outro foi piorando: o pessoal pensando que tava melhorando, e ficando pior porque foi tomando a terra. Aí tinha um sítio, com coqueiros, plantava dois três pés no meio. Aí foi emendando que hoje é cada praia enorme, mas que era do povo. Hoje em dia a gente não passa nem perto, se for vai pra bala.

Mas a opção pelo sítio, com a implicação nem sempre verificada de acesso à terra para plantar, não provoca a unanimidade. Segundo Amaro Carneiro da Silva, de Serinhaém, “[a]s moradias sempre eram distantes. Às vezes, gostava de criar que era mode o bicho não aborrecer o vizinho.” Eugênio Benvindo Freitas, de Itaquitinga, lembra dos inconvenientes ligados à distância sobretudo para aqueles que podiam ser recrutados para tarefas industriais.

Morava no engenho, trabalhava no engenho. Morava no engenho. Dias até trabalhando no engenho, de não dormir nem em casa. Dormir no engenho mesmo que não dava tempo vir pra casa, morava longe. Trabalhava naquela era em engenho moendo, fazendo açúcar bruto. Aí não dava tempo, aí eu dormia.

Mesmo morando na propriedade, as distâncias entre os pontos mais afastados dessas enormes extensões podiam constituir estorvos consideráveis para os trabalhadores, desprovidos de qualquer meio de transporte, pois, como se verá adiante, a criação de animais de monte era proibida ou impossível. Eugênio continua: “Morava nas terras do engenho. Era que as casa eram longe, e no engenho pegava já de 10 horas da noite, de 11 e não dava tempo para ir pra casa porque, quando chegava em casa, era muito tarde. Era melhor dormir no engenho. Eu dormi muitas noites no engenho, sem ir

pra casa.” José Francisco Paiva lembra da vida de seu pai: “E cativo pra trabalhar, a gente via meu pai de oito em oito dia! Trabalhando dentro do engenho.” Antônio Santana da Silva, órfão, sustentando sua família desde os 13 anos, descreve um percurso ascendente ou descendente na vida dos empregados rurais: ir morar no arruado, às vezes, em acomodações coletivas como as utilizadas pelos corumbas, significava um declínio; ter sítio, ser morador era signo de uma posição menos vulnerável, embora os aspectos concretos (o estado da casa) fossem equivalentes. “A casa era de taipa, sempre, toda vida. Nunca morei numa casa boa! Nunca morei numa casa boa!”

Localização e distribuição geográfica dentro do engenho com essas diversas possibilidades não garantiam em si, portanto, proteção alguma aos trabalhadores: nem quanto à escolha do local de moradia, nem quanto aos horários de trabalho e disponibilidade para tarefas suplementares em horas extras. Esse aspecto, fora, muitas vezes, singularizado pelos analistas como definidor de estatuto pessoal dos trabalhadores ou até mesmo de modo de produção vigente na atividade, senão na região.

Joaquim Pedro da Silva enfatiza a privacidade que as moradias espalhadas nas encostas, rodeadas por sítios, garantiam à família: “Era feita com... que nem hoje aqui não, porque tudo é pegado. Nesse tempo, a casa era tudo solta, longe uma da outra.” Ele descreve também a distribuição interna dos espaços: “Tinha... quatro repartimento, cinco. Casa que... de 10 palmo, 6 palmo, tudo pequena, né?” Mas, perguntado se era muito pequeno, retruque: “É. Hoje em dia é que é! Era de barro, às vezes, tinha vez de espiar assim prá telhas, via era os pombos passando nas telhas, arredor de mata. Naquele tempo, o sítio era aqui, o outro lá no fim do mundo, e o povo era mais pouco. As casas, era longe uma da outra.”

A proximidade de áreas ainda não desmatadas dá vazão a lembranças que poderão ser interpretadas como alimentando ou justificando as visões de cunho bucólico elevadas à condição de memória coletiva

por outros atores sociais. São oportunidades raras nas entrevistas. Pois, pode ser também uma maneira elegante e delicada de aludir à falta de proteção que o telhado esburacado causava na ocasião das grossas chuvas corriqueiras na região. Por outro lado, como foi visto, os trabalhadores rurais eram muito sensíveis à fauna nas matas e rios.

6.4.1.2 “*Casa fraca*”²²⁶

Casa de palha, toda esburacada, não tinha reboco, não tinha piso, não tinha nada, não tinha banheiro. O banheiro era no mato. Não tinha nada na vida. Tinha morador no sítio que do mato se via na parede o lado de dentro da casa.

Amaro Pedro dos Santos

A epígrafe descreve a casa dos trabalhadores rurais em termos que lembram uma canção infantil famosa, todavia não carrega consigo poesia alguma. A expressão comum nos testemunhos é de rejeição. “Não. As casa não prestava porque era umas casa feia, nojenta, esburacada”, condena Cassiano José de Sena. Todos concordam: a casa não era boa. Sua descrição se resume, muitas vezes, a dois termos brutos, segundo Odilon Caetano da Silva: “barro e madeira.” Amaro José de Sena é mais enfático: “Muito péssima. Era de barro, de madeira tapada de barro, sem reboco, o piso era o próprio chão também. Então que era tudo péssimo.” Vários entrevistados sublinham que a situação é perene: “As casas toda vida foram mal. As casas eram de taipa”, segundo José Barbosa do Nascimento, confirmado sucintamente por Antônio Joaquim dos Santos: “Casa de taipa. Casa boa, não.” Antônio Virgínio da Silva deixa perceber sua indignação por ter sido obrigado a viver em tais condições:

226 Luís Batista do Nascimento.

As casas, olhe, a casa naquela época, a casa do pobre, com licença da palavra, era um chiqueiro. Era um chiqueiro mesmo. Porque olhe, o camarada trabalhava. Quando chegava, chegava com os pés cheios de lama, cheio de tudo, entrava dentro de casa, no barro. Quando era de noite, a casa tava preta de cor de carvão, dos meninos andar dentro de casa. Aquilo não tinha higiene de nada, não!

Alguns entrevistados podem comparar com suas presentes condições: “A moradia, olhe, a moradia toda vida foi péssima. Veio melhorar depois, desse desenvolvimento pra cá foi que melhorou, tudo melhorou. Mas antes tudo era péssimo”, diz José Felipe Santiago. Antônio Maurício Domingo evoca a fragilidade da construção: “na época, não existia casas de alvenaria. Houve uma tempestade, então as casas foram caindo.” Outros insistem que a situação não mudou: “Ainda moro lá numa casa velha de taipa, só o Sr. vendo”, lamenta José Pereira de Lima.

6.4.1.3 Responsabilidade pela construção e manutenção da casa

Em teoria, o uso da casa funcionava como pagamento de uma parte do salário *in natura*. O que implicava na manutenção das instalações. Caso contrário, corresponderia a uma diminuição salarial. Os empregadores falavam de “foro da casa”, todavia, só assumiam responsabilidade inteira pelas habitações dos trabalhadores rurais, quando se tratava de destruí-las.²²⁷ As casas eram propriedade da empresa, edificadas onde e como as diretrizes patronais determinavam, embora com a mão de obra dos próprios habitantes. “O senhor de engenho não se importava quando a casa tava pingando no inverno”, reclama Amaro Rosendo Fagundes.

Em certos casos, particularmente em terras diretamente exploradas pelas usinas, encontrava-se o tipo de tratamento que as demais

227 Ver 7.4 Precariedade da relação empregatícia. Expulsão.

casas de vilas operárias normalmente recebiam. “E ela quando tava ruim, a companhia mandava consertar, ajeitar, mandava”, afirma José Severo da Silva, de Igarassu. Inácio Antão Dias, também de Igarassu detalha:

Era a usina. O engenho, o administrador do engenho fazia a casa. Era o carpinteiro do engenho mesmo. Tinha carpinteiro, marceneiro, tinha tudo ali. Não faltava nada no engenho. Hoje em dia é que... a gente mora uma casa que tá se afundando de chão a dentro e a gente não pode fazer, consertar a casa. Pegaram muita gente no sítio, tiraram pra ir pra vila... Chega nessa vila, não faltava nada, pra mim não faltando água não faltava nada. E garantiram fazer as casas dos moradores de alvenaria. E hoje em dia, se fala nisso. É capaz de ir preso, porque eles querem endireitar as casas. Pelo menos é sair o morador que está chegando, eles tão derrubando.

Responsabilidade da empresa, que pode mesmo ter sido, até certo ponto, coerente com o tratamento dispensado a espaços industriais, na tradição empresarial dos patrões modelos, mas que expressa também o poder de pressão que a propriedade empresarial da habitação dos trabalhadores, seja espalhada nos sítios, seja agrupada em agrovilas modernas, traduz. Aliás, a modernidade aparente na própria atitude ou mesmo nos materiais pode ser enganosa. Perguntado se as novas casas da vila haviam sido feitas em alvenaria, Inácio Antão Dias descreve: “Nenhuma. Fizeram duas casas na frente lá... por fora, e no centro da casa a madeira velha tá lá.” Potemkine não desaprovava.

Herança da plantação escravista ou extensão mesmo imperfeita das vilas operárias tidas como modelo, a responsabilidade da empresa nem sempre estava convenientemente exercida, como testemunha Moisés Alves Correia de Itaquitinga: “Quem fez [a casa] foi eu.” Entretanto, José Batista do Nascimento mostra que os respectivos papéis eram teoricamente distintos: “A casa era feita pelo

engenho... Quando tava chovendo dentro, aí a gente cobria novamente. [Mas era você que fazia?] Não, o engenho mandava.” Mesmo quando a casa havia sido devidamente erguida pelo proprietário, sua manutenção era assunto de constantes queixas, como as de Eugênio Benvindo M. Freitas, de Itaquitinga:

Casa de taipa, toda esburacada. Era peça caindo, uma coisa e outra. Não endireitava nada, não. A gente por vontade da gente era quem via que aquilo ia cair por riba da gente, a gente botava um esteio, botava uma prancha, ajeitava, arrumava um rolo, uns pedaços de tábuas, fazia uma portazinha, e botava para não ficar de fora.

Antônio Maurício Domingo fornece mais detalhes, mostrando o campo de conflito potencial com o empregador:

Coberta era de palha. Então pra isso ele [o proprietário] era fechado demais. Ele exigia que cada morador conservasse sua casa porque ele disse que não tinha recurso e nem marcava. Ele dizia que a casa era nossa. Até que um dia, eu comecei ficar de idade e cheguei lá no engenho meio desesperado: “Ninguém dormiu esta noite porque o senhor não mandou consertar a casa.” Ele falou: “A casa é sua.” “Mas dinheiro eu não tenho para consertar a casa; eu não tenho o serrote, não tenho o dinheiro pra comprar o prego, não tenho a escada para tirar a palha.” Ele falou: “Você se vira!” “Mas você está sendo muito é grosso com os moradores. Os moradores vão ficar morando na chuva direto.” Mas ele não abriu mão.

Amaro Rosendo Fagundes usa a mesma expressão, quanto às responsabilidades sobre a manutenção da habitação: “Tudo limpinho, mas não tinha uma casa mais ou menos, era chão batido, chovia dentro. Se virava! O senhor de engenho tinha nada que ver com isso. Nem ligava...”

A atitude patronal, segundo Pedro Porfírio Domingo, mudou no engenho onde mora.

A casa, eu compreendo que naquela época, a casa mermo, eu tiro pela minha casa, era mais conservada do que hoje; quando falava pra o patrão, no instante ele mandava endireitar assim que olhava. A casa de taipa, mas era boa. Era cobertinha, e hoje ele vem negando, ele vem negando pra não ter essa despesa. Às vez, o pobre do morador é que tá obrigado a consertar a casa. Se o que ganha já é pouco, consertar casa dos outro sem ser sua não tem condição, a não ser que lute, né? E por aí, às vez, muitos coloca na justiça pra ver que a casa não cai por cima. O teto, quando dá um pé de vento, ele vai embora. E uma casinha já cansada, de muitos tempo, ela não vai embora, não?

Casa sua, dizia o senhor de engenho quando eram pedidos reparos básicos. Casa dos outros, retorque o morador. Dialética do proprietário e do inquilino, pois o aluguel, não aparente, fazia parte do salário do trabalhador. Manoel João Pereira testemunhou também variações de atitudes entre membros de uma mesma família de proprietários, mudanças dinásticas, por assim dizer, que afetavam duramente a vida cotidiana dos trabalhadores.

Então o senhor de engenho, quando era vivo, ele cuidava do engenho, consertava as casas. E depois ficou quatro filho e a viúva, ele morreu. E ficou nas unha dos filho. Os filho não continuaram cuidando do engenho. Arrendaram à usina, essa tal de Olho D'água. Esse pessoal passaram a ficha pra usina. E então quando fala pra consertar uma casa, aí quem trabalha na usina, fichado, a usina ainda vem e conserta, né? Mas pra quem é a classe de aposentado, a usina diz que não tem como consertar. Os aposentado, às vez, não tem a possibilidade de consertar, e entonce as casa continua caindo. Eu, porque sou muito ativo, ainda enripo, ainda pinto, ainda faço uma coisa e outra. A minha não deixo cair. Mas tem muitos pobre, coitado que... lá perto de mim tem que a usina não conserta; o engenho, pior.

Atitudes diversas, portanto, dentro da classe patronal que não respondiam nem à divisória clássica entre usina e engenho, nem

a tradições benevolentes de famílias proprietárias. Era apenas um meio de pressão do patronato contra os trabalhadores. No caso, contra os aposentados que se tentava afastar das terras onde labutaram toda sua vida. Deixando cair a casa, esperava-se que eles deixassem a propriedade “de livre e espontânea vontade”. Aparecem também as inúmeras competências dos trabalhadores rurais, como José Antônio da Silva:

A gente fazia. Quando caía um torrão de barro, ajeitava. Alguns iam esperar pelo administrador, pelo fiscal. Fazia tudo isso. Até que acabaram com tudo. Acabaram e tão na promessa de acabar mais. Botaram meio mundo de gente, trabalhador cheio de filhos [eleva a voz na palavra “filhos”] pra dar de comer. Botaram pra fora.

Parede ruim matando doméstica²²⁸

A doméstica Judite Maria de Almeida (casada, 27 anos, residente no engenho da Barra, Vitória de Santo Antão) foi vítima na tarde de anteontem do desabamento de uma das paredes de sua casa, tendo em consequência sofrido fratura completa dos ossos direitos da perna, da bacia afora contusões e escoriações generalizadas. Internada e operada, ela faleceu.

Portanto, a casa constituía uma alavanca fundamental na permanência, mas também na expulsão dos trabalhadores rurais.

6.4.1.4 Os materiais de construção

Eram de taipa, coberta de palha, aquele rancho, pronto.

Amaro Rosendo Fagundes

Casas de taipa, disseram todos os entrevistados. “As casas eram de taipa, coberta de palha, outras de olho de cana”, descreve Amaro

²²⁸ JC, 19.11.1961, p. 7.

Carneiro da Silva. E todos concordam. “Toda vida foi de taipa”, reforça Severino Sebastião Santana. No entanto, certa diversidade existia na paisagem das plantações, diversidade essa muito significativa, não apenas em termos concretos de conforto ou solidez das construções, mas também de distinção social, como explica José Antônio de Lima: “As casas, algumas eram de alvenaria, no pátio do engenho. A maioria era de taipa, de telha. E nos sítios era casa de taipa coberta de palha. Piso não se fala, dentro da lama. Energia também não existia.”

Para as casas dos trabalhadores rurais, os materiais de construção empregados eram apenas os mais simples, disponíveis e abundantes no local. A grande maioria “era coberto de palha, coberto de sapé, foi que eu conheci muito... muitas casa coberta de sapé pelos sítio”, confia Cassiano José de Sena, de Rio Formoso, que levanta leves diferenças entre as habitações da sede e dos sítios: “Às vezes, não cobria de sapé no próprio engenho, mas pelos sítio era de sapé, de palha, mas era assim. Já no pátio do engenho, era que eles aliviava mais uma casinha, fazia melhorzinho uma casinha. Mas sempre não prestava. Boa só era as deles, não sabe? Dos ricos.” A mesma expressão é usada por Generino Luis da Silva, de Igarassu, quando lhe perguntam se a casa era de taipa: “Tijolo, quem falava em tijolo era... Em tijolo ninguém falava nada. [Risos] Tijolo era coisa de rico. Era. [continua rindo].” Abílio Luis Ferreira discerne uma questão de época: “Essa história de alvenaria, isso é novo.” José Damião da Silva explica que o barro era próprio dos trabalhadores rurais:

A casa de tijolo ou era a casa de moradia do senhor de engenho, ou era a senzala, ou encaixamento do açúcar do engenho, ou então a casa de algum feitor. Ou então quando o senhor de engenho tinha mais primo, umas propriedade dentro pra valorizar mas fazia devagarinho, aquelas casa de taipa já muito velha quando precisava de conserto, que o meu patrão mermo, inventou de botar abaixo as de taipa

e fazer de tijolo. Foi fazendo, foi fazendo, foi fazendo, foi fazendo... Ficou bem pouca casa de taipa, quando ele morreu, pra fazer. E hoje ainda tem muitas casa de taipa por os engenho. Muitos botaram abaixo e bem pouca de tijolo fizeram. Agora, hoje em dia, é que tá dificuldade pra falar pra se consertar uma casa.

Em suma, uma política expressa em materiais de construção, as promessas de melhoria servindo de disfarce para motivos mais duros, como a expulsão dos moradores. Esses terminam por sucumbir, por lassidão de não ter um abrigo mínimo como moradia. “A casa onde morava era de taipa, tijolo não tinha nenhuma, era tudo de taipa; a gente morava nessa, era tudo de taipa”, afirma José Inácio da Silva, enquanto que Alfredo Cosme dos Santos sublinha a má qualidade da construção: “As casas eram tudo de taipa, aquelas casas de taipa, de barro, esburacada.” “É mais difícil nos engenhos que a casa seja de alvenaria”, concorda Anísio Francisco da Silva.

Alguns entrevistados preferem chamar suas casas de madeira em vez de taipa, evocando o método de construção, como descreve José de Souza da Silva: “De taipa, madeira; mas o resto era madeira e telha, não tinha nada de alvenaria, não. As casas eram feitas de madeira mesmo.” Francisco Zalatiel Ferreira sublinha a simplicidade da fabricação das paredes: “Os esteio, botava barro, cobria e pronto.” “É somente envarada e feita a casa envarada e batido pro barro inteiro”, ilustra José Inácio da Silva. “A casa era de barro e de vara, e amarrada de cipó”, complementa Arlindo Nascimento. “[T]apada de barro”, precisa José Batista do Nascimento, evocando os constantes reparos necessários nesse tipo de construção. Inácio Antônio Dias lembra que os procedimentos eram poucos e relativamente simples: “Mas [as casas] de taipa eram somente rebocadinha, caiada, pronto; era o trato que tinha, um pisozinho fraco.” Alguns entrevistados gostam de mostrar seus conhecimentos práticos na área ao distinguir mais precisamente os materiais de

construção das paredes: “As casas eram de taipa, casinhas de pau, casinha boa mas também de madeira. Os esteios eram tudo de gitaí e imbiriba.”²²⁹ Arlindo Nascimento ensina algumas dicas para melhorar o ambiente interno:

Agora o cara quando era inteligente, o cara fazia, cobria de barro, né? Aquela que é tudo de vara, assim, amarrado aí bota barro de um lado e de outro. E o cara inteligente na parte de fora não, mas na parte de dentro passava uma colher, ficava lisinho... Meu pai mermo ele mandava o pedreiro endireitar, ajeitar, pronto: ficava boa; ficava só na terra, não.

6.4.1.5 A cobertura

Agora a telha alguma vez era de palha, não sabe?

José de Souza da Silva

Qualquer elemento mais sofisticado tinha significado, distinguia a família beneficiada, a começar pelo teto. “As casas eram de taipa cobertas de palha. Aquele que morava numa casa coberta de telha, era mesmo que sendo milionário”, descreve Rosendo Vicente de Sales. Na hierarquia dos materiais de cobertura, a telha ocupa o nível mais elevado, portanto.

A maioria devia se contentar com uma casa “de taipa, de capim”, diz Severino Sebastião Santana que reafirma: “Sim, de capim, coberta de capim.” “Antigamente era arruado de palhas, às vezes, tinha ele telhas, mas tinha muito de palha também”, segundo Antônio Ambrósio dos Santos. As coberturas vegetais eram bastante comuns na época considerada. Arlindo Nascimento lembra: “Às vezes cobria de capim e de palha de palmeira. E outros cobria com

²²⁹ Severino Antônio do Nascimento.

palha de coco. E outra era: eu alcancei o Mercado de Paulista em 27 coberto com palha de coco. Um mercado público! Em 1927.”

Numa região tropical úmida, famosa por chuvas intensas, a questão da cobertura da casa era particularmente importante quanto ao conforto interno. Materiais diversos, com graus de eficiência diversificados, foram empregados para esse fim. José Peagentino dos Santos mostra o elenco disponível que muitas descrições designam genericamente como palha:

Tinha casa também que era de pindoba, uma folha que nem um coqueiro, mas era pindoba. Era mais, era muito mais de que um coqueiro, e dava uma coberta boa. Agora as pindoba desses engenho de perto, por aí, não vinha daqui, por aqui não tinha pindoba. Não tinha e nem tem. Sabe de onde vinha? Desse meio de mundo em Pindobá, Abelha, aquele meio de mundo, e trazia em costa de cavalo. Aí quer dizer que no engenho, comparação, que tivesse uma casa que nem eu estou dizendo, aí tinha mais ou menos uma 15 de pindoba, o resto era de telha, né?

Conhecedor, ele explica porque essa preferência: “O coqueiro mermo dá uma coberta, agora a pindoba é melhor porque a pindoba a folha é larga, ela fica bem unidinha assim, aguenta chuva três ano e não goteja, a pindoba.”

Se certas árvores forneciam materiais que, aliás, são revalorizados atualmente pelos arquitetos em virtude de suas qualidades ambientais, a hierarquia das coberturas acabava no mais comum e fraco. É com um tom de desprezo que Amaro José de Sena, de Sirinhaém, descreve: “Era umas de palha, depois foi que foi se... desenvolvendo, aí acabou os problema de palha. Mas até de olho de cana tinha.” Para ele, a disseminação de telhados constituiu um sinal de desenvolvimento. No mesmo sentido, seu conterrâneo José Amaro dos Santos constata uma diferença de status, quiçá de classe: “As casas eram mais de palha. Não tinha negócio de telha. Casa de

telhas, eram bem poucas. Era só para os empregados acima, mas as casas dos pobres moradores eram de palha.” Antônio Ambrósio dos Santos, também de Sirinhaém, concorda que “alguma vez se via uma casa de telha. O mais só era de palha.” “De coqueiro”, ecoa José João da Silva de Paudalho.

Embora a telha parecesse, para alguns, um luxo inacessível, nem sempre os que moravam em casas com telhado se davam por satisfeitos. “As coberta sempre eram aquelas telha grande e ruim, mas era umas casa de taipa, de vez em quando as casa tava caindo. Só criava cobra e bicho à toa”, condena Cassiano José de Sena.

“A minha casa era uma banda, mas as telhas era uma banda, por isso eu saí do sítio. A minha casa, deu uma chuvada pesada, eu fiz um calçamento e um aterro do lado, mas deixei o lado da mangueira. Aí, quando foi de noite, deu uma chuva pesada. Eu tava até tomando café com uma trilha de menino, quando eu vi o dismantelo: assim foi embora o lado todinho. Assim, eu já tinha acordado Maria prá levantar ela porque os homens não queriam levantar. Ela já tinha arrumado umas colegas prá cortar madeira. Aí, nessa confusão, eu passei dois meses com ela, casa, derrubada e uma banda, dormindo dentro da casa. Botei os meninos prá casa do meu vizinho e a chuva, chovendo...” *Severino Antônio do Nascimento*

A cobertura em telha era muito mais amplamente difundida que a alvenaria para as paredes. Arlindo Nascimento vê nessas variações uma especificidade regional, dependendo dos recursos locais, e provavelmente das vias de comunicação permitindo um transporte de materiais, onde não se fabricava telhas, ainda pouco corriqueiro no período considerado, antes do grande surto rodoviário.

Uma parte, em muitos lugar, eu já alcancei nesse Norte aqui, Carpina, Nazaré, era tudo de telha. É, mas no recôncavo do Recife, Paulista, Goiana, tudo era de palha como hoje ainda tem. Lá em Goiana ainda tem uma... em Carne de Vaca ainda tem casa de palha.

Joaquim Pedro da Silva considera que a diferença era devida também ao nível econômico do proprietário. “Mas o senhor de engenho que era mais forte, só fazia tudo de telha. Agora tinha senhor de engenho mais fraco que era tudo de palha mermo.” Desse modo, a distinção atingia mais o dono da plantação do que os moradores. Luís Batista do Nascimento reconhece também na qualidade da cobertura a quem pertencia a iniciativa de construir. Embora fossem todas de taipa, algumas casas beneficiavam-se de um telhado: “Já, havia de telha, agora quando... os moradores queriam fazer um mocambozinho por lá e tal, fazia de palha, viu?” Ele distingue as edificações dos trabalhadores daquelas realizadas pela empresa, utilizando materiais mais caros, comprados, enquanto que os moradores lançavam mão dos que estavam disponíveis no engenho. “É, cobria de palha. Mas a usina... Fazia, era de telha.” Ele sublinha também que a modernidade das obras realizadas pela usina não chegava às paredes, pois “Era, agora de taipa, viu?”

Outro elemento evocado como causador de grande desconforto físico e social era a falta de proteção para as aberturas da moradia, muitas vezes, reduzidas a uma porta e, talvez, uma janela, embora nenhuma entrevista a mencionasse. Vários entrevistados usam de ironia para abordar o assunto: “A casa era boa que tinha dia da gente não poder nem dormir.” Manoel João Pereira termina rindo. A porta de vara, que não fechava direito, deixa lembranças de falta de privacidade. Falta de segurança também, embora, como o nota Manuel João Pereira, a época oferecesse mais tranquilidade desse ponto de vista: “Se fosse nessa época agora, a casa que a gente morava, quando fosse de manhã não amanhecia nadinha dentro. Porque naquele tempo tinha uma certa liberdade que ninguém... Podia deixar a porta aberta que lá não entrava ninguém pra roubar.”

José João da Silva considera pequenos progressos nesse campo: “Era tudo de taipa, as porta era porta de... vara. Depois foi que melhorou outro dia, pegaram botar a porta de taba, né?” Enfaticamente,

Maria Severina da Silva chama repetidamente as casas de “taperas” em razão da falta de proteção contra os elementos e de privacidade para a família, embora coberta com telhas, elemento de maior “desenvolvimento”: “As porta caindo... as casa caindo... A casa era de um jeito que a pessoa pra entrar. Tanto fazia, agora tanto sítio que nem arruado: pra entrar se quisesse abrir a porta, abria; se não quisesse, até pelo lado mermo, qualquer um canto entrava pra dentro.”

Luís Batista do Nascimento mostra que ainda existem muitas casas parecidas com aquelas que ele descreve de sua infância, mas insiste que naquele tempo “era mais fraca. Porque não era rebocada, né? Era só tapada, era a barro mermo.” Miguel José de Oliveira enfatiza: “Era uma casa velha, toda estaperada. Cucaú mesmo era uma casa de taipa, não valia dois tostões mesmo. Quem veio fazer casa boa em Cucaú foi Dr. Armando Monteiro. Foi quem fez casa de alvenaria, mas era casa de taipa, na rua da Fava, rua da Linha, rua do Futebol, tudo era casa de taipa.”

6.4.1.6 “Higiene”

Veio aparece um higienezinho naquele tempo que apareceu
aquela maleta aqui nos engenhos.

Rosendo Vicente de Sales

Entre os elementos causadores de “falta de higiene”, os moradores, como Antônio Virgínio da Silva, mencionam a má qualidade do piso, ou melhor dizer, sua ausência. Severino Barros de Lima complementa: “Era chão batido, na lama. Quem quisesse passasse a enxada, molhasse, passasse a enxada pra ficar espelhando uma coisinha, né.” Ou, simplesmente, nas palavras de José Pascoal de Figueiredo: “A terra assim, terraplanagem.” O perigo do fogo, tão realçado quando se trata dos canaviais, estava também presente na

experiência dos trabalhadores alojados em construções, cujos materiais eram altamente inflamáveis, particularmente o teto, como lembra Joaquim Pedro da Silva. Severino Barros Lima evoca os insetos que se instalavam facilmente neles. “A morada era casa de taipa, cheia de barata, cheia de caranguejeira, era de tudo que não tinha nada de reboco, não tinha nada, viu.” No repertório das pestes que assolavam as moradias, Manoel Fernando de Souza enfatiza os efeitos muito desagradáveis de conviver com insetos, particularmente numerosos e, portanto, agressivos pelo estado precário de reparo da moradia. “Uma casa velha de taipa caindo, cheia de chupão, um tal de percevejo que existia naquela época, pulga de bicho que existia muito.” Pois, como argumentam os atuais defensores das construções em terra, considerada um material nobre e ambientalmente eficiente, além de barato, era fundamental efetuar constantes operações de manutenção e tratamento para evitar a proliferação de animais eventualmente vetores de doenças.

No longo elenco dos habitantes indesejáveis das paredes e tetos das casas, Manuel Bernardo da Silva lembra, com fina ironia, de outro fator complicador: “A casa era de taipa, de barro, toda esburacada, com percevejo, com potó, porque não tinha reboco mermo. Toda esburacada. Só era a criação que tinha dentro de casa.” Aranha e potó, conta José Francisco da Silva, mordiam as pessoas que adoeciam em seguida. Uma campanha para erradicar a malária, diminuiu, nas regiões onde passou, a presença desses insetos. “Depois que chegou a malária, acabou-se mais os insetos dentro de casa; acabou com a malária”, conta José Amaro dos Santos. De dois em dois meses, conta José Inácio da Silva, “a malária fazia higiene na casa”. Mas nem sempre essa intervenção bem intencionada e, sem dúvida, eficiente, encontrava a aprovação unânime. Eugênio Benvindo M. de Freitas acusa efeitos negativos da colocação de veneno: “Higiene, nesse tempo, passava uns homens, desgraçava as vazias todinhas, botava petróleo, botava tudo.”

Higiene, palavra de muitos sentidos, designa ao mesmo tempo essas campanhas governamentais cujas boas intenções e resultados, no entanto, eram reconhecidos; mas alguns entrevistados enfatizam que outro tipo de higiene era de sua própria responsabilidade, para que não reinasse nenhuma ambiguidade. “A Malária quem fazia higiene na casa. Em tempo de dois em dois meses, fazia limpeza na casa, que dizer que de mosca dava essas coisas, sabe. Higiene dentro da casa de limpeza a gente fazia”, especifica José Inácio da Silva. “Se a dona da casa não der, criava um bicho, né?”

6.4.1.7 Instalações sanitárias

Higiene não existia, não.

Maria Severina da Silva

Higiene, não se falava em higiene, não.

José Pascoal de Figueiredo

Um dos aspectos mais penosos, aparentemente, para muitos entrevistados diz respeito à ausência de instalações sanitárias, também chamadas de “higiene” na medida em que a amplitude semântica do termo se alarga. A maioria só responde elíptica e alusivamente. É preciso que o entrevistador insista para obter uma resposta sisuda, geralmente com extremo pudor de expressão. Vários entrevistados se recusam simplesmente a entrar no assunto, como no caso de José Antônio de Lima: “Com respeito a higiene, não falamos. [...] Saneamento nem falava, era no mato. Tudo no mato.” Aliás, a expressão volta muitas vezes. “Não, não fazia pelos matos! Fazia pelas capoeiras”, especifica Antônio Virgínio da Silva. “Era no mato, nas cana, que as cana ficava perto”, detalha Maria Severina da Silva;

confirmada a localização mais comum por Manoel dos Santos da Silva. “Não, banheiro não. Banheiro o caba fazia necessidades fisiológica por dentro das cana.” José de Andrade, de Goiana brinca com o assunto: “Fazia os serviço no... fazia os serviço dentro da cana! Dentro dos mato, onde achava uma mata... quando não dava tempo chegar lá, fazia no terreiro mermo, não podia chegar no mato. [Risos].” Outros entrevistados, como Abílio Luís Ferreira, simplesmente ignoram inteiramente a pergunta, mesmo reiterada.

Instalações sanitárias modernas eram inexistentes. Os trabalhadores providenciavam suas famílias com banheiros simples, próximos às casas. “Tinha esse negócio na cidade. Mas sendo no mato, era no mato mesmo. Fazia um buraco lá no mato”, confia José Honorato dos Santos, frase retomada por Arlindo Nascimento. Joaquim Pedro da Silva constata que banheiro com água corrente era a expressão de um privilégio de classe: “A higiene nesse tempo não tinha nada não. Só tinha na casa do senhor de engenho.” As famílias deviam, portanto, paliar essa ausência com instalações sumárias. José Peagentino dos Santos descreve: “Banheiro, o caba fazia uma casinha de mato. Às vez, cercava de avelóis, fazia aquele imparo, né? Longe de casa, muito perto não. Longe de casa pra não..., né? Às vez, quando dava a vontade da precisão, você ia lá pra aquela muralha de mato.”

Raros entrevistados explicam, como José Barbosa do Nascimento: “Fazia um banheiro lá fora, deixava pra lá.” Antônio Joaquim dos Santos fornece uma descrição mais técnica: “Aí fazia um buraco bem grande! Da minha altura, encimentava lá em redor e fazia uma tampa pra o buraco, e fazia a precisão.” Sendo o mais loquaz dos entrevistados sobre esse delicado assunto, ele aponta para toda sua importância: “Meu pai sempre mandava fazer um banheiro, um banheirozinho tapado com taba, e tinha umas telha. Homem podia ir pro mato, mas as mulher não...” As mulheres deveriam ser mais protegidas dos olhares, sua privacidade garantida, particularmente

em momentos de extrema vulnerabilidade, num ambiente geralmente considerado como perigoso.

No entanto, Severina Benvinda conta: “Não. Higiene era uns mato assim. Porque assim, o mato assim, com uns pés de mato grande, né? Aquelas árvores grandes, então aí a gente fazia...” Eugênio Benvindo M. Freitas se exclama: “Era tudo no mato! As sanitária de pobre, no mato. Quando eu morava no engenho, era uma bolinha de mato bem perto de casa e um rolo de pau assim, olhe.” Loquaz, ele explica para o entrevistador desconhecedor dessas coisas: “Uma bolinha de mato e um rolo de pau assim. A pessoa fazia aquela precisão lá. O cabra botava o sítio todinho pra trabalhar, mas tinha que deixar uma bolinha de mato assim, detrás de casa, pra fazer o que se chamava, naquele tempo, o ‘cagador’, não era?”

Os entrevistados especificam que se a empresa cuidava de algum modo de erguer a casa, embora precária, nunca se encarregava de edificar as instalações sanitárias mais simples. “Era, a gente que era mais interessado. Nós fazia um banheiro do lado de fora: juntava uns pauzinhos, fazia um banheiro, cavava um buraco no banheiro; botava uns pauzinhos por cima, aí fazia isso ali, e muita gente era no mato mesmo. Lá não tinha banheiro feito por eles, somente a casa e mais nada”, sublinha José Inácio da Silva. Para o banho, complementa, “tinha o rio”, assim como para lavar roupa, acrescenta José Pereira de Lima. “Água encanada... Tinha nada!” exclama-se José de Souza da Silva. “Higiênico, essas coisas, quem fazia era o dono da casa mesmo”, lembra Manuel José Alexandre. Falando em saneamento, Amaro José de Sena é peremptório: “Nada! Nada! Isso era um bicho!” José Amaro dos Santos concorda: “Não tinha nada, era ruim.” Antônio Santana da Silva enfatiza: “Nunca houve! Nunca houve!”

Como para a casa de taipa, Antônio Maurício Domingo toma o cuidado de sublinhar que a situação permanece grave: “E como hoje, infelizmente. Nossa região aqui ainda se faz no mato; porque a

gente luta, luta, luta, luta, mas até ainda não podemos dar um basta nisso.” José Francisco Paiva confirma: “Ainda hoje é, ainda hoje é... faz no mato.” Assim como José Damião da Silva: “Era, tudo, e ainda é. Porque nunca houve esse jeito deles querer fazer um aparei na casa de um trabalhador, porque dizem que é muito gasto pra eles.” A falta de saneamento continua aguda para o maior desconforto dos mais pobres, sobretudo em área rural. José Felipe Santiago historiciza o caso:

Não existia saneamento, nunca existiu saneamento em canto nenhum, a não ser na cidade. Até na cidade, naquela época de 1920 pra trás, até na cidade era péssimo; em 1934, isso aqui era uma valeta que pegava lá de cima até aqui no rio, que o pessoal fazia todo aqui dentro. Nem mermo no interior; interior nunca teve negócio de saneamento de nada na vida. Nem condição de água, era pelos barreiro.

Frente a um dos maiores problemas que desafiavam as autoridades municipais e estaduais de saúde pública, a ausência de qualquer esforço no sentido de providenciar mínimas condições físicas para atender a populações trabalhadoras empregadas na atividade mais “adiantada” e, sem dúvida mais rentável tanto para os proprietários quanto para o Estado, não deixava de ser significativa. Interessados em fixar a mão de obra no campo e mantê-la disponível ao menor custo possível, os donos de empresas canavieiras mal satisfaziam a necessidade imediata de abrigar as famílias que trabalham para eles das intempéries, em casas sumárias. Nenhuma instalação vinha acrescentar um distintivo humano, como sanitários, até mesmo edificadas com os mesmos materiais praticamente gratuitos que a própria natureza oferecia na plantação. Ávidos de modernidade no âmbito de sua representação, quando usina, de reconhecimento paternalista quando senhor de engenho, eles não dedicavam à massa de seus trabalhadores, em termos de despesa para acomodações, mais do que a animais.

6.4.1.8 Mobília

A mobília era besteira. Não tinha nada não. Cama de vara e
uma esteira e pronto.

Benedito Rufino da Silva

Era, o chão era o chão duro! Naquele tempo, o Sr. sabe que
não existia... Pobre não tinha direito a nada. A gente não
tinha um rádio dentro de casa. A gente não tinha um banco
para se assentar. A gente não tinha nada, né. Era tudo lá,
num jirau de vara naquele tempo, né.

Eugênio Benvindo M. Freitas

Rindo, João Francisco dos Santos se recusa: “A mobília, olhe, eu não quero nem lhe falar!” O assunto parece despertar muito acanhamento, compreensível pudor. Francisco Zalatiel Ferreira de Igarassu pede desculpas quando descreve a falta quase completa de conforto nas casas de famílias em que todos trabalhavam o ano todo, duramente: “As camas, desculpe eu lhe dizer, era cama de vara... [risos]. Naquele tempo, era um tempo atrasado, viu.” Pesquisas confirmam: 40% das pessoas dormiam no chão; não havia cadeiras ou bancos para mais de 65% das pessoas da família.²³⁰ Ao pudor se alie talvez certa vergonha de ter que expor a situação à qual estava reduzido. Hesitando, João Francisco dos Santos resolveu, rindo, detalhar a descrição:

Mandava montar-se de uma taba, olhe: cerrava um pedaço assim, outro assim; ficava aqueles dois paus; botava uma taba em cima, uma lá, outra cá, ficava, é o... chamava-se banco. É. A mesa nós fazia um caixão, fazia do mermo jeito. O tamborete, a cadeira, era outro caixão. A gente botava os espeque no chão enterrado, e botava o caixão em cima, e ia se sentar. E pronto.

230 GONÇALVES, F. A. “Condições de Vida do Trabalhador Rural...”. Op. cit., p. 162.

Sem esse recurso, era, como diz José Francisco Paiva, “num pé de parede se assentava, outro era tudo por o chão”. Quanto ao material João Francisco dos Santos precisa: “E pra dormir era o jirau mermo. Vamos dizer, era na cama de pau duro. É, quando tava na boa, tinha uma esteira. E quando não tinha, era forrada com folha de banana, palha de dendê.” Sobre o modo de fazer, Anísio Francisco da Silva fornece o passo a passo: “É cama de vara fazia uma, fazia uma botava um travessão lá, outro lá fazia botava as varas, né botava uma esteira em cima e dormia, né?” Manuel Bernardo Alves resume ainda mais: “a mobília era quatro esteio, assim, olhe, com aquelas varinha amarrada.” Todos fornecem a mesma lista de objetos, com algumas variações na nomenclatura que Amaro Rosendo Fagundes gosta de evidenciar: “A mobília da casa era uma cama, quatro tamboretes, uma mesa e um tal de petisqueiro. Hoje em dia, o povo chama um tal de guarda comida; mas era um tal de petisqueiro, outro chamava armário.” Ele detalha a descrição:

A mobília de casa era um tamborete, tamborete mesmo de 4 pés, pro camaradazinha se sentar em cima, um banco velho e as camas de vara. Quem tirou o pessoal de dormir em cama de vara, foi o Miguel Arraes. Foi quem tirou, e o pobre sabe... Hoje tá tudo rico, é uma graça de Deus. Hoje todo mundo poder dizer que tá rico! Pode! É por dentro, tem televisão. É por dentro dos córregos, tem televisão, tem rádio, tem gravador, tem radiola. Hoje em dia, o pessoal, graças a Deus, tão tudo rico, senhor, pela graça de Deus.

Após o Acordo do Campo,²³¹ pela primeira vez, os trabalhadores rurais da zona canavieira tiveram possibilidade financeira de comprar móveis na feira. Antes, apenas competências locais providenciavam a mobília. Com um tom irônico, José Antônio de Lima lembra: “A casa era bem mobiliada! Quem tivesse uma foice para fazer uma cama de vara e soubesse tecer uma palha de dendê para fazer o colchão, botar

231 Ver 8.3. Lutas: Ligas, Sindicatos, Governo Arraes e regime militar.

palha de banana, e a casa era mobiliada, tamborete, feito também de madeira.” Miguel José de Oliveira recusa-se a utilizar a palavra mobília para uma cama de vara e encerra assim sua evocação da habitação. Manuel José Alexandre, ao contrário, parece não dar muito peso a esse item, na descrição que faz da sua vida passada, embora forneça alguns detalhes: “As mobílias da casa também eram ruim. As mobílias da casa, ninguém se importava muito com a mobília de casa; era um tamboretezinho assim; banquinho, uma camazinha de tarisca, era sempre assim. Não era uma casa cheia de coisa não.”

Elementos improvisados também serviam: “A mobília era um tal de tamborete, quem tinha, e muitos não tinha; se assentava em caixão, barrica de bacalhau, botava emborcado pra se sentar, que móvel, esse negócio de móvel não foi do meu tempo”, sentencia José Felipe Santiago. Tamborete, cama de vara parecem ser os itens constitutivos da mobília básica. Na falta de colchão, um dos bens mais apreciados nas compras pós-Acordo do Campo, os materiais mais diversos forravam a cama de vara: palha de dendê trançada, folhas de bananeiras ou, como diz Odilon Caetano da Silva, capim para “aquele mais pobre”. Explícito, ele ensina como fazer a cama: “Batia os quatro torno... botava uma furquia e botava as vara na... enchia de vara, aí fazia, botava a esteira, eu arrumava capim, enchia de capim e forrava a esteira.” José Paegentino dos Santos lembra que carpinteiros de engenho, às vezes, ajudavam a providenciar ou melhorar os móveis. “Madeira tinha de estoque, quer dizer que o caba chegava, mandava um carpina fazer um... fazer um banco, um tamborete.” Talvez comparando com os produtos oferecidos hoje em dia nas lojas de Carpina, ressalva:

Cada um tamborete forte. Pode bater de marreta que não lacha, é de ferro. [...] Olhe, essa mesa [bate nela para mostrar], olhe a grossura dela, tá vendo? Inda foi da vó da minha mulher, inda foi da vó dela, e não sabe de onde foi, né? Repare que, no tempo de menino, de madeira, se fazia um serviço bem feito desse. Só se quebra de marreta, né?

No entanto, a grande maioria dos entrevistados não teve acesso a móveis de qualidade. Aliás, eram feitos por eles mesmos com os materiais diretamente disponíveis. “A mobília da casa era feita... de foice de mão”, lembra Joaquim Pedro da Silva. “Cama de vara. De taba, que não tinha, não tinha [...] de jeito nenhum,” pois, complementa Antônio Ambrósio dos Santos, “o cabra não tinha as condições de comprar.” Se a miséria não deixava nem alimentar a família, muito menos dar-lhe um mínimo de conforto: “Ah! Patrão, a mobília ninguém podia comprar na época, não tinha que desse pra comer! Como era que ia comprar!” exclama-se José Pereira de Lima. “Uma caminha de tarisquinha pra botar uma esteira, que não havia colchão pra dormir”, lembra José Amaro dos Santos. Seu conterrâneo Amaro Carneiro da Silva acrescenta: “Outros tinham uma caminha de lona.” Severino Barros Lima lembra ainda de outro material utilizado: “O camarada que era mais curioso, botava o couro de boi dentro da água depois esticava, aquele couro esticado fazia aquela cama batida de broxa, viu? Pra dormir era a cama melhor que existia, e era prá o povo mais melhor, né?”

Severino Antônio do Nascimento lembra que contratava outra pessoa para os demais móveis “que eu não sabia fazer. Agora a cama, quem fazia era eu. Comprava uma esteira, tirava um bocado de folha de banana, forrava por baixo, botava a esteira pro cima. A mulher forrava um lençol. Ficava uma patente boa danada.” “Quebrava palha de coco”, lembra José Batista do Nascimento “e botava em cima pra dormir. Era uma esteira, era o colchão.” Ninguém defende a ideia que tal cama era confortável, ou até mesmo segura. “Meu pai dormia em cima de um jirau de vara”, conta José de Andrade. “Um dia a cama caiu, quebrou o espinhaço dele. Aí morreu com as costela quebrada, mais a velha.”

As mulheres tinham por tarefa preparar a palha ou esteira que “botavam no sol, secava; quando seca, aí pegava umas cordas ou botavam com os cambito e fazia aquela esteira; fazia aquela esteira

e botava na cama pra gente dormir”, diz Antônio Virgínio da Silva. Manuel Bernardo Alves lembra como elas usavam de criatividade para providenciar roupas de cama: “Com aqueles paninho de saco, que emendava dois, três saco, fazia aqueles paninho pra forrar ele.” Os talentos domésticos das mulheres podiam providenciar algo mais parecido com acomodações banais em outros ambientes:

Às vezes, a mulher mais inteligente fazia aquele, comprava aqueles panos bem ruins, fazia aqueles..., cobria de capim, não era. Botava em riba de uma cama de vara, cobria direitinho, ficava até bonitinha, né. Aquela que tinha inteligência. A que não tinha dormia pelo chão mesmo.

As crianças participam também da confecção, conta José João da Silva: “a gente ia na mata cortar folha de coco, quebrava de um lado por outro, e forrava. Minha mãe botava um lençol em riba e dormia.” Antônio Maurício Domingo lembra como faziam as esteiras: “entre nós tinha aquela pessoa mais inteligente, sabe, ia para perto do rio, das lagoas, tirar um mato chamado junco.”

Dormir de rede, como Antônio Joaquim dos Santos, era um privilégio inacessível a muitos, embora de uso corriqueiro na casa de outros trabalhadores do campo na área agreste ou sertaneja.

Ah! Cama, meu camarada. Cama. O camarada que tinha rede, com licença da palavra, um catatal pra dormir. Muitas vezes, a rede da gente se acabava, não tinha condição de comprar. Meu pai fazia um catatal de vara assim, olhe. Um jirau de vara! Fazia um jirau de vara assim, no canto da parede, e dormia 3, 4. Tinha 4 homens lá em casa, dormia 2 num canto, 2 noutro.

Se, por alguma razão, não se fizesse uma cama de vara, o trabalhador iria dormir no chão, lembra José de Souza da Silva: “aquele mais astucioso inventava uma caminha de madeira, ajeitava assim, e a não ser, era zero. O negócio era sacrifício no outro dia.” Além do mais, a cama, muitas vezes no singular, não poderia acomodar todos

os membros da família, e “muitas vez muitos deles dormia no chão; criancinha dormindo no chão, criança doente, com febre. Não tinha onde dormir, ficava dormindo no chão.” Manoel dos Santos da Silva.

A habitual delicadeza da fala dos canavieiros pode deixar lugar a expressões de uma raiva mais do que justificada. Entre o registro do silêncio e do riso, há uma praia de exclamações de indignação. Assim, as implicações dessa situação são relatadas com crueza: “Não tinha nada de mobília, a mobília era comer no chão como bicho, na vazia. Não tinha uma mesa, não tinha nada de se sentar”, lembra Maria Severina da Silva. José Pereira de Lima concorda, ele também dormia no chão, usando uma esteira. Da mesma forma, José Francisco Paiva parece não enxergar muita diferença prática entre dormir nela ou no chão. Maria Severina da Silva lembra a extrema miséria e os esforços de sua “mãe pra cobrir a gente, com dois pano de saco ela cobria cinco, seis filhos. Dormia no chão, numa esteira de palha de coco.” Amaro Pedro dos Santos enfatiza também as dificuldades de prover todos os membros do grupo: “Pai de família com 10, 12 filhos! Vivendo assim, no chão limpo tinha acostumado. Outro não tinha cobertor, não tinha esteira.”

Embora o clima tropical fosse geralmente leniente, no inverno chuvoso algum tipo de cobertura era necessária durante as noites, além das pessoas doentes e crianças pequenas que requeriam mais agasalhos. O mesmo entrevistado explica um dos modos de se conseguir, às duras penas, algum tipo de proteção:

Outros não tinha coberto. Naquele tempo a carne era naqueles fardos de 100 kg, 120 kg, aquelas estopas grandes. Chegava no barracão, pedia para o barraqueiro. Era, se o barraqueiro quisesse dar, dez tostões uma estopa dessas. Fazia um cobertor. Era estopa que vinha enrolando a carne. Isto eu vi muito. A mulher levava aquilo pro rio. Lavava, bem lavado; escaldava; passava três ou quatro dias no quarador. Quando tava bem limpinho, a gente se cobria.

Não fossem os tesouros de criatividade dos membros mais experientes da família de canavieiros, seus dependentes ficariam desprotegidos, no sentido mais estrito do termo.

“[E as mobílias dentro de casa?] Mobília, era... era mudo.

[É?] É, era mudo, é.

[Não tinha nada?] Não. Alguns que tinham uma mobília melhor, era os cabos. E nem todos. E algum trabalhador que puxasse muito pelo roçado, que botasse... Naquele tempo só era tamborete. Tinha um tal de três pernas. Meu pai mesmo possuía um. Só era o que tinha. E uma caminha de tábua para dormir.” *José Francisco dos Santos*

Muitos entrevistados ressaltam a grande diferença ocorrida nos idos de 1963, quando tiveram pela primeira vez acesso a móveis iguais às demais populações da região. Também mostram como “hoje em dia muita gente se esforça, compra à prestação e bota alguma coisa dentro de casa. [...] Hoje tem o direito de comprar alguma coisa à prestação, mas compra.” Inácio Antão Dias. “Direito”, diz Inácio, pois os parques móveis da tradição não são considerados de verdade. Generino Luís da Silva afirma: “E nem cama tinha. Era cama de vara.” Isto é, os arranjos mais ou menos improvisados que serviam às famílias de trabalhadores não podem levar o nome que carregam os produtos manufaturados nas oficinas citadinas. Tolerando o termo, eles precisam: “Mobília daquele tempo, era um caixão, tamborete, uma panela de barro [risos] de pobres.” João Oliveira da Silva lembra: “A mudança fazia brincando, oxente. Hoje, faz vergonha um pobre se mudar, mas naquele tempo era pior. Que a gente botava uma mudança em cima de um carro de boi. Nesse tempo as mudanças eram de carro-de-boi e de burro. Era!” Francisco Zalatiel Ferreira complementa a ideia da vergonha passada a dever se contentar com móveis que lembram mais um

acampamento escoteiro de brincadeira de verão que uma moradia do século xx onde residem famílias de cidadãos produtivos na área mais avançada e desenvolvida do estado.

Era assim. Hoje em dia, um pobre pode comprar... A mobília, naquele tempo, era o seguinte: mobília, naquele tempo, tinha até pobre que a cama, com licença da palavra: botava quatro furquia amarrada no cipó, forrava uns paninho e dormia em cima. Era duro, que tirava aquele pão de cada dia e ia comprar uma rede pra um filho. Quem tinha três, quatro, comprava um. Ficava dois, três espiando até o pai um dia tirar da guela de novo e comprar pra aquele outro. Era uma coisa muito difícil... Era dificuldade. *José Damião da Silva*

Vergonha, pobre. Os termos que voltam na fala dos entrevistados evocam não apenas o desconforto físico ocasionado pela precariedade das acomodações em que viviam, mas pelo que elas significavam socialmente. Com a delicadeza que marca muitos dos testemunhos, Francisco Zalatiel Ferreira parece hesitar a mencionar sequer o objeto, tão banal aos nossos olhos, ou pitoresco talvez, quanto um móvel: “As camas, desculpe eu lhe dizer, era cama de vara...” Ri para disfarçar sua encabulação: “Naquele tempo, era um tempo atrasado, viu.” Severino Sebastião Santana usa de derrisão quando se exclama: “A mobília da casa? Era muito boa! Era cama de vara!” Rindo, ele continua brincando: “Quando tinha tamborete o camarada era rico.” E descreve “um negócio de... uma trepeça com três pau assim, olhe. Encruzado assim. É!!”, evocado também por Severino Barros Lima: “O que o camarada se assenta as pernas fica se abalançando assim, o camarada, quando vê é deitado no chão.” Severina Benvinda conclui: “O que a gente não tinha favorável era esses negócios de móveis, essas coisas assim, roupa, calçado. Era ruim mesmo.”

José Damião da Silva lembra outro aspecto, a iluminação: “Que nesse tempo, até mermo numa falta de querosene, os candeeiro de

se clarear era difícil. Fui abrir um talo de coqueiro, ele, em pézinho. Era um tempo muito atrasado.” Nem cadeira de balanço, nem guarda-roupa, nem louça, a não ser “aquela vazilhinha de barro que ninguém quer usar”, nem talheres, enumera Pedro Porfírio Domingo. E enfatizam: hoje é diferente, “mudou 100%”. Eugênio Benvindo M. Freitas resume:

Veio mudar depois do governo do Dr. Miguel Arraia. Do governo do Dr. Miguel Arraia pra cá, aí pegou mudar. Pegou mudar. Pegou existir salário, pegou existir salário, que o povo (o povo!) ainda dizendo por aí que toda a derrota da pobreza foi esse negócio de salário e justiça. Porque o povo tem um direito, querem cobrar, né. E as empresas acham ruim, né?

Nenhum testemunho deixa imaginar um cenário bucólico. Não suscita saudade, mas pura indignação frente à carência absoluta de bens elementares; à humilhação que supunha tal falta para a família; ao sofrimento de enfrentar condições miseráveis apesar do trabalho extenuante, a vida toda. A interpretação da significação dessas faltas (de mobília, por exemplo) em termos de classe, parece confirmada pela reação de certos patrões quando o Estado deixou as organizações de classe dos trabalhadores alcançar algumas reivindicações. As melhorias que, de modo geral, os canavieiros conseguiram suscitavam, segundo Pedro Porfírio Domingo, comentários maldosos: “dizem: ‘Mudou, estão tudo rico.’ Eu já vi. Um veio dizer que a gente estava tudo rico agora ‘O povo canavieiro tá tudo rico, tem um médico de graça, uma coisa, outra.’”

6.4.1.9 Os perigos de morar no engenho: razão de contenda e represálias

Quando a presença física diária dos trabalhadores na plantação não foi mais necessária, em virtude das facilidades de transporte pendular,

a casa tornou-se uma arma contra os moradores, uma alavanca para sua expulsão “consentida” dos engenhos. “Nada de benfeitoria, tinha prá ninguém. A benfeitoria é quando aquele trabalhador não tava na sexta-feira no engenho. Ele botava pra fora na hora. Quando é amanhã, estava aqui, depois já estava em outro engenho. E era o que eu sei contar dos tempos atrás, é isso.” Severino Barros Lima.

As formas de pressão contra os trabalhadores para desocupar as casas e deixar o engenho eram diversas, embora de nexo similar: tornar a habitação imprópria. Eles “deixavam cair a casa”; “derrubavam a casa”, ou ainda “destelhavam a casa.” Eugênio Benvindo M. Freitas.

Agricultor foi espancado e jogado fora de casa, ontem²³²

Queixa foi prestada na Delegacia Auxiliar ontem, pelo agricultor José Pedro Firmino dos Santos, residente do Engenho Santo Antonio município de São Lourenço da Mata, contra Ivanildo Berardo, a quem acusa de agressão e despejo sumário e violento de sua barraca, encravada nas terras do aludido engenho. Tais fatos, que vinham ocorrendo há vários dias, tiveram seu epílogo ontem, quando Ivanildo Berardo, que é proprietário do engenho com um trator e acompanhado por vários capangas, retirou do interior da cabana todos os bens do queixoso, deixando-o ao desabrigo, juntamente com a família.

Origens do conflito

Depondo... José Pedro Firmino dos Santos que há mais de 12 anos trabalha naquela propriedade como cabo, e nas horas vagas, faz plantações de cana. Há dois anos, foi acometido de fraqueza, pelo que não pôde continuar no pesado, mas ficou fazendo alguns serviços e plantando enquanto o dono do engenho fazia de tudo para expulsá-lo das terras, sem conseguir. No dia 23 de novembro último, agrediu-o quando tentou matá-lo com um revólver, pelo que José Pedro fugiu para Tapera. Em dia da semana passada encontrou-se com o Sr. Ivanildo Berardo que lhe deu um prazo até do dia 16, para que a família do queixoso desocupasse o barraco, no Santo Antônio. Como isso não sucedeu, o dono da terra foi hoje até o barracão com um trator,

232 DP, 19.12.1962, p. 7.

afirmando que iria derrubar o barraco, ocasião em que retirou de dentro de casa todos os seus pertences, deixando-o à [sic] sua família ao desabrigo.

Camaçari: despejo começou ontem: Não houve violências mas cenas tristes de despedida²³³

O Despejo

A operação começou logo depois das 6 horas. Com uma lista em que figuravam os nomes de 94 moradores, os executores da medida judicial, guiados pelo capataz José Bento, iam de mocambo em mocambo interrogando os moradores e comunicando-lhes a decisão tomada pelo juiz em face de um requerimento emanado dos proprietários das terras. As palavras dos oficiais de Justiça constituíam menos a comunicação da medida judicial, do que uma coação aos inexperientes camponeses. Antes de dizerem os motivos por que ali estavam, procuravam saber do tempo em que os camponeses ali residiam, se pagavam foro, se tomavam parte em reuniões, se estavam seguindo orientação de membros das Ligas Camponesas etc. Acabavam dizendo que se eles não obedecessem às ordens do senhor de engenho; se tomassem parte em reuniões; se fossem às matas para extração de madeiras; se plantassem além da área a eles destinadas etc., seriam postos para fora. Ressalte-se a obrigação de que até mesmo para fazer um reparo nos mocambos é imprescindível a autorização do administrador. O caráter das reuniões a que se referiam não era especificado, na maioria das vezes, ficando entendido que, até mesmo para um encontro que não tenha fundamento político, os camponeses precisarão do “sim” do Sr. Severino Bezerra Cavalcanti (Sissi).

Peregrinação

A marcha constituiu verdadeira peregrinação. Ao deixarmos a casa-grande, em demanda das moradias dos camponeses, começamos a encontrar baixios inundados, alagadiços e riachos que nos obrigavam a procurar lugares mais seguros para a travessia ou realizar saltos quase impossíveis.

O Primeiro

O primeiro morador despejado foi João José dos Santos que conta com 32 anos de idade, nascido e criado no lugar. É pai de 5 filhos menores e a esposa,

233 Artigo ilustrado de numerosas fotos num caso exemplar. Contam-se 15 soldados da PM e dois oficiais de Justiça. A cena do desenlace da luta dos trabalhadores rurais do Engenho Camaçari ganhou assim cobertura da imprensa. JC, 25.08.1960. O JC de 24.08.1960 publicou a íntegra da petição de Francisco Julião em defesa dos moradores.

Amara Benedita da Silva, espera o sexto filho, por esses dias. Eram 8 horas quando os enviados da justiça lhes bateram na porta. Aliás, bateram à porta, não é bem o termo, pois que na realidade, o mocambo não tem tal coisa.

Parte da soldatesca formou em frente, enquanto outra rodava em torno do casebre, empunhando os mosquetões (segurados pelos canos), numa atitude displicente. Conhecida a situação do morador que ali se encontrava há seis meses, vindo da casa do pai (paralítico) na mesma propriedade, donde fora expulso pelo administrador (segundo declarou), os oficiais de Justiça deram ordem despejo. O homem, inicialmente relutou. Disse que não tinha para onde ir; falou dos filhos e da situação da esposa. Terminou por ajudar a retirar os seus pertences do interior da casa. A mulher, quando saiu, chorava entre dois filhos. Postou-se a pequena distância e ficou a olhar o fim do trabalho.

Família dividida

O drama terminou por uma concessão singular: a mulher ficaria em casa de parentes e o esposo teria de abandonar a propriedade. O mocambo, por determinação do capataz, cumprindo ordens superiores, foi queimado, quando abandonamos o local. Mais tarde houve mais dois despejos e um dos mocambos foi igualmente queimado.

6.4.2 O vestuário

No fim de uma fileira de cubículos, tinha um lavadouro em estado de conservação muito ruim. Seu Jaime utilizou este exemplo para mostrar as dificuldades encontradas no esforço da usina em melhorar o nível de vida de pessoas ainda não prontas para o 'progresso'. As mulheres, disse ele, ainda preferem lavar roupa na margem do rio poluído que corre no meio das terras da plantação.²³⁴

²³⁴ A autora não fornece a função precisa da pessoa. Dr. Alfonso sendo o administrador da usina Água Preta, perto de Bom Jesus da Mata (pseudônimo para uma cidade da Mata Norte a 90 km) visitada em 1987; Seu Jaime deve ser seu subordinado. SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit., p. 56.

Na sociedade nordestina, talvez em virtude de seu legado escravista e de regras suntuárias passadas, a linguagem do vestuário é muito importante. Os códigos de aparência, limpeza, renovação frequente do guarda-roupa são comuns a todas as classes sociais. Pois a roupa, talvez mais do que em muitas outras sociedades, é um fator de identificação e reconhecimento. Ela permite situar o estatuto social e nível socioeconômico de uma pessoa.

Tal sistema de referência colocava os moradores numa posição humilhante pela deficiência de roupas. Como para outros assuntos de cunho dolorosamente íntimo, certos entrevistados se recusam a entrar em detalhes. Cassiano José de Sena, com pudor misturado de desdém: “Era, não existia quase nada, não.” Muitos canavieiros usam expressões genéricas, sem comentários: roupas ruins, fracas, roupinha de nada. “A roupa era a pior possível, né?” Manoel dos Santos da Silva.

Observando jovens vestindo camisas enfeitadas com dizeres diversos, José Paulo de Assis, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Formoso, afirmava jocosamente que no seu tempo de juventude também havia letras impressas na roupa: os panos de saco reaproveitados para vestir os membros das famílias de canavieiros. A grande perícia das mães, avós, esposas, tias e irmãs estava nas técnicas de lavagem e exposição ao sol que permitissem apagar as logomarcas das empresas de farinha, açúcar etc.

Muitos dos entrevistados começam “A roupa era...” e passam a um aspecto particular, marcante: o pano; a forma da roupa acessível; só ter uma roupa etc. O *‘leitmotiv’* é: não podia comprar, pois “[N]o orçamento doméstico quase não há lugar, ainda, não obstante as elevações salariais recentes, para a aquisição regular de roupas e calçados para todos os membros da família.”²³⁵

235 GONÇALVES, F. A. “Condições de Vida do Trabalhador Rural...”, Op. cit., p. 160.

6.4.2.1 Fazendas disponíveis: “Filho de pobre se embrulha com estopa.”²³⁶

Ninguém tinha direito de fazer uma calça boa.

José Inácio da Silva

A roupa de saco, normalmente usada para o trabalho, podia sofrer um tratamento que a tornasse aceitável para outros usos.

A roupa era um tal de algodão, outros fazia até roupa de saco de açúcar, que eu alcancei muita gente vestindo roupa de saco de açúcar. [...] Vinha os saco, aí os que vinha marcado, eles tinha um preparo do mato que fazia, não sei como é, pra tirar as letra! O meu sogro mermo fez muita roupa de saco de algodão pra sair. Não era pra trabalhar, não. *José Felipe Santiago*

Testemunho disso também são as fotografias que mostram multidões vestidas de branco. A razão primeira era, sem dúvida, o tecido mais acessível aos canavieiros. Contrariamente a outros âmbitos culturais na história das cores, o branco era valorizado. Significava pureza, inocência, socialmente nobre. A “camisa branca” era o que Mintz chamou de “marca da dignidade do trabalhador porto-riquenho na folga.”²³⁷ De linho branco era o traje tradicional do senhor de engenho tanto quanto do coronel do interior. As pessoas da família do usineiro de Catende, Azevedo, retratadas nas páginas dos jornais, vestiam branco para receber convidados de honra.

Mas, no caso, tratava-se quase de um uniforme de pano de saco, sandálias e chapéu de palha. “Era saco branco. Botava para cozinhar e tirava a tinta das letras, ficava branquinha. Mas não era bem branca. Era o branco do açúcar”, lembra com risos José Antônio de Lima. Além do açúcar que deixava sua cor na fazenda, o

236 Um administrador de engenho. SSP. 19.177. Doc. 22.

237 MINTZ, Sidney W. *Worker in the cane*. Op. cit., p. 3.

tecido de saco mais usado era de “farinha do reino”. Esse fornecia uma fazenda de um branco mais apreciado, embora a qualidade do tecido não fosse melhor. No fim das contas, José Honorato dos Santos compara esse material com aquele atualmente usado para confeccionar roupas vendidas nos mercados: “não tinha diferença desse pano aqui não. Era bem branco. Eu comprava quatro sacos, fazia uma roupa pra mim. É um pano bom malvado, era um saco de farinha do reino.”

Ao contrário, segundo Amaro José de Sena, a roupa feita com saco de açúcar “era as roupas melhores. E o resto era uma tal de saca de farinha, que era de uma mescla bem fraca.” Ele compara com as roupas que ele usa agora: “aquela mescla hoje é de barão [riso]. Era uns paninhos de listras, paninho safado. A vida era essa, a roupa era essa.” Embora ria, como se fosse uma maneira de pedir desculpas, ele evita falar mais sobre o assunto e responder a perguntas mais precisas. Associar numa frase só, talvez embuída de pesar e resignação, vida e roupa reúne escalas de experiência que surpreendem, e deixam tristemente pensativo. É, sem dúvida, uma forma de concluir ou mesmo cortar o assunto. Geralmente, as roupas de saco de açúcar, farinha ou mesmo feijão eram designadas como roupas de trabalho, como afirma Manoel José Alexandre: “uma camisa pra trabalhar, sempre pra trabalhar.” José Antônio de Lima chama estas roupas de “uniformezinho” e comenta: “ficava bonitinho, alvinha”.

Como já foi descrito por um entrevistado, a primeira tarefa na transformação consistia em tirar os tipos impressos, como lembra José de Souza da Silva: “Agora lavava, tirava aquela tinta, aquela numeração e tal e ajeitava, a dona costurava e saía uma coisa boa da cebola.” [Risos] Manoel Bernardo Alves assinala que, para escapar do “uniformezinho” branco, não desejado por todos, era preciso ter dinheiro e competência: “Mode mudar a cor era obrigado comprar tinta na rua, pra cozinhar a roupa na tinta, mode mudar as cor do

pano.” Na ausência de tinta comprada, usava-se os recursos da botânica local: “ia pra mata, tirar a casca; depois de amolecido, dava um banho; mandava passar a ferro. Chega ficava brilhando.”

Severino Antônio do Nascimento complementa: “Tinha costureira, no engenho tinha costureira. Cada mulher de trabalhador sabia costurar, tinha uma tia que sabia costurar.” Alguns se lembram até o nome impresso: “Alvorada. Quando podia comprar alvorada era essa... é de algodãozinho. É, a roupa era essa. E quando podia comprar, o chapéu de palha.” José Francisco dos Santos brinca com a volta recente da “moda do chapéu de palha” lançada no segundo governo Arraes, com a denominação de um programa do governo estadual por esse símbolo de eras passadas. Quanto aos calçados, diz o mesmo entrevistado: “naquele tempo a pisada era essa: sapato, ninguém usava. Era alpercata. Pra trabalhar era uma tal de aspragata de carreiro [risos]. Eu digo porque vi foi isso tudinho.”

Certos entrevistados, como José de Souza da Silva, lembram que havia distinção segundo gênero: “A roupa era uma chitazinha pras mulheres e, pros homens, essa ‘venha cá freguês’. Aquela bem fraquinha. Quem podia comprar, né?” José Antônio de Lima confirma: “As mulheres era chita e os homens era um linhozinho de lista, um linhozinho bem fraco, né?” Usar roupa feita com fazenda comprada, por mais baixa que seja sua qualidade, era sinal de relativa capacidade financeira: “Quando um filho de um pobre vestia uma roupinha de chita, tava vestido”, declara Alfredo Cosme dos Santos. Todos qualificam a maior parte dos tecidos utilizados como sendo “fracos”, frágeis ao uso. Severina Benvinda descreve: “Era aqueles panos fracos, pano de fustão.”

A nomenclatura utilizada reflete também elementos aparentados à hierarquia social das fazendas empregadas para o vestuário na sociedade nordestina da época. Até hoje, em certos círculos, o linho legítimo está no topo, vestindo coronéis e senhores de engenho e suas famílias; por mais amassada que a roupa fique, sua

matéria, mais do que a aparência produzida, impõe a reverência que o estatuto social implica.

Variedades modestas dos tecidos à venda adotaram o termo, embora sua composição têxtil não correspondesse. Os canavieiros não se enganavam: “A roupa chamava-se linho, mas não era desse linho... Era um linhozinho fraco de... Era uma chitazinha”, especifica José Antônio de Lima. José Honorato dos Santos complementa: “Daqueles linho de colchão, da listra larga.” Perguntado para saber se o que acabava de descrever, era um pano utilizado para móveis, ele sentencia: “Sim. É aqueles pano de listra, que nem aquele pano de listra, é, era assim o pano que a gente vestia. Se a gente vestisse uma roupa dessas, o camarada dizia: roupa boa.” Embora a contragosto, ele continua a explicação: “É, ninguém vestia uma roupa dessas não. Era aquele azulado, aquele pano azul, arranca toco, um pano grosso que tinha”. Específico, Anísio Francisco da Silva declara: “Chita, rapaz a roupa eu me lembro que meu pai a roupa era mescla, usava mescla, mescla azul e uma preto, caqui. Ia sair, a roupa melhor era volga.” Sublinhando novamente a fragilidade de tais produtos, particularmente dado sua função de vestir pessoas efetuando trabalhos pesados e sujeitos a se sujarem, José de Andrade confirma: “Aqueles... pra as mulher era chita. E pra os homem era um tal de raião.” José João da Silva lembra de outro nome: “Já, naquele tempo antigo, tinha negócio de lim, Tropicá, essas coisa.”

Outra queixa que José Honorato dos Santos faz diz respeito ao corte da vestimenta e a confecção que economizava o pano de qualidade melhor para complementar a camisa com aquele mais barato nas partes menos visíveis da roupa. “Também quando encontrava, quando comprava uma camisa, a abertura era de um pano, um pano, era, um pano pior fazia uma abertura. Nesse tempo a abertura de camisa era fraca; tampa de viola, a abertura era larga, mas o resto era pano de listra, era linho, era só a frente. Aí vestia o paletó,

atacava a gravata prá ficar a camisa bonita.” Perguntado sobre a parte de trás, ele confirma: “Era outro pano.” “A roupa era algodão, linho...” diz Luis Batista do Nascimento que continua: “Daquele linho grosso, né?” Joaquim Pedro da Silva lembra do nome dado ao tecido de forrar colchões e da razão de sua preferência entre os fregueses canavieiros: “A roupa era a bambão. Sim, porque era barato, né? Com um cruzado, dez tões, cinco tostões o cabra comprava uma roupa.” Panos taxados de grossos por uns, são louvados como “bons” por outros em virtude de sua resistência. É a opinião de José Amaro dos Santos: “Era uns panos mais fortes do que tem agora. Era um pano amesclado, muito grosso. Arranca-toco, brim branco, espanta vaqueiro. É, tinha um pano chamado ‘espanta-vaqueiro’.”

E sempre volta, como um refrão: “A roupa, sempre mais era saco de açúcar.” José Antônio de Lima. “Mãe fazia roupa pra mim e pronto. Mas, era mais de saco.” Generino Luis da Silva. Todos lembram das roupas de saco e não há nada de saudosista nessa lembrança. Como muitos outros relatos de experiências passadas, duras, opressivas, tristes pelo que comportam de tempo e oportunidades irremediavelmente perdidos, mas das quais se tem orgulho de ter saído com dignidade intacta.

6.4.2.2 A falta de roupa

E a roupa era uma só: ele trabalhava com a roupa hoje, e no fim da semana. Começava trabalhar hoje com a roupa, na segunda-feira como se fosse, até o fim da semana. Era assim.

Manoel dos Santos da Silva

Dadas as exigências sociais de boa aparência e a herança ameríndia e africana de higiene pessoal e das roupas, era imprescindível dispor de várias para poder lavá-las. Na condição financeira dos canavieiros

da época estudada, essa facilidade não era comumente encontrada. Pe. Crespo, no seu apostolado, testemunhou a crueza da carência de roupas garantindo um mínimo de decência:

Uma vez, cheguei numa casa e vi as meninas-moças correndo nos canaviais; chamei a velhinha e disse: “Diga às meninas, suas filhas, para que venham assistir às orações, que o pai delas está para morrer, para rezar conosco.” Ela disse: “Seu Vigário, me desculpe. Elas não podem vir não.” “Por quê?” “Elas estão desprevenidas, estão com umas roupinhas tão rasgadas, aparecendo as carnes. Elas têm vergonha de aparecer.”²³⁸

Muitos entrevistados se queixam de só ter tido uma roupa, o que levava a dona de casa a malabarismos para lavar e secá-la a tempo de ficar pronta para um outro dia de uso. “A roupa? Quando comprava uma, não sabia nem da tira da outra”, conta José Batista do Nascimento. “Olhe, eu trabalhei nessa usina. Chegava em casa molhado. Não faltando com o devido respeito, me enrolava com uma coberta e a mulher lavava pra eu vestir no outro dia. Sim Sr, pra ir trabalhar de novo”.

O que constitui, hoje em dia, uma façanha ocasional em lares equipados e com roupas em tecidos sintéticos, tornava-se um verdadeiro sufoco nas condições de habitação dos trabalhadores, como lembra José Inácio da Silva: “Naquele tempo, chovia seis meses inverno, seis meses verão. Aí eu vestia... chegava a mulher com aquela roupinha, botava ela no fumeiro, vestia aquela velhinha de domingo e depois era de manhã, bem cedo, aquela catinga de fumaça medonha não só eu como todos os parentes meus. A situação nossa era essa aí.”

238 Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra.

“Era bicho do mato, com aquela roupinha que vivia assim o dia todo trabalhando; se queria ir a Barreiros, no domingo, a mulher lavava de noite a roupa e ele ia para a mata? Não, ficava em casa; fazia fogo em casa, enxugava aquela roupa no fogo para poder botar a mesma roupa para ir pra feira em Barreiros. [...] A vida não era fácil não. Que nem hoje, não. Hoje é mais fácil. Nós estamos no céu, abaixo de Deus. Tudo era feio. Pra todo mundo. Tinha mais caprichoso, mas tinha muito, a maioria, fazia pena.”
Amaro Pedro dos Santos

6.4.2.3 Roupas rasgadas, remendadas

Obviamente, a falta de recursos para renovar as vestimentas, num ambiente em que elas eram submetidas aos rigores de trabalhos pesados e com riscos inerentes ao uso de ferramentas afiadas, fazia com que seu estado se deteriorasse rapidamente. “A roupa, quando eu comprava uma roupa, a outra não tinha mais nada, tinha somente as tira”, descreve José de Andrade. Antes dessa fase final, a questão dos consertos envolvia, segundo os trabalhadores, outras dimensões, além da própria completude, por assim dizer, da peça de vestuário. O fato de ser obrigado pelas circunstâncias a vesti-la comportava algo de triste senão vergonhoso que faz Odilon Caetano da Silva gaguejar: “Não, não... não existia dinheiro para comprar roupa. O povo vivia todo... andava todo com a roupa toda remendada.” Certa distinção parece se instaurar entre aqueles que eram submetidos ao uso de tais roupas e os demais, exceção à regra: “Todos não tinham roupas, como têm agora. Tinha gente que andava todo arremedado, com calça rasgada. Mas tinha outros com sua roupa inteira”, especifica José Amaro dos Santos.

Em outros âmbitos culturais, se nunca fora razão de orgulho, propriamente, o uso de roupas remendadas para o trabalho era corriqueiro e quase normal, até mesmo porque se preservava assim as roupas “inteiras” para usos mais cerimoniais. Mas com a penúria

vigente nas populações canavieiras que não dispunham de trocas de roupa, e talvez em virtude de uma certa escala de valor mais exigente, o fato de usar roupas remendadas era tido como limitativo: “A roupa era uma roupa ruim, não podia sair, viu. Era, viu. A roupa velha, toda roupa, rasgado, era remendada, era... Era muito ruim”, sentenciava Francisco Zalatiel Ferreira.

Daí talvez a preocupação e o conhecimento – surpreendente sob outros céus na boca predominantemente de homens – sobre as fazendas. Sua solidez, ou melhor dizer, no caso, sua “fraqueza”, tinha consequências relevantes. Falando das diversas qualidades de tecido que costumavam comprar para fazer roupas, José de Andrade lamenta: “Era os melhor que tinha. Vestia, não passava dois mês se rasgava. Aí ia pra uma feira com aquela roupa rasgada. E eu trabalhava, chegava em casa, muitas vez, chegava em casa e não tinha uma roupa pra vestir, eu vestia um saco. Acredita? É.” Sua indignação mostra também o quanto, de certo modo, essa época parece-lhe ainda mais revoltante, pelo contraste com o presente ainda que pobre. A distância percorrida é tão grande, embora insuficiente, que se dá a licença de aceitar a surpresa, quiçá a dúvida ou descrença do interlocutor.

6.4.2.4 Orgulho em andar com roupas não remendadas

Ao contrário, conseguir usar roupas sem remendos era um objetivo, para alguns, uma forma de orgulho que transparece, por exemplo, na resposta de José Amaro dos Santos:

E assim nós andávamos todos. Eu mesmo, graças a Deus, não andava arremedado não. Eu trabalhava. Toda a vida, eu fui chegado ao serviço para trabalhar, pra ser e ter aquele prazer de ganhar muito. Aí pra todo canto que me chamava, eu tinha minha roupa, meu sapato. Tinha minha roupa completa de paletô e sapato, chapéu, gravata.

Sua façanha é tão rara quanto sua insistência, talvez um pouco vaidosa, no assunto: “Eu tinha cuidado de trabalhar, para não andar rasgado, nem remendado. Às vezes, minha mãe dizia a mim: ‘Você, meu filho, essa calça sua dá pra trabalhar. Vou botar um remendo.’ Eu só trabalhava com ela um dia, dois e deixava pra lá, graças a Deus.” Distinção então, associada repetidamente com a quantidade maior de trabalho indispensável para mantê-la. “As roupas eram de alvorada, mas também tinha o caqui. Quando chegava assim tempo de festa, o pessoal se prevenia pra poder se apresentar e comprar uma roupinha melhor. Tinha um bem branco.” Manoel José Alexandre.

6.4.2.5 Troca de roupa

“A roupa era mais fácil!” compara Amaro Carneiro da Silva, que acabara de relatar a impossibilidade de adquirir uma cama. “Uma roupinha fraca, de uns paninhos mais fracos, mas sempre tinha suas duas roupas, mode de mudar.” José Inácio da Silva lembra dos cuidados da família que não só lhe garantia uma troca de roupa, como dispensava o uso de camisa de saco.

A roupa era meia grosseira, viu, meia grosseira. Eu mesmo nunca vestiu não, viu, mas lá, a gente só vestia saco. Agora, eu vestia um tal de tecido popular que era uma camisinha de listra assim. A minha vó comprava um metro pra mim, por mil e duzentos... Tecido popular, fazia uma calça. Outro ia uma camisa e vestia aquela roupinha. Agora ficava outra roupinha velha pra gente mudar de noite, quando chegasse de noite.

José Inácio da Silva

Todavia não é esse o testemunho dos demais canavieiros, como Maria Severina da Silva. Ela revela ainda as dificuldades redobradas que as mulheres enfrentavam para tentar manter limpas as vestimentas que deviam garantir-lhe decência e respeito, numa situação econômica em que até mesmo o mais básico dos produtos de higiene e limpeza era negado:

Olhe, a roupa, a roupa só vendo de vê, viu? A roupa, tinha gente que ainda tinha uma pareinha pra trabalhar, e tinha uma pra ir uma feira, uma viagem. E tinha muitos que era com aquela roupazinha mermo que trabalhava. Eu mermo, eu e muitos, a roupa que a gente trabalhava, quando era no sábado, se tivesse algum restinho de dinheiro, que sobrasse da venda pra receber, lavava aquela roupa, quando era... dava um aleito, botava no corpo e ia-se embora trabalhar, ia se embora, saía. Toda remendada, encardida, não tinha o sabão, era um pedacinho de sabão pra passar a semana lavando.

E conclui, peremptoriamente: “Não tinha muda!”

6.4.2.6 “Camisa de mijão”, “Camisã”, “Gibão”

“Minha roupa era qualquer uma, dentro de casa só era com as calcinhas curtas, qualquer roupa”, conta Generino Luis da Silva. Muitos entrevistados falam de uma vestimenta diferente: “As roupas de antigamente eu me lembro muito que eu vesti muito timão. Já grande, com 7 anos, vestidinho timão. E muitos eu vi, vestindo também camisa de saco”, conta Inácio Antão Dias.

“Eu mesmo... vesti muita tanga, somente vestido como se fosse uma menina. [Como se fosse uma menina?] Como se fosse uma menina. Fazia aquela tanga, botava uma carreira de botão na frente, já estava vestido como se fosse uma menina.

[E era comum aqui fazer assim?] Era comum. A gente, misturado assim, não conhecia se era menina ou menino. Só conhecia por causa do cabelo que era cortado, somente, somente, mais nada. E eu me lembro de tudo isso.” *Severino Barros Lima*

“Umas camisas de mijão e não era calcinha, não. Era camisa de mijão pra gente vestir. Eu com uns 9 anos, com 8 anos, ainda vestia aquelas camisas...” *Eugênio Benvindo M. Freitas*

Rindo, Manuel Bernardo Alves conta: “Mãe fazia pra os meninos uns timão cumprido. Era um camisão. Tudo de um tipo só. Não tinha nada separado de calça e camisa, não. Era um timão só.” José João da Silva usa outro termo para designá-lo: “nós usava gibão”, complementando a seguir com risos: “Era, uma camisa compridona, aí debaixo era nu, né?” Faz questão de sublinhar: “[n]aquele tempo. Agora não, que agora todo mundo veste calça, né?”

O tempo durante o qual os meninos usavam o camisão varia de acordo com o testemunho. Antônio Virgínio da Silva parece mais ressentido do que seus confrades por ter sido obrigado a usar uma vestimenta que se acordam em achar risível: “Roupa da gente naquela época, até 4 anos não sabia o que era roupa. A roupa da gente que morava lá por aqueles engenhos era uma camisola que nem uma mulher, batia no joelho. Era a roupa da gente, que a gente tinha direito.” Todos concordam: assim que o garoto trabalhava no eito, ele ganhava roupa de adulto. Mas, graduar para a calça nem sempre o deixava a salvo da gozação: “Morei ali em Diamante eu pastorava boi pra trabalhar. Ai me lembro que minha mãe fez um calção pra mim de pano de rede para eu trabalhar. Ai botaram até um apelido em meu calção baiana”, brinca Anísio Francisco da Silva.

6.4.2.7 Comprava/não comprava

Como para qualquer outra população citadina, o uso de roupa, até mesmo de saco, era condicionado à capacidade financeira. Vale salientar que até entre os mais pobres camponeses do Sertão, também moradores não proprietários de suas terras e igualmente sujeitos às mazelas da opressão, exploração e insegurança que tal estamento acarreta, a possibilidade de plantar algodão, a arte de fiar e tecer mantida pelas mulheres, ao lado de seus outros afazeres produtivos e domésticos, não tornava tão dramática a situação quanto na Zona

da Mata. Novamente é importante sublinhar o contraste entre terras tidas como castigadas (pela seca etc.) e a região mais privilegiada do estado, onde, no entanto, reinavam as condições mais dramáticas do ponto de vista social: “As roupa era desmantelada demais”, lembra José Pascoal de Figueiredo: “E quando eu cheguei no engenho, o povo não tinha camisa, só era uma tanga amarrada na cintura, que eles não podia comprar. Porque o dinheiro não dava.”

Além dos sacos de açúcar ou farinha, adquiridos como a estopa, no barracão, ou seja, entrando no sistema de endividamento permanente ou quase dos trabalhadores rurais junto ao armazém da empresa, a compra de qualquer roupa ou tecido só podia ser efetuada mediante o comprometimento de uma das poucas reservas econômicas passíveis de serem transformadas em dinheiro, geralmente um animal: “Comprar, o dinheiro não tinha pra ir comprar muito é... roupa. Ele só pegava apurar dinheiro quando era um filho que, às vez, criava uma cabra; a mulher criasse, se pudesse criar, e nem é todos que criava. Então eles compravam.”

A soma dos condicionantes é considerável e as hesitações de Manoel dos Santos da Silva para estabelecer precisamente as chances realistas disso ocorrer são eloquentes quanto à dificuldade de realizar o que redundava quase em façanha: conseguir, se puder (se for autorizado, se tiver condições econômicas e força de trabalho competente) e finalmente se o bicho prosperar, engordar para alcançar o estado de se transformar em mercadoria e, mais ainda, se encontrar cliente solvável. Manoel dos Santos da Silva admira a perícia dos pais e mães de família para conseguir, nessas condições, vestir suas proles: “Pra melhor lhe dizer: eu não sei nem como é que eles vestia. Eles se vestia com uma roupa tão fraca. E, às vez, com uns 6 filho, 8, mais, e ainda eles sabia fazer aquela economia pra comprar ainda a roupinha pra cobrir o corpo.” A mesma expressão é utilizada por Generino Luis da Silva: “Fazia economia, vendia um bicho, uma coisa e comprava uma farda de

roupa, né?” O empreendimento de manter a família decentemente coberta, o que nem sempre era possível, segundo o testemunho do Pe. Crespo, consumia uma quantidade extraordinária de trabalho e energia por parte dos canavieiros, cristalizada ou não numa reserva de dinheiro como um animal. Às vezes, não iam para a igreja por falta de roupa. “A roupa era mais difícil. Era. Era mais difícil porque, o Sr. sabe, família grande, né. Aí a gente... a roupa era mais difícil. Roupa, calçado, tudo, essas coisas, era mais difícil.” Severina Benvinda.

A reiteração pela trabalhadora da palavra “difícil” talvez forneça uma pequena ideia da dimensão do obstáculo que havia em satisfazer uma necessidade tão básica quanto o vestuário para uma família de trabalhadores cujos membros, desde criança, contribuíam ativamente não apenas para seu próprio sustento, como para a grandeza da economia açucareira. “Era barato, mas o que se ganhava não dava. Não era caro, não! Mas o camarada não podia.” Severino Sebastião Santana manifesta uma clara consciência da situação econômica em que se encontrava em relação aos preços praticados no mercado. Ele compara implicitamente, com o poder aquisitivo do qual gozam agora, ou do qual passaram a gozar (por curto tempo) após o Acordo do Campo, ou então – o que será mais evidente em outros assuntos – com o dos seus contemporâneos imediatos vizinhos, os operários das indústrias açucareiras, e (em menor número) os empregados das ferrovias. Portanto, ele não se limita a avaliar um bem, digamos um tecido, em função de sua própria capacidade – na época – de adquiri-lo ou não, mas considera o âmbito maior, que torna sua própria posição tanto mais insuportável objetiva e subjetivamente. A hesitação aparente de Antônio Virgínio da Silva na descrição pode expressar um pudor de falar. “Era de pano. Era um pano de... de... que a gente botava assim, olhe, aquele ragaço de pano. Ninguém tinha direito de vestir uma roupa boa, não.” Quanto aos calçados, quase não são mencionados:

“Menino 12 ano, 10, não tinha direito calçar uma fivela, ia com os pés no chão.” José Francisco Paiva.

6.4.2.8 O papel dos empregadores

Na visão dourada da ‘morada’, os empregadores provariam sua generosidade e preocupação para com o bem-estar de seus dependentes ao cuidar não apenas de sua moradia e alimentação ou saúde, mas também do vestuário. Não há testemunho algum nesse sentido em todas as entrevistas. Ao contrário, os poucos que mencionam sequer alguma peculiaridade, além de negar que o patrão desse qualquer coisa, o fazem jogando uma luz, às vezes, surpreendente. Assim, Rosendo Vicente de Sales, testemunha que a prática podia até existir, mas não onde ele trabalhava: “Não tinha isto não. Era engenho particular. Se fazia em engenho de usina.”

Contradizendo a visão idealizada da vida nos engenhos sob a tutela paternalista benevolente dos senhores de engenho, os entrevistados fornecem assim sua própria perspectiva sobre uma experiência obviamente traumática. Nela, o proprietário era apenas um empregador que praticava salários insuficientes. Onde os inúmeros problemas que os trabalhadores haviam de resolver, gastando recursos indispensáveis em outras áreas, como a alimentação, para poder minimamente satisfazer a essa exigência social tão elementar de decência. “Ah! O veste! O veste... o veste, era quase descoberto.” José Damião da Silva.

Comprar tecido quando se mora num engenho afastado dos âmbitos citadinos onde ocorriam as feiras tornava-se um problema suplementar. Toda a ajuda dos proprietários da plantação, no caso, resumia-se à de intermediário, não de doador. “A roupa era um problema, viu. Sinceramente a roupa era um problema. Era longe demais. Na época o transporte era difícil.” Antônio Maurício Domingo. Nesse caso, para alguns ao menos, o empresário ou

seus prepostos podiam trazer roupas ou tecidos, como faziam para outras mercadorias. Intermediário também, e não patrocinador, quando os próprios trabalhadores tinham a faculdade de se deslocar até a cidade para suas compras, como José Pereira de Lima: “As roupas, na época do inverno, aí o patrão dava uma ordem a gente pra gente comprar lá em Ferreiro, uma loja de um cidadão. A gente comprava aqueles algodão do Rio. Isso ficava com 12, 20 quilo, do peso. Camisa de saco, ele fazia roupa.”

A sujeição ao patrão tornava qualquer operação tão simples quando um pedido de adiantamento uma provação. Pois, o bel prazer do plantador, sua disposição mais do que sua disponibilidade de recursos sentenciava o pedido. “Quando ele estava, com licença da palavra, a gente ia lá tomar um dinheiro a ele pra comprar uma camisa, ele emprestava. E quando ele não estava, ele dizia que não tinha dinheiro, não. Podia voltar pra trás.” José Peagentino dos Santos lembra todos os detalhes da operação:

O senhor de engenho, ele emprestava dinheiro a esse povo mais fraco. Ele emprestava dinheiro pra o caba comprar roupa. No de Trapuá, emprestava. Aí ele emprestava 10 mil réis pra o caba comprar. O caba comprava uma calça e uma camisa por 7 mil-réis, por 8 o pano. Aí mandava costurar. Uma calça e uma camisa, puxava por 3 mil-réis, 3 e 500. A costureira costurava com a linha dela, com o botão, com tudo, né? Três mil-réis. Agora 3 mil-réis, naquele tempo... demorava o caba arranjar os 3 mil-réis, né? Ele emprestava os 10 mil-réis.

A dependência continuava, pois no sistema de plantação da zona canavieira de Pernambuco, os trabalhadores agrícolas estavam confinados ao maior grau de sujeição num sistema não-escravista. Privados da oportunidade física ou financeira de ir comprar tecidos à feira ou num armazém citadino, eles eram obrigados a recorrer mais uma vez ao barracão monopolista de fato. “Aí a gente ia no

barracão, às vez, comprava um saco. A mulher, assim que chegasse em casa, fazia uma camisa.” Brincando, José Pereira de Lima continua se queixando do desconforto de vestimentas no entanto preciosas: “Mas também quando melhorava, era uns 10 quilo o peso da camisa. Eu vesti muita.”

O único entrevistado cujo testemunho corresponderia, no sentido mais estritamente transacional, à lenda dourada da ‘morada’, viveu uma experiência singular. Por ter ficado sem pai e com a mãe doente, a família de Antônio Maurício Domingo sobreviveu de “favor” na casa-grande, embora isso significasse o trabalho não remunerado dos jovens membros. Ele explica: “Roupa como quem era filiado assim, nos engenhos, aí comprava os senhores de engenho trazia roupa.” As modalidades não eram de doação, mas de troca, ou seja, o objeto era, *stricto sensu*, um salário *in natura* pelo trabalho realizado:

Foi um momento que chegou o período das minhas irmãs trabalhar na casa-grande. Então trazia o que chamava de cabidelas, aquelas roupas cabidelas e chegava em mamãe, pegava uma agulha, né, de uma roupa fazia duas, três... Roupa que já usou, usada que o pessoal da casa grande doava, que as meninas trabalhavam lá, trabalhavam de graça. Ele e as meninas trabalhavam de graça pra casa-grande, então trazia aquelas roupas.

Como para a terra cedida pelo proprietário aos empregados da plantação, essa questão da remuneração *in natura* merece algumas considerações teóricas, apenas para situar sua especificidade. Muito já se escreveu a respeito do que significaria uma menor ou maior presença da economia “natural” dentro de uma monetária. Basta lembrar, por exemplo, que certos autores atribuem ao crescimento dos pagamentos (seja de impostos, seja de remuneração ou nas transações particulares) em bens em vez de espécies, a marca da mudança da Antiguidade para o suposto sombrio parêntese da Idade

Média, da feudalidade.²³⁹ É precisamente esse tipo de característica nas relações de trabalho que permitiu a diversos autores reconhecê-las como pré-capitalistas, inclusive ‘feudais’.²⁴⁰ Marc Bloch chamou a atenção para a natureza da transação mais do que nas formas. Isto é, o fato de não usar dinheiro não o elimina como medida, padrão (“*étalon*”). Portanto, ao serem pagas com roupas usadas, as irmãs de Antônio Maurício não deixavam de ser assalariadas. De um lado, o empregador não doava nada, e do outro, o salário das moças equivalia apenas à alimentação e algumas peças de vestuário usadas, de vez em quando.

A opinião que os trabalhadores têm dos patrões, a esse como a outros respeitos, não é lisonjeira. “A usina dava roupa nada! Ela tinha vontade de tirar mais o que tinha.” Abílio Luís Ferreira. Dá também uma indicação da imensidão da revolta que essas dimensões mesquinhas da opressão podiam ocasionar:

Agora a coisa, a roupa toda hoje é mais conservada. Até os próprio patrão acha ruim, que naquela época eles achava bom, porque muitos deles desejava a pessoa fazer uma roupa de estopa, porque eles fica com raiva, e mermo assim eles ficava usando. Estava usando uma roupa igual a ele, hoje.
José Honorato dos Santos

6.5 Religião e lazer

6.5.1 A liberdade de religião

A respeito de certos fenômenos de resistência autóctone, nos quais fidelidades e sobrevivências pagãs dissimulavam-se por

239 Bark detecta na economia mista (monetária e natural) do Ocidente, junto com outros fatores, uma das características senão causas do declínio deste. BARK, W. c. *Origens da Idade Média*. Op. cit., p. 77-78.

240 Ver acima 5.2. A Tese Feudal: o morador como servo.

baixo de máscaras cristãs, fui levado a evocar, por analogia,
um tipo de “marranismo” índio.

Nathan Wachtel²⁴¹

Os trabalhadores do campo constituem uma classe à margem da vida social. Vivem do trabalho mas não sabem desfrutar das vantagens e dos benefícios do seu trabalho.

Em benefício desta classe laboriosa, quase nada foi ainda feito pelos poderes públicos. [...] O que os párocos realizam junto a essa gente deve ser encarado não apenas sob o lado espiritual, o que na realidade é o principal, mas também sob o seu aspecto social, cuja importância ainda está por ser devidamente aquilatada. As visitas mensais ou trimestrais constituem fato marcante na vida destas pequenas comunidades. A missa numa destas capelas de engenho é uma pequena festa.

Pe. Petronilo Pedrosa²⁴²

Os entrevistados mencionam inicialmente uma total liberdade religiosa, geralmente formulada na forma negativa: “Eles não se importava, não.” João Francisco dos Santos. “Nesse tempo, não tinha religião não.” Joaquim Pedro da Silva. “Católico nunca teve problema não”, afirma Anísio Francisco da Silva. Severino Barros Lima considera que era um monopólio estabelecido: “Religião, só tinha o catolicismo mesmo.” “Era tudo católico. Só existia a igreja, a igreja, essa igreja comum, de Deus mesmo”, concorda Eugênio Benvindo M. Freitas, simplesmente. Mas, como foi amplamente reconhecido, não era a dedicação do clero que encorajava os trabalhadores e suas famílias a permanecerem na igreja.²⁴³

241 WACHTEL, N. *La foi du souvenir. Labyrinthes marranes*. Op. cit., p. 29.

242 Apostolado nos meios rurais”. DP, 04.10.49.

243 A Usina Catende, segundo o Bispo de Garanhuns, Dom Mário de Miranda Villas-Boas, “realiza os postulados das encíclicas sociais de Leão XIII e Pio XI”.

“[Tinha um padre?] Tinha não. Só tinha a vez a missa na usina. Era sempre aí.
[Mas, vocês não tinha contato com o padre?] Não tinha não.” *Anísio Francisco da Silva*

Quando perguntados especificamente sobre confissões protestantes ou afro-brasileiras, os entrevistados expressam a reticência ou mesmo proibição patronal frente a dissidências teológicas nas suas plantações, apelando para a força pública. “Não tinha muita, não liberdade de religião não, que a religião evangélica era travada um pouco. Depois que eles botaram a polícia para prender os crentes. A polícia chegou lá e não teve como entrar na igreja, voltou. Aí, de lá prá cá, foi que libertaram os crentes pregar... o evangelho.” José Antônio de Lima. Obviamente, os trabalhadores de igreja reformada são sensíveis a esse tipo de situação: “Desde os princípios que tem lei de crente, mas era tudo por debaixo dos panos, era meio escondido.” Amaro Rosendo Fagundes.

Proibidas nos engenhos, as manifestações religiosas não católicas tinham mais possibilidades de serem praticadas nas cidades. “O negócio de crente só era lá pelas ruas”, afirma José Francisco dos Santos que, no entanto, revela filiações secretas: “Mas, se fazia! Até na minha casa morava um (crente).” “Era um bicho. Era um bicho. Falasse em religião! Misericórdia!”, exclama-se José Batista do Nascimento.

DP, 07.11.41. Insiste-se muito na “assistência religiosa” e no número de “comungantes [que] atingiu a 4 mil”. Ela manteve presença constante na imprensa, mostrando sua fidelidade aos princípios varguistas de cuidados para com seus empregados. Essas realizações são apresentadas como se fosse numa vitrine, ao longo dos decênios. Não se passam muitos meses sem uma visita ilustre – utilizando o famoso trem – autoridades se oferecendo aos fotógrafos na frente do lactário, da escola ou da sede dos escoteiros abrigando “órfãos, filhos de operários e trabalhadores rurais”, desde 1936. JC, 28.10. 1962.

As situações locais eram variadas:²⁴⁴ alguns engenhos proibiam ativamente, outros não, explica José Francisco da Silva.²⁴⁵ Acostumado à pluralidade atual, José Honorato dos Santos enfatiza as distinções, lembrando como a situação mudou. “Uns eram da igreja romana, outros da igreja batista, outros da Assembleia de Deus, outros eram Pentecostais, era assim. Toda vida houve crente, agora era menos do que agora.”²⁴⁶ “Em crente era que falava menos, mas em padre se gostava mais de falar.” José Severo da Silva e Inácio Antão Dias concordam. Amaro Carneiro da Silva atribui a intolerância ao desconhecimento da lei: “Naquele tempo não porque as leis, tinha pouco conhecimento. Agora tem mais liberdade hoje, porque tá mais conhecido.”

A tolerância de certos empregadores em relação ao protestantismo parecia interesseira. “Pelo menos essa família dos Bandeira, eles diziam assim: se todo morador fosse crente, pra eles era melhor.” A única restrição, diz Inácio Antão Dias, era que a pregação não interferisse com o trabalho:²⁴⁷ “A gente, os crentes, têm as religiões. Agora eles não gostaram que chegasse e parasse os trabalhadores e fossem

244 Julião relata: “Não bebiam, não fumavam e só tinham uma família, então os camponeses se interessavam em que os protestantes fossem presidentes e secretários das Ligas porque tinham orgulho de saber que seu presidente não se embriagava, embora eles tivessem várias famílias e se embriagassem. Tinha orgulho de saber que seu presidente era um homem sério.” JULIÃO, Francisco. “Um Pau-de-Arara no exílio – Julião”. *Apud* BASTOS, E. R. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., p. 70.

245 Interessante notar que na festa em homenagem ao governador do Estado, organizada pela Liga Camponesa da Galiléia, era prevista uma missa, mas o padre faltou. “Realizou-se porém um culto protestante, tendo o pastor se referido ao Sr. Francisco Julião como o “redentor dos camponeses” e atacado severamente os ‘latifundiários’.” “Festa camponesa: 5 horas de discursos e 4.500 churrascos”. *DP*, 16.02.1960, p. 3.

246 Vários entrevistados sublinham o aumento da população crente, particularmente Cassiano José de Sena e Severino Sebastião Santana.

247 A mesma preocupação anima a repressão à expressão de misticismo, até mesmo católico.

ali doutrinar parte de Evangelho não. Agora, aonde quisesse fazer uma congregação, ele mandava fazer.” Outros entrevistados têm uma concepção diferenciada da situação de liberdade religiosa: “Era livre, era livre. Essa tinha demais! Existia demais. Ah! Essa era livre. A católica era livre. As outras eram privadas.” José Antônio de Lima.

Quanto às religiões afro-brasileiras, a tolerância era nula: todos concordam com José Francisco dos Santos “se fosse catimbozeiro, se acabava no pau.” José Inácio da Silva confirma: “Era proibido. Quando a polícia via não queria não.” “Era respeitada o que! Era chibata também”, exclama-se José Honorato dos Santos. Novamente, o ambiente urbano parece ter sido mais acolhedor e tolerante para expressões religiosas diversas: “No engenho não tinha não. Era nas ruas.” Inácio Antônio Dias.

“Se ele gosta de um Xangô, o caba vai, andar uma légua pra ir um Xangô! Uma missa, vai de tempos em tempos, porque também é longe, pra sair daquele mundo pra vim uma missa aqui, né? Agora o carnaval é liberto, porque é três dia pra o caba fazer o que entende, né? Mas, sobre a essas outras coisa, quer dizer que ele, nenhum não empatava, não, porque ele não podia empatar, né? Quer dizer que era livre, né? Agora, o caba que gosta de um Xangô, tá certo, ele passava e... se botava um Xangô lá, oxente!”
José Peagentino dos Santos

Esse negócio de espiritista, esse era [perseguido]! Tinha lá um camarada que dizem que ele era o que chama catimbozeiro. Aí se juntou lá o vigia. O cabra saiu na frente os dois vigias, cada um com um rifle, cipó, pau e eu também atrás. [...] Quando chegou lá, o cabra parece que avisaram a ele. Eu não sei como foi não. Conseguiram pegar ele lá com as coisas trabalhando não, mais era pau.

Anísio Francisco da Silva traduz o preconceito patronal tão forte que até mesmo no contrato-padrão dos anos 1960, aconselhado

pelas autoridades, embora suscitando a oposição dos movimentos sociais, o morador devia se comprometer religiosamente no artigo 7. “O morador não poderá consentir na prática, em sua casa, do baixo-espiritismo ou feitiçaria, ficando-lhe assegurada, quanto ao mais sua inteira liberdade de crença religiosa.”²⁴⁸ Esse, como os demais artigos, em caso de desrespeito, permitia ao plantador a expulsão do morador por justa causa. “Tinha muito senhor de engenho que se o caba batesse um Xangô na terra dele, ele botava pra fora.” Manoel Fernando de Souza.

Uma moradora de um engenho, que entrou em greve, foi descrita num relatório de polícia como sendo “S. A. catimbozeira”, que teria espalhado “o boato que até o fim do mês o deputado Julião virá fazer a divisão das terras. Todo sábado tem macumba na sua casa até altas horas da noite. Dançam Xangô mocinhas de menor, chegam a cair na sala ficando descompostas na presença da rapazeada que exulta com o que vê.”²⁴⁹

6.5.2 As festas

Só queria que trabalhasse; trabalhava-se e podia dançar,
podia fazer qualquer coisa. Mas eles queriam
que trabalhasse.

José Amaro dos Santos

O assunto do lazer é tão reduzido no volume dos depoimentos que as informações são mínimas. Em vez das benesses dispensadas

²⁴⁸ Contrato-tipo impresso que as autoridades encorajavam os trabalhadores rurais a assinar, contra os conselhos de Julião e das Ligas Camponesas. SSP 29343. Doc. 24.

²⁴⁹ SSP 29343. Doc. 55-60.

caritativamente pelos plantadores da sacada da casa-grande para os trabalhadores, há uma ausência quase total da figura patronal²⁵⁰ quanto a celebrações e festas, a não ser no campo das restrições e proibições. Apenas três trabalhadores mencionam alguma forma de participação patronal: Rosendo Vicente de Sales fala de um casal de plantadores que “no Natal, eles pegavam o nome dos meninos tudinho e mandava pano pra se vestir.”²⁵¹ Manoel José Alexandre conta: “Quando era assim, tempo de festa, matava um boi, dava a carne aos moradores.” E Antônio Virgínio da Silva lembra: “dava a bóinha, dava uma roupinha” nas celebrações de fim de ano.

Os entrevistados manifestam orgulho de sua herança cultural como, por exemplo, os maracatus rurais de baque solto e baque virado que, hoje, enfeitam muitos cartazes da Empetur e outros órgãos oficiais e privados que querem “vender” uma imagem atrativa do estado, não apenas para turistas – o propósito oficial – mas também para os próprios pernambucanos. Nas lembranças dos

250 Na literatura, são muito valorizadas as “botadas”. Encontram-se alguns ecos de celebrações na imprensa. O início da moagem na usina Barão de Suassuna, em Escada, forneceu a oportunidade ao cônego Estaquio de Queiroz de discorrer, na missa solene, “largamente sobre as relações entre operariado e patrão, citando os benéficos ensinamentos da Rerum Novarum de Leão XIII” *DP*, 21.11.41. Reportagem com três fotos. Tipicamente, um trem levou convidados para admirar a vila operária, de alvenaria e com água encanada. Não é feita sequer menção dos trabalhadores rurais. Outros exemplos: “Botada da Usina Cachoeirinha Lisa”. *DP*, 10.09.1950. “Tradicional Festividade da ‘Botada’ na Usina São João”. *DP*, 15.11.1960. A Imprensa relata raramente festividades, como “o Dia do trabalho foi comemorado na Usina Central Barreiros”, com jogo de futebol e show. *DP*, 05.05.1954. Esse tipo de notícia, mais frequente a respeito de Catende, diz respeito aos empregados administrativos e industriais apenas. Eram, pelo menos, os únicos mencionados.

251 “Uma grande festa de Natal na Usina Catende”, ilustrada com 4 fotos, concurso de “robustez infantil” e presentes. Em toda a página do jornal, a única menção dos trabalhadores rurais é a existência de “16 escolas rurais localizadas nos engenhos da Usina.” *DP*, 04.12.44, p. 7.

entrevistados, as festas organizadas pelo engenho, ocasionavam apenas trabalho suplementar não pago.

Agora aí festa tinha, todo ano tinha festa. No engenho, o senhor de engenho fazia um negócio de um piquenite, quando o engenho tirava a safra. Fazia uma teia de bagaço, assim que nem um pão; a gente pegava um bagaço verde no virador, no engenho, que ele fazia duas teias de bagaço no meio da bagaceira, assim que nem um pão. Olhe, que nem um pão, que nem um pão, que nem um pão. Quando terminar de ida, quando fechava, ficava que nem um carrossel. Aí botava a bandeira brasileira em cima. É. Botava a bandeira brasileira em cima, e ia fazer a outra. Quando a gente terminava, chegava tava morto de trabalhar, porque o que pega na frente, ele puxa o de atrás. Mas o que vai atrás, vai subindo, assim que a teia de bagaço vai sendo derrampada, vai subindo assim. E quando o cabra chega em cima, chega abrindo a boca, e fechando. Olhe, não sei não, meu Deus. É trabalhar demais. Pra botar a bandeira, e por boniteza, né? E todo ano tinha que fazer essa duas teias de bagaço no meio da bagaceira, no engenho. Todo ano! Fazia um negócio do piquenite lá de crianças, uma coisa e outra, somente pra ver aquela teia de bagaço somente. E o cabra que trabalhou pra morrer aí... não arrumava nada não. *Eugênio Benvindo M. Freitas*

“[Os trabalhadores do escritório, da usina e do campo] reclamam a monotonia do lugar, alegando que Natal, Ano Bom e bem assim quaisquer épocas de festejos nada é feito em benefício do trabalhador apesar de um desconto efetuado para diversões.”²⁵²

252 Relatório sobre entrevistas com trabalhadores do campo, da indústria e do escritório a J. M., usineiro conhecido, de 12.1.1960 feito por dois investigadores da SSP. SSP 19.177. Doc.4-6.

As limitações impostas pelos empregadores às festinhas que ocorriam nos engenhos são apenas mencionadas quanto à manutenção da ordem, avisa Rosendo Vicente de Sales: “O patrão dizia logo. Se o cara arengar, no outro dia não quero nem ver a cara dele.” José Peagentino dos Santos tem um tom desafiador ao afirmar: “Podia, que era liberto, né? Carnaval é uma coisa que ele não pode empatar.” No entanto, José Batista do Nascimento especifica: “Algumas vezes, os moradores brincavam de coco, na ciranda, no coco, mas pediam o senhor de engenho primeiro pra poder brincar”.

Poucos entrevistados relatam festas ligadas à atividade principal, como a ‘botada’ tão cantada na literatura:

Quem fazia era o povo mesmo. Quando se acabava a moagem, ele fazia aquela festa, ele dava aquela bebida pro povo beber, a bebida, a comida; para enchimento de carro quando era na derradeira noite, dava a cerveja, doce, bolacha, farinha, carne e mortadela. Era uma festa. Fazia aquela festa mesma e ali acabou-se, não tinha mais nada. *Rosendo Vicente de Sales*

Festa tinha geralmente o significado de bailes, organizados pelos próprios trabalhadores. “Naquele tempo gostava de dançar; ficar nas festas. Dançava a noite todinha, brincando, farrava, bebia.” Rosendo Vicente de Sales. José Inácio da Silva sublinha o lado musical: “Lá no engenho, era dança de sanfona, violão, cavaquinho, ciranda, era festa também, não era. É num fim de semana, juntava aquele bocado de gente, fazia a dança, tinha tocador.” Antônio Virgínio da Silva enfatiza a diversão – rara – que provia: “E o povo foi, não foi, naquele dia de sábado, domingo não tinha nada o que fazer. Inventava uma dancinha em casa. Se juntava aqueles amigos, aqueles camaradas do engenho mesmo e fazia aquela dancinha em casa, tomar cachaça, mas não acontecia nada!”

Oportunidades surgiam também com as festas religiosas, eventualmente, da cidade vizinha: “A gente ia pra festa em Itaquitinga, todo ano tinha festa de ano, festa de Natal.” José Inácio da Silva. “Às

vezes, em tempo de festa, aparecia umas festinhas por lá, por os pés de pau, no mato mesmo; e o povo fazia aquela devoção, fazia uma procissão, às vezes, fazia um terço; era o que tinha naquela época, era isso, somente.” No entanto, só “era pra quem podia ir”, precisa Antônio Virgínio da Silva. Isto é, quem tinha a possibilidade de deslocamento, alguns tostões no bolso e roupas adequadas.

“Eu lembro que tinha uma festa lá na rua encostado onde eu moro até hoje e todo mundo queria ir pra festa: carrossel, tinha um babau, que ninguém nunca tinha visto um babau. Vamos passear, ali com Maria, com Tonho, várias Marias. Cadê o sapato? Bom, mas o que é que faz. Mas, chegamos na festa, era festa de São Sebastião, e o pessoal na chã tudo como vontade de ir à festa, com vontade. Mas ali tem um carreiro que sabe fazer alpercatas, chinelo. A gente vai, tira o pessoal e vamos mandar ele fazer umas alpercatas. Ele era jeitoso. Chegamos lá. ‘Bom dia.’ ‘Bom dia.’ ‘O Sr. tem pneu aí?’ Pneu do carro do homem, do patrão, pneu já careca. Ele tirava e trazia pra casa. ‘Tem.’ ‘Dá pra o Sr. fazer aí uns dois pares de alpercatas “chinelo”?’ Ele tinha o couro, o couro de boi que morria, ele curtia. Ao morador que quisesse fazer alpercatas, ele dava o couro. Aí o carreiro ajeitou assim, quatro foi ou três pares.” *Antônio Maurício Domingo*

José Peagentino dos Santos gostava de dançar e detalha:

Carnaval. Maracatu. Era. E às vez tinha um negócio de uma ciranda, fazer uma ciranda, um coco de roda, né? Agora os samba que o povo fazia é o coco de roda, era uma zabumba, um negócio que nem uma caixa, né? [...] Aí balançando uma caixa, batendo; aí fazia aquela roda de gente, aquele coco, né? Mas toda vida houve: São João, Carnaval e festa, toda vida foram essas. Às vez, o povo botava uma cantoria em casa, né? Chamava um cantador de viola, aí fazia aquela cantoria.²⁵³

253 Atribuiu-se, em parte, o sucesso das Ligas Camponesas à divulgação de suas propostas por meio desses artistas.

Manoel Fernando de Souza lembra do sucesso que o “bailezinho” fazia. “Era muito rapaz, muita moça. Não faltava coco de roda, nem ciranda, nem nada. Cavalo marinho. Tudo!”

A participação dos entrevistados variava, desde os indiferentes ou comedidos como Antônio Santana da Silva: “Eu não saltava mais, mas se tivesse ciranda, essas coisas, eu brincava”; até os apaixonados, como José Francisco dos Santos:

Agora só tinha uma coisa que eu não nego a ninguém: eu tinha uma falta comigo: todo sábado, eu levava duas pisas. Era. Bem cedinho antes de sair da rede, e outra de meio-dia pra almoçar e de noite não dava outra porque eu corria. [Risos.] Agora, porque eu não obedecia o que ele queria: porque meu pai não queria que eu brincasse. Eu brincava cavalo marinho. Maracatu. Ciranda. Mas em casa, olhe! Era pau.

7. As condições de trabalho

7.1 Organização, distribuição e remuneração do trabalho

7.1.1 As relações com o patronato

Era o que o patrão queria. Não era gosto do trabalhador não.
Era ordem. Não existia patrão bom. Era de tirar no couro.

José Honório da Silva

Axiais na definição da ‘morada’, no sentido clássico, são as relações supostamente boas dos plantadores com seus empregados agrícolas. Porém, nas entrevistas, a questão é tratada de maneira mais prosaica que na literatura. Os trabalhadores se detêm a circunstâncias peculiares, assuntos definidos de sua área profissional, como a medição da tarefa, o pagamento do salário, o acesso à terra para plantar, em que os contatos com o patronato e seus auxiliares são indispensáveis. Ademais, avaliam os entrevistados a qualidade dessas relações em razão direta do clima geral de violência patronal e tensão social que reinava na região. Desmentem, desse modo, qualquer ilusão patriarcal e fraternal nas interações entre as classes. A

ausência de violência patronal efetiva (pois a ameaça está sempre presente), é considerada suficiente para qualificá-las positivamente, no sentido de uma exceção, e não da regra.

O ambiente no local de trabalho é um dos assuntos mais delicados. Os trabalhadores expressam sentimentos e opiniões que poderiam parecer contraditórias. José Honorato dos Santos pondera: “Era boa, era boa. Tinha umas que era boa, tinha outras que eram ruins. Muitos engenhos, tinha violência, mas tinha muitos engenhos quietos.” A regra que vigorava tacitamente podia, no entanto, alterar-se dentro de uma só plantação dependendo das circunstâncias, e particularmente da atitude dos trabalhadores. Manoel José Alexandre explica: “Os patrões, os senhores de engenho também castigavam muito. Se o trabalhador fosse corretozinho, direitinho, bastante no trabalho, ele também não perturbava.”

Para garantir essa tranquilidade, afirmam todos os entrevistados, era preciso “se sujeitar”. Não se podia reclamar, lembra José Barbosa do Nascimento: “Reclamava nada. Lá ninguém nunca reclamava não.” Alguns qualificam o que a própria condição de assalariado comportava: “A humilhação. A humilhação tinha porque o camarada tinha que se humilhar pra trabalhar, porque ou trabalhava ou desocupava”, desabafa José Felipe Santiago. “Não podia faltar no serviço” era a regra absoluta, lembra Odilon Caetano da Silva.

As condições e a quantidade de trabalho exigida, que não se podia recusar nem negociar, são também evocadas repetidamente a respeito dessa questão do ambiente de trabalho. “Humilhação, o camarada tomar conta ro com ro, em todo o canto o camarada não tira num dia. Ficava pra o outro dia, e no outro dia, era o mermo dinheiro que ele ia ganhar. Só aquela conta mermo”, julga José Pascoal de Figueiredo.

Os trabalhadores deviam ir trabalhar todos os dias. “Trabalhava a semana toda. Todo dia tinha serviço”, afirma Severina Maria da Silva. A exigência de estar disponível para qualquer serviço que

fosse indicado, visava sobretudo o chefe de família, garante Alfredo Cosme dos Santos. Mas, José Honorato dos Santos ressalva: “Agora só na tapa.” Amaro Rosendo Fagundes brinca, com amarga ironia: “O acordo era pra botar pra fora!” A única compensação que os trabalhadores mencionam, como Manoel José Alexandre, era a possibilidade de ter lavouras. Ambos os aspectos são tratados em termos de liberdade ou falta dela, melhor dizer, de liberdades: “Tinha uma liberdadezinha no plantio.” Manoel José Alexandre.

As relações de trabalho

“Era difícil. Era difícil pela uma parte, e era fácil... Era fácil no modo do sítio como queria. Mas pra trabalhar mermo, pra trabalhar mermo era difícil, porque os administradores, os fiscais... A pessoa, por isso ou por aquilo, ele despejava a pessoa, arrancavam a lavoura e... faziam tudo, e não tinha onde tomar providência, era. Até bater, batiam. Tinha deles que, pra encher carro de cana, ia com vigia pra cortar corda de rede de gente pra ele vim encher carro a pulso. Era, pra ele ir encher carro a pulso.” *José Antônio da Silva*

7.1.1.1 O contrato: “O acordo era trabalhar.”¹ “Não tinha contrato de nada.”²

As relações pessoais entre plantadores e trabalhadores rurais eram raríssimas, contrariando a visão literária. Nas usinas, não existiam. Entre os fornecedores e até mesmo com aqueles residentes nas plantações, elas se reduziam a pouco: “Ele ia pro serviço reparar o serviço”, conta José Honorato dos Santos. Tendo dito inicialmente que o plantador distribuía o trabalho, logo corrige. “O cabo dizia: ‘Dá tantas braças’, pro senhor de engenho; tantas braças, aquele serviço, o cabo media tantas braças.” Quem cuidava de medir as tarefas

1 Manoel José Alexandre.

2 Miguel José de Oliveira. Rosendo Vicente de Sales diz exatamente a mesma frase.

e fiscalizava a qualidade do trabalho, era o cabo.³ Apenas um entrevistado, Joaquim Pedro da Silva, menciona: “Quem fiscalizava era o senhor de engenho mermo”. Os demais trabalhadores⁴ designam o cabo ou administrador como a pessoa com quem eles acertavam o trabalho, embora o plantador pudesse ter um papel no processo, determinando as tarefas. “Quem fiscalizava, no engenho particular, só era o patrão ou o cabo. Porque administrador, não tinha. A relação era somente com o cabo. Relação com o patrão só no dia da segunda feira. Quando era aquele dia daquela saída da segunda feira, pronto, ali já era com o cabo.” Rosendo Vicente de Sales.

De qualquer maneira, “quem fiscalizava era o cabo”, conclui José Honorato, com a concordância de José Amaro dos Santos, José Elias dos Santos, entre outros. Luís Batista do Nascimento lembra que podia haver um “conferente”, também chamado de “fiscal”; José Amaro dos Santos o encontrou nas unidades maiores, onde havia, segundo João Francisco dos Santos, “um tal de Gerente do Campo e tal.” Quem atribuía as tarefas “era, o cabo mas o administrador dava do tamanho que queria. Tinha fiscal, mas o fiscal era, sempre só era pro lado do patrão, não é?”⁵ José Pascoal de Figueiredo diz que, em casos de terceirização, podia também ser sob a fiscalização do

3 Lygia Sigaud afirmou que, em caso de conflito entre o trabalhador e o “empregado”, “o morador recorre ao senhor de engenho, que funciona então como árbitro entre as duas partes.” Essa situação seria “subvertida” pela figura do rendeiro, rompendo a “tríade” inicial que garantiria “a legitimidade da ordem, pois o trabalhador pode alimentar a crença de que existe alguém acima de seu ‘inimigo’ imediato a quem ele pode recorrer para arbitrar a seu favor.” SIGAUD, L. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit., p. 103. Nenhum entrevistado deixou entender que houvesse a menor dúvida quanto às posições respectivas (antagônicas) do trabalhador e do empregador com seus auxiliares.

4 “Era o administrador mesmo; o administrador, o cabo, o fiscal. Porque, de primeiro, era o capitão do campo, hoje em dia é o fiscal, quem decidia da tarefa!” José Francisco da Silva.

5 Amaro José de Sena.

“empeleiteiro”.⁶ A hierarquia entre essas diversas funções ocasionava maior contato direto com o cabo. Era também com ele que surgiam a maioria dos conflitos na rotina do trabalho. Em resumo, do ponto de vista dos trabalhadores, o que predominava era sua característica comum: “Era os empregado do patrão.” Menos alusivamente João Francisco dos Santos continua: “Ah! Quem fiscalizava era quem mandava dar a maia. [Risos].”

Perguntados a respeito do famoso “acordo” tão específico à ‘morada’, que lhe daria uma qualidade diferente, garantindo, de certo modo, uma vida tranquila que, embora humilde, seria capaz de suscitar saudades, Antônio Virgínio da Silva retorque: “Naquela época, não tinha acordo de nada. O acordo era se o camarada quisesse sair do engenho que morasse, fosse pra outro, saía. Era só pegar o que tivesse e botar num carro ou no cavalo, carro de boi. Ou botava num cavalo, ou senão botava num carro de boi e ir-se embora. Tinha acordo não!” Cassiano José de Sena confirma: para ser morador, não tinha contrato (mesmo oral). “Não, era que nem... uma coisa à toa.” Zé Honório é mais contundente: “Antigamente o acordo era: ‘Vai fazer!’ Se não fizer isto, vai preso. Só ia se embora se fosse fugido. [...] O que ele quisesse pagar ele pagava. A hora que quisesse.”

O canavieiro começava a trabalhar e era testado tanto na sua capacidade profissional quanto docilidade, como o sublinharam Moacir Palmeira e Lygia Sigaud. “Bem, se gostasse... se o trabalhador fosse bom, ficava, se fosse ruim era chutado. E se acaso, naquele tempo, o trabalhador visse um apanhando, que eles queria que ele trabalhasse a pulso, e fosse embora, o senhor de engenho ainda prendia ele, pra ele não ir. Prendia, e ele dizia: ‘Você, você não vai também, você vai trabalhar!’” Cassiano José de Sena. A questão era simplesmente resumida na contratação ou não do trabalhador e posteriormente na sua manutenção nos quadros da empresa ou

6 Ele é o único a falar nessa forma de organização do trabalho.

demissão sumária e expulsão da plantação, perdendo assim não apenas o salário em espécies, mas também a moradia e a terra eventualmente disponíveis. “Gostava muito do trabalhador bom, mas puxava muito pelo trabalhador que era bom, aí castigava ele: ‘Vá pra lá, vá fazer tal serviço!’ O trabalhador ia. ‘Vá pra tal canto, vá fazer tal serviço! Vá plantar cana!’ O camarada ia, viu? Aí castigava muito o trabalhador bom. Os trabalhador ruim eles chutava, mandava eles ir-se embora.” Cassiano José de Sena.

A seleção dos trabalhadores era severa. O absolutismo das decisões, sem recurso nem justificativa, era indiscutível para aqueles que queriam manter o emprego e evitar o risco de sofrer violências, como diz Manoel Fernando de Souza “Tinha que ficar caladinho.” “Porque eles não tinha o que fazer. Tinha que se a sujeitar àquilo, não era? Porque naquele tempo, se ele fosse arengar, morria. Porque naquele tempo, a conversa era pouca; não tinha conversa: ‘Não quer! Desocupe a casa, vinte e quatro horas!’” João Francisco dos Santos.

Um investigador da SSP, que fora mal recebido pelo feitor do engenho, o descreveu:

“O referido feitor portava acintosamente, por fora da camisa, um revolver marca “ina”, calibre 33 duplo, oxidado nº 141.747, sem porte de arma ou outro qualquer documento que ao menos provasse sua identidade. [...] Sentado numa pedra, portando acintosamente uma arma, só pode deduzir que assim procede para intimidar os pacatos trabalhadores.”⁷

Os trabalhadores associam a ideia de contrato ou acordo aos instrumentos legais coletivos conseguidos pela classe a partir da Tabela

7 SSP-Delegacia de Segurança Social: relatório 01.09.1967. Engenho c. B., p. 3. SSP 1102.

de Tarefas e do Acordo do Campo, no Tempo de Arraes.⁸ “Agora, depois de certo tempo pra cá, tem acordo.” José Honorato dos Santos. Em oposição àquela época quando “Não, não tinha direito, não.” Severina Maria da Silva. Amaro Rosendo Fagundes complementa: “O direito era o pé da ponte.”

Proibições e sanções: “Não podia chupar cana”

“O primeiro fiscal que eu conheci foi Zé Galvão; ele só era exigente quando a usina tava moendo que, às vezes, não queria dar o direito que o pessoal chupasse cana, né, porque às vezes pegava o cabra com uma de cana: ‘Diacho, taí chupando minha cana, taí danado de fome, diacho, deixa minha cana aí.’ [...] Não queria que chupasse, agora o povo chupava e escondia, né. Às vezes, levava feixe pra casa, mas escondia. Trabalho, trabalho; é a mesma coisa que o cabra sair bem cedo, naquele tempo quer era, não era dessas canas brabas, era cana amarela, fazia aqueles roletes, a gente chupava de meio dia; chupa cana, o comer era pouco, pra ajudar na micharia; às vezes, trazia um saco pra casa, quando chegava em casa era mesmo que uma tulha de porco.” *Severino Antônio do Nascimento*

Um trabalhador comeu uma jaca; coisa rotineira na vida real; e o senhor, muito atrasado, como de resto são todos os senhores de engenho, achou por bem descontar a insignificância de uma jaca, um fruto, do salário daquele camponês. Mas os sentimentos de solidariedade eram tais e a utilização do estilete da greve era às vezes tão desastrado que os trabalhadores daquele engenho resolveram parar as atividades em represália; o dono do engenho resolveu ratear o custo estimado por ele do fruto, do salário semanal de todos os trabalhadores. Então redobram a greve.⁹

8 Ver a seguir, 8.3. Lutas: Ligas, Sindicatos, Governo Arraes e regime militar.

9 Antônio Leite Falcão, Delegado da Secretaria do Trabalho em Palmares no primeiro governo Arraes. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez. Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 15.

7.1.1.2 O desemprego

A ‘morada’ sendo uma forma de fixar uma mão de obra, a sazonalidade do emprego – e consequente desemprego na entressafra¹⁰ – era amenizada pelos recursos oferecidos pelo lote de terra para culturas alimentícias. “Para ser morador, nós éramos obrigados a trabalhar para o homem; o quanto pudesse. Não tinha a vontade de trabalhar muito, sabe; dois dias, três. Ele dava os dias que queria; agora quando ele queria tinha que ir.” Amaro Pedro dos Santos. Manoel Fernando de Souza concorda: “Tinha que ir pra o serviço do engenho. Fichar, ele não fichava. Pagava do jeito como eles queria, que nem cativo; pagava aquela quantidade que fosse vontade dele, aquela quantidade que ele queria pagar.”

Consequentemente, muitos entrevistados interpretam o desemprego como sendo a demissão e subsequente exclusão do engenho, mostrando a precariedade do laço empregatício. “Quando o cabra não queria fazer o que o dono queria, ele ia-se embora.” Joaquim Pedro da Silva. Severino Barros Lima dá o sentido da “liberdade”. “Pra outro engenho também ia. Tinha liberdade de ir. Era. Mas agora, agora na ficha não, na ficha se quiser é naquele cantinho mesmo, e não quiser é naquele cantinho mesmo, viu! O negócio era meio pesado. A gente tinha aquela liberdade por que tinha aquela vaga, né?”

7.1.2. Organização do trabalho

Segundo certos autores, labutar no “eito” era “estigmatizado pelos trabalhadores”.¹¹ Todos os entrevistados trabalharam no eito. Nenhum

10 O pesadelo dos trabalhadores atualmente é o desemprego que castiga a Zona da Mata, não apenas na entressafra, mas o ano todo, particularmente em virtude das mudanças técnicas e mecanização da atividade, substituição da cana por culturas que requerem ainda menos mão de obra, como o eucalipto. DABAT, C. R. e GUIMARÃES NETO, L. *Zona da Mata*. Op. cit.

11 PALMEIRA, M. “Morar: a lógica da plantação tradicional”. Op. cit., p. 108.

manifestou tal sentimento a não ser repudiando as condições que lhes eram impostas. Em contrapartida, o trabalho na casa-grande, espaço privilegiado nas narrativas de tantos autores (dos mais celebrados, como José Lins do Rego e Gilberto Freyre, até os mais corriqueiros na imprensa) era muito separado daquele no eito. Segundo todos os entrevistados, havia uma reciprocidade na distância que lhes parecia desejável entre esses mundos, ao contrário da literatura os associou amigavelmente: as mulheres e filhas dos moradores não costumavam prestar serviço na casa grande. Apenas circunstâncias dramáticas na vida da família, como a morte dos pais,¹² levavam membros dessas famílias a um convívio mais íntimo com os plantadores. “Mulher de morador nenhuma ia pra lá, pro engenho fazer nada.” Antônio Virgínio da Silva. José Honorato dos Santos lista as possibilidades: “Mãe solteira, uma cozinheira, [...] mais filha de criação e, fazendo assim, não mandava chamar ninguém. Só era ela mesma.”

As pessoas que serviam a família proprietária não tinham ordenado estipulado genericamente. “Ganhava do jeito que ele quisesse pagar. A comida, uma roupa, dinheirinho pouco”, continua José Honorato. O entrevistado sublinha que era a regra comum para todos os trabalhadores da plantação. “Todavia foi pouco dinheiro, antigamente.”

7.1.2.1 *Os instrumentos de trabalho*

A ditadura dos que têm posses se exercita, em primeiro lugar,
pela onipotência dos objetos

Robert Linhart¹³

¹² Ver 6.1 Memórias de infância nos canaviais.

¹³ *L'établi*. Paris: Éditions de Minuit, 1978.

A lavoura do açúcar está em seu estado selvagem porque não merecem ser classificados como oriundos de um estado de civilização, que supõe uma cultura aperfeiçoada e inteligente, os processos irracionais de que nos temos servido até hoje para explorá-la. [...] A foice, grande e pequena, o gancho de madeira, o machado e a enxada auxiliados pelo fogo são os únicos instrumentos com os quais fazemos a cultura da cana.

Dr. Messias de Gusmão¹⁴

Os entrevistados mostram que os instrumentos de trabalho sofreram provavelmente a menor mudança, entre todos os aspectos, desde que agroindústria canavieira pernambucana existe. “Eram os mesmos de hoje”,¹⁵ afirma Amaro José de Sena. “A enxada, a foice; era estrovenga, tudo de ferramenta a gente tinha que usar no trabalho”, detalha José Batista do Nascimento. Benedito Rufino da Silva lembra ainda da “pá, picarete.” Para roçar mato, “tinha de foice, mas foice já era quando era um terreno mais... um mato mais grosso, mas terreno mais fino era de estrovenga”, esclarece José Peagentino dos Santos.

O Trator¹⁶

“Mas não tinha os que tem agora. Às vez, era algum trator pra fazer algum servicinho. Era somente... pro gasto, que nem diz o ditado, né? Somente pro gasto, não tinha muito, não. Depois foi aumentando o plantio, aí foi aumentando mais, né? Mas um trator, desde que eu cheguei que tinha um

14 Relatório da Comissão da Sociedade de Agricultura Alagoana sobre a indústria açucareira de Alagoas (1904) *In: Congressos Açucareiros no Brasil*. Op. cit., p. 34.

15 A grande exceção é o facão, temido dos trabalhadores por várias razões. Severino Barros Lima.

16 Nos anos 1950, abundam as publicidades para tratores, geralmente apresentando puxando vários carros cheios de canas. “Aos Senhores Usineiros, Mecanizar a baixo custo.” *JC*, maio de 1957.

trator pra carregar uma mudança, pra fazer uma coisa, fazer outra, aí botava o trator, né?” E o resto, era carro de boi: carregava lenha, carregava uma coisa, carregava outra, era no carro de boi. Quer dizer que carros de boi foi... já é muito antigo, porque quando eu cheguei em Trapuá, carregava cana nos cavalos, ou senão no carros de boi. Depois, quando aumentou mais, aí botaram burro, compraram burro, né? Todo engenho tinha uma burrama aí de 10, 12. Foi aumentando o plantio, aí foi aumentando a burrama. Tinha engenho que tinha 40 burros.” *José Peagentino dos Santos*

Até para serviços pesados como “cavar os caminhos, quando começou a vir caminhão pra empresa, o caminho era cavado de enxada”, assegura José Amaro dos Santos. Os instrumentos de trabalho podiam ser da empresa, mas isso parece ter variado consideravelmente. “O trabalhador não levava nada. Só era quando chegava de manhã, entrar lá no galpão e pegar, cada qual pegar sua ferramenta e ir trabalhar até 5 hora da tarde”, conta José Felipe Santiago. José Inácio da Silva confirma a nomenclatura patronal: “inchumbrega, aí quem dizia era o dono da ferramenta, não era quem trabalhava não.”

A quantidade de atividades anexas, que são mencionadas por oportunidade do detalhamento dos instrumentos de trabalho, mostra como o trabalho manual dos trabalhadores rurais preenchia praticamente todas as necessidades da empresa. Esse lado polivalente do trabalhador,¹⁷ realçada por Moacir Palmeira entre as qualidades apreciadas pelo patronato, não aparece tão claramente quando são tratadas outras temáticas como as tarefas e a remuneração.

17 Nos anos 1940, 3,9% apenas dos estabelecimentos em Pernambuco “possuíam instrumentos agrícolas” entre os quais “72 tratores, 3.213 arados e 2.119 grades” Anuário Estatístico do Brasil, ano VII, 1946, p. 87. In: *Congressos Açucareiros no Brasil*. Op. cit., p. 35.

18 “Fazer, todos eles faz! Agora os que sabe fazer o patrão gosta.” José Barbosa do Nascimento.

7.1.2.2 As tarefas

O trabalho na cana era relativamente rotineiro: “Era limpar, plantar, né? Era limpar, plantar, naquele tempo eles não adubava.” José Peagentino dos Santos.

“Fazendo tudo.” “Eu já fiz vez de boi!”

“Fazendo tudo. Eu pra dizer ao Sr. o que fiz em engenho, fiz tanta coisa em engenho. Pra trabalhar, eu fiz muita coisa em engenho. Olhe, eu já trabalhei em engenho, do engenho cair, o senhor de engenho mandava eu, mostrar aquele serviço pra fazer. Eu cavava um lote de bananeira dentro daquela metralha que foi botada aquele engenho abaixo. Vou hoje e mostro a bananeira ainda tá aí; nunca mais se acabou. Cavar buraco de banana dentro daquele piçarro num engenho velho, tudo isso eu já fiz na minha vida, tudo isso eu já fiz. Eu já fiz vez de boi num engenho chamado Gameleira, aonde meu pai morava. O engenho moía e o carro de carregar cana era umas carroças da roda raiada de pau. 1927, havia umas carroças também. Botavam um pau assim, na carroça. Botava um pau na carroça assim, pegava dois homens aqui, puxando. Ia pra palha da cana buscar cana nessa carroça. O dia todinho pra lá e pra cá, buscar cana pro engenho moer, a braço.” *Eugênio Benvindo M. Freitas*

Fernando Antônio Gonçalves listou as seguintes ocupações principais na cultura da cana-de-açúcar: “limpador de cana, trabalhador de enxada, cortador de cana, cambiteiro”.¹⁹ Manoel Bernardo Alves menciona tarefas, além do trabalho de carreiro e “pastorar boi”: “Cavando sulco, roçando os mato, cobria a cana, semeava a cana.”

A “planta da cana”

“Olhe, a cana de estouro, quando cava é o arado, é 4 boi e aquele arado com aquela tromba assim no chão, né? Aí vai o carreiro e o tangedor, e o rabiscador atrás com aqueles dois braços sustentando o arado, né? Agora

19 GONÇALVES, F. A. “Condições de Vida do Trabalhador Rural... Op. cit., p. 144-145.

com o arado é fácil. Agora só ocupava dois samiador; o carreiro puxava, chamava na frente. O chamador chamava na frente; o outro tangia pra não sair, pra não entrar dentro da terra cavada; e ele ficava rabiscando. Aí um menino, cada um menino tava um aqui, outro ali, outro acolá; é, três, conforme seja, tava até quatro. Aí, no que ele ia cavando, o menino ia samiando. Na volta ele já vinha cobrindo, aí isso aí é de estouro, né? É do arado. Agora cava do de enxada, aí cavava muito e depois botava; mas a cana de estouro é assim. Aí eu só sei que era assim, né? Agora era cavada de sulco, aí cava também de sulco, sem... de sulco cava de trator, né? O trator pega dois risco, pega logo de dois de uma vez, leva direto, depois volta de novo. Aí ele cava um campo grande. Um trator cava muito que é a motor, né? Aí cava muito. No outro dia, vem os samiador, aí samiando, aí samiando e aí atrás, né?

O corte

No tempo que era pra amarrar, no tempo que era amarrar e tirava no burro, quer dizer que cortava em baixo, né? Aí dava a posição, dava a posição de 1,20 m, eles limitaram 1,20 m, né? O taco no pé, e o outro não tinha tamanho, quer dizer que pra... amarrar, aí podia ser do mermo tamanho, podia ser mais menor. Mas do mermo tamanho também não prestava, e também não dava pra o caba fazer né? Era 200 feixes, 200 feixes por salário. Aí só sei que... a medida era assim, né? Agora o caba cortava, o caba amarrava pro outro vim e pegar. [...] Não existia cana queimada, não, porque era toda tirada em burro, e era pro engenho moer, né? Era pro engenho moer. Se queimasse perdia. Fogo, às vez, passava esses caba malvado, às vezes, botava fogo, assim, numa beira de caminho, ou avoava uma ponta de cigarro, uma coisa, que quem via um foguinho na paia da cana, oxente! Ficava doido pra apagar logo, porque se queimasse muita perdia, né? E a cana queimada pelo engenho não presta, não: dá um caldo tão preto! Lá mermo, um ano, queimaram uma barran num acueiro de caminho, aí um caldo tão preto que o açúcar fica um caldo preto empurrado! A usina não, porque a usina lava a cana e tal, e o mais tá melhor, né? Mas no tempo que moía... Oxe! Quando queimava era capaz de perder a cana. Se queimasse muita perdia! Os terrenos eram mais forte de que hoje, porque os terreno... cortava aquela cana, ficava aquela paia, né? Aí espalhava ela, aí ela conservava o molhado, né? Conservava o molhado e a terra não ficava muito socada. Hoje, com essa queimada, a enchadeira dentro pra lá e pra cá socando a terra, aí eles bota adubo; mas também, não voga de nada, não, porque aquela máquina pra lá e pra cá, pra lá e pra cá, socando, vai pra um canto, vem pra outro, socando a terra todinha e não cria estrumo, porque a terra queimada aí ela não... E de primeiro tratava a cana, aí conservava o fertilidão da terra, não era? Mas a queimada... eles vão com adubo, se não for adubo não presta.

O engenho

Olhe, o engenho com moenda sempre tinha... tinha o maquinista; tinha o carregador de bagaço, daquele bagaço pra tirar, pra espalhar fora, pra secar o bagaço. Lá na bagaceira tinha dois homens pra espalhar ele, pra pegar o sol, pra enxugar. Depois dele enxuto, aí levava pra fornalha, né? Levava pra fornalha, a chamada fornalha. Agora lá onde fabricava o açúcar, tinha o mestre de açúcar pra o açúcar; tinha os dois ajudantes dele pra passar o caldo de uma tacha pra outra, de uma pra outra, até chegar no ponto dele cozinhar. Primeiro o caldo chegava, comparação, como aqui... era o caldo frio, aqui é o outro, aqui é a caldeira e aqui é a tacha da boca. Agora disso do caldo frio passava pra essa, dessa passava pra essa e dessa passava pra boca. Agora cá, quando acabava de cozinhar, ficava no ponto. O mestre de açúcar conhecia que tava no ponto de tirar. Aí pegava um... um levava uma banda, o outro do outro, cada um com um coco enfiado num pau, amarrado de corda em cima mode não cair. Aí era levando pro lugar de botar ele, né? Aí levou, levou. Quando tirava... quando tirava, acabava aquela que tava cozinhada, aí dessa passava pra outra, assim ia passando, né? Agora dentro do tanque passava assim... era um tanque grande de cimento, aí vinha o homem que partia o... o açúcar, desafogava aquele mel, balançava, balançava pra lá e pra cá pra desafogar ele, pra ele enxugar, né? Aí com um rodo, mexendo, mexendo, mexendo. Quando ele tava fino, aí ele tava açucarado. Aí eles vinham com um bardo, dois homem cada qual com um bardo. Era só pegando, botando no bardo e do bardo levando pra furna.

Agora na furna, chegava na furna passava... parece que era... uma base de uns cinco dia, parece que é cinco ou é oito, eu não estou bem lembrado. Mas parece que era oito, que era muito açúcar. Aí tem uma furna que a boca é larga e embaixo é estreito, né? É que nem uma cuscuzeira; agora aqui embaixo tem um lado pro mel descer, ele enxuga, ele vai apurando, ele vai descendo o mel de furo, escorre, aí em cima fica todinho enxutinho. Fica enxutinho que nem... fica enxutinho, enxutinho mermo, né? E quando o açúcar... era bom, ele ficava enxutinho assim. Aí depois... eu mermo comi um bocado de vezes, pegava, batia num torno com uma paia de banana aqui, que ele tava enxuto, vinha com uma chave, aí aquele mel escorria. Quer dizer, o que ficava... o açucarado ficou em cima, né? E o outro ficou... desceu. Aí vieram pro tanque, lá num tanque que tinha assim. Aí depois que ele tava enxuto, aí tirava ele, botava no sol, que é pra queimar. Já o que aparava no mel... ia pro tanque de mel de furo. O mel de furo servia pra fazer a galenha. Pegava ele, botava numa vazia de... taba. Quando acabava, deixava lá; depois ela começava tabaiando, tabaiando, tabaiando. Ela azedava. E depois que ela tava azeda, aí pegava, despejava pro alambique. O alambique, era. Botava, despejava pro alambique. Do alambique tem o... uma panela assim, tinha um braço assim, vinha assim, passava pro dentro de uma encanação d'água, dava sete

volta dentro da cilipipina, aí apresentava do lado de cá, quando apresentava era a galenha. [Riso]. Eu trabalhei muito nela, trabalhei nela também.”
José Peagentino dos Santos

José Barbosa do Nascimento explica como, escapando à regra, ele conseguiu ser morador de engenho e trabalhar com um empreiteiro garantindo maior renda. No entanto, na sua estratégia de cumular os ganhos, ele assegurava primeiro sua situação como morador e a disposição do roçado: “Tinha tempo que eu parava no engenho porque quando eu cheguei botar duas quadras de roçado pra colher. No engenho, em vez de eu pegar... tirar 5 conta no engenho, tirava 2 conta, 3, só por mode... a entrada do roçado, né?”

A limpa

“Só é a gente pegava, olha, e o mato dessa altura. Eu limpo todo o mato; vinha ver aquela terra lá fora: Vú! Vú! Botava ali, mas era um adubo! É, e apertava o estopo, você tá vendo? É, no pé da cana. Pro meio da fileira, aí a gente dava a enxadada nas ponta daquele mato, porque a gente compreende, quando a terra seca, a ponta dele não corta, ele volta todinho que ele tá inteiro.” *José Barbosa do Nascimento*

7.1.2.3 O tamanho das tarefas: “a conta não tinha limite”²⁰

Um dos aspectos historicamente mais importantes e inovadores foi a Tabela de Tarefas²¹ que, pela primeira vez, estabelecia uma padronização do tamanho das mesmas. A importância disso parece nunca ser enfatizada demais pelos entrevistados. “Não, a tarefa, logo no

²⁰ José Barbosa do Nascimento.

²¹ Ver BARROS, J. C. P. de. *Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)*. Op. cit. Ela será renegociada a cada ano, na época da assinatura (por convenção ou dissídio) de um novo contrato coletivo de trabalho.

começo, era grande, né? De certo tempo, foi que aí melhorou, porque veio esse negócio de Tabela, e assim apareceu esse negócio de Tabela, mas antigamente tudo era conta grande: Era negócio de 12 por 12, 12 por 10.” Manuel Bernardo Alves. Sem essa estipulação da quantidade de trabalho exigível pela diária ou pela tarefa, a aplicação do salário mínimo na área rural da região teria permanecido letra morta ou seu impacto teria sido infinitamente menor. “O sindicato tem que a base do serviço, né? Naquele tempo não tinha a base”, explica José Amaro dos Santos.

Um investigador da SSP explica as razões da greve num engenho²²

“Entretanto ao meu ver não era apenas a Liga Camponesa que estava agindo neste engenho, havia um fator mais forte. Entrei em contacto com os camponeses e apurei a realidade dos fatos, alegavam os moradores do engenho que não podiam trabalhar por Cr\$ 35 diários e comprar no barracão um quilo de charque por Cr\$ 180. Em vista disso procuravam o engenho C. ou outros onde pudessem ganhar um salário condigno, este caso fizemos ver à proprietária Dona E. de engenho, que nos prometeu estudar o caso. Sucede um caso deste. Na maioria dos engenhos que convém citar aqui o trabalhador costuma tirar uma conta de 10x10 braças quadradas por dia. A braça honesta é de 2 metros e 10 cm perfazendo 441 metros quadrados. Mais na maioria dos engenhos campeia a desonestidade. Recebem o trabalho honesto do camponês e lhe pagam um salário desonesto, neste caso está o engenho M. e muitos outros. No citado engenho a vara de medir contas tem 2 m e 30 cm isto é 20 cm a mais. Ora, medindo-se uma conta de 10x10 não perfazia 441 metros, e sim 529 metros quadrados, isto é, 88 metros a mais no serviço do camponês. Neste caso alegaram os camponeses de M. que passam 1 dia e meio para ganhar 35 cruzeiros, era com esta diária, alegavam os camponeses não trabalhavam [sic], e então procuravam trabalho em outros engenhos. Deste modo ficava o engenho M. completamente parado, não por agitação da Liga Camponesa, mas sim, pela falta de honestidade do seu proprietário. Para provar este caso basta citar que o proprietário de engenho resolveu para a conta de 10x10 a 100 cruzeiros e, dos 60 moradores do engenho, mais de 50 voltaram ao trabalho.”

22 Relatório de 11.06.1960. “Engenho M. em greve”. SSP 29343.

Os entrevistados sempre voltam ao tamanho das tarefas antes da Tabela: José Barbosa do Nascimento sublinha a arbitrariedade da medida: “O tamanho da conta era adoidado, naquela época era o que ele quisesse dar, era 15, era 16, dependia do terreno, mas o terreno todo era ruim, aí o cabra tinha que levar mesmo.” Abílio Luís Ferreira teve a mesma experiência: “Não tinha uma quantia certa não, né? Podia até ser, no mato, né. 10 com 10, 12 com 12, era 15 com 15, era assim.” José de Souza da Silva qualifica de “muito puxada, muito grave”, uma tarefa desse porte.

“Antigamente, nos anos 40, anos 50, a condição do trabalhador era na tarefa; a tarefa chamada 625 braças; na braça de 2,50 m. Só com a entrada de Arraes, no Brasil, aqui em Pernambuco, foi que... e Getúlio Vargas sendo o governo federal e depois João Goulart, e Agamenon Magalhães, de lá pra cá foi que o povo de Arraes rompendo esta dificuldade toda foi cortando a braça até chegar a 2,20 m. Porque o trabalhador é leso, tem cara que ainda usa uma que é mais do que esta. Mas a bitola é esta.” *José Honório da Silva*

Antes desses instrumentos legais de regulamentação, a exploração era de tipo extensivo. “Agora sempre tinha exploração, né? Que nunca os patrões deixaram de explorar os empregados. Os patrões nunca deixaram de explorar. As tarefas eram muito demais, muito cumprida, era 150 cubos, 200.” José Francisco da Silva. “A tarefa era conta,²³ 10 com 10”, resume José Pascoal de Figueiredo, com obviedade. Essa norma comum não era sempre aplicada: “As tarefa era

23 “A conta é uma área de terra de mais ou menos dez metros por dez que equivale a uma jornada legal de trabalho. Essa forma de remuneração generalizou-se após a implementação do Estatuto do Trabalhador Rural. Há usinas que já usavam a conta antes. Algumas haviam-na utilizado e abandonado antes mesmo de empregarem a tarefa. Parece-nos, todavia, que dificilmente a conta de hoje e a do passado são aproximáveis, esta última sendo, antes de mais nada, uma tarefa menor.” PALMEIRA, M. “Morar: a lógica da plantação tradicional”. Op. cit., p. 109.

uma braça com mais de 150... mais de 250 cubo a braça, e os que iam tirar conta era 10 por 10, às vez 10 por 11, que era uma conta exagerada para o trabalhador”, diz Manoel dos Santos da Silva. O tamanho real da tarefa dependia das contas; essas, por sua vez, variavam de acordo com o número de braças: “As contas eram pesadas. As contas eram 12 por 12, era 12 por 13.”²⁴ “Em 32, as tarefas eram de 150 cubos. 12 por 13”, lembram Francisco Zalatiel Ferreira e José Severo da Silva.

José Honório da Silva tece alguns comentários, mostrando o sentimento que a situação despertava.

A luta maior, mais encrencada as tarefas grandes. Os patrões continuavam muito desonestos como toda vida foram. No meio de milhares de patrões talvez escolhendo você ache um que tenha um terço de honestidade e três terços de ruindade. Isto não sou eu falando mal dos patrões, mas dizendo a verdade do que é passado.

Mesmo na época da safra, quanto o controle dos trabalhadores era facilitado pela medição da tarefa em quantidade de feixes, o número desses podia ser maior. Antônio Santana da Silva se exclama: “As Tabelas! Tinha muita necessidade porque, na época, a gente cortava 1.600 amarrada.”

7.1.2.4 “Cem braça, e sem choro”²⁵

O comprimento da braça usada como padrão de referência era outro elemento determinante. Essas variações podiam oscilar até 50% a mais da atual medida. “A conta era 100 braça quadrada. O tamanho da braça era 10 palmo (2,50 m).” Joaquim Pedro da Silva. Rosendo Vicente de Sales diz a mesma coisa. José Amaro dos Santos confirma:

24 Alfredo Cosme dos Santos, Luis Batista do Nascimento, José Elias dos Santos Inácio e Antão Dias.

25 João Francisco dos Santos.

“Era, era grandona, não era dessa pequena não, dessa agora não.” José Antônio de Lima constatou que a situação podia ainda ser pior: “a braça era de 3.00 m.”

A determinação da penibilidade do trabalho, que influiu sobre o tamanho da tarefa, na composição da Tabela de 1963, deveria ser levada em consideração na distribuição das tarefas: a declividade, o tipo de “terreno”, diz Severina Maria da Silva; na limpa, complementa Amaro Carneiro da Silva, “o tamanho da conta dependia do mato.” O princípio era: “No terreno ruim a conta tem que ser menor; o terreno sendo bom a conta era maior”, afirma José Barbosa do Nascimento. José Peagentino dos Santos evidencia essas diferenças de vulto. “Depende do terreno. Tinha lugar que as conta aí eles dava de 10 com 10, às vez, era de todo tipo. Dez com dez só quando dava um lugar muito enrascado; mas o resto era 12 com 12, 13 com 13, 14 com 14.”

Na safra, a cana era cortada crua e o sistema de padronização da tarefa era por feixe de cana: “Chegava a botar 80 feixes de cana, tá certo era barato, mas rendia muito”, conta Severino Antônio do Nascimento.

Município de Timbaúba²⁶

“O problema consiste entre o proprietário e os cortadores de cana, pois o proprietário só paga a diária completa ncr\$ 2.25 ao cortador que no horário de oito horas de serviço consiga cortar e amarrar 180 feixes de cana, contendo cada feixe 20 canas, medindo no mínimo, cada cana, um metro e 20 centímetros de altura pois o pedaço de cana que não atingir 1,20 m de altura, não é contado como cana, todavia a cana que ultrapassar a medida mencionada, o cortador não poderá contar o excedente, ficando o que passa daquela medida, em benefício do dono do engenho, adiantou ainda os cortadores que num esforço incomum, o maior número de feixes de cana com as exigências do dono do engenho, que conseguem no horário de 8 horas de serviço é de 150 feixes. Então o proprietário somente paga, neste caso, a diária de ncr\$ 1,80.”

26 SSP – Delegacia de Segurança Social. Relato de 01.09.1967, p. 3. SSP 1102.

Como foi visto acima, o trabalho dos dependentes do morador era esperado, embutido, de certo modo, nas expectativas do empregador, que o demonstrava ao atribuir tarefas grandes demais para serem efetuadas por uma pessoa. O tamanho dessas implicava obri-gatoriamente numa ajuda familiar para completá-la, sob pena de ter que trabalhar vários dias pelo equivalente de uma diária. “Às vezes o camarada, um pai de família mesmo, tinha 4, 5 filhos. Levava pra tirar a tarefa; às vezes, tirava a tarefa”, diz Manoel José Alexandre.

Em outras palavras, a repartição e distribuição do trabalho nesses moldes era uma característica intrínseca da organização da produção agrícola – que, nisso também, se distinguia da industrial – e uma exceção ou anomalia relativamente frequente e tolerada. Era uma dimensão estruturalmente concebida de toda a força de trabalho disponível, típica da exploração extensiva em regime capitalista. Ela correspondia a uma divisão do trabalho por gênero e por idade, não absoluta, mas esperada na atribuição de tarefas (ou parte delas, como a amarração dos feixes de cana). “Existia três tipos de tarefas para os trabalhadores. Era um serviço bem fácil de fazer, colocava-se os meninos; os mais difícil um pouco, as mulheres, e os difíceis eram dos homens. Também eram três preços”, precisa José Antônio de Lima. Certos trabalhadores associam estreitamente essas exigências na realização das tarefas no eito e o trabalho no sítio. Em ambos os casos, era o trabalho de todo o grupo familiar, constante e árduo que convergia para – apenas – sua sobrevivência.

7.1.2.5 Tarefa grande demais

Uma das mais corriqueiras maneiras de acentuar a exploração tinha algo de desonesto em si, como foi visto: tendo a tarefa genericamente o preço de uma diária, o cabo determinava, muitas vezes, uma quantidade de trabalho impossível de ser realizada num dia de trabalho, exigindo dois dias ou mais do morador. Nesse caso, a

vítima da manobra desleal, mas habitual, trabalharia duplamente por dado salário. “Tinha gente de passar três dia pra tirar uma [conta]. Só recebia aquele dinheiro de uma, aquele salário mermo. Três dia pra fazer uma conta”, lamenta Severina Maria da Silva. Seus colegas confirmam: o fenômeno não era exceção, mas a norma, que, como sugeriu Anthony Pereira, deveria ser considerado como um fator econômico importante.²⁷ “A tarefa era de todo tamanho. Tanto fazia dar 80 braças, que nem dar 100, que nem dar cento e tantas. [...] Ah! Tirava não. Tirava nada. Acocho, sempre foi acocho.” Amaro José de Sena. “Naquela época também e recebia por um dia só”, complementa Rosendo Vicente de Sales. Antônio Santana da Silva detalha as circunstâncias:

Não acontecia nada, porque a gente ia reclamar com quem. Se reclamasse ao administrador, ele dizia: “Nós só temos esse serviço mesmo. Se você quer fazer, se quer pegar, pegue. Se não quer...” O dia que a gente perdesse, ele não pagava. Mesmo se a gente trabalhasse aquele dia, e não tirasse a tarefa, eles também não pagavam, ficava adiado! É. Tinha muitos dias que eu trabalhava dois dias numa diária. Quando eu era de menor mesmo. E a gente tando mesmo de maior idade, a gente mesmo se tombava com um serviço de (120 cubos) dá 12 por 12 e não tinha condição de tirar. Trabalhava dois dias pra poder ganhar um.

7.1.2.6 Roubo na medida e no peso

Ao passo que as lutas da classe dos trabalhadores rurais o exigiam e que as autoridades públicas enveredavam pela aplicação das leis trabalhistas ao campo, a tática patronal consistiu também numa conscienciosa evasão das normas contratuais por diversos artifícios para

27 Ele sugeriu, como foi visto, que o que é chamado hoje de descumprimento fosse avaliado para que seu valor econômico, de maciça importância, fosse contabilizado.

enganar os trabalhadores. O clima de violência patronal impune os deixava desarmados frente à desonestidade das operações. “Naquela época, também roubavam na medida”, garante Severino Antônio do Nascimento. A vara era de “2,50. Esse negócio de 2,20 passou depois de Miguel Arraes”, sublinha José Francisco Paiva. Inácio Antônio Dias, como os outros trabalhadores, associa o primeiro Governo Arraes e a aparição dos sindicatos à introdução de uma medida mais conforme às possibilidades humanas de realização de uma quantidade razoável de trabalho. “Quando nasceu o sindicato, passou para 10 por 10. 100 cubos”, conta Inácio Antônio Dias. Antes, a própria medida era exagerada ou indefinida, ressalta José Felipe Santiago: “A tarefa era medida com uma vara lá, do tamanho que eles quisesse cortar. Se o cara tirasse no dia, bem. Se o cara não tirasse, tirava no outro. Porque tinha gente de passar a semana e tirar duas, três conta, porque eles mediam à vontade.” Depois de Arraes, o embate foi a efetuação de uma medida exata – sem ‘pulo da vara’ – do comprimento da área a ser trabalhada pelo salário.

A ideia que perpassa os depoimentos é do arbitrário na definição e atribuição das tarefas, limitado apenas pela resistência física dos trabalhadores, não tanto individualmente, quanto como massa disponível e se reproduzindo, geração após geração, para permanecer à disposição do setor canavieiro. Os pretextos mais descarados eram utilizados para diminuir o ganho do trabalhador, como conta Manoel Fernando de Souza.

Quase de 6 horas que nem lá em Caramuru aconteceu, quase de 6 hora, chovendo, todo molhado: “Vou-me embora, que eu não trabalho mais.” “Só sai daqui quando eu mandar. Se você sair antes de eu mandar, eu não aponto sua diária; só aponto meia diária.” Se o cara ir-se embora, ele apontava meia diária somente; faltando 5 minuto pra largar, ele só apontava meia diária. E o trabalhador não tinha a quem se queixar, não. Ficava por isso mermo.

“A balança viciada só dá aquele peso mesmo.”

“Se ele tá lá na cabeça assim levanta a cabeça e se a cana dê 20 kg, ele diz só deu 16 kg; o cortador, besta, corta cana inteira. Quando começou a cortar cana pra enchedeira, era assim: ele media as 5 carreiras de cana e ia embora. Quando era na hora de pesar, ele media 10 braças. Agora destas 10 braças, você tirava os 5 feixes de cana, tirava 3 ou 2 da cana mais fina e 1 bardeava a cana para pesar na mão. Agora chegava com aquela, abria aquela cana no meio.” *Severino Antônio do Nascimento*

Na época do corte, o controle dos trabalhadores sobre a quantidade de trabalho era maior, em virtude do tipo de medição. Eles consideram que tinha menos roubo, como Severina Benvinda, “porque a gente cortava por cento.” Opinião confirmada por Severino Antônio do Nascimento, que avalia que não havia tanto roubo. “Era mais fácil de controlar.” No entanto, até mesmo em relatórios de polícia, aparece a impossibilidade de completar a tarefa no prazo estipulado. Um investigador da SSP entrevistou três trabalhadores (um com 30 anos de serviço, outro com 16 e um cabo do eito com 20) relata: “em caso excepcional, quando em terreno e que a cana não é muito ‘enrolada’ – linguagem deles quando a cana não está com muita palha, ou seja esteja limpa – pode-se conseguir 180 feixes, mas nunca no horário de 8 horas de serviço e sim em dez.”²⁸

7.1.2.7 Jornada de trabalho: “Ele dizia: ‘Boa tarde!’”

Todos concordam: o dia de trabalho era muito longo. Francisco Julião lembra que o horário “era estabelecido pelo nascer e pôr do sol. Eu considerava que isso ainda era sobrevivência feudal, que estavam

²⁸ SSP – Delegacia de Segurança Social. Relato 01.09.1967, p. 3. SSP 1102.

num regime de semi-escavidão ou de servidão.”²⁹ “Começava de 6 horas. Até às 6 horas da noite. Pra ganhar o salário”, afirmam Odilon Caetano da Silva, José Severo da Silva, Rosendo Vicente de Sales. Alfredo Cosme dos Santos relata que alguns largavam às cinco horas ou cinco e meia, tendo começado “no amanhecer”. “Doze horas de serviço”, contabiliza Rosendo Vicente de Sales, com uma pausa: “parava pra almoçar”, precisa José Elias dos Santos. “No oito. Trabalhava de cinco hora da manhã, onze hora largava pra almoçar. De tarde pegava de novo. Quando era seis hora largava, cinco e meia”, detalha Joaquim Pedro da Silva. José Batista do Nascimento lembra que o dia de trabalho se estendia: “Enquanto tinha claro de sol, a gente tava agarrado, pegado, trabalhando.” José Antônio de Lima se queixa:

Trabalhava, trabalhava... trabalhava. Saía de casa seis hora, em jejum. Chegava no engenho, dizia: “Bom dia!” Ele dizia: “Boa tarde”, que achava tarde a hora, viu? Dizia: “Boa tarde! Isso é hora de chegar no serviço?” [...] Quando era de 9, de 11 hora, de 10 hora, era cedo, não era? Também era cedo, ninguém comia nada antes. Quando era 12, às vezes, farinha com um pedacinho de cana. Aconteceu, eu comi muitas vez, nem com um cafezinho, que não tinha. Tocava o trabalho. É duro, né? Comendo aquela besteirinha, porque se ele se engasgasse, tomava água pra ajudar, né? Ai veio a hora, meia hora, a gente pare. Vamos pegar, no mocotó, até seis horas, no mocotó nosso.

Segundo José Francisco Paiva, mesmo com uma jornada de trabalho tão extensa, o patronato parece ter avaliado que não havia pequenos ganhos: “Largava uma hora para o almoço: era ligeiro. Os caba atrasavam na largada e adiantava na pegada, que era para diminuir mais a hora do lanche.”

29 Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 7.

7.1.2.8 Trabalho noturno

A jornada de trabalho parecia sem fim a Severino Sebastião Santana. “O camarada trabalhava até... de noite. A gente pegava bem cedo até 5 hora, que quando a gente saía já estava pardo, a lua já estava... já clareando, era, pra ganhar tanto assim.” Até mesmo depois do anoitecer, a empresa podia exigir trabalho adicional e qualquer recusa ou tática de ‘corpo mole’ era passível da mais dura sanção: a expulsão de toda a família, como explica João Oliveira da Silva:

Tinha enchimento de carro, que a parada era de noite. Havia esse enchimento de carro e, vinha gente pra encher carro e como era pesado, a gente enchia também. Tinha muitos que contavam 15 carros e a gente tinha que encher esses carros, porque aquele morador que não quisesse ir encher, ele tinha que viajar no outro dia, já pro outro engenho.

Os cambiteiros, como Alfredo Cosme dos Santos, também podiam ser escalados para trabalhar até tarde: “A gente cambitava cana em tempo de moagem. A gente fazia todos os horários no correr do dia, fazia os três horários: pegava de 6 da manhã, largava de 10; pegava de meio dia, largava de 4; pegava de 6 da noite até 1 hora da madrugada, meia noite.”

Cambiteiro, trabalhador do eito, carpinteiro, toda a mão de obra era sujeita, portanto, a horas extras não consentidas. Após um dia no canavial, Miguel José de Oliveira “ia pra esteira. Isso na época 36, 37.” Manoel José Alexandre acrescenta que “quem morava longe” ainda tinha que contar com o tempo de deslocamento. O assunto é debatido nas campanhas salariais, pois pode representar uma parte considerável do dia.³⁰ Caminhar até o local de trabalho constituía um cansaço suplementar, visto a extensão considerável dos engenhos.

A jornada de trabalho era rigidamente organizada em torno do aproveitamento máximo da luz do dia. O ritmo era dado pelas

³⁰ Atualmente, a questão está ligada não só ao tempo de transporte como a sua programação, ocasionando longas esperas para os trabalhadores.

pequenas refeições que os trabalhadores tomavam no próprio local de trabalho. “Quando era na diária, alimpando a cana, a gente trabalhava, pegava de 6 hora, quando era de 9 hora, largava para fazer o lanche; depois largava para almoçar. Quando era de meio-dia, 1 hora, largava para fazer o lanche. Aí era o mé de furo. Mel de furo lá pro oito pros trabalhador fazer garapa; e de 6 hora largava, ou de... aí enquanto tivesse sol tava trabalhando.” Odilon Caetano da Silva.

Eugênio Benvindo M. Freitas também menciona o papel da saca-rose: “Quando era de duas horas da tarde, ele dava uma parada de 15 minutos pra gente beber uma garapa de mel de furo. Tá compreendendo? Tinha gente até que bebia essa garapa e caía, né? Porque às vezes, com fome, bebia muito; achava a garapa gostosa, aí bebia, às vezes caía, não podia nem trabalhar mais o resto do dia.” Drogados com açúcar, os trabalhadores forneciam mais esforços que seus organismos mal alimentados poderiam aguentar.

“Pegava a cana queimada, pegava e cortava essas cana queimada. Depois... trabalhamos quase 18 horas, e desses quase 18 horas surgiu um acidente. A usina parou. O cabra trabalhava uma bucha de bagaço, empurrando assim, se cochilar, virar pra o outro, caía dentro da moenda, ia-se embora. [Isso aconteceu?] Aconteceu. Morreu um lá. Cochilou, caiu dentro da moenda, parece que machucou a cabeça.” *Antônio Joaquim dos Santos*³¹

7.1.2.9 Trabalho “forçado”

Uma das principais queixas dos trabalhadores é expressa de forma categórica, metafórica ou alusiva, nas palavras “cativeiro”, “sujeito”:

³¹ O entrevistado conta esse acidente com conhecimento de causa. Ele foi posto para fora, sem compensação, por ter se recusado a continuar a trabalhar após uma jornada de 18 horas na mesma usina, sob o pretexto que “não está fazendo nada!” Em seguida, foi transferido para o duro “serviço de valeta”.

o fato de estar permanentemente à disposição da empresa, o que Miguel José de Oliveira chama de trabalho “forçado”. “Era uma vida pesada, o cabra tinha que trabalhar dia a dia no engenho, e de noite na usina. Era, e se não fosse, no outro dia, ia pro mato, tinha que ir a pulso. Era, forçado, concorda Severina Benvinda. Isto é, os trabalhadores identificam o caráter ilimitado da exploração de tipo extensivo, como foi visto, que José de Andrade descreve: “Era cativo. Pegava de 6, largava de 11, comia um lanchinho, pegava de 11, largava de 6 da tarde.” “Meio da noite, escuro, os candeeiro aceso nas casa e a gente trabalhando sem direito a reclamar nada. Quem reclamasse, quem dissesse não, breve na casa não era pra dormir. Tudo isso uma obrigação, a gente... tinha, era obrigado trabalhar mermo.” Manoel Fernando de Souza.

Duas definições do conceito de ‘liberdade’ aplicado à vida profissional são distintas:

“Antigamente a gente não tinha liberdade que tem hoje, não. A tabela de serviço era 156 cubos. Tinha um enchimento de carro, se não fosse, o vigia ia buscar.

[Se não fosse, o vigia ia...] Ia buscar!

[Na marra?] Na marra! E apanhava, e ia encher o carro.

[Obrigado.] Sim. Agora se chovesse e que fizesse sol. Podia estar deitado em casa e enrelado, cheirando a mulher, mas tinha que deixar lá, ir a rua, pra lama, encher o carro. Naquela época, ninguém tinha liberdade. Era tudo ruim. Tá certo, toda vida teve gente escorão. Mas não tem essa liberdade de hoje em dia; 60 cubos, 40, 80, 100, puxa mais pra 150, 200. Naquela época, era o capim de planta cobrindo um homem. E não tinha choro não. Era 12 com 13 mesmo. Agora, tá certo, tinha a tabela, era 88, de 1.200, 1.500, 2.000 réis ganhava era assim naquela época. Agora, tá certo, se plantava, a usina naquele tempo tinha mais liberdade de plantar do que hoje. Hoje em dia quando quer derrubar um pedacinho de mato, deixar eles não deixam. A usina, lá, os empregados que ela tem, eu tô plantando bananeira, eles não deixam.” *José Francisco dos Santos*

O caráter da coação não residia apenas na falta de alternativa de emprego ou na ocupação associada à disposição de terra, ou mesmo na pressão do baixo salário que obrigaria a trabalhar mais, pois todas essas condições já estavam reunidas na sua forma mais completa.

À força bruta recorriam os plantadores para assegurar a execução de tarefas previsíveis e passíveis de serem normalmente agendadas. “Então a gente trabalhava a semana toda, de bem cedo à noite, e a noite toda era pra encher carro. E quem não fosse, ia no pau. Quem não quisesse ir pro pau, mas ia encher carro na boca do rifle do vigia. Eu não apanhava porque a gente ia e trabalhava a noite toda.” José Honório da Silva. A inflexibilidade na atitude dos empregadores, às vezes, sem benefício econômico direto, mas mantendo um clima de disciplina cega que tinha por objetivo intimidar a força de trabalho, se manifestava em atitudes beirando o absurdo senão o sadismo. “A gente pegava no trabalho, era de cinco horas às seis da tarde. Passou de sete às quatro. Aliviada mais. Aí eu ouvi muito patrão dizer assim: ‘perdemos duas horas do trabalhador.’ Ouvi empregados do senhor de engenho dizer isto.” Amaro Pedro dos Santos.

7.1.2.10 Semana de trabalho

O fato de que “não podia negar serviço. Tinha que trabalhar, era. Seis dias por semana, era”, como conta Francisco Zalatiel Ferreira, predomina nos testemunhos, como a consciência dos ganhos doravante conquistados e que, retrospectivamente, tomam mais vulto: o repouso semanal remunerado, as licenças remuneradas por doença. “Trabalhava 6 dias. Nesse tempo não tinha remunerado não. A gente trabalhava os 6 dias pra receber 6”, lembra Alfredo Cosme dos Santos. Na época de maior atividade, a safra, os plantadores podiam recorrer à chantagem para extorquir mais um dia de trabalho, sem consideração nem para o cansaço de sua mão de obra, ou

até mesmo pelo fato de se tratar de um dia santo numa população devotamente cristã.

A gente trabalhava mais de seis dias por semana; era obrigado a trabalhar até no dia de domingo. Você tinha a sua semana, às vezes, era uma miséria em qualquer lugar. Mas a gente trabalhava na semana, e quando era dia de sábado, na hora do pagamento – não era na sexta não, era no sábado de tarde – chegava o patrão e dizia: “Dinheiro de quem corta a cana, de quem cambita, de quem carrega. Não sai um tostão hoje. Só amanhã depois de fazer de 150 mói pra lá”, explica José Honório da Silva.

Essa prática valeu ao patronato comentários incrédulos e condenatórios de clérigos e catequistas, encarregados pela instituição católica de criar sindicatos, nos anos 1960, como Euclides do Nascimento:

No apostolado, encontrei com Cristo por várias vezes, masacrado, escravizado, sem nome, trabalhando de domingo a domingo sem descanso, desconhecido pela sociedade. Por várias vezes me perguntei: “Por que você não repousa aos domingos, dia do Senhor?” Ele me respondia: “Escravo não ama. Se eu não trabalhar aos domingos meu patrão não me paga a semana de trabalho, ou então me paga tão pouco que não dá para comprar alimento para minha família. É esta a razão de trabalhar aos domingos até quando Deus quiser.” Diante daquelas respostas, eu me sentia inquieto diante das injustiças praticadas contra o pobre Cristo sofredor.”

As longas jornadas de trabalho não eram reservadas apenas aos trabalhadores do campo. Os artesãos também podiam ser recrutados para trabalho incessante: “Eu trabalhava em carpintaria, em construção. Trabalhava 8 hora. Mas tinha semana de trabalhar mais. Trabalhava de madeira, de forragem; trabalhava 7 dia. Eu trabalhava 7 dia. De domingo a domingo.” Manuel João Pereira.³²

32 José Honorato dos Santos relata a mesma situação a respeito de seu pai, carpinteiro.

Descumprimento das normas do Acordo do Campo

Carta do Comando do 3º Distrito Naval, Estado Maior, 2ª seção (Informe 13.07.1967)³³

Assunto: situação psico-social – Disseminação: IV Ex, CENIMAR, SSP, SNI/ARE, DFSP/PE, ARQUIVO

“1. Consta que está sendo pago aos camponeses dos engenhos pertencentes à Usina C., a importância de ncr\$ 2.20 por tonelada de cana cortada, marca quase impossível de ser alcançada. Consta ainda que por ‘uma conta’ (limpeza de área a ser plantada ou onde dar-se-á a colheita) que normalmente mede 10x10 braças, mas que por ocasião da medição isto é feito de maneira prejudicial aos trabalhadores, recebem estes a importância de ncr\$ 1,10. 2. Consta também que o ganho semanal é totalmente consumido pelo barracão, uma vez que os preços são extorsivos, havendo ainda descontos de ‘grito’, ou seja, 0,50 e do Clube Leão XIII, ao que parece ncr\$ 0,10. 3. Normalmente para o trabalhador realizar uma ‘conta’ necessita da ajuda de membros da família e somente tem direito à comida quem realizar ‘uma conta’ por dia.”

7.2 Remuneração do trabalho

Miséria nas condições de vida, trabalho penoso e violência patronal acompanhavam uma remuneração extremamente baixa: “A vida, a vida era um sofrimento, porque era pouco dinheiro que a gente trabalhava por conta, tirava 2 contas, 3 contas [...] pra ganhar aquela micharia maior”, comenta Severino Antônio do Nascimento. Ninguém de qualquer ângulo do espectro político se atreveu a descrever o salário de outro modo. As autoridades públicas e mesmo as organizações patronais o reconheciam periodicamente na imprensa.

Ao lado do protecionismo míope do Instituto do Açúcar e do Alcool, um outro mecanismo contribuía consideravelmente para assegurar uma precária rentabilidade à agroindústria

33 SSP 806. A usina C. fez figura, nos decênios aqui contemplados, de modelo no respeito às normas trabalhistas.

açucareira: a manutenção de níveis salariais extremamente baixos, preço vil da labuta diária e estafante da massa de trabalhadores rurais.³⁴

Geralmente, esse item – a pobreza extrema dos canavieiros – fazia parte das eternas lamúrias dos plantadores de cana (fornecedores ou usineiros) para obter aumentos de preço do governo, numa atividade que perdia apenas, em termos de proteção do Estado, para seus similares na área soviética. Paradoxo esse que não parece tê-los incomodado, apesar de sua tradicional inclinação para a direita do espectro político. Infelizmente para os trabalhadores, essa benevolência da autoridade dita pública, mas no caso, amplamente privatizada nos seus objetivos, limitava-se aos plantadores. Essa aparente candura dos empresários era talvez devida à ausência de compromisso em termos sociais e, sobretudo, falta também (a não ser muito pontualmente) de ação do Estado para obrigá-los a respeitar o que outros capitalistas eram forçados a conceder. Apenas a pressão das organizações dos próprios trabalhadores, quando o Estado lhes deixou essa oportunidade, conseguiu arrancar alguns ‘direitos’: a simples aplicação da lei. “Depois que chegou o salário pra cá, melhorou um pouquinho, né?” José Pereira de Lima.

Uma barulhenta querela, entre Agamenon Magalhães e Costa Azevedo, o Tenente da Usina Catende, fez aparecer ao grande público, através da imprensa, a realidade da remuneração dos trabalhadores rurais. Geralmente, o salário pago era de 5,00 a 7,00 por dia; um cabo ganhava 7,20 todos os dias; outros empregados na parte agrícola, inclusive cambiteiros recebiam

34 “Introdução à mensagem de prestação de contas das atividades do primeiro ano de governo, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco a 15 de março de 1964”. In: ARRAES, Miguel, *et al.* *Palavras de Arraes*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, s. d, p. 102.

de 2,10 a 8,10. A quantia deduzida em virtude das compras variava muito: entre 2,80 e 24,10.³⁵

Um dos aspectos mais cruéis dessa situação, como foi evocado acima, dizia respeito aos mais novos membros da família, obrigados a trabalhar em condições duras.

Ajudando meu pai com 13 filho, o ganho não dava, 2 mil réis por dia, né? É duro, né? Aí tinha que forçar a gente pra ajudar ele, né? Ajudar a criar a família. [...] Pagava, mas era muito pouco, meu patrão! Dois mil réis o dia, tendo de trabalhar cinco dia de serviço pra ganhar 10 mil réis. Não é duro, não? Pra dá de comer a 12 boca? Minha mãe e eu catorze! Tá vendo? É duro! *José Francisco Paiva*

No que diz respeito ao trabalho das mulheres, a situação parece ter sido muito variada, tanto na sua participação efetiva no trabalho do eito quanto ao salário.³⁶ Como foi visto, considerava-se preferível que a esposa e as filhas do morador não participassem desse tipo de atividade.³⁷ “Na fazenda, não. Só trabalhava os homens. As mulheres cuidavam do roçado, plantavam batata... Mulher era difícil trabalhar naquele tempo”, lembra Amaro Rosendo Fagundes. Amaro

35 *A Folha da Manhã* do dia 21.08.1945, publicou fotos das folhas de pagamento da Usina Catende. SSP 806. Doc. 47.

36 Ver particularmente BEZERRA, Marcela Heráclio. *Mulheres (des) cobertas, histórias reveladas*. Op. cit. assim como FERREIRA Filho, José Marcelo Marques. *Direitos Conquistados, Discretas Esperanças. As leis, os canavieiros e os conflitos na Justiça do Trabalho*. (Escada, 1963-1969) Recife: UFPE, Monografia, 2009.

37 Socorro Ferraz conta que, até mesmo num ambiente progressista como a Cooperativa de Tiriri, tentou-se evitar que as mulheres trabalhassem no canavial. “Os membros da cooperativa achavam que os homens poderiam aguentar tal trabalho pesado mas as mulheres deveriam ficar em casa, melhorar as condições de vida da casa, ter água mais perto, porque elas tinham que lavar roupa, cuidar da casa; eles queriam fazer a divisão do trabalho.” Essa atitude, no entanto, não era do agrado de certas associadas que “queriam ficar trabalhando no campo, porque elas recebiam seu dinheiro à parte. Mesmo mulheres casadas, elas preferiam. Mas não era a maioria não.”

Pedro dos Santos associa a entrada da mão de obra feminina no eito às mudanças na legislação trabalhista: “Começou a ter direitos, aí a mulher começou a trabalhar.” Rosendo Vicente de Sales estabelece uma distinção: “Os moradores dos sítios, as mulheres não trabalhavam na cana não. Só trabalhavam mesmo aquelas do arruado.” Severino Sebastião Santana menciona a dupla jornada de trabalho: “A mulher trabalhava também. Trabalhava fora e trabalhava em casa, e ajudava.”

As famílias, mesmo aquelas em dificuldades, montavam estratégias para evitar ou retirar as mulheres do eito. Se sua contribuição fosse vital em fases difíceis, assim que a situação empregatícia e pecuniária da unidade familiar se estabilizasse, elas voltavam a se dedicar preferencialmente às tarefas do roçado/sítio, contribuindo assim para o sustento da família.

Até que nos atravessou os primeiros anos foi o primeiro ano foi meio ruim. Foi trabalhar eu, minha mãe, um irmão que eu tenho. Quando foi depois de um ano, aí a gente trabalhava no roçado no tempo que tinha. Não tinha época. Pegava de manhã largava de noite, mas o tempozinho que a gente tinha sempre escacaviava alguma coisa. Quando foi depois de um ano, aí eu: “Mãe, a Senhora não precisa trabalhar mais, nem minha irmã.” Tinha outro irmão. Aí mãe ficou, e eu e meu irmão trabalhando. Aí nós falou: “Agora a Senhora fica em casa, faz o que quiser fazer, faz no roçado.” *Anísio Francisco da Silva*

Esse trabalhador se lembra de uma diferença no valor da remuneração: “O salário da mulher era diferente né. Agora eu não me lembro de quanto era, mas era menor.” José Antônio de Lima tem os números presentes à mente: “O salário... quando eu comecei a trabalhar um homem ganhava 6 mil réis, a mulher ganhava 5 e o menino 4, o que mais trabalhasse. O que não trabalhasse menos ganhava 2; 1,500.” Mas Manuel Bernardo Alves, que trabalhava com sua esposa garante: “Era o mesmo salário sim, Sr.”

Com ou sem pretexto, o empregador diminuía o salário. Não tendo a quem recorrer, nem alternativa de emprego/ocupação, só restava ao trabalhador aguentar a injustiça. Esse poder sem freio dos patrões, usando de artimanhas para arrancar mais sobretrabalho, que não precisa ser chamado de ‘feudal’ para manifestar seu peso e sua desumanidade, era o que os trabalhadores chamavam de ‘cativeiro’.

Era cativeiro porque não era brincadeira, o caba trabalhar duro. No outro dia, o patrão vai logo com estorvo, dizia: “Quem fez essa conta?” “Foi Fulano de Tal.” Tinha tempo de eu trabalhar 5 dia, comigo aconteceu, três mil réis por dia. “Quem trabalhar 5 dia, eu pago a três e quinhento.” “Eu pago a três e quinhento réis o dia.” Pois é, três mil e quinhento réi o dia. Mas eu ficava todo dia. Só recebia três mil réi. No Sábado, perdia os 5 tostões. Saía tudinho a três mil réi o dia. *José Francisco Paiva*

A grande mudança, ou pelo menos o raiar de uma esperança no sentido de relações contratualmente mais justas (e de responsabilidade mínima dos empregadores nesse contexto) ocorreu com o primeiro governo Arraes, coroado pelo Acordo do Campo. Concomitantemente, a proclamação do Estatuto do Trabalhador Rural, e o crescimento do acesso à Justiça do Trabalho através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais firmou novos tempos. Dora-vante, por mais difíceis e demorados que os procedimentos legais fossem, os canavieiros tinham um recurso. Essa novidade resultou essencialmente das lutas sociais que obrigaram o Estado, nem que fosse parcial e, às vezes, temporariamente, a jogar pelos menos uma parte de seu papel teórico de árbitro. Isso, dentro das mais clássicas e legalistas regras da sociedade capitalista. Passar-se-ia do estado ‘selvagem’.

Nesse sentido também, deve ser considerado a função econômica e social da violência patronal. Sua impunidade, garantida pelo Estado, assegurava-lhe um papel dissuasivo frente às reivindicações e queixas dos trabalhadores. Eles não têm nenhuma dúvida a

respeito, sobretudo no período da ‘morada’, precisamente antes que os sindicatos de trabalhadores rurais³⁸ pudessem catalisá-las e torná-las socialmente eficientes. Os trabalhadores “eram mansos, não tinha o que fazer não. [...] Reclamava, mas não tinha jeito e aquilo ficava daquele jeito mesmo”, constata José Barbosa do Nascimento. Em certos locais e em certas épocas, nem isso era seguro: Severino Antônio do Nascimento garante que não havia possibilidade de discussão com o cabo. Rosendo Vicente de Sales confirma: “Não existia reclamação, não existia nada. Passava dois dias para tirar uma conta, tirar aquela média e o cara ficava calado. E se reclamar, botava para fora sem direito a nada.”

7.2.1. Determinação do valor do salário: “Não tinha salário”

Essa expressão aparece com frequência nas entrevistas. Os trabalhadores aludem ao salário estabelecido por convenção ou dissídio para a categoria, que tem o salário mínimo como referência. Todos fazem questão de enfatizar a falta de padronização, anterior a 1963, que deixava o plantador individual como árbitro soberano da determinação do valor da diária ou da conta. “Naquele tempo não tinha salário. Quem fazia era o trabalhador. Se o trabalhador fosse bom, o senhor de engenho botava o salário mais pra ele. E se tinha outro mais fraco, levava menos. Era do jeito que o patrão queria.” Amaro Rosendo Fagundes. Manoel Fernando de Souza confirma a periodização: “Ninguém tinha salário não. Nós viemos ter salário depois do Dr. Miguel Arraes. De 63 pra cá.” “Tinha diferença, porque não existia uma tabela, uma lei dizendo especificamente.” Manoel dos Santos da Silva complementa que a diferença era pequena.

Manuel João Pereira era carpinteiro no engenho. “Era por dia. [...] Era o mesmo salário dos outro. O salário de um era de todos.”

38 Ou durante o regime militar, quando ficaram acuados.

José Barbosa do Nascimento confirma que não havia diferenças: “Era tudo um só, era.” Odilon Caetano da Silva lembra que nos engenhos que moíam, “o mestre de açúcar ganhava mais. O povo que trabalhava no engenho, na moagem da cana, esse ganhava mais uma coisinha.” Antônio Santana da Silva precisa: “Se tirasse a tarefa, ganhava, se não tirasse, não ganhava”.

7.2.1.1 O salário: “Era de graça!”

“O ganho era, naquela época, o dinheiro era pequeno”, afirma Amaro Carneiro da Silva; “pouquíssimo. O ganho era uma besteira de dinheiro”, segundo Antônio Ambrósio dos Santos; “Era pequeno! O ganho era nada. Era nada. Trabalhar, trabalhava muito, mas o ganho, olhe: tanto assim”, ilustra Severino Sebastião Santana; “agora o dinheiro era um dinheiro desse tamanho”, reforça Antônio Virgínio da Silva.

Num período que vai dos anos 1930 aos 1950, os trabalhadores que se lembram ainda dos valores exatos mencionam salários para adultos de dois a três mil-réis como sendo comuns para a diária. “Era dois mil e cem de uma conta e meia de mato; dois mil e cem”, afirma Severino Barros Lima. “Eu com 9 anos, eu ganhava 1.200 por dia. Dez tõe e dois tõe.” José de Andrade. Em “1957-58, um cento de cana era 20 mil réis; 200 era o salário. Quer dizer que era 40 mil réis”, segundo Odilon Caetano da Silva.

“Dois mil e quinhentos. Dois contos de réis e quinhentos réis, prá dar de comer a esse povo todinho, viu? Foi em 42. O salário era, era 2 mil. Era hum mil e quatrocentos uma conta de mato, quatorze braças quadradas. Era uma faixa de dois mil réis; a gente ganhava uma prata daquela, era 1.400 uma prata de dez toim e 400 réis.” *Severino Barros Lima*

“Era, porque no engenho do Sul eu estava com dez anos, ganhava 2 cruzado. E hoje em dia acho que o pessoal novo não sabe nem que dinheiro é esse, 2 cruzado, né? Depois, quando foi em 40, comecei ganhar 3 mil réis...”

Aquele que afracasse ia pra trás ganhar 2 mil réis, 2 e 500; e aquele que aguentasse o rojão ganhava 3 e 500.” *Manoel Fernando de Souza*

“Recebia por dia de serviço, era 2 mil réis, 2 e 200, 3.200 pra baixo. Era 3 mil réis, era 3 de dez tões. Tinha aquela que o mil-réis vinha amarelo e 200 réis, era aquelas pratinhas brancas, 200 réis. 3.200, é isso. Eu comecei ganhando 6 tões. Eu era menino, ganhava 6 tões, chamando boi, aí pelos engenho. Depois que meu pai morreu, aí pronto, meu ganhava 1.600. Dez tões e seis tões. Com seis tões fazia 2.200, mil e seiscentos com seis tões.”

José Honorato dos Santos

“Fui trabalhar com 9 anos de idade. Ganhava 3 tões por dia. É, aí foi subindo, subindo. Quando eu vim tirar meu pai da palha da cana, eu já tava ganhando muito dinheiro! Agora, isso, eu pastorava boi, tirava leite de vaca; de noite trabalhar de servente para carreiro, a pisada era por dentro; e quando a máquina chegava, enchia carro. Ganhava 1.000 cruzeiros por dia, fora as produçozinha por fora.” *José Francisco dos Santos*

José Damião da Silva detalha os modos de pagamento que o patronato manipulava em seu proveito: “Era diária. Tinha conta e tinha diária também. Aqueles que era muito ruim de diária, eles pegava e jogava pra uma tarefa. Porque na tarefa, eles sabiam se fizesse ganhava, se não fizesse não ganhava, não era? E na diária ele ia, ele pagava pelo que queria.”

Embora ganhasse “5 e 500 por diária, 5 réis e 50 por diária”, Manoel Fernando de Souza considera que isso era trabalhar “muito de graça... era de graça, porque a gente ganhava pouquinho.” José Batista do Nascimento concorda: “Não dava pra nada, não dava pra nada, não dava pra nada. Aquela vida era pirão e pêia! E pêia, porque peguei trabalhar ganhando 2 cruzados. Você se lembra de cruzado, de mirréis, 10 tões.”

7.2.1.2 Poder aquisitivo do salário

José Damião da Silva ilustra perfeitamente o minúsculo poder de compra do salário, considerando que aquele pertencia a um homem

adulto, geralmente pai de família, trabalhando doze horas por dia, num trabalho penoso, em situação insalubre, no setor carro chefe da economia da região.

Muitos voltava com o chapéu com um litro de farinha, o valor da diária trazia naquele tempo. Comia. No outro dia ia trabalhar bem cedo, era a merma continuação, era todo dia assim. Quando findava o fim da semana, domingo era o dia de pagamento, muitos não tinha mais nada a receber. Novo empréstimo pra entrar na segunda-feira por diante, pra continuar no trabalho. E, assim, levou essa vida pra diante até... quando entrou o salário. [...] Era 2 mil réis mesmo. Era um quilo de charque. *José Barbosa do Nascimento*

José Peagentino dos Santos calcula que com uma semana de trabalho, paga “10 mil réis”, ele comprava uma roupa “fraca”. João Oliveira da Silva lembra a conta “12 com 12. Era 12 com 12. Enchimento de carro a gente pegava e o dinheiro que ganhava era desse tamanho!” Certa impaciência aflora, às vezes, frente à aparente falta de compreensão do entrevistador. Severino Barros Lima, que acabou de contar como ele tinha que subir a um coqueiro, de mais de sete metros de altura, para colher um coco para o molho da Semana Santa, perguntado se era ruim o salário, responde: “Tá vendo, é era. Não tá vendo, eu dizer que a conta era 1.400, uma prata de dez toim e oito cruzados, já pensou!”

7.2.1.3 *Pagamento por diária ou por tarefa*

Enfatizando que eles não possuíam controle algum sobre o sistema – “era de todo jeito que botava”, diz José João da Silva – os trabalhadores mencionam a diária como sendo o sistema básico de remuneração: “Era! Na diária, de 6 a 6”, especifica José Batista do Nascimento. “Era diária” confirmam Severino Sebastião Santana e Antônio Maurício Domingo, entre outros. José Damião da Silva

conheceu um sistema de diárias diferenciadas: “Porque lá, teve tempo de existir pagamento de quem trabalhava na diária com três tipo. Tinha diária até cinco tostões. Tinha diária de dois cruzado, tinha diária de todo tipo. Quem trabalhasse mais, quem produzisse mais, ganhava mais, né?” Pedro Porfírio Domingo mostra também que podia haver aplicações diversas, sendo a diária predominante na entressafra, mas combinando-se com remuneração por produção na safra: “Era tudo na diária. Era na diária. Tarefa só tinha no tempo de corte. Era na diária. Na luta, também tinha tarefa na luta. Mas no plantio era na diária. E no corte, era tarefa também. Era por cento, naquela época era por cento.”

Manoel José Alexandre e Severino Antônio do Nascimento, entre outros, mostram a articulação entre ambos os métodos: “Diária tinha assim quando era prá retoque. Também tinha diária, mas era pra passar o dia todinho e ganhava um cruzado.” Antônio Virgínio da Silva enfatiza a falta de opção:

Nessa época era diária. Só em diária. Agora é melhor, agora é melhor porque o camarada se tiver disposição, tanto faz fazer uma tarefa, como fazer duas, fazer três e naquela época não. Naquela época o camarada morria em cima de 5 tostões ou um cruzado o dia todinho! Largava de noite, quando chegava em casa era tomar banho, lavar os pés, comer o que tivesse e ir dormir.

No entanto, esses dois sistemas tinham correspondências, na medida em que a diária era, muitas vezes, traduzida em certo número de contas. “Era tudo diária”, lembram Severino Barros Lima e Odilon Caetano da Silva. “Se não fizesse no dia, não tinha esse negócio de dar apoio de nada. Perdia, acabou-se. Perdia, aquela diária perdía. O dia de serviço perdía, que foi mal feito. E aí acabava-se.” José Francisco Paiva.

Alguns mencionam o pagamento por tarefa geralmente como acessório ao da diária. “Era por tarefa”, afirma Inácio Antônio Dias.

“Trabalhava por tarefa. Tinha muitos que não falavam em tarefa, falavam em conta”, detalha Abílio Luís Ferreira, para distinguir o que constitui um referencial oficial – da Tabela de Tarefas – da prática comum. Muitas vezes, obviamente, os termos são utilizados de forma intercambiável. “Por conta”, afirma Severina Benvinda. “Recebia pela conta de 3 mil réis, mil e quinhento. Era o preço da conta. Se dê para tirar duas ou três, tirava; e se só dê para tirar uma, tirava. Também se passar dois dias para tirar uma, ganhava somente aqueles 3 mil réis mesmo.” Rosendo Vicente de Sales.

7.2.2. Modalidades de pagamento: “Ganhava pouco, mas no fim da semana recebia tudinho.”³⁹

Quaisquer que fossem os dias trabalhados, o pagamento ocorria no fim de semana, geralmente no sábado e até mesmo no domingo, recorda José Batista do Nascimento. “Todo mundo chegava no dia de sábado. Chamava o número do seu nome. Você chegava, do seu dinheiro, se fosse cruzado, se fosse dois tões, o que fosse, o cabra recebia”, descreve Severino Antônio do Nascimento. “O que a gente ganhasse na semana, recebia. O que a gente ganhasse na semana: se fosse dois dias que o camarada trabalhasse, tinha os dois dias. Se trabalhasse três, tinha três dias. Se trabalhasse quatro, tinha os quatro.” Severino Barros Lima. “Pra receber era... o administrador quando era na sexta-feira de noite ou no sábado, chegava com o dinheiro, e estava aquela turma de gente lá, já esperando no barracão...” José Felipe Santiago.

Como para qualquer outro aspecto da vida dos moradores nos engenhos, o momento do pagamento, além da modalidade e do local, era passível de ser utilizado como meio de pressão sobre os assalariados para que eles prestassem mais um serviço à empresa,

39 Eugênio Benvindo M. Freitas.

como ilustra Amaro Rosendo Fagundes: “O administrador dizia: ‘Olhe! Cortador de cana que não vem cortar cana dia de domingo, só recebe sábado de duas horas.’”

7.2.2.1 *Local de pagamento: o ‘barracão’*

Com uma exceção, todos os trabalhadores recebiam seus salários das mãos do administrador ou outro agente patronal na venda da plantação. “Ah! Recebia no barracão.”⁴⁰ “Tinha que receber no barracão mermo”, enfatiza Odilon Caetano da Silva. Muitas vezes, o próprio gerente do estabelecimento, o barraqueiro, oficiava na condição de pagador, o que acentuava ainda a assimetria da relação com os trabalhadores, como o mostra Abílio Luis Ferreira: “O dono do barracão era quem pagava. Ele mesmo ia buscar o dinheiro e ele mesmo pagava.” José Honório da Silva ecoa o perigo do sistema: “Agora mesmo o barraqueiro, se a gente comprasse no barracão, o barraqueiro descontava o que era dele. O que ele quisesse pagar ele pagava. A hora que quisesse.”

7.2.2.2 *“Conta de barracão: coisa sem fim, qualquer coisa que sempre aumenta.”⁴¹*

“Freguesia cativa”: assim qualifica Mário Lacerda as famílias de moradores,⁴² expressando os abusos que sofriam à mão dos encarregados dos únicos estabelecimentos comerciais acessíveis aos trabalhadores, dada a falta de transporte público. “Tinha barracão. A gente comprava no barracão. Era, descontava. Quando a gente não estava ficando devendo, ele vendia um litro de farinha, uma corda

40 Joaquim Pedro da Silva, Alfredo Cosme dos Santos, Antônio Santana da Silva, Generino Luis da Silva, Francisco Zalatiel Ferreira, Odilon Caetano da Silva etc.

41 BARBALHO, N. *Dicionário do Açúcar*. Op. cit., p. 149.

42 MELO, M. L. de. *O Açúcar e o Homem*. Op. cit., p. 118.

de carne, um quilo de feijão. Cansei de passar, ele vendia era meio quilo.” José de Andrade.

Em represália à aplicação das leis trabalhistas, um plantador deixou de praticar essa concessão de “empréstimo” que realmente era mais o esgotamento de um crédito ou uma antecipação sobre o trabalho realizado, do que propriamente um empréstimo. Talvez nem devesse ser considerado um sistema de crédito e endividamento, pois o dinheiro normalmente não ultrapassava o valor do trabalho já efetuado. Havia qualquer coisa de ilusionista na operação em que os trabalhadores labutavam esgotando sua saúde e sua vida para um salário em espécie que, na realidade, quase nunca recebiam. Esse tempo não deixou saudades. “Aí quando entrou o salário que começou a ficar a gente, aí ele disse: ‘Agora eu vou deixar de emprestar dinheiro.’ Aí ele deixou de emprestar dinheiro. Também o pessoal pegaram ganhar e começaram a fazer a feirinha, e foi melhorando mais.” José Damião da Silva.

O endividamento, como é geralmente chamado, era a espada de Dâmocles suspensa sobre a cabeça dos chefes de família, quase impossível de evitar dada a precariedade da situação financeira das famílias e a dureza das condições de trabalho. Essas dívidas recorrentes ou sem fim junto ao barraqueiro, que oficiava também como agente pagador e podia burlar os trabalhadores em ambos os planos, constituem ainda outro aspecto de suas vidas que os trabalhadores remetem ao “cativeiro” ou à “escravidão”.

Tirava tudo, se a pessoa comprasse mais uma coisinha numa semana. Existia o problema que nem todo dia a pessoa tinha condições de fazer aquela tarefa. Então, por isso ou por aquilo, a pessoa já tinha comprado. No fim da semana não dava x, não é? Aí, já ficava preso naquela outra semana, já ficava escravo. E aí... sempre o que trabalhava assim, somente pro patrão. Toda vida viveu escravizado. E pra sair, só saía fugido. Só saía fugido de noite. *Amaro José de Sena*

Os trabalhadores mencionam frequentemente essa situação de endividamento ou, mais comum ainda, o fato de ficar sem receber salário em numerário, pois ele teria sido todo utilizado – nas contas sem fiscalização do barraqueiro – durante a semana para abastecer a família do trabalhador. “Tinha uns que não ficava com nadinha, já tinha comido tudo no barracão.” José Pascoal de Figueiredo. Manuel Bernardo Alves lembra da frase: “Ele dizia: ‘Olhe, você não tem mais nada.’ E o cara saía e ia pra casa, fazendo pelo sinal, tá vendo? Ia comer alguma boia que tivesse.” Antônio Virgínio da Silva testemunhou cena igual: “Quando era no fim da semana, o camarada não tinha mais direito a nada, já tinha comprado.”

7.2.2.3 Salário em espécies: “Dava vale.”

Testemunho e ator privilegiado pela intimidade com o mundo dos trabalhadores rurais no qual nasceu, Gregório Bezerra indigna-se justamente de uma prática banal e ilegal, embora impune: o pagamento dos salários pelo barraqueiro em vales⁴³ para compras no próprio estabelecimento monopolístico.

De todas essas burlas, a mais cínica, descarada e imoral, era o pagamento em vale para o barracão, que obrigava o trabalhador a comprar gêneros alimentícios de terceira qualidade e pagar como se fossem de primeira na casa de comércio do patrão (além de ser roubado no peso e no “pulo do lápis”). O trabalhador pagava 900g por 1kg; e isso nos barracões mais “honestos”, porque na maioria deles o quilograma não chegava a pesar 800g... Além disso, o dono do barracão, quando somava as compras, sempre se “enganava” em 10, 15 e até

43 “Era um roubo escandaloso, porque o trabalhador nunca pagava em dinheiro, não podia comprar uma calça, não podia comprar uma camisa, não podia comprar uma aspirina, não podia comprar coisa nenhuma porque não tinha dinheiro.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez. Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 103.

20% a mais contra o pobre trabalhador, que, em geral, não sabia fazer contas. Muitos passavam anos sem ir ao comércio, porque não pegavam sequer num tostão em dinheiro.⁴⁴

O pagamento no barracão oferecia outra vantagem ao plantador: ele podia parecer em dia com seus pagamentos mesmo quando estava sem liquidez. Nem economia natural, hipótese aventada em outras situações históricas com rarefação dos instrumentos monetários; nem relação peculiar, não capitalista, não assalariada ou semi-assalariada entre os donos da empresa e os trabalhadores rurais: o pagamento em vale era apenas uma usurpação impune da prerrogativa estatal em proveito da classe patronal. “Recebia em dinheiro. Às vezes, ele não tinha dinheiro. O senhor de engenho não tinha dinheiro, recebia no vale para comprar na venda”, lembra Severino Barros Lima.

Dessa forma a empresa dispensava capital de giro; exercia um monopólio ilegal sobre a venda de produtos de primeira necessidade pela impossibilidade de deslocamento habitual das populações morando nos engenhos; e ainda por cima tornava impraticável qualquer alternativa de escolha de fornecedor de mercadorias, ao retirar dos trabalhadores – de fato – o instrumento pecuniário que seu trabalho supunha como troca. “Olhe, praticamente a maioria recebia papel. Vale. Não podia ir pra uma feira”, explica Antônio Maurício Domingo. Odilon Caetano da Silva resume a situação: “Porque não era dinheiro, não. Naquele tempo não havia dinheiro.” Certos trabalhadores, que não foram submetidos a este tipo de manipulação, atribuem sua existência a relações particularmente duras do patronato. “Agora muitos lugares mais fracos, não sei se era porque o dono gostava de fazer aquilo mesmo, muitos lugares, davam um papel. Chamava um tal de vale, e ía comprar no barracão quando tinha o barracão no engenho.” Severina Benvinda.

44 BEZERRA, G. *Memórias*. Vol. 1. Op. cit., p. 176.

O vale só piorava a dependência, na medida em que podia se somar ao endividamento. “Comprava no barracão, e ele passava um vale pra pessoa. E quando era no fim da semana, ele descontava no vale e a gente pegava o resto do dinheiro. E se o camarada passasse do vale, aí ficava devendo. Aí ele dava um contra-vale, porque ninguém sabia que aquela pessoa tava devendo, ninguém”, conta José Inácio da Silva.

A revolta e a impotência sentidas pelos trabalhadores na hora do suposto pagamento, que na prática ocorria apenas parcialmente, ecoam nas suas colocações: assim João Francisco dos Santos repete: “Era descontado. Toda vez! Toda vez! Toda vez! Toda vez!” “Pagava. Comprava, comprava no barracão. O camarada ia comprar no barracão; no sábado, ele descontava na conta”, resume José Honorato dos Santos. Fora as situações agravadas pelo uso de vales, os trabalhadores que dispunham de bons sítios e limitavam suas compras recebiam em espécie uma parte de seu salário. “Mas se não comprou, ele tirava o dinheirinho todo, certo.” Antônio Ambrósio dos Santos.

Relações pessoais íntimas foram comprovadas, não entre senhores de engenho e moradores, mas entre barraqueiros e plantadores: parentes ou contraparentes dos donos da terra ou empregados de sua confiança. Eles praticavam cumulativamente diversas infrações do ponto de vista da legalidade brasileira. No entanto, por muito tempo, esses maus costumes permaneceram, mesmo depois da instauração da legislação trabalhista no campo. “Pedia um vale a ele aí ele passava um vale pra gente. Toda vez que a gente ia na venda, comprava. Ficava novinho pra entrar na outra semana, pra acabar.” José Inácio da Silva.

O pagamento em espécie não era, portanto, generalizado, e certamente estava longe de representar a massa salarial – por menor que fosse o pagamento individual dos trabalhadores – que o setor representava. Os efeitos são, às vezes, curiosos; assim, havia pessoas de idade, brasileiros natos da região, a mais antigamente colonizada

e “desenvolvida” do país, desde o princípio inserida no que é chamado de “sistema mercantil” (aliás, reconhecidamente um produto dele na sua “vocação” produtiva), e inegavelmente assalariados que nunca pegaram em dinheiro.

É, lá onde eu moro mesmo, tem um senhor de idade que ele não conhece dinheiro. É, ele já é aposentado hoje. Mas ele não conhece dinheiro, porque ele praticamente que ele foi uma pessoa que morou muito tempo nesse engenho, onde ainda hoje vive e não pega em dinheiro porque não conhece.

Antônio Maurício Domingo

Inelutavelmente, nos depoimentos, volta a ideia de uma relação insuportável, de cunho aviltante. Diz Manoel dos Santos da Silva: “Pago em vale para ir comprar no barracão e ser humilhado do senhor de engenho. Não conheci um [engenho] que não fosse assim.” Freguês cativo, o trabalhador se tornava assim refém, na dimensão vital do seu salário, de um comerciante que zelava ostensiva e exclusivamente pelo seu lucro (e/ou do plantador), sem vigilância estatal nem o desafio da concorrência, como lembra Odilon Caetano da Silva: “O barraqueiro vendia por quanto queria... pesasse do jeito que ele queria... o preço não era certo. O preço era alto.”

O horário de pagamento podia ser manipulado à vontade pelo barraqueiro para reforçar precisamente sua exclusividade sobre a freguesia obrigada do engenho. “O barraqueiro pagava quando queria, até domingo de tarde, depois que findava a feira, se quisesse pagar. Quem reclamasse já sabia...” José Honório da Silva.

7.2.2.4 No barracão: “A continha de passar o dia comendo”

Os trabalhadores asseguram que recebiam seu salário em dinheiro, mesmo quando, de fato, só se apossavam de mercadorias a preços, qualidade e quantidade arbitrariamente decididos pelo empregador. “Em dinheiro”, afirmam João Francisco dos Santos, José Amaro

dos Santos, Antônio Ambrósio dos Santos, Abílio Luis Ferreira e Severina Benvinda. Embora achassem o custo de vida barato em relação ao de hoje, os entrevistados garantem que o ganho da época da ‘morada’ não os sustentava: “Não dava, não!” “Dava não, porque o que a gente ganhava só dava mermo pra comer nas porta da venda.” Severina Maria da Silva.

Odilon Caetano da Silva lembra que “comprava, era bacalhau, charque. Tinha umas tal de uma tambinda, que era um peixinho que chamava tambinda. Aquilo era vendido era por... por cento. O sal era vendido por litro. Miúdo de boi. Era vendido por dois vinténs uns pedaços, dois vinténs.” José Antônio da Silva dá uma ideia de certos pedidos: “Muitos morriam no barracão. [...] Eu alcancei gente que chegava no barracão, contava uma quarta de feijão e uma quarta de açúcar, que é 100g, e uma quarta de sardinha. E, às vezes, o baraqueiro não queria despachar de jeito nenhum.”

“Barraqueiros inescrupulosos”⁴⁵

“Procurando escutar trabalhadores outros dos citados engenhos e de outros que tive oportunidade de passar, pude verificar que não é somente aí que se verifica este clima entre proprietários e cortadores e se a moda pegar, muito teremos o que fazer, pois neste mês de setembro tem início a moagem em quase todos os engenhos, digo, Usinas de açúcar – ou seja início de safra como é geralmente conhecido. Pude escutar também algo há [sic] cerca de problemas já bastante conhecido, que é o dos vales dos barracões, que servem para engordar barraqueiros inescrupulosos.”

Ausência de fiscalização do Estado tanto no que diz respeito aos preços quanto à qualidade das mercadorias, como acontecia nas cidades, é mais um aspecto da ausência dos poderes públicos, a

45 SSP-Delegacia de Segurança Social. Relato de um investigador, 01.09.1967. Engenho C. B., p. 4. SSP 1102.

não ser no que possa servir aos empregadores: repressão e financiamento. Nada de vigilância sanitária. A oferta limitada de certos produtos – gêneros alimentícios de boa qualidade – e profusa de outras bebidas alcoólicas – podia alterar até mesmo os padrões dietéticos dos moradores e de suas famílias, obrigando-os a comerem alimentos desconhecidos e indesejados.

Pra ir comprar na venda, é era, era! Chegava lá: o bodegueiro pesava aquele tiquinho de farinha, quando não tinha roça no roçado, se pegava aquela farinha de barro, você se lembra da farinha de barro? Farinha preta que vinha de Santa Catarina, viu. Era aquela bola de vermelho dentro, deste tamanho assim, azeda que a gente botava um punadinho dentro de um bocado de água, ficava dessa altura assim; era para estourar a barriga. *Severino Barros Lima*

Miséria

“O depoimento mais importante para as autoridades foi o que Severino José da Silva prestou. Sem desmentir que houvesse ateado fogo aos canaviais – esse elemento disse que assim agira por ser um homem revoltado. Residindo no engenho Santa Luzia, recebia constantes maus tratos do baraqueiro: comprava 200gr de carne, mas apenas recebia 100. Ultimamente, estando sua esposa grávida, foi ao administrador do engenho pedir dinheiro adiantado, sendo surpreendido com a seguinte resposta: ‘menino de pobre se embrulha com estopa’. Diante disso, e desesperado, ateou fogo consecutivas vezes em canaviais; e não só fez isso, como também conseguiu companheiros para a tarefa.”

“Grande investigação da SSP que ‘percorreu 159 engenhos nos mais diferentes municípios’⁴⁶ para apurar denúncias dos proprietários quanto a incendiários, os investigadores apuram também outros aspectos da vida das populações canavieiras.”

46 “Volante da PM capturou mais 4 incendiários de canaviais em Ribeirão”. DP, 14.01.1960.

Sempre de baixa qualidade mas com preços elevados, a fama dos serviços prestados pela venda do engenho “[e]ra ruim, porque aí ele vendia por quanto queria, né?” Odilon Caetano da Silva. O *Dicionário do açúcar* incorpora em sua definição a carestia vigente nos barracões, os mantimentos sendo “negociados a preços elevados, principalmente quando [os alimentos eram] vendidos a crédito.”⁴⁷

Uma história exemplar

“E o pobre do velho enchia o carro e fazia a limpeza de ponte e o pobre ganhava um saláriozinho, por dia. Isto era já na regra boa; ele ganhava pela limpeza de ponte e ganhava pelos carros; e toda vez que ele ia receber, aí ele dizia ao barraqueiro (o barraqueiro era Pedro Barbosa): ‘Seu Pedro quanto eu ganhei de carro?’ Aí ele dizia: ‘Hoje, nada.’ Passou-se três semanas, passou-se quatro. E o pobre não ganhava nada e enchia carro todo dia mais eu. Vinha um trocadinho para mim, mas para ele nada. E quando o homem um dia disse: ‘Eu não posso mais trabalhar, Seu Pedro, porque a usina não é obra de ninguém. Um engenho... e o senhor... Seu Pedro.’ Aí ele diz: ‘Tá certo.’ Era uma cara meio desenvolvido, um menino novo; ele mora até num sítio hoje, Antônio Mário. Um menino novo bem desenvolvido. Ele disse que não tinha confiança de trabalhar daquele jeito, Antônio Mário disse. ‘É, Seu Manuel, eu posse lhe dar a sua indenização (a indenização era um vale para comprar na venda) os três dias trabalhados; outra coisa, eu não posso fazer.’ ‘Agora, que é uma injustiça, é. E que seu carro tá sendo roubado, tá. Porque o dinheiro da usina não precisa disto e o dinheiro dos carros vem. Agora só que com você que fazem isto, agora comigo.’ Ele passou um vale; o velho foi pro barracão, comprar os três dias, chegou lá, comprou uma bolachinha, comprou uma besteira, comprou um pedaço de carne, botou na estopa, deu a volta pro rio para não passar na ponte. E nisto chegou; vai ele, chama Antônio Mário; quando chamou, ele disse; você é dono agora? Ele disse: ‘Não, senhor. Eu sou apenas cabo.’ ‘Como você autoriza indenização para quem vai se embora?’ Ele disse: ‘Porque eu não dei indenização, eu dei três dias para o pobre que trabalhou comigo, ele ganhou e eu dei. Se ele não tiver o ganho, entences, a usina me bota pra fora, me prende, faça o que quiser, agora que eu dei os três dias.’

47 BARBALHO, N. *Dicionário do Açúcar*. Op. cit., p. 70.

Relatório sobre diligência pedida: Engenho R. da Usina C.⁴⁸

O investigador verificou que 'realmente' a empresa não paga em dinheiro, mas em vales. Continua: 'também é verdade' que empreiteiros recebem em dia. "também é verídica a informação que esse estado de coisas está gerando descontentamento no seio da classe dos trabalhadores do campo, pois além disso, ainda tem o agravante que segue:

Os vales em apreço se destinam à compra de gêneros alimentícios no barracão que tem como barraqueiro encarregado – NÃO É O DONO – o Sr. J. c. s., residente em uma casa junto ao barracão, que está vendendo os gêneros em apreço, que são de péssima qualidade, por um preço extorsivo, dos quais faço uma pequena demonstração: charque de má qualidade ao preço de Cr\$ 3.400 o quilo, feijão por Cr\$ 800 o quilo, farinha de mandioca Cr\$ 2.500 a cuia, arroz de mais inferior por Cr\$ 1.000, leite Ninho por Cr\$2.400 a lata e assim sucessivamente.

Acontece ainda, que quando algum trabalhador deseja trocar vales para comprar um artigo que não exista no barracão, aí é que a coisa enverga, pois o barraqueiro sob a alegação de que vai empatar o seu capital por tempo indeterminado, faz a transação com um desconto às vezes até de 100%, ainda às vezes pagos de duas vezes."

Extremamente limitado na sua capacidade como assalariado e consumidor, o morador teria, talvez em troca, algumas vantagens importantes conferidas pelo acesso a um lote de terra para plantar culturas que complementassem seu abastecimento.

7.3 A 'brecha camponesa'

7.3.1 Acesso à terra

O acesso a esse lote de terra, cedido temporariamente pelo empregador ao trabalhador rural na forma de sítio ou roçado, era um elemento chave de toda a definição da 'morada'. Como foi visto, esse aspecto foi objeto de estudos muito aprofundados e teorizações inovadoras. Na experiência dos trabalhadores rurais entrevistados, a

48 Carta ao Delegado de Segurança Social 29.12.1966. SSP 31 496.

ligação entre o trabalho assalariado na cana e a posse de “terra para plantar” era tão estreita que passava na designação: “Tinha emprego, não. Ia pedir sítio”, explica Odilon Caetano da Silva. A contratação podia ser efetuada pelo próprio plantador: “Era com o senhor do engenho”, continua o entrevistado. “Aí empregado tinha pra mandar o serviço. Mas pra sítio, quem resolvia era o senhor de engenho”, explicam José Peagentino dos Santos e José Felipe Santiago.

Embora fosse geralmente enfatizada a posse da terra, as mesmas regras, até numa versão mais severa, vigoravam para quem simplesmente dispunha de uma casa. As condições eram as mesmas: trabalhar para o plantador do engenho onde lhe eram concedidos casa e roçado e/ou sítio. “Morador que ocupasse a casa, só trabalhava no engenho”, precisa José Honorato dos Santos. Parâmetros como a exclusividade e frequência jogavam um papel decisivo no contrato, mesmo oral. “Tinha que trabalhar ali, não podia trabalhar fora. Só tinha que trabalhar ali mesmo”, garante Severina Benvinda. A obrigação atingia o chefe de família, considerando-se, no caso, apenas homens adultos. “Era obrigado ao serviço somente, se precisasse tinha que fazer. Era 6 dias fechados. Era somente o chefe de família com os filhos, um, dois, quem quisesse trabalhar.” Amaro Carneiro da Silva.

Em certos casos, a sazonalidade da obrigação de permanecer à disposição da empresa está enfatizada, bem como eventuais tempos mortos em que o trabalhador podia se dedicar mais a sua própria produção. Obviamente, as grandes diferenças entre os testemunhos quanto ao tempo disponível fora do serviço da empresa se justificavam pelo estilo de gerenciamento que, por sua vez, também (além de outros fatores de ordem mais pessoal do empregador) variava com a demanda de cana no setor. Em período de baixos preços, a tendência do patronato era dispensar uma maior proporção da força de trabalho, mantida à disposição sem custos adicionais, pois se sustentaria com o próprio trabalho na terra cedida. Inácio Antão Dias lembra a sazonalidade da atividade: “Só tinha um tempo que

era mais de obrigação para se trabalhar: na moagem, porque tinha enchimento de carro.”

A aparente “liberdade” de emprego, mencionada por alguns entrevistados, pode ser considerada à luz da monocultura: ou seja, quando “não havia serviço” no engenho, provavelmente tampouco haveria nos demais, a não ser para um tipo muito peculiar de atividade não diretamente relacionada com a cultura principal (carpin-taria ou desbravamento). Se tentasse fugir dessa regra, as consequências podiam ser muito sérias, como conta Eugênio Benvindo M. Freitas: “Ah! Se eu morasse em Firmeza, um lugar que eu morei, e fosse trabalhar em Boa Vista, ah! Levava cacete.” Antônio Maurício Domingo destaca a razão de ser dessa regra e do rigor com o qual ela era aplicada: “Exatamente, porque o patrão não queria que o camara-da fosse produzir pra outro. Tinha que produzir pra ele. Era uma tática dele.”⁴⁹ A sanção podia não ser instantânea, mas não havia muita margem para o trabalhador evitar – ou ser impossibilitado por doença ou outra razão de força maior – de atender ao chamado do plantador. “Quando ele precisasse do serviço, que ele não fosse, ficava marcando aquele trabalhador. Se, outra vez, ele chamasse, e ele não vinha, ele botava pra fora, sem direito a nada.” José Honorato dos Santos. Esse aspecto da relação significava que a disposição de um lote de terra constituía, simplesmente, uma parte do salário. Se não trabalhar na propriedade, não tinha direito a ela.

7.3.1.1 Posse e não propriedade

Os trabalhadores entrevistados marcam muito nitidamente a diferença que fazem entre “ter terra”, no sentido da propriedade, e “ter

49 Severino Barros Lima lembra que havia mais flexibilidade no engenho onde ele morava, mas seu caso parece ser uma exceção. “Quando não tinha serviço, ele dizia assim: ‘Olhe você, dar os três dias de condição e o resto vocês se viram pra onde vocês quiserem: limpar uma roça, fazer uma farinha de outro camarada ou ir pra outro engenho’.”

terra para plantar”, isto é, um lote cedido dentro da relação empregatícia potencialmente volátil de assalariado de uma plantação. À pergunta se eles “tinham terra?”, respondem “não” sem hesitar, como Amaro Rosendo Fagundes, por exemplo. “Pra plantar eu tinha, mas não era minha. Era dos outros, do engenho.” Joaquim Pedro da Silva confirma: “Tinha não. Tinha terra não. Tinha terra só quando o senhor de engenho dava pra plantar.”

“Menos os corumbas, porque os corumbas não vinham para plantar. Mas quem ficasse morando no engenho tinha terra para plantar. Mas hoje em dia não tem mais, porque estão tomando conta de tudo. Porque eu morei e trabalhei, lá no engenho, eu morava lá numa casa no engenho, num sítio, 23 anos; a mulher faleceu e aí dois rapazinhos que eu tinha, lá em casa, não queriam ficar morando sozinhos lá, no sítio, mais eu. Um filho meu fez um negócio comigo para trocar de morada quando trabalhávamos no sítio. Trabalhava eu e meu filho. Eu plantava, ele plantava. Depois, meu filho foi fazer serviço de cabo no engenho São Pedro. Mas ele achou ruim sair todo dia de pé, na chuva, distante do engenho Aratangi para o engenho São Pedro. Mas ele disse: eu não saio do sítio não. Entences, depois que um fiscal lhe disse que tinha que ir morar no engenho São Pedro, porque um cabo não podia trabalhar num engenho e morar num outro engenho distante. Entences ele saiu, mas eu disse a ele, quando você sair, me entregue a chave da casa porque eu fico tomando conta do sítio.” *José Antônio da Silva*

7.3.1.2 Direitos vs obrigações

‘Direito’ tem um significado muito forte para os canavieiros. Perguntar sobre obrigações, no sentido habitualmente dado na literatura sobre o assunto, desperta em José Francisco da Silva uma reação imediata: “Não tinha, não Sr. Não tinha essas obrigações não, porque de primeiro ninguém tinha direito, né? Ninguém tinha direito de nada. Aí não tinha essas obrigações de trabalhar não.” Pois, para ele, obrigação remete também aos direitos trabalhistas que concernem aos patrões. Direitos e obrigações são

ligados, mas num sentido diferente do classicamente evocado pela academia e literatura.

Proprietários tentaram se proteger legalmente contra sequelas judiciais das expulsões ao levar seus moradores a assinarem documentos como o “Contrato particular de locação de serviços”⁵⁰ que estipula condições desfavoráveis ao trabalhador (por exemplo, a extensão de terra cedida) e muitas exigências precisas por parte do mesmo, facilmente usadas para justificar uma expulsão. Pois, o artigo 12 impunha condições leoninas contra o morador:

12. O não cumprimento da parte do morador, das obrigações assumidas, importa na RESCISÃO AUTOMÁTICA DESTE CONTRATO, em decorrência do que responderá por todas as despesas advindas e terá DEZ dias para a desocupação da casa, sendo as lavouras avaliadas e indenizadas pelo proprietário, por acordo, ou judicialmente, descontados débitos pessoais que porventura tenha para com o proprietário.

Esse tipo de contrato colocava também o empregador em conformidade com a legislação que, desde o Estatuto da Lavoura Canavieira, garantia a rescisão de contrato com os trabalhadores rurais apenas “por justa causa”. Tentava-se impor tais condições com sutilezas redacionais a pessoas que não sabiam ler nem escrever. Elas se somavam a outros meios usados, com a maior desenvoltura, para expulsar os moradores. Mas, o que predomina, no conteúdo menos do que na forma, é o gabarito estabelecido pelo contrato para satisfazer exatamente as intenções patronais de ter – legalmente – as mãos livres para expulsar trabalhadores residentes das plantações.

A intervenção das autoridades para manter a sujeição dos trabalhadores rurais aparece nos próprios documentos da autoridade

50 Contrato-tipo impresso que as autoridades encorajavam os trabalhadores rurais a assinar, contra os conselhos de Julião e das Ligas Camponesas. SSP 29343. Doc. 24.

policial: assim, em 11.06.1960, o investigador 239 relatava⁵¹ que, empenhado “a fazer a segurança do proprietário do engenho e de sua família”, com seus colegas “saímos pela manhã ou pela tarde, aconselhando os camponeses a assinarem o contrato e ao mesmo tempo mostrando aos mesmos o abismo em que iriam cair se continuassem com as agitações da Liga Camponesa.”⁵² Em conclusão a seu relato, o investigador reconheceu que nenhum trabalhador havia assinado o contrato na sua presença.

Sistema de trabalho no engenho a partir de 01/01/57

“O proprietário tem acompanhado o mesmo sistema adotado pelo Campo de Aldeia (CIMEA) isto é, o trabalhador dá um dia de cambão por semana, por hectares que cultiva para si. Quando por qualquer motivo faltar ao serviço, tem opção, se for de sua conveniência, pagar o dia faltoso em dinheiro que varia em média até Cr\$ 80,00 o dia. Os dias excedentes que trabalhar serão remunerados de acordo com a qualidade do serviço. Há diárias de mais de Cr\$ 120,00. O contrato de trabalho existente para o camponês no engenho tem sido verbal apenas, combinação verbal entre proprietário e morador, agora porém, foi impresso em contrato que deverá ser posto em prática aliás já está sendo. [...] [N]ão é permitido construir casa, nem plantar fruteiras de espécie alguma.”

7.3.1.3 *Condição*

Os trabalhadores afirmam que não havia quem trabalhasse sem pagamento, no estrito sentido do termo ‘condição’. Nisso, eles

51 Uma nota manuscrita enviada por J.C. ao Delegado Auxiliar, em 16.05.1960, com o timbre da SSP, de pequeno formato diz: “1. Mandar um ou dois investigadores “disfarçados” trabalhar no Engenho durante alguns dias a fim de saber o que se passa”. SSP 29343. Doc. 43-46. Pode-se pensar que o investigador 239 seja um desses. Nesse caso, ele apareceu aos trabalhadores rurais como um deles. No entanto, seu papel, para incitá-los a assinar um instrumento legal tão desfavorável aos moradores, não deixou de constituir uma tomada de posição e interferência das autoridades públicas.

52 SSP 29343. Doc. 25.

distinguem claramente seu estatuto daquele dos arrendatários: “O foreiro era pra pagar o foro no dia da Conceição. Tinha, pagava cambão, no caso o foreiro, né? Porque o foreiro pagava o cambão”, afirma Odilon Caetano da Silva que reitera que o trabalhador “Pagava não.” O que eles descrevem como ‘condição’ é o fato de ter que trabalhar no eito um certo número de dias, determinado pelo patrão de acordo com as necessidades da produção. Mas o salário, por mais reduzido que fosse, era pago da mesma forma. “Todo dia de serviço era pago”, garante Inácio Antão Dias, como os demais entrevistados, Francisco Zalatiel Ferreira, por exemplo: “Não tinha dia de graça, não, viu. No sábado a gente recebia, né? O pagamento.”

O eiteiro era o homem que trabalhava pra fazenda, pro engenho. Tinha engenho que cobrava quatro dia! Quatro dia. Aquele morador trabalhava quatro dias, se o salário tivesse a 1.200, a 10 tões, o que tivesse, 2 mil réis, ele recebia por dia. Agora no verão, quando os engenhos moía, ele trabalhava os seis dias. E o senhor de engenho pagava aqueles 6 dias que ele teve.

“Se fosse 2 mil réis, era 2 mil réis.” Arlindo Nascimento continua, evidenciando apenas diferenças eventuais entre os empregadores. “Era o salário, o que fosse, né? Porque em 30 pra 40, o salário era 2 mil réis, 2 e quinhentos. Um pagava mais, outro pagava menos.”

Apenas um trabalhador, Severino Barros Lima, afirma ter conhecido a ‘condição’ na sua definição tradicional, embora não fosse gratuita, mas de remuneração inferior.

Tinha, tinha obrigação. Tinha o cambão. Era três dias de condição. Três dias de condição. Por semana. Toda semana tinha aqueles três dias. Recebia, mas no preço mais barato. Sabe. A comparação era assim: três dias a gente trabalhava a dois mil réis, que era a condição, e dois dias por diante a gente trabalhava a dois mil e quinhentos. Depois passou pra três mil réis, viu, três prata de dez toim. Os outros três era maior, era.

Outro testemunho que se aproxima do que é normalmente definido como ‘condição’, na forma mais acentuada, menciona uma quantia de trabalho como sendo – segundo o preposto do patrão – o “foro da casa”, um tipo de aluguel. O barraqueiro, que se recusou a pagar-lhe o salário devido, no entanto, estava cometendo um abuso, aproveitando-se do estado de fraqueza física de Manoel Fernando de Souza que, adoentado, não havia trabalhado o resto da semana.

Na semana que ele só tirava uma conta, porque não podia mais, ou por doença ou seja o que for, aquela perdia, aquela era o fôro da casa, que aconteceu mesmo com eu. Eu fui na segunda-feira já meio adoentado, tirei uma conta. Quando foi na terça-feira, amanheci arriado, não fui trabalhar mais. Passei o resto da semana parado, sem poder trabalhar. Nem em casa não trabalhei. Quando foi no sábado de 7 horas da noite, fui receber, ele disse: “Quantas conta tirou?” Eu disse: “Uma”. “Uma é o fôro da casa.” Eu disse: “Mas seu barraqueiro, eu passei a semana doente. Tirei uma conta e o senhor não vai pagar?” “Não. É o fôro da casa.” E ficou perdido mermo!!

Na safra, lembra Amaro Pedro dos Santos: “Ele dizia quantos queria. Da família quem quisesse trabalhar (três dias por semana). Quem fizesse um cem, ganhava aquele total e 500 ganhava mais qualquer coisa. Quem tinha uns feixes bons, não era 2.000 milréis a diária não. Era menos.”

Respondendo unanimemente à pergunta se tinham trabalho sem pagamento: “Não, trabalhava de graça, não”, afirma Severina Maria da Silva. Alguns dos trabalhadores ponderam a respeito de um fenômeno, estranho à sua experiência, porém, muitas vezes, descrito como qualificando a relação de ‘morada’. Amaro Rosendo Fagundes afirma: “Aqui em Pernambuco, não. Nessas redondezas eu nunca vi, não. Agora, em Alagoas, eu sei que tinha. Você dava um dia de graça pro patrão e ficava desocupado a semana pra poder ter a terra para plantar.” Eugênio Benvindo M. Freitas garante que isso ocorria apenas em “propriedades sem ser engenho”.

Termo de declaração de J. B. S. (55 anos) Engenho M. em 04.02.1960⁵³

“Fazem oito anos que o depoente reside no Engenho M. em casa e terreno do mencionado engenho; que o depoente não paga qualquer foro, ficando no entanto na obrigação de trabalhar quatro dias para o mencionado engenho; que, até certo tempo a proprietária do engenho não lhe compensava com qualquer importância, digo compensava o depoente e os demais trabalhadores com a importância que variava de oito a doze cruzeiros por dia que trabalhasse ao aludido engenho; que, atualmente tendo em vista a elevação do custo de vida, o engenho vem pagando a irrisória quantia de 20 cruzeiros por dia de trabalho; que como essa importância não seja suficiente para manter o depoente e sua família numerosa, resolveu determinar que dois filhos seus menores lhe substituísse nos quatro dias já referidos, enquanto o depoente passou a amocarvar, comprando e vendendo frutas.”

7.3.1.4 *Função da terra para plantar*

“Aí, o camarada pagava do preço que queria, pagava o tanto que queria. Aí, lá se a gente não fosse um roçadinho pra ter alguma coisa, ia morrer de fome mesmo.” João Oliveira da Silva. A função principal do sítio, do ponto de vista do empregador, era a fixação na empresa de uma quantidade conveniente de trabalhadores ao menor custo possível. Para a família, ele constituía no mínimo um complemento indispensável para a alimentação básica. Ele providenciava a segurança alimentar.⁵⁴ “Plantava, plantava macaxeira, mas era pra inteirar, meu patrão... Era pra inteirar, que não dava.” José Francisco Paiva. A lógica da plantação – o menor custo possível e a manutenção de amplos contingentes de trabalhadores

53 SSP 29343. Doc. 67.

54 Fernando Antônio Gonçalves enfatizou: “Daí a importância que têm para os trabalhadores rurais, as suas ‘roças’ domésticas onde vão encontrar um subsídio para a sua alimentação deficitária.” GONÇALVES, F. A. “Condições de Vida do Trabalhador Rural...”. Op. cit., p. 141.

capacitados à disposição da empresa – incorporava o potencial de produção dessas unidades familiares, quaisquer que fossem seus efetivos ou a amplitude de seu acesso aos meios de produção. “O ganho não dava, a mercadoria barata, tinha que inteirar, né? Tinha que inteirar pra colher, plantar uma bolinha de cará verde, uma coisinha pra inteirar; e, às vez, quando era de noite, estava tudo morrendo de fome. Até a mulher estava morrendo de fome de novo.” José Francisco Paiva.

Nos melhores dos casos, a produção do sítio/roçado permitia uma renda suplementar para pequenas aquisições: vestuário etc. Isto é, a oportunidade de dispor de dinheiro vivo para abastecer-se no comércio livre, coisa quase impossível com o salário reduzido e o sistema de pagamento no barracão, como mencionado, muitas vezes em crédito ou vales sem validade fora da propriedade. “Daquela lavoura que ele plantava, ele comia e vendia a dinheiro. Para inteirar o dinheiro da feira.” Rosendo Vicente de Sales.

7.3.1.5 “*Todo mundo tinha sítio.*”⁵⁵ vs “*Não todo mundo.*”⁵⁶
“*Não tinha sítio, não.*”⁵⁷

A frequência desse traço definidor da ‘morada’ manifesta-se não apenas menos regular do que fora apresentado, mas também notavelmente menos confortável. Se todo mundo no engenho, obviamente, tinha moradia, a disposição da terra, na forma de sítio ou roçado, não era tão imediata. Nos engenhos que compuseram a Cooperativa de Tiriri, lembra Socorro Ferraz, que participou do projeto sob a tutela da Sudene, “alguns poucos, muito poucos tinham acesso à terra na forma de sítio nos engenhos da região.”

55 José Damião da Silva, Francisco Zalatiel Ferreira, José Barbosa do Nascimento, Manoel dos Santos da Silva etc.

56 José Batista do Nascimento.

57 Severina Maria da Silva.

Certamente, a maioria dos trabalhadores entrevistados respondem sem hesitação que os moradores dispunham de lotes. “No tempo que eu era menino, tinha [terra]. Ele [o plantador] fazia era libertar, libertar pra nós trabalhar”, assegura Generino Luis da Silva. “Porque os sítios lá eram a vontade de... pro camarada se pudesse plantar.” Antônio Virgínio da Silva. Manoel José Alexandre teve a mesma experiência:

Todos eles tinham. Tinha muita terra. O senhor de engenho mesmo dava muita terra, o morador que tivesse disposição de trabalhar, vivia de barriga cheia. Não vivia só do ganho, às vezes, não ocupava nem o serviço da fazenda, tudo pro trabalho. Se criava, todo mundo criava sua cabritinha, criava seu cavalo, porco. Todo mundo criava e plantava tendo disposição de trabalhar.

Benedito Rufino da Silva faz uma ressalva: “Quem quisesse plantar, plantava. Tinha uns que plantavam, outros não. Sempre teve.”

Contudo, eles reconhecem que havia também famílias que não dispunham de terra, nesse passado de sua infância e juventude que corresponde à era da ‘morada’. Ademais, as restrições ao acesso à terra parecem ter sido igualmente maiores do que se pensa, como mostrou uma pesquisa com habitantes de ponta de rua.⁵⁸ A repartição geográfica do acesso à terra cedida, é muito peculiar. Nas áreas de antiga dominação da cana, bolsões presentes na Mata Sul e Norte, muitos entrevistados afirmam nunca ter tido acesso a terra para plantar. Antônio Maurício Domingo explica: “Existiam engenhos que os patrões eram daqueles corruptos que não plantavam e não deixavam também os moradores plantar.”

58 DABAT, C. R. “Terra para plantar”. Op. cit.

Camponeses ameaçados e tiros do José Lopes “para forçá-lo a não plantar na terra”⁵⁹

“[Os trabalhadores invadem a casa-grande onde este se refugiou e declaram:] ‘Estamos cansados de sermos explorados pelo Sr. Severino Bezerra Cavalcanti. Sua chegada ao engenho foi a chegada da própria morte. Ele quer apenas expulsar a todos nós, quer apenas que não plantemos um pé de feijão ou cova de mandioca. Tira os frutos das árvores que em tantos anos semeamos e destruiu todos os fornos onde as nossas mulheres faziam panelas de barro para uso e venda. E é violento! Vive aqui com três capangas (um disfarçado em barraqueiro) a nos amedrontar, a prometer que nos arrancará a orelha se não deixarmos a terra, indenizados pelos preços miseráveis que ele nos quer pagar. E não aceita os nossos foros. É um algoz, um impiedoso, um monstro’.

O delegado meneou a cabeça, os soldados, de início excitados e uns até revoltados com o assalto à casa-grande, ficaram mudos e quietos....”

Além do mais, solteiros não recebiam terra para plantar. Isso era particularmente duro para os filhos adultos do morador, obrigados a procurarem outro engenho. Mesmo casando, eles não podiam contar com um sítio para si. Esse tipo de situação vai constituir um dos meios de completar a expulsão dos moradores, na época mais recente do Proálcool: “Quando cheguei não tinha terra. Porque, quando cheguei era solteiro. Também não procurava um sítio para plantar. Encontrei um sítio, fui plantando, fui entrando no sítio, fui plantando... Não queria fazer a casa, depois terminou eu mesmo, bem fazendo”, conta José Honório da Silva.

Quem morava no arruado também não gozava de um lote: “Tinha não. Tinha muitos que não tinham, não”, confirma José Pascoal de Figueiredo. “Uns tinha sítio, outros morava em arruado, aquelas barracas que eles fazia pra morar nas barraca.” Severina Maria da Silva. José Batista do Nascimento concorda: “Porque morador de engenho tem terreno pra trabalhar e o da rua não tem onde plantar.”

59 JC, 05.08.1960.

Diante da impossibilidade de sobreviver do salário, muitos moradores de arruado se esforçavam também para produzir alimentos em terra cedida. Apenas com negociação suplementar, alguns conseguiram autorização de plantar macaxeira ou batata em terras não ocupadas com cana, muitas vezes temporariamente. “Muitos já ficavam na parte da rua não tinha... tinha um sítio fora, quer dizer: no terreno, mas sendo fora do local.” José Barbosa do Nascimento. Amaro Pedro dos Santos lembra dos diferentes usos do solo cedido: “Morava no arruado e dividia uma parte de terra e aí podia plantar a vontade. Não era perto da casa; perto da casa era o cercado. Botava o burro, o gado do próprio patrão.”

Certos entrevistados enfatizam a coragem e persistência daqueles, entre seus colegas que, embora na posição desconfortável de morador de arruado, perto da casa-grande, mais expostos aos olhares e às ordens do patronato, esforçavam-se para ganhar e manter um certo acesso à terra. João Francisco dos Santos os denomina “inteligentes” e Antônio Ambrósio dos Santos “interesseiros”, enquanto que “outros não se dedicavam”, segundo José Antônio de Lima.

7.3.1.6 A terra como favor

A questão de relações particularmente estreitas/submissas com o patronato (ou seus prepostos) é central na definição clássica da ‘morada’. Esse traço foi muitas vezes apresentado como peculiar apenas da relação plena de ‘morada’, que seria distinta do fato prosaico de morar e trabalhar num engenho.⁶⁰ No entanto, os testemunhos mostram claramente que ela podia ocorrer – raramente, pois são poucas as menções de tais fatos – em qualquer situação laboral, ou seja, independente da inserção domiciliar ou mesmo profissional do trabalhador na empresa.

⁶⁰ Ver as obras de Moacir Palmeira a esse respeito: 5,5 A ‘morada’ como ‘dádiva’.

Tinha o arruado, agora eles trabalhavam, e muitos, aquele que era mais do lado dos patrões, era bonzinho pra o patrão, não brigava nada. Esse ele fazia uma camaradagem lá com ele de ele plantar. Dava um pedacinho para ele plantar. Mas tem muitos que também não plantavam nada. Quando ele pedia, ele dizia que a terra era pra plantar cana. E variava de senhor de engenho pra senhor de engenho, de propriedade pra propriedade. *Manoel dos Santos da Silva*

Entre os poucos trabalhadores que fazem menção a boas relações mantidas por eles mesmos ou certos colegas com os plantadores, vislumbra efeitos em diversas dimensões de suas vidas no engenho: acesso à terra, inicialmente:⁶¹ o tamanho do lote atribuído, particularmente no caso do sítio; ou maior liberdade para plantar o que quisesse. Cassiano José de Sena explica: “Eu plantava assim porque os fiscais gostava de mim, e eu trabalhava bem, e eu era obediente. Eles me dava lugar pra eu trabalhar onde eu quisesse plantar: 10, 12 conta de roça, ou macaxeira, cana, ou o que eu quisesse plantar.”

Em suma, o “favor” não era determinante de nenhuma posição peculiar na hierarquia funcional da empresa. Apenas facilitava aspectos de uma prática geral e indispensável, pois a produção agrícola da própria família de trabalhadores era parte integrante do sistema, não um conforto ou efeito de prestígio. “Não era pequeno não, porque a gente, seu Herculano, seu Raul, dona Amara era que era dona da usina, aí gostava muito da gente, não sabe?” José João da Silva. Rosendo Vicente de Sales, que faz uso da palavra liberdade, de grande amplitude semântica, pondera sobre essas “preferências”, objeto de teorizações perigosamente absolutas:

Liberdade... Agora liberdade, aqueles trabalhadores que gostavam dele, porque patrão nunca gostou de trabalhador, gostava do serviço dele; então, naquele tempo, aqueles trabalhadores que ele gostava do serviço deles, tinham o sítio

61 Essencialmente para aqueles que moravam no arruado.

para trabalhar, plantava do que quisesse, até umas frutinhas. Plantava o que quisesse.

“Mandava derrubar a casa, para quando os outros moradores que chegassem ir para o arruado, morar no arruado. Morar no arruado do engenho. Sítio não tinha. Em torno da casa grande, tinha um bocado de gente. Tinha aqueles moradores e tinha aquele arruado de gente, daqueles que não tinham lavoura plantada, não tinham famílias. A gente que tinha família; mas lá família pouca, tinha aquele arruado. Os moradores tinham os sítios deles e aqueles posseiros que chegavam de fora tinha o arruado, a barraca. Tinha a senzala. É um bocado de gente que trabalhava em torno da casa-grande, ajudando na casa-grande etc. Morava ali, e trabalhava a semana todinha no engenho. Não tinha sítio não, esse povo. Os que eram moradores... mas se ele quisesse plantar uma coisinha, plantava no sítio dos outros no engenho mesmo; no sítio dos outros plantava. Plantava uma macaxeirinha, uma batata, uma coisa no sítio dos outros aquele que tinha vontade de plantar. Muitos não queriam nem saber daquilo, só queriam ganhar o dinheiro.” *José Honorato dos Santos*

José Honorato dos Santos assegura que, no seu engenho, “plantava lavoura. Tinha muita terra, tinha aonde eu quisesse plantar.” Mas Miguel José de Oliveira tem outra experiência: “Não ninguém tinha, não. A gente teve terra depois de Miguel Arraes pra cá. Tinha nada lá. Em Primavera, o homem me dava, mas eu deixei de ir pra lá, porque se planta-se um pé de laranja, o homem arrancava.” A diversidade das situações nas plantações parece significativa. Algumas acomodavam essencialmente moradores no pleno sentido da palavra,⁶² instalados nos seus sítios, como descreve Eugênio Benvindo M. Freitas: “Naquele tempo, tudo era morador, que os engenhos naquele tempo, tinha engenho de ter 110 moradores, 150, 120 moradores. Todo mundo tinha terra para plantar.” José Francisco da Silva concorda: “Os moradores do engenho eram tudo no sítio. Não tinha nenhum arruado. Tudo era nos sítios.”

62 Segundo diversos autores, particularmente Moacir Palmeira.

Outras propriedades abrigavam uma população dividida entre moradores em sítios e moradores do arruado. José Honorato dos Santos lembra que esses eram numerosos: “Agora que era muito; morador era menos; era mais gente particular do que morador.” José de Souza da Silva descreve também: “Tinha as barracas, nos engenhos, as barracas, tudo conjugado, aquelas barraquinhas. Aí pronto, aí colocava aquele povo que vinha de fora.” Severina Maria da Silva mostra que a escolha era do empregador: “Não dava pra pessoa trabalhar à vontade da pessoa, não. Morava no arruado.” Em certas planções, a população do arruado se distinguia pelo tipo de atividade.

“Perto da casa grande tinha o estribeiro, tinha o cabo, tinha um barraqueiro, lá em Sapucaia onde eu morei. Tinha um arruado velho, do engenho velho. Aí tinha... um misto, uma coisa assim, aquele pessoal mais desbaratado vivia lá. O arruado que tinha só era na bagaceira, só. [...] Era cabo, era filho de senhor de engenho mermo, o estiveiro, às vez, o vaqueiro (o tirador de leite). Era esses povo assim. Esses que eu estou dizendo, aí quer dizer que eles não... o que morava na bagaceira não morava em sítio, né? Morava em sítio os outros que trabalhava no cultivo. Agora esse povo, quer dizer, que tem os serviço no engenho mesmo, aí quer dizer que eles moravam na bagaceira mermo, né? Os que tinham família, dava um roçado, um taquinho de terra separado. Roçado sem o sítio mermo. Os que moravam perto da bagaceira não tinha roçado, não. Quer dizer, não tinha casa, né? Morando na bagaceira, aí não tinha casa fora, né? Aí separava um taquinho de terra, aí botava pra ele plantar milho, feijão, batata, o que quisesse, né?”
José Peagentino dos Santos

A restrição quanto à disposição de lotes e sobretudo para seu uso – apenas roçado – é mencionada para quem morava no arruado:

Quando queria, aquele que tinha vontade de plantar uma cova de macaxeira, aí falava com o senhor de engenho: “Coronel, Seu Manoel, seu Fulano me dê um toquinho de terra pra plantar uma conta de macaxeira.” “Vai plantar em tal canto.” Assim, ele ia, anotava lá e plantava. No engenho mesmo, no

terreno do engenho mesmo, junto do morador não. Só faziam roçado. Em qualquer canto da terra. Eu quero aqui, roça aí um pedacinho e planta uma conta de macaxeira, batata. *José Honorato dos Santos*

Amaro Pedro dos Santos enfatiza a diversidade das situações: “O patrão deixava que tal morador plantasse roça, banana comprida; e outros não podiam plantar nada. Não tinham nada.”

Embora com possibilidades cerceadas, os moradores de arruado não estavam estruturalmente numa posição diferente daquela dos moradores, no sentido clássico da palavra, pois esses sofriam restrições crescentes ao uso do meio de produção parcimoniosamente cedido pelo empregador: “Tinha direito à terra, arredor da casa para plantar.” José Inácio da Silva.

7.3.2 Produção alimentícia familiar no contexto da plantação

Embora o acesso à terra fosse central na definição clássica da ‘morada’, bem como prezado por boa parte dos entrevistados, ela não passa de uma ‘brecha’, segundo o termo cunhado por estudiosos,⁶³ pervertida e imprensada pela lógica da empresa capitalista maior na qual se insere e sobretudo à qual contribui, no sentido da remuneração da força de trabalho.

Do ponto de vista dos trabalhadores, além do acesso a um lote de terra cedida, elementos definidores qualificam essa dimensão de sua atividade produtiva, talvez melhor dizer, reprodutiva de sua força de trabalho. Trata-se da delimitação e atribuição das áreas, sua localização e acesso; da qualidade dos solos; do elenco de culturas e criações permitidas e/ou possíveis; da organização da exploração; do destino da produção e finalmente da possibilidade de permanência na terra (específica ou genericamente); e, no caso de expulsão ou saída consentida, da indenização pelas benfeitorias.

63 Ver 5.4.3 A ‘brecha camponesa’.

A literatura acadêmica já dotou essa prática de cessão de lotes de terra aos trabalhadores rurais de qualidades peculiares; até mesmo definidoras do modo de produção vigente.⁶⁴ Lugar de sujeição, como aliás qualquer aspecto da vida na plantação, a terra cedida e sua produção são elementos importantes para os trabalhadores rurais que não perdem uma oportunidade de deplorar seu desaparecimento. Elas foram também lugar de resistência, pois os alimentos produzidos nos sítios já jogaram o papel de fundo de greve para a categoria. “A gente trabalhava no engenho, mas quando não tava na vez de tá trabalhando, tava fazendo, plantando um pé de macaxeira, plantando uma cova de batata. No tempo de inverno, plantando uma cova de jerimum. Minha mãe plantava, as meninas plantavam, e a gente era pegado.” Antônio Virgínio da Silva.

Localização do sítio

“‘Seu sítio é daqui pra baixo’. Era aquela lapa de sítio; tem um coqueiro, aquele sítio era da gente. Como aqueles sítio era da gente, pegava na pista, ia embaixo. Pronto. Era o sítio da gente; era aquele terreno todinho, pegando da pista. Era o sítio da gente pra dentro! Depois da gente, pegava Zé de Cordeiro, era um que gostava de fazer uma rapadurazinha por ali. Teve um tal de Mané Galinheiro, já pediu um taquinho do sítio da gente.” *José Barbosa do Nascimento*

Uma das queixas mais frequentes nos testemunhos sobre a terra cedida diz respeito à qualidade dos solos. Os lotes distribuídos entre os moradores eram obviamente não apropriados para a cultura canvieira. Sua localização era muitas vezes periférica e em escarpas localmente rochosas e de difícil irrigação, longe das várzeas repletas de sedimentos. Numa região conhecida

64 Ver, particularmente 5.2.3 A tese feudal no Brasil explicando a ‘morada’ e defendendo sua extinção, e 5.5 A ‘morada’ como ‘dádiva’.

pelo declive de seu relevo, a erosão podia rapidamente alterar as condições de uso agrícola, particularmente para uma população desprovida e desautorizada a fazer uso de insumos, como o nota Cynthia Hewitt: “[A] terra cedida aos moradores para seu uso pessoal é geralmente de qualidade muito inferior e [...] nenhuma cultura permanente ou melhorias são permitidas pela maioria dos proprietários”.⁶⁵

Inácio Antônio Dias descreve os terrenos como “aquela parte, mais de vage e a de ladeira.” João Francisco dos Santos diz quer era um “lugar mais difícil. Mais difícil; não pode conseguir, ele tá botando. É longe. Sempre em arrebardo.” José Felipe Santiago sublinha que “os moradores só tinham direito aos cantos mais fracos.”

Em certas propriedades, havia mudanças frequentes na localização dos lotes atribuídos aos moradores, até mesmo dentro de outra cultura como o agave, ou em terras previstas para a cana, mas que precisassem de trabalho suplementar. Eram toleradas apenas culturas de alguns meses como o inhame e a macaxeira. Ocorriam, nesses casos, abusos de confiança, na medida em que deixando os trabalhadores acreditarem na concessão da terra, esses empenhavam-se em prepará-la:

Agora quando a gente acha um pedacinho de terra melhor, diz a ele: “Me dê um pedacinho de terra ali pra eu plantar uma macaxeirinha.” Quando é o administrador, ele diz “Vou falar com o fiscal.” A gente vai, fala com o fiscal, e ele ali fala com o gerente da usina. E naquilo leva o tempo. Quando ele diz: “Plante ali.” Que às vez a gente tem roçado o mato, ele diz: “Ali não plante mais, não, eu vou plantar cana.” Aí perdeu, nem o roço, nem nada e pronto, acabou-se. *João Francisco dos Santos*

65 HEWITT, Cynthia N. “Brazil: the peasant movement of Pernambuco, 1961-64”. Op. cit., p. 381.

Esse trabalhador especifica que esse tipo de manobra era menos frequente antigamente: “Era a merma coisa, mas era melhor porque quando ele dava, antigamente, quando ele dava, ali ele deixava.” Severino Barros Lima apresenta um caso de culturas consorciadas, sugeridas pelo proprietário: “É isso que era de seu Sigismundo, ainda fazia esse benefício à gente, né. Plantava o agave, a gente limpava a terra e plantava o agave e, dentro do agave, a gente plantava a roça.” Mas, nenhum trabalhador podia se atrever a arrotear, mesmo com boas razões que seriam benéficas ao conjunto dos habitantes do engenho, sem a formal autorização dos empregadores. Um investigador de polícia relata a expulsão de um morador porque, “a pretexto de extinguir três formigueiros de ‘saúva’, devastou aproximadamente 60 braças quadradas de um capoeirão sem autorização do seu proprietário.”⁶⁶

As experiências individuais eram muito variadas: “Tinha tempo que pegava uma terrinha boa; tinha tempo que pegava uma terra fraca”, pondera João Francisco dos Santos. “Quem gostava de trabalhar, a melhor coisa era quando a pessoa queria um sítio. Os empregados faziam aonde a pessoa quisesse”, lembra Amaro José de Sena. Mas, a maioria dos trabalhadores se queixa da falta de opção sobretudo quanto à qualidade do solo das regiões da propriedade onde eram autorizados a plantar: “O sítio era ruim. A gente trabalhava, não dava o que a gente queria, não dava fava, não dava lavoura. Era aquilo engasgado; era pedra que nunca vi!” José Barbosa do Nascimento. José Antônio de Lima qualifica o sítio de “cansado”, de “terra fraca”, mesma terminologia usada por Manoel José Alexandre. “Aqueles pedras ele dava para o trabalhador trabalhar”, lembra Antônio Maurício Domingo.

Na situação atual dos entrevistados, morando na cidade ou tendo seu sítio/roçado constantemente ameaçado pela cana, a área de que

66 Relatório de polícia 21.04.1960 dos investigadores a cavalo N° 5 e 239. SSP 8098. Doc. 7.

podiam dispor na época da ‘morada’ parece tanto mais extensa. “Não, era limitado! Era o total que a pessoa desse pra pessoa plantar em roda das casa.” Severina Maria da Silva. “Era o tamanho que quisesse.” Amaro José de Sena e Amaro Carneiro da Silva formulam o mesmo julgamento que José de Andrade: “O sítio era grande.” A superfície precisa de terra considerada “grande”, variava muito segundo os entrevistados: “Podia trabalhar... botava 1 quadro, 2 de terra.” Joaquim Pedro da Silva, e Antônio Santana da Silva fala em “10, 15, 12, 20 contas.” Amaro Pedro dos Santos, Alfredo Cosme dos Santos e Odilon Caetano da Silva fornecem tamanhos parecidos. “O limite quem fazia era a gente. Então ainda teve ano de chegar o ponto e pegar dois quadro de terra. Plantava ele todinho tratava, e não perdia um dia no engenho”, lembra José Barbosa do Nascimento. José Peagentino dos Santos considera “grande” o sítio de dois hectares que recebeu; “dimensão grande” para José Antônio de Lima que fala em “10, 12 ha.”

A diminuição geral do acesso à terra para plantar é notória, como também o encolhimento das áreas cedidas. Este fenômeno tocou os entrevistados de modo que os lotes dos quais dispunham foram dotados de cores mais amenas: “No meu tempo do engenho Serraria um sítio era três. Um sítio no engenho Serraria dá cinco sítio de agora nos engenho do jeito que tão agora; dá cinco sítio e sobra terra.” José Barbosa do Nascimento.

Mas, Antônio Ambrósio dos Santos nota que, já na época de sua juventude, a situação não era tão homogênea assim: “Tinha sítio que tinha terra que... muita. Mas tinha outros que já eram mais empresadinhos.” José Felipe Santiago concorda: “Não tinha quantidade de nada, não. [...] Tinha o tantozinho de terra que o proprietário lhe dava pra ele trabalhar.”

A respeito da criação de animais, Manuel João Pereira mostra que a área disponível limitava-lhe consideravelmente as possibilidades: “Lá no sítio. Mas somente no arredozinho de casa, que pobre

não amarrava. Não tinha onde botar, que a cana chegava no terreiro. Que ficava duas conta ou três somente...” Nesse sentido, os julgamentos quanto à extensão do sítio variam também nos testemunhos: dada superfície era muita terra (cinco contas, por exemplo) para uns, mas a mesma quantia não satisfazia outros. “Ainda tinha um taquinho de terra. Pequeno. Umas 5 conta, e também não trabalhava porque não tinha tempo.” José Pascoal de Figueiredo. Embora seus colegas só mencionassem a família em termos de força de trabalho disponível para cultivo, esse último entrevistado relaciona o tamanho do sítio ao da família. “Todo ele tinha sítio. Agora um maior, outro mais pequeno, né? Uns tinha família mais maior, aí pegava um sítio grande, né? E o que tinha família mais pequena, aí ele pegava um sítio mais pequeno.”

No conjunto da propriedade, alguns trabalhadores avaliam que a área total dos sítios ultrapassava aquela dedicada à cultura industrial. “Acho que era muito mais sítio. Pindoba tinha uns cento e tanto sítios, uns 110 mais ou menos, né? Hectares de cana tinha poucas. Era, só plantava cana mais nos córrego, não sabe? Nos baixios.” Odilon Caetano da Silva.

7.3.2.1 Trabalho no sítio/roçado

Não tinha terra. E os que tinha terra também não tinha tempo de trabalhar pra ele.

José Pascoal de Figueiredo

O trabalho exigido pela atividade na lavoura branca supunha disponibilidade de tempo e forças por parte do trabalhador rural. Como o mostrou José de Souza Martins para os colonos nos cafezais, “de fato ocorria uma extensão da jornada de trabalho ou o aparecimento de uma segunda jornada de trabalho do colono na sua

própria cultura de subsistência.”⁶⁷ Vários trabalhadores mencionam estações em que podiam se dedicar a esses afazeres. Mas a maioria se queixa da falta de tempo e disposição, visto as exigências da empresa. Amaro Rosendo Fagundes garante que, durante a semana, não tinha tempo para o sítio: “Quem quisesse plantar alguma coisinha era no domingo, no dia de domingo.” E complementa: “Terra não faltava pra plantar não. Não senhor. Agora não tinha era tempo.” José Felipe Santiago acrescenta: “Só tinha... muitos que nem o dia de sábado tinha direito, porque o engenho moía. Fazia açúcar nessa época, fazia açúcar.”

Os horários disponíveis eram muito reduzidos, de fato, àqueles que deveriam ser dedicados à reposição das forças dos trabalhadores: feriados e antes ou depois de um dia de trabalho assalariado já extremamente extenso. “Plantava alguma cova de macaxeira de madrugada, e de manhã, antes de sair; de noite e de madrugada.” Manuel João Pereira. Dupla jornada que Severina Benvinda também viveu, assim como José Felipe Santiago e Manoel dos Santos da Silva: “Quando a gente chegava do campo, ia trabalhar no roçado.”

Eu trabalhei muito de noite. Eu tirava a diária do engenho, chegava de 6 e meia, 7 hora da noite, tomava café, me deitava. Quando era uma hora da... duas hora da madrugada, me levantava, e ia pra o roçado. Trabalhava até 4, 4 e meia. De quatro e meia chegava em casa, tomava café, tocava pra o engenho. Cinco hora já estava no engenho pra trabalhar. *Manoel Fernando de Souza*

Nessas circunstâncias, a distância entre o domicílio e o local da terra cedida constituía um elemento importante, pois, se fosse grande exigiria esforço suplementar do trabalhador já esgotado na atividade canavieira, a qual, por sua vez, também requeria deslocamentos. “Quando era pra plantar um cambão de maniva, ando uma

67 MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. Op. cit., p. 83.

hora de distância. Quando eu chego em casa do serviço, almoço, corro pro roçado, quando chego a luz já tá tudo acesa.” Francisco Zalatiel Ferreira.

A falta de tempo limitava a extensão de terras plantadas, bem como a diversidade das culturas. O morador visava apenas o essencial: “Plantava milhozinho, um feijãozinho, um pé de macaxeira, era o que dava pra plantar. Quando chegava era cansada.” Severina Maria da Silva. Manuel Bernardo Alves lamenta: “Tinha sítio, mas não plantava porque não podia. Não dava, trabalhava até 4 hora. Às oito hora... no roçado, era coisa pouca.” José Pereira de Lima desistiu: “Não tinha tempo pra plantar.”

Todos esses obstáculos limitavam ou impediam o exercício de uma atividade considerada tão central na definição clássica do estatuto do morador. Eles mostram também o acúmulo de dificuldades e a precariedade de uma atividade complementar à principal, embora essencial para a sobrevivência do grupo familiar. Uma forma de permitir a permanência e reprodução da força de trabalho – inclusive no nível das gerações, como mostrara Marx – era extraindo o máximo de trabalho da população (e não apenas dos assalariados) pelo menor custo possível para a empresa.

De certo modo, o patronato obrigara os assalariados a suprir uma parte de seu sustento – ou seja, o que deveria constituir o próprio salário – às custas de esforços maiores dos interessados e de seus familiares. Poder-se-ia dizer que foi alcançado, nesse sistema, um ápice no modo de produção capitalista. Longe de ser aparentado à servidão, que, como foi visto, pelo menos assegurava ao servo a perenidade da posse da terra (podendo transmiti-la a seus herdeiros com o pagamento da mão-morta), o canavieiro produzia boa parte de seu sustento numa situação muito precária, a ponto de extinguir-se essa prática para os moradores dos arruados e posteriormente para toda a força de trabalho, expulsa dos engenhos para as agrovilas e pontas-de-rua.

Com isso, naturalmente, não se pretende aqui diminuir o valor nem o volume da produção realizada nessas condições difíceis. Pelo contrário, são a comprovação da capacidade extraordinária dos canavieiros não só de sobreviver e criar pelo seu trabalho o maior setor econômico do estado, mas de contribuir decisivamente para seu próprio sustento e de suas famílias, como de abastecer as áreas urbanas da região com o produto de seus sítios e roçados. Em suma, uma façanha dupla em termos de produção, embora a recompensa que receberam tenha sido apenas uma curta e dura sobrevivência.

7.3.2.2 “Do roçado, quem cuidava era a família mesmo.”⁶⁸

Embora participassem geralmente, de uma forma ou de outra, os trabalhadores chefes de família que aproveitavam melhor a oportunidade de produzir lavoura branca, eram aqueles que podiam contar com a participação dos membros da família.⁶⁹ “Ia trabalhar no eito, aí quando voltasse, não dava tempo trabalhar que era eito mermo. Não dava tempo porque pegava de 6 hora, largava de 6. A família em casa era quem trabalhava.” Odilon Caetano da Silva.

A cooperação de todos os membros da família era fundamental para uma boa safra, e podia adotar contornos bastante sofisticados, em termos de estratégia na divisão do trabalho e de encadeamento das tarefas:⁷⁰ “Quem cuidava do sítio era a gente mesmo. A gente

68 José Francisco da Silva.

69 José Peagentino dos Santos. Antônio Ambrósio dos Santos.

70 Estudando pequenos produtores da região, “os animais de carga [...] pertencem à esfera masculina, estando diretamente sob controle do pai. Outros, como porcos, cabras e aves (perus, patos e galinhas) pertencem à esfera feminina, estando sob o controle da mãe. Os animais dessa esfera são designados pelo termo *criação*, sendo utilizados fundamentalmente para o consumo da casa e vendidos apenas em certas situações específicas.” MEYER, D. R. *A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos. Estudo de uma comunidade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 85-86.

trabalhava de dia e quando ele botava roçado, de noite. Roçava mato de noite, alimpava as capoeiras, roçava. Quando era de noite, aí rebocava maniva, rebolava maniva de noite nos balaaios... As mulheres no outro dia plantavam. A gente ia pro eito e a mulher em casa plantava.” Benedito Rufino da Silva confirma a preponderância feminina, assim como José Pereira Lima e Eugênio Benvindo M. Freitas. Francisco Zalatiel Ferreira mostra que cada um aproveitava todo o tempo disponível: “Os homens também cuidavam, quando chegavam a tempo. Cuidava, viu. Porque quem trabalhava na tucuca, cuidava quando era, às vezes, tirava mais cedo e cuidava, né? Quando não, cuidava era a família, né?” José Amaro dos Santos enfatiza a cooperação entre os membros da família, e a participação de todos: “Minha mãe mesmo trabalhava muito, plantava. Meu pai plantava uma parte da terra de roça pra ela, e ela plantava pra eu.” Nesse caso, os que trabalhavam no eito vinham eventualmente ajudar as mulheres no roçado. Pedro Porfírio Domingo demonstra admiração pela competência e energia de sua esposa, ativa em todas as frentes.

A gente dava condição, quando chegava em casa aproveitava aquelas horas, né? E ajudava as mulher também, que as mulher... a minha mermo luta mais do que eu. Hoje ela trabalha mais do que eu, porque cuida na luta da casa, cuida no sítio, no roçado, e cuida nessa criaçãozinha mermo. Aí é onde eu digo que ela luta mais do que eu. Trabalha mais do que eu. Que às vez, quando eu chego do serviço, já chego enfadado, e ela: como diz o ditado, que a mulher tem fôlego de sete gatos. Luta na casa, luta no roçado ainda, e cuida dos bichos, de tudo, né? E nas horas que esteja, também ajudo, e a meninada ajuda ela, mas luta mais do que eu.

José Amaro dos Santos sublinha a vantagem, para quem dispunha de um bom lote de terra, de ter “família grande, porque... vamos supor: eram 6 ou 8 pessoas numa casa para trabalhar.” José

Peagentino dos Santos mostra os benefícios acrescidos ao fato de ter muita mão de obra em casa: “Quem tinha a família que ajudasse trabalhar mais, vendia também, né? Não comia tudo. Agora quem tinha pouca gente pra trabalhar... o lucro era pouco, não ia vender.”

Também, era preciso alimentar todos os parentes:

Vendia pouco porque a família era grande. Tirar tudo o que lucrasse pra vender tudinho, ficava a família sem nada, né? Que família grande sempre come muito. O pobre só tem barriga cheia quando tira do roçado pra botar no fogo, a panela cheia. Agora, ele comprando, ele sempre compra pouco porque o dinheiro dele só dá pra comprar pouco. Agora a panela quando vai pro fogo, do roçado a panela é cheia! Se for desse tamanho, a vontade da família é botá-la cheinha! No fogo.
Antônio Virgínio da Silva

“Ela cuidava da roça, quando chegava em casa. cuidava da roça. Às vezes, dia de domingo, dia de sábado de meio dia pra tarde cuidava na roça, mais o marido e a família. Porque naquele tempo, não era como agora. Hoje em dia, só tem malandro. Agora naquele tempo, na casa da gente, de sete horas da noite, os meninos da gente estavam todos dormindo. Estava todo mundo dormindo. Tinha que endireitar todo mundo. Hoje em dia, o povo é tudo pela rua, bagunçando, fazendo coisa à toa. Naquele tempo, no campo, tinha lei. Hoje em dia, o pai de família não domina mais os filhos... As meninas-moças, por aí, sai daqui... de noite, tá fumando, por Nazaré, por tudo. Naquele tempo era todo mundo dentro de casa.”
José Inácio da Silva

Todos os entrevistados mencionam a solidariedade familiar como fundamental para a sobrevivência do grupo, como explica João Francisco dos Santos: “Quando a gente não ia ajudar meu pai, a gente ia pro roçado.” Vários entrevistados fazem questão de realçar o papel das mulheres, como Antônio Virgínio da Silva: “E as

mulheres em casa. As mulheres eram quem fazia o roçadinho, pra ter aquela macaxeirinha pra comer; uma batatinha, um jerimum.” José Pascoal de Figueiredo sublinha que a proximidade do roçado facilitava esse trabalho: “Em volta, perto da casa.” “Algun que tinha a família inteligente... a mulher! E a mulher cuidava do sítio e de algum animal que criava. A mulher, pronto, o sujeito quando chegava: criatura inteligente já veio com um feixinho de capim de noite, que ela pegava lá.” Manoel Fernando de Souza. Odilon Caetano da Silva também considera isto “trabalho”, embora não no eito: “A mulher trabalhava, a mulher do morador, ela trabalhava. Às vez tinha... tinha filho, tinha filha que cuidavam também do sítio.” Severino Barros Lima concorda: “Minha mãe trabalhava, minha irmã trabalhava.”

Manoel Fernando de Souza gosta de valorizar a variedade e quantidade produzidas num sítio suficiente e bem explorado: “Aí aquele que trabalhava pra si, não passava fome, não. O sítio era completozinho. Eu mermo e o finado meu pai, ele sabe trabalhar muito pra ele. Tinha, às vez, uma condiçõzinha, que a gente trabalhava muito pra gente. E assim hoje eu busco, meu sítio é coberto de lavoura, tá lá.” Antônio Virgínio da Silva considera essa produção indispensável: “senão morria tudo de fome.”

Nos sítios e roçados exercia-se também a solidariedade, na forma de ajuda mútua, entre vizinhos e parentes.

A gente trocava dia emprestado. A gente não tinha dinheiro para pagar: “Fulano, vai eu a cavar aquela conta de roça, que amanhã se tu quiser, amanhã ou depois, eu te ajudar a cavar lá.” Aí, ele ia se ajuntava, dois, três, cavava aquela bola de terra de um. No outro dia, se ajuntava fazia de outro de novo, três de novo. Ia trabalhar no roçado de outro e assim a gente ia vivendo. Trocava o dia, não tinha dinheiro aí. Trocava o dia de um com o outro, né? Se unia, trocava um dia de serviço para ir trabalhar naquela canto, viu. *Severino Barros Lima*

7.3.3 As produções

Um roçadinho pequeno, plantava macaxeira, uma mandioca,
uma coisa. Plantava feijão, macaxeira, batata, essas
lavourazinha assim.

José Pascoal de Figueiredo

A produção de alimentos na terra cedida pelo patrão fazia parte integrante da estratégia de sobrevivência familiar, como será detalhado adiante. Além de fornecer alimentos básicos como a mandioca e eventualmente batata doce e frutas (sobretudo bananas), o sítio e/ou roçado permitiam a criação de pequenos animais, galinhas, cabras, porcos que constituíam, além de fonte de proteínas animais, a única reserva de valor da família canavieira.

Fruto de trabalho de campo metuculoso, Manuel Correia⁷¹ destacou nos seus escritos a importância da produção dos sítios para o difícil abastecimento em alimentos dos mercados locais em toda a região, como mencionado acima. Na linguagem utilizada na zona canavieira pela geração dos entrevistados, no entanto, a “lavoura branca”, designando essa atividade agrícola, não constituía “trabalho”, a não ser para as mulheres, como foi visto, tampouco quanto os empregos masculinos eventuais no meio urbano na entressafra.⁷²

O entusiasmo de alguns trabalhadores quando eles contam o que plantavam e colhiam mostra o quanto isto lhes era caro, tanto como apoio quanto pelo próprio prazer de produzir. “Meu sítio mesmo pegava 2 hectares de terras e todo mundo vivia, todo mundo criava, todo mundo comia, porque naquele tempo a gente

71 ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Op. cit.

72 DABAT, C. R. *A situação dos Trabalhadores Rurais de Ponta de Rua*. Op. cit.

criava, com licença da palavra, criava porco, criava um bode, criava uma galinha, né? Criava um peru e tudo tinha para ajudar a feira, né?” Severino Barros Lima. José Peagentino dos Santos evidencia a diferença com os dias atuais: “Criava bicho, criava bezerro, criava cabra, criava, né? O que quisesse criava. E eles também deixava pros caba, pras pessoa que tivesse um bicho e o sítio não desse pra amarrar, amarrava em terra de cana. E hoje eles não quer nem que plante capim, que a usina mermo não deixa nem... tem tempo que nem capim não deixam.” Segundo João Francisco dos Santos “Ele dava, deixava plantar macaxeira.[...] Naquela época, plantava todo mundo; plantava banana, né.” Permitir a plantação de árvores frutíferas é considerado retrospectivamente uma vantagem: “Bananeira, laranjeira, coqueiro, viu. Mangueira.” Francisco Zalatiel Ferreira. Alfredo Cosme dos Santos explica: “Não proibia plantar, não. Quem quisesse plantar podia plantar. Era feijão, fava, milho, roça, isso a gente plantava. Plantava muita fruteira: era banana, jaqueira, manga.” “Não tinha atrapalho”, conclui Anísio Francisco da Silva.

O meu sítio ainda dá pra trabalhar, tem quase duas hectare de terra, todo bom, tem mais de 500 pé de bananeira. Tem roça, tudo coberto de roça. Meu sítio tá todo cobertozinho. Macaxeira, mandioca, é banana, é laranja, é mangueira, jaqueira. É fruta-pão, é... toda qualidade de fruta tem. [Riso] Toda qualidade de fruta tem. Chega lá o meu sítio, tá completozinho, tudo bem feito. *Manoel Fernando de Souza*

Antônio Joaquim dos Santos não contém o entusiasmo: “Oxente! Criava peru; criava, com licença da palavra, porco, cada porcão assim. Meu pai matava um pra gente comer e o resto vendia. Peru, galinha. Fazia farinha. [...] Galinha de capoeira, que é galinha boa, melhor, bom de capoeira.” Antônio Joaquim dos Santos.

7.3.3.1 “Só não plantava pedra porque não nasce! Mas o resto...”⁷³

Para aqueles trabalhadores que tinham terra para plantar e não conheceram restrições patronais, o tempo passado tem cores positivas pela “fartura” em alimentos que se podiam providenciar. O termo liberdade é usado, desta vez, aplicado à situação passada. “Plantava o que queria”, recorda Antônio Virgínio da Silva, expressão retomada por Amaro José de Sena, José Damião da Silva, Pedro Porfírio Domingo, José Francisco da Silva, José de Souza da Silva e José Antônio de Lima. José Honorato dos Santos fornece detalhes agrônômicos sobre o plantio de vários tipos de banana, uma das culturas mais controversas na época recente: “Agora a banana prata, aonde plantar vai aumentando, mas a banana cumprida se não tirar a fiação se acaba.” “Tinha liberdade de todo mundo plantar. Liberdade para plantar”, concorda Severino Antônio do Nascimento que perdeu sua terra:

Banana, banana: quando eu sai do sítio, deixei 100 touceiras, 170 touceiras de banana. Toda semana eu tirava um milheiro de banana. Me ajudava muito; vendia ao comprador. Eu não vendia banana, agora manga, jaca, fruta pão eu vendia na feira. Farinha também, toda semana eu trazia uma carga de farinha aqui pra Igarassu. Criava nesse tempo; podia criar uma cabra, podia criar uma galinha, podia criar um pinto; mas criar tudo. E hoje, pra criar um bicho, tem que ser tudo amarrado no pau e apanhar capim, porque até o mato da beira do rio, o infeliz fica botando veneno pro bichinho não comer. É um sofrimento. O cara cria pra quando na hora da morte ter alguma coisa prá vender, pra ajudar o enterro. A vantagem que tem, nenhuma; a vantagem era ter um sítio. Agora, o cabra tem o quê: pé de cana.

Inácio Antão Dias avança a mesma ideia, lamentando a perda da “liberdade de plantar”. Maurício Domingo avalia as intenções

73 | José Batista do Nascimento.

patronais na época em que podia plantar: “[O] homem era meio aberto assim. Ele não era bom, mas ele dizia sempre que não queria dele pedindo, principalmente a ele.”

7.3.3.2 Proibições

Se a “liberdade” de plantar era muito maior do que hoje, os entrevistados mencionam algumas proibições bastante difundidas, embora não absolutas. A primeira era a cana, lembra Antônio Ambrósio dos Santos: “Só não plantava cana, viu? A cana era... negócio pro usineiro mesmo. Assim mesmo existia algum que fornecia cana. Tinha algum que, às vezes, fornecia...” Entre as plantas comestíveis, a bananeira era particularmente visada; o maracujá também; as árvores frutíferas, chamadas de “plantas de raiz”. Essas proibições eram fruto do exercício da soberania absoluta do proprietário que não achava necessário amparar-se em documentos escritos ou contratos.⁷⁴ “Maracujá e banana nunca queriam que plantasse, não; maracujá e banana, nunca queriam aqui dentro da Usina de São José. Mesmo quando eu era jovem!” João Oliveira da Silva.

Esta proibição é confirmada por vários entrevistados, entre os quais José Felipe Santiago, Amaro Rosendo Fagundes, José Honorato dos Santos, José Pascoal de Figueiredo. Se ela não era respeitada, lembra Eugênio Benvindo M. Freitas, a sanção era dura: “Os homens não queriam que a gente aplantasse era bananeira. Naquela época! O que ateimava plantar bananeira, eles botavam pra fora.” As proibições podiam afetar a produção animal também: “Criava não. Era proibido.” José Pascoal de Figueiredo.

74 Assim, o STR Igarassu queixava-se ao Delegado Regional do Ministério do Trabalho, Romildo Leite, em ofício de 20.06.1973, que uma usina havia mandado arrancar 27 pés de banana quando não havia nenhum documento dizendo que não poderia plantá-los. SSP 29.71947.

Se alguns não conheceram restrição, outros relatam que a permissão de plantar só se estendia a poucas culturas: “Plantava lavoura que tirasse logo”, diz José Pascoal de Figueiredo. José Amaro dos Santos lembra que “Só era mais roça. Mandioca para fazer farinha.”

7.3.3.3 *Plantando*

Os moradores não recebiam ajuda de instâncias oficiais ou patronais: como o sublinhou Manuel Correia, não havia “qualquer preocupação das estações experimentais com as lavouras de subsistência” sendo elas apenas voltadas para “a grande lavoura, para a cultura de exportação”.⁷⁵ Sementes e mudas eram trocadas livremente entre famílias. “Arrumava sementes, mudas no sítio mesmo com um morador ou com outro”, contam José Antônio de Lima e José Pascoal de Figueiredo. Mais uma vez, na ausência de ajuda do Estado ou dos empregadores, apenas a solidariedade entre trabalhadores permitia-lhes realizar suas culturas. “Porque se um não tinha, outros tinha, né? Arranjava.” Odilon Caetano da Silva. As trocas entre os moradores atingiam outras plantações: “Às vez, o camarada ia ver de um engenho pra outro um feixe de maniva, uns 10 ou 12 pé de banana cumprida.” Cassiano José de Sena. Amaro Carneiro da Silva conta: “A única semente que foi comprada, nos primeiros ano, era o milho e o feijão.”⁷⁶ “Tinha, quando ele plantava uma esse ano, para o ano já tinha sementes, né?” Antônio Ambrósio dos Santos.

A família planejava anualmente seu consumo, cuidando de conservar sementes das principais produções para a estação seguinte. “Aqueles sementes a gente não comprava, a gente comia e guardava. Guardava, as semente de planta, já era separado: milho, feijão,

75 ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Op. cit., p. 202.

76 José Felipe Santiago, Manoel dos Santos da Silva, Antônio Santana da Silva, José Peagentino dos Santos.

aqueles negócio tudo a gente guardava”, explica José Barbosa do Nascimento. “Fazia estoque em casa”, lembra Manoel José Alexandre. João Francisco dos Santos mostra os diversos usos dos quais a família podia lançar mão, além do consumo imediato. “Quando a gente cortava a terra que plantasse, aproveitava aquela semente; e quando não plantava se perdia. Não se perdia porque a gente dava às galinha.” José Amaro dos Santos lembra exatamente dos procedimentos: “A gente apanhava milho. Quando acabar de encambotar, encangava, um com outros e botava aquele rodeio de milho pra secar, pra plantar no outro ano, quando o inverno vier. Um bom aquecimento.” Joaquim Pedro da Silva evoca um plantador que distribuía sementes, um caso único nessa pesquisa. “Guardava de um ano pra outro. Comprava no sertão, que nesse tempo tinha de tudo, né? Quando não tinha, o senhor de engenho plantava naquelas várzea muito e dava a semente pro morador, pra aquele morador bom, que ele gostava dele, dava semente, dava jerimum, dava melancia, dava macaxeira, milho, feijão.” Joaquim Pedro da Silva.

7.3.3.4 Conhecimentos agrícolas

Treinados geração após geração na atividade canavieira, os entrevistados contam, no entanto, como desempenhavam funções complexas de agricultor (embora nas condições restritivas da plantação), praticando a policultura e pequena criação. Os conhecimentos necessários eram adquiridos em família e entre vizinhos. “Aprendi a plantar no Agreste”, explica José Honório da Silva. “Nasci dentro da lavoura, sabia plantar”, afirma José Honorato dos Santos. “Aprendi com meu pai mermo”, diz Odilon Caetano da Silva. “Porque eu, de pequeno mermo, eu via os outro plantando”, contam José Peagentino dos Santos, José Pascoal de Figueiredo e José Felipe Santiago. Essa aprendizagem, que faz notavelmente

falta aos assentados atuais (oriundos das pontas de rua e, portanto, desprovidos desse tipo de capacitação), era reservada, mesmo na época da ‘morada’, àqueles que tivessem mais oportunidade ou interesse. “Não era todo mundo, não, mas sabia sempre plantar. Tinha gente que não sabia”, detalha Cassiano José de Sena. Manoel dos Santos da Silva valoriza a competência: “Eu mesmo planto de toda qualidade. Eu aprendi trabalhando. Com a experiência dos mais velho que tinha, eu mesmo sou um bom cavador de batata porque conheço, mas tem muitos trabalhador aí, né? Tem muitos trabalhador aí que não sabia plantar, alguns trabalhador, né? É, só foi aprendendo assim por pouco, foi aprendendo até que todo mundo aprendeu.”

7.3.3.5 “Plantava tudo”

Quem tinha terra para plantar, plantava tudo quanto é
lavoura. Lavoura branca. Batata, macaxeira, roça, o que tinha
vontade de plantar, plantava. Milho, feijão, tudo isto.

Benedito Rufino da Silva

As culturas mais frequentemente citadas são a mandioca (chamada, às vezes, de ‘roça’), feijão e milho; acrescentam alguns trabalhadores: batata, macaxeira, jerimum⁷⁷ e até melancia, cará, inhame, como fez José João da Silva. Mencionando repetidamente as três primeiras, muitos trabalhadores resumem num otimista e saudoso “plantava tudo”.

77 José de Andrade, Severina Maria da Silva, José Peagentino dos Santos, Amaro José de Sena, José Francisco dos Santos, José Francisco da Silva, Antônio Santana da Silva, José Elias dos Santos, Odilon Caetano da Silva. Abílio Luis Ferreira, José Batista do Nascimento, Eugênio Benvindo M. Freitas.

“As filhas de família, os filhos de família viviam tudinho em casa trabalhando.[...] A família plantava; fazia uma horta de quiabo, maxixe pra vender na rua, né. Mas a rua era muito... sei como, era muito pequena. [...] Eu chegava lá com um balaio de quiabo, maxixe, coentro, mas quase ninguém comprava, pra apurar o dinheiro, pra comprar os panos. Mas quase nem encontrava. Goiana existia, Goiana, mas era difícil porque nem a gente conhecia Goiana.” *Antônio Maurício Domingo*

Severina Maria da Silva sublinha que o elenco de plantas era pequeno exceto para aqueles que dispunham de sítio. “Tem bananeira, cajueiro, laranjeira, tem jaqueira, mangueira, tem muita qualidade de frutas.” Miguel José de Oliveira confirma: “Podia plantar, mesmo fruteiras. Bananeiras, plantava.”⁷⁸ Eugênio Benvindo M. Freitas lembra que herdou do morador anterior uma terra produzindo frutas: “Quando chegava no sítio, já tinha aqueles pés de manga, pés de jaca, né. Esses ele deixava. Agora bananeira, eles não deixavam plantar não.”

Lamentando a recente derrubada dos sítios, Inácio Antônio Dias enfatiza a importância das bananas e cita ainda abacaxi, jaca entre as frutas que colhia. João Francisco dos Santos se entusiasma ao recordar o que produzia; ao listar as culturas, a fala se acelera e ele conclui: “tudo no mundo, o cabra plantar. Aí vivia tranquilo.” José Honório da Silva, que é um exímio agricultor, famoso por suas iniciativas, lembra que “plantava sorgo, plantava banana, plantava tudo.” Antônio Ambrósio dos Santos utiliza para designar as mesmas culturas, o termo difundido de “lavoura branca: milho, feijão, cana, roça, mandioca, macaxeira.” Inácio Antônio Dias lembra que podia também plantar coqueiro.

José Inácio da Silva explica as técnicas de uso do solo: “Um tempo, a gente plantava batata, inhame, plantava milho, plantava feijão. E depois, quando dava uma estiada, a gente plantava roça. Roça de

⁷⁸ José Severo da Silva, Eugênio Benvindo M. Freitas.

farinha. Mandioca. Macaxeira, quiabo, tudo o que a gente quisesse plantar no sitiozinho da gente, a gente plantava.”

7.3.3.6 “Criava só para comer”

Como para outros assuntos, os entrevistados manifestam uma grande delicadeza na expressão: Severino Barros Lima expõe: “Naquele tempo, a gente criava, com licença da palavra, criava porco, criava um bode.” Manuel Bernardo Alves: “Criava, com licença da palavra, negócio de galinha, criação. Galinha era o que podia criar. Bicho de pena sim, senhor.” Severina Benvinda narra que “criava galinha, peru, porco, cabra, essas coisas.” E era “só para comer.” Esses são os animais mais citados: “Galinha, criava de bando!” afirma Joaquim Pedro da Silva. “Criava uma pata, era assim. Era, galinha, peru.” José Batista do Nascimento.

Outra constante é a procura de leite. As vacas eram proibitivas no preço de compra e na manutenção: “A vaca naquele tempo ninguém podia comprar não.” José Elias dos Santos. José Honorato dos Santos confirma: “só não criava gado. Alguma pessoa que criava uma vaquinha, alguma pessoa.” As cabras eram, então, preferidas. “Criava muito cabra de leite, tinha carneiro.” Moisés Alves Correia. “Era cabra, só o que criava mais era cabra. Ave de pena.” Generino Luis da Silva.

Raros são aqueles que podiam se dar ao luxo de possuir animais de grande porte, geralmente era o caso dos foreiros e arrendatários, mais do que dos moradores, como lembra Benedito Rufino da Silva. O fato de possuir muitos animais, e particularmente aqueles mais caros para comprar e manter, assinalava um melhor nível de vida e uma reserva de valor para casos de necessidade. “Os interesseiros criavam, galinha, porco, cabra, era; outros possuíam um cavalinho.”⁷⁹

79 Antônio Ambrósio dos Santos, José Amaro dos Santos, José Barbosa do Nascimento, Amaro Carneiro da Silva, Amaro Pedro dos Santos, José Severo da Silva,

Como para as culturas, as possibilidades de criar eram muito mais reduzidas para quem morava no arruado: “Alguns no arruado criava, um ou outro”, diz José Antônio de Lima. Havia também proibições patronais, seja para quem morava nos sítios ou no pátio da empresa: “Burro não queria, porque dizia que burro era de fazenda. Tinha gente que deixava criar cavalo e tinha gente que não deixava criar cavalo. Galinha, pato, porco. Só não criava gado, era proibido”, detalha Amaro Pedro dos Santos. Em cada plantação, as regras eram precisas: “Bom, se fosse longe do engenho, podia criar um porco, podia criar uma cabra, podia criar um cavalo.” João Francisco dos Santos.

Os tipos e número de animais são apresentados como elementos diferenciais entre as famílias canavieiras, obviamente em termos de meios, mas também de capacidade. “Criava, cabra, quem podia, uma vaquinha. Porque tinham uns mais pobres do que os outros. Tinha... uns era mais preguiçosos também.” Odilon Caetano da Silva. Como para as plantações, a forma carinhosa como certos entrevistados designam suas criações, o entusiasmo de suas respostas revelam suas preferências não apenas gustativas, como profissionais: o prazer que possam ter tido em cuidar desses animais. Ou mesmo as dificuldades e fracassos. “Comprei uma cabrinha. Sempre criou umas galinhas. A galinha não é bom de criar porque morre demais. A umidade é grande”, lamenta José Honório da Silva. Severino Sebastião Santana concorda que elas davam mais problemas: “Eu criei. Agora as galinha sempre era mais pouca, porque um bicho dá nela, viu? O sítio, aí raposa devora, né? É, a raposa devora. Lá pra dentro da cana, da cana pra cá o mato. A casa é no meio do mato, pronto, aí... mas se fosse um sítio tratado, raposa era mais difícil.”

José Francisco da Silva, Abílio Luis Ferreira, José Antônio de Lima, José Antônio da Silva, José Francisco dos Santos, João Francisco dos Santos, José Felipe Santiago, José João da Silva, Inácio Antão Dias, Amaro José de Sena.

7.3.3.7 “O que as posse dessem pra criar, se criava.”⁸⁰

Outras limitações no tipo de criação e no seu volume provinham, obviamente, da disponibilidade de espaço, alimentos e mão de obra para cuidar. A preferência ia, em caso de dificuldades dessa ordem, aos animais menores: “bicho de cabelo não, bicho de pena. Galinha, essas coisa assim”, assegura José Pereira de Lima; eventualmente um porco e uma cabra para obter leite para as crianças da família.

“Duas coisa desde pequeno que eu tinha vontade de criar: era um cavalo, um bezerro e uma casa de farinha. [...] A mulher vai, compra um bezerro. A mulher gostava de criar também porco, bode, bezerro, uma coisa. Ela herdou três conto, uma herança do pai dela. Herdou três conto, três conto de réis. Eu fui pra rua, comprei um bezerro por 2 conto e 600, ficou 400. Os 400 eu levei pra casa e disse: ‘Toma aí, a gente comprou o bezerro e o resto eu inteiro aí com uma feira, e vamo criar esse bezerro.’ Quando o bezerro tava bom de vender, eu vendi o bezerro por 13 conto.

Aí fui lutando... fui lutando, lutando... depois vendi outro, comprei um pequeno; vendi outro, comprei um maiorzinho e outro pequenininho. Quando cheguei que fui puxando ele, quando chegou em casa. No caminho o povo perguntava: ‘Comprasse um bezerro ou comprasse uma cabra?’ Eu disse: ‘Deixe que eu dou de comer a ele.’ Levei, né? Quando cheguei lá tinha um lugar pra amarrar, oxel! Comia até solto... lá dentro, na terra da cana, que o homem não ia plantar cana. Sei que fui lutando, lutando, aí quer dizer... que essa casa ainda foi semente do bezerro. Mas se não tivesse lutado... Agora eu lá lutava a semana todinha no campo, e no domingo vinha pra aqui.” *José Peagentino dos Santos*

“Criava. Eu não criava porque não podia. Criava ave de pena. Sabe o que é ave de pena? Peru, era o que eu criava”, conta José de Andrade. A ambiguidade na resposta é apenas aparente. Ela expressa as limitações financeiras e territoriais impostas sobre esses criadores para impedir o crescimento de sua produção que poderia livrá-los do assalariamento e oferecer alternativas a esse “destino”

⁸⁰ Pedro Porfírio Domingo.

canavieiro. “Patrão nenhum gosta que trabalhador tenha nada”, sentenciava José Honório da Silva.

“Agora gado, eu nunca criei não, que nunca tive direito de possuir um dinheiro que desse pra comprar gado”, lamenta Eugênio Benvindo M. Freitas. “É, porque boi ninguém não criava boi.”⁸¹ Antônio Maurício Domingo finaliza a constatação: “Na época, pobre não criava gado. Criava cabra, galinha, peru.” Com outras palavras, Manoel José Alexandre expressa a mesma ideia: “Não era proibido, mas eram as condições que não dava pra criar.” Antônio Virgínio da Silva menciona os dilemas que se apresentavam: “Às vezes, o homem imprensava os sítios, e a gente não podia estar criando boi, nem criar cavalo porque ao invés de criar um cavalo, já tomava o lugar de plantar uma cova de macaxeira, de batata. Ou de milho.”

Se a área de terra disponível fosse muito pequena, o animal vivia amarrado. “Algum bichinho num pé de pau”, explica Manuel Bernardo Alves. Eugênio Benvindo M. Freitas concorda: “Às vezes, criava uma cabrazinha num pé de pau; criava um porco; um casalzinho de porcos.”

Alguns trabalhadores participavam de atividades complementares à produção, particularmente na fabricação de farinha de mandioca. “Tinha casa de farinha nos engenho: quatro, cinco, casa de farinha, seis. Rodava a semana todinha fazendo farinha. Farinha ninguém comprava.” Joaquim Pedro da Silva. Cassiano José de Sena concorda.

Era muito difícil porque a tal casa de farinha era manual. A gente tinha de moer a mandioca a braço. Eu mesmo lembro que lá, no engenho, a gente juntava 10, 12, 15 pessoas para fazer uma farinhada. Rolava uma noite, amanhecia o dia então tudo era difícil. Às vezes, arrumava briga, porque até eu lembro que, a gente fazia uma farinhada. Mas tinha muita

81 Manoel dos Santos da Silva, Abílio Luis Ferreira, Generino Luis da Silva, Severina Maria da Silva.

gente pobre nessa época. Muito pobre nessa época e que vinha pedir massa. *Antônio Maurício Domingo*

7.3.3.8 Destino da produção: “Comia tudo.”⁸²

A ideia de fartura que aparece nos depoimentos está ligada à (relativa) abundância de comida providenciada pelo sítio/roçado: “Tudo era folgado”, afirma Joaquim Pedro da Silva. Assim, o principal destino da produção era a alimentação da própria família dos moradores. O fato de sobrar alguma coisa da produção agrícola fazia a diferença entre os menos e os mais pobres. Muitos entrevistados⁸³ são enfáticos ao mostrar que a produção do sítio, embora bem-vinda e apreciada, não chegava a satisfazer as necessidades mínimas da família. “Comida, era melhor do que hoje. A alimentação era melhor. Aí eu nunca vendi nada não. Era só pra comer. Às vezes, uma farinha.” Antônio Santana da Silva.

Manoel dos Santos da Silva se exclama: “Mal dava pra comer! Mal dava. Ele consumia em casa. Alguns que vendiam na época do inverno, vendiam algumas cargas de batata.” Generino Luis da Silva concorda: “Eu nunca plantei nada que desse pra vender.” José de Andrade ironiza: “Vendia o que, sem ter? Só dava pra gente comer mesmo.” José Batista do Nascimento acrescenta outro impedimento: “Eles não podiam comprar.” Em resumo, conclui Eugênio Benvindo M. Freitas: “É, colher e comer. E plantar outra no outro inverno de novo.” José Batista do Nascimento concorda: “Comia mesmo! Era pra comer mesmo, porque não dava pra vender!”

O consumo da produção podia estender-se aos vizinhos, parentes, amigos, e às pessoas que passavam necessidade: “Mas dava, assim, pro povo, pros amigos, pros vizinhos.” José Batista do Nascimento e José

82 Severina Benvinda.

83 Entre outros: Manoel Bernardo Alves, José Pascoal de Figueiredo e Manuel Bernardo Alves.

Inácio da Silva. A solidariedade alimentar se exercia eficientemente, como para outros assuntos tais os casos de emergência médica acima mencionados, entre “os pais e mães de família”. “Comia! Comia, dava os vizinhos.” Antônio Virgínio da Silva. Severina Benvinda acrescenta que vizinhos e conhecidos se beneficiavam sobretudo com farinha. José Barbosa do Nascimento lembra do leite doado: “Aqueles que não tinha, quem tinha dava, que era demais.” Ele lembra de sua produção: “Então eu enchi essa casa de legumes, dei legumes nessa rua que o pessoal dizia que não queria ir mais na minha casa pois ficava com vergonha. Perdi legume porque... enchi aqui umas 18 latas de fava, não quis vender.” José Barbosa do Nascimento.

7.3.3.9 *Comia e vendia: “Vendia, era liberto.”⁸⁴*

Vendia e comia. Olhe, comia mais do que vendia, porque naquela época, de 1940 pra trás, ninguém vendia jaca, não vendia manga, não vendia laranja, não vendia mamão. Aquilo caía do pé no chão, nem ninguém pra ir buscar não tinha. Agora de 1940 pra cá foi que vem, foi que pegou esse movimento de se vender, tudo que tem se vender. Aí que melhorou a vida por causa disso.

José Felipe Santiago

Vários entrevistados mencionam a farinha, sobrando do consumo doméstico,⁸⁵ como sendo o produto destinado por excelência ao mercado, por ser imperecível e de fácil armazenamento. As outras culturas alimentícias eram reservadas à própria família e eventualmente suas criações. “Fazia farinha e levava pra feira, pra vender. Era vendida por cuia. Continha 5 litros, 6 litros.” Odilon Caetano da Silva.

⁸⁴ Manoel José Alexandre.

⁸⁵ Eugênio Benvindo M. Freitas e Pedro Porfírio Domingo.

José Antônio da Silva menciona o barracão como meio de escoar a produção: “Eu comia o que plantava, dava aos outros. Vendia muito pouco. Porque vender, quando eu fazia assim uma dez cuias de farinha ou mais, aí eu vendia um saco ao barraqueiro, o resto era pro gasto de casa mesmo e para quem tivesse necessidade. Porque eu nunca neguei um bocado a ninguém.” De difícil avaliação cifrada, essa produção destinada ao mercado variava tanto entre os moradores quanto numa mesma família em termos de tempo. “Comia e vendia muito também. Um dia, eu mermo vendi muitos caminhão de mandioca, aqui pra Itambé, pra um tal de um Chico, que tem ali embaixo. Vendi. Agora não era muita gente, eu mermo vendi por uns tempo, né?” José Damião da Silva. Alguns entrevistados comercializavam diretamente, como Amaro Carneiro da Silva e Benedito Rufino da Silva: “Na cidade, levava pra cidade, milho, feijão, jerimum, melancia, farinha. O que sobrava levava pra feira.”

José João da Silva sublinha que o preço do produto levado para a feira era muito barato. José Felipe Santiago afirma que “não tinha a quem vender.” José Batista do Nascimento é da mesma opinião. José Inácio da Silva conta que só vendia quando precisava de dinheiro vivo para “fazer algo mais, vendia na feira, então.” Os compradores eram os mais diversos: comerciantes e consumidores citadinos, outros moradores, do mesmo ou de outros engenhos, e finalmente comerciantes que vinham buscar a mercadoria. Odilon Caetano da Silva se queixa: “Porque o que plantava não tinha a quem vender. O pessoal não queria comprar. Levava pra rua e, às vez, voltava com a mercadoria porque ninguém... não tinha a quem vender.”

João Oliveira da Silva se queixa do preço: “Nas vilas. Vendia carga, fazia carga de farinha e vendia. Mas era muito ruim pra vender porque todo mundo tinha. Todo mundo plantava. Aquilo era bem baratinho.” Amaro Pedro dos Santos levava legumes e farinha para a feira de Barreiros ou Rio Formoso, mas vendia a criação dentro do engenho.

“Na feira, quando sobrava, vendia essencialmente farinha e bananas”, conta João Francisco dos Santos. Outros trabalhadores tinham uma produção mais variada para comercializar: “toda semana trazia uma carga de farinha, uma carga de cará ou macaxeira, banana, toda semana eu levava pra feira. O que apurasse era meu.” José Honorato dos Santos tinha até um cavalo para “[l]evar a carga pra feira, pra não pagar aos outros.” “Às vezes, vinha comprador comprar nas portas”, segundo José Francisco da Silva. O ritmo era semanal, explica Luis Batista do Nascimento. Outra opção era, segundo Inácio Antão Dias “a feira da usina ainda hoje tem. Era segura de um tudo! Segurava o dia todo que sobrava ainda ía pra os outros contos, os atacadistas chegavam e levavam o que sobrava.” Severino Antônio do Nascimento conta: “Vendia em Itapissuma, fazia minha farinha. Tinha 6 pés de fruta pão: ‘Tira aí, nego!’ Algumas vezes, quando chegava, comprava 5 a 6 frutas pão; aquilo me aliviava.”

Vendia aqui na feira de Itaquitinga, vendia em Condado. Agora quanto era uma cuia de farinha naquele tempo, dez toim uma cuia de farinha. A gente vendia, farinha um saco de 20 cuia das grandes que agora é tudo no peso, agora é tudo no peso. Naquele tempo, a gente fazia uma farinha de vinte cuia, fazia 20 mil reis, dez, vinte pratinha de dez toim, viu. *Severino Barros Lima*

O produto da venda era aplicado em complemento para a alimentação, mas também em objetos que não eram produzidos em casa como roupas, remédios eventualmente, ou então era guardado em previsão de despesas peculiares. “Todo mundo fazia aquele bocadinho de farinha, levava pra apurar mais qualquer coisa, pra aumentar o dinheiro de comprado o salgado, não sabe”, explica Alfredo Cosme dos Santos. Severino Antônio do Nascimento vendia as mangas de seu sítio: “Dava pra comprar umas roupas dos meninos.”

7.4 Precariedade da relação empregatícia

Entre as qualidades atribuídas à ‘morada’ está a estabilidade da qual o trabalhador se beneficiaria, ao permanecer num dado engenho, dispondo de terra e casa em virtude de uma relação privilegiada com o plantador.

No entanto, é preciso incluir nessa avaliação do grau de estabilidade no emprego, a ameaça permanente de represálias que fazia reinar um ambiente repressivo refletido nos depoimentos. O clima de violência ordinária incidia sobre o que se poderia chamar de instabilidade potencial do emprego. Até mesmo as famílias mais longamente estabelecidas, por várias gerações no mesmo engenho, deviam encarar a eventualidade de uma saída extremamente brusca – na mesma hora, no mesmo dia – em caso de demissão ou fuga frente às intimidações que pesavam como uma ameaça constante contra os trabalhadores. “O engenho que eu moro, que eu posso dizer que nasci e me criei lá, que eu nasci no mato e me criei no mato. Me casei, sou pai de 4 filho, 8 neto, morando nesse mesmo lugar. Me aposentei faz dois ano, me aposentei de 61, já estou com 63, ainda trabalhei mais um ano.” Amaro José de Sena.

Em resumo, embora agricultor (do sítio/roçado) e empregado de longa data na mesma plantação, qualquer trabalhador podia ser expulso sem demoras, sem recurso ou indenização, obrigado a fazer uma trouxa de seus pertences, vender às pressas suas colheitas ainda no pé, para tomar a estrada rumo a outro engenho. Uma situação que lembra aliás populações afetadas por conflitos armados, guerras abertas, coagidas a abandonar tudo para sobreviver. Segundo o Professor Mintz:

Dada a importância da coação na extração do trabalho nas plantações, segue-se que estas e sobretudo os engenhos operavam por meio de violência. [...] Mesmo se a vida cotidiana dos seus habitantes continuasse como deveria, no entanto,

a ameaça de uma violência súbita nunca estava completamente ausente.⁸⁶

Esta “fluidez” do emprego (real ou potencial) traduzia também a medida da “liberdade” tolerada para essas populações: isto é, a escolha do patrão.⁸⁷ De fato, até mesmo nos casos de litígio e fuga (por não pagamento de dívidas no barracão, por exemplo), os trabalhadores geralmente encontravam outro engenho onde se empregar, de preferência longe da vizinhança imediata do antigo, para evitar represálias.

Sempre mudava, sempre mudava. Era, porque tinha engenho que... sabe, às vez, é que nem o emprego. O emprego, o camarada é empregado, mas às vezes não tá se dando bem, né? Aí sai, vai procurar outro. Então era a merma situação dos pobres que moravam em propriedade, quando não estava se dando bem. *José Felipe Santiago*

O vocabulário usado na região pelos trabalhadores rurais comporta sempre termos que remetem à escravidão: “cativo”, “cativeiro”, “obrigação” para designar a permanência nos engenhos. E seus contrários, nos casos de mudança para a cidade: “de livre e espontânea vontade”, “porque quis”, “gostar”. Estes últimos se opõem aparentemente aos primeiros, embora se possa debater a interpretação desta antinomia.⁸⁸ O oposto de tudo aquilo que os trabalhadores rejeitam como sendo sinônimo de exploração e de submissão é, sem dúvida, o que eles chamam de forma genérica de ‘direitos’; ou seja, essencialmente a legislação trabalhista. Ao longo do período contemplado, os dispositivos legais desta ordem foram se acumulando, para formar

86 MINTZ, Sidney W. “Tropical Production and Mass Consumption”. Op. cit., p. 7.

87 Um morador entrevistado por Afrânio Raul Garcia usa esta expressão: “Porque a gente tinha mais liberdades. A gente dizia: ‘Não é bom aqui. Vou para o engenho de fulano de tal.’ Encontrava uma casa, um sítio e trabalhava.” SIGAUD, L. “Des plantations aux villes: les ambiguïtés d’un choix”. Op. cit., p. 35.

88 Ver SIGAUD, L. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit., p. 49 et ss.

a base do exercício da cidadania à qual puderam pretender até agora; ela passa sempre pelo sindicato. A única parcela de estabilidade que experimentaram foi aquela conquistada a duras penas com o órgão de classe, em vez de pela mão benevolente do patronato.

Para os trabalhadores rurais da cana-de-açúcar de Pernambuco, tem um papel relevante na definição da forma como pensam toda a organização do “mundo”. O “mundo”, onde estão incluídas tanto coisas materiais (propriedades ou não; a casa; os animais que cada um tem, ou não; a alimentação absolutamente diferenciada tanto dos adultos quanto das crianças) quanto relações sociais, é dividido em dois: um ao qual pertence o trabalhador, seus familiares e companheiros de trabalho e sindicato. Outro, o “dos homens”, onde estão os proprietários e todas as pessoas com uma forma de vida semelhante, capazes de compartilhar situações sociais das quais o trabalhador está excluído.⁸⁹

7.4.1 Mudança de engenho: “Olha, eles sempre botava pra fora e pra dentro.”⁹⁰

A posse de terra cedida e a permissão de plantar certas culturas para o abastecimento familiar foram defendidas por autores de todos horizontes como uma maneira de “fixar o homem no campo”. Embora se apoiassem em estudos que citam a pequena propriedade – e não a disposição de terra cedida – como fator que limitaria o êxodo rural,⁹¹ eles atribuíam à posse do sítio virtudes além daquelas associadas à posse de quintais para os operários de mineradoras

89 MIRANDA, M. M. M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 72.

90 João Francisco dos Santos.

91 Torres cita a Lei de Goltz: “La migración cresce paralelamente a la expresión de la propiedad latifundiaría, y disminuye con igual paralelismo en relación a la pequeña propiedad.” TORRES, V. *Condições de Vida do Trabalhador...* Op. cit., p. 49-50.

e indústrias, tanto na Europa quanto no Brasil. A estabilidade da mão de obra – além das dimensões obviamente econômicas como a fraquíssima remuneração – fazia parte desse elenco. De fato, vários trabalhadores manifestaram, nas suas biografias, notável longevidade nos engenhos onde trabalharam (às vezes num só); e também longa permanência em dado sítio.

“O morador vivia lá tranquilo, morava 15 ano, 10, 15, aí... porque o senhor de engenho, né?” Joaquim Pedro da Silva. Embora confirme a possibilidade de permanecer por muito tempo numa propriedade, ocupando a mesma casa e sítio, o entrevistado menciona também a precariedade dessa estadia. O paradoxo quer que, podendo ficar muito tempo numa mesma empresa e alojados no mesmo lote, estava sempre presente e quase iminente a ideia de deixá-los. Por desejo e decisão própria ou cedendo a pressões eventualmente carregadas de violência.

Na época das maciças migrações de moradores para a periferia das cidades, que culminou com o Proálcool, uma mistura de ameaça, restrições crescentes à vida no engenho, proibições cada vez mais abrangentes quanto ao uso da terra e outros recursos naturais, conjugada com promessa de instalação em espaços urbanos ou urbanizados (agrovilas), investidos de modernidade, incitaram boa parte dos trabalhadores visados a concordarem com termos que tinham a aparência (apenas?) da liberdade de escolha.

Antes do período mais recente de expulsão dos trabalhadores dos engenhos para as pontas de rua, não era tão difícil encontrar um engenho que os aceitassem após deixar seu antigo empregador, ou mesmo serem despedidos. “Porque eles botavam os moradores pra fora, onde o senhor chegasse tinha engenho aí. Arrumava uma casa lá, já ia trabalhar! Naquela época não faltava.” José de Andrade. José Inácio da Silva evoca a banalidade do fato: “A gente também saía daqui hoje, amanhã já tava morando em outro engenho. Trabalhava em todo engenho.”

Longe de expressar “apego” ou outro sentimento de saudade em relação ao antigo engenho – embora, obviamente houvesse laços de amizade com os vizinhos – diversos entrevistados manifestam muita frieza em relação ao assunto, na sua dimensão geral. “Trabalhador não tinha valor. Tanto fazia estar nesse engenho, aqui e quando amanhã estar em outro engenho. Quando não quisesse estar naquele outro engenho, ia pra outro engenho, viu? Era.” Severino Barros Lima.

Apesar do fato dos trabalhadores entrevistados mostrarem uma grande sedentariedade em geral, até mesmo por várias gerações, isso não impedia alguns de manifestar pouco apego a uma colocação empregatícia e domiciliar que, afinal, não comportava garantia alguma para ele. “Antes do Sindicato? Era o trabalhador com o senhor de engenho. Quando ele não queria pagar certo, ele também deixava e ia-se embora, aí não... A discussão era muito pouca. O cabra não ia botar posição pra receber nada não.” Joaquim Pedro da Silva. Havia acomodações para livrar o trabalhador de suas dívidas na antiga propriedade e assegurar sua mudança. O que marca mais os trabalhadores atualmente, após a verdadeira revolução que constituíram a aplicação da legislação trabalhista ao campo e a emergência de órgãos que os representassem,⁹² é a ausência de direitos na época da ‘morada’.⁹³

92 Ver 8.3. Lutas: Ligas, Sindicatos, Governo Arraes e regime militar.

93 A situação daqueles que aceitaram um trato com o empregador, perdendo ao mesmo tempo o vínculo empregatício, a moradia e o acesso à terra para plantar assombra muitos trabalhadores que viram parentes e vizinhos em situações dramáticas. “Deram lá uma micharia, não sei nem quanto foi, uns cento e poucos contos. É o que o povo conta. Que ele recebeu lá o seguro desemprego, comprou uma casinha em Camelo, mas tá passando necessidade. Com seis filhos. Cada um tem seis filhos para dar de comer, sem arrumar serviço para trabalhar. Quando arruma um dia nos engenhos particular, às vezes não trabalha a semana toda porque não dão o serviço. É uma tristeza. Trabalham um dia ou dois, quando eles querem. E ainda mais com empreiteiro e o empreiteiro quando mede uma conta, tem duas.” José Antônio da Silva.

Naquele tempo, podia morar, a gente podia morar 15, 10 anos, 15, 20, e não tinha direito não. Agora a gente, quando via que não aguentava o senhor de engenho, aí a gente ia pra outro engenho procurar um sítio, fazia queixa ao senhor de engenho. Aí o senhor de engenho perguntava ao Sr: “O Sr. tá devendo lá?” Aí, ele dizia: “Tô, sim Sr!” “Quanto é que você deve?” Aí ele dizia a importância, né? Ai ele pegava, dava o sítio à gente. “Você trabalha em tudo, você cava cana, você cava rêgo, você roça mato, você trabalha, trabalha, você trabalha de carreiro.” Perguntava tudo à pessoa. O que a pessoa trabalhava dizia a ele, não era? Pra poder ele dar o sítio. Perguntava se o cabra devia ao outro senhor de engenho. O cabra dizia que devia. Aí o cabra ainda não trazia o dinheiro, quando ele mandava buscar a mudança, quem trazia o dinheiro era o carreiro. O carreiro ia buscar a mudança minha, chegava lá, deixava o carro no terreiro. Ia lá, na casa do senhor de engenho: “Vou levar a mudança de fulano de tal. Ele deve aí, ele deve aí?” Ele diz: “Deve, sim Sr.”. Ia lá no livro, reparava a conta do camarada; o camarada falou a verdade. “Ele deve quanto?” “Deve tanto.” Aí o carreiro pagava, pagava a mudança da gente e vinha cá pro outro engenho, morar no outro engenho. *Eugênio Benvindo M. Freitas*

Odilon Caetano da Silva descreve as várias etapas: “Porque, às vezes, outro senhor de engenho chamava ele. Ele dizia que não podia ir porque devia no barracão, aí pagava a conta do barracão, e mandava buscar ele. Mandava o carreiro buscar no carro de boi, com a mudança dele. ‘Olhe! O sítio dentro de 24 horas. Você hoje não dorme em casa!’”

Nem sempre era tão fácil contar com a necessidade sazonalmente premente de mão de obra por parte de outro plantador. José Francisco Paiva conta que, depois de um desentendimento com o cabo, ele deixou o engenho. No entanto, seu empregador tomou medidas para impedi-lo. “O telefone já tinha chegado naquele engenho. [...] Comunicava o amigo, de casa. [...] Gostar, não

gostava de mim, ele gostava do serviço, gostava do serviço! [...] Fiquei com ele sempre.”

A principal queixa dos trabalhadores quanto ao momento da mudança/expulsão é a perda de suas culturas. Alguns reconhecem, como foi visto, que aproveitaram o que o morador anterior havia deixado, restos que significavam, em certos casos, uma salvação da morte por inanição para a família que estava se instalando. “Agora, quando ele saía do engenho, deixava pro outro. É, deixava tudo. O outro que chegasse pra morador é quem pegava a lavoura do camarada.” Alfredo Cosme dos Santos. “E ele, se desocupasse dava o sítio. Agora, quando era de noite ia buscar a mudança”, precisa Odilon Caetano da Silva.

A mudança nem sempre era fácil de conseguir. Cada passo trazia-se em mais trabalho para a família do trabalhador:

Antigamente o acordo era: “Vai fazer!” Se não fizer isto, vai preso. Só ia-se embora se fosse fugido. Se chegar num engenho, ocupar uma casa, tinha que dar três semanas. Enquanto não trabalhava três semanas ou quatro, não tinha direito aos trocinhos para levar para outro engenho. *José Honório da Silva*

Endurecimento da postura patronal

“Se eu sair daqui... Chegava aqui o homem me dava o serviço. O daqui saía, quando chegava lá, davam um serviço. Hoje em dia tem umas especulações. Chega lá, fazia ficha. Hoje diz que não pode colocar. Quando chega alguém com documentos e tal, uma boa pessoa, eles colocam. Quando faz oito dias ou quinze que o patrão sabe que a pessoa é da gente que gosta de sindicato, que gosta do governo de Arraes, que já botou uma questão, já cobrou o que é dele na justiça, nem cunhado, nem parente, nem ninguém pode ter contrato. Um contrato só, não faz mais. Botam tudo para fora. Sai tudo. Se, por acaso, não tem jeito, entra na justiça. Eles machucam, machucam, machucam prum lado, brigam pro outro. Sindicato vai... Sindicato não pode mais mexer, que a questão passou para o poder da Justiça. A gente não pode mais aí. E a família, nem parente se coloca mais, nem parente.” *José Honório da Silva*

7.4.2 Expulsão

O fim da ‘morada’ – ou melhor dizer, a expulsão da maioria dos trabalhadores morando nos engenhos para as pontas de rua e agrovilas – ocorreu em virtude de uma convergência de fatores, todos por iniciativa do patronato. Exigência de liberar o quanto mais terra possível para a obtenção de vultosos financiamentos dos programas destinados à atividade sucroalcooleira;⁹⁴ facilidade de deslocamento da mão de obra devido a investimentos do Estado na malha rodoviária; mudanças tecnológicas no corte⁹⁵ etc. A resultante foi um encolhimento rápido das áreas cedidas aos trabalhadores, seja para a moradia, ou mais ainda para culturas. As modalidades desse episódio na história das relações de trabalho na zona canavieira foram sempre traumáticas. A imprensa e diversas testemunhas, vez por outra, relataram casos particularmente dramáticos. Os entrevistados também testemunharam um elenco de tais ocorrências, sempre mais dolorosas ainda porque envolviam e até ameaçavam diretamente a integridade física dos membros da família dos trabalhadores.

Ainda derrubaram o sítio. Lá ainda tem gente que foi botado para fora mas não tem para onde ir e está na casa e o fiscal tentando para desocupar a casa. Essas criaturas não têm aonde morar. Vão morar aonde? Debaixo das pontes. Às vezes, tá até cheio d'água, ou debaixo dos pés de pau. Isto é uma tristeza.
José Antônio da Silva

A expulsão significava uma miséria maior ainda para a família vítima da medida. Mas certos trabalhadores expressam uma opinião mais ‘*blasé*’ quanto ao fenômeno, relativizando um pouco seu significado maior. “O camarada trabalhava muito, ganhava pouco. Tanto fazia tá num canto como ir-se embora pra outro canto; e era assim. A

94 Ver ANDRADE N., J. C. X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental*. Op. cit. SZMRECSÁNYI, T. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil*. Op. cit., e PAIXÃO, M. J. de P. *No coração do canavial*. Op. cit.

95 ARAÚJO, E. R. de. *O Trator e o ‘Burro sem Rabo’*. Op. cit.

lavourinha ficava lá. Às vez, ele botava pra fora, o camarada saía. A lavourinha ficava lá, ficava perdida”, lamenta Severino Sebastião Santana.

Contudo, muitos testemunhos expressam grande indignação frente à violência exercida contra as coisas – culturas, casas – e contra as pessoas.

Quando o pobre arrancou, quando ele arrancou que entregou, o patrão disse: “Aí não planta mais um pé de nada, que ali é cana, viu.” Agora, tá plantando a cana até o brejo. Plantou pra não arrumar a terra, tá maniva lá e tá tudo, e é um dono de engenho bom. É um dos bons! E esse é um dos engenhos que o homem disse que é Satanás, é um dos engenhos onde mora o diabo. *José Honório da Silva*

Um dos métodos clássicos para expulsar os trabalhadores era de jogar gado ou outros animais de grande porte nas culturas alimentícias. A tática havia funcionado antes como castigo, ou meio de se livrar de dado empregado que não agradasse. Na fase final da expulsão, tomou a dimensão de uma “limpeza”, praticada corriqueiramente, também com o uso de tratores. Isso denota uma certeza de impunidade, na medida em que, nesse último caso, nenhum “acidente” poderia desculpar o acontecido, frente a uma corte de justiça, por exemplo. “Qualquer coisa que o trabalhador fizesse que não agradasse o patrão, mandava embora ligeiro. Jogava o gado dentro do sítio, dentro do roçado. E o cabra ia embora, senão ia apanhar ou morrer.” Amaro Pedro dos Santos.

Novas perseguições no Engenho Canandoba⁹⁶

Foi relatada a “revolta geral dos trabalhadores de Jaboatão” porque Adolfo Pereira Carneiro, proprietário “mandou arrancar, por capangas, as lavouras dos camponeses que há anos trabalham em terras do engenho.”

96 *Folha do Povo* 10.07.1958. O jornal complementa que o órgão de classe (Sappp) encaminharia relatório à Justiça.

Na ânsia de ocupar maiores áreas com cana, os empregadores empreenderam, nos últimos decênios, a destruição das reservas de mata, bem como daquilo que garantia uma produção local de frutas, abastecendo tanto as famílias de trabalhadores rurais, quanto as pequenas cidades da região. “12 pé de coqueiro, que tinha, pé de jaqueira tinha um bocado; pé de laranja; pé de manga tinha três somente. Eu sei que... botaram trabalhador de machado e derrubaram tudo.” José Antônio da Silva. A indignação e a tristeza transparecem no relato:

Eu plantei uns pezinhos de banana. Tinha lá uns pezinhos de banana lá dentro do mato, plantei. 15 pés de banana comprida e maçã pra de manhã pegar a pulso e ir cortar a cana do homem. Sabe o que foi que aconteceu? O administrador pisou de botina! Pisou de botina pensando que era o quarto do exército. Não resolveu. Quando cheguei lá, entrei para o coronel, falei pra ele. Com muita decência me atendeu, ele disse: “Agora não posso resolver o seu caso.” “Coronel, eu não queria que ele me desse uma ordem pra eu plantar banana na terra desse homem, assim, a pulso. Mas eu queria que o Sr. me desse uma ordem pra aquele homem me dar minhas contas que eu não sou digno de ser empregado daquele homem! Eu não sou digno dele pisar minha banana de botina dessa qualidade, de um trabalhador da minha qualidade, desde os 10 anos que trabalho, já tô cansado. Fui homem de potência mesmo dentro do trabalho. Aí, eu queria que o Sr. me desse as minhas contas, mandasse de me dar minhas contas pra eu ir embora.” Ele disse: “Seu Oliveira, é tudo na veia, mas nessa área eu não posso entrar, porque se eu pudesse, eu lhe fazia o seu pedido. Só com o Dr. Juiz. Você vai e fala lá em Igarassu, bote uma reclamação para ver o que é que o Dr. Juiz vai falar.”
João Oliveira da Silva

Uma das principais queixas dos trabalhadores, na hora de deixar o engenho, sobretudo em casos de urgência para escapar à violência patronal, era de ter que abandonar, sem colher, o roçado e o sítio. A

garantia de poder aproveitar o resultado do trabalho investido pela família foi reivindicação e até mesmo tática na ocupação da terra pelas Ligas Camponesas.⁹⁷

Era empurrar e viajar, e ir embora. Se quisesse colher alguma coisa que tinha, vinha de lá buscar, mas passar o tempo na casa, não. Deixavam tirar, muitos deixava. Muitos não consentia nem que ele viesse buscar. E agora não, nós tem essa liberdade. O camarada, às vez, de saída, colhe o que tem. Mas antigamente, não tinha isso. Saía sem nada e perdia o que tinha. *Manuel Bernardo Alves*

Relatórios de polícia e da imprensa descrevem cenas parecidas: “Encontra-se desabrigado, pois está vivendo numa casa de farinha” “tendo o depoente sua esposa e filhos apanhado o referido veículo, levando uma mesa e dois tamboretas”.⁹⁸

José Antônio de Lima relata sua experiência:

Depois que passou a Dr. Armando Monteiro, ele começou a acabar com os sítios, com quem criava. Foi o tempo que meu pai liquidou o sítio e saiu. Eu também saí, vim aqui para a Trapiche no ano de 1950. Vieram derrubaram a casa e não fizeram mais. Que era isso que sempre acontecia: enganavam

97 “Agita-se a ‘Liga Camponesa’ em Vitória de Santo Antão”. O grande artigo de Lindalvo Lins (6 colunas, 3 fotos), coincidentemente na mesma edição, que cobria a visita de Fidel Castro (ainda sem fama demoníaca) no Rio de Janeiro, relatava as queixas dos plantadores da região contra a mobilização das Ligas. Assim Sr. A. Tavares, denunciava “que a tática dos extremistas é muito simples: sempre que um lavrador se incompatibiliza com o patrão, eles se reúnem e invadem a propriedade em grande número. Lá limpam uma vasta área de terra e plantam batatas ou mandioca a fim de garantir a fixação do rebelde à terra. Segundo sua teoria, o camponês expulso não poderá se retirar da propriedade sem indenização ou antes de colher o que plantou.” *DP*, 13.05.1959, p. 5. Ver a resposta de Julião, à tribuna da Assembleia Legislativa, em que nota que o artigo fora publicado na edição do “Dia da emancipação dos escravos”. *DP*, 16.05.1959.

98 Depoimento J. C. A., SSP 29313. Doc. 33.

o povo que era para eles perderem o sítio. Depois disso não tive mais sítio. Plantava no sítio dos outros.

Muitos trabalhadores, como José Pereira de Lima, sentem ainda a revolta que causava este tipo de situação:

Sem direito a nada! Não, senhor! Tinha que falar baixo. Porque se falasse alto, aí ele botava o cara pra fora. Meu pai mermo em Pará, é, meu pai morou em Pará. Ele às vez bebia uma bicadinha também, né? Que eu não vou negar, ele já morreu. Aí ele um dia tomou uma, e ele respondeu o patrão. Ele já morreu também. Aí ele disse assim: “Olhe...” (meu pai tinha feijão maduro, tinha milho, tinha macaxeira, tinha tudo, um roçado cheinho de lavoura, já comendo...) E ele disse assim: “Você não dorme na casa. Se você dormir na casa, eu vou dar-lhe uma pisa.” Meu pai teve de ir-se embora de noite, se não quisesse levar uma pisa do senhor de engenho. Deixava tudo. Levar o quê!? Deixava tudo lá.

Relatório de investigador w.s. 20 de dezembro de 1962⁹⁹

Outra família na casa de onde foi expulso J. “juntamente com sua família composta da esposa em estado de gestação e dez filhos menores, os quais se encontram no campo, conforme pude observar pessoalmente.

Apurei ainda, que no ato de expulsão, tomou parte o referido Sr. I. e mais 5 desalmados indivíduos sob suas ordens, que além de derrubarem a casa de farinha de propriedade de J. P., colocaram em um trator que conduziam, todos os pertences da família, inclusive roupas, conduzindo para um lugar ignorado, enquanto que um cavalo, uma novilha e uma vaca, de propriedade da família prejudicada, o Sr. I. colocou em um cercado de sua propriedade juntamente com os seus animais. [...] Deixei de conseguir maiores detalhes, tendo em vista que o local onde ocorreu o fato é deserto, distante do engenho e de habitação, a única existente é a do prejudicado, não existindo, portanto, qualquer testemunha dos acontecimentos.”

7.4.3 Os agentes da expulsão

Segundo os trabalhadores, eventualmente a contragosto, como no caso do carreiro, quem efetivava a expulsão era:

O capanga do engenho, era o administrador mesmo, o fiscal, contador, cargueiro, cargo-geral tudo. Fazia o cabra chegar a pulso, muitas vezes. A punição era inté da polícia, pra botar pra fora. O senhor de engenho dizia: “Meu mensageiro vá ver a polícia.” Olhe, a humilhação, de primeiro, era essa: o sujeito tinha uma roça aqui. O senhor de engenho ia fazer uma planta de cana. Uma rocinha desse tamanho, que nem eu vi ali em Duas Bocas, aí o carreiro dizia assim: “Mas eu não vou passar o arado dentro dessa roça, não?” [...] Aí o camarada ia se queixar a onde? *Amaro Rosendo Fagundes*

O uso da força pública, evocada por este testemunho, merece um estudo em si. Investigadores eram muitas vezes lançados à procura de “incendiários” ou “invasores” (no período das Ligas Camponesas). Entretanto, seus relatos traziam a tona outros problemas vitimando não os empregadores, mas os trabalhadores que, normalmente, não eram objeto das preocupações da autoridade policial. Assim, a U.S.I., formulou uma denúncia de invasão de camponeses no Engenho C.¹⁰⁰ O investigador constatou que:

Realmente [o administrador] fez um despejo de um morador na sexta feira última, proque [*sic*] este morador no domingo 29 de maio construiu sem licença do proprietário do engenho, o Sr. S.B.C. e por isto o referido proprietário mandara que o administrador demolisse a moradia e expulsasse o agricultor que tem o nome de J.J. A referida residência foi derrubada pelo administrador ajudado por um tal de F.P., empregado do senhor de engenho. O Sr. J. J. nada disse a respeito da demolição recebendo a importância de 500 C\$ de

100 Relatório de polícia dos investigadores 320 e 239, de 13.06.1960. SSP 8086. Doc. 01.

indenização pelas palhas com que cobriu o mocambo, tendo se transferido para a casa do sogro na mesma propriedade do engenho C. Após este fato o administrador recebeu uma denúncia de que o engenho iria ser invadido por elementos da Ligas Camponesas da localidade da qual, segundo informação do administrador, 160 são sócios da referida Liga (Todos moradores do engenho).

Nota-se o vocabulário utilizado pelo representante do Estado brasileiro. Designava habitualmente como “residência” uma habitação; tratando-se de camponeses, de repente escaparam-lhe os termos “casebre”, “mocambo”, “choupana”, no melhor dos casos em virtude do tipo de construção cuja precariedade não podia deixar de tocá-lo. Nota-se também que “com muito sacrifício”, talvez em virtude da distância ou do modo de transporte (a cavalo), ele seguiu para o engenho C., sempre na companhia do administrador e de policiais. A suposta invasão resumia-se “a um pedaço de terra onde fica localizada uma igreja construída no tempo dos holandeses, a qual está em ruínas dentro das matas e que os moradores do engenho acham pertencer ao santo padroeiro da mesma (São Gonçalo) e não ao patrimônio da usina”.

7.4.4 Periodização das expulsões

Os estudiosos que atribuem uma significação peculiar para o fato dos trabalhadores rurais terem seu domicílio nas plantações e disporem eventualmente de terra cedida para plantar lavouras alimentícias, fornecem uma periodização para o fenômeno. O fim da ‘morada’ seria menos nítido do que aquele da escravidão. Decisivos foram para a ruptura do modelo, por parte dos empregadores – é bom que seja enfatizado – o crescimento do movimento social do lado dos empregados, a aplicação (embora incompleta) da legislação trabalhista, e sobretudo o avanço dos canaviais estimulado por

política públicas de grande envergadura acompanhando mercados favoráveis (a crise de Cuba e posteriormente a do petróleo). No entanto, observa-se, nos relatos dos entrevistados confirmados por fontes insuspeitas, como as de polícia, que a prática de expulsão dos moradores por métodos brutais era muito anterior.

Relatório do investigador 41, em 13.03.1951

"No engenho T.F., localizado a cerca de 17 km da cidade, verifiquei que os trabalhadores se encontram parados e não está sendo feita a plantação. Procurei sindicar acerca do motivo daquela situação e cheguei à conclusão de que o motivo é oriundo da atitude tomada pelo Sr. D.W.S., novo proprietário do citado engenho, e que ali chegou em 16 de novembro do ano p. p., o qual trouxe de Rio Formoso cerca de 30 trabalhadores e reuniu todos os moradores do engenho T.F., obrigando-os a cederam as moradias e suas plantações aos trabalhadores que com ele tinham vindo.

Revoltados com essa exigência do novo senhor-de-engenho, os moradores se reuniram na residência de M.F.S.¹⁰¹ para procurarem as autoridades afim de sanarem a situação, em virtude do Sr. D. ter em represália à recusa dos trabalhadores, determinado que os seus elementos soltarem o gado para destruir as plantações dos habitantes.

Vale ressaltar que os trabalhadores que habitam naquele engenho, cerca 70 e 37 desses com 16 a 52 anos de residência no local, têm grandes plantações e, um deles, possui 11 mil bananeiras, 50 covas de roça, 160 laranjeiras, 3 mil cafezeiros, e grande quantidade de limoeiros, abacateiros e mangueiras, além de duas casas de telha e 4 de palha.

A questão dos trabalhadores foi entregue ao Juiz de Direito de Vitória de Santo Antão, o qual recomendou que suspendessem a plantação até que fosse dada solução ao caso pela Justiça. O advogado de Sr. D., M.F.C., deu seis meses de prazo aos moradores para se retirarem do Engenho T. Muitos moradores estão vivendo do que possuem em virtude da suspensão das plantações, e alguns já estão passando fome, vez que não têm onde buscar alimento e nada podem plantar. Dos 37 moradores antigos, 20 concordaram com Sr. D. e estão plantando, ao passo que 17 continuam em litígio e não se submetem às determinações do senhor de engenho. O Juiz de Direito de Vitória, J.A.B.C., não demonstra o menor interesse pela situação dos

101 Segue a lista dos participantes.

moradores do Engenho, e ao que parece, concordou com o advogado do Sr. D. no sentido de “engavetar” o protesto dos mesmos. Os 17 moradores designaram uma Comissão de 5 homens, a fim de comunicarem a situação ao Governador do estado, Prof. A.M, e solicitarem o interesse do mesmo para a solução do impasse. Foi encaminhada pelo governador ao Secretário da Agricultura, o qual enviou um fotógrafo e um agrônomo àquele município, para apurar a veracidade das informações e fotografar os prejuízos causados pelo gado nas plantações. Não foi tirada fotografia dos prejuízos em virtude do adiantado da hora, sendo apenas fotografados os moradores e respectivas famílias.

Não existe e jamais existiu Liga Camponesa no engenho T. Não foi encontrado material comunista nas residências dos moradores. A propriedade não foi visitada por nenhum elemento estranho [sic] ou comunista. O que na realidade existe é uma forte união entre os moradores relutantes, oriunda da situação crítica em que se encontram e da perseguição sofrida por parte do Sr. D.W.S.

Recife, 13.03.1951.”

Os trabalhadores entrevistados, vários deles vítimas do recente movimento de expulsão, situam a aceleração do fenômeno em períodos que cobram um leque temporal maior ainda. “Não tinha terra para plantar não. A terra que tinha era ali por volta da usina, porque foi Dr. Getúlio Vargas que deu. Plantava em volta da usina, muitas pessoas. Quando foi depois que Agamenon foi governo, inventou que a terra era de cana. Aí condenaram e não deram mais terra à gente”, conclui Miguel José de Oliveira. “Não tem uns 10, 15 anos que eles tão fazendo isso? Já, mas de primeiro ainda tolerava mais um pouco.” João Francisco dos Santos.

A violência da expulsão – às vezes, física ou com ameaça de se tornar tal – era cumulada com a perda da moradia para uma família contando crianças e com um sentimento de injustiça ao ter que abandonar as plantações efetuadas pelos esforços de todos e que garantiam parte da alimentação. Nem mesmo as criações dos

trabalhadores estavam a salvo das investidas. A empresa se outorgava direitos de apreensão sem mandato ou autoridade judicial para tanto: “animais apreendidos pela Usina; tinham 60 dias para vender gado, animais domésticos, cavalos.”¹⁰² Cassiano José de Sena enfatiza o *modus operandi* acompanhado de violência: “Tinha, porque eu mermo vi: senhor de engenho botava os troços do morador no lado de fora, aquelas porcarias. Se ele brincasse, apanhava. E tocar fogo naquilo.”

Sem aviso prévio, sem indenização, sem recurso junto a um órgão de classe ou à Justiça do Estado, os trabalhadores eram expulsos em virtude do simples bel prazer do proprietário e da força armada da qual dispunha (e dispõe ainda) com a conivência das autoridades públicas. “Remuneração não tinha, não existia. Era sair, se tivesse dinheiro da semana pra receber, recebia e saía; e se não tivesse... pronto, tá tudo certo. Só era pegar o que tinha: ‘Tal dia eu quero a casa desocupada.’” José Felipe Santiago. Quaisquer que fossem as circunstâncias, conta José Inácio da Silva, a família perdia: “Agora, quando a gente saísse, não tinha direito a nada, não tinha direito a nada. Deixava lá esse negócio de indenização nem nada não.”

A recusa de considerar mesmo pequenas indenizações mostrava bem que os plantadores não se concebiam como parceiros num acordo, mesmo assimétrico, como outros proprietários consideravam seus meeiros ou arrendatários. Eles eram soberanos, absolutos no seu poder sobre as coisas e as pessoas. A omissão do Estado, aliás sua presença firme e fiel ao lado dos empregadores, mesmo em situação de violência física contra os trabalhadores e suas famílias, era patente.

102 “Usina São José Igarassu”. DP 24.07.1973.

Queixa de A. M. contra trabalhadores rurais: ocorrência de natureza grave¹⁰³

Relatório do delegado de polícia de Gameleira, março de 1947 com abertura de inquérito e nota manuscrita do Delegado da Ordem Política, econômica e social, 10.03.47.

“Foi efetuada a prisão de grevistas e trabalhadores agrícolas culpados de ‘indisciplina’ a pedido de A. M. usineiro. A greve no engenho P. S. ocorreu não só em virtude de ‘reivindicação de direitos feridos’, mas um movimento de subversão da ordem entre empregador e empregados, forçando desta sorte a ‘Empresa’ pagar-lhes por insignificantes lavouras, preços que, a uma avaliação honesta não poderão ser atendidos. Ocorre ainda uma circunstância grave. Todos os grevistas são ostensivamente filiados ao PC, neste município.”

7.4.5 Recursos

O *leitmotiv* é o mesmo: não havia possibilidade de defesa: “Era muito ruim, era muito ruim naquele tempo. Era muito ruim e não tinha direito, não. Eles botavam pra fora, as lavoura ficava lá, ou então eles botava um bicho dentro, e o camarada nada dizia.” Severino Sebastião Santana. Amaro Rosendo Fagundes lamenta que não houvesse a quem recorrer. “Ninguém ia procurar pra receber, que a polícia era convenida com o senhor de engenho, combinada com a usina. O cara ia pra onde, senhor? Não tinha pra onde apelar!”

Após o golpe de Estado, em particular, os sindicatos se queixaram repetidamente da falta de empenho das autoridades para aplicar a legislação em vigor. Assim, um “Memorial Camponês a Costa” exigia particularmente a “imediata aprovação da regulamentação do Decreto 57.020 de outubro de 1965, que confere ao trabalhador o direito de plantar até dois hectares de terra, e a

103 SSP 6691. Doc. 7-9.

dinamização da Delegacia do Trabalho, para que o órgão fiscalize, realmente, as irregularidades e fraudes referentes ao relacionamento do trabalho.”¹⁰⁴

104 “Rurícolas fazem queixa da Revolução ao Presidente” e “Memorial camponês a Costa”, *JC*, 09.06.1967 p.1 e 10. O memorial é assinado pelos sindicatos de Ipojuca, Ribeirão, Alagoinha, Condado, Camocim, Vicência, Paulista, Gravatá, Barreiros, Limoeiro, Carpina, Nazaré da Mata, Rio Formoso, Amaraji, Gameleira, Timbaúba, Panelas, Belém de Maria e Caruaru. “b) imediata aprovação da regulamentação do Decreto 57.020 de 11 de outubro de 1965, que confere ao trabalhador o direito de plantar até dois hectares de terra, conforme plano em poder do Ministério da Indústria e Comércio.” “A omissão do Governo Federal em adotar procedimento que torne efetivo e cumprimento das Leis do Trabalho e a falta de regulamentação do Decreto 57.020 reduziu o trabalhador rural à situação de extrema miséria, deixando-o sem condições de reagir por qualquer meio, a não ser invadindo as cidades para saqueá-las em busca de alimentos. Ao que estamos informados, isso não demorará a acontecer nas sedes de vários municípios, como Palmares, Ribeirão, São Lourenço e Escada, pois o rurícola, com a *Revolução, perdeu de fato o salário e a terra.*” Ênfase minha.

8. Violência e cidadania

Essas vítimas da burguesia rural não tinham para quem apelar. Estavam amordaçadas e atoladas até a garganta nos feudos dos engenhos, das usinas e dos latifúndios. Tinham medo dos capatazes, dos feitores, dos gerentes e dos patrões, dos soldados da polícia, do delegado, do promotor, do juiz etc.

Gregório Bezerra¹

Enquanto o camponês viveu sob o predomínio absoluto do dono da terra, sem direito de pensar política, de orientar-se na busca de uma vereda que o conduzisse à liberdade, o camponês estava parado. Havia paz como existe no charco podre. Paz feita de lágrimas silenciosas das mulheres esqueléticas que passam pelos caminhos como fantasmas. Paz feita dos anjinhos que se vão pelas encruzilhadas em busca de cemitérios das vilas, todos mortos pela fome. Paz feita da escravidão do homem que marcha como boi, como burro, para o eito que é o princípio e o fim de sua vida. É contra essa

¹ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Vol. 1. Op. cit., p. 176.

paz que eu luto, que lutam os camponeses. Por causa dela nascem as Ligas. A paz que eu quero é feita com a alegria do homem livre sobre a terra livre. Do homem livre da miséria, da fome, da truculência do feitor e do analfabetismo. Da terra livre da erosão, da praga e de um só dono.

Francisco Julião²

Entre as características mais badaladas da relação de ‘morada’, a benevolência dos empregadores figura em boa colocação. É o clima supostamente familiar reinando nas plantações que garantiria um bom entendimento entre patrões e trabalhadores. Os casos de inegável violência patronal, como na versão freyriana da escravidão, foram geralmente atribuídos à legítima defesa dos proprietários, frente a provocações de “elementos estranhos”³ a sua força de trabalho ou, em última instância, a raras falhas de caráter em “maus” senhores de engenho e usineiros.⁴

2 “Deputado Julião desmente o caráter subversivo das Ligas Camponesas”. Resposta de Julião a um artigo do DP, lida à tribuna da Assembleia Legislativa como “um pronunciamento definitivo sobre o problema das Ligas Camponesas”. DP, 16.05.1959, última página.

3 “Governo de Pernambuco transige com agitadores”, entrevista no Rio de Janeiro, com o Sr. Francisco Alberto Moreira Falcão, presidente da Associação dos Fornecedores de Pernambuco. Ele pede ao Presidente Jango para salvar a agricultura canavieira: “Greves seguidas são deflagradas em vários municípios, comandados por diversas facções políticas, nas quais 95% dos elementos são agitadores profissionais, estranhos aos verdadeiros camponeses.” DP, 14.11.1963. A ideia de uma conspiração (comunista) contra o setor (portanto, a região; portanto, a nação; portanto, qualquer cidadão brasileiro) é reiterada *ad nauseam* na imprensa. Por exemplo: “Plano organizado tenta o colapso da produção açucareira em Pernambuco”. Título em sete colunas, no primeiro caderno, quando se trata de mais um discurso de deputado udenista, Augusto Novais, na Câmara. DP, 10.11.1963.

4 A violência patronal não se dirigia exclusivamente aos trabalhadores rurais, tampouco era obra de senhores de engenho “atrasados”. Testemunham isso vários

A experiência vivida, segundo os trabalhadores entrevistados, é bem diferente: a violência patronal – efetiva ou como ameaça – exercia-se de maneira genérica, endêmica e sob as mais diversas formas. Embora as limitações acima mencionadas e a própria falta de dignidade nas condições de vida e de trabalho dos canavieiros qualificassem, sem dúvida, como violência, serão tratados aqui apenas os casos mais explícitos de atos violentos desferidos contra trabalhadores e seus familiares nas plantações por parte do patronato e seus prepostos (ou até mesmo por servidores públicos da polícia⁵ a mando destes)⁶.

Seviciado⁷

“Severino Monteiro de Melo, morador num engenho de Rio Formoso e que foi capturado por uma volante que se apresentou ao chefe de polícia anteontem, sendo recambiado para a Delegacia Auxiliar, submeteu-se ontem a exame no Instituto de Medicina Legal, em virtude de ter sido seviciado pelos componentes da volante, comandada pelo sargento c. n.”

casos de violência contra os operários da indústria do açúcar, pelas mesmas razões que afetavam os do campo.

- 5 O Exército não é mencionado pelos entrevistados, embora tenha intervido, como lembra Julião, a propósito do Governo Jânio Quadros, ou seja, em situação de normalidade, distinta da época do golpe militar de 64. Operando batidas frequentes nas “cabanas dos camponeses [...] não obstante jamais ter o Exército encontrado uma única arma de seu uso exclusivo, mas uma ou outra espingarda pica-pau, de caçar passarinho, além da foice, do facão ou da enxada indispensável a quem lida com a terra. Não ficou nisso. O Exército passou a prender também os líderes camponeses mais ativos.” SANTIAGO, v. *Francisco Julião*. Op. cit., p. 74.
- 6 “Denunciamos ao Secretário de Segurança. Operário barbaramente espancado pela polícia de Jaboatão”. DP, 11.05.1945.
- 7 DP, 14.01.1960.

8.1 A violência patronal

A violência patronal funcionou como terror numa dimensão secular em tempos escravistas,⁸ com consequências difíceis de avaliar. Não se pode subestimar sua abrangência que viabilizava e reforçava o caráter absolutista do sistema. A plantação escravista já fora comparada a um campo de concentração. Da mesma forma que as resistências à “instituição peculiar” são hoje em dia investigadas e valorizadas, em todas as suas dimensões, pelos pesquisadores, a potência do fenômeno coercitivo e sua longa duração,⁹ sem ruptura que sugerisse ou permitisse uma inversão dos papéis, não devem ser menosprezadas. A ‘morada’ situa-se precisamente num ambiente que emergiu da escravidão, num processo cuja característica de transição relativamente pacífica reforçou as permanências em termos de modalidades de relações entre classes. Os senhores de escravizados usavam de armas para manter seu poder. A abolição não lhes tirou esse hábito.

Perguntado a respeito da famosa amizade entre empregadores e empregados nos engenhos, Manoel dos Santos da Silva explica a situação, relacionando estreitamente os episódios de violência física e ameaça a questões de trabalho:

Olhe, era difícil um patrão conversar com um trabalhador. Ele aparecia lá era de dia ou de noite. A relação era com... era como o gato com o rato, um de lá outro de cá. Quer dizer: ele

8 Apesar de toda a discussão sobre a suposta qualidade distinta do escravismo brasileiro, “angu por dentro e ‘bacalhau’ por fora”. “Estudos sobre o negro”, Orlando Parahym, *DP*, 23.11.1958. O autor defende, como os demais dessa linha, que os senhores, “salvo exceções eram mansos. Mostravam sentimentos humanos.”

9 353 anos, segundo Palmeira, que enfatiza a continuidade nas condições de vida e de trabalho após a abolição da escravidão, o “camponês da zona canavieira” sendo “transformado de escravo em simples assalariado continuando, no entanto, com a mesma forma de trabalho.” PALMEIRA, Moacir. *O Movimento Camponês na Zona Canavieira de Pernambuco*. Recife: Ed. A Luta, 1967, p. 2.

se dirigia mais ao... o camarada se dirigia mais ao preposto, ao administrador; e os patrões, a relação dos patrões era... fora. Não tinha amizade com o trabalhador, não. Muitas vez, ele dá esporro no trabalhador que mandasse chamar. [...] Bem, a violência era mais... O que acontecia nos engenho era mais com os cabo e administrador, que fazia a conta grande. O trabalhador não podia tirar. E ele dizia, e daí o trabalhador tinha que tirar a conta grande. Se fosse ficar reclamando, aí havia o choque. Às vez, até de bater, às vez, de administrador dá tapa no trabalhador. Agora tinha senhor de engenho que tinha um parceiro que andava com dois revólver no quarto. O povo tinha medo até de dizer, é... que ele estava devendo o décimo terceiro e as fêria. Acumulava, acumulava férias à vontade.

A onipresença da violência patronal revela-se nos depoimentos, seja ela efetiva ou potencial, embora haja, às vezes, relutância¹⁰ por parte de certos trabalhadores em falar no assunto a respeito dos engenhos onde trabalhavam. “Na usina São José, não acontecia essas coisas não. Sempre fazia o que o chefe mandava, né?”, afirma Abílio Luís Ferreira. “Agora, aqui em São José, toda vida foi mais manso. Aqui, mas eu ouvia falar bem de perto, porque tinha em toda parte isso. Demais!”, reforça João Oliveira da Silva. Ele acabou de contar como os trabalhadores eram “pisados” e colocados para fora dos engenhos, uma violência sofrida pelo grupo familiar inteiro. “Violência dura. Dura!”, continua, relatando casos incluindo o tradicional gesto de prepotência absoluta: “Tem gente por aí que cortou corda de rede pra ir embora, se não quisesse ir encher carro.” Cena clássica, os proprietários ou seus prepostos invadindo o domicílio do trabalhador a qualquer hora, eventualmente a cavalo:

10 Muitos entrevistados não pensam inicialmente na violência patronal, mas na insegurança vigente atualmente, ou então nas brigas entre trabalhadores, única forma de violência que alcança habitualmente as colunas da imprensa. “A violência era muito difícil, tinha não; os moradores era tudo contente um com os outros, tudo amigo.” José Barbosa do Nascimento.

Homens, muitos dos ruins, às vezes, faziam violência como os administradores: chegava para chamar o trabalhador para encher o carro. Quando o trabalhador não queria ir, tava deitado na rede, eles cortavam as cordas da rede de morador, de filho de morador, de gente mesmo de lá. Faziam disso, em muita gente faziam disso. *Alfredo Cosme dos Santos*

Negando que houvesse violência, certos trabalhadores contradizem colegas.¹¹ Assim, José Francisco dos Santos, da mesma empresa, menciona episódios que não poderiam ser de outro modo avaliados:

Um tal de I., ele mora aqui pro lado de Abreu e Lima, ainda, tá vivo. Chamavam ele de Muganga. [...] Era vigia do engenho. Tudo isso sei contar. Porque na usina São José, sei contar de ponta a ponta que faz 54 anos que sou fichado lá. Tá aqui nessa carteira aqui. [...] Era proibido chupar cana, era. Se nós passasse no ponto de cana, na época da safra mesmo. Tinha assim uma touceira de cana, e o vigia tava lá fora, olhando, e tomava a faca e dava no camarada.

Outros entrevistados não hesitam, nem manifestam pudor em estigmatizar a violência do ambiente de trabalho: “Tinha, Senhor. Tinha violência! [...] Era, eles davam no trabalhador, fazia os trabalhadores cachorro. Era, tratava como cachorro.” José Batista do Nascimento. Cassiano José de Sena acrescenta: “Sempre teve; sempre teve contra o trabalhador.” José Honório da Silva usa uma expressão que foi retomada como título de uma publicação da Fetape: “E aí passaram uns tempos que açúcar tinha gosto de sangue. [...] Nunca faltou humilhações e violências contra os trabalhadores. Nunca deixou de ter a violência contra os trabalhadores.”

11 Antônio Ambrósio dos Santos é o único entrevistado que mantém uma opinião mais próxima da visão clássica da ‘morada’: “Muitos, muitos eram violentos, mas muitos não, eram mesmo que ser um pai. Tinha tantos patrões, tanto senhor de engenho que era com os filhos dos trabalhadores dele. Era! Agora já tinha outros mais duros, né?”

Obviamente, havia graus e frequências muito variados. Os piores casos¹² eram “[a]lguns engenhos que o patrão é meio rebelde”, explica Amaro Pedro dos Santos. Outros entrevistados ressaltam a normalidade das relações na plantação onde se encontravam:

Não. Todo administrador, mesmo aonde eu morava no engenho – eu não sei nos outros cantos, eu não posso afirmar e dizer coisas que eu não vi, eu contar, né? Agora no engenho que eu morei, em Sibiró, nunca chegou administrador violento, não. Com violência, não, era tudo dado com os trabalhadores, não tinha esse negócio de viver com autoridade com os trabalhadores, nem nada. Agora, ele exigia de trabalhar, porque, ele exigia que vinha ordem da usina, porque a quantidade de gente era pouca, ele queria que trabalhasse todos os dias. *José Amaro dos Santos*

Singularizar a não-violência (entende-se o fato de não cometer nenhum crime) de dado administrador, obviamente, não invalida o clima geral de ameaça que era favorecido pela impunidade¹³ assegurada pelas autoridades aos autores de atos de violência patronal. “Brigava mais o cabo porque a conta era grande. O cabo ia dar no trabalhador e o trabalhador matava o cabo; e, às vez, o cabo matava o trabalhador, e essa agonia... sempre toda vida foi assim.” João

12 Além da surra, ou mesmo da morte, encontrava-se um assombroso elenco de medidas punitivas que dispensa qualificativo. “Governador confirma que agricultor foi ‘ferrado’ e polícia acentua que o caso não tem ligação com as LC”. SSP 7599, JC, 02.07.1961.

13 Gregório Bezerra lembrou que nem mesmo os culpados pelo massacre da Usina Estreliana foram punidos. “Crime que rico faz nunca é punido. Quando o pobre comete uma arbitrariedade, comete um crime, é imediatamente punido, processado a 20 ou 30 anos; mas eu nunca vi um rico passar nem dois anos na prisão. José Lopes de Siqueira Santos morreu num desastre aqui na Avenida Agamenon Magalhães, num desastre que sofreu; mas não sofreu uma penalidade sequer.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez. Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 106.

Francisco dos Santos. A proibição do uso, pelos prepostos, de armas em locais de trabalho foi seriamente considerada apenas em recentes campanhas salariais. Na época da ‘morada’, era banal um “feitor que tentava desmoralizar um camponês, porque estava armado, porque tinha, naturalmente o poder conferido pelo grande senhor de terras.”¹⁴

8.1.1 A violência patronal como fator econômico

Uma das dimensões mais drásticas da violência patronal, o assassinato de trabalhadores, ocorria geralmente em situação de conflito de interesses, os plantadores se recusando a pagar os vencimentos legais e os trabalhadores tendo a “ousadia”, “*la folle témérité*”, de reclamar.¹⁵ Gregório Bezerra lembra um dos casos mais célebres, em razão da época em que ocorreu, raro momento em que a imprensa dava cobertura a esse tipo de fato. É bom lembrar que constituía apenas a ponta de um *iceberg* silenciado pelos governos anteriores e, sobretudo, posteriores ao primeiro governo Arraes.

Ao apagar das luzes do Governo Cid Sampaio, o Sr. José Lopes da Siqueira Santos, dono da usina Estreliana, junto com seus capangas, matou covardemente cinco camponeses indefesos, dentro de sua usina. Isso porque os cinco trabalhadores agrícolas foram pedir ao patrão o pagamento da diferença salarial, que não tinham recebido. O facínora José Lopes perguntou a um homem do grupo quem os chefiava; este respondeu que não tinham chefes e que tinham ido pedir o pagamento porque seus filhos estavam com fome, precisavam comer um

14 Francisco Julião. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 76.

15 “Morto o trabalhador a cacetadas, em terras da propriedade ‘Tiriri’” da Usina Santo Inácio. O motivo era “algumas irregularidades surgidas com o desaparecimento de vales comprobatórios das tarefas diárias.” DP, 23.11.1947.

“feijãozinho”. Como resposta, recebeu uma rajada de metralhadora, disparada pelo dono da usina. O camponês foi atingido pela frente e caiu de costa, aos pés do seu matador; os quatro restantes foram fuzilados pelas costas, ao tentarem fugir. Não escapou nenhum. Estavam desarmados.¹⁶ [...] Esse massacre bárbaro de assalariados agrícolas continua impune até hoje e serviu de escola para assassinatos e ferimentos graves em dezenas de camponeses pobres, durante o ano de 1963 entre os Estados de Pernambuco e Paraíba.¹⁷

16 Em contrapartida, um documento da Delegacia de Ribeirão, datado de 02.08.1963, lista “Metralhadora automática marca MP-40, BNZ-43, nº 2276; dois mosquetões modelo 1908 nº 3508 e 3589, série A; uma pistola calibre 22, automática, modelo 77, marca Winchester, nº ilegível; três espingardas de cartuche calibre 12, marca NF; um revólver marca Taurus, calibre 38, nº 65.136; um revólver marca Estrela, calibre 32, duplo, nº 24.964; uma pistola marca Rossi, calibre 22, nº 95.352; uma faca peixeira, mosquetões, noventa e dois cartuchos; rifles 23 calibre 44; metralhadora contendo dois pentes e 156 cartuchos de 9 mm; 264 cartuchos calibre 12; que foram apreendidos na residência do Sr. J. M. F., na usina c.” Em outro documento (No 7) da mesma delegacia, uma testemunha (vigia) declara ter “conhecimento da existência de um arsenal de armas cuja porta era fechada à chave e entregue a guarda de O. T. C., chefe dos vigias. Que o dito arsenal estava instalado da casa residencial do Sr. J. M. F.” Arquivo Público Estadual, Fundo Dops, SSP 796. Doc. 6. A esse propósito, Antonio Callado conta que, em resposta a um pedido de informação, o IV Exército respondeu: “Nota aos jornais pernambucanos. As armas eram antigas, provavelmente dos tempos da Coluna Prestes, à exceção da metralhadora, alemã, modelo da última guerra, sem dúvida adquirida pelo Sr. Maranhão a algum membro da Força Expedicionária Brasileira. Tratava-se, assim, de pobres fuzis históricos e de uma metralhadora-souvenir. O IV Exército recebera de volta, encaminhadas pela Secretaria de Segurança do Governo Arraes, as armas, e, pela pouca importância que às mesmas dava, evidenciada na nota em resposta ao telegrama, provavelmente já as restituiu ao senhor de engenho Maranhão Filho, caso precise ele defender-se de alguns camponeses que lhe venham reivindicar algum salário atrasado.” O autor conclui lamentando “Essa arrogante irresponsabilidade das Forças Armadas, que pairam sobre o Brasil do alto de seu Olimpo, tranquilas na ciência de que o verdadeiro Presidente da República é o Ministro da Guerra”. CALLADO, A. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 73-74.

17 BEZERRA, G. *Memórias*. Vol. 1. Op. cit., p. 173.

Como o sublinha um brasilianista, “os números de assassinatos, obviamente, não incluem as prisões ilegais, abusos menores, assédio, destruição das culturas pelo fogo, desvio e poluição da água, estupros, encarceramentos, sequestros e trabalho escravo.”¹⁸

A imensa maioria dos casos de violência contra os canavieiros estava imediatamente associada a questões de organização do trabalho e de remuneração.¹⁹ Essencialmente em jogo estavam o tipo²⁰ e a quantidade de trabalho (tarefa grande demais), hora (particularmente para enchimento do carro) e falta de respeito à remuneração acordada para dada tarefa.²¹ O caráter de fator econômico da violência patronal manifestava-se claramente na sua eventual sazonalidade:

Existia uma relação muito acordante, agora existia uma relação muito cruel. Esta relação acordante era muito cruel,

18 MAYBURY-LEWIS, Biorn. *The Politics of the Possible. The Brazilian Rural Workers' Trade Union Movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1994, p. 23.

19 “Rurícola foi morto pelo administrador do Engenho”. “A vítima (o trabalhador Antônio Laurentino da Silva, casado, pai de 5 filhos) reclamara seu pagamento ao administrador, gerando-se, então, forte discussão entre ambos, no decorrer do qual Sebastião Luis da Silva abateu seu antagonista, foragindo-se em seguida.” DP, 19.01.1967.

20 “Trabalhadores rurais feridos a foice no município de Ipojuca”. Trata-se de um cambiteiro que “ontem pela manhã recebeu instruções do cabo de turma para prosseguir no serviço, não por produção e sim como diarista. Surgiu entre ambos uma discussão que degenerou em luta. José Ribeiro (o cambiteiro) depois de ter recebido um golpe de cacete, fez uso de uma foice e vibrou-a contra o cabo de turma. Esse conseguiu arrebatá-la das mãos de seu contendor, ferindo-o gravemente.” JC, 03.05.1957. A violência patronal foi, algumas vezes, respondida com violência por parte dos trabalhadores, casos que provocavam a indignação da imprensa e geralmente recebiam cobertura detalhada. Nesses casos, as sanções legais eram devidamente aplicadas. A violência contra os trabalhadores era apenas episódica e pontualmente coberta, geralmente sem detalhes nem comentários.

21 Engenho Sapocagy, Escada, por irregularidade no serviço, é morto “com um golpe de peixeira no peito esquerdo”, o trabalhador João Bernardino Amaro, de 47 anos, pai de 11 filhos. DP, 28.06.1944. “Impressionante crime ontem em São Lourenço” um morto “por questão de serviço”. DP, 21.12.1947.

muito rígida. Na época do inverno era mais calmo, porque não existia aperto para a colheita. Todo aperto é no tempo da colheita. Mas na colheita, muitas pessoas eram apertadas. Trabalhavam dia e noite. Trabalhavam a pulso. Enchiam carro de máquina a pulso. Era muito rígida. E a relação com os trabalhadores era um pouco cruel. Uns patrões eram mais mansos, uns empregados eram mais mansos, mais amigos, mas outros eram bem metidos a brabos, matavam gente. Davam em trabalhador, jogavam a polícia em cima sem o trabalhador fazer nada. Muitas vezes, por besteira, matavam um trabalhador. Arrastavam um trabalhador, amarrado atrás de um cavalo e outro cavalo pisando atrás. Ainda cheguei a ver isto. *José Antônio de Lima*

Como a violência constituía uma parte integrante do regime de trabalho, evidenciava-se também pelo seu imediatismo, como avalia José Severo da Silva: “A violência hoje é menos; mas naquele tempo, tinha! Aquele tempo era o tempo de carrancismo. Era o tempo que o camarada ou fazia o que eles mandavam, ou senão ia pro pau. Tinha que fazer!” A simples recusa ou tentativa de debater o assunto, por parte do trabalhador, podia suscitá-la, como assinala Alfredo Cosme dos Santos: “Ah!, se alguém discutisse, ia apanhar, ia apanhar. O camarada apanhava.” Parecia não haver gradação ou tempo de negociação. Ela vinha como uma resposta automática.

Ah! Naquela época a violência era dos patrão com os fracos, era pau. Era pau no espinhaço do cara. E era pra falar baixinho. Não era pra falar alto, não. Naquela época, eu vou dizer ao Sr: naquela época o patrão dizia assim: “É assim, assim, assim.” O camarada só tinha o direito de dizer uma palavra, e na outra ele mandava o cara logo se calar. Se não calasse, ia pra o pau mesmo. *José Pereira de Lima*

Vários trabalhadores, de fato, mencionam a violência patronal apenas a partir do momento em que ela ocorria fora de situações

banais, em ocasiões que foram acostumados a conceber como provocativas, enquanto expressavam simplesmente a famosa “liberdade” do assalariado na sua definição clássica: discordar de alguma exigência patronal. “E a gente pegava, se assujeitava, né? Era.” Francisco Zalatiel Ferreira continua, relatando como as circunstâncias, os objetos da perigosa discordância, podiam parecer fúteis: “É, uma... quando o camarada deixava um pé de mato, ia pra... ia pro couro.” A ideia de coerção estava explícita: “O camarada quando não chegava, o camarada não queria encher carro, ia à força. À força, eu sei dizer é isso. No meu tempo ia à força.” Mas, qualquer aspecto banal da vida no engenho podia ser pretexto à violência; passar por locais proibidos;²² chupar cana; recusar-se a algo ordenado pelo patrão;²³ cortar capim para abastecer as criações amarradas por falta de espaço para deixarem-nas pastar; “não dar atenção”!²⁴

Alvejado pelo vigia do Engenho quando cortava um pedaço de cana²⁵

“O agricultor recebeu forte carga de chumbo e faleceu ao dar entrada no Pronto Socorro.

Jaboatão. José Benedito da Silva, 35 anos, casado, pai de dois filhos;

o trabalhador rural fora alvejado pelo vigia Pedro Filismino do Engenho Goiabeira no momento em que cortava um pedaço de cana.”

22 “Monstruoso homicídio”. “A grande falta que aqueles haviam cometido se restringia apenas a passar pelas terras da propriedade”. DP, 13.07.1955.

23 Denúncia de tortura de trabalhadores rurais por policiais para forçá-los a assinar a folha de usina. JC, 22.12.1968.

24 “Brutal agressão em São Lourenço da Mata”. Engenho Constantino. José Domingos da Silva agrediu a faca peixeira Antônio Lourenço da Silva (16 anos) no “casebre” da vítima “quando estava ceando, pelo fato deste não lhe haver dado atenção ao chegar”. DP, 23.10.1956.

25 DP, 09.10.1956.

Engenho Barbalhos, Cabo, Usina José Rufino²⁶

“Ultimamente um jornaleiro, cujo nome não ficou ainda apurado, residente nas imediações tomou por costume cortar capim apesar da proibição existente. Admoestado um dia recebeu intimação para deixar no lugar todo o capim cortado.

Na 5ª feira, mais ou menos às 17 horas, Severino Geró do Pina (administrador) surpreendeu-o de novo na infração e daí originou-se séria desinteligência entre ambos. Empunhando uma serra o jornaleiro investiu contra Severino Geró do Pina, produzindo-lhe ferimentos incisivos no frontal, no nariz e da pálpebra esquerda. E ainda fez uso da ‘peixeira’, vibrando um golpe na mão direita de Severino Geró do Pina. Vendo que seria assassinado apesar dos ferimentos que apresentava, sacou então Severino Geró do Pina, revolver, desfechando toda a carga sobre o agressor. O jornaleiro foi morto; Severino Geró do Pina preso em Recife.”

Outra evidência do caráter econômico do uso da violência era sua difusão (mesmo que seja apenas como ameaça) e o fato de que seu exercício por um dado plantador contra certo trabalhador não impedia que este encontrasse rapidamente uma nova colocação. Ou seja, a imperativa vontade de dominar uma força de trabalho à escala das necessidades da produção sobrepujava qualquer outro sentimento na classe dominante.

“Você não dorme mais na casa”

“Sem direito nenhum. Não tinha direito de nada, se o senhor de engenho pesasse com um camarada, aqui, e dissesse: ‘Amanhã, você não me dorme mais aqui!’, não dorme mesmo não.

[Aí, tinha que ir embora?] Tinha que ir embora mesmo, porque tinha senhor de engenho carrasco mesmo. Quando dizia assim:

‘Você vai embora, hoje você não me dorme na casa!’ E não dormia mesmo não.

26 DP, 20.08.1944.

[Não tinha pra quem apelar?] Tinha não, tinha não senhor, viu. Quando dizia que era pra ir embora, é pra ir embora mesmo.

[E se não saía?] Se não saía, ele saía nem que fosse pra debaixo de um pé de pau. Mas, de noite, ele não dormia alí mais não, porque se fosse dormir, o pau comia.

[O quê?] Saía debaixo do pau, mas saía mesmo.” *Severino Barros Lima*

A dialética peculiar da violência contra os trabalhadores queria que ela vigorasse tanto para obrigá-los a algum trabalho, nas condições ditadas pelo patrão, quanto na expulsão da plantação: imediata, sem indenização. Ambos os movimentos sendo concebidos como oportunidades para o exercício/a ameaça de violência contra a integridade física dos trabalhadores. “Quando o patrão dizia assim: ‘Você vai-se embora hoje. Se você amanhecer o dia amanhã lhe dou uma pisa! Se amanhecer o dia na casa, dou-lhe uma pisa.’ Fazia medo. O homem vinha, trazia a polícia, matava o caba no pau.” José Pereira de Lima. Ela era também, obviamente, instrumento de punição, inclusive coletiva, nas mãos da autoridade pública:²⁷ um relatório banal sobre uma investigação a respeito de incêndios

27 Os problemas, às vezes extremamente violentos, que os membros das Ligas Camponesas tiveram com a polícia abundam na imprensa. No DP, de 27.09.1959, Gilberto Freyre publicou uma carta intitulada: “Morte do guarda arrecadador: líder das ‘LC’ promete demonstração de massa”, atitude que o honra e que, infelizmente, não retomaria após o golpe militar de 64. Protestando contra as violências repetidas visando membros das LC, afirma: “Em Vitória, instalou-se um clima de terror. As prisões e os espancamentos se sucedem. Basta um humilde lavrador erguer-se para protestar contra o desmando de um dono de terra mais reacionário para ser arrastado à delegacia e fichado como comunista. Como no Estado Novo fazia com operários, estudantes, jornalistas e professores. A indústria do anti-comunismo tão explorada desde aqueles negros tempos, está sendo deslocada para o campo. É o sinal que o camponês desperta para atirar fora o jugo da escravidão que o prende à terra.”

supostamente criminosos²⁸ – outra grande paranóia dos proprietários – mencionava tranquilamente:

[O] delegado de Goiana chegou ao local do incêndio com 5 soldados armados de fuzis, mandou juntar todos os cambiteiros e cortadores de cana, tendo ameaçado de prender e espancar todos a fim de que fosse descoberto o incendiário. Em virtude dessa ameaça, no dia seguinte, faltaram ao serviço 11 cambiteiros e 9 cortadores de cana, todos esses trabalhadores abandonaram o serviço não mais voltando, por esse motivo não mais nos foi possível identificar ou localizar o incendiário.²⁹

Obviamente, a única medida de autoproteção dos trabalhadores era, mais uma vez, a fuga quando a autoridade pública, responsável teoricamente pela proteção de todos os cidadãos, tornava-se ameaça tão direta.³⁰ Os desafortunados deviam abandonar tudo o que

28 A questão dos incêndios recorre com muita frequência nos arquivos de polícia. Pe. Crespo explica: “O coronel da SSP (no governo Cid Sampaio) que chegou a constituir volantes de policiais para caçar camponeses, pretensos incendiários ou julgados assim, em áreas de canaviais, na Zona da Mata canavieira de Pernambuco. Muitas vezes, estes incêndios eram ocasionais ou programados para o corte da cana [...] sempre acusavam os trabalhadores de serem os incendiários. Isto era um pretexto para que a polícia andasse vasculhando toda a zona canavieira, prendendo e amedrontando terrivelmente os trabalhadores rurais.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 28. Ver PORFÍRIO, Pablo. *Medo, Comunismo e Revolução* (1959-1964). Recife: EDUFPE, 2009.

29 Relatório de investigador, 30.09.1961 à SSP, Delegacia Auxiliar. SSP 7956.

30 Outro caso banal, era a recusa a acudir e proteger os trabalhadores ameaçados. “Quando reclamam contra salário de fome e excesso de serviço, são violentamente expulsos pelos capangas e vigias, chefiado pelo indivíduo José Daniel, autor de surra e atentados contra a vida dos trabalhadores vítimas das arbitrariedades contra eles cometidas. Adiante, o peticionário esclarece que, quando os prejudicados recorrem à polícia, a queixa é registrada mas são desmoralizados pelo Sargento Brito, delegado do município, asseverando que este militar ‘vê em cada agricultor um comunista.’” Frente a um caso de invasão de domicílio de um morador em que o próprio e sua esposa foram espancados, ficando “o

tinham, colocando sua família em situação de perigo, além do desconforto. A violência podia, pois, se exercer também contra os familiares do trabalhador, direta e indiretamente: “Não tinha direito não. Se botasse pra fora, era pra desocupar logo! Se não quisesse desocupar, o senhor destelhava a casa”, indigna-se Eugênio Benvindo M. Freitas. Por mais ‘moderno’ que fosse o empregador, ele não abria mão desse tipo de recurso, como testemunha João Francisco dos Santos: “A usina mermo teve vez que descobriu a casa com o morador de dentro.”

Relatórios de polícia faziam menção a procedimentos similares: tocar fogo,³¹ mandar derrubar etc. Após o golpe militar, a violência aumentou na medida em que havia sido extinto o ensaio de neutralidade do Estado na luta de classes. A brutalidade emergia, vez por outra, na imprensa, em casos mais bárbaros.³² É notável a relação imediata entre a violência contra as coisas e contra as pessoas, como se não houvesse distinção de natureza entre os alvos. Assim, os ataques contra as casas, as culturas ou outros bens dos trabalhadores

marido, Manuel Nicácio, em lamentável estado”, a providência que o agente da Lei tomou foi ameaçar “os denunciante de cadeia e borrachadas.” “Agricultor queixa-se de atos desumanos praticados num engenho de São Lourenço”. *DP*, 13.02.1960.

31 Relatório da polícia do Cabo, do dia 26.08.1960. Os homens do senhor de engenho botaram fogo em duas casas. O caso foi mencionado porque havia sido objeto de uma denúncia do juiz da comarca. *SSP* 8098.

32 “4 mortes em Alagoas para a luta pela terra”. “Ao observar que João saía com a esposa para o campo, o que costumava fazer todas as manhãs, o administrador da fazenda resolveu atear fogo na casa. O incêndio em poucos minutos destruiu a residência, carbonizando as duas crianças que se encontravam no interior. Ao regressar, João e a esposa encontraram apenas os escombros da casa e os corpos dos garotos transformados em tochas humanas. Encolerizado o lavrador fez um juramento de vingar a morte dos filhos. Saiu em busca de Severino que se achava em frente a casa-grande da fazenda. Ao avistá-lo puxou uma faca e investiu decidido. O Administrador entretanto, estava armado de revólver. Os dois travaram violenta luta corporal ao término da qual ouviram-se alguns disparos. Em seguida os dois corpos tombaram ao solo.” *DP*, 24.07.1973, p. 11-12.

podiam desdobrar-se imediatamente em violência (verbal inicialmente) contra as pessoas, sem solução de continuidade.³³

8.1.2 Violência patronal como dissuasão de lutar: “Os direitos eram perigosos.”³⁴

Um dos mais famosos casos de violência, consagrado pelo tratamento cinematográfico, foi o assassinato de João Pedro Teixeira, herói do filme *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho.³⁵ O filme mostra muito bem a violência vigente antes mesmo do golpe militar³⁶ e sua exacerbação frente aos começos de organização dos trabalhadores.³⁷ Também é ilustrada a cadeia de favores e

33 Vitória de Santo Antão. O proprietário queimou a cana de camponês que, depois de três anos de trabalho, sofreu despejo sem indenização. “O patrão foi com dois oficiais de justiça, destelhou a casa do camponês (levando logo as telhas), jogou tudo que havia dentro da casa, na rua. Estava chovendo, as crianças doentes, a mulher em casa e o esposo trabalhando bem longe. Depois de destelhar a casa e jogar as coisas na rua, cortou o bananal do trabalhador. A mulher pedia para que esperasse o esposo chegar para providenciar lugar para colocar os móveis. O patrão chamava a mulher de besta e dizia: ‘Não lhe preendo porque não é seu marido, se fosse seu marido prendia agora mesmo.’ A mulher disse: ‘Apesar de tudo eu confio na justiça de Deus.’ Mas ele respondeu: ‘Cale-se, besta, Deus manda no céu. Na minha terra quem manda sou eu’, e acrescentou: ‘Cadê o advogado do sindicato. Ele está enrolando vocês.’ Agora a família encontra-se nas pontas de rua”. SSP 29.747 Ofício à DRT 20.06.1973 (A fonte da citação não é mencionada).

34 José Severo da Silva.

35 Ver MONTENEGRO, Antonio Torres. “Cabra marcado para morrer entre a memória e a História”. In: SOARES, Mariza de Carvalho e FERREIRA, Jorge (Orgs.). *A História vai ao Cinema. Vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 179-192.

36 “Delegado sindical de Moreno morto em Vitória de Santo Antão”. DP, 21.11.1963. A reação da imprensa contrária às tentativas das autoridades para não deixar o crime impune são eloquentes sobre os velhos costumes patronais. “Senhores de engenho que matam camponeses não ficaram impunes”. DP, 22.11.1963.

37 Fenômeno confirmado pelos relatórios de polícia. Assim, o investigador escreve, em 10.06.1960, que constatou durante diligências nos engenhos M. e P., que “o

solidariedade de classe que protegeu (via imunidade parlamentar) o mandante de qualquer inquietação judicial para prestar contas à sociedade de seus atos. Casos também famosos mais recentes – podem ser lembrados Margarida Alves, líder sindical, na Paraíba; Evanduir Ferreira da Silva, presidente do STR de Aliança; e o advogado sindical de Surubim, Evandro Cavalcanti, entre outros. A Fetape publicou um relatório³⁸ sobre a gravidade do fenômeno. Manifestações públicas e condenações nacionais e internacionais³⁹ não amenizaram a situação. “Se botarem na luta, Ave Maria, eles só faltam matar a pessoa. Tem muitos que mandaram até matar.”⁴⁰

Queixas de camponeses contra donos de terras, na polícia⁴¹

Queixosos: Miguel Paulo Lopes, São Lourenço da Mata e Severino Felinto, Bom Jardim

O primeiro foi expulso do engenho Prado pelo dono José Adolfo Coutinho “sem que houvesse razão”. “O dono do engenho com um revólver e um cacete, acompanhado do administrador Romiro de tal, espancaram ao queixoso, que teve de sair às carreiras para não mais apanhar, embora perdesse tudo que já tinha plantado na fazenda.

Sargento E. exibiu-se em cena de verdadeiro sadismo, em casa de um camponês de cerca de 70 anos de idade, membro da Ligas Camponesas, o comissário ameaçou-lhe de rebentar-lhe a cara caso o mesmo não se tornasse amigo da polícia. [...]. Em outra residência, chegou a agarrar e suspender violentamente os membros de um camponês pelo fato do mesmo dizer que era comunista, estas atitudes do comissário veio criar um ambiente de ódio contra o proprietário do engenho P., pois os camponeses hão de pensar que a mandado do mesmo que o comissário está praticando estas violências, por outro lado estes camponeses jamais votarão nos candidatos do governo, pois na sua ignorância acreditam que estes atos forem ordens especiais dos poderes constituídos.” SSP 29343. Doc. 21-22.

38 Fetape. *Açúcar com gosto de sangue*. Op. cit.

39 AMNESTY INTERNATIONAL. *Brazil: Authorized Violence in Rural Areas*. Op. cit.

40 José Antônio da Silva.

41 DP, 28.12.1962, p. 7.

Severino Felinto disse que de há algum tempo passou a integrar a Liga Camponesa de Bom Jardim, e ontem dois proprietários de engenho encontraram-no numa rua deserta e passaram a espancá-lo findando por jogar contra o mesmo um tijolo que foi atingi-lo nas costas.”

Obviamente, se a situação já estava difícil antes, ela piorou depois do golpe de Estado, sendo qualquer manifestação em defesa dos trabalhadores automaticamente associada à “subversão”. Isso permitia uma legitimação suplementar à defesa simples dos interesses de classe dos empregadores. Doravante, eles participavam de uma cruzada em defesa de grandes princípios e zelavam pela segurança nacional.

8.1.3 “Antes desses direitos, o direito era pau”⁴²

A violência patronal se exercia corriqueiramente pelo castigo físico contra os empregados agrícolas. A história dessa prática parece ser tão antiga quanto a própria atividade canavieira em moldes escravistas, como o mostrou Silvia Hunold Lara.⁴³ Na época em que Cuba abolia a escravidão, em 16.10.1886, o uso do chicote foi teoricamente proibido no Brasil. Isso suscitou vivas reações. Lacerda Werneck, como outros plantadores, via nessa simples medida humanitária uma ameaça direta a suas vidas, o que não deixa de ser eloquente quanto à suposta doçura da escravidão brasileira:

[A] abolição dos açoites causaria o desastre, a consternação e a desorganização da mão de obra. Os estabelecimentos agrícolas não poderiam ser mantidos, declarou experiente fazendeiro, sem “o regime severo de castigo”. Lourenço de Albuquerque, de Alagoas, dirigiu suas dúvidas diretamente ao

42 Sr. Abel Santos. In: MIRANDA, M. M. M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 100.

43 LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência*. Op. cit.

ministério: “No caso de se realizarem os receios dos lavradores” perguntou ele, “dispõe o governo de meios suficientes de força pública bastante e bem disciplinada para garantir-lhes a vida e a propriedade?”⁴⁴

Na época da ‘morada’, tão elogiada pela tradição literária, em termos de relações enfaticamente humanas entre empregadores e empregados, a forma mais corriqueira de violência aplicada aos trabalhadores rurais pelos prepostos ou proprietários era, precisamente, a surra. Ela estava geralmente associada, como foi visto, à coerção quanto a certo tipo ou tempo de trabalho considerados inaceitáveis pelos trabalhadores.

“Podia se preparar o lombo”

“Mudou a condição que naquele tempo, muita gente trabalhava a pulso. Muita gente era batida depois que trabalhava, com seu filho.

[Apanhava?] Perfeitamente.

[E o Senhor, viu?] Vi também. E muitos que iam pro engenho com patrão rebelde, que gostava de violência, fazia disso.

[Como é que era?] O sujeito chamava o trabalhador para trabalhar o dia: ‘Fulano, eu hoje preciso de você pra trabalhar na cana, que tá faltando cambiteiro, tá faltando carreiro, tá faltando enchedor de carro’. E ele dizia que não ia. ‘Mas por que você não vai?’ ‘Porque não quero trabalhar, não quero ir.’ ‘Olhe, eu preciso do serviço, e quem vai fazer é você!’ O cabra podia se preparar o lombo quando chegasse na casa dele de noite! Ia pro pau! E isso aconteceu muito.” *Amaro Pedro dos Santos*

“E tinha deles [senhores de engenho] que obrigava o cabra a trabalhar seis dias, sete. Quando não trabalhava, ia pro couro. Apanhar, era sim, Sr.” Perguntado sobre o método, Joaquim Pedro da Silva responde: “Era chicote!! Chicote de couro cru [...] e aquele que não queria aguentar fugia, corria, não é?”

44 CONRAD, R. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Op. cit., p. 288.

Além das questões diretamente ligadas ao trabalho, uma outra oportunidade banalizada de violência contra os trabalhadores era o fato de enganar a fome chupando cana. A infração podia ser cometida pelo próprio trabalhador ou alguém de sua família. Gregório Bezerra testemunhou uma cena que parece diretamente saída da época da escravidão, mas ocorreu no século xx:

Um homem, morador do engenho, pressionado pela fome, cortou uma cana e chupou e foi denunciado ao senhor de engenho, [que] mandou intimar o pobre homem; ele veio, perguntou-lhe com ordem de quem tinha cortado a cana para chupar. Ele disse: “Com ordem de ninguém; cortei porque o outro senhor de engenho, quando o engenho estava parado, que não tinha trabalho, ele permitira que os moradores cortassem uma cana para chupar.” “Pois, bem, cabra, agora você vai levar uma surra para respeitar a ordem de homem.” E mandou açoitar o homem. Dois caceteiros, um de um lado, outro do outro, cada um com um chicote de boi, e começaram a bater no lombo do homem, do pescoço até as nádegas. Com pouco mais, os trapos já não eram nada, estavam rompidos e o sangue já espirrava. Aquele filete de carne do lombo, das nádegas do homem; ele pedia por tudo que o senhor de engenho suspendesse aquele castigo, que ele pagaria a cana, trabalharia de graça até o fim da vida; mas que o senhor de engenho não o matasse daquele jeito. Quando ele suspendeu o castigo, mandou lubrificar o corpo do homem com mel de furo e por no tronco. Tronco é uma prisão tipicamente medieval. São duas pranchas largas, mais ou menos 40 a 60 cm de largura, furados no meio. São duas pranchas, assim, uma ao lado da outra, furada no meio onde coloca as mãos e os pés, depois tranca o cadeado e o cara fica preso naquela posição incômoda, esperando o tempo que o bandido determina.⁴⁵ O fato é que quando amanheceu o dia, o homem estava feito

45 O mesmo castigo foi testemunhado por José Lins do Rego. Ver 4.1. O Senhor de engenho “implanta a ordem”.

um cupim enorme. As formigas deram em cima do homem e morreu. Estava morto. Foi um crime pavoroso.⁴⁶

Embora cenas desse tipo possam não ter sido frequentes, o simples fato delas terem ocorrido com certa regularidade e, sobretudo, de forma completamente impune, bastava para que tivessem o efeito de amedrontar a força de trabalho exposta a tamanha violência.

“Amarrava o cabra lá e soltava o boi, melava ele com mel, e deixava lá para o boi lamber, era o castigo que ele dava. O que acontecia era que ele ia morrer, né? O boi passando uma língua daquela, o cabra amarrado sem poder se livrar de nada, vai sofrer muito e no fim das contas termina levar fim mesmo.” *José Barbosa do Nascimento*

Nos arquivos do Dops, inúmeras denúncias se amontoam.⁴⁷ Encontram-se os ecos desses protestos contra a violência nas próprias correspondências dos órgãos de segurança.

Revoltante espancamento no Engenho “Goiabeira” em Jabotão⁴⁸

“O menor de 16 anos de idade, Sebastião Bastista da Silva, filho de Angelo Batista da Silva, que é inválido, ontem à tarde, minutos antes das 16 horas, encontrava-se entretido em passarinhos nas matas do engenho ‘Goiabeira’ em Jabotão e em cujas terras reside sua família. O vigia da propriedade percebendo tudo, saiu em perseguição do referido menor que tomado de

46 Gregório Bezerra. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez. Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra. Ver outro exemplo na Carta do STR PALMARES ao Exmo Sr. Dr. Nilo Coelho, Governador do Estado, de 1970. SSP 28.879.

47 Alguns casos alcançam as páginas dos jornais, embora sejam geralmente os casos em que os trabalhadores rurais se defendem, mais do que aqueles em que eles são vítimas. Algumas exceções: DP, 15.10.1949. “Espancou barbaramente o cambiteiro em Ribeirão”, por razão de serviço.

48 DP, 28.07.1955.

pânico, deitou a correr, rumando para o Engenho vizinho que tem como nome ‘Duas Unas’. Sebastião não foi feliz na fuga pois o jornalista acabou deitando-lhe as mãos em terras da propriedade vizinha e foi levá-lo para o Engenho ‘Goiabeira’. Ali sob protestos gerais, obrigou o menor a ingerir um copo de óleo de rícino misturado com aguardente depois de aplicar-lhe tremenda surra.”

“Engenho P. – propriedade do Sr. H. C., que está espancando e torturando os seus empregados [...] segundo denúncia da Federação de Trabalhadores Rurais, referido Sr. torturou durante horas seguidas o trabalhador J. C., que foi enterrado até o pescoço, enquanto um carro diversas vezes avançava sobre ele, como se fosse esmagá-lo.

A Federação dos Trabalhadores Rurais reclama:

- a) punição do proprietário do Engenho C. do município de C., Sr. R. A., que espancou barbaramente o camponês A. F.
- b) punição do assassinato do trabalhador M. T., de V., que foi espancado, sangrado e metralhado pelo proprietário do Engenho N., Sr. F. X. R.;
- c) Outros crimes praticados em P. e G.”⁴⁹

A presença de vigias e capangas equipados com armas de fogo no engenho também constituía uma ameaça eficiente. “Humilhação... é um revolver, né!”, resume Francisco Zalatiel Ferreira.

Tinha capangas no engenho. Todo, nesse tempo, todo mundo andava armado: o administrador, o portador, o cabo andava com um revolvão que era mesmo que nem o cangaceiro né? E eu era cambiteiro nesse tempo. *Anísio Francisco da Silva*

A comparação com os cangaceiros é interessante porque, de um lado, fornece uma ideia concisa da opinião dos trabalhadores sobre essas pessoas e, por outro lado, lembra que não havia razão externa alguma para sua presença (fora os raros episódios bem divulgados) a não ser assustar os trabalhadores. “Bastante, bastante. Acontece

49 Nota manuscrita da SSP, com anotação de outra mão, do 29.01.1968: no fim, figura “providenciado com os ofícios Ns. 50.DSS/68-Reservado, of. 63-DSS/68, of. 68DSS/68; of. 70.DSS/68 e of. 71DSS/68 e of 69-DSS/68”). SSP 29688.

que a maioria do povo tinha receio, né? Tinha aquela emoção, tinha que ter grande respeito, o patrão até porque o patrão era mais... que tinha seu povo, tinha seu povo ali. Armados, eram.” Antônio Maurício Domingo. A presença desses homens armados e seu comportamento lembravam constantemente aos canavieiros que eles não tinham vontade própria, poder de barganha ou possibilidade de debater frente a “argumentos” desse tipo.

Eles faziam o que bem queriam. Tinha trabalhador que nada podia dizer, porque se dissesse era pra se acabar. Armado, né? Era, eles andava armado. Cada um, olhe: um palmo de fogo, aqui; e às vez, quando ele tinha raiva de qualquer trabalhador, era levar lá pra os canto, e lá mesmo acabava. Aqueles vigia, pronto, os vigias já estavam sabendo. É. Veio ficar melhor depois que entrou o Sindicato, e tal, e lá vai, foi combatendo. Aí eles deixou de mandar caçar. *Severino Sebastião Santana*

As consequências de incorrer no desprazer do senhor de engenho ou de seu preposto podiam ser tão devastadoras que bastavam as histórias que se contavam nos engenhos para dissuadir muitos de entrarem em rota de colisão com o patronato. As manobras de evitamento eram preferidas. Talvez fosse em boa parte essa situação que teria sido avaliada como certa passividade pelos observadores/autores acima citados. A onipresença da violência última era tão abrangente que, como em outras situações históricas extremas, foram precisas condições políticas que fornecessem uma esperança de mudança, um sinal, por menor que fosse, do poder público, de que faria respeitar o estado de Direito para todos, para que se cristalizassem as aspirações ao que hoje é chamado de cidadania. O peso da violência patronal, além daquela contida nas próprias condições de vida e de trabalho dos canavieiros, não poderia ser subestimado nessa equação social.

“Foi, não foi, aparece um morto, aparece... né? Às vez, mata, deixa por dentro das cana. [...] Às vezes, é porque eles mandam mesmo. Tem raiva de um trabalhador. Aí se ele não quer fazer, mas ele manda fazer, e o caba pra ganhar e pra ser bom aí faz mesmo. E, às vez, nem isso: às vez, eles mesmo briga com o outro, como tenho visto... ‘Olhe, (disse na barba dele mesmo) me diga uma coisa: se esse homem morreu aqui no serviço, ar-rengaram e tal, e apareceu morto aqui no serviço, você sabia que ele é de lá, do lado de Limoeiro, (porque Limoeiro é grande, né?) Ele era casado e pai de família, e você foi no enterro do homem, e por que não mandou avisar a família?’ Ele: ‘Ah! E coisa e tal, e vira e mexe.’ Com licença da palavra, ela disse: ‘Olhe, você não mandou avisar com pena (com licença da palavra) da merda da gasolina do carro.’ Disse na barba dele, do empregado. Quem... quem viu me contou, quem viu a mulher chegar, a mulher chegou foi com veneno. Aí disse um bocado de coisa, ainda foi pra Tracunhaém mostrar a cova e tal, e pra aqui, pra acolá; mas isso depois, ele foi quem morreu, né?’” *José Peagentino dos Santos*

Alguns trabalhadores fazem menção até mesmo de cárcere privado utilizado contra os trabalhadores. José Francisco dos Santos recorda: “Batia em trabalhador, levava preso. Acabou-se agora, há pouco. Mas ainda tá lá, no lugar daquela farmácia da usina, ali era uma cadeia!”

“Só faltou cozinhar”

“Mas na época... não tinha apoio nenhum, não, era pau! Já pegava, e pronto: tomava a faca, dava pancada, trazia pro quarto quente que tinha. [Quarto quente?] Quente! Era, botava no quarto quente e a água fervendo junto. Era! Para morrer sendo cozinhado. E eu sou do mesmo engenho desse quarto quente, e eu tava trabalhando nessa época dentro da usina. Eu cheguei, tive piedade dele, soltei. Tive piedade dele, gostava muito do gerente, Dr. x. e Dona y.; falei com D. y. que esse negócio pra acertar o negócio, foi com D. y. Quando Dr. chegou, ela falou com Dr. e soltou ele. Mas só faltou cozinhar.” *José Francisco dos Santos*

8.1.4 Os agentes da violência patronal

O administrador teve uma grande violência comigo,
desceu do burro pra dar em mim.

José de Souza da Silva

Como pode ser constatado nos relatos de jornais⁵⁰ e outros documentos, além dos depoimentos, a violência podia ser exercida por proprietários e seus parentes. Todavia, habitualmente, prepostos eram encarregados dessas tarefas.⁵¹

Aí quando não queria trabalhar certo, batia boca com o cabo, com o senhor de engenho. O senhor de engenho botava pra fora. Quando não queria se aguentar, botava pra fora. E quando o senhor queria se aguentar, quando o cabo era meio ruim, ele de noite pegava ele, dava uma surra nele, não é? E mandava ele ir embora, e aquele não tinha direito a nada. *Joaquim Pedro da Silva*

Cabos e vigias figuram entre os mais frequentemente nomeados, inclusive na imprensa,⁵² junto com administradores.⁵³ “Qualquer

50 “Duplo e horrendo assassinio no engenho Jaqueirinha. Foram autores dos homicídios o administrador, o fiscal e o vigia da propriedade que pertence à Usina Pirangi”. *DP*, 22.10.1950. “Desapareceu o agricultor e seu cadáver foi achado nas matas. Teria sido assassinado pelo administrador da fazenda Lagoa de Maria”. *DP*, 08.11.1958. O motivo “provável” do assassinato: “haver caçado passarinhos na propriedade”.

51 “Trucidado fria e barbaramente o agricultor”. Engenho Aldeia, Paudalho. *DP*, 19.07.1949. O trabalhador rural foi assassinado pelo barraqueiro junto ao qual endividara-se.

52 *DP*, 23.05.1942. “Vigia da Usina Salgado em Ipojuca desferiu vários ferimentos a faca no trabalhador Amaro José dos Santos”.

53 “Cena de sangue em Sucupira.” “Por questões de serviço com jornaleiro, o administrador da propriedade alvejou-o com um tiro de revólver.” *DP*, 16.04.1947. Outro caso é relatado em Timbaúba, em 27.06.1947. A frequência muito variada das notícias desse tipo leva a se perguntar se certos jornalistas dão mais atenção

coisa que o trabalhador dissesse com o cabo, com o administrador, ele. O vigia ia logo de noite...”, confirma José Francisco da Silva. Manoel dos Santos da Silva detalha: “Os tipos de violência era bofetada no trabalhador, era esculhambação com o trabalhador.” Os agentes eram “alguns patrões, e a maioria era com o administrador e o cabo.” José João da Silva concorda: “Agora o administrador era que era metido... metido a cavalo do cão.” Acrescenta que andava armado.

Os relatos de polícia confirmam que a família podia ser utilizada para montar armadilhas para atrair o trabalhador reticente. O delegado sindical Manoel Bezerra fora chamado por um estranho “para falar com o delegado de polícia de Timbaúba; tendo o mesmo recusado o referido convite em virtude de desconfiar ser o mesmo verdadeiro e por ter certeza de nada ter feito de mal que necessitasse se apresentar à referida autoridade por sinal sua conhecida.” O trabalhador se recusou. Seu filho, chamado, encontrou o desconhecido que “saca um porrete e lhe aplica uma pancada na cabeça”, espancado-o ali mesmo até perder os sentidos “não tendo mesmo tempo de se defender”.⁵⁴ O investigador concluiu que o ataque foi a mando do proprietário.

Governador acompanhou prefeito à Segurança Pública para libertar camponeses: inquérito será aberto⁵⁵

“O conhecido cabo “Mata Sete”, cujo nome é Francisco Menezes de Gusmão, foi o responsável pelos espancamentos sofridos pelos agricultores Inácio Gomes Nunes, João Matias, Antônio Joaquim Gomes e Manuel Joaquim Gomes, todos residentes em Timbaúba. Acusados de incendiários, foram conduzidos em dia desta semana à SSP, por uma volante chefiada

ao assunto do que outros. Nota-se também, periodicamente, uma maior precisão sobre as circunstâncias e razões da violência. Em certas épocas, ao contrário, as referências se tornam muito raras e estereotipadas na expressão.

54 SSP Delegacia Auxiliar. Relato datado de 02.10.1964 sobre o espancamento de delegado sindical. SSP 1102.

55 DP, 27.01.1962.

pelo miliciano. A informação a respeito do seu comportamento foi dada pelo próprio delegado auxiliar, Sr. Epitácio Belém, ao vice-governador Pelópidas Silveira, quando este foi soltar os três agricultores, em companhia do prefeito do Timbaúba.

Representação

Diante desses fatos, e por se encontrarem os presos com equimoses e contusões por todo o corpo, o vice governador (no exercício do cargo de governador) encaminhou longo ofício ao chefe de polícia ontem, narrando os fatos e determinando abertura de inquérito contra os policiais responsáveis pelo espancamento.

Num ofício enviado ao Chefe do Executivo o coronel Costa Cavalcanti informou que o “Mata Sete” foi imediatamente afastado da “volante” e a reclamação do vice-governador foi encaminhada ao comando do PM para adoção de providências cabíveis.”

8.1.5 Recompensas e privilégios

Parte da literatura acadêmica sobre a relação de ‘morada’ afirma ou sugere a existência de privilégios que seriam consentidos àqueles trabalhadores que melhor satisfizessem os empregadores. Para alguns, entre esses autores, tal traço faria parte da própria definição da ‘morada’. Os entrevistados respondem unânime e diretamente: quem tinha privilégios na plantação “Era um tal de pistoleiro”. Para eles, os únicos empregados que se distinguiram por se beneficiarem de quaisquer benesses do patronato eram aqueles indivíduos que os serviam no âmbito da fiscalização, vigilância e, muitas vezes, coação e punição violentas. “A recompensa que existia era para quem fizesse alguma coisa que eles não gostassem, podia até ser certo: esse era punido e os que recebiam recompensa eram as pessoas que eram criminosos, os que serviam de chamados xeledéu, ou capangas. Esses eram protegidos pelo próprio patrão. E eram para servir de carrasco para os outros”, precisa José Antônio de Lima. Amaro Pedro dos Santos concorda: “Pro patrão este povo de capanga era privilegiado. Qualquer coisa e chegava aos pés dele?”

Segundo os trabalhadores, a competência para a delinquência era apreciada do patronato para esse tipo de “serviço”. “O camaráda... se matar um, ele achando bom. Ele leva até pra casa-grande para a polícia não prender. É. [risos] Agora se ele matou um dos dele o caba vai... ele vai arrancar o caba aonde tiver pra botar na cadeia ou matar”, distingue João Francisco dos Santos. Mesmo sendo um criminoso⁵⁶ (mas não um ladrão, ressalva a testemunha), o proprietário dava cobertura:⁵⁷ “Quando precisava de alguma coisa, ele chamava, para algum serviço de briga. Agora, ali, no engenho, tinha muito, tinha gente, tinha muito.” José Honorato dos Santos. No período anterior ao golpe militar, em particular, certos policiais pareciam chocados com a prática. Assim, em dado engenho, sem fazer nenhum mistério de suas intenções, foi chamado

[um] elemento procedente de Água Preta de nome J. L. que a mando do proprietário do engenho está sendo o “homem forte” em cumprimento às ordens do senhor de engenho de c. Ao nosso entender o referido J. L. é elemento de péssimos antecedentes, tendo o mesmo declarado em nossa presença que era preciso matar uns dois moradores, plantar batata em cima a fim de que os ânimos se acalmassem. Aduziu o proprietário do engenho, Sr. S. B. que: “Matar, não! Mas umas cacetadas era necessário”.⁵⁸

56 “A fina flor do banditismo sertanejo ou da delinquência rural” segundo Paulo Cavalcanti, na qual engloba cabos, vigias e administradores “modalidades de milícias particulares das que existiam na Idade Média nos castelos feudais.” Dois parágrafos acima, o autor havia qualificado o proprietário de “barão feudal” e a massa trabalhadora de “servos da gleba”, ambos entre aspas. CAVALCANTI, P. *O caso eu conto como o caso foi*. Vol. 1. Op. cit., p. 195.

57 Encontram-se ecos dessa prática na imprensa. “Assassino Sizimo esconde-se no engenho Lagoa Comprida”. “O delegado de Vicência, em ofício dirigido à Secretaria de Segurança, declarou ter absoluta certeza de encontrar-se ali o criminoso apesar das afirmativas em contrário do referido proprietário”. DP, 01.11.1940.

58 Relatório de polícia, datado de 21.04.1960, dos “investigadores a cavalo” N° 5 e 239. SSP 8098. doc. 7.

8.1.6 A impunidade como motor

O autor da violência contra os trabalhadores não era seriamente perseguido. Às vezes, nem nomeado era. Um trabalhador da Usina Bulhões, “com poucas possibilidades de sobreviver”, fora atacado no eito após “discutir com o agressor por questões de trabalho”, e, no entanto, esse foi descrito como “desconhecido”!⁵⁹ O que esses casos exemplares ilustram, sobremaneira, é a função da violência patronal dentro da sociedade da Zona da Mata. Não era apenas o compadrio e a proteção que fazia com que os matadores e/ou mandantes nunca fossem punidos.⁶⁰ Tratava-se de solidariedade de classe entre autoridades e empregadores, no sentido mais funcional do termo, num sistema em que a violência ou sua ameaça exercia uma poderosa pressão sobre os trabalhadores para que aceitassem quaisquer condições de trabalho e de remuneração que os proprietários escolhessem.

Surge então a pergunta se tal situação não poderia ser classificada entre os diversos tipos de trabalho forçado, a coação exercendo-se dentro da relação empregatícia à qual os canavieiros estavam – de fato – condenados pela falta de alternativas econômicas (terra disponível ou atividades econômicas acessíveis).

No engenho Barbalho o apontador fez fogo quatro vezes sobre o jornaleiro⁶¹

[...] Referiu [a vítima] ao repórter do Diário, que, de manhã, como não pretendesse continuar em suas atividades na escavação de valetas, procurou entender-se com Valfrido [o agressor] comunicando-lhe sua resolução. A isso, porém se opôs o outro, que alegou a Bernardo não podia ele deixar o

59 “Trabalhador agredido em Jaboatão”. DP, 14.11.1961.

60 Entre os inúmeros casos, M. Fazendo alusão a violências e mortes, o documento continua: o “rendeiro do engenho que provocou todo o acontecimento até agora nunca foi preso apesar das decisões da justiça. Parece que está muito bem relacionado.” Ofício à DRT, datado de 20.06.73. SSP 29.747.

61 DP, 28.04.1945.

trabalho, uma vez que devia Cr\$ 5,00 no barracão de fornecimentos. Retrucou-lhe, então José Berna do que não seria aquele o pretexto para contrariar seu propósito, indo empenhar ao dono do barracão sua rede de dormir que lhe custou Cr\$ 40,00 pela quantia de que era devedor. [...] O aplicador aplicou-lhe uma bofetada e quando surpreso, o trabalhador se voltou, já o desafeto empunhara seu revólver, desfechando-lhe 4 tiros.”

Morto trabalhador a cacetadas e a tiros em Poço d’Antas⁶²

“Contou-nos [a viúva com 5 filhos] que seu esposo, o lavrador Alvin Manoel de Figueiredo [...] na manhã do dia 12 de dezembro do ano passado em terras do engenho denominado Engenho Dantas, no município de Água Preta, fora assassinado de uma maneira bárbara. Em compensação os assassinos [o administrador e o cabo] estavam impunes e a autoridade pública da comarca inexplicavelmente nenhuma providência tomara.”

Trabalhador de campo espancado por um administrador de usina⁶³

“Após seviciado, foi levado à Delegacia de polícia, onde foi preso sob a acusação de furto – Em Serinhaém a ocorrência.

O popular Moacir Pereira de Lima esteve, ontem, na Inspectoria Geral de Polícia a fim de relatar fatos que ocorreram em terras da u. Trapiche, município de Serinhaém, dois quais se diz vítima.

Espancamento

Moacir Pereira que exerce ali as funções de cortador de cana, contou que, o fato de haver presenteado um seu colega de trabalho com uma esteira de cangalha que se encontrava muito estragada, motivou acontecimentos que culminaram com brutal espancamento de que foi vítima.

A História

O administrador da Usina, Amaro Lemos – disse Moacir – resolveu ridicularizar o seu gesto para com o colega e passou a dirigir-lhe, toda vez que o encontrava, pilhérias de mau gosto. Inconformado – contou Moacir – resolveu queixar-se aos superiores do administrador, o que não agradou a este, que resolveu lhe aplicar um corretivo.

A agressão

Ante ontem, em companhia do indivíduo Benedito de tal, Amaro Lemos levou a cabo o seu intento. Encontrando-se com o cortador de cana em

62 DP, 09.01.1947.

63 DP, 05.09.1957.

lugar ermo, aplicou-lhe tremenda surra, no que foi ajudado por Benedito. Ainda não satisfeitos, amarram-no e suspenderam-no a uma árvore, continuando ainda, a espancá-lo. Finda a surra, ainda amarrado, conduziram-no à Delegacia de Polícia do município, onde foi metido no xadrez, sob a acusação de furto. Moacir Pereira será submetido hoje a exame médico-legal devendo ser instaurado, após o competente inquérito.”

Arbitrariedade de dono de terra denunciada à Delegacia Auxiliar.⁶⁴

Dirigentes da Federação e do Sindicato de Nazaré da Mata ao Delegado auxiliar.

“Espancamento que foi vítima um trabalhador do Engenho Mundo Novo no município de Nazaré. Já decorre mais de uma semana e até agora todos desconhecem as providências postas em prática pelo delegado de polícia daquela cidade, que foi inteirado da ocorrência. Os líderes sindicais expuseram ao pessoal da Auxiliar as arbitrariedades perpetradas pelo proprietário daquele engenho em companhia de auxiliares. O camponês Sebastião Antônio de Santana foi surpreendido pelo proprietário das terras quando mantinha entendimento com um amigo e inesperadamente foi surrado. O popular com quem mantinha palestra por tentar defender o amigo, foi agredido com coronhadas de rifle, na presença de grande número de pessoas. Sebastião Antônio de Santana conseguiu escapar dos agressores e procurar a sede do Sindicato rural de Nazaré da Mata para solicitar garantias de vida.”

Camponeses agredidos a cacete pelos proprietários do engenho ‘Pau Santo’ Vitória de Santo Antão⁶⁵

“Sábado passado foi instaurado inquérito na delegacia de polícia desta capital, acerca dos espancamentos contra camponeses por parte dos agricultores Evaldo e Everaldo Cavalcanti, filhos do proprietário do Engenho Pau Santo, em terras deste município. Da selvageria foram vítimas os trabalhadores Antônio Lopes de Albuquerque (viúvo, 43 anos, residente naquele local) e Manuel Joventino da Silva (casado, de 44 anos, morador da mesma localidade). As duas vítimas prestaram declarações ao delegado de polícia local, acerca da ocorrência, tendo Antônio Lopes de Albuquerque declara do que regressava do Recife, na terça feira passada, e ao passar nas proximidades do Engenho Pau Santo, foi agredido pelos dois irmãos armados de revólveres e cacetes. No meio da luta apareceu Luiz Rosa Pereira que, de faca-peixeira m punho, pôs a correr os camponeses que, desesperados, pediram garantias de vida ao delegado local.”

64 DP, 31.12.1963.

65 DP, 17.01.1962, p. 7.

Criminosos impunes⁶⁶

“Juntamente com suas três filhinhas, a menor com pouco mais de um ano e a maior com sete, D. Carolina de Moura veio de Canhotinho solicitar providências para que sejam punidos os assassinos de seu esposo Natálio Francisco de Moura, cujo crime ocorreu há cerca de 15 dias, naquele município. Segundo informou à reportagem, seu marido foi assassinado pelo dono do Engenho Belo Prado. Este, ajudado por seu motorista e pelo barraqueiro, matou-o de forma violenta. D. Carolina solicitou providências diretamente ao cel. Costa Cavalcanti. O Secretário de Segurança telegrafou ao Delegado de Canhotinho no sentido de que tome todas as medidas cabíveis ao caso.”

A questão da impunidade se desdobrava e sobressaía nas frequentes ocorrências de ameaças ou vias de fato contra vítimas que se queixassem e eventuais testemunhas nos processos judiciais. “Violência. Violência total. Existia muita intimidação. Não existia para onde apelar. Porque quando o trabalhador fazia uma reclamação, aquele desaparecia.”⁶⁷ José Antônio de Lima.

8.1.7 Resistências

Como o mostraram João José Reis e outros autores a respeito da escravidão, as relações eram, muitas vezes, sofisticadas e as respostas à violência vigente (exercida ou como ameaça) apresentavam-se

⁶⁶ DP, 24.01.1962.

⁶⁷ Paulo Cavalcanti, em suas memórias, conta que “um tabelião da comarca confidenciou-me que o cadáver de um operário da Usina Santa Teresa fora sepultado no cemitério público da cidade com marcas evidentes de sevícias pelo corpo inteiro. A *causa mortis* descrita no atestado – enfermidade do fígado – não correspondia à realidade. [...] Os cadáveres vinham dos engenhos ou das usinas com bilhete pespogado ao corpo: ‘Morreu do baço’, ou ‘Morreu do fígado’. Preenchidas simples formalidades médicas, enterravam-se muitas vezes pobres vítimas das arbitrariedades patronais. Os ‘capangas’ ou vigias dos latifundiários apareciam sempre como os autores desses crimes desalmados. E ninguém podia pegá-los pela gola, beneficiários que eram da proteção policial.” CAVALCANTI, P. *O caso eu conto como o caso foi*. Vol. 1. Op. cit., p. 208.

em modos surpreendentes, como a aparente satisfação de Severino Barros Lima de ter sobrevivido a vários senhores de engenho, na plantação onde passou 26 anos.

Morreu dois senhores de engenho e eu ficando no engenho. Depois, os outros foram chegando. Tenho que contar assim: seu Cosminho Maranhão foi o primeiro dono de Terra Preta. Ele morreu. Chegou Sr. Luiz Maranhão, o filho ou o irmão dele. Morou dois anos, deixou. Seu Joãozinho tomou conta, seu João Ferreira tomou conta. Chegou o ponto dele morrer e eu ficando, né? E pra findar a estória, morreu dois senhores de engenho e eu morei com seis senhores de engenho naquele engenho de Terra Preta até a data de hoje.

Em caso de expulsão ordenada pelo plantador, os trabalhadores adotavam a fuga como solução para evitar sofrer maiores violências, também nas mãos da “polícia militar. Levava aí o caba com medo de apanhar, de noite mesmo arrumava os troços dele... naquela época ninguém tinha troço. Só tinha aquela roupinha dele. Aí botava dentro de um saco, botava a mulher na frente, e um filho ou dois, e tocava no meio do mundo”, segundo José Pereira de Lima. Antônio Maurício Domingo fornece mais precisões:

Ele tinha que sair pra muito longe, de meia noite. [...] A gente conhece aqui o trabalhador, eu vi mesmo com os meus olhos, trabalhador que saiu do engenho de meia noite, pra outro engenho, e no outro dia o patrão mandou buscar. Ele mandou buscar e disse: “Você não vai sair, você não sai daqui. Você tem que ficar aqui debaixo do meus pés.” Então não tinha como o camarada ficar intrigado com o patrão, porque ele não ia levar vantagem.

O que os entrevistados ressaltam, além da violência, é a ausência de compensação: “Naquela época, não tinha direito de nada! Naquela época, se o homem dissesse assim: ‘É pra ir embora.’ Era pra ir embora mermo, ou ia, ou ia daqui dentro e jogava no batente,

não todo mundo. Mas quando dissesse: ‘É pra ir embora!’ Não procurasse dinheiro, não; nem direito. Se fosse procurar direito, o direito a mais tarde vinha, mas era pau! Com as duas mão... mandava buscar a polícia, quando chegava lá o caba saía doido de carreira, tá vendo?” Pedro Porfírio Domingo.

8.2 O papel do estado

A omissão do Estado, em seus diversos níveis, é um caso exemplar na história, no que diz respeito às populações canavieiras, o que Socorro Ferraz chama de “ausência completa do Estado”, que vivenciou de forma particularmente contundente, ao ser uma das primeiras representantes da Sudene a trabalhar na organização da cooperativa de Tiriri, precisamente um projeto em que as autoridades públicas investiam. A presença dos técnicos da entidade⁶⁸ – que eles chamavam de “Dona Sudene” – constituía “a primeira vez [que] o Estado existisse para eles e eles sabiam que existia alguém que se interessava por eles. [...] Até então, o universo mesmo das instituições era a polícia. Essa era a relação entre o Estado e eles mesmos. A polícia, simplesmente.”⁶⁹

As limitações ou ausência do Estado na vida dos trabalhadores rurais revelava como “a ausência de negociação coloca em questão o caráter PÚBLICO da gestão dos conflitos trabalhistas e mantém os trabalhadores confinados em relações PRIVADAS de po-

68 Segundo Jader de Andrade, foi a presença na equipe de técnicos da Sudene, de militantes como Fernando Barbosa e Socorro Ferraz, conhecidos na região, que facilitou muito a aproximação e organização dos trabalhadores rurais: atuantes, havia anos, na Liga Camponesa, eles também serviram de “avalistas do pessoal da Sudene”, em virtude de sua dedicação e do respeito que inspiravam, pois a figura de um servidor público era estranha ao mundo dos trabalhadores rurais. Entrevista com Jader de Andrade.

69 Entrevista com Socorro Ferraz.

der.”⁷⁰ O acesso ao aparelho judicial era muito improvável, apesar de algumas intermediações como a de Julião e outros advogados empenhados⁷¹ na defesa dos trabalhadores. Mas, até a organização de movimentos sociais formais representando sua classe, particularmente dos STRS, os moradores de engenho simplesmente não tinham acesso aos instrumentos previstos para garantir os direitos dos cidadãos da República.

Roberto da Matta sublinhou que, embora a lei brasileira esteja baseada em princípios liberais e democráticos de universalismo e igualdade, sua prática diverge muitas vezes da teoria e ela “tende a ser aplicada de maneira rigorosa apenas às massas que não têm parentes poderosos nem patrônimos importantes.” Ele continuou dizendo que “numa sociedade como a brasileira as leis universais podem ser utilizadas para a exploração da força de trabalho em vez da libertação da sociedade.” Aqueles que são ricos ou que têm conexões políticas podem sempre conseguir “escorregar por baixo ou por cima das barreiras legais.”⁷²

O habitual controle da máquina do Estado pelos plantadores, tão bem relatado em José Lins do Rego, complementava-se por parentesco com os funcionários públicos de maior escalão, particularmente os juízes. Moema Miranda estudou com esmero esse aspecto ainda persistente,⁷³ nas suas expressões territoriais e escalas de prestígio, dentro das Juntas de Conciliação e Julgamento. “Dentro

70 GIULIANI, Paola Cappellin. “Réflexions à propos du projet de reproduction des salariés. Une étude régionale: L’État de la Paraíba”. In: *Carnets des Ateliers de Recherche*. n. 7 *Les salarizations ambiguës*. Paris: ORSTOM, 1986, p. 88.

71 Manuel Correia conta que atuou como tal quando era recém-formado.

72 “On Carnival, Informality and Magic: A Point of View from Brazil”. In: *Text, Play and Story: The Construction and Reconstruction of Self and Society*. BRUNER, Edward M. (Ed.). Washington D.C.: American Ethnological Society, 1984, 230-246. Apud SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit., p. 226.

73 MIRANDA, M. M. M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit.

deste contexto político e legal, pode-se compreender o grande medo dos moradores frente ao sistema de justiça e sua relutância em usar as cortes para endireitar até mesmo as mais horríveis violações de seus direitos humanos básicos.”⁷⁴

Uma das dimensões mais eficientes do poder da classe dominante nesse contexto se resumia, de um lado, na impossibilidade para os trabalhadores de prestarem queixas, seja de ordem trabalhista, civil ou mesmo penal; do outro, era a passividade dos promotores e procuradores para proceder à punição de culpados de violência, como é de sua função, até mesmo sem a queixa das vítimas. Isso redundava numa impunidade prevista, as raras e breves detenções de pistoleiros (nunca de mandantes) servindo ao seu propósito de alibi. Fraco, seja dito, frente à amplitude da violência patronal. Pois a garantia de impunidade incitava, por sua vez, à infração, uma licença tácita para surrar e até matar.

Um importante instrumento de manutenção da ordem tradicional nos engenhos era a impossibilidade de acesso de qualquer elemento externo, ao interior da propriedade ou à relação direta do senhor com cada um dos seus trabalhadores. Em poucos momentos históricos foi registrada a interferência do Estado na ordem interna ao engenho.⁷⁵ Certamente a Justiça

74 SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit., p. 227.

75 Nos momentos em que isso aconteceu os “senhores de engenho” reagiram com vigor. Veja-se, por exemplo, como um deles se referia, em suas *Memórias*, aos efeitos da Revolução de 1930: “Depois da aventura política de 1930, sob o caviloso pretexto de assegurarem ao operário do campo todas as garantias e direitos, o que mascarava o propósito ordinário de perseguição a determinados proprietários agrícolas que não ficavam nas boas graças dos dominadores sobrevivendo na onda ‘salvadora’, aconselhavam-lhes a desobediência e a vingança e assim inauguravam um período de desassossego e de desordens em alguns engenhos. Atiravam humildes e ignorantes trabalhadores contra os patrões prometendo-lhes o apoio do Governo. [...] Muitos senhores de engenho foram chamados à presença de simples e ignorantes sargentos, delegados de polícia e injuriados como se fossem malfetores, indignos de melhor tratamento por parte das

do Trabalho por si só também não teria como atingir este objetivo. Para tanto foi necessário o surgimento, ou melhor, a criação de um agente externo ao sistema com capacidade de interferência em seu interior.⁷⁶

Por muito tempo na vida das populações da região canavieira, a presença do Estado não significou modernidade, progresso, mas manutenção do *status quo*. “Há quarenta anos era inimaginável qualquer punição oficial a um senhor de engenho, independente da relação de trabalho estabelecida.”⁷⁷ A autora cita em nota o depoimento do vice-presidente do STR de Serrinha, Sr. Abel Santos.

Bem, antes dos direitos era pisada de burro. Muitas vezes eu presenciei o administrador chegar e cortar a corda da rede do trabalhador porque não podia esticar a rede fora da hora, e o cabra sair na carreira, embaixo de cacete. O direito era esse, era pau vale e vale mesmo. Eu mandava o meu capanga lá e era pronto, meu direito era esse. O trabalhador morria ou tinha que ir mesmo. Porque o meu pai mesmo, só não trabalhou a pulso no engenho. Repousou porque minha mãe trancou a porta e o administrador foi na porta com um revólver para ele sair, para atirar nele, para ele trabalhar a pulso. [...] Ele queria que ele fosse encher carro a pulso, de dez horas da noite, chuva... Aí ele disse: Não vou. No outro dia a gente saiu fugido para não morrer, com a família com a mobília nas costas. [...] Antes desses direitos, o direito era pau.⁷⁸

autoridades. [...] Graças à nobre campanha do *Diário de Pernambuco*, esse estado de coisas foi pouco a pouco serenado e se modificou. Mas a semente da indisciplina, da desordem e do desrespeito ficou.” BELLO, Júlio. *Memórias de um Senhor de Engenho*. Op. cit., p. 182-183.

76 MIRANDA, M. M. M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 103.

77 Idem, p. 100.

78 Ibidem.

“No engenho de açúcar próximo do litoral ou na grande fazenda de gado do Sertão, o sertanejo encontra a população de trabalhadores, moradores, agregados e vizinhos menores, submetida às atrocidades do coronel, o dono. O coronel cavalga para cima e para baixo, rodeado do bando de capangas; escraviza o povo e trata-o como animais; não deixa de deflorar uma única mocinha filha de pobre em toda a redondeza; violenta mulheres casadas, tortura, mata e esfolia.

[...] Os quadros sociais não podem ter definição mais clara: a) o rico poderoso e opressor – o coronel; b) a população pobre oprimida do engenho de cana-de-açúcar no litoral ou da grande fazenda de gado no sertão; c) o pobre que não se submete – o sertanejo; d) a população sertaneja pobre e livre da região de sitiamentos – de onde sai o valente.”⁷⁹

Nancy Scheper-Hughes comenta a respeito desse sentimento de não existência causado pela imposição de uma hierarquia social violenta e toda abrangente.

Da mesma forma, os moradores do Alto falam de corpos que são violados de maneira rotineira, assim como abusados, mutilados e perdidos, desaparecidos em espaços públicos anônimos – hospitais e prisões, mas também mortuários e o cemitério público. E eles falam de si como os “anônimos”, os “ninguéns” de Bom Jesus da Mata. Pois, sendo um “alguém”, um “fidalgo” (filho de uma pessoa influente) e uma “pessoa” do mundo aristocrático da casa-grande da plantação, e sendo um “indivíduo” no mundo burguês mais aberto e competitivo da nova economia de mercado (a rua), então se é certamente um ninguém, um mero fulano-de-tal⁸⁰ e João Pequeno⁸¹ no anonimato do mundo dos cortadores de cana (a mata).⁸²

79 LONDRES, Maria José. “O sertanejo valente na literatura de cordel”. In: SCHWARZ, Roberto (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 242-3.

80 Em português no texto.

81 Em português no texto.

82 Em português no texto. SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. Op. cit., p. 230.

8.2.1 Os direitos políticos: os documentos

Instrumento legal útil nas relações com o patronato, o único documento que os trabalhadores passaram muito tardiamente a possuir, a carteira de trabalho, tem até hoje uma importância como testemunho de cidadania que não poderia ser superestimada. Lygia Sigaud já o expôs: “Os documentos, sobretudo a carteira de trabalho, são o símbolo da cidadania adquirida com os ‘direitos’ e, para o trabalhador, constituem a prova de não viverem mais como ‘jumentos pelo meio do mundo’. Sempre que tenha carteira de trabalho, o trabalhador faz questão de mostrá-la.”⁸³ Na época da ‘morada’, dizem os trabalhadores, não havia “ficha”. “Era tudo clandestino”, forma retrospectiva de descrever seu estatuto em referência à situação atual, na era dos ‘direitos’, mostrando sinteticamente o caminho percorrido no sentido de seu reconhecimento social.

8.2.2 O direito de ir e vir

Entre os atributos do senhor da terra onde é domiciliado o morador, como foi visto, foi mencionado o controle sobre o dia a dia da família: no trabalho, nas culturas alimentícias, na moradia, mas também nos deslocamentos em geral.⁸⁴ Muitas vezes, todos esses aspectos são tratados como representando um “cativeiro”. Isso passou a ser considerado praticamente um ponto de referência: os trabalhadores eram/se sentiam cativos ou não mais cativos. “Podia ir. Tinha liberdade de movimento, podia ir pra cidade, o patrão não pegava”, assegura Amaro

83 SIGAUD, L. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit.

84 Eram igualmente controlados os deslocamentos dos eventuais visitantes dos trabalhadores. Ou seja, como conta Socorro Ferraz, “era muito difícil chegar nos engenhos. Tinha, às vezes, que andar dentro do canavial para não ser morto, para poder dar assistência médica. Isto era generalizado.” Como participante dos grupos militantes que atuavam no campo, ela assistia seu esposo, o médico Fernando Barbosa, no atendimento, particularmente às mulheres.

Rosendo Fagundes. “Em Rio Formoso, neste município, a liberdade era muita, era livre”, afirma José Antônio de Lima. No entanto, alguns entrevistados admitem que, embora no mesmo município, a situação não era homogênea: “Tinha liberdade de ir para onde queria. Isto de passar 3, 4 dias fora, podia ir. Alguns não tinha não”, segundo Amaro Pedro dos Santos. Logo são explicitadas as modalidades dessa liberdade: “Avisando, podia. Pra o senhor de engenho. Hoje ele nem ao senhor, porque avisa o administrador: ‘Olhe, eu vou na casa de uma família minha, ou fazer um passeio, aí eu vou passar dois ou três dia.’ ‘Tá certo’. Avisando, ele não empata, não. Agora que ele fosse sem avisar, aí dava uma suspensão.” José Peagentino dos Santos.

A questão da liberdade de deslocamento (além da questão da possibilidade concreta, isto é, dos meios) parece sujeita à grande variedade de situações e, talvez, de apreciação. Certos entrevistados, como foi visto, afirmam ter gozado de total liberdade quanto a isso. Outros tinham apenas a obrigação de avisar. Mas esse procedimento pode ter sido dificultado para ou por alguns. “Não, eu não podia sair não! O pessoal lá, pra sair, era o maior sacrifício. Tinha que falar com o administrador, que ia sair pra outro canto: onde ia, o que era que ia fazer... e naquele tempo era o cativoiro, se falava que era o cativoiro e hoje não, temos liberdade.” José Severo da Silva. “Que dizer prá, pedir licença prá sair. É, tinha que dar uma conversadinha, senão eles queriam dizer que estava doente e coisa e tá mandava o vigia buscar eu. Naquele tempo, mandava o vigia buscar eu e trazer prá cá, dizia lá: ‘Vou prá casa do meu pai em Recife.’” Moisés Alves Correia. As maiores limitações diziam respeito aos dias de trabalho. A obsessão em manter a força de trabalho disponível durante a produção tornava qualquer saída num dia da semana mais problemático. “No dia de domingo, a gente tava liberto, podia ir pra onde quisesse. Já no sábado à noite, a gente podia ir dançar um baile se pudesse ir; ir pra uma brincadeira e tudo. Não se importava não.” Eugênio Benvindo M. Freitas.

8.2.3 Liberdade de expressão, de reunião e eleições: “Ninguém era doido...”⁸⁵

Conforme a expressão já citada de Paulo Freire, a Zona da Mata é dominada pelo silêncio: “Falava, mas era muito pouco. Quando falava era muito pouco.” José Francisco da Silva. De fato, privados de quaisquer direitos cívicos, inclusive o de votar, os trabalhadores eram estranhos aos embates políticos, no sentido estreito do termo. Constatavam a dominação dos plantadores, nesse como em tantos outros âmbitos de sua vida. “Não falava nem em política, nem falava nada. [...] Nem em época de eleição não participava de nada. Ficava tudo calado. Quando a gente via aqueles que sabiam... aqueles que eram eleitores. Era aquele profissional. ‘É tempo de eleição!’ Aquele pessoal que era eleitor, iam aqueles candidatos pro engenho, faziam aquela reunião na casa do patrão, e iam ouvir na casa do patrão. Quando ele apoiava.” Rosendo Vicente de Sales. Fórmula famosa: “Às vezes, o patrão avisava pra votar no candidato dele.” José Peagentino dos Santos. José Honório enfatiza a falta de liberdade de expressão: “Hoje em dia o povo fala de política, destas coisas. Antigamente não podia nem política, nem religião.” José Honório da Silva.

Obviamente, a efervescência política do final dos anos 1950 e, sobretudo, começo dos anos 1960 ocasionou certo aguçamento dos ânimos de ambas as partes: os trabalhadores ensaiavam pela primeira vez (se não se contar os quilombos) o exercício de algum tipo de direito, trabalhista ou cidadão. Os patrões estavam indignados de constatarem a finitude de sua “ordem natural das coisas”, cuja duração secular parecia dotá-la de qualidade essencial, quiçá sobre-natural, como já o proclamaram os eugenistas e José Lins do Rego.

Propositadamente, não pretendo fazer aqui o inventário dos casos relatados abundantemente na imprensa, particularmente a militante, no período do auge dos movimentos sociais e políticos. Talvez

85 Moisés Alves Correia.

seja mais convincente ater-se às épocas de maior “normalidade” para mostrar o caráter ordinário, seria tentada a dizer “normal”, das atitudes e dos atos contra os trabalhadores.

Detida uma camponesa em Goiana pelo fato de vender a Folha do Povo⁸⁶

“Protestam as LC de Goiana, Também – Não passa de um capanga dos latifundiários o delegado de polícia de Goiana – A luta continua. Severina Maria da Conceição; detida sofreu maltratos 24 horas.”

“Quem era doido! Falava nada! Era proibido falar. Hoje em dia, é popular, já se fala. É pra todo mundo”, festeja Amaro Rosendo Fagundes. Excluídos por tanto tempo, os trabalhadores encantam-se com os direitos adquiridos, além dos trabalhistas, que constituem mais um marco no longo caminho de seu acesso à cidadania. Eles os encaram como antigos, preciosos e dignos de lutar por eles em toda sua plenitude. Eles passaram a ter um valor identitário.⁸⁷ Mas, têm também clara avaliação das dificuldades de realização desses. Pois a situação não era fácil. José Severo da Silva ilustra os embates, em termos de classe:

Naquele tempo, não tinha eleição nenhuma. Se era candidato esse, os ricos eram quem botava ele. “É fulano.” Os ricos eram quem fazia, Sr. Não tinha. E hoje tem essa liberdade toda que hoje é da terra tremer, o camarada fazer essas atividades todas, apre-

86 *Folha do Povo*, 04.04.1950. SSP 7956.

87 Lygia Sigaud faz a prova disso, quando o estatuto posterior de clandestino, expulso dos engenhos, ameaçou o exercício desses. “O referente da categoria são os ‘direitos’ e historicamente parece que a categoria surge com os próprios direitos, tendo sendo forjada para pensar e classificar aqueles que se acham excluídos dos ‘direitos’. Quando um trabalhador se define como ‘clandestino’ ele está querendo dizer que não tem direitos, que sua situação de trabalho é irregular e ilegítima em relação aos ‘direitos’.” SIGAUD, Lygia. “Os Congressos Camponeses (1953-64)”. In: *Reforma Agrária, Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. 1981, 11 (6), p. 4. Apud MIRANDA, M. M. M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 89.

sentando em que era o que ia votar, qual era os dizeres, qual era a providências. Ele queria saber, pegar meu título, pega do irmão pra assinatura e assim também na cabina, queria pegar, mostrou na mesa em quem votar. Eu disse: “O voto não é mais secreto?” Ele disse: “É.” “Então não posso dizer com quem é que vou votar... Eu já sei com quem vou votar” Aí ele saiu meio abusado.

“Queixas dos STRS à DRT⁸⁸”

Queixa de um trabalhador da U. N. S. C., Pombos:

8 anos na empresa, sem carteira assinada, “sempre designado para serviços que na maioria das vezes não sabe fazer, a exemplo do serviço que originou esta queixa, que foi o de ‘cambitar’, isto é, transportar canas em foquilhas, adaptadas em lombo de burro. Visto o acontecido, pedira ao administrador, Sr. M.S., para que o mesmo providenciasse outro serviço. Em resposta ao solicitado, o referido administrador entrou em entendimento com o gerente da Usina S. L. o qual manifestou que só resolveria o ‘caso’ com violência, tendo inclusive solicitado a presença de policiais fardados para que os mesmos prendessem os declarantes e seviciassem, o que só não aconteceu porque os queixosos fugiram, estando os mesmos privados de retornarem as suas casas. Pelo que se vê, é um método adotado por certos senhores de engenho para se verem livres dos trabalhadores quando estes atingem tempo de serviço que lhes garantem estabilidade.”

8.3 Lutas: ligas, sindicatos, governo arraas e regime militar

Ainda desta vez minha terra marchará na vanguarda, com a mesma bravura simbolizada por João Pessoa. Até o povo chinês, considerado o mais conformado do mundo, perdeu um dia a paciência. Se a Reforma Agrária não vier, já e já, o povo paraibano também perderá a paciência.

José Joffily⁸⁹

88 DPF SOPS Informação No 24/69 PS/SOPS/DE/PE dirigido ao Dops, SNI, DRT/PE, SSP/PE 06.02.1969. Assunto: situação no campo /PE. SSP 38688. Doc. 38-46.

89 Observador, membro da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal. “Inquérito sobre as Ligas Camponesas começará hoje: chegou a comissão de Deputados Federais”. DP, 17.04.1962, p. 3.

O que certas correntes da historiografia chamaram de “despertar das massas”⁹⁰ ocorreu no final dos anos 1950 e começo dos anos 1960 na zona canavieira de Pernambuco. O que isso significou para os trabalhadores que viveram eventos inéditos na história da região, pelo menos na escala e com o impacto que esses movimentos tiveram,⁹¹ é também determinante quanto à avaliação que eles fazem do passado recente de sua condição, sob o regime dito da ‘morada’.

Naturalmente, como o lembra Mary E. Wilkie, “[s]empre houve protestos por parte dos camponeses, revoltas isoladas e muitas vezes individuais contra a dominação de um ‘mau’ proprietário de terras. Esses protestos se resolviam geralmente de forma privada... pelo proprietário.”⁹² Ademais, como mencionado, as autoridades públicas – parentes e aliados dos senhores de engenho – prestavam todo seu apoio a esses últimos em similares situações. O Estado brasileiro era, na região, com a exceção do primeiro governo Arraes, a expressão mais perfeita de sua definição leninista. Havia resistências de todos os tipos por parte dos trabalhadores: sabotagem,⁹³ fugas, trabalhos mal executados. Euclides do Nascimento conta uma história exemplar:

90 Segundo Julião, o termo passou a ser utilizado como: “despertar dos camponeses”, em maio de 1955, no Congresso de Camponeses no Recife, com uma marcha pelas ruas da Capital. Depoimento oral concedido a Eliana Moury Fernandez, Fundaj, Recife, 1982-84.

91 Ver ALCÂNTARA, A. C. de. *Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*, Op. cit.; FORMAN, S. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Op. cit.; PAGE, J. A. *A Revolução que Nunca Houve*. Op. cit.; JACCOUD, L. de B. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco*. Op. cit.

92 WILKIE, Mary. “A Report on Rural Syndicates in Pernambuco”. Op. cit., p. 6.

93 Relatório do 1º sargento D. V. F., de 28.02.1962: Denúncia no engenho C.: F. E G., segundo informações do administrador “com a ajuda de elementos saídos do próprio engenho, pude evitar o intento dos agitadores”. Os trabalhadores denunciados, “presos para averiguações”, assim como outros do Engenho P. “confirmaram que efetivamente puseram no bebedouro do gado, localizado no cercado do engenho C., o ‘cipó-tingui’ com a infantil alegação de envenenamento unicamente de peixe.” SSP 29186. Doc. 1 e 2.

O catimbó

“Mas tinha uns caras medonhos. Esse [senhor de engenho] mesmo que meu pai morou quando era pequeno lavrador, era muito brabo. Então, um dia, ele botou lá o mestre-de-açúcar e desmanchou lá o mestre-de-açúcar e botou pra fora. Aí o mestre-de-açúcar saiu de lá e disse: ‘Também uma coisa eu garanto; mais nunca um mestre-de-açúcar faz açúcar deste jeito.’ Botou um catimbó lá no assentamento. E como funcionou!

Todo outro mestre-de-açúcar que ele trazia lá fazia o açúcar. Quando chegava no ponto, tirava o açúcar, enchia as formas. Tinha um lugar todo cheio de formas umas atras das outras assim. Então enche aí tudinho; quando é três dias, vai por debaixo arrolando, uma por uma, para o açúcar ficar todo em pezinho, todo açucarado. Mas então, todo mestre que ele arrumava, quando chegava lá para desarrolar, não virava açúcar. Aí o senhor de engenho, pau no cara que botou açúcar no tanque, mel no tanque. No pau, debaixo de um pau de boi. Porque perdeu o açúcar. Tinha senhor de engenho que achava que a culpa era dele, que ele não sabia fazer o açúcar. Não só botava pra fora, batia nele. Aí vinha outro, mesma coisa. De novo. Três do mesmo jeito. E ele com a cana toda madura. Aperreado. Aí foi falar com meu avô. ‘Fernando o que quê há.’ Apanhava o mestre-de-açúcar, que a culpa era do mestre-de-açúcar. Esse mesmo senhor de engenho era brabo que só a peste. Começou a perder o açúcar, metia o cipó de boi, metia tanto que o cara caía de pernas pra cima. Ele mesmo. Era brabo que era uma fera.

Aí então chamou meu avô para fazer o açúcar dele. Meu avô disse: ‘Seu major, olhe, você está acostumado a meter a munheca em mestre-de-açúcar. E eu não estou pronto para isso não. Você sabe que aí ninguém faz açúcar. Agora, já que conheço você desde garoto, conheci seu pai, vou tentar.’ Aí concordou em tentar. ‘Agora, o seguinte: primeiro eu quero fazer uma revisão de todo o seu assentamento de seu engenho.’ Aí passou uma semana, mexeu tanto que foi. E todo mundo se perguntava, porque que não se fazia açúcar. Meu avô morava num outro engenho perto. Sabia de tudo que acontecia. Então todo mundo dizia que ia perder a safra todinha. E ele [o senhor de engenho] uma peste de raiva. Aí meu avô mexeu em tudo, fez toda uma limpeza e achou o catimbó. O catimbó estava na bica do caldo de doce. Você sabe, o caldo está vindo da moenda: a moenda tá girando e o caldo tá descendo por aí na primeira tacha. Então nesta bica, o cara cortou aqui o tamanho de uma barra de sabão, deste sabão amarelo de lavar roupa. Cavou e enterrou uma barra de sabão amarelo, deu um polimento aqui e foi embora. Agora, todo mestre-de-açúcar que chegava botava o caldo, o caldo passando nesta bica na barra de sabão vinha pra cá. Duvido de você fazer açúcar. O sabão

impede que o caldo vire açúcar. Não vira açúcar de jeito nenhum. Não era magia. Mas o cara era muito inteligente. O sabão não deixa açucarar. Se você bota sabão no mel, não açucara mais. Meu avô descobriu. Pegou uma faca, tirou tudinho, lavou, cortou madeira, encheu o lugar todinho, passou lixa, deu uma lavagem neste engenho todinho, antes de botar para moer, lavou tudo. Aí disse: 'Seu major, mande botar cana no engenho para ver se se faz açúcar. Não garanto não, mas vamos ver.' Aí passa de tacha para tacha, vai na última que é de dar o ponto, deu o ponto, aí encheu as formas. Com três dias, desarrolou tudinho, ficou tudo em pezinho. Aí meu avô: 'Você mandou fazer açúcar, aí tá. Não, não tinha nada não.' Porque se ele dissesse que tinha uma barra de sabão, o senhor de engenho ia pegar o cara, matava o cara. Meu avô não entregou não. Mas depois ele contou pra nós. Uma barra de sabão. E ele dizia que era catimbó."

8.3.1 "Era preso. Era que nem uma escravidão"⁹⁴

O testemunho de trabalhadores rurais, entrevistados sobre seu próprio passado, fornece uma visão renovada do período quanto a suas lutas e movimentos sociais. Em primeiro lugar, pela descrição do ambiente social e político em que viviam, palco para tão inovadora expressão de suas aspirações de classe. A qualidade eminentemente violenta do ambiente de trabalho e de vida dos trabalhadores e de suas famílias, como foi visto acima, dominava todos os âmbitos da existência. As inúmeras proibições, que afetam os deslocamentos, a comida disponível, o combustível (lenha, carvão) coletado, o uso da terra cedida, até as atitudes pessoais fora do âmbito propriamente de trabalho, o eito, diziam igualmente respeito às atividades políticas, sindicais etc.

Contrariamente ao suposto espírito benignamente familiar que teria reinado nos engenhos, na época da 'morada', os trabalhadores sofriam, como evocado, um clima de medo, repressão, falta de liberdade de expressão e reunião, e sobretudo, ausência de normais trabalhistas. Longe de obedecer a quaisquer regras, inclusive

94 Cassiano José de Sena.

consuetudinárias, não “tinha nada acertado”, afirma João Francisco dos Santos; “O acordo era o que eles queriam fazer.”

O primeiro empecilho para participar de qualquer tipo de atividade em defesa de seus próprios interesses era a proibição de reuniões, a não ser, lembra José Honório, “danças e novenas”. Rosendo Vicente de Sales complementa: “Com respeito à política, era de tal modo que os trabalhadores viviam com a boca mais fechada do que uma combuca. Não tinha reunião, nunca houve.” José Honório da Silva tem lembranças de infância:

Por isso, meu pai colocou uma camisa com o nome do sindicato, e por isto foi preso. Lá em Panelas. Ele foi para Caruaru, para o sindicato, chegou lá e comprou uma camisa que tinha o nome de sindicato. Aí foi preso por isso. Foi aí a primeira vez que ouvi falar em sindicato, porque ele tava na cadeia. Eu tava com sete anos para oito.

Em tempo de paz republicana, o regime aplicado a cidadãos brasileiros, nas pessoas das populações canavieiras, lembrava medidas de exceção habitualmente impostas por invasores e golpistas: qualquer agrupamento de apenas quatro ou cinco trabalhadores era passível da intervenção prestimosa e brutal, além dos capangas domésticos, da autoridade policial constituída, a serviço do patronato. Manoel Fernando de Souza conta: “O delegado só dava a chicotada, mandava o delegado chicotear o cara. Quando ele chegava cá: ‘Vá trabalhar, rapaz. [...]’ Pronto, era o que acontecia, era isso no meu tempo, o tempo de... antes de 62.”

Mesmo um catequista, devidamente recomendado pelas autoridades eclesiásticas e sob sua orientação,⁹⁵ como Euclides do Nascimento, precisava refugiar-se em igrejas para conversar com os

95 Sobre o papel de certos membros do clero, ver o belo livro: MONTENEGRO, Antonio. *Travessias. Padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)* Recife: CEPE, 2019.

trabalhadores: “No engenho não podia fazer reuniões. Se fosse fazer reunião, o patrão ficava brabo. E você sabe a revolução que houve.”⁹⁶ Manter a ordem significava constranger os trabalhadores aos padrões de comportamento ‘adequados’ segundo os plantadores, a despeito da lei suprema da nação.

A diacronia entre o depoimento e a época relatada enriquece o testemunho dos trabalhadores rurais, que deixam entender ou expressam abertamente considerações críticas a seu próprio respeito também. A questão de consciência de classe é central. “Olha, as exigência daquele tempo, muitos trabalhadores era unido com o patrão, e mais não se importava com aquela grosseria, sabe como é? Massacrava, e os trabalhadores pensava que não era nem massacre, né?” José Barbosa do Nascimento. Cassiano José de Sena lembra do “dizerzinho” que era usado:

Era, que se falava comunista. [Comunista.] Era, se visse 4 pessoa, 4 ou 5 reunido num canto, conversando sobre sindicalista ou uma coisa assim, ah! Isso era... era coisa rígida.[...] Era perseguido, eu vi. Eu não nego, não: eu dormi muita noite aqui com medo! De ver polícia passar dentro de carro, de polícia passar na minha porta aí, pra prenderem trabalhador.

A mudança de atitude das autoridades estaduais, no breve primeiro governo de Arraes, “tirou a polícia de cima do trabalhador”.⁹⁷

96 Nos arquivos da polícia, encontra-se alguma indicação mais precisa das reuniões de mobilização que ocorriam. Confirma também a prontidão da polícia em interferir, pelo simples fato do encontro ocorrer, assim como as medidas de precaução tomadas pelos trabalhadores rurais. Assim, o relatório manuscrito de um agente à delegacia de polícia sobre as atividade de “elementos do PC de Jaboatão acompanhados de desconhecidos” que iam para Galiléia. “[O]s ditos elementos tem vigilantes na estrada munidos de fogos e bombas para anunciar a aproximação [sic] da polícia.” O agente informou também que as reuniões nas casas dos moradores ocorriam “de preferência aos domingos”, “no horário das 9 às 14 horas”. Relatório do 03.11.1955, sem assinatura. SSP 29309. Doc. 6.

97 “A polícia era destacada em pequenas frações para os engenhos e usinas, a fim de exercer o policiamento, que era feito de duas formas, a polícia só oferecia

Nas palavras de Antonio Callado: “O que se passa é que os opressores de ontem não podem mais oprimir. Não têm mais a Força Pública do Estado como tropa particular dos engenhos.”⁹⁸ Como o sublinhou Gregório Bezerra, vítima exemplar das forças da ordem em muitas oportunidades, e familiar com a ferocidade de suas intervenções, “[p]ela primeira vez na história de Pernambuco, a polícia atuou no sentido de manter a ordem justa, sem espancar nem prender camponeses”.⁹⁹ O movimento em defesa dos trabalhadores (todas as organizações incluídas) podia então tomar um vulto de significação inédita.¹⁰⁰ Antes, lembra Amaro José de Sena, de

essas duas alternativas: repressiva e preventiva. O próprio policiamento preventivo já era uma forma repressiva e coercitiva. Não tinha mais nada a oferecer, não fazia nenhum tipo de mediação que não fosse uma repressão por prevenção. Por outro lado – aí que está a importância histórica – o soldado, quando era destacado para as usinas e para os engenhos, a diária para alimentação e pousada que ele recebia era uma coisa iníqua, não dava nem para comer e nem para dormir. Então, o que acontece? É fácil concluir. O senhor de engenho, o latifundiário, o dono da terra, recolhia o soldado, dava alimentação e pousada de graça para ele. Agora, se ele dava, passava a usar a polícia como sendo sua. Então, o primeiro problema que tive foi uma luta tremenda para conseguir subir o valor dessa diária para a polícia ter uma posição equidistante, não ficar dependente da alimentação e da pousada do senhor de engenho. Porque se você está sendo alimentado, obviamente fica dependente, e era isso o que acontecia. Então, eles é que requisitaram a polícia e a empregaram. E o primeiro passo que nós demos foi cortar isso. A partir daí a polícia passou a ir comandada sempre por um oficial, numa posição de equidistância, examinando se quem tinha razão era o camponês. [...] Então isso causou uma revolta muito grande porque eles estavam acostumados a usar a polícia como se fosse sua propriedade privada.” Hango Trench, Comandante da Polícia Militar no primeiro governo Arraes. Depoimento oral concedido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, 1986.

98 CALLADO, A. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 118.

99 BEZERRA, G. *Memórias*. Vol. I. Op. cit., p. 174.

100 Pe. Crespo testemunha que o governador “começou a punir delegados ou militares que continuavam prendendo camponês a mando dos proprietários, com isso proporcionou ao camponês a liberdade de ação, porque o trabalhador rural

Sirinhaém, “Não, não tinha nada [de reunião]; não tinha nada disso não. Tudo isso aí nasceu talvez de 60 pra cá foi que veio devagarzinho, devagarzinho.”

8.3.2 “Agora, quando foi de 62, depois que Arraes entrou, foi que a gente teve essa liberdade. Fomos... forro outra vez.”¹⁰¹

O medo é do tamanho de um trem, se a gente pensa que é do tamanho de um trem, se pensa que é do tamanho de uma légua; mas se a gente chega à conclusão de que o medo é do tamanho de um mosquito, o medo não passa do tamanho de um mosquito.

Gregório Bezerra¹⁰²

Manoel Fernando de Souza repete a afirmação, explicando o paralelo que traça com a abolição da escravidão, como para implicar, mais do que uma metáfora, um prolongamento, uma repetição: “Quando foi em 62 que Arraes deu a liberdade de nós, deu a liberdade pra... alforria, eu chamo alforria; ditou a alforria pra nós outra vez. Aí começamos a ter essa liberdade de trabalhar 8 horas.” É interessante constatar o uso do conceito de liberdade num sentido

vive debaixo do terror, do medo, porque os delegados e a polícia viviam e vivem ainda hoje a mando da classe patronal. Os delegados eram nomeados pelos patrões e latifundiários e a polícia dos municípios estava a serviço deles. Então espancava o trabalhador sem justificativa ou mandato judicial, ficando o indivíduo dias e dias mofando na prisão.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 19.

¹⁰¹ Manoel Fernando de Souza.

¹⁰² Explicando para os trabalhadores da cana que eles tinham três inimigos principais: “O primeiro é o medo; o segundo é o conformismo; o terceiro é o latifúndio.” Depoimento oral a Eliana Moury Fernandez. Recife: Fundaj, 1982.

que remete além do cívico, fundamental no sentido político,¹⁰³ igualmente ao que Marx descrevia a respeito do proletário “livre de vender sua força de trabalho”,¹⁰⁴ ecoando, ao que parece, nas palavras de Severino Barros Lima, de Itaquitinga: “O que eu sei contar daquela época atrasada, é isso, viu. O cabra tinha liberdade, viu, de ser sujeito pra trabalhar instantaneamente, mas não tinha... Cadê o dinheiro pra fazer nada.”

Todos os entrevistados lembram com emoção esse período, o ‘Tempo de Arraes’,¹⁰⁵ que lhes trouxe uma mudança histórica: o benefício da lei. Particularmente, a aplicação da legislação recente, fruto das grandes mobilizações de trabalhadores que suscitaram preocupação em torno da questão do campo, como diziam os jornais: o Estatuto do Trabalhador Rural.¹⁰⁶ Graças à pressão dos movimentos sociais rurais¹⁰⁷ que culminaram com a greve de novembro de 63, paralisando toda a região em plena safra,¹⁰⁸ – e do governo estadual,¹⁰⁹ promovendo o Acordo do Campo, garantiu-se o paga-

103 Evocando o pedido de decretação do estado de sítio, um assessor do governo declarou em assembleia do STR de Jaboatão que isso “era para sufocar as liberdades de que vocês gozam agora em Pernambuco, liberdade de reivindicar e exigir”. *Apud DP*, 25.10.1963.

104 Ver 5.6.2. As relações de trabalho e o açúcar na obra de S. W. Mintz. A questão da liberdade.

105 Título de uma obra famosa. CALLADO, A. *Tempo de Arraes*. Op. cit.

106 *ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL*. Op. cit.

107 Que J. M. da Rosa e Silva Neto chama de “ofensiva crescente dos novos proletários para a conquista de novos direitos”. *Contribuição ao estudo da Zona da Mata em Pernambuco*. Op. cit., p. 117.

108 A Fetape estimava, em 19 de novembro, em 90% a taxa de paralização. A gravidade da situação valeu a presença do Ministro do Trabalho, Amaury Silva, nas negociações. *DP*, 20.11.1963.

109 Arraes reconheceu o papel decisivo do movimento social nesses desdobramentos. Falando em “ruptura de relações de tipo semifeudal”, o governador realçou a responsabilidade do movimento de trabalhadores rurais para conseguir a nova legislação trabalhista. “Ao movimento organizado e democrático dos trabalhadores da zona canavieira, em sua legítima aspiração por melhores

mento do salário legal¹¹⁰ da categoria aos trabalhadores rurais da Zona da Mata.¹¹¹ A diferença com as remunerações praticadas até então na região¹¹² foi tão grande que transformou a vida das famílias

níveis de vida, cabe o inegável mérito de ter desnudado o clima de estufa em que vivia a agroindústria canavieira. Foi necessária uma pressão de baixo para cima, gerada pela ampla camada de trabalhadores rurais que não mais suportava as condições em que vivia, para que se chegasse à tardia descoberta de que cana-de-açúcar tem custo de produção. E isso ocorreu porque uma parcela expressiva que compunha aquele custo e que tinha, até então, se mantido invisível, explicitou sua existência de maneira clara e decidida.” “Introdução à mensagem de prestação de contas das atividades do primeiro ano de governo, à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco 15.03.1964.” *In*: ARRAES, M. *Palavras de Arraes*. Op. cit., p. 103.

110 O salário oficial era “de 450 cruzeiros antigos para toda a região açucareira do Estado.” Gregório Bezerra ressalva: “A maioria dos patrões não tomava conhecimento dessa realidade e continuava pagando entre 150 e 250 cruzeiros antigos para os homens; e a metade dessas quantias ia para as mulheres e os menores, embora a produtividade destes últimos fosse a mesma dos homens. No entanto, segundo a lógica dos patrões, as mulheres e os menores não precisavam de ‘tanto dinheiro’.” BEZERRA, G. *Memórias*. Vol. 1. Op. cit., p. 175.

111 Gregório Bezerra afirma que “em março de 1963, já tínhamos conseguido fazer com que o salário mínimo de 450 cruzeiros estivesse sendo pago em 97% da zona açucareira do Estado de Pernambuco e em fins de abril essa situação pôde ser consolidada.” *Idem*, p. 176.

112 “Acordo com os camponeses fez cessar hoje a greve rural em Pernambuco”. “Em reunião que se prolongou até a madrugada de hoje, presentes o Ministro do Trabalho, presidente do IAA e numerosas outras pessoas, foi celebrado acordo na Delegacia do Trabalho que possibilitará o encerramento da greve geral que desde domingo último, paralisou as atividades na agroindústria canavieira do Estado. Conquistas. Aos grevistas foram asseguradas as seguintes vantagens: aumento de 80% (sobre a diária de Cr\$ 503,00) que passou a vigorar desde ontem e cujo pagamento começará a ser feito a partir do 1º de dezembro próximo; garantia de manutenção junto às diversas usinas de um delegado sindical (eleito pelos trabalhadores); escolha de comissão paritária para estudar a interiorização da previdência; atualização dos registros nas carteiras profissionais e desconto para os sindicatos em folha. O açúcar terá seu preço maiorado para permitir o pagamento da melhoria salarial.” *DP*, 20.11.1963. O texto do Acordo do Campo foi publicado no dia seguinte sob o título “Cr\$ 100 milhões os prejuízos da greve rural no Estado”. *DP*, 21.11.1963, p. 3.

de canavieiros. O salário mínimo, já antigo para os trabalhadores da indústria, comércio e transportes, fora seu privilégio. Doravante, ele dizia respeito também aos trabalhadores rurais, como estipulava o Estatuto do Trabalhador Rural.¹¹³

Solidariedade dos trabalhadores na indústria do açúcar¹¹⁴

“Toda solidariedade aos companheiros da lavoura canavieira”, manifestando “irrestrita solidariedade à greve geral deflagrada pelos trabalhadores na lavoura canavieira de nosso Estado. Os operários das usinas sentem-se orgulhosos de assistir à corajosa campanha de seus irmãos da lavoura que se mostram dispostos a tudo, no sentido de obter salário e condições de vida humanas. Nossa atitude é ativa e já estamos respondendo ao pedido de nossos bravos companheiros camponeses com a paralisação do trabalho em diversas usinas, porque entendemos indispensável a aliança dos nossos esforços – dos operários e dos camponeses – para efetivar um alto nível de organização sindical e obter, dos patrões e do Governo, o que é devido aos trabalhadores que também querem usufruir dos decantados proveitos do desenvolvimento do país. Companheiros trabalhadores da lavoura canavieira! Vossa greve será total e atingirá, também, as fábricas de açúcar! Companheiros do Sindicato do Açúcar! Atendei ao apelo dos vossos irmãos trabalhadores da lavoura canavieira! Aderi à greve geral dos companheiros camponeses. Viva a unidade dos trabalhadores das usinas e dos engenhos.”

113 Como o lembra Lygia Sigaud, dois outros textos trataram do assunto: o Decreto-lei 2.162, de 01.05.1940 e o artigo 76.128 da Consolidação das Leis do Trabalho (maio de 1953). Mas nenhum desses instrumentos legais fora regulamentado, permanecendo letra morta. SIGAUD, Lygia. “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”. Op. cit., p. 49.

114 Um dos aspectos mais assustadores para os empregadores foi a solidariedade manifestada pelos trabalhadores da indústria do açúcar, tradicionalmente extremamente enquadrados e pacificados. Ver a matéria paga pelo seu sindicato, em 18.11.1963: DP, 19.11.1963, p. 6. Segundo os próprios representantes da categoria, somente em 1993, trinta anos mais tarde, aconteceria um encontro solidário entre ambas as organizações de trabalhadores. *Seminário regional. Crise e Reestruturação no Complexo SucroAlcooleiro do Nordeste*. Recife, PE, 31.05-03.06.1993. Mimeografado.

A euforia que ganhou toda a zona canavieira é lembrada com emoção por atores sociais e testemunhos. Era o fim do salário “consentido”,¹¹⁵ campo livre para o arbítrio do plantador. Contra uma quantia inaceitável, na opinião do trabalhador, esse não tinha outra opção a não ser a saída do engenho. Doravante, o salário mínimo “deu ao trabalhador a possibilidade de saber, antes de executar um trabalho, o quanto deveria ganhar.”¹¹⁶ Com isso, a ideia de ‘direitos’ tornou-se real, em Pernambuco, pela intromissão do Governo do Estado, “o salário mínimo [...] representou para o trabalhador um aumento em quase 500% da remuneração a que estava habituado. Isso implicou na abertura de novas possibilidades de consumo.”¹¹⁷ Como Forman o sublinha, Furtado atribuiu o sucesso da greve a “uma oposição declinante dos proprietários, uma vez que houve uma elevação concomitante nos preços internacionais do açúcar de 1962 a 1963.”¹¹⁸

No caso de Dr. Arraes, quando entrou aí, entrou a riqueza pro trabalhador. Parece que caiu uma chuva de graça em cima do povo. Foi aí que o povo comprou um sapato; podia comprar uma camisa, comprar uma rede, uma roupa de trabalhar, outra de sair. Quando Arraes chegou, a gente trabalhava desesperadamente para ganhar 9 mil réis. [Pausa] Se tirasse o que o patrão quisesse. Quando Arraes entrou que sentou-se, disse: a diária? É 410 mil réis. Quem ganhava 9 passa para 410! José Honório da Silva

115 Robert Castel evidencia as implicações desse tipo de contrato coletivo de trabalho. “A inscrição num Direito do Trabalho que reconhece o trabalhador enquanto membro de um coletivo dotado de estatuto social além da dimensão puramente individual do contrato de trabalho.” *Les métamorphoses de la question sociale*. Op. cit., p. 338.

116 SIGAUD, L. “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”. Op. cit., p. 52.

117 Idem, p. 53.

118 FORMAN, S. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Op. cit., p. 237.

O comércio das cidades da região¹¹⁹ não conseguiu atender a demanda crescente em produtos tão básicos quanto camas ou carne. O aumento do abate semanal de bois, no Cabo, foi um sinal típico,¹²⁰ segundo o médico Fernando Barbosa,¹²¹ assessor da Liga Camponesa local.

Para você ter uma ideia, a feira do Cabo que há muito tempo não vendia cama Patente, começou a vender cama Patente para os camponeses. Camponês comprar uma cama Patente, isto foi uma coisa que chamou atenção. Eles só queriam faixa azul. Eles sabiam que senhor de engenho tinha cama Patente, faixa azul, eles também queriam faixa azul. Na feira, matavam dois bois na época; seis meses depois, um ano depois,

119 O editorial “Inquietação rural” adota essa linha de argumentação. “Com a autoridade e insuspeição que lhe advém da posição de proprietário rural, neste e no Estado da Paraíba, senhor de engenho e fazendeiro, ligado à agroindústria do açúcar e à pecuária, o Sr. Paulo Guerra teve a coragem de compreender e justificar a política de melhoria salarial nos campos e garantias ao trabalhador rural, nos termos do justo disciplinamento traçado pela lei Fernando Ferrari. E, de passagem, tocou uma tecla das mais objetivas e dignas de realce, quando acentuou constituir o reajustamento das diárias do homem do campo medida de interesse coletivo, na medida em que, percebendo melhor paga, o rurícola não apenas vê assegurada a sua dignificação como pessoa humana – o que bastava para legitimar sua execução – mas, ainda, lhe propicia meios de alargar a capacidade consumidora, abrindo campo à ampliação dos mercados internos, que absorvam a produção, permitindo-lhe maior desenvolvimento progressivo.” *DP*, 25.10.1963, p. 4.

120 Antônio Leite Falcão (Delegado da Secretaria do Trabalho em Palmares) constatou o mesmo aumento nesse município: “Antes do governo Arraes assegurar o direito dos trabalhadores rurais [...] a cidade de Palmares abatia dois bois por feira e durante passou a abater seis bois.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 12. Gregório Bezerra lembra: “Matavam dois porcos, quando muito; passaram a matar 24, 28 porcos por dia; matavam 5, 6 carneiros. Quer dizer que o povo começou a consumir: carne, feijão, arroz, macarrão.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 104-105.

121 Entrevista com Dr. Fernando Barbosa.

eram vinte bois na feira. Quer dizer, o pessoal começou a comprar carne. Isto foi tudo uma consequência do processo econômico e político.

Uma pesquisa realizada precisamente nesse período constatou “o aparecimento de novas tendências de consumo: o trabalhador rural passou a adquirir objetos essenciais à casa, embora frequentemente, muito deles não tivessem relevada aptidão necessária de como gastar bem as rendas obtidas.”¹²² Gregório Bezerra, cuja ação pioneira na sindicalização dos canavieiros precipitara também eventos tão importantes, lembra a amplitude das consequências econômicas benéficas para toda uma região:

Os transportes coletivos, as empresas de transporte coletivo, cresceram de uma maneira estupenda. Aquelas casas comerciais viviam super-lotadas de clientes comprando mercadorias, comprando calçado, comprando roupa, comprando bicicleta, comprando rádio, comprando colchão, comprando cadeiras, comprando tamboretas, comprando tudo. Foi uma coisa encantadora. E os rapazes já comprando suas bicicletas para passear aos domingos com as suas namoradas. As donas de casa compravam uma mesinha, uns tamboretezinhas, para comer numa mesinha. Melhorar a louça da cozinha. Compravam máquina de costurar roupa pra família e, às vezes, até pra fora; as costureiras começaram a ganhar muito mais dinheiro. Enfim, todo mundo melhorou economicamente com a aplicação do salário mínimo no campo.¹²³

122 GONÇALVES, F. A. “Condições de Vida do Trabalhador Rural...”. Op. cit., p. 155. Os objetos mais desejados (para compra imediata) pelos pesquisados masculinos eram: roupas (35,2%), sapatos (22,4%), relógios (19,1%); rádios (11,1%); e chapéus (11,9%). Suas esposas colocavam a máquina de costura em terceira posição (24,9%), após roupas e sapatos em proporções iguais aos homens. Os filhos, por sua vez, mencionavam a bicicleta (quarta posição com 3,8%) e cama e rede (3,0%). Ibid., p. 158-9.

123 Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 105.

A sensação expressa pelos entrevistados era de uma abundância súbita e inimaginável antes, embora descrevessem, de fato, cenas bastante banais, não fosse a situação de penúria anterior:

A gente ganhava 3 mil réis e botou para um conto e cem, um conto e cem. Ele me dava um conto e cem por semana. Quem ganhava menos do que isso, quer dizer adiantou muito, então, a gente ia pra feira, ia pra feira com esse dinheirinho, o dinheiro que ganhou, com o dinheiro que a gente ganhava num dia, dava pra gente comprar 1 kg de carne, 1 maço de fósforo, às vezes, um pedaço de sabão. Ainda sobrava dinheiro: cortava cabelo dele. Ainda sobrava dinheiro. *Severino Antônio do Nascimento*

Luís Batista do Nascimento, de Rio Formoso, fornece detalhes quanto a esse mais elementar conforto doravante acessível.

É porque no passado... eu vou lhe dizer, explicar: do governo de Dr. Miguel Arraes pra trás, o pobre não tinha direito a uma cama... O pobre não tinha direito um sofá pra se sentar; o pobre não tinha direito a um certo móvel dentro de casa. Porque móvel era um tamborete daquele; era um... uma cama era uma esteira mesmo, um jirau de vara, uma coisa, era as camas! Ou senão, uma caminha de carpina. O carpina é uma caminha fraca, né? E depois de... do governo de... de Dr. Miguel Arraes pra cá, o pobre amobiliou a casa, fez e aconteceu, e tal... Houve muito direito, né?

Cassiano José de Sena confirma, retomando a formulação consagrada cuja amplitude semântica abrangia mais aspectos da vida do que seu sentido abstrato poderia deixar pensar:

As coisa que mudaram porque nós hoje temos mais um direito melhor. Nós hoje tem a casa pra morar mais descansado; nós hoje tem uma vida melhor porque nós tem um tamborete pra se sentar; tem uma cama pra dormir; que quem... teve muitos pobre que nunca teve, dormia em cama de vara,

que nem eu mesmo criei meus filhos não foi em cama boa hoje, não; foi em cama de vara.

Apesar dos aproveitadores¹²⁴ de sempre, a euforia de poder enfim¹²⁵ satisfazer necessidades básicas marcou tanto a memória dos trabalhadores que cada um conta exatamente o que fez com aquele primeiro salário legal. Uma lembrança muito mais significativa do que o resultado concreto. De repente, aparecia algo de simbolicamente maior do que o alvo econômico mensurável.

Aí saí do sindicato, fui-me embora. Aí o administrador mandou me chamar. Quando cheguei lá, aí deu 330 Cruzeiros. Naquela época era muito dinheiro. Aí o administrador disse: “Os 30 é meu.” Eu digo: “Tá certo, doutor.” Quando eu cheguei em casa, lá no engenho, a mulher disse: “Mas rapaz, tu recebesse.” “Recebi 300.” Quando recebi esse dinheiro, cheguei na loja por volta das 10, horas, comprei dois vestezinhos pra ela, comprei uma roupa pra mim. Fui no açougue, estava aberto, comprei dois quilo e meio de carne. *José de Andrade*

A cidadania aparece nesses afazeres de pai de família e trabalhador gozando – pela primeira vez – nos padrões habituais da sociedade nordestina, do estatuto mínimo que lhe era devido enquanto agente econômico além do ‘burro de carga’. Pois, além da cama, a mais mencionada das comodidades compradas, o pagamento do salário legalmente estipulado permitia a aquisição não só de mantimentos, roupas e objetos importantes como a bicicleta, mas do acesso à mídia, rompendo com o secular isolamento de quem

124 Atravessadores e prepostos que “intermediavam” diversas transações.

125 Foi apenas nesse período, que a grande imprensa reconheceu o problema: “Com os salários de fome que vencia até bem pouco, o trabalhador rural era um pária, um deslocado, um marginal na vida econômica e social da região. Lutando de sol a sol, enfrentando as lides ásperas da exploração da terra, recebendo paga miserável e anti-humana, o rurícola pernambucano, por exemplo, constituía um peso morto na comunidade, vegetando à tôa, feito bicho, sem horizontes, nem perspectivas.” Editorial do *DP*, 25.10.1963, p. 4.

morava nas plantações, com “o radinho de pilhas”: “O outro botava o rádio,¹²⁶ lá no corte de cana, para assistir; para o pessoal ouvir, e ele ouvir também.”¹²⁷

8.3.3 “Depois pegou aparecer salário, né? Pegou aparecer limite de trabalho, né?”¹²⁸

Além da dimensão imediatamente pecuniária,¹²⁹ os trabalhadores associam às mudanças do ‘Tempo de Arraes’ sua correlata, a

126 Desenvolveu-se toda uma produção de emissões radiofônicas destinadas especificamente para os trabalhadores rurais.

127 José Honório da Silva, Rio Formoso. “Eu nunca tinha visto, nunca tinha visto, porque eu tenho lembrança que na casa de pobre, eu só vi um rádio falar na casa de pobre, dessa posse de Dr. Miguel Arraes pra cá, do governo de seu Miguel Arraes pra cá. Mas pra trás eu não tinha isto, não”, realça Eugênio Benvido M. Freitas.

128 Luís Batista do Nascimento.

129 O editorialista do *Diário de Pernambuco* mostrou como os benefícios da medida afetavam positivamente todos os setores da sociedade na Zona da Mata... inclusive os empregadores, mais uma vez protegidos economicamente pelo Estado federal. “Numa reação justa, compreensível e natural, os trabalhadores da agroindústria do açúcar lutaram bravamente para obter melhor paga aos que cultivam o solo, alcançando um salário que, ainda miserável – levando-se em conta os custos atuais de vida – representa, entretanto, muito em relação ao que vinham percebendo. Além da justiça que isto traduzia, vale atentar no sentido renovador dos novos tectos na vida do interior: cidades do litoral e da mata, por. ex., que vegetavam sem horizontes nem perspectivas, começam a agitar-se na trepidação do seu comércio normal, na movimentação de suas feiras, na usualidade da intensificação das trocas, tudo o que encerra visível e tangível impulso à consolidação da vida municipalista. Por outro lado, tendo de pagar salários três ou quatro vezes maiores do que dantes, os proprietários não se podem queixar, pois estão sendo os maiores beneficiários da mudança graças à atualização do preço do açúcar, resultante em grandíssima parte, destas lutas de aumento de salário. Compare-se à situação, por exemplo, de um senhor de engenho que outrora pagava 300 ou 500 cruzeiros de diária ao trabalhador, matando-o de fome, e hoje lhe paga mil cruzeiros por tonelada de cana, a margem que lhe vai sobrar é muitas vezes superior ao que lhe restava antigamente, sendo-lhe leve enfrentar o total das

diminuição da jornada efetiva de trabalho. “E de primeiro era aquele cativo: era de 6 às 6. As tarefa, tirava 12 com 13, era quase de 6 às 6. E diária era de 6 às 6, agora fora os pedaço da noite. E hoje em dia não. Hoje em dia nós trabalhamos 8 horas; e quando é por diária, 8 horas não é puxado, não é gritado que nem boi de carro, não. A gente trabalha aquelas 8 horas quando é por diária.” A repetição parece expressar, para Manoel Fernando de Souza, a vontade de saborear a mudança no regime de trabalho, a limitação dessa jornada, a padronização do esforço consentido e a regulamentação de sua remuneração.

Os entrevistados mencionam com apreço esses ‘direitos’: o termo genérico designa as garantias oferecidas pela legislação trabalhista, ainda em construção, na época, para as populações trabalhadoras do campo; além do salário e da Tabela de Tarefas, o repouso remunerado, as férias,¹³⁰ o décimo terceiro salário e o salário família. O direito à aposentadoria viria mais tarde. Pois, os entrevistados referem-se também às normas acordadas ou julgadas por dissídio, posteriormente ao momento inicial do Estatuto do Trabalhador Rural, e que passaram a regular a remuneração do trabalho agrícola.

novas despesas, cobrindo-o, folgadoamente, com que apurar na colheita das safras.” “Crise rural em perspectiva”. DP, 19.02.1964.

- 130 O significado profundo (ele fala de “revolução cultural”) de tais medidas foi evidenciado por Robert Castel, a respeito de um episódio semelhante na história das relações de trabalho na França, os Acordos de Matignon, em 1936, permitindo aos trabalhadores franceses o gozo de férias anuais: “[U]ma medida que poderia parecer secundária mas reveste um significado simbólico excepcional se for recolocada dentro da história do ‘indigno assalariamento’: férias remuneradas. Por alguns dias por ano, o operário pode cessar de perder sua vida a ganhar o pão. Não fazer nada obrigado, eis a liberdade de existir por si. Inscrever esta possibilidade na lei, é reconhecer ao trabalhador o direito de existir simplesmente – isto é, como os outros, os que vivem de renda, os ‘burgueses’, os aristocratas, os abastados, todos aqueles que, pelo menos no imaginário operário, gozam da vida por si própria e para eles mesmos, desde o começo dos tempos.” *Les métamorphoses de la question sociale*. Op. cit., p. 341.

Os direito? Bom, os direitos foi Tabela de Tarefa; esse negócio de aposentadoria, que ninguém tinha; negócio de décimo, que ninguém tinha; de férias, que ninguém tinha. Aí foi descobrindo esse direito e a gente fomos seguindo até agora.¹³¹

Central, nesse caso, era – e ainda é – a Tabela de Tarefas confirmada pelo Acordo do Campo, complementada e atualizada regularmente até hoje. A melhoria nas condições de trabalho, normatizando cada vez mais fina e detalhadamente a quantidade de esforço passível de ser exigido por dado valor, associou-se, desta forma, ao aumento do salário pela simples aplicação da lei. “[A braça] era 2 metros e 50. No primeiro ano que Dr. Miguel Arraes assumiu a braça era de 2 metros e 50; foi cortada lá no engenho todas elas. Mandou cortar. Deixou pra 2 metros e 20. Ela veio diminuir dessa época do governo de Dr. Miguel Arraes pra cá.” José Antônio de Lima, chamado pelos amigos de Teixeira, em Rio Formoso, complementa, no entanto: “Certo. Agora de lá pra cá ela não aumentou mais, não. Aumentou no pulo do cabo, né?” Rindo, maneira de delicada cortesia (talvez de origem africana) que diminui o impacto da realidade expressa, da dureza da vida e, ao mesmo tempo, a repudia, ele evoca os métodos de descumprimento da legislação, tão generalizados e constantes na zona canavieira de Pernambuco que, como foi visto, Pereira considerou seu impacto como um fator econômico de grande importância.¹³² Um magistrado da JcJ de Barreiros ilustrou o valor econômico do descumprimento:

Os proprietários acham que tem vantagem em não cumprir a legislação trabalhista, quer ver? Vamos fazer uma matemática simples: você tem mil trabalhadores, não paga o repouso aos mil trabalhadores. Aí, cem vão para a Junta e reclamam. Mesmo você pagando todas as multas, juros e etc.,

131 José de Andrade.

132 PEREIRA, A. W. *Regime Change Without Democratization*. Op. cit.

you não ganhou um pagando a cem e deixando de pagar a novecentos?¹³³

Para limitar o vulto de tamanha sangria na renda dos seus associados, os sindicatos doravante velavam pelo respeito a esses ‘direitos’,¹³⁴ cujo âmbito se alargou com a criação do Funrural, a previdência dos trabalhadores rurais. A importância dessa medida, por mais minguada que seja sua expressão pecuniária, até mesmo em relação aos trabalhadores urbanos, pode dificilmente ser superestimada. Cassiano José de Sena, de Rio Formoso, destaca o seu significado profundo para os trabalhadores rurais:

Vamos supor assim, olhe: porque quando eu me entendi de gente, que eu andava pelas feiras, eu só via aqueles velhos pedindo esmola; nós não tinha direito de nada. Hoje, graças a Deus, nós quando ficar velho, nós já tem qualquer um direito porque nós tem o trocadinho da gente. A aposentadoria, esse já é um direito, não é? A gente não carece mais... andar mais pedindo, não é? Isso já é um direito. Hoje nós está morando numa casa dessa, o senhor de engenho, se botar a gente pra fora, não chuta lá de ponta-pé que nem antigamente. Já é outro direito, não é? E... as coisa pra mim diferenciou tudo por isso, porque depois que o camarada se entendeu que existia uma pessoa que descobria a verdade do mundo... porque essa diferença, tenho pra mim, só melhorou depois de Dr. Miguel Arraes pra cá. E homem nenhum fez isso no mundo.

133 In: MIRANDA, M. M. M. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 235.

134 Em 1965, convênio Ibra/Fetape “viabilizou o início da assistência de advogados, em sua maioria jovens recém-formados, aos STRS de Pernambuco. Diante da impossibilidade de renovação do convênio no ano seguinte, alguns sindicatos optaram por manter a assistência jurídica com recursos próprios. Os dirigentes destes sindicatos consideravam o trabalho dos advogados importante para a atividade sindical a ser desenvolvida no período subsequente. [...] A contratação do advogado e a estruturação do departamento jurídico dos sindicatos são reflexos da disposição política dos dirigentes em investir na capacitação das entidades para a prestação de assistência jurídica aos trabalhadores rurais.” MIRANDA, M. M. M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 70.

Nenhum entrevistado menciona uma atenção “paternal” que os plantadores teriam dado outrora aos trabalhadores rurais idosos, dotando-os de meios de sobrevivência apenas. Significativo é que nenhum entrevistado evoque uma decepção nesse particular; nem a otimista expectativa que isso poderia/deveria existir. Tudo que eles expressam é a felicidade de ter sua aposentadoria garantida pelo Estado, via sindicatos, em vez de uma dependência nem sempre fácil dos filhos, ou pior, do “pé da ponte”, a pedir esmolas. O patronato estava completamente ausente, omissos.

8.3.4 “Depois do salário pra cá [começou a mudar]. Sessenta e três, sim Sr. Pra cá. Mas pra trás o negócio dava desgosto. Dava desgosto da vida.”¹³⁵

A periodização expressa aqui parece similar àquela geralmente aludida pelos historiadores: a da virada dos anos 1950 para 1960 seria o momento auge da mobilização dos canavieiros e nascimento dos ‘direitos’. Contudo, se isso fora verdadeiro em termos de organização e mobilização dos trabalhadores, não correspondia, segundo esses atores, ao cronograma original desses ‘direitos’. Pois, eles eram bem anteriores. “Ninguém sabia destes direitos, que Getúlio Vargas votou, mas eles encobriram! Quando Miguel chegou, aí foi descoberto. Esses direitos do povo. Foi tanto que eles ficam com raiva de Miguel Arraes, mode esses problema que deu os direitos do povo”, detalha José Severo da Silva, de Igarassu. Esses direitos haviam sido “[e]ncapado. Tava tudo encapado. Mas foi descoberto”, complementa José Antônio da Silva. José Honorato dos Santos, apóia: “Apareceram os direitos que estavam encobertos, que Getúlio Vargas deixou. Aí no tempo de Miguel Arraes, apareceu os direitos.” Encapados, encobertos, engavetados, escondidos, guardados, os direitos já existiam.

135 José Pereira de Lima.

“Getúlio Vargas deixou assinado tudo isso, está tudo assinado por Getúlio Vargas”, continua José Honorato dos Santos.

A comparação com a proteção trabalhista da qual gozavam os empregados dos transportes, do comércio e da indústria era óbvia demais, dada a proximidade geográfica de seus vizinhos operários do açúcar.¹³⁶ Esses se beneficiaram da legislação trabalhista, desde o início e, às vezes, com o destaque público que boas relações com as autoridades e a imprensa garantiam a empresários como os dirigentes da Usina Catende.¹³⁷ Os trabalhadores rurais estimavam, portanto, terem sido prejudicados pela “ocultação” de seus direitos:

136 A frequência com a qual a Usina Catende estava presente na imprensa, seja em matérias pagas, seja por oportunidade de visitas de pessoas eminentes, reiterava, com detalhes, os benefícios legais (e mais) dos quais gozava o seu operariado. Lei dos acidentes de trabalho em 1934; salário mínimo (Lei de 1939, efetivo com a aprovação de tabela em 1940); CLT em 1943 com férias remuneradas e aviso prévio, além da instalação da Justiça do Trabalho. Ver, por exemplo: “Visita dos bancários a Catende”, *DP*, 04.05.1944. O artigo retoma trechos do discurso de Getúlio Vargas, de 01.05.1941, acima citado. I. O Contexto histórico.

137 A imprensa de todo o período pesquisado está repleta de notícias sobre essa empresa que tinha como ponto de honra obedecer estritamente à legislação trabalhista varguista, sendo por isso elogiada constantemente. Ela constituía o modelo por excelência de um patronato esclarecido e de vanguarda, não apenas em questões técnicas – a maior e mais moderna do ramo na América Latina, ressaltavam os jornalistas – mas também em termos sociais... aplicados apenas aos industriais, e não aos seus empregados rurais. Somente com o surgimento do Estatuto do Trabalhador Rural e o crescimento do movimento dos trabalhadores rurais, a empresa preocupou-se em considerar esse setor de sua força de trabalho. Ver o artigo hagiográfico de Alfredo de Figueiredo, “Assistência Social no Campo”, *DP*, 31.10.1963, Editorial, p. 4. Embora invocasse no início do artigo “no momento em que tanto se fala na necessidade de estender e ampliar a assistência social ao trabalhador do campo”, o texto limitava-se a repetir o que tantos outros (alguns nitidamente propagandístico) haviam dito, concluindo: “Na verdade, a Usina Catende é uma demonstração cabal de que com uma orientação cristã e humana se poderá proporcionar ao nosso homem do campo condições para a melhoria do seu nível de vida, desde que se estabeleça um clima de paz, de tranquilidade, propício ao trabalho, sem o qual será impossível o progresso.” Ou seja, a preocupação (ainda teórica) com

Foi vetado. Porque os estivador, os comércio, as indústria. Porque as indústria o Sindicato começou desde de 30; já tinha Sindicato e o INPS, mas só da cidade. [No campo não tinha?] No campo não. O campo ninguém nem falava. Tinha gente que não sabia, que quando começou em 60 a falar: “A lei do sindicato, do trabalhador rural!” O povo ficava doido, besta como era que ia ser. [Isso começou em 60?] Foi. Porque essa lei foi projetada do trabalhador rural do campo do Brasil de 1930, quando foi entrar... Quando entrou de todo esse Brasil, das indústrias, dos postos, de navio, aquele povo, né? Aí disse: “Agora tem a lei do Sindicato dos trabalhador rural do campo.” [Isso em 60?] Pra sair em 30. Não, em 30. 35, 40... aí vetaram. Foi vetado. *Arlindo Nascimento*

Nessa compreensão própria de eventos políticos tão determinantes para sua condição passada e atual, os entrevistados atribuem a Getúlio Vargas um mérito que talvez não mereça. Pois, embora os instrumentos legais fossem estabelecidos, reconhecidamente os ‘direitos’ dos trabalhadores rurais não foram implementados na era varguista.¹³⁸ Todavia, os canavieiros estavam e estão muito conscientes que lhes fora negado algo que a evolução da sociedade maior já admitia para os proletários citadinos. Direitos ocultados, que foram “descobertos”, “revelados”, mas como uma injustiça reparada, uma dívida finalmente reconhecida. Não como uma inovação extraordinária, quase revolucionária, como o deixa entender a historiografia. Nisso, eles são mais ambiciosos e mais realistas. Ambiciosos, no sentido de sua inserção devida na evolução da sociedade maior: não como uma fração atrasada da população, uma margem, em suma;

os trabalhadores rurais foi provocada pelos seus movimentos, não em razão de uma relação especial que os ligaria aos plantadores, por mais “avançados” que se pretendam.

¹³⁸ Ver, por exemplo, os arquivos de Joaquim Pimenta (outrora discípulo de Cristiano Cordeiro, segundo Paulo Cavalcanti. Conferência, “Cristiano Cordeiro e a Fundação do Partido Comunista”. Recife: Fundaj, 24.05.1995) no Cehibra, Fundaj.

mas participantes de pleno direito da massa do povo brasileiro em marcha para o progresso na sua versão getulista. Mais realistas, pois, através do Estatuto do Trabalhador Rural e da legislação posterior, foram-lhes finalmente reconhecidos ‘direitos’ outrora denegados, embora já legalmente existentes para todos os assalariados brasileiros, sem outra significação além do horizonte social do Estado Novo.

A lista destes direitos, aumentando ao fio dos anos, só fez reforçar a ideia de uma legitimidade inquestionável de suas reivindicações, pois afinal só consistiria em implementação de disposições legais maiores já vigentes, e não de inovações cujo bem fundado poderia deixar margem a debate. Estamos muito longe, de qualquer modo, de uma hipotética saudade por supostas relações paternalistas, por parte do patronato, impregnadas de sentimentos afetuosos recíprocos, traduzidos em parentesco cerimonial. Estamos no campo da dura legalidade, de batalhas judiciais tratando de interesses antagônicos.

“E o Salário Mínimo [era] calado, calado!”

“Eles queriam isso... E o salário mínimo. Em maio de 40, foi quando Getúlio Vargas assinou o salário, que a gente teve uma reportagem desse salário da gente no rádio, que esse povo... tudo isso não tinha rádio, não. Era muito difícil, mas o jornal, outros, às vez entende, aí escutaram, viram falar desse tal de Salário Mínimo. Aqui no eito quando falaram nesse negócio de Salário Mínimo, o patrão disse: ‘Vocês acabem com isso, senão vocês vão morrer no pau com essa história de Salário Mínimo, de 8 hora de trabalho. Vocês vão morrer no pau! Acabem com isso, isso é negócio de Comunismo! Vocês acabem com isso, senão vão morrer no pau.’ Ficaram tudo de cabeça baixa. ‘Isso é negócio de Comunismo! Vocês sabem o que é que estão falando? Vocês vão morrer no pau com essa história, acabem com essa história.’ E foi andando, foi andando, e o Salário Mínimo calado, calado!” *Manoel Fernando de Souza*

“Um velho que eu conheci ele, que ele falava que tinha ouvido falar num sindicato na época que Getúlio Vargas era presidente, e ele falava que ia haver um tempo que os homens iam ter salário bom, ia receber 13º, férias, remunerado, ia receber o salário de família, que ia ser considerado os

direitos dele. Isto ele pregava com grande altivez. Morreu e não viu! Porque foi quando Getúlio Vargas botou o primeiro salário, desculpa, quando ele fez o programa do primeiro cruzeiro, que passou dez ano o cruzeiro sendo carimbado, no ano de 50 saiu o primeiro cruzeiro que foi recolhido no ano de 60, 1960. Era o ano que pregava, quando saiu o primeiro cruzeiro.” *José Antônio de Lima – Teixeira*

Com muita precisão os trabalhadores distinguem o momento em que tomaram conhecimento ou foram implementadas essas mudanças: direitos, reivindicação por Reforma Agrária e criação do sindicato etc., isto é, por volta de 1963 (alguns falam 1964), daquele momento original, primordial de constituição legal dos direitos dos assalariados. “É, porque existia, porque no governo de... de Getúlio Vargas, foi iniciado um bocado de coisa, mas... ficou trancado, né? [Ficou trancado?] Trancaram, trancaram. Mas no governo de Miguel Arraes botou tudo fora”, lembra Luis Batista do Nascimento. Não desmerecendo com isso nem Arraes, nem os movimentos sociais, os trabalhadores instauram sua própria periodização.

8.3.5 Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais:

“De 60 pra trás não tinha quem defendesse, não.”¹³⁹

O sindicato da gente era a gente mesmo. A força camponesa, era a gente mesmo. Era o sindicato da gente. Se o senhor de engenho perguntasse a gente: quem mandou a gente fazer greve, a gente dissesse que foi a gente mesmo; que o sindicato da gente era a gente mesmo.

Severina Benvinda

Duas vertentes, um movimento.

Aspásia Camargo¹⁴⁰

¹³⁹ Arlindo Nascimento.

¹⁴⁰ *Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*. Op. cit., p. 255.

Frente ao crescimento das Ligas Camponesas¹⁴¹ e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais articulando a mobilização ampla desses, sob a liderança tanto da Igreja Católica quanto do Partido Comunista, o governo de João Goulart reconheceu a necessidade de enquadrar (e controlar) os trabalhadores através de suas organizações de classe. Isso justificava tanto a estrutura sindical,¹⁴² doravante implementada nas áreas rurais também, quanto o monitoramento constante de suas atividades pelo Governo Federal, no caso o Ministério do Trabalho. Sua Delegacia Regional fora encarregada do contato mais contínuo com as entidades locais, sendo o reconhecimento privi-
légio apenas do próprio Ministério em Brasília. Embora os sindicatos novos, mesmo os organizados pela Igreja, sofressem perseguições,¹⁴³ isso não era nada comparado com a repressão de caráter absoluto que afetava os “primeiros sindicatos”, como os designa um entrevistado, organizados pelo Partido Comunista. Para o assunto da sindicalização também a comparação com outros assalariados inclusive na zona canavieira (ferroviários e operários das usinas e destilarias sobretudo) se impôs:

Tinha os sindicatos daquele pessoal industrial, lá das indústrias, mas para camponês não. Vimos falar de sindicato depois da primeira gestão de Miguel Arraes, de Miguel Arraes pra cá. Antes nunca ouvi falar em sindicato. Tinha os sindicatos daquele pessoal industrial, lá das indústrias, mas para camponês não. *Rosendo Vicente de Sales*

141 JACCOUD, L. de B. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco*. Op. cit.

142 A liberação das Cartas sindicais, legitimando as entidades, foi feita quando Franco Montoro era Ministro do Trabalho, embora a paternidade do fato já tenha sido reivindicada por diversos atores políticos, inclusive Pe. Melo. Julião, quanto a ele, afirma a paternidade de três sindicatos: os de Sirinhaém, Rio Formoso e Jaboatão. Depoimento oral concedido a Eliana Moury Fernandez, Fundaj, Recife, 1982-1984.

143 Segundo o testemunho de Euclides do Nascimento.

Alguns poucos trabalhadores se lembram ainda das primeiras tentativas¹⁴⁴ de fundar ligas,¹⁴⁵ associações¹⁴⁶ e sindicatos na zona canavieira, iniciadas por membros do PCB, no final dos anos 1940¹⁴⁷ e começo dos anos 1950.¹⁴⁸ Sua ação, que aparece também em certos documentos dos arquivos do Dops,¹⁴⁹ reflete uma dedicação extraordinária dos militantes e dos trabalhadores¹⁵⁰ frente à

144 O Manifesto da Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, de 30.01.1935, já conclamava os trabalhadores à organização de sindicatos com base na Lei de sindicalização 24.694 de 12.07.1934. A Federação tinha 26 sindicatos filiados. No fim de uma longa lista que comporta até engomadeiras, foram mencionados “Camponeses, operários da indústria assucareira. Assalariados agrícolas”. SSP 424.

145 Uma das mais famosas, entre as pioneiras, apareceu na imprensa, por exemplo, ao solidarizar-se com “os comunistas contra a cassação dos mandatos dos vereadores vermelhos.” DP, 03.12.1948. No dia seguinte, relatou-se que fugitivos da polícia entraram “nas matas dos engenhos.”

146 Ver, por exemplo, I Conferência de Assalariados Agrícolas de Pernambuco (16 a 19/09/1954, Recife), que reuniu delegações de muitos municípios da zona canavieira.

147 “Prisão de Comunistas” em Palmares. “Dever-se-ia realizar, no domingo último, um Congresso de Camponeses, para o qual foram distribuídos muitos convites. Na sexta-feira amanheceu a cidade cheia de cartazes de propaganda. Mais tarde, chegava a polícia e entrou a fazer prisões, evitando assim que se realizasse o tal congresso. [...] Afirma-se que os presos foram seviciados.” DP, 18.02.1950, p. 9.

148 Por exemplo, a convocação de um Congresso Camponês dos Palmares. *Folha do Povo*. 04.03.1950 denunciava as prisões e brutalidades: “os cárceres do governo estão cheios de patriotas”. E a *Folha da Manhã* (12.02.1950) mostrava as fotos dos “três vermelhos detidos pela polícia quando intentavam realizar em Palmares o Congresso Camponês: Elisio de Barros, Luiz de França e o vereador Pedro Renaux Duarte”, presos junto com o “vereador de Paudalho: José Rodrigues da Silva, que ia representar seu município no congresso.” SSP 6.362. Doc. 01 e 02.

149 Associação Profissional dos Trabalhadores de Amaragi, SSP 28.682. Associação dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses de Pernambuco, SSP 28702. Associação Agrícola dos Plantadores de Goiana, SSP 6590.

150 Relatório do investigador 168 à Divisão de Ordem Política, Econômica e Social, do 16.12.1946, a propósito do Sindicato de trabalhadores rurais de Jaboatão (sede central; outra em Moreno), com elementos do PCB [seguem nomes] que

violência patronal¹⁵¹ e à repressão policial deliberada¹⁵² e, então irrestrita, por qualquer vontade política do executivo ou influência da igreja. “Sindicato, ninguém nunca ouvia falar, ninguém nem sabia o que era Sindicato... O primeiro Sindicato que apareceu o pessoal tinha medo de ir. Com medo da polícia.” José de Andrade.

Manoel Fernando de Souza, como muitos outros, exalta-se ao lembrar o impacto multifacetado das mudanças sem precedente (nem repetição) que tocaram essas populações após séculos de chumbo. O tom é de desafio, de confronto, de união na greve, sem hesitação nem vacilação. Se é um fenômeno novo, é porque a repressão foi diminuída. Não se nota nenhum sentido de ter quebrado um tabu, violado um acordo, desprezado uma relação passada que teria implicado laços de amizade e a tão badalada “lealdade” ao empregador. Expressa está apenas a chance que se teve de limitar-lhe o poder absoluto, outrora exercido da forma mais brutal com o aval e apoio da autoridade constituída.

Em 62, em 62 quando Arraes deu... deu toda aquela liberdade pra gente, que a gente tomou posição, todo mundo se levantou, aí vencemos o direito nosso, que eles gritou por liberdade. Se a gente tivesse ficado de braço encruzado, não tinha resolvido, não. Mas se levantou todo mundo de uma vez em

contava “mais de 1.000 associados e reúnem-se de preferência aos domingos”. SSP 29187.

151 A pena de morte era livremente aplicada. Assim, o presidente da Liga Camponesa da Iputinga foi mortalmente ferido quando “um dos caminhões que voltava do comício de Paudalho, no passar em T., foi alvejado a tiro pelos fascistas daquela usina”. Carta do 25.05.1946. SSP 7947.

152 Ver, por exemplo, esse trecho de um relatório da Delegacia Auxiliar: “Os sindicatos rurais na zona sul foram criados pelo PC, tendo os seus dirigentes tentado o reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho, o que não conseguiram, desde que a orientação não era sadia. O PC criou o Comitê da Zona da Mata, sediado na maior zona açucareira, para dar expansão aos seus planos diabólicos, por intermédio dos seus assistentes.” SSP Delegacia auxiliar. SSP 29.796. Doc. 179.

greve, aí resolveu... Dominou, toda a classe patronal, a gente dominou. Porque, depois que a gente teve esse negócio de Sindicato... era as Ligas, era... chamava a gente da Liga Camponesa. A primeira foi a Liga Camponesa. Por causa de pan-tim botaram a lei abaixo, foi que passou pra Sindicato Rural, mas era Liga Camponesa.¹⁵³

AGE 22.01.1961 dos STR de Escada, Ipojuca e Amaragi¹⁵⁴

Convite

“A diretoria do STR convida todos os associados e trabalhadores em geral dos engenhos e usinas dos municípios de Escada, Ipojuca e Amaragi para a AGE.”

“Na referida reunião serão tratados assuntos de grande importância ao bem estar do homem do campo. Também falar-se-á sobre os direitos assegurados pela CLT como sejam: férias, repouso remunerado, aviso prévio; haverá outrossim esclarecimentos, em face do Decreto-lei 7.038 de 10.11.44 e 6.969 de 19.10.44 art. 19 que dispõem sobre os trabalhadores rurais.”

Convidados: juiz, prefeito, vereadores, “e muitas outras autoridades e personalidades vindas do Recife” entre os quais Francisco Julião.

“Todos, portanto, à grande assembleia do domingo 22, quando teremos oportunidade de conhecer melhor os nossos direitos e deveres, ouvindo a palavra daqueles que muito bem entendem a nossa causa.”

Escada 10.01.1961

Cirilo Apolônio da Silva,¹⁵⁵ Presidente

A comunhão de propósitos e talvez de efeito entre as duas organizações de trabalhadores rurais, das quais muitos dos militantes

153 Poucos são os entrevistados que frequentaram as Ligas Camponesas. Os que lembram delas, geralmente se limitam a evocar o terror que se abateu sobre seus participantes após o golpe militar de 64.

154 Panfleto de convocação à Assembleia do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Escada. SSP 7602. Doc. 15.

155 O investigador, no Relatório policial de 18.09.1961, mencionava o que esse sindicalista lhe contou da vida em Cuba. SSP 7602. Doc. 16.

participavam concomitantemente, é realçada numa aparente filiação que os entrevistados expressam. “Depois” da Liga, “veio” o Sindicato. Essa cronologia, associando essencialmente instituições cuja diversidade de gênese política e orientação,¹⁵⁶ ou até mesmo recrutamento, devidamente destacada pelos historiadores, manifesta uma outra faceta que enriquece seu tratamento: o ponto de vista dos participantes e de seus sucessores. O que predomina, nessa perspectiva, é a conjugação de forças, a participação convergente a um esforço que revestia aspectos de luta armada (pelo menos do lado do patronato), numa época de intensas mudanças e esperanças: a possibilidade finalmente concretizada de um confronto vencedor contra os empregadores, mesmo que fosse apenas na arena de uma Junta de Conciliação e Julgamento;¹⁵⁷ quiçá no próprio Palácio das Princesas, como no Acordo do Campo.¹⁵⁸ Pois as

156 Inclusive dentro dos próprios movimentos. Ver I. O Contexto.

157 “Criadas mais 8 Juntas de Conciliação e Julgamento em Pernambuco: a Lei 4.088 de 12 de julho de 1962.” 6ª região: a escolha da localização desses tribunais mostrava a importância da zona canavieira. “Art.1; 2 em Recife (4ª e 5ª); Jaboatão, Goiana, Nazaré da Mata, Escada, Palmares, Caruaru. Sua jurisdição se repartia da forma seguinte: – Olinda e São Lourenço da Mata. dependem de Recife. – Paulista: compreende Igarassu. Jaboatão: Moreno, Vitória de Santo Antão, Gravatá e Glória de Goitá; Goiana: També; Jaboatão [Pode haver um erro do jornal: trata-se de Nazaré]: Paudalho, Carpina, Aliança, Timbaúba, Vicência, Macaparana, São Vicente Ferrer, Limoeiro, Bom Jardim, João Alfredo, Orobó; – Escada: Ribeirão, Cortês, Rio Formoso, Barreiros, Amaragi, Cabo, Ipojuca e Serinhaém; – Palmares: Gameleira, Joaquim Nabuco, Água Preta, Catende, Maraial, Canhotinho, Quipapá. Foram abertas 16 funções de vogais: 8 empregados e 8 empregadores para cada junta.” DP, 31.07.1962. Nota-se a grande concentração na Zona da Mata, e, por outro lado, a boa distribuição dentro da mesma, entre o Norte e o Sul. No entanto, elas se revelam ainda insuficientes, até mesmo depois do golpe de Estado, como o lastima uma carta da Fetape endereçada ao Ministro do Trabalho e da Previdência de 04.11.1966. SSP 31-496-B.

158 A Convenção Coletiva de 1987, no segundo governo Arraes, foi simbolicamente assinada no palácio. DABAT, Christine Rufino. Rumo à cidadania: as grandes greves dos canavieiros em Pernambuco (1963-1987). In: SILVA, Marília Gama

organizações garantiam – mais que o Estado, embora obviamente por seu intermédio – o cumprimento das leis que beneficiavam os empregados agrícolas. Nas palavras de Antonio Callado: “Padre ou comunista, o que os camponeses querem é a liderança de gente prática e que lhes melhore as condições de vida. Querem auxílio, não querem conversa.”¹⁵⁹

Considerada extremamente positiva, a primeira incursão do Estado nos assuntos trabalhistas nas plantações, deixara sua marca como etapa de um progresso a ser perseguido, no sentido da afirmação do poder público e do estado de direito no mundo até então gozando de imunidades¹⁶⁰ seculares. “Economicamente,” notava Mary Wilkie no seu relatório “o camponês da zona canavieira está, sem dúvida, melhor de vida agora que recebe um salário mínimo de 905,00 cruzeiros por dia, com uma semana de seis dias reconhecida,

da; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.) *Pernambuco na Mira do Golpe*. Volume 3: *Mundos do Trabalho e dos Trabalhadores*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021, p. 40-70. Embora muitas coisas tenham mudado no campo social canavieiro, a distância secular entre as classes e os preconceitos de inspiração quase eugênica da classe dominante são, às vezes, revelados. Assim, em 1985, ano de outra Convenção assinada, o que supõe um clima de maior colaboração entre os representantes das classes em presença, podia-se observar que o presidente da entidade representando os usineiros, o Sindaçúcar, se recusava a dirigir diretamente a palavra aos representantes dos trabalhadores, os presidentes da Fetape e da Contag (na época, ambos oriundos da região canavieira de Pernambuco): embora sentado frente a seus interlocutores, do outro lado de uma estreita mesa do SENAI. Ele falava para seu advogado (atrás dele), que, por sua vez, se dirigia ao advogado dos trabalhadores, para que esse transmitisse a posição patronal aos negociadores dos trabalhadores. Numa época em que os analistas estudam os sutis detalhes da linguagem corporal dos grandes desse mundo, para deduzir o estado de suas relações, é interessante constatar a crueza reveladora de tal atitude, além da óbvia falta de cortesia.

159 CALLADO, A. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 76.

160 No sentido histórico da palavra de proteção contra intervenções (fiscais sobretudo) do Estado, garantida às grandes propriedades, eclesiásticas inicialmente, na Idade Média.

um ano de treze meses, e um sistema conveniado de trabalho por tarefa em harmonia com o salário mínimo.”¹⁶¹

Eu ouvia dizer que os trabalhador, os pessoal das ligas que eles faziam o senhor de engenho pagar o salário na marra, ou pagava ou... Era, fazia também, os trabalhadores, os das Ligas Camponesa, eles queriam também ter seu direito com referência ao que o patrão fazia com ele: de gritar, de querer muitas vez, os patrão não queria, se ele fosse pra... aí ele não queria que ele fosse pras liga. Aí ele proibia; ele não queria de jeito nenhum que eles fossem pras ligas, como hoje muita gente não gosta do sindicato. *Manoel dos Santos da Silva*

Não há traço de nostalgia quanto à perda de um “relações pessoais” com o patronato, mas regozijo constante frente à mudança de clima social: os patrões “reclamam”, “fazem cara feia na ruindade mesmo, mas estão pagando, porque é de lei. É de pagar mesmo, e eles estavam comendo. Os homens pagam na amargura mesmo”, constata José Antônio da Silva. “Se eles [o sindicato ou a Justiça à iniciativa do sindicato] não desse uma punição, quer dizer o senhor de engenho fazia o que queria”, confirma José Peagentino dos Santos. Essa possibilidade não era vista como positiva. O desejado era, pois, que o órgão de defesa dos trabalhadores interviesse. Nenhuma perda de intimidade relacional entre senhor de engenho e moradores.

Doravante, e pela primeira vez, eles tinham a quem recorrer, uma instância legal de apoio e defesa de seus interesses. O Estado não era mais – apenas – o braço armado do patronato. Outras funções se somavam, particularmente no âmbito do executivo (Ministério do Trabalho) e judiciário (Justiça do Trabalho). Delineando assim os esboços do estado de direito finalmente aplicado às relações de trabalho nas plantações de cana, novidades essas percebidas e recordadas

161 WILKIE, M. A *Report on Rural Syndicates in Pernambuco*. Op. cit., p. 14.

agudamente pelos trabalhadores. Sempre num sentido efusivo de alegria, uma libertação. Nenhuma sombra de saudade dos tempos idos, diferentemente da versão oficial da suposta memória coletiva ilustrada e moldada por José Lins do Rego, entre outros.

Ao contrário, um fervor no reconhecimento de novos tempos, de esperanças que se traduziriam num voto maciço quando Arraes foi reconduzido ao Palácio das Princesas em 1986. “Até debaixo d’água”, afirmavam os eleitores da região, eles votariam nele. “A esperança está de volta”, diziam os *slogans* da campanha. Todos os trabalhadores associam estreitamente, na sua periodização, o primeiro governo Arraes¹⁶² ao crescimento do movimento reivindicativo rural.

Essas lutas começaram foi no governo de Miguel Arraes. Foi quando começou essas lutas de sindicalista. Quando falaram nesse negócio de sindicato que falava no 10º, em férias, abono família. Isso tudo mesmo, quando falaram em férias, todo mundo disse: Isso, oxente! Isso é um bicho brabo! Porque ninguém nunca tinha esse 10º. Todo mundo ficou espantado. Bom, aí foi que começaram as lutas no governo de M. Arraes, foi tempo que ele botou o sindicato, aí começaram as lutas do trabalhador. Junto com o sindicato. Porque foi no tempo que houve veto pra sindicato, aí começou essas lutas até a data. Mas se não fosse isso, ainda tava no mesmo que era. Ainda tava no mesmo que era... *José Francisco da Silva*

Com efeito, essencial nessa nova situação era o papel das organizações de trabalhadores, particularmente dos sindicatos, para fazer respeitar a legislação em vigor, os ‘direitos’. Antes, o patrão era

162 A unanimidade é absoluta sobre a época das mudanças mais significativas para eles: salário, tarefa, intermediação em caso de conflito, recurso jurídico em caso de lesão dos seus direitos, palavra poderosa que pontua suas falas. A formulação é variada: Governo Arraes, Dr. Arraes, os anos 1960, que alguns chamam de 64, embora retifiquem logo: “não 63”. Isso pode refletir a época de aplicação das regras do Acordo do Campo de dezembro de 1963.

soberano. A única interferência do Estado em assuntos de relações de trabalho era implementar a decisão dos empregadores, qualquer que fosse. “E o trabalhador não tinha a quem se queixar, não. Ficava por isso mesmo”, lembra Manoel Fernando dos Santos. Doravante, a entidade sindical fiscaliza, ensina, defende. Palavras que voltam com frequência nos depoimentos.

“Olhe, depois do governo de Arraes, ele deu a liberdade, aí veio esse décimo que ninguém tinha, férias, registrar a carteira. Até aí ninguém tinha nada. Aqui registrou a carteira em 64. Todo mundo que tem carteira registrada aqui ainda, e que vive ainda aqui, foi de 64 pra cá. De 63 pra trás ninguém tinha nada, vinha luta! Vinha luta, vinha luta! Mas quando o Dr. Miguel Arraes assumiu, aí foi desenvolvendo, desenvolvendo, desenvolvendo, desenvolvendo, desenvolvendo, então até que chegou. Aí eles vieram, foi arrochando por outro lado. Problema da moradia, problema devido os direitos, eles foram arrochando e hoje tá uma tristeza.” *Amaro José de Sena*

A bondade patronal suposta por tantos autores não suportava a menor sombra de ameaça ao *status quo*, utilizando imediatamente meios brutos, lembrando, às vezes, operações de guerra, como o descreve Amaro José de Sena:

[Liga Camponesa] na Trapiche tinha. E eu, como foguista da locomotiva, eu mais os companheiro, tinha um carro chamado carro de socorro que era pra carregar o material pra levantar carro quando caía, transportava gente. Tinha um pessoal aí que vinha pra casa-grande – dizem que eram pistoleiros – e iam pra casa grande, e de noite ia pra Rosarinho, ficavam dentro do vagão; o vagão servia de tanque de guerra.

A criação de sindicatos, seja na Mata Sul ou na Mata Norte, encontrava resistência ativa, armada. A benevolência patronal não resistindo, se é que existia, à perspectiva de ter um interlocutor legalmente constituído, num diálogo de classes que a própria filosofia

getulista¹⁶³ pretendia promover, embora não tivesse tido a coragem ou a força política de implementá-la. Tampouco admitira as lógicas inovadoras da Igreja Católica, inspiradas no Concílio Vaticano II e nas encíclicas papais,¹⁶⁴ que suscitaram vocações como a de Euclides do Nascimento:

Portanto, foi neste período, já no ano de 1961, como zelador do apostolado, já pai dos dois primeiros filhos, recebi de Deus o seu chamado, através da Igreja Católica, para o trabalho da sindicalização rural a ser implantado no município de Nazaré da Mata, Carpina, Paudalho e Vicência. Como cristão, membro da Igreja, aceitei o chamamento de Cristo, me tornando seu instrumento no compromisso com os pobres, com a verdade, com a justiça. Diante deste compromisso, perguntei: “O que é sindicato?” Tive como resposta: “É uma sociedade organizada por trabalhadores rurais para defender-se das injustiças praticadas pela classe patronal no meio rural.”¹⁶⁵

163 BANDEIRA, M. *Trabalhismo e socialismo no Brasil*. Op. cit. GOMES, A. de C. *A invenção do trabalhismo*. Op. cit.

164 Em outra entrevista, Euclides, filho de foreiros, fornece essa precisão: “Aí surge o padre lá em Nazaré me chama. Era quando o papa João XXIII falou ao bispo o problema da sindicalização rural. Aí o padre Mário me chamou: ‘Você como zelador do apostolado, e agora a chamada igreja do papa, a igreja vai incentivar a criação de sindicatos de camponeses.’ ‘O que é isso, sindicatos?’ Aí ele começou a explicar. ‘O seu trabalho agora vai ser reunir os camponeses para criar o sindicato dos trabalhadores rurais para enfrentar essa malvadeza que os patrões, os senhores de engenho fazem.’ E meu pai e minha mãe já contavam o que tinham sofrido na mão de senhor de engenho, aí eu entendi. Agora eu vou entrar nesse negócio.” A V Assembleia Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em caráter reservado, já tratava “entre as matérias importantes”, das “frentes agrárias e sindicalização rural”, assim como do Movimento de Educação de Base. “Episcopado debate a Reforma Agrária”. *DP*, 04.04.1962. Na mesma época, Pe. Melo distribuía os papéis entre Sindicatos e Ligas Camponesas: “Devemos estimular a sindicalização do trabalhador rural, pois a luta reivindicatória é tarefa de sindicatos. As ligas camponesas devem restringir-se a funções apenas recreativas e beneficentes”, *BIS Bureau da Imprensa Sindical*, n. 69, ano 11, 24.31 de janeiro de 1962. *SSP* 31.513.

165 Esse tipo de atividade lhe valeu a oposição não só do patronato, como de outros setores da própria igreja: “O padre de Carpina era padre Genaro, este era meio

Na Mata Sul, onde a presença dominante era a do Sindicato de Palmares,¹⁶⁶ sob a orientação do Partido Comunista, na pessoa notável de Gregório Bezerra, a violência patronal era onipresente.

Naquela altura ainda não existia. O Sindicato veio existir, aliás, aqui em Serinhaém, de 65 pra cá. Foi quando foi registrado a carta sindical. E antes, quando o Sindicato... sem ainda ter registrado a carta sindical, ah! Foi pressão demais, pressão. Foi pressão, mas pressão pra romper. Foi morte, foi tiroteio, foi o escambau. [...] Houve morte! Esse sindicato aqui foi instalado ali, hoje ali junto aonde é essa, tão construindo a nova assembleia, ali morreu gente. Teve até uma época que eu tava na usina num dia de domingo, tinha uma reunião lá, até o maquinista de máquina de moer, ele... foi passar, e ele estava lá esperando uma reunião... e foi passar; e o cara disse que não era pra passar. Ele não intimidou-se pra passar, criou fogo para passar. E o cara bateram nele, foi um tei-tei medonho. Tinha uma turma ainda carrancuda na época, né? Tava se criando, aí a turma tava forte. [...] Foi luta braba! Foi luta braba! Aí vinha pistoleiros, e vinha uns vestido... vestido até de policial. Aqui aconteceu isso. E a gente levava pra ir atrás,

medroso. Fui informado que ele dizia para o Antônio, o delegado sindical em Carpina: 'Cuidado com o Euclides de Nazaré, ele é agitador.' Na fundação do sindicato dos trabalhadores rurais em Paudalho, tive um debate caloroso com o padre André Lima. Chegando em Paudalho, dirigi-me à casa do padre a fim de pedir o apoio dele e colaboração, cedendo o salão paroquial para reunir-me com os trabalhadores a fim de fundar a delegacia sindical em Paudalho. O padre cismou comigo, dizendo que eu era o cabo de Francisco Julião e, no diálogo, ele dizia que Francisco Julião era comunista, e minhas ideias sobre sindicato eram bem parecidas com as de Julião. Provado que não era cabo de Julião, ele cedeu o salão paroquial, e lá foi feita a fundação da delegacia sindical dos trabalhadores rurais de Paudalho." Ver também MAYBURY-LEWIS, B. *The Politics of the Possible*. Op. cit. Cap. 3, Nazaré da Mata, Pernambuco. Birthplace of the Contag line. p. 63-79.

166 A grande extensão desse sindicato foi utilizada na imprensa como fator de ameaça à paz pública: "Sindicato autônomo de Palmares tem jurisdição sobre 22 municípios." *DP*, 03.10.1963.

já quando tinha delegado sindical pelos engenhos pra ir atrás deles pra prender, pra bater, pra matar. Tudo isso, tudo isso... [O pistoleiro] da usina. *Amaro José de Sena*

A função sindical era muito bem definida. As intervenções para fazer cumprir a tabela de tarefas e pagar o salário são as dimensões mais frequentemente mencionadas pelos entrevistados. Todos eles insistam tanto na temática das intervenções do sindicato, quanto nesse papel de defesa dos trabalhadores em situações de conflito a respeito do pagamento que eram e são a principal fonte de violências patronais, às vezes fatais, bem como das muito raras ocorrências de violência por parte dos trabalhadores. Ao intervir e rezer a lei, o dirigente sindical pode frear uma sequência perigosa de trocas de hostilidades que apresentam grande perigo para os trabalhadores.

Era combatendo as medida das contas, pra dar as conta de dez com dez; os patrões davam a conta de doze com doze e o sindicato chegava lá. Era pra... a ordem era pra dar de dez com dez. Aí o Sindicato botava um delegado de... do engenho mermo. Pegava um morador do engenho. Botava como delegado que é pra ver aquele serviço má feito. O patrão não gostava daquilo, ele tinha raiva do sindicato. *Odilon Caetano da Silva*

Apesar do imenso retrocesso devido ao golpe militar de 1964, essa incumbência persistiu.

8.3.6 O golpe de 64 e a repressão: “Voltou quase pra o que era!”¹⁶⁷

Os ricos têm o coração duro, mas têm os nervos delicados.

Bertold Brecht¹⁶⁸

¹⁶⁷ José Francisco Paiva.

¹⁶⁸ CALLADO, A. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 61.

Quando Miguel chegou, aí foi descoberto. Esses direitos do povo. Foi tanto que eles ficaram com raiva de Miguel Arraes.

José Severo da Silva

Diversos testemunhos, inclusive alguns que não eram inicialmente desfavoráveis a que os militares tomassem o poder para afastar o “perigo comunista”, confirmam que a repressão seguindo o golpe de 1964 foi muito brutal. Os entrevistados que foram convidados, não em função de sua militância passada, mas apenas enquanto trabalhadores da cana, lembram de maus-tratos, prisões, mortes. “Morreu muitos por aí”, lembra José Francisco Paiva, de Itambé. “Conheci, ainda teve acocho ainda as Ligas Camponesas que só a cebola. Apanhou muita gente, ainda, foi gente apanhando, foi gente morto, foi tudo.” Testemunho, José Francisco da Silva explica a lógica da repressão e suas consequências, que em nada podem ser enquadradas dentro de uma relação afetiva, pseudo-familiar, descrita tantas vezes para a ‘morada’. Trata-se, ao contrário, de lutas sociais e políticas chegadas aos seus mais extremos limites. “Os patrões disseram quando falaram em Reforma Agrária que tinha... como um cabeça, sabe? Aí disseram que era o comunista. Ainda tem gente aleijada devido a isso.”

Tomadas de posição mais óbvias, tais como pertencer às Ligas Camponesas¹⁶⁹ ou aos sindicatos, constituíam um risco maior para a segurança e integridade física do trabalhador. “Era, naquele tempo a gente trabalhava na usina, mas só andava com medo, em 64. Em 64 teve uma greve em Santa Tereza, que a depois da greve, ali tinha um

¹⁶⁹ Documentos oficiais mostram que os militares consideraram por anos que o “perigo” perdurava: por exemplo, um Informe do IV Exército, marcado do carimbo “Secreto”, No 150-B-E/2 de 29.03.1966, sobre a “infiltração comunista no Nordeste”. No ponto 10 afirmava: “A periculosidade apresentada pelos moradores dos engenhos Galiléia e Limão (o primeiro em Vitória de Santo Antão e o segundo em Palmares, Pernambuco), e dos municípios de Palmares e Água Preta, áreas fortes e comunizadas.” SSP 26.939.

senhor de engenho que ali em Condado, enterrou até gente”, conta Antônio Virgínio da Silva.¹⁷⁰ “Em 64, quando botaram o governo abaixo, eu fui preso, passei três dias preso aí, nessa cadeia daqui de Itambé. Fui Delegado Sindical no tempo de 63 a 64”, lembra Manoel Fernando de Souza. Medidas, muitas vezes difíceis, de clandestinidade, pelo menos por um tempo, foram adotadas para tentar escapar do momento inicial, geralmente mais indiscriminado, da repressão.

1963, lá vai, lá vai... Pegou fogo.[...] Muitos tiraram lá a Carteira da Liga. Eu não cheguei tirar, não, né? Mas meu cunhado tirou a Carteira da Liga. Aí os caba pegaram, ainda deram umas lapada pra lá. Meu cunhado assombrou-se. Aí chegou lá em casa com a família todinha, a mulher, cinco filho. “Mas rapaz, que é que é isso? Besteira! Vamos fazer assim: Vamos deixar a mulher aí mais os meninos, mais a minha (eu tinha uns seis ou era sete, menino miúdo), fica tudo aí e nós vai pra o mato. Vamos se esconder no mato.” *José Francisco Paiva*

Mas, o que predomina em relação ao assunto aqui tratado, é o retrocesso considerável que o regime militar causou nas condições de vida e de trabalho dos canavieiros. O que a democracia havia permitido aos trabalhadores em termos de direitos trabalhistas elementares fora quase aniquilado.¹⁷¹ Uma carta do STR de Ipojuca à Fetape formula esse retrocesso com ênfase... histórica:

170 Antonio Montenegro também relata um caso brutal, que seu pai, advogado da Fetape, acompanhou. “Cabra marcado para morrer entre a memória e a História”. Op. cit., p. 182 *et ss.*

171 É o que confirma o relatório da Comissão Especial de Estudo das Condições Sociais do Nordeste (CESCNE), enviado pelo Ministro do Trabalho. Numa carta ao Presidente da República, de 11.11.1964, ele enfatiza: “4. A ação impatriótica de empregadores, que se aproveitam das indecisões iminentes aos períodos pós-revolucionários, vem recusando-se direito e garantias asseguradas ao trabalhador, em nossa legislação, mantendo-se os operários no mais lamentável estado de espírito, em que domina o desalento no dia de hoje, a desesperança no futuro e a indisfarçada desconfiança na ação das autoridades. 5. Acentua aquele relatório infrações que se multiplicam e que de outros lados, também

A calamidade dos trabalhadores é grande, pois não recebem os seus salários, pois os mesmos não só precisam de carne e farinha e sim de outros utensílios como sejam: medicamentos, roupas, porque quando adoecem nem podem comprar o remédio, estamos assim voltando ao tempo do ano 1.500, isto é o tempo da Princesa Isabel, em que viviam os índios. Sr. Presidente, os povos estão se revoltando com a situação. Esta semana nem a comida tinha nos barracões, os mesmos trabalharam e nem a comida e nem o dinheiro, estamos assim pior do que no cativeiro. Eles não recebem o 13º mês, não recebem o repouso remunerado, nem férias, nem o abono de família, nem feriados e nem recebem o salário e sim 1350.¹⁷²

Perderam tudo. Ou quase tudo. Pois, apesar das “calamidades”, o movimento sindical dos trabalhadores rurais permaneceu como se fosse sob as cinzas das intervenções. Aos poucos, foi ganhando legitimidade renovada e capacidade de luta, tanto na justiça quanto por greves.¹⁷³ Para os organizadores sindicais católicos, como Euclides do Nascimento, dirigente da Fetape, o pior momento foi a partir de 1968. Para outros, desde o golpe, a situação foi quase insustentável.

chegam ao conhecimento deste Ministério. Assim, no âmbito do Estatuto do Trabalhador Rural, traduzam-se nas anotações fraudulentas com a subtração de 20 e até 30 anos, no tempo das relações empregatícias. Referem-se também à expulsão, por meio de ação de despejo, nas mais desumanas condições, de trabalhadores radicados, desde longos anos, à terra que cultivam. São apontadas numerosas outras infrações à lei, como a falta de recolhimento das férias e dias de repouso, a não observância ao instituto das férias e não pagamento do 13º salário correspondente ao ano de 1963 e a falta de Carteira Profissional devidamente anotada. 6. Como vê Vossa Excelência, são as mais rudimentares conquistas do trabalhador que estão ausentes naquela região, constituindo-se isso, sem dúvida, pesado ônus a ser imputado à Revolução, caso medidas concretas e imediatas não sejam adotadas, a fim de salvaguardá-las.” SSP 28733. Doc. 2-3.

172 Fetape A-D, SSP 31.496.

173 Greves pontuais ocorrem apesar de tudo. Por exemplo, no Cabo em 1966 e 1968. LIMA, M. do S. A. e. *Revisitando o campo*. Op. cit., p. 149-150. MELO, Camila Maria de Araújo. *Entre dois Senhores: o patrão e a fome. As greves dos trabalhadores rurais no município do Cabo de Santo Agostinho, 1966-1968*. Recife: UFPE PPGH, 2018.

Os arquivos da SSP mostram que certos sindicatos nunca deixaram de denunciar, fazer queixas, pedir investigações. Assim, o Presidente do sindicato do Cabo se queixou, “da Polícia de Pernambuco, a qual foi qualificada de proteger os Usineiros, e consequentemente prejudicar os camponeses, os quais muitas vezes eram presos e recolhidos ao quadrez, ficando assim esses trabalhadores amedrontados com a ação policial.”¹⁷⁴

Contando com distinções locais, a periodização dos trabalhadores é genericamente precisa: “Aí entrou Castello Branco, né? Alguns continuou mas cá pra lá, era o cabra pegava de seis, às seis hora, largava de cinco, amarrado mesmo; não tinha remunerado, nem feriado, nem férias, nem 13º mês, nada, nada, nada, nada...” José Francisco Paiva continua, breve e contundente, no diagnóstico da situação dos cortadores de cana no final dos anos 60 e nos anos 1970: “Depois, já da Revolução pra cá, eles amarraram, que entrou Castello Branco, eles amarraram de novo. Voltou quase pra o que era! Voltou quase pro que era.” A repetição tem um propósito enfático. Contudo, esse aparente fatum não deixava margem para lamentação ou desencorajamento, embora o anticlímax fosse extremamente penoso. Não apareceu qualquer sinal eventual de feliz reencontro com o reatamento de relações empregatícias passadas, no modo paternalista descritas na visão dominante da ‘morada’, supostamente objeto de nostalgia universal.

O alívio foi apenas dos plantadores, para os quais um episódio infeliz havia chegado ao fim. Qualquer lembrança de sua existência deveria ser apagada. As Ligas Camponesas foram aniquiladas. Por um tempo, pensou-se fazer o mesmo com os sindicatos. Eles sobreviveram como instituições inicialmente dominadas pela força (tida como menos perigosa) da Igreja Católica. Os interventores garantiriam sua domesticação inicial.

174 Relatório da SSP, do 14.03.1967, sobre o I Encontro do movimento sindical. Carpina, 08.03.1967. SSP 29.679. Doc. 17.

Para os trabalhadores, a saudade era inteira e exclusivamente aquela do ‘Tempo de Arraes’. Cada aspecto do vasto assunto das lutas, cada passo no sentido da recomposição legal e concreta da capacidade de luta dos trabalhadores rurais, ao longo dos anos de reconquista dos sindicatos contra os interventores e os ‘pelegos’, são devidamente repertoriados: “João Baptista Figueiredo já melhorou uma coisinha, melhorou que liberou greve. Qualquer trabalhador tem direito de fazer greve, né?[...] Não tinha, não, senhor. Ninguém não falava em greve.” José Francisco Paiva.

8.3.7 “Se não fosse o sindicato...”¹⁷⁵

Os direitos que a gente não... que a gente não tinha e o sindicato defendia era negócio de... férias, 13º mês, repouso remunerado. [...] Porque se não fosse o sindicato, a gente não tinha direito a nada.

Antônio Virgínio da Silva

A função sindical se afirmou com esplendor no auge do movimento social na Zona da Mata, no início dos anos sessenta. Concomitante à criação dos sindicatos, foram difundidos os ‘direitos’: “Porque se os homens mandavam fazer uma coisa, o camarada vinha até o sindicato, aí tinha direito, né? O sindicato ia lá, aí tinha direito.” Francisco Zalatiel Ferreira. Fornecedores de cana e usineiros depois de seis meses de organização dos sindicatos lamentavam: “O sindicato é uma desgraça pior do que as Ligas!”¹⁷⁶

175 Essa frase, ouvida como um *‘leitmotiv’*, inspirou o título de um artigo, apoiado nas pesquisas realizadas sob a égide da Fetape. DABAT, C. R. e ARAÚJO, E. R. de. “Se não fosse o Sindicato”. Op. cit.

176 Depoimento oral fornecido em 10.07.1985 a Eliana Moury Fernandez. Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 13.

Posteriormente, apesar dos reveses do regime militar, esse papel permaneceu multifacetado.¹⁷⁷

Intervenções foram impostas pelas novas autoridades em quase todos os sindicatos da região.¹⁷⁸ Entretanto, a direção sindical de orientação católica, que permaneceu em certos cargos, tentou manter o papel dos órgãos que haviam sido criados com o apoio da instituição eclesiástica,¹⁷⁹ “procurando transformar um movimento sindical reivindicatório em um movimento assistencial; à proporção que o regime militar foi enfraquecendo, estas lideranças foram se concretizando e se adaptando às formas legais de luta.”¹⁸⁰ As dificuldades para realizar esse projeto foram severas, em razão de assimilações que patrões¹⁸¹ e forças da ordem faziam de todos aqueles

177 Encontram-se documentos com um conteúdo surpreendente, até nos anos mais duros do regime militar: por exemplo, num ofício sobre violências contra os trabalhadores, expressava-se a necessidade de consciência, de não se conformar dizendo que “é vontade de Deus”. “Alguns começam a abrir os olhos, descobrem que não são bichos. Descobrem que são gente e que devem viver como gente, querem ser respeitados, querem exigir os direitos humanos. Apoiando-se sobre a legislação trabalhista que existe, não aceitam a violência da organização tradicional. É por isso que nascem os conflitos que vão se acentuando entre os que descobrem que são oprimidos e os que são aproveitadores e responsáveis por esta situação.” Ofício de 20.06.1973 à DRT. SSP 29.747

178 35 Sindicatos da região sofreram intervenção do regime militar. Vários dirigentes sindicais (ou inspiradores eclesiásticos do movimento) ficaram surpresos e decepcionados com a violência, às vezes, aplicada a seus próprios militantes, da repressão militar que eles haviam desejado apenas para os mais radicais do movimento rural.

179 Ver ABREU E LIMA, M. do S. de *Revisitando o campo*. Op. cit.

180 ANDRADE, Manuel Correia de. *O Sentido da Colonização*. Recife: 20-20 Comunicação e Editora, 1994, p. 73.

181 Novas intervenções nos sindicatos rurais de Barreiros, Goiana, També. “Direção da Federação dos Trabalhadores na lavoura [está] dirigindo apelo aos empregadores para que cumpram as obrigações contraídas com os seus trabalhadores, aceitando o diálogo e ampliando as suas conquistas, a fim de que haja confiança por parte dos camponeses para com os proprietários.” DP, 14.04.1964.

que militavam no mundo rural, provocando alertas dos militares¹⁸² e protestos dos sindicalistas sobreviventes.¹⁸³

Líder lamenta desinteresse do ministro

“O sr Euclides Nascimento, presidente da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, lamentou que tenha o Ministro do Trabalho, sr Nascimento e Silva, declarado que o problema da greve dos camponeses do Cabo não está na alçada do seu Ministério e sim na do Ministério da Indústria.

Tal ponto de vista foi justificado pelo ministro no fato de que o movimento é originário da crise estrutural da agroindústria canavieira. Segundo o líder dos trabalhadores rurais, ficou provado o desinteresse do Ministério do Trabalho na solução do problema, não só pelas declarações do ministro, como pelo seu total desconhecimento quanto à extensão da greve, já que afirmou que o movimento atinge somente a usina Maria das Mercês e da Cooperativa Tiriri, quando na realidade são grevistas mais seis engenhos”.

182 Ver o documento da SSP: “SITUAÇÃO LEGAL DOS SINDICATOS”. Panfleto impresso frente e verso. SSP 29.679. Doc. 113.

183 Ofício 131/64, de 04.12.1964, enviado pela Federação dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Pernambuco à SSP porque o proprietário de B. em C. “sempre proibiu os seus moradores de entrarem no Sindicato, mesmo no *Sindicato do padre*, porque qualquer um deles queria a revolução, era comunista. Apesar disso, alguns moradores entraram no Sindicato e nele permanecem, frequentam-no, vez por outra às escondidas. Por ocasião da revolução de abril, ordenou o Sr. “N. M.” (como é conhecido o proprietário), por meio de seu administrador Sr. M. F., que os moradores queimassem as carteiras do sindicato, porque a polícia ou o exército prenderia aqueles que as possuísem. A maior parte dos moradores obedeceu à sua ordem, nada sofrendo até então, a não ser a sua habitual miséria. Todavia, aqueles que permanecem no sindicato são indesejáveis na propriedade e estão sendo pressionados a deixá-la, alegando o administrador das terras que, quando o número de queixosos do sindicato atingir a cinco mandará o IV exército apanhá-los, por meio de um tenente do Exército de nome A., parente do Sr. N. M.” [Segue a lista dos nomes das pessoas atingidas: ameaçadas de despejo, forçadas a trocar de sítio e surradas em setembro último; 2 testemunhas]. “Em vista da gravidade das informações e da insegurança em que se encontram aqueles moradores, inclusive, alguns dormindo no mato... pede providências. F. S. P. Presidente.” SSP 28.765.

Perplexidade

“Funcionários categorizados do Ministério do Trabalho que pediram para não serem revelados seus nomes, disseram que o desinteresse do Sr. Nascimento e Silva pela situação dos trabalhadores na lavoura e indústria canavieira deixou perplexos o Delegado Regional do Trabalho e seu substituto, Srs Álvaro da Costa Lima Junior e Severino Alves da Silva, respectivamente. Além do mais – concluíram – a delegacia está inteiramente abandonada pelo Ministério, sem verbas de nenhum tipo, apesar das solicitações, e, por isso, incapaz até de pagar diárias para os seus fiscais que trabalham na base da boa vontade.”¹⁸⁴

A primeira ideia expressa era de mudança na situação, pois aconteceram novidades abaladoras no auge do movimento social rural, às vésperas do golpe militar.

Começaram as lutas no governo de M. Arraes, foi tempo que ele botou o sindicato, aí começaram as lutas do trabalhador. Junto com o sindicato. Porque foi no tempo que houve veto pra sindicato, aí começou essas lutas até a data. Mas se não fosse isso, ainda tava no mesmo que era. Ainda tava no mesmo que era... *José Francisco da Silva*

Entre essas inovações, predominava a defesa do trabalhador, inclusive a mais elementar: o resgate de sua integridade física frente às práticas de punições corporais e violências de todo tipo herdadas da escravidão, não tão longínqua assim.

Porque o sindicato, depois que pegaram esse negócio de sindicato, o sindicato defendia muito o trabalhador. Porque, às vezes, o trabalhador ia trabalhar e chegava lá, os empregados do engenho queriam até bater no trabalhador, queriam até bater, se não fosse o sindicato... O sindicato tava de frente, às vezes, defendia o trabalhador, né? Que em todo canto tem gente afoito, em todo canto tem gente afoito. *Antônio Virgínio da Silva*

¹⁸⁴ JC, 29.01.1967.

Outro aspecto fundamental na intervenção do sindicato era o pagamento do salário: “Dois dias na semana, ele não pagava e ficava por isso mesmo”, lembra José Batista do Nascimento. Igualmente importante e intrinsecamente ligada, estava a questão da limitação do tempo de trabalho tanto por dia quanto por semana ou por ano (repouso remunerado e férias): “O sindicato veio, explicou o negócio todo certo pra gente. O direito da gente que tinha, se trabalhasse seis dias, tinha direito aos sete, remunerado.” Severino Barros Lima.

Os arquivos da SSP revelam a frequência crescente das greves locais,¹⁸⁵ que culminaram no movimento de retomada das lutas coletivas,¹⁸⁶ com a greve históricas iniciadas em São Lourenço da

185 Queixa de um senhor de engenho, de 20.02.1967, a respeito de uma greve “deflagrada há alguns dias em que abrangeu quase todos os engenhos daquele município (Cabo), cuja greve foi comandada pelo Pe. M.”. SSP 28666. Doc. 01. Menciona também um boletim ameaçador “distribuído de madrugada sem que fosse possível determinar o culpado de tal redação ou conseguir qualquer pista”. O panfleto revelava um tom pouco costumeiro entre os movimentos de trabalhadores rurais, habitualmente muito cuidadosos e mesmo deferentes na expressão de posições, por mais firmes que fossem: ATENÇÃO SEU Z., IMPERA DA USINA “Se o senhor não pagar o dinheiro do Povo e não lhe der trabalho, vai acontecer o seguinte: a gente vai tomar uma providência séria com as suas coisas, seu ladrão safado. O senhor não tem vergonha de matar o Povo todo de fome e as pobres criancinhas também? Tome cuidado, Seu Z., porque a coisa vai mudar e o senhor e todos os imperas vão pagar caro.” SSP 28666. Doc. 04. Um relato da polícia, do 24.02.1967, menciona a prisão de dois trabalhadores rurais “armados de faca peixeira” e o fim da greve. SSP 28666. Doc. 05. Greve no Cabo em 1968.

186 Informe No 277-B-E/2 do IV Exército à SSP-PE em data de 18.09.1967. “Timbaúba. Indícios de agitação nos engenhos da U.C. Agitação nos engenhos C., C., H.”

- “a) Greve no dia 28 de agosto 67, para não cumprimento do acordo do ano passado (corte de 180 feixes para ganhar o salário mínimo de Ncr\$ 2,25).
- b) líderes da greve [seguem os nomes]
- c) atuação do presidente do sindicato rural e presidente da Federação
 - o presidente do sindicato rural s. s. deu razão aos proprietários
 - o presidente da Federação, J. F. S., deu razão aos trabalhadores.” SSP 777. Doc. 07.

Outro exemplo que mostra também a continuidade do movimento sindical de inspiração comunista, apesar da ferocidade da repressão. Ofício de 25.08.1969

Mata e Paudalho, em 1979.¹⁸⁷ Eles revelam também a frequência das reclamações dos órgãos sindicais, em todos os níveis, juntos aos órgãos como o Ministério do Trabalho, frente à falta de respeito à lei, por parte dos empregadores. A Contag, no seu jornal O TRABALHADOR RURAL,¹⁸⁸ de janeiro de 1967, ao mesmo tempo em que fornecia precisões sobre o andamento das negociações quanto à previdência, denunciava violências.¹⁸⁹ A Confederação se dirigia também ao Ministério do Trabalho a respeito da situação dos trabalhadores rurais de Pernambuco “que se acham explorados pelos empregadores sem receberem entre outros o Salário Mínimo, férias,¹⁹⁰ 130 mês; os trabalhadores rurais estão passando

ao Dr. M. C. C.: “informações colhidas a respeito do Sr. A. J. S., ex-delegado do Sindicato Rural de J. N.; na cana queimada do engenho C. o incêndio foi proposital, na semana do mesmo foi feita uma greve pelo Sr. A. J. S. junto com seus companheiros de partido. O motivo da mencionada greve foi um aumento da cana exigido que naquela época era 150 feixes por Cr\$ 503 e o indicado acima queria 120 feixes pelo mesmo salário, e ainda mais exigindo 5 feixes de cada cortador, que era o seu salário. O mesmo não trabalhava. Adiantando ainda que o Sr. A. J. S. compartilhava com o Sr. G. B., nas suas reuniões, sendo que uma dessas foi realizada no engenho C., ao lado da casa do Sr. J. R., vulgo J. P., ficando como encarregado do partido o Sr. A. J. S., catequizando alguns trabalhadores sem que os mesmos quisessem acompanhá-lo.” A pessoa que assinou era provavelmente administrador. SSP 804 U. P. Obviamente, a paranóia que as autoridades policiais desenvolveram quanto à atuação pós-golpe do PCB nas zonas rurais foi muito maior do que as reais e corajosas tentativas dos sobreviventes à catástrofe de 1964. Prova disso, entre muitas, uma sindicância da SSP, em 12.02.1970, após denúncia, da formação de uma Liga perto da usina B. J. De fato, tratava-se de um “grêmio recreativo” para trabalhadores rurais, e “tudo foi organizado com ordem do Dr.... proprietário da indústria açucareira”! SSP 29.796. Doc. 90. Greves em Ipojuca em 1968 (JC, 11.09.1968), 1969 (*Diário da Noite*, 12.09.1969), em Palmares (1968; JC, 12.11.1968).

187 SIGAUD, L. *Greve nos Engenhos*. Op. cit.

188 Boletim muito simples, de folhas de papel ofício mimeografadas. SSP 29.679. Doc. 40-56.

189 A morte do delegado sindical vítima de um arrendatário de engenho.

190 A legislação complementar a respeito das férias para os empregados rurais saiu em dezembro de 1963. “Instruções sobre férias para o Trabalhador Rural”. DP, 25.12.1963.

fome e líderes sindicais estão mortos por capangas dos usineiros.”¹⁹¹ Ela vinha “protestando contra a situação de abandono em que se encontram os trabalhadores rurais brasileiros, apesar das inúmeras disposições legais existentes.”¹⁹² A posição dessas autoridades era decepcionante para a parte do sindicalismo, oriunda da Igreja, que fora mantida nas suas funções. Assim, os trabalhadores rurais do Cabo ouviam o Delegado Regional do Trabalho, que decretara sua greve “injusta e ilegal”:

Eles não podem exigir assistência do INPS nem a cessão imediata de 2 ha “porque o assunto ainda não está devidamente regulamentado” e pediu um prazo de 15 dias para que os patrões fizessem um levantamento do débito. No entanto, o presidente do Sindicato não concordou, alegando que as dívidas que eles estão pleiteando referem-se a acordos já feitos e não cumpridos pelos patrões, inclusive o acordo referente à tabela de tarefa, “que foi proposto pelos patrões e aceito pelos empregados. Resta apenas cumprir o Estatuto Jurídico do Homem do Campo, que obriga oito horas de serviço por uma diária, vez que não temos mais como acreditar nas promessas dos patrões sempre desrespeitadas por eles mesmos.”¹⁹³

Certos entrevistados sublinham a importância do papel de informação e orientação que os delegados e dirigentes sindicais assumiam¹⁹⁴ ao explicar quais eram, doravante, as regras do jogo, estabelecidas em instrumentos legais. Seu cumprimento era passí-

191 O TRABALHADOR RURAL, p. 12-13.

192 Idem, p.13.

193 “DRT Romildo Leite: greve fora da lei”. *Diário da Noite*, 17.09.1968.

194 Treinamentos eram organizados regularmente, eventualmente com o apoio da Igreja. Ver, por exemplo, o Curso sobre sindicalismo realizado pela equipe central do SORPE. 08-10 de junho de 1965. Palmares. Relatório de J. G. L. 18.06.1965. Os assuntos no programa cobriam um elenco de temas: “O Homem e o Mundo, Realidade Brasileira, Realidade sindical, Estatuto do Trabalhador Rural, Sindicalismo”. A lista dos participantes está no dossiê, o que mostra o controle estreito que as autoridades achavam por bem manter sobre essas atividades.

vel de ser exigido dos empregadores, portanto, que todas as estipulações fossem obedecidas pelos trabalhadores. “[O sindicato d]izia que a gente não deixasse de não fazer os seis dias de serviço, pra gente não falhar na ficha, pra quando for no fim do ano, a gente ter direito a férias, décimo terceiro mês. Tudo isso ele ensinava a gente, né?”, explica Severino Barros Lima. Eugênio Benvindo M. Freitas ilustra a importância crucial da organização sindical nesse aspecto, particularmente numa época em que as informações eram passadas diretamente de pessoa a pessoa. “E nem o senhor de engenho me educava que eu tinha o direito, né. E ele queria que eu soubesse?!!”

Frente à ideia difundida de que o plantador teria cuidados com seus empregados, os socorreria na doença etc., a afirmativa desse trabalhador é categórica. Só o sindicato o havia atendido quando sua esposa ficara doente. Só o sindicato o esclareceu quanto a seus direitos. A desconfiança do trabalhador e sua convicção que não poderia contar com qualquer atitude dessas por parte do empregador está toda contida na exclamação, usando a forma interrogativa que dá um tom de distinta ironia à expressão de seu julgamento acerca da questão.

Porque muitas vezes, ele quer matar o camarada na unha. O camarada vem cá buscar o Sindicato. O Sindicato vai. Quando chega lá, quebra o galho, viu? Quebra o galho e aí eles tem que chegar. O Sindicato não vive de dentro [do engenho] mas se vier buscar, ele vai. Chega lá, ele quebra o galho, e todo mundo fica satisfeito, viu? Com ele. Agora eu sempre tinha dito... a muitos, e muitos tinha dito a eu: “Triste da gente que não fosse o Sindicato.” Porque eles quer massacrar e não quer que ninguém venha buscar o Sindicato. *Severino Sebastião Santana*

O mesmo curso foi dado em Vitória de Santo Antão nos dias 14-16.06.1965. SSP 28.707.

No período pós-golpe militar, o retrocesso não foi apenas na prática. As autoridades militares tomaram o cuidado de conservar a aparência de uma continuidade às inovações do período anterior. Mas o conteúdo, mesmo formal, havia mudado.

Assim, em fins de 1965, foi estabelecido um contrato coletivo para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco. Mas, não contente com a falta de aplicação de seus estipulados, visto o clima de terror que os empregadores e a polícia faziam reinar, o Ministério do Trabalho interveio para diminuir oficialmente os salários. Em ofício à Fetape, ele estabeleceu que, sendo o salário mínimo, fixado em 01.03.1965 a 54.000 cruzeiros (e na capital 66.000) para uma jornada de 8 horas para todo o Estado, “[fica] consequentemente revogada a tabela de tarefas do trabalhador rural de 6 horas prevista no Contrato coletivo de trabalho firmado em 25.09.1965. Nestas condições, a tabela de tarefas para 8 horas, homologada por esta DRT em 20.II.1964, está em pleno vigor até que as partes interessadas suscitem sua modificação.”¹⁹⁵

Como denunciou a própria Fetape em “Porque Os Trabalhadores Rurais Não Acreditam Em Tabelas”,¹⁹⁶ as conquistas que alguns esperavam pudessem ser mantidas graças ou mesmo apesar do regime militar,¹⁹⁷ estavam sendo perdidas,¹⁹⁸ inclusive em razão da “pretensão dos Usineiros e Fornecedores de cana no Estado, de criarem Tabelas reguladoras de tarefas para os trabalhadores rurais,

195 Ofício No 2678/66 do 20.05.1966. SSP 28.688.

196 28 de outubro de 1968. SSP 31496.

197 Euclides do Nascimento, então presidente da Fetape, como outros líderes do MSTR não cessaram de “expor às altas autoridades federais a situação de dificuldades que atravessa a maioria dos trabalhadores rurais deste Estado”, como o relatava, às vezes, a imprensa: “Líder rural foi ao Rio denunciar situação no campo”. DP, 07.01.1967.

198 Queixas dos STR à DRT.DPF SOPS. Informação No 24/69 PS/SOPS/DE/PE dirigido ao Dops, SNI, DRT/PE, SSP/PE 06.02.1969. Assunto: *situação no campo*/PE. SSP 28688. Doc. 38-46.

alterando a que foi elaborada e homologada pelo Ministério do Trabalho em 20.II.1964, tabela essa conhecida no meio rural como Tabela da Revolução.”¹⁹⁹

Frente a essa realidade, José Honório, qualifica de “interessante” a presença do sindicato e lista as prioridades de atuação: “sustentou melhores salários; sustentou o direito do acidente; sustentou o direito da gente receber toda semana; pelo menos era no sábado. Brigou logo o sindicato para modificar o dia da feira para o sábado. O sindicato brigava logo para que a gente tivesse as férias e o 130 mês de salário; e depois, o quarto salário.” Numa frase carregada de significação societal, ele resume: “O sindicato foi criando a lei, foi entrando pro engenho. Patrão que batia no povo, sindicato ia, formava, fazia uma denúncia.” Antes, “as mágoas que o patrão fizesse, tava feito. Não tinha leis ainda pra punir”, lembra Antônio Ambrósio dos Santos.

8.3.8 “Nem natural, nem tradicional”: o recurso às Juntas de Conciliação e Julgamento

A Justiça do Trabalho, recurso crescente para os trabalhadores nos conflitos individuais e coletivos com o patronato, permitia, como o sublinha Moema Miranda,²⁰⁰ um reconhecimento de pelo menos frações da hoje tão badalada cidadania. Colocava os trabalhadores e os empresários como duas partes numa ação, dois “nomes no papel”.

O reclamante, especificamente o trabalhador rural desta região, não discute através do processo e, portanto, também durante a audiência, apenas problemas expressos em cifras. Os aspectos morais envolvidos nas “questões” têm, aqui, um sentido social relevante. “Botar questão”, isso é, transformar um problema surgido de sua relação com o proprietário, no

199 Carta da Fetape. Of. circ. 115/68 adm. do 06.II.1968. SSP 31496.

200 MIRANDA, M. M. M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 190.

interior da propriedade, onde em geral o trabalhador mora, em algo público, discutido perante “autoridades” conhecidas por ele apenas como abstração, só passou a ser possível há muito pouco tempo e representa um importante elemento de ruptura com a ordem tradicional, base da relação senhor de engenho/morador, como estabelecida até então.²⁰¹

Pela primeira vez, o Estado estabelecia um semblante de igualdade, perante a lei, entre essas classes. Ultrajante para os plantadores, isso constituía uma inovação de peso para os cortadores de cana. “Esse negócio de salário e justiça, porque o povo tem um direito, querem cobrar, né? E as empresas acham ruim, né? Quando o cabra cobra. Porque a empresa acha ruim isso”, avalia Eugênio Benvindo M. Freitas. Francisco Julião explica um traço de mentalidade:

Eu defendia a legalidade, sabendo que o camponês é legalista. Ele pergunta logo: “Está de acordo com a lei?” Não é a sua lei, mas ele, de tanto ouvir falar na lei, do soldado que representa a lei, quando chega com seu fuzil, acabava sendo submisso à própria lei, numa espécie de reflexo condicionado.²⁰²

Contudo, para tanto era preciso a mediação do órgão de classe, na pessoa do diretor do sindicato – não mais “igual” ao autor da ação na Justiça, mas “semelhante”, analisa a antropóloga. O trabalhador rural lhe dava sua confiança “tanto por ter um dia sido igual, quanto por, agora, ter adquirido conhecimentos que, ao diferenciá-lo da média, capacitaram-no a enfrentar os ‘homens’, a entrar no ‘mundo da Justiça’.”²⁰³ Visto a complexidade e estranheza dos rituais

201 Idem, p. 164.

202 Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez. Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: Fundaj. Cehibra, p. 64.

203 MIRANDA, M. M. M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 104. A guarda dos arquivos do TRT 6ª Região, concedida à UFPE em anos recentes, permite a realização de pesquisas detalhadas que enriquecem doravante o conhecimento

do judiciário, o sindicato tinha um papel concreto²⁰⁴ e imprescindível²⁰⁵ a preencher, através dos diretores ou antigos diretores e funcionários. Nesse confronto com o patronato, a justa legal para defender seus interesses consagrados em leis²⁰⁶ tinha igualmente suas dificuldades ou mesmo armadilhas, pois o queixoso engajava sua responsabilidade.²⁰⁷

sobre relações de trabalho, salários e outros aspectos importantes, bem como sobre as modalidades de recurso às JcJ.

- 204 “[L]evar as petições iniciais para a Junta e dar entrada nos processos, avisar aos trabalhadores o dia marcado para as audiências, providenciar o transporte dos trabalhadores nestes dias, acompanhá-los à Junta, pegar as sentenças proferidas pela Justiça e acompanhar o trabalhador quando ele for receber o que foi designado.” Idem, p. 81.
- 205 Em outro trecho, a autora revela que, embora “formalmente, para a abertura do processo jurídico trabalhista o advogado seria dispensável, essa é uma possibilidade empírica praticamente vazia. [...] Os funcionários, mesmo os menos qualificados tecnicamente, aprenderam, através do seu trabalho, a importância da mediação especializada entre o trabalhador, leigo, e a Justiça do Trabalho. Reconhecem, portanto, ser o conhecimento das regras e da linguagem específica empregada pelos profissionais um importante requisito para o êxito jurídico de uma queixa trabalhista.” Idem, p. 68.
- 206 “A chegada de uma reclamação de trabalhador rural à Junta pressupõe um aprendizado específico, do qual o sindicato foi o principal agente: em primeiro lugar, divulgando os direitos legais dos trabalhadores; em segundo, conferindo legitimidade a este espaço de solução de conflitos; em terceiro, fornecendo os meios jurídicos para sua utilização.” Idem, p. 82.
- 207 Petição inicial com assinatura ou impressão digital do trabalhador: “é o reclamante quem assume a responsabilidade pelo seu conteúdo. Tudo é feito em seu nome. Quando vão ao sindicato ‘botar questão’, os trabalhadores deixam seus dados e assinam uma folha em branco, onde posteriormente será datilografada a petição. Fica, mais uma vez, evidente o grau de confiança no sindicato que o trabalhador deve ter para recorrer, por seu intermédio, à Justiça do Trabalho. Ele não lê o que assina, seja por não ser alfabetizado, seja porque não compreende o que está escrito (seu ‘caso’, agora *traduzido* em uma linguagem desconhecida torna-se, de certa forma, estranho, exterior a ele). Apesar de não ler, é ele o responsável por tudo o que está escrito. Evidenciam-se, por esta atitude, os atributos essenciais exigidos do sindicato *mediador*, pelo trabalhador: confiabilidade e capacidade de interferência em um espaço ao qual ele sozinho não tem acesso, o da Justiça do Trabalho.” Idem, p. 96.

A entidade sindical que ensinou ao trabalhador seu “direito”, na qual ele “confiou” para fazer a reclamação, deve acompanhá-lo em todas as etapas do processo. A presença de alguém com quem possa se identificar, alguém que fale a linguagem própria ao seu “mundo” e, portanto, seja capaz de minorar seu sentimento de distância em relação aos agentes sociais concretos da Justiça do Trabalho, é indispensável para o enfrentamento deste campo de solução de conflitos. Principalmente porque o recurso à Justiça do Trabalho para a solução de disputas trabalhistas não é uma alternativa *natural* nem mesmo tradicional nesta região.²⁰⁸

Os trabalhadores listam a instituição judiciária como mais uma ferramenta (para não dizer arma) na sua luta desigual com o patronato. “Passou a ter um direito muito diferente, porque apareceu com esta estória de Junta. De primeiro, era com o sindicato e o empregador; e agora, com essa estória de Junta, vamos botar em questão, lá no engenho mesmo”, explica José Inácio da Silva. Colocar o caso na Justiça se tornou uma possibilidade mais acessível, a nível individual e coletivo. Antes era uma brincadeira lançada pelos empregadores em caso de conflito:

Ôxente!! Botava pra fora e pronto. O camarada não tinha aonde se queixar, não. Aí depois ele dizia: “Vá pra justiça, vá dar parte.” Ele mandava dar parte. Sindicato não tinha, ninguém falava... ninguém falava em sindicato, pronto: aí eles fazia o que bem queria. O camarada dizia: “Vá dar parte.” Era aguentar tarefas deste tamanho, e quem era que dizia nada? Ninguém dizia nada. *Severino Sebastião Santana*

Essa linha de ação – recorrer à Justiça do Trabalho – foi privilegiada após o golpe e durante os anos 1970, na longa e penosa reconquista pelo Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais de sua autenticidade, após as intervenções sofridas. A Federação se

208 Idem, p. 82.

dotou dos meios necessários para tornar-se mais eficiente nesse campo. Em anexo a seu relatório administrativo para 1965, figuram detalhes sobre a equipe sindical da Federação: dos 26 funcionários, 12 eram advogados,²⁰⁹ sendo a segunda maior categoria profissional (o6) a dos empregados na contabilidade.²¹⁰ Antes do golpe, a Federação dispunha de apenas dois advogados.

Antes ou depois da intervenção militar, o recurso aos operadores da Lei entrava numa dialética de fortalecimento recíproco entre órgãos de classe dos trabalhadores e do judiciário, apesar de todas as manobras dilatórias, intimidadoras ou de cooptação do patronato.²¹¹ A quantidade de “questões” colocadas para as Juntas de Conciliação e Julgamento decidir ajudavam-nas a se firmarem e multiplicarem.

Por meio do *STT* a Justiça do Trabalho ganha legitimidade e passa a cumprir, no cotidiano da vida social, o papel de proteção que os trabalhadores lhe conferem no discurso. Assim,

209 O próprio relatório detalha algumas dificuldades logísticas do trabalho.

“Quanto à equipe jurídica, essa se locomovia diariamente para o interior pernambucano em transporte dos sindicatos que vinham apanhá-los na Federação com exceção das segundas feiras, quando realizávamos uma reunião com todos os advogados para tratarmos do andamento dos sindicatos, das campanhas a enfrentar, dos problemas mais complicados do Direito em relação à Classe etc... Essa maneira de atuar facilitava sobremodo o entrosamento com os sindicatos. O trabalho não era pouco se considerarmos que um advogado não pode dar conta de um Sindicato Rural, e nós tínhamos 36 Sindicatos com apenas 13 advogados, incluindo-se os estudantes.” SSP 28.707. Doc. 1 e 2.

210 Anexo, também datado de 16.06.1965, ao relatório acima citado, SSP 28.707. Doc. 3.

211 Apenas como exemplo, um caso citado pela imprensa: “Federação rural acusa proprietário de Nazaré” *JC*, 18.11.1966. No Engenho Vasconcelos, conta a reportagem, o proprietário fazia assinar uma folha de pagamento fictícia com o salário legal de 1800 quando só pagava, de fato 1350. Os trabalhadores rurais se recusaram a essa manipulação e o plantador suspendeu pagamento havia três semanas, segundo as denúncias de Euclides do Nascimento. Não se havia conseguido uma solução na *JCJ* porque o empregador nunca aparecia às convocações, se dizendo doente ou cansado.

a atuação dos sindicatos rurais da região é revestida de uma importância singular: a de legitimar um espaço criado e mantido, para os trabalhadores rurais, por seu intermédio. [...] Os sindicatos são os principais divulgadores dos direitos legais conferidos aos trabalhadores pela legislação, bem como a ponte pela qual entram no “mundo da Justiça”.²¹²

Sinal de paz numa guerra contínua, o acordo judicial com o patrão foi reconhecido como marco simbólico (maior do que seu resultado pecuniário concreto), como uma mudança dos tempos, uma forma nova de conduzir as relações entre as classes. Ainda vacilante e incompleto, ele era mais rico de significados que estabeleciam enfim, na realidade das plantações, elementos que lhes eram até então estranhos: o estado de Direito seria doravante vigente também para os trabalhadores. O princípio de sua cidadania, na igualdade que esse impõe entre todos os cidadãos. Eles eram doravante reconhecidos como parceiros por inteiro nas relações entre empregadores e empregados.

A Justiça do Trabalho, bem como os “direitos”, é parte de um novo *tempo*, marcado pela inclusão de novos elementos na relação do trabalhador com o proprietário, o que não significa, como já foi demonstrado [...] que a relação tradicionalmente estabelecida entre eles tenha perdido por completo o sentido ou o valor. Deste ponto de vista, para o trabalhador que chega na Junta em condições de *exigir* do proprietário o cumprimento das obrigações trabalhistas, garantidas a ele independente da vontade daquele, a proposta de acordo soa como um aceno de paz. E o reconhecimento público da dívida contraída para com o trabalhador, um desigual, e mais, a possibilidade de receber imediatamente o que lhe é devido, ou parte disso. Como foi apontado anteriormente, o trabalhador, ao “botar questão”, para além de procurar recuperar, em termos monetários, o que deixou de receber, pretende também *restaurar*

212 MIRANDA, M. M. M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 74.

sua honra, manchada com a atitude anterior do proprietário. Dentro desta lógica, fica fácil entender a importância e o valor que tem para ele a proposta de acordo vinda do proprietário. Esta proposta, feita publicamente, equivale ao seu reconhecimento como devedor: disposto a reparar um erro. Isso permite, pelo menos em termos *morais*, a restauração da posição do trabalhador dentro do *sistema*.²¹³

Em suma, nos depoimentos, os trabalhadores entrevistados relatam seus embates com plantadores como se narra uma guerra, talvez uma luta de libertação nacional. Enfatizam o arbítrio da situação anterior, a impossibilidade de manifestação de independência, a dura lei da violência patronal apoiada pelo Estado. “Agora, no sindicato melhorou. Patrão, que não tinha sindicato, a luta era... Era o administrador quem mandava. Quem mandava era ele mesmo. O administrador, o capitão-de-campo.” José Severo da Silva. João Oliveira Silva continua: “Agora... o homem tá entendendo que o povo botava pra questão, ele tão quase pegando no pé da letra, achando que somos grevistas; nada de grevista. As leis deram é para nós e a gente temos que ganhar aquela questão. Se inventaram uma lei pra gente apanhar aquele direito, nós vamos apanhar.”

Histórico das Ligas Camponesas

“O objetivo real desse movimento é de melhores condições de vida, de uma legislação de amparo social ao trabalhador do campo. O que na realidade ocorre, é uma luta por dias melhores, tendo em vista o desajuste social, e desequilíbrio financeiro desde que o ganho não é o suficiente para a manutenção. Torna-se um revoltado, diante a luta pela subsistência. Sua periculosidade consiste nessa revolta, pois trata-se na maioria de criaturas que não tem nenhuma formação moral ou religiosa, são na sua totalidade homens completamente analfabetos. [...] As Ligas Camponesas presentemente como uma organização de classe, porém sem expressão e sem meios, para solucionarem certos problemas e somente tem sido objeto

213 Idem, p. 230.

de exploração, tanto de uma parte como de outra. Quanto ao perigo que elas representam é de sublevarem contra o estado de miséria e fome em passar e procurar meios de exigirem mais um pedaço de pão para as suas famílias. Ameaça ao regime democrático por parte de camponeses, que não conhecem outra coisa a não ser uma enxada, são homens geralmente analfabetos e não sabem para aonde vai política de qualquer espécie.”²¹⁴

Em seguida, entre vitórias, revezes e negociações sempre retomadas e sentenças judiciais, uma nova situação emergiu, insatisfatória, mas incomensuravelmente melhor do que o passado. A ‘morada’ não foi aquele período áureo das relações entre classes, marcada por benevolência e mesmo sentimentos afetivos recíprocos. Ela foi, sim, uma etapa brutal e desumana no itinerário da força de trabalho rural, na zona canavieira de Pernambuco, entre a escravidão e a precária e incompleta cidadania atual. Se ela deixou saudades, não foi no meio dos explorados e oprimidos.

Assembleia Geral da Fetape

01.11.1966.²¹⁵

“Passando-se ao [...] estudo de um novo contrato de trabalho, tabela de tarefas, o Sr. Presidente passou a fazer as explicações com referência à tabela de serviço do campo, e esclareceu aos presentes que deveria levar no dia 3 de novembro de 1966 a resposta à DRT. Em prosseguimento, franqueou a palavra aos representantes dos sindicatos; usou da mesma M. S., presidente do Sindicato de Vitória de Santo Antão, que assim esclareceu: discordava de qualquer estudo de nova tabela de vez que os Srs Proprietários de engenhos e usineiros até o momento não haviam cumprido nenhum contrato como seja: 63, 64 e 65. Portanto, era inútil perder tempo para estudar um novo contrato, e no dia seguinte não se cumpria. Falou o presidente do Sindicato de Ribeirão, V. R. M., que disse: no seu município nenhum proprietário cumpriu os contratos anteriores, o que eles queriam era

214 Documento da SSP Delegacia Auxiliar, provavelmente 1961. SSP 29.796. Doc. 179.

215 Reunião DRT 03.11.1966. SSP 28.707. Os patrões protestavam contra a “generalização” e propunham chamar técnicos do IAA; a Fetape manteve suas posições e a reunião permaneceu sem resultado.

protelar durante a safra, e no final os trabalhadores são os prejudicados com tarefas exageradas, passando dois dias para tirarem uma em algumas usinas, o trabalhador mesmo por tarefa já está sujeito ao regime de 8 horas de serviço, se ele termina a tarefa antes de vencer 8 horas, fica lá até completar 8 horas sem ter direito a se afastar. Falou o presidente do Sindicato de Jaboatão J. A. F. que solicita a permanência da Tabela de 64 considerando a mesma como tabela da revolução sem alterações de cláusulas pertinentes a sua regulamentação e imediatamente transformou em proposta a sua solicitação. Ainda falou o presidente do sindicato do Cabo, J. L. S. que assim expressou-se: que no seu município os usineiros e proprietários nenhum cumpriu com as tabelas anteriores, nem com as obrigações legais, como seja: 13º mês salário, férias, salários atrasados como seja de motivo a ser distribuído pelo sindicato 150 ofícios às autoridades, solicitando providências diante desse número apenas duas respostas recebeu dizendo que havia encaminhado à Delegacia do Trabalho. Em tal situação havia recorrido à Justiça do Trabalho que se achava em média geral com 700 processos ajuizados. Por esta falta de cumprimento com contratos coletivos, discordava de qualquer estudo sobre nova tabela e sim, por diária de 8 horas. Falou o presidente do Sindicato de Nazaré da Mata, S. B. S., que disse jamais desejar estudar novas tabelas, pois com este negócio era que os patrões prejudicavam aos trabalhadores em sua maioria, não ganhava o salário diário vigente da região em vista das tarefas exageradas por este motivo solicitava diária de 8 horas. Falou o presidente do sindicato de Igarassu e Itamaracá que era favorável à diária (Sr. S. F.) de 8 horas, transformando em proposta, e não de um novo contrato, na oportunidade fez uso ainda da palavra o administrador do Sindicato de Catende, J. A. S., expressando-se a favor das oito horas dizendo: não adianta mais fazer novo contrato pois não era cumprido o que interessava era a diária de 8 horas haja visto o que está acontecendo na Usina Catende e Roçadinho. Falou o presidente do Sindicato de Timbaúba S. M. S. que disse: não aceitar mais discutir tabela, pois os proprietários e usineiros até hoje não cumpriram com os contratos anteriores; solicitava assim diárias de 8 horas e não um novo contrato, e fez a seguinte proposta: DIÁRIA DE 8 HORAS E SALÁRIO VIGENTE NA REGIÃO.”

À guisa de conclusão: fatores e sentido das mudanças

O fim da ‘morada’, nos últimos decênios, expulsou os trabalhadores rurais dos engenhos para as ‘pontas-de-rua’. A literatura, a academia e seus ecos na imprensa, transformados em senso comum, deixaram entender que essa modernização os havia prejudicado. Perdendo a casa e o sítio/roçado, a proteção e a ajuda ‘pessoais’ dos senhores de engenho, o ambiente rural supostamente tranquilo, a proximidade da natureza, cultivada ou não, eles tiveram que se confrontar com a dura realidade urbana. Sua vida nas periferias das cidades é tão visivelmente miserável que a mudança de domicílio foi investida de outros significados: ela lhes teria sido sobretudo nociva, despojando-os de confortos rústicos, como uma “barriga cheia”, da salubridade elementar de uma vida campestre e, ainda por cima, de algo de identitário, por mais subalterno que fosse.

Respondendo à pergunta de saber se algo mudou na sua vida desde sua juventude, e qual fora o sentido dessa mudança, os trabalhadores elaboram uma avaliação que vai em sentido contrário à saudade. Não manifestam entusiasmo cego pelo meio urbano, ou melhor, suburbano. São críticos de diversos aspectos das transformações que presenciaram, desde o modo atual de plantar cana

(desmatamento, agrotóxicos, avanço sem limites do plantio), até o estilo de vida urbana. Lamentam (ou sofrem nas suas famílias) o desemprego crescente. Abominam a violência urbana e o caos da vida na periferia. Contudo, argumentam unanimemente e sob diversos ângulos que sua vida mudou para melhor, contradizendo a visão clássica, idealizada da ‘morada’.

Praticamente todos os aspectos, em que os trabalhadores denotaram melhoria na sua vida, têm a ver com a atuação sindical. Historicamente, foi apenas com o surgimento e a permanência de órgãos de defesa dos trabalhadores, apesar das tormentas políticas e econômicas em escalas diversas, que eles tiveram acesso aos elementos definidores do cidadão: direitos, documentos, possibilidade de fazer valer seus interesses individuais e coletivos na Justiça, na política e nos projetos de desenvolvimento, bem como gozar de serviços sociais mínimos.

Memória

Ao fio das entrevistas, o tom parece tornar-se cada vez mais negativo a respeito do passado, lido, obviamente, a partir da situação atual. Sendo todos sindicalizados, eles estão acostumados a criticar (e/ou ouvir as críticas formuladas pelos seus representantes) e reivindicar em relação aos problemas atuais que sua classe enfrenta. Mas, na medida em que vão relembrando episódios, fatos, ambientes passados, eles se tornam, muitas vezes, mais volúveis quanto a esses tempos remotos. Tocando questões concretas tão diversas quanto o salário, a mobília da casa, a ausência de socorros médicos, a falta de liberdade de expressão, eles exclamam-se – aparentemente ligeiramente surpresos pelo caminho percorrido – concluindo que era muito pior.

“E era assim a situação. Não tinha nada de bom. Alguém fala que tinha bondade, mas não existia. Só depois de Arraes que o trabalhador pegou numa caminha, que o trabalhador usou rádio de cochicho,

de pilha, foi que o trabalhador usou uma calça e uma camisa, foi que o trabalhador foi comprar um par de botas para trabalhar.” José Honório da Silva.

“Naquele tempo, não tinha nada!”

Os trabalhadores insistem no abandono completo que sofriam por parte do Estado, a não ser na dimensão repressiva. Cada um viveu situações dramáticas na sua família em razão dessa falta absoluta de apoio por parte das autoridades públicas. Nem fiscalização do trabalho, nem acesso a serviços médicos ou à escola. “Mudou, porque naquele tempo, não tinha sindicato, nada e hoje tem, graças a Deus! Mudou porque naquele tempo ninguém tinha direito a 13º mês, não tinha direito a férias, não tinha direito a quatro salários e hoje tem o direito”, assegura José Antônio da Silva. Manoel Fernando de Souza concorda.

Cada um enfatiza um aspecto que o toca mais pessoalmente. Para Amaro Rosendo Fagundes é a ausência de acesso a serviços médicos:

As mulheres pra descansar tem de ter uma mulher aí, né? No engenho, pra o camarada ir ver tarde da noite pra ir tá com ela aí, que não tinha maternidade, não tinha nada. Hoje em dia as coisa tá melhor porque pelo menos tem carro pra... se a mulher tá com vontade de descansar, tem carro na hora, bota na maternidade. Hoje tá tudo melhor assim, mas antigamente não era... antigamente era, era triste; mermo. Aconteceu de eu sair aqui uma hora da madrugada, meia noite e chegar bem cedo, com a mulher pra... tratar da minha mulher, pra descansar.

Os direitos

Como foi visto acima, muitos trabalhadores avaliam sobretudo positivamente as mudanças na remuneração do trabalho, não tanto em termos nominais (pois ela permanece miserável), mas no sentido

da medida do esforço consentido: em resumo, o controle das tarefas, implementado, embora imperfeitamente, graças à presença do sindicato. “Mudou! Melhorou, melhorou! Melhorou porque hoje a gente corta cana solta é 1.400, e cana amarrada é 1.200. Então melhorou, eu acho que melhorou”, avalia Antônio Santana da Silva.

“Depois que pegou o salário aí melhorou mais um pouco, né? E eu acho que daquele tempo, daquele tempo para o tempo do salário, aquela época era pesada! [...] Do salário pra cá melhorou um pouquinho, né? Até hoje, até hoje tá melhor, eu acho que tá melhor”, julga José Pereira de Lima. Sendo, eles mesmos, aposentados, o aspecto é lhes particularmente próximo. Manoel Fernando de Souza compara: “Os velho era tudo pedindo esmola pelas calçada, de primeiro. Era tudo pelas rua pedindo esmola, hoje em dia ninguém vê! É tudo aposentado, pronto.”

O fascínio da cidade

Uma parte dos entrevistados mora nas cidades; a outra está ameaçada pela mesma sorte. Portanto, na avaliação das mudanças que viveram, a questão cidade *vs* campo está na ordem do dia. José Honório da Silva, famoso pela fartura de seu sítio e diversidade de sua produção, não gosta da vida urbana, mas entende o charme que possa ter para outras pessoas: “Para mim é melhor morar no sítio. Agora só que um costume de os patrões botaram, de botar o povo para fora, pras periferias das cidades, e o povo tão acostumado nas cidades porque tem a luz, tem uma televisão, tem uma dança, tem uma coisa, então o povo tão querendo ter mais conforto, uma diversão...”

Para aqueles que já são citadinos, a mudança de domicílio trouxe aspectos positivos, como sublinha José Peagentino dos Santos:

A gente vai lutando porque, quando a gente tiver mais velho, a gente vai-se embora pra rua porque a gente já lutemo muito, já tá cansado de lutar, E na rua, quer dizer que a pessoa tem

um descanso mais maior. E de fato temos mermo, porque tudo é maneiro. A pessoa na rua é outro descanso, e no mato pra tudo é mais sacrifício, né? E na rua, pelo uma parte, tudo é mais fácil. Eu vou daqui pra rua... A semana trasada eu tava no giro, saí daqui direitinho, num instantezinho cheguei ali na maternidade, aí falei com o doutor. Ele passou umas pílula, eu fui pra farmácia, comprei, tomei duas, na de três eu já tava bom, né? Porque se fosse no meio de mundo, longe, aí quer dizer que era mais sacrifício. Quer dizer que pra pessoa que... como se diz, já tá mais fraco, pra morada é a rua mermo.

Mas, essas facilidades são devidamente medidas. Não se supervaloriza uma “vida de pobre” na periferia lamacenta das cidades. José Felipe Santiago pesa os dois lados do argumento:

Porque eu nasci e me criei na agricultura, e vivo sossegado e tenho o que comer. Do sítio pra cidade só tem uma coisa ruim: é a necessidade de doença que sempre só pega a pessoa fora de hora. Mas hoje em dia tá muito bom porque, pelo menos no meu terreno, aonde eu moro, há estrada pra sair; carro a toda hora. O camarada vem até sem dinheiro porque tem conhecido que tem carro: “Vamos me levar na rua, depois eu te pago.” “Vamos embora.” Pronto, aí o pobre, o pobre não pode morar dentro da cidade, só pode morar no arribardo da cidade, e ali tem tudo o quanto não presta, de doença a gente.

Com sua franqueza habitual, José Honório da Silva avalia os perigos da cidade, particularmente para a juventude, tão facilmente atraída:

Vão embora tudo, as filhas vão embora. Às vezes, pra cidade trabalhar nas cozinhas, terminam sendo putas mesmo. Do mesmo jeito é, mas isso aí da prostituição é mais por causa disso. Eu mesmo tenho duas, estão pra lá, tão empregadas, passam dois, três dias sem vir. Trabalham lá por uma boia, para um casal. Não tem uma hora de serviço na carteira. Já faz dois anos que trabalham, não têm uma hora de serviço. E trabalham mais em casa do que aqui.

Em todas as respostas favoráveis à vida no campo, seja de trabalhadores que moram ainda no sítio ou vivem na cidade, eventualmente há muito tempo, o argumento principal é a possibilidade de plantar e colher, a “barriga cheia”. “[É melhor morar] no sítio, porque no sítio a pessoa pode dormir até de porta aberta. Dorme tranquilo, e sempre tá cheio porque tem com que”, afirma Amaro José de Sena. Antônio Ambrósio dos Santos concorda. O primeiro enfatiza: “Se ele vive na terra, no sítio dele, só é com a barriga cheia.”

Num sítio, porque num sítio o camarada produz alguma coisa pra comer, pra vender, tudo isso. E o camarada na cidade, a produção da cidade é muito pouca ou nenhuma. A produção da cidade é somente sobre os negócios de ganho que o camarada tiver e se não tiver, pronto. *Amaro Carneiro da Silva*

Vários entrevistados consideram também assuntos práticos: o sítio era bom “se eu pudesse trabalhar”, lamenta Antônio Joaquim dos Santos. Mas sem “pagar a condição”. Isto é, se fossem donos da terra. “Acho melhor morar no sítio, porque a gente tem a liberdade de plantar um pé de coco, se a gente morasse no que é da gente.” Antônio Santana da Silva. Sem opção, eles tentam, às vezes, fazer o melhor uso possível do que lhes é permitido:

Não tem vontade de morar na cidade, não. Minha vontade é trabalhar no sítio. Minha casinha... minha casinha, eu chego em minha casa, no engenho que eu moro. E tratei dela, pin-tei toda, reboquei, fiz tudo nela, né? Eu não tem vontade de morar na rua, não. *Manoel Fernando de Souza*

Os argumentos abundam. Loquazes, os entrevistados detalham todas as vantagens, de diversas ordens, que teria para as suas famílias, “se a terra fosse minha”, diz Severina Maria da Silva.

Queria o campo. Porque no campo eu tinha aonde criar; no campo eu tinha aonde plantar. Mermo assim que já estou

nessa idade, mas plantava eu, plantava. Meus filho, plantava minhas nora, plantava meus neto, já era outro futuro, né? Não é como na rua. Na rua, se a gente puder, come, e se não puder, não come. Porque tem que esperar por aquele pouquinho que eu ganho.

José João da Silva lembra as consequências do monopólio fundiário atual: a migração dos membros mais novos da família, muitas vezes, para longe. Sua conclusão é que: “na rua não tem onde trabalhar. Mas morar no mato, só pra quem tem família pra ajudar.” Manoel dos Santos da Silva julga a existência citadina à qual os migrantes têm acesso de fato:

Porque nas periferia muitas vez, descuidado, não tem... tem todo tipo de... poluição, na cidade, a poluição. E nas periferia... no centro da cidade, trabalhador rural não pode morar no centro da cidade. Pra quem gosta, o trabalhador verdadeiramente, ele gosta é de trabalhar, morar na roça e trabalhar lá no seu pedaço de terra. Morar na rua, pra mim, que sou trabalhador rural, viver... morar na rua sem ter condições é... condições financeiras, é a pior coisa do mundo pra se morar na cidade.

Não tinha desemprego

Os trabalhadores não tendem a idealizar o presente, tampouco o passado. As mazelas da miséria atual nas pontas de rua, do desemprego, da fome e da violência são bem avaliadas. Em primeiro lugar, o desemprego, que não é novo, mas cujo ponto de (pobre) equilíbrio, com a atividade no sítio/roçado desapareceu com a expulsão dos engenhos. No passado, dizem, “Estava trabalhando no roçado. Todo mundo trabalhava”, lembra José Honorato dos Santos. Diversos trabalhadores veem na falta de opções de trabalho o principal empecilho para afirmar sem reticência a melhora dos

tempos. “A fome está grande. Só o negócio é a fome. O negócio só é o desemprego que está matando todo mundo”, lamenta Severino Barros Lima. “E o desemprego, olhe, é um horror!”, exclama Amaro José de Sena.

A perda do acesso à terra e a mudança para as agrovilas ou “rua da lama” das cidades da região constituem a privação da boia de salvamento que as famílias antes conseguiam com a produção do sítio/roçado.

Perdeu as terras, as casas dos engenhos, está tudo porque se o senhor for andar aqui dentro dessa Itaquitanga, nessa tal de Chã Fogo, tem gente morando na beira da lama no casebre desse tamanho assim porque não tem onde se morrer.
Severino Barros Lima

“Nunca teve tempo bom”

Cansados de ter como opção uma periferia superpovoada, violenta e cara ou um sítio espremido e ameaçado pelas canas, pelos venenos (agrotóxicos) quando não propriamente pelos tratores dos proprietários, certos trabalhadores desabafam:

Olhe, se a gente for meditar, nunca teve tempo bom para trabalhador do campo, nunca teve tempo bom. Ainda continua ruim. Que quando vem uma bondade de um jeito, vem um perigo do outro. Bom é se cada um tivesse seu toquinho de terra pra trabalhar e vivesse ali dentro daquele toquinho de terra. Trabalhando pra ele, e pra ver se as coisas melhorava. Porque de primeiro, sim que andara nesse serviço, se vendia um cuia de farinha por dez tões. Nós se vivia até.... em negócio da barriga era mais melhor, mas agora não. A gente já imagina quando vai chegando o fim do mês. *Severino Barros Lima*

A ideia de Reforma Agrária: “Quando o pobre ganha terra, são sete palmos”¹

Trabalhador do engenho, o sonho dele era ter um taquinho de terra, né?

José Pascoal de Figueiredo

Até aqui não chegou ainda pro povo.

Abílio Luis Ferreira

Aqui é o inverso. É lá pra área da Mata Sul é o contrário: em vez de dar, toma a pouca terra que tem.

Amaro José de Sena

Pela idade avançada e dificuldades físicas que enfrentam, os entrevistados referem-se a um desejo de ter terra sua, não como realização imediata, mas como um princípio, ou um voto do que deveria ter sido: “Não posso, mas queria...”, lamenta Manuel João Pereira. “Gostaria, eu por agora não posso mais trabalhar. Mas... Naquela época, no tempo que eu podia trabalhar, tivesse uma fundação, uma terra, um lugar pra trabalhar, eu queria. Mas não tenho mais condições de trabalhar”, reconhece José Amaro dos Santos.

Eles situam precisamente as raras épocas em que as autoridades cogitaram dar-lhes um acesso à terra verdadeiro, não condicional, precário e provisório, mas de plena propriedade. “As Liga Camponesas faziam uma ligação com a luta pela terra, que foi na época que tinha o movimento sindical e as ligas camponesas; elas brigavam muito com a questão da Reforma Agrária”, lembra José Antônio de Lima. Amaro Carneiro da Silva recorda outra época: “Isso foi no tempo

1 DP, 25.09.60, última página, entre piadas: “Li o cartaz que o camponês estava pintando para a passeata de hoje.”

de... me esqueci o nome dele...² parece que morreu num avião. Ele vinha trabalhando pra cada qual ter sua hectare de terra pra trabalhar. Quando ele começou com isso, com pouco tempo o avião desnor-teou-se com ele e ele naufragou-se.” Manoel dos Santos da Silva con-clui: “Se gritava pela reforma agrária; vinha, fazia passeata. Outros se encontrava, iam conversando pela reforma agrária. Agora só que isso aí não tinha... Todos nós tinha vontade de ter terra própria.”

Outros são categóricos: “Deus me livre, tô cansado. [...] Terra não quero mais, não”, diz Antônio Joaquim dos Santos. Agora, “quando jovem...”, continua, “Ôxente, perfeitamente, era tudo!” Além de outros benefícios que a propriedade de terra providenciaria à famí-lia do trabalhador rural, José Honório vislumbra a dimensão política, fortalecendo o órgão de classe:

Ah! Se eu pudesse ter a terra, era um grande benefício. Que a gente que tem terra, quem tem a terra, tem tesouro e não fica na mão. E só tem uma forma de como ter sindicato maciço no mundo se os trabalhadores tivessem terra; e sindicato no Sertão, se você tiver dois, três anos sem seca, vive sem receber dinheiro, com dinheiro pouco, mas vive, só porque muitos tra-balhadores vai pagar o sindicato do dinheiro que ele ganha, do dinheiro que ele vive, embora ele pague menos. Não precisa ninguém andar se humilhando nos pés de patrão. Como tá aí as empresas agora, devendo, descontam do dinheiro da gente, quando a direção do sindicato vai buscar, não tem dinheiro.

“Ah! Gostaria... Esse é meu sonho. Ter terra.”³

Séculos de herança proletária pesam no ideário. Não há tradição camponesa, no sentido de um passado áureo, tão difundido em outros âmbitos do meio rural. O desejo por terra está projetado no

2 O entrevistador sugere Marcos Freire, e o entrevistado confirma que é dele que se lembra. Severino Antônio do Nascimento menciona também o acidente.

3 Amaro José de Sena.

futuro. Pois, por séculos, essa terra “tão negada”⁴ lhes foi acessível apenas na medida estrita das necessidades da empresa açucareira. Por isso, embora tenham apego às suas culturas e consciência de sua capacidade produtiva, eles não manifestam saudade alguma para uma relação de ‘morada’, substituto bastardo da condição campestre clássica. Esses dois termos, tão distintos, foram muitas vezes confundidos. Como foi visto, eles expressam uma rejeição violenta à vida que levaram nos engenhos como moradores. Não relatam nenhuma associação amistosa com os empregadores, pelo contrário, suas narrativas estão permeadas pelo clima de violência patronal. Um rosário de riscos e proibições que se soma à miséria da condição material, aliás que a permite, precisamente.

A experiência do sítio, mesmo no quadro restritivo e precário da ‘morada’, lhes deu, no entanto, a certeza de que, tendo terra para si, eles poderiam alimentar suas famílias, gozar de todas as “liberdades” mencionadas ao fio das entrevistas. Essa absoluta convicção constitui a base de suas aspirações, para si e para seus descendentes, num projeto social coerente, de amplo e longo alcance. “Meu desejo era que eu tivesse terra. Não eu só: eu tivesse terra e todos os companheiros. E todos os companheiros continuassem a se organizar, porque o sindicato foi feito pra se organizar.” José Honório da Silva. Para Amaro Pedro dos Santos, “a terra é que é o conforto da gente.”

“Claro que eu gostaria de ter uma terra para mim trabalhar nela. O meu maior desejo como trabalhador é eu ter um pedaço de terra para eu trabalhar com minha família. Fazer a minha casa e ter com que eu possa dar mais condições para meus filhos estudarem; e também ter harmonia junto com meus amigos e companheiros de luta de chegar até o pleno conhecimento de todos para no tempo de eleição a gente saber como votar e colocar os nossos, que nos defendem.” *José Antônio de Lima*

4 Expressão utilizada por Maria José Carvalho, Diretora da Fetape, na oportunidade do Congresso da entidade, em 2002.

“Todo o meu maior desejo é... viver no que é meu. É, porque eu com a terra, estou no que é meu. Eu crio um porco, crio minha cabra, crio meu cachorro, crio... meu cavalo. Vaca, não, que eu não gosto de vaca.” *João Francisco dos Santos*

“Ah, gostaria demais, demais... Eu, tô velhinho, mas ainda tenho vontade de trabalhar. Era possuir a terra, trabalhar para encher a barriga de meus filhos, dos meus amigos que tivessem necessidade.” *José Antônio da Silva*

“O maior desejo que eu tenho é o de morar no que é meu, porque o camarada morando no que é dele tá liberto.” *Amaro Carneiro da Silva*

“Achava bom ter terra para mim. Achava bom mesmo, muito bom. Eu queria ter um pedaço de terra para trabalhar, criar um bichinho, uma coisa, sem aperto de patrão me impressando, que nem hoje em dia a gente vive impressado, o patrão impressando para plantar nada.” *Benedito Rufino da Silva*

“Sempre o meu desejo, sempre mais na vida que eu tive, era trabalhar pra mim, né? Era trabalhar pra mim, mas não chegou oportunidade. Eu fui trabalhar pra os outros mesmo, né? Porque a pessoa que trabalha pra ele sempre tem barriga cheia, né? Plantar muita lavoura, né? Possuir terra pra plantar, mas não deram.” *José Francisco da Silva*

“Quem é que não tem vontade, patrão, de lidar no que é seu? Isso é dizer que é rico. Morou no que é seu, é rico.” *José Elias dos Santos*

“Se eu pudesse ter alcançado pra mim, eu gostava porque eu criava o tanto que eu quisesse, plantava o tanto que... Se Deus consentir que eu receba, se Deus consentir, eu recebo.” *Inácio Antônio Dias*

“Bom, era uma boa que todo mundo tivesse um nosso pedacinho de terra e ia trabalhar no que era nosso. Eu acho que era muito bom.” *Alfredo Cosme dos Santos*

“Ah! gostava, toda vida eu gostei de trabalhar pra mim, eu gostei. Eu tô meio cansado, já cansado, mas um toquinho de terra ainda faço uma história, uma ... brincadeira ainda. Isso aí nunca chega pra gente, não. Só chega se for... se for mandada, né? Ainda hoje quero! Ainda hoje tenho. Se chegar até mim um palmo de terra, eu quero, num lugar que der, é pra mim. Dando produto aí eu quero, porque tá em tempo que a gente trabalha nela, ela produza, aí enche a barriga da pessoa e de... mais os outros na frente.” *José Francisco dos Santos*

“Ah! Eu gostaria de ter meu pedaço de terra para plantar minha besteiras. Minha mesmo. Aí tava certo. Mas, até hoje, não chegou, no meu alcance ainda. Mas talvez chegue, né? Que Deus é bom!” *José de Souza da Silva*

“O valor da terra é de cinco hectares aquilo se a minha família tivesse lá fosse bem disponível dava pra viver. Cinco hectares de terra, é muita terra

meu amigo. De lá da minha barraca da Usina Cachoeirinha até a senzala você anda muito a pé, viu... muita água de ribeirão, muita água de laranjeira, muita água de Jaboatãozinho certo, muita água. Muito bom para verdura, pepino. É um quilo de pepino, verdinho, verdinho, jerimum, milho dá o tempo todo. O feijão dá todo tempo. Eu queria aquele negócio. Queria não, quero! Se eu tiver vivo ainda.” *Moisés Alves Correia*

“Ah! Eu gostaria. Se eu pudesse, se tivesse jeito. Eu moro na rua, na lei do apulso. Mas se eu pudesse ter o meu toquinho de terra, lá, pra eu criar um bezerro, uma vaquinha de leite. Plantar macaxeira, batata, jerimum, era o que eu queria.” *Antônio Virgínio da Silva*

“Que eu possuísse terra pra trabalhar, meus filho não estava assim, pelo meio do mundo espalhados. Estava trabalhando junto comigo; nós trabalhava e dava pra se manter. Eu ainda vivo no meu sitiozinho, que eu... o sítio que eu domino ainda, com quase duas hectare de terra, mas tá tudo coberto de lavoura.” *Manoel Fernando de Souza*

“A gente com o que é da gente, é outra coisa diferente de no que é dos outro, né? Porque o que é dos outro... O que eu sei dizer é isso... É uma coisa mais fácil, uma coisa mais melhor, uma mais desassombrada.” *José Damião da Silva*

“Gosto. Porque é bom! Nós trabalhando por conta própria, é muito bom. Pra não ser sujeito a ninguém.” *José Pascoal de Figueiredo*

“Gostaria. Trabalhador com terra, é um trabalhador que tem mais acesso, né? É mais liberto. Todo trabalhador desejava ter um taco de terra. Ainda essa semana, estava conversando com vários companheiros quando estava chovendo. Está chovendo, está bom. Agora companheiros, a gente tem que se preparar, temos que ser unidos porque Deus manda chuva, mas a semente o homem é que tem que fazer a força para adquirir e a terra.” *Antônio Maurício Domingo*

A variedade das razões invocadas, das ênfases postas em aspectos detalhados, o estilo mais filosófico ou prosaico revelam, ao mesmo tempo, a unidade de propósito, de opinião e a imensa variedade – isto é o riquíssimo potencial humano – de uma classe geralmente homogeneizada ao ponto da anonímia.

A ideia mais persistente que expressam é de liberdade; talvez uma lembrança daquela, elementar, que completou quase um século para que lhes seja reconhecido o direito cidadão de votar. Mas,

eles mencionam um elenco muito mais diversificado de liberdades, entre as quais figura em dimensão concreta e primordial: aquela de poder sustentar sua família. Isso coloca numa perspectiva interessante todo o debate acadêmico quanto ao grau de proletarização alcançado por diversas categorias de trabalhadores, particularmente, no campo.

Entre as inúmeras razões avançadas para justificar o desejo de possuir terra, diversas vezes, encontra-se a ideia que gira em torno da família, contra o exílio forçado em São Paulo; é o desejo de poder deixar uma herança para os filhos, manter as gerações juntas: “O que eu pudesse adquirir agora, todo tempo que eu morresse, ia ficar pra eles. Isso aí era uma herança que ficava pra eles. O que eu podia deixar era isso, se por acaso chegasse às minhas mãos, né?” José de Souza da Silva. Amaro Pedro dos Santos faz o histórico do assunto na sua família:

Meu pai nunca falou em ter terra. Só cortando cana, limpando cana, tirando capim, água de brejo, empregado. Tudo era assim. Nunca vi uma luta por terra. Até hoje, a primeira é essa. Luta por terra aqui é coisa nova. Da reforma agrária, é novo. Tudo é novo. Quando era criança, não se falava nisto. Começou a se falar nisto de 64 pra cá. Antes não se falava nisto, ninguém sabia disto.

A consciência do tempo e das mudanças acarretadas pelas lutas é aguda. Os tempos de “antes” – antes de Arraes, do sindicato etc. – correspondem a uma era de trevas que não oferecia nada do que se poderia ter nostalgia. Abandonados eram os velhos sem aposentadoria nem ajuda de qualquer tipo; abandonados os doentes sem auxílio nem assistência médica; abandonadas também as crianças sem escola, hospital, cobertura vacinal, segurança alimentar etc. Agredidos todos pela violência das condições de existência, os ritmos de trabalho desumanos e o exercício do poder absoluto pelos empregadores. A lógica socioeconômica em vigor na época

da ‘morada’ era obviamente predadora. Apenas o uso exacerbado de toda a força de trabalho disponível interessava aos poderes privados e públicos. O cenário social estava (e ainda está, em boa parte) organizado nesse sentido da forma mais primária possível. A percepção dessa situação pelas vítimas do sistema as levou a uma conclusão peremptória, quando se lhes pergunta o futuro que desejam para seus filhos.

“Tudo menos canavieiro!”

A ideia que domina é que os filhos devem escapar à vida dos pais: “Bom, o que eu gostaria que eles fossem... era que a sorte deles num serviço; podia trabalhar para... Não para tirar conta, que pra tirar conta basta eu!” João Francisco dos Santos. Cassiano José de Sena expressa a mesma ideia: “Eu desejava pra eles, pelo menos, arrumasse uma vida melhor pra eles trabalhar, pra não viver nessa vida. Era tirar conta, tirar conta...”

Os entrevistados querem sobretudo terra, para si e seus filhos e netos: “Gostaria que vivessem bem, com sua casinha para morar primeiro, cada um tivesse seu pedacinho de terra, que dissesse: é meu!” Amaro Pedro dos Santos. Miguel José de Oliveira concorda: “A terra desejada lhes permitiria ao mesmo tempo trabalhar, plantar e morar.”

Raros são os entrevistados que vislumbram uma profissão não agrícola, a não ser genericamente. Quando perguntados se não gostariam de vê-los em outras atividades, respondem: “Não, o futuro do pobre é plantar mesmo”, diz Miguel José de Oliveira, mas, continua: “Na terra sua. Na terra dos outros, só dá confusão.” A aspiração à propriedade da terra raramente entra em concorrência com o fascínio urbano; ela continua oferecendo garantias que a cidade não fornece: “O camarada morando no que é dele, tá liberto.” Amaro Carneiro da Silva. ‘Terra e liberdade’, o velho mote ressurgiu mais forte do que

nunca, às vezes, com uma eloquência irresistível nas emoções que transparecem.

Terra, que é pra mode poder plantar e eles ficarem, ali, naquela terrinha, pra plantar, mas ser deles! Terra! Jesus dá saúde; a terra ali perto, ali, aqueles pedacinhos de terra, sendo a Reforma Agrária, são deles. Eles tão ali com aquela casa e ali vai remodelando aquela casa. Mas tendo o seu terreno para plantar, iam ficar tranquilos. Terra! Pra meus filhos não ficarem parados. Um homem desse jeito que tão aí, como que eu dou partida daqui, eu vou partir, como? Pensando em que? Que eles não querem dar emprego para meus filhos já e se eu deixar lá aquela terra como é o negócio? Terra! Pra meus filhos trabalharem e serem libertos. É, terra! Pro mode eles ficarem no lugar deles e dizer: “Aqui é meu! Quem manobra sou eu! Foi a autoridade que me deu e primeiramente Deus.” É isso. *João Oliveira da Silva*

“A terra é uma das coisa; daí ele pode adquirir um meio de vida melhor, que eu acho que ainda toda solução do nosso Brasil é... desrespeito de ninguém ter direito à terra”, avalia Amaro José de Sena.

Além da terra, os entrevistados desejam apenas a assistência mínima que o Estado deve às populações brasileiras, qualquer que seja sua ocupação:

Que eles tivessem terra; tivessem escola pra puder se criar; tivessem direito a médico; tivesse direito a tudo que era pra eles se criarem e aprenderem alguma coisa, pra quando fosse na velhice não estar que nem eu: as meninas por aqui, os meninos por São Paulo, pra não morrer de fome. Já se casaram, arrumaram família. Estavam morrendo de fome aqui. O patrão não dava mais serviço a eles porque eu sou delegado, porque eu sou do sindicato. Quem é do sindicato agora não tem direito de se fichar mais. Entonces, eles se desabaram pelo São Paulo, estão até vivendo! De vez em quando, eles escrevem que tá vivendo até melhor do que aqui. Mas tão longe da família! Porque, aqui mesmo perto, não tem, porque

os patrão é uma combinação: se sai de uma usina, a outra não quer. Se vai pra outro engenho, o outro engenho não quer. Então, ficam os pais e as crianças, e os filhos jovens vão embora. *José Honório da Silva*

Amaro Carneiro da Silva e Antônio Ambrósio dos Santos formulam seus anseios nos mesmos termos: “Desejava a mesma coisa, cada qual viver no seu lugarzinho, no seu toquinho de terra.” As ênfases nos desejos para os filhos estão ligadas à experiência de vida: à terra, acrescentam a importância dos direitos, dos meios para que fossem respeitados: “Em qualquer serviço para ganhar dinheiro. Em qualquer canto. Tivesse emprego permanente. Com direitos.” José Honorato dos Santos.

O medo do desemprego, da falta de oportunidade – qualquer uma para sustentar-se e suas famílias, paira em todas as respostas: “Para meus filhos eu queria uma educação, uma coisa, um emprego. Que hoje nada disto tem, nem nós temos. Os filhos vivem direto na casa dos pais, sem tem um serviço para trabalhar. Queria que meu filho tivesse um empregozinho para trabalhar”, comenta Benedito Rufino da Silva. A luta pelo cumprimento dos ‘direitos’ recebe castigo coletivo (familiar) das empresas. Os trabalhadores mencionam também esse aspecto como causa de desemprego, sem no entanto questionar seu empenho sindical, mas apelando para conceitos da ordem da responsabilidade social das empresas e fiscalização do Estado para que os abusos sejam coibidos.

Eu gostaria que ele tivesse um lugar pra trabalhar, mais a vontade, o compromisso foi qualquer serviço que as pessoas fizessem, fosse de responsabilidade dele, de assinar carteira da pessoa. Eu queria que ele tivesse responsabilidade dele. Eu queria que ele tivesse serviço livre pra trabalhar, serviço bem a vontade que de primeiro não tinha. Às vezes, botava um daqui pra fora, mas hoje em dia, uma usina dessa, quando tira o nome da gente, bota a letra encarnada na carteira, aí no outro emprego não arruma mais serviço. Era grevista. *José Inácio da Silva*

Vários trabalhadores expressam mais ambição de mudança de vida para seus netos do que para os filhos, derivada da análise que fazem de sua própria condição atual, no fim de uma longa vida de trabalho constante e produtivo, embora sem benefício para eles mesmos: “Estudar, tivessem um conforto.” José Severo da Silva. Além da terra, esta aspiração é mais cara ao coração de alguns entrevistados: “Pros meus netos eu desejo estudo, um bom estudo, pra ter seu lar, sua casinha de morar.” Rosendo Vicente de Sales. Generino Luis da Silva é mais preciso:

Primeiramente uma escola pra eles estudar e então, uma saúde mode dá conforto a eles mode estudar... estudar. Porque pra isso eu botei numa escola agora, mas nem professora tem. Botei duas vezes e todas duas saíram porque não tinha professora pra ensinar.

José Antônio de Lima vislumbra uma carreira: “Para meus filhos eu desejaria um crescimento, um desenvolvimento tanto que eles trabalhassem na terra, como que pudessem se desenvolver para chegar a ser até um agrônomo ou uma pessoa que tivesse condição de tanto trabalhar na terra como ensinar, ou um professor que pudesse desenvolver as expectativas do Brasil.” “Estudo. Quando tivessem bem estudado, um bom emprego. Fora da roça. Em qualquer trabalho”, deseja Severina Benvinda que andava muito para atender a escola. “Um médico, um professor, um advogado, qualquer coisa assim, né?”

Em suma, os trabalhadores, que forneceram uma descrição minuciosa de sua vida na época da ‘morada’, cuja brutalidade contrasta com a versão saudosista e confortável dessa relação na literatura e na academia, concluem logicamente que, para seus descendentes, desejam “tudo menos canavieiro”. Pois, a exploração à qual foram submetidos na época da ‘morada’ não lhes deixou razão alguma para alimentar saudades.

O sistema era tão perfeitamente orquestrado que lhes extorquia suas forças vivas, geração após geração, mantendo-os na mais

profunda pobreza possível. O sítio/roçado, que fora concebido como um modo de fixar a mão de obra num contexto de monopólio da terra, isto é, de privação de alternativas rurais, tornou-se um meio de garantir que o trabalhador, labutando o dia todo, todos os dias, para a empresa na condição de assalariado, tivesse que assumir, ao mesmo tempo, nas suas horas de folga e com a ajuda de sua família, o custo – mínimo – de reposição da força de trabalho, que teoricamente deveria estar coberto pelo salário. Isto é, os empregadores conseguiram manter um sistema de exploração da força de trabalho tão próxima quanto possível da escravidão, sem ao menos ter o ônus da compra inicial, imobilizando capital.

Os assalariados, livres, verdadeiros proletários eram, de fato, “cativos” como eles mesmos dizem: aprisionados por um sistema perfeitamente afinado de poderes privados e públicos que não lhes deixavam minimamente o direito a existir, além de sua serventia para as empresas. Nem escola, nem assistência à saúde, nem lazer, nem mesmo liberdade de culto. A cumplicidade ativa das autoridades públicas com esse estado de coisas, fora ligeira e brevemente estremecida nos anos 1950 e 1960, permitindo o surgimento dos movimentos sociais no campo, inclusive canavieiro, que abriram uma nova era, a dos ‘Direitos’.

Não há um só trabalhador rural que queira voltar atrás no tempo. O sentido da mudança é para melhor, a partir deste momento. Eles formulam sua avaliação de forma detalhada, sutil e sem ilusões sobre o presente, seja ele urbano ou rural. Mas não abdicaram de seu sonho de ter terra, senão para si, pelo menos para seus descendentes, como condição de todas as liberdades que enumeram. Em ambos os casos, eles são capazes de criar historicidade. Sua versão da história recente das relações de trabalho na zona canavieira de Pernambuco tem periodização própria, sentido da história, julgamentos e projeção no futuro. Ela deve ser levada em consideração quando é avaliada a época da ‘morada’.

Pois, a contribuição dos moradores de engenho à história regional se opõe frontalmente àquela suposta memória coletiva veiculada pela literatura, pela imprensa e retomada surpreendentemente até mesmo por autores marxistas, talvez, culturalmente influenciados pela classe social dos autores formuladores da lenda dourada da ‘morada’, como José Lins do Rego e Gilberto Freyre: filhos ou netos de senhores de engenho. A pretendida benevolência da atitude dos plantadores em relação a seus empregados agrícolas pode constituir uma maneira cultural de ocultar – não tanto a miséria na qual as populações eram mantidas, que tinha sua utilidade para reivindicar mais dinheiro do Estado – mas a violência, o exercício mais brutal de força física para garantir a manutenção do sistema de opressão e exploração. Pois a violência patronal e do Estado, a serviço da classe dominante, teve um papel decisivo na ‘morada’.

Assim, a ‘morada’ perde seus véus saudosistas literários, que favoreceram, sem dúvida, o qualificativo de ‘feudal’ adotado por parte da literatura marxista. Ela constituiu apenas um modelo particularmente eficiente de exploração dos canavieiros numa economia há muito inconfundivelmente capitalista. Reconsiderar a história das relações de trabalho, questionando conceitos como a ‘morada’ deve permitir reexaminar mais amplamente a interpretação dada ao desenvolvimento histórico da região. A contribuição dos trabalhadores rurais a essa reconstrução, visando obviamente projeções e projetos vindouros, pode, sem dúvida, ajudar, como o aconselha o Professor Mintz, a “formular melhores perguntas”.⁵

5 MINTZ, Sidney W. “O Poder do Doce e a Doçura do Poder”. Op. cit., p. 135.

Fontes

Fontes orais

Lista das pessoas entrevistadas

CANAVIEIROS (entrevistas realizadas entre 1994 e 1997)

Abílio Luis Ferreira, Igarassu, 70 anos¹

Alfredo Cosme dos Santos, Igarassu, 57 anos

Amaro Carneiro da Silva, Sirinhaém, 68 anos

Amaro José de Sena, Sirinhaém, 63 anos

Amaro Pedro dos Santos, Rio Formoso, 74 anos

Amaro Rosendo Fagundes, Rio Formoso, 67 anos

Anísio Francisco da Silva, Goiana, 53 anos

Antônio Ambrósio dos Santos, Sirinhaém, 70 anos

Antônio Joaquim dos Santos, Goiana, 75 anos

¹ Idade na época da entrevista.

Antônio Maurício Domingo, Itambé, 49 anos
Antônio Santana da Silva, Igarassu, 54 anos
Antônio Virgínio da Silva, Itaquitinga, 77 anos
Arlindo Nascimento, Carpina, 75 anos
Benedito Rufino da Silva, Sirinhaém, 64 anos
Cassiano José de Sena, Rio Formoso, 72 anos
Eugênio Benvindo M. Freitas, Itaquitinga, 70 anos
Francisco Zalatiel Ferreira, Igarassu, 75 anos
Generino Luis da Silva, Igarassu, 56 anos
Inácio Antão Dias, Igarassu, 60 anos
João Francisco dos Santos, Rio Formoso, 67 anos
João Oliveira da Silva, Igarassu, 58 anos
Joaquim Pedro da Silva, Sirinhaém, 70 anos
José Amaro dos Santos, Sirinhaém, 70 anos
José Antônio da Silva, Sirinhaém, 58 anos
José Antônio de Lima (Teixeira), Rio Formoso, 55 anos
José Barbosa do Nascimento, Nazaré da Mata, 69 anos
José Batista do Nascimento, Goiana, 72 anos
José Damião da Silva, Itambé, 52 anos
José de Andrade, Goiana, 63 anos
José de Souza da Silva, Igarassu, 56 anos
José Elias dos Santos, Igarassu, 69 anos
José Felipe Santiago, Paudalho, 73 anos
José Francisco da Silva, Igarassu, 64 anos
José Francisco dos Santos, Igarassu, 69 anos

José Francisco Paiva, Itambé, 73 anos
José Honorato dos Santos, Rio Formoso, 89 anos
José Honório da Silva, Rio Formoso, 62 anos
José Inácio da Silva, Itaquitinga, 72 anos
José João da Silva, Paudalho, 63 anos
José Pascoal de Figueiredo, Vitória de Santo Antão, 67 anos
José Peagentino dos Santos, Carpina, 73 anos
José Pereira de Lima, Itambé, 63 anos
José Severo da Silva, Igarassu, 65 anos
Luis Batista do Nascimento, Rio Formoso, 86 anos
Manoel dos Santos da Silva, Vitória de Santo Antão, 70 anos
Manoel Fernando de Souza, Itambé, 51 anos
Manoel José Alexandre, Rio Formoso, 71 anos
Manoel Bernardo Alves, Paudalho, 64 anos
Manoel João Pereira, Paudalho, 87 anos
Miguel José de Oliveira, Rio Formoso, 70 anos
Moisés Alves Correia, Itaquitinga, 72 anos
Odilon Caetano da Silva, Carpina, 76 anos
Pedro Porfírio Domingo, Itambé, 62 anos
Rosendo Vicente de Sales, Rio Formoso, 65 anos
Severina Benvinda, Itaquitinga, 57 anos
Severina Maria da Silva, Paudalho, 59 anos
Severino Antônio do Nascimento, Igarassu, 67 anos
Severino Barros Lima, Itaquitinga, 73 anos
Severino Sebastião Santana, Igarassu, 73 anos

Roteiro de entrevista com os trabalhadores rurais

1. Identificação

- Nome
- Idade
- Onde o Sr/a Sra mora?
- Onde trabalha?
- É membro do sindicato?

2. Condição

Antigamente, quando o entrevistado era jovem, criança:

- Qual era a condição dos trabalhadores na cana? (tentar obter uma proporção)
- Todo mundo era morador? (sítio/arruado)
- Tinha gente de fora trabalhando no engenho?
- Esses trabalhadores temporários vinham de que região? Só tinha gente do Agreste?
- Os que não eram corumbas, eram pessoas só, famílias?
- Tinha mulheres entre os temporários?

3. Terra

- Todo mundo que morava no engenho tinha terra para plantar?
- As pessoas que moravam nos arruados também tinham terra para plantar?
- Que tipo de terra? (sítio, roçado, quintal de casa; especificar a área, a distância de casa, a qualidade da terra, as culturas autorizadas, o tempo de cessão).

- Como se fazia a atribuição das terras para plantar lavoura branca: em relação à cana e também entre os trabalhadores?
- As melhores terras eram consideradas algo como uma recompensa para alguns?
- Todo mundo plantava o que queria?
- Tinha proibições?
- As pessoas comiam tudo o que produziam?
- Se sobrasse produção, o que faziam com ela?
- Quem cuidava do roçado?
- Como aprendeu a plantar lavoura branca?
- Onde conseguia as sementes, as mudas?
- Tinha criação, animal?

4. Condições de vida

- Descrever as moradias dos trabalhadores, onde estavam situadas, condições de saneamento, higiene...
- Alimentação: tinha o bastante?
- Quantas refeições?
- Que tipo de alimentação?
- Onde conseguia?
- Caçava ou pescava para complemento?
- Tinha produção de roça, pequena criação?
- Roupas e mobília: que tipo, onde conseguia?
- Saúde: Tinha muitas doenças?
- Morriam muitas crianças pequenas?
- Tinha muitos acidentes de trabalho?

- Que tipo de assistência médica recebia?
- Quem fazia os partos?
- Quem ajudava em caso de emergência?
- Educação: tinha escola?
- Quem ia para a escola?

5. Relações de trabalho

- Para as pessoas que moravam no engenho, como era a relação de trabalho?
- Fazia um acordo com o senhor de engenho, ou com o administrador?
- Quais eram os termos do acordo?
- Quem trabalhava na cana: vários membros da família? As mulheres trabalhavam também?
- Quando?
- Fazendo o quê?
- Tinha períodos de desemprego?
- Qual era o modo de remuneração?
- Isto valia para o tempo todo? Para qualquer serviço?
- Recebia dinheiro vivo, ou via barracão?
- Quando várias pessoas da mesma família trabalhavam no engenho, quem recebia o pagamento?
- Como eram as tarefas? (atribuição e fiscalização).
- Os instrumentos?
- Como era o clima entre trabalhadores e patrões?

- Tinha muita violência? Intimidações? Humilhações? (Pode ser experiência própria, ou testemunhada).
- Você tinha relação direta com o senhor de engenho, com o usineiro?
- Tinha obrigações para os membros da família? (ex. mulher vai ajudar na cozinha da casa grande, lavar roupa...)?
- Tinha um sistema de punições/recompensas? Tinha gente privilegiada? (Quem e por quê?)
- Tinha liberdade de movimento? (Era cativo? Podia ir para a cidade, outra propriedade).
- Tinha liberdade de religião?
- Você podia dar sua opinião a respeito de política, participar de reuniões etc.?

6. Luta

- Como era a luta antes dos sindicatos?
- O que você se lembra e o que seus pais/avós contavam sobre as lutas e as condições dos trabalhadores na cana, seus sonhos/desejos?
- Conheceu as Ligas Camponesas?
- Lembra da fundação do sindicato?
- O que é que eles defendiam?
- O que foi mais importante para você nestas lutas: fatos, pessoas, conquistas...?
- Conte algo sobre a luta a respeito da terra.
- Você gostaria de ter terra própria/sua?
- Qual a sua maior aspiração? Para você/filhos/netos?

7. Mudanças

- Desde aquele tempo até hoje, as coisas mudaram? O que mudou exatamente, para melhor/pior?
- Como e quando se deram as mudanças: de vez, aos poucos, por períodos?
- É melhor morar num sítio, no arruado ou na periferia da cidade? Por quê?
- Perda do sítio: quem perdeu o sítio, ficou morando no engenho?
- Como se dá a ida para a cidade? Quem foi primeiro a morar na cidade? (Jovens, famílias, moradores sem terra...).

Outros entrevistados

Prof. Manuel Correia de Andrade – Cehibra, Fundaj

Manoel Gonçalo Ferreira – Primeiro presidente da Fetape

Euclides do Nascimento – Catequista, sindicalista, antigo presidente da Fetape e assessor da mesma

José Rodrigues da Silva – Canavieiro corumba, antigo presidente da Fetape e atual diretor da mesma

Severino Domingos de Lima (Beija Flor) – Canavieiro de Paudalho, Diretor da Fetape

Pe. Paulo Crespo – Antigo dirigente do Sorpe

Prof. Malaquias Batista Filho – Professor de Nutrição na UFPE

Dr. Fernando Barbosa – Médico, antigo assessor da Cooperativa Tiriri

Prof.^a Socorro Ferraz – Membro da equipe da Sudene que assessorou a Cooperativa Tiriri

Dr. Antônio Montenegro – Antigo advogado da Fetape

Manoel Nunes – Seu Nezinho

Dr. José Augusto Santana – Advogado da Fetape

Outras fontes orais

Depoimentos orais fornecidos a Eliana Moury Fernandez,
no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar
de 1964 no Nordeste.”

Antônio Leite Falcão

Armando de Queiroz Monteiro Filho

Armando Hermes Ribeiro Samico

Artur Melo de Lima Cavalcanti

Carlos Luís de Andrade

Cid Feijó Sampaio

Clodomir Santos de Moraes

Francisco Julião Arruda de Paula

Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira

Gregório Lourenço Bezerra

Hangho Trench

João Ferreira Lima Filho

Manoel Rodrigues da Silva Calheiros

Naíde Regueira Teodósio

Paulo de Figueiredo Cavalcanti Pelópidas Silveira

Pe. Luís Wanderley Simões

Waldir Ximenes

Yara Lúcia Brayner Mattos

Fontes escritas – Fundos de arquivos consultados

Fetape

Arquivos documentais disponíveis na sede do órgão

Arrazoados e outros instrumentos jurídicos

Documentos de campanhas salariais

Boletins de educação sindical

Arquivos de dados de pesquisas realizadas no quadro da entidade

Fundaj – Cehibra

Arquivo Aurino José Duarte

Arquivo Joaquim Pimenta

Arquivo Agueda

Arquivo José Britto Pinheiro Passos

Série: Produção Intelectual

Arquivo Arthur de Siqueira Cavalcanti Júnior

Reminiscências de uma vida

Arquivo José Campello

Arquivo Rubens Porto

Arquivo Público Estadual – Fundo do Dops

Jornais consultados:

Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio. 1940 a 1974.

Referências

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições – Pernambuco 1962-1987*. Recife: UFPE (Tese de doutorado) 2003.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural. Lutas, Partidos, Projetos*. Recife: Editora Universitária da UFPE/ Editora Oito de Março, 2005.

AGUIAR, Flávio. *Com palmos medida. Terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ALBURQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno. A invenção do Nordeste*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Tese de doutorado), 1994.

ALCÂNTARA, Aspásia Camargo de. “A questão agrária: crise de poder e reformas de base 1930-1964”. FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. III *O Brasil Republicano*. II. São Paulo: Difel, 1975, p. 121-224.

ALCÂNTARA, Aspásia Camargo de. *Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*. Paris (Tese de doutorado) 1973.

ALENCAR, Eloine Nascimento de. *Trabalho e saúde do canavieiro*. João Pessoa: UFPB (Dissertação de Mestrado) 1993.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séc. XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

AMADO, Janaína. “Movimentos Sociais no Campo: A Revolta de Formoso (Goiás, 1948-1964)”. Texto para discussão do grupo “Movimentos Sociais no Campo”. PIPSA, Rio de Janeiro 9-II de Abril, 1980. Mimeografado.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Brazil: Authorized Violence in Rural Areas*. Londres: Amnesty International, 1988. *Brésil. Assassinats et complicités*. Paris: AEFAL, 1988.

ANDERSON, Kevin B. *Marx nas Margens. Nacionalismo, Etnia e Sociedades Não Ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANDRADE, Gilberto Osório de. *João Pais do Cabo: o patriarca, seus filhos, seus engenhos*. Recife: Massangana, 1982.

ANDRADE, Gilberto Osório de. *Os rios do açúcar do Nordeste Oriental I. O rio Ceará-Mirim*. Recife: IJNPS, 1957.

ANDRADE, Gilberto Osório de. *Os rios do açúcar do Nordeste Oriental. III. O rio Paraíba do Norte*. Recife: IJNPS, 1959.

ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier de. *A evolução da agroindústria açucareira de Alagoas a partir da década de 50. Modernização e proletarianização do trabalhador rural*. Recife: UFPE (Diss. de Mestrado) 1984.

ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier de. *A Intervenção do Estado na Agroindústria Açucareira e Alcooleira Nordestina*. Recife: Relatório CNPq, 1989. Mimeografado.

ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental: Modernização e Proletarização*. São Paulo: USP (Tese de doutorado) 1990.

ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier. *Usina Caxangá: uma experiência de Reforma Agrária*. Recife: [s. n.] 1987. Relatório CNPq. Mimeografado

ANDRADE, José Bonifácio x. de. *Do banguê à usina em Pernambuco*. Recife: PIMES, maio, 1975.

ANDRADE, Manuel Correia de e ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *A cana-de-açúcar na região da mata de Pernambuco. Reestruturação Produtiva na Área Canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: Impacto Ambiental, Socioeconômico e Político*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de e MADUREIRA, Sevy de Barros. *Produção do espaço e regionalização em Pernambuco*. Recife: UFPE/MDU, 1981.

ANDRADE, Manuel Correia de. “A propriedade da terra e a questão agrária em Pernambuco”. In: ANDRADE, Manuel Correia de. Redwood III, John e Fiorentino, Raul. *A propriedade da terra e as transformações recentes na agricultura pernambucana*. Recife: MDU/UFPE, maio de 1982.

ANDRADE, Manuel Correia de. “Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais do Nordeste (1957/64)”. Texto para discussão do grupo “Movimentos Sociais no Campo”. PIPSA, Rio de Janeiro 9-II de Abril, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A História das usinas em Pernambuco*. Recife: Massangana, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. [1963] São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Abolição e Reforma Agrária*. São Paulo: Ática, 1987.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Recife: Sudene, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século xx*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Latifúndio e reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: UNESP, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Sentido da Colonização*. Recife: 20-20 Comunicação e Editora, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Os rios do açúcar do Nordeste oriental II: O rio Mamanguape*. Recife: IJNPS, 1957.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Os rios do açúcar do Nordeste oriental*. IV. Recife: IJNPS, 1959.

ANDRADE, Mário de. “Fogo morto”. In: REGO, José Lins do. *Fogo morto*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1943] 40ª ed. 1992., p. xxiv-xxvi.

ANDRADE, Sandra Maria Correia. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. São Paulo: USP (Tese de doutorado) 1994.

ANDREUCCI, Franco. “A questão colonial e o imperialismo”. In: HOBBS-BAWM, Eric (Ed.). *História do Marxismo*. IV. *O Marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 251-277.

ANTROPOLOGIA do açúcar. Recife: Museu do Açúcar, 1972.

ARAÚJO, Braz José de. “Caio Prado Junior e a Questão Agrária no Brasil”. In: *Temas de Ciências Humanas*, v. 1, São Paulo: Grijalbo, 1976, p. 47-89.

ARAÚJO, Espedito Rufino de. *O Trator e o ‘Burro sem Rabo’. Consequências da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco – Brasil*. Genève: IUED, 1990. Mimeografado.

ARAÚJO, Joana Maria Lucena de. *Trabalhadores rurais e a Justiça do Trabalho: A luta por direitos através dos processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata – PE (1963-1979)*. Recife: UFPE PPGH, Tese de doutorado, 2021.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz. Casa-grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de (Org.). *O fio e a trama: Depoimento de Manuel Correia de Andrade*. Recife: Ed. Universitária, 2002.

ARICO, José. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ARICO, José. “O Marxismo na América Latina nos anos da Terceira Internacional”. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do Marxismo*. VIII. *O Marxismo na época da Terceira Internacional: o Novo Capitalismo, o Imperialismo, o Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 419-459.

ARIÈS, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*. [1960] Paris: Seuil, 1973.

ARRAES, Miguel, et al. *Palavras de Arraes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.

ARRAES, Miguel. *O Brasil, o povo e o poder*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006. *Le Brésil. Le peuple et le pouvoir*. Paris: Maspéro,

[1969] 1970. *Brazil: The People and the Power*. Harmondsworth: Penguin, 1972.

ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo. *Palavra de rei... Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco*. Recife: UFPE (Tese de doutorado) 2001.

ATLAS Fundiário Brasileiro. Brasília: Incra/PNUD, 1996.

AUED, Bernadete Wrublewski. *A vitória dos vencidos. Partido Comunista Brasileiro – PCB – e Ligas Camponesas 1955-64*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986.

AZEVEDO, Carlos Alberto, LINS, Rachel Caldas e CHACON, Vamireh. *Situação Sócioeconômica em Áreas da Zona Canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Recife: IJNPS, 1972.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BADINTER, Elizabeth. *L'amour en plus. Histoire de l'amour maternel (XVII-XXe siècle)*. Paris: Flammarion, 1980.

BALARD, Michel e DUCELLIER, Alain (Dir.). *Coloniser au Moyen Age*. Paris: A. Colin, 1995.

BANCEL, Nicolas, BLANCHARD, Pascal, HOETSCH, Gilles, DEROO, Éric e LEMAIRE, Sandrine. *Zoos humains XIX et XXe siècles*. Paris: La Découverte, 2002.

BANCEL, Nicolas, BLANCHARD, Pascal, HOETSCH, Gilles, DEROO, Éric e LEMAIRE, Sandrine. “Polémique sur l’histoire coloniale”. *Manière de Voir*, n. 58, juillet-août 2001.

BANDEIRA, Élcia de Torres. *Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado na Agroindústria açucareira*. Recife: UFPE (Diss. de Mestrado) 1989.

BANDEIRA, Moniz. *Trabalhismo e socialismo no Brasil. A Internacional Socialista e a América Latina*. São Paulo: Global Editora, 1985.

BANDLER, Régine, BOSCH, Ana e DABAT, Christine. *O Cérebro das Baleias – Do ‘feminino e da ‘natureza’ no pensamento ocidental dominante*. Recife: sos Corpo, 1992.

BARBALHO, Nelson. *Dicionário do Açúcar*. Recife: Massangana, 1984.

BARBOSA, Dr. Fernando. “Situação de saúde dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco em 1963. Cadernos de História O Longo Ano de 1963 em Pernambuco vol 10 N. 10, Recife: UFPE, 2014 <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/issue/view/1986/showToc>

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. “Com açúcar, sem café”. In: *Clio, Revista do curso de Mestrado em História UFPE*, Recife, v. 4, n. 14, 1993, p. 79-98.

BARK, William Carroll. *Origens da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BARROS, Arthur Victor Gonçalves Gomes de. *A pobreza como estopim da revolução: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964)*. Recife: UFPE PPGH, 2017. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28092>

BARROS, Henrique Osvaldo Monteiro de. *A caminho da ‘rua’: condições de vida e de trabalho no meio rural da Zona da Mata pernambucana*. Recife: IJNPS, 1982.

BARROS, Júlio César Pessoa de. *Do “Rebelde Romântico” ao “Guerreiro em Descanso”: A Revolução Cubana na Primeira Página do Jornal do Commercio e do Diário de Pernambuco (1959)*. Recife: UFPE, Especialização em História do Século XX, 2010.

BARROS, Júlio César Pessoa de. *Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)*. Recife: UFPE PPGH, 2013. <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11433>

BARTHÉLEMY, Dominique. *Nouvelle Histoire de la France médiévale. Vol. 3 L'ordre seigneurial XI-XIII siècle*. Paris: Seuil, 1990.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BATISTA Filho, Malaquias, et al. *Pesquisa nutricional na Zona da Mata*. Recife: UFPE Imprensa universitária, 1968.

BAXA, Jakob e BRUHNS, Guntwin. *Zucker im Leben der Völker: eine Kultur und Wirtschaftsgeschichte*. Berlin: A. Barten, 1967.

BEBEL, August. *La femme dans le passé, le présent et l'avenir*. [1891] Paris/ Genève: Slatkine, 1979.

BELLO, Júlio. *Memórias de um Senhor de Engenho*. Prefácio de Gilberto Freyre e José Lins do Rego. Recife: FUNDARPE, 1985.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Vol. I. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGQUIST, Charles. "Labor History and Its Challenges: Confessions of a Latin Americanist". In: *American Historical Review*, v. 98, nr 3, june 1993, p. 757-764.

BERTHOUD, Gérald. *La nébuleuse du don. Essai de clarification*. Genève: IUED, s. d. Mimeografado.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. 2 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BEZERRA, Marcela Heráclio. *Mulheres (des) cobertas, histórias reveladas. Relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das*

trabalhadoras canavieiras na Zona da Mata Sul de Pernambuco (1980-1988). Recife: UFPE PPGH, 2012. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11042>.

BILLETTER, Jean-François. “La campagne anti-confucianiste”. In: *Critique*. n. 337, juin 1975, p. 557-569.

BILLETTER, Jean-François. *Chine trois fois muette. Essai sur l'histoire contemporaine et la Chine*. Paris: Allia, 2000.

BILLETTER, Jean François. *Porquê a Europa. Reflexões de um sinólogo*. Tradução Ivan Figueiras. Lisboa: Guerra e Paz ed., 2020.

BLAUT, Jim. *The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. New York: Guilford, 1993.

BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. [1964]. Paris: Armand Colin, 1967.

BLOCH, Marc. *Histoire et historiens. Textes réunis par Étienne Bloch*. Paris: Armand Colin, 1995.

BLOCH, Marc. *La société féodale*. [1939] Paris: Albin Michel, 1968. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1970.

BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: A. Colin: 1968, 2 vol.

BOHAN, Merwin L. (Coord.). *Northeast Brazil. Nutrition Study*. March-May 1963. (Relatório maio 1965. Comissão Interdepartamental sobre Nutrição para o Desenvolvimento Nacional USA). Washington: Department of Defense, 1965.

BOLLE, Willi. “Gêneros literários urbanos: Berlim, Paris, São Paulo”. In: *Revista Tempo Brasileiro*, jan.-mar. n. 132. Rio de Janeiro, 1998.

BOLLE, Willi. “L'historiographie figurative de Walter Benjamin”, In: *Archéologie du recyclage. Economies de l'appropriation culturelle*. Montréal: Ed. Balzac, 1996.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia da Letras, 1993.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. [1973] São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. “Comprendre”. In: BOURDIEU, Pierre. (Dir.). *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993, p. 902-939.

BOURDIEU, Pierre. “Pour un savoir engagé”. Texte lu par l’auteur lors d’une rencontre à Athènes (2001). *Manière de Voir*, n. 66, *Le défi social*, novembre-décembre 2002, p. 78.

BOURDIEU, Pierre. *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Paris: Éditions de Minuit, 1979.

BOUREAU, Alain. *Le droit de cuissage. La fabrication d’un mythe XIII-XXe siècle*. Paris: Albin Michel, 1995.

BOWLER, P. J. *The Invention of Progress. The Victorians and the Past*. Oxford: Blackwell, 1989.

BRADLEY, Sandra Maria Correia. *Açúcar e Poder. Análise da evolução política de Vicência, um município da micro-região da Mata Seca pernambucana*. Recife: CONDEPE/FIAM/DEHM (Mestrado PIMES-UFPE) 1977.

BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II*. [1949]. Paris: Armand Colin, 1966, 2 vol.

BRAUDEL, Fernand. *Ecrits sur l’histoire*. v. I. Paris: Flammarion, 1969.

BRET, Bernard. “Le Nordeste du Brésil. Croissance économique. Croissance économique et problèmes d’aménagement”. In: *Notes et Etudes Documentaires. Brésil. Population et peuplement. Politique*

industrielle. Problèmes du Nordeste, Nos 4237-4238-4239, Novembro de 1975, p. 59-86.

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Alegre, 1983.

BURITY, Joanildo A. (Org.). *Cultura e Identidade. Perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 2001.

CABANNES, Robert, COPANS, Jean, SELIM, Monique. *Salariés et entreprises dans les pays du Sud. Contribution à une anthropologie politique*. Paris: Karthala, 1995.

CABANNES, Robert. “Le concept de culture ouvrière à travers l’approche biographique”. In: *Pratiques sociales et travail en milieu urbain. Les Cahiers*. n. 14, 1991.

CABRAL, Pedro Eugênio Toledo. *O Trabalhador da Cana-de-Açúcar em Pernambuco: da Senzala ao Caminhão*. Recife: PIMES/UFPE, 1983.

CABRAL, Pedro Eugênio. “Tempo de morada: a constituição do mercado de trabalho semi-assalariado na lavoura canavieira pernambucana”. In: SAMPAIO, Yoni. *Nordeste rural. A transição para o capitalismo*. Recife: UFPE, 1987, p. 17-139.

CALLADO, Antonio. *Os industriais da seca e os ‘galileus’*. Aspectos da luta pela Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes. A revolução sem violência*. Rio de Janeiro: [José Alvaro, 1964] Paz e Terra, 1980.

CALLADO, Antonio. “A Volta às Cooperativas da Morte”. In: FURTADO, Celso (Coord.). *Brasil: Tempos modernos*. [1977] Rio de Janeiro: Paz e Terra, (3a ed.) 1979, p. 185-194.

CAMPOS, Zóia Vilar. *Doce Amargo. Produtores de açúcar no processo de mudança Pernambuco (1874-1941)*. São Paulo: Annablume, 2001.

CANABRAVA, Alice Pfiffer. *O açúcar nas Antilhas. 1697-1755*. São Paulo: IPE, 1980.

CANDIDO, Antonio. "A força do concreto". In: INCAO, Maria Angela D' (Org.). *História e Ideal*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 23-26.

CANUTO, Cláudio Accioly. *A decadência do patriarcado rural no ciclo-do-açúcar em José Lins do Rego*. Recife: UFPE (Dissertação de Mestrado) 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Hector Perez. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. "A abolição como problema histórico e historiográfico". In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil. Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. "As concepções acerca do 'sistema econômico mundial' e do 'antigo sistema colonial': a preocupação obsessiva com a 'extração de excedente'". In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 109-132.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. "Observations sur le dossier préparatoire à la discussion sur la mode de production féodal". In: CERM. *Sur le féodalisme*. Paris: Ed. Sociales, 1974, p. 67-72.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês? O proto-campesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil. Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. “Sobre los Modos de Producción Coloniales de América”. In: ASSADOURIAN *et al.* *Modos de Producción en América Latina. Cuadernos del Pasado y Presente*. Córdoba, Argentina, 1973.

CARDOSO, Fernando Henrique, SORJ, Bernardo e FONT, Maurício (Org.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARNEIRO, Edison. “Situação do negro no Brasil”. In: *Estudos Afro-Brasileiros*. [1934]. Recife: Massangana, 1988, p. 237-241.

CARNEIRO, Raíssa Orestes. *Os “donos das florestas”: Código Florestal, debates políticos e direito de propriedade na discussão sobre a conservação das matas em Pernambuco (1889-1911)*. Recife: UFPE PPGH, 2015. <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13939>

CARPEAUX, Otto Maria. “Prefácio”. *Fogo Morto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. xvi-xx.

CARPEAUX, Otto Maria. “Dialética da Literatura Brasileira”. In: FURTADO, Celso. *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CARVALHO, Abdias Vilar e INCÃO, Maria da Conceição D’(Org.). *Reforma Agrária, Significado e viabilidade*. São Paulo: Vozes, 1982.

CARVALHO, Marcus J.M. de. *Liberdade. Rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

CARVALHO, Marcus. “Le ‘divin maître’ – Esclavage et liberté à Recife dans les années 1840”. In: CROUZET, François e ROLLAND, Denis (Org.). *Pour l’histoire du Brésil. Mélanges offerts à Kátia de Queiros Mattoso*. Paris: L’Harmattan, 2000, p. 437-449.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Sociologia do Açúcar. Pesquisa e Dedução*. Rio de Janeiro: MIC/IAA, Col. canavieira n. 5, 1971.

CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.

CASTELLO, José Aderaldo de. “Introdução aos romances de José Lins do Rego”. In: REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. [1932]. Rio de Janeiro: José Olympio (8ª ed.) 1965. p. ix-xvi.

CASTRO, Antônio de Barros. “A economia política, o capitalismo e a escravidão”. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 67-107.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. [1948] São Paulo: Brasiliense, 1961.

CASTRO, Josué de. *Géopolitique de la faim*. Paris: Ed. Ouvrières, 1973.

CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*. São Paulo: Brasiliense, [1964] 2ª ed. 1967.

CAVALCANTI, Cláudio. “Fogo Morto”. In: *Retrato do Brasil*, n. 33, p. 394-396.

CAVALCANTI, Coutinho Joaquim Nunes. *Um projeto de Reforma Agrária*. São Paulo: Ed. Autores Reunidos, 1961.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi*. v. 1. *Da coluna Prestes à queda de Arraes*. Recife: Guararapes, 1980.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi*. v. 2. *Memórias Políticas*. Recife: Guararapes, 1980.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi*. v. 4. *A luta clandestina*. Recife: Guararapes, 1985.

CAVALCANTI, Paulo. “Os equívocos de Caio Prado Junior”. In: *Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Ed. Argumentos, 1966, p. 25-26.

CEHELSKY, Marta. *Land Reform in Brazil: the management of social change*. Boulder Col.: Westview Press, 1979.

CENTRO JOSUÉ DE CASTRO. *Os Trabalhadores Invisíveis. Crianças e Adolescentes dos Canaviais de Pernambuco*. Recife: CJC, 1993. Mimeografado.

CERM. *Sur le féodalisme*. Paris: Éditions Sociales, 1974.

CERM. *Sur le 'mode de production asiatique'*. Paris: Éditions Sociales, 1974.

CERM. *Sur les sociétés précapitalistes*. Préface de Maurice Godelier. Paris: Editions Sociales, 1978.

CERQUEIRA, Maria dos Milagres Leite. A ação sindical dos trabalhadores rurais de Pernambuco. *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, Recife, p. 63-93, jan./jun. 1983.

CHARNY, François. *Le sucre*. Paris: PUF, 1965.

CHAUI, Marilena. Brasil. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHAUNU, Pierre. *A expansão europeia do século XIII ao XV*. São Paulo: Pioneira, 1978. *L'expansion européenne du XIII au XV siècles*. Paris: PUF, 1978.

CHAUNU, Pierre. *Séville et l'Atlantique (1504-1650)*. I. *Les Structures géographiques*. Paris: SEVPEN, 1959.

CHAVES, Nelson. "Alimentação na Zona da Mata". In: *Antropologia do Açúcar*. Recife: IAA/Museu do Açúcar, 1972, p. 101-111.

CHAVES, Nelson. "Nutrição e trabalho físico". Rio de Janeiro: s.ed., 1969, p. 1536-1546. *Separata da Revista O Hospital*, v. 75, n. 5, maio de 1969.

CHAVES, Nelson. "Nutrição e Trópico". In: *Congresso brasileiro de Tropicultura*, (1:1986: Recife), Recife: Massangana, 1986.

- CHAVES, Nelson. *Fome, criança e vida*. Recife: Massangana, 1982.
- CHAVES, Nelson. *O açúcar na nutrição*. Recife: Ed. Univ. 1969.
- CHAVES, Nelson. *Trópico, nutrição e desenvolvimento*. Recife: UFPE, 1965.
- CHESNEAUX, Jean. *China – A revolta dos camponeses, 1840-1949*. Lisboa: Ulisseia, s.d.
- CHESNEAUX, Jean. *Du passé faisons table rase? A propos de l'histoire et des historiens*. Paris: Maspéro, 1976.
- CHESNEAUX, Jean. *Le mouvement ouvrier chinois*. Paris: Mouton, 1962.
- CHI CH'AO-TING. *Key Economic Areas in Chinese History as revealed in the Development of Public Works for Water-control*. New York: Paragon Book Reprint Corp. 1963.
- CHILCOTE, Ronald H. *The Brazilian Communist Party. Conflict and Integration 1922-1972*. New York: Oxford University Press, 1974.
- CILIGA, Ante. *Dix ans au pays du mensonge déconcertant*. [1938] Paris: Champ Libre, 1977.
- CLASTRES, Pierre. “Prefácio”. In: SAHLINS, Marshall. *Âge de pierre, âge d'abondance: l'économie des sociétés primitives*. Paris: Gallimard, 1976.
- COELHO, Fernando de Vasconcelos *et al.* *Relatório Final. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara*. 2 vol., Recife: CEPE, 2017.
- COHN, Bernard S. “A representação da autoridade na Índia vitoriana”. In: HOBBSAWM, E. e RANGER, T. (Org.). *A invenção da tradição*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- COMPARATO, Fábio Konder. “Liberdades Formais e Liberdades Reais”. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, 29, 1982 v. III, n. II, p. 118-140.

CONDIÇÕES de vida do trabalhador assalariado permanente das usinas de açúcar e do trabalhador urbano de Recife – Pernambuco. (Relatório final). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco/Departamento de Estatística e Informática. Junho, 1980. Mimeografado.

CONFINO, Alon. “Collective Memory and Cultural History: Problems of Method”. *American Historical Review*. v. 102 nr 5, dec. 1997, p. 1386-1403.

CONGRESSO Agrícola do Recife, 1878. *Trabalhos*. Introdução de Gadiel Perruci. Ed. fac-similar. Recife: CEPA/PE, 1978.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil. 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

CONTAG. *30 anos de luta. Dignidade e Cidadania*. Brasília: Contag, 1993.

CONTAG. *Nossa Luta, nossa História*. Brasília: Contag, 2000.

CORREA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Edusf, 1998.

COSTA, Aguinaldo. *Apontamentos para uma Reforma Agrária*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1945.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1982.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *O Congresso Nacional Camponês. Trabalhador Rural no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Rural, 1993.

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moujiks*. Paris: Seuil, 1978.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. (20 ed.) Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

CURTIN, Philip D. *The rise and fall of the plantation complex. Essays in Atlantic History*. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1990.

D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992.

DABAT, Christine Rufino e ARAÚJO, Espedito Rufino de. "Se não fosse o Sindicato: Papel do Sindicato de Trabalhadores Rurais na Vida dos Canavieiros de Pernambuco". *Revista de Geografia*, Recife: UFPE/DCG/NAEG, v. 10, n. 2, Recife, 1994, p. 7-21.

DABAT, Christine Rufino e GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Zona da Mata: Emprego, Relações de Trabalho e Condições de Vida*. Recife: IICA/SEPLAN, 1993. Mimeografado.

DABAT, Christine Rufino. "A Terra-Privilégio. Estudo sobre a estrutura fundiária na zona canavieira de Pernambuco". *Anais do X Encontro de Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990, p. 133-150.

DABAT, Christine Rufino. "Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco". Em colaboração com Ana Dourado e Tereza Wanderley. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 407-436.

DABAT, Christine Rufino. "Os primórdios da cooperativa de Tiriri" (Reedição revisada e aumentada). *Clio Revista de Pesquisa Histórica*. Nº 23, 2005, Recife: EDUFPE, 2007, p. 129-169. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24837/20110>.

DABAT, Christine Rufino. "Terra para plantar. O acesso à terra na experiência dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco". In: *Revista de Geografia*, v. 7, n. 2 jul./dez. 91, p. 33-68.

DABAT, Christine Rufino. *A situação dos Trabalhadores Rurais de Ponta-de-Rua na Zona Canavieira de Pernambuco*. Recife, 1991 (Relat. CNPQ). Mimeografado.

DABAT, Christine Rufino. “Palavras em luta: toponímia e nomenclaturas utilizadas para designar os trabalhadores rurais nos processos das JCS do TRT 6ª região na zona canavieira de Pernambuco”. In: *Histórias de Trabalhadores e da Justiça do Trabalho*. 1 ed. Arapiraca: Eduel, 2018, v.1, p. 117-145,

DABAT, C. Rufino. “Ópio e açúcar: o capitalismo e suas drogas na super exploração dos trabalhadores rurais (Índia e Brasil, séculos XVIII-XIX)”. *Clio Revista de Pesquisa Histórica UFPE*., v. 38, n. 2, 2020, p. 53-88. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/245779>

DABAT, Christine Rufino. Rumo à cidadania: as grandes greves dos canavieiros em Pernambuco (1963-1987). SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.) *Pernambuco na Mira do Golpe*. Volume 3: Mundos do Trabalho e dos Trabalhadores. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021, p. 40-70 .

DACONA. *Projeto de Nutrição, Pernambuco. Conclusão*. Recife: UFPE, 1972.

DANTAS, Bento. *A agroindústria canavieira de Pernambuco: as raízes históricas dos seus problemas. sua situação atual e suas perspectivas*. Recife: Minter-Geran, 1971.

DANTAS, Bento. *A Recuperação da Lavoura Canavieira com Base no Aumento da Produtividade e da Intensificação da Policultura*. FAP/GEA, 1964.

DE CARLI, Gileno. *Açúcar Amargo*. Recife: Cia Editora de Pernambuco, 1982.

DE CARLI, Gileno. *O processo histórico da usina em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1942.

DE DECCA, Edgar. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1982

DEERR, Noel. *The History of Sugar*. 2 vol. London: Chapman Hall, 1949-50.

DENING, Greg. "Clio in Oceania: Transformations That Present the Past". In: BIRSACK, Aletta. *Clio in Oceania. Toward a Historical Anthropology*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991, p. 347-381.

DE Rerum Novarum. Carta Encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII. [15.05.1891]. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

DIEESE. *Produtividade e campanha salarial*. São Paulo: DIEESE, 1979.

DIEGUES JR, Manuel. *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Alimentação, 1954.

DIEGUES JR, Manuel. *O Banguê nas Alagoas*. 2ª ed. Pref. de Gilberto Freyre, [1948] Maceió: EDUFAL, 1980.

DOBB, Maurice e SWEETZ, Paul M. *Du féodalisme au capitalisme: problèmes de la transition*. Paris: Mouton, 1977, 2 vol.

DOCKÈS, Pierre. *La libération médiévale*. Paris: Flammarion, 1979.

DOLFFUS, Olivier. "Le système monde". In: *L'information géographique*, 1990, n. 54, p. 45-52.

DOSSE, François. *A História em migalhas. Dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio, 1992.

DUBY, Georges. "O Historiador Hoje". Entrevista realizada por Raymond Bellour. In: DUBY, Georges et alii. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986.

DUBY, Georges. *A Europa na Idade Média*. Lisboa: Teorema, 1984.

DUBY, Georges. *Guerriers et paysans, VI-XII siècles. Premier essor de l'économie européenne*. Paris: Gallimard, 1973.

EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil XVIII-XIX*. Campinas: Unicamp, 1989.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ENGELS, Friedrich. *L'origine de la famille de la propriété privée et de l'Etat*. [1884]. Paris: Éditions Sociales, 1972.

EPSTEIN, Israel. *From Opium War to Liberation*. [1956]. Hong Kong: Joint Publishing Co., 1980.

ESPAGNE, Michel. “Comptes rendus”. In: *Annales HSS*, 50e année, n. 4, juillet-août 1995.

ESTATUTO da Terra. [1964] Brasília: MADA/Incra, 1983.

ESTATUTO do Trabalhador Rural. Brasília: Ministério da Agricultura, 1963.

ESTUDOS Afro-brasileiros. *Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-brasileiro*. v. I [1935] Fac-simile Recife: Massangana, 1988.

FANON, Franz. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Seuil, 1952.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar. Sec. XVI-XVIII*. São Paulo: Brasiliense, s.d.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder. O mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERNANDES, Florestan. “A sociedade escravista no Brasil”. In: *Circuito Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 11-63.

FERNANDES, Florestan. “Introduction”. In: *Marx e Engels – História*. São Paulo: Ática, 1987.

FERNANDES, Florestan. "A Visão do Amigo". In: INCAO, M. A. D' (Org.). *História e Ideal*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 27-39.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Tânia Maria. "Edição de entrevistas". In: MONTENEGRO, A. e FERNANDES, T. M. (Org.). *História oral. Um espaço plural*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

FERRAZ, Alvaro e LIMA JUNIOR, Andrade. *A Morfologia do Homem do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. "História oral: um inventário das diferenças". In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Entre-vistas, abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 1-13.

FERREIRA Filho, José Marcelo Marques. *Corpos exauridos: Relações de Poder, Trabalho e Doenças nas Plantações Açucareiras (Zona da Mata Pernambuco 1963-73)*. Recife: UFPE PPGH, 2012. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7916>

FERREIRA Filho, José Marcelo Marques. *Arquitetura Especial da Plantation Açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século xx)*. Recife: EDUFPE, 2020.

FERREIRA Filho, José Marcelo Marques. *Direitos Conquistados, Discretas Esperanças. As leis, os canavieiros e os conflitos na Justiça do Trabalho. (Escada, 1963-1969)* Recife: UFPE, Monografia, 2009.

FERRO, Marc. *Como se cuenta la historia a los niños en el mundo entero*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue*. Recife: Fetape, 1984.

FEUERWERKER Albert. "China's History in Marxian Dress". In: FEUERWERKER, A. (Org.). *History in Communist China*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1968. p. 14-44.

FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. *Una Estrategia de Desarrollo Local desde las Experiencias Agroecológicas de la Región Cañera Pernambucana, Brasil*. Tese de doutorado. Córdoba: Instituto de Sociologia e Estudios Campesinos, Universidade de Córdoba, 2010.

FIGUEIREDO, Vilma *et al.* "Questão e reforma agrária nos anos 60". *Tempo Brasileiro* 77. Rio de Janeiro. Abril-junho 1984.

FITZGERALD, C. P. "The Chinese Middle Ages in Communist Historiography". In: FEUERWERKER, A. (Org.). *History in Communist China*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1968, p. 124-139.

FLORESCANO, Enrique. (Coord.). *Hacienda, Latifundios e Plantaciones*. Mexico: Siglo XXI, 1975.

FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FORMAN, Shepard. *Camponeses: Sua Participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1987.

FRAGINALS, Manuel L. Moreno, FONS, Frank Moya e ENGERMAN, Stanley L. (Eds). *Between Slavery and Free Labor: the Spanish Speaking Caribbean in the XIXth Century*. Baltimore: The Johns Hopkins University, 1985.

FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho. Complexo econômico-social cubano do açúcar*. 3 vol. São Paulo: Hucitec, 1987-89.

FRANK, André Gunder. "Brazilian Agriculture: capitalism and the myth of feudalism". In: *Development and Underdevelopment in Latin*

America. Historical Studies of Chile and Brazil. Harmondsworth: Pelican Books, 1971.

FRANK, André Gunder. "Transitional ideological modes: Feudalism, capitalism, socialism". In: *Critique of Anthropology*. London, 1991, v. II, p. 171-88.

FRANK, André Gunder. *Capitalism and Underdevelopment in Latin*

AMERICA, Historical Studies of Chile and Brazil. [1969] Harmondsworth: Penguin Books, 1971.

FRANK, André Gunder. *REORIENT: Global Economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press, 1998.

FRANK, Robert. "Questions aux sources du temps présent". In: CHEAUVEAU, A. e TETART, P. (Ed.). *Questions à l'Histoire des temps présents*. Paris: Ed. Complexe, 1992, p. 109-124.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Décio. *Escravos e senhores de escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FREITAS, Décio. *Palmares. A Guerra dos Escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FRENCH, John D. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Cana e Reforma Agrária*. Recife: IJNPS, 1970.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. [1933]. São Paulo: Círculo do Livro, s.d. *Maîtres et Esclaves. La formation de la société brésilienne*. Paris: Gallimard: 1974.

FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. [1926]. Recife: Ed. IJNPS, (6ª ed.) 1976.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste. Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. [1936]. Rio de Janeiro: José Olympio (3ª ed.) 1961. *Terres du sucre*. Paris: Gallimard, 1956.

FREYRE, Gilberto. “O que foi o 10 Congresso Afro-Brasileiro do Recife”. In: *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. [1937]. Recife: Massangana, 1988, p. 348-352.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, 2 vol.

FREYRE, Gilberto. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos. Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*. [1936]. Rio de Janeiro: MEC/José Olympio, 1977.

FREYRE, Gilberto. *Sociologia do açúcar*. Recife: Massangana, 1971.

FRIEDMAN, Edward. “Maoist conceptualizations of the capitalist system” In: HOPKINS, T. K. e WALLERSTEIN, I. *Processes of the World System*. London: Sage, 1980. p. 181-223.

FURTADO, Celso. “Exposição de motivos”. In: *Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste (Segunda etapa)* 1963-1965. Recife: Sudene, Divisão de Documentação, outubro de 1962.

FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. *Le Brésil à l'heure du choix: la politique économique d'un pays en voie de développement*. Paris: Plon, 1964.

FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. [1959]. São Paulo: Ed. Nacional, (7ª ed. rev.) 1967.

FURTADO, Celso. (Coord.). *Brasil: Tempos Modernos*. [1977] Rio de Janeiro: Paz e Terra, (3ª ed.) 1979.

GALEANO, Eduardo. *Ser como eles*. Rio de Janeiro: Revan, 1993.

GALLINDO, José Felipe Rangel. *O trotskismo no campo em Pernambuco: o Jeremias das caminhadas*. Recife: PPGH UFPE, 2010. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7876>.

GALLISSOT, René. “Nações e nacionalidade nos debates do movimento operário”. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do Marxismo*. IV. *O Marxismo na Época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 173-250.

GALLOWAY, J. H. “The Mediterranean sugar industry”. In: *The Geographical Review*. (Separata). Toronto: University of Toronto Press, 1977, p. 179-194.

GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry. An historical geography from its origins to 1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

GANSHOF, F. L. *Que é o Feudalismo?* Publ. Europa/America, 1968.

GAPAROTO, Jayme Wanderley. “Militância”. In: INCAO, Maria Angela D’ (Org.). *História e Ideal*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 55-60.

GARCIA, Afrânio Raul. “Libres et assujettis: la transition des travailleurs dépendants aux travailleurs libres dans le Nordeste du Brésil”. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 65, nov. 1986, p. 14-40.

GARCIA, Afrânio Raul. *Libres et assujettis. Marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1989.

GARCIA, Afrânio Raul. “Permanences et Mutations dans le Brésil agraire”. In: *Études Rurales. Droit, Politique, Espace agraire au Brésil*. n. 131-132, juillet/décembre 1993, p. 9-18.

GARCIA, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado, Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

GARDEN, Maurice. *Lyon et les Lyonnais au XVIII*. Paris: Flammarion, 1975.

GARDEN, Maurice. “Ouvriers et artisans au XVIII siècle. L'exemple lyonnais et les problèmes de classification”. In: *Revue d'Histoire Economique et Sociale*. 1970, v. 48, n. 1.

GERNET, Jacques. *Chine et christianisme. Action et réaction*. Paris: Gallimard, 1982.

GERNET, Jacques. *Le monde chinois*. Paris: A. Colin, 1972.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GIULIANI, Paola Cappellin. “Réflexions à propos du projet de reproduction des salariés. Une étude régionale – l'état de la Paraíba”. In: *Carnets des Ateliers de Recherche*. n. 7. *Les salarisations ambiguës*. Paris: ORSTOM, 1986, p. 72-97.

GIULIANI, Paola Cappellin. “Relações de trabalho assalariado: confrontação social e propostas de mudanças”. In: *Relações de Trabalho e Relações de Poder*. v. 1, Fortaleza, CE: UFCE, 1986, p. 171-184.

GNACCARINI, José César. *Latifúndio e Proletariado. Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural*. São Paulo: Polis, 1980.

GODELIER, Maurice (Ed.). *Transitions et subordinations au capitalisme*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1992.

GODELIER, Maurice. “La notion de ‘mode de production asiatique’ et les schémas marxistes d’évolution des sociétés”. In: CERM. *Sur le ‘mode de production asiatique’*. Paris: Éditions Sociales, 1974, p. 47-100.

GODELIER, Maurice. “Prefácio”. In: CERM. *Sur les sociétés précapitalistes*. Paris: Editions Sociales, 1978, p. 13-142.

GOLDMAN, Merle. “The Role of History in Party Struggle 1962-64”. In: *China Quarterly*. n. 51, jul.-sept. 1972.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Delume-Dumará, 2a ed. 1994.

GONÇALVES, Fernando Antônio. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”. In: *Boletim do IJNPS*. Recife, 1966, p. 117-173.

GOODY, Jack. *O roubo da história. Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Contexto, 2008.

GORDON, Lincoln. *O Progresso pela Aliança*. Rio de Janeiro: Record, 1962.

GORENDER, Jacob. “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 43-65.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, (5ª ed.) 1988.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOULD, Stephen Jay. *O Polegar do Panda*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOULD, Stephen Jay. *O sorriso do flamengo*. [1980] São Paulo: Martins Fontes, 1990.

GOULD, Stephen Jay. *Vida Maravilhosa. O acaso na evolução e a natureza da história*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GRANDJEAN-BITOUN, Jacqueline Pernette. *Canne à sucre et cultures alimentaires dans la Zona da Mata Seca, Pernambuco, Brésil*. Paris: Univ. Paris III Sorbonne (Tese de doutorado), 1980.

GRUNSPAN, Élise. *O sujeito em perigo. Identidade fotográfica e alteridade no Brasil: do século XIX até 1940*. Recife: Massangana, 1992.

GRUNSPAN-JASMIN, Élise. “Nordeste: uma região ‘doente’ do cangaço. Lampião: entrave a um projeto de nação ‘unida’ e ‘civilizada’?”. In: *Clio Revista de Pesquisa Histórica*, n. 19, Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001, p. 65-93.

GRUNSPAN-JASMIN, Élise. *Lampião, vies et morts d’un bandit brésilien*. Paris: PUF, 2001. *Lampião. Senhor do Sertão*. São Paulo: Edusp, 2006.

GRUZINSKI, Serge. *La pensée métisse*. Paris: Fayard, 1999.

GUERREAU, Alain. *O Feudalismo: um horizonte teórico*. Porto: Ed. 70, s.d.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Recife: Massangana, 1989.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As Classes Perigosas. Banditismo Urbano e Rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. [1963] Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Alcan, 1925.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HEERS, Jacques. *Escravos e domésticos na Idade Média*. São Paulo: Difel, 1983.

HEERS, Jacques. *Le Moyen Age, une imposture*. Paris: Perrin, 1992.

HEGEDUS, András. “A questão agrária”. In: HOBBSBAWM, Eric (Org.). *História do Marxismo*. IV. *O Marxismo na Época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.149-171.

HEGEL, Georg w. *La raison dans l'Histoire*. [1822-30] Paris: Hatier, 1987.

HELL, Jürgen. *Sklavenmanufaktur und Sklavenemanzipation in Brasilien. 1500-1888*. Berlin: Akademie für Wissenschaften der DDR, 1986.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. *A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. *Formas de Dominação e Espaço Social. A modernização da agro-indústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

HEWITT, Cynthia N. “Brazil: the peasant movement of Pernambuco, 1961-64”. In: LANDSBERGER, Henry (Ed.). *Latin American peasant movements*. New York: Cornell University Press, 1969, p. 374-459.

HINTON, William. *Fanshen. A Documentary of Revolution in a Chinese Village*. Harmondsworth: Penguin, 1972.

HISTÓRIA Social da Agro-indústria Canavieira. Recife: IAA/museu do Açúcar, 1974.

HOBBSBAWM, Eric J. (Ed.). *The invention of tradition*. [1980] Cambridge: Cambridge UP, 1995.

HOBBSBAWM Eric. “Du féodalisme au capitalisme”. In: DOBB, Maurice e SWEETZ, Paul-M. *Du féodalisme au capitalisme: problèmes de la transition*. v. II, Paris: Maspéro, 1977, p. 7-14.

HOLANDA, Lourival. “As linhagens e as vertentes culturais em José Lins do Rego”. In: *Suplemento Cultural ao Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Literatura da Seca. Ano xv, outubro de 2001.

HOLANDA, Lourival. *Fato e Fábula. Uma leitura dos “Sertões”*. Manaus: Ed. da Univ. do Amazonas, 1999.

HOLANDA, Lourival. *Sob o Signo do Silêncio. Criação e Crítica*. São Paulo: Edusp, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. [1936]. São Paulo: Cia das Letras, (5ª ed.) 1969.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. “Do Palacete à Enxada.” In: INCAO, Maria Angela D’ (Org.). *História e Ideal. Ensaio sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 45-54.

HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire e LIAUZU, Claude. *Transmettre les passés. Nazisme, Vichy et les conflits coloniaux. Les responsabilités de l’université*. Paris: Syllepse, 2001.

HOPKINS, Terence K. e WALLERSTEIN, Immanuel. *Processes of the World System*. London: Sage, 1980.

IAA. *Congressos açucareiros no Brasil*. Rio de Janeiro: IAA, 1949.

IAA. *Produção e Produtividade das Usinas de Pernambuco*. Recife: IAA, 1982. Mimeografado.

IANNI, Otávio. “A dialética da História”. In: INCAO, Maria Angela D’ (Org.). *História e Ideal. Ensaio sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IANNI, Otávio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IGLÉSIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

IMFELD, Al. *La civilisation du sucre*. Lausanne: Favre, 1986.

INCAO, Maria da Conceição D'. *O Boia Fria. Acumulação e Miséria*. Petrópolis: Vozes, 1975.

INCAO, Maria Angela D' (Org.). *História e Ideal. Ensaio sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

INCRA. *Índices Básicos 92*. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 1993.

JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco*. 1955-68. Recife: Massangana, 1990.

JOSEPH, Isaac e FRITSCH, Philippe. *Disciplines à domicile. RECHERCHES*. n. 28, Paris, 1977.

JOUTARD, Philippe. *Les camisards*. [1974] Paris: Gallimard, 1994.

JUCÁ, Joselice. "A questão abolicionista na visão de André Rebouças". In: *Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco*. Recife: v. 4, n. 2, jul./dez. 1988, p. 207-218.

JUCÁ, Joselice. REBOUÇAS, André. *Reforma & Utopia no Contexto do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Construtora Norberto Odebrecht, 2001.

JULIÃO, Francisco. (Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil) "Teses para debates" 12.06.1963). In: AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 131-145.

JULIÃO, Francisco. "ABC do camponês". In: *A Liga*, n. 4, 30.10.1962, p. 4.

JULIÃO, Francisco. “Avança a união operária-camponesa”. In: *A Liga*, n. 1, 09.10.1962, p. 1.

JULIÃO, Francisco. “Cambão” (*Le joug*) *La face cachée du Brésil*. Paris: Maspéro, 1968.

JULIÃO, Francisco. “Escuta, irmão do campo”. In: *A Liga*, n. 3, 23.10.1962, p. 3.

JULIÃO, Francisco. “Carta de alforria do camponês”. In: *A Liga*, n. 6, p. 4.

JULIÃO, Francisco. *A cartilha do camponês*. Recife, 1960.

JULIÃO, Francisco. *Até quarta, Isabela!* [1965] Petrópolis: Vozes, 1986.

JULIÃO, Francisco. *Cartilha do Trabalhador do Campo*. s.l., s.d.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas*. Seguido de *Até Quarta Isabela!*. Lisboa: Diabril, 1975.

KADT, Emanuel de. *Catholic Radicals in Brazil*. London: Royal Institute of International Affairs, 1970.

KONDER, Leandro. “A façanha de uma estréia”. In: INCAO, Maria Angela D’ (Org.). *História e Ideal*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 133-140.

KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *O bagaço da cana. Um estudo da ideologia na região do açúcar*. Recife: UFPE (Diss. Mestrado), Pimes, 1976.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KRADER, Lawrence. “Evolução, Revolução e Estado. Marx e o pensamento etnológico”. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do Marxismo*. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KUCZYNSKI, Jurgen. *Die Geschichte der Lage der Arbeiter unter dem Kapitalismus*. Band 28. *Die Lage der Arbeiterin in der Baumwollindustrie Shanghais insbesondere in den englischen Fabriken*. Berlin: Akademie Verlag, 1964.

KULA, Witold. *Teoria economica del sistema feudal*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976 [1962].

L’AMBIVALENCE de la production. Logiques communautaires et logique capitaliste. n. 3. *Cahiers de l’Institut d’Etudes du Développement*. Genève/Paris: IUED/PUF, 1975.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da Escravidão ao Trabalho Livre*. São Paulo: Campinas, 1988.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em questão. Historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976.

LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução ao redimensionamento do debate”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 9-42.

LAPA, José Roberto do Amaral. *O Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LATOUCHE, Serge. “Déterminisme économique et pensée anti-systémique: le paradoxe de Wallerstein”. In: *MAUSS*, n. 17, mars 1986, p. 113-119.

LE GOFF, Jacques e NORA, Philippe. *Faire de l'histoire*. I *Nouveaux problèmes*. [1974] Paris: Gallimard 1977. II *Nouvelles approches*. Paris: Gallimard, 1974. III *Nouveaux objets*. Paris, Gallimard, 1974.

LE GOFF, Jacques. *La civilisation de l'Occident médiéval*. Paris: Arthaud, 1984.

LE GOFF, Jacques. "Le désert-forêt dans l'Occident médiéval". In: *L'imaginaire medieval*. Paris: Gallimard, 1985.

LE GOFF, Jacques. "A história nova". In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Lisboa: Ed. 70, s.d., p. 26-64.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1992.

LEITH, Suzette. "Chinese Women in the Early Communist Movement". In: YOUNG Marilyn B. (Org.). *Women in China*. Ann Arbor: Univ. of Michigan, Michigan Papers in Chinese Studies, n. 15, 1973, p. 47-72.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Le territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1973.

LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Introdução de Alfredo Bosi. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, (4ª ed.) 1983.

LENA, Philippe. "Les rapports de dépendance personnelle au Brésil. Permanences et transformations". In *Lusotopie. L'oppression paternaliste au Brésil*. Paris: Karthala, 1996, p. III-122.

LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos. História social nos sertões do Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1996.

LESSA, Sonia Sampaio Navarro. *O movimento sindical rural em Pernambuco, 1958-1968*. Recife: UFPE, (Diss. de Mestrado) 1985.

LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens*. (v. 1 e 2). São Paulo: Cia das Letras, 1996.

LEVINE, Robert M. "Elite Perception of the Povo". In: CONNIFF, Michael L. and MCCANN, Frank D. (Org.). *Modern Brazil. Elites and Masses in Historical Perspective*. Lincoln: Univ. of Nebraska Press, 1989, p. 209-224.

LEVINE, Robert. *A velha usina. Pernambuco na Federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss". In: *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1966, p. IX-LII.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. Lisboa: Presença, 1952.

LEVY, Henrique. "Os acordos do campo de Miguel Arraes: Notas sobre alianças de classe na História contemporânea. In: *Clio, Revista do curso de Mestrado em História da UFPE. Série História do Nordeste*. Recife: n. 10, 1988, p. 123-136.

LIAUZU, Claude. *Race et Civilisation. L'Autre dans la culture occidentale. Anthologie historique*. Paris: Syros, 1992.

LIMA, Álvaro Gonçalves da Costa, SAMICO, Armando Hermes Ribeiro e LIMA, Francisco de Assis. *Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco*. [1968] Recife: SSP (3ª ed.) 1986.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira. Controvérsias e debates*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LINHART, Robert. *Le sucre et la faim*. Paris, Editions de Minuit, 1980. *O açúcar e a fome: pesquisas nas regiões açucareiras do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LINHART, Robert. *Lenine, os camponeses e Taylor*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.

LINHART, Robert. *L'établi*. Paris: Éditions de Minuit, 1978.

LINS, Rachel Caldas, et al. *Situação sócio-econômica em áreas da zona canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Recife: IJNPS, 1972.

LINS, Roberta Meira. *Educação sindical rural em Pernambuco*. Recife: FAFIRE (Monografia), 1986.

LIPPMANN, Edmund von. *História do Açúcar, Desde a época mais remota até o começo da fabricação do açúcar de beterraba*. Rio de Janeiro: IAA, 1942. Tomo II.

LOPES, José Sergio Leite. “Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa”. In: PALMEIRA, Moacyr, (Org.). *Mudança social no Nordeste. A reprodução da subordinação. Estudo sobre trabalhadores urbanos*. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1979, p. 41-95.

LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zéro, 1988.

LOPES, José Sergio Leite. *O vapor do diabo. O trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LOUSADA, Wilson. “Breve Notícia. Vida de José Lins do Rego”. In: REGO, José Lins do. *Moleque Ricardo*. [1935] Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

LOWE, Donald M. *The function of “China” in Marx, Lenin, and Mao*. Berkeley: University of California Press, 1966.

LÖWY, Michael. *Le Marxisme em Amérique Latine – Anthologie*. Paris: Maspéro, 1980.

LOYN, H.R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

MAESTRI FILHO, Mário José. “Economia Política do Escravismo Colonial”. In: *Folha de São Paulo*, 5 de novembro de 1986, p. 7.

MAESTRI FILHO, Mário. *A Servidão Negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. *L'esclavage au Brésil*. Paris: Karthala, 1991.

MAHBUBANI, Kishore. *Has China Won? The Chinese Challenge to American Primacy*. New York: Public Affairs, 2020.

MAIA, J. Motta. *Estatuto da Terra comentado*. Rio Janeiro: Mabri, 1967.

MAIA, Nayala de Souza Ferreira. *Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco, 1874-1904*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 1985.

MALLON, Florencia E. “Peasants and Rural Laborers in Pernambuco. 1955-64”. *Latin American Perspectives*, V (Fall) Nr 4, 1978, p. 49-70.

MANIFESTES, *Thèses et Résolutions des Quatre Premiers Congrès Mondiaux de l'Internationale Communiste, 1919-1923*. [1934]. Paris: Maspero, 1978.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MAO TSÉ-TUNG. “La révolution chinoise et le parti communiste chinois”. In: *Oeuvres Choisies*. v. II. Pékin: Editions en Langues Étrangères, 1967.

MARESCA, Sylvain. “Patrons en personne et ouvriers en nombre. Les réactions des diverses classes rurales face à l'essor du syndicalisme des travailleurs agricoles au Brésil”. In: *Etudes Rurales*. Paris: 1992, p. 131-151.

MARIGHELLA, Carlos et al. *A Questão agrária. Textos dos anos sessenta*. São Paulo: Debates, 1980.

MARIN, Richard. *Dom Helder Camara, Les puissants et les pauvres*. Paris: Ed. l'Atelier, 1995.

MARIN, Richard. “Zumbi dos Palmares: um novo Tiradentes?”. In: *Clio Revista de Pesquisa Histórica*, n. 20, Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002, p. 233-247.

MARSON, Izabel Andrade. “Feudalismo e escravidão: representações da sociedade pernambucana no Travels in Brazil de Henry Koster”. In: *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*. n. 16, Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996, p. 83-109.

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho (Ed.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetes, 1987.

MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. “O culturalismo nos Anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento Retórico ou Mudança conceitual”. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB [1996], 1998.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, Paulo Henrique N. “O Despontar da usina em Pernambuco: acumulação na adversidade”. In: *Clio Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: N. 10, 1988, p. 157-169.

MARTINS, Paulo Henrique (Org.). *A Dívida entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Omega, s.d.

MARX, Karl e Friedrich Engels. *Sobre o colonialismo*. Lisboa: Estampa, 1978, vol I/II.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Idéologie allemande*. [1845-46; 1932] Introduction de Jacques Milhau. Paris: Éditions Sociales, 1982. *A ideologia alemã*. Lisboa: Presença, 1980.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARX, Karl. *Grundrisse*. London: Penguin Books, 1973.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *La Chine*. Paris: UGE, 1973.

MARX, Karl. *Le capital*. Livre I. [1867] Paris: Garnier-Flammarion, 1969. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATTOSO, Katia M. de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. Prefácio de Ciro Flamarion S. Cardoso. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAUSS, Marcel. “Du don, et en particulier de l’obligation à rendre les présents. Essai sur le don”. [1923] Paris: PUF, 1950. In: *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1966, p. 145-279.

MAUSS, Marcel. *Manuel d’ethnographie*. Paris: Payot, 1947.

MAYBURY-LEWIS, Biorn. *The Politics of the Possible. The Brazilian Rural Workers’ Trade Union Movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

MEISNER, Maurice. “Li Ta-chao and the Chinese Communist Treatment of the Materialist Conception of History”. In: FEUERWERKER, Albert (Ed.). *History in Communist China*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1968, p. 277-305.

MELO, Camila Maria de Araújo. *Entre dois Senhores: o patrão e a fome. As greves dos trabalhadores rurais no município do Cabo de Santo Agostinho, 1966-1968*. Recife: UFPE PPGH, 2018. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34143>

MELLO, A. da Silva. *Nordeste Brasileiro. Estudos e impressões de viagem*. Prefácio de Roquette-Pinto. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

MELLO, Alvaro Vieira, CHAVES, Nelson Ferreira de Castro e SIMMONS, K. William (Coord.). *Pesquisa Nutricional em três zonas fisiográficas do Estado de Pernambuco*. Recife: INUFPE/Sudene, 1975.

MELO, Father Antônio. *The Coming Revolution in Brazil*. New York: Exposition Press, 1970.

MELO, Maiara Gabrielle de Souza. *Gestão ambiental no setor sucroalcooleiro de Pernambuco: entre a inesgotabilidade dos recursos naturais e os mecanismos de regulação*. Recife: EDUFPE, 2011.

MELO, Mário Lacerda de. *O Açúcar e o Homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Recife: IJNPS, 1975.

MELO, Mário Lacerda de. *Proletarização e Emigração nas Regiões Canavieiras e Agrestinas de Pernambuco*. Recife: Ciência e Trópico, v. 4, jan./jun. 1976, n. 1, p. 7-28.

MEYER, Doris Rinaldi. *A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos. Estudo de uma comunidade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MEYER, Jean. *Histoire du Sucre*. Paris: Desjonquères, 1989.

MILET, Henrique Augusto. *A lavoura da cana de açúcar*. Recife: Typ. do Jornal do Recife, 1881.

MILET, Henrique Augusto. *Os quebra-quilos e a crise da lavoura*. Introdução de Manuel Correia de Andrade. São Paulo: Global, INL, 1987.

MINTZ Sidney W. "The Plantation as a sociocultural type". In: *Plantation Systems of the New World*. Social Science Monographs 7, Washington DC: Pan American Union, 1959, p. 42-50.

MINTZ, Sidney w. "Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras: a região do Caribe como oikoumenê". In: MINTZ, Sidney w. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. DABAT, C. R. (Org.). Recife: EDUFPE, 2010, p. 67-107. "Enduring substances, trying theories: The Caribbean Region as 'oikoumenê'". In: *The Journal of the Royal Anthropological Institute*. London, 1996, v. 2, n. 2, p. 289-311.

MINTZ, Sidney w. "Epilogue: the divided aftermaths of freedom". In: FRAGINALS, Manuel L. Moreno, PONS, Frank Moya e ENGERMAN, Stanley L. (Eds.). *Between Slavery and Free Labor: the Spanish Speaking Caribbean in the XIXth Century*. London/Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1985 p. 270-278.

MINTZ, Sidney w. "Labor Exaction and Cultural Retention in the Antillian Region". In: SAEGER, James Schofield (Ed). *Essays on Eighteenth Century Race Relations in the Americas*. Bethlehem, Penn.: The Lawrence Henry Gipson Institute, 1987, p. 31-52.

MINTZ, Sidney M. "Labor and Ethnicity: The Caribbean Conjuncture". In: TARDANICO, Richard (Ed.). *Crises in the Caribbean Basin. Political Economy of the World System*. Annuals, No 9. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1987, p. 47-57.

MINTZ, Sidney w. "Sweet Polychrest". *Social Research*, v. 66, n. 1. Spring 1999, p. 85-101.

MINTZ, Sidney w. "The Anthropological Interview and the Life History". In: *Oral History Review*. Los Angeles, 1979, p. 18-26.

MINTZ, Sidney w. "The buzz that cheers". In: *TLS*, Apr. 6, 2001, p. 36.

MINTZ, Sidney w. "The Origins of reconstituted peasantries". In: MINTZ, Sidney w. (Ed.). *Caribbean Transformations*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1974, p. 146-156.

MINTZ, Sidney w. "The Origins of the Jamaican Market System". In: MINTZ, Sidney w. (Ed.). *Caribbean Transformations*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1974, p. 180-213.

MINTZ, Sidney w. (Ed.) "Afro-Caribbeana: An Introduction". In: MINTZ, Sidney w. (Ed.). *Caribbean Transformations*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1974, p. 1-42.

MINTZ, Sidney w. "The Peasantry as a Sociohistorical Category. Examples from the Caribbean Region". In: LUNDAHL, M. e SVENSSON, T. (Eds.). *Agrarian Society in History*. London: Routledge, 1990, p. 31-40.

MINTZ, Sidney w. "O Poder do Doce e a Doçura do Poder". In: MINTZ, Sidney w. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. DABAT, C. R. (Org.). Recife: EDUFPE, 2010, p. 109-137. "The Power of Sweetness and the Sweetness of Power". In: *The Eighth Duijker Lecture*. Amsterdam: Van Loghum Slaterus, 1988, p. 3-20.

MINTZ, Sidney w. "The Question of Caribbean Peasantries: a Comment". In: *Caribbean Studies* I, 1961.

MINTZ, Sidney w. "The Role of Forced Labour in Nineteenth Century Puerto Rico". In: *Caribbean Historical Review*. II, 1951, p. 134-141.

MINTZ, Sidney w. "The sensation of moving while standing still". *American Ethnologist*. 16(4), nov. 1989, p. 786-796.

MINTZ, Sidney w. "The so-called World-System: Local Initiative and Local Response". In: *Dialectical Anthropology*. II, 4, nov. 1977, p. 253-270.

MINTZ, Sidney w. "Produção tropical e consumo de massa: um comentário histórico". In: MINTZ, Sidney W. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. DABAT, C. R.

(Org.). Recife: EDUFPE, 2010, p. 39-50. "Tropical Production and Mass Consumption: A Historical Comment". In: *Bulletin of the Institute of Ethnology*, Academica Sinica, No 70, p.1-12, 1990 (autumn).

MINTZ, Sidney w. "Era o Escravo de Plantação um Proletário?". In: *Revista de Geografia*. Recife: UFPE, 1992, v. 8, n. 1/2, p. 97-120. In: MINTZ, Sidney w. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. DABAT, C. R. (Org.). Recife: EDUFPE, 2010, p. 139-168. "Was the Plantation Slave a Proletarian". In: *Review* 11, 1, Summer, 1978, p. 81-98.

MINTZ, Sidney w. e Mary WEISMANTEL. "Sweet Interloper". In: PLOTNICOV, L. e SCAGLION, R. (Eds). *Consequences of Cultivar Diffusion*. Ethnology Monograph, n. 17, 199, p. 55-74.

MINTZ, Sidney w. (Ed.). *Caribbean Transformations*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1974.

MINTZ, Sidney w. (Ed.). *Esclave = Facteur de production. L'économie politique de l'esclavage*. Paris: Dunod, 1981.

MINTZ, Sidney w. *O Poder Amargo do Açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, 2a ed.

MINTZ, Sidney w. *Sweetness and Power*. New York, Viking Penguin, 1985. *Sucre Blanc, Misère Noire, Le goût et le pouvoir*. Trad. Rula Ghani, Paris: Nathan, 1991.

MINTZ, Sidney w. *Tasting Food, Tasting Freedom. Excursions into Eating, Culture and the Past*. Boston: Beacon Press, 1996.

MINTZ, Sidney w. *Worker in the cane: A Puerto Rican Life History*. Yale, Caribbean Series: 11. New Haven, Yale University Press, ix.

MINTZ, Sidney w. “A antropologia da produção de plantação”. In: SORJ, B. e CARDOSO, F. H.(Org.). *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 145-155.

MINTZ, Sidney w. “Slavery, Forced Labor and the Plantation System”. In: *Caribbean Transformations*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1974.

MINTZ, Sidney w. “You are what you eat”. In: *TLS*. September 14, 2001, p. 7.

MINTZ, Sidney w. “Slavery and the Rise of Peasantry”. *Historical Reflections* VI, 1979 (1), p. 215-242. “A escravidão e a ascensão de campesinatos”. *Clio*, No 30.1. Recife: EDUFPE, 2012.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Uma estranha noção de ciência: evolução e repercussões do pensamento eugênico no Brasil*. Manuscrito. Recife, 2003.

MIRANDA, Moema Maria Marques de. *Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma junta trabalhista*. Rio de Janeiro: Museu Nacional (Diss. Mestrado), 1991.

MONBEIG, Pierre. *Le Brésil*. Paris: PUF, 1968.

MONNIER, Laurent. “Tchicaya et la confiance en la vie”. In: *La Pensée Métilse. Croyances africaines et rationalité occidentale en questions*. Cahiers de l’IUED, n. 19. Genève/Paris: IUED/PUF, 1990.

MONTEIRO, John M. “A dimensão histórica do latifúndio”. In: INCAO, Maria Angela D’(Org.). *História e Ideal*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 153-161.

MONTENEGRO, Antônio Torres e FERNANDES, Tânia Maria (Org.). *História oral. Um espaço plural*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória*. São Paulo: Contexto, (3ª ed.) 1994.

MONTENEGRO, Antonio. “Cabra marcado para morrer entre a memória e a História”. In: SOARES, Mariza de Carvalho e FERREIRA, Jorge (Org.). *A História vai ao cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 179-192.

MONTENEGRO, Antonio. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano*. Vol. 3. *O tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 241-271.

MONTENEGRO, Antonio. “Agitação política e direito trabalhista nos idos de 1964”. MONTENEGRO, Antonio Torres, GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz e ACIOLI, Vera Lúcia Costa (Orgs.). *História, Cultura, Trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife: EDUFPE, 2012, p. 31-51.

MONTENEGRO, Antonio. *Travessias. Padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)* Recife: CEPE, 2019.

MONTENEGRO, Olívio. *O Romance Brasileiro*. Recife: FUNDARPE, 1996.

MORAES, Marieta de. *História Oral e Interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

MORAIS, Clodomir Santos de. *A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)*. Genebra: OIT, 1990.

MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: IATTERMUND (Instituto de Apoio Técnico aos Países de Terceiro Mundo), 1997.

MORAIS, Clodomir. *Queda de uma oligarquia*. Recife: Gráfica Editora do Recife SA, 1959.

MOREIRA-ALVES, Mario. *L'église et la politique au Brésil*. Paris: Cerf, 1974.

MORICE, Alain. "Mysticisme, scientisme et messianisme. La rédemption de la 'race ouvrière' vue par Emile Zola". In: *Le Monde Diplomatique*, octobre 2002, p. 24-25.

MOTA, Carlos Guilherme. "A Historiografia Brasileira nos Últimos Quarenta Anos: Tentativa de Avaliação Crítica". In: *Debate e Crítica*. São Paulo, 1973.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões na Senzala*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Severino Rodrigues de. *Memórias de um camponês*. Recife: 1978. *Movimento de Cultura Popular. Memorial*. Recife: FCCR, 1986.

MUNIZ, Reginaldo. "A chantagem dos usineiros". In: *Senhor*, 1983.

MUNIZ, Reginaldo. *Subsídios à Campanha Salarial dos Trabalhadores Rurais da Cana-de-Açúcar*. Recife: DIEESE, 1982.

MURAD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick. *Le petit travailleur infatigable ou le prolétaire régénéré. Villes-usines, habitat et intimités au XIXe siècle*. Fontenay-sous-bois: Recherches, 1976.

NEEDELL, Jeffrey D. Identity. "Race, Gender, and Modernity in the Origins of Gilberto Freyre's Oeuvre". In: *American Historical Review*. v. 100, nr 1, Feb. 1995, p. 51-77.

NEEDHAM, Joseph. *La science chinoise et l'occident (Le grand titrage)*. Paris: Seuil, 1973.

NEGT, Oskar. "O Marxismo e a teoria da revolução no último Engels". In: HOBBSAWM Eric (Org.). *História do Marxismo*. II. *O Marxismo na Época da Segunda Internacional (Primeira Parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 125-200.

NORA, Philippe, (Dir.). *Les lieux de mémoire*. v. I. La République. Paris: Gallimard, 1984.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

NOVOS Estudos Afro-brasileiros. *Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-brasileiro*. [1937] Fac-simile Recife: Massangana, 1988.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve. O Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *No coração do canavial: estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucro-alcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canavieira*. Rio de Janeiro: UFRJ (Diss. de Mestrado), 1994.

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *Os vinte anos de Proácool: as controvérsias de um programa energético de biomassa*. Rio de Janeiro: FASE, s.d.

PALMEIRA, Moacir. "Casa e Trabalho: Notas Sobre as Relações Sociais na Plantation Tradicional". In: *Contraponto*. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Noel Nutels, 2(2), nov. 1977, p. 103-114.

PALMEIRA, Moacir. "Desmobilização e conflito: Relações Entre Trabalhadores e Patrões na Agro-Indústria Pernambucana". In: *Revista de Cultura e Política*, n. 1, agosto 1979, p. 41-55.

PALMEIRA, Moacir. "Modernização, Estado e Questão Agrária". *Estudos Avançados USP*. v. 3, n. 7, set/dez 1989, p. 87-108.

PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. *Latifundium et capitalisme. Lecture critique d'un débat*. Paris: Universidade de Paris (Tese de doutorado), 1971.

PALMEIRA, Moacir. "Morar: a lógica da plantação tradicional". Rio de Janeiro: Museu Nacional, m.s., 1972. Publicado como: "Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional". In: *Contraponto*, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Noel Nutels, 2 (2), nov. 1977, p. 103-114.

PALMEIRA, Moacir. "A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato". In: PAIVÃO, Vanilda (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 1985, p. 43-51.

PALMEIRA, Moacir. *O Movimento Camponês na Zona Canavieira de Pernambuco*. Recife: Editorial A Luta, 1967.

PANG, Eul-Soo. "Agrarian Change in the Northeast". In: CONNIFF, Michael L. e MCCANN, Frank D. *Modern Brazil. Elites and Masses in Historical Perspective*. Lincoln, Nb: Univ. of Nebraska Press, 1989, p. 123-139.

PARAIN, Charles. "Féodalité française et mode de production féodal". In: CERM. *Sur le féodalisme*. Paris: Editions Sociales, 1968, p. 18-34.

PATTERSON, Orlando. "Slavery". In: *Ann. Rev. Sociol.* 1977. 3, p. 407-449.

PEREIRA, Anthony Wynne. "Profeta no Exílio: O Retorno no Mito de Francisco Julião". In: *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 7, n. 1 janeiro/junho 1991, p. 101-124.

PEREIRA, Anthony Wynne. *Regime Change Without Democratization: Sugar Workers' Unions in Pernambuco, Brazil, 1961-89*. Cambridge Mass.: Harvard University, (Tese de doutorado), 1991. Mimeografado.

PEREIRA, Anthony Wynne. *The End of the Peasantry. The rural labor movement in Northeast Brazil, 1961-1988*. Pittsburgh: Univ. of Pittsburgh Press, 1997.

PERROT, Dominique e PREISWERK, Roy. *Ethnocentrisme et Histoire. L'Afrique, l'Amérique indienne et l'Asie dans les manuels occidentaux*. Paris: Anthropos, 1975.

PERRUCCI, Gadiel. *A República das Usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PESSOA, Dirceu (Org.). *Reforma Agrária em Debate*. Recife: Massangana, 1986.

PESSOA, Dirceu. (Org.). *Política fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos*. Recife: Massangana, 1990.

PINÇON-CHARLOT, Monique e PINÇON, Michel. “Sur la piste des nantis”. *Manière de Voir*. n. 66. *Le défi social*. Novembre-décembre 2002, p. 22.

PINSKY, Jaime (Org.). *Capital e Trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977.

PINTO, Estevão. (Ed.). *O problema agrário na zona canavieira de Pernambuco*. Recife: Impr. Univ., 1965.

PINTO, Rolando Morel. “Introdução a Doidinho”. In: REGO, José Lins do. *Doidinho*. [1933] Rio de Janeiro: José Olympio, (19ª ed.) 1979.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Colonização e Conflito: o povoamento do Sertão nordestino e a “Guerra dos Bárbaros”*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

POLIAKOV, Léon. *O mito ariano*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

PORFÍRIO, Pablo. *Francisco Julião em luta com seu mito. Golpe de Estado, exílio e redemocratização do Brasil*. Jundiá: Paco Ed., 2016.

PORFÍRIO, Pablo. *Medo, Comunismo e Revolução (1959-1964)*. Recife: EDUFPE, 2009. PORTANTIERO, Juan Carlos. “O Marxismo latino-americano”. In: HOBSBAWM, Eric (Ed.). *História do Marxismo*. XI. O

Marxismo Hoje. (Primeira Parte). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 333-358.

PORTELLI, Alessandro. “La representación histórica”. In: *História y fuente oral. Entrevistar para qué?* Barcelona: Publicacions da Universitat de Barcelona, n. 4, 1990, p. 79-99.

PORTELLI, Alessandro. “Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores”. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História, PUC SP (10) 1981, p. 41-58.

POTENGY, Gisélia Franco. *Les plans de modernisation de la production de la canne à sucre et leurs répercussions sociales et politiques dans le Nordeste du Brésil: le cas du Brejo Paraibano*. Paris: Universidade de Paris X, Nanterre (Tese de doutorado), 1984.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)*. [1942] São Paulo: Brasiliense, (14a ed.) 1976.

PRADO JÚNIOR, Caio. “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. In: *Revista Brasiliense*. Março-abril 1960, n. 28, p. 165-238. Reeditado in PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 15-85.

PRADO JÚNIOR, Caio. “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. In: *Revista Brasiliense*. n. 43, setembro-outubro 1962, reeditado in PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 86-126.

PRADO JÚNIOR, Caio. “Prefácio”. In: ANDRADE, Manuel C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1980.

PRADO JÚNIOR, Caio. “O Estatuto do Trabalhador Rural”. In: *Revista Brasiliense*, n. 47, maio-junho, 1963. Reeditado in PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 142-160.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. [1945] São Paulo: Brasiliense, 1967.

PRADO, Danda. “Meu pai”. In: INCAO, Maria Angela D’ (Org.). *História e Ideal. Ensaio sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 41-43.

PRINS, Gwyn. “História Oral”. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, (2a ed.) 2001, p. 163-198.

PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Relatos Oraís do ‘indizível’ ao ‘dizível’”. In: SIMONSON, Olga de Moraes von (Org.). *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 14-43.

RAIZ, Jovino da. “O trabalhador negro no tempo do banguê comparado com o trabalhador negro no tempo das usinas de açúcar”. In: *Estudos Afro-brasileiros*. Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-brasileiro. v. I. [1935] Recife: Massangana, 1988, p. 191-194.

RANGEL, Inácio M. “Feudalismo e propriedade fundiária”. In: D’INCAO, Maria Angela (Org.). *História e Ideal. Ensaio sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: UNESP, 1989, p. 209-226.

RANGER, Terence. “The Invention of Tradition in Colonial Africa”. In: HOBBSBAWN, Eric J. (Ed.) *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, [1980] 1995, p. 211-262.

REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. [1932] Rio de Janeiro: José Olympio, (8ª ed.) 1965.

REGO, José Lins do. *Doidinho*. [1933] Rio de Janeiro: José Olympio, (19ª ed.) 1979.

REGO, José Lins do. *Banguê*. [1934] Rio de Janeiro: José Olympio, (19ª ed.) 2000.

REGO, José Lins do. *Usina*. [1936] Rio de Janeiro: José Olympio, (13ª ed.) 1993.

REGO, José Lins do. *O Moleque Ricardo*. [1937] Rio de Janeiro: José Olympio, (20ª ed) 1995.

REGO, José Lins do. *Fogo morto*. [1943] Rio de Janeiro: José Olympio, (40ª ed.) 1992.

REGO, José Lins do. *Meus Verdes Anos (Memórias)*. [1956] Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.

REIS, João José, e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

REIS, João José. “O levante dos malês na Bahia: uma interpretação política”. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, 17, 1987, Número Especial.

REIS, João José. “Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas na Bahia”. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e Invenção da liberdade; estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Cnpq, 1988.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil; a história do levante dos malês (1835)*. [1986] São Paulo: Cia das Letras, (2ª edição revista e ampliada) 2003.

REIS, João José. *Ganhadores. A greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Cia das Letras, 2019. REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

REVEL, Jacques (Dir.). *Jeux d'échelles: la micro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard/Seuil, 1996.

REVEL, Jacques. *A Invenção da Sociedade*. Lisboa: Diffel, 1989.

RICOEUR, Paul. *As Culturas e o Tempo*. Petrópolis: Vozes, 1975.

RICOEUR, Paul. *La mémoire. l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

RIST, Gilbert. *Le développement. Histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses de Sciences Politiques, 1997.

ROBIN, Régine. *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

ROCHA, Tadeu. "A evolução da agroindústria do açúcar em Pernambuco e a sindicalização dos trabalhadores após a abolição da escravidão". In: *História social da Agro-indústria canavieira*. Recife: Museu do Açúcar, 1974.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. [1949] São Paulo: Editora Nacional, (5ed.) 1978.

RODRIGUES, José Honório. *Vida e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1935.

ROGERS, Thomas D. *The Deepest Wounds: the laboring landscapes of sugar in Northeastern Brazil*. Dep. of History. (Tese de doutorado) Duke University, N C, 2005.

ROGERS, Thomas D. "Imaginários paisagísticos em conflito na zona da mata pernambucana". *Cadernos de História da UFPE*. v. 6 n. 6 2009.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/110049>

ROGERS, Thomas D. *The deepest wounds. A Labor and Environmental History of Sugar in Northeast Brazil*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.

ROGNON, Frédéric. *Os primitivos, nossos contemporâneos*. Campinas: Papirus, 1991.

ROSAS, Suzana Cavani. *A questão agrária na sociedade escravista*. Recife: UFPE (Diss. de Mestrado), 1987.

RUSCIO, Alain. *Le Credo de l'homme blanc*. Bruxelles: Complexe, 2002.

SAHLINS, Marshall. *Âge de pierre, âge d'abondance. Économie des sociétés primitives*. Préface de Pierre Clastres. Paris: Gallimard, 1976.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SALES, Teresa. *Agreste, Agrestes. Transformações recentes na Agricultura Nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SANSONE, Lívio. "As relações raciais em Casa-grande e Senzala revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização". In: MAIO, Marcos Chor, e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB [1996], 1998, p. 207-217.

SANTANA, Charles d'Almeida. "Trabalhadores Rurais do Recôncavo Baiano: memórias e linguagens". In: *Proj. História*, São Paulo (16), fev. 1998, p. 193-209.

SANTIAGO, Theo, (Org.). *Do feudalismo ao capitalismo. Uma discussão teórica*. São Paulo: Contexto, 1988.

SANTIAGO, Theo. "A manufatura e o engenho de açúcar no Brasil colonial". In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião* (Perfil parlamentar). Recife: Assembleia Legislativa do Estado, 2001.

SANTOS, Izabel Helena Acioli Siqueira dos. *Relações, conflitos e repressão: a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém frente às disputas políticas no campo (1960-1966)*. Recife: UFPE PPGH, 2016. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27795>

SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping. The violence of everyday life in Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1992.

SCHULTE-TENCKHOFF, Isabelle. *Potlatch: Conquête et Invention. Réflexion sur un concept anthropologique*. Lausanne: Editions d'En Bas, 1986.

SCHULTE-TENCKHOFF, Isabelle. *La vue portée au loin. Une histoire de la pensée anthropologique*. Lausanne: Ed. d'En Bas, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. "Resistance and accomodation in eighteenth-century Brazil: the slaves' view of slavery". In: *Hispanic American Historical Review*, 57, 1, 1977, p. 69-81.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru SP: EDUSC, 2001.

SCHWARTZ, Stuart H. *Tropical Babels. Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*. Chapel Hill/London: The University of North Carolina Press, 2004.

SCHWARZ, Roberto (Org.) *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SCOTT, James C. *Against the Grain. A deep history of the earliest States*. New Haven: Yale UP, 2017.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. *Gênero e Trabalho. Cadernos de História*, V. II, N. II, Recife, 2016. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/109975>

SCOTT, Rebecca J. “Defining Boundaries of Freedom in the World of Cane: Cuba, Brazil, and Louisiana after Emancipation”. In: *American Historical Review*. Nr 1, Feb. 1994, p. 70-102.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba. A transição para o trabalho livre. 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SEMPRUN, Jorge. *L'écriture ou la vie*. Paris: Gallimard, 1994.

SHANIN, Teodor. “A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista”. In: HUMPHREY, John, SHANIN, Teodor, et al. *Trabalho e dominação*. São Paulo: Cebrap, Ed. Bras. Ciências, 1980, p. 43-80.

SIGAUD, Lygia. “A luta de classes em dois atos: Notas sobre um ciclo de greves camponesas”. In: *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, 1986, p. 319-343.

SIGAUD, Lygia. “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”. In: SINGER, Paul (Ed.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 49-67.

SIGAUD, Lygia. “Des plantations aux villes: les ambiguïtés d’un choix”. In: *Études Rurales. Droit, Politique, Espace agraire au Brésil*. Paris, juillet/décembre 1993, p. 19-37.

SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos. Estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco*. São Paulo: USP (Tese doutorado), 1977.

SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos. Estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco*. São Paulo: Livraria das Duas Cidades, 1979.

SIGAUD, Lygia. *Greve nos Engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SILVA NETO, J.M. da Rosa e. *Contribuição ao estudo da Zona da Mata em Pernambuco. Aspectos estruturais e econômicos da área de influência das usinas de açúcar*. Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais-MEC, 1966.

SILVA, José Francisco da. *Atuação dos sindicatos junto aos trabalhadores rurais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SILVA, José Graziano da. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, Sílvia Cortez. *Tempos de Casa-Grande (1930-1940)*. São Paulo: Perspectiva FAPESP, 2010.

SILVA, Valéria Torres da Costa e. *A modernidade nos trópicos: Gilberto Freyre e os debates em torno do nacional*. Recife: Carpe Diem, 2009.

SIMON, Mateus Samico. *As 'Matas Imensas, Glória e Coroa de todos os Bosques do Mundo' e a 'Zona da Mata': sociedade, paisagens e recursos florestais na colonização do Nordeste (ca 1780-1808)*. Recife: UFPE (Dissertação de Mestrado PPGH), 2014. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38855>

SINGER, Paul. *Capital e Trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977.

SIQUEIRA, Renata Borba Cahú. *Canavieiras em embates na Justiça do Trabalho: precarização do trabalho, relações de gênero e luta para*

defender direitos conquistados (região sul da Zona da Mata de Pernambuco, 1972-1975). Recife: UFPE PPGH, 2020. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39979>

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964*. [1982] Rio de Janeiro: Paz e Terra, (10a ed.) 1996.

SMEDLEY, Agnes. *La longue marche. Mémoires du maréchal Zhu De*. Paris: Richelieu, 1969.

SMITH Roberto. *Propriedade da Terra e Transição. Estudo da Formação da Propriedade Privada da Terra e Transição para o Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Questão Agrária na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SOARES, José Arlindo. *Nacionalismo e Crise Social: o caso da Frente do Recife (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Lara Maria de Holanda. “Como é de Direito e de Justiça”: Um embate de classes entre trabalhadores e empregadores da agroindústria açucareira nos processos trabalhistas da JCJ Goiana/PE (1971-1973). Recife: UFPE PPGH, 2021.

SOBOUL, Albert. 1789. *L'An Un de la Liberté*. Paris: Ed. Sociales, (3a ed. rev.) 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck. “Modos de produção no Brasil”. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 133-156.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. [1962] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (3ª ed.) 1976.

sofRI, Gianni. “O problema da revolução socialista nos países atrasados”. In: HOBsBAWM, Eric (Org.). *História do Marxismo*. VIII. *O Marxismo na Época da Terceira Internacional: o Novo Capitalismo, o Imperialismo, o Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

sofRI, Gianni. *O modo de produção asiático, História de uma controvérsia marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

sOKAL, Alan e BRICMONT, Jean. *Imposturas intelectuais. O abuso da Ciência pelos filósofos pós-modernos*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SPENCE, Jonathan. *Em Busca da China Moderna. Quatro séculos de história*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SPIELER, Miranda. *Empire and Underworld. Captivity in French Guyana*. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 2012.

SRour, Roberto Henry. *Modos de Produção. Elementos da problemática*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

STAMPP, Kenneth M. *The Peculiar Institution*. New York: Vintage Books, 1956.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*. New York: Anchor Books, 1970.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Les classes sociales dans les sociétés agraires*. Paris: Anthropos, 1969.

STERN, Steve J. “Feudalismo, Capitalismo, y el sistema mundial en la perspectiva de América Latina y el Caribe”. In: *Revista Mexicana de Sociologia*, n. 3, julio-septiembre de 1987.

STERN, Steve J. “Todavía más solitarios”. In: *Revista Mexicana de Sociologia*, Ano LI, n. 3, julio-setiembre, 1989, p. 347-361.

STRAUBHAAR, Joseph Dean. “Mass Communication and the Elites”. In: CONNIFF, Michael L. e MCCANN, Frank D. *Modern Brazil, Elites*

and Masses in Historical Perspective. Lincoln: Univ. of Nebraska Press, 1989, p. 225-245.

STURM, Fred Gillette. "Religion". In: CONNIFF, Michael L. e MCCANN, Frank D. *Modern Brazil, Elites and Masses in Historical Perspective*. Lincoln: Univ. of Nebraska Press, 1989, p. 246-264.

SUDENE. *Estrutura e dinâmica da população do Nordeste brasileiro. 1940-70*. Recife: Sudene, 1978.

SURET-CANALE, Jean. "Les sociétés traditionnelles en Afrique tropicale et le concept de mode de production asiatique". In: CERM. *Sur le 'mode de production asiatique'*. Paris: Editions Sociales, 1974, p. 101-134.

SUTER, Andreas. "Histoire sociale et événements historiques. Pour une nouvelle approche". In: *Annales HSS*, mai-juin 1997, n. 3, p. 543-567.

SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil. 1930-1970*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

TAVARES, Ricardo. *CONTAG. Da ditadura à transição. Memória social e construção do "campesinato"*. Rio de Janeiro: Tese da UPERJ, 1992.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais, os "nós" da cana. A relação de trabalho x capital e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

THOMPSON, Paul. "Des récits de vie à l'analyse du changement social". In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*. v. LXIX, juillet-déc. 1980, Paris, PUF.

THOMPSON, Paul. *The Voice of the Past*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1978.

- TÖKEI, Ferenc. *Zur Frage der asiatischen Produktionsweise*. [1965] Berlin: Luchterhand, 1969.
- TOPALOV, Christian. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.
- TOPIK, Steven, C. “Compte rendu de GRAHAM, Richard. (Ed.). *Brazil and the World System*. Austin: Univ. of Texas Press, 1991”. In: *Annales ESC*, n. 50/6, nov. déc., 1995.
- TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Rio de Janeiro: IAA, 1945.
- TRIGO, Luciano. *Engenho e Memória. O Nordeste do Açúcar na ficção de José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: Topbooks Ed., 2002.
- TURNBULL, Collin. *The Mountain People*. London: Picador, 1973.
- VALTIN, Jan. *Sans patrie ni frontière*. [1941] “Postface” de Jean-François Vilar. Paris: J.C Lattès, 1975 e Babel, 1996.
- VENTURA, Roberto. “Euclides Conselheiro da Cunha”. In: *Caderno Mais! Folha de São Paulo*, 01.12.2002, p. 14.
- VENTURA, Roberto. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. [1982] Brasília: UNB, 1998.
- VIANNA, F. J. Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- VIANNA, F. J. Oliveira. “O povo brasileiro e sua evolução”. In: *Recenseamento de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922, p. 279-386
- VILANOVA, José Brasileiro Tenório. *Linguagem e estilo de um “Menino de Engenho”*. Recife: Faculdade de Filosofia de Pernambuco (Tese de concurso para Professor de língua portuguesa) 1962.

VILANOVA, Mercedes. *Las Mayorías invisibles. Explotación fabril, revolución y represión. 26 entrevistas*. Barcelona: Icaria, 1996.

VILAR, Pierre. “Marx e a História”. In: HOBBSAWM, Eric. (Ed.). *História do Marxismo*. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

WACHTEL, Nathan. *La vision des vaincus. Les indiens du Pérou devant la conquête espagnole, 1530-1570*. Paris: Gallimard, 1971.

WACHTEL, Nathan. *La foi du souvenir. Labyrinthes marranes*. Paris, Seuil, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. “Comentarios sobre las pruebas críticas de Stern”. In: *Revista Mexicana de Sociología*. Ano 11, n. 3, julio-setiembre 1989, p. 329-345.

WALLERSTEIN, Immanuel. “L’esclavage américain et l’économie-monde capitaliste”. In: Mintz Sidney W. (Ed.). *Esclave = Facteur de production*. Paris, Dunod, 1981, p. 247-265.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impenser la science sociale: pour sortir du XIXe siècle*. Paris: PUF, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Le capitalisme historique*. Paris: Ed. de la Découverte, 1985.

WALLERSTEIN, Immanuel. “Processes of the world-system”. In: HOPKINS, Terence K. e WALLERSTEIN, I. *Processes of the World System*. London: Sage, 1980, p. 167-180.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno. v. 1. A agricultura e as origens da economia-mundo européia no século XVI*. Porto: Afrontamento, 1990. *The Modern World System. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974. *Le système du monde du xve siècle à nos jours. v. 1. Capitalisme et Economie-Monde (1450-1640)*. Paris: Flammarion, 1980. v. 2. *Le mercantilisme et la*

consolidation de l'économie-monde européenne (1600-1750). Paris: Flammarion, 1984.

WALVIN, James. *How Sugar Corrupted the World. From slavery to obesity*. London: Robinson, 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira". In: ARAÚJO, Braz José de. *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *L'économie sucrière du Pernambouc: contribution à l'étude des rapports entre la propriété foncière et le capitalisme*. Paris: Univ. Paris, (Tese de doutorado) 1975.

WECKMANN, Luis. *La herencia medieval del Brasil*. Mexico: Fundo de Cultura Económica, 1993.

WESSELING, Henk. "História de além-mar". In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 97-131.

WILKIE, Mary. *A Report on Rural Syndicates in Pernambuco*. Rio de Janeiro: CLAPCS, 1964. Mimeografado. Tradução publicada sob o título "Relatório sobre os Sindicatos Rurais em Pernambuco". *Cadernos de História UFPE. O Longo Ano de 1963 em Pernambuco*. v. X, n. 10, Recife: UFPE, 2015. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/109965>

WILLIAMS, Eric. *Capitalism and Slavery*. [1944] Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1945.

WOLF, Eric e MINTZ, Sidney W. "Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas". In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do*

açúcar. *Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. DABAT, C. R. (Org.). Recife: EDUFPE, 2010, p. 169-223.

WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOLF, Eric. *Europa y la gente sin historia*. [1987]. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

ZEI, Leopoldo. *Filosofia de la história americana*. Mexico: Fondo de cultura, 1978.

ZISMAN, Meraldo. *Nordeste Pigmeu. Uma geração ameaçada*. Recife: Oedip, 1987.

<i>Título</i>	Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais
<i>Autoria</i>	Christine Rufino Dabat
<i>Formato</i>	E-book (PDF)
<i>Tipografia</i>	Scala Pro (texto) e Scala Sans Pro (títulos)
<i>Desenvolvimento</i>	Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea, Recife-PE
 CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
editora@ufpe.br | editora.ufpe.br

